



VI ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA E À DOCÊNCIA

Livro de Resumos e Artigos
2 a 4 de Junho de 2009

FORTALEZA – CEARÁ
-2011-

Bibliotecária:

Tusnelda Maria Barbosa

Correspondência:

Faculdade Christus
Avenida Dom Luís, 911, 5º andar
Meireles – CEP: 60.160-230
Fortaleza –CE
Fone: (085) 3461.2020
e-mail: fc@fchristus.edu.br

VI ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA E
À DOCÊNCIA, VI. Fortaleza: Christus, 2009.

ISBN 978-85-99562-22-2

CDD 378.007

1. Pesquisa científica
2. Iniciação à docência
3. Título

FACULDADE CHRISTUS

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Diretor: Roberto de Carvalho Rocha

Vice-Diretor Acadêmico: José Carlos Gomes de Freitas Teixeira

COORDENADORES DE PESQUISA

Coordenadora de Pesquisa em Administração:
Raquel Viana Gondim

Coordenadora de Pesquisa em Direito:
Gabrielle Bezerra Sales

Coordenadora de Pesquisa em Fisioterapia:
Vilma Leite de Sousa Pires

Coordenadora de Pesquisa em Sistemas de Informação:
José Auriço Oliveira

Administração

Coordenador Geral:
Eleazar de Castro Ribeiro

Coordenadora Adjunta:
Sarah Camargo Campos

Ciências Contábeis

Coordenadora Geral:
Patricia D Oliveira Araujo

Coordenador Adjunto: Rogério Frota Leitão dos Santos

Direito

Coordenador Geral:
Gabrielle Bezerra Sales

Coordenador Adjunto:
Henrique Botelho Frota

Fisioterapia

Coordenadora Geral:
Ediara Rabello Girão Rios

Medicina

Coordenador Geral:
Antônio Ribeiro da Silva Filho

Coordenador Adjunto:
Antônio Miguel Furtado Leitão

Pedagogia

Coordenadora Geral:
Áurea Maria Caminha da Frota Albuquerque

Sistemas de Informação

Coordenador Geral:
Adail Nunes da Silva

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Christus tem a satisfação de socializar a produção acadêmica apresentada durante a realização do VI Encontro de Iniciação à Pesquisa e à Docência e IV Encontro de Pesquisadores, ocorrido no período de 2 a 4 de Junho de 2009.

Nesses Anais teremos artigos e resumos dos cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Fisioterapia, Medicina, Pedagogia e Sistemas de Informação.

Esses trabalhos são oriundos do Programa de Iniciação Científica, Programa de Iniciação à Docência e Grupos de Estudos fomentados com recursos da própria Faculdade. Serão apresentados, também, resumos de Trabalhos de Conclusão de Cursos, Relatos de Experiências e inúmeras pesquisas desenvolvidas em diversas disciplinas dos cursos supracitados.

Essa publicação representa o fortalecimento das ações da Faculdade Christus na construção de um espaço educativo que valorize a criatividade e a pesquisa na perspectiva de democratizar o conhecimento, respeitando à diversidade, a pluralidade de idéias e a justiça social.

Além disso, a leitura desses resumos e desses artigos criarão um terreno propício para debates e discussões que irão gerar novas pesquisas, motivando e enriquecendo a produção científica na contemporaneidade.

Boa leitura!

Faculdade Christus

| | |
|---|------------|
| ADMINISTRAÇÃO | 13 |
| <i>Artigos</i> | 13 |
| AA 1: AUTO-MOTIVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM UM PROFISSIONAL ESPECIAL NA CEARÁ MOTOR LTDA | 14 |
| AA 2: COMÉRCIO ELETRÔNICO: ANÁLISE DO SITE DAS AMERICANAS.COM | 23 |
| AA 3: TRABALHADOR DO CONHECIMENTO – PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE CHRISTUS | 31 |
| AA 4: A TEORIA NA PRÁTICA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIAS EXÓGENAS SEM CONEXÃO COM A REALIDADE ORGANIZACIONAL BRASILEIRA | 45 |
| AA 5: CONSUMO, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO DE MASSA: RELAÇÕES INDISCIPLINARES | 54 |
| AA 6: GESTÃO E EMOÇÃO: NOTAS SOBRE O AUTOCONHECIMENTO DOS GESTORES E SUA INFLUÊNCIA PARA O PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES | 62 |
| AA 7: EDUCAÇÃO CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CONCEITUAL DO PROCESSO DA CAPACITAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES | 74 |
| AA 8: A INDÚSTRIA NORDESTINA DE SOFTWARE: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS | 89 |
| AA 9: DETERMINANTES DO DESEMPENHO EXPORTADOR: REVISÃO, SISTEMATIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LITERATURA EMPÍRICA | 95 |
| AA 10: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE BUZZ MARKETING UM CASO APLICADO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR | 109 |
| AA 11: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS | 118 |
| AA 12: ANÁLISE DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS | 126 |
| CIÊNCIAS CONTÁBEIS | 138 |
| <i>Artigos</i> | 138 |
| AC 1: SISTEMA DE CUSTEIO ABC | 139 |
| AC 2: GESTÃO DE COMPETÊNCIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO | 143 |
| AC 3: GESTÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE CHRISTUS | 147 |
| AC 4: PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL | 155 |

| | |
|--|------------|
| <i>AC 5: A VULNERABILIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E POSSÍVEIS AÇÕES PREVENTIVAS</i> | <i>161</i> |
| <i>AC 6: UMA ABORDAGEM A CERCA DA REAVALIAÇÃO x CUSTO HISTÓRICO NA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS.....</i> | <i>167</i> |
| <i>AC 7: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA JOTUJÉ DISTRIBUIDORA LTDA</i> | <i>173</i> |
| <i>AC 8: CONTABILIDADE COMO FERRAMENTAMENTO GERENCIAL.....</i> | <i>178</i> |
| <i>AC 9: O USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS.....</i> | <i>184</i> |
| <i>AC 10: A ESCOLHA DO MÉTODO DE CUSTEIO ADEQUADO.....</i> | <i>190</i> |
| <i>AC 11: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ADAPTAÇÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS.....</i> | <i>194</i> |
| <i>AC 12: SUPERSIMPLES: SIMPLES OU COMPLEXO?</i> | <i>200</i> |
| <i>AC 13: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO</i> | <i>206</i> |
| <i>AC 14: ABORDAGEM SOBRE O FLUXO DE CAIXA PARA EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....</i> | <i>209</i> |
| <i>AC 15: CONCEITOS E VISÕES SOBRE OS CUSTOS DA QUALIDADE.....</i> | <i>214</i> |
| <i>AC 16: UM ESTUDO SOBRE A GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A TOMADA DE DECISÕES.....</i> | <i>217</i> |
| <i>AC 17: ANÁLISE DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS OFERECIDAS NA OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO NO BRASIL.....</i> | <i>221</i> |
| <i>AC 18: DA ARQUEOLOGIA AO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM DA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE.....</i> | <i>225</i> |
| <i>AC 19: A IMPORTÂNCIA DA ADEQUADA OPÇÃO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO BRASILEIRO: LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL?.....</i> | <i>229</i> |
| <i>AC 20: O PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL.....</i> | <i>235</i> |
| <i>AC 21: O AVANÇO NA TECNOLOGIA E SEU IMPACTO NA ATIVIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL.....</i> | <i>239</i> |
| <i>AC 22: A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE CUSTOS PARA AS EMPRESAS</i> | <i>243</i> |
| <i>AC 23: ARRENDAMENTO MERCANTIL E SUA FORMA DE CONTABILIZAÇÃO... </i> | <i>246</i> |
| <i>AC 24: OS SISTEMAS INTEGRADOS BASEADOS NA FILOSOFIA ERP E O PAPEL DO CONTABILISTA NO PROCESSAMENTO DE DADOS</i> | <i>249</i> |
| <i>AC 25: A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL.....</i> | <i>252</i> |
| <i>AC 26: A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS</i> | <i>256</i> |

| | |
|--|-----|
| <i>AC 27: A RELEVANCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS</i> | 261 |
| <i>AC 28: ATIVOS INTANGÍVEIS E GOODWILL</i> | 265 |
| <i>AC 29: PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO</i> | 270 |
| <i>AC 30: FRAUDE NAS LICITAÇÕES</i> | 276 |
| <i>AC 31: CUSTOS NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA</i> | 279 |
| <i>AC 32: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA A CONTABILIDADE GERENCIAL</i> | 283 |
| <i>AC 33: A INCOERÊNCIA DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE CUSTOS</i> | 288 |
| <i>AC 34: A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O PROCESSO DECISÓRIO DAS EMPRESAS</i> | 295 |
| <i>AC 35: O USO DE SOFTWARE LIVRE NO SERVIÇO CONTÁBIL</i> | 300 |
| <i>AC 36: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL</i> | 304 |
| <i>DIREITO</i> | 308 |
| <i>Resumos</i> | 308 |
| <i>RD 1: AS REPERCUSSÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 EM VÁRIOS PAÍSES</i> | 309 |
| <i>RD 2: EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS DE PRESTAÇÃO</i> | 310 |
| <i>RD 3: CONTRATOS ELETRÔNICOS</i> | 311 |
| <i>RD 4: DELEGACIAS DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DO 2º DISTRITO POLICIAL DE FORTALEZA</i> | 312 |
| <i>RD 5: A JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO EM FORTALEZA</i> | 313 |
| <i>RD 6: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO DE IR E VIR: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA DELEGACIA DE MIGRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ</i> | 314 |
| <i>RD 7: RESPONSABILIDADE CIVIL DO NUTRICIONISTA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS</i> | 315 |
| <i>RD 8: A JUSTIÇA EM ARISTÓTELES</i> | 316 |
| <i>RD 9: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE HANS JONAS NA BIOÉTICA</i> | 317 |
| <i>RD 10: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE GUARDA NO DIREITO BRASILEIRO: A GUARDA COMPARTILHADA</i> | 318 |
| <i>RD 11: JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO PARADIGMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS</i> | 319 |

| | |
|--|------------|
| <i>RD 12: VEDAÇÕES E OBSTÁCULOS AO VOTO DOS PRESOS CONDENADOS E PROVISÓRIOS: RESTRIÇÕES À SOBERANIA POPULAR</i> | <i>320</i> |
| <i>RD 13: A NOVA LEI DO ESTÁGIO (11.788/2008): UMA ANÁLISE DO ESTÁGIO EM DIREITO EM UM ESCRITÓRIO PRIVADO DE ADVOCACIA DE FORTALEZA-CE</i> | <i>321</i> |
| <i>RD 14: DECON, UMA VISÃO CRÍTICA.....</i> | <i>323</i> |
| <i>RD 15: O PRINCÍPIO DO DEFENSOR NATURAL.....</i> | <i>324</i> |
| <i>RD 16: O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETENCIA FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS.....</i> | <i>325</i> |
| <i>RD 17: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESNUTRIÇÃO INFANTIL.....</i> | <i>326</i> |
| <i>RD 18: O MINISTÉRIO PÚBLICO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: UMA LEITURA À LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....</i> | <i>327</i> |
| <i>RD 19: CRIMINALIDADE FEMININA: IMPASSES ENTRE O GÊNERO E A CONDIÇÃO DE CLASSE.....</i> | <i>328</i> |
| <i>DIREITO</i> | <i>329</i> |
| <i>Artigos</i> | <i>329</i> |
| <i>AD 1: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</i> | <i>330</i> |
| <i>AD 2: TRANSEXUALISMO: ASPECTOS LEGAIS DA CIRURGIA E DA ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL</i> | <i>341</i> |
| <i>AD 3: O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E SUA CONCRETIZAÇÃO ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FACULDADES DE DIREITO</i> | <i>347</i> |
| <i>AD 4: A SÚMULA 523 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A DEFICIÊNCIA DE DEFESA NO PROCESSO PENAL: NULIDADE ABSOLUTA OU RELATIVA?</i> | <i>352</i> |
| <i>AD 5: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO FORTUITO E A FORÇA MAIOR.....</i> | <i>360</i> |
| <i>AD 6: OS SISTEMAS JURÍDICOS COM BASE EM RENÉ DAVID</i> | <i>372</i> |
| <i>AD 7: REFORMA SINDICAL E OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS GARANTIAS E LIBERDADES CONSTITUCIONAIS: O CASO BRASILEIRO.....</i> | <i>379</i> |
| <i>AD 8: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS CONFLITOS ENTRE A ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS.....</i> | <i>389</i> |
| <i>AD 9: A EVOLUÇÃO DO DIREITO EM CONSONÂNCIA AO PROGRESSO DA MULHER DENTRO DA ESTRUTURA FAMILIAR</i> | <i>398</i> |
| <i>AD 10: AS DEFICIÊNCIAS NA APLICAÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE SEMILIBERDADE NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI.....</i> | <i>405</i> |
| <i>AD 11: A EVOLUÇÃO FILOSÓFICA DO CONCEITO DE JUSTIÇA</i> | <i>412</i> |

| | |
|--|------------|
| <i>AD 12: RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO</i> | <i>418</i> |
| <i>AD 13: A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.....</i> | <i>423</i> |
| <i>AD 14: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E AS PROVAS ILÍCITAS: ÉTICA, LEGALIDADE E JUSTIÇA NO PROCESSO PENAL.....</i> | <i>432</i> |
| <i>AD 15: A CONDIÇÃO DO MUNICÍPIO COMO ENTE FEDERATIVO</i> | <i>439</i> |
| <i>AD 16: OLHAR FORTALEZA ATRAVÉS DE SEUS BAIRROS: UMA AVENTURA ETNOGRÁFICA</i> | <i>444</i> |
| <i>AD 17: THANÁTOS E OS PARADOXOS DA BIOTECNOLOGIA: DA PERTINÊNCIA DA ORTOTANÁSIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....</i> | <i>455</i> |
| <i>AD 18: PREGÃO ELETRÔNICO: A TECNOLOGIA A FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....</i> | <i>467</i> |
| <i>AD 19: HIERARQUIA DE FONTES NO DIREITO DO TRABALHO.....</i> | <i>474</i> |
| <i>AD 20: CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: QUANDO O DIREITO À VIDA É CONFRONTADO COM O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA E AUTONOMIA DA VONTADE.....</i> | <i>482</i> |
| <i>AD 21: A FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE</i> | <i>487</i> |
| <i>AD 22: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA CHAGA SOCIAL QUE PERSIST.....</i> | <i>499</i> |
| <i>AD 23: EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA</i> | <i>512</i> |
| <i>AD 24: TEORIA TRIDIMENSIONAL REALEANA: DA ORIGEM À ATUALIDADE... </i> | <i>519</i> |
| <i>AD 25: EGOLOGISMO EXISTENCIAL.....</i> | <i>525</i> |
| <i>AD 26: ÉTICA GREGA ANTIGA X ÉTICA MODERNA</i> | <i>529</i> |
| <i>AD 27: ABORDAGEM CRÍTICA QUANTO À DECISÃO DA CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE BIOSSEGURANÇA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NUMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS</i> | <i>533</i> |
| <i>AD 28: A POLUIÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA MÁ GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL.....</i> | <i>541</i> |
| <i>AD 29: ENSAIO SOBRE INELEGIBILIDADE ELEITORAL.....</i> | <i>553</i> |
| <i>AD 30: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS E SEU PAPEL NA ATUAL CRISE BOLIVIANA.....</i> | <i>561</i> |
| <i>AD 31: CRIMINALIDADE FEMININA: IMPASSES ENTRE O GÊNERO E A CONDIÇÃO DE CLASSE.....</i> | <i>571</i> |

| | |
|--|------------|
| AD 32: O BACHAREL EM DIREITO E A CULTURA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ELEMENTOS DETERMINANTES DO STATUS SOCIAL DO BACHAREL EM DIREITO NO BRASIL..... | 581 |
| AD 33: DIREITO PENAL E OS CRIMES SEXUAIS..... | 589 |
| AD 34: DIREITO PENAL DO INIMIGO: MODERNIDADE OU RETROCESSO? | 596 |
| FISIOTERAPIA | 601 |
| Resumos | 601 |
| RF 1: UTILIZAÇÃO DE TÉCNICA DE BREAHER STACKING EM PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS COM SEQUELAS NEUROLÓGICAS..... | 602 |
| RF 2: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE VÍTIMA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO: UMA ANÁLISE DA FISIOTERAPIA NO PERÍODO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR | 603 |
| RF 3: CARACTERIZAÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS..... | 604 |
| RF 4: RELATO E COMPARAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS DE TRATAMENTO DA SINDROME DA DOR MIOFASCIAL NA REGIÃO CERVICAL..... | 605 |
| RF 5: CONDUTAS FISIOTERÁPICAS DE EXPANSÃO PULMONAR EM PACIENTES COM FRATURA DE ARCO COSTAL NÃO PENETRANTE..... | 606 |
| RF 6: ALODÍNIA TÉRMICA E MECÂNICA INDUZIDA PELO TRATAMENTO CRÔNICO COM O AGENTE ANTITUMORAL OXALIPLATINA EM CAMUNDONGOS | 607 |
| FISIOTERAPIA | 608 |
| Artigos | 608 |
| AF 1: CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS: UMA REVISÃO..... | 609 |
| AF 2: CORRELAÇÃO ENTRE A NEUROPATIA DIABÉTICA E A GÊNESE DO PÉ DIABÉTICO: UMA REVISÃO | 616 |
| AF 3: ENSINO DE CITO-HISTO-EMBRIOLOGIA PARA ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA: PERFIL DO CORPO DISCENTE..... | 624 |
| AF 4: ALONGAMENTOS NA COLUNA VERTEBRAL EM ACADÊMICOS DA CLINICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA DA FACULDADE CHRISTUS | 631 |
| AF 5: ANÁLISE BIOMECÂNICA DA ATIVIDADE DOCENTE EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO | 640 |

| | |
|--|------------|
| <i>AF 6: INFLUÊNCIA DO ALONGAMENTO NA RECUPERAÇÃO MUSCULAR DURANTE OS EXERCÍCIOS RESISTIDOS (NOS INTERVALOS DE DESCANSO ENTRE AS SÉRIES): UMA ANÁLISE ELETROMIOGRÁFICA</i> | <i>648</i> |
| <i>AF 7: CONDOTA DO FISIOTERAPEUTA NA FASE I DA REABILITAÇÃO CARDÍACA EM HOSPITAL ESPECIALIZADO DE FORTALEZA</i> | <i>658</i> |
| <i>AF 8: LASERTERAPIA NO TRATAMENTO DE QUEIMADOS.....</i> | <i>666</i> |
| <i>AF 9: TRATAMENTO DERMATO-FUNCIONAL DO FIBROEDEMAGELÓIDE GRAU II EM MULHERES ATRAVÉS DA ENDERMOLOGIA E FONOFORSE.....</i> | <i>672</i> |
| <i>AF 10: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA E SUA ADMINISTRAÇÃO POR FISIOTERAPEUTAS EM QUATRO HOSPITAIS PÚBLICOS DE FORTALEZA</i> | <i>682</i> |
| <i>AF 11: O USO DA ESTATÍSTICA EM MONOGRAFIAS DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA FACULDADE CHRISTUS</i> | <i>693</i> |
| <i>AF 12: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL.....</i> | <i>700</i> |
| <i>AF 13: RELAÇÃO ENTRE DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR E ALTERAÇÕES POSTURAIIS: UMA ABORDAGEM ELETROMIOGRÁFICA.....</i> | <i>708</i> |
| <i>AF 14: FISIOTERAPIA NO RECÉM-NASCIDO PÓS ASFIXIA PERINATAL</i> | <i>714</i> |
| <i>AF 15: ÓLEOS ESSENCIAIS: UMA ALTERNATIVA TERAPÊUTICA PARA A COMUNIDADE.....</i> | <i>721</i> |
| <i>AF 16: APLICABILIDADE DA TERAPIA MANUAL PELOS ACADÊMICOS EM CLÍNICAS DE FISOTERAPIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE.....</i> | <i>739</i> |
| <i>AF 17: TERAPIA MANUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA.....</i> | <i>748</i> |
| <i>AF 18: PROPOSTA DE FICHA DE AVALIAÇÃO CÁRDIO - RESPIRATÓRIA PARA CLÍNICA ESCOLA DA FACULDADE CHRISTUS</i> | <i>755</i> |
| <i>AF 19: IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO INTRA-ARTICULAR NA ENTORSE DE TORNOZELO COM ENFOQUE NA PREVENÇÃO DE LESÕES ADAPTATIVAS EM ATLETAS.....</i> | <i>765</i> |
| <i>AF 20: ASPECTOS ANATOMO-PATOLÓGICOS E CLÍNICOS DA DOENÇA DE LEGG-CALVÉ-PERTHES</i> | <i>770</i> |
| <i>AF 21: ALTERAÇÕES COGNITIVAS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....</i> | <i>779</i> |
| <i>AF 22: DISFAGIA DECORRENTE DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ISQUÊMICO</i> | <i>786</i> |
| <i>AF 23: IMPORTÂNCIA DA MONITORIA EM BIOQUÍMICA PARA A MELHORIA DO RENDIMENTO DE ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA</i> | <i>795</i> |

| | |
|---|------------|
| <i>AF 24: REALIDADE DO ENSINO-APRENDIZADO DA FISILOGIA HUMANA NA VISÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA FACULDADE CHRISTUS</i> | <i>801</i> |
| <i>AF 25: ESTUDO ANATOMOPATOLÓGICO DE NECRÓPSIAS DE CASOS DE ÓBITOS POR DENGUE HEMORRÁGICO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE</i> | <i>811</i> |
| <i>SISTEMAS DE INFORMÇÃO.....</i> | <i>821</i> |
| <i>Artigos</i> | <i>821</i> |
| <i>AS 1: DE GRAHAM BELL À ASTERISK: A EVOLUÇÃO DA TELEFONIA.....</i> | <i>822</i> |
| <i>AS 2: ORIENTAÇÃO A ASPECTOS E ASPECTJ: UMA ANÁLISE.....</i> | <i>827</i> |
| <i>AS 3: UM FRAMEWORK PARA DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES EAD</i> | <i>835</i> |

ADMINISTRAÇÃO

Artigos

AA 1: AUTO-MOTIVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO COM UM PROFISSIONAL ESPECIAL NA CEARÁ MOTOR LTDA

Alexander Palácio França¹; Renata Freire Maia²; Eloisa Vilas Boas Rosas Greggio³

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar os aspectos mais importantes da motivação e auto-motivação para o trabalho, de uma profissional especial, funcionária da Ceará Motor Ltda, empresa do ramo automotivo com Sede em Fortaleza-CE. A funcionária, deficiente física, refere-se com muita alegria e satisfação ao trabalho que exerce na Ceará Motor, e do que a faz levantar todos os dias com a motivação de saber que está sendo útil. O presente trabalho foi elaborado com uma pesquisa qualitativa e como instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado contendo onze questões.

Palavras-chave: Automotivação. Deficiência física. Motivação para o trabalho.

1 INTRODUÇÃO

Os autores desse artigo foram incitados à elaboração de um artigo, com pesquisa de campo, cuja temática deveria ser conectada à disciplina que cursavam – Psicologia e Comportamento Organizacional. Um dos temas viáveis de serem pesquisados era motivação por constar do programa da disciplina.

Um dos escritores faz parte do quadro de colaboradores de uma empresa que atua no ramo automotivo, e que conta, entre seus funcionários, com uma pessoa com necessidades especiais (PNEs). Consensado o interesse em conhecer de perto a história dessa profissional, que muito chama a atenção no seu ambiente de trabalho, devido seu humor, sua motivação para o desempenho de suas tarefas, partiram a conhecer melhor o tema através de pesquisas bibliográficas. Assim, iniciou-se a maratona da construção desse trabalho acadêmico, sob a tutela da docente acima citada.

Motivação é o fato do ser humano ser capaz de absorver fracassos e revezes e se motivar ao aprendizado com estas experiências. Auto-motivação é se manter programado para buscar de maneira contínua aquilo que acredita, deseja e faz parte do seu ideal. Ser auto-motivado é ir além. É lutar por tudo o que acredita, pelo desenvolvimento humano e pessoal, pelas realizações pessoais, pelas conquistas éticas e seus objetivos. Motivação significa encontrar um motivo, uma causa, um determinante para se praticar uma ação. Essa ação sempre será direcionada para o crescimento do indivíduo, para a detenção de sucesso na vida (CASTILLO, 2006).

Existem alguns princípios para a motivação. Um deles é que todo ser humano é detentor de um manancial energético. Alcançá-lo é arte da auto-motivação, outro é que a auto-motivação exige congruência entre fatores estimulantes internos e externos e por último que a disposição para agir requer clareza de objetivos (BERGAMINI, 1997). Antigamente, se imaginava que o sucesso era somente privilégio de uma pequena camada da sociedade e que,

¹ Aluno do 5º. Semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus.

² Aluna do 5º. Semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus.

³ Profa. MSc. da disciplina Psicologia e Comportamento Organizacional, do Curso de Administração da Faculdade Christus.

para a maioria restante, ficava o consolo de uma vida medíocre e sem atrativos. Hoje se sabe que com o estudo da inteligência Emocional, o indivíduo pode desenvolver sua inteligência interpessoal, que é a capacidade do indivíduo lidar com seus próprios conflitos. É a maneira como ele irá conseguir sair dos estados de tristeza e melancolia para o equilíbrio e a felicidade.

A história da motivação começa na Revolução Industrial quando se estimulava os colaboradores através de punições, até mesmo se tornando um prejuízo de ordem física, pelo fato de ainda não existir um estudo preciso sobre o assunto os administradores achavam que aquela era a maneira correta de obter melhoras na produtividade.

Os estudos sobre motivação começaram com Taylor por volta de 1911 que defendia o uso de formas de controle dos funcionários, subalternos, e acreditavam que a melhor forma de se motivar um colaborador não era através de punições e sim com dinheiro, recompensas que proporcionadas de necessidade básica do homem (BERGAMINI, 1997).

Tempos após a idéia que o colaborador era motivado pelo dinheiro os psicólogos industriais perceberam que somente este modelo de motivação não iria aumentar a produtividade, os funcionários começaram a perceber suas pobres condições de trabalho e logo criam direitos para os trabalhadores com melhoras salariais e maior segurança no trabalho tornando este método de incentivo comum.

Fiorelli (2003) defendia a filosofia da pessoa em sua totalidade. O melhor uso da motivação passou a ser caracterizado por forte ênfase no comportamento social dos colaboradores fazendo com que os supervisores e administradores procurassem fazer com que os empregados sentissem a sua utilidade e importância pessoal no trabalho promovendo reconhecimento e satisfação das suas necessidades sociais.

Com o tempo os psicólogos entenderam que o ser humano não é uma máquina que é exatamente igual à outra ou que pode ser programada da mesma maneira a vida toda. Diante disso as Relações Humanas explica que cada um tem uma melhor maneira de ser motivado seja através de punição, com dinheiro ou outros tipos de recompensas materiais, reconhecimento social e pessoal e relacionamentos interpessoais. Como ressalta Fiorelli (2003, p. 102) “tudo se passa um pouco como se os homens apresentassem decididamente mais problemas em seu funcionamento natural do que as máquinas em seu funcionamento artificial”.

Já na atualidade motivação é considerada como um aspecto intrínseco às pessoas, sendo que a motivação específica para o trabalho depende do sentido que se dá a ele, isso pelo fato de se acreditar no elo entre o colaborador e a empresa sendo assim, não faz mais sentido negar que em condições favoráveis, cada pessoa exerça com naturalidade seu poder criativo, buscando aí seu próprio referencial de auto-identidade e auto-estima (BERGAMINI, 1997).

Nada, realmente nada funciona sem envolvimento e motivação. Envolvimento é tomar toda e qualquer atividade como se fosse sua. Se você é vendedor, a empresa que representa é a sua empresa, sua missão, seus objetivos, são os mesmos que os seus. Você, em qualquer lugar que estiver, é a imagem da "sua empresa", seja perante um cliente ou junto a seu grupo de amigos, você se orgulha do que faz e da empresa que representa (FERNANDES, 2000).

Motivação, ou melhor, auto-motivação, é a vivência diária desse envolvimento. Esperar da empresa o reconhecimento do que se faz é realmente lógico, mas vem em segundo lugar. Ter grau máximo de satisfação e orgulho do que se faz, buscar a realização do "sempre pode se fazer mais", nunca se acomodar com o que está realizado, e acima de tudo transmitir esse

sentimento, essa sensação, a toda a sua equipe, vai lhe garantir motivação incondicional. Esperar sempre de você, na busca da auto-superação, em qualquer tarefa, isso sim, garante motivação constante, independente das condições externas. Não se esqueça de que tudo começa de dentro para fora, incluindo aí otimismo, alegria, satisfação e motivação (FERNANDES, 2000).

Em consequência da palavra auto-motivação, está referendando uma grande quantidade de conceitos, ações e caminhos, provocados por nosso próprio ser, respondendo a uma necessidade e é o que é chamado necessidade de alma. O poder da auto-motivação e da visão estratégica coloca o profissional perfeitamente inserido em sua época. Não se fala mais em emprego, porém em trabalho. Não se fala mais em salário, porém em remuneração. Não se ganha mais pelas horas trabalhadas, mas pelo quanto agregamos ao produto ou às nossas atividades (BERGAMINI, 1997).

Se eu não definir o que quero para 2011, o quanto quero ganhar, quantas horas quero trabalhar - será que alguém terá o cuidado de fazer isto por mim? A grande maioria responderia que não. E a resposta certa é sim. Porém, não passa nem perto do que escolheríamos para nós. Normalmente, 90% dos profissionais não trabalham no que gostam, nem ganham o quanto pretendem e gostariam de ter mais tempo para si mesmos (KAHALE, 2008).

A auto-motivação passa pelo conhecimento de nós mesmos. As escolas tradicionais não nos preparam para a auto-realização, mas para o "sucesso profissional". Entende-se como sucesso profissional ganhar bem e conquistar função hierárquica de referência.

Para esse estudo sobre auto-motivação foi utilizado o método qualitativo no estudo de caso onde foi entrevistada uma colaboradora que atua como telefonista da empresa Ceará Motor Ltda, representante da marca Volkswagen do ramo automotivo na cidade de Fortaleza, Ceará.

Como objetivo geral desse artigo formula-se a compreensão da motivação e auto-motivação da profissional especial, uma das telefonistas da Ceará Motor, em Fortaleza. Foram definidos os seguintes objetivos específicos para a pesquisa:

- a) conhecer os conceitos de motivação e auto-motivação, através de autores estudiosos desses assuntos;
- b) buscando nessa profissional especial da empresa Ceará Motor o que a motiva no ambiente de trabalho;
- c) investigar os âmbitos gerais da motivação e auto-motivação;
- d) expor a importância de contratação de profissionais especiais, por empresas de grande porte, como a Ceará Motor e avaliar seus instrumentos de motivação com esses profissionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Motivação pode ser definida como o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta. Motivação, de maneira geral, se relaciona com o esforço em relação a qualquer objeto tendo ainda três elementos-chaves na definição, são elas, intensidade, direção e persistência (ROBBINS, 2002).

Embora diferentes teorias sobre motivação tenham diferentes enfoques científicos a respeito das características e do processo em que ela ocorre, há considerações gerais que podem caracterizar-se como sintomas capazes de distingui-la de outros tipos de funções próprias do comportamento humano (OGATA, 2007).

Tomando, por exemplo, a origem etimológica do termo, descobre-se que ela explica aquilo que é básico e mais geral sobre o assunto. Motivação deriva originalmente da palavra latina *movere*, que significa *mover*. Essa origem da palavra encerra a noção de dinâmica ou de ação que é a principal tônica dessa função particular da vida psíquica.

O caráter motivacional do psiquismo humano abrange, portanto, os diferentes aspectos que são inerentes ao processo, por meio do qual o comportamento das pessoas pode ser ativado (BERGAMINI, 1997). Como explica Vergara (1993, p. 42), é uma força, uma energia, que nos impulsiona na direção de alguma coisa [...] que “nasce de nossas necessidades interiores”. Quando ela acontece, as pessoas tornam-se mais produtivas, atuam com maior satisfação e produzem efeitos multiplicadores (FIORELLI, 2003).

Em decorrência de estudos sobre a motivação, psicólogos criaram alguns modelos de motivação que melhor satisfazem as características individuais de cada pessoa que compõe a instituição, alguns desses modelos foram: a) motivação pela deficiência; b) modelos de enriquecimento técnico e social; c) a questão da expectativa, e d) a percepção de justiça.

Na motivação pela deficiência existe a teórica de Herzberg que caracteriza os fatores higiênicos extrínsecos ao indivíduo como salário, benefícios recebidos, segurança no cargo e relações interpessoais no trabalho que no caso de insuficiência, provocariam insatisfação, porém, atendidos, eles não despertariam a motivação do indivíduo. Esta seria despertada pelos fatores motivacionais, intrínsecos ao profissional, representados por reconhecimento, status, responsabilidade, oportunidade de crescimento, riqueza do trabalho, desafios. A ausência desses fatores, contudo, não ocasionaria insatisfação (FIORELLI, 2003).

Na Venezuela é igual a todos os países do mundo. Lá se apresentam a problemática da discriminação das pessoas descapacitadas para serem inseridas no campo de trabalho.

Indispensável e necessário sua motivação como um dos aspectos presentes no desenvolvimento de atividades que permitam esse crescimento humano, essência para um ótimo desenvolvimento (GONZÁLEZ, 2007).

Após um experimento Herzberg constatou que fatores intrínsecos, como trabalho em si, a responsabilidade e a realização, parecem estar relacionados com a satisfação com o trabalho. As pessoas que se sentem bem com seu trabalho atribuem estes fatores a si mesmos. Por outro lado, os insatisfeitos tendiam a indicar fatores extrínsecos como a supervisão, a remuneração, as políticas da empresa e as condições de trabalho (ROBBINS, 2002).

A existência de carência intrínsecas que são as necessidades não supridas determina um estado de desequilíbrio que, enquanto tal, gera sensações emocionalmente negativas de ameaça à integridade do indivíduo, sendo, portanto, desagradáveis. Quando as pessoas

pretendem livrar-se dessa situação negativa de desequilíbrio, associam a tais expectativas a crença antecipada que determinadas ações poderão conduzi-las na direção de estados mais confortáveis pelo fato de serem capazes de restituir o equilíbrio perdido. Nisso reside, portanto, o desejo de atingir determinado objetivo que é, por sua vez, outro aspecto integrante da psicodinâmica motivacional (BERGAMINI, 1997).

Na teoria de Maslow, ele estabeleceu uma hierarquia de necessidades básicas onde o indivíduo sempre busca chegar ao topo sendo auto-motivado por seu apelo intrínseco. Na hierarquia as necessidades fisiológicas começam como a primeira na lista, seguida pela necessidade de segurança, social, estima e por último de auto-realização sendo caracterizado pela criatividade e auto-desenvolvimento (FIORELLI, 2003). Sendo que pela teoria o indivíduo não passa para um nível mais elevado sem que antes o anterior esteja satisfeito.

De um modo similar, Moscovici ensina que “a motivação humana é constante, infinita, flutuante e complexa [...] O homem [...] logo que satisfaz a um desejo, [...] surge outro, sucessivamente” (1995, p. 70-77). A satisfação de uma necessidade dá lugar a outras, latentes, prontas a aflorar.

Mesmo com todas as teorias apresentadas anteriormente, psicólogos e administradores ainda encontravam casos ou situações que não se encaixavam com nenhuma delas, com isso, mais estudos foram feitos e novas teorias foram surgindo através daquelas pioneiras, sendo chamada de teorias contemporâneas, como a teoria ERG, que se oriunda da mesma que Maslow criou a hierarquia das necessidades.

A teoria ERG tem base em três necessidades essenciais que são a de existência, relacionamento e crescimento. O grupo de existência se refere aos nossos requisitos básicos. Isto inclui aqueles itens que Maslow chamou de necessidades fisiológicas e de segurança. O segundo grupo se refere às nossas necessidades de relacionamento, o desejo de manter importantes relações interpessoais. Esse desejo de status e sociabilidade precisa de interação com outras pessoas para ser atendido, e sua classificação de estima. Finalmente, Alderfer identifica as necessidades de crescimento, um desejo intrínseco de desenvolvimento pessoal.

Isto inclui os componentes intrínsecos da categoria estima de Maslow, bem como as características incluídas sob a auto-realização (ROBBINS, 2002).

O mesmo autor (2002) aponta que dentre as teorias contemporâneas existe também a teoria das necessidades de McClelland que enfoca três necessidades, a de realização, poder e associação, sendo a de realização uma necessidade que busca a excelência, de se realizar em relação a determinados padrões, de lutar pelo sucesso, a necessidade de poder é fazer as outras pessoas se comportarem de uma maneira que não o fariam naturalmente e por última a necessidade de associação que é o desejo de relacionamentos interpessoais próximos e amigáveis

Hoje existem normas elaboradas não só em material internacional, mas também em nossa constituição e em nossas leis com referência à inserção do incapaz, mas não são suficientes para a solução do problema, que é a capacitação e formação das pessoas incapacitadas, e a sensibilidade a que está exposto o indivíduo, uma vez que por circunstância e condições da incapacidade, e considerando o tipo de incapacidade e o grau da mesma, para sua posterior inclusão em um programa de trabalho, esta se torna dificultosa (GONZÁLEZ, 2007).

3 METODOLOGIA

A pesquisa é exploratória, descritiva, qualitativa, do tipo estudo de caso, por ter sido desenvolvida em um âmbito delimitado, a Ceará Motor Ltda, com o instrumento de coleta, uma entrevista semi-estruturada. O sujeito da pesquisa foi uma funcionária, que concordou em ser entrevistada e optou em ficar no anonimato. Ela trabalha há mais de cinco anos na empresa, já passou por duas outras funções antes de ficar no cargo de telefonista. , que hoje mesmo se for oferecido outro cargo, ela irá argumentar o porquê da decisão, devido o tamanho do comprometimento que ela adquiriu com a função. Trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter exploratório, que terá como instrumento de coleta de dados um questionário semi-estruturado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir passa-se a analisar os vários conteúdos constantes da entrevista realizada.

Referindo-se a sua consideração em fazer parte do time da empresa, a colaboradora fez declarações substanciais que demonstram claramente sua inserção no ambiente de trabalho em que atua:

Eu já trabalho aqui na Ceará Motor está com 5 anos, com certeza me sinto parte da equipe. Ainda mais aqui, onde conheço pessoalmente todos os funcionários e eles sempre me trataram com bastante respeito, inclusive os diretores da empresa, eles sempre me trataram muito bem, sempre muito educados, eu sinto que me tratam assim não porque sou debilitada, mas porque demonstro minha capacidade de trabalho e meu animo diário de vir trabalhar aqui na empresa.

A despeito de sua motivação ao acordar para ir trabalhar ela informou:

Primeiro agradeço a Deus, rezando por mais um dia e peço que o dia seja de muita paz. Depois que acabo de rezar tenho sempre um livro motivacional que leio pela manhã, assim, no dia que acordo com aquela preguiça, ela logo passa. Eu me levanto da cama com todo ânimo possível. Logo que saio da cama vou dar comida para meu cachorro,. Enfim, o cotidiano da maioria das pessoas, eu só penso no trabalho, como vai ser lá, quando estou colocando o fardamento, a farda me lembra de coisas boas que acontecem no meu dia-a-dia na Ceará Motor, os clientes que ligam de manhã cedo só para escutar minha voz, mesmo aqueles clientes que reclamam eu consigo fazer com que eles fiquem mais calmos. São lembranças do trabalho que sinto orgulho de fazer e dizer que faço parte da Ceará Motor. Como dizem que você tem que fazer o que gosta, pois eu gosto da minha função.

Tais declarações demonstram que seus pensamentos matutinos são os melhores possíveis em relação a sua vida e seu trabalho.

A respeito de como se sente ao dormir domingo à noite e lembrar que o dia seguinte é segunda-feira, a funcionária mostrou sua preferência aos dias em que trabalha, como segue:

Claro que estou tão cansada que não penso em mais nada a não ser cair na cama, mas é a melhor parte do meu domingo, sem falar a hora da missa e de brincar com meu cachorro. Por causa da minha perna não consigo fazer muitas atividades então o meu dia não é tão agitado, só quando tem show no Siará Hall que consigo entrar de graça e arranjo gente para me acompanhar. Eu prefiro dias quando tenho que

trabalhar, mesmo o dia sendo muito puxado, com muitos problemas com clientes ou com o telefone, meu dia passa mais rápido e eu me sinto útil, que é uma das melhores sensações que acho.

Em relação ao que a motiva dia após dia a vir trabalhar a entrevistada pôde caracterizar sua satisfação e felicidade em ser reconhecida interna e externamente no desenvolvimento de suas funções, a saber:

[...] o prazer de Me sentir útil e de ser reconhecida é uma das melhores sensações que eu acho e na Ceará Motor é assim, quando eu falto não só os clientes, mas os meus amigos também sentem minha falta e perguntam o que houve que eu não fui trabalhar, até ligam para minha casa. Também como falei se eu não for trabalhar não tenho outra coisa para fazer em casa, sou muito agitada e não gosto de ficar parada então para mim é um prazer ir trabalhar todos os dias e minha deficiência não atrapalha em nada, conheço os motoristas de ônibus e eles me ajudam, quer dizer não tenho motivos para deixar de ir. É muito bom trabalhar.

Sobre o pensar na empresa fora do horário de trabalho o sujeito da entrevista informou que isso ocorre em diversas circunstâncias, demonstrando o quanto é envolvida e compromissada, como segue:

Nos finais de semana quando não tenho o que fazer ou com quem falar. Existem também aquelas situações que você se compromete ou com a empresa ou com algum cliente e como eu dependo de outras pessoas para responder alguma dúvida para o cliente eu fico mais agitada ainda, preocupada com o cliente que está esperando uma resposta de mim e como eu trabalho só até meio dia o resto do dia fico preocupada, para saber se o funcionário ligou ou não para dar a resposta do cliente.

Quanto a sua imaginação daqui a dez anos no seu trabalho, ela ressaltou possibilidades de permanecer na mesma empresa e possivelmente desenvolvendo funções de maior responsabilidade, o que enaltece, mais uma vez, sua auto-estima e confiança em si própria em galgar patamares superiores ao que ocupa:

Daqui a dez anos é muito tempo, mas acho que continuarei trabalhando aqui na Ceará Motor, não sei se na mesma posição. Eu não tenho um plano de carreira, tenho observado o “CRM” crescendo muito e muito rápido, talvez surja uma posição não como telefonista e sim como operadora de telemarketing com uma função do tipo de relacionamento com o cliente mesmo ou quem sabe como uma supervisora de atendentes, mas esse já é um cargo mais ousado porque não tenho nenhum curso de gestão ou supervisão.

Como encara sua relação com o trabalho, considerando sua deficiência, a telefonista formulou conteúdos que caracterizam a naturalidade que ela enxerga sua deficiência:

Normal, como qualquer outro funcionário aqui da empresa. A minha deficiência não compromete em nada no meu trabalho talvez se ela fosse algo que me deixasse mais dependente de outros, mas no meu caso não, tenho total apoio de todos e encaro minha vida da forma mais natural possível, na minha vida pessoal ou no trabalho.

Quanto à possibilidade em receber um convite para sair da empresa e em que situação recusaria ou aceitaria a nova oportunidade, a empregada manifestou o quanto acha-se integrada ao ambiente empresarial e aos que dele fazem parte, confirmando valores já pronunciados:

Aceitaria se fosse para trabalhar com as mesmas pessoas com o mesmo clima e se pudesse do mesmo ramo, ou então se quisessem que eu fosse. Recusaria mesmo sendo em uma empresa para ganhar mais, claro que existem as exceções, mas no

geral não tenho nenhum motivo para sair, ainda mais até eu me sentir tão a vontade na outra empresa quanto aqui, isso levaria muito tempo.

A respeito de como consegue uma auto-motivação tamanha que contagiam outros, a respondente enfatizou pontos importantes e significativos, a seguir, que reafirmam pontos já colocados:

Eu já sou muito agitada e tem pessoas que me acham exagerada e para completar gosto muito do que faço então acho que o conjunto dessas três situações que transparece muito para os outros e neles dá aquele empurrão para encarar o dia. Tem clientes que me ligam de manhã e dizem que eu sou a salvação do dia deles, acho muito legal e isso me ajuda a ser assim todos os dias.

Indagada se possui algum ícone que serve de motivação, objeto, motivo ou pessoa, a empregada da Ceará Motor mostrou o quão é importante para ela as pessoas com quem convive no trabalho e sua visão-de-mundo positiva. Vide abaixo:

Não tenho uma pessoa em específico ou algum objeto, é só sair na rua e ver todas aquelas pessoas na rua sem ter o que comer e eu, numa empresa muito boa, numa função que eu gosto, tenho vínculo com as pessoas que trabalham comigo, vou reclamar de que, ainda assim, se eu não estiver gostando de alguma coisa eu tenho a quem recorrer e se a minha sugestão não for aceita é me dito o porque do não. O máximo que uso é o livrinho que leio pela manhã.

5 CONCLUSÃO

Para Taylor o funcionário não mais era motivado com punições e sim pelo dinheiro, já para Elton Mayo, ele observa a totalidade e todas suas variáveis. Quando se trata de pessoas, cada uma tem seu estilo e teve vivências diferentes, desde a infância até a vida adulta.

Realmente, não se pode afirmar uma maneira cem por cento correta de como motivar uma pessoa, para grande maioria o dinheiro vem em 1º lugar, mas nunca é o bastante.

Contradizendo Taylor, esta funcionária entrevistada não se motiva pelo dinheiro. O que a faz levantar da cama todos os dias, muito cedo, e ir trabalhar é somente o reconhecimento de sua importância na empresa. Outros colaboradores talvez se motivassem somente pelo dinheiro, mas esta não.

Ela possui uma deficiência na perna que a impossibilita de andar sem o uso de uma muleta. Sem ajuda de outra pessoa ela não sobe ou desce escadas, ela não possui carro para ir trabalhar e mora longe do trabalho. Seu principal meio de transporte é ônibus, mas por algumas vezes ela também pega moto-taxi, mesmo sem poder. Existem duas pessoas para a função, uma, é ela, que trabalha pela manhã e outra no turno da tarde, seu horário de entrada é sete horas da manhã e, não há registros de atraso nos últimos seis meses.

Com todos seus problemas de condução e mobilidade ela consegue trabalhar com humor, atenção, prontidão, empenho e motivação invejáveis. Como dito na entrevista e constatado pessoalmente por um dos autores, pela manhã pessoas ligam para escutar o ânimo que ela exala. Sua marca pessoal começa logo ao atender a ligação: “Ceará Motor [...] BOM DIA!” O bom dia dito na sua apresentação representa toda sua alegria de estar ali trabalhando e isso é compreendido por quem escuta.

Pelo resultado apresentado a melhor maneira de uma pessoa automotivar-se é em primeiro lugar, se conhecer e fazer aquilo que você realmente gosta. No ponto de se conhecer, está incluso saber as situações em que lhe dão mais satisfação, o que lhe deixa a pessoa mais importante, talvez um simples “muito bem você está fazendo um ótimo trabalho” já faça a pessoa trabalhar como se tivesse ganhado o melhor prêmio.

O objetivo geral deste estudo foi analisar a motivação e a auto-motivação do perfil de um profissional especial dentro de uma empresa de grande porte, Ceará Motor. Este objetivo foi atingido, pois a análise dos resultados demonstra que a entrevistada está muito satisfeita e que não há nada que a faça desmotivar dentro da empresa que representa e sua incapacidade física não constitui nenhum impedimento para o exercício de sua função, que muito a gratifica, e cujas tarefas exerce com muito bom humor, satisfação e alegria, valorizando em muito o ambiente organizacional em que atua.

REFERÊNCIAS

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Motivação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

CASTILLO, Simone. **Auto Conhecimento**, [s. l.], 2006. Disponível em: <<http://www.simonecastillo.com.br/artigos.asp>>. Acesso em: 15 maio 2008.

FERNANDES, Alessandro. **Auto-motivação – o segredo do sucesso**, [s. l.], 2000. Disponível em: <<http://www.guiarh.com.br/p52.html>>. Acesso em: 15 maio 2008.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para Administradores**. São Paulo: Atlas, 2003.

GONZÁLEZ, Rosiris C. R. Motivación a los Trabajadores Discapacitados y su Inserción en el Area Laboral. **Revista de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas**, [s. l.], n. 3, p. 281-301, 2007.

KAHALE, Flávia. **Motivação salarial**, [s. l.], 2008. Disponível em: <<http://blog.palestrademotivacao.com.br/>>. Acesso em: 15 maio 2008.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

OGATA ML Consultores. **Motivação**, [s. l.], 2007. Disponível em: <<http://blog.palestrademotivacao.com.br/>>. Acesso em: 15 maio 2008.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Atlas, 1999.

AA 2: COMÉRCIO ELETRÔNICO: ANÁLISE DO SITE DAS AMERICANAS.COM

Antonio Victor Sales Vasconcelos de Carvalho⁴; Alberto dos Santos Paiva Filho⁵

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral verificar a aplicabilidade dos 10 princípios norteadores do *e-commerce* no site: <www.americanas.com>. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa descritiva, baseada em uma pesquisa de campo na rede Internet. Como resultado da pesquisa descritiva observou-se que princípios norteadores do *e-commerce* as empresas devem seguir para obter sucesso na economia digital. O site mostrou-se de acordo com todos os quesitos, e mostrando o por que de seu grande sucesso entre os e-consumidores brasileiros.

Palavras-chave: Comércio eletrônico. Internet. Cliente.

1 INTRODUÇÃO

O comércio, de fato, existe desde os primórdios da civilização. Primeiramente, reduzia-se a simples troca. Dados as dificuldades deste simples sistema de troca foi criada a moeda como medida de valor. Já no final do século XX, nos anos 90, o comércio chega à Internet, trazendo à tona uma nova fase de numerosas possibilidades de realização de negócios, desenvolvendo-se em grande velocidade. Dado o crescimento do comércio eletrônico, muitas empresas ingressam neste ramo de atividade, seja para informatizar seus processos ou oferecer produtos e serviços. Hoje, as relações de *e-commerce* rompem fronteiras, sejam geográficas, culturais ou monetárias, desenvolvendo-se em grande velocidade.

Neste contexto surge a pergunta: Os *sites* de comércio eletrônico seguem princípios norteadores para serem implementados? Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral verificar a aplicabilidade dos 10 princípios norteadores do e-commerce no site:

<www.americanas.com>.

A grande contribuição deste trabalho está na validação de um modelo de implantação de comércio eletrônico que poderá contribuir com os profissionais de marketing na elaboração de planejamentos de comércio eletrônico e sua implantação para empresas.

O trabalho foi desenvolvido em 03 partes. Inicia-se por um referencial teórico onde em meio aos conceitos de autores diversos, apresentam-se os Princípios norteadores do E-Commerce, proposto por Paiva e Arruda (2003).

A segunda parte apresenta a metodologia da pesquisa que trás uma pesquisa bibliográfica seguida de uma pesquisa na rede Internet, junto ao site selecionado. A terceira parte trás a apresentação e análise dos resultados, seguindo-se a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Comércio Eletrônico: Conceito e Métodos

O comércio eletrônico, por definição, englobaria todas as atividades realizadas no intuito de vender produtos e/ou serviços utilizando-se da Internet. Há, no entanto, outras definições que afirmam que o comércio eletrônico envolve todas as práticas e processos comerciais facilitados pelas redes de computadores, incluindo serviços como transferência eletrônica de fundos (VENETIANER, 1999).

Para Kalakota & Whinston (apud ALBERTIN, 1999), comércio eletrônico pode ser entendido sobre quatro diferentes perspectivas: (i) de comunicações, o comércio eletrônico é a

⁴ Aluno do 4º semestre do Curso de Administração.

⁵ Profa. MSc., Orientador.

entrega de informações, produtos/serviços ou pagamentos por meio de linhas de telefone, redes de computadores ou qualquer outro meio eletrônico; (ii) do processo de negócio, o comércio eletrônico é a aplicação de tecnologia para a automação de transações de negócios e fluxos de dados; (iii) de serviços, é uma ferramenta que dirige o desejo das empresas, dos consumidores e da gerência para cortar custos de serviços, enquanto melhora a qualidade das mercadorias e aumenta a velocidade da entrega do serviço; (iv) de uma perspectiva on-line, prevê a capacidade de comprar e vender produtos e informações na Internet e em outros serviços on-line.

No comércio eletrônico, o princípio é o mesmo, no entanto, em uma instância bem maior de vantagens, tais como explica Venetianer (1999), por meio do quadro 1:

| Número | Vantagem | Explicação |
|--------|--------------------------|---|
| 1 | Acesso a qualquer tempo | Possibilita a oportunidade aos consumidores de fazerem compras de acordo com sua disponibilidade de tempo e conveniência, sete dias por semana, 24 horas por dia. |
| 2 | Globalização da oferta | Na hora de escolher produtos, pesquisar em lojas de virtuais de Miami, nos Estados Unidos ou de Londres, na Inglaterra. |
| 3 | Atualização rápida | Não precisa remanejar fisicamente a vitrine, nem imprimir um novo catálogo de produtos, incluindo e excluindo artigos, mudando preços e fazendo promoções rapidamente. |
| 4 | Personalização da oferta | Os hábitos dos internautas para atender às suas exigências. É comum, no comércio eletrônico, utilizar-se do artifício “os que compraram este livro, também compraram os seguintes”, acompanhando as vendas de cada título e sugerindo títulos semelhantes ao comprador. |
| 5 | Custo menor | Ocorre grandes economias no processo de logística e marketing, deixando de imprimir catálogos, veicular anúncios, menor número de funcionários, entre outros custos que são amenizados e repassados através de promoções, tornando suas ofertas mais competitivas. |
| 6 | Segurança no pagamento | É algo que ainda causa muita repulsa na compra on-line, principalmente no Brasil. Entretanto, comprar na Internet hoje, comparado a qualquer outro esquema de pagamento, é de fato bastante seguro. |
| 7 | A compra por impulso | Um dos pontos fortes das vendas em lojas virtuais pelo fato de ser tão mais fácil e rápido encontrar o que se quer e comprar com apenas um clique do mouse. |

Quadro 1 – Vantagens do comércio eletrônico.

Fonte: Venetianer (1999).

O tempo torna-se cada vez mais valioso. O comércio eletrônico barateia os custos dos negócios porque de um lado aumenta o volume de transações e, de outro, reduz o tempo em que elas são realizadas (CAVALCANTI, 1997).

Para estar engajada no comércio eletrônico, as empresas precisam desenvolver *sites* que possam disponibilizar informações e produtos aos consumidores, conduzir transações comerciais e prover *feedback* e resultados tornando-se assim um modelo mais completo e eficiente de comércio eletrônico (KING, 1998) o que é uma realidade ainda distante para grande parte das lojas virtuais brasileiras.

Um estudo da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, OCDE, revela o impacto que o mundo digital deve causar na empresas em todo mundo. No ano de 2007 o Comércio Eletrônico no Brasil faturou R\$ 6,3 bilhões, apresentando um crescimento de 43% em relação a 2006. Criando expectativas de um forte crescimento para

2008

2.2 Tipologias de Comércio Eletrônico segundo Venetianer

Existem algumas categorizações dada a amplitude do conceito de comércio eletrônico. Pode-se dizer que há uma divisão em três grandes sub-categorias (VENETIANER, 1999, p. 209):

- i. Comércio eletrônico interorganizacional que ocorre entre entidades distintas de negócios, ou seja, no âmbito de duas ou mais firmas (B2B).
- ii. Comércio eletrônico intra-organizacional que de maneira geral constitui as Intranets, estas são redes internas usadas para divulgar qualquer tipo de informações entre funcionários, assim como facilitar a entrada de dados de certas categorias de bases de informação (um cadastro de funcionários, por exemplo).
- iii. Varejo eletrônico é a atividade que visa atender diretamente o consumidor final, em geral pessoa física, vendendo produtos e buscando garantir a lealdade dos clientes (B2C). É o caso dos sites como Submarino (www.submarino.com.br) ou Lojas Americanas (www.americanas.com), por exemplo. São lojas que oferecem produtos diretamente ao internauta via *web*.

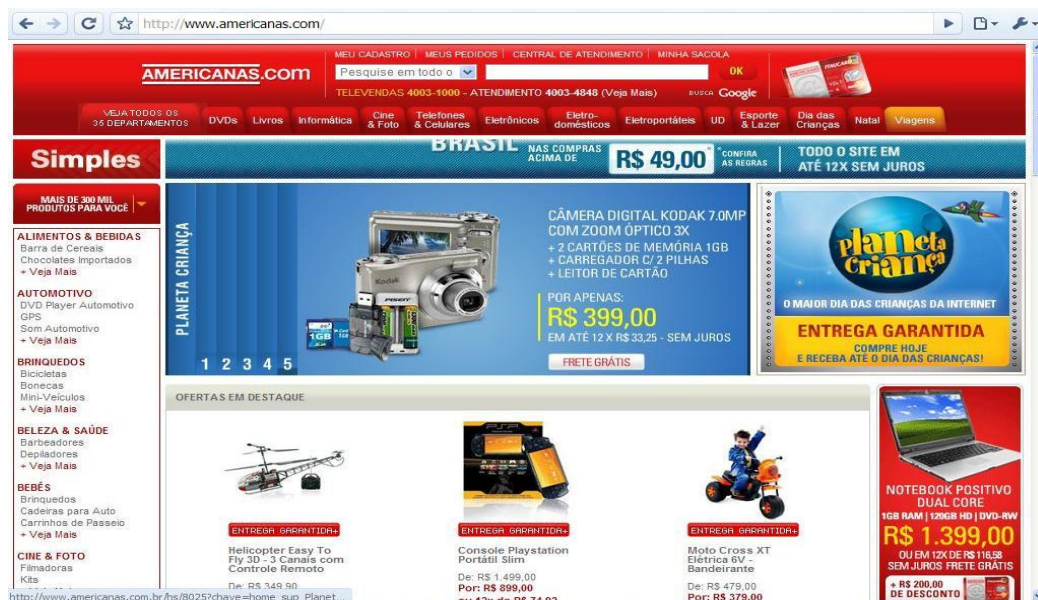


Figura 1 – Imagem do site Americanas.com.

Fonte: AMERICANAS.com (2008).

2.3 Modelos de Comércio Eletrônico

Segundo Duyne, Landay e Hong (2003), projetos para Internet são essencialmente multidisciplinares, envolvendo várias áreas de conhecimento, como observado na figura 2.

Faz-se, então, necessária a presença de profissionais especializados em diferentes disciplinas trabalhando cada área de conhecimento que, desenvolvidas separadamente, contribuem para o aperfeiçoamento, melhorando a qualidade do produto final.



Figura 2 – Projeto para Internet.
 Fonte: Duyne; Landay e Hong (2003).

Segundo Paiva e Arruda (2003), para obter êxito em um site de *e-commerce* se faz necessário o acompanhamento de dez princípios norteadores, conforme estão mostrados no quadro a seguir:

| Nº | Conceito | Definição |
|----|-----------------|---|
| 1 | Material Humano | É o ser humano que vai receber, despachar e faturar o pedido, além de manusear o site, por isso montar equipes fortes, jovens, capacitadas e abertas à mudança constante de paradigmas é um trunfo para uma loja na NET. |
| 2 | Velocidade | A chave do sucesso na Internet é a velocidade, bem mais do que dinheiro, pois para um mercado novo, que cresce a cada dia, é necessário ser veloz para aproveitar a chance que esse mercado oferece, uma vez que diante de seu potencial ainda é tão pouco explorado. |
| 3 | Credibilidade | ter um excelente atendimento, estruturar a logística no sentido de suprimento de estoque para que nunca falte marcadoria, cumprir com os prazos de entrega, praticar a inteligência de Marketing, buscar não errar na relação com o cliente, gerar interatividade, são os meios necessários para se ter credibilidade numa loja net. |
| 4 | Produto | Escolher bem o tipo de produto que se vai negociar na internet é dos fatores determinantes para o sucesso de nossa loja na rede. Alguns critérios são fundamentais na escolha: Dê preferência a produtos pequenos, digitalizáveis, resistente. Também é muito importante a análise da concorrência, para que se faça algum diferencial significativo. |
| 5 | Propaganda | Um site em si, como muitos pensam, não é uma mídia, então é necessário se investir em mídia na própria web (<i>banner's</i> , <i>pop up</i> , conexão através de <i>links</i> para sites complementares, promoções, ofertas, etc) e na mídia convencional como anúncios em jornais, <i>out door</i> , <i>busdoor</i> , endereço nos cartões de visita, camisetas, bonés, entre outros). |
| 6 | Layout do Site | O <i>layout</i> de um site é exatamente como o visual, ambientação de uma loja real. Uma loja feia, mal cuidada reflete nos produtos que vende, pois passa para o cliente descrença e desmotivação. Um site deve ser construído de maneira homogênea, sem áreas de visual muito diferente que possam levar a crer que a pessoa até já saiu do site, gerando difícil entendimento e causando agressividade e falta de comunicação. O layout deve caminhar de mãos dadas com a simplicidade, nada de exageros extravagâncias, nem informações em demasia. |
| 7 | Logística | A logística de transporte é fundamental na Internet, pois tem e será cada vez mais o diferencial competitivo deste mercado. Deve ser a área mais bem estruturada do site, onde os planejadores sentarão, avaliarão e decidirão sobre o melhor meio de entrega. Pode ser frota própria ou terceirizada. Uma |

| | | |
|----|----------------------------------|---|
| | | vez que a Internet é mundial é bom a empresa já se preocupar em colocar pessoas que entendam de importação e exportação. É muito importante estar preparado para tempos de maior movimento como dia das mães, Natal e outros. |
| 8 | Estudo de Micro e Macro Ambiente | É esta ferramenta do Marketing que precisa ser muito bem estudada antes de se colocar no ar um site para <i>e-commerce</i> , pois é este estudo que dará a certeza de que o tempo e o local são ideais. |
| 9 | Faturamento | Na Internet faturamento é forma de pagamento que o cliente usará. É muito importante usar o maior número de formas de pagamentos como depósito em conta corrente, cartão de crédito, cheques pré-datados, carteira digital, débito direto em conta, etc e que esse meios todos sejam muito seguros. |
| 10 | Escopo de Venda | É a definição da área de atuação da nossa loja virtual, porém é bom que se atente para o fato que se deve aproveitar ao máximo o fato da web ser mundial e começar a pensar globalmente, pois para isso estão à nossa frente os desafios da globalização. |

Quadro 2: Princípios do *e-commerce*.

Fonte: Paiva e Arruda (2003).

Estes Princípios orientam o desenvolvimento e gestão de uma loja de comércio eletrônico e norteiam suas ações, desde que sejam seguidas as devidas orientações expostas no quadro.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Esse trabalho apresenta um tipo de pesquisa descritiva, baseada em pesquisa de campo na rede Internet. De acordo com Mattar (2001), as pesquisas do tipo conclusivas descritivas são caracterizadas por possuírem objetivos bem definidos e procedimentos formais, serem bem estruturadas e dirigidas para a solução de problemas ou avaliação de alternativas. O autor afirma ainda que a pesquisa descritiva, como o próprio nome já diz, tem como objetivo primordial descrever, narrar algum fato que acontece. A pesquisa descritiva tem como interesse principal descobrir e observar fenômenos, sempre procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Quanto à natureza da pesquisa, pode-se definir de acordo com Vergara (2004), que a pesquisa qualitativa é aquela que estuda o comportamento, a visão do mundo, a interpretação que o ser humano tem da realidade, as crenças e valores das pessoas. Neste caso específico, pode-se afirmar que esta pesquisa tem natureza qualitativa, pois ela interpreta aspectos da loja eletrônica americanas.com segundo um modelo teórico.

Mattar (2001) afirma que coleta de dados é a fase do método da pesquisa cujo objetivo é obter informações da realidade; e instrumento de pesquisa é o que é utilizado para realizar essa coleta. As fontes de coleta de dados secundários deste estudo foram livros de autores que descrevem sobre o assunto e a fonte de coleta de dados primária foi o site selecionado disponível na rede eletrônica Internet.

A técnica utilizada para analisar os dados coletados é uma análise comparativa entre modelo teórico e vivência prática da loja selecionada.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Buscou-se neste trabalho a validação de um modelo de implantação de comércio eletrônico que contribuirá para a reflexão de empresas que desenvolvem suas atividades na rede Internet.

Para tanto, utilizou-se um quadro demonstrativo, que compara as orientações teóricas propostas pelos Princípios do *E-Commerce* e a pesquisa realizada no site da loja Americanas.com.

| Nº | Conceito | Definição | Lojas americanas |
|----|-----------------|---|--|
| 1 | Material Humano | É o ser humano que vai receber despachar e faturar o pedido, além de manusear o site, por isso montar equipes fortes, jovens, capacitadas e abertas à mudança constante de paradigmas é um trunfo para uma loja na NET. | Ela aplica este princípio a partir do ponto em que seu quadro de funcionários é bastante flexível para se adaptar as mudanças de mercado, garantindo o processo de aprimoramento contínuo. |
| 2 | Velocidade | A chave do sucesso na Internet é a velocidade, bem mais do que dinheiro, pois para um mercado novo, que cresce a cada dia, é necessário ser veloz para aproveitar a chance que esse mercado oferece, uma vez que diante de seu potencial ainda é tão pouco explorado. | O site analisado se enquadra neste aspecto, visto que foi uma das primeiras empresas brasileiras a ingressar no e-commerce (1999) e vive uma constante busca por novas formas de inovação oferecendo novos produtos e serviços aos seus clientes obtendo assim uma diferenciação neste mercado competitivo. |
| 3 | Credibilidade | Ter um excelente atendimento, estruturar a logística no sentido de suprimento de estoque para que nunca falte mercadoria, cumprir com os prazos de entrega, praticar a inteligência de Marketing, buscar não errar na relação com o cliente, gerar interatividade, são os meios necessários para se ter credibilidade numa loja net. | A loja analisada é reconhecida como a maior loja do setor na América Latina. Sendo líder do mercado B2B em seu segmento. Devido ao seu reconhecimento popular as Lojas Americanas recebem todos os premio iBest desde 1999. |
| 4 | Produto | Escolher bem o tipo de produto que se vai negociar na internet é dos fatores determinantes para o sucesso de nossa loja na rede. Alguns critérios são fundamentais na escolha: Dê preferência a produtos pequenos, digitalizáveis, resistente. Também é muito importante a análise da concorrência, para que se faça algum diferencial significativo. | As Lojas Americanas possuem uma grande variedade de produtos e serviços, disponibilizando para seus clientes a oportunidade de compra desde produtos eletrônicos à revelação de fotos. |
| 5 | Propaganda | Um site em si, como muitos pensam, não é uma mídia, então é necessário se investir em mídia na própria web (<i>banner`s, pop up, conexão através de links</i> para sites complementares, promoções, ofertas, etc) e na mídia convencional como anúncios em jornais, <i>out door, busdoor</i> , endereço nos cartões de visita, camisetas, bonés, entre outros). | A empresa analisada dispõe de parcerias com outros sites de renome, disponibilizando seus anúncios e assim ampliando seu mercado. |
| 6 | Layout do Site | O <i>layout</i> de um site é exatamente como o visual, ambientação de uma loja real. Uma loja feia, mal cuidada reflete nos produtos que vende, pois passa para o cliente descrença e desmotivação. Um site deve ser construído de maneira homogênea, sem áreas de visual muito diferente que possam levar a crer que a pessoa até já saiu do site, gerando difícil entendimento e causando agressividade e falta de comunicação. O layout deve | O site possui um layout limpo e claro, disponibilizando seções de seus diversos produtos e ferramentas de busca para que o cliente possa encontrar o que deseja de forma rápida e satisfatória. O site Americanas.com possibilita que o cliente encontre rapidamente o que deseja, visto que é bem organizado e suas ferramentas são simples e eficientes de forma que com apenas um click se encontre o produto desejado. |

| | | | |
|----|----------------------------------|--|--|
| | | caminhar de mãos dadas com a simplicidade, nada de exageros extravagâncias, nem informações em demasia. | |
| 7 | Logística | A logística de transporte é fundamental na Internet, pois tem e será cada vez mais o diferencial competitivo deste mercado. Deve ser a área mais bem estruturada do site, onde os planejadores sentarão, avaliarão e decidirão sobre o melhor meio de entrega. Pode ser frota própria ou terceirizada. Uma vez que a Internet é mundial é bom a empresa já se preocupar em colocar pessoas que entendam de importação e exportação. É muito importante estar preparado para tempos de maior movimento como dia das mães, Natal e outros. | O site da Americanas.com possui o melhor sistema de logística do Brasil (segundo o editorial da loja eletrônica), adotando uma estratégia inovadora com uma plataforma operacional exclusiva e escalável para entregar os pedidos em 48 horas em todo o Brasil. A empresa dispõe também de lojas físicas para facilitar alguns processos com os clientes, como: troca de produtos defeituosos. |
| 8 | Estudo de Micro e Macro Ambiente | É esta ferramenta do Marketing que precisa ser muito bem estudada antes de se colocar no ar um site para <i>e-commerce</i> , pois é este estudo que dará a certeza de que o tempo e o local são ideais. | Pelos resultados apresentados pela loja eletrônica ao longo dos anos verifica-se que as variáveis de ambiente são bem monitoradas e que a empresa se encontra diante de oportunidade. |
| 9 | Faturamento | Na Internet faturamento é forma de pagamento que o cliente usará. É muito importante usar o maior número de formas de pagamentos como depósito em conta corrente, cartão de crédito, cheques pré-datados, carteira digital, débito direto em conta, etc. e que esses meios todos sejam muito seguros. | O site das lojas Americanas.com para melhor atender o cliente, disponibiliza de diversas formas de pagamentos, tais quais: Cartão de Crédito (possuindo inclusive um cartão próprio); Boleto ou Débito em conta; Via Celular (<i>m-cash</i> , oi pago). |
| 10 | Escopo de Venda | É a definição da área de atuação da nossa loja virtual, porém é bom que se atente para o fato que se deve aproveitar ao máximo o fato da web ser mundial e começar a pensar globalmente, pois para isso estão à nossa frente os desafios da globalização. | As Lojas Americanas possuem uma grande atuação no mercado brasileiro, se estruturando de forma a entregar seus pedidos em apenas 48 horas. O site disponibiliza também oportunidade para que pessoas de outros países possam efetuar compras. |

Quadro 3 – Análise qualitativa da loja eletrônica americanas ponto com.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que esta pesquisa atingiu seu objetivo, pois, conclui-se que os dez Princípios Norteadores do *E-Commerce* realmente são validados no desenvolvimento e manutenção de uma empresa de nome consistente no mercado como são as Lojas Americanas.

Verificou-se que cada um dos Princípios é aplicável e que a americanas.com se utilizou de cada um deles de forma detalhada e cuidadosa.

Pode-se afirmar com isso que se todas as lojas de comércio eletrônico que ainda não alcançaram seus objetivos on-line e aquelas que desejam se inserir no meio eletrônico mas têm receio de não alcançar resultados, podem então, se orientar pelos Princípios norteadores do e-commerce que servem como orientadores neste caminho ainda tão novo para as organizações.

REFERÊNCIAS

AMERICANAS.com. Disponível em: <<http://www.americanas.com>>. Acesso em: 10 maio 2008.

KALAKOTA, Ravi e ROBINSON, Marcia. **E-business** : estratégias para alcançar o sucesso no mundo digital.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. Edição compactada. São Paulo: Atlas, 2001.

PAIVA, Alberto dos S. P. e Arruda, Danielle M. de O. **Os Princípios básicos do E-Commerce**. Disponível em CD ROOM nos Anais do III Encontro de Pós graduação e Pesquisa da Universidade de Fortaleza – UNIFOR, 2003.

VENETIANER, Tom. **Como vender seu peixe na Internet**: um guia prático de marketing e comércio eletrônicos. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2004.

AA 3: TRABALHADOR DO CONHECIMENTO – PERFIL DOS ALUNOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA FACULDADE CHRISTUS

Antonio Victor Sales Vasconcelos de Carvalho⁶; Andréa Guimarães Cerqueira⁷

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar o perfil dos alunos do Curso de Administração da Faculdade Christus em relação aos atributos do Trabalhador do Conhecimento. Os objetivos específicos consistem em descrever as transformações do trabalho no decorrer do século XX; estudar o conceito de Sociedade do Conhecimento; identificar, segundo Drucker, o perfil do Trabalhador do Conhecimento; levantar as deficiências e evidenciar os pontos fortes que precisam ser trabalhados junto aos alunos, em relação ao Perfil do Trabalhador do Conhecimento. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, sucedida por uma pesquisa de campo, tendo como universo os alunos entre o 4º e o 6º semestre do curso de Administração da Faculdade Christus. Os dados foram colhidos através da aplicação de um questionário estruturado. O referencial foi construído basicamente com Drucker (2002), Castells (1999), Terra (2000), Maximiano (1995) e RIBEIRO (2006). Como resultado da pesquisa bibliográfica observou-se que grandes foram as transformações do trabalho no decorrer do século XX, emergiu a Sociedade do Conhecimento, impulsionando a necessidade de qualificação para se obter sucesso no ambiente profissional e mudando a base da economia mundial, que passou a se estruturar fundamentada no capital intelectual, exigindo um novo perfil do trabalhador, caracterizado por possuir conhecimentos generalistas e, ao mesmo tempo, altamente especializados; por ter capacidade em gerenciar o tempo, sendo produtivo e desenvolvendo um alto poder de concentração; saber atuar em equipe e estar sempre se atualizando. Com a pesquisa de campo pode-se perceber que os alunos curso de Administração da Faculdade Christus estão bem preparados em boa parte dos quesitos relacionados a este perfil, apresentando deficiências, dentre outros, em relação a administração o tempo (42,37%); a tomada de decisões (44,06%); a preocupação em relação a falta de vínculo formal com as empresas (71,18%).

Palavras-chave: Mercado. Conhecimento. Trabalhador.

1 INTRODUÇÃO

Uma nova economia surgiu em escala global nas duas últimas décadas. Chamada por Manuel Castells (1999) de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos.

O novo milênio, segundo Cohen (1999), está impondo uma outra forma de riqueza – a do conhecimento e da inteligência. São estas transformações que estão delineando a existência de uma nova economia, a assim chamada “economia digital”.

De acordo com Terra (2000), a organização moderna é desestabilizadora, necessita ser organizada para a inovação, para mudanças constantes, e abandonar sistematicamente tudo aquilo que é estabelecido, costumeiro, conhecido e confortável. Surge a necessidade de uma gestão voltada para o conhecimento. Nesses novos contextos sócio-econômicos e organizacionais, se discute uma redefinição do papel do trabalhador da era do conhecimento. Diante dessa nova figura profissional o autor do deste trabalho questiona-se: O que significa

⁶ Aluno do 4º semestre do Curso de Administração.

⁷ Profa. MSc., Orientador.

preparar-se para o trabalho em um mundo como este onde cresce o desemprego e onde a situação de trabalho é cada vez mais incerta? Que conhecimentos adquirir, para que trabalho?

Será que os alunos do Curso de Administração da Faculdade Christus estão cientes e preparados para essa nova realidade? Dentro desses questionamentos, o presente trabalho tem como objetivo geral identificar o perfil dos alunos do Curso de Administração da Faculdade Christus em relação aos atributos do Trabalhador do Conhecimento. Os objetivos específicos consistem em descrever as transformações do trabalho no decorrer do século XX: do Homem Econômico ao Trabalhador do Conhecimento; estudar o conceito de Sociedade do Conhecimento; identificar, segundo Drucker, o perfil do Trabalhador do Conhecimento; levantar as deficiências e evidenciar os pontos fortes que precisam ser trabalhados junto aos alunos, em relação ao Perfil do Trabalhador do Conhecimento identificado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a antiguidade o trabalho já existia, porém de forma artesanal, onde cada trabalhador produzia por conta própria, possuindo os meios de produção em sua oficina. Foi a partir da Revolução Industrial, com o surgimento das fábricas, que ocorreu a primeira grande transformação no trabalho. Possuidoras de tecnologia bem mais desenvolvida do que as antigas oficinas, as fábricas dominaram o mercado e aumentaram a produção, contudo, acarretam uma maior desigualdade social, pois eram donas dos meios de produção e exploravam os operários, pagando baixos salários, exigindo longas jornadas de trabalho e empregando mulheres e crianças.

Foi nesse contexto que surgiu a Organização Racional do Trabalho – ORT, desenvolvida e difundida por Taylor. Segundo Drucker (2001), o motivo para Taylor começar seus estudos sobre o trabalho, foi seu choque diante do ódio mútuo e crescente entre capitalistas e trabalhadores, que passou a dominar o final do século XIX. Taylor entendia que o conflito era desnecessário e tinha como proposta tornar os trabalhadores mais produtivos e remunerados dignamente.

Na época, Taylor desenvolveu o Estudo dos Tempos e Movimentos, acreditando que todo trabalho podia ser analisado da mesma forma, tendo seu tempo de execução e métodos padronizados. A idéia era a de que todos que produzissem de acordo com os padrões pré-estabelecidos mereciam receber bons salários. Defendeu a tese de que o pagamento dos funcionários deveria ser proporcional ao que produzissem e não por tempo de serviço (mensalmente ou semanalmente), e desse modo estaria estimulando-os a produzir mais.

Em decorrência desses estudos, no despontar do Século XX, surge a Administração Científica, que tinha a concepção do trabalhador como *homo economicus*, em que o ser humano era visto como preguiçoso e mesquinho por natureza, que não tinha prazer pelo trabalho, sendo motivado a produzir mais voltado apenas para recompensas salariais.

Taylor achava que o estudo do trabalhador deveria ser feito por meio de uma abordagem econômica, considerando o homem motivado pela busca do dinheiro e pelo medo de perder o emprego. Ele adotou o conceito de *homo economicus* para caracterizar o operário, isto é, a idéia de que para trabalhar mais o homem é influenciado apenas pelo fator econômico, portanto, só aumentará seu ritmo de trabalho se receber em troca recompensas financeiras.

(RIBEIRO, 2006)

Essa visão fez com que o trabalhador produzisse cada vez mais, ganhando uma melhor remuneração, porém, contribuiu para que ele se tornasse alienado. Isso porque, visando uma maior eficiência, o trabalho passou a ser extremamente especializado. Cada operário ficava encarregado de efetuar somente uma tarefa, com ferramentas e movimentos padronizados e cronometrados, além da existência de uma rígida supervisão. O trabalhador era visto apenas como uma peça da organização, como se esta fosse uma espécie de máquina que produzisse o máximo possível para obter mais lucro.

Segundo Drucker (2001),

O crime de Taylor aos olhos dos sindicatos, foi sua afirmação de que não existia “trabalho qualificado”. Em operações manuais há apenas ‘trabalho.’ De acordo com o sistema de Taylor de ‘Administração Científica’, todo trabalho pode ser analisado

da mesma forma. Qualquer trabalhador que queira fazer o trabalho da maneira que a análise mostra que esse fato deve ser feito é um ‘homem de primeira classe’, merecendo um ‘salário de primeira classe’ – ou seja, tanto ou mais que o trabalhador qualificado receberia com seus longos anos de aprendizagem.

Vários autores criticaram essa visão da Administração Científica, considerando-a mecanicista. Ribeiro (2006) afirma que ela ficou muito restrita aos fatores diretamente relacionados ao cargo e à função do operário, desconsiderando o elemento humano, vislumbrando a empresa como uma máquina rígida e estática e procurando sempre o desempenho máximo e não o ótimo, proliferando o trabalho desqualificado, coexistente com uma administração centralizadora. Defende ainda que Taylor deixou a desejar quando não observou a existência das organizações informais dentro das empresas, pensava nos operários apenas como meio para executar determinada tarefa.

Essa abordagem administrativa gerou pressões sociais por parte dos trabalhadores, principalmente nos Estados Unidos. Assim, percebeu-se que o trabalhador era mais complexo do que se imaginava, impulsionando a necessidade de estudar ferramentas para melhor gerir as pessoas dentro das organizações.

Na tentativa de solucionar essa questão social e administrativa iniciou-se a Experiência de Hawthorne que, com suas conclusões, contribuiu para originar a Teoria das Relações Humanas na Administração. Tal experiência comprovou que o trabalhador é também motivado pelo que se chamou de “fator psicológico”, mostrando como este pode ser preponderante sobre o fator fisiológico.

Segundo Ribeiro (2006), a partir da Experiência de Hawthorne notou-se a existência de grupos informais dentro das organizações e que os indivíduos necessitavam participar dos mesmos para satisfazerem suas necessidades sociais. Verificou-se também que os grupos mantêm um padrão de comportamento, regulando o modo de agir das pessoas, que são motivadas pela necessidade de reconhecimento (status), e não somente por motivos econômicos como anteriormente propunha a Abordagem Clássica. Os participantes dos grupos muitas vezes deixavam de produzir mais e de ganhar uma melhor remuneração, para não se desviarem dos padrões e assim não correrem o risco de sofrer sanções sociais ou para se beneficiar de privilégios dentro dos grupos informais, adquirindo reconhecimentos sociais. Isso gerava conflitos entre os interesses da organização formal e a informal.

Com esses novos pensamentos surgiu uma nova concepção do trabalhador que passa a ser visto como *homo social* que é motivado não somente por recompensas financeiras, mas principalmente por recompensas sociais.

Todas essas conclusões, decorrentes de estudos realizados por personagens como Elton Mayo, Kurt Lewin dentre outros, contribuíram para outra grande revolução no trabalho, pois os trabalhadores passaram a ser vistos dentro das organizações como pessoas dotadas de sentimentos e que deveriam ser tratadas da melhor forma possível, visando a eficiência e a produtividade organizacional. Com isso, houve uma valorização da opinião dos trabalhadores, entendendo que quando estes se sentem úteis para a organização trabalham com mais satisfação; uma ênfase no desenvolvimento de lideranças e foi dada uma maior autonomia ao trabalhador.

Segundo Caravantes (2000), a idéia era a de que a fábrica deveria ser o ambiente em que as pessoas realizassem todas as suas necessidades, psicológicas e sociais. No entanto, essa visão foi considerada utópica, pois valorizava bastante o trabalhador, dando-lhe autonomia para interagir com os outros membros da organização, constituindo grupos informais. Em decorrência dessa grande liberdade os trabalhadores ficaram sem supervisão, prejudicando o ritmo das empresas.

Entre as concepções extremistas da Abordagem Clássica e da Abordagem Humanística da Administração, na tentativa de buscar um equilíbrio, baseada nos estudos de Weber, surge a Teoria da Burocracia. Mas, apesar da tentativa, tal teoria teve a ênfase aproximada a da Teoria Clássica, pois focou a organização formal em detrimento da informal.

Segundo Maximiano (2004), a Teoria da Burocracia buscava a eficiência das organizações através de uma rígida hierarquia e de ações pré-estabelecidas, tornando assim os processos decisórios mais rápidos e impessoais, porém, fazendo com que as pessoas perdessem sua identidade dentro das organizações, sendo reconhecidas não pelo que eram, mas pela posição que ocupavam dentro da hierarquia da empresa. As regras das organizações eram rígidas e estavam previamente estabelecidas em manuais que posteriormente viraram motivos para que os funcionários quando errassem algo recorressem aos mesmos para justificarem os erros. Os processos pré-estabelecidos fizeram com que as decisões se tornassem algo sistemático, retirando a autonomia das pessoas em todos os processos, contribuindo para que tudo se tornasse uma rotina e essas ficassem alheias a qualquer tipo de mudança, acarretando uma espécie de alienação.

Por outro lado, a burocracia trouxe vantagens no campo profissional no sentido de que o trabalhador era promovido pelas suas qualidades profissionais e não pela sua afinidade com o chefe, proporcionando assim a possibilidade de um plano de cargos e carreiras dentro das organizações.

Em 1947 surge a Teoria Estruturalista, também chamada de Teoria de Transição, pois, baseada na Teoria da Burocracia e nos demais estudos já existentes, conseguiu o equilíbrio buscado anteriormente e não alcançado. Foi uma teoria que alterou vários paradigmas na Administração, dentre eles o fato de que enfoque baseado no método e no processo e a preocupação maior com as atividades (meios) passaram a ser substituídos por um enfoque nos resultados e objetivos a serem alcançados (fins). O trabalho passou de um fim em si mesmo para se constituir um meio de alcançar metas e obter resultados.

Em 1950 surgiu a Administração por Objetivos que reforçou esse pensamento da Teoria Estruturalista e, após um processo de aperfeiçoamento prático, trouxe novos conceitos de administração amigável, democrática e participativa e suas ferramentas passaram a funcionar como base para novos esquemas de avaliação do desempenho humano, remuneração flexível e, sobretudo, buscando uma compatibilização entre objetivos organizacionais e individuais das pessoas.

Em 1957 a Teoria Comportamental, que teve como principal enfoque de estudo conhecer as necessidades humanas para trabalhar a motivação das pessoas a favor dos objetivos organizacionais veio trazer novos conceitos a respeito da relação do trabalhador com a organização que alterou profundamente a concepção do trabalho dentro das organizações. Por exemplo:

- para explicar as organizações foi proposta a Teoria da Cooperação (de Chester Barnard), defendendo que é graças a participação pessoal e cooperação entre as pessoas que surgem as organizações, ou seja, que as organizações são sistemas cooperativos, sociais, baseado na cooperação entre pessoas. Que a cooperação é fruto da decisão de cada pessoa em função das suas satisfações pessoais. Portanto, entendendo que a cooperação é essencial para a organização, defende que a função do executivo é criar condições de incentivar a manutenção de sistemas de esforços cooperativos.
- foi proposta também a Teoria das Decisões (de Herbert Simon) que concebia a organização como um complexo sistema de decisões (em todas as áreas, níveis hierárquicos e situações). Conseqüentemente, concebendo as pessoas como tomadores de decisões.

Posteriormente, em 1962, a Teoria do Desenvolvimento Organizacional, acrescentou outros paradigmas trazendo idéias sobre um novo conceito de organização que existe em função da coordenação de diferentes atividades de contribuintes individuais com a finalidade de efetuar transações planejadas com o ambiente, onde as pessoas são vistas como contribuintes, entendendo que essa contribuição vai depender de suas necessidades individuais e do sistema de recompensas e contribuições da organização.

Por tudo o que foi exposto pode-se ter um indício de quanto o Século XX foi um marcado por mudanças organizacionais e transformações no trabalho, exigindo do trabalhador cada vez mais qualificação e um perfil que hoje se denomina “Trabalhador do Conhecimento”.

Segundo Drucker (2001), no início do século XX, cerca de 90% dos trabalhadores ativos ainda eram trabalhadores braçais e apenas 3% eram trabalhadores do conhecimento. Atualmente essa realidade é outra, pois em todos os países desenvolvidos a grande maioria da força de trabalho é constituída por trabalhadores do conhecimento. O exemplo dos Estados Unidos, onde eles representam cerca de 40% dos trabalhadores ativos e é o grande diferencial entre as empresas competitivas.

Durante muito tempo o conhecimento foi visto como algo secundário, quando somente as pessoas de classes sociais favorecidas tinham acesso à educação. Esta realidade vem mudando ao longo dos séculos.

Drucker (2001) relata que na época da Grécia Antiga, existiram muitos filósofos que viam na força do pensamento a chance para explicar os fenômenos do mundo. Durante a Idade Média o conhecimento foi deixado de lado, sendo fornecido apenas nos mosteiros.

Existiram vários reis que não sabiam ao menos escrever seus nomes.

Ainda no início do século XX era possível tornar-se um diretor de uma grande organização sem ter feito faculdade. Bastava apenas começar a trabalhar nos níveis técnicos da empresa, mostrar competência, ir evoluindo de posto até chegar ao topo da hierarquia.

Atualmente, defende Drucker (2001), se a pessoa quiser ao menos fazer parte do grupo operacional de inúmeras empresas necessita ter no mínimo um nível superior. E se almejar conseguir um cargo hierárquico mais elevado precisa ter cursado pós-graduações.

De acordo com o exposto, percebe-se que a realidade mudou ao longo dos anos e o conhecimento deixou de ser secundário, tornando-se cada vez mais essencial.

Hoje, entrada do século XXI, não é mais possível, nem para os setores ideologicamente mais retrógrados, conceber a continuidade da economia e da sociedade moderna sem o avanço crescente da educação, sem a difusão de novas tecnologias, especialmente as ligadas à informática, que passaram a ser requisito indispensável a todo o processo produtivo. [...] A

rigor, o conhecimento, no capitalismo, é uma mercadoria como outra qualquer. É produzido em determinadas condições, a partir de insumos básicos, tem um custo, tem valor de mercado, é vendido e comprado sob várias formas (CASTELLS, 2000).

Pensando assim, o referido autor afirma que se vive “O Século do Conhecimento”. Afirma ainda que hoje, o capital não se acumula mais no dinheiro, nem no maquinário, mas na informação e que quem tem informação tem poder.

É notória a veracidade dessa afirmação, pois nos dias atuais, o conhecimento tornou-se recurso básico da economia e quem o possuir pode obter com facilidade os tradicionais fatores de produção (terra, capital e trabalho). Por outro lado, sem os estes fatores de produção, o conhecimento por si só não produz nada, torna-se sem utilidade. Nesse contexto, é importante ressaltar que hoje tais fatores se encontram inseridos nas organizações. Por esse motivo a sociedade contemporânea é conhecida também como a Sociedade das Organizações.

Segundo Huberman (1986), inicialmente, o fator de produção “terra” era a base de subsistência do homem, depois se descobriu que os elementos da “natureza” poderiam ser transformados pelo “trabalho”, posteriormente, o “capital” preponderou sobre a “natureza” e o “trabalho”. Hoje a organização é considerada a unidade produtora da sociedade, utilizando-se dos fatores de produção para alcançar seus objetivos.

Maximiano (2004) afirma que as organizações assumiram importância sem precedentes na sociedade e na vida das pessoas. Elas estão por todos os lados, pois certos objetivos só podem ser alcançados por meio da ação coordenada de grupos de pessoas. Muitos produtos e serviços essenciais para a simples sobrevivência somente se tornam disponíveis quando há organizações empenhadas em realizá-los, havendo poucos aspectos da vida contemporânea que não sejam influenciados por alguma espécie de organização.

A sociedade de conhecimento também é uma sociedade de organizações: o objetivo e a função de toda organização, comercial ou não, é a integração de conhecimentos especializados em tarefa comum (DRUCKER, 2001)

Nesse contexto, surge uma nova economia, em escala global, chamada por Castells (2000) de informacional e global para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia (sejam empresas, regiões ou nações) dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente a informação baseada em conhecimentos. É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação e tecnologia e mercados) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É uma economia com capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária, sempre tentando superar limites temporais e espaciais. É informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, a concorrência é feita em uma rede global de interação. Tal sociedade surgiu no final do século XX, porque a Revolução da Tecnologia da Informação e da Comunicação fornece a base material indispensável para essa nova economia.

Portanto, Castells (2000) defende que hoje organizações bem-sucedidas são aquelas capazes de gerar conhecimentos e processar informações com eficiência; adaptar-se à geometria variável da economia global; ser flexível o suficiente para transformar seus meios tão rapidamente quanto mudam os objetivos sob o impacto da rápida transformação cultural, tecnológica e institucional; e inovar, já que a inovação torna-se a principal arma competitiva. Essas são na verdade, as características no novo sistema econômico. A transformação das organizações ocorre como resposta à necessidade de se adaptar a esse novo sistema e às condições de imprevisibilidade introduzidas pela rápida transformação econômica e tecnológica.

Percebe-se que a sociedade moderna é bastante dinâmica, que novas tecnologias tornaram os processos de comunicação muito rápidos e que com isso as informações são repassadas de forma quase que instantânea. Assim, as empresas devem estar preparadas para um processo de mudança e aperfeiçoamento contínuos, pois as que não se alterarem rapidamente para se adaptar ao mercado perderão espaço, e muitas vezes terão que abrir mão de processos bem sucedidos para ir atrás do novo. Concordando com Drucker (2001), pode-se afirmar que todas as administrações devem recorrer a três práticas sistemáticas como demonstrado na figura a seguir.

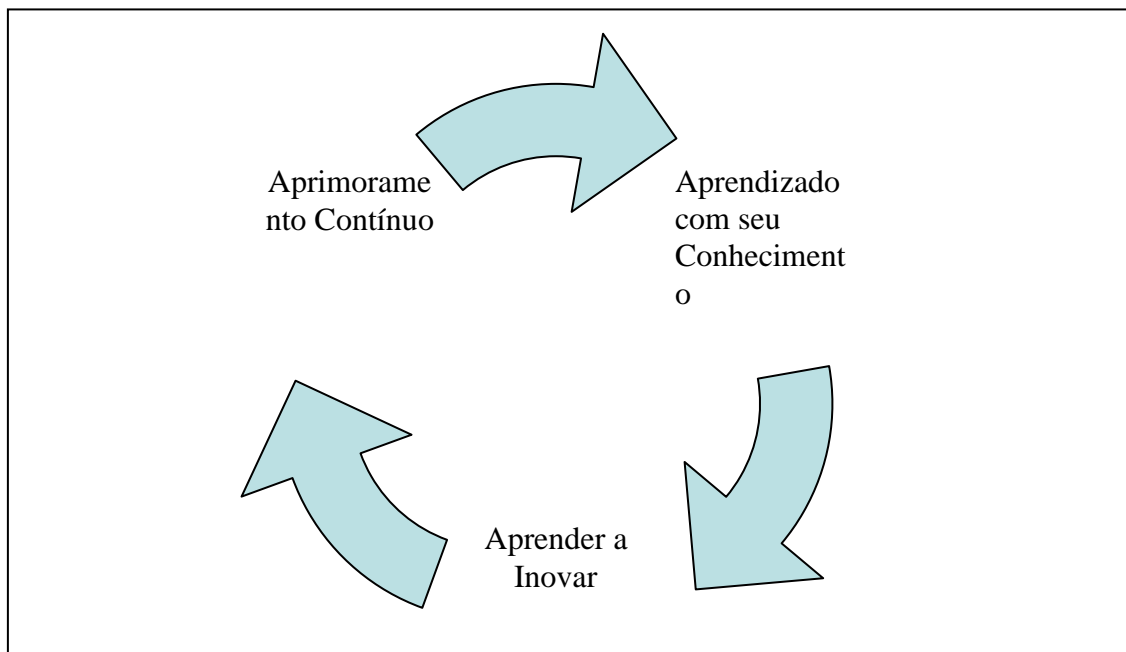


Figura 1 – Processo de inovação.

Fonte: Criação do pesquisador, baseado no texto de Drucker (2001).

Perante todo esse cenário, Drucker (2001) defende que se as empresas quiserem manter a competitividade devem possuir uma forte cultura organizacional, onde esta deverá transcender a cultura local. Precisam também deixar claro o objetivo da organização, mantendo o foco sempre na tarefa desejada. Seus funcionários, geralmente especialistas, devem trabalhar como uma equipe.

Inserido neste contexto encontra-se o Trabalhador do Conhecimento, diferindo dos demais por possuírem o meio de produção, que é o próprio conhecimento. Este deve ser atualizado constantemente, pois em curtos períodos de tempo os modelos utilizados mudam.

Segundo Drucker “... as certezas de hoje sempre se tornam absurdos de amanhã”. É o princípio da atualização contínua. Outro diferencial desse tipo de trabalhador é que eles não necessitam mais de fidelidade com a empresa e, se outra empresa utilizá-lo de melhor forma, ele não hesitará em mudar, pois quando seus conhecimentos não estão sendo utilizados plenamente há uma perda no seu potencial de produção, conseqüentemente privando a evolução do mesmo.

A relação entre esse novo tipo de trabalhador e a empresa é algo novo, levando a uma troca de interesses, no sentido de que a organização não funciona sem as pessoas e o fato de que as pessoas por si só não produzem nada. Assim, as empresas devem tomar atitudes para preservar seus funcionários, pois estes são seus principais meios de produção.

Inserida em um cenário econômico de rápidas mudanças, onde o produto base é o conhecimento, uma nova classe de profissionais dotados de um alto grau de especialização se expande, são os chamados trabalhadores do conhecimento. Para se manter no mercado, tais profissionais necessitam de um processo de aprendizagem contínua, obtendo novos conhecimentos e adaptando-se as mudanças ocorridas nos antigos processos. Segundo Drucker (2001): “O conhecimento, por sua natureza, muda rapidamente, e as certezas de hoje sempre se tornam absurdos de amanhã”.

Estes trabalhadores são detentores do capital intelectual, o qual é a base da economia moderna, e o negociam como um produto com as organizações, que por sua vez têm dificuldades em medir a produtividade de cada pessoa, pois suas produções consistem em idéias, conhecimentos e informações, as quais só apresentam valor real se forem postos em prática. A avaliação de cada trabalhador terá como base seus resultados. Por isso serão contratados para trabalhar nas coisas certas e fazer o que é certo. De acordo com Drucker (2001): “Trabalhar nas coisas certas é o que torna o trabalho intelectual eficaz”.

Os trabalhadores intelectuais em geral possuem conhecimentos generalistas sobre as outras áreas da organização, mas são extremamente especializados em sua área de conhecimento específico. Eles devem saber mais sobre sua área que qualquer outra pessoa na organização, a qual lhes dará responsabilidades de muitas vezes efetuar processos decisório, pois não existe ninguém tão preparado naquele assunto quanto eles. Conforme Drucker (2001): “Os trabalhadores de conhecimento não podem ser supervisionados efetivamente. Se eles não souberem mais sobre sua especialidade que qualquer um na organização, serão inúteis”.

Os trabalhadores do conhecimento trabalham voluntariamente e em grupos de acordo com as tarefas a serem realizadas dentro das organizações, onde ninguém manda nem controla as outras pessoas, funcionando como uma espécie de equipe. De acordo com Drucker (2001), o sistema baseado na informação lembra muito uma orquestra sinfônica, pois todos os músicos tocam de acordo com uma mesma partitura partes diferentes, mas quase sempre tocam juntos e não uníssonos. Tudo funciona em harmonia. Nas organizações as partituras são escritas como se fossem tocadas, e, para que estas dêem certo, todos necessitam conhecer e entender os objetivos estabelecidos antecipadamente. 141, certa citação?

O recurso mais escasso para os trabalhadores do conhecimento é o tempo, por isso devem administrá-lo da melhor forma possível. Uma das ferramentas que eles utilizam é a concentração. Segundo Drucker (2001), o tempo funciona como um fator limitante para a realização de qualquer tarefa, pois ele é perecível e não pode ser armazenado. O tempo de ontem se foi para sempre e nunca voltará, sendo assim, uma verdade universal a afirmação de que tudo requer tempo, e por isso ele sempre será escasso.

Para aumentar sua eficácia, os trabalhadores de conhecimento utilizam seu tempo somente com atividades extremamente importantes, delegando as tarefas mais básicas para outros profissionais. Outra estratégia para serem mais eficientes é a de disponibilizar longos períodos contínuos de tempo para realização de tarefas.

Para ser eficaz, todo trabalhador de conhecimento, e principalmente todo executivo, precisa, por tanto ser capaz de dispor de períodos de tempo bem longos. Dispor de pequenos intervalos de tempo não será suficiente, mesmo que o total seja um número considerável de horas (DRUCKER, 2001).

Os trabalhadores do conhecimento são profissionais proativos, que buscam o trabalho, pois fazem o que gostam e suas contribuições serão medidas pelos seus resultados. São pessoas que se questionam se: estão trabalhando nas áreas onde podem render mais e se as funções que efetuem agregam valor às suas carreiras. Caso contrário, não hesitarão em mudar para outra organização aonde possam trabalhar da melhor forma possível.

Drucker (2001) acredita que existem três categorias de trabalhos intelectuais, onde cada uma deve ser analisada de forma diferenciada. Observa-se que para alguns cargos o desempenho significa qualidade, um exemplo seria um laboratório de pesquisa em que a quantidade é secundária à qualidade ou nos projetos arquitetônicos, em que o desempenho é amplamente definido pela qualidade. Já o trabalho de um artesão deve ter simultaneamente qualidade e quantidade para ser eficaz. A terceira categoria se enquadraria no exemplo dos cargos de produção por terem sua qualidade restrita pela quantidade, ou seja: quanto mais se faz, mais eficaz se torna. Como uma camareira de hospital que tem seu rendimento baseado em quantas camas ela arruma por dia.

Conforme foi dito, existem três categorias de trabalhos intelectuais e de acordo com o nível em que o cargo se insere, utiliza-se mais a capacidade intelectual. Quanto mais se sobe na hierarquia da empresa, mais se utiliza a habilidade intelectual. Em cargos de nível operacional, a utilização da capacidade intelectual é bem baixa, depende quase que exclusivamente da utilização da força muscular para efetuar uma tarefa, onde a quantidade define a qualidade. Já em um cargo de extrema responsabilidade, como o de um grande executivo, a decisão certa é que importa, não interessa a quantidade, mas a qualidade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para que uma pesquisa receba a qualificação de científica, deve-se utilizar a “metodologia científica e técnicas adequadas para a obtenção de informações relevantes para o conhecimento e compreensão de um dado fenômeno” (BARROS; LEHFIELD, 2000, p. 67). Portanto, segue a metodologia utilizada neste trabalho.

3.1 Ambiente da Pesquisa

Faculdade Christus, curso de Administração, turno manhã e noite.

3.2 Natureza da Pesquisa

A natureza da pesquisa é tanto quantitativa quanto qualitativa. Quantitativa por se preocupar com representatividade numérica e qualitativa, pois busca também o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.

3.3 Tipologia da Pesquisa

Os tipos de pesquisas usados no trabalho foram à exploratória e descritiva. Tanto as pesquisas descritivas como as exploratórias são geralmente realizadas por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática. São muito utilizadas por organizações como instituições educacionais, empresas comerciais, partidos políticos, etc. (GIL, 2002).

A Pesquisa exploratória proporciona maiores informações sobre determinado assunto. Ela tem o propósito de um maior envolvimento com o problema em questão (GIL, 2002). Nessa etapa foi utilizado um levantamento bibliográfico sobre o assunto.

A pesquisa descritiva, como o nome sugere, consiste em descobrir a frequência com que um fenômeno ocorre, sua natureza, característica, causas, relações e conexões com outros fenômenos. (BARROS e LEHFIELD, 2000). Ela tem como objetivo principal à descrição das características da população em estudo. Nessa etapa, foi utilizado o questionário estruturado como técnica padronizada de coleta de dados.

Diante do exposto, em primeiro lugar, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que foi sucedida por um estudo de caso. A pesquisa bibliográfica procura resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindo de material gráfico, sonoro e informatizado. É de fundamental importância que o pesquisador faça um levantamento dos temas e tipos de abordagens já trabalhadas por outros estudiosos, assimilando os conceitos e explorando os aspectos já publicados. Nesse sentido, é relevante levantar e selecionar conhecimentos já catalogados em bibliotecas, editoras, internet, videotecas, etc. (BARROS e LEHFIELD, 2000). Já na pesquisa de campo o investigador assume o papel de observador e explorador, coletando diretamente os dados no local (campo) em que deram ou surgiram os fenômenos. O trabalho de campo se caracteriza pelo contato direto com o fenômeno de estudo (BARROS e LEHFIELD, 2000).

3.4 Universo da Pesquisa

Conceituando, universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum. A delimitação do universo consiste em explicitar que pessoas ou coisas, fenômenos, etc. serão pesquisados, enumerando suas características comuns, como, por exemplo, sexo, faixa etária,

organização a que pertence comunidade onde vivem, etc. (MARCONI e LAKATOS, 2001).

Quando há necessidade de se abranger à totalidade dos componentes do universo, isto é, quando a pesquisa não necessita ser censitária, utiliza-se o conceito de amostragem. Um obstáculo da amostragem é o fato de se ter que escolher apenas uma parte do todo de tal forma que esta possa ser a mais representativa da população.

Conceituar amostragem é dizer que a mesma constitui uma porção ou parcela, conseqüentemente selecionada do universo (população); é um subconjunto universo (MARCONI e LAKATOS, 2001).

Delimitação do universo: alunos entre o 4º e o 6º semestre do curso de Administração da Faculdade Christus, dos turnos da manhã e noite. O pesquisador entrou nas salas dos referidos semestres conseguindo uma amostra de 59 alunos.

3.5 Instrumento de Coleta de Dados

Conforme Barros e Lehfield (2000, p.89) “a coleta de dados significa a fase da pesquisa em que se indaga e se obtêm dados da realidade pela aplicação de técnicas”.

Em pesquisas de campo, é comum o uso de questionários e entrevistas. A escolha do instrumento de pesquisa, porém, dependerá do tipo de informação que se deseja obter ou do tipo do objeto de estudo. Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um questionário estruturado contendo 18 (dezoito) questões fechadas. O questionário possui a vantagem de fazer com que os respondentes sintam-se mais confiantes, dado o anonimato, o que possibilita informações e respostas mais reais. O fato de ser estruturado, por possuir apenas perguntas fechadas e padronizadas, torna-o de fácil aplicação, facilitando a codificação e análise final.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa de campo ora apresentada visa atingir os objetivos acima especificados, sendo o resultado de 59 questionários respondidos, contendo cada um 18 perguntas. Os dados obtidos estão descritos e discutidos a seguir:

Perfil dos respondentes:

A maioria dos respondentes tem entre 2 e 4 anos na Faculdade Christus (42,11%), a idade entre 21 e 31 anos (52,63%), mais de 10 anos de experiência profissional (42,11%), e não possuem outra graduação concluída (96,55%).

1ª pergunta: Você se sente motivado a estar continuamente buscando novas informações/ conhecimentos?

Resultado: 50,85% sempre; 30,51% quase sempre; 16,95% às vezes; 1,69% raramente.

Discussão: os dados indicam que 81,38% dos respondentes sempre ou quase sempre estão buscando a aprendizagem contínua. Esta é uma característica positiva dos alunos da faculdade, mostrando o interesse pelo aprendizado, o que aponta uma proximidade com o perfil do trabalhador do conhecimento.

2ª pergunta: Tem procurado adquirir conhecimentos em uma área específica da Administração que você mais se identifique? (livros, revistas especializadas, cursos, congressos)

Resultado: 16,95% sempre; 28,81% quase sempre; 44,07% às vezes; 10,17% raramente.

Discussão: percebe-se que 54,24% dos respondentes admitem não buscar com muita frequência adquirir conhecimentos em áreas específicas da Administração com o qual se identifiquem. É fato que um curso de graduação tem características generalistas, o que não justifica a falta de interesse do aluno em focar-se em áreas de interesse, especializando-se e aproximando-se do perfil do Trabalhador do Conhecimento, que precisa ser muito bom em uma área específica.

Tal resultado também contraria os dados da resposta anterior, quando os alunos dizem estar constantemente buscando adquirir novas informações e conhecimentos.

Diante do exposto, sugere-se que a faculdade busque formas de incentivar o aluno a focar-se, buscando conhecimentos específicos, estimulando a utilização da sala de periódicos, a participação em cursos e congressos, dentre outras ferramentas. Tal atitude torna-se fundamental para a formação de um profissional com a cultura da especialização e aprendizagem contínua.

3ª pergunta: Tem facilidade em gerenciar excesso de informações?

Resultado: 20,34% sempre; 50,85% quase sempre; 27,12% as vezes; 1,69% raramente.

Discussão: Os alunos mostraram-se capazes de gerenciar o excesso de informações, pois 71,19 dos respondentes afirmaram ter essa facilidade sempre ou quase sempre.

4ª pergunta: Você espera somente pela empresa que trabalha para obter oportunidades para o seu crescimento pessoal e profissional?

Resultado: 3,39% sempre; 3,39% quase sempre; 11,86% as vezes; 28,81% raramente; 52,54% nunca.

Discussão: A pesquisa demonstrou a capacidade que os alunos possuem de gerenciar de forma autônoma o desenvolvimento de suas carreiras, pois 81,35% afirmam tomar, sempre que possível, a iniciativa para aproveitarem as oportunidades e crescer de forma pessoal e profissional.

5ª pergunta: Encontra resistência em adaptar-se a constantes mudanças no seu processo de trabalho.

Resultado: 5,08% sempre; 15,25% quase sempre; 28,81% as vezes; 30,51% raramente; 20,34% nunca.

Discussão: É fato que resistência a mudanças é característica natural do ser humano, por isso, considera-se positivo o resultado da pesquisa, pois 50,85% dos alunos indicaram que raramente ou nunca são resistentes em adaptar-se às mudanças.

6ª pergunta: Sente-se motivado e desafiado quando é avaliado por resultados?

Resultado: 35,59% sempre; 33,90% quase sempre; 25,42% às vezes; 1,69% raramente; 3,39% nunca.

Discussão: A pesquisa demonstrou que os alunos possuem uma grande motivação quando são avaliados por resultados. Sendo este método de avaliação uma tendência de mercado, os alunos da faculdade mostraram-se devidamente preparados, aproximando-se assim do perfil do trabalhador do conhecimento.

7ª pergunta: Sente-se motivado para liderar grupos e resolver conflitos?

Resultado: 27,12% sempre; 37,29% quase sempre; 28,81% às vezes; 6,78% raramente.

Discussão: A maioria (64,41%) dos alunos mostrou-se motivada para liderar equipes e resolver conflitos de forma satisfatória. O que é muito positivo, pois tal habilidade é muito exigida para o novo perfil do trabalhador. Porém, 28,81% dos respondentes indicaram que às vezes sentem falta de motivação para exercer liderança e resolver conflitos. Essa falta de motivação pode vir da dificuldade em lidar com as situações pertinentes, podendo a faculdade oferecer cursos, como atividade complementar, dentro dessa temática, otimizando o resultado do perfil dos alunos.

8ª pergunta: Quando a situação exige um trabalho em equipe, você fica à vontade?

Resultado: 32,20% sempre; 33,90% quase sempre; 28,81% às vezes; 1,69% raramente; 3,39% nunca.

Discussão: O resultado da pesquisa demonstrou que os alunos sentem-se bastante à vontade quando precisam trabalhar em equipe, o que é muito bom, pois esta é uma característica que lhes será exigida durante todas suas vidas profissionais. O resultado quanto a este quesito foi muito satisfatório, mostrando uma aproximação com o perfil do trabalhador do conhecimento. Contudo, como foi observado na discussão da pergunta anterior, cabe uma otimização desse resultado oferecendo cursos, bem como a implementação de práticas em sala de aula, que desenvolvam a capacidade de trabalhar em equipe.

9ª pergunta: Têm facilidade para compartilhar conhecimentos/ informações adquiridas?

Resultado: 42,37% sempre; 38,98% quase sempre; 15,25% às vezes; 3,39% raramente.

Discussão: Os alunos apresentaram-se bastante evoluídos em relação às características de visão sistêmica e de espírito de equipe.

10ª pergunta: Você perde muito tempo com atividades de baixo valor?

Resultado: 5,08% sempre; 5,08% quase sempre; 42,37% às vezes; 42,37% raramente; 5,08% nunca.

Discussão: Um alto percentual dos respondentes (42,37%), respondeu que às vezes perdem muito tempo com atividades de baixo valor e 10,16% afirmaram que sempre ou quase sempre também não sabem aplicar o princípio básico do essencial sobre o assessorio. Os alunos não se revelaram a vontade para delegar tarefas e administrar o tempo, ocupando-se muitas vezes com atividades de baixo valor. Distanciando-se assim do perfil ideal do trabalhador intelectual. Assim, a Administração do tempo é outra temática que pode ser trabalhada pela faculdade, ajudando aos alunos a terem um melhor desempenho em suas atividades.

11ª pergunta: É possível estruturar seu tempo de maneira tal que tenha oportunidade de realizar uma tarefa por inteiro, do início ao fim?

Resultado: 27,12% sempre; 50,85% quase sempre; 20,34% às vezes; 1,69% raramente.

Discussão: O resultado demonstra que a maioria dos alunos se diz capaz de administrar bem o tempo, realizando tarefas por inteiro sem que haja interrupção por coisas de baixo valor. Sendo esta uma difícil tarefa, pois a falta de concentração é uma característica bem comum a todas as pessoas, os alunos da faculdade manifestaram-se bastante evoluídos, aproximando-se do perfil do trabalhador do conhecimento. Porém, ressalta-se o que foi posto na discussão da pergunta anterior, trabalhando os respondentes (20,34%) que dizem às vezes não conseguir tal foco e concentração, perdendo-se em atividades menos importantes.

12ª pergunta: É seu costume avaliar suas metas e resultados?

Resultado: 28,81% sempre; 32,20% quase sempre; 22,03% às vezes; 15,25% raramente; 1,69% nunca.

Discussão: A análise da pergunta em questão mostra que a maioria dos alunos (61,01%) dos alunos costuma efetuar uma auto-avaliação sobre suas metas e seus resultados, fazendo com que assim possam manter o foco para atingir seus objetivos mais facilmente. Porém, a auto-avaliação é um hábito que ainda precisa ser desenvolvido em 38,97% dos respondentes.

13ª pergunta: Você procura conhecer-se a si próprio, saber identificar suas limitações e no que é bom?

Resultado: 44,07% sempre; 33,90% quase sempre; 18,64% às vezes; 3,38% raramente.

Discussão: A maioria dos alunos (77,97%) afirmaram possuir um auto-conhecimento bastante evoluído, reconhecendo suas limitações e suas qualidades. Com este quesito positivo, os alunos podem se alocar de forma mais produtiva nas empresas e na vida, favorecendo seus pontos fortes e tentando corrigir e enaltecer suas fraquezas, aproximando-se do perfil do trabalhador intelectual. Ressalta-se, porém, que 22,02% dos alunos ainda não tem a cultura do autoconhecimento, ferramenta indispensável para o aperfeiçoamento profissional e direcionamento da carreira.

14ª pergunta: Quando não está satisfeito com o rumo da sua carreira, tem iniciativa e coragem para fazer mudanças radicais?

Resultado: 23,73% sempre; 27,12% quase sempre; 35,59% às vezes; 11,86% raramente; 1,69% nunca

Discussão: O resultado demonstra que os alunos dizem-se capazes de avaliar sua carreira, posicionando-se sempre aonde são mais aptos para trabalhar. Quando preciso, fazem mudanças radicais para se alocarem aonde trabalham com mais afinco.

15ª pergunta: Ao ser responsável por ter que analisar situações para tomar decisões importantes, você se sente tranquilo?

Resultado: 11,86% sempre; 44,07% quase sempre; 38,98% às vezes; 3,39% raramente; 1,69% nunca.

Discussão: Os alunos não se apresentaram tão à vontade quando precisaram analisar situações para efetuar decisões importantes. Sendo este um dos requisitos básicos para alunos do Curso de Administração, deve-se rever a forma com que os alunos estão se portando nas empresas em que trabalham e tentar aprimorar este quesito tão importante que os distancia do perfil do trabalhador intelectual.

16ª pergunta: O fato do vínculo com as empresas estar diminuindo o incomoda?

Resultado: 10,17% sempre; 18,64% quase sempre; 52,54% às vezes; 13,56% raramente; 5,08% nunca.

Discussão: Os alunos afirmaram que se sentem incomodados pela falta de estabilidade do mercado de trabalho atual, tendo muitas vezes que trocar de organizações e efetuar novas tarefas. Este quesito do questionário é uma grande tendência do mercado de trabalho atual, onde o serviço prestado é cada vez mais comum, por isso deve-se trabalhar este quesito com os alunos e prepará-los de forma mais eficaz. Esse resultado reforça o que foi discutido na 2ª questão, indicando a necessidade dos alunos adquirirem conhecimentos específicos, especializando-se e preparando-se para serem prestadores de serviços em áreas que tenham domínio.

17ª pergunta: Consegue ser eficaz quando não tem “chefes” lhe direcionando o trabalho, quando têm que autogerenciar suas próprias ações para dar resultados?

Resultado: 30,51% sempre; 54,24% quase sempre; 10,17% às vezes; 5,08% nunca.

Discussão: Os alunos mostraram-se bastante capazes de efetuar tarefas sem que o chefe tenha que mandar. Afirmaram que são capazes de se autogerenciar para obter resultados, mostrando assim que atuam de forma proativa nas empresas em que trabalham. Este quesito faz com que os alunos se aproximem do perfil do trabalhador do conhecimento.

18ª pergunta: Você tem dificuldade em equilibrar a vida pessoal com a vida profissional?

Resultado: 3,39% sempre; 16,95% quase sempre; 25,42% às vezes; 30,51% raramente; 23,73% nunca

Discussão: O resultado demonstra que eles são capazes de separar sua vida pessoal da vida profissional, possuindo um grande autocontrole sobre seus sentimentos.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho buscou identificar o perfil dos alunos do Curso de Administração da Faculdade Christus em relação aos atributos do Trabalhador do Conhecimento, a partir do referencial teórico estudado e de 59 questionários respondidos por alunos entre o 4º e o 6º semestre do curso de Administração da Faculdade Christus.

Através da pesquisa bibliográfica pode-se constatar que grandes foram as transformações do trabalho no decorrer do século XX, pois os modelos de gestão evoluíram muito. Durante a Administração Científica via-se o homem como uma parte integrante da máquina (fábrica), fazendo um trabalho extremamente especializado, padronizado e com o tempo cronometrado, o que acabava o alienando. Já nos dias atuais o trabalhador necessita ser bastante qualificado para obter êxito nas organizações, tornando-se mais valorizado à medida que amplia seu capital intelectual.

Continuando o estudo bibliográfico, percebeu-se que a crescente relevância do capital intelectual mudou a base da economia mundial, que antes era baseada no capital econômico e hoje passou a se estruturar fundamentada no capital intelectual, recurso que se tornou indispensável para os modelos de gestões contemporâneos. Daí surge a Sociedade do Conhecimento, impulsionando cada vez mais a necessidade de qualificação para se obter sucesso no ambiente profissional. Além, disso, passou-se a exigir tanto das organizações, quanto dos profissionais que nelas trabalham a capacidade de efetuar mudanças contínuas, de obter alta velocidade na transmissão de dados e informações, tornando possíveis negociações em tempo real e a enormes distâncias.

Entendido esse contexto social-econômico e estudando Ducker, foi possível identificar o novo perfil do de trabalhador, denominado Trabalhador do Conhecimento. Este é o detentor do capital intelectual e deve possuir conhecimentos generalistas sobre todos os processos da organização, ao mesmo tempo em que precisa ser extremamente especializado em uma determinada área, de forma que possa assumir responsabilidades sobre determinados assuntos na organização. Verificou-se que o tempo funciona como fator limitante para a produção do trabalhador do conhecimento e, para evitar o seu desperdício, deve-se desenvolver um alto poder de concentração. Além disso, os novos trabalhadores devem saber atuar em equipe de forma efetiva e estar sempre se atualizando, pois o conhecimento não é estático.

Com a pesquisa de campo pode-se identificar o perfil dos alunos do 4 e do 5 semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus em relação aos atributos do Trabalhador do Conhecimento que foram estudados. Como resultado pode-se afirmar que o perfil dos alunos pesquisados se caracteriza por possuir em grande maioria idade entre 21 e 31 anos (52,63%); estar cursando sua primeira graduação (96,55%); possuir mais de 10 anos de experiência profissional (42,11%); estar entre 2 anos e 4 anos na Faculdade Christus (52,11%). A pesquisa mostrou que os alunos apresentaram-se bem preparados em boa parte dos quesitos. Verificou-se uma grande porcentagem de respostas positivas em quesitos como: gerenciamento de excesso de informações (71,19%); motivar-se ao ser avaliado por resultados (69,49%); sentir-se a vontade em trabalhar em equipe (66,1%); auto conhecer-se (77,97%). Porém, os alunos se distanciaram do perfil do trabalhador intelectual ao responder de forma negativa os seguintes quesitos: administrar o tempo de forma a priorizar tarefas que agreguem bastante valor (42,37%); sentir-se à vontade para efetuar decisões importantes (44,06%); falta de vínculo formal com as empresas (71,18%). Notou-se durante a avaliação dos questionários que os alunos responderam de forma antagônica as duas primeiras questões, que falavam da busca autônoma para adquirirem novos conhecimentos.

A análise e discussão que foram feitas sobre os resultados dessa pesquisa, poderão servir para que a Coordenação do curso de Administração da Faculdade Christus observe os pontos que estão sendo trabalhados com seus alunos, corrigindo as fraquezas e aprimorando ainda mais as qualidades.

Dentre outros, a Faculdade poderia estimular os alunos a adquirir novos conhecimentos através da promoção freqüente de cursos e palestras com profissionais bem sucedidos, observando as temáticas que se apresentaram mais deficientes como tomada de decisões, que é a base para qualquer profissional da área, além da administração do tempo, ensinando-os técnicas que fomentem a produtividade. Outro aspecto é despertar desde cedo o interesse por descobrir uma área de especialidade de interesse do aluno, para que ele possa focar-se melhor, enquadrando-se no perfil exigido.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da S.; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos da metodologia científica: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampliada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARAVANTES, Geraldo Ronchetti. **Teoria geral da administração: pensando fazendo.** 3. ed. Porto Alegre: Age, 2000.

- DRUCKER, Peter. **O Melhor de Peter Drucker: o homem, a administração e a sociedade.** São Paulo: Nobel, 2001.
- GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem.** 21. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina Andrade. **Metodologia do trabalho científico.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- RIBEIRO, Antonio de Lima. **Teorias da administração.** São Paulo: Saraiva, 2006.
- COHEN, David. A Empresa do Novo Milênio. **Executive Digest**, [s. l.], n. 62, [199-?]. Disponível em: <www.exame.com.br>. Acesso em: nov. 1999.
- TERRA, José C.C. **Gestão do Conhecimento: o grande desafio empresarial – uma abordagem baseada no aprendizado e na criatividade.** São Paulo: Negócio, 2000

AA 4: A TEORIA NA PRÁTICA: UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA IMPLANTAÇÃO DE METODOLOGIAS EXÓGENAS SEM CONEXÃO COM A REALIDADE ORGANIZACIONAL BRASILEIRA

Celso Miranda Carvalho⁸; Laércio de Matos Ferreira⁹

RESUMO

O dualismo econômico defendido por alguns autores, especialmente aqueles ligados à CEPAL, considera o mundo econômico dividido em países centrais e periféricos. Este dualismo justifica uma maior atenção aos países com menor dinamismo econômico. Historicamente o nível econômico e tecnológico dos países desenvolvidos tem se configurado terreno fértil para a construção e implantação de novas tecnologias organizacionais. No entanto, o transporte destas metodologias para países com diferentes dinâmicas econômicas nem sempre tem ocorrido sem causar efeitos negativos, decorrentes da falta de adequação dos novos métodos às situações locais. Neste prisma, este trabalho busca discutir a implantação de modelos e metodologias organizacionais exógenos para as empresas brasileiras, sem a adequação às singularidades regionais.

Palavras-chave: Metodologias exógenas. Transferências acríticas. Dinamismo empresarial.

ABSTRACT

The economic dualism appointed from some authors, especially those closed to ECLAC, consider the economic world divides between central and peripheric countries. This dualism justifies an intensive attention to the countries with less economical dynamism. Historically, the economical and technological level of the developed countries has been configured an abundant environment for the construction and implementation of new organizational technologies. Nevertheless, the transport of those technologies for countries with different economical dynamics not always has been occurred without negative effects, resulting from the lack of adaptation of the new methods for the local scenarios. In this aspect, this work aims to discuss the implantation of exogenous organizational models and methodologies for the Brazilian enterprises, without consider the adaptation to the regional singularities.

Keywords: Exogenous methodologies. Enterprise dynamism. Uncritical transference.

1 INTRODUÇÃO

A história da Administração é bastante recente, e por isso a própria denominação de “ciência” ainda provoca muitas discussões. Os primeiros trabalhos sobre estruturas e práticas organizacionais foram editados no início do século XX, por Frederick Taylor, nos Estados Unidos, e por Henri Fayol, na França. No entanto, vestígios de gestão administrativa remontam ao século XXIV a.C., na dinastia Yao.

A prática administrativa é, portanto, bem anterior à formalização dos estudos organizacionais como teorias, e é pontuada por fenômenos sócio-econômicos que se constituíram marcos históricos em seu processo evolutivo. A Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra em meados do século XVIII, e o contemporâneo surgimento da máquina a vapor são exemplos de eventos que provocaram drásticas mudanças no cenário político-econômico-social da época.

Como resultantes do efeito modificador desses eventos, destacam-se a consolidação do capitalismo e a subsequente abertura comercial, bem como a ampliação dos mercados e da livre concorrência. A habilidade artesanal, a priori, e a conseguinte força de trabalho baseada na produção manufatureira, foram substituídas pelo sistema industrial e seu crescimento avassalador.

O avanço tecnológico propiciou a produção industrial em série e em larga escala. Logo o setor fabril exaltaria a relevância das máquinas no processo produtivo em detrimento da

⁸ Aluno do Curso de Administração.

⁹ Prof. Dr., Orientador.

coadjuvante classe operária. Os custos sociais advindos da explosão industrial foram inúmeros, pois os camponeses que migraram para as cidades eram submetidos a péssimas condições de trabalho, recebiam irrisórios salários, além de precisarem cumprir jornadas de trabalho de até dezesseis horas diárias.

Karl Marx, pensador alemão e um dos preconizadores da Sociologia, era crítico ferrenho das práticas exploratórias exercidas sobre os operários, fenômeno que denominou de “mais-valia”. Os argumentos de Marx, a partir do conceito de “mais valia”, pretendiam questionar os costumes abusivos de exploração da classe operária e defender os interesses dos trabalhadores.

Embasado pela dialética hegeliana, Marx passou por fortes embates ideológicos com Auguste Comte, precursor do positivismo. Comte aludia aos ideais do capital, enquanto Marx priorizava as causas trabalhistas.

Foi nesse contexto geopolítico que houve a ascensão burguesa e que o capitalismo tornou-se o principal modelo econômico mundial. O Antigo Regime deu vazão à economia liberal, que se caracterizava pela não intervenção do Estado nas regulamentações e práticas comerciais.

Para Adam Smith, iluminista e pai do liberalismo econômico, a economia deveria caminhar livremente, através da conhecida máxima: “*laissez-faire, laissez-passer, le monde va de lui-même*” (deixai fazer, deixai passar, o mundo caminha por si só).

Mais adiante, já em um contexto moderno, Schumpeter (1961), economista e entusiasta das ciências sociais, afirmava haver uma relação mútua entre os paradigmas econômicos e os acontecimentos concernentes à sociedade. Seus estudos apontavam para a necessidade de constantes inovações nos processos econômicos, que ocorreriam através das denominadas “ações empreendedoras”, desenvolvidas por indivíduos dotados de um talento natural (*entrepreneur spirit*) para identificar oportunidades de inserir inovações no cenário econômico (as “janelas de oportunidade”), provocando o surgimento de um novo paradigma em substituição ao anterior (os “ventos da destruição criadora”)¹⁰. O lucro seria o escopo da atividade inovadora e o progresso técnico, advindo da inserção das inovações, o motor de desenvolvimento de países e regiões. Schumpeter não se referia, então, ao lucro como uma mera remuneração do capital investido, mas sim como o “lucro extraordinário”, que possibilitaria novos e maciços investimentos, além de propiciar a rotatividade de capital entre diversos segmentos de mercado.

No campo da Administração, alguns anos antes das concepções schumpeterianas, mas também no respaldo dos avanços científicos que pontificaram a transição entre os séculos XIX e XX, no que se convencionou chamar de “a segunda revolução industrial”, o engenheiro Frederick Taylor propôs uma maneira científica de gerenciar as organizações, através do planejamento, controle, comando e execução de processos. Essa teoria, criada por Taylor, foi chamada de Administração Científica e dava ênfase às tarefas operárias, além de estar voltada apenas para o interior das próprias empresas e indústrias, caracterizando um sistema fechado.

Posteriormente, Henri Fayol criou a Teoria Clássica e difundiu a importância da estrutura organizacional nas gestões e processos. A organização formal, disposta através de normas, diretrizes e níveis hierárquicos, deveria ser respeitada por subordinados e tinha como premissa o poder centralizado.

O decurso do século XX propiciou a criação e disseminação de novas teorias que fossem atendendo às consecutivas e emergentes necessidades organizacionais. Com o avanço das pesquisas e da tecnologia, as teorias foram saindo de modelos reducionistas e mecânicos, e adquirindo formatos orgânicos e com alto grau de complexidade, em que as relações e os fluxos de informações entre as organizações saíram do patamar de cadeias e atingiram um alcance e abrangência global.

¹⁰ Vale salientar que o conceito de paradigma tecnológico é atribuído a Giovanni Dosi, na década de 1970, quando o grupo de economistas denominados “neo-schumpeterianos” resgataram as idéias apresentadas por Schumpeter no início do século XX.

Os Estados Unidos, como berço das principais inovações tecnológicas que se sucederam à segunda revolução industrial, e beneficiados pela neutralidade no primeiro conflito mundial, iniciaram o século XX como principal centro de dinamismo econômico, e em consequência origem das modificações que pontificaram a cronologia do pensamento administrativo.

Exemplos emblemáticos de mudanças nas teorias administrativas refletem-se, portanto, desde os estudos de Taylor e Fayol, em cenários econômicos de avançado dinamismo econômico. A divisão do mundo entre países centrais e periféricos, enunciada pelo Manifesto Cepalino (Mantega, 1989) a partir do final da Segunda Grande Guerra¹¹, evidenciou as disparidades econômicas entre os países exportadores de produtos de alto valor agregado e aqueles cujas economias se baseavam unicamente na comercialização de produtos de baixo valor agregado.

As disparidades entre países desenvolvidos e outros que chegaram com retardo ao processo desenvolvimentista ou em estágios ainda anteriores (os países subdesenvolvidos) justificam a necessidade de reflexão sobre a transposição, sem processo de adaptação às peculiaridades das nações menos desenvolvidas, dos conceitos elaborados tendo como base economias dinamicamente mais avançadas.

Este trabalho põe em relevo, portanto, a preocupação sobre a implementação, em países em estágios anteriores de desenvolvimento, e particularmente o Brasil, de metodologias voltadas à prática administrativa, desenvolvidas com sucesso em seus países de origem. Para subsidiar a reflexão proposta, efetua uma cronologia dos principais avanços no campo da teoria administrativa, e seus impactos sobre as estruturas organizacionais brasileiras.

2 A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

Após o pioneirismo da Abordagem Científica (Administração Científica e Teoria Clássica) e seu caráter revolucionário, houve inúmeros pesquisadores e estudiosos que tentaram preencher as lacunas deixadas por Taylor e Fayol, e que criticaram o conceito de “homem econômico” proposto por ambos.

Surgia a Teoria das Relações Humanas, em meio à “alienação” da classe operária e ao abrupto e contestado enriquecimento de industriais e empresários. Esta teoria defendia e conceito de “homem social”, pois acreditava que o trabalhador não era movido apenas por recompensas financeiras. Alguns aspectos tácitos deveriam ser explorados. Segundo Maximiano (2004), a “Experiência de Hawthorne” foi o instrumento utilizado pelo médico e sociólogo Elton Mayo para tentar identificar e mensurar agentes que influenciavam - positiva ou negativamente - na linha de produção. Mayo pesquisou sobre a interferência da luminosidade, dos trabalhos realizados em equipe e das boas condições do ambiente na eficácia produtiva. Os estudos desenvolvidos por Abraham Maslow, evidenciados e dispostos em sua conhecida “pirâmide”, concluíram que os trabalhadores não necessitavam e ansiavam apenas por dinheiro e condições básicas de ofício, mas sim por bons relacionamentos sociais, além de desejarem estima e auto-realização. Foi nesse contexto que surgiu a figura do líder (autocrático, democrático ou liberal) e que brotaram as primeiras sementes concernentes à organização informal.

Em virtude da tentativa de conciliar preceitos da Teoria Clássica e da Teoria das Relações Humanas, criou-se a Abordagem Estruturalista, composta pela Teoria da Burocracia e pela Teoria Estruturalista.

A Teoria da Burocracia surgiu nos arredores da década de 40 e teve como propulsor Max Weber. Partia da premissa de que as sociedades, organizacionais ou não, deveriam

¹¹ O trabalho escrito por Raul Prebisch, em 1949, estabeleceu um marco na história do desenvolvimento econômico, ao sugerir a intervenção estatal como solução para os nefastos efeitos da disparidade de dinamismo econômico entre os países em estágios avançados de desenvolvimento, produtores e comercializadores de produtos com maior valor agregado, e a periferia, a quem sobrava a exportação de produtos de baixo valor agregado. O manifesto Cepalino constitui-se na pedra fundamental do pensamento teórico voltado para o subdesenvolvimento.

caminhar sob a égide do Estado de Direito, respeitando suas respectivas constituições, normas e leis. A tripartição dos poderes, proposta por John Locke e posteriormente sistematizada por Montesquieu, além da Teoria dos “Freios e Contrapesos” (*Checks and Balances*) serviu de arcabouço teórico-científico para a construção da burocracia weberiana¹². Os Sistemas de “Freios e Contrapesos” tiveram como escopo a redução dos abusos de Estadistas e parlamentares e a delimitação do raio de atuação de cada poder e de cada ente federativo.

Weber também ratificava a necessidade da presença de um contrato social que regesse o Estado. Seus lemas contratualistas advieram de Thomas Hobbes e Jean Jacques Rousseau. O primeiro acreditava que, independentemente das práticas e dos meios utilizados para justificarem um fim, o Chefe de Estado não poderia ser deposto. Rousseau, entretanto, defendia que o contrato poderia ser rompido caso o Estadista não cumprisse com seus deveres básicos: conceder saúde, educação, lazer e liberdade de expressão à sociedade.

O trabalho assalariado e o poder centralizado também completam a essência da burocracia weberiana. A meritocracia é a forma de governo baseada no mérito e é considerada pelas políticas burocratas. Os níveis hierárquicos são estabelecidos e consolidados, em tese, a partir de merecimento e destaque, em que há a prevalência de valores ligados à competência e educação.

De acordo com Drucker (2002), Weber não contava, entretanto, que sua teoria recairia em inúmeras disfunções. As empresas brasileiras sofrem na contemporaneidade justamente com estas distorções. Admitindo o Brasil como uma grande empresa, nota-se o excesso das práticas burocráticas¹³, principalmente na esfera pública.

As empresas privadas brasileiras também são bastante burocráticas. Não há procedimentos organizacionais e sistemáticas de trabalho que ocorram com a mais nítida fluidez e transparência, sem que o chefe centralizador intervenha e corrobore a prática. Isto dificulta não apenas a comunicação entre os diversos setores da empresa, como também inibe a iniciativa individual e emperra o dinamismo da organização.

A “*adhocracia*” (adocracia), desdobramento da Teoria da Burocracia, seria de maior eficiência e eficácia para as gestões organizacionais contemporâneas em virtude do seu formato flexível. Trata-se de um regime contingencial e que está mais preparado para lidar com a volatilidade do mercado e suas conseqüentes mutações. Cria valor ao defender a mobilidade e o dinamismo processual, a adaptação organizacional e a inovação.

A Teoria do Estruturalismo surgiu em meados da década de 1950 com um retorno à ênfase na estrutura organizacional (MAXIMIANO, 2004), porém diferia da Teoria Clássica, por apresentar uma visão rudimentar de sistema aberto, que daria origem à Escola Sistêmica.

Ainda estava focada no poder centralizador e coercitivo, mas concebeu o surgimento de pequenos grupos informais. Surgiu, então, o “homem organizacional”, que desempenhava vários papéis em diferentes organizações. Todavia, esse “homem” não promovia interfaces e correlações entre os acontecimentos e processos das diferentes empresas. Havia também a dificuldade em se recrutar talentos e desvendar suas habilidades tácitas.

Na seqüência da evolução das Teorias da Administração, surgiu a Teoria Neoclássica, que não só reafirmava os postulados clássicos, como também se caracterizava pela flexibilidade, pois, na opinião de seus apologistas, moldava-se ao tamanho e complexidade das organizações. Além disso, ratificava as técnicas administrativas iniciadas por Taylor e Fayol (planejar, organizar, controlar, comandar e coordenar).

A organização funcional, a departamentalização e a administração por objetivos foram os seus maiores legados. A gestão funcional consistia na mescla entre linhas hierárquicas e *staff*, uma espécie de consultoria que

¹² Locke aludia à fragmentação dos poderes em Executivo, Legislativo e Federativo, no qual o Poder Executivo, no sentido literal da palavra, “executava” os projetos de lei e as pautas elaboradas e discutidas nos outros dois poderes. Montesquieu, por sua vez, foi o responsável pela sistematização desta tripartição, substituindo o Poder Federativo pelo Judiciário e a ele atribuindo funções e competências.

¹³ O termo burocracia é originado do francês “*bureau*” – escritório – e do grego “*krátos*” – poder – e remete, atualmente, à utilização desmedida de papelório, ao apego a cargos e manutenção do *status quo*, à resistência a mudanças e ao “jeitinho brasileiro” de se lidar com as mais variadas situações.

auxiliava nos procedimentos organizacionais. O que fosse o foco da empresa deveria ser linha, enquanto o restante poderia ser consultivo (*staff*). A departamentalização apareceu como maneira de dividir o trabalho em termos de diferenciação entre os diversos tipos de tarefas executadas pelos órgãos. A administração por objetivos (APO), por sua vez, surgiu com Peter Drucker, na década de 1950, pretendia estabelecer metas acessíveis a todos e colocava os resultados e a eficácia acima de qualquer outro aspecto. Todavia, os excessos coercitivos, a busca pelo resultado independentemente dos meios e recursos utilizados (eficiência), a aprovação de objetivos incompatíveis e a focalização sobre resultados de maior mensuração em detrimento dos resultados mais importantes estagnaram o seu aparente sucesso.

Continuando o decurso das Teorias da Administração, chega-se à Teoria do Desenvolvimento Organizacional, que é um desdobramento prático da Teoria Comportamental e que serve de base e caminho para a Abordagem Sistêmica. Seu sustentáculo reside na mudança organizacional e, apesar da importância da estrutura, tecnologia e procedimentos empresariais, seu enfoque está nas pessoas. A dificuldade de se promover uma mutação organizacional está na resistência e no medo que uma ruptura de paradigmas provoca nas pessoas. É nesse ponto que a definição do conjunto de hábitos, costumes, valores e tradições de uma empresa ganha relevância, pois trata-se da cultura organizacional. Esta teoria prega a importância de uma mudança planejada e paulatina, em que a cultura da empresa seja respeitada e que a transformação e o abandono de velhas idéias ocorra de maneira pouco traumática. Obviamente a mudança é algo inerente a qualquer empresa ou ambiente instável; logo torna-se imprescindível a adaptação da cultura organizacional ao seu meio influenciador. Há autores que pregam que a mudança se inicia com uma grande rotatividade de pessoal (“*turn-over*”), entretanto a maneira mais adequada de realizar a transformação consiste na conscientização das pessoas da necessidade de se adaptar ao dinamismo do mercado. É necessário que as forças impulsionadoras positivas se sobrepujem às negativas e que, como consequência, as equipes de trabalho estejam imbuídas de comuns objetivos.

Foi nesse cenário que surgiram as primeiras concepções sobre estratégia empresarial. Vários foram os instrumentos utilizados para a formulação de estratégias. O planejamento estratégico é o mais conhecido e advém das escolas analíticas e instrumentais norte-americanas. O *Benchmarking* é outro mecanismo bastante utilizado pelas empresas e consiste na captura de procedimentos e sistemas de trabalho que obtiveram sucesso em outras organizações e que são adaptados conforme os seus valores e cultura. A análise “FOFA” (*SWOT*)¹⁴ também é comumente aplicada nas empresas, de maneira que possam ser identificadas as forças endógenas e exógenas atuantes sobre ela. As forças endógenas referem-se às suas fortalezas e fraquezas, enquanto as exógenas concernem às oportunidades e ameaças. As forças exógenas estão fora do alcance e controle da organização, todavia afetam-na igualmente. Todos os “*stakeholders*”¹⁵ influenciam e são influenciados pelos processos e inovações de que uma instituição pode fazer uso. Segundo Porter (1998), há pelo menos cinco forças que atuam contundentemente sobre a empresa: os concorrentes, os novos entrantes, o poder de barganha de fornecedores, o poder de barganha dos clientes e os bens substitutos. Estes últimos são os mais perigosos, pois surgem repentinamente, com os mesmos ou maiores benefícios que um produto, mas com características mais inovadoras e adaptadas à demanda.

Mintzberg (2000), em suas produções sobre o tema, faz algumas críticas à estratégia. A primeira consiste no fato de que a formulação de uma estratégia pode ser algo arbitrário. A segunda gira em torno da pouca aplicabilidade que certas estratégias têm, tornando-se meros

¹⁴ Metodologia de análise das forças internas e externas que afetam positiva ou negativamente a empresa. A versão brasileira FOFA é abreviatura de “forças, oportunidades, fraquezas e ameaças”.

¹⁵ Atores em cenários que pressupõem jogos e conflitos de interesses, em que estes atores estão interessados pecuniariamente na empresa. Governo, órgãos reguladores, fornecedores, clientes, funcionários e sociedade podem representar esta categoria.

discursos, retóricas, falácia. A terceira, e última, reside na distorção entre o que foi planejado, deliberado e o que, de fato, foi concretizado. Nesse ínterim, muitas estratégias foram abandonadas, enquanto outras tantas emergiram.

Contudo, o seu maior legado está na disseminação da idéia de que estratégia não remete apenas a planejamento estratégico. Quando Mintzberg discorre sobre as dez escolas que fomentaram o pensamento estratégico, mostra que cultura, poder, negociação, empreendedorismo, *design*, posicionamento e meio ambiente também podem ser consideradas estratégias.

A abordagem subsequente é a teoria sistêmica. Ludwig von Bertalanffy, biólogo e criador da Teoria dos Sistemas, criticava a visão de que ciências como a física, química, matemática e biologia fossem estudadas e pesquisadas separadamente. Não concordava com a visão cartesiana do universo, pois o concebia de maneira orgânica. Aludiu ao preceito de que o todo é maior que a mera soma das partes, pois dentro de um organismo podem existir vetores que caminhem em outras direções, mas que, sucumbidos, não causem grandes turbulências ou “desequilíbrio homeostático” à organização.

A percepção da organização como um ente complexo e interdependente em relação ao ambiente contribuiu para a formação de novas abordagens administrativas, baseadas na complexidade. A estrutura organizacional tradicional, hierárquica, começa assim a dar lugar a formatos organizacionais interconectados, tornando a organização cada vez mais algo dependente dos relacionamentos de seus integrantes com outros atores, dentro e fora da estrutura organizacional, tornando inclusive difusas as fronteiras organizacionais.

A difusão da Internet, e principalmente a padronização do protocolo de comunicação utilizado tanto nas redes locais com na intercomunicação entre computadores e redes, difundiu o paradigma globalizado para o interior das organizações, ao ponto de os usuários não mais identificarem se seus processos de comunicação estão ocorrendo internamente ou externamente às empresas. Certamente o surgimento de intranets – redes internas de comunicação semelhantes à Internet, possibilitou um maior recrudescimento da fronteira entre o interior e o exterior da organização, mas os efeitos da “internetização” sobre os paradigmas organizacionais são latentes.

Um dos cenários prováveis, para um futuro não muito distante, é a extinção das relações formais de contratação. A existência de espaço virtual de convivência, a Second Life, é já um exemplo emblemático dos efeitos que a virtualização de processos poderá trazer às estruturas organizacionais.

A Globalização não se constitui, no entanto, um fenômeno generalizado, nem atinge a todas as economias com a mesma intensidade. Ainda persistem grandes contingentes populacionais sem acesso a meios rudimentares de comunicação, Há que se ter cuidado, portanto, na universalização de conceitos e metodologias testadas em economias de avançado estágio de dinamismo econômico, que em muitas situações recentes têm trazido mais malefícios que benesses a regiões e países que não refletem os ambientes favoráveis em que foram concebidas.

3 OS RISCOS DO TRANSPLANTE DE METODOLOGIAS EXÓGENAS À REALIDADE ORGANIZACIONAL BRASILEIRA

É bem verdade que o mundo globalizado e capitalista que nos envolve sofre com constantes transformações. E o universo organizacional não foge à regra. As demandas têm novos desejos e necessidades e as empresas precisam se adaptar a estes novos anseios dos consumidores finais.

O problema reside na maneira desmedida pela qual muitas organizações brasileiras tentam se sobrepor ante uma concorrência monopolista que acirra e aquece o mercado. Até alguns anos atrás, seria impossível conceber planos e estratégias de longo prazo, vide a grande instabilidade político-econômica que assolava o Brasil. O governo Collor, no início da década de 1990, até promoveu a abertura comercial do país em alguns segmentos, diminuindo tarifas alfandegárias e abrindo a economia para o mercado exterior. Todavia, sua gestão não foi

marcada apenas por esta internacionalização do capital e da economia, mas sim pelas altas taxas de inflação, que chegavam a 80% ao mês. Essa recessão econômica, aliada à disparidade entre os níveis de tecnologia e as cargas tributárias do Brasil e das economias mais desenvolvidas, provocou a mortalidade de inúmeros negócios no País e sugeriu cautela aos empresários sobreviventes e aos novos entrantes.

Atualmente, a estabilidade econômica que o País atravessa propicia vultuosos investimentos estrangeiros, a abertura do capital de empresas e aumenta o poder de compra das classes intermediárias, pois os financiamentos e empréstimos podem ser concedidos com menor nível de risco.

As organizações, por sua vez, não medem esforços para trazer para si os planos e casos de sucesso de empresas estrangeiras. São palestras e cursos falando sobre inovação, planejamento estratégico e métodos processuais que diminuam custos e tempo.

Entretanto, há que se ter bastante cuidado com a implementação de determinados métodos em organizações brasileiras, pois a receita de sucesso de uma empresa européia, por exemplo, pode se tornar um fracasso em instituições brasileiras. Empresas como Fedex, General Electric e Wal-Mart são constantemente citadas como parâmetro e referência de sucesso em livros, teses, artigos e outras publicações.

Muitas empresas brasileiras contemporâneas fogem do rótulo de “burocráticas”, pois este vocábulo adquiriu valor pejorativo em virtude das disfunções que, muitas vezes, acarreta. E isto independe dos processos utilizados. Logo, mesmo organizações que primem pela inovação e pela utilização da tecnologia da informação podem cair na morosidade ou inflexibilidade.

Quando o debate sobre burocracia vem à tona, lembra-se de imediato do serviço público, pois as suas premissas remetem a valores que saem do Estado para as especificidades. Assim sendo, o problema se constitui desde a fonte, origem. Várias são as irregularidades presentes em concursos públicos e lentos são os procedimentos no que tange à saúde, educação e sistema carcerário.

O excesso de burocracia é que tem levado o País à estagnação política. O papelório em excesso no poder público torna as informações mais difusas e de menor acessibilidade, o que permite potencialmente o aumento de ilicitudes e falcatruas e desvios de verba.

Ao trazer para a realidade brasileira, nota-se um verdadeiro descompasso entre missões, visões e valores das organizações e o seu real compromisso com o cliente. Os paradigmas, atributos, lemas e posicionamento de mercado de famosos supermercados nacionais giram em torno de rapidez e comodidade, mas a realidade é bem distinta. São extensas as filas de caixa e poucos os funcionários bem informados capazes de ajudarem o consumidor a localizar um produto ou dinamizar o processo de compra.

Técnicas de Resposta Eficiente ao Consumidor (ECR), por exemplo, são de difícil implantação, por provocarem mudanças no modo de administrar uma empresa, nas pessoas e nas relações entre as organizações componentes da cadeia de abastecimento. Sistemas como este otimizariam os estoques e facilitariam o acesso do cliente ao produto, mas a verdade dos fatos é que este modo flexível de se administrar ainda está longe da realidade das empresas brasileiras.

Philip Kotler (2000), um dos mais renomados autores da área de Marketing, ao falar sobre estratégias de diferenciação e posicionamento de mercado, diz que uma empresa não deve se basear apenas em ofertas de preços baixos, mas deve educar e mostrar aos clientes o “custo-benefício” da aquisição daquele bem ou serviço.

Contudo, a realidade brasileira é bem outra e muitos de seus métodos esbarram na cultura e no poder aquisitivo das pessoas que compõem a base da pirâmide nacional. Logo, há clientes que se apegam a produtos baratos e com baixa qualidade.

Algumas empresas no Brasil também tentam inovar ao trazer métodos japoneses de sucesso como “*Just in Time*”, “*Kanban*”, “*ISO*” e “*Kaizen*”, mudando a produção empurrada para a produção puxada, diminuindo os estoques e seus custos agregados.

A diferença de cultura é gritante e isto reflete nos processos industriais e nas relações comerciais de cada país. Todavia, a formação antropológica, sociológica e cultural japonesa é bastante diferente da brasileira. O produto japonês, até algumas décadas atrás, era considerado de baixa qualidade, mas o aporte de capital norte-americano e o soerguimento pós-guerra possibilitaram investimentos em tecnologia e qualificação profissional.

Utilizar-se do *Benchmarking*, simplesmente, não adianta. É preciso encarar a realidade brasileira e adaptar qualquer metodologia às nossas condições. O japonês é obcecado pelo trabalho e tem a persistência e obediência como traços marcantes. Ao ingressar em uma multinacional japonesa como a Toyota, por exemplo, o novo funcionário precisa conhecer, a priori, a história da empresa para, então, conhecer o chão de fábrica e passar pelos diversos outros setores da empresa. Ou seja, o apego às tradições, no Japão, é fator cultural e intrínseco a esta sociedade.

Outro aspecto a ser destacado é o da terceirização. Sabe-se que a teoria sistêmica prega que a visão holística deve ser privilegiada em relação à mera análise das partes isoladas. Entretanto, hoje em dia, a administração por processos tem sido bastante difundida no meio acadêmico e no mundo empresarial. A administração por processos sugere que cada categoria de produtos oferecidos ou setores de uma organização seja avaliada de maneira única, singular. Todos os outros processos ou produtos que não representem o foco da empresa deverão, em tese, ser terceirizados (desverticalizados) pela empresa.

Porém, mais uma vez esbarra-se na cultura organizacional brasileira, que ainda possui resquícios “provincianistas”, “coronelistas”, “paternalistas” e “nepotistas” do tempo do Brasil-colônia. Assim, a centralização de poder em empresas familiares, por exemplo, ainda é bastante comum. E a sucessão de cargos não se dá pela aptidão, talento ou competência do indivíduo, mas sim pelo seu grau de parentesco ou amizade com o dono da organização. Isto compromete o desempenho e sucesso da empresa.

Além disso, a concorrência acirrada na maioria dos segmentos de mercado faz com que o empresário brasileiro esqueça de estratégias colaborativas para competir. É preciso que o senso de colaboração e integração de toda a cadeia que compõe o seu ciclo produtivo ocorra, mas, para que isto se efetive, é necessário que a cultura organizacional seja mudada de maneira planejada e holística. Nunca se deve perder a noção do todo e do trabalho em equipe, pois a descentralização do poder pode se tornar um diferencial competitivo no futuro.

A questão basilar parece estar, portanto, na compreensão do conjunto de variáveis que compõem a “cultura organizacional brasileira”, como premissa para a implementação de modelos exógenos, qualquer que tenha sido o nível de sucesso que tenham encontrado em seus países de origem. O problema parece residir também, em boa medida, na baixa quantidade de literatura voltada para o estudo dos casos nacionais, que alicercem o desenvolvimento de metodologias adequadas às características de economias em estágios de dinamismo econômico semelhantes.

Em resumo, propõe-se, neste trabalho, a adoção de um olhar diferenciado e sistêmico sobre a singularidade dos problemas organizacionais das empresas brasileiras, considerando sua interdependência com fenômenos sociais, culturais, políticos e tecnológicos característicos. A sistematização do pensamento organizacional voltada para as questões nacional e regional seria algo similar à estruturação do pensamento sobre a “Economia Brasileira” como uma disciplina.

As reflexões propostas neste trabalho buscam alertar os responsáveis pela formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento das empresas brasileiras, sobretudo das micro e pequenas empresas que não dispõem de recursos suficientes para se adaptarem a novos instrumentos e metodologias.

REFERÊNCIAS

- DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.
- KOTLER, Philip. **Administração de Marketing**. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- MANTEGA, G. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 9, n. 4, out./dez. 1989.
- MAXIMIANO, Antonio César Amaru. **Introdução à administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- MINTZBERG, H.; LAMPEL, J.; AHLSTRAND, B. **Safári de estratégia**: um roteiro pela selva do planejamento estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- PORTER, Michael E. **Vantagem competitiva**: criando e sustentando um desempenho superior. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

AA 5: CONSUMO, SOCIEDADE E COMUNICAÇÃO DE MASSA: RELAÇÕES INDISCIPLINARES

Cristian Aquino Avesque¹⁶

RESUMO

Cada vez mais os indivíduos são persuadidos a vivenciar experiências espetaculares e diferenciadas. Este convite supõe que os mesmos possam aderir à lógica de que o consumo é a “chave” para que os problemas, ansiedades e frustrações de sua vida cotidiana sejam preenchidos por significados que ao mesmo tempo são efêmeros e contingenciais. Num mundo cada vez mais “mercadologizado”, a comunicação de massa se torna um vetor de socialização e demarcação social onde o comportamento humano se fundamenta no olhar do outro e no materialismo manifesto. O presente artigo tem como objetivo geral descrever como se estruturou a sociedade de consumo moderna e seus instrumentos de perpetuação bem como explorar os preceitos da sociedade de consumo e a “estória” da gênese do consumo na sociedade atual, incluindo no seu escopo, a solidificação da comunicação de massa como um fenômeno onipresente na vida de qualquer ser humano; tratando-se, pois, de um estudo exploratório e analítico. Conclui-se que a simbiose entre consumo moderno e comunicação de massa é claramente percebida através das manifestações espetaculares das ações de propaganda e publicidade no escopo da vida moderna.

Palavras-chave: Sociedade de consumo. Comunicação de massa. Simbiose. Publicidade e propaganda.

ABSTRACT

More and more, individuals are persuaded to undergo spectacular and distinct experiences. This invitation implies that individuals may accept the logic that consumption is the key to that their problems, anxiety and frustration be fulfilled with significancies at the same time ephemeral and contingent. In a world more and more “market guided” mass communication has become a socializing vector and social limiting where human behavior is based on the other’s look and evident materialism. The general purpose of this work is to describe how the modern consumption society has been structured and its instruments of perpetuation and as well to investigate the principles of the consumption society and the story of the genesis of consumption in the present society. Also included in its scope is the solidification of mass communication as an omnipresent phenomenon in the life of any ordinary human being. This is an exploratory and analytical study. In the first part of the work we will see how the consumption society has been structured and its main features; in the second part we will focus on the fundamentals of mass communication. We conclude that the symbiosis between modern consumption and mass communication is clearly noticed by means of spectacular demonstrations of the actions of advertising and publicity in the dynamics of modern life.

Keywords: Consumption society. Mass communication. Symbiosis. Publicity and advertising.

1 INTRODUÇÃO

Por que a sociedade moderna orienta-se ao consumo de produtos e serviços hedonistas? Por que os bens que são consumidos carregam significados de diferenciação e exclusividade buscados pelos indivíduos no seu convívio social? Como os meios de comunicação e as corporações influem e “tentam” orientar os papéis e comportamentos sociais no mundo

¹⁶ Professor Ms., Curso de Administração.

ocidental? Como as organizações empresariais se tornaram o principal vetor de socialização na modernidade? Uma lista e tanto de questionamentos que, via de regra, são feitos diariamente pelos estudiosos e profissionais que pesquisam o comportamento humano de consumo e as ações de comunicação promocional das empresas. Sabemos que a problemática apresentada não é de fácil resolução porque engloba inúmeros saberes científicos / empíricos e que as conclusões geradas pelas pesquisas são frágeis e descontínuas.

Um caminho possível para o entendimento dos principais fatores que influenciam o comportamento de consumo e na elaboração de instrumentos promocionais por parte das organizações inclui uma jornada intensa e árdua que visa analisar 2 grandes blocos de ambientes ou vetores de intervenção, a saber: sociedade de consumo e a comunicação de massa.

Será utilizada, para o referido artigo, a pesquisa exploratória e analítica sobre os fundamentos da sociedade de consumo e a comunicação de massa com o objetivo de esclarecer ao estudante de publicidade e propaganda como surgiu e se estruturou a sociedade de consumo, bem como descrever as características do processo de comunicação de massa e sua relação indissociável com a estruturação do consumo moderno.

2 CONSUMO E SOCIEDADE: PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS

O início deste trabalho delicado e “nebuloso” sobre o entendimento das razões e dos movimentos da vida social que originaram a sociedade de consumo conduz à atenção sobre a análise das transições ocorridas entre a sociedade feudal européia até os idos do século XVI e o nascimento da infante sociedade industrial capitalista do século XVIII. Esse corte histórico foi delimitado no presente artigo para que se possa ter o pleno entendimento das mudanças estruturais ocorridas nas sociedades ocidentais tradicionais derivadas do movimento renascentista, das revoluções burguesa / industrial e do mercantilismo global.

Num primeiro momento, recorre-se a Beltrão (1986) que oferece um relato interessante e detalhado sobre as principais características que guiavam e estruturavam a vida da sociedade européia nos idos do séculos X ao XVI dentre elas destacamos: economia de subsistência, consumo frugal, baixa mobilidade social, instituições onipresentes, tecnologia incipiente, monopolização do conhecimento e crédito restrito.

Destaca-se em primeiro lugar que a produção e a circulação - nas sociedades ocidentais - de produtos era quase que totalmente restrita aos feudos que, compunham em conjunto, reinos ou principados. Estes possuíam uma determinação política própria com papéis sociais extremamente delimitados e muitas vezes estáticos no que diz respeito às demandas das massas de servos, ourives, negociantes e outros. Cada demarcação feudal cunhava suas regras de precificação e atendimento de “demanda” levando em consideração a produtividade sazonal bem como as taxas de comercialização ideal de mercadorias com fins a prover o senhor feudal dos seus rendimentos econômicos do ciclo fechado de: produção, circulação e lucratividade. Tal ciclo fechado garantiria uma retenção endógena do capital, como um sistema fechado onde os principais “atores” do processo criavam e legislavam suas posses e ao mesmo tempo as posições sociais de poder e orientação da vida coletiva.

Ademais, delimita-se que a atividade agrícola extensiva - focalizada para o consumo restrito- não gerava grandes excedentes para serem comercializados além dos muros ou fossos dos castelos feudais. O comércio existente, mesmo que mínimo, encontrava sua vazão nos escambos das fronteiras mais próximas. Neste contexto, o consumo fundava-se no “produzido pelas próprias mãos” e limitava-se a um número restrito de itens pessoais e familiares. A amplitude de bens e significados a serem apreciados e consumidos não encontrava solo fértil para estimular impulsos de aquisição e muito menos de ostentação ao outro. O que se comprava ligava-se diretamente aos ditames da realidade diária e fundava-se na necessidade utilitária do bem. Vê-se que aqui surge uma delimitação essencial para nosso trabalho: necessidade utilitária!

Some-se a este restrito universo de produtos, um rígido sistema de estratificação de status social que privilegiava a tradição familiar ou as determinações metafísicas das bulas e éditos papais que tinha como consequência direta uma baixíssima mobilidade entre classes. A instituição do estado monárquico e absolutista encrava suas unhas nas mentes dos servos e visava estabelecer uma forma direta e perpétua de referencial de poder e legitimidade na hierarquia social. Não menos implacável, o poder sacerdotal cristão policiava e punia os anseios humanos de uma nova ordenação jurídica, econômica e social. Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos difundidos e apregoados neste período eram restritos as classes sacerdotais que os monopolizavam seja pela restrição do acesso as obras ou na unicidade lingüística dos livros e escritos. É, pois, uma vida rural que é lenta e desprovida de relações intensas de troca geradora de um espaço social desprovido de “desequilíbrios” abruptos e com uma forte carga de manutenção de valores e comportamentos.

Tal modelo de estruturação social começa a sentir os primeiros sintomas de fraqueza e esfacelamento com o desenvolvimento do mercantilismo europeu oriundo das “descobertas das grandes navegações”, o movimento renascentista nos campos filosófico e político, efetivação das produções culturais e científicas impressas, urbanização dos reinos e principados e a contabilidade racional dos negócios burgueses. As mudanças desse período histórico possuem duas frentes de ações para o estabelecimento da nova sociedade burguesa capitalista e não mais aquela “velha sociedade” previsível, imutável e reprodutiva.

De um lado a migração da nobreza rural que se desloca para as cidades em busca de uma aclimação as novas condições sócio -econômicas mercantis e racionais. Do outro lado começa-se a verificar um antagonismo entre a alta classe média de negociantes enriquecidos e os recém “intitulados” trabalhadores da nova configuração capitalista da relação capital/trabalho. É interessante verificar como essas mudanças estruturais afetaram a organização social dos estados entre os séculos XVII ao XIX.

Mc Cracken (2003) aborda tal problemática ao fazer um estudo detalhado das alterações de valores e comportamentos das sociedades inglesas e francesas. Na primeira, a monarquia liberal de Elizabeth I transforma Londres na capital da corte monárquica, deslocando os detentores de terras e bens das províncias interioranas para “viverem os prazeres da hospitalidade, das roupas e das cerimônias reais”. O convívio social era conduzido por objetos, no contexto de uma corte fortemente cerimonial, que se prestam a comunicar a legitimidade do monarca para governar, aspirações para o governo, qualidade de poder e de majestade e, finalmente, um status divino conforme o indivíduo é visto progressivamente em termos míticos, religiosos e literários. O simbolismo supercarregado da corte monárquica, da hospitalidade e do vestuário converteu-se numa oportunidade para a persuasão e instrução políticas. O nobre - ou o aspirante ao reconhecimento real - passou a investir mais em si mesmo adquirindo roupas, adereços e uma série de objetos de valor social históricos como obras de arte, louças e móveis (“Pátina social”). O indivíduo superou o sentimento familiar de compartilhar seus bens às gerações futuras e se empenhou para obter mobilidade social vertical (*Trickle down*). Os indivíduos estavam num mundo preenchido por bens que encarnavam mensagens. Cada vez mais, eram rodeados por objetos que carregados de sentido que só podiam ser lidos por aqueles que possuíssem um conhecimento do código-objeto.

Já em Paris, nos idos do século XIX, houve o surgimento de novos estilos de vida social e dos seus respectivos novos padrões de interações entre as pessoas. Os estilos de vida foram influenciados diretamente pelo surgimento das lojas de departamento e exposições internacionais cuidadosamente planejadas e decoradas que ofereciam um ambiente “mágico” à compra e ao consumo de massa de produtos e novas idéias. Outro grande fator de influência foi a diferenciação por parte da “elite” francesa que buscava uma nova estética e significação de consumo com vistas à evitar o nivelamento com o consumo massificado de outras classes.

O cenário estava pronto para as mais variadas formas de consumo e seus respectivos significados.

Eis aqui a instauração, orgânica ou planejada, da *sociedade de consumo*. Mas o que vem a ser tal sociedade? Quais são suas características fundamentais? Como os indivíduos se comportam nessa nova realidade? Mais uma vez é necessário cautela para explicar a complexidade dessa organização social.

Novamente, Beltrão (1986, p. 27) faz um relato extraordinário sobre as condições e os fatores que regem a infante *sociedade de massa* (grifo do autor), senão vejamos:

Em torno das fábricas, implantadas próximos ou dentro das cidades, que se expandiram derrubando antigos muros e invadindo áreas ocupadas por lavouras, florestas, morros e baixios, nascia e crescia uma população alienígena, atraída não só pelas condições de comodidade e conforto que os centros urbanos ofereciam, tais como iluminação pública, meios de transporte, redes de abastecimento de gêneros alimentícios e utensílios domésticos, variedade de instrumentos, enfim, maiores facilidades e comodidades. Com essa população iria surgir a *massa*, ou seja, grandes quantidades de indivíduos, não integrantes de qualquer agrupamento social, incluindo as classes.

Essa massa de pessoas que adentrava nos centros urbanos eram, na sua maioria analfabetos e não haviam adquirido uma habilidade profissional mas se engajavam nessas metrópoles em busca do *new deal* das ruas, teatros, oficinas, pequenas lojas e praças. Seres humanos dispostos a aceitar salários baixos e se aglomerar em espaços pequenos para compensar à falta de recursos e se integrar a nova vida urbana com esperanças de “vencer” as condições pré-determinadas dos antigos feudos. Era, pois, um espaço mítico que comunicava significados de novidade, mudança, transformação da vida cotidiana que soava como melodia aos novos homens modernos (BAUDRILLARD, 2000).

A ironia dessa mudança espetacular na organização social humana era de que o novo modelo de “liberdade” e “oportunidades” de superação e crescimento democrático-liberal se constituiu, nada mais nada menos, que na transferência de poder e elaboração dos significados majoritários da vida social da tradição ao consumo, do religioso ao secular, do coletivismo ao individualismo e das relações humanas pessoais à impessoabilidade do sujeito.

Para regular e manter tal sociedade funcionando sem muitos solavancos ou contratempos ocorre, de um lado, a transformação das instituições militares, econômicas e políticas numa forma singular de organização e implementação da ordem e valores vigentes: a burocracia. A burocracia é uma organização de poder limitado, mas efetivo, com uma estrutura normativa que limita e condiciona os passos de seus componentes. A autoridade emana de cargos ou pessoas que pelo poder econômico/político exigem obediência e mostram o caminho a ser seguido. É uma estrutura administrativa-financeira que implica, Beltrão (1986, p. 33):

[...] na exclusão formal de relações do tipo pessoal, que se traduz na ausência de toda ordem de consideração emocional, tanto entre seus componentes como com os integrantes do público com que deve contatar. É, pois, uma organização do tipo hierárquico autoritário: há uma estrutura interna uma série de traços muito explícitos que se ligam a porções de poder total de que dispões e que só está controlado por superiores, e escassamente por inferiores. O comportamento dentro dela está rotinizado e esta rotina se converte em um fim em si mesma, prescindindo do sentido funcional que tem para a sociedade. Sua pior consequência é debilitar o ego e predispor o indivíduo à subordinação em todas as esferas da vida.

Mas o que vem a ser essa orientação macroeconômica? Quais são suas implicações? A economia de mercado, como marca do capitalismo, instaura uma razão de comportamento dirigido. Tudo o que cerca o ser humano possui uma característica econômica que se dirige a acumulação e a adequação do modelo majoritário do comportamento social.

Knight apud Costa Lima (2000, p. 37) relata que:

As relações econômicas são impessoais. [...] o que é funcionalmente real é o mercado, a possibilidade de troca, não os seres humanos; estes nem sequer são meios para ação. A relação não é nem de cooperação nem de mútua exploração, mas completamente não moral, não humana.

Tudo o que não é diretamente abrangido pelo raio de ação das comunicações e dos anseios organizacionais se torna marginal ou irracional. A orientação dos sentidos e dos comportamentos humanos tem um caráter mais voltado para o “outro”, para aquilo que é produzido superficialmente e efemeramente (DEBORD, 1997). Numa leitura atual e precisa,

Costa Lima (2000, p. 74) arremata:

Tecnicamente passamos à era da comunicação multidirecional. A mensagem perde seu caráter de parcelada, distribuída em pontos reconhecidos (teatro, biblioteca, museu, sala de concerto, sala de cursos, de projeção), por instrumentos reconhecidos como (jornal, livro, revista, gravura, cartaz), que se podem evitar ou escolher. O retiro em si mesmo, o “exílio interior”, torna-se impoderável; as férias, as viagens, maneiras antes adequadas do indivíduo desligar-se de sua chatice cotidiana, tornam-se enquadradas e esquadrihadas pelas agências de turismo ou, ante novo local oferecem a repetição de problemas e questões que já se depositavam na cidade ou no continente de partida. O viajante, nos dois casos, por conta da irresponsabilidade confortável, prefere não conscientizar sua continuada dependência. Sem sair-se de casa passeia-se pelo mundo (televisão) ou carrega-se a casa nos passeios pelo mundo (as viagens). O teatro perdeu suas paredes convencionais.

Esse novo sistema orientado ao mercado e ao lucro crescente integrou os veículos de comunicação e os atrelou às diretrizes econômicas-políticas do capital. As ações mercadológicas e comunicacionais carregam nas suas essências mensagens impregnadas de parcialidade e direcionamento de comportamentos (DEBORD, 1997).

Na sociedade de massa, valores e instituições seculares sofrem diversos bombardeios e perdem espaço no “Ibope” da vida cotidiana. O principal referencial de significados sobre conduta, princípios e comportamentos passa a ser a comunicação de massa (CM). Beltrão destaca (1986) que a CM é uma força que, fornecendo idéias e informações de acordo com a identidade de valores de grupos diferenciados e dispersos que constituem a sociedade, e dando curso a diferentes pontos de vistas, fomenta os interesses comuns, ora cirando, ora desintegrando solidariedades sociais.

Nesse sentido, a CM é “geneticamente” elaborada e difundida industrialmente e possui uma vetorização vertical. É, pois, industrial por atender às exigências de um mercado consumidor ávido por produtos e serviços que preencham seus anseios e expectativas. Os bens são “carregados” de mensagens relativas aos sentimentos que permeiam a vida de qualquer indivíduo, o eixo da construção e da comunicação de qualquer “bem” desloca-se dos atributos concretos aos atributos simbólicos ou hedonistas. A feitura dos produtos incorpora elementos subjetivos como amor, felicidade, sucesso, exclusividade e outros.

A indústria possui, então, um duplo papel: o primeiro de diagnosticar como a sociedade percebe as relações sociais e um segundo papel de inscrever estas relações nos seus produtos.

Ao compreender o que a “sociedade” deseja para que as trocas sociais possam ocorrer de forma mais superficial e branda e sem conflitos de classe, as indústrias reforçam esses significados nos seus produtos e nos espaços de informação pública. Lipovetsky (2003, p.

210) explica magistralmente tal retórica persuasiva, senão vejamos:

Como no vestuário ou na publicidade, a novidade é a lei, com a condição de não ferir frontalmente o público, de não perturbar os hábitos e as expectativas, de ser imediatamente legível e compreensível para a maioria. É preciso evitar o complexo, apresentar histórias e personagens imediatamente identificáveis, oferecer produtos de interpretação mínima [...] os diálogos são elementares, os sentimentos são expressos-repetidos com o apoio da mímica dos rostos e da música de acompanhamento.

Com o primeiro objetivo atingido, surge um espaço para que se manifeste uma vetorização vertical a qual se fundamenta no pressuposto de que a comunicação e difusão das mensagens comerciais e culturais são “fabricadas” pelas próprias organizações empresariais por intermédio das agências, assessorias e empresas de comunicação, sejam estas: jornais, televisões, revistas, periódicos e outros.

3 COMUNICAÇÃO DE MASSA E A INDÚSTRIA DA MENSAGEM -MERCADORIA

Morin (1967) afirma que a indústria de comunicação é muito rápida na sua apresentação e na vida útil dos produtos investidos tornando o consumo uma atividade impalpável e efêmera. O consumo é disseminado por uma cadeia unidirecional - topo para base - que orienta o estado psíquico e comportamental dos indivíduos por uma infra estrutura maciça e multimidiática (Visual, auditiva, tátil e olfativa). A indústria da comunicação promove uma síntese da vida e das relações homem-meio, tendo por objetivo, a coleta, criação e endosso, com fins mercadológicos, da notícia e dos seus comentários.

O leitor pode se perguntar agora: O que é mesmo comunicação de massa? Beltrão (1986, p. 57) a conceitua da seguinte forma:

[...] entendemos como comunicação de massa, o processo industrializado de produção e distribuição oportuna de mensagens culturais em códigos de acesso e domínio coletivo, por meio de veículos mecânicos (elétricos/eletrônicos), aos vastos públicos que constituem a massa social, visando a informá-la, educá-la, entretê-la e persuadi-la, desse modo promovendo a integração individual e coletiva na realização do bem - estar da comunidade.

A visão sistêmica e cíclica da CM passa a modificar lentamente a percepção e a consciência do entorno social. Merton et Lazarsfeld (apud COSTA LIMA, 2000) colocam que os grupos de poder econômicos ocupam uma posição de referência de comportamento e tentam controlar o público pela comunicação ao invés de empregar meios mais diretos de controle. A “exploração” se torna mais sutil em sistemas complexos de propriedade de significados e controle da comunicação do que “deve” e do que “não deve” ser noticiado, propagado e vivido. Quessada (2003) oferece uma pista sobre esse movimento estratégico (político/econômico) intencional e deliberado realizado pelas grandes organizações empresariais. O autor relata que sociedade de massa foi se diferenciando estruturalmente devido a concorrência intensa, luta por mercados e lucros- se transfigurando na sociedade de consumo moderna. Agregando-se a esses fatores, Barbosa (2005) detém-se em duas outras manifestações históricas importantíssimas na configuração da jovem sociedade de consumo: a passagem do consumo familiar para o consumo individual e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda.

Em suma, a solidificação da primazia das organizações na sociedade de consumo funda-se na premissa de que uma empresa não pode ter somente plantas industriais, mas sim “plantas *comunicacionais*” e que o consumo de produtos e serviços implica em efeitos persuasivos de:

a. Propostas de adesão <Ideal no real>: Com a aquisição dos meios de comunicação de massa - rádios, jornais, tv's, periódicos e revistas, as empresas começam a enfraquecer estruturas seculares de orientação do comportamento humano. As igrejas, escolas, tradições, costumes começam a perder espaço- ou até mesmo serem modificadas- para dar espaço ao que está sendo produzido pelo mercado e para o mercado. Esse movimento tem como objetivo claro oferecer um mundo que é designado como perfeito, prazeroso, otimista e materialista. Reduzindo, pois, a complexidade do real construindo dele uma visão simplificada e unívoca por meio das categorias de causa e efeito. As ficções convencionadas da realidade destinam-se a designar e relatar os fenômenos e não a explicá-los. As empresas se servem da linguagem para convencer e seduzir. Com a comunicação, as organizações se apoderam da linguagem e utilizam sua força para fins comerciais, transformando o discurso em objeto de consumo de onde se afirma que: a primeira mercadoria vendida pela organização é a linguagem. A linguagem se torna um meio de troca e obra de comércio pelo qual o discurso do produto e da marca se expressam estabelecendo os termos de sua potência socializante e avassaladora. As empresas se transvestem como formas de integração e/ou exclusão revelando que o consumo é um vetor de socialização e, através dele, o sujeito incorpora um emblema de poder para pertencer ao mundo moderno

b. Produção de corpos <liberdade e viabilidade>: Com a construção simbólica do que deve ser vivido estruturada é imprescindível que as organizações desenhem quem deve fazer parte desse mundo! Uma ação deliberada que deve incluir o modelo de corpo a ser “comunicado”, o local que ele se encontra, a música que compõe a cena, seus adornos, o grupo social almejado e principalmente: a conquista do significado **mítico** proposto pela compra do produto seja esse de liberdade, de prazer, ser único. Tudo deve ser meticulosamente produzido sem imperfeições ou espaços para reflexão para que o desejo de consumo se manifeste.

c. Constituição de grupos <aptos e não-aptos>: O que pode-se admitir como premissa teórica é que quanto maior for a noção de identidade construída organizacionalmente para um indivíduo com seu corpo social desejado maior será a propensão desse em usar seus símbolos e protegê-los se forem hostilizados por críticos. Isso significa dizer que qualquer produto ou marca que seja associado ao grupo “industrialmente” produzido e adequado ao desejo ideal/corporal do sujeito será admitido como digno de confiança.

d. Efeitos de demarcação <sucesso e fracasso>: Na sociedade de consumo o ato de consumir é uma ação que interessa ao olhar classificatório de competição, comparação, julgamento e superação. A lógica do **discurso competente** (grifo do autor) por parte das empresas reside em apresentar os bens de consumo como um meio para as conquistas individuais e sociais, plena satisfação e respeitabilidade. Ou seja, os bens indicam ou sinalizam o desempenho competente das pessoas nas suas classes ou terrenos sociais, proporcionando aos ávidos consumidores uma satisfação de destaque prazeroso e vigoroso

e. Fixação de sujeitos <referencial ou esquecimento>: Homens, estruturas sociais e empresas se fundem em uma constituição na qual a compreensão de mundo e de si mesmo passa pela aquisição de produtos, pela sedução dos objetos e pela busca da realização pessoal e social por intermédio da aquisição, ostentação e posse desses bens materiais.

A sociedade de consumo se tornou um lugar de integração dos homens ao “social industrialmente produzido”. O que se pretende nessa realidade fabricada é, primordialmente, criar uma cultura de consumo que recomende aos indivíduos a escolha de um mundo que combine com seus desejos.

Barbosa (2005) expõe que a cultura de consumo implica também que os modernos valores que se ligam ao ato de consumir se tornaram o foco central da vida social. As aspirações, a identidade, a valoração dos atos sociais são definidas e orientadas em relação a posse e uso de produtos e serviços ao invés de e para outras dimensões como trabalho, cidadania, religião entre outros. Sentimentos como amor, felicidade, prazer, alegria assumem a forma de mercadorias através processo de inscrição ativa de significados no objeto concreto, o que se consome não é o objeto em si, mas sim sua representação no contexto social vivenciado. Nessa lógica, qualquer coisa abstrata ou ideativa pode se transformar em *commodity*, essas - por sua vez - carregam significados que representam um exercício de poder ser alguém ao ter o significado ofertado pelo mercado. Os valores buscados ao consumir um produto ou serviço são muito mais relacionados a um “ticket” de inserção simbólica de quem consome ao grupo de referência/aspiração escolhido “livremente” do que no uso concreto dos atributos que o produto/serviço possui. As organizações, por intermédio do seu aparato midiático, recomendam aos indivíduos a escolha de um mundo que combine com seus desejos.

4 CONCLUSÃO

Conforme o contexto apresentado, verifica-se que a vida cotidiana nas sociedades tradicionais era regida pelas necessidades básicas ou de subsistência num ritmo lento e gradual. Os objetos e utensílios buscados pelos indivíduos não possuíam significados de valor de troca proeminente; o vestuário, a alimentação, os materiais de trabalho eram rudimentares com baixo índice de diferenciação entre si. O olhar do sujeito sobre era muito mais voltado ao resultado e manipulação do mesmo do que à sua estética relacional. Os atributos concretos

como resistência, dureza, durabilidade, materiais de fabricação regiam a avaliação do que devia ou não ser digno de investimento. Em contrapartida, nas sociedades modernas a ditadura do desejo toma forma em seus mais variados contornos, nas roupas, nos móveis, nas atividades de lazer, atividades de cultura dentre outras. O desejo é ávido por obter atributos simbólicos que - via de regra - não se ligam com o desempenho do bem em si, mas sim a representação que esse possui nas relações sociais mantidas e no projeto individual de cada um. A diferença primordial entre a conduta baseada na necessidade e a conduta baseada no desejo está na qualidade, na diferenciação e na intensidade de investimentos econômicos, psicológicos e sociais que o sujeito dispõe para se movimentar na sociedade.

No que diz respeito ao desenvolvimento e a capacidade tecnológica entre os dois tipos de sociedade é certo afirmarmos que na primeira os recursos disponíveis para produzir e distribuir os bens eram restritos e incipientes. A produção artesanal não conseguia produtividade suficiente para atingir a população como um todo e os métodos de trabalho empregados pelas pequenas “choças” familiares prezavam a cópia secular dos bens produzidos. Numa outra frente, as estradas, portos, armazéns e *àgoras* não dispunham de espaço, saneamento, meios de conservação e armazenagem adequados ao consumo de massa.

Na sociedade de consumo as barreiras territoriais, alfandegárias e comerciais vão paulatinamente sendo extintas para que exista o pleno tráfego de mercadorias, serviços e valores de consumo. A distribuição de bens é extremamente veloz e eficiente com o uso de comunicações e trocas instantâneas. A tecnologia permite comprar, conhecer, estudar e se comunicar numa velocidade que, outrora, fazia parte de livros de Júlio Verne. Com a conjuntura mudando da tradição para o consumo, as instituições seculares de orientação e coordenação das ações sociais e humanas - igreja, estado e família - perdem espaço para os bens revestidos de marcas diferenciadas que garantem ao sujeito uma possibilidade de SER pelo “emblema” adquirido. A sociedade de consumo procura incessantemente conquistar seus adeptos pela promessa de que esses poderão atingir seus sonhos ou fantasias ao adquirir objetos carregados de significados mesmo que tenham nascido em famílias ou locais despojados de status, prestígio e autoridade.

Para “encantar” e converter sujeitos em consumidores, as organizações utilizam todos os tipos de comunicação existentes, desde o rádio até os festivais de música na serra de um estado. O espaço que outrora era público e universal serve de meio para que as empresas insiram seus valores e objetivos. E ademais, num movimento paralelo, as empresas oferecem expectativa de crédito para que o sonho de chegar ao lugar “prometido” seja mais facilmente alcançado.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivan Santo. **Os sentidos da publicidade**. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

BAUDRILLARD, Jean. **Sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BELTRÃO, Luiz. **Subsídios para uma teoria da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Summus, 1986.

COSTA LIMA, Luiz (Org.). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e terra, 2000

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Porto Alegre: Contraponto, 1997.

LIPOVETSKY, Gilles. **O império do efêmero**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

Mc CRACKEN, Grant. **Cultura e Consumo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1990.

MORIN, Edgard. **As grandes questões dos nossos tempos**. Lisboa: Colibri, 1997.

QUESSADA, Dominique. **O poder da publicidade na sociedade consumida pelas marcas**. São Paulo: Futura, 2003.

AA 6: GESTÃO E EMOÇÃO: NOTAS SOBRE O AUTOCONHECIMENTO DOS GESTORES E SUA INFLUÊNCIA PARA O PROCESSO DECISÓRIO NAS ORGANIZAÇÕES

Cristiane B. Oliveira¹⁷; Tais Dione¹⁸; Olga Prado¹⁹

RESUMO

Para administrar, os gestores necessitam saber planejar, organizar, liderar e controlar.

Aprendem isso através de conhecimentos técnicos e principalmente por meio do autoconhecimento, que é a capacidade de conhecer suas próprias emoções e saber identificá-las em diversos momentos. Utiliza tais habilidades como uma ferramenta de suporte para tomar decisões e resolver problemas que resultem na satisfação pessoal e profissional. Ao observar as teorias administrativas no decorrer dos anos, verifica-se que o comportamento organizacional do indivíduo evoluiu solicitando a constante avaliação de si mesmo para saber conciliar os objetivos organizacionais com os objetivos individuais, visando uma interação melhor e a eficácia dos resultados. Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar de que forma as emoções atuam no comportamento dos gestores durante o processo decisório. Para observar e analisar esses comportamentos realizou-se uma pesquisa bibliográfica, complementada por uma pesquisa descritiva através do levantamento de dados em entrevistas com alguns gestores de pequenas e grandes organizações. Entre os resultados encontrados destaca-se que o autoconhecimento influencia no processo decisório de forma a permitir que as decisões sejam tomadas visando os interesses da empresa e não os interesses do gestor, já que o mesmo saberá como se comportar em relação às suas emoções. Conhecendo suas limitações o gestor analisa melhor as decisões a serem tomadas, pois não permite interferência dos seus sentimentos durante o processo decisório.

Palavras-chave: Autoconhecimento. Emoção. Processo decisório.

ABSTRACT

Management is about planning, organizing, leading and taking control. In business, the leadership learn that technical knowledge won't be enough, he needs self-awareness: the capacity to be aware and deal with their own emotions, recognizing them in several moments. He uses such abilities as a support tool to make decisions and to solve problems resulting in the personal and professional satisfaction. When observing the administrative theories through the years, it is verified that the individual's organizational behavior developed requesting the constant evaluation of himself to know to reconcile the organizational objectives with the individual objectives, seeking a better interaction and the effectiveness of the results. This research has as main goal to investigate how emotions act in the managers' behavior during decision process. To observe and to analyze those behaviors a bibliographical research was carried out within a descriptive research through the rising of data in interviews with managers of small and big organizations. The findings stands out that self-awareness influence decision process in way to allow the decisions to be taken seeking the interests of the company and not the interest of the individual, since he will know to manage his emotions. Knowing their limitations the manager analyzes the decisions better, not allowing interference of their feelings during the decision process.

Keywords: Self-awareness. Emotion. Decision process.

¹⁷ Aluna do 5º. Semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus.

¹⁸ Aluna do 5º. Semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus.

¹⁹ Profa. MSc., Orientadora.

1 INTRODUÇÃO

Ao observarem-se os estudos sobre comportamento organizacional, percebe-se as controvérsias entre as diversas teorias que abordam o tema.. Entretanto, acredita-se na atuação das emoções e dos sentimentos em processos decisórios e em como eles interferem nas atividades cotidianas das organizações e se manifestam por meio dos seus gestores. Portanto, observa-se a necessidade de se interagir diretamente com os sentimentos e emoções do indivíduo para o amadurecimento de uma gestão com qualidade, priorizando o bem estar da organização como um todo.

Nos anos 1970 passou-se a estudar o comportamento humano voltado para o conteúdo cognitivo, ou seja, passou-se a enfatizar os aspectos positivos do comportamento humano tomando como principal método de análise, a cognição, o ato de conhecer, inclusive a si próprio. Perspectivas mais radicais têm reconceituado a cognição como algo inseparável da emoção (STEIN; TRABASSO, 1992; BLOOM; BECKUITH, 1989; HOWARD, 1993; ORTONY et al, 1988).

O autoconhecimento, uma das mais destacadas habilidades da inteligência emocional, provém da capacidade de reconhecer o sentimento no momento da sua ocorrência. Desde que foi apresentado por Goleman (1995), vem gerando resultados pró-ativos a quem os utiliza continuamente.

Entender a inteligência emocional e a aplicação do autoconhecimento proporciona uma melhor análise de si mesmo e de como agir, sendo totalmente aplicado e utilizado dentro das organizações, ou melhor, por quem as dirige.

“As pessoas podem ser emocionalmente alfabetizadas e educadas para lidar com suas emoções e comportamentos” (MAXIMIANO, 2000). Podem desenvolver suas competências na administração de suas emoções através do aprendizado, onde reconhecerão seus próprios sentimentos e usufruirão deles na tomada de decisões que afetarão positivamente sua vida profissional.

Gestores precisam saber administra-se emocionalmente de forma a não serem emocionalmente vulneráveis, devem ser perseverantes ao enfrentar dificuldades e colocar seus impulsos a serviço de seus objetivos dentro da organização na qual trabalham, posicionando-se a entender as emoções alheias sem que precisem explicá-las sendo cuidadosos e harmoniosos ao relacionar-se com outras pessoas.

As novas abordagens da ciência (neurociência e ciências cognitivas) dizem que se dermos mais atenção sistemática a inteligência emocional - ao aumento da autoconsciência, a lidar mais eficientemente com nossos sentimentos aflitivos, manter o otimismo e a perseverança apesar das frustrações, aumentarem a capacidade de empatia e envolvimento, de cooperação e ligação social, o futuro pode ser mais esperançoso.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar de que forma as emoções atuam no comportamento dos gestores e influenciam no processo decisório das organizações e como objetos específicos:

- I) Discutir brevemente as relações entre emoções e comportamento dos gestores;
- II) Identificar qual das teorias da emoção melhor explica a construção desse comportamento;
- III) Analisar as influências dessas emoções para o processo decisório empresarial.

Justifica-se e tem-se como motivação a necessidade de perceber como os gestores de sucesso se comportam nas situações diárias dentro das organizações, e como utiliza o autoconhecimento para melhor administrar. Justifica-se também pela importância que o processo decisório tem para as organizações em geral, enquanto estratégia de sobrevivência, diferenciação e ferramenta de competitividade. Ainda pela influência que o gestor exerce sobre as pessoas que dela fazem parte.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Emoções

As relações humanas envolvem emoções e sentimentos (BALLONE, 2003). “Indica que nossos sentimentos mais profundos, nossas paixões e anseios são guias essenciais, e nossa espécie deve grande parte de sua existência à força deles nos assuntos humanos” (GOLEMAN, 1995, p. 17).

Segundo Scaratino (2005), existem cinco perspectivas teóricas acerca das emoções.

| Figura 1: Correntes | Figura 2: Uma emoção é essencialmente... | Figura 3: Exemplo | Figura 4: Autores |
|----------------------------------|--|--|---|
| Figura 5: Sentimento | Figura 6: ...Um estado especial da consciência/ estado corporal | Figura 7: Raiva é um estado de alta e desagradável estimulação autonômica caracterizado por coração acelerado, pressão sanguínea aumentada, alta taxa de respiração, e atividade gástrica, redução do fluxo de saliva, tremor, | Figura 8: Aristóteles, Descartes, Hume, Freud, William James, A Damásio, J. Prinz |
| Figura 9: Behaviorista | Figura 10: ...Uma predisposição para adotar um determinado comportamento | Figura 11: Raiva é uma disposição para atacar o objeto de raiva | Figura 12: J.B. Watson, Skinner, N. Fridja |
| Figura 13: Cognitivista | Figura 14: ...Uma forma especial de avaliação | Figura 15: Raiva é a avaliação de uma situação negativa que foi cometida contra mim | Figura 16: Estoicos, Magda Arnold, M Nussbaum, R Lazarus |
| Figura 17: Evolucionista | Figura 18: ...Uma forma especial de lidar com tarefas diárias que são fundamentais | Figura 19: Raiva é uma disposição para atacar a resposta adaptativa à luta pela sobrevivência | Figura 20: C. Darwin, S Tomkins, R. Plutchik, P Ekman, C Izard, J Tooby |
| Figura 21: Social construtivista | Figura 22: ...Uma forma especial de desempenhar um papel social | Figura 23: Raiva é um papel social em que alguém se engaja ao querer justificar uma agressão | Figura 24: J P Sartre, J. Averill, C Lutz, P Griffiths, B. Parkinson |

Quadro 1 – As 5 Correntes para o estudo das emoções.

Fonte: Scaratino (2005, p. 8). Tradução livre.

Mesmo sendo o behaviorismo uma das correntes mais utilizadas em pesquisas relacionadas à gestão e comportamento destaca-se neste trabalho a teoria cognitiva das emoções, uma vez que ao atingir um estágio de maturidade entre as décadas de 1960 e 1970 buscou propor resposta para as questões referentes ao uso das emoções dentro das organizações, que nem o behaviorismo, nem as demais teorias foram capazes de solucionar.

Em meados do século XIX, aquilo que se havia iniciado como um pensamento filosófico incorpora-se à ciência da psicologia e ao próprio método científico. De acordo com o pensamento de Magda Arnold (1960), Robert Solomon (2003), Martha Nussbaum (2001), Richard Lazarus (2001) as emoções são essencialmente caminhos para que se possa conhecer o mundo, a realidade, basicamente em termos de julgamentos ou processos de avaliação de uma situação específica.

Ao discutir as relações entre emoções e os comportamentos provenientes da análise dessas emoções, têm-se na teoria cognitivista explicações sobre a origem e processo de formação das emoções humanas, facilitando a análise do comportamento de gestores dentro do processo decisório baseado na forma como ele administra suas emoções. O fundamento dessa teoria é que o principal determinante de uma emoção é o resultado da interpretação na avaliação cognitiva, que surge após a comparação do estado real com o estado desejado (BAGOZZI et al, 1999).

2.2 O que são emoções?

Antes de definir o que são emoções, é preciso esclarecer o que são sentimento e os humores, já que ambos são distintos e na maioria das vezes confundidos.

Sentimento é um termo genérico que engloba uma grande variedade de sensações que as pessoas experimentam. É um conceito amplo que envolve tanto as emoções quanto os humores. As emoções são sentimentos intensos direcionados a alguém ou alguma coisa, e os humores são sentimentos que costumam ser menos intensos que as emoções, e não possuem um estímulo contextual (ROBBINS, 2002).

Segundo Soto (2002), é qualquer agitação e transtorno da mente, o sentimento, a paixão; qualquer estado mental veemente excitado. Admite-se que os sentimentos possam provir das emoções que lhes são cronologicamente anteriores e com os quais guardam correlações compreensíveis, quanto os seus conteúdos respectivos. Para Goleman (1995, p. 305) “emoções se referem a um sentimento e seus pensamentos distintos, estados psicológicos e biológicos, e a uma gama de tendências para agir”.

Nas organizações, as emoções começaram a ser incorporadas quando perceberam que as atividades de trabalho específicas, como tomar decisões, negociar, vender, demitir pessoas e várias outras, são influenciadas pelas emoções, ou seja, elas são sentidas e formadas por sentimentos, não sendo simplesmente um conjunto de respostas automáticas a uma situação.

2.3 Teoria das emoções

Ao longo do tempo, as emoções têm sido identificadas através de diferentes aspectos. Estas abordagens envolvem a percepção de mudanças físicas (sentimentos); julgamentos (tradição cognitiva); predisposições a certos comportamentos (teoria behaviorista); respostas biológicas para atividades básicas diárias (tradição evolucionista); Artefatos culturais para sociedades específicas (teoria social-construtivista) (SCARATINO, 2005).

Várias escolas do pensamento ocidental influenciaram na forma como se conceituam, tratam ou processam as emoções, além de ressaltarem a sua importância dentro de qualquer projeto que se realize por uma pessoa, seja na vida pessoal ou profissional, ou principalmente na maneira como administram uma organização, no que requer diversas tomadas de decisão.

Para os Estóicos as emoções permitem uma forma de julgamento entre o bem e o mal, em que o ser humano precisa controlar a si próprio e sua personalidade, de maneira a evitar as emoções ruins como angústia e a evidenciar as sensações boas como o prazer.

Aristóteles se posiciona de uma forma diferente dos Estóicos em relação às emoções (PADOVANI, 1961). Para ele as emoções são acompanhadas de sentimentos provenientes de uma crença com essência fisiológica (atualmente relacionada à neurociência), no qual influenciou nas teorias científicas contemporâneas.

Para Aristóteles as artes eram um meio no qual o sujeito despertava uma série de emoções, o que era benéfico, já que propiciava o que ele considerava de uma catarse emocional e no qual contrariavam Platão, que, segundo Padovani (1961), associava as artes e as emoções, acreditando que elas eram perigosas, uma vez que incitavam as paixões e obscureciam a razão.

Para René Descartes (1999), as emoções nada tinham de ligação com o corpo, apenas com a alma (mente), já que para ele o corpo era divisível e os sentimentos não, e que as emoções poderiam ser dominadas pela razão.

Segundo Hume (2001), a razão somente pode dirigir as emoções que se estabelecem por relações entre os objetos associados a uma emoção original e que o corpo é uma parte do próprio indivíduo, tendo-se que examinar com atenção a sua estreita relação com as emoções.

Enfim, as teorias filosóficas sobre a emoção conectam-se ao objeto de estudo e permite perceber o valor que uma situação tem para a vida, e que as emoções têm uma função diretiva na vida humana, tendo relação com a maneira pela qual o indivíduo toma uma decisão.

A partir das referências do existencialismo fizeram-se algumas interações importantes entre os sentimentos, emoções e consciência. As teorias mais recentes (neurocientíficas) classificam as emoções como funcionais e racionais (DAMÁSIO, 2004).

Emoções podem ser racionais quando educadas através do autoconhecimento para influenciarem de forma positiva em qualquer processo, inclusive o decisório.

2.4 Inteligência emocional

Segundo Goleman (2001) inteligência emocional são aptidões desenvolvidas por pessoas no decorrer de suas vidas que refletem em todas as áreas, seja no trabalho ou relacionamento. Para Soto (2001), é uma descrição das funções cerebrais e mentais que diz respeito às emoções. É um apelo ao descobrir e ao explorar; em palavras mais simples, é a mente emocional, essa que desde o surgimento do homem tem sido descritas em imagens, poesia e filosofia.

Desde principalmente a segunda metade do século XX, foram realizados vários testes baseando-se nos estudos sobre inteligência emocional e o mais usado e conhecido foi o teste do *mashmallow*, sendo uma das experiências que marcou o desenvolvimento da Teoria da Inteligência emocional.

Iniciado pelo psicólogo Walter Mischel na década de 1960, o teste do *mashmallow* foi realizado com crianças de quatro anos em que se testou como as crianças agiriam se tivessem que esperar por quinze a vinte minutos para ganhar dois *mashmallow* ou simplesmente ganhar um só, de imediato, trancadas em uma sala com os doces a sua disposição.

Um terço dessas crianças não conseguiu conter a ansiedade de esperar o psicólogo voltar e assim ganhar os dois *mashmallow* e logo agarram seu único doce. Estas mesmas crianças foram acompanhadas durante toda a adolescência, onde foi constatada uma diferença social e emocional muito grande. Os que conseguiram controlar o impulso e ganhar os dois *mashmallow* eram adolescentes mais socialmente competentes, autodependentes e confiantes, confiáveis e firmes, tomavam iniciativas e aceitavam desafios e ainda conseguiam adiar a satisfação na busca de suas metas.

Os que não conseguiram esperar pelos dois *mashmallow* possuíam um perfil psicológico e comportamental contrário aos outros que esperaram, além de serem bem mais problemáticos, chegando a serem agressivos, e continuavam sendo incapazes de adiar a satisfação. Esses adolescentes continuaram sendo acompanhados até concluírem todo o ginásio e as diferenças de comportamentos e obtenção de resultados continuaram sendo enormes.

Segundo Daniel Goleman (2001) o estudo notável em que o desafio do *mashmallow* foi feito a crianças de quatro anos, mostra como é fundamental a capacidade de conter as emoções e com isso adiar o impulso, sendo a raiz de todo autocontrole emocional, uma vez que todas as emoções por sua própria natureza levam a um ou outro impulso a serviço de uma meta, seja ela qual for, acentua-se o papel da inteligência emocional como uma capacidade de atingir metas determinando como as pessoas podem empregar bem ou mal suas outras capacidades mentais.

2.5 Habilidades da Inteligência emocional

De forma concisa, as aptidões na escala da Inteligência Emocional são de conhecer os próprios sentimentos, ser dotado de empatia, aprender a controlar suas próprias emoções, remediar danos emocionais e a integração de tudo. Essas aptidões, em conjunto, compõem a educação emocional, que permite ao indivíduo o desenvolvimento da sua inteligência emocional.

2.6 Dimensões da Inteligência emocional

Numerosos esforços já foram feitos em pesquisas para definir um conjunto básico de emoções. Tais pesquisas identificaram seis emoções consideradas universais: raiva, medo, tristeza, felicidade, desagrado e surpresa. Como fator determinante dessa pesquisa teve-se as expressões faciais universalmente identificadas (EKMAN, 2003) os quais foram convertidas em categorias. As emoções que eram difíceis de se identificar, ou confusas não foram incluídas na lista.

Ao analisar essas seis emoções dentro das organizações, percebe-se o quanto elas são determinantes nos processos organizacionais. Colaboradores sentem raiva quando são advertidos, sentem medo quando surgem as demissões, ficam tristes quando um colega é demitido, ficam felizes quando a equipe consegue superar uma meta, sentem desgosto quando não são reconhecidos pelo o ótimo desempenho em uma tarefa e ficam surpresos quando são informados que a organização elabora projetos nos quais eles são os principais beneficiados.

Esses exemplos ressaltam que as pessoas levam para dentro das organizações as emoções que antes deveriam ficar do lado de fora, reconhece-se que uma pessoa não consegue separar o emocional do profissional, seja qual for o cargo que o ocupe, porém pode-se administrar as emoções em busca de uma interação melhor com o ambiente organizacional proporcionando melhores resultados em seu desempenho.

2.7 Inteligência emocional x comportamento

Kets de Vries (1984) e Miller (1991) listam estudos de caso que pretendem mostrar que os receios e fantasias dos altos executivos estão refletindo no tom emocional e no comportamento de toda a organização. Executivos paranóicos, depressivos ou esquizóides criam empregados respectivamente desconfiados, pessimistas ou desconectados (FINEMAN, 2000).

Segundo Goleman (2002), gestores que não tiveram uma educação emocional eficiente tendem a transmitir toda a carga de emoções acumuladas desde a infância, sejam elas infantis ou agressivas na sua forma de administrar. Gestores com personalidades autoritárias, de acordo com a conceituação freudiana são produtos de pais ansiosos por status, os quais impõem regras severas de disciplinas a seus filhos. Esses mesmos filhos, que tiveram reprimido da consciência os sentimentos provenientes da educação recebida, quando chegam a cargos de liderança, retornam tais sentimentos em comportamentos agressivos, fortemente conservadores, atingindo todo o processo de gestão, toda sua forma de administrar a organização na qual está inserido, o que nem sempre é o resultado positivo, pois transparecem sempre uma estratégia de auto-interesse que ocasiona desconfiança por parte de seus colaboradores, enfatizando que um líder que não transmite controle de suas emoções atrapalha na obtenção de resultados da equipe e na maioria das vezes uma avaliação errada de situações que exigem uma tomada de decisão.

Considerando-se que a análise do processo decisório de uma organização pode fornecer elementos para se entender suas ações estratégicas e a sua estrutura organizacional, este trabalho analisa ainda o processo decisório em uma empresa sob a ótica de três diferentes perspectivas teóricas: racional, do poder e do caos. Cada uma dessas perspectivas se alicerça em um conjunto de pressupostos epistemológicos que representam maneiras específicas e, muitas vezes, opostas de enxergar a realidade.

É saliente a importância de se estudar e se pesquisar os fatores presentes no processo decisório de qualquer organização, seja ela pública ou privada. Para tal, pode-se adotar linhas de investigação científica que privilegiem os aspectos racionais, políticos ou anárquicos, a partir das teorias funcional-estruturalista, do poder e do caos, que se estabeleceram como paradigmas na análise de processos decisórios.

Segundo Chiavenato (2003), a teoria das decisões foi utilizada por Herbert Simon como base para explicar o comportamento humano nas organizações que é visualizado de maneira diferente pelas várias teorias da administração.

O ato de decidir rodeia o dia-a-dia do gestor de forma que se faz necessário uma constante análise e controle de suas idéias, crenças e até mesmo comportamentos observados para que suas decisões não tragam conseqüências desastrosas para a organização ou até mesmo para a sua vida pessoal.

Decisão é o processo de análise e escolha entre as alternativas disponíveis de cursos de ação que a pessoa deve seguir (CHIANENATO, 2003).

Sempre que se tem um problema com mais de uma alternativa para se chegar a uma solução dá-se início a um processo decisório para a tomada de decisão, e quando existe uma única alternativa se faz necessário também esse processo para decidir se toma ou não tal decisão.

Geralmente uma primeira decisão permite o surgimento de vários outros processos decisórios pelo fato de que a decisão tomada pode ou não ter sido a correta. Dentro das organizações inseridas em um mercado globalizado e competitivo, as decisões buscarão minimizar as perdas e maximizar os ganhos, requerendo do decisor a responsabilidade de ratificar uma decisão e assumir suas conseqüências.

Uma decisão pode ser tomada em condições de certeza, risco, incerteza, competição ou conflitos (GOMES, GOMES, ALMEIDA, 2002).

Decidir requer um estado de serenidade e de controle emocional, pois quanto mais descontrolada emocionalmente se encontrar um gestor no momento da pressão em que ele precise tomar uma decisão de emergência, o seu estado emocional influenciará bastante de forma a ser decisivo na escolha correta.

Segundo Chiavenato (1983), são identificados seis elementos comuns a toda decisão: o decisor, o objetivo, as preferências, a estratégia (metodologia utilizada), a situação (aspectos ambientais, recursos e restrições) e o resultado (conseqüências do processo decisório).

Considera que as decisões devem ser tomadas seguindo essa abordagem reacional para que as organizações operem de modo mais eficaz.

Para a análise do processo decisório na organização, sob a perspectiva do poder, é necessário apresentar o próprio conceito de poder e o desenvolvimento de seus estudos ao longo da teoria organizacional.

Segundo Lukes (1983), teorias diferentes e contraditórias, bem como diferentes visões de mundo oferecem maneiras distintas de conceituar o poder. Por isso, qualquer concepção de poder pode ser considerada como uma interpretação e aplicação do seu conceito. Então, destaca-se que o núcleo absolutamente básico comum a todas as concepções de poder é a noção de provocação de conseqüências, sem nenhuma restrição ao que tais conseqüências poderiam ser ou o que as provoca.

Segundo Cohen e March (1974) as organizações são tradicionalmente vistas como veículos para a solução de problemas bem definidos e como estruturas em que o conflito é resolvido pela negociação. Desta forma, os problemas surgem e passam a serem tratados de forma a que uma solução seja encontrada, normalmente pelas vias racionais.

Ao contrário dos modelos prescritivos racionais, o modelo do caos considera que os diferentes tipos de problemas e soluções são despejados num local, denominado metaforicamente de “lata de lixo”, e ficam ali até se relacionarem entre si. Com isso, tanto os objetivos, quanto as soluções, já existem antes do processo decisório em si. Poder-se-ia dizer que esse processo equivale a uma anarquia organizada, em que as preferências são problemáticas, a tecnologia é indefinida e a participação é altamente fluida.

Segundo Cohen e March (1974) na perspectiva da lata de lixo (garbage can process) a decisão é o resultado ou a interpretação de diversas correntes relativamente independentes, coexistindo dentro da organização. Para os autores, as organizações são uma coleção de escolhas procurando por problemas, sentimentos procurando por situações de decisão nas quais eles possam ser demonstrados, soluções procurando por problemas para os quais elas possam ser a resposta e tomadores de decisão procurando por trabalho.

Baldrige et al (1977) partiram dessa perspectiva para estudar organizações acadêmicas norte-americanas. Constataram, então, que elas são organizações que possuem metas ambíguas, seus clientes têm voz ativa no processo de decisão, sua tecnologia é problemática, holística e adaptável às necessidades individuais dos clientes, seus empregados são altamente profissionalizados e exercem um grande controle sobre o processo de decisão e, enfim, que elas estão ficando cada vez mais vulneráveis ao seu ambiente. Hoje, tais características podem ser facilmente atribuídas a outros tipos de organizações, principalmente aquelas que operam em setores sensíveis à globalização, à alta profissionalização dos empregados, à busca incessante pela qualidade e à crescente inovação tecnológica.

Tanto para Cohen e March (1974), quanto para Baldrige et al (1977), as decisões em um sistema são uma consequência produzida pelo mesmo, sem serem nem pretendida nem controladas por ninguém. Assim, decisões não são feitas ou fabricadas. Elas acontecem pela união entre problemas, escolhas e tomadores de decisão de modo a se obter soluções temporárias. Como consequência, os problemas são trabalhados no contexto de alguma escolha. Porém, estas só são feitas quando ocorre tal combinação — de problemas, soluções e tomadores de decisão — tornando a ação possível.

2.8 Autoconhecimento

O autoconhecimento, uma das mais importantes habilidades da inteligência emocional, provém da capacidade de reconhecer o sentimento no momento da sua ocorrência. Desde que foi apresentado por Goleman (2002), vem gerando resultados pró-ativos a quem os utiliza continuamente. É a capacidade de conhecer melhor suas próprias emoções para administrar melhor a vida, é se auto-observar, saber o que está pensando, sentindo, perceber a sua postura corporal procurando utilizá-los para tomar decisões e resolver problemas que resultem na satisfação pessoal e profissional.

Em termos práticos o que é conhecer-se? Simplificadamente, uma pessoa que se conhece sabe razoavelmente dizer o que sente, porque tem aquele sentimento, do que gosta e do que não gosta e sabe de certa forma, prever suas atitudes.

A famosa exortação de Sócrates: “conhece-te a ti mesmo” traduz uma das mais antigas preocupações do homem, isto é, entender as causas do seu próprio comportamento e do comportamento de outras pessoas. Filósofos e pesquisadores a muito debatem o tema do que se é possível conhecer a respeito do próprio comportamento, ou seja, como promover o autoconhecimento e porque esse conhecimento seria saliente para as pessoas.

Goleman (2002), afirma que grandes gestores são fortes em pelo menos uma das quatro áreas da inteligência emocional. Estas quatro áreas estão divididas em dois grandes grupos: no das competências pessoais enquadram-se a autoconsciência e a autogestão, que se refere a maneira como o gestor lida consigo mesmo (autoconhecimento), e no das competências sociais, que incluem a consciência social e os relacionamentos, referindo-se a maneira como o gestor lida com os outros.

Sabendo-se que o mesmo é um dos componentes da inteligência intrapessoal (habilidade usada para ter acesso aos próprios sentimentos e saber usá-los), ressalta-se que o autodomínio e a automotivação, qualidades necessárias aos gestores de organização, são resultados diretos da prática do autoconhecimento.

Segundo Marinho (2006), pode-se definir autoconhecimento na gestão através das competências pessoais resumidas a seguir em dois blocos:

- Autoconsciência

- * Autoconsciência emocional: capacidade de reconhecer a influência dos próprios sentimentos no desempenho do trabalho.
- * Auto-avaliação: capacidade de conhecer as próprias limitações, pontos fortes e fracos, tendo disposição a aceitar críticas e abertura para aprender no que precisa melhorar.
- * Autoconfiança: conhecimento e confiança nas próprias habilidades. Segurança para aceitar desafios e assumir posição em grupos.
 - Autogestão
- * Autocontrole: capacidade de administrar os próprios impulsos e emoções negativas e conduzi-las de maneira útil.
- * Transparência: atitude autêntica de se abrir a outras pessoas acerca das próprias crenças, sentimentos e ações assumindo os próprios valores.
- * Adaptabilidade: capacidade de lidar com múltiplos problemas sem perder o foco ou a energia, sentindo-se bem em meio às ambigüidades da vida organizacional, com flexibilidade para adaptar-se a novos desafios.
- * Consecução: capacidade de sempre buscar um melhor desempenho para si próprio e para os liderados.
- * Iniciativa: percepção afiada para captar as oportunidades ou criá-las, ao invés de esperá-las.
- * Otimismo: habilidade de enxergar positivamente oportunidades em meio as ameaças, aos reveses e problemas.

Percebe-se através das definições citadas que o autoconhecimento têm um papel fundamental na forma como um gestor dirigirá uma organização, desenvolverá sua equipe, tomará decisões e obterá resultados.

2.9 Processo decisório x Autoconhecimento

Nesta seção, apontam-se algumas questões relacionadas aos processos decisórios e seus principais conceitos, bem como a maneira como o autoconhecimento pode influenciar nas tomadas de decisões.

Pessoas que trabalham em todos os níveis, em todas as áreas e em todos os tipos e tamanhos de organizações, não apenas tomam decisões – elas precisam tomar boas decisões (SCHERMERHORN; HUNT; OSBORN, 1999).

Segundo Schermerhorn, Hunt e Osborn (1999), os cientistas comportamentais reconhecem que os seres humanos estão limitados na tomada de decisão por limitações cognitivas, que restringem sua capacidade de processamento de informações, o que contraria a teoria clássica de decisão, que afirma ter um problema claramente definido, onde o tomador de decisão conhece todas as alternativas possíveis e suas conseqüências e que resultará sempre na escolha das melhores alternativas para a resolução do problema esquecendo que as pessoas que tomam decisões operam com racionalidade limitada, pois interpretam e avaliam as coisas dentro do contexto da situação em que estão operando e na maioria das vezes acrescentando elementos da sua personalidade.

Ao se conhecer melhor o gestor consegue mensurar o impacto das emoções no processo decisório. As decisões mais acertadas são tomadas de forma racionais, sem a interferência das emoções e visando um objetivo maior.

Roy Howan (1988) cita em seus estudos a intuição como grande diferencial na gestão, especialmente pela natureza das novas décadas, em que prevalecem questões subjetivas, relativas e imprevisíveis (PILOTTO, 2003).

Gestores que conseguem separar e controlar os sentimentos que surgem durante processo decisório de forma a não interferir na decisão que será a melhor para o alcance de resultados na organização, são gestores que usufruem constantemente do autoconhecimento em benefício do seu crescimento profissional, pois tem como aliadas decisões corretas e justas, transparentes e honestas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para comprovar a relevância do autoconhecimento por parte dos gestores durante o processo decisório realizou-se uma pesquisa bibliográfica complementada por uma pesquisa descritiva através do levantamento de dados em entrevistas a doze gestores de pequenas e grandes empresas com o objetivo de investigar de que forma as emoções atuam no comportamento dos gestores e influenciam no processo decisório das organizações.

A pesquisa desenvolveu-se dentro de uma abordagem qualitativa, em função da natureza subjetiva do objeto de estudo. A pesquisa com entrevista implica identificar o conteúdo, ou seja, os sinais dessas alegações a serem analisadas, a partir de um texto, uma vez que se está conversando com o entrevistado.

Para se fazer à entrevista utilizou-se um questionário com cinco perguntas, que instigavam os entrevistados a comentarem sobre as emoções presentes durante o processo decisório, quais dessas emoções eram observadas pelo mesmo quando precisavam tomar uma decisão e que importância tinha o autoconhecimento durante o processo decisório.

4 ANALÍSE DOS RESULTADOS

Através da aplicação de questionários com perguntas abertas foi possível analisar os conteúdos encontrados na prática e a sua relação com a teoria encontrada a respeito da utilização do autoconhecimento durante o processo decisório.

Em resposta a primeira pergunta do questionário, “Quais emoções estão presentes durante o processo decisório na empresa?”, sete dos gestores citaram que a confiança, seja no processo ou em si mesmo é uma das emoções mais presentes durante o processo decisório, seguidas da ansiedade e responsabilidade que foi citada quatro vezes. Medo, dúvida, impulsividade e esperança foram citadas duas vezes cada, tendo aparecido nas respostas ainda emoções como alegria, tristeza, satisfação, raiva, indiferença, e autocontrole.

Além das emoções foram citados como presentes durante o processo decisório modos como ética e respeito e resultantes da motivação como reconhecimento e conquista.

Em relação a que tipos de sentimentos emergem quando os entrevistados precisam tomar uma decisão na empresa, confiança foi citada seis vezes, responsabilidade cinco vezes e a dúvida quatro vezes. Para três dos entrevistados o otimismo está sempre presente. Foram citadas duas vezes emoções como satisfação, esperança e ansiedade, e uma vez emoções como frustração, empatia, alegria e cautela.

Durante a entrevista a pesquisadora solicitou que os entrevistados descrevessem quais das emoções citadas por eles eram consideradas positivas ou negativas, na forma de influenciar a tomada de decisão, com as respostas pode-se observar que a confiança e a responsabilidade são as mais positivas, seguidas da satisfação, determinação e esperança.

Foram citadas também como sendo emoções positivas durante o processo decisório o autocontrole, a alegria, a compaixão, a bondade, a empatia e o otimismo.

Mas são as emoções negativas são as que mais influenciam o processo decisório. Emoções como raiva, ansiedade, impulsividade foi citada quatro vezes, e sempre com o reforço de que eram as mais difíceis de serem controladas, assim como o medo, a insegurança, o pessimismo e o egoísmo que foram citados duas vezes cada. Segundo dois dos entrevistados a tristeza influenciava, porém era mais fácil de ser controlada.

Ao analisar as respostas dos entrevistados pode-se ressaltar que:

- A segurança e a confiança nas idéias facilitam a tomada de decisões corretas, enquanto a insegurança gera dúvidas na decisão a ser tomada.

- As emoções transmitem os porquês da escolha de uma decisão, se não forem controladas durante o processo decisório influenciaram de forma negativa na aceitação da decisão tomada.
- As decisões precipitadas ou erradas é o resultado de decisões tomadas sem terem sido analisadas as reais necessidades da situação, muitas vezes decididas só pelo lado emocional, provocada pela ansiedade e egoísmo.
- A ansiedade e a impulsividade prejudicam na avaliação dos pontos importantes do processo decisório. O autoconhecimento e a confiança em si mesmo mantêm o gestor tranquilo quando é preciso tomar uma decisão.
- Emoções como confiança e determinação produzem resultados a médio e longo prazo, pois motiva na superação dos desafios da gestão, sejam eles gerar lucros ou desenvolver pessoas.
- Ter responsabilidade e esperança durante o processo decisório permite que o gestor analise todos os processos, de maneira a tomar uma decisão correta evitando prejuízos.
- Ter responsabilidade resulta em tomar decisões dentro das expectativas e dos valores da empresa.

Com relação à importância do autoconhecimento durante o processo decisório, conclui-se que:

- Controlar as emoções gera benefícios durante o processo decisório. O gestor precisa se comportar de forma neutra durante o processo para que sua decisão seja correta e eficaz.
- O gestor que conhece suas limitações e emoções toma melhores decisões, pois não deixa que haja interferência dos seus sentimentos no processo decisório.
- O autoconhecimento permite que o gestor atue sobre suas fraquezas. Ansiedade e confiança são emoções que transitam constantemente na mente do gestor, somente o autoconhecimento mostrará o limite dessas emoções de forma que as mesmas não prejudiquem a tomada de decisão.
- O autoconhecimento influencia no processo decisório de maneira a permitir que as decisões sejam tomadas visando os interesses da empresa e não os interesses do gestor, já que o mesmo saberá como se comportar em relação aos seus sentimentos.
- Ao se conhecer melhor o gestor consegue mensurar o impacto das emoções no processo decisório. As decisões mais acertadas são tomadas de forma racionais, sem a interferência das emoções e visando um objetivo maior.
- Quando o autoconhecimento é característica em um gestor ele consegue diferenciar e controlar suas emoções no momento em que surgem de forma a tomar decisões com perfeita consciência.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desse estudo, pôde-se comprovar a real importância da gestão emocional nas organizações. A inteligência emocional vem para complementar, para possibilitar que o principal recurso organizacional – as pessoas – possa ser entendido cada vez mais em sua totalidade.

Diante disso, fica evidente que medidas já estão sendo adotadas para uma qualificação adequada dos nossos gestores. É preciso capacitar emocionalmente as pessoas que trabalham nas organizações, além de melhorar a qualidade das relações. O desenvolvimento da inteligência emocional nas empresas é essencial para a prosperidade, senão para a sobrevivência da organização.

Sendo o autoconhecimento um dos componentes da inteligência emocional conclui-se que sua utilização no processo decisório passa a ser uma ferramenta do processo, pois o gestor que tiver essa habilidade estará sempre pronto a tomar decisões coerentes, não permitindo que os seus sentimentos influenciem de forma negativa suas decisões, visando constantemente o bem-estar da organização assim como o desenvolvimento da mesma.

REFERÊNCIAS

- CHIAVENATO, Ildalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- COHEN, M. D.; MARCH, J. G. **Leadership and Ambiguities**: The American College President. New York: McGraw-Hill, 1974.
- DAMÁSIO, António. **Neurociências**. Disponível em: <http://www.jornalininfinito.com.br/pagina_impressao_series.asp?cod=9>. Acesso em: 10 maio 2008.
- DAMÁSIO, Antônio. **Em busca de Spinoza**: prazer e dor na ciência dos sentimentos. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- FACCINA, Carlos. **O profissional competitivo**: razão, emoções e sentimentos na gestão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- FELDMAN, Clara. **Encontro**: uma abordagem humanista. Belo Horizonte: Crescer, 2004.
- GOLEMAN, Daniel. **Inteligência emocional**. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 1996.
- GOMES, Luis Flavio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira de. **Tomada de Decisão Gerencial**: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2002.
- MARINHO, M. Robson; OLIVEIRA, Jair Figueiredo; IANNONE, Leila Rentroia (Org.). **Liderança**: uma questão de competência. São Paulo: Saraiva, 2006
- MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Teoria geral da administração**: da escola científica à competitividade na economia globalizada. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PADOVANI, Humberto, CASTAGNOLA, Luís. **História da filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1961.
- PILLOTTO, Silvia Sell Duarte. **O conhecimento sensível nos processos decisórios da gestão**. 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis, 2003.
- ROBBINS, Stephen Paul. **Comportamento organizacional**. 9. ed. São Paulo: Prentice - Hall, 2002.
- SCARANTINO, A. **Explicating Emotions**. 2005. Tese (Doutorado)–University of Pittsburg, Pittsburg, 2005.
- SCHERMERHORN, John R.; HUNT, G. James; OSBORN, Richard N. **Fundamentos de comportamento organizacional**. Porto Alegre: Bookman, 1999.
- SOTO, Eduardo. **Comportamento organizacional**: o impacto das emoções. São Paulo: Thomson, 2002.

AA 7: EDUCAÇÃO CORPORATIVA: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO CONCEITUAL DO PROCESSO DA CAPACITAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Eleazar de Castro Ribeiro²⁰; Charles Craveiro Ramos²¹

RESUMO

Este artigo trata da evolução conceitual do treinamento e da educação continuada nas empresas, observando questões relacionadas à evolução do conhecimento, dentro das tendências da educação e da exigência do mercado competitivo, que se desenvolve sob a cultura global cada vez mais influenciada pelo progresso tecnológico. As organizações hoje têm procurado gerenciar os novos conhecimentos, daí a importância em se levantar os conceitos e princípios sobre a gestão do conhecimento. Apresenta ainda, considerações sobre as tendências da educação continuada dentro das organizações, mostrando também a Administração de Recursos Humanos no contexto da gestão do conhecimento e da gestão por competências. A pesquisa, de natureza qualitativa e exploratória, consiste em um estudo bibliográfico e documental. O estudo tem relevância diante da importância que a educação corporativa assumiu nas organizações para a formação de profissionais, capazes de promover as frequentes mudanças que elas necessitam para alavancar seus negócios e de se adaptar aos novos cenários.

Palavras-chave: Treinamento. Educação corporativa. Gestão do conhecimento. Gestão por competências.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta a evolução conceitual do processo de capacitação nas organizações e as práticas relacionadas à educação corporativa que dele decorreram. Profundas mudanças no contexto mundial resultaram em um ambiente de grande turbulência, que impulsionou o aumento da concorrência e da velocidade da inovação, contexto no qual floresceu o advento da sociedade baseada no conhecimento, cuja evolução levou um novo nível de exigência para a educação nas organizações.

Esse cenário também gerou um impacto nas instituições de ensino responsáveis pela formação dos indivíduos, tornando-as defasadas e levando as empresas contemporâneas a assumirem um papel ativo na preparação dos profissionais para atuar nessa nova realidade organizacional. De acordo com Davenport (1998: 15), “cada vez mais, líderes e consultores de empresas consideram o conhecimento como principal ativo das organizações”.

Assim, esta pesquisa justifica-se pela possibilidade de identificar os caminhos conceituais da educação para o trabalho, das quais as empresas estiveram utilizando-se para poder ampliar e se apropriar, fazendo frente aos desafios da gestão das organizações.

Este trabalho tem, então, como objetivo, descrever a evolução do treinamento nas empresas. Dessa forma feita uma análise histórica da evolução do conhecimento e da forma como este vem sendo incorporado pelas organizações ao longo da história. Assim, a proposta do presente trabalho é atualizar o meio acadêmico e trazer para o ambiente da universidade a discussão sobre esse novo tema e sobre como os recursos tecnológicos podem manter estratégicas as organizações que utilizam o conhecimento como seu principal capital.

Este artigo é composto por seis partes. A primeira envolve a revisão conceitual sobre conhecimento, apresentando uma breve visão da evolução do conhecimento, tendo o treinamento como foco desencadeador do processo de educação desenvolvido pelas organizações até chegar o estágio atual. A segunda parte dá uma visão geral das organizações

²⁰ Professor Msc, Curso de Administração.

²¹ Professor.

de aprendizagem na sociedade, apresentando seus conceitos e componentes. A terceira parte traz um levantamento da gestão do conhecimento, seus conceitos, princípios e formas de construir novas organizações baseadas neste princípio. Na quarta parte é feita uma análise da gestão por competências. A quinta parte descreve o surgimento da Universidade Corporativa, seus conceitos e metodologias. Na quinta parte, apresenta-se a educação corporativa em relação aos modelos tradicionais de organização e dos novos modelos hoje. A última parte do artigo apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Evolução histórica e conceitual do treinamento

Na antiguidade foram feitos registros sobre o termo treinamento, ou seja, o conceito dado por algumas civilizações, ao tema. Dentre estas, encontramos a antiga civilização egípcia, mencionando e enfatizando a importância que este tinha para atividades que eram desempenhadas pelos indivíduos. Nos escritos encontrados nas tumbas dos faraós, há muitos relatos de tarefas exercidas por mestres e aprendizes exercendo atividades de ofício por meio do ensino, aprendizado e a transmissão de conhecimentos. Nesses documentos são mostradas algumas atividades ligadas ao ensino da escrita para novos escribas e técnicas para fabricação de vestuário.

Já em 1563, surgiu na Inglaterra a primeira lei pública tratando sobre a aprendizagem de ofício, provocando uma reelaboração de conceitos referentes aos princípios do treinamento, que até então eram registrados através de casos específicos. A partir daí, teve início a abordagem do processo de treinamento intensivo, tendo sido criado o estatuto dos trabalhadores, mostrando as diretrizes da aprendizagem dirigida para a atividade produtiva. É dessa época a introdução do processo de manufatura e criação das fábricas, desencadeando mudanças significativas na forma de realizar treinamentos. Surgiu a divisão do trabalho, na qual a especialização assume uma maior expressão no contexto do fazer e do produzir, já que os novos procedimentos de trabalho exigem conhecimentos específicos. Como consequência desse fato, e ainda da expansão das indústrias, aumenta a procura por pessoal qualificado para ocupar cargos especializados. Com a carência desses profissionais no mercado, as fábricas acabam contratando mão-de-obra não qualificada. De fato, é dessa época a contratação de mulheres e crianças no meio produtivo das fábricas. Esse período ficou então conhecido como o momento de transição do artesanato para a manufatura, do trabalho de operação de máquinas, dos processos de produção e experimentações.

Com a estruturação do treinamento, a formação profissional passou a ser preocupação não só do sistema empresarial, mas envolveu o sistema social e educacional da época. Começaram a partir daí a emergir escolas profissionalizantes, cujo objetivo era o de enriquecer o treinamento dos trabalhadores. Podendo-se afirmar que o treinamento a partir dos anos 20, era uma instituição tradicional, evoluindo qualitativamente.

A visão de conhecimento e de capacitação vem mudando rapidamente. Na era da informação e da globalização, a forma de capacitação de pessoas nas organizações tem passado por fases que demonstram que a evolução das idéias, em relação ao processo de educação corporativa, teve a tendência de beneficiar continuamente os profissionais das organizações e levar os grupos a produzir e se desenvolver.

Para os autores, treinamento e desenvolvimento têm conotações diferentes. É o caso de Bartz et al, que afirmam:

Há uma diferença entre treinamento e desenvolvimento de pessoas. Embora seus métodos sejam similares para afetar a aprendizagem, a sua perspectiva de tempo é diferente. O treinamento é orientado para o presente, focalizando o cargo atual e buscando melhorar aquelas habilidades e capacidades relacionadas com o desempenho imediato do cargo. O desenvolvimento de pessoas focaliza geralmente os cargos a serem ocupados futuramente na organização e as novas habilidades e capacidades que serão requeridas. Ambos constituem processos de aprendizagem (BARTZ et al, 1989, p. 164).

De acordo com Malvezzi (1994), foi a partir dos anos 70, com a busca da competitividade ocasionada pela rápida evolução tecnológica, que a eficiência dos negócios passou a depender mais da contínua aprendizagem das pessoas, ficando em segundo plano a autoridade gerencial. Ou seja, a preocupação das organizações estava em acelerar a capacitação, e não manter pessoas autoritárias em seus cargos de comando. Fato esse distinto da concepção taylorista/fordista, em que o planejamento e a execução das atividades do trabalho localizavam-se em esferas estanques e diferenciadas na organização. O treinamento passou a tomar proporções globais. A partir de 1930, por meio da parceria do a união do Estado com as organizações. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, quando grandes indústrias se tornaram produtoras de materiais bélicos, surgiu o treinamento em massa para a formação de mão de obra, destinada a essas indústrias. Após a II Guerra Mundial, dentro dos programas de soerguimento das nações afetadas, o treinamento de pessoal para diversos segmentos da economia passou a ser fundamental dentro das empresas, até a década de 1980.

2.1.1 Treinamento e educação

Os conceitos de treinamento e educação muitas vezes são confundidos e, mesmo no meio técnico, freqüentemente são utilizados para designar a mesma coisa. Portanto, torna-se necessário conceituá-los de maneira clara, evitando, assim, confusões no decorrer do estudo. Segundo Kirkpatrick (1953), as primeiras definições oficiais sobre esses dois conceitos foram estabelecidas em 1953, nas conclusões do Congresso Internacional de Ciências Administrativas, ocorrido em Istambul, quando se estabeleceu que a educação refere-se a todos os processos pelos quais a pessoa adquire compreensão do mundo, bem como a capacidade para lidar com seus problemas. A instrução é um dos vocábulos usados para indicar os processos formais e institucionalizados, através dos quais a educação é ministrada até à adoção de uma profissão. O treinamento, por sua vez, indica as educações específicas, que, conduzida na escola ou não, antes ou durante o trabalho, ajuda a desempenhar bem suas tarefas profissionais.

Segundo Pontual, alguns autores afirmam que:

A educação é geral e o treinamento é específico; para outros, a educação se dirige ao homem como um todo, ao passo que o treinamento visa particularmente ao trabalhador; para outros, ainda, a educação prepara para a vida, enquanto que o treinamento prepara para o trabalho”. E ele ainda afirma, “à educação cabe desenvolver integralmente a personalidade, enquanto ao treinamento compete integrar o indivíduo em seu trabalho, visando ao seu desempenho, para atender às necessidades da produção (PONTUAL, 1980, p. 78).

Para Freire (1983), a educação pode ser entendida como um processo ininterrupto no qual nos submetemos continuamente. Assim, a educação é uma forma contínua de unir a teoria e a prática, objetivando o desenvolvimento de um indivíduo ou grupo.

A relação entre treinamento e educação gera polêmica entre os autores que escrevem sobre o assunto. Uns defendem que essa relação é direta e estreita, outros acham que ela quase não existe.

3 AS ORGANIZAÇÕES DE APRENDIZAGEM

No entanto, o estudo sobre aprendizagem nas empresas foi consolidado no início da década de 90, quando os autores passam realmente a apontá-la como um diferencial competitivo. No Brasil, com a publicação do livro **A Quinta Disciplina**, de Peter Senge (1990) – este conceito ganhou popularidade e passou a ser crescentemente utilizado pelas empresas brasileiras. Observa-se, a partir de pesquisa na literatura da área, que o conceito sobre aprendizagem organizacional é complexo, dinâmico e integrativo e enfoca a aprendizagem nas esferas individual, grupal e organizacional em uma dimensão sistêmica.

Segundo Senge, as organizações que aprendem,

São organizações nas quais as pessoas expandem continuamente sua capacidade de criar resultados que realmente desejam, os quais estimulam padrões de pensamentos novos e abrangentes, as aspirações coletivas ganham liberdade e onde as pessoas aprendem continuamente aprender juntas (SENGE, 1998, p. 37).

Esse autor apresenta como pressupostos básicos para a aprendizagem organizacional, a incorporação de cinco disciplinas: Domínio Pessoal, Modelos Mentais, Visão Compartilhada, Aprendizado em Equipe e Pensamento Sistêmico. O importante papel de cada uma dessas disciplinas é a possibilidade da passagem da aprendizagem individual para a organizacional, dando ênfase ao pensamento sistêmico.

O domínio pessoal, ou seja, a capacidade inerente ao conhecimento de si mesmo, tornando o ser humano capaz de esclarecer e aprofundar seus próprios objetivos e focar seus esforços corretamente.

A disposição para ampliar seus modelos mentais, alicerces para reconhecer as idéias mais intrínsecas, condicionando a maneira de enxergar e agir. Tem também a visão partilhada, nesse quesito é onde a influencia da liderança se apresenta, sendo que isso torna a ação compartilhada entre os pares tornando a visão de mundo abrangente e assim vai alcançando seguidores.

A aprendizagem em grupo consiste no desenvolvimento de ações coordenadas, estabelecendo o fluxo aberto de conhecimentos e conversações, participações ativas na elaboração da lógica a ser seguida.

No último tópico, Senge (1994) diz que o pensamento sistêmico acontece para as pessoas e visa melhorar o processo de aprendizagem, abordando uma visão holística e integradora das organizações e do ambiente.

Na verdade as cinco disciplinas visam trabalhar o psicológico do empregado, desenvolvendo sentimentos, conhecimentos e modo de agir, para que os objetivos da empresa sejam alcançados, dentro de uma visão em que a preparação organizacional seja uma mudança produtiva continua.

Nesse mesmo estudo Senge (1999, p. 167) afirma “as organizações só aprendem por meio de indivíduos que aprendem”, os quais transmitirão efetividade à organização com o engajamento às metas organizacionais.

4 A GESTÃO DO CONHECIMENTO

O interesse pelo tema Gestão do Conhecimento cresceu exponencialmente, a ponto de colocá-lo em posição de destaque entre os novos títulos bibliográficos de gestão empresarial e entre os novos cursos para administradores, inclusive de pós-graduação, assim como nas empresas, por meio da criação de cargos específicos ou de grupos de trabalho para implantação de alguma prática relativa ao assunto.

Sendo um termo relativamente recente, pode-se afirmar ser um conceito em construção, apresentado sob diversos pontos de vista, que são apresentados em livros, artigos ou seminários por autores de nacionalidades das mais variadas tendências e formações acadêmicas. O tema já foi objeto de estudo na administração, na engenharia de produção, na psicologia, na ciência da computação e na educação. É, sem dúvida, um dos chamados temas transversais, assim definidos por sua presença em vários campos de estudo, em evidência desde quando a sociedade percebeu que a produção intelectual mostrava sinais de que poderia superar a geração de riquezas da produção industrial.

Nonaka (1997, p. 27) reforça essa visão, afirmando que “numa economia onde a única certeza é a incerteza, a única fonte garantida de vantagem competitiva é o conhecimento”.

Sendo assim, a gestão do conhecimento é uma forma de tornar o ambiente favorável para que a organização identifique suas competências, encontre os conhecimentos que ela já possui, aprenda o que precisa, compartilhe e use estes conhecimentos na velocidade necessária ao desenvolvimento dos seus negócios.

Princípios, processos, conceitos, características e o ciclo do conhecimento, bem como abordagens sobre a tecnologia da informação, o centro da gestão em organizações, são alguns dos temas desenvolvidos nesta seção.

Conceito de gestão do conhecimento

A definição de gestão do conhecimento ainda gera controvérsias entre os autores. Alguns, no afã de dar a devida importância ao tema, colocam a gestão do conhecimento quase como sinônimo da própria da Administração.

Segundo Bukowitz e Williams (2002, p. 17) a gestão do conhecimento pode ser definida “como sendo o processo pelo qual a organização gera riqueza, a partir do seu conhecimento ou capital intelectual.”

Enquanto para Teixeira (1999, p. 11) a gestão do conhecimento é um posicionamento mais pragmático então define a gestão do conhecimento,

Como uma certa forma de olhar a organização em busca de pontos dos processos de negócio em que o conhecimento possa ser usado como vantagem competitiva. Conhecimentos úteis, oriundos da experiência, da análise, da pesquisa, do estudo, da inovação, da criatividade. Conhecimento sobre mercado, concorrência, clientes, processos de negócio, tecnologia e tudo mais que possa trazer vantagem competitiva para a organização (TEIXEIRA, 1999, p. 11).

Por ser um processo complexo e dinâmico, a gestão do conhecimento utiliza uma metodologia em que ficam estabelecidas etapas a serem cumpridas, facilitando, direcionando, acompanhando e otimizando a aquisição a gestão do conhecimento, de modo que os elementos fundamentais sejam implantados com sucesso.

Para efeito deste trabalho, entende-se gestão do conhecimento como o processo de identificar os conhecimentos necessários para alavancar os princípios, os processos de negócios, as pessoas a aprendizagem, a tecnologia da informação, o centro da gestão do conhecimento, as organizações e o aprendizado (ROSSATO; CAVALCANTE, 2001).

4.2 Os Princípios da gestão do conhecimento

De acordo com a análise feita no início desta seção, o princípio que baseia a Gestão do Conhecimento pode ser definido como a forma de tornar o ambiente favorável para que a organização identifique suas competências, encontre os conhecimentos que ela já possui, aprenda o que precisa, compartilhe e use estes conhecimentos na velocidade necessária ao desenvolvimento dos seus negócios. Isso tem relação, portanto, com a maneira de como compreendemos o conceito de conhecimento, e como ele tem sido apresentado ao longo da história.

Segundo Oliveira (2001, p. 56), a teoria do conhecimento preocupa-se em estudar os problemas fundamentais do conhecimento e pode ser dividida em três áreas.

Gnosiologia – preocupa-se em estudar a essência do conhecimento, a forma de conhecer a realidade, as origens ou fontes do conhecimento, as formas ou espécies da qual se veste o conhecimento, a validade do conhecimento em geral, ou seja, qual a verdade e seus critérios.

Epistemologia – Estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações criticá-los e interpretá-los a partir das relações de causa e efeito.

Metodologia - Estuda os meios ou métodos de investigação do pensamento correto e do pensamento verdadeiro que visa delimitar um determinado problema, analisar e desenvolver observações criticá-los e interpreta-los a partir das relações de causa e efeito.

Para Oliveira (2001, p. 52), do ponto de vista científico, - a gnosiologia – o conhecimento é o reflexo e a reprodução do objeto na nossa mente. Desta forma, no processo do conhecimento participam os sentidos, a razão e a intuição.

Para a teoria contemporânea e conforme lembram Davenport e Prusak,

Os epistemólogos passaram a vida tentando entender o que significa conhecer, para salientar a dificuldade de definição do tema. Entretanto sugerem uma definição funcional de conhecimento, então segundo ele Conhecimento é uma mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e insight

experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações (DAVENPORT; PRUSAK, 1998, p. 6).

Já para Senge e outros (1999, p. 487), “o conhecimento é definido como sendo a capacidade para ação eficaz”.

Segundo Oliveira Jr. (1999, p. 206), o conhecimento da empresa é o resultado de interações específicas que ocorrem entre indivíduos em uma organização e é, portanto um ativo socialmente construído.

5 GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

O que confere a uma organização vantagem competitiva sustentável? Segundo Prahalad e Hamel (1990), são as competências essenciais, as “raízes da competitividade”. Segundo analogia utilizada por estes autores:

A corporação diversificada é uma grande árvore. O tronco e os galhos são os produtos essenciais, e os galhos menores, as unidades de negócio; as folhas, as flores e os frutos são os produtos finais. A raiz, que promove nutrição, a sustentação e a estabilidade, é a competência essencial (PRAHALAD; HAMMEL, 1990, p. 57).

Em outro extremo, há os estudos sobre a competência dos indivíduos. Nesta linha estão os trabalhos de (Fleury, 2002) e Parry (1996). Este último, por exemplo, têm investigado o uso do conceito de competências para decisões sobre recrutamento, treinamento, promoção e outras práticas de recursos humanos.

Ainda com enfoque sobre o indivíduo, Le Bortef (1995) considera que o distintivo da competência é a ação: “não há outra competência que a competência em ação” (1995, p. 16).

Não se reduz a um estado ou conhecimento, um saber ou habilidade.

Alguns autores procuram articular os estudos de competências realizados no nível do indivíduo à competência organizacional. Um exemplo é o trabalho de Fleury e Fleury (2000), que criaram uma tipologia que integra o conceito de competência individual à competência de negócio e às estratégias competitivas.

Outro autor a argumentar a relação entre estratégia, competências organizacionais e resultados foi Ulrich (2000). O autor defende que a dinâmica de atuação de uma organização de sucesso é obter resultados favoráveis a partir de suas decisões estratégicas. Entretanto, estratégias, por mais brilhantes que sejam, não se convertem imediatamente em resultados. Pelo menos duas instâncias intermediárias podem ser mencionadas: a geração de competências e as ações. Sem ações, não se obtém resultados; sem competência, as ações perdem eficácia ou sequer chegam a ser realizadas.

A inserção da Administração de Recursos Humanos (ARH) nesta lógica é formar competências organizacionais. A “entrega” da gestão de pessoas são as competências que sustentam o sucesso organizacional. Uma empresa terá a competência da inovação se dispuser de pessoas inovadoras; e as pessoas serão inovadoras se o sistema de gestão incentivá-las.

Uma proposta de modelo de gestão baseada em competências que procura articular as competências estratégicas à atuação da ARH é formulada por Dutra (2001), que parte dos conceitos de competência, complexidade, agregação de valor e espaço ocupacional. O modelo propõe uma forma de integrar as práticas de RH a partir do referencial de competências. Para a definição das competências, pode ser útil a tipologia de Fleury e Fleury (2000). A identificação das competências componentes do modelo deve ser customizada segundo as peculiaridades da organização.

O modelo de Dutra pode ser utilizado como um referencial para se averiguar o nível de competências dentro de uma organização, bem como a forma pela qual elas estão distribuídas.

Entretanto, cabe perguntar: as competências estão relacionadas ao alcance de objetivos estratégicos? Uma organização ou unidade detentora de maior nível de competência consegue convertê-lo em maior desempenho organizacional? Esta interrogação justifica a inserção do próximo tópico: as competências da Gestão para um novo tempo.

Sem dúvida, uma das tendências de mudanças mais importantes pelas quais as empresas passarão nos próximos anos é o crescente abandono da base instrumental por cargos para uma gestão por competências. Apontado pela maioria dos gestores de empresas como uma forte

tendência para os próximos 10 anos, e considerada de dificuldade média a difícil, este é um tópico que merece estudos mais detalhados, já que envolve pesadas mudanças de cultura e dos padrões nas empresas, sem contar mudanças na Legislação que se tornam cada vez mais necessárias.

A Gestão por Competências é uma tendência muito importante, pois as pessoas passaram, nos últimos anos, a serem encaradas mais como pessoas, “sócios” da empresas, responsáveis pelo sucesso ou fracasso desta, do que como meros coadjuvantes do processo produtivo. Assim, aperfeiçoar as competências dos funcionários torna-se imperativo para o sucesso ou fracasso das empresas modernas.

Wood (2001) afirma que as formas tradicionais de gestão baseadas nos cargos, tendem a tornarem-se anacrônicas. Primeiro, as pressões originadas pelo mercado, que se mostra cada vez mais competitivo, e segundo, as mudanças nas estruturas das empresas (*downsizing*, fusões e aquisições, reestruturação do trabalho) fizeram e ainda fazem as empresas buscarem novas alternativas para a gestão de seus recursos humanos, alternativas estas que se mostrem mais flexíveis frente às constantes mudanças pelas quais as empresas passam.

O sistema de gestão por competências também é uma resposta às principais críticas que o sistema atual vem sofrendo. Entre estas críticas, pode-se citar: metodologia desatualizada, fazendo com que o sistema passe uma “ilusão de mensuramento”, pois tenta quantificar as funções com uma falsa objetividade (MENEGASSO, 1998, p. 48).

6 A UNIVERSIDADE CORPORATIVA

6.1 O surgimento e conceito das universidades corporativas

O fenômeno das universidades criadas e mantidas por empresas não é tão recente. Um estudo desenvolvido pela Quality Dynamics – uma consultoria norte-americana – constatou que, em 1988, havia 400 instituições desse tipo nos Estados Unidos. No ano de 1997 este número girava em torno de 1000, e estudos apontaram para a manutenção da curva ascendente nos anos seguintes (PEAK, 1997). Em 1999, o número de universidades corporativas cresceu para aproximadamente 2000 (MEISTER, 1999).

O conceito de universidade corporativa corresponde à implementação dos seguintes pressupostos, segundo Fleury e Oliveira Jr:

Desenvolver as competências críticas em vez de habilidades; Privilegiar o aprendizado organizacional, fortalecendo a cultura corporativa, e não apenas o conhecimento individual; Concentrar-se nas necessidades dos negócios, tornando o escopo estratégico, e não focado exclusivamente nas necessidades individuais; Público interno e externo (clientes, fornecedores e comunidade), e não somente funcionários; Migrar do modelo “sala de aula” para múltiplas formas de aprendizagem; e Criar sistemas efetivos de avaliação dos investimentos e resultados obtidos (FLEURY; OLIVEIRA JÚNIOR, 2001, p. 91).

Meister (1998) destaca o caráter intensivo e permanente como características diferenciadoras do provimento educacional oferecido pelas empresas. Essas duas características revelam os dois principais objetivos das universidades corporativas: ser um agente de mudanças na organização, e aumentar as qualificações, conhecimentos e competências relacionadas ao cargo O empregado por sua vez, interpreta isso como um investimento em sua carreira e uma possibilidade de incremento de seu currículo, cuja validade não se restringe àquele emprego.

Embora um número expressivo de universidades corporativas esteja nos Estados Unidos, é necessário destacar que tais instituições não são exclusivamente daquele país. Países como o Canadá já dispõem de instituições que apresentam este perfil. Na Europa destaca-se a Nokia, além de campi de universidades americanas. No Brasil, já iniciaram suas atividades a Motorola University, Universidade do Hambúrguer da McDonald’s, Escola Amil, Universidade Telemar – UNITE, dentre outras.

Estas instituições corporativas antes estavam presentes nos setores industriais e de serviços, porém esse conceito de universidade corporativa está se alastrando e intensificando-se nos setores financeiro, saúde, telecomunicações e serviços públicos, setores estes que estão enfrentando competitividade crescente ou alcançaram a maturidade.

Ao observar as características das universidades corporativas percebe-se que estas diferem substancialmente dos tradicionais departamentos de treinamento e desenvolvimento das empresas. Com o intuito de esclarecer essas diferenças vamos apresentar, no próximo tópico, os objetivos e as responsabilidades em que estão incumbidas essas instituições criadas a partir da sociedade do conhecimento.

Objetivos das universidades corporativas

A missão da universidade corporativa consiste em formar e desenvolver os talentos humanos na gestão dos negócios, promovendo a gestão do conhecimento organizacional por meio de um processo de aprendizagem ativa e contínua. Para que isto seja feito com eficácia e sucesso, tem-se mostrado fundamental a utilização de tecnologia de ponta acoplada de uma nova metodologia de trabalho, que permita a todos dentro da empresa não só utilizarem as informações disponíveis, mas também atuarem como fornecedores de novas informações, alimentando todo o sistema.

Dessa forma, o objetivo principal de uma universidade corporativa é o desenvolvimento e a instalação das competências profissionais, técnicas e gerenciais competências consideradas essenciais para a viabilização das estratégias negociais.

De forma geral, as experiências nessa área têm enfatizado os seguintes objetivos globais, segundo Éboli:

Difundir a idéia de que o capital intelectual será o fator de diferenciação das empresas no próximo milênio; Despertar nos talentos humanos a vocação para o aprendizado; Incentivar e estruturar atividades de autodesenvolvimento; Motivar e reter os melhores contribuindo para o aumento de felicidade pessoal, dentro de um clima organizacional saudável (ÉBOLI, 1999, p. 112).

Para realizar suas atividades produtivas, uma empresa utiliza recursos disponibilizados pela sociedade, entre eles, recursos naturais, financeiros, conhecimento, infra-estruturas e ordem legal e institucional providas pelo Estado em nome da sociedade. Estes recursos são transformados pela empresa e retornam para a sociedade uma demanda na forma de produtos e serviços.

Atualmente, há organizações que vão além de suas obrigações impostas, assumindo outras, motivadas por princípios e valores éticos, que, por sua vez, podem estar incorporados na sua cultura organizacional, praticam o conceito de responsabilidade social.

Seguindo essa premissa, Responsabilidade Social é pensar o papel das empresas como agentes sociais proativos no processo de desenvolvimento social, econômico e ambiental, sendo estas responsáveis pelo bem estar de seus colaboradores, do meio ambiente, do homem e da valorização de sua cultura. Nessa perspectiva, a empresa estará incorporando um fator determinante para o sucesso mercadológico (NETO; FROES, 2002).

O conceito de responsabilidade corporativa, segundo Tinoco (2001), deve levar em conta o impacto das atividades da empresa para os agentes com os quais ela interage, os *stakeholders*.

6.3 A Universidade Corporativa como um centro de lucro

Conforme a perspectiva do desenvolvimento e baseado no reconhecimento da sociedade do conhecimento como a força motriz para consolidar as organizações baseadas na competência é que foi criada a universidade corporativa, onde todos os elos da cadeia participarão na construção e disseminação do conhecimento, de acordo com os objetivos estratégicos da mesma, pode ser a solução. O nome que se dá ao projeto dependerá dos gestores da própria cadeia de valor. Encontramos várias denominações além desta, como, por exemplo: Usina do conhecimento, gestão dos talentos humanos, etc.

Segundo Teixeira (2001), esta universidade corporativa será uma empresa, portanto, um elo da cadeia produtiva, cuja responsabilidade será operar como uma unidade de negócio determinada a se auto-sustentar, tornando-se um centro de lucros. Como empresa, sua gestão

estará focada na compreensão e satisfação das necessidades de seus clientes (internos e externos), disseminando, assim, o conhecimento orientado para o negócio, vinculado às questões estratégicas da cadeia.

Isto não quer dizer que haverá necessidade de construção de espaço físico específico para abrigar as salas de aulas nos moldes de uma universidade convencional, mas, sim, as aulas se darão nos espaços físicos já existentes nas empresas que compõem a cadeia. A associação da prática com o teórico no chão de fábrica, in loco, é o fundamento do gerenciamento do conhecimento entre os elos; a troca de experiências entre os diversos fornecedores e clientes no cotidiano, a partilha de tarefas que levará a soluções criativas e simplificadas, sempre procurando a entrega de produtos com valor agregado maior, do fornecedor para seu cliente, valorizando assim cada elo da cadeia.

Complementando e subsidiando a elevação do conhecimento com conteúdos teóricos estruturados, recomenda-se a adoção do EAD (Ensino à Distância), em que a disseminação do conhecimento via meios eletrônicos acarretará custos mínimos de estrutura, como também uma irradiação e consolidação da cultura de aprendizagem contínua por toda a cadeia, através dos esforços de implementação da aprendizagem e desenvolvimento, estimulando a motivação dos seus colaboradores.

De acordo com Peak (1997), o ensino eletrônico com apoio de instrumentos informatizados e técnicas de ensino a distância dispõe de uma série de vantagens, porém na maior parte das vezes não viabiliza o trabalho em equipe.

Finalmente, como suporte para esta estrutura do compartilhamento do conhecimento, a disponibilização de portais corporativos está sendo uma ferramenta ideal. Num passado recente, o desenvolvimento de EIS (*Executive Information System*) era a solução para a disseminação do elo competências essenciais da organização – assumiram, em muitos casos, um papel tão significativo, que em várias empresas a área ou departamento de recursos humanos, passou a gravitar em torno de suas universidades corporativas. Os demais processos inerentes à gestão de recursos humanos, foram absorvidos como sub-funções ou sub-processos das universidades corporativas, denotando uma mudança qualitativa substancial na organização das funções estratégicas de recursos humanos.

6.4 Programas de aprendizagem nas Universidades Corporativas

Buscando evoluir de um modelo de departamento de Treinamento e Desenvolvimento tradicional para um modelo adequado para a era do conhecimento, caracterizada pela aprendizagem “em qualquer lugar e a qualquer hora”, com seu interesse voltado para as necessidades específicas do negócio, tendo também os fornecedores, clientes, investidores e todos que formam a cadeia produtiva de valor para a empresa como público-alvo. Apresentando um sistema de aprendizagem diferenciado as Universidades Corporativas têm feito experiências com várias ferramentas educacionais no ambiente de negócios. Atualmente a possibilidade em disseminar informações em uma empresa, a todo momento, é quase ilimitada. Portanto, é a partir de possibilidades como estas, ocasionadas pelo avanço tecnológico foi que as empresas com Universidade Corporativa conseguiram desafiar os pressupostos do treinamento tradicional.

Segundo Meister (1999, p. 130), “[...] elas são os veículos para o desenvolvimento da aprendizagem permanente, porque fazem experiências com novos métodos de aprendizagem em sala de aula, no ambiente de negócios, em casa ou durante os deslocamentos”.

Esta autora apresentou uma análise sobre alguns caminhos onde as empresas têm experimentado o espírito de aprendizagem permanente entre seus funcionários contribuindo então para seu desenvolvimento: campus virtual, aprendizagem via satélite e aprendizagem multimídia, isso tem resultado em melhoria do desempenho do trabalho, sendo que a aprendizagem via internet e a tecnologia de aprendizagem cooperativa são os instrumentos com grande diferenciação para o sucesso da aprendizagem.

Milet (2000) reforça que a tendência para os próximos anos é que as instalações físicas das Universidades Corporativas sejam gradativamente substituídas por estruturas virtuais. Uma das vantagens são os custos do treinamento a distância via rede informatizada, que são sensivelmente menores do que os do treinamento presencial. Com isto, a implantação de uma Universidade Corporativa, antes privilégio das grandes corporações, pode ser viabilizada para empresas de menor porte, que poderá se consorciar ou terceirizar o serviço.

Segundo opinião de Milet (2000), as Universidades Corporativas tornando-se virtuais, ampliam suas possibilidades de responder às questões relacionadas à gestão do conhecimento e da aprendizagem nas organizações, pois com o custo reduzido, aceleram o aprendizado organizacional tão sonhado por Senge.

A aprendizagem via multimídia consiste na utilização do computador de mesa, transformando-o em estação de trabalho que emprega gráficos, animação, vídeo e áudio para facilitar a aprendizagem. O objetivo é criar soluções de aprendizagem que os alunos possam acessar quando quiserem e que despertem seu interesse e imaginação, acelerando o aprendizado e reduzindo custo e tempo de treinamento.

Nessa modalidade, utilizando-se dos bancos de dados de conhecimento, na Intranet nessa modalidade os trabalhadores podem comunicar-se e compartilhar informações e conselhos virtualmente através da internet. O objetivo é integrar informações e conhecimento difusos ao saber coletivo de uma organização.

A aprendizagem via *web* tem modificado a maneira de obter e conceber o conhecimento. A forma de armazenamento, transferência e gerenciamento desse conhecimento, pois seu objetivo consiste em difundir a educação da força do trabalho e a capacidade de personalizar experiências de aprendizagem de acordo com as necessidades e preferências de cada indivíduo.

A Intranet é outro recurso utilizado pelas Universidades Corporativas para apresentar seus programas de aprendizagem. A utilização do acesso ao ambiente virtual permite aos funcionários pesquisar, acessar e recuperar o conhecimento específico de que precisam para realizar seu trabalho.

Diante de todos esses fatores, podemos concluir sem dúvida nenhuma que o desenvolvimento adequado da aprendizagem organizacional nos dias atuais tem sido fundamental para a sobrevivência e o crescimento das organizações. Entretanto, será preciso desenvolver o perfil de gestores e colaboradores das organizações. Assim, serão necessários modelos de aprendizagem que reforcem o desenvolvimento de atitudes, posturas e habilidades, e não apenas o conhecimento técnico.

7 A EDUCAÇÃO CORPORATIVA

7.1 O surgimento da Educação Corporativa

Sob o domínio do que se convencionou chamar de era da economia industrial, o aprendizado orientava-se para um período restrito, considerando-se o tempo de vida do indivíduo. Na era do conhecimento, a dinâmica da mudança tecnológica exige um aprendizado constante e a atualização permanente durante a vida profissional.

Essa é uma tendência mundial, inclusive no Brasil. Estima-se que o segmento de alunos adultos será o de maior crescimento no mercado educacional pós-secundário nos próximos anos.

O setor empresarial, orientado pelas exigências da economia do conhecimento, é o responsável pela instituição dessas mudanças no setor educacional. Assim, de acordo com estes autores, o setor empresarial, nas próximas décadas, deve eclipsar o sistema escolar, tornando-se uma alternativa para o modelo educacional predominante hoje.

A educação como paradigma emergencial da atualidade

Segundo Maturama (2001) “aprender é conhecer e conhecer é aprender, sempre decisões de dentro para fora”. Assim ele afirmava que não conseguimos “instruir” um organismo em relação “a quais ruídos assimilar”, pois, de acordo com seu pensamento a aprendizagem para os organismos acontece sempre de dentro para fora. Ele também afirmava que essa aprendizagem persiste continuamente, pois os organismos continuam sua marcha na direção da autocriação.

Muitas organizações investem em universidades corporativas, mas repetem o mesmo dilema cartesiano da cisão entre instrutor e aprendiz. Portanto, as organizações precisam rever, em muito, critérios de geração de aprendizagem e de compreensão auto-organizativa das pessoas. Dessa forma, a crença nas tecnologias de informação e sistemas de ensino à distância, pouco poder tem em gerar o tipo de aprendizagem desejada. A arte de ensinar e aprender tem a ver com as condições de empatia nas interações, de modo a que os organismos reconheçam similaridades e possibilidades de aprendizagem distintas.

Comparativo entre T&D e a Educação Corporativa

Dentro do enfoque do conhecimento através do treinamento e desenvolvimento de pessoas, pode ser interessante se saber o sentido etimológico das palavras para compreensão de seu escopo de atuação. Enquanto que, em relação à palavra treinamento apura-se sua origem do “latim” trahere “que significa trazer ou levar a fazer algo estando voltada para melhorar as habilidades e capacidades relacionadas com o desempenho do cargo, a palavra desenvolvimento vem do latim “dês”, para ênfase acrescentada de “en” para dentro, interno “volvere” mudar de posição, lugar e compreende” (ROCHA, 2004, p. 38).

Enquanto isso Gil (apud ROCHA, 2004, p. 38) explicita que “desenvolver pessoas não significa apenas proporcionar-lhe conhecimentos e habilidades para o adequado empenho de suas tarefas”. Significa dar-lhe formação básica para que modifiquem antigos hábitos, desenvolvam novas atitudes e capacitem-se para aprimorar seus conhecimentos com vista em tornarem-se melhores naquilo que fazem.

É o espaço organizacional propício ao processo educacional? Ou seria o inverso? Parte da reflexão relacionada a essa questão pode ser respondida com a proposição de Portella (2004, p. 3), quando menciona sobre a dificuldade de entender onde a educação pode ser inserida: “talvez advenha da localização da educação entre as ciências e as humanidades, entre os desempenhos e os valores, e entre a informação e o conhecimento”

Como a educação pode contribuir para que as empresas atinjam melhores resultados? Essa pergunta não está mais sendo feita, de acordo com Malvezzi (1994), pela área de treinamento e desenvolvimento. Para atender a esses e outros questionamentos sobre a complexidade do sistema aprendizados-competências-conhecimentos, foi introduzido o conceito de Educação Corporativa, implantado e disseminado nas organizações, que, em conseqüência, apresentam melhores resultados competitivos.

O conceito de Educação Corporativa, entretanto, pode ser entendido por um novo T&D reciclado? No debate inicial entre a diferença que se nota entre Centro de Treinamento e Desenvolvimento T&D e Educação Corporativa ou (Universidade Corporativa (UC), sua principal modalidade hoje), destacam-se as contribuições a seguir:

Meister (apud FERNANDES, 2005) diferencia T&D e educação ou Educação Corporativa: por Educação Corporativa a autora entende um papel está relacionado ao desenvolvimento de habilidades com o objetivo de desenvolver competências, proporcionar aprendizado individual através do aprendizado organizacional tático, sendo o escopo feito através de estratégias relacionadas às necessidades individuais. Nesse caso a ênfase está na estratégia de negócios internos, com seu público sendo atendido em espaço real tanto internamente como externamente, tudo isso acontecendo tudo isso basicamente em espaços virtuais, nos quais as habilidades estarão sendo aumentadas e a sua competitividade aumentada como resultado do processo.

Éboli (2005, p. 53) conceitua a Educação Corporativa como

Um sistema de desenvolvimento de pessoas pautado pela gestão de pessoas por competências. Uma forma de avaliar o real fôlego de um projeto de UC é observar se a empresa também está trabalhando com o conceito de competências em outros subsistemas da gestão de RH, e não apenas T&D. Se o conceito de competência é incorporado e assimilado como um princípio organizacional, a empresa tende a contratar por competência, a remunerar por competência, a avaliar por competência etc.

Eboli (2004, p. 92) destaca que o impacto provocado no aumento da competitividade das organizações que adotaram um sistema educacional estratégico na sua política de negócios, vem sendo um dos responsáveis pela inserção de uma nova mentalidade no mundo dos negócios no Brasil, aliado ao aumento da competitividade. Uma das formas é a migração do tradicional Centro de T&D para a Educação Corporativa, ganhando “foco e força estratégica, evidenciando-se como um dos pilares de uma gestão empresarial bem-sucedida”.

Como o conhecimento humano tornou-se o diferencial para as organizações competitivas, o objetivo dos programas de educação corporativa “[...] deve ser o de aumentar o Capital Intelectual (CI), ativo que não aparece nos balanços financeiros das empresas, mas que pode ser mensurado pela diferença entre o Valor de Mercado (VM) e o Valor Patrimonial (VP) = $(CI=VM-VP)$ de cada empresa” (SOUZA apud BAYMA, 2004, p. 25).

Sendo então a competência um fator crucial na diferenciação e explicação da migração de T&D para Educação Corporativa. Deve-se atentar para a conceituação abrangente que a Educação Corporativa imprime hoje em termos de melhoria da qualificação de pessoal e da necessidade continuada para o processo de formação dos indivíduos nas organizações. Dessa forma é pertinente que a migração do conceito de T&D para o conceito de Educação Corporativa, estejam alinhados com a especificidade da gestão do conhecimento.

8 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa, de natureza descritiva e exploratória, consiste em um estudo bibliográfico e documental.

9 CONCLUSÃO

Este trabalho procurou fazer uma análise histórica da evolução do processo de capacitação profissional, enfocando as mudanças conceituais no contexto das organizações que lidam com a aprendizagem e os diferentes modelos de treinamento.

No início do trabalho, foram fixados alguns objetivos, os quais se tentou atingir durante o percurso da pesquisa. No que diz respeito a investigar, com base na literatura existente, como tem se dado à evolução conceitual do processo da capacitação nas organizações acredita-se ter conseguido alcançá-lo. Na primeira parte, procurou-se fazer uma análise geral da evolução do conhecimento.

Esse tema serviu para clarear o entendimento do que vem acontecendo no contexto da educação profissional em termos das novas tecnologias utilizadas. Foi buscado, também, expor a razão e as formas de sua utilização, como forma de ampliar e desenvolver diferentes modelos de aprendizado para construir organizações capazes de manter e desenvolver seus recursos humanos.

Verificou-se que uma das principais formas de desenvolvimento da educação permanente deve-se à disponibilidade das novas tecnologias, pois, mais do que dispor de recursos tecnológicos, as organizações encontram-se situadas dentro de um contexto aberto, onde as pessoas são encorajadas a sentirem-se parte integrante do sistema.

Identificou-se também que a adoção dessas tecnologias acaba exigindo ações específicas para a gestão da empresa e do desenvolvimento das competências, portanto da maneira de conduzir as aprendizagens.

Foram levantados na bibliografia consultada, os conceitos propostos por alguns autores sobre treinamento e educação, o processo de treinamento segundo uma visão sistêmica, assim como modelos e técnicas utilizadas desde o início do treinamento concebido pelas organizações.

O levantamento dos conceitos de treinamento e educação desenvolvidos pelas empresas permitiu concluir, ainda, que o treinamento dos recursos humanos deve constituir em processo permanente e essencial para o sucesso das organizações, principalmente em se tratando de novas tecnologias.

Alguns dos treinamentos observados a partir do conceito de educação corporativa acontecem, através de formas continuadas, ficando permanentemente implícito para a organização a condução do processo e a formação de inculc para os indivíduos uma conduta de eterno aprendiz.

Diante de tudo isso o que pôde ser estudado e apreendido através da pesquisa realizada, é concluir-se que é essencial que se realize ações para o desenvolvimento de programas de educação continuada, adequados aos indivíduos e as organizações as quais fazem parte, e que estas melhorias devem acontecer no âmbito de todas as organizações que buscam sua permanência enquanto organizações voltadas para o desenvolvimento de seus ativos intangíveis.

Além de todos os fatores descritos acima ainda podemos enumerar que, nesse contexto de educação permanente, podemos perceber, nas organizações que se desenvolvem a partir do sistema de aprendizagem:

- Os processos de capacitação tem percorrido uma trajetória histórica, que vai da exploração de conteúdos específicos e localizados, para a observação de conteúdos abrangentes e universais, como resultado da expansão do conhecimento nas organizações.
- Há uma tendência das organizações em tentar reter o conhecimento gerado por sua atuação, o que tem levado-as a estruturar sistemas de gestão do conhecimento cada vez mais eficazes, embora ainda não se tenham definidos modelos concretos de gestão.
- O processo de capacitação empresarial é cada vez mais fator de desempate nos processos de recrutamento e seleção, já que o mercado encontra-se em fase de procura de mão-de-obra qualificada.

Um dos principais desafios que surge para as empresas hoje, é compatibilizar as necessidades de capacitação dos seus colaboradores, que geram investimento e aplicação de tempo, com as exigências da competitividade, que requerem economia de recursos e redução de tempo aplicado em preparação profissional.

REFERÊNCIAS

BAYMA, Fátima (Org.). **Educação Corporativa**: desenvolvendo e gerenciando competências. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

BOOG, G. G. (Coord.). **Manual de Treinamento e Desenvolvimento ABTD**. São Paulo: Makron Books, 1994.

CARVALHO, A. V. de. **Aprendizagem organizacional em tempos de mudança**. São Paulo: Pioneira, 1999.

CAVALCANTE, M. **Inteligência empresarial e gestão do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2001.

DAVENPORT, T.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial** – como as organizações gerenciam seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

DUTRA, J. S. **Gestão por competências**: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas. São Paulo: Gente, 2001.

DUTRA, J. S. Desenhando programas de desenvolvimento a partir da identificação de competências essenciais. In: EBOLI, Marisa Pereira (Coord.). **Desenvolvimento e**

- alinhamento dos talentos humanos às estratégias empresariais: o surgimento das universidades corporativas.** São Paulo: Schmukler, 1999.
- EBOLI, M. P. Educação Corporativa no Brasil: Princípios de Sucesso e Melhores Práticas. In: EBOLI, M. P. **Universidades Corporativas.** Brasília, DF: USP/PROGEP, 1999.
- EBOLI, M. P. **Educação para as empresas do século XXI:** coletânea de artigos sobre as universidades corporativas. São Paulo: FIA/FEA-USP, 1999 (Edição especial).
- FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M. **Gestão Estratégica do Conhecimento.** São Paulo: Atlas, 2001.
- FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA JÚNIOR, M. de M. Aprendizagem e gestão do conhecimento. In: DUTRA, Joel Souza (Org.). **Gestão por competências: um modelo avançado para o gerenciamento de pessoas.** São Paulo: Gente, 2001.
- FISCHER, A. L. **Um resgate conceitual e Histórico dos modelos de gestão de pessoas.** São Paulo: Gente, 2002.
- LE BORTEFF, G. **Desenvolvendo a competência dos profissionais.** 3. ed. Porto Alegre: Artemed, 2003.
- MALVEZZI, S. Do Taylorismo ao comportamentalismo 90 anos de desenvolvimento de recursos humanos. In: BOOG, G. G. **Manual de Treinamento e desenvolvimento ABTD: um guia de operações.** São Paulo: Makron Books, 1994.
- MEISTER, J. C. **Educação Corporativa.** São Paulo: Makron do Brasil, 1999.
- MEISTER, J. C. **Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas.** São Paulo: Makron Books, 1999.
- MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- MUNDIM, A. P. F. **Desenvolvimento de produtos e Educação Corporativa.** São Paulo: Atlas, 2002.
- NONAKA, I.; TAKEUCHI, N. **Criação de Conhecimento na empresa – como as empresas japonesas geram a Dinâmica da Inovação.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- NONAKA, I. **Gestão do Conhecimento.** Rio de Janeiro: Campus, 2000 (Coleção Harvard Business Review).
- PADOVEZE, C. L. Aspectos da gestão econômica do capital humano. **Revista de Contabilidade do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo**, São Paulo, ano 4, n. 14, dez. 2000.
- PONTUAL, M. Evolução do Treinamento empresarial. In: BOOG, G. G. **Manual de Treinamento e desenvolvimento ABTD.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1980.
- PRAHALAD, C. K.; HAMEL, G. A competência essencial da organização. In: ULRICH, D. **Recursos Humanos estratégicos.** São Paulo: Futura, 1990.

- ROCHA, B. P. L. Treinamento versus Educação Corporativa: um novo modelo voltado para o desenvolvimento e a aprendizagem contínua. In: LIMA, Marcos Antonio Martins (Org.). **Educação, competências e desempenho**: chaves humanas para a auto-sustentabilidade organizacional. Fortaleza: Fundação Universidade Estadual do Ceará, 2004.
- ROSSATO, M. A.; CAVALCANTI, M. **Modelo Estratégico de Gestão do Conhecimento**. Campinas: [s. n.], 2001.
- SANTOS, A. C. Organizações que aprendem: possibilidades e imites de aplicação dessa concepção nas empresas. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 83-87, out./dez. 2001.
- SENGE, P. **A quinta disciplina** – arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. Rio de Janeiro: Best Seller, 1994.
- TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: Livro Verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.
- TAKEUCHI, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- TEIXEIRA, A. **Universidades Corporativas x Educação Corporativa**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.
- WOOD, T. Administração Estratégica e Administração de Recursos Humanos. **RAUSP**, São Paulo, v. 27, n. 4, out./dez. 1992.

AA 8: A INDÚSTRIA NORDESTINA DE SOFTWARE: CENÁRIOS E PERSPECTIVAS

Laércio de Matos Ferreira²²

A inserção das tecnologias da informação tem-se intensificado cada vez mais nos mais diversos ramos da atividade econômica, devido ao caráter transversal dos programas de computador. O espectro de influência da chamada “indústria de software” entre outras atividades econômicas guarda relação direta com o nível de dinamicidade econômica de cada país ou região. Assim, nos países chamados “centrais” é maior o nível de agregação de conhecimentos na atividade industrial, o que confere à indústria de *software* um lugar cada vez mais central nas economias desenvolvidas. Por outro lado, as possibilidades de inserção competitiva que as tecnologias da informação podem proporcionar a economias em desenvolvimento justificam a elaboração de políticas especificamente formatadas para a atividade.

O crescimento das tecnologias da informação é atualmente influenciado pelo avanço da digitalização, pela maior conectividade entre linguagens de programação e bases de dados, e pela convergência cada vez mais elevada entre a indústria de *software* e a indústria de componentes eletrônicos. Exemplos desta convergência são os cartões inteligentes (*smart cards*). O valor tecnológico agregado pelo *software* em um simples cartão de plástico torna o custo de produção dos cartões irrelevante na composição do preço final do produto.

Também merece destaque o fato de setores que utilizam meios de transmissão de informações, como a radiofonia, a intermediação financeira, a comunicação por telefones celulares e a televisão digital, contribuírem fortemente para a convergência entre o desenvolvimento de *hardware* e *software*. A evolução do número dos chamados “programas embarcados” torna cada vez mais complexa a separação entre os programas de computador e os equipamentos eletrônicos que os hospedam, ou que lhes servem de meio de difusão.

Destaca-se também, mais recentemente, como fator de crescimento decorrente da interconexão de computadores, a possibilidade de descentralização da programação, que eliminou a proximidade geográfica como requisito para profissionais envolvidos no desenvolvimento de um mesmo programa ou sistema de computador. Um mesmo programa pode ser desenvolvido hoje por programadores e analistas atuando em cidades ou mesmo países diferentes, ao mesmo tempo.

1 A INDÚSTRIA DE SOFTWARE NO BRASIL E NA ÍNDIA

A perspectiva de crescimento cada vez mais convergente entre as indústrias de *software* e eletroeletrônica pode ser percebida pelas estratégias adotadas por países como a Índia, que há alguns anos elegeu não apenas a indústria de informática, mas todo o complexo eletrônico como a locomotiva de crescimento de sua economia. Compreendendo um contingente que beira um milhão de empregados, a indústria eletroeletrônica indiana elevou sua participação no PIB total do país, de 5,8% em 2000 para 7,0% em 2005 (WORLD BANK, 2007).

O caso indiano, aliás, é um exemplo emblemático de eficiência política na atração de grandes empresas externas. As políticas de atração de investimentos construídas para a indústria de *software* daquele país adotaram a arrojada estratégia de compartilhar riscos com grandes corporações transnacionais estrangeiras. A instalação de satélites de desenvolvimento das TNCs de *software*, aliada a ações de fortalecimento do arcabouço tecnológico a serviço do empresariado local, contribuiu para o *catching-up* tecnológico, ou seja, elevou a capacidade do país (antes uma economia com retardo tecnológico) em absorver tecnologias e conhecimentos utilizados pelos centros mais desenvolvidos, de maneira que a Índia pôde reduzir os desníveis em relação às economias mais avançadas, a ponto de provocar o

²² Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia – UFRJ – Instituto de Economia.

deslocamento, para aquele país, de estruturas de desenvolvimento e produção (mais robustas do que simples subplantas de desenvolvimento) das grandes empresas do setor.

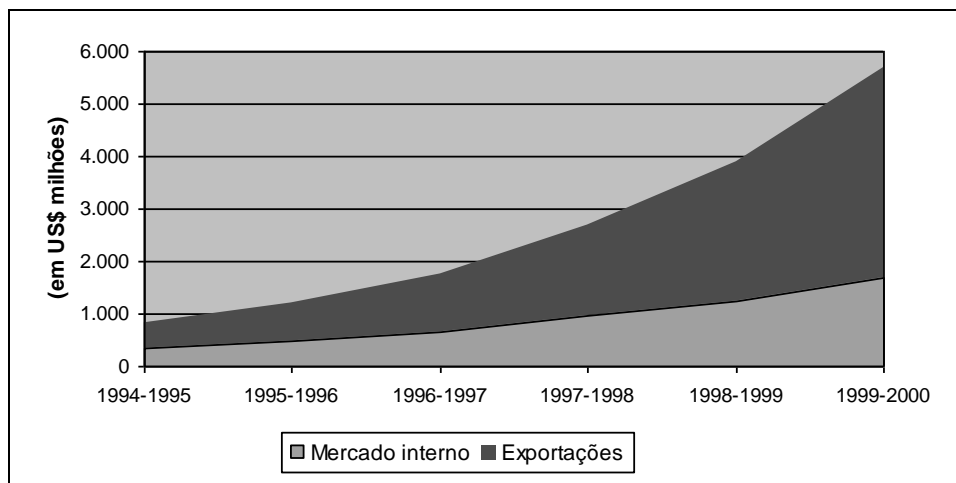
No exemplo indiano, como em todo o panorama mundial, o crescimento da atividade tem sido fortemente impulsionado pelo avanço da indústria de componentes eletrônicos, e nos últimos anos, pelo fenômeno da digitalização, que integra os recursos da informática e suas aplicações, as tecnologias de comunicação e o conhecimento armazenado em conteúdos físicos, como livros, filmes ou discos. No Brasil, este fator de convergência das TICs já subsidia há algum tempo as estratégias definidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT como um dos pilares da construção das bases para a inserção das economias na “Sociedade da Informação”.

Outro fator apontado pelo MCT como sustentáculo do paradigma da informação é a redução de preços que o mercado de computadores vem experimentando em todo o mundo, o que impulsiona a difusão do uso de computadores por diferentes níveis da sociedade. A miniaturização de equipamentos transformou rapidamente o computador em equipamento doméstico, e atualmente a integração da informática e da tecnologia digital já vislumbra o desaparecimento de produtos tecnológicos há algum tempo aparentemente inatacáveis, como televisores e telefones fixos, substituídos por equipamentos de telefonia móvel que integram as funções destes e de outros produtos que num passado recente eram considerados inovações tecnológicas.

O processo de convergência de equipamentos das tecnologias da informação e das comunicações tem provocado uma maior concentração industrial, com o desenvolvimento e introdução de inovações tecnológicas sendo capitaneado por corporações transnacionais (TNCs). Tais corporações utilizam-se das bases de conhecimentos instaladas em países em desenvolvimento muitas vezes apenas para contratar subprojetos de componentes ou mesmo de conjuntos completos (UNICAMP, 2002), fato que, sem a aplicação de instrumentos políticos que fortaleçam as bases empresariais locais e a construção de nexos vantajosos entre as empresas locais e os investidores externos, pode implicar redução das possibilidades de êxito nas tentativas de internacionalização das pequenas e médias empresas localizadas nesses países.

Estratégias políticas de atração de empresas deverão portanto necessariamente considerar a interação da base empresarial local com o sistema de inovação, para que o arcabouço científico-tecnológico local possa estar condizente com o patamar de desenvolvimento das empresas externas, sob risco de acarretarem sérios prejuízos à competitividade da indústria local. A estratégia de centralização das indústrias eletroeletrônica e de informática como motores do crescimento da economia indiana não resultou de uma recente tomada de decisão, mas de uma estratégia fundamentada numa política de formação de mão-de-obra qualificada, que de 1998 a 2001 elevou a quantidade de engenheiros formados anualmente de 50.000 para 82.000 (NICOLSKY, 2001). Só no segmento de informática, o número de engenheiros de computação formados anualmente no estado de Karnataka, onde está localizado o parque tecnológico de Bangalore, atinge a casa dos 25.000 profissionais.

A formação de profissionais orientados para o atendimento à demanda de soluções tecnológicas levou a Índia a atrair unidades de produção de grandes corporações externas (como a Microsoft, que se instalou em Hydebarad, ao norte de Bangalore) e a impulsionar exponencialmente suas exportações (Quadro 1).



Quadro 1 – Vendas internas e externas na indústria indiana de *software*.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2004).

A configuração da indústria indiana de *software*, voltada em sua maioria para o mercado externo, contrasta fortemente com a realidade brasileira, em que a maior parcela das soluções desenvolvidas destina-se ao mercado interno, o que concorre para o desconhecimento do *software* brasileiro no mercado internacional. Embora não haja grandes discrepâncias entre o número de empresas de *software* atuando nos dois países (Quadro 2), a formação de profissionais de desenvolvimento orientada pela demanda externa salienta-se como diferencial de sucesso do exemplo indiano no âmbito internacional, uma vez que o estabelecimento de parâmetros por parte dos demandantes ocasiona uma padronização dos processos de produção, contribuindo para a explicitação das necessidades de capacitação da base empresarial. Ademais, a formação de uma dinâmica local de produção estabelecida em função da demanda externa (SCHIMITZ & NADVI, 1999) favorece a aglomeração territorial de empresas que se percebem com capacidade de atuar nos eventuais “vazios de produção”.

| | Brasil | Índia |
|---|------------------|------------------|
| Mercado doméstico | US\$ 7,6 bilhões | US\$ 2,0 bilhões |
| Exportações | US\$ 100 milhões | US\$ 6,2 bilhões |
| Faturamento total | US\$ 7,7 bilhões | US\$ 8,2 bilhões |
| Pessoas trabalhando com <i>software</i> | 158.000 | 350.000 |

Quadro 2 – Comparações entre as indústrias de *software* de Brasil e Índia.

Fonte: Veloso et al (2003).

Outra estratégia eficiente de formação de uma base tecnológica capaz de atrair empresas internas e externas é o ancoramento do processo industrial em uma grande instituição formadora ou demandadora de mão-de-obra especializada (MARKUSEN, 1996), como no complexo eletro-eletrônico que se desenhou ao redor da Unicamp, ou no complexo de empresas de informática que se têm instalado no Parque Tecnológico do Porto Digital, em Recife. Este modelo não pode, no entanto, ser replicado para toda a grande extensão territorial brasileira, em virtude da óbvia incapacidade do Estado de intervir com a criação de uma entidade-âncora para cada um dos inúmeros arranjos produtivos locais na miríade de atividades econômicas verificadas no País.

Uma alternativa interessante à ancoragem de grandes demandantes como fator indutor de agrupamentos de produção de *software* é o redirecionamento dos programas de capacitação de mão-de-obra para que as empresas ampliem seu impacto inovador além do escopo da empresa ou do território, passando da produção de “bens ricardianos” (tecnicamente menos complexos e suscetíveis de serem elaborados por todos os países envolvidos em uma

determinada dinâmica de comércio)²³ à produção de bens inovadores, que garantam à base empresarial inserção na competitividade internacional.

2 A INDÚSTRIA NORDESTINA DE SOFTWARE

A inserção de satélites de desenvolvimento de grandes demandadoras internacionais de produção de software já é característica da indústria nordestina, principalmente em Pernambuco, onde a conformação de empresas e instituições de pesquisa atuando no Porto Digital revela um ambiente propício à geração de inovações no desenvolvimento de software, inclusive em função do nível de especialização da mão-de-obra local.

O dinamismo dos centros nordestinos que contam com forte interação com a comunidade científica contrasta com as localidades em que não existe conexão entre a indústria de software e os sistemas locais de inovação. A indústria nordestina de software revela-se assim um cenário heterogêneo em termos de dinamicidade econômica, contrapondo centros de maior agregação tecnológica com outros em que o potencial de geração de inovações é reduzido, em função de diversos fatores, principalmente ligados à gênese dos processos de construção das estruturas industriais.

Por outro lado, a permeabilidade do software em diversos processos de produção é intensa no cenário nordestino, na forma de “software embarcado” em produtos de hardware ou como soluções tecnológicas customizadas para outras atividades produtivas. Desta forma, embora do ponto de vista da competitividade do “produto” software a indústria nordestina possa ser considerada pouco inovadora, a construção de soluções tecnológicas e a inserção dos programas de computador em equipamentos de hardware justificam a importância deste segmento industrial como importante vetor do desenvolvimento da Região.

O arranjo produtivo local de software de Campina Grande, por exemplo, apresenta claras conexões com a base industrial local, formada predominantemente por grandes empresas do ramo de metal-mecânica. Estas conexões interferem no viés da especialização local, conferindo ao arranjo um alto grau de especialização no desenvolvimento de soluções informáticas voltadas à automação industrial.

A multiplicidade de vieses da produção de software, em razão de suas conexões com outros processos produtivos concorre, por outro lado, para uma indústria altamente diversificada em relação às suas plantas de produção. Esta característica, em locais em que não há uma conexão histórica com a comunidade científica, concorre para a elevação do grau de dificuldade de estabelecimento de parcerias entre as empresas, visto que conexões com institutos de pesquisa e de desenvolvimento de novas tecnologias provocam maiores intercâmbios de informações, e portanto facilitam processos de interação horizontal.

Neste ponto, o arranjo produtivo local de Recife, Pernambuco, pela forte conformação de seus relacionamentos com a comunidade científica, apresenta maiores características de competitividade local e de inserção internacional. O principal foco dessa interação é o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, o CESAR, mas não deve ser relevada, como outro forte fator de indução ao desenvolvimento do arranjo, a intervenção do Governo do Estado.

O arranjo produtivo local de software de Recife, embora tenha em sua gênese, além das conexões com a comunidade científica, forte relação com a origem dos primeiros empresários que compuseram seu núcleo gerencial. A primeira geração de empreendedores no desenvolvimento e comercialização de software em Pernambuco adveio do Banorte. Em decorrência, as primeiras empresas do arranjo se dedicavam ao atendimento aos requisitos de instituições financeiras. Este viés, no entanto, desfez-se com o decorrer dos anos, principalmente em função da inserção no mercado de graduados nos cursos de bacharelado em Informática das universidades locais.

²³ Uma discussão a respeito da transformação de bens inovadores em bens ricardianos pode ser conhecida em Visús (1999).

O exemplo de sucesso de Recife inspirou outras iniciativas de criação de parques tecnológicos no Nordeste. Um deles, localizado em Fortaleza, Ceará, não espelha, à primeira vista, a mesma intensidade de conexão com a base tecnológica local (em especial com a comunidade científica) em seu processo de formação, ao contrário do caso pernambucano. No entanto, iniciativas diversas vêm logrando êxito na transformação deste cenário desfavorável.

Entre elas, destaca-se a construção do Parque Tecnológico Titã. Espera-se que o compartilhamento das dependências do Titã favoreça o relacionamento entre as empresas locais.

Os casos descritos, em Recife, Fortaleza e Campina Grande, denotam a diversidade de vieses que a indústria nordestina de software apresenta, no todo. Neste sentido, evidencia-se a necessidade de maiores reflexões a respeito dos desdobramentos à montante e à jusante do processo de desenvolvimento e produção de software. Um dos exemplos de necessidade de mapeamento das conexões à jusante e à montante do estágio de desenvolvimento dos programas de computador são os mercados internacionais atuais e potenciais. Embora se verifique, em uma visão sistêmica da Região, a possibilidade de êxito na internacionalização do software local, é relevante que a iniciativa de incentivo a vários processos de produção, geograficamente próximos, pode causar efeitos nocivos às indústrias locais, como a sobreposição de clientes ou de canais de distribuição.

3 PERSPECTIVAS PARA A INDÚSTRIA NORDESTINA DE SOFTWARE

A desconexão entre os processos de produção de software localizados nos centros mais dinâmicos do Nordeste justifica a preocupação em relação ao intercâmbio de informações entre os arranjos industriais e à elaboração de estratégias políticas que considerem as conexões potenciais entre as conformações locais. A estruturação da base de conhecimentos na indústria de *software* é fundamental não apenas para as atividades direta ou indiretamente voltadas à produção de *software*, mas também para vários outros processos de produção que se utilizam ou interagem com programas de computador. Além disso, a necessidade de monitoração da trajetória tecnológica do *software* é fundamental para qualquer ramo de atividade econômica que incorpore a informática em suas rotinas de produção.

Durante a última década, a troca de informações entre as organizações tornou-se não somente possível, mas primordial. No entanto, realizar o intercâmbio de dados é hoje uma tarefa bastante complexa, devido à diversidade de aplicações existentes e ao fato de que os dados apresentam diferentes sintaxes, semânticas, representações e formatos. Os dados provenientes de aplicações *web*, por exemplo, podem ser oriundos de diferentes empresas, que provavelmente não permitirão acesso total aos mesmos, mas ao menor conteúdo informacional possível, necessário à execução de determinada consulta.

Na atual geração, dados e serviços são compartilhados através da Internet. A *web* atual pode ser por isso caracterizada como a “segunda geração da *web*”. A criação de hipertextos (sistemas de visualização de informações que permitem saltos entre páginas ou mesmo entre documentos) proporcionou uma infinidade de novas habilidades no espaço da *web*.

A terceira geração, que traz uma nova categoria de dados, os metadados (dados que contêm informações sobre outros dados), pretende tornar os recursos da *web* mais acessíveis a agentes automatizados, acrescentando dados que descrevam o conteúdo das páginas e aplicações, de forma a facilitar as buscas de informações e serviços. A terceira geração corresponde à visão de uma “*Web Semântica*”, onde os computadores possam ajudar os humanos a realizar a “parte difícil”, utilizando anotações semânticas.

O direcionamento das ações acadêmicas nos cursos de mestrado e doutorado dos grandes centros nordestinos vislumbram, em um futuro próximo, a formação de um razoável conjunto de especialistas no assunto, o que poderá garantir a inserção da Região neste novo paradigma.

Outra vertente do processo de produção de software, a convergência entre diversos componentes eletrônicos, como a diversidade de funções que hoje já se incluem na telefonia

digital, também se constitui potencial inovação para a indústria nordestina. Neste ponto, o Parque Tecnológico do Porto Digital já alcança interessantes resultados.

As potencialidades da Região esbarram, no entanto, na desarticulação entre os centros industriais e as respectivas políticas estaduais. Embora a diversidade de especializações da indústria nordestina de software, em uma visão menos aprofundada, não parece guardar relações de causa e efeito entre as conformações locais, a interação com outras atividades econômicas e as novas tendências para a Informática justificam a adoção de estratégias que contemplem a “indústria nordestina de software” de maneira sistêmica, considerando todos os desdobramentos de cada atividade localizada.

REFERÊNCIAS

- MARKUSEN, A. Sicky places in slippery space: a typology of industrial districts. **Economy geography**, New Jersey, v. 72, p. 296-308, 1996.
- NICOLSKY, R. Inovação tecnológica industrial e desenvolvimento sustentado. **Parcerias estratégicas**, Brasília, DF, UNB, n. 13, p. 80-108, 2001.
- OLIVEIRA, S. B. **O modelo CMM (Capability Maturity Model) na indústria de software do Brasil, China e Índia: impactos, perspectivas e tendências**. 2004. Tese (doutorado)– Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- SCHMITZ, H.; NADVI, K. Clustering and industrialization: introduction. **World Development**, Londres, Pergamon, v. 27, n. 9, p. 1503-1514, 1999.
- UNICAMP. **Estudo da competitividade das cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Nota técnica final. Campinas: UNICAMP, 2002.
- VELOSO, F.; BOTELHO, A. J. J.; TSCHANG, T.; AMSDEN, A. (2003) **Slicing the knowledge-based economy in Brazil, China and Índia: a tale o 3 software industries**. Disponível em: <http://www.softex.br/media/MIT_final_ing.pdf>. Acesso em: ago. 2008.
- WORLD BANK, [s. l.], 2007. Disponível em: <http://devdata.worldbank.org/ict/ind_ict.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2008.

AA 9: DETERMINANTES DO DESEMPENHO EXPORTADOR: REVISÃO, SISTEMATIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LITERATURA EMPÍRICA

Luiz Antônio Gouveia de Oliveira²⁴

RESUMO

A atividade exportadora tem ocupado nos últimos anos um espaço de grande relevância no processo de crescimento econômico da maior parte dos países. Neste contexto, o desempenho exportador das empresas e seus determinantes são dimensões sobre as quais torna-se imperativo desenvolver um conhecimento mais profundo e sistematizado. Este artigo propõe-se a analisar os principais estudos de revisão da literatura empírica sobre os determinantes do desempenho exportador, enfatizando a heterogeneidade e a complexidade dos resultados obtidos e procurando sistematizar o conhecimento produzido por essas investigações. A literatura revisada sinaliza, entretanto, que há um caminho relativamente longo a se percorrer para se alcançar tais objetivos, principalmente no que diz respeito à influência das características da empresa, de sua estratégia geral de exportação e dos fatores do meio-ambiente sobre seu desempenho exportador.

Palavras-chave: Desempenho exportador. Exportação.

1 INTRODUÇÃO

A temática do desempenho exportador das empresas tem sido investigada extensivamente há pelo menos 4 (quatro) décadas²⁵. Estudos de revisão de literatura realizados por Madsen (1987), Chetty e Hamilton (1993) e Zou e Stan (1998) compilaram e analisaram 150 artigos empíricos publicados entre 1963 e 1997, onde são examinados os efeitos diretos e indiretos das variáveis organizacionais, gerenciais e de estratégia de marketing sobre o desempenho exportador das empresas²⁶. Para Zou e Stan (1998), o expressivo volume de trabalhos publicados sobre esse tema nos mais proeminentes periódicos acadêmicos do mundo reflete sua importância e legitimidade enquanto campo de investigação.

Os resultados obtidos por essas pesquisas, no entanto, têm se revelado bastante heterogêneos e, freqüentemente, confusos. Segundo Leonidou et al (2002), isso se deve basicamente a três razões: em primeiro lugar, a maioria dos estudos – realizada de maneira isolada e descoordenada – se limita a investigar e testar apenas algumas dimensões de um modelo que se pretende mais amplo de avaliação do desempenho exportador²⁷; em segundo lugar, os esforços de investigação provavelmente apresentam alguns efeitos exógenos decorrentes da variabilidade de contextos geográficos, indústrias investigadas e de caráter temporal; por fim, ressalte-se a diversidade de design de investigação, onde são empregadas diferentes terminologias e definições, além da inconsistência na operacionalização de variáveis.

Não obstante tais limitações, o presente artigo busca integrar as conclusões dos principais estudos de revisão de literatura. Na primeira seção, são relatados os resultados constatados em pesquisas empíricas acerca da influência dos mais diversos fatores

²⁴ Professor Msc, Curso de Administração.

²⁵ O artigo de Tookey – TOOKEY, D. A. Factors Associated with Success in Exporting. **Journal of Management Studies**, n. 1, p. 48-66, mar. 1964 – é considerado um dos pioneiros sobre o assunto.

²⁶ Para uma visão geral dos estudos sobre determinantes e medidas do desempenho exportador, veja Aaby e Slater (1989); Chetty e Hamilton (1993); Leonidou et al (2002); Madsen (1987); Souza (2004); e Zou e Stan (1998).

²⁷ O estudo meta-analítico de revisão de Leonidou et al (2002) considera cinco grupos de variáveis a influenciar o desempenho exportador, quais sejam: variáveis de gestão, variáveis organizacionais, variáveis ambientais, variáveis de definição do mercado-alvo e variáveis do *mix* de *marketing* de exportação.

organizacionais e ambientais sobre o desempenho exportador das empresas. Na seção seguinte, procede-se uma análise crítica em torno das conclusões de tais estudos. Finalmente, são sugeridas algumas abordagens metodológicas alternativas e novas direções para futuras pesquisas, com o intuito de promover uma maior generalização do conhecimento sobre o comportamento exportador das empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das primeiras tentativas de sistematização do conhecimento sobre os determinantes do desempenho exportador foi realizada por Madsen (1987). Em sua revisão de literatura – compreendendo o período de 1963 a 1985 – o autor analisou 17 estudos empíricos e conseguiu identificar 20 determinantes do desempenho exportador, reunindo-os sob três grupos de variáveis independentes, quais sejam O-estrutura (estrutura organizacional), E-estrutura (estrutura do meio-ambiente da empresa) e Estratégia.

O grupo O-Estrutura reúne as variáveis endógenas à empresa, como “recursos gerais da empresa”, “conhecimento de marketing de exportação”, “apoio gerencial” e “intensidade tecnológica”. O conceito de E-estrutura compreende os determinantes exógenos à empresa, quais sejam “atratividade do mercado de exportação”, “barreiras comerciais”, “distância física dos mercados”, “atratividade do mercado doméstico” e “tipo de mercado”. Por fim, a Estratégia inclui as variáveis que representam o posicionamento competitivo adotado pela empresa quanto a: “intensidade de pesquisa de mercado”, “intensidade de planejamento e controle”, “internalização da função de marketing”, “adaptação da política de marketing”, “competitividade do preço”, “intensidade da comunicação” e “apoio a canais de distribuição”.

Segundo Madsen (1987), dentre os três grupos de determinantes identificados nas investigações analisadas, aqueles referentes ao meio-ambiente da empresa – E-estrutura – são praticamente ignorados e em mais da metade dos estudos apenas um determinante dessa natureza é citado. Para o autor, a razão de tal negligência pode estar no fato de a maior parte dos estudos ocupar-se de dados relativos às exportações totais das empresas investigadas. Depreende-se daí que, no âmbito desses estudos, o meio-ambiente não foi precisamente definido, uma vez que nas análises foram considerados mercados com diferentes características, tais como tamanho, distância psicológica, nível de competição, taxa de crescimento.

A guisa de conclusão geral de sua revisão de literatura, Madsen (1987) argumenta que qualquer empresa é capaz de competir com sucesso no mercado internacional a despeito de seus recursos globais, da intensidade tecnológica de seu produto e do tipo de mercado em que opera. O autor observa, entretanto, que empresas que detêm grandes recursos e produtos de alto conteúdo tecnológico podem apresentar um desempenho ligeiramente melhor em seus negócios de exportação.

Por outro lado, não foi possível chegar a conclusões precisas quanto ao grau ótimo de internalização da função de marketing, à política ótima de preço, ao grau ótimo de concentração de marketing, ao nível ótimo de organização da unidade de exportação e, por fim, quanto ao impacto da atratividade do mercado doméstico. Os efeitos desses determinantes sobre o desempenho exportador parecem ser contingenciais ou específicos de cada situação (MADSEN, 1987).

Em seu estudo de revisão de literatura sobre os determinantes do desempenho exportador, Aaby e Slater (1989) compilaram 55 investigações empíricas publicadas entre 1978 e 1988, envolvendo mais de 9.000 empresas e gerentes entrevistados, das mais diversas indústrias e localizações geográficas. Com base nesses estudos, os referidos autores propuseram uma sistematização do conhecimento acumulado até então a partir da categorização das diversas variáveis independentes em dois grandes grupos.

O primeiro grupo de variáveis refere-se ao “meio-ambiente da empresa”, compreendendo aspectos macroeconômicos, sociais, físicos, culturais e políticos, os quais tendem a exercer influência sobre a gestão da exportação, o comportamento exportador e o

desempenho. Entretanto, os autores alertam que nesse nível “o exportador individual consegue apenas em uma extensão muito limitada influenciar o meio-ambiente, e na maioria das situações deve considerar os macro-parâmetros como restrições dadas.” (AABY; SLATER, 1989, p. 7) (tradução nossa).

O segundo grupo está focado na ‘estratégia da empresa’ e compreende as políticas de negócio adotadas e os fatores sob controle da empresa que são necessários para uma atividade exportadora bem-sucedida. São os chamados “fatores gerencialmente controláveis”, em especial as características e competências da empresa e sua estratégia.

Faz-se necessário observar, no entanto, que Aaby e Slater (1989) não incluíram no escopo de sua revisão a análise do grupo de determinantes de caráter ambiental, restringindo-se apenas a investigar a influência das variáveis gerenciais sobre o desempenho exportador. Para tanto, organizaram as conclusões em três subgrupos de determinantes gerenciais – ou internos à empresa –, quais sejam as “características da empresa”, as “competências da empresa” e a sua “estratégia”.

Como conclusões mais gerais de seu estudo de revisão de literatura, Aaby e Slater (1989) observam que a “experiência exportadora”, o “nível de comprometimento do corpo gerencial”, os “sistemas de gestão”, as “atitudes/percepções da gestão em relação aos negócios de exportação” e o “grau de planejamento da atividade exportadora” correlacionam-se positivamente com o desempenho exportador superior. Por outro lado, o “tamanho da empresa” somente exerce algum impacto sobre indicadores isolados de desempenho – como aqueles de natureza financeira ou relacionados a economias de escala – e o nível de influência da variável “tecnologia” depende essencialmente do tipo de mercado em que a empresa pretende entrar.

Em uma abrangente revisão de literatura sobre o tema – compreendendo 50 estudos publicados entre 1987 e 1997 – Zou e Stan (1998) evidenciam sua preocupação quanto às limitações existentes em investigações empíricas sobre o desempenho exportador. Segundo os referidos autores, os estudos revisados caracterizam-se pela multiplicidade de determinantes/variáveis a influenciarem o desempenho exportador; pelo grande número de modos pelos quais esses determinantes/variáveis são mensurados; e pela inexistência de uma estrutura teórica explícita, capaz de garantir maior fundamentação científica à escolha dos determinantes/variáveis a serem investigados.

Na tentativa de superar as limitações acima descritas, os referidos autores propõem a organização dos resultados dos estudos analisados, a partir da classificação dos determinantes/variáveis do desempenho exportador segundo dois grupos de macro-dimensões: “internos x externos” (à empresa) e “controláveis x incontroláveis” (pela gestão).

Segundo Zou e Stan (1998), a lógica de contraposição de determinantes de caráter interno e de caráter externo às organizações justifica-se pelo fato de as mesmas filiarem-se a correntes teóricas distintas, quais sejam as teorias VBR (*Resource Based View* ou Visão Baseada em Recursos, cuja origem reporta-se à linha dos estudos behavioristas das organizações)²⁸ e SCP (*Structure – Conduct – Performance* ou Estrutura – Conduta – Desempenho, filiada à Teoria da Organização Industrial)²⁹.

²⁸ Em linhas gerais, a teoria VBR caracteriza a empresa como um “pacote” de recursos tangíveis e intangíveis capaz de formular e implementar estratégias efetivas de concorrência no mercado (BARNEY, 1991; WERNEFELT, 1984; DAFT apud ZOU; STAN, 1998). Neste sentido, esta teoria entende que os principais determinantes do desempenho exportador são os recursos internos da empresa (BARNEY, 1991; COLLIS apud ZOU; STAN, 1998).

²⁹ O paradigma teórico SCP ou ECD defende que as forças que compõem o meio-ambiente da empresa condicionam a estratégia competitiva adotada, a qual determinará seu desempenho econômico. A lógica, neste caso, reside na premissa de que fatores externos à empresa exercem pressão de tal maneira que ela deve adaptar-se para sobreviver e se desenvolver (COLLIS apud ZOU; STAN, 1998). Sendo assim, Zou e Stan (1998) consideram que os fatores de caráter ambiental e a estratégia de exportação adotada tendem a influenciar o desempenho exportador.

Em relação à distinção entre determinantes/variáveis controláveis e incontroláveis, Zou e Stan (1998) argumentam que, apesar de carecer de fundamentação teórica, essa classificação encerra em si um forte apelo prático tanto para empresários/executivos de empresas exportadoras quanto para os investigadores sobre o tema. Além disso, alguns modelos analíticos de marketing também fazem tal distinção³⁰.

É importante destacar, ainda, que os estudos que se ocupam principalmente de determinantes/variáveis controláveis assumem a premissa implícita de que o proprietário/executivo é responsável pelo desempenho exportador da empresa. Em oposição, as investigações que analisam exclusivamente os fatores incontroláveis tendem a retratar o desempenho exportador como um resultado fatalista ou atribuído ao acaso (Zou e Stan, 1998).

Dessa forma, a estrutura analítica sugerida por Zou e Stan (1998) compreende uma matriz 2 x 2 que resulta em 4 quadrantes onde os determinantes – 33 no total – são alocados conforme suas características: controláveis-internos; incontroláveis-externos; controláveis-externos; e incontroláveis-externos.

Para enquadrar os variados determinantes do desempenho exportador dentro do modelo proposto, Zou e Stan (1998) utilizam 7 (sete) categorias mais gerais de fatores, identificadas por estudos anteriores – e.g. Aaby e Slater, 1989; Da Rocha e Christensen, 1994 –, a saber: “estratégia de marketing de exportação”, “atitudes e percepções da gestão”, “características da gestão”, “características e competências da empresa”³¹, “características da indústria”, “características do mercado estrangeiro” e, por fim, “características do mercado doméstico”.

De maneira geral, as investigações revisadas por Zou e Stan (1998) deram ênfase especial aos determinantes internos-controláveis. De fato, este conjunto de variáveis independentes tem recebido maior atenção dos investigadores até mesmo em relação aos fatores internos-incontroláveis e os estudos em questão indicam, portanto, que, em grande parte, o desempenho exportador está sob controle da empresa e de seus gerentes.

A guisa de conclusão geral, Zou e Stan (1998) observam que o conhecimento empírico e teórico sobre os determinantes do desempenho exportador evoluiu significativamente ao longo do último decênio do século XX. Principalmente em relação a uma fundamentação teórica mais consistente e à utilização de modelos conceituais explícitos na elaboração de questões e hipóteses de pesquisas, observaram-se avanços consideráveis.

Por outro lado, algumas limitações foram registradas quanto à multiplicidade de conceitos do desempenho exportador e de seus determinantes; à indefinição da unidade de análise dos estudos – polarizada entre investigações no âmbito da empresa como um todo (*firm-level analysis*) e no âmbito do seus negócios de exportação (*one product - one market export venture*); e à diversidade de estruturas conceituais analíticas concorrentes, ora privilegiando determinantes de caráter organizacional, ora dando ênfase a fatores ambientais (ZOU; STAN, 1998).

A despeito das limitações observadas acima, a estrutura analítica apresentada por Zou e Stan (1998) tem o mérito de conseguir reunir um largo escopo de fatores identificados nos estudos revisados e, além disso, enquadrá-los em uma fundamentação teórica coerente e consistente. Neste sentido, parece plausível que investigações posteriores tomem em consideração a distinção entre determinantes internos e externos às empresas e, além disso, avaliem seu nível de influência (direto ou indireto) sobre o desempenho exportador.

Na mais recente revisão de investigações sobre os determinantes do desempenho exportador, Leonidou et al (2002) compilaram 36 estudos de caráter empírico realizados a partir de 1960. Para efeito de análise desses estudos, os autores organizaram as dezenas de

³⁰ Em *Toward a theory of the export marketing mix*, Bilkey (1987) classifica as variáveis do *mix* de *marketing* de exportação como fatores controláveis, fatores incontroláveis e fatores incontroláveis de curto prazo.

³¹ Ressalte-se, entretanto, que apesar de, a princípio, algumas variáveis relativas às categorias “características da gestão” e “características e competências da empresa” não se caracterizarem essencialmente como incontroláveis, Zou e Stan (1998) argumentam que, no curto prazo, elas não podem ser modificadas. Nesta perspectiva e para efeito de alocação na estrutura proposta pelos autores, tais determinantes são considerados incontroláveis.

variáveis identificadas em cinco conjuntos de fatores a influenciar o desempenho exportador, quais sejam: “gestão”, “organizacionais”, “ambientais”, “definição do mercado-alvo”³² e “marketing-mix de exportação”.

Assim como em Aaby e Slater (1989), o estudo de revisão de Leonidou et al (2002) ajusta seu foco exclusivamente para os fatores de caráter interno à empresa exportadora, privilegiando principalmente a relação entre as variáveis da estratégia de marketing de exportação (i.e., de definição do mercado-alvo e do marketing-mix de exportação) e o desempenho exportador.

Neste sentido, os autores analisaram 32 diferentes variáveis relativas à estratégia de marketing de exportação, as quais foram classificadas em cinco subgrupos, a saber: definição do mercado-alvo (03), produto (10), preço (06), distribuição (07) e promoção (06) (LEONIDOU et al, 2002).

No que se refere à “definição do mercado-alvo de exportação”, observou-se que ambas as estratégias de concentração e diversificação de mercado correlacionam-se positivamente com o desempenho exportador geral da empresa.

Quanto à dimensão “segmentação de mercado”, observou-se também uma correlação significativa e positiva com o desempenho exportador, nomeadamente em relação aos indicadores de intensidade e crescimento de vendas de exportação e de lucratividade da atividade exportadora.

No âmbito do composto de marketing de exportação (*marketing-mix*), os “atributos do produto” foram largamente investigados. Dentre estes, o “design” tem sido reconhecido como um fator importante para a estratégia de diferenciação da concorrência e obtenção de vantagem competitiva, principalmente em mercados externos (ALBAUM et al apud LEONIDOU et al, 2002). De fato, os estudos revisados revelaram que a variável design tende a correlacionar-se positivamente com o desempenho exportador.

Da mesma forma, os dados observados em relação à “qualidade” e à “marca” (*branding*) do produto revelaram uma correlação positiva entre essas dimensões e o desempenho exportador como um todo. Além disso, o atributo “marca” tende a exercer um impacto positivo principalmente em relação à intensidade e ao nível de lucratividade da exportação.

Por outro lado, as dimensões “embalagem” e “rotulagem” do produto foram as únicas que não apresentaram impacto significativo sobre o desempenho exportador. Ressalte-se, entretanto, que os estudos que consideraram esses atributos investigaram apenas produtos industriais, cuja decisão de compra baseia-se, de maneira geral, mais em aspectos racionais que emocionais.

Os atributos de “serviços ao cliente” – i.e., atendimento pré e pós-venda – e de “fornecimento de garantia” têm sido considerados fatores críticos para o sucesso de produtos em mercados externos, em especial quando a empresa está entrando em um novo mercado ou o produto está sendo exportado para mercados geograficamente distantes (TERPSTRA; SARATHY, 1997 apud LEONIDOU et al, 2002). De fato, segundo os estudos revisados por Leonidou et al (2002), esses atributos tendem a correlacionar-se positivamente com o desempenho exportador.

As “vantagens do produto” – i.e., atributos superiores como sofisticação, luxo, prestígio – e a “exclusividade” de suas características (*uniqueness*) têm sido, também, objeto de exaustiva investigação na literatura sobre a atividade exportadora. De maneira geral, os resultados observados por Leonidou et al (2002) indicam que essas variáveis exercem um impacto significativo e positivo sobre o desempenho exportador.

No que se refere ao atributo “mix de produto”, os estudos revisados confirmam a premissa de que seu impacto sobre o desempenho exportador tende a ser positivo. Entretanto,

³² As dimensões relativas ao conceito de definição do mercado-alvo de exportação são duas, a saber: seleção dos mercados – operacionalizado por dois indicadores, quais sejam a concentração e diversificação de mercados – e segmentação de clientes dentro desses mercados (ALBAUM et al apud LEONIDOU et al, 2002).

observou-se uma fraca correlação com indicadores individuais de vendas, de lucros e de participação no mercado de exportação.

A “adaptação do produto” refere-se às modificações realizadas para atender às peculiaridades do(s) mercado(s)-alvo de exportação. De maneira geral, espera-se que esse atributo concorra para um desempenho exportador superior e as investigações revisadas confirmaram tal hipótese.

Em relação à variável “precificação”, 06 (seis) atributos foram analisados. Dentre estes, os termos de venda (*International Commercial Terms*) e a estratégia cambial – i.e., a fixação do preço do produto na moeda do país do vendedor, do país do comprador ou, ainda, a utilização da moeda de um terceiro país – não parecem causar impacto sobre o desempenho exportador.

Por outro lado, os dados relativos à “estratégia de precificação” – em especial a adoção de um preço de penetração nos mercados-alvo – e à “adaptação do preço” às contingências do mercado-alvo confirmaram a premissa de que estes são fatores críticos para um desempenho exportador superior.

Quanto ao “método de precificação” – i.e., baseado no mercado, baseado em custos, margem de contribuição – e à “política de crédito”, observou-se que ambos exercem um impacto positivo e relevante exclusivamente sobre os indicadores de desempenho baseados na lucratividade.

De maneira geral, os estudos analisados por Leonidou et al (2002) revelaram que a relação entre os diversos “tipos de canais de distribuição” das exportações (distribuidores/agentes, escritório/representante de vendas, comerciantes e compra direta) e o desempenho exportador como um todo são insignificantes.

Por outro lado, os atributos “apoio ao distribuidor” – i.e., treinamento da força de vendas, financiamento, consultoria, propaganda compartilhada –, “prazo de entrega do produto e adaptação da distribuição” apresentaram um significativo e positivo grau de correlação com o desempenho exportador como um todo e com seus indicadores individualizados de vendas, lucratividade e participação de mercado (*market share*).

Virtualmente todos os atributos relativos à “estratégia de promoção” – i.e., propaganda, promoção de vendas, venda pessoal, feiras comerciais, visitas pessoais e adaptação da promoção – tendem a relacionar-se positivamente com o desempenho exportador.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O levantamento de dados deste trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica nos principais periódicos internacionais especializados em negócios internacionais. Foram identificados 4 (quatro) estudos revisionais cujo período de tempo cobre as 4 (quatro) últimas décadas de pesquisa sobre a temática do desempenho exportador. Procedeu-se, então, uma meta-análise dos dados coletados e buscou-se sintetizar os resultados obtidos em um quadro esquemático que aponta as convergências e divergências entre os estudos revisados.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apesar das discrepâncias dos resultados obtidos e das debilidades metodológicas observadas na grande maioria das investigações revisadas, ainda é possível apontar alguns pontos de convergência entre os estudos de revisão de literatura quanto à individualização dos determinantes mais relevantes do desempenho exportador.

Ressalte-se, a propósito, que dadas as assimetrias metodológicas e de natureza conceitual entre os estudos revisados e entre as próprias revisões de literatura, não se pretende aqui fazer uma análise comparativa direta dos resultados obtidos mas, antes, tentar encontrar alguns padrões e pontos de convergência no que diz respeito aos determinantes do

desempenho exportador. Os quadros 1, 2 e 3 resumem – sob as perspectivas teórica e prática – as conclusões desses estudos revisionais e põem em evidência uma síntese de seus resultados.

| Madsen (1987) | Aaby e Slater (1989) | Zou e Stan (1998) | Leonidou et al (2002) | Síntese (variáveis objetivas) |
|--|---|---|---|--|
| Estrutura Organizacional | Características da Empresa | Características da Empresa | | Características da Empresa |
| Recursos gerais da empresa (\emptyset) | Tamanho da empresa (0) | Tamanho da empresa (0) | | Tamanho da empresa – inconclusivo |
| Intensidade tecnológica (\emptyset) | Intensidade tecnológica do produto (0) ³³ | Tecnologia da empresa (0) | | Tecnologia da empresa – inconclusivo |
| | | Características gerais da empresa (0) | | Características gerais da empresa – inconclusivo |
| | | Idade da empresa (0) | | Idade da empresa – inconclusivo |
| Status da unidade de exportação (0) | | | | Status da unidade de exportação – inconclusivo |
| | | Características da Gestão | | Características da Gestão |
| | | Experiência internacional da gerência (+) | | Experiência internacional da gerência (+) |
| | | Experiência/educação da gerência (+) | | Experiência/educação da gerência (+) |
| Estratégia | Estratégia Exportadora da Empresa | Estratégia de Marketing de Exportação | Estratégia de Marketing de Exportação | Estratégia Exportadora da Empresa |
| Concentração do marketing (0) | Seleção de mercado – países mais desenvolvidos (+) | Estratégia geral de exportação (\emptyset) | Definição do mercado-alvo de exportação – concentração (+) ou diversificação (+) | Estratégia geral de exportação – inconclusivo, porém com tendência a (+). |
| Intensidade de planejamento e controle (0) | | Planejamento de exportação (+) | | Planejamento de exportação – inconclusivo, porém com tendência a (+). |
| Internalização da função de marketing (0) | | Organização da exportação (+) | | Organização da exportação – inconclusivo, porém com tendência a (+). |
| Intensidade de pesquisa de mercado (\emptyset) | | Utilização de pesquisa de mercado (+) | | Utilização de pesquisa de mercado – inconclusivo, porém com tendência a (+). |
| Adaptação da política de marketing (+) | | | | Adaptação da política de marketing (+) |
| Força do produto (+) | Produto/linha de produto (0), controle de qualidade (0) ³⁴ | Adaptação de produto (+), forças do produto (+) | Produto – design (+), qualidade (+), marca (+), embalagem (\emptyset), rotulagem (\emptyset), serviços ao cliente (+), fornecimento de garantia | Estratégia de produto: Design, qualidade, marca, serviços ao cliente, fornecimento de garantia, vantagens intrínsecas, |

³³ Embora a variável “intensidade tecnológica do produto” tenha sido incluída no estudo de Aaby e Slater (1989) no grupo de competências da empresa, para efeito de avaliação comparativa, optou-se por alocá-la no conjunto de fatores pertencentes às características da empresa.

³⁴ Apesar da variável “controle de qualidade” ter sido considerada por Aaby e Slater (1989) como pertencente ao grupo de competências da empresa, para efeito de avaliação comparativa, ela foi incluída no grupo de fatores relativos à estratégia de *marketing* de exportação.

| | | | | |
|------------------------------------|------------------|---|---|---|
| | | | (+), vantagens intrínsecas (+), exclusividade (+), mix (+) e adaptação (+) | exclusividade, mix e adaptação – (+); Embalagem e rotulagem – inconclusivo. |
| Apoio a canais de distribuição (+) | Distribuição (+) | Adaptação do canal de distribuição (0), relacionamento com o canal de distribuição (+), tipo do canal de distribuição (0) | Distribuição – tipos de canais (∅), apoio aos distribuidores (+), prazo de entrega do produto (+), adaptação da distribuição (+) | Estratégia de distribuição: Relacionamento com o canal de distribuição, apoio aos distribuidores, prazo de entrega do produto – (+); Tipo do canal de distribuição e adaptação do canal de distribuição – inconclusivo. |
| Intensidade da comunicação (+) | Promoção (+) | Adaptação da promoção (0), intensidade da promoção (+) | Promoção – propaganda (+), promoção de vendas (+), venda pessoal (+), feiras comerciais (+), visitas pessoais (+), adaptação da promoção (+) | Estratégia de promoção: Todas as variáveis – (+) |
| Competitividade do preço (0) | Precificação (+) | Adaptação do preço (∅), determinação do preço (∅), competitividade do preço (∅) | Precificação (preço) – termos de venda (∅), estratégia cambial (∅), estratégia de precificação (+), método de precificação (+), adaptação do preço (+), política de crédito (+) | Estratégia de preço: Método de precificação e política de crédito (+); Termos de venda e estratégia cambial – irrelevante; Competitividade do preço, adaptação do preço e determinação do preço – inconclusivo. |

Quadro 1 – Determinantes organizacionais objetivos do desempenho exportador em uma perspectiva comparativa.

Fonte: Elaboração própria.

Legendas: (+) associado positivamente ao desempenho exportador; (–) associado negativamente ao desempenho exportador; (∅) nenhuma associação ou associação muito fraca e instável com o desempenho exportador; (0) sem conclusão definitiva.

| Madsen (1987) | Aaby e Slater (1989) | Zou e Stan (1998) | Leonidou et al (2002) | Síntese (variáveis subjetivas) |
|---------------------|---|--|-----------------------|--|
| | | Atitudes e Percepções da Gestão | | Atitudes e Percepções da Gestão |
| Apoio gerencial (+) | Comprometimento e expectativas da alta gestão (+) | Comprometimento e apoio à exportação (+) | | Comprometimento e apoio à exportação (+) |
| | Percepções e atitudes da alta gestão (+) | Vantagens da exportação percebidas (+) | | Vantagens da exportação percebidas (+) |
| | | Barreiras à exportação percebidas (–) | | Barreiras à exportação percebidas (–) |
| | | Motivação proativa à exportação (+) | | Motivação proativa à exportação (+) |
| | | Orientação internacional (+) | | Orientação internacional (+) |
| | Competências da | Competências | | Competências da |

| | Empresa | da Empresa | | Empresa |
|---|--|--|--|--|
| Conhecimento de marketing de exportação (+) | Estágio do processo de exportação (+) | Competência internacional da empresa (+) | | Competência internacional da empresa (+) |
| | Capacidade de comunicação (0), sistema de gestão (+) | Competências/capacidades da empresa (+) | | Competências/capacidades da empresa (+) |
| | Política, planejamento e conhecimento do mercado de exportação (+) | | | Política, planejamento e conhecimento do mercado de exportação (+) |

Quadro 2 – Determinantes organizacionais subjetivos do desempenho exportador em uma perspectiva comparativa.

Fonte: Elaboração própria.

Legendas: (+) associado positivamente ao desempenho exportador; (–) associado negativamente ao desempenho exportador; (∅) nenhuma associação ou associação muito fraca e instável com o desempenho exportador; (0) sem conclusão definitiva.

| Madsen (1987) | Aaby e Slater (1989) | Zou e Stan (1998) | Leonidou et al (2002) | Síntese |
|---|----------------------|--|-----------------------|--|
| Estrutura do Meio-Ambiente | Meio-Ambiente | Características do Mercado Estrangeiro | | Características do Mercado Estrangeiro |
| Atratividade do mercado de exportação (0) | | Atratividade do mercado de exportação (0) | | Inconclusivo |
| Barreiras comerciais (–) | | Barreiras do mercado de exportação (∅) | | Inconclusivo |
| | | Competitividade do mercado de exportação (∅) | | Competitividade do mercado de exportação (∅) |
| Distância física dos mercados (–) | | | | Distância física dos mercados (–) |
| Distância psicológica/cultural (–) | | | | Distância psicológica/cultural (–) |
| Tipo de mercado (∅) | | | | Tipo de mercado (∅) |
| | | Características do Mercado Doméstico | | Características do Mercado Doméstico |
| Atratividade do mercado doméstico (–) | | Mercado doméstico (∅) | | Inconclusivo |
| | | Características da Indústria | | Características da Indústria |
| | | Intensidade tecnológica da indústria (+) | | Intensidade tecnológica da indústria (+) |
| | | Nível de instabilidade da indústria (+) | | Nível de instabilidade da indústria (+) |

Quadro 3 – Determinantes ambientais do desempenho exportador em uma perspectiva comparativa

Fonte: Elaboração própria.

Legendas: (+) associado positivamente ao desempenho exportador; (–) associado negativamente ao desempenho exportador; (∅) nenhuma associação ou associação muito fraca e instável com o desempenho exportador; (0) sem conclusão definitiva.

Do ponto-de-vista teórico, importa destacar que, não obstante as diferentes taxonomias e estruturas analíticas empregadas nas revisões de literatura acima, é possível distinguir, a princípio, duas categorias mais gerais de determinantes do desempenho exportador, quais sejam a que compreende os fatores organizacionais – ou endógenos à organização – e a que reúne os fatores pertencentes ao meio-ambiente – ou exógenos à organização (AABY; SLATER, 1989; CAVUSGIL; ZOU, 1994; COOPER; KLEINSCHMIDT, 1985; LEONIDOU et al, 2002).

A categoria de fatores organizacionais pode ser, ainda, dividida em duas sub-categorias, quais sejam a dos determinantes de natureza objetiva – e.g., características da empresa, estratégia (exportadora, de marketing ou geral) adotada, características da gestão – e a dos determinantes de caráter subjetivo – e.g., competências da empresa, atitudes e percepções da gestão.

A categoria dos fatores ambientais, por sua vez, reúne determinantes intrinsecamente objetivos, os quais refletem, por exemplo, as características dos mercados – doméstico e de exportação – e da indústria em que a empresa opera.

Tendo por fundamento tal enquadramento analítico, cuja amplitude consegue abrigar os mais diferentes tipos de determinantes do desempenho exportador, é possível derivar algumas inferências a respeito dos resultados obtidos pelos estudos acima revisados.

No âmbito dos determinantes organizacionais, merece referência especial o fato de que, apesar das exaustivas investigações, praticamente não se registram sólidas conclusões a respeito do impacto das características gerais da empresa sobre o desempenho exportador. Com efeito, ainda não se sabe ao certo se as variáveis “idade”, “nível tecnológico”, “status da unidade de exportação”, “características gerais” – estágio do ciclo de vida, tipo de empresa, tipo de produto –, “recursos” – humanos e financeiros – e “tamanho da empresa” exercem alguma influência sobre os resultados de seus negócios de exportação³⁵.

Por outro lado, todos os fatores relacionados com as características, atitudes e percepções da gestão exercem um impacto positivo relevante no desempenho exportador, à exceção da influência negativa da variável “barreiras à exportação percebidas”.

Dentre os fatores que representam as competências da empresa, não se observaram divergências quanto aos resultados obtidos pelos estudos de revisão de literatura. De fato, todos os determinantes desse grupo relacionam-se positivamente com o desempenho exportador, à exceção da variável “capacidade de comunicação”, sobre a qual não foram recolhidos dados conclusivos.

Os fatores relacionados com a estratégia exportadora da empresa podem ser divididos em dois subgrupos, nos quais o primeiro reúne as variáveis representativas da estratégia exportadora geral e o segundo compreende as variáveis do mix de marketing de exportação.

No que se refere ao grupo de variáveis da estratégia exportadora geral da empresa, os estudos de revisão apresentaram resultados diversos. Madsen (1987) não conseguiu chegar a uma conclusão sobre o real impacto das estratégias de “concentração” e “diversificação” de mercados. Leonidou et al (2002), por outro lado, recolheram evidências de que ambas as estratégias impactam positivamente no desempenho exportador. Aaby e Slater (1989), por sua vez, concluíram que a “seleção de mercados” mais desenvolvidos relaciona-se positivamente com o desempenho exportador. Por fim, a revisão de literatura de Zou e Stan (1998) apontou que a relação entre a “estratégia geral de exportação” e o desempenho exportador é irrelevante.

A mesma situação contrastante foi observada quanto às variáveis “planejamento” e “organização” da exportação. Enquanto Zou e Stan (1998) registraram uma relação positiva

³⁵ Em relação ao “nível tecnológico”, Madsen (1987) concluiu em sua revisão de literatura que o impacto dessa variável sobre o desempenho exportador é irrelevante, principalmente entre as pequenas empresas manufatureiras. Por outro lado, Zou e Stan (1998) afirmam que não é possível extrair conclusões definitivas a respeito dessa relação, em função dos resultados contraditórios obtidos em sua revisão de literatura. Uma vez que a investigação de Zou e Stan é mais recente e envolve um maior número de estudos revisados, optou-se por essa segunda hipótese.

dessas variáveis com o desempenho exportador, Madsen (1987) não obteve dados suficientes para chegar a uma conclusão definitiva. Em relação à variável “utilização de pesquisa de mercado”, apesar de Madsen (1987) ter concluído não haver uma associação relevante com o desempenho exportador, Zou e Stan (1998) encontraram evidências de que seu impacto é positivo.

No que se refere ao grupo de variáveis relacionadas ao mix de marketing de exportação, podem ser observados alguns padrões de convergência, principalmente em relação às políticas de produto e de promoção.

De fato, todos os determinantes que compõem a estratégia de comunicação parecem estar associados positivamente ao desempenho exportador. Especificamente quanto à variável “adaptação da promoção”, Zou e Stan (1998) não encontraram evidências conclusivas. Entretanto, os demais estudos revisionais apontaram para uma relação positiva entre esse determinante e o desempenho exportador.

Da mesma forma, as variáveis integrantes da estratégia de produto tendem, em sua maioria, a impactar positivamente o desempenho exportador, embora o estudo de Leonidou et al (2002) tenha indicado que as variáveis “embalagem” e “rotulagem” parecem não exercer influência relevante sobre o desempenho. Esse resultado, entretanto, deve ser analisado com alguma reserva, uma vez que as investigações sobre tais variáveis limitaram-se apenas a empresas industriais que operam no segmento B2B – *business to business*.

No que diz respeito à estratégia de distribuição, relacionam-se positivamente com o desempenho exportador as variáveis “apoio” e “relacionamento com os canais de distribuição” e “prazo de entrega do produto”. Por outro lado, observa-se uma relativa divergência em torno das variáveis “tipo de canal de distribuição” e “adaptação dos canais de distribuição”, cuja associação com o desempenho exportador foi considerada inconclusiva (ZOU; STAN, 1998) ou irrelevante – com relação à primeira – e positiva – com relação à segunda (LEONIDOU et al, 2002).

O último grupo de variáveis que compõem a estratégia de preço do *mix* de marketing de exportação apresenta resultados ainda mais divergentes. Com efeito, o impacto dos determinantes “competitividade do preço”, “determinação do preço” e “adaptação do preço” no desempenho exportador não está bem delineado ou parece não ser relevante, embora Leonidou et al (2002) tenham encontrado evidências de que este último esteja associado positivamente. Não obstante, as variáveis “método de precificação” e “política de crédito” tendem a se relacionar positivamente com o desempenho e as variáveis “termos de venda” e “estratégia cambial” revelaram-se irrelevantes.

No que se refere à categoria de fatores ambientais, somente o grupo de determinantes pertencentes às características da indústria apresenta um comportamento homogêneo. De fato, tanto a “intensidade tecnológica” quanto o “nível de instabilidade da indústria” parecem relacionar-se positivamente com o desempenho exportador.

Por outro lado, as variáveis referentes às características do mercado doméstico e do mercado estrangeiro apresentaram um comportamento errático em ambos os estudos revisionais de Madsen (1987) e Zou e Stan (1998).

No âmbito dos determinantes do mercado doméstico, a influência da “atratividade do mercado doméstico” sobre o desempenho exportador foi considerada negativa por Madsen (1987) e irrelevante por Zou e Stan (1998).

Quanto ao grupo de fatores relacionados ao mercado externo, foram consideradas irrelevantes ambas as variáveis “tipo de mercado” e “competitividade do mercado de exportação”. Por outro lado, parecem exercer influência negativa sobre o desempenho exportador as variáveis “distância física” e “distância psicológica” dos mercados. Em relação ao impacto da variável “atratividade do mercado de exportação”, os resultados dos estudos de Madsen (1987) e Zou e Stan (1998) são conflitantes e, portanto, não foram registradas conclusões definitivas. Por fim, Madsen (1987) inferiu que as “barreiras ao mercado de exportação” tendem a impactar negativamente o desempenho exportador, mas para Zou e Stan (1998) tal impacto é irrelevante.

5 CONCLUSÃO

A atividade exportadora tem ocupado nos últimos anos um espaço de grande relevância no processo de crescimento econômico da maior parte dos países. No Brasil, em especial, as exportações têm sido o principal motor da economia há quase dez anos, em detrimento do consumo doméstico. Neste contexto, o desempenho exportador das empresas e seus determinantes são dimensões sobre as quais torna-se imperativo desenvolver um conhecimento mais profundo e sistematizado. A literatura revisada neste artigo sinaliza, entretanto, que há um caminho relativamente longo a se percorrer para se alcançar tais objetivos.

Com efeito, a maioria absoluta dos estudos que avaliam o impacto das características da empresa no desempenho exportador trata essas variáveis como antecedentes ou preditivas. É o caso, também, de alguns fatores ambientais, como a “atratividade dos mercados doméstico e de exportação” e as “barreiras do mercado de exportação”. Provavelmente obter-se-iam resultados mais claros sobre sua influência no desempenho se, em pesquisas futuras, tais variáveis fossem tratadas como moderadoras³⁶, ou seja, analisando-se o efeito exercido pelas características da empresa e pelos determinantes ambientais na força e na direção da relação entre as variáveis preditivas e o desempenho exportador.

As variáveis que descrevem a estratégia geral de exportação da empresa (e.g. seleção e definição do tipo de mercado, planejamento e organização da exportação, utilização de pesquisa de mercado) carecem de uma investigação mais aprofundada, preferencialmente em contextos econômicos e sociais diversificados. O mesmo se aplica a algumas variáveis que compõem a estratégia de marketing, como “tipo do canal de distribuição”, “adaptação do canal de distribuição”, “competitividade do preço”, “adaptação do preço” e “determinação do preço”. Possivelmente, a partir daí, pode-se confirmar ou não alguma tendência de impacto dessas variáveis sobre o desempenho exportador.

Finalmente, para construir uma maior convergência e promover a generalização do conhecimento sobre o desempenho exportador, sugere-se realizar: a) estudos empíricos de replicação baseados em modelos estabilizados que podem identificar melhor e refinar os determinantes do desempenho exportador a partir de diferentes perspectivas espaciais e temporais; b) estudos transnacionais, os quais podem testar a validade da associação entre determinantes externos e internos às empresas, assim como o desempenho exportador em diferentes contextos econômicos, políticos, tecnológicos e sócio-culturais; c) estudos relacionados a uma indústria específica e estudos transversais (*cross-section*) que permitam investigar o papel moderador de diversas variáveis específicas, tais como grau de concentração da indústria, nível tecnológico da produção e grau de competição; e (d) estudos intra-organizacionais, que podem esclarecer o impacto das variáveis internas das empresas (e.g., idade, tamanho, ciclo de vida) na associação entre variáveis mediadoras – como a estratégia de marketing – e o desempenho exportador.

Contudo, a implementação dessas sugestões de pesquisa requer um esforço substancial de tempo e recursos. Seria mais que aconselhável, portanto, reunir um grupo de universidades apoiadas por agências governamentais multilaterais interessadas em promover o comércio internacional como forma de viabilizar um projeto de tal envergadura.

³⁶ Baron e Kenny (1986, p. 1174) definem como moderadora a variável qualitativa ou quantitativa “[...] que afeta a direção e/ou força da relação entre uma variável independente ou preditiva e uma variável dependente ou critério” (tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- AABY, Niels-Erik; SLATER, Stanley F. Managerial influences on export performance: a review of the empirical literature, 1978-88. **International Marketing Review**, [s. l.], ano 6, n. 4, p. 53-68, 1989.
- AULAKH, Preet S. et al. Export strategies and performance of firms from emerging economies: evidence from Brazil, Chile and Mexico. **Academy of Management Journal**, [s. l.], ano 43, n. 3, p. 342-361, 2000.
- BALDAUF, Artur et al. Examining determinants of export performance in small open economies. **Journal of World Business**, [s. l.], ano 35, n. 1, 2000.
- BARON, Reuben M.; KENNY, David A. The Moderator-Mediator Variable Distinction in Social Psychological Research: Conceptual, Strategic, and Statistical Considerations. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 51, n. 6, p. 1173-1182, 1986.
- CALOF, Jonathan L.; BEAMISH, Paul W. Adapting to foreign markets: explaining internationalization. **International Business Review**, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 115-131, 1995.
- CAMERON, Kim S. Effectiveness as paradox: consensus and conflict in conceptions of organizational effectiveness. **Management Science**, [s. l.], ano 32, n. 5, p. 539-553, 1986.
- CARNEIRO, Jorge Manoel Teixeira; HEMAIS, Carlos Alberto. Conceptualization and measurement of export performance: a critical review and a working proposition. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 29., 2005, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: ANPAD, 2005.
- CAVUSGIL, S. Tamer; ZOU, Shaoming. Marketing strategy-performance relationship: an investigation of the empirical link in export market ventures. **Journal of Marketing**, [s. l.], n. 58, p. 1-21, jan. 1994.
- CHETTY, Sylvie K.; HAMILTON, R. T. Firm-level determinants of export performance: a meta analysis. **International Marketing Review**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 26-34, 1993.
- COOPER, Robert G.; KLEINSCHMIDT, Elko J. The impact of strategy on export sales performance. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], n. 16, p. 37-56, primavera 1985.
- KATSIKEAS, Constantine S. et al. Determinants of export performance in a European context. **European Journal of Marketing**, [s. l.], v. 30, n. 6, p. 6-35, 1996.
- KATSIKEAS, Constantine S. et al. Firm-level export performance assessment: review, evaluation, and development. **Journal of the Academy of Marketing Science**, [s. l.], ano 28, n. 4, p. 493-511, 2000.
- LEONIDOU, Leonidas C. et al. Identifying managerial influences on exporting: past research and future directions. **Journal of International Marketing**, [s. l.], ano 6, p. 2, p. 74-102, 1998.

- LEONIDOU, Leonidas C. et al. Marketing strategy determinants of export performance: a meta-analysis. **Journal of Business Research**, [s. l.], n. 55, p. 51-67, 2002.
- MADSEN, Tage Koed. Empirical export performance studies: a review of conceptualizations and findings. In: CAVUSGIL, S. Tamer. **Advances in International Marketing**. New York: JAI, 1987. v. 2.
- PETERAF, Margaret. The cornerstones of competitive advantage: a resource-based view. **Strategic Management Journal**, [s. l.], ano 14, n. 3, p. 179-191, 1993.
- SHOHAM, Aviv. Export performance: a conceptualization and empirical assessment. **Journal of International Marketing**, [s. l.], ano 6, n. 3, p. 37-58, 1998.
- SOUZA, Carlos M. P. Export performance measurement: an evaluation of the empirical research in the literature. **Academy of Marketing Science Review**, [s. l.], v. 4, n. 9, 2004.
- STYLES, Chris; AMBLER, Tim. Successful export practice: the UK experience. **International Marketing Review**, [s. l.], ano 11, n. 6, p. 23-47, 1994.
- ZHAO, Hongxin and Zou, Shaoming. The impact of industry concentration and firm location on export propensity and intensity: an empirical analysis of Chinese manufacturing firms. **Journal of International Marketing**, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 52-71, 2002.
- ZOU, Shaoming; Stan, Simona. The Determinants of Export Performance: A Review of the Empirical Literature Between 1987 and 1997. **International Marketing Review**, [s. l.], ano 15, n. 5, p. 333-356, 1998.
- ZOU, Shaoming et al. The EXPERF scale: a cross-national generalized export performance measure. **Journal of International Marketing**, [s. l.], ano 6, n. 3, p. 37-58, 1998.
- ZOU, Shaoming; Cavusgil, S. Tamer. The GMS: a broad conceptualization of global marketing strategy and its effect on firm performance. **Journal of Marketing**, [s. l.], ano 66, p. 40-56, out. 2002.

AA 10: UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A UTILIZAÇÃO DAS TÉCNICAS DE BUZZ MARKETING UM CASO APLICADO EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Maria Elizabeth Facundo Da Costa³⁷; Alberto Dos Santos Paiva Filho³⁸

RESUMO

O marketing ao longo dos anos tem passado por diversas mudanças. Houve um tempo em que bastava que a empresa lançasse um novo produto ou serviço no mercado que os consumidores logo tratavam de consumir. Mas os tempos mudaram e o grande número de concorrentes oferecendo os mesmos produtos e serviços ao mercado, obrigaram às empresas a buscarem técnicas e estratégias para serem reconhecidas, conquistarem e fidelizarem seus clientes e consumidores. Uma técnica inovadora utilizada é definida por alguns autores como “buzz marketing”. Neste contexto, pergunta-se: como a implementação de técnicas *buzz marketing* pode contribuir para a expansão do mercado em Instituições de Ensino Superior? Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral avaliar as técnicas de *buzz marketing* em uma Instituição de Ensino Superior, na visão de seus colaboradores. A importância da pesquisa está na contribuição que ele poderá dar a Instituição de Ensino na qual foi aplicado o estudo e na formação profissional do aluno pesquisador. A metodologia utilizada contou com a construção de um referencial teórico que dá toda a sustentação do trabalho e também com uma pesquisa de campo, onde por meio de um instrumento de pesquisa, onde foram abordados os colaboradores que desempenham papel estratégico na Instituição. Como resultado verificou-se que a Instituição de Ensino Superior pode a partir da estruturação de um plano de marketing, apoiado em ações de *buzz marketing*, utilizar o “boca-a-boca” como meio de comunicação eficiente e capaz de atingir os objetivos que são: o aumento do número de alunos, tornar a comunicação interna mais eficaz, atingir de maneira direta os alunos na comunicação de massa e diminuir custos de comunicação.

Palavras-chave: *Buzz marketing*. Marketing boca-a-boca. Comunicação mercadológica. Marketing viral.

1 INTRODUÇÃO

A comunicação de uma instituição educacional com o seu público recebe uma nova proposta considerada por autores como Colombo et al (2005); Chetochine (2006); Salzman et al (2003) e Godin (2001). É uma inovadora forma denominada *buzz marketing*, que é uma abordagem de marketing baseada nos rumores, conversas, comentários e ligações, onde são estabelecidas redes sociais por onde esta comunicação pode trafegar. Neste contexto, pergunta-se: como a implementação de técnicas de *buzz marketing* pode contribuir para a expansão do mercado em uma Instituição de Ensino Superior? Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral avaliar, na visão dos colaboradores, como as técnicas de *buzz marketing* poderiam expandir no mercado, uma Instituição de Ensino Superior.

A importância da pesquisa está na atualidade do tema, uma vez que é uma técnica inovadora de marketing, poderá contribuir para a reflexão do tema, para todos os estudiosos e profissionais de marketing. Também é importante pela contribuição que ele poderá dar a Instituição de Ensino estudada, no sentido de contribuir com seu crescimento e estabilização no mercado, além de contribuir na formação profissional do aluno pesquisador.

O trabalho está dividido em 5 (cinco) etapas, a saber: A primeira é esta introdução. A segunda apresenta os conceitos e a importância do marketing educacional. A terceira etapa mostra os conceitos, ferramentas e os fatores motivacionais do *buzz marketing*. A quarta etapa

³⁷ Aluna do 5º. Semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus.

³⁸ Profª. MSc., Orientadora.

expõe a metodologia utilizada na pesquisa, enquanto que a quinta apresenta os resultados do estudo.

2 MARKETING EDUCACIONAL

2.1 Conceitos

Para Colombo et al. (2005) o conceito de marketing educacional, em sua forma primária, envolve a avaliação de necessidades, pesquisa de mercado, desenvolvimento de produto, preço e distribuição, o que leva as ações de analisar, planejar, implementar e controlar a se instituírem como etapas do processo final de satisfação do cliente.

Seguindo a mesma linha de pensamento Kotler e Fox (1994), afirmam que o marketing educacional consiste na identificação das necessidades, desejos do mercado-alvo e satisfazê-los através de projetos de comunicação, fixação de preço e entrega de programas e serviços apropriados e viáveis competitivamente.

Para Dias (2005), o marketing educacional é constituído de um trabalho duro de conscientização, quebra de paradigmas de fronteiras por parte de seus diretores. Os mesmos decidem e fazem o planejamento das instituições. O marketing educacional é um instrumento de grande importância dentro do planejamento estratégico e com ele não apenas são vendidos serviços educacionais.

2.2 Realidade Brasileira

Colombo et al (2005) mostra que de maneira diferente de como ocorria no passado, quando o ensino era massificado, a sua base homogênea demonstrava um cenário onde todas as instituições eram semelhantes em vários aspectos. Atualmente a variedade de diferentes tipos de instituições é enorme, bem como os seus formatos de ensino, que podem variar em duração, formação, tecnologias e modos de entrega, o que faz com que a noção de mercado comece a permear o pensamento dos educadores, alterando significativamente o seu modo de atuar.

Uma instituição de ensino é vista hoje de maneira diferente de como a alguns anos atrás. O ensino não era percebido como um negócio que podia gerar lucros elevados e tornar – se atraente para uma gama elevada de investidores. Segundo Colombo et al (2005) os números para o setor podem alcançar a marca de 500 milhões de reais anuais. Como reflexo a esta expressiva marca de faturamento, nos últimos 10 anos a educação no Brasil teve um surgimento muito elevado de novos estabelecimentos de ensino, trazendo uma ruptura à antiga estabilidade homogênea.

Para Braga (2006) as novas instituições de ensino superior entraram no mercado com preços bem mais baixos, localizando – se em locais estratégicos, com facilidades de acesso, ganhando espaço e conquistando um novo mercado, o público C e D. Assim Braga (2006) mostra que o ensino superior privado tornou – se acessível a classes econômicas antes nunca pensadas.

2.3 O Planejamento de Marketing Educacional

Para Colombo et al (2005), as instituições de ensino no Brasil tiveram sempre como base ações de curto prazo, era uma resposta imediata às constantes alterações ocorridas no cenário ambiental, político, social, cultural e econômico. Assim o cenário que envolvia as instituições nunca permitia que seus administradores planejassem suas ações em longo prazo.

Com uma maior estabilidade econômica brasileira, a inflação assumiu patamares mais aceitáveis e o grande aumento da concorrência, levou a instituições de ensino a reconhecerem a necessidade de buscar um planejamento de marketing para diferenciação neste novo contexto de mercado. Sendo assim, o planejamento de marketing é a identificação de uma ou

mais necessidades constatadas pela instituição para que as mesmas sejam sanadas e garantam a longevidade por prazos indeterminados.

A idéia de planejamento de marketing educacional segue a mesma linha de pensamento para Kotler e Fox (1994), pois, os autores afirmam que as instituições de ensino só reconhecem a importância do planejamento, quando constatarem a necessidade interna e a grande importância de programar suas ações para que as mesmas venham a obter resultados que resolvam seus problemas e dêem continuidade para alcançar resultados maiores e melhores.

3 BUZZ MARKETING

3.1 Histórico

A palavra *buzz* é uma onomatopéia de origem inglesa. Ela traduz o som produzido pelas abelhas, o zum zum, zunido, o sussurro. Para os ingleses *buzz* também significa ligação, chamada, telefonema.

Segundo Colombo et al (2005), *buzz marketing* é uma abordagem de marketing baseada nos rumores, conversas, comentários, ligações, sendo assim é estabelecido às redes sociais por onde esta comunicação pode trafegar.

O surgimento do conceito do *buzz marketing* tem início por volta de 1940. Paul Lazarsfeld ao estudar os efeitos da comunicação de massa nas eleições presidenciais dos Estados Unidos, pode constatar que o grande fator de resultados na campanha presidencial, era a influência que uma pessoa próxima tinha em relação a outra e não como ele pensava que a mídia de massa tinha sido exclusivamente o meio por onde podia – se espalhar os comentários, as notícias.

3.2 As Definições o por quê da utilização do Buzz Marketing

Salzman et al (2003) afirma que *buzz marketing* é um esforço de comunicação, onde às pessoas conhecidas e estratégicas espalham notícias, comentários entre os geradores de tendências (Alfas) para os disseminadores de tendências os Abelhas.

Corroborando com os autores Finn apud Salzman et al (2003), afirma que o *buzz marketing* é a montagem estratégica de programas que atingem o público-alvo emocionalmente e convincentemente, estabelecendo relações entre pessoas.

Já para Beerda apud Salzman et al (2003), o *buzz marketing* é qualquer esforço de comunicação em que se utiliza um evento de alto impacto e curta duração.

Segundo Salzman et al (2003), existe três fatores que tornam as técnicas de *buzz marketing* tão interessantes quanto excitantes são elas: o *buzz marketing* é barato, imediato e direto.

O quadro 1 mostra os fatores motivacionais para que uma Instituição de ensino superior aplique a técnica do *buzz marketing*.

| FATORES | SIGNIFICADO |
|-------------------------|---|
| CUSTO | Para realizar uma campanha com foco no <i>buzz</i> não é preciso gastar muito, basta apenas pequenas frações gastas em um plano de marketing. Uma ferramenta bastante utilizada é a Internet. A utilização do e-mail pode ser uma maneira bem eficaz de disseminar uma idéia sem custos elevados. |
| IMEDIATISMO | Com a utilização de recursos apropriados podem-se atingir pessoas-chave, disseminando idéias de maneira rápida. Uma das maneiras para disseminar estas idéias seria a Internet, um meio de comunicação que possibilita várias possibilidades de utilização. |
| COMUNICAÇÃO O DIRETA | O <i>buzz</i> marketing pode tornar a comunicação algo percebido como individual, a mensagem, a recomendação de um amigo ou pessoa próxima, dá a sensação de fazer parte de um grupo seletivo. |

Quadro 1 – Fatores motivacionais do *buzz* marketing.
Fonte: Salzman et al (2003).

Em notícia publicada no jornal Diário do Nordeste foi possível se verificar a atualidade desta ação de marketing. Segundo Cristina (2007) os sócios da empresa de consultoria Eurobiz (Europa Business Center) Michel Pocart, Jean Valentini e Paulo Carvalho estão inovando na forma que escolheram para se apresentar ao mercado. O *buzz* marketing é a principal ferramenta é a ferramenta de comunicação.

3.3 A Comunicação Boca-a-Boca

Segundo Chetochine (2006), a comunicação boca-a-boca é uma das práticas de disseminar uma idéia ou conceito dos mais antigos. O “boca-a-boca” sempre existiu, apesar de hoje ser tão intenso pela facilidade que atualmente a humanidade tem pela interligação por computadores, Internet e celulares.

Para Rosen (2001) apud Chetochine (2006), “o *buzz* marketing é a ciência do boca-a-boca”. Uma das formas de utilizar o *buzz* marketing é utilizar a rede de informações por onde o boca-a-boca trafega.

Já para McConnell (2003) apud Chetochine (2006), ainda que o *buzz* não seja o boca-a-boca, sem o boca-a-boca o *buzz* não é possível. Com isso é observado que o *buzz* marketing são as estratégias desenvolvidas, mas o caminho para execução destas estratégias é a utilização do boca-a-boca.

Por fim, Chetochine (2006), afirma que o “boca-a-boca” é o caminho, o canal, a rede, por onde são executadas as estratégias de *buzz* marketing. O mesmo no final de três ou quatro contatos perde sua força, ele morre naturalmente, perdendo de maneira rápida a sua área de atuação.

3.4 A Importância de Conquistar os Clientes para a Utilização de Futuras Ações de Buzz Marketing

Conforme citado por McConnell (2003) apud Chetochine (2006), o *buzz* marketing tem uma solução para alcançar seus objetivos quando a faz a substituição do marketing de interrupção pelo marketing de permissão. Com a possibilidade de atingir de perto o cliente, pedindo a sua autorização, permissão para uma maior proximidade e posterior confiança. Depois de alcançada todas as etapas de conquista, confiança de uma marca ou serviço é visto como fator significativo segundo os autores, a transformação dos clientes normais em clientes evangelistas.

McConnell e Huba (2003) faz pela primeira vez a conceituação de clientes evangelistas, pois eles acreditam que o ato de “evangelizar” é que vai transformar o cliente em um cliente

evangelista, que consiste em conseguir que este cliente transmita a sua fé de consumidor, comunicando a outras pessoas como é importante aquele produto ou serviço.

De conformidade com o conceito de clientes evangelistas de McConnell e Huba (2003), Salzman et al (2003), nomeiam seus clientes evangelistas de Alfas e Abelhas.

Para Salzman et al (2003), uma maneira de alimentar o *buzz* marketing é a escolha de pessoas certas ou saber encontrá-las. Para obter o resultado em uma estratégia de *buzz* marketing é dito como necessário conhecer pessoas que atraiam ouvintes, que sejam influentes, que tenham algo consistente para dizer. Estas pessoas são os Alfas e os Abelhas.

Segundo Salzman et al (2003), os Alfas são pessoas que gostam de novas experiências, informações, estão sempre em busca de novas aventuras, conhecimentos e fatos interessantes que possam acrescentar a sua cultura pessoal. Estes dispõem de uma ampla rede de contatos, mas não são supersociáveis. Outra característica marcante é a percepção.

Em seus conceitos e definições Salzman et al (2003), enumera três características de uma pessoa dita como Alfa, que para ele é um formador de opinião, são elas: a fome insaciável de estímulo, este tipo de pessoa não consegue ficar parado, tem medo da estagnação, de não está sempre buscando a novidade. A segunda característica dos Alfas é o desprezo pelas convenções. Por ter em sua essência o desbravamento, o formador de opinião rejeita a tradicionalidade e o número excessivo de regras. A terceira característica é a ânsia de correr riscos. Um Alfa aposta em desafios que possam mudar a sua situação atual, na certeza de que vai alcançar o seu objetivo principal.

Outro grupo de consumidor que completa o conceito de Salzman et al (2003), são os Abelhas. Estes consumidores são ainda mais significativos e estratégicos que os Alfas quando utilizados em uma campanha de *buzz* marketing. Diferentes dos Alfas, os Abelhas são pessoas solidárias e com boa facilidade de comunicar-se. Em suma, segundo Salzman et al (2003), os Abelhas são os meios pelos quais a informação colhida pelos Alfas é traduzida e levada a massa de maneira mais clara e acessível. Os Alfas e os Abelhas se completam.

Segundo Salzman et al (2003), existem três características que definem bem os Abelhas, são elas: o gosto de comunicar-se e compartilhar. É muito difícil um Abelha ter uma informação e não compartilhar com os seus círculos sociais. A segunda característica é o senso de estilo baseado na imitação. Um Abelha imita abertamente tendências e estilos. Este consumidor sabe com muita propriedade o que quer mas sempre busca a opinião do formador de opinião (Alfas). A terceira característica de um Abelha é a necessidade de aprovação. Para estar em dia com a afirmação pessoal, este tipo de consumidor necessita de estar sempre em evidência, ter o reconhecimento e a admiração dos Alfas e assim prosseguirem no processo de disseminadores de idéias.

3.5 As Características dos Clientes Disseminadores de Idéias na Construção das Ações de Buzz de Marketing

Segundo Chetochine (2006), não existe a transformação de clientes comuns para clientes evangelistas, Alfas ou abelhas sem uma causa para ser defendida. Um cliente comum jamais tornar-se-á um cliente disseminador de uma idéia sem algo que o mova, o estimule, como uma causa.

Uma segunda característica dos clientes formadores de opiniões ou disseminadores de idéias é a descoberta. Para Chetochine (2006), não existe clientes que despertem comentários para outras pessoas, sem que o produto ou serviço tenha um benefício ou vantagem. Depois da descoberta o cliente segundo o autor será um multiplicador da sua marca.

A terceira característica de construção de um cliente evangelista, Alfa, é a resposta ou solução para uma contradição já existente. A resposta a uma contradição é também fator motivador para os clientes disseminadores de idéias.

A quarta característica que move um cliente evangelista é para Chetochine (2006), a mais forte e a mais gratificante e a que mais constrói o desejo de mudança de um cliente normal para um cliente evangelizado, Alfa, ser o primeiro a descobrir que determinado

produto ou serviço tem algo diferenciado, algo novo para ser mostrado. Então esse cliente segundo o autor acima citado assume também a característica de cliente disseminador de idéias.

As características citadas acima segundo Chetochine (2006) levam a construção do cliente fiel ao desejo de disseminar uma idéia junto a seu ciclo de relacionamento, servindo então como propagador das ações de *buzz marketing*.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A empresa objeto deste estudo é uma Instituição de Ensino Superior que atua na cidade Fortaleza desde 2004. Ela conta atualmente com 1500 alunos e um quadro de 72 professores e 22 funcionários. A Instituição oferece ao mercado de ensino 02 cursos de bacharelado sendo eles: administração e ciências contábeis, 04 tecnólogos: processos gerenciais, gestão de turismo, gestão financeira e secretariado. Oferta também a seus alunos diversos cursos de extensão e 10 cursos de pós-graduação.

Esse trabalho apresenta um tipo de pesquisa descritiva, baseada em uma pesquisa de campo. De acordo com Mattar (2001), as pesquisas do tipo conclusivas descritivas são caracterizadas por possuírem objetivos bem definidos e procedimentos formais, serem bem estruturadas e dirigidas para a solução de problemas ou avaliação de alternativas de cursos de ação.

Quanto à natureza da pesquisa, pode-se definir de acordo com Flick (2004), que a pesquisa qualitativa é aquela que estuda o comportamento, a visão do mundo, a interpretação que o ser humano tem da realidade, as crenças e valores das pessoas.

As fontes de coleta de dados secundários deste estudo foram livros de autores que descrevem sobre o assunto e a fonte de coleta de dados primária foram os colaboradores da Instituição de ensino superior pesquisada, que exercem cargos estratégicos na organização.

A técnica utilizada para coletar os dados primários desta pesquisa foi à aplicação de questionário. Para essa pesquisa foi desenvolvido um questionário estruturado, não disfarçado, pois as perguntas têm objetivos claros e concisos e conhecidos pelo respondente. O questionário contém 10 (dez) perguntas abertas, onde o respondente pôde expressar livremente as suas percepções.

A técnica utilizada para analisar os dados coletados é qualitativa onde é feita a interpretação dos dados segundo o referencial teórico da pesquisa. Pode chamar esta técnica de análise comparativa onde um dado primário é comparado à proposta teórica de autores referenciados no assunto em pauta.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

| PERGUNTA | RESPOSTA | ANÁLISE |
|---------------------------|--|---|
| 01) Perfil do respondente | - Idade de 35 a 45 anos - 3 anos - Coordenador de Marketing | Para o nível de importância, que esta pesquisa pode gerar para a instituição considera-se este nível de idade como fundamental, pois sinaliza um determinado grau de maturidade e seriedade que as respostas da mesma têm o intento de atingir. Verifica-se também, que o respondente possui 3 anos de trabalho na instituição, sinalizando que o mesmo têm o conhecimento que esta pesquisa espera que seus respondentes tenham. A função exercida pelo respondente é de fundamental relevância para o objetivo do trabalho uma vez que dá à pesquisa uma maior consistência visto que o mesmo não exerce simplesmente funções operacionais. |
| 02) | Classe | Constata-se que o respondente da pesquisa, afirmou |

Definição do público-alvo da instituição:

média, média baixa, pessoas com médio a baixo poder aquisitivo que vislumbram uma formação superior a um valor acessível. Mais de 60 % usam transporte coletivo e uma porcentagem semelhante moram em bairros vizinhos além da grande maioria está inserida no mercado de trabalho.

que o público-alvo da instituição em estudo são alunos de classe média e média baixa ou simplesmente situados nas classes C, D.

Compõem um grupo de pessoas mais maduras que desejam mudar o perfil de carência tendo acesso a um ensino superior de custo mais acessível. Foi verificado também nas respostas dos entrevistados que os alunos que fazem parte do público-alvo da instituição de ensino, moram perto das unidades da respectiva Faculdade.

03) O conceito de *Buzz Marketing* diz que a comunicação é um esforço estratégico voltado para obtenção positiva de resultados, espalhando notícias entre os geradores de tendências para os disseminadores de tendências. Como você vê a instituição neste conceito?

Por se tratar de serviços de natureza um pouco diferente de alguns outros (os alunos convivem a semana toda), o conceito pode ser aplicado com excelentes resultados.

Verificou-se que na opinião do respondente, a instituição estudada é capaz de aplicar os princípios básicos do *buzz marketing*. Segundo ele a ligação entre professores e alunos é bastante intensa possibilitando o uso desta relação para aplicar alguma ação estratégica de *buzz marketing*. A ligação entre professores e alunos é o meio de comunicação que a faculdade dispõe para fazer um esforço estratégico voltado para obtenção de resultados, espalhando notícias positivas sobre ela, entre os alunos.

04) Traduza em uma frase, como poderia ser padronizado “os rumores” para implantação do *buzz marketing* entre o público-alvo da Instituição de Ensino Superior?

Sempre rumores positivos, lembrando a qualidade na educação e inovação, e, quando possível utilizando de humor para facilitar a disseminação.

Verificou-se que o respondente apenas reforçou o que foi dito na questão anterior. Que é importante trabalhar os rumores positivos

05) Como você poderia definir as redes sociais para tráfego da comunicação e implantação de um sistema de *buzz marketing*?

Professores em primeiro plano e funcionários com o maior contato com alunos e posteriormente líderes de sala e alunos identificados como influenciadores da turma.

Segundo o respondente a construção das redes sociais é dada pela relação entre professores e funcionários (colaboradores) seguindo para os alunos. Os professores são transmissores de uma idéia positiva e os alunos absorvem e disseminam estas idéias entre conhecidos, parentes, amigos e pela comunidade onde residem. Estas comunidades são próximas a faculdade, aumentando o número de pessoas que tem acesso as notícias disseminadas.

06) Que pessoas são consideradas por você como formadores de opinião no processo de *buzz*

Funcionários de linha de frente, professores e alunos que notoriamente tomam a postura de líderes.

O respondente afirmou que os formadores de opinião no processo *buzz marketing* na instituição são: os funcionários de linha de frente e pessoas-chave que trabalham em setores como: secretaria, coordenação e núcleo de estágio. Verifica-se por sua resposta que além dos funcionários, os dirigentes, professores e alunos também são considerados formadores de opinião na instituição.

| | | |
|---|---|---|
| <p>marketing na instituição?</p> <p>07) Que tipo de evento pode se considerar como propício no processo de criação de <i>buzz marketing</i> na instituição?</p> | <p>Identificar uma série de “notícias”, identificar alguns canais de comunicação (e-mail, boca-a-boca, officio, flanelógrafo) e pessoas-alvo.</p> | <p>Poderia se realizar um evento que desse embasamento para ações de <i>buzz marketing</i>, o que seria necessário reuniões com professores e líderes de turma, confraternizações, encontros com pessoas estratégicas. É necessário espalhar e promover notícias de festas de inauguração de novos Campus da Instituição e cada vez mais tornar pública as ações de responsabilidade sócio-ambiental.</p> |
| <p>08) Como você descreveria as características dos geradores de tendências para o processo de <i>buzz marketing</i> da Instituição?</p> | <p>Pessoas maduras na qual suas opiniões tenham certa credibilidade.</p> | <p>Pessoas maduras, de credibilidade, empreendedoras, bem preparadas academicamente, sem medo de riscos e que sempre acompanham o desenvolvimento das novidades diárias.</p> |
| <p>09) Quem você identifica como disseminador de tendência para a implantação do processo de <i>buzz marketing</i>?</p> | <p>Pessoas com ampla rede de contato e com características de personalidade extrovertidas.</p> | <p>O respondente afirmou que disseminador de tendências são pessoas com ampla rede de contatos de personalidade extrovertida. Foi citado novamente pelo entrevistado as relações entre professores, alunos e colaboradores como responsáveis pela disseminação de tendências.</p> |
| <p>10) Com relação aos fatores motivacionais definidos no processo de <i>buzz marketing</i> o que você considera mais importante e prioritário? Explique.</p> | <p>Credibilidade e do influenciador e da notícia, velocidade de disseminação. Preço baixo.</p> | <p>Com relação aos fatores motivacionais definidos no processo de <i>buzz marketing</i> que são: o custo, o imediatismo (velocidade) e a comunicação direta, o gestor de marketing afirmou que considera como prioritário o custo, pois podem atingir o seu público-alvo de maneira mais barata e conseguirem resultados mais eficazes com essas ações do que teriam com as mídias convencionais. Também explicitou o fato das ações de <i>buzz marketing</i> utilizarem a comunicação direta e ele é mais consistente e duradoura.</p> |

Quadro 2 – Apresentação dos resultados.

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 2 apresenta os resultados da pesquisa que forma confrontados com o dados secundários da pesquisa que compõem o referencial teórico.

6 CONCLUSÃO

Conclui-se que esta pesquisa atingiu seus objetivos, pois, foi avaliado que na visão do gestor de marketing as ações de *buzz marketing* pode em muito cooperar com as atividades de comunicação da escola superior investigada. A avaliação mostrou também que o gestor respondente considera muito importante a relação professor – alunos e funcionários para a eficácia da implementação desta técnica de comunicação.

A pesquisa mostrou que os professores podem ser os melhores geradores de tendência e serem formadores dos alunos formadores de tendência, através das relações formais (dentro de sala de aula) e relações informais (em corredores e outros momentos). Os professores disseminam tendências, idéias, rumores, ações para os alunos e os alunos podem passar a ser disseminadores destas mesmas variáveis, para a sociedade em geral. Porém, como o conceito de *buzz marketing* afirma que a comunicação é um esforço estratégico, esta comunicação professor e aluno tem que ser objetivada, fazer parte de um plano estruturado e sistematizado de marketing. Espera-se que a direção da Instituição analisada possa desenvolver esta iniciativa de maneira concreta e sistematizada, senão a aplicação desta ferramenta não passará de percepção.

Por fim, pode-se responder a pergunta do trabalho que era: como a implementação de técnicas de *buzz marketing* pode contribuir para a expansão do mercado em Instituições de Ensino Superior? Pode contribuir, segundo os dados desta pesquisa, a partir da estruturação de um plano de marketing apoiado em ações de *buzz marketing*, utilizando o “boca-a-boca” como meio de comunicação eficiente e eficaz.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Ryon. **O Cenário atual do ensino superior no Brasil**. Disponível em: <<http://www.linhadireta.com.br>>. Acesso em: 10 ago. 2008.
- CRISTINA, Maria. **Jornal Diário do Nordeste**, Fortaleza, 7 maio 2007. Coluna Target.
- CHETOCHINE, Georges. **Buzz Marketing: sua marca na boca do cliente**. São Paulo: Financial time – Prentice Hall, 2006.
- COLOMBO, Sônia Simões – Organizadora. **Marketing Educacional em Ação: estratégias e ferramentas**. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2005
- DIAS, Júlio. **Marketing Educacional: interiorizar para exteriorizar**. Disponível em: <<http://www.gestaoeducacional.com.br>>. Acesso em: 2 maio 2008.
- FLICK, Uwe. **Uma Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- KOTLER, Philip; KAREN F. A. Fox. **Marketing Estratégico para instituições educacionais**. São Paulo: Atlas, 1994.
- MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de marketing**. Edição compactada. São Paulo: Atlas, 2001.
- RUDIO, Franz. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- SALZMAN, Marian; MARATHIA, Ira; O'REILLY, Ann. **A Era do Marketing Viral: como aumentar o poder da influência e criar demanda**. São Paulo: Pensamento – Cultrix, 2003.

AA 11: QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA INDÚSTRIA DE CALÇADOS

Maria Helena Borges dos Santos Soares³⁹; Eloísa Vilas Boas Rosas Greggio⁴⁰

RESUMO

O artigo discorre sobre algumas das principais abordagens sobre qualidade de vida no trabalho. Os profissionais estão buscando cada dia mais o equilíbrio entre o pessoal e o profissional, através da realização e satisfação no que fazem. Neste trabalho estão os resultados de uma pesquisa bibliográfica, descritiva, de um estudo de caso levado a efeito em uma indústria de calçados de grande porte, em uma de suas sedes em Fortaleza. A amostra foi composta de três pessoas submetidas a uma entrevista semi-estruturada, composta de onze itens abertos, onde se deu vez e voz aos sujeitos (um auxiliar e dois supervisores). Como resultado pode-se perceber que os profissionais hoje se sentem mais comprometidos com o negócio, e a própria indústria os compromete através de seus treinamentos na academia. Isso faz com que esta empresa tenha um capital humano dos sonhos de qualquer empresário. Estes profissionais sofrem estresse, direcionando sua energia para o melhor resultado da organização, e com isso eles produzem e reproduzem, amam e trabalham.

Palavras-chave: Qualidade de Vida no Trabalho. Indústria de Calçados.

1 INTRODUÇÃO

Em relação a qualidades de vida no trabalho existem conceitos variados de diversos autores, que diferem entre si. Buscou-se nesta pesquisa respostas para algumas dúvidas sobre QVT, buscando na teoria levar para a prática, pois é nela que estão os desconfortos e os desequilíbrios emocionais, que afetam tantos profissionais.

Segundo Shinyashiki, (2002, p. 467). “Qualidade de vida é ter comprometimento com a vida profissional e a vida pessoal. Felicidade e sucesso só existem de verdade quando estão juntos”.

Segundo Limongi-França e Zaima. (2002, p. 402), afirmam que “podemos considerar a qualidade de vida no trabalho como um conceito amplo e interdisciplinar que envolve contribuições de diversas ciências. Na área da saúde, por exemplo, o desenvolvimento busca prevenção da integridade física, mental e social do ser humano, bem como a erradicação das doenças, visando ao crescimento da expectativa de vida.”

De acordo com Kanaane, (1999, p. 58). A qualidade de vida no trabalho não é determinada isoladamente por características pessoais (necessidades, impulsos, expectativas, pensamentos, desejos, valores, etc.), ou situações (tecnologia, fluxos de trabalho, sistema de recompensa, condições do sistema econômico, político, etc.), mas pela interação desses dois conjuntos de fatores indivíduo e organização.

Considerando Cortella (2007, p. 17),

O trabalho como castigo é muito antigo. A palavra trabalho é associada a castigo, fardo, provação. Do ponto de vista etimológico, a palavra “trabalho” tem origem no vocábulo latino tripalium, que era uns instrumentos de tortura, ou seja, três paus entrecruzados para serem colocados no pescoço de alguém e nele produzir desconforto. E a sociedade cresceu em sua exuberância a partir do trabalho escravo. Ainda os pais dizem aos filhos, se você não estudar, vai trabalhar como pintor, pedreiro, faxineiro ou mecânico, como se não fosse trabalho justo e honesto. Com tudo isso as pessoas não pensam em trabalho como realização ou satisfação, motivação para o trabalho então é muito difícil. Mas nessa nova era as pessoas devem substituir a idéia de trabalho como castigo pelo conceito de realizar uma obra.

³⁹ Aluno do 5º. Semestre do Curso de Administração da Faculdade Christus.

⁴⁰ Profa. Orientadora.

Cita o conto de Homero na Odisséia que por ter desafiado os deuses, Sísifo foi condenado a empurrar eternamente montanha acima uma rocha que, pelo seu peso, rolava de volta tão logo atingisse o cume. Não sem razão, o mito de Sísifo tem sido considerado o epítome do trabalho inútil e da desesperança. Tripalium, trabacula, termos latinos associados à tortura estão na origem da palavra trabalho. Mas trabalho deve ser necessariamente associado ao sofrimento? Ou seria lícito pensar, em uma perspectiva diametralmente oposta, como sendo aquela atividade essencialmente humana na sua relação com a natureza, configurando-se como uma protoforma do ser social? (BORGES apud ZANELLI, 2004, p. 24).

Segundo Codo, Soratto e Menezes apud (ZANELLI, 2004, p. 279),

Para Freud, a saúde, mental é a capacidade de amar e de trabalhar. Não é preciso ser um psicanalista para concordar com isso, e mesmo se você nunca tivesse escutado falar em psicologia, concordaria que estas são as duas grandes áreas na vida de um ser humano adulto: amor, traduzido nos afetos, nos amigos, na família e no erotismo, e o trabalho na produção, no dinheiro, na classe social, na produção, no consumo entre outros fatores. De forma ampla nada ficou de fora: amor e trabalho resumem a vida adulta. Pelo amor reproduzimo-nos, pelo trabalho produzimos. Produzir e reproduzir explica a nossa existência. Se for uma proposta da psicologia entender o indivíduo e enfrentar o sofrimento psicológico, a doença mental, os distúrbios psicológicos, ou qualquer outro nome que queiramos dar a estes fenômenos, então, o problema da psicologia estará em entender como os homens amam e como trabalham; em seguida, terá de propor modos saudáveis de viver, ou seja, de amar o trabalho. Simples de dizer, mas complicado de fazer.

O objetivo deste trabalho se deu pelo fato da velocidade da mudança no ambiente de trabalho ser muito rápida, o que gera muito desconforto aos profissionais, e os leva a um desequilíbrio, que causa alguns questionamentos. Um deles é: o que significa qualidade de vida no trabalho?

As pessoas costumam pensar que para ter qualidade de vida no trabalho elas precisam fazer suas atividades com mais calma, mais tempo, mais devagar, mas isso é um pensamento errado, pois o mercado é muito rápido, e exige sempre um resultado mais rápido e melhor do que os concorrentes. Caso contrário há uma redução do nível de competitividade. Essa rapidez é uma das causas de estresse no trabalho. Muitos profissionais agem como se não precisassem melhorar seu desempenho no mercado de trabalho, e seus resultados não são ideais e causam frustrações e desgastes nas relações interpessoais no ambiente organizacional.

A justificativa deste trabalho se deve a necessidade de respostas que a pesquisadora buscava para a QVT, já que ela trabalha a oito anos em uma indústria de calçados de grande porte, em Fortaleza, e a idéia da pesquisa emergiu de sua vivência, nesta realidade, com os profissionais de supervisão na linha de produção dessa indústria.

Este artigo tem por objetivo analisar aspectos das condições de trabalho em uma empresa de calçados, identificar a relação saúde doença e a busca por melhores condições de trabalho, interpretar a coleta de dados sobre os aspectos que os colaboradores sentem em relação às condições e organização do trabalho.

Os conceitos são variáveis, mas todos eles levam a um único caminho, o equilíbrio da vida profissional e da vida pessoal, ser feliz, ter tempo para a família, e para o lazer, conciliando o profissional e o pessoal. Os profissionais com cargo de liderança, como: supervisores, gerentes, líderes de equipes, são os mais afetados pelas doenças mentais no trabalho e responsabilizados da importância de melhores condições de trabalho ou simplesmente sentirem-se realizados pelo que fazem.

São os seguintes os objetivos específicos dessa pesquisa:

- a) Analisar aspectos das condições de trabalho de uma empresa de calçados e identificar a relação entre a saúde mental e a busca pela QVT;
- b) Criar um questionário para entrevistar alguns profissionais, para obter dados para análise da QVT;
- c) Interpretar as respostas, como coleta de dados sobre os aspectos que o colaborador sente em relação às condições e organização do trabalho;

d) Apresentar a empresa elementos gerais sobre o ambiente de trabalho e seu modo de funcionamento, apontando sugestões para melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A qualidade de vida no trabalho tem sido uma das preocupações do homem nos últimos tempos. As organizações mostram-se cada vez mais preocupados em proporcionar aos seus trabalhadores mais satisfação. Fato que se comprova por diversas pesquisas na área de motivação de pessoas. Mas o enfoque hoje é diferente de algum tempo atrás. Hoje, a relação de trabalho está voltada para muitos aspectos que motivam as pessoas, como por exemplo: aspectos emocionais, ambientais, físicos, psicológicos, dentre outros. Diante disso, é fundamental expor neste item, algumas teorias, conceitos e fundamentações que envolvem qualidade de vida no trabalho.

2.1 Conceitos e Fundamentos

Para falar sobre qualidade de vida no trabalho deve-se abordar também a satisfação com o trabalho.

Segundo Robbins. (2002, p. 67),

O termo satisfação com o trabalho se refere à atitude geral de uma pessoa em relação ao trabalho que realiza. Uma pessoa que tem um alto nível de satisfação com seu trabalho apresenta atitudes positivas em relação a ele, enquanto aquele insatisfeito apresenta atitudes negativas. Quando se fala em atitude do trabalhador, quase sempre se refere à satisfação com o trabalho.

O mesmo autor (2002, p. 151-152), enfatiza que

Motivação é o processo responsável pela intensidade, direção e persistência dos esforços de uma pessoa para o alcance de uma determinada meta. A motivação tem uma dimensão de persistência. Está é uma medida de quanto tempo uma pessoa consegue manter seu esforço. Os indivíduos motivados se mantêm na realização da tarefa até que seus objetivos sejam atingidos.

Os empresários de hoje querem profissionais comprometidos e equilibrados para trabalhar em suas organizações isto é muito importante, pois o profissional que tem sua vida pessoal bem resolvida com certeza enfrenta muito melhor as responsabilidades do dia a dia. O profissional deve saber aproveitar bem seus momentos de lazer, este tempo pode ser pouco, mas bem aproveitado com sua família pode recarregar sua energias, com isso o profissional será mais produtivo, quando puder perceber o equilíbrio entre vida pessoal e profissional, autor (SHINYASHIKI, 2002).

Segundo, Limongi-França, (2002, p. 404-405) ressalta que “não raro, as questões de qualidade de vida no trabalho ficam relegadas a plano inferior. Entretanto, verifica-se que esse tipo de estratégia não se sustenta a médio e a longo prazo”. Tal autora (1996) cita, por exemplo, os estudos de Bolinder e Ohlstrom que estabelecem uma relação de causa efeito entre um sistema, no caso estresse mental, e exaustivo esforço físico, problemas salariais, jornada de trabalho excessiva e atividades desinteressantes. Tais situações levam ao aumento das taxas de absenteísmo, de rotatividade e, conseqüentemente, à redução da produtividade e a perda da competitividade empresarial.

Por outro lado, há muitos estudos que demonstram que as empresas de alto desempenho possuem altas taxas de satisfação entre seus empregados. HP, Microsoft e 3M são exemplos de empresas vencedoras nas quais as pessoas estão no cerne da estratégia corporativa. Mas implementar um modelo de alta performance em gestão da qualidade de vida em equipes (Q.V.E) não é tarefa fácil. É preciso atuar na mudança cultural.

Em 1990 começa uma nova era, aumenta a concorrência por vagas nas organizações, em muitos segmentos a um aumento pela qualificação, embora as exigências não sejam compatíveis com a função, causando assim um sentimento de frustração nos trabalhadores. Cresce um apelo por um balanço equilibrado entre vida pessoal e profissional, sobre ética,

transparência, busca pela justiça, de direito de expressão e desenvolvimento para todos. Começa também a gestão de pessoas onde as empresas começam a trabalhar as condições que respeitem e promova as pessoas no ambiente de trabalho, autor (ZANELLI, 2004).

Segundo, Kanaane, (1999, p. 49), a qualidade de vida está diretamente relacionada com as necessidades e expectativas humanas e com a respectiva satisfação destas. Corresponde ao bem – estar do indivíduo, no ambiente de trabalho, expresso através de relações saudáveis e harmônicas.

As empresas procuram sempre, pessoas capazes de manter um bom desempenho e, ao mesmo tempo, um alto grau de equilíbrio e saúde, afirma a autora. Já os profissionais procuram trabalhar em organizações que sejam capazes de lhes oferecer um ambiente interno saudável, onde podem contar com apoios, incentivos, respeito e valorização, e também, oportunidade de desenvolvimento e realização do seu potencial, do seu propósito de vida (DRUMMON, 2007, p. 29).

3 METODOLOGIA

3.1 Ambiente da pesquisa

O estudo foi realizado em uma grande indústria de calçados em Fortaleza, com várias unidades no Ceará, Bahia e no Rio Grande do Sul, a primeira unidade fabril nasceu em Farroupilha, no interior do Rio Grande do Sul, em 1971. O que era uma pequena fábrica de embalagens plásticas aos poucos se transformou na sede do maior fabricante de calçados do país, graças ao empenho e à determinação de seus fundadores. Ao todo são 12 unidades fabris, são 20 mil colaboradores trabalhando para o sucesso desta empresa.

3.2 Natureza da pesquisa

O presente trabalho apresenta uma pesquisa de natureza qualitativa, pois seu instrumento de coleta é uma entrevista semi-estruturada. A pesquisa qualitativa está voltada para os fenômenos, pois os remete à interpretação de um fato feito por um observador.

3.3 Tipo de pesquisa

O presente trabalho apresenta uma pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa do tipo estudo de caso.

Segundo Marconi e Lakatos (2004, p. 43-44). “Argumentam que a pesquisa bibliográfica trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”.

Lakatos (2004, p. 74) define pesquisa descritiva quando faz referência às partes mais importantes, componentes do texto. Utiliza frases curtas, cada uma correspondendo a um elemento importante da obra. Não é simples enumeração do sumário ou índice do trabalho. Não dispensa a leitura do texto completo, pois apenas descreve sua natureza, forma e propósito.

3.4 Universo da pesquisa

Compõem o universo da pesquisa, pessoas das áreas de supervisão, auxiliar de supervisão e supervisão técnica, pois a pesquisadora encontrou nesta área uma gama de possibilidades para trabalhar, já que são profissionais muito exigidos e, portanto com uma grande possibilidade de adquirir problemas como o estresse, por exemplo. A pesquisa feita com pessoas do pavilhão da unidade I da fábrica de Fortaleza, correspondente a um número de 14 auxiliares, oito supervisores de setor, e dois supervisores técnicos, que se dividem igualmente em dois turnos de 8 horas trabalhadas.

3.4.1 Amostra

A amostra foi constituída por três profissionais que se propuseram a participar das entrevistas. São eles: um auxiliar de linha de produção e dois supervisores de produção. Não foi possível entrevistar nem um dos supervisores técnicos, por falta de disponibilidade de tempo.

3.5 Coleta de dados

Coleta de dados é a operação através da qual se obtêm as informações (ou dados) a partir do fenômeno pesquisado mediante um instrumento de pesquisa, que irá variar em função da ciência e do método. O instrumento de coleta utilizado foi a entrevista semi-estruturada, composta de onze questões e foi realizada individualmente.

As entrevistas aconteceram em uma sala reservada da empresa, aproveitando a disponibilidade dos profissionais tentando fazer em algum intervalo de trabalho ou logo depois do horário de expediente. A coleta de dados foi realizada no período de maio e junho de 2008.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A disponibilidade das pessoas para fazer a entrevista, foi muito difícil já que os profissionais estavam muito ocupados com a produção e a transição de um pavilhão para outro. Esse fato também gerou muito desconforto aos envolvidos, mesmo eles ouvindo de seus superiores que não havia com que se preocuparem. Para os envolvidos parecia não fazer sentido,

Devido a esta situação de estresse os profissionais estavam muito resistentes a participar das entrevistas. Antes das entrevistas era possível ver a diferença entre eles nas mesmas situações, as reações à pressão. Tem reações diferentes, cada um. A preparação psicológica de cada indivíduo é diferente. Alguns reagem com tranqüilidade e até como oportunidade; outros já ficam completamente nervosos, com um alto índice de estresse, levando-os até a ficar doente, porque não aceitam a situação, por mais simples que possa parecer para os outros, para ele é tudo muito difícil.

Percebe-se o interesse da empresa em desenvolver a capacidade intelectual de seus profissionais, e eles percebem isso, os valores da empresa estão claros para todos. O trabalho de melhoria contínua que existe, termina envolvendo a todos e isso é bom para a empresa e para os trabalhadores, pois afeta o resultado de todos, melhora a qualidade, produtividade, e a tecnologia e todos participam, com isso eles sentem como parte importante do negócio, o clima é bom e equilibrado, fazendo com que os profissionais se sintam mais comprometidos.

Todos os entrevistados contaram um pouco de sua história. São histórias de vida diferentes, pois são pessoas diferentes e provém de culturas diferentes. A empresa tem uma mistura cultural de pessoas vindas do Rio Grande do Sul já que a empresa é de lá, isso não foi um problema, pelo contrário, essa diferença cultural é que a fez crescer no mercado competitivo de hoje, unindo a experiência do gaúcho com a garra do cearense.

Os três entrevistados mostraram a mesma percepção quanto ao significado de trabalhar na empresa. Declararam ser uma melhor oportunidade, assim como para seus familiares. Por outro lado, tanto as políticas quanto os valores estão claros a todos, mas houve pontos de vista diferentes. Em uma entrevista, o quesito ética, não é praticado por todos, nos outros entrevistados nem se tocou no assunto, mas questionados não se sentiram à vontade para falar.

Quanto à identificação com os valores organizacionais, o sujeito 2 declarou: - “Sim, me identifico muito e ajudei assim como todos os supervisores a multiplicá-los aos colaboradores de chão de fábrica”.

Na totalidade os entrevistados se identificam com os valores. Esse item foi muito importante para a pesquisa, porque as pessoas com essa identificação ficam mais

comprometidas e com isso o trabalho torna-se mais interessante e menos estressante. Elas se sentem como membro importante da empresa.

Indagados sobre a possibilidade de se imaginar trabalhando em outro lugar, outra empresa, outra atividade, o sujeito 1 declarou:

“Já trabalhei em outras empresas e atividades, porem nenhuma empresa me deu a oportunidade que a empresa me deu, de crescer profissional e pessoalmente, gosto do que faço e da empresa onde trabalho só pretende sair para me aposentar”.

Neste item todos já trabalharam em outro lugar, e são unânimes em dizer que nas outras não tiveram as mesmas oportunidades que esta lhes proporciona. Os entrevistados se mostraram satisfeitos com a empresa onde trabalham, e por tanto todos querem dar o seu melhor.

Quanto aos conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) e o investimento da empresa em treinamento, capacitação e desenvolvimento, o sujeito 2 declarou:

[...] estou me preparando para estar pronta quando a oportunidade de promoção aparecer, e com o investimento da empresa através da academia, só ajudará no meu e no desenvolvimento de todos, mas o melhor que aconteceu foi os treinamentos do operacional, com isso as pessoas participam de tudo e estão sempre mais comprometidas com a empresa.

Todos os participantes acham importante o investimento da empresa no desenvolvimento das pessoas, e quando falam de extensão aos operadores de chão de fábrica eles demonstram entusiasmo, porque para eles é muito importante o envolvimento de todos os colaboradores.

A respeito da liberdade para dar sugestões para melhorias em relação ao trabalho que exerce, o sujeito 3 informou: - “Eu dou sugestões, mas na maioria das vezes não sou ouvido pelo meu supervisor, acredito que com o projeto de melhoria contínua todos terão oportunidade de participar, inclusive eu”.

Todos os entrevistados falaram que hoje podem dar sugestões, mas porque mudou a política da empresa, e também porque existe na empresa hoje o projeto de melhoria contínua, mas ficou claro de que antes não era desta forma, É importante que todas as partes estejam comprometidas com o mesmo propósito.

Houve unanimidade quanto ao relacionamento em geral, que é bom. Claro que tem conflitos, mas hoje os conflitos são motivos de melhoria para os processos e a atitude positiva faz a diferença.

Os sentimentos em relação ao trabalho declarados são semelhantes porque expressam fortes emoções, mas são distintos entre si, como por exemplo: “alegria”; “indignação”; “expectativas”; “entusiasmo”. Analisa-se que, ao final das contas todos querem dar o que têm de melhor.

Os três colaboradores entrevistados acham que a comunidade vê a empresa com bons olhos, mas tem dúvidas nas opiniões da comunidade já que às vezes se ouve falar mal, mas a família de todos sente orgulho deles porque trabalham nesta empresa, pois sabem que é uma empresa de grande porte e com muitas oportunidades.

No que tange a como se sentem em relação aos programas e serviços prestados pela empresa aos empregados, como por exemplo: alimentação, médico, dentista, conscientização, saúde e segurança, a resposta do sujeito 1 é caracterizadora:

Sinto-me orgulhoso, por trabalhar numa empresa que proporciona aos seus funcionários toda uma estrutura que permite que eles ao entrar na fábrica para trabalhar tenham toda uma assistência para que desempenhem bem a função para qual foram contratados. Refeitório na própria empresa, médico do trabalho, enfermaria, assistente social e psicóloga, dentista, sem falar na segurança do trabalho que é bastante atuante na prevenção dos acidentes de trabalho.

Todos os participantes acham que os serviços prestados são bons. Nesse item foi colocado o atendimento do setor médico, que poderia ser melhor; o tratamento com os colaboradores poderia ser mais sociável. Comparativamente, estão deixando a desejar para o setor de produção que trata seus colaboradores com respeito.

4 CONCLUSÃO

Este artigo estudou e comparou a teoria e a prática, buscou através de entrevistas e observações do dia-a-dia, respostas que correspondessem à teoria, em algumas oportunidades. Isso foi possível, porque as teorias dizem que as pessoas motivadas têm atitudes positivas, e que a qualidade de vida só é alcançada quando há comprometimento com a vida e o trabalho.

As entrevistas deixaram claro que os entrevistados estavam comprometidos e motivados com a empresa. O equilíbrio da QVT se dá através de treinamentos que a empresa proporciona aos profissionais, e ficou claro que os profissionais dessa empresa estão motivados e comprometidos, porque a empresa o está comprometendo, através de melhorias contínuas e requisitando-os a participar do planejamento de mudanças.

As pessoas têm benefícios nessa empresa que as ajudam a manter-se bem, médico, dentista, assistente social, psicólogo, refeitório e segurança do trabalho, tudo isso gera mais segurança ao profissional, ele se sente mais valorizado e sempre quer dar o seu melhor, sai à idéia de trabalho como uma coisa forçada e passa a ver o trabalho como um ato de realizar uma obra, algo que também gera prazer e satisfação.

O ser humano quer sempre fazer parte de algo maior, sentir-se realizado, buscar o equilíbrio entre vida pessoal e vida profissional, e, tudo isso, é sentir-se bem onde você está; independente se em uma empresa de grande ou pequeno porte ou em uma casinha branca no alto da serra. O importante é estar bem consigo mesmo e ter equilíbrio e discernimento para tudo que se vai fazer na vida. QVT é tudo isso, é ter um ambiente propício para criar e desenvolver um trabalho é ter objetivos de vida assim como metas de trabalho, é sentir-se realizado até com as pequenas coisas alcançadas, é sempre sentir-se parte de um todo (uma peça fundamental na engrenagem), e sempre fazer tudo com muito amor.

REFERÊNCIAS

BARROS, B. O desafio de equilibrar resultados de negócio e qualidade de vida: In: BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena (Coord.). Manual de Gestão de Pessoas e Equipes: Estratégias e Tendências. São Paulo: Gente, 2002. v. 1.

CORTELLA, M. Qual é a tua obra: inquietações propositivas sobre gestão, liderança e ética, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

DRUMOND, T. Qualidade de vida no trabalho: um estudo de caso na indústria de artefatos de borracha. PUC-MG, Belo Horizonte, 2007. Disponível em:
<<http://www.saogabriel.pucminas.br/administracao>>. Acesso em: 31 ago. 2008.

KANAANE, R. Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI, 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2001.

LIMONGI-FRANÇA, A. C. ZAIMA, Gestão de qualidade de vida no trabalho: In: BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena (Coord.). **Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências.** São Paulo: Gente, 2002. v. 1.

ROBBINS, S. Comportamento organizacional. **9. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2002.**

SHINYASHIKI, R. Qualidade de Vida é Ter Comprometimento: In: BOOG, Gustavo; BOOG, Magdalena (Coord.). Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências. São Paulo: Gente, 2002. v. 1.

ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. **Porto Alegre: Artmed, 2004.**

AA 12: ANÁLISE DO NÍVEL DE SATISFAÇÃO EM UMA EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS

Mário Américo Viana de Oliveira⁴¹; Alberto dos Santos Paiva Filho⁴²

RESUMO

A análise da satisfação dos clientes com os serviços prestados é uma ação cada vez mais importante a ser realizada pelas organizações. Diante deste contexto, pergunta-se, então: Qual o nível de satisfação do cliente parceiro de uma empresa prestadora de serviços automobilísticos? Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a luz dos 8 (oito) P's dos serviços a satisfação do cliente parceiro, segundo os níveis denominados por Parente (2000). O estudo é importante, pois pode contribuir para a melhoria na gestão estratégica de organizações que atuam no setor de embelezamento automotivo. Também pode contribuir para uma reflexão sobre este tema no campo da administração de empresas. A metodologia adotada foi uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo. Os resultados apontam que, segundo o respondente os serviços automotivos estão em um nível esperado, onde poucas variáveis chegam a superar o cliente parceiro e a variável preço fica abaixo da expectativa prevista pelo respondente.

Palavras-chave: Satisfação. Serviços. Clientes.

1 INTRODUÇÃO

Diariamente, todas as pessoas utilizam serviços ou, qualquer empresa pela qual se tenha passado fornece algum tipo de serviço. Lovelock e Wright (2006) afirmam que serviço é um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra ou atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para clientes em tempos e lugares específicos, como decorrência da realização e uma mudança desejada no – ou em nome do – destinatário do serviço. As organizações estão posicionando seus serviços para atrair segmentos de mercado específicos, através dos esforços de comunicação.

Sabe-se que as estratégias de marketing para comercializar produtos consideram os 4 P's, como variáveis mercadológicas: produto, preço, praça e promoção. Já nos serviços podem-se utilizar outros elementos estratégicos que Lovelock e Wriugh (2006) definem como os 8 P's (do inglês: *product elements, place and time, process, productivity and quality, people, promotion and education, physical evidence, price and other costs of services*), que destacam exatamente oito variáveis de decisão para os gerentes de organização de serviço.

Além de se adotar as melhores estratégias, a análise da satisfação dos clientes com os serviços prestados é uma ação cada vez mais importante a ser realizada pelas organizações. Diante deste contexto, pergunta-se, então: Qual o nível de satisfação do cliente parceiro de uma empresa prestadora de serviços automobilísticos? Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho é analisar a luz dos 8 (oito) P's dos serviços a satisfação do cliente parceiro, segundo os níveis denominados por Parente (2000).

O estudo é importante, pois pode contribuir para a melhoria na gestão estratégica de organizações que atuam no setor de embelezamento automotivo. Também pode contribuir para uma reflexão sobre este tema no campo da administração de empresas.

O trabalho está dividido em 4 (quatro) partes. A primeira apresenta o referencial teórico, onde foram abordados os principais autores e seus conceitos sobre o tema em estudo. A segunda parte apresenta a metodologia utilizada, enquanto que a terceira parte expõe a análise dos resultados. Por fim, na última parte apresenta-se à conclusão.

⁴¹ Aluno do 8º semestre do curso de Administração.

⁴² Professor MSc., Orientador.

2 SERVIÇOS: CONCEITOS

Kotler (2000) afirma que serviços constituem uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem. No geral, as classificações podem considerar o tocante a grupos de serviços, esforço de compra do consumidor, durabilidade e intangibilidade. Por sua vez Las Casas (2002) diz que o comprador de serviços seleciona os fornecedores valendo-se de certos critérios que julga imprescindível para os objetivos da empresa. Igualmente, esses são alguns itens que podem ser do conhecimento dos mercadológicos da área de serviços, de acordo com: (i) Competência técnica; (ii) Reputação da empresa; (iii) Qualidade do trabalho desenvolvido; (iv) Experiência na indústria; (v) Prestação de serviço mais ampla; (vi) Experiência da equipe de auditoria.

Whiteley (1992) afirma que apenas satisfazer o cliente, não é suficiente, sendo necessário, ainda, encantá-lo. Conclui-se pela necessidade de ouvir o cliente, implementando ações para satisfazê-lo, conquistando, desta maneira sua lealdade. Já no entendimento de Cobra (1992), para fazer frente à crescente globalização da economia, é preciso que as empresas revejam sua posição no mercado para que possam se tornar competitivas. A competitividade será garantida, agregando-se valor aos serviços ou melhorando o atendimento aos clientes. O autor conclui dizendo que por melhor que seja a reputação de uma empresa, esta deve estar sempre buscando agregar valor aos seus serviços visando a uma satisfação cada vez maior de seus clientes.

Segundo Bateson e Hoffman (2001), a qualidade de serviço proporciona uma maneira de obter sucesso entre serviços concorrentes, principalmente quando várias empresas que fornecem serviços quase idênticos concorrem em uma determinada área, estabelecer qualidade de serviço pode ser a única maneira de se diferenciar. Porém, de acordo com Gronroos (2004), um administrador do setor deverá, também, considerar e decidir como essa atividade será desempenhada, onde e por quem será oferecida ao mercado. Para isso, o administrador deverá decidir sobre os quatro Ps dos serviços: Perfil – refere-se ao estabelecimento em que acontecerá a prestação de serviços. Inclui toda a comunicação visual de uma loja ou escritório, como também limpeza, disposição de móveis, *layout*. O perfil é um componente de comunicação de muita importância. Processos – Uma empresa de serviços deve pensar também como administrará o processo de prestação de serviços. Quando alguém entrar em uma empresa, vai interagir com vários aspectos da organização e, portanto, esse processo deverá permitir que os serviços sejam desempenhados de forma organizada e com qualidade, favorecendo a satisfação da clientela. Procedimentos – a qualidade do contato dos funcionários com os clientes é fundamental. Um bom processo só é completo se o nível de contato com os clientes for satisfatório. Os procedimentos referem-se ao atendimento, ou ao “momento da verdade”. Os clientes percebem uma boa ou má prestação de serviços, em grande parte, pela qualidade do contato pessoal com os funcionários de uma empresa. Pessoas – a maior parte dos investimentos na área de serviços é na mão-de-obra.

As empresas que prestam serviços necessitam comercializar atos, ações, desempenho. Para comercializar desempenho, há necessidade de se treinar os vendedores, gerentes e demais funcionários. Entretanto, para treinar também há necessidade de se contratar as pessoas certas. O pessoal de uma organização é muito importante para a qualidade da prestação de serviços. Indivíduos de boa aparência e bem treinados comunicam uma preocupação da administração em atender bem seus clientes.

Segundo Lovelock & Wright (2006) serviços são atividades econômicas que criam valor e fornecem benefícios para clientes em tempos e lugares específicos, como decorrência da realização de uma mudança desejada no – ou em nome do – destinatário do serviço e Las Casas (2002) afirma que serviços constituem uma transação realizada por uma empresa ou por um indivíduo, cujo objetivo não está associado à transferência de um bem.

Lovelock e Wright (2006) dizem que serviço é um ato ou desempenho oferecido por uma parte à outra. Embora o processo possa estar vinculado a um produto físico, o desempenho é transitório, frequentemente de natureza intangível e não resulta

normalmente em propriedade de quaisquer dos fatores de produção. Para os autores existe o serviço desejado e o serviço esperado, que é tipo de serviço que os clientes esperam receber. É um nível aspirado para o serviço uma parceria entre o que os clientes acreditam que possa e deva ser entregue para as suas necessidades pessoais. Embora prefiram receber serviço ideal, os clientes normalmente não possuem expectativas extravagantes ou absurdas. Eles compreendem que as empresas nem sempre prestam o melhor serviço possível. Por esse motivo, eles também possuem um nível inferior de expectativas para o serviço aceitável, ou seja, o serviço adequado.

O serviço previsto é conforme Lovelock e Wright (2006), o que os clientes esperam receber do prestador de serviço durante um determinado encontro de serviço. Ou o grau de qualidade do serviço que um cliente crê que a organização possa lhe entregar.

Segundo Gronroos (2004), a experiência que um cliente teve com certo serviço, pode influenciar sua avaliação pós-consumo, que é um resultado da percepção que o cliente tem do serviço em si.

Assim sendo, a qualidade do serviço depende dos serviços esperados e serviços previstos. Promessas de serviços de qualidade, atendimento diferenciado e personalizado, serviço rápido, tudo isso gera expectativas nos clientes e acaba que por influenciar no serviço previsto e o que assegura uma boa qualidade é quando as percepções dos clientes excedem as suas expectativas.

2.1 Características dos Serviços

Os serviços possuem características muito particulares que precisam ser levadas em conta, que são:

- (i) Intangibilidade: Os serviços não podem ser tocados, apalpadados, ou seja, não são concretos, fato este que os leva a serem considerados intangíveis, afirma Kotler (2000). Esta característica muitas vezes dificulta a sua percepção diante do consumidor, obrigando assim que o provedor direcione um esforço maior voltado para a divulgação do mesmo, de tal forma que este possa ser agregado e percebido pelo beneficiário do serviço, ou seja, o próprio cliente.
- (ii) Percibilidade: Zeithaml e Bitner (2003) referem-se ao fato de que os serviços não podem ser preservados, estocados, revendidos ou devolvidos. Este fato implica na necessidade de boas estratégias de recuperação, caso as coisas não dêem certo.
- (iii) Variabilidade ou Pouca Uniformidade e Padronização: Quando os serviços são desenvolvidos por pessoas, ocorre uma dificuldade e limitação natural quanto à uniformidade e padronização dos mesmos; em virtude da alta complexidade no que concerne o fator humano. As crenças, atitudes, emoções, habilidades entre outras, são aspectos singulares da condição do homem. Tal situação compromete de forma contingencial a eficácia do desempenho dos executores dos serviços, mesmo que estes sejam subsidiados por constante treinamento. Um serviço a um cliente não é exatamente este “mesmo serviço” ao próximo cliente. Esta é a característica da variabilidade ou heterogeneidade. E é a causa de um dos maiores problemas no gerenciamento dos serviços – como manter uma qualidade uniforme percebida dos serviços produzidos e entregues aos clientes? (VIANTE, 2004).
- (iv) Estabelecimento do Preço: Uma vez que os serviços estão vinculados ao trabalho humano, os custos de produção variam bastante, ampliando-se da fronteira dos custos fixos, estes sendo concretos e previsíveis e passando para todo um aspecto de subjetividade em relação a quem o produz. Esta situação muitas vezes leva o fornecedor de serviços a uma precificação injusta e prejudicial, tanto no aspecto de cobertura real dos custos quanto à exploração do consumidor, levando a este último, a uma mudança de fornecedor, conforme a gravidade do caso.
- (v) Simultaneidade da Produção e do Consumo: Uma vez ocorrido à produção do serviço, o mesmo terá que ser vendido devido à impossibilidade de estocá-los. Daí a necessidade de um rigoroso planejamento por parte de quem os fornece, para evitar desperdícios que irão refletir

diretamente nos custos da empresa. Em alguns casos os serviços são vendidos antes de sua produção, para assim serem consumidos. Diferente dos produtos os serviços são produzidos, entregues e consumidos simultaneamente, chegando a fazer parte de uma pessoa quando o mesmo é por ela prestado. A inseparabilidade traz como uma de suas conseqüências, a presença do cliente aumentando em muito a preocupação com sua satisfação imediata. O sentido de agradar constantemente (VIANTE, 2004). Esta também é uma característica problemática. Os serviços não podem ser estocados, obrigando para o gestor uma grande necessidade de estabelecer equilíbrio entre a demanda e a oferta. (VIANTE, 2004). Zeithaml e Bitner (2003) explicam que enquanto a maior parte dos bens é produzida antecipadamente para então ser vendida e consumida, a maior parte do serviço é primeiro vendida e, então, produzida e consumida simultaneamente.

(vi) Ausência de Exclusividade: Os serviços podem ser copiados, devido à impossibilidade generalizada da proteção de patentes, o que exige do fornecedor um elevado grau de competitividade em relação aos concorrentes diretos. O investimento na tecnologia, assim como as constantes inovações voltadas para a melhoria dos serviços são fatores que poderão dificultar a utilização dos serviços por parte da concorrência, assim como a consolidação da marca perante aos consumidores.

2.2 A Prestação do Serviço

O serviço prestado por uma empresa pode ser o ponto determinante para o ganho ou perda de clientes.

De acordo com Berry e Parasuraman (1995), existem alguns atributos que o cliente considera muito importante quando define um serviço de qualidade. Entre eles, “a confiabilidade” é o atributo mais importante na prestação de um serviço. A confiabilidade, atenção e segurança para o cliente devem estar sempre presentes em todos os tipos de atividades”. O quadro a seguir apresenta os atributos que determinam a qualidade de um serviço.

| Atributo | Descrição |
|-----------------|--|
| Confiabilidade | A capacidade de prestar o serviço prometido de modo confiável e com precisão. |
| Atenção | Disposição em atender e ajudar o consumidor, fornecendo um serviço rápido. |
| Segurança | O conhecimento e a cortesia de empregados e sua habilidade em transmitir confiança e confiabilidade. |
| Empatia | A atenção e o carinho individualizados proporcionados ao cliente |
| Tangibilidade | A aparência das instalações físicas, equipamentos, funcionários, ambientes. |

Quadro 1 – Atributos determinantes da qualidade em serviços.

Fonte: Berry e Parasuraman (1995).

Lovelock e Wright (2006) tratam estes cinco atributos supracitados como às “cinco dimensões da qualidade”, dando destaque especial à confiabilidade, pois, ela tem freqüentemente se mostra como o fator mais importante na avaliação da qualidade do serviço pelos clientes. Um serviço não confiável é um serviço deficiente, em relação a seus outros atributos. Ibrecht (2000) acredita que as organizações que se destacam na qualidade de serviços são conduzidas a um valor superior para o cliente. Ele afirma que é preciso vender o comprometimento com a qualidade do serviço, sendo assim é preciso transmitir a estratégia do serviço, dando ao prestador do serviço à informação necessária para que a estratégia seja posta em prática no seu trabalho e facilitar ao operador do serviço a habilidade necessária para que realize bem seu trabalho.

2.3 O Modelo dos 8 P'S dos Serviços

Lovelock e Wright (2006) afirmam que para a natureza dos serviços, que envolve aspectos como o envolvimento do cliente na produção e a importância do fator tempo, exige a inclusão de outros elementos estratégicos.

Sendo assim, eles propõem que 8 elementos devem ser considerados na administração de atividades de serviços. Eles afirmam também que estes elementos trabalham de forma integrada. Portanto para se medir o desempenho dos serviços prestados e das atividades de marketing que envolve serviços deve-se analisar os 8 (oito) elementos integrados e interdependentes.

Neste caso, o modelo dos 8 P's apresenta, (do inglês, *product elements, place and time, process, productivity and quality, people, promotion and education, physical evidence, price and other costs of services*), acrescentou a definição de mais um P (produtividade e qualidade) como mencionado pelos autores supracitados.

A figura seguir apresenta os 8 P's dos Serviços, que servem de orientação para os gestores que desenvolvem suas atividades com serviços.

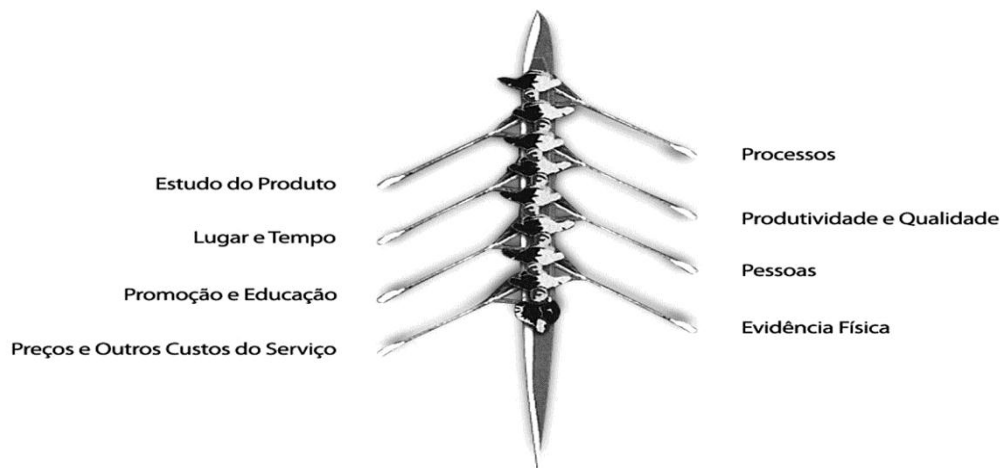


Figura 3 – Modelos dos 8 P's dos serviços.

Fonte: Lovelock e Wright (2006).

Um aspecto interessante nesta figura é que o autor relaciona o bom desempenho da gestão dos serviços, à sincronia que deve ter os 8 (oito) remadores deste barco. Ou seja, quanto mais sincronia os remadores tiverem, maior é a chance de se tornarem vencedores.

O quadro a seguir sintetiza o que significa cada elemento da gestão integrada dos serviços.

| | Elemento do Serviço | Significado segundo Lovelock e Wright (2006) |
|---|----------------------------|---|
| 1 | Produto | São todos os componentes do desempenho do serviço que criam valor para o cliente |
| 2 | Lugar e Tempo | São decisões gerenciais sobre quando, onde e como entregar serviços aos clientes. |
| 3 | Processo | Envolve as atividades da empresa que tornam o produto disponível para os consumidores-alvos. |
| 4 | Produtividade e Qualidade | Produtividade é o grau de eficácia com que os serviços são transformados em produtos que agregam valor ao cliente. E a qualidade é o grau em que o serviço satisfaz os clientes ao atender suas necessidades, desejos e expectativas. |
| 5 | Pessoas | São profissionais e, às vezes, outros clientes envolvidos na produção do serviço. |
| 6 | Promoção e Educação | São todas as atividades e incentivos de comunicação destinados a aumentar a preferência do cliente por um determinado serviço ou fornecedor de serviços. |
| 7 | Evidência Física | São pistas visuais ou outras pistas tangíveis que fornecem evidência da qualidade do serviço. |
| 8 | Preço | São as despesas em dinheiro, tempo e esforço que os clientes incidem ao comprar e consumir serviços. |

Quadro 2 – Descrição do 8 P's dos Serviços.
Fonte: Lovelock e Wright (2006).

2.4 Satisfação do Cliente

Segundo Lovelock e Wright (2006), os clientes experimentam vários níveis de satisfação ou descontentamento após cada experiência de serviço de acordo com a medida na qual suas expectativas foram ou não atendidas ou foram ultrapassadas.

Mas como os clientes criam suas expectativas? Conforme Kötler (2000), as expectativas dos clientes baseiam-se nas experiências de compras anteriores, na opinião dos amigos e também nas informações e promessas contidas na comunicação das empresas. Se os profissionais de marketing estabelecem através da comunicação expectativas muito altas e não as cumprir, o comprador provavelmente ficará desapontado (ANSOFF, 1999).

Para Kötler (2000), satisfação é o sentimento de prazer ou desapontamento resultante da comparação do desempenho esperado pelo produto em relação às expectativas das pessoas., já na opinião de Barros (1999), muitas empresas estão objetivando a alta satisfação, porque os clientes meramente satisfeitos mudam facilmente de fornecedor quando surge uma oferta melhor. Os que estão altamente satisfeitos são muito menos propensos a essa mudança. Um alto nível de satisfação ou encantamento cria um vínculo emocional com a marca, não apenas uma preferência racional. O resultado é uma maior probabilidade de fidelização.

2.5 Medidas de Satisfação do Consumidor

Nos escritos de Lovelock e Wright (2006) encontram-se que quando um consumidor é introduzido em uma situação de consumo, ele vai para essa situação com alguns desejos ou expectativas, ou com ambos. Em algumas situações, o que é desejado será o mesmo que o esperado, mas em outras, aquilo que é desejado pode ser diferente da expectativa.

Zeithaml e Bitner (2003), a satisfação dos clientes não é uma questão optativa para as empresas, mas uma questão de sobrevivência. Em um mercado competitivo, onde produtos e preços têm uma similaridade cada vez maior, o atendimento das expectativas e a satisfação do cliente tornam-se diferencial competitivo.

| Verdades sobre a satisfação | Significado |
|-----------------------------|--|
| Primeira verdade | Para satisfazer o cliente é necessário ter uma compreensão profunda de suas necessidades e, em seguida, possuir os processos de trabalho que possam, de forma efetiva e consistente atender essas necessidades. Para isso a organização deverá traduzir essas necessidades em requisitos e cumpri-los sempre, porque o cliente não exigirá menos. Isso demandará a dedicação de recursos para coletar e analisar dados e informações sistematicamente, para entender os requisitos e as percepções do cliente. |
| Segunda verdade | As necessidades dos clientes mudam e evoluem constantemente. A organização necessita antecipar-se a essas mudanças para ter vantagens competitivas. Os investimentos nessas atividades produzirão retornos substanciais, mas é importante que a administração entenda que os retornos mais importantes virão, quase sempre, no médio e longo prazo. |
| Terceira verdade | O cliente forma sua percepção de uma organização com base na diversidade de impressões que recebe em seus contatos com as pessoas, produtos e serviços dessa organização. Todas as pessoas que integram uma organização fazem alguma coisa para cumprir os requisitos dos clientes, e portanto influenciam sua satisfação. |

Quadro 3 – As três verdades indispensáveis no reconhecimento do serviço.

Fonte: Zeithaml e Bitner (2003).

Para Zeithaml e Bitner (2003), a satisfação do cliente normalmente é definida como uma função entre as suas percepções e expectativas e o cliente satisfeito é aquele que percebe que o atendimento de suas necessidades pela organização é pelo menos igual àquele que ele esperava.

$$\text{Satisfação} = \text{Percepções} / \text{Expectativas}$$

Figura 4 – Equação da reta.

Fonte: Zeithaml e Bitner (2003).

Para isso é imprescindível saber exatamente quais são as expectativas dos clientes e em seguida saber quais as suas percepções em relação ao cumprimento dessas expectativas. Esse é o primeiro grande desafio, no que se refere à satisfação de clientes, porque as percepções e expectativas são dinâmicas por serem essencialmente subjetivas e mutáveis, portanto, difíceis de validar.

A frase “O cliente em primeiro lugar”, apesar de batida, reflete com simplicidade a postura indispensável para que qualquer empresa alcance o êxito. Segundo Kötler (2000), o objetivo comum a todas as empresas é de fornecer soluções para as necessidades de seus clientes, e o seu sucesso resultará de fazê-lo de modo a satisfazer o cliente.

Segundo Parente (2000), um bom programa de estudo da satisfação dos clientes permite: (a) Avaliar o grau de satisfação dos clientes da empresa; (b) Monitorar o desempenho da empresa ao longo do tempo; (c) Avaliar o desempenho da empresa em relação aos seus concorrentes; (d) Compreender os aspectos de maior impacto na satisfação dos seus clientes; (e) Avaliar a sintonia entre a Direção da empresa e a expectativa dos clientes; (f) Definir estratégias de melhoria de qualidade a partir dos pontos fortes e dos pontos a serem desenvolvidos; (g)

Otimizar os investimentos a partir das definições precisas de estratégia de qualidade; Segundo Kötler (2000) existem 4 (quatro) tipos de ferramentas para se rastrear e mensurar a satisfação do cliente:

- i. Implantação de sistemas de reclamações e sugestões;
- ii. Levantamento dos níveis de satisfação dos clientes;
- iii. Compra fantasma;
- iv. Análise de consumidores perdidos

Os estudos de satisfação do cliente geralmente têm três abordagens sequenciais, que são:

- i. A expectativa e percepção dos clientes com cada atributo;
- ii. O grau de satisfação geral;
- iii. A percepção da administração.

De nada adianta saber o que precisa ser feito para a melhora da satisfação dos clientes, se nada de diferente ou novo é implementado. Transformar a estratégia de melhoria da qualidade em decisões e em seguida em ações, não acontece de forma automática. Sempre são encontrados obstáculos que precisam ser superados. Qualquer melhoria, por menor que seja, implica na mudança de algo, geralmente de um processo.

As mudanças geram desconforto e conseqüentemente resistência tanto nas pessoas como nas organizações. Como as necessidades e expectativas dos clientes estão em constante mudança, mudanças necessárias na organização para manter esses clientes satisfeitos tornam-se constantes. Por isso é importante adotar métodos sistemáticos de mudança que permitam realizar as transformações de forma eficiente.

O processo pelo qual o consumidor decide por repetir uma compra, ou mesmo tornar-se “leal” a um produto, marca ou empresa, foi até agora pouco elucidado pela literatura de marketing, carecendo até mesmo de escalas que mensurem e diferenciem as diversas faces da lealdade (FITZSIMMOS e FITZSIMMOS, 2005).

Dentre as motivações que levam o consumidor ao comportamento de lealdade, destaca-se o papel dos julgamentos em relação às experiências anteriores de consumo, pois essas avaliações ou julgamentos são fatores de alta influência na formação de atitudes e intenções de ação, afirma Parente (2000).

Segundo esse paradigma, o consumidor forma expectativas anteriores ao consumo, observa o desempenho do produto/ serviço e compara o desempenho percebido com as suas expectativas iniciais.

As expectativas são pensamentos que criam padrão de referência para o julgamento do consumidor; quando os resultados são diferentes desse padrão ocorre a desconfirmação.

O desenvolvimento dessa teoria trouxe a incorporação de emoções nos modelos de satisfação. Com isso percebeu-se um aumento efetivo na capacidade prognóstica dos modelos. O estado afetivo do consumidor refere-se aos sentimentos positivos e negativos que os consumidores associam com o produto após a compra e durante o uso afirmam Berry e Parasumaran (1995).

Segundo Parente (2000), da comparação entre o real (percebido) e o esperado surgem 5 (cinco) estados de satisfação/ insatisfação do consumidor, conforme mostra o quadro 4, apresentado a seguir:

| Relação entre o Real e a Expectativa | Grau de satisfação |
|---|----------------------------------|
| Real >> Esperado | Muito satisfeito |
| Real > Esperado | Satisfeito |
| Real = Esperado | Nem satisfeito, nem insatisfeito |
| Real < Esperado | Insatisfeito |
| Real << Esperado | Muito insatisfeito |

Quadro 4 – Os graus de satisfação.

Fonte: Parente (2000).

3 METODOLOGIA

A metodologia científica continua sendo um dos instrumentos de trabalho que pode servir no estudo e na aprendizagem dos mais diferentes conteúdos científicos.(BERVIAN E CERVO, 2002),

A pesquisa será realizada no contexto da empresa Imperjet, que foi fundada em 1997. É uma organização voltada para a prestação de serviços de embelezamento automotivos com operações dentro de concessionárias. Possui 9 (nove) filiais distribuídas nos estados do Ceará, Pernambuco, Paraíba, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Bahia e no Distrito Federal.

Opera em mais de 120 concessionárias e já conta com quase 1800 colaboradores.

Comercializa os serviços de instalação de películas de segurança e de estética, proteção de pintura *plus*, sanitização e impermeabilização de bancos, revitalização e hidratação de bancos de couro e também faz a terceirização da mão-de-obra para os postos de lavagem de carros.

Esta pesquisa se caracteriza como exploratória em sua fase secundária e descritiva em sua fase primária e tem como objetivo principal prover maior conhecimento sobre o tema em estudo. De acordo com Bervian e Cervo (2002), a pesquisa exploratória ajuda o pesquisador a identificar as várias opções que se aplicam aos problemas da pesquisa. Segundo Mattar (2007), a pesquisa descritiva caracteriza-se por possuir objetivos bem definidos, procedimentos formais, ser bem estruturada e dirigida para soluções de problemas ou avaliação de alternativas de cursos de ação.

A pesquisa é natureza qualitativa, pois são descritos aspectos qualitativos dos processos organizacionais, buscando contribuir com o aperfeiçoamento da compreensão de um grupo social dentro de uma organização.

A coleta de dados é a fase em que são efetuados os contatos com os respondentes. Mattar (2007) descreve que estes instrumentos são os documentos através dos quais as perguntas e questões serão apresentadas aos respondentes e onde são registradas as respostas e os dados obtidos. A fonte de coleta de dados utilizada nesta pesquisa foi um gerente de uma concessionária parceira da Imperjet na cidade de Fortaleza.

Utilizou-se como instrumento de pesquisa um questionário, que foi aplicado a um cliente parceiro da Imperjet, com questões objetivas em escala ordinal, onde o respondente descreve suas respostas de forma ordenada e seqüenciada, caracterizando um estudo descritivo. Utilizou-se uma análise qualitativa comparativa para se verificar o nível de satisfação com cada uma das variáveis dos serviços definidas por Lovelock e Wright e comparadas aos 5 (cinco) níveis de satisfação definidos por Parente.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O quadro 5, a seguir apresenta a análise comparativa entre os aspectos teóricos referenciados na pesquisa secundária e os dados primários coletados em campo.

| Questões | Aspecto dos 8P's | Definição do Autor | Resposta | Significado |
|---|---------------------------|--|------------------|--|
| 1 Qual a sua percepção sobre o nível de qualidade dos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços? | Produtividade e Qualidade | É o grau de eficácia com que os serviços são transformados em produtos que agregam valor ao cliente e o grau em que o serviço satisfaz os clientes ao atender suas necessidades, desejos e expectativas. | Muito satisfeito | A concessionária está sendo atendida muito acima de suas expectativas, o que significa que a empresa vem adotando medidas eficazes para a manutenção da qualidade dos serviços prestados à concessionária. |
| 2 Qual a sua percepção sobre o nível de qualidade dos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços aos clientes da concessionária? | Produtividade e Qualidade | É o grau de eficácia com que os serviços são transformados em produtos que agregam valor ao cliente e o grau em que o serviço satisfaz os clientes ao atender suas necessidades, desejos e expectativas | Satisfeito | A concessionária percebe a qualidade dos serviços prestados aos clientes como estando acima das expectativas. Isso implica dizer que a prestadora vem adotando ações que garantem um bom nível de qualidade de serviços. |
| 3 Qual a sua percepção sobre o nível de valor gerado pelos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços para a concessionária? | Produto | São todos os componentes do desempenho do serviço que criam valor para o cliente. | Satisfeito | A concessionária percebe que os serviços prestados agregam valor ao seu negócio de uma forma que está acima de suas expectativas, mostrando a viabilidade desse tipo de parceria. |

| | | | | | |
|---|---|---------------|--|----------------------------------|---|
| 4 | Qual a sua percepção sobre o nível de valor gerado pelos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços para o cliente da concessionária? | Produto | São todos os componentes do desempenho do serviço que criam valor para o cliente. | Nem satisfeito, nem insatisfeito | A concessionária possui uma interpretação no nível indiferente em relação ao valor gerado para o seu cliente. Isso mostra que os valores gerados na prestação dos serviços estão de acordo com aquilo que a empresa esperava receber. |
| 5 | Qual a sua percepção sobre o nível de agilidade (tempo) com que os serviços são prestados pela empresa prestadora de serviços? | Lugar e Tempo | São decisões gerenciais sobre quando, onde e como entregar serviços aos clientes. | Nem satisfeito, nem insatisfeito | A concessionária possui uma interpretação no nível indiferente em relação à agilidade serviços. Isso mostra que a agilidade nos serviços está de acordo com aquilo que a empresa espera receber. da prestadora, mostrando que sua expectativa está sendo atendida. |
| 6 | Qual a sua percepção sobre o nível de pontualidade com que os serviços prestados pela empresa prestadora de serviços são entregues? | Lugar e Tempo | São decisões gerenciais sobre quando, onde e como entregar serviços aos clientes. | Nem satisfeito, nem insatisfeito | A concessionária possui uma interpretação em nível indiferente em relação à pontualidade das entregas dos serviços, mostrando que sua expectativa está sendo atendida. |
| 7 | Qual a sua percepção sobre o nível de qualidade dos processos que sustentam os serviços prestados pela empresa prestadora de serviços? | Processos | Envolve as atividades da empresa que tornam o produto disponível para os consumidores-alvos. | Nem satisfeito, nem insatisfeito | A concessionária possui uma interpretação em um nível indiferente em relação aos processos que suportam os serviços da prestadora, mostrando que o desempenho destes serviços estão de acordo com o que o respondente esperava. |
| 8 | Qual a sua percepção sobre o nível de qualificação dos profissionais que realizam os serviços prestados pela empresa prestadora de serviços? | Pessoas | são profissionais e, às vezes, outros clientes envolvidos na produção do serviço. | Satisfeito | A concessionária considera o nível de qualificação dos profissionais que prestam o serviço, como estando acima de suas expectativas. Isso mostra que os profissionais têm uma satisfatória capacidade técnica e desenvolvem um bom nível de relacionamento interpessoal, dentro da empresa e com seus clientes. |
| 9 | Qual a sua percepção sobre o nível de qualificação dos profissionais que realizam a | Pessoas | são profissionais e, às vezes, outros clientes envolvidos na produção do serviço. | Satisfeito | A concessionária considera o nível de qualificação dos profissionais que vendem os serviços, como estando acima de suas expectativas. Isso mostra que os |

| | | | | | |
|----|--|-----------------------------------|--|----------------------------------|--|
| | vendas dos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços? | | | | profissionais têm uma boa capacidade de relacionamento. |
| 10 | Qual a sua percepção sobre o nível de promoção (comunicação) dos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços aos clientes? | Promoção e Educação | São todas as atividades e incentivos de comunicação destinados a aumentar a preferência do cliente por um determinado serviço ou fornecedor de serviços. | Nem satisfeito, nem insatisfeito | A concessionária enxerga a comunicação da prestadora dentro de suas expectativas, mostrando que o esforço de comunicação não está dentro do que se espera em uma parceria de trabalho. |
| 11 | Qual a sua percepção sobre o nível de qualidade da aparência do ambiente de trabalho e dos funcionários da empresa prestadora de serviços? | Evidência Física | São pistas visuais ou outras pistas tangíveis que fornecem evidência da qualidade do serviço. | Nem satisfeito, nem insatisfeito | A concessionária percebe que a aparência do local de trabalho e dos funcionários está dentro do que ela espera da prestadora. |
| 12 | Qual a sua percepção sobre o nível de preços dos serviços prestados pela empresa prestadora de serviços? | Preços e outros custos do serviço | São as despesas em dinheiro, tempo e esforço que os clientes incidem ao comprar e consumir serviços. | Insatisfeito | A concessionária percebe o nível dos preços praticados pela prestadora como estando acima do necessário, ressaltando a necessidade de ajustes por parte da prestadora. |

Quadro 5 – Quadro demonstrativo das respostas apresentadas pelo entrevistado com a análise comparativa.
Fonte: Dados da pesquisa.

5 CONCLUSÃO

O trabalho dá-se pro concluído, pois seu objetivo geral que era analisar a luz dos 8 (oito) P's dos serviços a satisfação do cliente parceiro, segundo os níveis denominados por Parente (2000), foi atingido uma vez que o respondente deste pré-teste, que é um cliente parceiro da Imperjet mostrou na grande parte dos critérios avaliados em um nível de satisfação regular, uma vez que ele considera que os serviços prestados correspondem à necessidade da organização.

Chama-se a atenção para o quesito preço, pois, o gestor avalia como caros, mostrando que a empresa poderia utilizar preços mais baixos.

Já o quesito qualidade dos produtos o gestor mostrou-se encantado, o que sinaliza que a empresa Imperjet utiliza produtos de excelente qualidade.

Sendo assim, pode-se responder a pergunta inicial, onde se indagava: Qual o nível de satisfação do cliente parceiro de uma empresa prestadora de serviços automobilísticos? Pode-se concluir que o nível de satisfação apresentou-se como satisfeito, onde o cliente revelou que a grande parte dos critérios definidos por Lovelock e Wright a realidade supera suas expectativas, conforme define Parente para este nível.

REFERÊNCIAS

- ALBRECHT, Karl. **Revolução nos serviços**: como as empresas podem revolucionar a maneira de tratar os clientes. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.
- ANSOFF, H. Igor. **Do planejamento estratégico à administração estratégica**. São Paulo: Atlas, 1990.
- BARROS, Claudius D'Artagnan C. **Excelência em serviços**: uma questão de sobrevivência no mercado. 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.
- BATESON, J. E. G.; HOFFMAN, K. Douglas. **Marketing de Serviços**. Porto Alegre: Bookman, 2001.
- BERRY, Leonard; PARASURAMAN, A. **Serviços de Marketing**: Competindo através da Qualidade. São Paulo: Maltese-Norma, 1995
- BERVIAN, Pedro A.; CERVO, Amado L. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS Mona J. **Marketing de Serviços**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- GRÖNROOS, Christian. **Marketing**: Gerenciamento e serviços. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- KÖTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.
- KÖTLER, Philip. **Administração de Marketing**: a edição do novo milênio. 10. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2000.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Marketing de Serviços**. São Paulo: Atlas, 2002.
- LOBOS, Júlio. **Encantando o cliente**: externo e interno. São Paulo: Hamburg, 1993
- LOVELOCK, Christopher; WRIGHT, Lauren. **Serviços**: Marketing e Gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.
- MATTAR, Fauze N. **Pesquisa de Marketing**. Edição Compacta. São Paulo: Atlas, 2007.
- MCCARTHY, E. Jerome; PERREAULT, Willian D. **Marketing Essencial**: uma abordagem gerencial e global. São Paulo: Atlas, 1997.
- PARENTE, Juracy. **Varejo no Brasil**: gestão e estratégia. São Paulo: Atlas, 2000.
- VIANTE, Jociane Rigoni. **Marketing de serviços**. Curso de Aperfeiçoamento. 2004.
Disponível em: < <http://www.abbra.eng.br> > Acesso em: 10 maio 2008.
- WHITELEY, Richard C. **A Empresa totalmente voltada para o cliente**: do planejamento à ação. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- ZEITHAML, Valarie A.; BITNER Mary Jo. **Marketing de Serviços**: a Empresa com foco no Cliente. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Artigos

AC 1: SISTEMA DE CUSTEIO ABC

Alexandre Soares de Queiroz⁴³; Thaisa Bruna Juca Santiago⁴⁴; Rogério Frota Leitão dos Santos⁴⁵

RESUMO

Nos dias atuais têm surgido vários trabalhos que versam sobre custos, que vem a colaborar com estudo e avanços desse ramo da contabilidade. Sendo assim, este artigo vem dar uma contribuição nas pesquisas nesta área. Para atingir o objetivo proposto de apresentar as vantagens e desvantagens do sistema de custeio ABC. O artigo mostra considerações gerais sobre os sistemas de Custeio de Absorção e Custeio Variável, por ser os chamados sistemas tradicionais, para compará-los ao sistema ABC, descreve sobre os principais conceitos e faz uma revisão sobre o sistema ABC.

Palavras-chave: Contabilidade. Custos. Sistema de Custeio ABC.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade tem como um de seus objetivos oferecer dados que possam auxiliar na tomada de decisões, e esses dados são muito importantes para uma boa gestão. Nesse Contexto, a contabilidade coloca à disposição dos gestores dados sobre custos de bens e serviços, seja a empresa da atividade industrial, comercial ou de serviços. Para tanto, custos devem ser entendidos como um ramo da contabilidade que cuida de apurar os valores para produção de bens, mercadorias e serviços para fins de apuração do resultado e mensuração dos estoques de produtos acabados e/ou de produtos e serviços em acabamento, além de fornecer informações gerenciais. Há uma necessidade apresentada pelas empresas, atualmente, as quais estão inseridas em um mundo globalizado, de forte concorrência e de necessidade de redução de custos para conseqüente maximização do resultado. Nesse sentido, as empresas têm buscado na Contabilidade de Custos o caminho para melhorar seu desempenho econômico e financeiro.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ALGUNS MÉTODOS DE CUSTEIO

2.1 Considerações gerais

Métodos de custeio são formas de apuração dos valores de custos dos bens, mercadorias ou serviços das entidades públicas e privadas.

Vários são os métodos existentes, mas não se pode afirmar que um seja melhor ou que substitua o outro, pois são aplicáveis conforme as características das entidades, como ramos de atividade, porte, grau de detalhamento desejado dos valores de custos, objetivos gerenciais.

2.2 Métodos de custeio tradicionais

Os três principais métodos de custeio abordados são Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio Baseado em Atividades - ABC.

⁴³ Estudante do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus

⁴⁴ Estudante do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus

⁴⁵ Professor orientador

2.2.1 Custeio por absorção

O sistema de Custeio por Absorção é aquele que apura o valor dos custos dos bens ou serviços, tomando como base todos os custos da produção, quer sejam fixos ou variáveis, diretos ou indiretos (MARTINS, 2003, p. 37).

Outra definição sobre Custeio Absorção diz que significa apropriação, aos produtos elaborados pela empresa de todos os custos incorridos no processo de fabricação, quer esteja diretamente vinculados ao produto, quer se refiram à tarefa de produção em geral e só possam ser alocados aos bens fabricados indiretamente, isto é, mediante rateio (GUIA..., 2003, p. 43). Nesse sentido, reconhece todos os custos de produção como despesas somente no momento da venda, demonstrando de forma mais apropriada a confrontação da receita com a despesa, na apuração do resultado. Por esse motivo, é aceito pelo fisco brasileiro.

Por outro lado, podem mencionar dois fatores que se apresentam como desvantagens do Sistema de Custeio por Absorção. Primeiro, o fato do mesmo apresentar pouca quantidade de informações para fins gerenciais, pois serve basicamente à valoração dos estoques e das despesas com produtos ou serviços vendidos.

Em segundo lugar, como este sistema considera a alocação de todos os custos aos bens, mercadorias ou serviços, há a necessidade de rateio dos custos indiretos, o que torna as informações de custos frágeis, visto que os rateios estão sujeitos ao arbitramento da ação do homem.

Nesse sentido, o gestor do Custeio por Absorção tem um desafio no momento de definir qual base será utilizada para rateio em execução, quantidade Mão de Obra Direta / Horas – Máquinas.

2.2.2 Custeio variável

O Sistema de Custeio Variável procura amenizar as distorções existentes nos critérios de rateios exigidos no Sistema de Custeio por Absorção. No Custeio por Absorção os custos fixos são rateados aos produtos e / ou serviços enquanto que no Custeio Variável estes custos são tratados como despesas, e vão direto para o resultado (MARTINS, 2003, p. 197). A diminuição da necessidade de rateio se deve ao fato de que no Sistema de Custeio Variável, são alocados aos produtos e / ou serviços, somente os custos variáveis e, com a maioria dos casos, os custos variáveis também são diretos, expurgam-se, assim, os rateios dos custos indiretos.

Pois, quando se expurgam os custos indiretos da composição dos custos unitários de cada produto e/ou serviço e os leva direto ao resultado, permite-se demonstrar quanto cada produto e/ou serviço contribui para resultado final de entidade por meio da margem de contribuição de cada produto. Nesse contexto, se permite avaliar, individualmente o resultado de cada unidade sobre o todo.

Como desvantagem apresenta-se a não obediência aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, por não atender principalmente o princípio da competência (as receitas e despesas são apropriadas ao período em função de sua incorrência e da vinculação da despesa à receita, independentemente de seus reflexos no caixa (IUDÍCIBUS, 2003, p. 31), uma vez que os custos fixos, referentes a produtos e/ou serviços ainda não vendidos, são levados diretamente para resultado.

Outro ponto de vista é que comparada com Custeio por Absorção, o Custeio Variável tem sua utilização nas empresas de forma mais tímida por se tratar de um método mais sofisticado. Sendo o Custeio Variável não aceito pelos contadores e auditores independentes e muito menos pelo fisco, pois de fato fere os Princípios Contábeis, principalmente o Regime de Competência e a Confrontação.

3 MÉTODO DE CUSTEIO ABC

3.1 Conceitos básicos

O Sistema de Custeio Baseado em Atividades (Activity Basead Costing – ABC), procura, igualmente amenizar as distorções provocadas pelo uso do rateio necessários aos sistemas tratados anteriormente, principalmente no que tange ao sistema de Custeio por Absorção. Poderia ser tratado como uma evolução dos sistemas já discutidos, mas sua relação direta com as atividades envolvidas no processo configura mero aprofundamento do sistema de custeio por absorção

Este sistema tem como fundamento básico a busca do princípio da causalção, ou seja, procura identificar de forma clara por meio de rastreamento, o agente causador do custo, para lhe imputar o valor.

A idéia básica é atribuir primeiramente os custos às atividades e posteriormente atribuir custos das atividades aos produtos. Sendo assim, primeiramente faz-se o rastreamento dos custos que cada atividade causou, atribuindo-lhes estes custos, e posteriormente verificando como os portadores finais de custos consumiram serviços das atividades, atribuindo-lhes os custos definidos.

Segundo Martins (2003, p. 96) para atribuir custos às atividades e aos produtos utiliza-se de direcionadores. Os direcionadores ajudam a atribuir os custos das áreas que se encontram fora da produção.

Martins (2003, p. 96) ensina ainda que “há que se distinguirem dois tipos de direcionador: [...] direcionador de custos de recursos, e os [...] direcionadores de custos de atividades”.

Martins (2003, p. 96) afirma que “o primeiro identifica a maneira como as atividades consomem recursos e serve para custear as atividades. Afirma ainda que “o segundo identifica a maneira como os produtos consomem atividades e serve para custear produtos”

3.2 Importância do sistema de custeio ABC

A importância que se dá utilização do método de custeio ABC é uma virtude do mesmo não ser apenas um sistema que dá valor aos estoques, mas também proporciona informações gerenciais que auxiliam os tomadores de decisão, como por exemplo, os custos das atividades, que proporcionam aos gestores atribuírem responsabilidades aos causadores pelas mesmas.

Um diferencial do sistema de custeio ABC, é que a sua utilização, por exigir controles pormenorizados, proporciona o acompanhamento e correções devidas nos processos internos da empresa, ao mesmo tempo em que possibilita a implantação e /ou aperfeiçoamento dos controles internos da entidade.

3.3 Outras considerações sobre o custeio baseado em atividades - ABC

Tanto em processos de manufatura quanto de prestação de serviços, podem se utilizar a metodologia do Custeio ABC.

O ABC pode ser implementado sem interferir no sistema contábil corrente da empresa, isto é, pode ser um sistema paralelo; pode, também ser utilizado apenas periodicamente.

O ABC, por ser uma ferramenta eminentemente gerencial, pode também, incorporar conceitos utilizados na gestão econômica, como custo de oportunidade, custo de reposição, depreciação diferente dos critérios legais.

4 CONCLUSÃO

As formas de apuração de custos foram se aperfeiçoando e, com isso, surgiram novos métodos de custeio para adaptação às novas exigências empresariais. Tal afirmativa demonstra que os métodos não são excludentes, pois cada empresa deve procurar o método que melhor lhe atenda.

O sistema de custeio ABC apresenta diversas vantagens que devem ser cuidadosamente analisadas pelas empresas, no sentido de serem tirados proveitos de suas informações, colocando a entidade em uma posição privilegiada.

Restam aos detentores da gestão analisar qual é a necessidade de empresa e qual a sua condição em implantar determinado tipo de custeio em detrimento de outro. Contudo, vale ressaltar, que dentre os sistemas analisados nesse artigo o ABC sobressai por diminuir as distorções causadas pelo rateio.

Contudo a necessidade imposta pelo mercado, os custos de implantação e acompanhamento, os recursos humanos necessários, os produtos envolvidos, as necessidades dos gestores.

Devem ser analisados para que se dimensionem as vantagens e desvantagens para cada instituição.

Não se pretende ser finalista nos estudos sobre vantagens e desvantagens do ABC, visto que cada entidade pode enumerar outros pontos. O que deve ocorrer é manter-se sempre pronto para mudanças mercadológicas e estar sempre preparados para reorganizar o sistema de custeio ABC de maneira harmônica com cada momento da economia.

REFERÊNCIAS

GUIA IOB de Contabilidade. São Paulo: Thomson, 2003. v. 3.

IUDÍBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens, **Manual de Contabilidade das sociedades por ações (aplicáveis às demais sociedades)**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Atlas, 2003.

AC 2: GESTÃO DE COMPETÊNCIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Aline Helena Trigueiro Evangelista⁴⁶; Carlos Adriano Santos Gomes⁴⁷

RESUMO

No ambiente contemporâneo a quantidade de informações geradas para os profissionais são consideravelmente grandes, cabe a estes estarem bem preparados para interpretar essa demanda de responsabilidade. O Sistema de Informação exige que seu gestor (tomador de decisões) seja uma pessoa competente para saber filtrar e usufruir corretamente essas informações. Logo, percebe-se o quanto o desenvolvimento de competência é importante dentro do processo do sistema. Logo o profissional contábil deve contribuir para melhorar o desempenho da empresa diante da concorrência, através de: competência, adequado aparelhamento de tecnologia, eficiente sistema de informação juntamente com a qualificação do contabilista. Isso, faz-se necessário não só para minimizar erros, mas também para agilizar a geração de informações. Daí surge a necessidade de se estudar a gestão de competência no âmbito do sistema de informação (SI). Portanto este artigo busca conceituar, classificar e descrever os tipos de competências organizacionais necessários no sistema de informação (SI).

Palavras-chave: **Informações. Desenvolvimento. Competência.**

1 INTRODUÇÃO

Diante do mundo globalizado, as empresas estão investindo cada vez mais em tecnologias, em pessoal, mão-de-obra qualificada, bons softwares, bons hardwares e gestores competentes. Todavia apesar de todos os investimentos, as organizações têm notado que um dos grandes referenciais das empresas está na competência organizacional, esta caracteriza-se por ser a qualidade que um concorrente não consegue copiar do outro.

Diante de tais fatos este estudo parte do seguinte questionamento: De que forma a competência pode influenciar na gestão das informações para a tomada de decisão? Portanto esta pesquisa aborda a história da competência, suas classificações.

O estudo estará com a classificação das competências dividida em tópicos. Vale ressaltar que é de suma importância estudar sobre este assunto independente da área que pretende-se aprofundar, pois a competência deve estar presente em todas as atividades que tem o objetivo de êxito em seu trabalho. Busca-se desta forma focar as pessoas que vão gerir as informações geradas por esses softwares e hardwares, estas precisam de qualificação profissional que vai muito além da formação acadêmica. O gestor de sistema de informações deve procurar sempre se atualizar frente às novas demandas do mercado, estar sempre voltado para a qualificação profissional, atualização de métodos, e atualização de sistemas de informação, com isso entende-se que para o sucesso deste gestor a competência deve ser compreendida como matéria prima para o sucesso.

O estudo deste tema foi escolhido pela necessidade de focar temas transversais da área de sistemas de informação com o enfoque diferente da temática de hardwares e softwares, pois estes sempre estão sendo abordados, diferente das competências que centram as atenções no elemento humano para melhor atender as necessidades das empresas e dos clientes.

Busca-se desta forma focar as pessoas que vão gerir as informações. A competência está relacionada ao “Eu” e ao “Conhecimento”, ou seja, a competência é a união da habilidade e o conhecimento. Diante disso Barbalho (2007) diz que:

O processo de gestão nas organizações, sejam públicas ou privadas, vem sofrendo mudanças em função da necessidade de adequação às exigências da sociedade do

⁴⁶ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁴⁷ Professor, Orientador.

conhecimento onde o capital humano é valorado a partir de sua capacidade de explorar suas qualidades intelectuais.

A metodologia utilizada foi pesquisa exploratória, bibliográfica. Esta metodologia é indispensável para a elaboração de qualquer trabalho de natureza científica. Acerca disso Beuren (2004, p. 86) explica que “por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente”.

O estudo baseia-se em livros, artigos publicados na internet e em revistas, e conhecimentos empíricos que são aqueles já conhecidos pelo pesquisador. Sobre o assunto Martins (2000, p. 29) diz que “a pesquisa bibliográfica procura explicar e discutir um tema ou um problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, etc.”, daí se dá o principal motivo da pesquisa bibliográfica ser a primeira e única a ser utilizada no início da pesquisa e durante toda a confecção do artigo.

Para dar continuidade ao estudo será apresentado a seguir o conceito de competência segundo alguns autores, a história da competência e sua classificação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história da competência começa no fim da Idade Média, naquela época a competência era entendida como a capacidade que alguém tinha para julgar alguma coisa, com o passar do tempo o conceito foi se aperfeiçoando e a competência tornou-se a capacidade de uma pessoa em executar um trabalho com excelência.

No séc. XVIII aconteceu a Revolução Industrial, nessa época prevalecia o princípio *taylorista* no qual os empregados produziam em série, cada empregado era encarregado apenas de uma determinada parte do produto, ele desconhecia a forma de elaboração do todo. As atividades que existiam eram as chamadas de atividades de ofício, que são aquelas que são passadas de pai para filho, que com o surgimento do *taylorismo* isso deixou de existir.

A produção em série fez com que os empregados tornassem-se seres alienados, aprendiam a fazer apenas uma única atividade, se caso fossem demitidos da empresa estariam perdidos, pois não sabiam fazer nada além daquela atividade.

A produção em série como única forma de emprego não durou muito tempo, pois as empresas despertaram seus objetivos, redirecionando-os as pessoas. Acerca disso Brandão (2007, p. 2) afirma que:

Posteriormente, em decorrência de pressões sociais e do aumento da complexidade das relações de trabalho, as organizações passaram a considerar, no processo de desenvolvimento profissional de seus empregados, não só questões técnicas, mas, também, os aspectos sociais e comportamentais do trabalho.

A importância dada a este estudo é algo recente, embora que já falava-se antigamente, este assunto não se estudava ou questionava. Ele está sendo mais explorado atualmente, devida a grande difusão de informações e tecnologia na vida das pessoas. Grandes empresas têm se preocupado atualmente com seu capital intelectual para garantir um lugar no mercado consumidor.

Quanto mais o tempo passa, mais as empresas exigem de seus empregados. Inicialmente é necessário compreender a importância do sistema de informação (SI) dentro de uma empresa, para conseqüentemente entender a importância da gestão de competência nos SI.

Sobre isso Oliveira (2004, p. 45) explica a importância de tal estudo:

O processo de administração nas empresas utiliza a informação como apoio às decisões, através de sistemas informativos que observam requisitos quanto a transmissores e receptores de informações, canais, [...] bem como processos de conversão das informações em decisões junto a cada um dos centros de responsabilidades [...] da empresa.

Há até poucas décadas atrás a formação adequada de um cidadão era o segundo grau, faculdade era coisa rara e de alto nível. Hoje este quadro é completamente diferente, isso

porque até a graduação já se mostra pouco adequada, é necessário pós-graduação, experiência, bom relacionamento, e o principal: competência.

Segundo o dicionário da web (COMPETÊNCIA..., 2007) a competência é a “mobilização de conhecimentos (saber), habilidades (fazer) e atitudes (querer) necessários ao desempenho de atividades ou funções, segundo padrões de qualidade e produtividade requeridos pela natureza do trabalho”.

Ao analisar melhor o que diz o dicionário percebe-se que a qualidade surge do conhecimento, e a capacidade de resolver surge da habilidade (que é o ato de fazer continuamente o mesmo trabalho), ou seja, isso só ratifica que a competência é a união do conhecimento e a habilidade.

Hoje a gestão de sistemas de informações é difícil, porém inevitável. A competência exige que o indivíduo tenha certa maturidade de conhecimentos e um aprimoramento de habilidades para que possa desenvolvê-las simultaneamente.

No sistema de informações é necessário outro componente da competência ainda não citado nesta pesquisa: a atitude. O conhecimento e a habilidade sem a atitude não geram o mesmo resultado se caso as três estivessem unidas.

Diante de tantas mudanças, a atitude pode fazer toda a diferença, como exemplo pode-se citar o caso em que a empresa esteja falindo e o seu gestor tem que ter a atitude e iniciativa de procurar alternativas para a resolução do problema. Barbalho (2007) classifica as competências essenciais para o profissional de informação, como:

- a) Competência intelectual
- b) Competência prática
- c) Competência interativa
- d) Competência social
- e) Competências éticas
- f) Competências estéticas

a) Competência intelectual: esta é identificada a partir do processo que o indivíduo tem para interpretar coisas, textos, imagens, e outros. É a maneira individual, jeito próprio de pensar nas coisas.

b) Competência prática: esta é adquirida com o passar do tempo, a medida em que se faz uma mesma atividade com frequência, isso vai fazer com que a atividade torne-se cada vez mais fácil e mostrar que o indivíduo realmente sabe fazer aquela atividade.

c) Competência interativa: é a capacidade de um indivíduo lidar com os demais colegas de um mesmo grupo, pode-se citar como exemplo: a família, o trabalho, o grupo de estudo, etc.

d) Competência Social: consiste na habilidade de aprender com os outros, ensina-los também, é o hábito de desenvolver a liderança em sociedade.

e) Competência ética: consiste em saber a diferença entre o bem e o mal, esta faz referência ao direito a vida, e do que estiver relacionado a cultura da sociedade.

f) Competência estética: saber fazer a diferença entre o que é bom e o que é ruim, saber distinguir isso como questões de valores.

Após entender-se os tipos de competências elencadas pela autora. Percebe-se a grande ligação destes conceitos com o conceito de competência, estes de alguma forma fazem referência a habilidade e conhecimento. Estudos têm mostrado a importância de se identificar e investir nestas competências.

3 CONCLUSÃO

Diante da relevância do assunto esplanada neste trabalho conclui-se que as organizações devem ter atenção voltada não só para as atualidades do mercado mas também para o capital intelectual de sua empresa.

Notou-se que a preocupação das empresas referente à competência começou a partir da Revolução Industrial, desde então o estudo vem sendo abordado cada vez mais.

O destaque no mercado consumidor é objetivo de qualquer empresa, assim ela deve focar seu diferencial na gestão de pessoas que fazem parte de sua empresa. A competência é fundamental no processo decisório, a forma de gerenciar as informações é que fazem a diferença entre uma empresa e outra.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Célia Regina Simonetti. **Gestão Baseada nas competências**. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/26.a.pdf>>. Acesso em: ago. 2007.

BEUREN, Ilse Maria et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria et al (Org.). **Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

BRANDÃO, Hugo Pena. GUIMARÃES, Tomás de Aquino. **Gestão de Competência e Gestão de Desempenho**: tecnologias distintas ou instrumentos de um mesmo constructo? Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/enanpad/1999/dwn/enanpad1999-rh-04.pdf>>. Acesso em: ago. 2007.

COMPETÊNCIA: dicionário da web. Disponível em:
<http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&defl=pt&q=define:COMPET%C3%80NCIA&sa=X&oi=glossary_definition&ct=title>.
Acesso em: set. 2007.

CUNHA, Patrícia Vasconcelos Boavista da. Estratégias de ensino mais utilizadas em Ciências Contábeis. **Revista brasileira de Contabilidade**. Brasília, DF, CFC, n. 148, jul./ago. 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistema de Informações Gerenciais**: estratégias, táticas, operacionais. São Paulo: Atlas, 2004.

AC 3: GESTÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA FACULDADE CHRISTUS

Aline Helena Trigueiro Evangelista⁴⁸; Cristina Castelo Branco Mourão de Andrade⁴⁹

RESUMO

Este artigo tem por finalidade encontrar formas de melhorar o processo educacional de Contabilidade da Faculdade Christus, para que o aluno tenha a capacidade de atender ao mercado de trabalho e as exigências do MEC. No ensino existem barreiras que atrapalham o processo educacional dentre elas está a motivação do aluno, então é necessário compreender o que é esta motivação, seus aspectos e tipos de classes, e o que deve ser feito para que o aluno torne-se um agente ativo. Logo é de suma importância entender que o aluno só irá aprender algo que lhe faça sentido. Um exemplo disso são as clássicas frases ditas por eles: “Pra quê vou estudar essa matéria, se ela não vai trazer-me contribuições futuras, pois não vou utilizá-la?”. É esse o tipo de pensamento que se pretende conhecer. Para isso utilizou-se pesquisa exploratória, bibliográfica, foram elaborados dois questionários a serem aplicados aos alunos e professores. Após fazer este estudo entende-se que a motivação não parte unicamente do aluno, mas principalmente do professor. Os aspectos essenciais de motivação mostram como o professor deve proceder para motivar seus alunos, as classes de motivação explicam como deve-se valorizar o que o aluno está estudando, e como o professor pode interferir no processo de ensino. Portanto este trabalho traz os métodos para serem aplicados em sala de aula. Então dada à importância do estudo deste assunto pretende-se colaborar com o ensino da contabilidade na Faculdade Christus e a satisfação dos professores e alunos quanto ao estudo da matéria.

Palavras-chave: Processo educacional. Capacidade. Motivação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade o estudo de aspectos do processo educacional em Contabilidade, bem como verificar sinônimos envolvidos na formação do aluno. Dentre os aspectos estudados descreve-se o perfil do aluno de ciências contábeis, os métodos utilizados pelos professores e métodos usados pelos alunos no processo de aprendizagem e os níveis motivacionais deste processo. Uma vez que é de suma importância estudar sobre o ensino da contabilidade, pois a cada dia o mercado consumidor torna-se mais exigente, são necessários contadores mais competentes, que saibam enxergar a solução de um problema com agilidade, capazes de processar informações fundamentais para o processo decisório dentro de uma empresa. Este tema foi abordado porque o pesquisador encontra-se inserido neste ambiente de ensino da contabilidade. Foi convivendo com colegas de sala de aula que notou a grande dificuldade que sua turma tem para compreender a disciplina.

Por tanto a problematização deste tema parte da seguinte pergunta: Como tornar o aluno um agente ativo no processo de aprendizagem?

Para isso parte-se do objetivo geral deste trabalho que é desenvolver pesquisa bibliográfica em um referencial teórico, e pesquisa utilizando como base questionários aplicados com os alunos do curso de Ciências Contábeis com o objetivo de conhecer as ferramentas e metodologias de ensino aplicadas para motivar os alunos. Em seguida parte-se para o objetivo específico que é estudar os métodos de ensino aplicados na gestão educacional dos cursos de graduação de Ciências Contábeis, conhecer os métodos de ensino aplicados no

⁴⁸ Aluna do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁴⁹ Professora Ms., Orientadora, Coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

curso de Ciências Contábeis da faculdade Christus, conhecer o nível de motivação dos alunos do Curso de Ciências Contábeis em relação ao processo ensino – aprendizagem dos alunos de ciências Contábeis da Faculdade Christus.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao estudar os aspectos envolvidos com o processo de ensino aprendizagem vê-se que as transformações sociais, econômicas e tecnológicas influenciam no mercado de trabalho e conseqüentemente exigem mais dos profissionais de Contabilidade. Estes profissionais estão se tornando colaboradores indispensáveis às entidades, por desenvolver todo o processo de tomada de decisão, desde a coleta de dados contábeis à elaboração de relatórios financeiros informativos e auxiliar na melhor tomada de decisões. Sendo assim os formandos de Contabilidade devem estar preparados para atenderem a essas mudanças. Vê-se necessário analisar com atenção aspectos de como deve ser direcionado o ensino de Contabilidade. Dessa forma Rollo e Pereira (2003, p. 50) ressaltam que:

O curso de ciências contábeis deve ter por objetivo a formação de profissionais capazes, não só de executar registros e processamento das informações nas organizações, mas também de gerir estas informações e tomar decisões estratégicas, visando conduzir a organização na busca de eficiência e eficácia em sua gestão. No ensino de ciências contábeis, é fundamental a construção do conhecimento dos educandos, principalmente por meio de estímulo ao questionamento à pesquisa, tendo por meta o fortalecimento do senso crítico.

Para atingir o conhecimento e o fortalecimento do senso crítico, existem barreiras que dentre elas está a motivação do aluno. Quando visualiza-se aspectos tais como: evasão escolar, desinteresse, uso de técnicas indevidas na confecção de provas, nos dias atuais não investe em si mesmo, faz-se apenas o mínimo, até que chegue a desistir. Assim o processo educacional não pode está baseado unicamente na imagem do professor, como conhecedor da matéria e responsável pela transmissão da matéria e conseqüentemente pela aprendizagem. Segundo Boruchovitch e Bzuneck (2001, p.13):

A motivação tornou-se um problema de ponta em educação, pela simples constatação de que, em paridade de outras condições, sua ausência representa queda de investimento pessoal de qualidade nas tarefas de aprendizagem. Alunos desmotivados estudam pouco ou nada e, conseqüentemente aprendem muito pouco.

Para tentar solucionar este problema utiliza-se de pesquisa bibliográfica e quantitativa, através de questionários que serão aplicados com os alunos com o objetivo de identificar as principais dificuldades relativas ao aprendizado, e serão aplicados também aos professores com o mesmo objetivo.

Dessa forma entende-se que para alcançar os objetivos deste trabalho, deve-se desenvolver o referencial teórico e o estudo de aspectos inerentes a motivação educacional.

Iniciar-se o estudo buscando o conceito de motivação e a seguir estudar-se também suas características. O conceito de motivação segundo o dicionário brasileiro (HOLANDA, 1978, p. 857), motivar é: “Dar motivo a; causar; determinar; ocasionar; expor os motivos; as razões de fundamentar”. O dicionário mostra que o termo motivar refere-se a forças que fazem com que o indivíduo se mova de um lugar a outro.

Levando-se em consideração a etimologia da palavra, o conceito de motivação segundo Bzuneck (2001, p. 9) é a de que:

Uma primeira idéia sobre motivação, normalmente aplicável a qualquer tipo de atividade humana, é fornecida pela própria origem etimológica da palavra, que vem do verbo latino *movere*, cujo tempo supino *motum* e o substantivo *motivum*. Do latim tardio, deram origem ao nosso termo semanticamente aproximado, que é o motivo. Assim, genericamente, a motivação, ou o motivo, é aquilo que move uma pessoa ou que põe em ação ou a faz mudar o curso.

Após estudar-se a etimologia da palavra motivação, para melhor compreensão da mesma faz-se necessário conhecer também o conceito segundo outros autores tais como Tapia e Fita (1999, p. 8) afirmam que:

[...] a motivação está ligada à interação dinâmica entre as características pessoais e os contextos em que as tarefas escolares se desenvolvem [...], dependem mais da iniciativa do professor e podem, conforme o caso, interferir, reforçar ou anular os padrões motivacionais dos alunos.

O que o autor quis dizer é que a motivação do aluno não depende unicamente do mesmo, mas depende principalmente da iniciativa do professor, que tem a possibilidade de interferir no processo educativo.

Primeiramente é de suma importância discernir a motivação do incentivo, pois ambos têm conceito semelhante, mas significados diferentes. O incentivo parte de uma pessoa para a outra, porém a motivação parte unicamente da própria pessoa. O desafio é estudar aspectos e características que tratem a motivação e o incentivo. Para isso é necessário estudar e compreender os aspectos essenciais e as classes de motivação educacionais. Para avaliar estes aspectos e classes de motivação é de suma importância entender que o aluno só irá realmente aprender algo que faça sentido para ele. Um bom exemplo são aquelas famosas frases ditas pelos alunos: “Pra quê eu vou estudar essa matéria, se ela não vai trazer contribuições futuras pra mim, pois não vou utilizá-la”? É esse o tipo de pensamento que através deste trabalho pretende-se conhecer. Sobre os aspectos essenciais de motivação, segundo Tapia e Fita (1999, p. 8) existem quatro:

- Começo da aula;
- A organização das atividades;
- A interação do professor com seus alunos, e;
- A avaliação da aprendizagem.

a. Começo da aula: dizem que para toda uma apresentação o apresentador possui apenas três minutos para cativar a platéia, portanto o professor deve incrementar o início da aula, para chamar/atrair a atenção do aluno, como por exemplo, falando da importância de estudar aquele assunto que será exposto, de que forma o conteúdo a ser explorado poderá ser utilizado na prática, aguçando assim a sua atenção.

b. A organização das atividades: o aluno que não se organiza pode ficar perdido em relação à matéria, pois além desse fator prejudicar o processo de aprendizagem existe outro que é a perda de tempo. O professor deve passar as atividades sempre de forma enumeradas em uma seqüência lógica e adequada, caso o aluno não possua alguma, ele mesmo sentirá falta da mesma. Com as atividades enumeradas e conseqüentemente organizadas, isso permitirá que o aluno possa avançar no seu processo de aprendizagem podendo ele partir do mais simples para o mais complexo. O professor também deve estar sempre reforçando a importância de ser organizado, e que isso influi não só nos estudos, mas também na vida profissional.

c. A interação do professor com os alunos: essa interação parte do pré-suposto de que se o aluno se sente bem, à vontade, com aquele professor, ele terá menos dificuldade em fazer perguntas que julgar serem sem valor. Para isso é necessário que o professor também esteja motivado, realmente interessado na aprendizagem do aluno. Isso facilita ao aluno se aproximar mais da matéria, passar a gostar e tenha o interesse em aprendê-la.

d. A avaliação da atividade: o aluno deve estar ciente do valor da atividade que está fazendo, cabe ao professor passar para o aluno esse valor, para que ele entenda a necessidade de aprendê-la, despertar no aluno curiosidades para acelerar o desenvolvimento da atividade.

Após entender os aspectos essenciais parte-se agora para as classes de motivação que estão relacionadas com os alunos. Segundo Tapia e Fita (1999, p. 78-79), existem quatro classes:

- A tarefa;
- Eu;
- Valorização social;
- Conquista de recompensas.

A motivação relacionada à tarefa é quando esta já desperta no aprendiz a conduta de aprendê-la, entendê-la, porém vale ressaltar que os diferentes estilos de aprendizado de cada aluno sejam respeitados individualmente. Tarefas muito simples, fáceis, complicadas, difíceis demais não despertam no aluno as condutas de interesse, de ação, ou seja, de motivação. É importante ressaltar que para que o aluno possa entender a forma de avaliar as tarefas, as notas de qualquer uma delas deve ter retorno para o mesmo, para que possa entender os métodos de avaliação que foram aplicados. Em relação ao Eu, está diretamente ligada à auto estima. Esta pode ser influenciada pelo professor, a partir do momento que ele passar a elogiar, dar atenção às conquistas dos alunos. A motivação da valorização social está associada à necessidade do reconhecimento do aprendiz perante os outros, em ser valorizado por alguém que o aprendiz admira. E a motivação através de conquista de recompensas, esta se assimila com a classe citada anteriormente, e a diferença é que a recompensa vai além do reconhecimento, ela tem valor material, ou seja, dinheiro, presentes e outros.

Após entender os aspectos essenciais e as classes de motivação pode-se agora citar o objetivo de motivar o aluno: fazer com que o aluno seja competente o necessário para atender as exigências do MEC e da Faculdade Christus. Para isso entendamos o conceito de competência.

Para Fleury e Fleury (2000, p. 21): “competência é agir de forma ciente, responsável, saber transferir conhecimentos, habilidades que agreguem valor ao indivíduo, ou seja, é a forma reconhecida de desenvolver determinada atividade que se valorize não só para o aluno, mas também para a organização”. Competência surge da absorção das informações no decorrer da vida escolar gerando conhecimento mais o desenvolvimento das habilidades pessoais.

Fleury e Fleury tratam a competência como a absorção de conhecimentos e habilidades, com isso torna-se oportuno conceituar ambos. Habilidade segundo o dicionário brasileiro (HOLANDA, 1978, p. 627) é: “a qualidade de hábil; inteligência; capacidade; pl. exercícios ginásticos de agilidade e destreza”. O que o dicionário diz é que ser hábil é aquele que atende aos requisitos e exigências necessários para produzir certo efeito jurídico (ter validade), ou seja, uma atividade com resultado eficaz. Segundo o mesmo dicionário brasileiro (HOLANDA, 1978, p. 314) conhecer é: “Ter noção de; ter relações com; avaliar; [...] mostrar o quanto é capaz; p. ter uma idéia da própria capacidade”. Isso significa que ter conhecimento é ter plena consciência do que se está fazendo.

A motivação depende também do processo educacional adotado pelo professor. Métodos de ensino são os tipos de processos educacionais utilizados em sala de aula, estes são classificados na seguinte ordem: a criatividade do professor em sala de aula, questionamento socrático, diário de sala de aula, exercício com demonstrações – tente você mesmo, trabalhos em grupo, visitas técnicas, seminários – apresentação oral, estudo de caso, jogos de empresa - exercício com empresas reais. Percebe-se a importância de estudar estes processos a partir do que afirma Andrade (2002, p. 56):

Os tradicionais métodos de ensino como a aula, onde expositiva, onde o professor prepara uma aula antes de ministrá-la, selecionando o conteúdo (quase sempre com base em livro-texto), com isso os alunos mantêm uma postura passiva de aprendizagem com necessidade memorizar conceitos, regras, definições e procedimentos sem entender o porquê disso.

Em relação ao método da criatividade do professor em sala de aula, primeiramente este deve conhecer seus alunos para melhor explorá-los e aplicar corretamente os métodos utilizados. Segundo Kraemer (2005, p. 75):

A criatividade do professor em sala de aula, o conhecimento adequado do conteúdo a ser ministrado e perfil de aluno colocado a mercê de sua sabedoria, são fatores que devem ser observados. Qualquer que seja a metodologia de ensino aplicada à contabilidade, o professor deverá sempre propiciar “a chama da motivação” do aluno acesa.

O questionamento socrático é aquele que leva o aluno a avaliar seus próprios conhecimentos, através de perguntas que o professor aplica para ativar o raciocínio dos

alunos. De acordo com Andrade (2002, p. 57) “este método aplicado no aprendizado da Contabilidade auxilia o aluno a entender e a responder à ambigüidade sob as diferentes ópticas da Ciência Contábil”.

Ao tratar de outro método aborda-se o diário de sala de aula é um método no qual cabe aos alunos, no final de cada aula, podem responder algumas perguntas e/ou elaborar um resumo de forma escrita, sobre o assunto abordado em sala de aula. Segundo Andrade (2002, p. 57) “a aplicação do método da escrita diária é uma oportunidade para o envolvimento dos alunos com a aprendizagem, é uma forma de conhecer o pensamento e obter uma resposta sobre o que os alunos aprenderam”. Dessa forma afirma Cunnigham (1999, p. 310) “[...] os alunos terão uma oportunidade de discutir o que eles aprenderam ou não e desenvolver questionamentos que eles ainda tenham sobre o assunto, sendo uma forma de eles refletirem sobre o assunto que eles recentemente estudaram”.

O método de exercícios com demonstrações tente você mesmo é a iniciativa do aluno para elaborar exercícios sobre o assunto abordado, esse exercício procura responder as dúvidas do aluno. É uma maneira de conhecer o nível de conhecimento de uma turma em relação à determinada matéria que segundo Cunningham (1999, p. 310) “é a forma do aluno solicitar seu conhecimento sobre como aplicar um assunto específico, criando e solucionando um exercício que foi feito anteriormente”.

Outro método de ensino é o trabalho desenvolvido em grupo estimula o debate, a troca de idéias entre os alunos que posteriormente tirarão as dúvidas que surgiram com o professor. Cita o autor Cunha (2004, p. 69-70) as principais vantagens dessa metodologia de ensino: “[...] benefícios da estratégia: mostrar aos alunos como é desenvolvido um trabalho de pesquisa científica, os benefícios alcançados por este desenvolvimento, o aluno vencer a timidez (por apresentar um seminário)”.

Dentre os métodos estudados têm-se as visitas técnicas são visitas externas da faculdade, onde o aluno supervisionado pelo professor faz visitas a outras empresas, no sentido de poder senti a realidade mais próxima dele. Segundo Cunha (2004, p. 72) em relação ao método de visita: “Nela os acadêmicos conhecem o processo industrial do início ao fim, observam a formação de custos, a classificação dos componentes e formas de rateio”. O que o autor quis dizer é que o aluno vê em prática o que aprendeu em sala de aula podendo entender com mais facilidade como é que realmente funciona.

Sobre o método de seminário Marion et al (1999, p. 50), comenta que: “muitas vezes, o aluno não gosta deste método. Ele tem a impressão que trabalha muito e o professor pouco”, daí o professor deve mostrar as vantagens deste método para o aluno, que terá que exercita-lo muitas vezes na sua vida profissional. O autor trata da questão do aluno alegar que não tem tempo para desenvolver este tipo de trabalho e que para isso ser possível o professor deve convencê-lo.

Sobre o método do seminário de estudo de caso, cita a autora Kraemer (2005, p. 74) que “o professor deve transmitir conhecimento, apresentar um assunto de forma organizada, introduzir os alunos em determinado assunto, transmitir experiências e observações pessoais e sintética ou concluir uma unidade de ensino ou um curso”. Nesse caso o autor fala da necessidade do aluno saber que está lidando com fatos reais.

Ao tratar de fatos reais, jogos de empresas são jogos que aproximam bastante os alunos as matérias, exigem o raciocínio rápido e correto dos professores. Afirma Andrade (2000, p. 59): “[...] quanto a utilização dessa metodologia de ensino aplicada a Contabilidade, verifica-se que permite ao aluno tomar decisões, utilizando-se de empresas virtuais e mantendo relacionamento com outras formadas de outros grupos de alunos”. Através deste conceito o autor mostra que o aluno de identifica como parte da empresa e que além de aprender a tomar importantes decisões aprenderá também a relacionar-se com outras empresas.

Diante do que já fora estudado sobre a motivação do aluno: aspectos essenciais que dependem o professor, as classes de motivação do aluno que são os fatores que o levam a estudar, parte-se agora para o estudo dos métodos para que o aluno continue estudando. Devido a uma carência na qualidade do ensino médio no Brasil, grande parte dos alunos que

ingressam na faculdade não sabem como estudar, não sabem ler (compreender) um texto, e isso faz com que os mesmos desistam de estudar determinados assuntos. Para que o aluno possa alcançar a cognição é necessário que o mesmo aplique tecnologias de estudos para poder avançar e com isso sentir-se mais motivado. Baseado nas obras de Hubbard aponta-se algumas tecnologias de estudo, que aplicados de forma correta despertarão os interesses do aluno. Primeiramente estudar as barreiras de estudo para posteriormente mostrar a metodologia de absorção de conhecimento (clarificação das palavras).

As barreiras ao estudo a serem exploradas são fatores que impedem que o processo de estudo (pesquisa) continue estas estão divididas em três, sendo elas: a ausência de massa, um gradiente íngreme demais e a palavra mal entendida.

A ausência da massa é o que acontece quando o aluno estuda determinado assunto sem nunca estar próximo dos objetos concretos ou nunca ter ouvido falar nos mesmos. Segundo

Hubbard (2001, p. 6): “Não ter massa do que se está estudando pode fazer com que o estudante se sinta encurvado, com tontura, morto, chateado e exasperado. A página impressa não é um substituto para a massa real”. Para entender o que o autor disse segue o exemplo: ensinar um aluno de Ciências Contábeis a constituir uma empresa, o professor dirá os documentos e processos necessários para fazê-lo, mas se o aluno nunca pegou em um destes documentos, sentirá dificuldades para entendê-los e compreender as suas reais funções. Sendo assim, o aluno vai apenas decorar o que é necessário para fazer a avaliação (teste). Isso trará um prejuízo na vida profissional, pois o formando se sentirá perdido ao aplicar na prática o que ele aprendeu na faculdade, daí surge os maus profissionais ou mais conhecidos como diplomados incompetentes. O que deve ser feito para que isso não aconteça é substituir a massa (objeto estudado) por gravuras ou massas, para que visualizando o aluno possa imaginar e compreender o significado do estudo. Segundo Hubbard (2001, p. 7):

De modo a proporcionar massa, uma pessoa faria um “kit de demonstração”. Um demo kit, tal como é chamado, é composto de diferentes objetos pequenos, tais como rolhas, tampas cliques, tampas de esferográficas, elásticos, etc. Um estudante pode usar um kit de demonstração para representar as coisas que está estudando e ajudá-lo a compreender conceitos.

Esse demo kit (kit de objetos pequenos para representar objetos grandes) podem ser gravuras, no caso do exemplo citado anteriormente da constituição da empresa, se o aluno tiver os formulários em mãos ele vai aprender a reconhecer-los, entendê-lo se consequentemente ele aprenderá ao invés de decorar.

A segunda barreira é um gradiente íngreme demais, esta é a barreira que impede que se aprenda determinado assunto por este está muito acima do nível do aluno e não ter instrumentos auxiliares, ou seja, aumenta a dificuldade de compreensão. Segundo Hubbard (2001, p. 13):

O remédio para um gradiente íngreme demais é reduzir o gradiente. Averigüe quando é que a pessoa não está confusa sobre aquilo que estava estudando e depois descubra que nova ação ela empreendeu. Averigüe o que ela julgou ter compreendido bem logo antes de se confundir totalmente.

Um bom exemplo para compreendermos a citação do autor é quando o aluno de Ciências Contábeis elabora um balanço patrimonial e os resultados não batem. O aluno pensa que fez tudo certo e não sabe onde errou, para isso é necessário começar os lançamentos, quando notar-se que em um lançamento ele sentiu dificuldade é porque ele não compreendeu a natureza das contas. Com isso se o aluno não compreende corretamente a natureza das contas ele terá um gradiente íngreme demais, o estudo dessas naturezas auxiliará o aluno na elaboração do balanço patrimonial e se aproximar mais do resultado correto.

A terceira barreira e mais importante é a palavra mal entendida. Esta ocorre quando o aluno está fazendo a leitura de um texto e se depara com uma palavra que ele não compreende o significado e mesmo assim o aluno prossegue com a leitura, independente do que ele ler após a palavra mal entendida ela não compreenderá o que leu. Com isso o aluno terá a sensação de que não leu nada, pois nada compreendeu. Se o mesmo não procura esclarecer o

texto conseqüentemente perderá o interesse pelo assunto até que chegue a desistir. Dessa forma cita Hubbard (2001, p. 17):

Uma pessoa muitas vezes começa a estudar um tema novo com muito entusiasmo. No entanto, se ela acumula palavras mal entendidas, o eu interesse diminui. Se não as descobre e não as define, perderá totalmente o interesse e abandonará o tema.
Chama-se isto uma deserção

Para evitar essas palavras em branco, mal entendidas, passa-se para o estudo do processo de clarificação de palavras. Este consiste em o aluno não deixar que palavras mal entendidas e ele passe adiante com a leitura sem compreendê-la. Quando o aluno se encontrar nesta situação deve ter em mãos um bom dicionário e consultar o significado daquela palavra, e ao encontrá-la formar diferentes frases com a mesma palavra para melhor compreendê-la. Se ao consulta o significado de uma palavra e nesta houver outra que não entende-se, deve-se clarificá-la também. Segundo Hubbard (2001, p. 19): “Se uma pessoa encontra uma dificuldade com o que está lendo haverá uma palavra mal entendida anterior no seu texto. Deve-se voltar atrás e localizar a palavra. Quando procura a palavra num dicionário e a define a dificuldade se desvanece e ela pode progredir”. Essa clarificação de palavras também pode ser feita através de leitura em voz alta, se ao ler um texto nota-se que ele teve dificuldade em pronunciar uma palavra ou simplesmente não a leu, encontra-se aí uma palavra mal entendida, então deve-se fazer a clarificação da mesma.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia aplicada foi pesquisa exploratória, bibliográfica. Sabe-se que o estudo bibliográfico é indispensável a qualquer estudo, desta forma utilizou-se de estudo bibliográfico durante todo o período de pesquisa. A respeito dessa metodologia Beuren (2004, p. 86) explica que “por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente”. Esta pesquisa foi baseada em livros, artigos, pareceres e resoluções, as duas últimas foram mais utilizadas no projeto e o autor principal é José Carlos Marion e seu livro O Ensino da Contabilidade de 1996.

4 CONCLUSÃO

Diante do que fora estudado neste artigo, entende-se que a motivação é um fator muito importante para o aprendizado em sala de aula. Essa motivação na maioria das vezes depende unicamente do professor.

Os aspectos essenciais de motivação mostram que o professor deve investir no começo da aula, dando atenção ao foco da matéria. O professor deve mostrar aos alunos a organização das atividades, como ele deve interagir com os alunos e como é que eles avaliam o próprio aprendizado.

Diante do que já fora explanado sabe-se que o professor é responsável pela motivação do aluno e que existem formas aplicá-la em sala de aula. Assim sendo o professor tem em mãos todas as “ferramentas” necessárias para ter alunos motivados. Espera-se que este trabalho tenha colaborado no ensino da Contabilidade na Faculdade Christus.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Cristina Castelo Branco Mourão de. **Gestão do Processo de Educação em Contabilidade – Estudo comparativo entre normas do Parecer Câmara de Educação Superior (CES) / Conselho Nacional de Educação (CNE) 149/2002 do Ministério da Educação (MEC) e os Pronunciamentos da IEG 9 International Federation of Accountants (IFAC) 2002.** Dissertação (Mestrado). São Paulo, 2002.

- BORUCHOVITCH, Evely; BZUNECK, José Aloyse (Org.). **A motivação do aluno. Contribuições da psicologia contemporânea**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.
- BEUREN, Ilse Maria et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. In: BEUREN, Ilse Maria et al (Org.). **Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 10**, de 16 de dezembro de 2004.
- BRASIL. Ministério da Cultura. **Parecer 146/2002**.
- CUNHA, Patrícia Vasconcelos Boavistada. Estratégias de ensino mais utilizadas em Ciências Contábeis. **Revista brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, CFC, n. 148, jul./ago. 2004.
- CUNNINGHAM, Bille M. Energizing your teaching: a view from deep in the teacher. **Accounting Education**, Sarasota, v. 14, n. 2, p. 307-321, maio 1999.
- FLEURY, Afonso; FLEURY, Maria Tereza Leme. **Estratégias Empresariais e Formação de Competências**. Um Quebra Cabeça Caleidoscópico da Indústria Brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de (Superv.). **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Assistência de José Batista da Luz. Rio de Janeiro: RRP, 1978.
- HUBBARD, L. Ron. **A tecnologia de estudo**. Los Angeles: Bridge, 2001.
- KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. Reflexões sobre o ensino da Contabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, CFC, n. 153, maio/jun. 2005.
- MARION, José Carlos. **O Ensino da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1996.
- ROLLO, Lúcia Fransolin; PEREIRA, Anísio Cândido. Análise do processo educacional contábil sob o prisma de seus elementos de maior relevância. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, CFC, n. 142, jul./ago. 2003.
- TAPIA, Jesús Alonso; FITA, Enrique Cártula. **A motivação em sala de aula**. São Paulo: Loyola, 1999.

AC 4: PERFIL DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Aline Helena Trigueiro Evangelista⁵⁰; Francisco Marcos Martins Chaves⁵¹; José Maria Tavares Filho⁵²; Flávia Roberta Bruno Teixeira⁵³

RESUMO

Nos dias de hoje sabe-se que toda profissão tem que ter seu estudo e desenvolvimento para adequar-se aos requisitos da “era da informação”, assim quem for detentor desta, sempre terá um lugar de destaque no mercado de trabalho. Contudo o contabilista tem como uma de suas maiores responsabilidades a geração de informações de todas as operações realizadas em uma empresa, bem como mostrar se as suas decisões tomadas foram adequadas ou não, precisa estar preparado para atender as necessidades atuais da economia, cada vez mais globalizadas, precisa ficar atento as freqüentes mudanças na legislação, e está sempre voltado para o crescimento profissional e da entidade. Dessa forma nota-se que é indispensável ao contabilista atualizar-se em todos os aspectos profissionais, desde a sua educação, que é o principal agente e a chave para a valorização profissional até o marketing pessoal, no qual a satisfação do cliente é o foco principal. Este artigo busca evidenciar o desenvolvimento do perfil do contador, enumerar sua verdadeira função dentro de uma empresa e da sociedade, esclarecer e justificar o quanto é importante a evolução da sua profissão, identificar o seus comportamentos, e o desenvolvimento de sua carreira, para que ele possa melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos seus clientes. Agindo assim todos têm a ganhar pois o contador estará melhor preparado na realização de suas atividades, o cliente estará satisfeito com a qualidade dos serviços prestados. Dessa forma pretende-se contribuir para uma maior valorização do profissional contábil para si e para a sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Marketing. Valorização profissional.

1 INTRODUÇÃO

O Contabilista tem a responsabilidade da geração de informações de todas as operações realizadas em uma empresa e também deve mostrar quais decisões devem ser tomadas no ambiente econômico, preparando a empresa para atender às necessidades atuais de uma economia cada vez mais globalizada. Estrategicamente, este deve estar atento aos componentes do marketing na prestação de serviços, onde o cliente é o ponto almejado, não basta prestar um bom serviço, os profissionais devem proporcionar ao cliente a assessoria necessária para que este venha a usufruir de toda a potencialidade do serviço que lhe foi prestado, proporcionando uma satisfação plena. Dessa forma o profissional também deve atentar-se para outros requisitos que lhe são impostos pelo mercado, é preciso ter o discernimento dos avanços tecnológicos, da postura junto à sociedade, da formação ética e profissional e das habilidades necessárias para o desenvolvimento da sua carreira.

Antes se pensava que após concluir a graduação, o profissional já teria vantagem competitiva no mercado de trabalho, hoje sabemos que isso não basta, o profissional necessita ter características “multiprofissionais”.

A grande mudança desta era é sem dúvida o avanço tecnológico, com isso têm-se informações a disposição a todo o momento e em velocidades jamais vista. Para o contador isso se transmite de varias formas: o controle em tempo ágil, decisões quase em tempo real, e informações que são concretas, seguras e atuais. Alguns contadores são tomados de surpresa

⁵⁰ Aluna do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁵¹ Aluno do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁵² Aluno do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁵³ Professora, Orientadora.

pela constatação de suas limitações no desempenho de seu papel, percebidos da carência de domínio profissional e mais uma vez a falta de qualificação e atualização constante, e por isso é importante está atento às mudanças tecnológicas, hoje quase que instantâneas que são os softwares os programas contábeis que estão sempre sendo atualizados. Percebe-se que realmente o avanço tecnológico torna o contabilista um gestor de informações, sempre ligado aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Diante dessas transformações nota-se a relevante importância de ter o pleno domínio desses novos recursos de geração de informação. Assim Marion (2003) comenta:

Os contadores, no Brasil, precisam modificar urgentemente, o seu comportamento e atuação no contexto da vida nacional. A característica primordial que a nossa classe apresenta é a de ser composta por profissionais introvertidos, acanhados, e, porque não dizê-lo, avessos a qualquer projeção ou exposição maior.

Hoje todo profissional deve-se utilizar do marketing pessoal, o contador não foge a regra. O marketing não se restringe apenas a venda ou publicidade, mas abrange toda a postura do contador na administração de mercados, observando suas necessidades e devolvendo com serviços de qualidade, e dessa forma satisfazendo os anseios do cliente.

Além de prestar informações de tomadas de decisões deve também cativar o cliente, o contador deve-se valorizar ao máximo deixando claro sua intangibilidade, e o seu nome profissional, pois o maior ponto de nossa profissão é a indicação do cliente.

É de suma importância que o profissional conscientize-se de que não basta apenas prestar um serviço de qualidade, deve-se proporcionar uma assessoria contábil clara e objetiva, mostrando a potencialidade nos serviços prestados. Atualmente o contador deve ser extremamente comunicativo e carismático, existe a necessidade das relações humanas, o contador deve está atento a essa nova realidade de inter-relacionamento no qual o tratamento e a aparência tornam um grande referencial.

Cada profissão é regida por normas de conduta que conduzem os profissionais de uma classe a exercer suas atividades com honestidade e diligência. Ética profissional então seriam as normas que regem o relacionamento do profissional com os colegas de profissão e clientes, além da sociedade, pois cada profissional possui responsabilidades individuais e responsabilidades sociais, visto que envolvem pessoas que se beneficiam delas. Ser ético é um dos caminhos para investir na própria carreira profissional, esta qualidade desperta na sociedade um reconhecimento e conseqüentemente um ótima propaganda de si mesmo.

Vale salientar que o profissional deve diferenciar alguns pontos como concorrência e ética, é claro que em todas as classes comerciais, inclusive na prestação de serviços existe a concorrência, isso é natural em qualquer ramo ou atividade, agora a falta de ética torna-se inadmissível. É sabido que em todas as profissões existem pessoas a crescer profissionalmente a todo custo, mais se deve ter a consciência da ética, valores e cultura, todo individuo deve ter consciência de suas responsabilidades econômicas, legais e éticas, então o profissional contábil deve exercer com ética as atribuições e prerrogativas que lhe são prescritas através do Código de ética editado pelo CFC, assim como, desenvolver uma consciência voltada a atender as responsabilidades sociais.

Diante do que já fora citado nota-se que a ética é realmente um fator indispensável para trabalhar na sociedade, para dá exemplo á classe de profissionais, para se destacar diante dos demais colegas.

Nos dias de hoje é notável que o perfil do contador é de um anti-ético, sonegador de impostos, em fim um corrupto. Este quadro tem que mudar, e a melhor maneira é através da ética, pois ela borda as doutrinas que justificam e auxiliam o comportamento do homem em sociedade durante várias épocas. Identifica-se a necessidade de conhecimento e o seguimento do Código de Ética, pois o profissional necessita disso para que no desempenho de suas atividades não venha cometer infrações e ferir os princípios éticos que guiam a profissão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante da volatilidade das informações, o estudo do perfil do profissional contábil propõe-se a responder os seguintes questionamentos: será que o contabilista está preparado para atender a estas mudanças geradas pela globalização? O que deve ser feito para que os profissionais não fiquem para trás? Este artigo visa analisar o perfil do profissional contábil abordando temas diversos como o marketing pessoal, a valorização da profissão, a formação profissional, a ética e o comportamento do contabilista junto à sociedade e seus clientes.

Segundo Marion (2003), em primeiro lugar, é preciso entender que a imagem dessa profissão no Brasil ou em países subdesenvolvidos (ou em desenvolvimento) está muito distante da imagem nos países desenvolvidos. A certificação do contador na Inglaterra é dada pela rainha. Nos Estados Unidos, se você perguntar qual a vocação que alguém quer para seu filho, aparecem as profissões de médico, advogado e contador. Em alguns estados americanos o contador é o mais bem remunerado entre as profissões liberais. Nesta os auditores são uma classe privilegiada, ganham uma fortuna, jogam golfe e são muito respeitados. Isto acontece também em outros países desenvolvidos.

Diante deste quadro sensivelmente favorável, alguns aspectos preponderantes deveriam ser considerados no *planejamento profissional*. É comum ouvir dizer hoje que “o emprego duradouro está perto do fim”; fala-se muito dentro da profissão contábil, sobre administração de conflitos (em poucas profissões vamos encontrar tantos conflitos como na de contador), sobre inteligência emocional, empatia, facilidade em se relacionar com outras pessoas.

No que tange à nova tendência do fim do emprego duradouro, o profissional contábil é levado a “administrar sua própria carreira”. Requer o fato de estar atento para as oportunidades de mercado, descobrir os nichos existentes e investir em marketing pessoal (muito mal zelado pelos profissionais contábeis).

De certa maneira, o profissional contábil, aquele que presta serviços para terceiros por meio de uma infra-estrutura pessoal ou de um escritório, já vem fazendo isto: sai de casa o patrão único e surgem diversos clientes. Entende-se, de maneira geral, que isto tem sido feito de forma amadorística, sem investimento em marketing para garantir uma “boa marca”.

Para melhorar o marketing pessoal deveria se pensar em ser seu próprio executivo-chefe. As pessoas físicas (os profissionais liberais) são um tipo de empresa e precisam ter sua marca. Precisam de marketing pessoal para fazer negócios, pois têm os agentes livres que a profissão e a economia lhes proporciona, têm as chances de se destacarem, terem uma marca registrada.

Não são só os produtos que se vendem pela marca, os serviços também assim são feitos. Quando se tem um caso grave de saúde, procura-se um médico de nome renomado; na área jurídica busca-se um advogado de também de nome renomado; para uma auditoria ou avaliação de uma empresa, um nome conhecido é mais uma vez indispensável. É interessante que o patrimônio físico, o ativo tangível, parece já não ter peso como alguns anos atrás, surgindo o intangível, principalmente a marca, como ponto fundamental.

É preciso definir exatamente a área de ação, a especialidade, criar uma mensagem e uma estratégia para promover a marca pessoal. Destacar cuidadosamente o que o seu serviço se diferencia dos outros. A marca deve encantar ao cliente, deve ficar claro qual o benefício que ele terá. O prestador de serviço deverá acrescentar valor mensurável para seu cliente. As pessoas e principalmente os colegas de profissão deverão elogiar-se, e o marketing boca a boca estará iniciado.

Por fim, se conclui que as perspectivas da profissão realmente são extraordinárias, mas nada vai acontecer sem um “planejamento adequado”. Nos dias que seguem, as empresas serão vistas como clientes (ou, quem sabe, parceiras); os profissionais como fornecedores de serviços, exigindo-se por parte destas diversas ênfases tais como: competência, profissionalismo, inteligência emocional e marketing pessoal (ver o mundo como um mercado e as pessoas em volta como clientes).

Thomé (2001, p. 38) afirma que: “a formação profissional deve ter sua base principal na área contábil subsidiada por sólidos conhecimentos no campo do Direito e nas áreas de Administração, Economia e Finanças”.

Esse conjunto de conhecimentos de áreas afins é importante quando pretendemos atuar como consultores de nossos clientes. Já fora mencionado anteriormente, a condição do profissional como “clínico geral” das empresas que presta-se serviços e das empresas das quais é sócio. Geralmente, os contabilistas são os primeiros a serem consultados quando os clientes precisam de orientação como empresários, porém nem sempre o assunto é de competência do profissional.

A atualização permanente é uma necessidade em quase todas as profissões, em alguns países, ela é obrigatória e quem não cumpre certa carga horário de atualização não tem seu registro ou licença profissional renovado. São muitas as fontes onde o empresário contábil deve buscar a atualização.

Conclui-se que a especialização, parcial ou completa, quando atinge seus objetivos é uma opção rentável para os profissionais, porém a especialização não é uma ocorrência que dependa somente da vontade do contabilista, circunstâncias diversas concorrem para que ela aconteça ou não. Nada se perde buscando atingi-la, como nada se ganha em não tentar.

Segundo Figueiredo e Fabri (2002), o profissional da contabilidade, além dos conhecimentos técnicos necessários ao desempenho da atividade, deve conhecer o ambiente interno e externo das organizações, e suas relações de comportamento humano, social e econômico devem ser conscientes e responsáveis, pois as informações emanadas pela contabilidade impactam profundamente a vida econômica e social do país, haja vista as novas formas de expressão da informação contábil, como o Balanço Social e o Passivo Ambiental.

Deverá estar capacitado plenamente para o domínio da linguagem dos negócios, pois é o responsável pelo ambiente de geração de informações fundamentais ao processo decisório/estratégico das organizações. Caracteriza-se como um profissional crítico, ético e lúcido, solidamente capacitado para planejar, organizar, liderar e dirigir as atividades de controle do gerenciamento contábil das empresas.

Considerando a necessidade de adequação à realidade sócio, política e econômica atual, as perspectivas de mudanças e futuras oportunidades profissionais, deverão estar aptas a:

- exercer, com habilidade de cidadão digno, responsabilidade social, valorizando-se profissionalmente pela qualidade do serviço oferecido.
- contribuir para o desenvolvimento das ciências contábeis tanto no ambiente profissional, quando no desenvolvimento de bases conceituais alternativas e otimizadas.
- adaptar-se aos novos desafios profissionais, desenvolvendo os seguintes requisitos: competência, visão do futuro, flexibilidade, ética, capacidade de adaptação às necessidades gerenciais das organizações sob sua responsabilidade, capacidade de abertura às novas oportunidades advindas com a globalização, sem perder de vista as realidades e riquezas regionais.

Segundo Silva (2000), o mercado atual requer modernidade, criatividade, novas tecnologias, novos conhecimentos e mudanças urgentes na visão através dos paradigmas, impondo, com isso, um desafio: o de continuar competindo.

Segundo Nasi (2004), o contador deve estar no centro e na liderança deste processo, pois, do contrário, seu lugar vai ser ocupado por outro profissional. O contador deve saber comunicar-se com as outras áreas da empresa para tanto, não pode ficar com os conhecimentos restritos aos temas contábeis e fiscais. O contador deve ter formação cultural acima da média, inteirando-se do que aconteceu ao seu redor, na sua comunidade, no seu Estado, no país e no mundo. O contador deve participar de eventos destinados à sua permanente atualização profissional. O contador deve estar consciente de sua responsabilidade social e profissional.

Nalili (1999) diz: “a ética é algo que cada indivíduo tem, seus objetivos próprios, suas leis, seus conceitos sobre determinado assunto, já a moral, as leis são aquelas decretadas pela sociedade, tem que seguir um parâmetro que a sociedade determina”.

Segundo Motta (1984) a ética baseia-se em uma filosofia de valores compatíveis com a natureza e o fim de todo ser humano, por isso, “o agir” da pessoa humana está condicionado a duas premissas consideradas básicas pela Ética: “o que é” o homem e “para que vive”, logo

toda capacitação científica ou técnica precisa estar em conexão com os princípios essenciais da Ética

Segundo Fortes (2000) os contabilistas, como classe profissional, caracterizam-se pela natureza e homogeneidade do trabalho executado, pelo tipo e características do conhecimento, habilidades técnicas e habilitação legal exigidos para o seu exercício da atividade contábil. Portanto, os profissionais da contabilidade representam um grupo específico com especialização no conhecimento da sua área, sendo uma força viva na sociedade, vinculada a uma grande responsabilidade econômica e social, sobretudo na mensuração, controle e gestão do patrimônio das pessoas e entidades.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa é qualitativa, usando métodos exploratórios, partindo de um referencial teórico de livros, revistas, periódicos e textos na internet que tratam do tema. A partir de pesquisas, a bibliográfica, pretende-se estabelecer o perfil do profissional contábil.

As pesquisas bibliográficas servirão como base de todo o processo de pesquisa, sendo a principal fonte os fatos em livros, mídia escrita e sites da internet.

A pesquisa bibliográfica exploratória é fundamental para o desenvolvimento do trabalho, e sustentação das informações. Sabe-se que não deve-se utilizar apenas deste tipo de pesquisa, mas sim de todos os métodos disponíveis para poder levantar de forma sustentável todas as informações necessárias. Acerca disso Beuren (2004, p. 87) relata que:

[...] esse tipo de pesquisa constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como os outros tipos de pesquisa, haja vista que é por meio dela que tomamos conhecimento sobre a produção científica existente.

4 CONCLUSÃO

O profissional contábil brasileiro ainda está muito preso a focar suas atenções num único usuário da informação contábil que é o governo, por meio de controle de tributos, embora se observe uma mudança de postura nos últimos anos, focando uma contabilidade de caráter mais gerencial.

Por outro lado, nota-se também uma melhoria na capacitação, principalmente com o acesso de muitos contabilistas aos cursos de Ciências Contábeis, algo que certamente interfere na melhoria da qualidade de seus serviços prestados.

Existem ainda grandes desafios, sobretudo no desenvolvimento de atitudes pro-ativas do contabilista, na melhoria em sua forma de se expressão e na conquista da confiança integral dos clientes, mas nota-se que tais objetivos estão muito mais próximos atualmente do que em tempos passados.

REFERÊNCIAS

FIGUEIREDO, Sandra; FABRI, Pedro Ernesto Fabri. **Gestão de Empresa Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2000.

FORTES, Jose Carlos. **Ética e responsabilidade profissional do contabilista**. Fortaleza: Fortes, 2002.

MARION, José Carlos. **Preparando-se para a Profissão do Futuro**. Disponível em: <<http://www.marion.pro.br/portal/modules/wfsection/article.php?articleid=9>>. Acesso em: jan. 2005.

MOTTA, Nair de Souza. **Ética e vida profissional**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural, 1984.

MARION, José Carlos; MULLER, Aderbal Nicolas. **Qual o futuro da contabilidade na nova economia**. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=270>. Acesso em: dez. 2003.

NASI, Antônio Carlos. A Contabilidade como Instrumento de Informações, Decisão e Controle da Gestão. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, ano 23, n. 77, abr./jun. 1994.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

ROCHA, Luiz Osvaldo Leal da. **Organização e Métodos**: uma abordagem prática. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

SILVA, Tânia Moura. Currículo Flexível, Evolução e Competência. **Revista Brasileira de Contabilidade do CFC**, Brasília, DF, ano 29, n. 121, p. 23-27, jan./fev. 2000.

THOMÉ, Irineu. **Empresas de Serviços Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2001.

AC 5: A VULNERABILIDADE DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL E POSSÍVEIS AÇÕES PREVENTIVAS

Antonia de Maria Machado Silveira⁵⁴; Carlos Adriano S. Gomes⁵⁵

RESUMO

Por ser o Sistema de Informação Contábil (SIC) um sistema das empresas para onde converge todo o fluxo de informações de cunho econômico e financeiro, importantes para processar a real situação patrimonial, pode-se imaginar que este sistema possa ser o foco de interesse de roubos, enganos e dissimulações que possam proporcionar vantagens monetárias indevidas a indivíduos que têm a coragem para a prática de atos ilícitos. Neste estudo, procura-se identificar os pontos vulneráveis do SIC através do conhecimento das normas e legislação contábil de fraudes e erros na contabilidade e das práticas mais comuns de lesões danosas praticadas. À partir daí, verificar quais ações e medidas preventivas podem ser instituídas pelos administradores e dirigentes das corporações. Busca-se através da experiência de casos e escândalos financeiros ocorridos no passado, conhecer as medidas de procedimentos contábeis instituídas e correlacionar com a nossa legislação contábil em vigor.

Palavras-chave: Sistema de Informação Contábil. Ações fraudulentas. Mecanismos de prevenção.

1 INTRODUÇÃO

Ainda, nos dias de hoje, é comum e recorrente a discussão do assunto sobre as ocorrências de fraudes nas empresas. Os mais recentes escândalos ocorridos ao longo do mundo, com certeza corroboraram para o interesse no estudo desta temática. Pode-se citar os casos nos E.U.A., da Enron, Global Crossing, Tyco, Xerox, WorldCom e Merck; na Europa, precisamente na Itália, o caso da Parmalat; e, no Brasil, verifica-se as ocorrências do Banco Nacional, Banco Bamerindus, Banco Econômico, Mesbla e Bombril. Portanto, o problema que motiva esta pesquisa é responder ao seguinte questionamento: Quais as formas mais comuns, as causas e freqüências destas contravenções; e quais as medidas e ações que possam preventivamente inibir estas ocorrências maléficas.

Procura-se neste artigo identificar os tipos mais freqüentes de ações fraudulentas ao Sistema Contábil das empresas brasileiras, buscando apontar alguns mecanismos de controle preventivos. Busca-se ainda, analisar a evolução e a eficiência destes mecanismos de controle contra fraudes e pontuar o papel do profissional de contabilidade na defesa do patrimônio das entidades jurídicas diante dos seus proprietários, acionistas, funcionários, e até diante da sociedade, como proteção contra a sonegação e evasão fiscal, o que muito prejudica a economia nacional.

Nos Estados Unidos, muito já se estudou a dinâmica de crises econômicas do passado, como dos mais recentes casos de fraudes que lá ocorreram, resultando em medidas rigorosas punitivas e preventivas. Já no Brasil, pouco se tem buscado o conhecimento pormenorizado das causas, dos detalhes e da dinâmica dos escândalos financeiros, da quebra e da insolvência de algumas empresas, o que se verificou pelas poucas informações na pesquisa bibliográfica e informativa nos meio de comunicação.

A metodologia que se cumpriu para a elaboração deste artigo foi a pesquisa e revisão bibliográfica acerca dos sistemas de informações, controles internos, auditoria e perícia contábil nas empresas, para assim, chegar ao conhecimento sobre o assunto de “fraudes contábeis”. Também, pelos artigos publicados em revistas e disponíveis na Internet, buscar levantar informações possíveis e detalhadas dos escândalos financeiros em outros países e de

⁵⁴ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁵⁵ Professor, Orientador.

algumas empresas brasileiras. Por fim, será mostrado um comparativo das medidas preventivas americanas com os dispositivos existentes no nosso sistema de contabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Inserida no contexto empresarial a contabilidade revela-se com a função de acompanhamento e controle, através da escrituração contábil, ou seja, o lançamento dos eventos econômicos ocorridos na rotina da empresa. Uma escrituração precisa e confiável, fornecerá subsídios para um bom planejamento gerencial, potencializando e dinamizando o processo de gestão e decisório.

. Para que, cientificamente a contabilidade cumpra o seu papel de gestão das movimentações econômica-financeira empresariais, ela se torna dentro do sistema aberto, que propriamente ela é, e também da empresa, a catalisadora de todas as informações de seu interesse, advindas de todos os outros subsistemas. Assim, os gestores poderão buscar com mais segurança o cumprindo precípuo da atividade empreendedora, que a satisfação de lucros para todos os interessados e a sua manutenção contínua como entidade empresarial.

O Sistema de Informação Contábil tem assim, uma importância vital nas empresas, pois à partir dele é que se tem um entendimento da real situação econômico-financeira destas entidades e as suas possibilidades de expansão e crescimento. Portanto, as informações contábeis interessam aos usuários internos, sejam proprietários, acionistas, diretores e funcionários, como para os usuários externos, como governo, bancos, pretensos investidores e concorrentes. Por este motivo, este sistema se torna o foco de ações fraudulentas com intuito precípuo de obtenção de vantagem financeira de pessoas inescrupulosas e sem ética profissional ou corporativa.

Numa retrospectiva até o início da utilização da contabilidade, já se verificava a inobservância aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, percebendo-se inconsistências ou falta de transparência nos registros das movimentações nos livros contábeis e relatórios apresentados. Mesmo que, regras, normas e princípios foram sendo instituídas com a evolução da contabilidade através do tempo.

É importante pontuarmos a diferenciação entre fraude e erro. Segundo a NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente da Demonstrações Contábeis (CFC, 2006), a fraude é o ato intencional de omissão e manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis, e pode ser caracterizada por:

- a) manipulação, falsificação ou adulteração de registros ou documentos, de modo a modificar os registros de ativos, passivos e resultados;
- b) apropriação indébita de ativos;
- c) supressão ou omissão de transações nos registros contábeis;
- d) registro de transações sem comprovação; e
- e) aplicação de práticas contábeis indevidas.

Para erro, a NBC T 11 (CFC, 2006) aponta a definição de ato não-intencional na elaboração de registros e demonstrações contábeis, que resulta em incorreções destes, ocorrendo por:

- a) erros aritméticos na escrituração contábil ou nas demonstrações contábeis;
- b) aplicação incorreta das normas contábeis; e
- c) interpretação errada das variações patrimoniais.

Os elementos que na verdade podem influenciar a efetivação de fraudes são os seguintes (DAVIS, 2006, p. 57):

- 1°. Pressões de uma situação;
- 2°. A oportunidade para cometer a fraude;
- 3°. A integridade pessoal dos indivíduos.

Estes fatores, em conjunto ou isoladamente podem constituir a condição para a prática das fraudes e/ou erros contábeis, o que não exime os administradores das entidades de atuarem preventivamente, através do estabelecimento e manutenção de controles internos, principalmente nas áreas de caixa, bancos, contas a receber e folha de pagamento. E, ainda,

monitorando estes controles por auditorias internas e externas, independentes, idôneas e bem capacitadas.

Pode-se citar alguns exemplos de mais algumas ações de prevenção à fraudes nas empresas (DAVIS, 2006):

- a) criação, adoção e divulgação de medidas antifraude.
- b) verificações, sem aviso-prévio das atividades vulneráveis da empresa;
- c) monitoramento interno por câmeras de segurança nas áreas de registro e de armazenamento.
- d) exemplo de integridade e ética à partir dos executivos e dirigentes na condução dos negócios;
- e) manutenção de empregados satisfeitos e motivados através de boa qualificação e do reconhecimento.
- f) criação de uma linha telefônica sigilosa para denúncias de casos de fraudes.

Nos EUA, existe a SEC (Comissão de Títulos e Câmbio), órgão regulador independente do governo e atualmente a FASB (Comissão de Padrões de Contabilidade Financeira) é o órgão responsável pela criação de normas e padrões de contabilidade. Ainda, os GAAP são os princípios geralmente aceitos no EUA. O CFC – Conselho Federal de Contabilidade é o órgão máximo brasileiro, regulador, norteador e fiscalizador da nossa contabilidade. No Brasil, a CVM – Comissão de Valores Monetários dentre outros órgãos. O CFC instituiu os princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade, e também de auditoria e perícia.

Da crise de 1929 (a Grande Depressão da economia americana pela quebra do mercado de ações) resultou os Princípios de May. Em seguida ocorreu o estouro da bolha do milênio, decorrente do crescimento de empresas que foi impulsionado pela expansão da internet, à partir do final dos anos 90. Na seqüência, os escândalos de fraudes contábeis nas empresas Enron, WorlCom, Tyco International, dentre outras, produziu a sanção da Lei Sarbanes-Oxley pelo Presidente Bush em 2002 (LOPES, 2005).

Nos Quadros 1 e 2 procura-se mostrar ações regulamentadoras sancionadas nos E.U.A. em comparação com as medidas previstas na contabilidade brasileira vigente.

| PRINCÍPIOS DE MAY | ENFOQUE BRASILEIRO |
|---|--|
| 1. O lucro não deve ser reconhecido antes da ocorrência de uma venda | Princípio da realização da receita (Competência) |
| 2. Todas as despesas devem ser lançadas na demonstração de resultados, e não em lucros retidos | Princípio do confronto das despesas com as receitas (Competência) |
| 3. Os lucros retidos de uma empresa adquirida, obtidos antes da aquisição, não podem ser acrescentados aos lucros retidos do comprador. | Se for incorporação, todas as reservas da empresa incorporada passam a fazer parte do capital da incorporadora. Para obter o valor do investimento permanente, no caso de participação acionária que represente controle ou coligação relevante (equivalência patrimonial), a investidora aplicará o percentual de sua participação no capital da sociedade investida, sobre o PL dela |
| 4. Dividendos pagos a ações não representam rendimento para a empresa, embora as ações em tesouraria possam ser tratadas como ativos. | Ações em tesouraria não dão direito a dividendos e são classificadas no Patrimônio Líquido da empresa (conta redutora) |
| 5. Empréstimos a indivíduos ou entidades associadas à empresa devem ser segregados dos demais empréstimos. | Postulado da Entidade Contábil / segregação em Plano de Contas (Empréstimos a Receber de Coligadas / Controladas/Acionistas) |

Quadro 1 – Os cinco princípios de May.

Fonte: Lopes (2005, p. 36).

A criação em 1932 dos Princípios de May, por George O. May, chefe do comitê do Instituto Americano de Contadores (AIA), em conjunto com a Bolsa de Valores de Nova Iorque, tinha o objetivo de uniformizar os procedimentos contábeis para transações e situações semelhantes, procurando evitar a manipulação e a não transparência das demonstrações e métodos contábeis praticados pelas organizações àquela época. À partir daí, as demonstrações contábeis apresentadas pelas empresas deveriam estar acompanhadas do parecer de auditoria, prática já utilizada no Reino Unido de 1844.

| LEI SARBANES-OXLEY | ENFOQUE BRASILEIRO |
|---|---|
| A SEC fará a verificação das informações registradas em base sistemática e regular, e no mínimo uma vez a cada três anos. | A CVM verifica as demonstrações financeiras no momento do registro de distribuições e ofertas públicas. |
| Proibição da prestação de serviços de consultoria pelos auditores de uma empresa. | Desde 1999, é proibido o fornecimento de serviços que possam caracterizar a perda da independência. |

| | |
|--|---|
| Obrigação, pelo executivo principal e diretor financeiro das empresas de capital aberto, de observar o conceito de true and fair view e certificar a lisuras de suas demonstrações financeiras, sob pena de responsabilidade criminal (aplicável, também, às empresas estrangeiras cujas ações sejam negociadas nos EUA) | É dever do administrador efetuar a escrituração, de acordo com os princípios contábeis brasileiros e as normas da CVM. A demonstração financeira será assinada pelos administradores e pelo contador. Fraudes, abusos ou afirmações falsas sobre as condições econômicas da sociedade podem propiciar enquadramento no código Penal e pagamento de multa. |
| Criação de um comitê de auditoria formado exclusivamente por diretores independentes. Ele será responsável por supervisionar o relacionamento entre a companhia e o auditor externo, com especial atenção aos serviços realizados e à independência do auditor. | É recomendado o comitê de auditoria, composto por membros do conselho de administração com experiência em finanças incluindo pelo menos um conselheiro que represente os minoritários para supervisionar o relacionamento com o auditor. |
| Proibição de as companhias abertas emprestarem recursos aos diretores e executivos, exceto em circunstâncias restritas. | Os administradores devem informar à AGO, a pedido de acionistas que representem mais de 5% do capital social, os benefícios e vantagens recebidos da companhia. |
| Os executivos devem reembolsar às companhias por quaisquer bônus, remuneração baseada em ações (stock option) ou lucros obtidos na venda de ações, quando as demonstrações financeiras forem refeitas como resultado de conduta indevida. | Não existe previsão expressa na lei societária. |
| As companhias devem divulgar informação relevante nas suas finanças e operações de forma rápida (rapid and current basis). | Os administradores são obrigados a comunicar imediatamente os fatos relevantes ocorridos nos seus negócios. |
| As companhias devem divulgar as informações contábeis pro-forma de maneira adequada e reconciliada com as informações contábeis elaboradas segundo os GAAP. | Não existe previsão legal; as áreas técnicas da CVM e da Bolsa de Valores recomendam a inclusão nos formulários eletrônicos das informações contábeis divulgadas através de comunicado à imprensa. |

Quadro 2 - Comparação entre a Lei Sarbanes-Oxley.

Fonte: Lopes (2005, p. 40).

Com o crescimento da rede de comunicação Internet no final dos anos 90, diversas empresas norte americanas tiveram uma expansão estrondosa, gerando altos dividendos aos seus acionistas, o que proporcionou mais investimentos em suas ações por grandes e pequenos investidores.

Com a perspectiva de ganhos extraordinários de rendimentos, as ações cresceram muito de forma irracional e especulativa. Sob pressão, as empresas passaram a mascarar os reais lucros a curto prazo através da inclusão de receitas inexistentes, exclusão de despesas já incorridas, retardamento, e até o não reconhecimento de perdas, etc. Mas, pouco a pouco, estas fraudes dissimulatórias foram sendo reveladas, provocando a quebra de grandes empresas com a queda imediata do valor das suas ações no mercado. (LOPES, 2005).

Este evento ficou conhecido com o Estouro da Bolha do Milênio. A insolvência de grandes empresas que cresceram na época da internet, gerou uma crise no mercado financeiro dos Estados Unidos e o descrédito dos investidores, e até de cidadão comuns que perderam todas as suas economias e aposentadorias. Com estas ocorrências, percebeu-se que as empresas agiram ilegalmente, utilizando uma contabilidade ilusória e manipulação do mercado de ações.

A decisão do governo norte-americano de sancionar a Lei Sarbanes-Oxley objetivou o resgate da credibilidade dos contabilistas, pela regulação da profissão contábil, promoção da responsabilidade das corporações, aumento da transparência das demonstrações contábeis e dos pareceres dos auditores, como também, pela intensificação de penalização às infrações cometidas conta a lei societária (LOPES, 2005, p. 40).

Com a instituição de novas medidas e leis regulamentares, os Estados Unidos cada vez mais caminham em busca de garantir à sociedade, seriedade, lisura e transparência na maneira como as organizações empresariais gerenciam e apresentam os seus resultados econômico-financeiros.

3 CONCLUSÃO

A partir do estudo dos erros, inconsistências e até de ações propositais e danosas, pode-se concluir e identificar que a vulnerabilidade de um sistema de informação gerencial, especificamente o do Sistema Contábil é um fato taxativo e real nas entidades empresariais.

Do Sistema de Informação Contábil é que são extraídas as informações acerca da situação patrimonial e da rentabilidade destas entidades, portanto através dos relatórios e demonstrativos tem-se a visão do lucro ou prejuízo apresentado.

Por tudo isto, as ações fraudulentas são muito comuns e freqüentes nas empresas, independente do seu tipo ou tamanho. Através do roubo, engano, falsificação, adulteração, abuso de confiança, estas ações são praticadas de má fé por indivíduos para proveito próprio, ou mesmo pelas organizações, para uma demonstração diferente da sua realidade patrimonial e capacidade lucrativa, para usuários externos e internos.

O que se percebe, é que pela lei do menor esforço, pelo oportunismo e confiança irrestrita, pessoas sem caráter e ética profissional decidem apropriar-se indevidamente do patrimônio de outros. Cabe então, aos administradores e dirigentes de boa fé exercer controles internos das atividades, auditorias internas e externas e perícias contábeis rotineiras e eficientes, a fim de minimizar a ocorrência destas ações criminosas.

É de suma relevância a conscientização, a qualificação e ética dos profissionais contabilistas para o exercício das suas atividades dentro da conformidade legal. O Estado também tem a sua parcela de responsabilidade, pela regulação e fiscalização das atividades empresariais e profissionais, como ainda, através da aplicação de medidas punitivas rigorosas e efetivas, que venham a proteger a sociedade como um todo, que ao final é a grande prejudicada nestas situações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria – Um Curso Moderno e Completo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade**. Brasília, DF: CFC, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Auditoria e Perícia**. Brasília, DF: CFC, 2006.

DAVIS, Marcelo David. As Pequenas e Médias Empresas e a Questão das Fraudes. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [s. l.], ano 35, n. 157, p. 53-63, jan./fev. 2006.

FIGUEIREDO, Sandoval N. O Contador na Função Pericial e as Fraudes Contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [s. l.], ano 35, n. 162, p. 45-55, nov./dez. 2006

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução da 5ª edição americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

LOPES, Hilton de Araújo. Os Escândalos Financeiros e os Mecanismos de Controle. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [s. l.], ano 34, n. 153, p. 33-49, maio/jun. 2005.

OBRINGER, Lee Ann. **Como funcionam as fraudes contábeis**. Traduzido por How Stuff Works Brasil. Disponível em: <<http://dinheiro.hsw.com.br/fraudes-contabeis4.htm>> Acesso em: 18 abr. 2007.

OLIVEIRA, Daniele Alves; SILVA, Mara Flúvia da. **Fraude Contábil e implicações Jurídicas**. 2007. Trabalho apresentado na Semana da Iniciação Científica de Contabilidade da Faculdade Christus, Fortaleza, 2007.

PAMPANINI, Marli Aguiar. **Fraudes na Empresas**. Disponível em:
<<http://www.fars.orgs.br/artigos.php?atigo=14>>. Acesso em: 26 mar. 2007.

PAVODEZE, Clovis Luis. **Sistema de Informações Contábeis: Fundamentos e Análise**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA, Anísio Cândido et al. A Ética e o Profissional de Contabilidade no Novo Milênio. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [s. l.], ano 33, n. 147, p. 33-47, maio/jun. 2004.

SÁ, Antonio Lopes de. **Perícia Contábil**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

AC 6: UMA ABORDAGEM A CERCA DA REAVALIAÇÃO x CUSTO HISTÓRICO NA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS

Antonia de Maria Machado Silveira⁵⁶; Uverlan Rodrigues Primo⁵⁷

RESUMO

Considerando a continuidade das entidades, percebe-se a importância da valorização dos seus ativos, seja na análise econômico-financeira ou na determinação dos seus resultados. Estas informações são de grande interesse aos usuários internos e externos em suas decisões. Mesmo que esta discussão acerca do que melhor representa a avaliação dos bens para as entidades, após a sua aquisição, já venha de longa data, até os dias de hoje ainda se tem debates sobre o assunto. As duas vertentes destes pensamentos são denominados pelo *Financial Accounting Standard Board* (FASB), de enfoque receita-despesa, enfoque ativo-passivo. O grupo dos futuristas (ativo-passivo) consideram o balanço o centro das atenções para análise econômico-financeira das entidades, sendo o lucro considerado em segundo plano. Já os historiadores (receita-despesa) defendem o custo histórico como uma representação objetiva de mensuração do lucro, e imune a variabilidade e subjetividade do valor justo.

Palavras-chave: Custo histórico. Valor justo. Reavaliação de ativos

1 INTRODUÇÃO

Ao se pensar nos ativos imobilizados de uma empresa imagina-se a sua desvalorização ao longo do tempo, tendo em vista o Princípio da Continuidade, que postula sobre a indefinição da vida útil das entidades. A continuidade, com certeza, afeta o valor econômico dos seus ativos. Considerando as entidades em atividade contínua, podemos imaginar qual a expectativa de mensuração dos seus ativos fixos e correntes em um dado momento no futuro, pois o custo histórico considerado como valor de entrada se torna um valor estático e, certamente, ocorrerá uma desvalorização ao longo do tempo. E no futuro, imagina-se qual será a expectativa de mensuração dos ativos fixos e correntes das entidades. Sobre esta perspectiva, levantam-se as seguintes questões: quais seriam os efeitos na situação econômico-financeira destas entidades? Qual é a melhor forma e o momento ideal para a avaliação desses ativos? Qual o referencial normativo da regulamentação brasileira e internacional a respeito deste assunto?

Buscar o entendimento quanto ao melhor momento para a utilização do valor justo dos itens ativados em contraposição ao seu valor histórico de entrada é o objetivo deste estudo. Como também, analisar os benefícios acarretados aos usuários internos e externos para cada forma de avaliação nas suas tomadas de decisões.

Para a elaboração deste artigo, a metodologia utilizada será a pesquisa exploratória, a partir de referências teóricas de revisão bibliográfica, de artigos e de trabalhos publicados em revistas e internet, com uma abordagem qualitativa das informações colhidas acerca do assunto estudado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Conforme estabelecido no art. 183, item V da Lei 6.404/76, a avaliação dos elementos do Ativo imobilizado deve ser efetuada pelo seu custo de aquisição, e que, ao longo da sua utilização,

⁵⁶ Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁵⁷ Professor, Orientador.

o saldo das suas contas deve ser deduzido da respectiva depreciação, amortização ou exaustão. Para o custo de aquisição desses bens, deve-se considerar, além do valor de aquisição, os gastos necessários para a sua alocação e adaptações ao seu perfeito funcionamento.

Pelo Princípio do Custo Como Base de Valor, a avaliação contábil dos ativos é feita com base no seu custo de aquisição, expresso em moeda corrente. Este princípio é considerado pela Teoria da Contabilidade uma consequência direta do Princípio da Continuidade. Considerada a descontinuidade da entidade, a avaliação dos ativos deve ser efetuada pelos seus valores de saída e não de entrada. No momento da venda é que efetivamente se realiza o valor de mercado, ocorrendo o confronto entre os valores de entrada (custo histórico) e valores de realização (valor de mercado), que efetivamente entram para a entidade como receitas, podendo assim, gerar um provável resultado positivo.

A correção monetária, prevista pelo Princípio Contábil da Atualização Monetária não pode ser considerada como uma reavaliação dos bens do Ativo. Este princípio atua em conjunto com o Princípio do Custo Histórico como Base de Valor, o que dá origem ao custo histórico corrigido. Esta atualização tem a finalidade de compensar a perda do poder aquisitivo da moeda ao longo do tempo, utilizando-se os índices inflacionários vigentes e em conformidade com a regulamentação da legislação. Neste caso, os custos de aquisição destes bens ainda permanecem e o custo corrigido passa a ser a nova base de valor. Até para os produtos em estoque e destinados à venda esta nova base de valor é admitida.

Entretanto, em circunstâncias especiais e específicas a avaliação pelo custo histórico pode não ser o mais apropriado. Nestes casos, pode ser aceita outra forma de avaliação diferente da Correção Monetária. As Notas Explicativas devem apresentar os detalhes do outro critério de avaliação utilizado, tais como, o tipo, as razões para esta escolha e a identificação e dados dos itens e/ou contas objeto de reavaliação.

A Reavaliação de Bens é outra forma de avaliação dos bens do Ativo de uma entidade. Ela é prevista na Lei nº 6.404/76, art. 182, § 3º e art. 176, § 5º, letra c. Esta é uma forma de preservar e manter os valores dos elementos do ativo das entidades pelo valor de mercado, amparada por laudo especializado. Esta reavaliação tem por objetivo corrigir a defasagem entre os valores dos seus custos históricos e os seus valores de mercado, quando estes forem superiores. Neste caso, abandona-se o valor de custo histórico e passa-se a considerar o

Dentre as razões para adotar-se a Reavaliação de Bens do Ativo pelo seu real valor de mercado em contraposição à avaliação do custo corrigido como base de registro, podemos citar as seguintes situações previstas pela legislação societária e fiscal que tratam deste assunto:

- a) reavaliação voluntária de ativos próprios;
- b) reavaliação de ativos por controladas e coligadas;
- c) reavaliação na subscrição de capital em outra empresa com conferência de bens;
- d) reavaliação nas fusões, incorporações e cisões.

Num entendimento do Pronunciamento 24 do IBRACON, todos os ativos constantes do balanço de uma empresa devem ser recuperáveis, ou seja, a empresa espera ainda recuperar um montante pela utilização futura destes ativos nas suas operações, incluindo o seu valor residual na baixa. Dessa forma, o imobilizado (um item ou grupo de itens) deve ser periodicamente acompanhado com o objetivo de verificar se o valor de recuperação está inferior ao valor líquido contábil, quer esteja avaliado pelo custo corrigido ou pelo mercado (reavaliação). Preferencialmente, o valor de recuperação deve estar baseado no fluxo futuro de caixa descontado a valor presente, considerando as operações da companhia como um todo.

Conforme disposto no § 3º, do art. 182 da Lei 6.404/76: “Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela assembleia-geral.”, poderíamos entender que a reavaliação seria para todos os elementos do Ativo de uma entidade. Além do imobilizado, os investimentos, os estoques, o ativo diferido,

etc poderiam ser reavaliados. Todavia, tanto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como a legislação fiscal impõem limites para estas reavaliações.

A CVM, na sua Deliberação 183/95, dispõe que para as companhias abertas, só poderão ser reavaliados os bens tangíveis e em continuidade do imobilizado, tendo em vista a maior ocorrência de distanciamento dos valores de custo histórico e de mercado destes bens. A legislação fiscal, ainda é mais restritiva, quando determina nos art.s. 434 e 438 do RIR/99 que só os elementos do ativo permanente serão objeto de reavaliação, exceto os investimentos avaliados pela equivalência patrimonial, não estendendo-se assim, para os estoques ou outros ativos participantes do circulante ou realizável a longo prazo.

Como previsto na Lei 6.404/1976, art. 8º, ao se adotar a Reavaliação, a empresa deverá em assembléia geral extraordinária para este fim, nomear três peritos ou uma empresa especializada, que terão a incumbência de apresentar um laudo de avaliação. A aprovação da reavaliação, deverá ser também em assembléia extraordinária dos acionistas, com a presença dos autores do laudo, no caso de Sociedades por Ações e para outros tipos de sociedades, a nomeação dos peritos ou da empresa e a aprovação do laudo deverão ser pelo órgão adequado (reunião dos cotistas ou da diretoria etc.).

O laudo de avaliação é de grande relevância, por justificar a alteração para valor de mercado dos ativos de um patrimônio. Conforme o Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, o laudo para ser bem fundamentado, deverá conter:

- a) a descrição detalhada de cada bem avaliado e da documentação respectiva;
- b) sua identificação contábil;
- c) critérios utilizados para a avaliação e sua respectiva fundamentação técnica (inclusive elementos de comparação adotados);
- d) vida útil remanescente do bem;
- e) data da avaliação.

Como disposto no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações, o ideal é que se proceda a avaliação de todos os bens tangíveis do ativo imobilizado, tornando assim, as avaliações patrimoniais de um mesmo grupo iguais. A legislação pertinente, mesmo não recomendando, admite a reavaliação parcial dos itens tangíveis do imobilizado. Sendo necessário, ao menos efetuar a reavaliação de todos os itens de uma mesma natureza, ou de uma mesma conta, ou de um mesmo conjunto, como por exemplo:

- mesma natureza: todos os móveis e utensílios;
- mesma conta: todos os móveis e utensílios de um centro de custo;
- mesmo conjunto: todos os bens imobilizados de um centro de custo.

Inicialmente, para a contabilização das reservas de reavaliação, procede-se à eliminação do saldo da conta de depreciação acumulada do bem reavaliado, se houver, contra o valor antigo do custo corrigido, ficando o ativo com um único valor. O acréscimo decorrente do ajuste de valor do ativo, em função da mais-valia, deverá ser registrado em contrapartida de uma conta de reserva de reavaliação no patrimônio líquido da empresa. A tributação (IRPJ e CSLL) que incide sobre a reserva de reavaliação será considerada e registrada contabilmente em conta retificadora do subgrupo de reserva de reavaliação em contrapartida de uma conta de provisão para impostos diferidos, no passivo exigível a longo prazo, já que, o ônus tributário, somente será exigido no momento da realização do bem.

Em cada período de apuração do lucro, a realização dos bens reavaliados somente será considerada mediante depreciação, amortização, exaustão, alienação ou baixa por perecimento, conforme determina o Fisco no art. 435 do RIR/1999. A baixa do valor adicionado ao Patrimônio Líquido será efetivada pela transferência deste valor da Reserva de Reavaliação para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Na utilização do custo histórico como base de registro, a depreciação dos bens imobilizados tem a finalidade de reter recursos para a recuperação do capital investido, assim é concluído no Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. Continuando, o capital desembolsado vai se perdendo ao longo do tempo pela utilização destes bens, o que, ao final da sua capacidade de utilização, dificilmente será recuperado pela sua venda. Já, com o valor do ativo ajustado a seu preço de

reposição, a medida que ocorre a depreciação, uma parte adicional do caixa pode ser destinada à reposição do ativo, o que, no caso, mantém-se o vínculo com o fluxo de caixa efetivamente ocorrido.

Na depreciação dos ativos reavaliados, o resultado obtido da confrontação de receitas e investimentos sofre alterações. Neste momento, parte deste lucro será destinado para suprir a necessidade de reposição dos ativos consumidos, em decorrência da modernização do parque tecnológico ou até de alterações de preço de utilização destes bens.

Os investimentos societários que já são avaliados pelo método da equivalência patrimonial não serão objetos da Reavaliação, conforme determina a atual legislação fiscal, pois esta entende que através desta forma de avaliação o investimento já está sendo atualizado. A variação patrimonial de investimentos avaliados pela equivalência patrimonial é efetivada como reserva de reavaliação, somente repercutirão para a investidora, quando, o ativo reavaliado pela investidora for considerado recuperável naquela empresa e sua conta de investimento acrescida do valor da reavaliação feita pela investidora for considerada recuperável como investimento permanente. Deverá também, haver uniformidade dos procedimentos contábeis de avaliação das contas respectivas, entre empresas controladoras e suas coligadas e controladas.

Ocorrendo uma variação no patrimônio líquido da investidora, coligada ou controlada, a investidora reconhecerá também esta variação no seu ativo Investimento, contra uma conta de Reserva de Reavaliação. Somente, quando ocorrer a realização da reserva de reavaliação da empresa coligada ou controlada, ou a baixa dos seus investimentos que deram origem à reserva, é que a investidora, poderá também reconhecer a realização da sua reserva de reavaliação correspondente a estes investimentos.

Enquanto for mantida em conta de reserva de reavaliação, a contrapartida do aumento dos bens do ativo reavaliado, utilizada na integralização do capital subscrito de uma empresa jurídica, não será considerada na determinação do lucro real.

Caso um ativo que foi reavaliado e que operacionalmente passe a ser considerado descontínuo e que não mais vá ser motivo de reposição, é recomendável, pelo item 18 da Deliberação CVM 183/95, a sua volta ao conceito de custo corrigido, estornando-se todas as contabilizações respectivas anteriormente realizadas.

A Reavaliação é uma prática aceitável pela legislação societária e fiscal, desde que praticada dentro de critérios técnicos, apurada por parâmetros pautados pela realidade e devidamente informada nas demonstrações contábeis e notas explicativas quanto a seus valores e reflexos.

Em muitos países com ocorrência de inflação, assim como no Brasil, em que ainda não se tem um dispositivo eficiente para reavaliações, é recorrente o uso da Reavaliação. As empresas utilizam este recurso para proteger-se de resultados irreais, originados de depreciações, amortizações e exaustões desvalorizadas. Mas, a legislação fiscal tem procurado minimizar a sua utilização, através da adoção de medidas especiais para este fim, tais como, correções monetárias especiais ou complementares.

Muitos são os benefícios proporcionados pela uma correta Reavaliação dos ativos de uma empresa, assim definidos pelo Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações (IUDICIBUS; MARTINS, 2006):

- a) a atualização dos resultados;
- b) o não pagamento de dividendos sobre lucros necessários à reposição de ativos;
- c) uma melhor avaliação do Ativo, do Patrimônio Líquido e do Valor Patrimonial da ação;
- d) uma melhor apresentação dos índices de rentabilidade;
- e) uma melhor apresentação dos índices de solidez da financeira.

Diante de diversas controvérsias, na aplicação das reavaliações dos itens do Ativo Permanente, o Anteprojeto de Lei que altera a Lei 6.404/76 prevê alterações com respeito a esse assunto, tais como:

- a) o § 5º, letra c, art. 176, que diz: “as notas deverão indicar: o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (artigo 182, § 3º)”, foi revogado;

b) o disposto no art. 183, item V: “os direitos classificados no imobilizado, pelo custo de aquisição, deduzido do saldo da respectiva conta de depreciação, amortização ou exaustão”
passa para o item VI, da mesma forma;

c) o § 3º do art. 182, que dispõe: “Serão classificadas como reservas de reavaliação as contrapartidas de aumentos de valor atribuídos a elementos do ativo em virtude de novas avaliações com base em laudo nos termos do artigo 8º, aprovado pela assembléia-geral.”, é apresentado assim: “Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 226, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 8º”.

Conforme disposto no art. 226 do Anteprojeto:

a) § 3º, “Nas operações referidas no caput deste artigo, realizadas entre partes independentes e de que decorram ou impliquem efetiva alienação de controle, os ativos e passivos da sociedade a ser incorporada ou decorrente da fusão serão contabilizados pelo seu valor de mercado”.

b) § 4º, “A contrapartida dos ajustes, positivos ou negativos, decorrentes da contabilização referida no parágrafo anterior, será registrada na conta de ajustes de avaliação patrimonial (art. 182, § 3º) e obedecerá, ainda, no caso de companhias abertas, às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários”.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi de caráter bibliográfico efetuada por meio de consulta ao referencial teórico por meio de livros, revistas, artigos científicos e materiais coletados na Internet.

4 CONCLUSÃO

Conforme desenvolvido anteriormente, a Reavaliação dos Ativos a valores de mercado pode ser uma alternativa viável para a manutenção da capacidade de reposição dos bens ativados, pela possibilidade de retenção em caixa de recursos suficientes que garantam a reposição dos ativos consumidos, e, como consequência, é mantida a capacidade física da empresa e continuidade operacional do negócio.

As reavaliações a valores reais e correntes, para os casos especiais em que a Reavaliação for admitida, pode refletir positivamente nas demonstrações financeiras, tornando as ações gerenciais, negociais e de crédito mais proveitosas.

A dinâmica da Reavaliação fere o Princípio do Registro pelo Valor Original e provoca alteração no conceito tradicional de lucro. Por estes motivos, muitos países, inclusive os Estados Unidos, ainda não aceitam a reavaliação de bens do ativo.

Tem sido muito comum o desvirtuamento do uso da Reavaliação por empresas com objetivos contrários ao que se destina esta ferramenta, o qual seja, o de ter os valores dos seus ativos e dos seus resultados futuros o mais real possível, e a garantia da possibilidade de reposição destes bens. Muitos são as suas destinações indevidas (até com a utilização de laudos de reavaliação duvidosos), tais como, a intenção de redução de dividendos, aumento do Patrimônio Líquido, ocultamento de prejuízos, distribuição de dividendos sobre lucros não realizados, etc.

A utilização da Reavaliação no Brasil ainda é muito confusa por parte das empresas, dificultando muito a leitura dos usuários externos. Em parte, tem-se a falta de homogeneidade dos procedimentos contábeis e apresentação dos demonstrativos, decorrente da flexibilização da legislação. As práticas incorretas e ilegais de alguns empresários desonestos e com objetivos escusos, sem a devida punição, também tem contribuído para o descrédito desta prática contábil, mesmo com a constante contribuição da CVM e do IBRACON na regulamentação desta matéria.

A Reavaliação é um critério alternativo e prática contábil aceitável, desde que obedeça aos critérios técnicos, conforme o Pronunciamento 24 da IBRACON. Nas duas situações, o valor de registro do ativo não deve ser superior ao valor de sua recuperação, por alienação ou utilização. Assim, atende-se às normas internacionais de contabilidade do *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Concluimos então, que a Reavaliação de Bens do Ativo não pode ser utilizada irrestritamente, tendo em vista a malversação do seu uso, conforme exposto anteriormente. Assim, a avaliação pelo custo histórico corrigido é o que melhor se aplica para esta finalidade, desde que a legislação estipule a correção monetária integral em todos os demonstrativos contábeis, acompanhando as variações do poder aquisitivo da moeda.

Portanto, o que se processa cada vez mais, é que a reavaliação dos bens ativados pelo valor de mercado, passe a ocorrer no momento da alienação dos bens do Ativo, de sociedades a ser incorporadas ou decorrentes de fusão. E que, a contrapartida das diferenças a maior ou menor, decorrentes destas transações, serão ajustadas contabilmente em uma conta de ajustes de avaliação patrimonial.

REFERÊNCIAS

ANTEPROJETO de reformulação da Lei nº 6.404/76. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: maio 2008.

BRASIL. **Lei 6.404/76** – Cap. XV a XVI. Das Sociedades por Ações. Disponível em: <www.presidencia.gov.br>. Acesso em: maio 2008.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 750/93**. Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC). [S. n. t.].

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução da 5ª edição americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON. **NPC 24**. Reavaliação de Ativos. [S. n. t.].

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicáveis às demais sociedades. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo. V. **Contabilidade Avançada**. 12. ed. São Paulo: Frase, 2003.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**: atualizado pela Lei nº 10.303/01. São Paulo: Atlas, 2002.

TIBÚRCIO, César. **Valor Justo**. Disponível em: <<http://contabilidadefinanceira.blogspot.com/search/label/custo%20hist%C3%B3rico>>. Acesso em: 30 set. 2007.

AC 7: ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA EMPRESA JOTUJÉ DISTRIBUIDORA LTDA

Antonio José Lira Junior⁵⁸; Carlos Adriano Santos Gomes⁵⁹

RESUMO

Neste trabalho serão analisadas as demonstrações contábeis (especificamente o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício) da empresa Jotujé Distribuidora Ltda, empresa do ramo de distribuição de gêneros alimentícios e mercadorias em geral, com o intuito de compreender a sua dinâmica patrimonial e de resultados. Serão verificados seus índices de liquidez: geral, corrente, seca e imediata, bem como os índices de rentabilidade, de atividade e sua estrutura de capital. Também observando sua análise vertical e horizontal, finalizando com um parecer sobre a saúde financeira da empresa e demais considerações. A Metodologia utilizada para realização da pesquisa foi num primeiro momento bibliografia e em seguida um estudo de caso.

Palavras-chave: Finanças. Controle. Análise.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo busca-se reconhecer a importância da análise de demonstrações contábeis, pois ela verifica através dos relatórios elaborados pela contabilidade a saúde financeira da empresa, sua atratividade para investimentos e também detectar problemas de vendas, caixa e diversas contas patrimoniais e índices.

Esta análise inicialmente usada em bancos, hoje é indispensável em empresa de grande, médio e pequeno porte. A Empresa estudada neste artigo será a empresa Jotujé Distribuidora Ltda, organização de destaque no Estado do Ceará no ramo de distribuição de produtos.

O problema de pesquisa pode ser definido da seguinte forma: como está a saúde financeira da Jotujé Distribuidora em termos de liquidez, endividamento, estrutura de capital e prazos médios?

Busca-se na pesquisa, portanto, verificar como está sua saúde financeira, analisaremos seus índices e contas patrimoniais tendo como base os exercícios de 2004, 2005 e 2006, com o objetivo de verificar se esta empresa é atrativa para o mercado financeiro, se sua atividade operacional é rentável e se tem liquidez, boa capacidade de pagamento de dívidas, dentre outros aspectos.

A metodologia utilizada baseia-se num estudo de caso tomando como base as demonstrações contábeis da empresa, precedido de uma pesquisa bibliográfica efetuada em livros, revistas, artigos e materiais coletados na Internet.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 História da análise das demonstrações contábeis

A Análise de Balanço surgiu e desenvolveu-se no final do séc.XIX no sistema bancário, desde quando os bancos americanos passaram a solicitar balanços às empresas para concessão de empréstimos.

No Início esta análise era feita com a comparação de ativo circulante com o passivo circulante, só em 1919, Alexandre Wall, considerado pai da análise de balanço, apresentou um modelo de análise através de índices, que demonstravam a necessidade de considerar outras relações além da comparação de ativo circulante com passivo circulante, junto com

⁵⁸ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁵⁹ Professor Orientador.

outros autores desenvolveu fórmulas matemáticas de avaliação de empresas ponderando diversos índices de balanço. A Partir de 1931, a Dun & Bradstreet passou a elaborar e divulgar índices padrões para diversos ramos de atividades nos Estados Unidos (MATARAZZO, 2003).

No Brasil, após a criação do SERASA em 1968, esta empresa passou a operar como central de análise de balanços de bancos comerciais (MARION, 2002).

2.2 Objetivos da análise de balanços

De uma forma geral o objetivo da Análise de Balanços é extrair informações das demonstrações financeiras para tomada de decisão.

Para Matarazzo (2003, p. 15): “As Demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre as empresas, de acordo com as regras contábeis. A Análise de balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente, quanto melhores informações produzir.”

O Objetivo primordial é a produção de informações para os usuários destas, que são: bancos, governo, fornecedores, clientes, dirigentes, acionistas, etc.

2.3 A importância da análise

A Importância da análise de balanços é justificada pela quantidade e extensão das informações geradas.

Matarazzo (2003, p. 17) afirmou que:

O Analista de balanços preocupa-se com as informações financeiras que por sua vez, precisam ser transformadas em informações que permitam concluir se a empresa, merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo, se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou continuará operando.

A linguagem sem complicação é de fundamental importância na análise de balanços.

Os Relatórios das demonstrações contábeis são escritos de acordo com a linguagem corrente. O Uso de gráficos como auxílio serve para simplificar as conclusões, diferente das demonstrações financeiras seus relatórios devem ser elaborados de maneira que qualquer dirigente mediano de empresa, gerente de bancos ou gerente de créditos possam entender, até mesmo leigos (ASSAF NETO, 2002).

Esses relatórios traduziram dados em informações, números e índices.

2.4 Algumas técnicas de análises

A Análise de balanços desenvolve-se basicamente por meio de técnicas extraídas principalmente da matemática, contabilidade e estatística. Suas principais técnicas são: a análise vertical, horizontal e indicadores econômico-financeiros.

A Análise horizontal que analisa a evolução de vários elementos do patrimônio e das contas de resultado, de acordo com um determinado período de tempo, comparando o exercício anterior com o ano atual, por exemplo. Ela mostra o crescimento da empresa, evidenciando evoluções nas vendas, custos e despesas da empresa.

A Análise vertical é semelhante a horizontal, só que compara cada item em relação ao todo, qual a porcentagem das vendas em relação ao lucro líquido da empresa, por exemplo.

Os Indicadores Econômico-Financeiros, que procuram extrair das demonstrações contábeis as conclusões sobre a saúde financeira da empresa. Esses índices são classificados como os de liquidez, rentabilidade, de operação, endividamento e estrutura, e análise de ações.

De acordo com Marion (2002, p. 15):

[...] poderíamos dizer que só teremos condições de conhecer o sistema econômico-financeiro de uma empresa por meio dos três pontos fundamentais de análise, que são os de liquidez (sistema financeiro), rentabilidade (sistema econômico) e endividamento (estrutura de capital).

Estes índices basicamente serão suficientes para se ter uma visão superficial da empresa que será analisada.

Ainda de acordo com Marion (2002, p. 16) “na abordagem do tripé (Liquidez, Rentabilidade e Endividamento) podemos aprofundar a análise mediante outros conjuntos de índices que melhor explicam e detalham o sistema econômico-financeiro da empresa.”

2.5 Os principais índices analisados

2.5.1 Índice de liquidez

Este índice mostra a situação financeira da empresa através da comparação das dívidas contraídas e sua real capacidade de pagamento, também mostra seu equilíbrio financeiro e se há necessidade de investimento em capital de giro. Este índice mostra quanto a empresa possui em seu ativo circulante e de longo prazo para cada \$1,00 em dívidas totais. Estes índices se subdividem em índice de liquidez geral, corrente e seca.

2.5.2 Índices de endividamento

Avalia o seu risco financeiro qual a composição de sua dívida, quanto é de recursos de terceiros, quanto é de recursos próprios, se é de curto ou longo prazo, enfim qual a natureza de sua dívida, sua dependência financeira, sua exigibilidade. Avalia se sua participação de capitais de terceiros está sendo bem equacionada e vantajosa. Esses índices são os de participação de capital de terceiros, composição de endividamento e de imobilização do patrimônio líquido.

2.5.3 Índices de rentabilidade

Este índice mostra se os capitais investidos tiveram ou não rendimentos, avalia a situação econômica da empresa, a sua lucratividade. Seus índices são os seguintes: o de giro do ativo, o da margem líquida, o de rentabilidade do ativo e do patrimônio líquido.

3 ESTUDO DE CASO

3.1 Informações sobre a empresa analisada

A Empresa Jotujé distribuidora Ltda, atua à 21 anos no ramo de distribuição de produtos alimentícios e demais mercadorias, ela é sucessora da empresa José do Egito e Filho Ltda, que no início atuava no mercado atacadista de balcão.

Quando em 1986, a empresa Jotujé distribuidora foi constituída na forma de sociedade limitada com sede na rua Governador Sampaio, 374, tendo como objetivo inicial o ramo de distribuição de produtos alimentícios, bebidas e material de limpeza.

Em Janeiro de 1988, transfere sua sede para a BR 116 Km 12 em Messejana. A Mudança foi necessária devido ao crescimento da empresa e no endereço anterior já não comportava sua área de depósito e armazenamento, o que gerava um alto custo a empresa.

A Ampliação de seus objetivos tem como finalidade a possibilidade da empresa atuar como operador logístico na separação, transporte e distribuição de mercadorias.

A Empresa é ganhadora dos últimos três anos do prêmio de melhor distribuidor atacadista do estado ceará, prêmio este concedido pela ACAD - Associação Cearense de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados.

3.2 Análise das demonstrações contábeis da empresa Jotujé Distribuidora LTDA exercícios 2004 - 2005 - 2006

Todos os dados trabalhados na análise a seguir foram retirados das demonstrações contábeis em anexo.

Analisando os índices de liquidez desta empresa, foram verificados que no seu índice de liquidez geral, houve uma pequena queda de 2004 para 2006, mas está com ótimo número, pois significa que para cada R\$ 1,00 real em dívidas a empresa possui R\$ 1,16 em ativos circulante e realizável à longo prazo para quitá-las.

No índice de liquidez corrente a empresa também apresenta um bom índice de R\$ 1,24, que significa que no seu ativo circulante a uma boa capacidade de pagamento de dívidas.

No de liquidez seca que desconsidera o valor de seus estoques, está com um bom índice de R\$ 0,66, em 2006. E o de liquidez imediata está em R\$ 0,10, este índice só considera o disponível da empresa, ela tem R\$ 0,90 a descoberto para cada R\$ 1,00 em dívidas, seria necessário recorrer a outros ativos para saldá-las. Este índice geralmente é baixo.

Nos índices de estrutura de capitais foi observado que houve um pequeno aumento na participação de capital de terceiros que passou de R\$ 2,44 em 2005 para R\$ 2,90 em 2006, o que significa que para cada R\$ 1,00 de capital próprio, a empresa possui R\$ 2,90 de capital de terceiros.

Já a sua composição de endividamento permaneceu quase estável neste exercício e baixa também, para cada R\$ 1,00 em dívidas, R\$ 0,94 são de curto prazo e R\$ 0,06 são de longo prazo. Já na imobilização do seu patrimônio líquido apresentou uma pequena queda, passou de R\$ 0,56 em 2005 para R\$ 0,53 em 2006, o que ainda diminui a liquidez da empresa.

Nos índices de rentabilidade, verifica-se uma estabilidade neste exercício ficando em R\$ 0,01, significa que para cada R\$ 1,00 em vendas, ela obteve R\$ 0,01 em lucro. Para a rentabilidade do ativo que mostra o quanto a empresa gera de retorno a cada R\$ 1,00 investido, seu índice foi de R\$ 0,03 em 2006 e no de rentabilidade do patrimônio líquido, que é o retorno de capital próprio investido ficou em R\$ 0,13. Nestes índices o interessante é que quanto eles forem, melhor será para a empresa.

Finalizando com seus índices de atividades, nestes é analisado os prazos: de renovação de estoques e de recebimentos de vendas. Neste exercício houve um aumento dos prazos nos dois índices. Em 2005, a empresa levava 41 dias para renovar seus estoques, em 2006 passou a levar 47 dias. Para receber suas vendas a prazo passou a levar 36 dias, quanto em 2005 este prazo era de 28 dias. Mesmo assim são ótimos prazos.

3.3 Interpretações da análise vertical

Pela sua análise vertical, foi verificado que algumas contas apresentaram porcentagens consideráveis, analisando o grupo de contas circulante, especificamente a conta caixa, ela representa 83,79% do ativo, esse dinheiro poderia ser melhor investido, em 2006, houve uma diminuição do seu valor. As contas duplicata a receber e estoques, em 2006, aumentaram consideravelmente em decorrência do aumento das compras.

Na conta imóveis não destinados a uso, houve um aumento deste investimento, resultado de uma melhor aplicação dos recursos do caixa.

Nas contas do passivo foi observado que as contas de seu circulante representam 67,19%. Houve um aumento neste exercício das contas: empréstimos e fornecedores, esta

última, devido o aumento das compras feitas pela empresa. Foi verificado também um acréscimo nas dívidas de curto e longo prazo.

Suas reservas de capitais permanecem estáveis, seus resultados tiveram um pequeno aumento.

3.4 Interpretações da análise horizontal

Sua análise horizontal mostra aumentos na maioria das contas, tanto nas do ativo, como nas do passivo, com aumentos consideráveis em algumas contas.

Foram verificadas, em algumas contas do ativo, altas taxas de variações em contas como: bancos, percentual de 164,89% e aplicações de liquidez imediata que em 2004 apresentava um índice de 247,40% e decresceu para 168,59% em 2006, que mostra o aumento de investimentos, evitando recursos parados no caixa da empresa.

No passivo chamam atenção a conta obrigações trabalhistas com um percentual de 201,42%.

4 CONCLUSÃO

Neste artigo sobre as demonstrações contábeis da empresa Jotujé Distribuidora Ltda foi constatado com base em seus índices de liquidez mostram que a empresa tem uma boa capacidade de pagamento de dívidas. Todos os índices apresentam valores dentro do considerado normal.

Sua participação de capital de terceiros em relação ao seu capital próprio está com um índice que podemos considerar como alto, visto que o admissível seria menos que R\$ 1,00. Sua composição de endividamento é maior no curto prazo e sua imobilização do patrimônio líquido é avaliada como sendo baixa, o ideal seria baixá-la ainda mais, para aumentar a liquidez da empresa.

Sua rentabilidade é avaliada como sendo baixa, seria necessário elevar esses índices, pois quanto maiores eles forem, melhor representará o retorno dos investimentos da empresa, tanto do ativo, como os de capital próprio.

Seus prazos de recebimentos de vendas e de renovação de estoques são considerados bons, embora tenha ocorrido um aumento neste prazo no presente exercício.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
JOTUJÉ DISTRIBUIDORA LTDA. **Balanço Patrimonial da Empresa anos 2004/2005/2006**.

MARION, José Carlos. **Análise das Demonstrações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AC 8: CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA GERENCIAL

Carlos Henrique⁶⁰; Douglas Brito⁶¹; Helton Santos⁶²; Onéximo Bruno⁶³; Ana Vlândia Cabral Sobral⁶⁴

RESUMO

A Contabilidade é uma ciência social, que tem na essência de sua definição a função de demonstrar toda e qualquer variação ocorrida no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, auxiliando assim seus diversos usuários. Desta forma abordaremos, neste estudo, a importância do uso da contabilidade como uma ferramenta gerencial, e suas infinitas aplicabilidades no cotidiano das organizações. Diante da atual realidade econômica e acirrada concorrência entre as empresas, à ciência contábil, através dos seus profissionais e das novas necessidades dos seus usuários, adotou a postura de criar um instrumento que pudesse prestar um apoio aos administradores no controle das informações internas e externas dos seus recursos e principalmente na tomada de suas decisões, surgindo então à contabilidade gerencial. Essa ferramenta veio para agregar valor às micro, pequenas e médias empresas e as grandes organizações no que diz respeito à gestão estratégica e até mesmo em projetos de responsabilidade social desenvolvidos por estas empresas, visando um melhor retorno por parte da sociedade e uma maior vantagem competitiva. Com isso a contabilidade gerencial tem sido cada vez mais valorizada e adotada dentro dos vários processos administrativos e financeiros das organizações, enaltecendo assim todos os seus profissionais. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância da contabilidade como ferramenta gerencial, indispensável na sobrevivência de uma empresa, e como objetivos específicos: Compreender como as empresas podem se utilizar dos serviços contábeis não só para fins tributários e fiscais; investigar o uso da contabilidade gerencial na gestão e planejamento estratégico das empresas; avaliar qual a influência da contabilidade gerencial no retorno obtido com ações de responsabilidade social aplicadas pelas empresas. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica de fonte secundária advinda da internet e autores especialistas no assunto. Portanto, podemos concluir, após o breve estudo, a importância do profissional contábil no processamento das informações gerenciais, visto que o mesmo auxilia com dados significativos para os gestores da organização no processo decisório.

Palavras-chave: Contabilidade. Ferramenta Gerencial. Empresa.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade gerencial é um importante instrumento para subsidiar a administração das empresas. Ela contribui para a tomada de decisões, definição de políticas, implantação de estratégias e ainda pode ser aplicada na implementação da responsabilidade social no intuito de encontrar melhores caminhos para se obter retorno financeiro.

O objetivo desse trabalho é analisar a contabilidade como ferramenta gerencial, ressaltando a sua importância dentro das organizações, buscando identificar as contribuições que esse instrumento pode trazer para a empresa e assim poder fazer uma reflexão sobre a contribuição da contabilidade gerencial para uma organização.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

⁶⁰ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶¹ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶² Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶³ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶⁴ Professora, Orientadora.

2.1 Usuários da contabilidade gerencial

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório (IUDÍCIBUS, 1998, p. 21).

Em meio aos diversos interessados nas informações geradas pela contabilidade, os gestores são os principais usuários. Diretores, administradores e gerentes necessitam periodicamente das informações contábeis como subsídio para a tomada de decisões e para um processo de gestão mais eficaz.

“Quanto mais e melhores informações os gestores tiverem, maior será a probabilidade de tomar a decisão mais adequada” (COPATTO; PADOVEZE; ROMANINI, 2004, p. 42).

Através das demonstrações contábeis esses gestores adquirem importantes informações que exprimem a realidade econômica e financeira da entidade. Analisando essas informações, eles poderão avaliar o desempenho da entidade, identificar possíveis falhas, implementar novas condutas e projetar o futuro da entidade.

As informações contábeis contribuem ainda para a implantação de planos de ação. Utilizando-se das demonstrações contábeis, os gestores poderão adotar a melhor estratégia para que uma determinada empresa mantenha-se competitiva e evolua no mercado.

Os gestores precisam acompanhar de perto o desempenho de suas empresas, saber que unidades ou fábricas são mais rentáveis ou deficitárias, que produtos trazem as melhores margens de lucro, que nível de estoques manter para que não falte mercadoria para venda nem haja excesso de estoque, que investimento fazer e quanto dinheiro tomar emprestado. Eles também usam informações contábeis para estabelecer metas para suas organizações, avaliar o progresso em relação a essas metas e tomar ações corretivas, se necessário. E não podemos deixar de mencionar que os gestores das empresas precisam ainda dar retorno aos acionistas do dinheiro que eles investiram no negócio. Como gerenciar tudo isso sem informações contábeis? (CHING; MARQUES; PRADO, 2003 apud COPATTO; PADOVEZE; ROMANINI, 2004, p. 42).

Nesse contexto, a utilização da contabilidade como uma ferramenta gerencial torna-se imprescindível. A contabilidade gerencial é a base para um processo de gestão satisfatório e rentável. Cabe ao contador gerencial fornecer à administração, informações tempestiva, íntegras, qualitativas e quantitativas para contribuir no processo decisório e, conseqüentemente, suprir necessidades administrativas. Essas informações devem ser precisas e resumidas, pois o mercado é dinâmico e é necessário que as decisões e atitudes sejam tomadas rapidamente.

A contabilidade gerencial é direcionada exclusivamente à administração das empresas. Tendo isso em vista, ela também é utilizada nas funções do administrador. São elas: planejamento, organização, controle, coordenação e direção.

As informações contábeis são necessárias para a elaboração de um planejamento. Para a execução do planejamento, as informações devem ser dispostas adequadamente na organização. No controle, essas informações ajudam o administrador a comparar o que está sendo executado com o que foi planejado. Em seguida, na coordenação, as informações são importantes para manter o foco e a coesão nos objetivos planejados. E na direção, as informações são utilizadas na análise dos procedimentos e dos resultados podendo assim estabelecer ou não outras condutas de gestão.

2.2 Importância nas micro e pequenas empresas

Devido seu grau de importância e a baixa taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas (MPE's), diversas entidades públicas e privadas dedicam-se a identificar os fatores que exercem influência sobre o sucesso e o insucesso das empresas.

O incentivo as MPE's é apontado como a solução para o desenvolvimento do País, diminuição da pobreza, da marginalidade, das desigualdades sociais e da concentração de renda.

Entre os vários fatores que contribuem para a alta taxa de rotatividade das empresas desse porte, destaca-se a discutível capacidade gerencial. Logo, percebe-se a relevância da contabilidade como instrumento de auxílio nas tomadas de decisão, para que o administrador tome decisões mais acertadas e em tempo hábil.

A contabilidade gerencial se difere da contabilidade habitualmente utilizadas nas MPE's, as quais se restringem a preocupação com os fiscos e as rotinas trabalhistas.

2.3 O uso da contabilidade como uma ferramenta gerencial

A Ciência Contábil tem sido cada vez mais valorizada e utilizada dentro dos vários processos administrativos e financeiros das Empresas. Esta abordagem hoje não é apenas para aspectos fiscais ou tributários, indo então muito mais além.

A Contabilidade Gerencial, advinda da Contabilidade Financeira (Geral), surge então com o intuito de sanar esta incrível lacuna existente entre o Cliente (Empresário-Administrador), usuário da informação contábil e o seu Contador, onde este atuaria em serviços de Consultoria a Empresa e Análise Financeira. Quebrando então este paradigma de que a Contabilidade só tem utilidade para controlar tributos ou o prestar contas ao fisco.

Assim o Profissional Contábil tem participado ativamente no Planejamento Estratégico das Empresas. Ao Contabilista não fica apenas o dever de informar ao seu Cliente – Administrador, qual terá sido a variação patrimonial da sua Empresa naquele mês, quanto de carga tributária incidiu sobre sua produção ou se houve aumento em seus Impostos, mais o de também associar a Contabilidade Gerencial Tradicional com a Gestão Estratégica, resultando então na Contabilidade Gerencial Estratégica (CGE).

Desta forma nasce, uma das ferramentas gerenciais mais importantes para a sobrevivência competitiva de uma Empresa no mercado atual.

A Contabilidade Gerencial Estratégica (CGE) veio agregar valor competitivo no processo decisório de uma Empresa e ao mesmo tempo na criação de estratégia forte e exequível.

O que diferencia a Contabilidade Gerencial Estratégica (CGE) da Contabilidade Gerencial Tradicional é que a primeira utiliza informações financeiras para análise do ambiente externo da Empresa, ou seja, o estudo mais detalhado dos seus fornecedores, clientes, consumidores e principalmente dos seus concorrentes. Já a segunda, lida como foco principal, o ambiente interno da Empresa, utilizando assim os dados quantitativos internos e preocupando-se com o gerenciamento das informações contábeis dentro da estrutura organizacional interna da Empresa.

Diante do rápido processo de mudanças no âmbito financeiro os softwares e sistemas de contabilidade gerencial, têm deixado muito a desejar na opinião de profissionais gerenciais e gestores das grandes organizações. Pois em um mercado onde a concorrência é global, a obrigação de acertar torna-se uma questão de sobrevivência para as empresas, por isso faz-se necessário o implemento da tecnologia no desenvolvimento de programas que trabalhem com o ambiente interno e externo da empresa, resultando assim em uma vantagem real de competitividade sustentável. A não preocupação de se trabalhar com um banco de dados real e tempestivo, coloca estas organizações em desvantagem neste acirrado cenário de concorrência.

Segundo Iudícibus (1994 apud VEIGA, 2000, p. 91) afirma:

É difícil para os sistemas gerenciais incluírem o estratégico, pois os resultados e objetivos a serem alcançados, e que fazem parte do planejamento estratégico, não são facilmente mensuráveis em unidades monetárias, pelo menos da forma mais detalhada, expressando-se melhor em unidades físicas e qualitativas.

Com base na afirmação, anteriormente citada, fica claro o quão é difícil chegar a um consenso quando se quer mesclar sistemas gerenciais precisos a gestão estratégica da empresa, tendo como gestores e contadores gerenciais seus como principais protagonistas.

Segundo Iudícibus e Marion (1999 apud VEIGA, 2000, p. 93) afirmam:

A informação contábil, como todo bem econômico, tem um custo e esse custo deve ser comparado como os benefícios esperados da informação. [...] Alguns tomadores de decisão sabem “tirar leite de pedra” de informações simples ao passo que outros nem tomam conhecimento de sistemas mais complexos. Para esses últimos à informação quase que terá somente custo e nenhum benefício.

Contudo, para o contador gerencial da organização, resta o dever de acompanhar a formação e atualização, do banco de dados, pelos sistemas gerenciais da empresa e transformá-los em relatórios de cunho estratégico para os seus gestores.

Cada organização poderá adaptar seus relatórios de acordo com as suas necessidades e pretensões competitivas, fornecendo suporte para os gestores nas futuras decisões da empresa.

Portanto fica clara a essencialidade do profissional contábil na criação de um programa de gerenciamento estratégico em uma empresa (Controlador), onde este se torna responsável pelo processamento das informações gerenciais e auxilia os gestores da organização no processo de tomada de decisões.

2.4 Contabilidade gerencial aplicada na responsabilidade social

A responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se apresenta pela relação ética e transparente das empresas, por meio de atitudes com todos os segmentos da sociedade. Desde seu surgimento, esse conceito tem provocado mudanças de paradigmas e exigido maior empenho da contabilidade gerencial na efetivação da responsabilidade social, que se torna mais importante à medida que a sociedade se conscientiza e exige empresas comprometidas com o social.

Esse processo de preocupação com o social deverá ser suportado e instrumentalizado por ações e mecanismos de apoio à gestão, ou seja, a empresa que deseja implantar projetos na área social, deve definir políticas e estratégias unidas a um comprometimento com a realização dos projetos, que quanto melhores elaborados, melhores serão os resultados para as empresas e principalmente para a sociedade.

Com esse conceito implantado, a organização deve priorizar não apenas seu desempenho econômico, mas também seu desempenho na área social, já que, a organização que demonstra sua preocupação e contribuição para o desenvolvimento da sociedade, poderá aumentar a sua credibilidade junto à comunidade.

Martinelli (1997) assinala que a empresa cidadã se torna um agente de transformação do ambiente social em que se insere, sem se ater apenas aos resultados financeiros e econômicos.

Segundo Neto e Froes (1999 apud LUCA, 2005, p. 27), a empresa deve atingir os vetores da responsabilidade social que direcionam os processos de gestão para o fortalecimento da dimensão social da empresa que são os seguintes: apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua; a preservação do meio ambiente; o investimento no bem-estar dos funcionários e de seus dependentes num ambiente de trabalho agradável; as comunicações transparentes; o retorno aos acionistas; a sinergia com os parceiros; a satisfação dos clientes e consumidores.

Empresas que adotaram a responsabilidade social como parte de sua estratégia empresarial, reconhecem que o desenvolvimento de ações sociais é ponto de fundamental importância para o crescimento de uma empresa, pois as empresas que prestam serviços sociais contribuem para o desenvolvimento social e são recompensadas com o valor que é

agregado à sua imagem e também com a conquista de clientes que dão preferência a empresas comprometidas com o social.

Além da implantação de ações sociais, a empresa também pode agregar valor à sua imagem com a divulgação do Balanço Social, que contém informações relativas ao desempenho da organização na área do meio ambiente, na prestação de serviços à sociedade e na área dos recursos humanos. Através do Balanço Social, a empresa torna público todos os seus investimentos na área social e possibilita que as pessoas conheçam os projetos implantados pela empresa com maior facilidade

Esse ganho da empresa é chamado retorno institucional, que ocorre quando os consumidores dão preferência às empresas que investem no social, e também quando o desempenho da empresa obtém o reconhecimento público.

De forma geral, a prática da responsabilidade social vinculada à estratégia competitiva das empresas gera um retorno institucional, não apenas para as empresas, mas para toda a sociedade, que é a principal beneficiada.

Dessa maneira, a responsabilidade social se implanta na organização, tornando-se um elemento essencial no processo de gestão e na cultura da empresa, que se relacionando de forma ética e transparente, está garantindo seu sucesso e sua posição no mercado e gerando uma imagem institucional positiva perante a sociedade.

3 METODOLOGIA

No intuito de atingir os objetivos propostos do presente trabalho, a metodologia aplicada constou de revisão de livros, revistas especializadas em contabilidade e pesquisa na internet, onde fomos providos de ricas informações que nos proporcionou sustentáculo para o desenvolvimento deste artigo.

4 CONCLUSÃO

Durante a elaboração do presente trabalho foi possível verificarmos a importância da contabilidade gerencial para o processo decisório nas empresas.

Analisamos os principais motivos causadores de uma má administração nas micro e pequenas empresas e apresentamos soluções para tais, através de métodos quantitativos utilizados pela contabilidade.

Foi relatada a importância da contabilidade gerencial na implantação da responsabilidade social nas empresas, que deve ser feita com a definição da política e das estratégias a serem utilizadas.

Além disso, fica clara a essencialidade do profissional contábil de um programa de gerenciamento estratégico em uma empresa (controlador), onde este se torna responsável pelo processamento das informações gerenciais e auxilia os gestores da organização no processo de tomada de decisão.

REFERENCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

KELM, Matinho Luís; MACIEL, Eliana Ribas. A Contabilidade Gerencial e os processos de gestão na perspectiva da Responsabilidade Social. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n. 125, jun. 2006.

- LACERDA, Joabe Barbosa. A Contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira. **Revista Brasileira de Contabilidade**, São Paulo, n. 160, p. 39-51, 2006.
- LUCA, Márcia Martins Mendes de. Responsabilidade Social – um diferencial competitivo para as empresas. **Revista Brasileira de Contabilidade**, São Paulo, n. 152, p. 25-32, mar./abr. 2005.
- MARTINELLI, Antônio Carlos. Empresa – cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn B. **Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e terra, 1997.
- VEIGA, Valmir da Fonseca. Contabilidade Gerencial Estratégica: o uso da Contabilidade Gerencial como suporte ao processo de Gestão Estratégica. **Revista Brasileira de Contabilidade**, [s. l.], n. 142, p. 87-141, 2000.

AC 9: O USO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS NAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Carlos Henrique⁶⁵; Douglas Brito⁶⁶; Helton Santos⁶⁷; Flávia Roberta Bruno Teixeira⁶⁸

RESUMO

A Contabilidade é uma ciência social, que tem na essência de sua definição a função de demonstrar toda e qualquer variação ocorrida no patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, auxiliando assim seus diversos usuários. Desta forma abordaremos, neste estudo, a importância do uso das informações contábeis nas micro e pequenas empresas, e suas infinitas aplicabilidades no cotidiano destas. Diante da atual realidade econômica e acirrada concorrência entre as empresas, à ciência contábil, através dos seus profissionais e das novas necessidades dos seus usuários, adotou a postura de conscientizar estes administradores de que a contabilidade para às micro e pequenas empresas não se limita apenas ao fisco ou a rotinas trabalhistas, mas sim no apoio aos gestores na tomada de suas decisões. Este conceito para agregar valor às micro e pequenas empresas no que diz respeito à gestão estratégica e até mesmo em projetos financeiros desenvolvidos por estas empresas, visando um melhor retorno por parte da sociedade e uma maior vantagem competitiva. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar a importância do uso da contabilidade para às micro e pequenas empresas, e como objetivos específicos: Compreender como as ME'S e EPP'S podem se utilizar dos serviços contábeis não só para fins tributários e fiscais; aprofundar o uso da contabilidade completa na gestão e planejamento estratégico das empresas; avaliar qual a influência e o retorno obtido por estas empresas. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica de fonte secundária advinda da internet e autores especialistas no assunto. Portanto, podemos concluir, após o breve estudo, a importância das informações contábeis e do profissional contábil no processamento dos dados contábeis, visto que o mesmo auxilia com informações significativas para os gestores da organização no processo decisório.

Palavras-chave: Contabilidade. Competitividade. Empresa.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem o intuito de demonstrar a importância da utilização das informações contábeis pelos Micro e Pequenos Empresários; o papel do contador; a interpretação das informações com o objetivo de suprir as necessidades e anseios dos mesmos e como objetivos específicos o de aprofundar o uso da contabilidade completa na gestão e planejamento estratégico das empresas; a sua influência e o retorno obtido por estas. Desta forma, a importância do profissional contábil no processamento dos dados contábeis dar-se-á através do seu auxílio na elaboração de um banco de dados significativo e que retrate a real situação da empresa, objetivando assim uma maior eficiência na tomada de decisões futuras dos Micro e Pequenos Empresários.

⁶⁵ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶⁶ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶⁷ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁶⁸ Professora, Orientadora.

2 Contexto Histórico

As mudanças ocorridas na economia no século XX. Ocasionadas pela crise da Bolsa de Valores dos Estados Unidos em 1929, provocou mudanças também na Contabilidade, fazendo com que surgissem os Princípios Fundamentais da Contabilidade que, com alguns ajustes, são seguidos até os dias atuais.

Além do surgimento desses princípios, surgiram também leis para regulamentar a Contabilidade e foram feitas leis para os diversos tipos de empresas, inclusive para as micro e pequenas empresas.

Essas empresas são reguladas pela Lei Complementar 123/06 que estabelece normas relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às Micro e Pequenas Empresas. De acordo com essa lei, as empresas que recebem receitas de até R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) são consideradas Micro Empresas e Pequenas Empresas são aquelas que adquirem receita bruta superior a R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais).

2.1 Escrituração

A escrituração contábil pode ser entendida como sendo um conjunto de procedimentos técnicos sistematizados que visam o registro, controle e demonstração das variações ocorridas no patrimônio num determinado período, bem como sua posição em determinada data.

De acordo com Fávero (1995, p. 113) escrituração contábil: “É o ato de se registrar nos livros da empresa as movimentações ocorridas em seu patrimônio”.

Ainda segundo Ribeiro (1997, p. 82): “Escrituração é uma técnica que consiste em registrar nos livros próprios (Diário, Razão, Caixa etc.) todos os fatos administrativos que ocorrem na empresa”.

A constituição Federal de 1988, no artigo 179, estabelece que as Pequenas e Microempresas tenham tratamento diferenciado, favorecido e simplificado, mas isso não deve ser interpretado como dispensa da obrigação da escrituração como ocorre em alguns casos.

O processo de escrituração inicia-se quando da abertura da empresa quando deve ser feito, com base no instrumento de constituição da empresa, a Declaração de Firma Individual, o Contrato Social ou a Ata de Assembléia de Constituição.

Essas empresas possuem a obrigação de registrar alguns livros contábeis como o Livro Diário, que registra todos os fatos que afetam o patrimônio, em ordem de dia, mês e ano, podendo contar com livros auxiliares para registrar operações específicas ou a movimentação de determinadas contas, e o Livro Razão que registra, também, todos os fatos, só que dando ênfase para as contas que compõem o patrimônio. É esse livro que permite conhecer a movimentação de débito e crédito de cada elemento que compõem o patrimônio da empresa.

Existem ainda outros tipos de livros, que são os Livros Auxiliares, de registro optativo da empresa, no entanto, a partir do momento em que a empresa escolhe pelo seu registro, este se torna obrigatório. Como exemplo desses livros podemos citar: Livro Caixa, Livro de Inventário, Livro de Entrada de Mercadorias e Livro de Registro de Prestação de Serviços.

Outras obrigações dessas empresas é a elaboração do Plano de Contas, que é uma estrutura básica da escrituração contábil, pois é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração de todos os relatórios contábeis, além de ter a obrigação de divulgar, de forma periódica, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (D.R.E.).

2.2 Cenário Nacional

No Brasil, de acordo com dados do SEBRAE, nove em cada dez empresas são classificadas como Micro e Pequenas Empresas. Porém, anualmente, a maioria dessas empresas (cerca de 71%) encerram suas atividades em menos de cinco anos após sua abertura.

Ainda em dados pelo SEBRAE, no ano de 2002, somente em São Paulo, 63% das Micro e Pequenas Empresas que iniciaram suas atividades foram fechadas, representando aproximadamente 78.000 empresas. O SEBRAE cita que os principais motivos para o fechamento dessas empresas são a falta de Planejamento e de preparo na Gestão Empresarial.

As Micro e Pequenas Empresas fazem uso da prestação de serviços de um escritório de contabilidade ou contador. No entanto, esses serviços, em sua imensa maioria, são usados de forma limitada apenas para a apuração de impostos, contribuições e manutenção da contabilidade em dia. Esse fato acaba causando prejuízos tanto ao profissional de contabilidade como as também as ME e EPP. Essas empresas não dão à devida valorização aos trabalhos de contabilidade e não remuneram adequadamente o profissional de contabilidade. Em consequência, o profissional contábil fornece apenas simples informações para o cumprimento das obrigações fiscais e legais, cuidando somente da parte burocrática do trabalho e não contribuindo para outras vertentes das atividades empresariais.

Para Raza (2006, p. 69): “Uma empresa sem contabilidade é uma empresa sem histórico, sem identidade e sem as mínimas condições de sobreviver ou de planejar seu crescimento, seu futuro [...]”.

A Contabilidade tem um importante papel, não somente para a regulamentação das empresas, cumprimento de obrigações fiscais e legais, mas também como ferramenta de auxílio para o processo decisório dos gestores, para a elaboração de um planejamento financeiro e estratégico e, conseqüentemente, para que essas empresas se mantenham rentáveis e sobrevivam no competitivo mercado.

Nesse contexto, a controladoria surge como importante ferramenta para solucionar os diversos problemas causados da relação entre a contabilidade e as empresas. A controladoria consiste em desenvolver um sistema de informações gerenciais, utilizadas nas áreas econômica e financeira, baseadas nas informações geradas pela contabilidade, facilitando o posicionamento dos gestores e dando-lhes subsídio para a tomada de decisão.

O controller é o profissional de contabilidade incumbido de executar os princípios e fundamentos da controladoria, e de fornecer as informações à administração das empresas abrangendo as mais diversas áreas das atividades empresariais e contribuir principalmente para a elaboração de um planejamento.

Segundo Mendes (apud MARTINS, 2002, p. 55):

O controller é um ‘almoxarife’ da base de dados da empresa, onde se encontram, além dos dados, os critérios de mensuração e de valoração e as regras de decisão, entre outras informações. Essa base de dados controla todas as vertentes de decisão da empresa, sejam elas operacionais econômicas ou financeiras.

Dessa forma, podemos perceber como os conhecimentos da controladoria podem ser aplicados ao planejamento das Micro e Pequenas Empresas e qual o papel do controller para a organização desse planejamento.

As principais funções da controladoria que contribuem para aplicação do planejamento nas empresas são: informação, motivação, coordenação, avaliação, planejamento e acompanhamento.

Essas funções são trabalhadas através de um processo que se inicia com a tradução dos dados gerando a informação. A motivação é aplicada em função dos efeitos que os sistemas de controle causam ao comportamento das pessoas. Assumindo em seguida a função de coordenação, a controladoria visa centralizar as informações procurando detectar situações desfavoráveis aos planos e também sugerir soluções. Para interpretar e avaliar resultados é aplicada uma avaliação dos fatos. Nesse processo, também encontra-se o planejamento do planejamento que vem a contribuir para verificar a viabilidade e consistência do próprio

planejamento. E por fim, a controladoria acompanha a evolução dos planos continuamente de forma a corrigir possíveis falhas ou revisar o planejamento.

Assim concluímos que o papel do profissional contábil é decisivo para que as informações contábeis sejam utilizadas em sentido mais amplo no processo decisório e de gestão das Micro e Pequenas Empresas. A utilização dos trabalhos de controladoria não é garantia, em curto prazo, de que a Micro e Pequenas Empresas não encerrarão mais suas atividades, pois alguns fatores externos também contribuem para esse atual quadro dessas empresas, tais como: as pressões normais do cotidiano, o precário apoio dos órgãos governamentais, juros altos, dificuldade para conseguir empréstimos e financiamentos, instabilidade econômica, entre outros. No entanto, se essas empresas fizerem um melhor uso das informações contábeis, exigindo mais de seu contador ou escritório de contabilidade, ou ainda contratando um serviço de controladoria, as chances dessas empresas se manterem “vivas” e competitivas no mercado serão muito maiores.

Cabe então aos gestores das Micro e Pequenas Empresas reconhecerem a necessidade e importância da contabilidade e buscarem algo a mais desse serviço que é fundamental à existência delas.

2.3 O Uso das Informações Contábeis nas Micro e Pequenas Empresas

O mau uso das informações contábeis, por parte do Micro e Pequenos Empresários fica mais claro quando existe uma consciência coletiva entre os administradores de que a contabilidade é somente para fins fiscais (escrituração), impedindo de certa forma o desenvolvimento da chamada contabilidade completa, nesta o empresário (administrador) utiliza-se dos dados contábeis para fins gerenciais, fundamentando assim as suas tomadas de decisões.

Ressalta-se, que para as Micro e Pequenas Empresas, a Legislação Tributária, admite a opção por um regime simplificado de Tributação, onde através da Lei Complementar nº 123/2006, demonstra o novo tratamento tributário simplificado, conhecido como Super Simples ou Simples Nacional.

Segundo a consulta ao site da Receita Federal, o Simples Nacional apresenta as seguintes características (RECEITA FEDERAL, 2007):

[...] Para o ingresso no Simples Nacional é necessário o cumprimento das seguintes condições:

- Enquadrar-se na definição de microempresa ou de empresa de pequeno porte;
 - Cumprir os requisitos previstos na legislação; e
 - Formalizar a opção pelo Simples Nacional;
- Características principais do Regime do Simples Nacional:
- Ser facultativo;
 - Ser irretroatável para todo o ano-calendário;
 - Abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica;
 - Apuração e recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação;
 - Disponibilização às ME e às EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido;
 - Apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;
 - Vencimento no último dia útil da primeira quinzena do mês subsequente ao do período de apuração;
 - Possibilidade de os Estados adotarem sublimites de EPP em função da respectiva participação no PIB;

Dessa maneira o entendimento das informações contábeis pelos gestores, ganha ainda mais importância, agora às informações geradas pela contabilidade deverão ser utilizadas na gestão do administrador, daí a necessidade de que os relatórios contábeis possuam uma

linguagem de simples entendimento, atualizada, periódica, de fácil aplicação à realidade da Empresa, buscando assim atingir o seu objetivo gerencial.

2.4 O Verdadeiro Papel do Contador no auxílio aos Micro e Pequenos Empresários

A Postura de um profissional da contabilidade tem-se tornado cada vez mais decisiva na saúde de uma Empresa, principalmente quando tratamos das Micro ou Pequenas Empresas, onde a aplicação das funções contábeis precisa ser utilizada com eficiência e eficácia, e não apenas limitada ao fisco e as rotinas trabalhistas.

Os Usuários da Informação Contábil estão cada vez mais exigentes e sofisticados, por isso a necessidade da capacitação e constante atualização dos contabilistas, principalmente no âmbito da Contabilidade Gerencial, conhecimento este extremamente relevante na criação de um banco de dados contábeis consistentes e que venham a suprir e principalmente atender as necessidades dos Micro e Pequenos Empresários.

Desta forma, as informações contábeis poderão ser utilizadas de maneira muito mais inteligente pelos administradores (tomadores de decisão), pois com o uso de uma contabilidade mais específica, com uma linguagem mais simplificada e objetiva, tornando a informação mais clara e gerenciável.

Os Administradores com o auxílio de um contador terão ao seu alcance uma ferramenta indispensável para seu planejamento empresarial, criação de suas estratégias de mercado e flexibilidade para adaptar-se às diversas condições do mercado, tudo isso vem a ratificar o verdadeiro papel do contador em sua prestação de serviço.

Segundo Marion (apud FREY, 2000, p. 45):

A função básica do contador é produzir informações úteis aos usuários da Contabilidade para tomada de decisões, Ressalte-se, entretanto, que, em nosso país, em alguns segmentos da nossa economia, [...] a função do contador foi distorcida (infelizmente), estando voltada exclusivamente para satisfazer às exigências legais.

2.5 A Interpretação das Informações Contábeis pelos Micro e Pequenos Empresários

Há um sentimento coletivo por parte dos administradores de que tudo dependerá do seu contador, mas não existe um esforço recíproco, pois é de suma importância que o Micro e Pequeno Empresário também estejam atentos ao seu banco de dados, demonstrando assim integração com aquele que lhe fornece as informações contábeis de sua empresa, e traduzir tudo isto em resultados reais na sua gestão através de uma ampla análise econômico-financeira.

De acordo com Frey (2000, p. 49): “Percebe-se que, quanto maior o grau de instrução do empresário, maior é a utilização dada à contabilidade para a gestão da empresa”.

Portanto, a interpretação e análise dos relatórios desenvolvidos pelos contadores, respeitados a questão da periodicidade, a facilidade de conversão destes dados em ações na empresa, a flexibilidade, a facilidade na obtenção destas informações e principalmente a simplicidade com que é elaborada e repassada, são características indispensáveis para o entendimento satisfatório dos Micro e Pequenos Empresários, respeitando é claro a particularidade do modelo decisório de cada um destes.

3 METODOLOGIA

A metodologia implementada na elaboração deste trabalho foi baseada em pesquisa bibliográfica, em consulta a revistas especializadas em contabilidade e em pesquisas em artigos eletrônicos via Internet. Em seguida, trataremos da importância da contabilidade para as Micro e Pequenas Empresas, a atual situação da contabilidade em relação a essas empresas, as falhas nessa relação e o que pode ser feito para solucioná-las.

4 CONCLUSÃO

Através deste trabalho concluímos que a contabilidade possui grande importância na gestão das Micro e Pequenas empresas, não apenas na função de registrar os fatos contábeis, mas também na obtenção de informações para o administrador. Esta ciência gera subsídios para que os empresários possam administrar empresas da melhor forma possível, enfrentando a alta tributação existente no país, a alta taxa de mortalidade das Micro e Pequenas Empresas em seus primeiros anos de existência e fornecendo opções para que o empresário escolha o melhor caminho para sua empresa.

REFERÊNCIAS

- FAVERO, Hamilton Luiz et al. **Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREY, Irineu Afonso. **Congresso Brasileiro de Contabilidade: O Uso de Informações Contábeis na Pequena Empresa**. Conselho Regional de Contabilidade, p. 45-50, fev./abr. 2003.
- LACERDA, Joabe Barbosa. A Contabilidade como ferramenta gerencial na gestão financeira das micros, pequenas e médias empresas (MPMEs): necessidade e aplicabilidade. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 160, p. 39-160, 2006.
- MARTINS, Orleans Silva. **O Planejamento em Micro e Pequenas Empresas Comerciais, através da Controladoria**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/planejamento-empresas/planejamentoempresas.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2007.
- RAZA, Cláudio. **O Papel dos Escritórios de Contabilidade na Sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/12024/>>. Acesso em: 19 set. 2007.
- RECEITA FEDERAL. **Nacional Simples**. Disponível em: <<http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/sobre/caracteristicas.asp>>. Acesso em: set. 2007.
- RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- SEBRAE. **Mortalidade de Empresas**. Disponível em: <<http://www.sebraesp.com.br/principal/conhecendo%20a%20mpe/>>. Acesso em: 19 set. 2007.
- SILVA, Daniel Salgueira da. **Manual dos Procedimentos Contábeis: Micro e Pequenas Empresas**. 5. ed. Brasília, DF: CRC/DF, 2002.

AC 10: A ESCOLHA DO MÉTODO DE CUSTEIO ADEQUADO

Cíntia Gonçalves Ximenes⁶⁹; Maria Osvandira Ferreira de Sousa⁷⁰; Rogério Frota Leitão dos Santos⁷¹

RESUMO

No dias atuais, as organizações buscam cada vez mais controlar os seus custos, ao invés de ajustar o seu preço de venda, como forma de manter seu padrão competitivo de mercado. Para escolher um sistema de custeio adequado os analistas de custos devem buscar um conjunto de preceitos, coordenados entre si, que atenda a empresa, seja funcional e que respeite o princípio da relação custo-benefício, além de justificar os valores gastos para produzir os produtos ou prestar os serviços. Sendo assim, este artigo vem dar uma contribuição, através de pesquisas bibliográficas e internet, no estudo dos principais métodos de custeio abordados no Brasil, que são: o Custeio por Absorção, o Custeio Variável e Custeio Baseado em Atividades - ABC (Activity Based Costing), com o objetivo de elucidar as dúvidas quanto ao melhor método de controle gerencial de custos.

Palavras-chave: **Custos. Métodos. Abc. Absorção. Variável.**

1 INTRODUÇÃO

A crescente competitividade no mercado exige das empresas uma constante reestruturação em sua forma de gestão e muitas vezes em sua estrutura organizacional objetivando alcançar lucros não somente pela alteração em seus preços, mas pela diminuição de seus custos.

Conforme Vieira (2007, p. 34), a busca de liderança no mercado requer uma forte orientação voltada para o futuro. Por esse motivo, o controle de custos tem sido objeto fundamental para manter os preços em um padrão competitivo para o mercado. As empresas cada vez mais tentam “enxugar” os seus custos, seja pela área da tecnologia, inovando em soluções e assim evitando gastos desnecessários em seus processos produtivos, seja pelas áreas mais simples, como evitando o desperdício de papel ou outros materiais que ao final resultam em uma diminuição relevante quando se compõe o preço final do produto ou se apuram os custos administrativos.

Não somente a indústria como outros seguimentos econômicos buscam uma solução mais completa para análise de seus custos, principalmente naquelas organizações que vendem uma multiplicidade de produtos e serviços.

É necessário confiabilidade no sistema de determinação dos custos, para evitar possíveis distorções no preço final dos produtos e serviços como também evitar tomadas de decisões erradas que podem causar prejuízos à organização.

Os métodos de custeio visam às apurações dos custos ou bens, mercadorias e serviços das organizações como um todo, sua principal meta é mostrar o modo como será atribuído custos aos produtos de um modo geral. Por isso, a escolha do método de custeio para uma empresa tem uma importância primordial para cada entidade.

Ao escolher um sistema de custeio os analistas de custos devem buscar um conjunto de preceitos, coordenados entre si, que atenda a empresa, seja funcional e que respeite o princípio da relação custo-benefício e que acima de tudo justifiquem os valores gastos para produzir os produtos ou prestar os serviços.

⁶⁹ Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁷⁰ Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁷¹ Professor, Orientador.

Diante de tais inquietações, o problema focado neste artigo está em identificar: qual o método de custeio mais indicado para se obter um controle de custos eficaz? Objetivando analisar, através de pesquisas bibliográficas e internet, os principais métodos de custeio abordados no Brasil, que são: o Custeio por Absorção, o Custeio Variável e Custeio Baseado em Atividades - ABC (Activity Based Costing), e assim definir qual método de custeio tem uma aplicação mais satisfatória para controle gerencial de custos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Custeio por absorção

Conforme Wikipédia (2007), o método do Custeio por Absorção foi derivado do sistema desenvolvido na Alemanha no início do século XX conhecido por RKW (*Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit*). Esse método visa apurar os custos dos bens ou serviços, baseado nos custos de produção seja ele fixo ou variável, direto ou indireto, sendo que uma das principais vantagens está em atender aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

Segundo Zanluca (2007), para fins fiscais (Imposto de Renda), o uso do custeio de absorção é obrigatório.

Martins (2003, p. 37) ensina que custeio por absorção

É o método derivado da aplicação dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, nascido da situação histórica mencionada. Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de produção são distribuídos para todos os produtos ou serviços feitos.

A desvantagem na utilização desse método é que apesar de atender ao Fisco, deixa a desejar na parte gerencial, considerando-se a difícil separação de custos e despesas, já que na prática ocorre uma série de problemas pelo fato de não ser possível a separação de uma forma clara e objetiva, aplicando-se em relação a esses gastos não identificados um rateio que quase sempre é arbitrário.

2.2 Custeio variável

O Custeio Variável busca a correção de falhas existentes no sistema de Custeio por Absorção. Enquanto o método de Custeio por Absorção busca apurar os custos dos bens ou serviços baseado nos custos da produção, no método de Custeio Variável estes custos são tratados como despesas, e vão direto para o resultado.

Esse tipo de custeio diminui a necessidade de rateio pelo fato de que no Sistema de Custeio Variável somente os custos variáveis são alocados aos produtos e serviços. Na maioria dos casos, os custos variáveis são diretos, dispensando assim a necessidade dos rateios dos custos indiretos.

Uma das principais vantagens do Custeio Variável é a apresentação de informações gerenciais para o gestor por meio da Margem de Contribuição.

Como desvantagem esse Método de Custeio apresenta a não obediência aos princípios fundamentais da Contabilidade por ferir o princípio da competência, pois neste método os custos fixos, referentes a produtos ou serviços, ainda não vendidos, são levados diretamente ao resultado.

2.3 Custeio ABC

Conforme cita Andrade (2007, p. 6), o sistema de Custeio Baseado em Atividades (ABC – Activity Based Costing) tem por finalidade amenizar distorções provocadas pelo uso do rateio, necessários para o método do Custeio por Absorção.

Para Martins (2003, p. 87) o Custeio Baseado em Atividades “é uma metodologia de custeio que procura reduzir sensivelmente as distorções provocadas pelo rateio arbitrário dos custos indiretos”.

A idéia principal é atribuir primeiramente os custos às atividades e posteriormente atribuir custos das atividades aos produtos. Sendo assim, primeiramente faz-se o rastreamento dos custos que cada atividade causou, atribuindo-lhes estes custos, e posteriormente verificam-se como os portadores finais de custos consumiram serviços das atividades, atribuindo-lhes os custos definidos.

Kaplan e Cooper (apud ABBAS, 2002, p. 81) definem o Sistema ABC como Uma abordagem que analisa o comportamento dos custos por atividade, estabelecendo relações entre as atividades e o consumo de recursos, independentemente de fronteiras departamentais, permitindo a identificação de fatores que levam a instituição ou empresa a incorrer em custos em seus processos de oferta de produtos e serviços e de atendimento a mercado e clientes.

Considerado muitas vezes um sistema de difícil implantação, trata-se em sua essência como uma poderosa metodologia de custeamento, que procura reduzir sensivelmente as distorções pelos sistemas tradicionais.

3 METODOLOGIA

Esta investigação de caráter exploratório foi viabilizada por meio de pesquisa bibliográfica efetivada pela consulta a livros, revistas, artigos e materiais coletados na internet dos temas ligados ao estudo.

4 CONCLUSÃO

Embora o método de Custeio por Absorção seja obrigatório para fins fiscais e atenda aos Princípios Contábeis, esse método não é o mais indicado para o processo decisório. A arbitrariedade no rateio dos custos indiretos causa distorções na apuração dos custos, o que pode ocasionar tomadas de decisões equivocadas.

Já o método de Custeio Variável, contribui para o processo de gestão, devido à identificação da Margem de Contribuição, pela alocação dos custos variáveis, dispensando os custos indiretos.

Entretanto, como o objetivo em questão é analisar não somente a Margem de Contribuição como o controle de custos da forma mais eficaz, não é sensato desprezar os custos indiretos.

Enfim, pelo estudo apresentado, o Custeio Baseado em Atividades – ABC, apesar de ser um método mais complexo de apuração de custos, torna-se também o mais eficaz quando o objetivo é proporcionar as informações gerenciais para auxiliar na tomada de decisão, já que o método ABC proporciona o acompanhamento e correções devidas nos processos internos da organização.

REFERÊNCIAS

ABBAS, Kátia; LEZANA, Álvaro Guillermo Rojas. Apuração dos custos nas organizações hospitalares: o método ABC aplicado no serviço de processamento de roupas de um hospital. **Revista da AFAE**, Curitiba, v. 5, n. 2. p. 77-97, maio/ago. 2002.

ANDRADE, Nilton de Aquino; BATISTA, Daniel Gerhard; SOUSA, Cleber Batista de. **Vantagens e Desvantagens da utilização do sistema de custeio ABC**. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/art_cie/art_37.pdf>. Acesso em: 16 maio 2007.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

VIEIRA, Patrícia Aparecida. Controladoria Estratégica: Focando o Futuro da Organização. **Revista Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, Conselho Regional de Contabilidade do RJ, fev./abr. 2005. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/apuracao_dos_custos_na_organizacoes.pdf>. Acesso em: 15 maio 2007.

WIKIPÉDIA. **Custeio por Absorção**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Custeio_por_absor%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 30 maio 2007.

ZANLUCA, Julio César. **Estrutura Básica de Um Sistema de Custeamento**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/sistamacustos.htm>>. Acesso em: 31 maio 2007.

AC 11: DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ADAPTAÇÃO AS NORMAS INTERNACIONAIS

Cíntia Gonçalves Ximenes⁷²; Vilaísse Silva⁷³; Uverlan Rodrigues Primo⁷⁴

RESUMO

A globalização atingiu também a contabilidade. A necessidade da expansão internacional das empresas levantou uma problemática de entendimento das demonstrações contábeis. Hoje, apesar dos esforços de algumas entidades como o International Accounting Standards Board (IASB) para padronizar as demonstrações e normas contábeis, a dificuldade pelas diferentes moedas e principalmente pelas diferentes culturas e legislações dos países tem contribuído para burocratizar e dificultar a padronização. No Brasil, onde a burocracia rege todas as mudanças, não poderia ser diferente: demora para implementação das normas e dificuldade de aprovação de Leis. Sendo assim, este artigo vem dar uma contribuição ao estudo dessa padronização, através de pesquisas bibliográficas, enfocando as diferenças entre as demonstrações contábeis divulgadas pelo IASB e as demonstrações contábeis brasileiras, com o objetivo de levantar as principais diferenças e justificar a não implementação do padrão contábil internacional no Brasil.

Palavras-chave: **IASB. Normas Internacionais. Harmonização.**

1 INTRODUÇÃO

O papel da contabilidade de fornecer informações úteis aos seus usuários ultrapassou fronteiras até atingir áreas internacionais. Não é admissível com todo progresso tecnológico e a globalização que o desenvolvimento de uma entidade e sua expansão estejam limitados por não existirem práticas e políticas contábeis capazes de traduzir em todos as línguas relatórios contábeis com níveis adequados de entendimento.

Desde que foi criado em 2001, o *International Accounting Standards Board* (IASB) tem desempenhado um papel de destaque no processo de harmonização das normas contábeis internacionais. Entretanto, com a divergência de culturas e leis, não é tarefa fácil promover a convergência dos padrões contábeis entre os países.

No Brasil as empresas precisam apresentar demonstrações contábeis que, de fato, reflitam sua situação econômica e financeira para adquirir novos parceiros internacionais, e para esses parceiros, sem uma adequação às normas internacionais não é possível avaliar os riscos e acompanhar a atuação das empresas no Brasil.

Diante de tais inquietações, o objetivo desse artigo é analisar a estrutura das demonstrações contábeis estabelecidas pelo IASB e comparar essas demonstrações conforme as normas brasileiras de contabilidade, através de pesquisas bibliográficas, identificando as diferenças entre o padrão brasileiro e o internacional, o que se justifica na intenção de adequar as demonstrações, visando à obtenção de relatórios contábeis que, seguramente, podem suportar o mercado de negócios globalizado, e cujas informações possam ser avaliadas sem distorções, respondendo assim ao questionamento: O que justifica a não implementação das normas internacionais nas demonstrações contábeis?

⁷² Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁷³ Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁷⁴ Professor, Orientador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Estrutura das Demonstrações Contábeis

O Conselho Federal de Contabilidade dedicou a Norma Técnica NBC T3, aprovada pela Resolução CFC nº 696/90, ao tratamento e estruturação das Demonstrações Contábeis em geral.

No âmbito das normas internacionais, o IASB publicou em 2003 o *International Accounting Standard 1* (IAS 1) ou Norma Internacional de Contabilidade nº 1, que tem como objetivo prescrever a base de apresentação das demonstrações financeiras de caráter geral, de modo a permitir a sua comparabilidade no tempo e no espaço.

Comparando-se as duas normas nota-se o quão pobre de conceitos e objetivos se torna a norma brasileira, pois limitam-se exclusivamente a especificar que as demonstrações são extraídas do sistema contábil de contabilidade, que a atribuição e responsabilidade técnica cabem a contabilista registrado no CRC, que devem obedecer aos Princípios Fundamentais da Contabilidade, que devem especificar data e entidade e que as demonstrações devem propiciar suficientemente entendimento do que cumpre demonstrar.

A norma internacional, no entanto, amplia o conceito das demonstrações e procura exaltar o seu real objetivo, entendendo-se que sua aplicabilidade procura ser mais flexível conforme a situação da empresa, sem infringir a regulamentação.

O IAS 1 ressalta a finalidade das demonstrações contábeis, que é proporcionar informação acerca da posição financeira, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa de uma entidade, que seja útil a uma vasta gama de usuários para tomada de decisões econômicas.

O entendimento da necessidade das demonstrações também é divergente pelas normas internacionais e brasileiras. As normas internacionais consideram que para satisfazer o objetivo da contabilidade, seria necessário além do balanço, DRE e DMPL, a Demonstração do Fluxo de Caixa, o que ainda não é obrigatório no Brasil. Entretanto, a norma internacional não trata a respeito da DOAR, que é obrigatória pela Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/1976), disposto em seu artigo 176.

| DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS | |
|--|---|
| Padrão Brasileiro | Padrão Internacional |
| Balanço Patrimonial | Balanço Patrimonial |
| Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) | Demonstração dos Resultados |
| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) | Demonstração de Alterações no Capital Próprio |
| Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) | Demonstração de Fluxos de Caixa |
| Notas Explicativas | Notas |

Quadro 1 – Comparativo dos Demonstrações Contábeis Padrão Brasileiro e Internacional.

Fonte: Iudícibus (2003) e IAS 1.

2.2 Balanço patrimonial

No tocante à definição de Balanço Patrimonial, a NBC T3 (2007) estabelece que: “O balanço patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente, numa determinada data, a posição patrimonial e financeira da Entidade”.

Conforme cita a NBC T3, as informações contidas no balanço são estáticas, e provavelmente, haverá mudança em sua estrutura algum tempo após seu encerramento. Entretanto, o que ele contém são informações extremamente relevantes para o conhecimento e análise do patrimônio e da situação financeira.

O balanço é composto por três partes: ativo, passivo e patrimônio líquido, sendo que cada um desses componentes apresenta diversas contas classificadas em “grupos”, dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez. Em Wikipédia (2007), a liquidez é explicada

como: “um conceito econômico que considera a facilidade com que um ativo pode ser convertido no meio de troca da economia”.

A definição do Balanço no IAS 1, é citado por Moraes e Lourenço (MORAIS; LOURENÇO, 2007, p. 340) como:

Balanço, que representa a posição financeira de uma entidade num determinado momento e no qual se proporciona informação sobre os recursos econômicos que a entidade controla com vista à obtenção de fluxos financeiros futuros, sobre a estrutura das fontes de financiamento de tais recursos, sua liquidez e solvência e sobre a sua capacidade para se adaptar a alterações no meio envolvente em que opera.

Com uma definição bem mais completa que o padrão brasileiro, e focando num dos pressupostos básicos da contabilidade internacional que é a continuidade, a Estrutura Conceitual do IASB procura demonstrar na conceituação do balanço que a posição financeira de uma entidade é afetada pelos recursos econômicos que ela controla, evidenciando as potencialidades pela busca de retorno financeiros futuros, além de sua flexibilidade em adaptar-se as condições dos meios externos.

Os principais elementos do balanço são os Ativos, Passivos e o Capital Próprio. Ativos e passivos devem ser classificados como correntes, como não-correntes, ou apresentados de maneira genérica na ordem de sua liquidez caso esta última proporcione informações mais confiáveis e relevantes.

| ATIVO | |
|---------------------------------------|----------------------------------|
| Padrão Brasileiro | Padrão Internacional |
| <i>Ativo Circulante</i> | <i>Ativo Corrente</i> |
| <i>Ativo Realizável a Longo Prazo</i> | <i>Estoques</i> |
| <i>Ativo Permanente</i> | <i>Recebíveis</i> |
| <i>Investimento</i> | <i>Disponibilidades</i> |
| <i>Imobilizado</i> | <i>Ativo Não Corrente</i> |
| <i>Diferido</i> | <i>Imobilizações Técnicas</i> |
| | <i>Imobilizações Financeiras</i> |
| | <i>Intangível</i> |
| | <i>Goodwill</i> |
| | <i>Realizável a Longo Prazo</i> |

Quadro 2 – Comparativo do Ativo no Balanço Patrimonial Padrão Brasileiro e Internacional.
Fonte: Assaf Neto (2002, p. 59); Iudícibus (2002, p. 188).

| PASSIVO | |
|--|-----------------------------|
| Padrão Brasileiro | Padrão Internacional |
| <i>Passivo Circulante</i> | <i>Passivo</i> |
| <i>Passivo Exigível a Longo Prazo</i> | <i>Passivo corrente</i> |
| <i>Resultado de Exercícios Futuros</i> | <i>Passivo não-corrente</i> |
| <i>Patrimônio Líquido</i> | <i>Patrimônio Líquido</i> |
| <i>Capital Social</i> | <i>Capital</i> |
| <i>Reservas de Capital</i> | <i>Reservas de Lucros</i> |
| <i>Reservas de Reavaliação</i> | <i>Lucros Acumulados</i> |
| <i>Reservas de Lucros</i> | |
| <i>Lucros ou Prejuízos Acumulados</i> | |

Quadro 3 – Comparativo do Ativo no Balanço Patrimonial Padrão Brasileiro e Internacional.
Fonte: Assaf Neto (2002, p. 59); Iudícibus (2002, p. 188).

2.3 Demonstração dos Resultados do Exercício

Conforme Assaf Neto (2002, p. 75), a “demonstração de resultados do exercício visa fornecer, de maneira esquematizada, os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, os quais são transferidos para contas do patrimônio líquido”.

A Lei 6.404/76 estabelece que sejam computados na determinação do resultado do Exercício as receitas e os rendimentos ganhos no período, bem como os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos, em obediência ao Princípio da Competência.

No Brasil, a estrutura da Demonstração do Resultado já é imposta pela Lei, sendo iniciada com o valor total da receita apurada em suas operações de vendas, da qual é deduzido o custo total correspondente a essas vendas, apurando-se a margem bruta, ou seja, o lucro bruto, sendo apresentadas logo após as despesas operacionais, despesas e receitas não operacionais, até chegar ao resultado, ou seja, a estrutura é a mesma para toda e qualquer entidade.

Já na Norma Internacional, os principais elementos da Demonstração dos Resultados são os proveitos e custos, sendo proveitos um aumento nos benefícios econômicos, e custos, como sendo as diminuições dos benefícios econômicos futuros durante o período, ambos que não sejam relacionados com as contribuições de sócios ou acionistas.

Diferentemente da norma brasileira, a Demonstração dos Resultados pelas normas internacionais não determina uma estrutura padrão, estabelecendo somente um conteúdo mínimo a ser apresentado.

2.4 Demonstração das alterações do capital próprio

A Demonstração das Alterações do Capital Próprio utilizado no padrão internacional é comparável com a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) utilizada no Brasil, entretanto, essa demonstração não é obrigatória pela Lei nº. 6.404/76, mas sua publicação é exigida pela CVM em sua Instrução 59/86 para as companhias abertas.

A DMPL é uma demonstração que gera informações extremamente úteis, pois conforme Iudícibus (2003, p. 376):

[...] é de muita utilidade, fornece a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas componentes do Patrimônio Líquido; faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no Patrimônio Líquido durante o exercício.

Pelo padrão internacional, a estrutura da Demonstração das Alterações no Capital Próprio mostra: (a) resultados do período, (b) Cada item de rendimento e de gasto do período que seja reconhecido diretamente no capital próprio, (c) Rendimento e gasto total do período, e, (d) os efeitos das alterações e políticas contabilistas e as correções de erros de cada componente do capital próprio.

Ou seja, as duas demonstram as movimentações ocorridas no Patrimônio Líquido, inclusive os ajustes e correções de erros que afetarem diretamente tais contas.

2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa

Conforme a IAS 1, a informação sobre fluxos de caixa proporciona uma base para avaliar a capacidade da entidade para gerar caixa e seus equivalentes e as necessidades da entidade para utilizar esses fluxos de caixa. É aplicável a todos os tipos de entidades, onde os fluxos são classificados em operacionais, de investimento e de financiamento. Ela reforça também a comparabilidade da informação financeira de diversas entidades, uma vez que elimina os efeitos da adoção de diferentes políticas contabilísticas para transações ou eventos semelhantes.

No Brasil, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem o objetivo comparável ao estabelecido pela norma internacional, além de ser uma informação requisitada pelos usuários da contabilidade. Entretanto, não obrigatória. O anteprojeto de alteração das S.A., que se encontra ainda sem aprovação, prevê a adoção da DFC em lugar da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), que atualmente é a demonstração obrigatória pela Lei 6.404/76.

Com relação à DFC *versus* DOAR, Iudícibus e Marion (2002, p.224) comentaram acerca dessas diferenças:

Consideramos que a DFC deve ser adotada visando atender ao interesse dos usuários pelo conhecimento do fluxo de caixa das empresas e por ser compreendida mais facilmente, principalmente pelos usuários menos afeitos à contabilidade. Por outro lado, a DOAR não deve ser substituída, apesar de sua reconhecida complexidade, pois satisfaz àqueles usuários que podem usufruir da sua superioridade informativa ou mesmo pelo ganho proporcionado pela análise conjunta. Não se deve perder de vista, no entanto, a necessidade de um esforço no sentido de melhorar a qualidade da DOAR, procurando torná-la de mais fácil compreensão, sem provocar com isso perda relevante em seu conteúdo.

A DFC e a DOAR são consideradas dinâmicas por evidenciarem fluxos financeiros, no entanto, a diferença entre elas é verificada na amplitude dos enfoques dessas duas demonstrações. O Fluxo de Caixa abrange somente a entradas e saídas de dinheiro, sendo mais eficaz nas análises feitas para prazos curtos e útil ao gerente financeiro, enquanto a DOAR demonstra variações em função do Capital Circulante Líquido, ou seja, representa uma demonstração das mutações financeiras em sua totalidade, em contrapartida, a DOAR é de mais difícil compreensão por grande parte dos usuários da informação contábil.

3 METODOLOGIA

Por tratar-se de um tema atual, esta pesquisa tem caráter exploratório e abordagem qualitativa. O procedimento metodológico utilizado para a realização da mesma foi a pesquisa bibliográfica efetuada por meio de consulta a livros, revistas, artigos científicos, dados coletados na internet.

4 CONCLUSÃO

Na comparação das demonstrações apresentadas, a dificuldade que se evidencia na adequação do padrão brasileiro as normas internacionais está centrada principalmente na Legislação, pois a Lei utilizada hoje é de 1976, ou seja, com padrões antigos que não acompanharam as constantes modificações e progressos na área contábil.

Um das entidades interessadas nesse processo de harmonização, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que é a entidade responsável por regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais brasileiro, entregou ao Ministério da Fazenda, em 05 de Julho de 1999, o anteprojeto de reformulação da Lei das S/A, o qual propõe algumas modificações no sentido de atualizar alguns tópicos da Lei 6.404 que já estariam desatualizados. No entanto, além de não ter sido aprovada ainda, espera-se que as empresas ainda vão precisar de tempo para se adequar aos sistemas e procedimentos. Ou seja, o processo tanto é lento para ser adotado, quanto será lento para ser implantado.

Portanto, a problemática apresentada neste artigo de qual ser o motivo da não adequação das demonstrações contábeis utilizadas no Brasil às normas internacionais, é respondida considerando-se a morosidade na aprovação de mudanças que são urgentes, além de um anseio e uma cobrança maior dessas mudanças junto ao Governo por parte das Entidades relacionadas à classe contábil, no intuito de realmente transformar a contabilidade um instrumento útil de informações, mas de linguagem universal.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sergio de; MARION, José Carlos. **Introdução a Teoria da Contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIQUIDEZ. **Wikipédia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Liquidez>>. Acesso em: 25 set. 2007.

MORAIS, Ana Isabel; LOURENÇO, Isabel Maria. Normas Internacionais de Contabilidade – que implicações na apresentação das demonstrações financeiras. **Jornal de Contabilidade**, n 342. Disponível em <<http://paginapartilha2.com.sapo.pt/Contabilidade/implicacoes.nic.demonstracoes.financeiras.pdf>>. Acesso em 25/09/2007.

NBC T3 - Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomenclatura das Demonstrações Contábeis. **Portal da Contabilidade**. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/t32.htm>. Acesso em 24/09/2007

AC 12: SUPERSIMPLES: SIMPLES OU COMPLEXO?

Cíntia Gonçalves Ximenes⁷⁵; Carlos Adriano S. Gomes⁷⁶

RESUMO

Com o advento da Lei Complementar n.º. 123/2006, cognominada Supersimples ou Lei Geral, as dúvidas e inquietações por parte dos empresários e contadores na interpretação de todos os 89 artigos constantes da Lei têm sido abordada em palestras e artigos. A Lei Geral veio substituir a antiga Lei do SIMPLES, sendo que a nova lei abrangeu não somente alterações no campo tributário, como também na área civil, empresarial e judiciária. A Lei se autodenomina de normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das esferas Federais, Estaduais e Municipais. No entanto, o nome denominado para a Lei de Supersimples aparentemente não condiz com seu texto e seus cinco anexos. Sendo assim, este artigo vem dar uma contribuição no estudo da referida Lei Geral, enfocando as principais alterações constantes na Lei, a partir de opiniões obtidas através de pesquisas em revistas e sites e de seu próprio texto, com o objetivo de elucidar a dúvida sobre a simplicidade e praticidade da Lei do Supersimples.

Palavras-chave: **Supersimples. Lei Geral. Alterações.**

1 INTRODUÇÃO

Quando foi criado em 1996, através da Lei 9.317 com a denominação de Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o Simples se tornou umas das mais requisitadas formas de tributação pelos contribuintes.

A integração dos tributos federais em um único valor, dentro de um emaranhado de siglas, tais como PIS, COFINS, IRPJ E CSLL, atribuindo um percentual somente conforme faixas de receita, como também a inclusão do INSS, e concernente diminuição deste encargo sobre a folha de pagamento em mais de 20%, foi um alívio para empresários e contabilistas.

No entanto esse benefício não foi estendido para todos os seguimentos econômicos, determinados seguimentos e tipos de empresa não poderiam fazer parte deste novo sistema, em sua maioria prestadoras de serviços.

Pressionado pelos setores não beneficiados pelo Simples, o governo federal encaminhou projeto de lei ao legislativo, para corrigir tais distorções, tendo este sido aprovado em dezembro de 2006 (Lei complementar n.º. 123), denominada Lei Geral.

No início das discussões, o novo dispositivo legal estava sendo aclamado como a redenção do sistema tributário brasileiro e o início de uma nova era para a economia, cognominado Supersimples.

Após a edição da Lei, houve controvérsias sobre os reais benefícios apresentados, conforme comenta Panzarini (2007, p. 44): “A ausência de proposta séria de reforma tributária, que venha trazer eficiência econômica, justiça fiscal e simplicidade, faz com que qualquer remendo na legislação de impostos, independentemente de sua eficácia, seja motivo de festa.”.

Com 89 artigos e cinco anexos, a lei do Supersimples apresenta três tabelas com regras de cálculos distintos entre si, conforme a atividade da empresa. De acordo com Valor Econômico (apud SUPERSIMPLES..., 2007) essa complexidade foi argumentada pelo ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel: “Do jeito que está, o lucro real está mais simples do que o Supersimples”.

⁷⁵ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁷⁶ Professor, Orientador.

Diante de tais inquietações, o objetivo desse artigo é abordar as principais alterações na Lei Complementar nº. 123/2006, através de pesquisas em revistas e sites e assim responder ao questionamento: a idéia de praticidade e desoneração do Supersimples é verdadeira?

2 LIMITES DE ENQUADRAMENTO

A Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas alterou não somente a parte tributária como também há outras mudanças, dentre elas alterações na área civil, empresarial, judiciária etc., que ainda deverão ser regulamentadas pelos Estados e Municípios, isso por que o SIMPLES se aplica somente aos impostos federais, enquanto a Lei Geral, que o substituirá, abrangerá as três esferas do poder público: federais, estaduais e municipais.

Tortorella (apud LEI..., 2007) afirmou que: “A Lei Geral quebrou um paradigma no País, que é a arrecadação num único documento dos tributos das três esferas de governo – municipal, estadual e federal. A reforma tributária já começou para os pequenos negócios”.

O artigo 3º da Lei Geral (IOB, 2007, p. 3) determinou os limites de enquadramento anuais para Microempresas (ME) no valor de R\$ 240.000,00 e para Empresas de Pequeno Porte (EPP) no valor de R\$ 2.400.000,00. No entanto, através do artigo 19 da Lei Geral (IOB, 2007, p. 9) foi concedida a opção aos Estados, para efeito do recolhimento do ICMS, da seguinte forma:

- I – Os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de até 1% (um por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);
- II – Os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja de mais de 1% (um por cento) e de menos de 5% (cinco por cento) poderão optar pela aplicação, em seus respectivos territórios, das faixas de receita bruta anual até R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais); e
- III- Os Estados cuja participação no Produto Interno Bruto brasileiro seja igual ou superior a 5% (cinco por cento) ficam obrigados a adotar todas as faixas de receita bruta anual.

A Cartilha disponível no site da Lei Geral (O QUE..., 2007, p. 35) dispõe ainda que as empresas que ultrapassarem os limites a que se referem os limites de Receita bruta para Estados e Municípios estarão automaticamente impedidas de recolher o ICMS e o ISS na forma do Supersimples no ano-calendário subsequente ao em que houver ocorrido o excesso.

No parágrafo 20 do art. 18 da Lei Geral, especifica ainda que, na hipótese em que o Estado, o município ou o Distrito Federal concedam isenção ou redução do ICMS ou do ISS devido por ME ou EPP ou ainda determine recolhimento de valor fixo para esses tributos, será realizada a redução proporcional ou ajuste do valor a ser recolhido, na forma definida em resolução do Comitê Gestor.

3 ALTERAÇÕES NA ÁREA CIVIL E EMPRESARIAL

Relativo à área civil e empresarial, a Lei define o que é empresário de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte no novo Código Civil, além de desobrigar da realização de reuniões, assembléias e da publicação de atos da empresa.

Está prevista na Lei Geral a implantação de cadastro unificado, além da desburocratização de abertura de empresas. A Simplificação desses procedimentos visa concretizar a intenção do pequeno empresário de formalizar sua empresa.

Azevedo (apud BENEFÍCIOS..., 2007) afirma que os empresários precisam enxergar os benefícios mais a frente. “Formalizar-se é o primeiro passo para o crescimento. Formal, um micro pode se tornar pequeno, depois médio, depois grande”. Entretanto, Panzarini (2007, p. 45) não visualiza sobre essa óptica:

Outro problema é que o modelo é castrador do crescimento: se a pequena empresa crescer, perde o paraíso tributário e cai nas profundezas do inferno para grandes empresas. É provável que acima da fronteira paraíso/inferno o crescimento ocorra na informalidade.

A intenção de simplificar abrangeu também a baixa ME's: a baixa de inscrição no CNPJ também será de imediato por meio de requerimento acompanhado do ato de dissolução. Além disso, as Micro e Pequenas empresas sem movimento há mais de três anos, poderão encerrar suas atividades independentemente do pagamento de taxas ou multas, sendo que os sócios responderão pelo débito.

4 BENEFÍCIOS EM LICITAÇÕES E ESTÍMULOS AO CRÉDITO E A INOVAÇÃO

No intuito das ME e EPP concorrerem em licitações com as mesmas condições impostas às grandes empresas, a Lei Geral fixa o limite preferencial de R\$ 80.000,00 para compras de ME e EPP. Prevê, ainda, a simplificação na participação em licitações e o fornecimento parcial de grandes lotes de bens e serviços de natureza divisível, ressalvada a exigência de lei local para que se utilizem tais mecanismos. Por fim, prevê a negociação do empenho com bancos.

Outras disposições que a Lei previu no sentido de estimular o crédito e a capitalização foram as criações de Consórcio Simples e de Cooperativas de Crédito das quais participem ME e EPP, utilizando os recursos do FAT.

No entanto, a criação necessita de regulamentação quase que total por parte do Executivo. Azevedo (apud BENEFÍCIOS..., 2007) acredita que o crédito foi um dos pontos ainda frágeis dentro da lei. Segundo o autor, os bancos ainda impõem burocracia excessiva às micro e pequenas empresas, além de exigirem garantias que elas não podem dar.

Como estímulo a inovação, a Lei autorizou o Ministério da Fazenda a zerar as alíquotas do IPI, da COFINS e do PIS/PASEP para o desenvolvimento tecnológico das ME e EPP.

5 ALTERAÇÕES NA ÁREA JUDICIAL

Como especificado no site Lei Geral, é facultado as ME e EPP o uso dos Juizados Especiais Cíveis e Federais, como também fomenta a utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos das ME e EPP, tendo como benefício o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

O parágrafo 2º do Artigo 75 da Lei Geral, que dispõe sobre os institutos de conciliação prévia, esclarece que as ME e EPP deverão ser estimuladas a utilizar os referidos institutos, através de campanhas de divulgação e serviços de esclarecimento.

6 ALTERAÇÕES NA ÁREA TRIBUTÁRIA

A Lei manteve a proibição de opção por parte das atividades de serviços regulamentadas por lei, salvo algumas atividades como, contabilidade, informática, consertos em geral, academias de dança e ginástica, escolas técnicas e de línguas, construção civil, dentre outros. Todavia esses novos serviços possuem tabelas de recolhimento diferenciadas e continuarão recolhendo o INSS patronal sobre a folha.

Rodrigues (apud ABRAPI, 2007) comenta que para as atividades que antes não podiam optar pelo antigo regime, somente será mais benéfico optar pelo Supersimples se a despesa com folha de pagamento de funcionários corresponderem a mais de 40% de sua receita bruta. "Foi uma forma de compensação do governo. As empresas que contribuírem mais com a Previdência pagarão menos imposto"

Com relação ao cálculo dos tributos, houve alteração na determinação da alíquota, onde serão utilizadas as receitas auferidas nos últimos 12 meses. As empresas também poderão optar pela tributação com base na receita recebida, ou seja, por regime de caixa.

Outra inovação trazida pela Lei é a não incidência de impostos sobre as receitas de exportações realizadas por ME e EPP, além da possibilidade de parcelamento que a Secretaria da Receita Federal em até 120 meses.

Com relação às alíquotas, há 23 faixas com 20 diferentes alíquotas. As três primeiras foram condensadas (0 a 120 mil), com base na menor alíquota.

A tabela estabelece determinadas alíquotas para cada faixa de faturamento anual até R\$ 2,4 milhões. Das 22 faixas de faturamento existentes no novo regime, há aumento de alíquota efetiva em 13, na comparação com o Simples.

Silva (apud SUPERSIMPLES..., 2007) chama a atenção para a simples comparação entre as alíquotas da tabela destinada ao Supersimples para a indústria e comércio, por exemplo, “No restante das faixas há redução da alíquota, mas a queda de carga tributária está concentrada nos níveis menores de faturamento, até R\$ 960 mil anuais”. A alteração mais significativa foi à criação de alíquotas diferentes para determinados segmentos comerciais em seus cinco anexos, da seguinte forma:

- Anexo I: Atividades de Comércio. Na alíquota total já está embutido o percentual relativo ao ICMS.

- Anexo II: Atividades de Indústria, já incluso o ICMS e o IPI. Para Alcazar (apud SUPERSIMPLES..., 2007), no caso de indústria e comércio, por exemplo, o Supersimples pode não valer a pena por que impede o aproveitamento dos créditos de ICMS e de Impostos sobre produtos industrializados (IPI): “Dependendo da matéria-prima usada pela indústria, a empresa terá muitos créditos. Há também produtos isentos de IPI. De dez casos, oito não vale a pena”.

- Os Anexos III, IV e V: Compreendem as atividades de serviços, onde já está inclusa na alíquota os percentuais relativos ao ISS.

Nas atividades compreendidas nos anexos IV e V o INSS patronal deverá ser calculado e recolhido separadamente, à alíquota de 20% sobre o valor da folha de pagamento.

Para o cálculo do Supersimples relativo às atividades do Anexo V, deverá ser calculada também a relação proporcional (r) entre a Folha de Salários e a Receita Bruta no período de 12 meses anteriores a sua aplicação, para determinação das alíquotas. As hipóteses previstas obedecem aos seguintes percentuais: se a relação (r) for maior ou igual a 0,40 (quarenta centésimos) as alíquotas seguirão a tabela do Anexo V, se for maior ou igual a 0,35 (trinta e cinco centésimos) e menor que 0,40 (quarenta centésimos), a alíquota para todas as faixas de receita bruta será igual a 14,5% (Somando-se a parcela correspondente ao ISS conforme o Anexo IV), e caso (r) seja maior ou igual a 0,30 (trinta centésimos) e menor que 0,35 (trinta e cinco centésimos) a alíquota será igual a 15% (Somando-se a parcela correspondente ao ISS conforme a o Anexo IV)

De acordo com CRC-CE (2007), para os escritórios de contabilidade a tributação é progressiva e inversamente proporcional aos custos de pessoal da organização, desta forma, dificilmente um escritório de serviços contábeis fará opção pelo Supersimples.

| Faixas | Receita Bruta em 12 meses (em R\$) | Anexo I | Anexo II | Anexo III | Anexo IV | Anexo V |
|----------|------------------------------------|---------|----------|-----------|----------|---------|
| Faixa 1 | Até 120.000,00 | 4,00% | 4,50% | 6,00% | 4,50% | 6,00% |
| Faixa 2 | De 120.000,01 a 240.000,00 | 5,47% | 5,97% | 8,21% | 6,54% | 7,27% |
| Faixa 3 | De 240.000,01 a 360.000,00 | 6,84% | 7,34% | 10,26% | 7,70% | 8,46% |
| Faixa 4 | De 360.000,01 a 480.000,00 | 7,54% | 8,04% | 11,31% | 8,49% | 9,28% |
| Faixa 5 | De 480.000,01 a 600.000,00 | 7,60% | 8,10% | 11,40% | 8,97% | 9,79% |
| Faixa 6 | De 600.000,01 a 720.000,00 | 8,28% | 8,78% | 12,42% | 9,78% | 10,63% |
| Faixa 7 | De 720.000,01 a 840.000,00 | 8,36% | 8,86% | 12,54% | 10,26% | 11,14% |
| Faixa 8 | De 840.000,01 a 960.000,00 | 8,45% | 8,95% | 12,68% | 10,76% | 11,67% |
| Faixa 9 | De 960.000,01 a 1.080.000,00 | 9,03% | 9,53% | 13,55% | 11,51% | 12,45% |
| Faixa 10 | De 1.080.000,01 a 1.200.000,00 | 9,12% | 9,62% | 13,68% | 12,00% | 12,97% |

| | | | | | | |
|----------|--------------------------------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Faixa 11 | De 1.200.000,01 a 1.320.000,00 | 9,95% | 10,45% | 14,93% | 12,80% | 13,80% |
| Faixa 12 | De 1.320.000,01 a 1.440.000,00 | 10,04% | 10,54% | 15,06% | 13,25% | 14,28% |
| Faixa 13 | De 1.440.000,01 a 1.560.000,00 | 10,13% | 10,63% | 15,20% | 13,70% | 14,76% |
| Faixa 14 | De 1.560.000,01 a 1.680.000,00 | 10,23% | 10,73% | 15,35% | 14,15% | 15,24% |
| Faixa 15 | De 1.680.000,01 a 1.800.000,00 | 10,32% | 10,82% | 15,48% | 14,60% | 15,72% |
| Faixa 16 | De 1.800.000,01 a 1.920.000,00 | 10,23% | 11,73% | 16,85% | 15,05% | 16,20% |
| Faixa 17 | De 1.920.000,01 a 2.040.000,00 | 11,32% | 11,82% | 16,98% | 15,50% | 16,68% |
| Faixa 18 | De 2.040.000,01 a 2.160.000,00 | 11,42% | 11,92% | 17,13% | 15,95% | 17,16% |
| Faixa 19 | De 2.160.000,01 a 2.280.000,00 | 11,51% | 12,01% | 17,27% | 16,40% | 17,64% |
| Faixa 20 | De 2.280.000,01 a 2.400.000,00 | 11,61% | 12,11% | 17,42% | 16,85% | 18,50% |

Quadro 1 – Demonstrativo das faixas e alíquotas aplicáveis ao Supersimples – Adaptado dos Anexos I, II, III, IV e V da Lei Complementar nº 123/2006.

Fonte: IOB (2007).

7 LEI GERAL NA PRÁTICA

A Lei Geral só entra em vigor a partir de 1º de julho de 2007. Enquanto isso, as opiniões sobre os benefícios e impactos da lei ainda estão sendo discutidos por empresários e profissionais da área contábil e tributária.

Carlos Roberto Victorino (apud ESPECIALISTA..., 2007), diretor da Federação Nacional dos Contabilistas, tenta desmistificar a complexidade que envolve a Lei ao afirmar que: “Quem diz que a lei é supercomplicada é porque não entendeu, não está lendo direito.”.

Quick (apud BENEFÍCIOS..., 2007) admite que há pontos na lei que podem complicar o cálculo dos tributos para as empresas, como a substituição tributária e a exportação. Mas afirma que estas situações acontecerão com uma parte pequena dos contribuintes, mas na concepção do autor, afirmar que a Lei Geral de complicada é um erro, uma vez que a parte tributária da nova legislação, chamada de Supersimples, é mais abrangente do que o Simples federal, que vigora atualmente.

8 CONCLUSÃO

O Supersimples da Lei Geral, em relação à área tributária, ficou mais complexo em comparação ao Simples da Lei nº. 9.317/96. A criação de 5 tabelas para cálculo do imposto, o cálculo realizado separadamente por atividade e ainda considerando a receita acumulada dos últimos 12 meses para a aplicação da alíquota, são complicadores para quem estava acostumado ao Simples.

Somente pela leitura da Lei Geral não é possível afirmar que a desoneração tributária é uma realidade, especialmente para o seguimento da prestação de serviços. É necessário um planejamento tributário adequado para cada atividade, já que a análise deverá abranger além dos tributos federais, os tributos exigidos pelo estado e município, além do estudo da área trabalhista para as empresas que estão obrigadas ao recolhimento pelas tabelas constantes nos anexos IV e V, que recolherão o INSS sobre a folha de pagamento à alíquota de 20%.

Referente aos benefícios concedidos pela lei em relação à área civil, empresarial, judicial, estímulos ao crédito e a inovação, ainda é necessário a regulamentação dessas mudanças, além da adaptação por parte dos órgãos envolvidos. Portanto, a lei está clara quando ao que deverá ser feito, mas as adaptações na prática ainda não são visíveis.

REFERÊNCIAS

- ABRAPI. A opção pelo Supersimples, feita na ponta do lápis. **ABRAPI**, Blumenau, [200-]. Disponível em: <http://www.abrapi.org.br/hp/index.asp?p_codmnu=13&p_codnot=4683>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- BENEFÍCIOS da Lei Geral só serão sentidos em 2008. **Classe Contábil**, [s. l.], [200-]. Disponível em: <http://classecontabil.com.br/servlet_not.php?id=8417>. Acesso em: 15 abr. 2007.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ (CRC-CE). Supersimples – Escritório de Contabilidade. **CFC-CE**, Fortaleza, [200-]. Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/v2/home.php?st=listnoticia¬icia_id=134>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- ESPECIALISTA garante que Supersimples reduz impostos. **Classe Contábil**, [s. l.], [200-]. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/servlet_not.php?id=8391>. Acesso em: 15 abr. 2007.
- LEI Geral terá impacto imediato sobre gestão e caixa das MPE. **Classe Contábil**, [s. l.], [200-]. Disponível em: <http://www.classecontabil.com.br/servlet_not.php?id=8392>. Acesso em: 15 abr. 2007.
- IOB. **Lei Complementar n. 123**, de 14 de dezembro de 2006. Suplemento Especial Textos Legais. Anexo à 1ª Semana de jan. 2007.
- O QUE muda com a lei. **Lei geral**, [s. l.], [200-]. Disponível em <<http://www.leigeral.com.br/oquemuda.asp>>. Acesso em: 17 abr. 2007.
- PANZARINI, Clóvis. O remendo Supersimples. **Abinee**, São Paulo, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.abinee.org.br/informac/revista/39j.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2007.
- SUPERSIMPLES pode aumentar impostos. **Portal do comércio**, Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.portaldocomercio.org.br/dlg/scr/not/not.asp?D2=11922&D1=9>>. Acesso em: 21 mar. 2007.

AC 13: CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

Daniele Alves de Oliveira⁷⁷; Carlos Adriano S. Gomes⁷⁸

RESUMO

É crescente a necessidade das empresas em adequarem os seus custos, para se manterem competitivas no mercado. Considerando-se que os tributos representam gastos significantes, ganha força a necessidade de efetuar planejamento tributário. A contabilidade tributária é responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades da empresa. Sabe-se que qualquer que seja a forma de tributação escolhida pela empresa, pode-se verificar que a falta de planejamento estratégico tributário pode deixar a empresa mal preparada para investimentos futuros. O presente estudo, através de revisão bibliográfica e consulta a legislação tributária brasileira, consiste em demonstrar que existem formas para redução da carga tributária nas empresas. O contador deve conhecer com profundidade a legislação tributária brasileira e ficar atento às mudanças nas normas e aos impactos nos resultados da empresa, aproveitando os benefícios, quando possíveis, que a legislação fiscal tem a oferecer.

Palavras-chave: Legislação. Planejamento. Economia e Tributos.

1 INTRODUÇÃO

A carga tributária brasileira é extremamente elevada, tanto sobre a pessoa jurídica como sobre a pessoa física. O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) estima que a carga tributária no Brasil represente na média dos últimos cinco anos, mais de 32% do Produto Interno Bruto (PIB) (IBPT, 2007).

A Contabilidade Tributária é o ramo da contabilidade responsável pelo gerenciamento dos tributos incidentes nas diversas atividades de uma empresa, ou grupo de empresas, adaptando ao dia-a-dia empresarial as obrigações tributárias, de forma a não expor a entidade às possíveis sanções fiscais e legais. Tem como principal objetivo o estudo da teoria e a aplicação prática dos princípios e normas básicas da legislação tributária (OLIVEIRA et al, 2003).

Qualquer que seja a forma de tributação escolhida pela empresa, pode-se verificar que a falta de planejamento estratégico tributário pode deixar a empresa mal preparada para os investimentos futuros, devido a uma possível insuficiência de caixa, gerando um desgaste forçado pela cobertura de gastos que não estavam previstos.

O moderno profissional da contabilidade não pode limitar-se a atender apenas aos aspectos legais fiscais da entidade. A essas importantes funções e atividades acrescentam-se outros pontos importantes, tais como gerenciais, de produtividade, de eficiência e estratégicos.

Desta forma este estudo procura responder ao seguinte problema: Que procedimento os administradores e contadores das empresas podem tomar para estarem reduzindo o custo tributário, sem infringir a legislação?

A pesquisa tem como objetivo demonstrar que existem formas de reduzir a carga tributária, não apenas com a redução de custos, mais atentar o que a legislação tributária oferece como possibilidades.

A metodologia foi realizada através de revisão bibliográfica em livros, artigos, textos retirados na internet e consulta a legislação tributária do Brasil.

⁷⁷ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis – Faculdade Christus.

⁷⁸ Professor, Orientador.

2 SOBRE A QUESTÃO TRIBUTÁRIA

É papel do profissional contábil, efetuar um estudo através de análise de cada empresa, para obter informações claras e precisas, a respeito dos impostos, taxas e contribuições aos quais estão sujeitas observando-se que a redução dos mesmos só poderá ser feita se atenderem a exigências legais.

Dentre muitos outros, cita-se como exemplo:

- Incentivos fiscais, de acordo com a Lei nº. 9.532, 10/12/1997;
- Decreto do Governador do Estado do Ceará nº. 27.865 de 11.08.2005 (Dispõe acerca do diferimento de ICMS nas operações comerciais com os produtos primários de origem agropecuária que especifica e dá providências);
- Dispõe sobre a suspensão da exigibilidade da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS incidentes sobre a venda de produtos agropecuários e sobre o crédito presumido decorrente da aquisição desses produtos, na forma dos arts. 8º, 9º e 15 da Lei nº. 10.925, de 2004.

A despeito da grande importância da contabilidade tributária, o contador tem, sobretudo nas atividades de planejamento tributário, a grande oportunidade de dar enormes contribuições à direção da empresa, sabendo-se que a finalidade principal de um bom planejamento tributário é, sem dúvida, a economia de tributos, sem infringir a legislação.

3 PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO

É crescente a necessidade das empresas em adequarem os seus custos, para se manterem competitivas. Considerando-se que os tributos representam gastos significantes, ganha força a necessidade de efetuar planejamento tributário.

Segundo Domingues (apud COSIF, 2007): “O Planejamento Tributário consiste em um conjunto de medidas que visam à economia de tributos, de forma legal, levando-se em conta as possíveis mudanças rápidas e eficazes, na hipótese do fisco alterar as regras fiscais”.

Domingues foi sábio em afirmar que a idéia principal do Planejamento Tributário é a economia de tributos, mais de forma legal e observando as mudanças fiscais.

Na compreensão de Pesce (apud JUS, 2007):

O Planejamento Tributário significa a construção de um conjunto de operações, substanciadas em negócios ou atos jurídicos ou situações materiais que, em relação a outro conjunto de operações, com o mesmo resultado econômico, representa Carga Tributária Menor e, portanto, Resultado Econômico Maior.

Pesce explica em uma linguagem formal e mais complexa, mais é correto em afirmar que o Planejamento Tributário significa a construção de um conjunto de operações, que visa uma carga tributária menor, sendo assim um resultado econômico maior.

Nas palavras Latorraca (apud OLIVEIRA et al, 2007):

Costuma-se, então, denominar de Planejamento Tributário a atividade empresarial que, desenvolvendo-se de forma estritamente preventiva, projeta os atos e fatos administrativos como objetivo de informar quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. O objeto do planejamento tributário é, em última análise, a economia tributária. Cotejando as várias opções legais, o administrador obviamente procura orientar os seus passos de forma a evitar, sempre que possível, o procedimento mais oneroso do ponto de vista fiscal.

Latorraca de forma bem clara explica que o Planejamento Tributário é uma atividade preventiva que informará quais os ônus tributários em cada uma das opções legais disponíveis. Latorraca também reforça a idéia da economia tributária se utilizando das várias opções legais.

3.1 Finalidades do Planejamento Tributário

Domingues (apud COSIF, 2007) afirma que este deve:

- Evitar a incidência do tributo – nesse caso adota-se procedimento com o fim de evitar a ocorrência do fato gerador;
- Reduzir o montante do tributo – as providências serão no sentido de reduzir a base de cálculo ou alíquota do tributo;
- Retardar o pagamento do tributo – o contribuinte adota medidas que têm por fim postergar o pagamento do tributo, sem ocorrência de multa.

Percebe-se o posicionamento em relação à definição do que seria o planejamento tributário de alguns especialistas no assunto, mais apesar das diversas formas de como foi explicado, fica bem claro que a finalidade principal seria a redução da carga tributária, mais agindo de acordo com o fisco.

4 CONCLUSÃO

A finalidade principal de um planejamento tributário é, sem dúvida, a economia de impostos, sem infringir a legislação.

O Planejamento Tributário que consiste em um conjunto de medidas que visam à economia de tributos ou ainda a construção de um conjunto de operações com esta mesma finalidade, só poderá ser bem sucedida se o contador conhecer com profundidade a legislação tributária.

A pesquisa demonstrou que existe a possibilidade de redução na carga tributária das empresas, para que isso ocorra é necessário ser oportuno e aproveitar as lacunas deixadas pela legislação, para tanto ficando atento às mudanças nas normas e aos impactos nos resultados da empresa.

REFERÊNCIAS

COSIF. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/publica.asp>>. Acesso em: maio 2007.

JUS. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>>. Acesso em: maio 2007.

OLIVEIRA, Luis Martins de et al. **Manual de Contabilidade Tributária**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/legisassunto/incfisirpj.htm>>. Acesso em: jun. 2007.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO CEARÁ. **Legislação disponível**. Disponível em: <http://www.sefaz.ce.gov.br/Content/aplicacao/internet/servicosonline/folio/legislacao_disponivel.asp>. Acesso em: jun. 2007.

AC 14: ABORDAGEM SOBRE O FLUXO DE CAIXA PARA EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Edineide Sousa Assenhaimer⁷⁹; Rogério Frota Leitão⁸⁰

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as modificações que o Fluxo de Caixa proporciona as empresas de pequeno porte em termos de planejamento, procurando de forma simples e objetiva entender o que ocorre na sua elaboração. Fazendo uma explanação sobre seus modelos demonstrados através de planilha, após o levantamento de dados nesta pesquisa, foi descoberto que o Fluxo de Caixa é de extrema importância para a sobrevivência de uma empresa, seja ela de grande ou de pequeno porte. O Fluxo de Caixa mostra-se importante na hora de confrontar as entradas e saídas de dinheiro na empresa, pois nos ajuda a perceber o quanto vai faltar ou sobrar de recursos financeiros. É necessário manter uma gestão cada vez mais eficaz, pois os momentos de escassez de crédito, taxas de juros altas e queda de faturamento nos leva a uma dificuldade de liquidez, criando assim, a necessidade de conhecer com mais eficiência seus recursos através de controles financeiros. Essa prática se dá em virtude de sua funcionalidade, atendendo melhor aos propósitos organizacionais das empresas.

Palavra-chave: Fluxo de Caixa. Planejamento estratégico

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas têm demonstrado que existe um número considerável de empresas que falham na elaboração do seu Fluxo de Caixa, tendo como consequência um desfalque que acaba comprometendo seus compromissos, e em alguns casos, levando à falência.

Um dos problemas que geralmente os empresários encontram são as dúvidas em relação às finanças da empresa. E essas finanças são de extrema importância para a sustentação de um negócio, tanto para a sua sobrevivência como para sua evolução e competitividade.

As dúvidas mais comuns são sobre como fazer para uma gestão financeira tornar-se eficiente e servir de instrumento básico nas tomadas de decisões no dia-a-dia do empresário. Uma ferramenta que facilita esse trabalho é conhecida como Fluxo de Caixa. Trata-se de um controle que auxilia na visualização e compreensão das movimentações financeiras num período preestabelecido.

Este trabalho visa a conhecer esse método de planejamento de uma forma simples e clara, voltado para o pequeno empresário ajudando, assim, a conhecer o seu caixa e prever seus momentos de dificuldades sem maiores problemas.

O objetivo geral desta pesquisa é promover o estudo referente ao Fluxo de Caixa para empresas de pequeno porte, identificando sua aplicabilidade e adequando o enquadramento na apuração do Fluxo de Caixa. Já o objetivo específico é promover o enquadramento do Fluxo de Caixa visando uma gestão de qualidade na sua aplicação e buscando prever futuras sobras ou falta de dinheiro no caixa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fluxo de Caixa

Instrumento de gestão que retrata o movimento real do caixa num determinado período de tempo com a finalidade de manter um nível de liquidez que permita saldar os

⁷⁹ Aluna do Curso de Ciências Contábeis.

⁸⁰ Professor, Orientador.

compromissos assumidos nos prazos estipulados sem a necessidade de recorrer a capital de terceiros.

Cavalcante (2007) afirma que:

É um instrumento de controle que tem por objetivo auxiliar o empresário a tomar decisões sobre a situação financeira da empresa. Consiste em um relatório gerencial que informa toda a movimentação de dinheiro (entradas e saídas), sempre considerando um período determinado, que pode ser uma semana, um mês.

Em resumo, é ter dinheiro para pagar as contas e muito útil para planejar antecipadamente a reposição de estoque, investimentos, retiradas e promoções de vendas. É aconselhável que seja planejado para no mínimo seis meses evitando sobressaltos, não sendo necessário sistemas caros. Planilhas em Excel resolvem a questão.

É através do fluxo de caixa que o empresário consegue planejar as necessidades de caixa da sua empresa. De maneira geral, é recomendável estabelecer uma necessidade mínima de caixa, para garantir a manutenção das atividades operacionais da empresa.

O montante exato que deve ser deixado em caixa varia de acordo com a empresa, sua área de atuação e estratégia do empresário, sendo que o objetivo é preservar uma liquidez mínima para a empresa, já que somente valores acima desta quantia serão efetivamente considerados como excedentes de caixa.

2.1.1 Relatório de Fluxo de Caixa

O Relatório de Fluxo de Caixa serve para planejar e controlar as entradas e saídas de caixa num período de tempo determinado, auxiliando o empresário a tomar decisões antecipadas sobre a falta ou sobra de dinheiro na empresa. Isso permite verificar se a empresa está trabalhando com aperto ou folga financeira no período avaliado e observar se os recursos financeiros são suficientes para tocar o negócio em determinado período ou se há necessidade de obtenção de capital de terceiros.

Dessa forma, planejando melhores políticas de prazos de pagamentos e recebimentos, avaliando a capacidade de pagamentos antes de assumir compromissos, pode-se conhecer previamente os grandes números do negócio e sua real importância no período considerado, obtendo uma visão real sobre recebimento das vendas e avaliando se é suficiente para cobrir os gastos assumidos e previstos no período considerado.

Conforme Barbosa (2007), o Fluxo de Caixa nos permite também avaliar o melhor momento para efetuar as reposições de estoque em função dos prazos de pagamento e da disponibilidade de caixa, e decidir o momento mais favorável para realizar promoções de vendas visando melhorar o caixa do negócio.

2.1.2 Principais Itens Constantes do Relatório de Fluxo de Caixa

- Saldo Inicial: **Valor constante no caixa no período considerado para a elaboração do fluxo. É formado pelo dinheiro disponível na “gaveta do caixa”, mais o saldo bancário disponível para saque.**
- Entradas: **Correspondem às vendas realizadas a vista e a prazo, bem como outros recebimentos do tipo: antecipação de cheque e cartão, recuperação de ativos, desmobilização, empréstimo.**
- Saídas: **Correspondem a pagamentos a fornecedores, pró-labore, aluguel, impostos, salários, água, luz, entre outros.**
- Diferença de Entradas e Saídas: **Representa o valor obtido de entrada menos saída na respectiva data.**
- Saldo Final: **Representa o valor obtido da soma da diferença do dia com o saldo do caixa final do dia anterior.**

2.2 Modelo de Relatório Para Fluxo de Caixa

2.2.1 Modelo Mensal

| | 1ª Semana | 2ª Semana | 3ª Semana | 4ª Semana | Soma |
|----------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|----------|
| Saldo Inicial | 2.000 | - | - | - | 2.000 |
| Entradas | 21.000 | 20.500 | 16.000 | 22.000 | 79.500 |
| Saídas | (10.000) | (9.000) | (18.000) | (9.500) | (46.500) |
| Diferença | 11.000 | 11.500 | (2.000) | 12.500 | 33.000 |
| Saldo Final | 13.000 | 24.500 | 22.500 | 35.000 | 35.000 |

Quadro 1 – Modelo mensal de fluxo de caixa.

Fonte: Elaborado pela autora.

Na soma o Saldo Final é a soma do Disponível Inicial com a Diferença do Dia. E assim, sucessivamente durante os meses restantes para fechar o ano. O modelo acima adotado é um modelo mensal, existindo também outros modelos como o trimestral e anual, que será adotado de acordo com a necessidade da empresa.

No quadro acima, tem-se como total de Entradas no mês considerado um valor de R\$ 79.500,00 suas Saídas R\$ (46.500,00) negativo, dando uma Diferença no mês considerado de R\$ 33.000,00. Ao ser somado com o Saldo Inicial do mês, que tem um valor de R\$ 2.000,00 a empresa terá um Saldo Final de R\$ 35.000,00. Isso significa que a empresa começará o próximo mês com um saldo Inicial consideravelmente maior em relação ao mês anterior.

Porém, mesmo que durante o mês as entradas de caixa superem as saídas isso não é, em absoluto, garantia de que a empresa terá como atender suas necessidades diárias de caixa. Diante disso fica fácil entender que para garantir a solvência de uma empresa, o empresário precisa analisar o fluxo de caixa em uma frequência maior do que mensal, preferencialmente, em uma base diária.

2.2.2 Previsto e Realizado

Um dos fatores mais importantes para o sucesso de uma empresa é o adequado planejamento, portanto, deve ser cuidadosamente planejado e executado. Isso só é possível se forem estabelecidas metas que orientem o fluxo financeiro a fim de evitar surpresas.

Segundo Cavalcante (2004), se passarmos a projetar recebimentos e pagamentos com base em nossos conhecimentos anteriores e expectativas futuras quanto ao que esperamos do mercado, poderemos nos preparar para enfrentar dificuldades antes que elas ocorram.

Assim, trabalhar com valores previstos e compará-los com o realizado, além de mostrar futuras faltas ou sobras de caixa, permite tomar decisões antecipadas sobre aumento de compras, liquidações, racionalizações de custos, hora certa para fazer investimentos e até mesmo sobre a possibilidade de retirar mais pró-labore sem “sangrar” a empresa.

2.2.2.1 Causas Prováveis

Existem momentos onde, por vários motivos, o desequilíbrio financeiro acontece e os sintomas mais frequentes são, segundo Barbosa (2007): insuficiência crônica de caixa, captação sistemática de recursos, através de empréstimos, operação com prejuízo, compras incompatíveis com as vendas, onde se compra matéria-prima em uma quantidade bem maior que o seu volume de vendas.

É recomendável que se observem despesas desnecessárias, como por exemplo o uso excessivo de telefone, e assim reduzir o volume dessas despesas através de um planejamento. Diferenças acentuadas em decorrências dos prazos médios de pagamento e recebimento. Em alguns casos, o prazo de pagamento de seus compromissos está

em desarmonia com os de seus recebimentos gerando juros na hora de efetuar seus pagamentos, com a consequente redução de caixa. Giro lento do estoque, imobilizando recursos no estoque, a mercadoria não tem a saída necessária para que seu estoque se renove, ficando com estoque excessivo. Investimento inadequado, aumentando o nível de endividamento, aumento no prazo de vendas, para aumentar participação no mercado, distribuição de lucros em valores incompatíveis, com a geração do caixa, aumento na inadimplência e retração do mercado.

2.2.2.2 Medidas de Saneamento

Através de controle rígido de custos e despesas, buscando eliminar as despesas abusivas ou consideradas desnecessárias, aumento do giro do estoque buscando fazer promoções para que o estoque que está parado possa fluir com maior agilidade, diminuição do prazo de recebimento, negociação de aumento de prazo para pagamento a fornecedores possibilitando a empresa uma folga entre recebimentos e pagamentos e aumento do capital através do aporte de novos recursos. Essas são algumas medidas que podem ser tomadas, mas claro que poderão haver outras dependendo da necessidade da empresa.

2.3 Montando o Fluxo de Caixa

Conforme Cavalcante (2004), ao montar o seu Fluxo de Caixa a empresa deve ser sistemática criando o hábito de registrar todo e qualquer movimento financeiro ocorrido e a ocorrer em sua empresa em determinada data.

A informática pode auxiliar muito, entretanto, a falta de informatização não deve ser desculpa para não registrar manualmente tais movimentos. Na primeira hora do dia de trabalho deve-se verificar, analisar e registrar o saldo em dinheiro no caixa, bem como saldos bancários. Muita atenção deve ser dispensada aos saldos bancários, pois é um dinheiro administrado por terceiros; além de incidir taxas, tarifas e encargos financeiros, pode haver algum cheque devolvido que se considerava como dinheiro em conta.

Quando se fala em planejamento de caixa, em geral tem-se em mente o prazo de um ano, embora o mesmo possa ser elaborado para prazos mais longos, sendo que este período é depois subdividido em intervalos de um mês. Porém, muitas vezes o planejamento mensal não é suficiente para garantir que uma empresa tenha os recursos necessários para pagar suas contas em dia, sendo necessário um acompanhamento diário.

Cavalcante (2004) afirma que, todos os valores lançados no Fluxo de Caixa devem ser reais.

Para isso, é necessário manter as entradas e saídas sempre atualizadas. Ao lançar saídas, lembrar que os gastos com energia elétrica, água e esgoto, impostos municipais, estaduais e federais, assim como aluguéis, salários, prestação de serviços continuados por terceiros com data certa para serem pagas. Caso contrário, haverá incidência de multas e juros de mora.

Dessa forma, a empresa deverá lançar essas despesas como provisões analisando as disponibilidades do caixa.

Caso o negócio sofra influências de temporadas, é necessário ter muita atenção com o planejamento das despesas a fim de evitar problemas de insuficiência de caixa. Quando o Fluxo de Caixa se torna negativo por longo período consecutivo, indica que o capital de giro está comprometido. Neste caso, é bom pensar em promover vendas à vista com descontos, dando ênfase aos produtos mais parados no estoque. A previsão do Fluxo de Caixa permite saber antecipadamente de quanto recurso financeiro será preciso e se pode ser gerado pelas vendas e recebimentos.

Caso não seja suficiente, permitirá que se negociem alternativas de obtenções de financiamentos com mais critério e segurança e maiores chances de negociações de taxas. Afinal, um caixa em nível adequado evita surpresas quando ocorrem inadimplências na empresa.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do trabalho científico foi realizado um levantamento de dados através de pesquisas bibliográficas, fazendo o uso de citações de alguns autores.

Levando assim para sua conclusão quatorze semanas, onde:

- Quatro semanas para a escolha do tema a apresentação dos passos a serem seguidos.
- Doze semanas para o desenvolvimento do trabalho científico, seguido de sua entrega para o orientador da disciplina de Gestão e Análise de Custos.

4 CONCLUSÃO

Através de dados levantados nesta pesquisa, conclui-se que o planejamento de fluxo de caixa é uma prática necessária e indispensável para o funcionamento de uma empresa, seja ela de pequeno ou grande porte.

Ele pode atuar separadamente ou juntamente com outros dados para que o empresário possa tomar decisões quanto a movimentações futuras de suas obrigações. Prevendo assim, sobras ou faltas de caixa.

Conclui-se finalmente que essa prática se dá em virtude de suas peculiaridades e pela sua funcionalidade, sendo de fácil entendimento e simples de se trabalhar com esse método, não necessitando de um custo adicional para seu planejamento, uma simples planilha de Excel é suficiente para sua aplicação atendendo melhor aos propósitos organizacionais das empresas.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Francisco. **Projetos DSD Consultores**. Disponível em: <<http://www.projetodsd.com.br/index.php?cat=92&pag231>>. Acesso em: 22 mar. 2007.

CAVALCANTE, José Carlos. **Guia do empreendedor**. Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Disponível em: <<http://www.sebraemg.com.br/arquivos/parasuaempresa>>. Acesso em: 2 mar. 2007.

MARION, José Carlos. **Análise das demonstrações contábeis – contabilidade empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SANVINCENTE, Antonio Zoratto. **Administração financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

AC 15: CONCEITOS E VISÕES SOBRE OS CUSTOS DA QUALIDADE

Eduardo Oliveira Lima Mara⁸¹; Alexsandra C Barros⁸²; Rogério F Leitão⁸³

RESUMO

Os custos da qualidade podem ser agrupados em categorias que se inter-relacionam. De certa forma podemos ter tais custos como elementos de controle e análise de falhas, que evoluem de forma segmentar para a avaliação e prevenção de processos. No decorrer do processo produtivo, o aumento de atividades preventivas acarreta novos custos, se reduzem as falhas, porém nos chama a especial atenção, o cuidado para que novos processos de melhoria não correspondam apenas a realocação de custos, passando a idéia tortuosa de redução. Encontramos nos conceitos de custos de qualidade duas linhas singulares, encabeçadas por autores americanos e japoneses que em certo momento apontam total divergência de idéias. Surgem conceitos como zona de aperfeiçoamento da qualidade e a administração dos custos da qualidade no estágio de desenvolvimento do produto/processo fabril. De forma peculiar o conceito de qualidade não é novo, porém devem-se considerar os custos de produção não apenas no processo de fabricação, mas também a preocupação das empresas em atender as necessidades de seus consumidores.

Palavras-chave: Custo. Controle. Qualidade.

1 INTRODUÇÃO

A busca constante de melhorias e a evolução na procura do bem social com o desenvolvimento de novas formas de balanços, qualidade de vida e atividades empreendedoras, têm levado as empresas a novas considerações sobre conceitos de custos da qualidade. Quanto paga uma empresa por sua excelência; que retorno obtém a curto e longo prazo e qual sua relevância na tomada de decisões.

Essas novas temáticas exigem tratamento contábil diferenciado que em conjunto com o gerenciamento de custos por meio de programas de qualidade ou de melhoria continuada, têm como mecanismo essencial às informações que aprimoram o desempenho das instituições. A maneira que cada cultura dá importância aos custos empregados à qualidade merece especial atenção.

Descrever e destacar as diferentes visões sobre custos de qualidade citadas pelas escolas americana e japonesa.

2 REFERENCIAL

2.1 Conceitos de custos

Segundo Martins (2003), custo é um gasto relativo a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços. Para os autores da área o custo relaciona-se diretamente com a fabricação do produto, sendo divididos em matéria-prima, mão-de-obra direta e custos indiretos de produção.

2.2 Conceito de qualidade

Deming (apud BROCKA; BROCKA, 1994) define qualidade como um grau previsível da uniformidade da dependência, baixo custo, satisfação do mercado. De certa forma qualidade consiste em uma necessidade constante e mudança do desejo de cada cliente.

⁸¹ Estudante do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁸² Estudante do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁸³ Professor, Orientador.

2.3 Visões sobre os custos de qualidade

Segundo Brocka e Brocka (1994), o estudo de custos da qualidade foi reforçado em 1951 com JURAN na obra *Quality Control Handbook*, onde o autor discute o termo e põem em ênfase a abordagem e o emprego da qualidade em cada instituição enfatizando um denominador comum “custos da qualidade” é exatamente quanto é onerado a má qualidade, ou seja, quanto custa encontrar e corrigir o trabalho defeituoso.

Dependendo de suas particularidades, cada empresa possui sua própria visão de qualidade e custos.

Considerando que qualidade é fazer tudo certo numa primeira vez, o custo trata-se do retrabalho para atender a satisfação dos clientes.

A existência de distantes e até complementares abordagens sobre o tema nos remete a dois seguimentos distintos, incorporados à cultura de nossos dias provindos das escolas ocidental e oriental.

De acordo com Brocka e Brocka (1994), autores como Joseph M. Juran, W. Edwards Deming e Philip Crosby são considerados gurus americanos sobre o assunto “custos da qualidade”, seguidos pelos não menores renomados Kaoru Ishikawa e Geni Taguchi.

Crosby iguala o gerenciamento da qualidade como prevenção. Entretanto, inspeção, teste, verificação e outras técnicas não preventivas não têm lugar. CROSBY enumera 14 passos para a melhoria da qualidade, onde todos enfatizam a necessidade do comprometimento das equipes em busca da qualidade e a importância do gerenciamento.

Para Crosby, a qualidade consiste na meta defeito zero, figurando não como um mero *slogan*, mas como um padrão de gerenciamento do desempenho.

Para as escolas japonesas, prevenção e monitoramentos são palavras chaves. Administrar o custo da qualidade no estágio de desenvolvimento do produto é uma atividade fundamental.

Conforme Taguchi (apud BROCKA; BROCKA, 1994, p. 102), estabelecem-se métodos de controle de qualidade *on-line* e *off-line* de como forma única para a redução nas variações do produto. Para este, a chave para redução das perdas não era ir ao encontro das especificações, mas reduzir as variações do valor nominal ou objetivado, envolvendo o funcionamento total do processo fabril descrevendo qualidade em termos de perda gerada pelo produto na sociedade.

Outro ponto de distinção entre a escola americana e japonesa citada na literatura é a preocupação americana com a questão contábil, sobre a real necessidade e relação entre custos de prevenção, custos de qualidade e qual o ponto de equilíbrio a ser atingido, elemento que no Japão não receberam tanta importância.

Para os japoneses a excelência alcançada na qualidade de seus produtos não justificaria tamanha atenção. Na visão japonesa qualidade é a meta para se alcançar à uniformidade e melhoria contínua dos processos, funcionando como um norte na busca da perfeição.

A busca pelo ponto de equilíbrio, onde redução de falhas para manutenção dos custos de qualidade não reflitam em custos de prevenção constitui elemento importante na análise de processos. A mera informação pôr si só não corresponde à melhoria de qualidade, a real identificação de oportunidades de melhoria permite reduzir e erradicar falhas reais no processo produtivo.

O elemento humano como peça fundamental na redução dos fatores de risco na produção citada por Deming (apud BROCKA; BROCKA, 1994, p. 76) demonstra a importância dos valores humanos de forma não acidental a prevenção e resolução de problemas com o aperfeiçoamento dos processos em toda a empresa.

Vale ressaltar que o acompanhamento do momento vivido por cada instituição pode determinar que mecanismos serão adotados na avaliação de seus processos e das ações de suporte na avaliação da qualidade da organização, como as expectativas dos funcionários em relação a empresa e da própria empresa em relação a seus funcionários engajados ao processo produtivo. Crosby (apud BROCKA; BROCKA, 1994, p. 72) comenta “forme equipes de melhorias da qualidade com representantes de

cada departamento”, afastando o mecanismo de Taylor e destacando a força participativa de cada colaborador antes mero empregado.

3 METODOLOGIA

Em seus aspectos metodológicos este artigo classifica-se como uma pesquisa exploratória, bibliográfica e qualitativa, elaborada com base no referencial teórico acessado em livros, revistas, dissertações, artigos científicos e materiais coletados na internet.

4 CONCLUSÃO

Chama-nos a atenção o enfoque dado pôr cada escola aos custos da qualidade. Atuando de forma complementar, japoneses e americanos buscam como meta o defeito zero de Crosby, seguem a mesma diretriz baseando-se em pontos de excelência alcançados. Aos orientais a honra e o comprometimento de cada colaborador e a satisfação do cliente indicam o norte a ser seguindo.

Os produtos japoneses são referências em excelência, qualidade e tecnologia. O acompanhamento preventivo e constante do início ao final do processo fabril são as respostas para a redução de custos, o fazer certo do início ao final corresponde a fórmula para se minimizar custos provenientes das falhas. Se previamente corrigidos não necessitam ser tão valorizado no final do processo.

Os americanos tendem a valorizar a importância contábil dos custos provenientes do processo fabril, mediante a preocupação da produção em escala, assim acentuando sua presença no mercado produtivo de marcas e valores. Mas em ambas as interpretações, o elemento comprometimento humano soa como essencial ao controle dos custos de qualidade. Apesar de não existir homogeneidade nas empresas, segmentos específicos adotam elementos de cada escola adequando as necessidades de suas atividades.

REFERENCIAS

BROCKA, Bruce; BROCKA, M. Suzanne. **Gerenciamento da qualidade**. Tradução e revisão técnica Valdenio Ortiz de Souza. São Paulo: Makron Books, 1994.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PALADINI, Edson Pacheco. **Avaliação estratégica da qualidade**. São Paulo: Atlas, 2002.

SERQUEIRA NETO, Edgard Pedreira. **Preconceitos da qualidade, em um ambiente de mitos e paradigmas**. São Paulo: Imagem, 1992.

AC 16: UM ESTUDO SOBRE A GERAÇÃO DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL PARA A TOMADA DE DECISÕES

Felipe de Souza Facundo⁸⁴; Carlos Adriano S. Gomes⁸⁵

RESUMO

A informação contábil tem muita importância para as empresas, por apresentar relatórios que ajudem a todo sistema empresarial. Com tudo esses relatórios são de grande valia, por apresentar os índices que serão avaliados pelo administrador, com isso o bom desempenho de sua administração. O contador já está comprovando que é necessária a sobrevivência das empresas atualmente. A tecnologia utilizada pela contabilidade esta cada vez mais avançada podendo produzir demonstrativos que influenciaram em toda a empresa. Os sistemas de informação são necessária a toda empresa que pretenda está em atividade de lucro e por ventura no meio de concorrência a que pertence. Assim o profissional contabilista tem muito em que ajudar na tomada de decisões, por sua tecnologia estar avançando na criação de sistemas de informação contábil.

Palavras-chave: **Contabilidade. Sistemas de Informação. Empresa.**

1 INTRODUÇÃO

A turbulência crescente no ambiente empresarial tem levado as empresas a investir bastante no desenvolvimento e utilização de informações, que são aplicadas como ferramentas de apoio aos processos de controle e nas decisões.

Diante desta abordagem define-se o problema de pesquisa da seguinte forma: Como a geração de uma informação contábil pode influenciar no desenvolvimento empresarial, ou seja, na melhoria do processo decisório?

A geração de informação contábil proporciona alguns benefícios as empresas, como a melhoria no acesso às informações, na produtividade setorial e global, nos serviços realizados e oferecidos, na tomada de decisões, na estrutura organizacional, na estrutura de poder, na adaptação da empresa para enfrentar os acontecimentos imprevistos nas atitudes, também redução dos custos e dos níveis hierárquicos.

O Sistema de Informação Contábil é um auxílio na tomada de decisão de seus usuários, tendo como maior objetivo avaliar a situação econômica e financeira de uma empresa assegurando a otimização do resultado econômico da organização, disponibilizando para a empresa vantagens competitivas, suporte ao processo decisório dos níveis e funções organizacionais.

Pode-se determinar que é possível com o uso da informação contábil obter um conhecimento através do estudo, fazendo uma avaliação da importância, das características e da utilização das informações contábeis.

A metodologia de bibliografia pesquisada foi utilizada neste artigo, através de pesquisas em livros na área de sistemas de informação, e também teve uma grande participação da internet com pesquisas em trabalhos, que de certa forma são fontes de informações. Logo este artigo apresenta um pouco da parte teórica dos sistemas de informação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Padoveze (2000 apud SOARES; CATÃO; LIBONATI, 2007, p. 8) faz a seguinte afirmação: “a ciência contábil traduz-se naturalmente dentro de um sistema de informação. Poderá ser argüido que fazer um sistema de informação contábil com a ciência da

⁸⁴ Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁸⁵ Professor, Orientador.

Contabilidade é um vício de linguagem, já que a própria Contabilidade nasceu sob a arquitetura de sistema informacional”.

Iudícibus (2000 apud SOARES; CATÃO; LIBONATI, 2007, p. 8) prossegue com a seguinte informação: “o objetivo principal da Contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informações econômicas relevantes para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

Com tais informações, pode-se apontar que a contabilidade é um importantíssimo sistema de informação na parte administrativa de uma empresa. Tendo que comprovar suas afirmações com demonstrações financeira, econômica e de produtividade.

2.1 A importância da contabilidade

A contabilidade é importante para toda empresa devido a apresentação de fatos administrativos em forma de relatórios e resultados, assim comprovando que as empresas que não dão importância a área contábil acaba não tendo um bom desenvolvimento.

Além de gerar informações, explica os fenômenos patrimoniais, constrói modelos, efetua análise, controla, vindo a prever e projetar exercícios futuros, dentre outras funções à satisfação das necessidades humanas e da vida em sociedade.

2.2 A contabilidade enquanto sistema de informação

Como já vêm comprovando a contabilidade está mostrando que com informações estratégicas as empresas tendem a competir em seu tipo de mercado.

A contabilidade especializou-se ao longo do tempo, adequando-se aos diversos usuários e às necessidades informacionais. Partindo de uma visão da Contabilidade pode-se imaginá-la juntamente com o seu sistema crescendo de tal maneira, até ser o maior e mais importante sistema de uma organização.

O gestor do sistema contábil tem a função de poder fornecer o que pedem, do jeito que pedem, dentro de as necessidades da empresa.

2.2.1 O que é sistema de informação (SI)

De acordo com Gil (1992, p. 13) “Um sistema pode ser definido como uma entidade composta de dois ou mais componentes ou subsistemas que interagem para atingir um objetivo comum; sob esse aspecto, o termo aplica-se a uma comunidade, a uma família, a uma empresa”, ou seja, um SI tem de trabalhar dados para produzir informações.

Laudon (1999, p. 4) afirma que:

[...] um sistema de informação pode ser definido como um conjunto de componentes inter-relacionados trabalhando juntos para coletar, recuperar, processar, armazenar e distribuir informação com a finalidade de facilitar o planejamento, o controle, a análise e o processo decisório em empresas e outras organizações.

2.2.2 Utilização de tecnologia no sistema de informação

A enciclopédia livre, wikipédia, comenta que os Sistemas de Informação (SI) estão se tornando mais importantes e desafiadores, devido às modernas Tecnologias de Informação (TI). Isso pode ser uma questão estratégica nas organizações, pois estão alterando rapidamente as formas como afetam a competitividade das empresas no processo de Planejamento Estratégico no Sistema de Informação (PESI).

2.3 A informação contábil

Martins (1988 apud BEUREN, 2000, p. 30) afirma que:

Informação Contábil deve, pois, necessariamente, ser significativa para os problemas decisórios do usuário (relevância) e não custar mais para ser produzida do que o valor esperado de sua utilização (economicidade). Por outro lado como uma atividade decisória específica determina as necessidades, a relevância está em direta inter-relação (adaptação) com o contexto dessa decisão e com as atitudes e preferência de quem assumirá a decisão.

2.3.1 O que é informação

Segundo Oliveira (2004, p. 36) “Informação é o dado trabalhado que permite ao executivo tomar decisões”, ou seja, é a análise dos dados necessários ao conhecimento e as decisões de uma empresa.

Laudon (1999, p. 10) diz: “Definiremos informação como um conjunto de dados aos quais seres humanos deram forma para torná-los significativos e úteis”.

2.3.2 Características dos sistemas de informação contábil

O Sistema de informação contábil (SIC) é um dos componentes do sistema de informação gerencial e utiliza os seguintes módulos:

- Contabilidade Geral: é o registro contábil que segue os padrões informacionais, conforme a contabilidade financeira.
- Contabilidade Patrimonial: é a parte que a informação não é especificamente financeira.
- Contabilidade de Custos: é direcionada a movimentação de custos e despesas de uma empresa.
- Contabilidade gerencial: é a informação que o contador oferece ao administrador da empresa que analisa a parte econômica e financeira.
 - Controladoria: é a manipulação de informações a curto-prazo.
- Contabilidade estratégica: é a informação necessária à empresa que esteja ligada aos orçamentos e programas de longo-prazo.

Por fim para falar da abrangência do sistema de informação contábil, apontando quais seus subsistemas, deve-se nortear pela concepção de ciência contábil como controle patrimonial e que todas as informações contábeis serão úteis a administração.

2.3.3 A importância da informação contábil para tomada de decisão

Na concepção de Fortes (2001 apud NUNES; FREITAS, 2007, p. 4): “ainda não foi inventado um sistema de registro, controle e análise patrimonial para a gestão do patrimônio das entidades que seja mais eficiente do que a contabilidade”.

Assim com as informações geradas por um contador são necessárias para a tomada de decisão das empresas, buscando sempre interesses pessoais. Pode-se reduzir incertezas através das oportunidades e da prioridade de sua distribuição, tendo que ser em tempo hábil, caso isso não ocorra, perde seu sentido, tendo de ser fornecidas informações mais rápidas e precisas.

3 CONCLUSÃO

A contabilidade vem ficando cada vez mais complexa, por ter que está sempre demonstrando que a empresa terá que fazer algumas mudanças em seus setores como: setor pessoal, estoque e etc. Logo essas mudanças terão que ser comprovadas e também explicadas como devem ser feitas.

O setor contábil tem uma grande importância nas empresas, por ter em seus relatórios uma grande rapidez nas informações úteis na tomada de decisões. Isso ocorre devido ao avanço na tecnologia de informação que com suas máquinas super modernas ajudam na criação de sistemas de informação cada vez mais interligados.

Com esses novos avanços a contabilidade apresenta muitos benefícios necessários ao empresário para administrar a sua empresa, como: a absorção da informação em tempo da tomada de decisão; a interligação dos sistemas da empresa; a redução do tempo de resolução dos problemas da empresa e etc., portanto nenhuma empresa sobrevive sem um bom contador.

REFERÊNCIAS

AUDY, Jorge Luis N.; BRODBOCK, Ângela F. **Sistemas de Informação: Planejamento e alinhamento estratégico nas organizações**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

AUDY, Jorge Luis N.; ANDRADE, Gilberto Kellerde; CIDRAL, Alexandre. **Fundamentos de Sistemas de Informação**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BEUREN, Ilse Maria. **Gerenciamento da Informação: Um recurso estratégico no Processo de Gestão Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2000.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistemas de Informação Contábil/ Financeiros**. São Paulo: Atlas, 1992.

LAUDON, Kenneth. C.; LAUDON, Jane Price. **Sistemas de informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

NUNES, Jane Daniele S.; FREITAS, Luciana Queiroz. **A importância da informação contábil de acordo com os parâmetros éticos**. Disponível em: <http://www.peritocontador.com.br/artigos/a_importancia_da_informacao_contabil.pdf>. Acesso em: ago. 2007.

OLIVEIRA, Antonio G.; MULLER, Aderbal N.; NAKAMURA, Wilson Toshiro. **A utilização das informações geradas pelo Sistema de Informação Contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas**. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v3_n3/a_utilizacao_das_informacoes.pdf>. Acesso em: ago. 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. **Sistemas de Informações Gerenciais**. São Paulo: Atlas, 2004.

RAMOS de Contabilidade. Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ramos_da_Contabilidade>. Acesso em: set. 2007.

SOARES, Euvaldo Antonio R.; CATÃO, Gustavo C.; LIBONATI, Jeronymo José. **A Contabilidade como um Sistema de Informação de apoio ao processo decisório nas entidades de terceiro setor**. Disponível em: <<http://www.classecontabil.com.br/trabalhos/terceiroSetor.doc>>. Acesso em: set. 2007.

AC 17: ANÁLISE DAS VANTAGENS E DESVANTAGENS OFERECIDAS NA OPERAÇÃO DE *LEASING* FINANCEIRO NO BRASIL

Francisca Flaviana Oliveira Rocha⁸⁶; Ana Vlândia Cabral Sobral⁸⁷

RESUMO

O *leasing* ou arrendamento mercantil é uma operação financeira com características próprias. No Brasil, as modalidades mais importantes são o *leasing* financeiro e o operacional. O arrendamento mercantil financeiro se assemelha ao aluguel, pois a empresa arrendatária (pessoa física ou jurídica) usufrui o bem arrendado pela sociedade de arrendamento mercantil (SAM), mediante o pagamento de contraprestações durante um prazo mínimo de dois anos. No entanto, parece também com uma compra financiada, pois, ao final do contrato, o arrendatário tem a opção de compra do bem pelo valor residual garantido (VRG). A junção dessas duas características faz do *leasing* financeiro uma operação particular. Por isso, possui vantagens e benefícios, principalmente tributários, concedidos somente a essa operação, como a não incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF. As desvantagens, comparadas com o leque de benefícios existentes, são poucas. Uma delas é a incidência de Imposto Sobre Serviços - ISS. Portanto, o arrendamento mercantil financeiro é uma boa opção para quem quer adquirir bens no cenário atual e não possui capital para imobilizar.

Palavras-chave: *Leasing*. Arrendamento Mercantil. Financiamento.

1 INTRODUÇÃO

O arrendamento mercantil financeiro, uma operação financeira com particularidades, é uma boa opção para a aquisição de bens no mercado atual, além de possibilitar o investimento na produção e no desenvolvimento da economia de uma forma geral.

O objetivo geral é analisar as vantagens e as desvantagens da operação de *leasing* financeiro no Brasil.

O tema foi escolhido pelo fato de o arrendamento mercantil estar em crescimento no mercado brasileiro, mas pouco conhecido entre as pessoas, que, por muitas vezes, realizam a operação sem ter conhecimento de que se trata de um *leasing*.

Os objetivos específicos são: apresentar como se desenvolve uma operação de *leasing* financeiro, estudar suas vantagens como um fator essencial para a contratação da operação e mostrar que, apesar das desvantagens existentes, o arrendamento mercantil financeiro é uma ótima opção de aquisição de bens.

As hipóteses levantadas são: o *leasing* financeiro é mais vantajoso do que outras operações financeiras, como a locação e o financiamento; possui grande abrangência por estar disponível a pessoas físicas e jurídicas; as desvantagens existentes dificultam a transmissão processual da operação.

A problematização é a seguinte: quais as principais vantagens na operação de *leasing* financeiro no Brasil e qual o impacto das desvantagens na decisão de aquisição da operação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Definindo *Leasin*

Leasing ou arrendamento mercantil consiste em uma operação financeira. Suas particularidades o diferenciam de outras operações como a locação e a compra financiada.

⁸⁶ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁸⁷ Professora, Orientadora.

Pela lei 6.099, alterada pela lei 7.132, de 21.10.83 (1983 apud RIZZARDO, 2000, p. 20) considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta Lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.

Historicamente tem-se registro de operações parecidas com *leasing* na antiguidade na cidade de Atenas. O governo cobrava determinada quantia em dinheiro e, em troca, garantia a exploração de minérios e uma renda anual baseada numa porcentagem dos lucros. No Brasil, as primeiras operações foram realizadas entre as empresas Colina do Farol e SIAC em 1967.

O objetivo era a aquisição experimental de equipamentos de produção.

A legislação que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil no Brasil é a lei 6099-74. O Conselho Monetário Nacional (CMV) também disciplina e consolida as normas relativas às operações de *leasing* através da resolução 2.309, publicada em 28 de agosto de 1996, discorrendo sobre as modalidades de *leasing* operacional e *leasing* financeiro.

2.2 *Leasing* Financeiro

Di Augutini (1999, p. 18) define *leasing* financeiro como “a modalidade em que pagamentos realizados pelo arrendatário (pessoa física ou jurídica) são suficientes para que empresa de *leasing* recupere o custo do bem arrendado durante o contrato e obtenha um retorno sobre os recursos investidos”.

Os principais agentes de uma operação de arrendamento mercantil financeiro são o fornecedor, a sociedade de arrendamento mercantil (S.A.M.) ou arrendadora e o arrendatário. O Fornecedor vende o bem à arrendadora. Esta, o arrendará ao arrendatário, pessoa física ou jurídica, que, por sua vez, usufrui o bem durante o prazo contratual.

O arrendatário, quando realiza um contrato de *leasing* financeiro, adquire o direito de uso do bem mediante o pagamento de contraprestações. Ao final do contrato, o arrendatário tem a opção de comprar o bem pelo valor residual garantido, VRG, que é definido em comum acordo entre as partes e pode ser pago no início, parcelado ou pago no final do contrato, devolver o bem à empresa arrendadora ou renovar o contrato. Essa é a principal particularidade dessa operação financeira.

2.3 Vantagens

São muitas as vantagens oferecidas pelo *leasing* financeiro. Elas beneficiam o arrendador, o fornecedor dos bens e, principalmente, os arrendatários.

De acordo com Santana (2001)

[...] a adoção deste instituto jurídico e modalidade negocial é medida altamente benéfica para a fazenda pública, pois viabiliza o efetivo investimento na produção e no desenvolvimento da economia de uma forma geral. É também extraordinariamente positivo para a instituição financeira, porque o mercado sempre foi farto de arrendatários além de se constituir em uma operação de baixo risco pelas peculiaridades do negócio. Já para a indústria, é uma poderosa modalidade de ampliar a produção e venda de bens duráveis ou de capital. E, finalmente, é também vantajoso para o arrendatário que, pretendendo desenvolver seus negócios, não possua capital para imobilizar.

O Fornecedor dos bens recebe 100% do valor do bem quando a venda é efetuada à vista pelo arrendador. Para a sociedade de arrendamento mercantil, que tem a posse do bem, é garantida a reintegração de posse em caso de inadimplência.

No caso de desistência do contrato por parte do arrendatário, o arrendante não devolve qualquer valor e ainda tem o direito de receber o restante da dívida. Há uma maior penetração junto a seu mercado por dispor de financiamento de longo prazo. O bem pode ser depreciado

mais rápido do que o normal, chegando a alíquota de depreciação até 30%, maior que o normal.

O arrendatário é o mais beneficiado dos agentes da operação, principalmente pelas vantagens fiscais. Ele pode ser pessoa física ou jurídica, estendendo a possibilidade do contrato de arrendamento mercantil financeiro a muitas pessoas.

Para quem contrata o *leasing* financeiro, o bem arrendado pode ser de qualquer tipo, nacional ou importado, novo ou usado e pode ter até 100% do seu valor financiado. Os planos são flexíveis, através de prestações mensais, trimestrais ou semestrais, com prazos de 2 a 10 anos e valor residual garantido (VRG) pago no início, parcelado ou no final do contrato. Esse valor é estabelecido em contrato e pode variar de R\$ 1,00 até 100% do valor do bem, maximizando os aspectos fiscais e contábeis da operação. Realizada a opção de compra, o bem é imobilizado no ativo da arrendatária pelo VRG.

As despesas administrativas e de controladoria com depreciação, correção e reavaliação de ativos são minimizadas. As despesas com transporte, instalação e demais despesas relacionadas podem ser incluídas no contrato.

A operação não se caracteriza como uma dívida de longo prazo, reduzindo assim os índices de endividamento, pois os mesmos são avaliados nas contas de longo prazo. Por isso não há a geração de passivo, as prestações são despesas para a arrendatária e receita para arrendadora.

Há simplicidade na transmissão processual e rapidez na entrega do bem, possibilitando a liberação de recursos não investidos na compra do bem para um maior investimento em matérias-primas, estoques, mão-de-obra e aquisição de outros ativos, além da utilização de bens com tecnologia mais avançada, pois a operação minimiza o fator risco de obsolescência do bem.

Todos os pagamentos, exceto o valor residual, são dedutíveis de Imposto de Renda. Não há a incidência de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Não há cumulatividade de PIS/PASEP e da COFINS sobre as contraprestações, definida recentemente pelas leis nº. 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e nº. 10.833, de 29 de dezembro de 2003, respectivamente, com exceção das empresas optantes pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples.

As vantagens dessa operação são os principais fatores na contratação do *leasing* financeiro, pois as pessoas estão sempre em busca de benefícios que possam contribuir e trazer melhorias para sua empresa e para sua vida.

2.4 Desvantagens

Existem algumas desvantagens na operação de *leasing* financeiro, são elas:

O contrato não é rescindível, exceto algumas situações previstas pelo Banco Central. O bem não pode ser oferecido como garantia para outras operações pelo arrendatário, pois não é de sua propriedade.

Não pode ser feita a quitação antecipada da operação, caso isso ocorra, desfigura-se o contrato de *leasing* e considera-se operação de compra e venda a prestação, onde o preço da compra e venda compreenderá o total das prestações pagas durante a vigência do arrendamento, mais a parcela cobrada a título de aquisição, os acréscimos de juros, de correção monetária e das despesas administrativas. As despesas já deduzidas pela arrendatária serão adicionadas ao lucro tributável do imposto de renda.

Há a incidência de ISS – Imposto Sobre Serviços, com exceção das arrendadoras e arrendatárias localizadas na região da Suframa – Superintendência da Zona Franca de Manaus, abrangendo os Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Em se tratando de imóveis, incide sobre a SAM e o arrendatário, na compra do bem, o Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (antigo Sisa).

As desvantagens são poucas se comparadas as vantagens existentes e não influem na transmissão processual, pois se restringem, em sua maioria, a aspectos tributários. Além disso,

possuem pouco impacto na decisão de aquisição da operação por serem pequenas diante das vantagens.

3 METODOLOGIA

O estudo das vantagens, bem como das desvantagens do *leasing* financeiro no contexto do atual mercado brasileiro é resultado de uma revisão de literatura em livros e na internet, baseando-se na pesquisa bibliográfica.

4 CONCLUSÃO

Observou-se que o *leasing* financeiro é uma ótima opção na aquisição de bens pelas vantagens apresentadas, principalmente as fiscais. É uma operação financeira com poucos riscos e grande mercado ao arrendador. Muito positiva e benéfica para o arrendatário que pode disponibilizar um maior capital para outros investimentos.

Com isso, os objetivos foram alcançados, pois ficou claro o desenvolvimento de uma operação de arrendamento mercantil financeiro, mostrando que as desvantagens existentes, se comparadas ao leque de benefícios, não afetam a aquisição da operação, comprovando que as vantagens são o fator chave na contratação da mesma.

Pelo que foi abordado, o *leasing* financeiro é bastante abrangente, pois pode ser realizado por qualquer pessoa física ou jurídica e é mais vantajoso do que a locação e o financiamento. São concedidos a ele benefícios que não existem nessas duas operações, confirmando as hipóteses levantadas. No entanto, ao contrário do que se tinha suposto, a transmissão processual é simplificada e nada tem a ver com as desvantagens.

Por isso, faz-se necessária uma maior divulgação do arrendamento mercantil, para que as pessoas possam entender, escolher e praticar a operação de maneira correta.

REFERÊNCIAS

DI AUGUSTINI, Carlos Alberto. **Leasing Financeiro**: Fundamentos, Avaliações. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

PINHO, Osmar Roncolato. Não-cumulatividade de impostos. **Informativo ABEL n° 166/04**. 2006. Disponível em:
<http://www.leasingabel.com.br/site/paginas/artigos/show_artigosD.asp?id_artigo=241>. Acesso em: 28 abr. 2007.

RIZZARDO, Arnaldo. **Leasing**: Arrendamento mercantil no direito brasileiro. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

SANTANA, Danilo. Leasing – Conceituação. **É bom saber**, [s. l.], 2001. Disponível em:
<<http://www.consumidorbrasil.com.br/consumidorbrasil/textos/ebomsaber/leasing/rescisao.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2007.

AC 18: DA ARQUEOLOGIA AO SÉCULO XXI: UMA ABORDAGEM DA EVOLUÇÃO DA CONTABILIDADE

Francisca Flaviana Oliveira Rocha⁸⁸; Francinalva Barros da Silva⁸⁹; Weyma Alves de Sousa⁹⁰; Flávia Roberta Bruno Teixeira⁹¹

RESUMO

A contabilidade tem sua origem tão antiga quanto o surgimento do homo sapiens e sua noção de conta. Escavações arqueológicas comprovaram a existência de métodos contábeis na pré-história, por volta de 10.000 a.C. através de fichas de barro. Com o passar dos anos foram surgindo as primeiras economias sofisticadas que ficaram completas com o surgimento da moeda em 650 a.C. e das medidas de valor. A partir daí uma série de acontecimentos históricos proporcionaram o crescimento de cidades e o melhoramento das relações comerciais e consequentemente da contabilidade. O século XIII marcou o fim da contabilidade antiga e o início da moderna. O crescimento do comércio em larga escala proporcionou o desenvolvimento de sistemas de contas mais apurado. O uso das partidas dobradas passou a ser generalizado e, com isso, começaram a surgir as primeiras grandes obras referente à contabilidade. Este artigo tem por objetivos: abordar a evolução da contabilidade da arqueologia até os dias atuais, fazendo uma relação da evolução da humanidade com a da contabilidade. Mostrar como foram os primeiros passos do pensamento contábil e discutir a contabilidade no seu contexto atual. A pesquisa bibliográfica foi a metodologia usada, através de uma revisão de literatura em livros e na internet. Com isso, foi observado que durante muitos séculos a contabilidade experimentou uma revolução na sua história. Sua evolução acompanhou o desenvolvimento do homem e suas civilizações. Por isso, conhecer como se originou e desenvolveu a contabilidade é de fundamental importância para um melhor conhecimento dessa ciência.

Palavras-chave: Evolução da Contabilidade. História do Pensamento Contábil. Desenvolvimento da contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade passou por muitos séculos de evolução para chegar ao estágio em que se encontra atualmente. Muitos homens e civilizações contribuíram para a formação do pensamento contábil desde a pré-história, possibilitando o seu desenvolvimento juntamente com a contabilidade.

O objetivo geral é abordar a evolução da contabilidade da arqueologia até os dias atuais já os objetivos específicos são: fazer uma relação da evolução da humanidade com a da contabilidade, mostrar como foram os primeiros passos do pensamento contábil e discutir a contabilidade no seu contexto atual.

O problema a ser estudado é: quais os fatos mais importantes para a evolução da contabilidade? Já as hipóteses podem ser listadas da seguinte forma: a evolução do pensamento contábil tem relação direta com a evolução das civilizações, alguns fatos históricos deram grande contribuição para a contabilidade e a origem da contabilidade está ligada ao surgimento da escrita.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Origem e arqueologia da contabilidade

⁸⁸ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis.

⁸⁹ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis.

⁹⁰ Estudante do 3º semestre do curso de Ciências Contábeis.

⁹¹ Professora, Orientadora.

Não se tem ao certo quando surgiu a contabilidade. Sua origem é tão antiga que pode estar relacionada ao surgimento do homo sapiens na sua noção intuitiva de conta.

Escavações arqueológicas recentes constataram que na pré-história, durante o período mesolítico compreendido entre 10.000a.C. e 5.000 a.C., havia a utilização de sistemas contábeis constituídos de pequenas fichas de barro. Essas fichas tinham formas variadas e representavam animais, mercadorias, alimentos e uma série de coisas comerciáveis.

Foram encontrados também outros artefatos de barro semelhantes a caixas em sítos arqueológicos em Israel, Síria, Iraque, Turquia e Irã. Continham fichas em seu interior e impressões em seu exterior, que identificavam devedores e outras pessoas. Foram denominadas envelopes e as mais antigas datavam de 3250 a.C.

Com o passar dos anos houve um aprimoramento desse sistema contábil. Por volta de 3200 a.C. as fichas iam sendo padronizadas e impressas no exterior do envelope antes de serem colocadas no seu interior, pois eles possuíam um lacre com a identificação do devedor. Com isso permitia uma rápida identificação do total do patrimônio e da dívida do envelope.

Ainda em 3200 a.C., na antiga Suméria, constatou-se a prática de um tipo de partida dobrada, pois a transferência de uma mercadoria de um comerciante para outro representava a transferência de uma ficha de barro de um envelope para outro. Assim, a entrada de uma ficha representando uma mercadoria dentro de um envelope que representava o comerciante A, correspondia a um crédito na conta mercadoria, contra um débito na conta comerciante A, enquanto uma eventual saída dessa mesma ficha, desse mesmo envelope, caracterizava um crédito para a conta comerciante A e a entrada dessa ficha em outro envelope (comerciante B) equivale a um débito na conta comerciante B. Santos et al (2003, p. 18) explica:

Essa transferência de mercadorias de uma localização para outra caracteriza um sistema de partidas dobradas, pois efetivamente existe o registro de uma dupla entrada, apenas não existe o controle monetário dos sistemas contábeis de partidas dobradas, onde os valores são checados para a verificação se houve o lançamento a débito e a crédito com igualdade de valores.

2.2 Civilizações Antigas

Com o passar dos anos foram surgindo as primeiras economias sofisticadas. A início eram incompletas, pois lhes faltavam uma unidade de medida de valor. A mais antiga datava de 2300 a.C. e localizava-se na Índia. Outra civilização que se destacou foi o Egito, que por volta de 2000 a.C. já tinha como obrigatório os livros comerciais e buscavam o controle dos impostos.

A escrita alfabética foi inventada em 1100 a.C. pelos fenícios. Até então, era utilizada na identificação das coisas a pictografia, um sistema primitivo de escrita em que se exprimiam as idéias através de cenas figuradas ou simbólicas.

O sistema de contas ficou completo quando surgiu a moeda, primeiramente em Lídia em 650 a.C. e as medidas de valor, possibilitando a determinação das contas contábeis representantes do patrimônio e seus respectivos valores.

A partir de então, uma série de acontecimentos históricos como guerras, dominação de povos por outras civilizações diversas, o desenvolvimento do comércio, produção agrícola, as grandes navegações e o comércio ultramarino, proporcionaram o crescimento de cidades e o melhoramento das relações comerciais, conseqüentemente a contabilidade, uma vez que, houve a necessidade de registros mais apurados dos sistemas de contas.

Em meados do século XII, com o crescimento do comércio, surgiram as commendas, que eram associações representantes do comércio, onde o capital fornecido pelo sócio capitalista commendator era como um empréstimo ao sócio ativo tractator. Para Santos et al (2003, p. 22):

Esse fato foi marcante na história da contabilidade, pois surgia aí o postulado da entidade, devido à necessidade do reconhecimento da firma como entidade separada

e distinta das pessoas de seus proprietários, uma vez que essa relação exigia uma prestação de contas ao final da viagem para que se dividisse o lucro obtido.

2.3 Civilização moderna

O século XIII marcou o início da era da contabilidade moderna e o fim da era da contabilidade antiga, pois o comércio passou a crescer em larga escala, aumentando a necessidade do controle patrimonial, fazendo da contabilidade um instrumento de gerenciamento dos negócios, capaz de fornecer as informações necessárias para um melhor controle de entradas e saídas de caixa, uma vez que, o fluxo de dinheiro envolvido nas transações comerciais teve aumento significativo.

Com isso, veio a necessidade de a contabilidade criar sistemas que controlassem essas movimentações patrimoniais, despertando o interesse em estudiosos e pesquisadores da época em escrever sobre o assunto. Assim, surgiram as primeiras grandes obras referente à Contabilidade.

Algumas cidades italianas como Florença, Gênova e Veneza, por serem grandes centros comerciais, destacaram-se no uso do sistema de partidas dobradas. Embora na pré-história esse sistema tenha sido usado através de envelopes e fichas de barro, o seu uso generalizado se deu após as primeiras práticas contábeis nas cidades Italianas e com o advento da revolução comercial, expandindo-se por toda Europa.

Segundo Santos et al (2003, p. 24):

O desenvolvimento e a propagação das partidas dobradas ajudaram o homem a atravessar o último período medieval experimentado pela Europa, facilitando a solidificação de um novo período histórico, em que novas formas de administrar e comercializar foram implantadas. O movimento renascentista e o Capitalismo criaram novas condições sociais, permitindo que mais pessoas acumulassem bens e riquezas. Essa nova situação teve implicações nos negócios e, sem dúvida, nas práticas contábeis.

Luca Pacioli é apresentado aos iniciantes no conhecimento contábil como o criador das partidas dobradas. Porém, ele é o primeiro grande divulgador desse método contábil, publicando no ano de 1494, em Veneza, a *Summa da Aritmética Geometri, Proportioni et Proporgionaletá*.

Após a publicação da obra de Pacioli, surgiram várias escolas de pensamento contábil. Elas foram de grande importância para a evolução da contabilidade. SCHMIDT (2000) escreveu sobre cada uma delas e uma síntese mostrando as principais características encontra-se a seguir:

Escola Contista: seus seguidores se preocupavam em descrever e apresentar exemplos de como registrar transações em livros contábeis, através da subordinação da escrituração ao funcionamento das contas.

Escola Administrativa ou Lombarda: surgiu em meados do século XIX, era baseada na administração das entidades como alvo central do interesse dos estudiosos contábeis. Seu principal mentor foi Francesco Villa.

Escola Personalista: surgiu também no século XIX e fundamentava-se na personificação das contas através da representação de débitos e créditos das pessoas titulares dessas contas.

Seus principais pensadores foram Francesco Marchi e Giuseppe Cerboni.

Escola Veneziana ou Controlista: nasceu da distinção entre o conceito de administração geral e administração econômica feita por Fábio Besta, seu principal mentor. Sua doutrina defendia o controlismo.

Escola Norte-Americana: esta escola é uma das mais importantes e trouxe grandes contribuições para a contabilidade, ditando regras no tratamento de questões ligadas à gestão financeira, controladoria, contabilidade de custos, análise das demonstrações contábeis e

controle orçamentário. Possuem associações profissionais como a American Accountants Association (AAA) e a American Association of Public Accountants (AAPA), que têm suas diretrizes seguidas e quase que unicamente acatadas pelos contadores americanos.

Escola Alemã: surgiu no final do século XIX e discorria sobre o estudo de duas disciplinas: a teoria econômica das empresas, que apontava para o estudo da constituição e vida da empresa e o conjunto de registros efetuados nos organismos econômicos, que forneciam subsídio para demonstrações da gestão.

Escola Aziendal: Estuda o comportamento da entidade através do confronto entre os sistemas patrimoniais e o de crédito. É resultado de um processo evolutivo da contabilidade italiana. Seus principais pensadores foram Leonardo Frebonacci e Gino Zappa.

Escola patrimonialista: os pensadores patrimonialistas consideraram o patrimônio como o objeto da contabilidade e davam grande importância para a representação do patrimônio das entidades. A partir desta escola surgiu o conceito de que o patrimônio das entidades é o objeto de estudo da contabilidade. Seu principal defensor foi Vincenzo Mais.

A atual contabilidade é resultado de séculos de evolução, recebendo influências de muitos lugares diferentes. No entanto, do século passado até hoje, as regras e conceitos Norte-Americanos têm grande aceitação no mundo, inclusive no Brasil.

3 METODOLOGIA

A abordagem geral da evolução da contabilidade apresentada desde a arqueologia até o século XXI é resultado de uma revisão de literatura em livros e na internet, baseando-se na pesquisa bibliográfica.

Medeiros (2004, p. 48), define pesquisa bibliográfica como “o levantamento da bibliografia referente ao assunto que se deseja estudar”.

A pesquisa bibliográfica se constitui num procedimento formal para a aquisição do conhecimento sobre a realidade. Exige pensamento reflexivo e tratamento científico. Não se resume na busca da verdade; aprofunda-se na resposta para todos os porquês envolvidos na pesquisa (MEDEIROS, 2004, p. 50).

4 CONCLUSÃO

Durante muitos séculos a contabilidade experimentou uma revolução na sua história. Sua evolução acompanhou o desenvolvimento do homem e suas civilizações, ajudando desde o início na gestão e controle dos negócios do homem.

Com isso, os objetivos propostos foram alcançados, pois ficou claro como se deu os primeiros passos do pensamento contábil, fazendo uma relação da evolução da contabilidade com a evolução do homem até chegar ao seu atual contexto.

Pelo que foi abordado, muitos fatos históricos contribuíram para a formação da contabilidade, no entanto, ao contrário do que se tinha suposto, o surgimento da contabilidade é bem anterior ao surgimento da escrita, datando da pré-história.

Por isso, conhecer como se originou e desenvolveu a contabilidade é de fundamental importância para um melhor conhecimento dessa ciência, principalmente, para os estudantes e profissionais da área contábil.

REFERÊNCIAS

MARTINS, Maria de Fátima Oliveira. Um passeio na contabilidade, da pré-história ao novo milênio. **Adcontar**, Belém, maio 2001. Disponível em: <http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/pdf/artigos_revistas/248.pdf> Acesso em: 29 set. 2007.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica**. São Paulo: Atlas, 2004.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Introdução à contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2003.

SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

AC 19: A IMPORTÂNCIA DA ADEQUADA OPÇÃO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO BRASILEIRO: LUCRO PRESUMIDO OU LUCRO REAL?

Francisco Geraldo Aires Benevides⁹²; Carlos Adriano S. Gomes⁹³

RESUMO

A partir de 1991, com a promulgação da Lei N. 8383/91, foi implantado no Brasil a opção pela tributação com base no Lucro Presumido, permitindo que alguns tipos de empresas, dependendo da constituição do seu quadro societário, da atividade desenvolvida, bem como do montante do faturamento no exercício da opção, pudessem fazer a opção pelo referido sistema de tributação. Na época tal opção foi muito bem aceita, tendo em vista, que permitiu para as empresas consideradas de pequeno porte ou microempresas efetuarem a opção, por representar na maioria dos casos uma carga tributária menos onerosa, bem como a não obrigatoriedade da manutenção da escrita contábil completa, mas apenas uma escrituração resumida. De início, somente as empresas que não tinha condições de se enquadrarem pela opção do Lucro Presumido, continuaram optando pelo Lucro Real. No decorrer do tempo, tem-se observado que determinados segmentos de empresas, mesmo que pudessem optar pelo Lucro Presumido não identificavam isso como vantagem, já que o resultado representava uma carga tributária mais alta. Neste sentido, essa pesquisa busca, por meio de um estudo bibliográfico, identificar importância da adequada opção do regime de tributação, enfocando-se o lucro presumido e o lucro real.

Palavras-chave: Lucro Presumido. Lucro Real. Opção.

1 INTRODUÇÃO

Quando entrou em vigor a Lei 8383/91, que permitia a determinados tipos de empresas a opção pelo Lucro Presumido, muitos profissionais da área contábil (técnicos em contabilidade, contadores, administradores, etc.), orientavam os proprietários das empresas (seus clientes), das vantagens da opção pelo Lucro Presumido, pelo simples fato da empresa satisfazer os requisitos necessários para opção.

Atualmente, muitos profissionais, ainda continuam orientando seus clientes para continuarem optando pelo Lucro Presumido, não porque venha a ser menos oneroso para empresa ou represente uma carga tributária menor, mais sim, por questão de comodidade, fazendo uma escrituração resumida, preterindo a escrituração contábil completa, onde a empresa apura um resultado final real e não presumido.

Diante de tais questões e considerando o impacto econômico, esta pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: qual a importância da adequada opção no regime de tributação comparando-se o lucro real com o lucro presumido?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Lucro Real

2.1.1 Conceito de Lucro Real

Segundo Neves e Viceconti (2003), o Lucro real é o resultado (Lucro ou Prejuízo) do período de apuração (antes de computar a provisão para imposto de renda), ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pelo Regulamento, podendo apresentar um resultado final positivo (lucro) ou negativo (prejuízo).

⁹² Estudante do curso de Ciências Contábeis.

⁹³ Professor, Orientador.

As adições são as parcelas que serão somadas ao lucro líquido contábil para apurar o lucro real, enquanto que, as exclusões e compensações são as parcelas que serão subtraídas do lucro líquido contábil, devendo todas adições, exclusões e compensações estarem escrituradas no Livro Apuração do Real (LALUR), como no exemplo apontado no quadro 1:

| Adições | Exclusões | Compensações |
|-----------------------------------|------------------------------|---------------------|
| Excesso retirada administradores | Ganho em equiv.patrimonial | Prejuízos Fiscais |
| Multas por Infrações Fiscais | Dividendos recebidos | |
| Perda de equivalência patrimonial | Lucro Inflacionário diferido | |

Quadro 1 – Adições, exclusões e compensações do lucro real.

Fonte: Elaborado pelo autor.

2.1.2 Forma de apuração do Imposto pelo Lucro Real

No regime do lucro real, a apuração do imposto será feita trimestralmente, por períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano-calendário.

A opção pela tributação com base no lucro real será manifestada por ocasião do pagamento da primeira quota ou quota única do imposto devido no primeiro trimestre do ano-calendário, vencível no último dia útil de abril.

A pessoa jurídica que iniciar atividade a partir do 2º trimestre manifestará a opção pelo lucro real com o pagamento da primeira quota ou quota única do imposto devido no trimestre de início de atividade. Depois de iniciado o pagamento do imposto com base no lucro real, não será mais admitida a mudança para qualquer outro tipo de tributação.

2.1.3 Alíquota do Imposto de Renda

A alíquota aplicável para apuração do Imposto de Renda com base no lucro real, será de 15% (quinze por cento) sobre o lucro real apurado no período, ou seja, (lucro líquido contábil + adições - exclusões - compensações = lucro real).

As empresas poderão compensar com o imposto de renda apurado, o Imposto de Renda na Fonte, relativo as receitas incluídas na base de cálculo do lucro real.

2.1.4 Compensação de Prejuízos Fiscais

Do lucro real apurado em cada período de apuração (lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões prescritas ou autorizadas pela legislação do Imposto de Renda), poderá ser reduzido pela compensação de prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores em, no máximo, 30% (trinta por cento).

Esse limite de 30% (trinta por cento) está relacionado com o lucro real do período de apuração em que o prejuízo foi compensado e não com o prejuízo a compensar, ou seja, o prejuízo fiscal de período de apuração anterior poderá até ser integralmente compensado em um único período de apuração, desde que o valor a compensar não ultrapasse a 30% do lucro real do período de apuração da compensação.

Para melhor compreender esta situação, observe-se o exemplo hipotético a seguir:

Determinada empresa em determinado período de apuração, apresenta a seguinte situação:

| | |
|---|------------------|
| Lucro líquido do período..... | R\$ 1.200.000,00 |
| Adições (+)..... | R\$ 500.000,00 |
| Exclusões (-)..... | R\$ 300.000,00 |
| = Lucro Real antes da compensação de prejuízos fiscais..... | R\$ 1.400.000,00 |

Nesta hipótese, o limite máximo para a compensação de prejuízos de períodos de apuração anteriores é de R\$ 420.000,00 (30% de R\$ 1.400.000,00). Caso o saldo de prejuízos fiscais a compensar de períodos anteriores for de R\$ 450.000,00, não poderá compensar todo o saldo visto que o limite máximo de compensação é de R\$ 420.000,00, valor este, que será

compensado, ficando o restante de R\$ 30.000,00 a ser compensado com o lucro real de período de apuração posteriores.

2.1.5 Opção pelo pagamento “Estimativa Mensal”

A empresa enquadrada no lucro real poderá fazer a opção em recolher o imposto por estimativa mensal, cuja forma de recolhimento, em vez de ser período de apuração trimestral, será apuração mensal, cujos valores do IRPJ e da CSLL serão apurados nos mesmos moldes utilizados para o lucro presumido, aplicando os mesmos percentuais sobre a receita bruta (1,6%, 8% ou 32%) de conformidade com a atividade desenvolvida pela empresa. No dia 31 de dezembro a empresa fará o encerramento do seu balanço patrimonial, juntamente com a DRE, onde serão apurados o lucro ou o prejuízo. Caso a empresa apure no encerramento do Balanço e da DRE, um valor inferior ao que foi pago por estimativa durante o ano, poderá pleitear a restituição da diferença apurada ou compensar a referida diferença com os recolhimentos seguintes.

As empresas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real têm, portanto, a opção pelo pagamento do imposto em bases estimadas mensais, apurando-se o lucro real anualmente, com a possibilidade de suspensão ou redução do imposto com base em balanços ou balancetes periódicos (OLIVEIRA et al, 2004, p. 184).

2.2 Lucro Presumido

2.2.1 Conceito de Lucro Presumido

Lucro Presumido é uma modalidade optativa de apurar o lucro e, conseqüentemente o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e a Contribuição Social sobre o Lucro das empresas que não estiverem obrigadas à apuração do lucro real.

2.2.2 Empresas que podem optar pelo Lucro Presumido

De acordo com a IOB (2005, p. 1), a opção pela tributação com base no lucro presumido, pode ser feita por:

Pessoas jurídicas não obrigadas à apuração do lucro real, cuja receita bruta total, no ano calendário imediatamente anterior ao da opção, tenha sido igual ou inferior a R\$ 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais) ou ao limite proporcional de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) multiplicados pelo número de meses de atividade no ano, se inferior a 12 (doze) meses (Lei n. 9718/1998, art. 14 com a redação dada pela Lei n. 10.637/2002, art. 46).

Também podem optar pela tributação com base no lucro presumido, as pessoas jurídicas que iniciarem atividades ou que resultarem de incorporação, fusão ou cisão, desde que não estejam obrigadas à tributação pelo lucro real.

2.2.3 Empresas impedidas de optarem pelo Lucro Presumido

Estão obrigadas à apuração do lucro real e, portanto, ficam impedidas de optarem pelo lucro presumido as pessoas jurídicas (RIR/1999, art. 246):

I – cuja receita total, no ano-calendário anterior, seja superior ao limite de vinte e quatro milhões de reais, ou proporcional ao número de meses do período, quando inferior a doze meses;

II – cujas atividades sejam de bancos comerciais, bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidades de previdência privada aberta;

- III – que tiverem lucros, rendimentos ou ganhos de capital oriundos do exterior;
- IV – que, autorizadas pela legislação tributária, usufruam de benefícios fiscais relativos à isenção ou redução do imposto;
- V – que, no decorrer do ano-calendário, tenham efetuado pagamento mensal pelo regime de estimativa, na forma do art. 222.

2.2.4 Valores que compõem a receita bruta

Os valores que compõem a receita bruta de acordo com a IOB (2005, p. 2) são:

- a) as receitas de vendas de produtos de fabricação própria (indústrias), da venda de mercadorias (comércio), as receitas da prestação de serviços, do transporte de cargas, da atividade rural e das outras atividades compreendidas nos objetivos sociais da pessoa jurídica;
- b) ganhos de capital;
- c) rendimentos de aplicações financeiras de renda fixa;
- d) os ganhos líquidos obtidos em operações realizadas no mercado de renda variável (operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas).

2.2.5 Valores que não integram a receita bruta

Alguns itens não devem integrar a receita bruta tais como: as vendas canceladas, as devoluções de vendas, os descontos concedidos incondicionalmente; as transferências de mercadorias para outros estabelecimentos da mesma empresa (IOB, 2005).

2.2.6 Manifestação da opção pelo Lucro Presumido

Quando feita a opção pelo lucro presumido, a apuração do imposto de renda e da contribuição social, será feita trimestralmente, sendo os períodos encerrados em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de cada ano calendário.

A opção pela tributação com base no lucro presumido só será manifestada quando realizado o pagamento da primeira quota ou quota única do imposto de renda devido, visto que, esse imposto será pago através do DARF com o código 2089 que, é próprio do imposto apurada no regime do lucro presumido.

Desde o ano-calendário de 1999, a opção pela tributação com base no lucro presumido passou a ser definitiva em relação todo o ano-calendário, ou seja, depois de iniciado o pagamento do imposto com base no lucro presumido, não será mais admitida a mudança para o regime do lucro real, em relação ao mesmo ano-calendário (RIR/1999, art. 516).

2.2.7 Percentuais para apuração do Lucro Presumido

O valor do lucro presumido é apurado mediante a aplicação dos percentuais abaixo indicados sobre a receita bruta da empresa, de acordo com a atividade da pessoa jurídica:

| | |
|---|------|
| Revenda para consumo de combustível derivado de petróleo..... | 1,6% |
| Empresas Comerciais..... | 8% |
| Empresas Industriais..... | 8% |
| Empresas Prestadoras de Serviços..... | 32% |

2.2.8 Cálculo do Imposto (Alíquotas)

O imposto trimestral será calculado mediante a aplicação:

- a) da alíquota de 15% sobre a totalidade do lucro presumido apurado no trimestre;

b) da alíquota adicional de 10% sobre a parcela do lucro presumido trimestral que exceder a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, sobre o limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do período de apuração.

Do imposto apurado na forma acima, poderá ser deduzido o Imposto de Renda na Fonte incidente sobre as receitas que fizeram parte do cálculo do imposto de renda. (RIR/199).

2.3 Estudo comparativo

Para identificar o modo adequado de opção, comparando o lucro real x presumido, elaborou-se um exemplo com duas empresas fictícias com atividades diferentes, visando identificar a opção mais vantajosa, como segue:

A empresa Ceará Medicamentos LTDA, tem como atividade principal o comércio atacadista de medicamentos, obtendo uma margem de lucro bruta em torno de 40% (quarenta por cento) na sua comercialização, durante o primeiro trimestre/2007, apresentou o seguinte quadro:

Receita Bruta de Vendas.....R\$ 1.500.000,00
 CMV (Custo das Mercadorias Vendidas).....R\$ 1.100.000,00
 Despesas Operacionais/Administrativas.....R\$ 200.000,00

No quadro 2 a seguir, observa-se qual seria a melhor opção, lucro presumido ou real?

| Apuração pelo LUCRO REAL | | Apuração pelo LUCRO PRESUMIDO | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------------------|------------------|
| Receita Bruta de Vendas | 1.500.000,00 | Receita Bruta de Vendas | 1.500.000,00 |
| (-) C. M. V. | 1.100.000,00 | Lucro Presumido (8%) | 120.000,00 |
| (-) Desp. Gerais | 200.000,00 | | |
| (=) LUCRO TRIBUTÁVEL | 200.000,00 | | |
| IRPJ (15% X R\$ 200.000) | 30.000,00 | IRPJ (15% X R\$ 120.000) | 18.000,00 |
| CSLL (9% X R\$ 200.000) | 18.000,00 | CSLL (1,08 x R\$ 1.500.000) | 16.200,00 |
| TOTAL DOS TRIBUTOS | 48.000,00 | TOTAL DOS TRIBUTOS | 34.200,00 |

Quadro 2 – Comparativo lucro real x lucro presumido da Ceará Medicamentos Ltda.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em outro exemplo a empresa Ceará Cereais Ltda, tem como atividade principal o comércio atacadista de cereais, obtendo uma margem de lucro bruta em torno de 10% (dez por cento) na sua comercialização, durante o primeiro trimestre/2007, apresentou o seguinte quadro:

Receita Bruta de Vendas.....R\$ 1.500.000,00
 CMV(Custo das mercadorias Vendidas).....R\$ 1.370.000,00
 Despesas Operacionais/Administrativas.....R\$ 100.000,00

No quadro 3 a seguir, observa-se um comparativo entre os modos de apuração:

| Apuração pelo LUCRO REAL | | Apuração pelo LUCRO PRESUMIDO | |
|-----------------------------|------------------|-------------------------------|------------------|
| Receita Bruta de Vendas | 1.500.000,00 | Receita Bruta de Vendas | 1.500.000,00 |
| (-) C. M. V. | 1.370.000,00 | Lucro Presumido (8%) | 120.000,00 |
| (-) Desp. Gerais | 100.000,00 | | |
| (=) LUCRO TRIBUTÁVEL | 30.000,00 | | |
| IRPJ (15% X R\$ 30.000) | 4.500,00 | IRPJ (15% X R\$ 120.000) | 18.000,00 |
| CSLL (9% X R\$ 30.000) | 2.700,00 | CSLL (1,08 x R\$ 1.500.000) | 16.200,00 |
| TOTAL DOS TRIBUTOS | 7.200,00 | TOTAL DOS TRIBUTOS | 34.200,00 |

Quadro 3 – Comparativo lucro real x lucro presumido na Ceará Cereais Ltda.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como percebe-se, para a empresa Ceará Medicamentos Ltda., a melhor opção seria o Lucro Presumido, visto que representa uma carga tributária de R\$ 34.200,00, enquanto que pelo Lucro Real representaria uma carga tributária de R\$ 48.000,00. Já no caso da empresa Ceará Cereais Ltda, a melhor opção seria o Lucro Real, visto que representa uma carga tributária de R\$ 7.200,00, enquanto que pelo Lucro Presumido representaria uma carga tributária de R\$ 34.200,00, portanto:

- Ceará Medicamentos Ltda, a melhor opção seria o Lucro Presumido;

- Ceará Cereais Ltda, a melhor opção seria o Lucro Real

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi do tipo bibliográfica onde o referencial teórico foi desenvolvido com base na literatura sobre a área de pesquisa, com utilização de livros, revistas, artigos científicos e materiais da Internet.

4 CONCLUSÃO

O Imposto sobre a Renda constitui um importante instrumento de política econômica, bem como uma forma de captação de recursos para financiamento dos encargos do governo.

As pessoas jurídicas com fins lucrativos, deverão por ocasião da apuração dos seus resultados, analisar antes do primeiro recolhimento do trimestre do ano-base qual a melhor opção para a tributação sobre seus lucros, pois uma opção adequada, representa uma minimização na sua carga tributária.

A empresa optante pelo lucro presumido, não só pode como deve manter a sua escrituração contábil completa, para apuração do seu lucro real. O termo presumido não significa real, e sim uma presunção, a qual serve de base somente para o cálculo dos Impostos.

Na escrituração contábil completa, mesmo a empresa sendo optante pelo lucro presumido, caso apure um lucro real superior ao presumido, poderá distribuir entre os sócios na proporção de suas quotas de capital, todo lucro líquido apurado na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) por ocasião do encerramento do balanço, sem nenhuma tributação para a pessoa jurídica e nem para a pessoa física, visto que os sócios informarão tais rendimentos na declaração de imposto de renda pessoa física, como rendimentos “isentos e não tributáveis”.

Enfim, baseado nos exemplos descritos no item 4 do presente trabalho, mostra em um estudo comparativo, que na maioria dos casos as empresas que apuram uma margem de lucro bruta na sua comercialização, em média igual ou superior a 20% (vinte por cento), é mais vantajosa a opção pelo lucro presumido.

REFERENCIAS

IOB. **Imposto de Renda e Legislação Societária**, Caderno n. 13, 5. sem. mar. 2005.

OLIVEIRA, Luis Martins de et al. **Manual de contabilidade tributária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Regulamento do imposto de renda/1999**. Brasília, DF: [s. n.], 1999.

VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. **Contabilidade Avançada**. 12. ed. São Paulo: Frase, 2003.

RESUMO

Pelo desenvolvimento cada vez mais rápido dos meios tecnológicos, é de fundamental importância à profissão contábil evoluir aos passos dessa tecnologia. Se a informação é o que representa para o contador aquilo que ele busca de mais importante para a solução dos problemas empresariais, seria para ele difícil apresentar subsídios à tomada de uma determinada decisão se não fosse com base nos registros que a empresa possui, que quanto mais adaptados às necessidades que o mercado atual exige, mais complexos se tornarão diante de futuras decisões administrativas. Diante dessa necessidade que o mercado possui quanto ao desenvolvimento e mensuração das informações contábeis, é que surgiu o interesse em se descobrir, ou pelo menos constatar a função específica da contabilidade como ciência, influenciando constantemente o perfil do contador nos dias de hoje. Esse perfil que o contador vem desenvolvendo com o passar do tempo, sofre influências proporcionais ao progresso contínuo dos meios tecnológicos e de todos os fatores interligados diretamente à sua profissão, mas nem sempre a tecnologia e os meios de comunicação contribuem à conduta ética de um contador, e isso na maioria das vezes pode influenciá-lo a agir contra os seus princípios contábeis, o que pode comprometer seriamente o perfil característico não apenas dele, mas de toda a classe contábil.

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo deste artigo consiste em mostrar que o contador, como instrumento de mensuração e indispensável para o processo de tomada de decisões nas empresas pelos gestores, atua no mundo empresarial deste século não apenas como “o identificador dos problemas que podem comprometer a saúde financeira de uma empresa” mas, sobretudo, atua como um valioso instrumento capaz também de apresentar possíveis soluções junto aos problemas detectados por ele através de informações que o auxiliam a melhor elaborar seus relatórios, dependendo do problema que ele deseja minimizar.

As principais características do profissional contábil em relação à sociedade são focalizadas no sentido de este desenvolver seu trabalho com eficiência, flexibilidade, transparência e etc. buscando constantemente seguir a sua ética profissional, no momento em que seus serviços são cada vez mais indispensáveis à sociedade, cabendo a ele exercer com responsabilidade a sua profissão.

E através dessa importância que o contador traz à sociedade, é que se pode observar que desde a constituição, até ao desenvolvimento e crescimento financeiro de uma empresa, a presença de um profissional capaz de resolver praticamente toda a burocracia dentro dela, não se pode encontrar em qualquer lugar, é preciso ter o profissionalismo e a capacidade multidisciplinar que só um contador tem.

O problema em questão trata-se da integridade ética e profissional que o contador merece ter como característica indispensável ao seu perfil, relacionando principalmente a ética como um atributo fundamental ao bom exercício da sua profissão, e à confiança plena que pode receber dos tomadores do seu serviço quando utilizada com responsabilidade.

2.1 Traços Contemporâneos do Profissional Contábil

A vida profissional, nestes novos tempos, está repleta de desafios, hoje não basta apenas ser um profissional competente, é preciso manter-se atento às inovações, conhecer outras áreas que possam agregar valor ao desempenho profissional, ter visão estratégica para atuar em um ambiente de constantes mudanças e acima de tudo, exercer a cidadania de maneira

⁹⁴ Estudante do 3.º Semestre do Curso de Ciências Contábeis.

⁹⁵ Estudante do 3.º Semestre do Curso de Ciências Contábeis.

⁹⁶ Professora, Orientadora.

plena. A capacidade de realização do profissional tem que ser posta a disposição da sociedade e com ética, valor que deve nortear todas as atitudes do profissional.

Existem hoje no mundo milhões de empresas, órgãos públicos, entidades e instituições de todos os tipos que necessitam de profissionais contábeis capacitados, competentes e dedicados, e um mercado de trabalho incomensurável, que está de portas abertas para todos. No entanto esse mercado muito competitivo e com a globalização das economias, está ficando bastante exigente, que só absorve aquele profissional que provar que tem qualidades, e que está atualizado com as normas contábeis e com os lançamentos tecnológicos de sua área de atuação. Um Contabilista de hoje deve ser moderno, competente, ter a informação precisa e a dispor do seu cliente, de modo que este supere a sua concorrência.

Para alcançar a qualidade ideal requerida pelo mercado de trabalho, o contabilista tem que se aperfeiçoar, através de cursos de especialização. Deve se inteirar diariamente, de todas as novidades da área em que atua, mas claro também que tem que fazer mais que isso, tem obrigatoriamente que obedecer as regras da ética e da dignidade profissional, tem que fazer dos princípios do Código de Ética Profissional do Contabilista o seu livro de cabeceira e o seu guia de conduta profissional.

2.2 Aspectos de Destaque do Profissional Contábil

Diante do novo perfil dos profissionais de contabilidade, alguns aspectos são de destaque, tais como planejamento profissional, onde o profissional administra sua própria carreira, o escritório de contabilidade, as relações humanas, hoje esse profissional orienta e controla diversas empresas em seus investimentos e os serviços contábeis, fica a cargo dos funcionários. O profissional contábil deve ser atencioso e bastante comunicativo, esses fatores fazem com que os escritórios que tem anos e anos de mercado percam espaço para os novos profissionais, pois estes começam suas atividades como todo perfil do profissional da era moderna, assim como as relações humanas são necessárias e as necessidades do mercado são bem amplas. O profissional que não atender à realidade, estará voltando a ser um guarda livros.

Em todo processo de relacionamento, o profissional contábil faz a diferença com atenção ao cliente, periodicamente, a participação de eventos, com reciclagem através de palestras, cursos e colaborando com outras instituições sociais, divulgando sua empresa no mercado, e como a concorrência se faz necessária em todas as áreas e justamente nesse ponto que o profissional consegue espaço, haja vista, não esquecermos de falar também da ética, ou da falta dela, que afeta a imagem de muitos profissionais quando obtém destaque baseado na sua competência.

2.3 O Profissional Contábil e a Responsabilidade

A responsabilidade é a obrigação que a pessoa tem de responder legal ou moralmente por seus próprios atos ou por atos de outrem, caso haja lei ou contrato vinculado o fato (FORTES, 2005). No caso da responsabilidade profissional, pode decorrer das conseqüências da violação de norma jurídica, de imperícia ou de erro profissional. Em qualquer dos casos, o responsável pelo ato poderá sofrer penalidades, por exemplo, multa, reparação de danos, prisão ou outra modalidade, faz parte dos deveres das profissões. O erro técnico decorre da incapacidade, incompetência, inexperiência ou inabilidade do profissional, portanto, para evitá-lo, o profissional contábil, antes de aceitar um trabalho, deve estar ciente da sua condição técnica, de modo a evitar prejuízos para si e para terceiros.

A responsabilidade do profissional esta inserida também no âmbito legal para os contabilistas no que diz respeito às questões que envolvem crime contra a ordem contábil. Um dever dos contabilistas é orientar seus clientes sobre as obrigatoriedades dos procedimentos a serem adotados pela empresa nas áreas contábil e fiscal, como por exemplo, o profissional

deve manter a contabilidade da empresa em perfeita ordem, pois além dos benefícios para a administração, estará evitando possíveis problemas perante o fisco, especialmente nos campos tributários e previdenciários.

2.4 O Contador como Instrumento da Informação

A imagem da contabilidade, bem como a de seu profissional, vem gradualmente firmando-se perante a sociedade, como peça fundamental na administração de qualquer organização, o contador é o responsável em fornecer informações aos administradores das organizações, orientando as empresas, planejando investimentos. Além de todo conhecimento contábil, o profissional deve ainda possuir conhecimentos políticos e econômicos, uma comunicação clara e objetiva, com essas características, o profissional contábil garante seu espaço para competir no mercado de trabalho, podendo inclusive atuar em qualquer área administrativa.

Os usos das informações contábeis são bastante utilizados pelos executivos a fim de obterem informações de caráter fidedignas. Essas informações apresentadas de forma regular podem fornecer para os administradores importantes relatórios como, nível de gastos, lucros, compras realizadas, contas a pagar, vendas por áreas, clientes, fornecedores entre outras. O mais importante é que cada informação seja levada a quem for de interesse, ou seja, as informações de compras efetivadas ao gerente de produção bem como as vendas ao gerente de vendas, associando assim o profissional contábil a transparência, e garantindo o ambiente de controle e com informações completas sobre processos contábeis.

2.4.1 A importância do Profissional Contábil

O papel mais importante do profissional contábil é o planejamento juntamente com o plano de negócios, evitando o despreparo para a gestão empresarial, e que as empresas sejam esmagadas no decorrer de suas atividades. Como se sabe, é comprovado através de pesquisas que as empresas de pequeno porte têm em média duração de seis meses. O profissional pode e deve fazer com que esse quadro se reverta fazendo com que as empresas disponham sempre de fluxo de caixa, controle financeiro, fornecendo orientações sobre comercialização, formação de preços e conseqüentemente o controle de estoques. O profissional teve de se adaptar a nova realidade que o mercado exige uma postura de evolução. Tornando mais necessárias para a tomada de decisões em uma empresa.

2.5 Parâmetros Contábeis na Sociedade

A profissão contábil é uma atividade fundamentada em princípios, leis e outras normas decorrentes das relações sociais entre pessoa, empresas e instituições em geral, consiste de um trabalho exercido habitualmente nas células sociais, com o objetivo de prestar informações e orientações baseadas na explicação dos fenômenos patrimoniais, ensejando o cumprimento de deveres sociais, legais, econômicos, tão como a tomada de decisões administrativas, além de servir de instrumentação histórica da vida da riqueza.

Tendo como objetivo o estudo dos seus aspectos qualitativos e quantitativos, observando suas variações, a contabilidade esta vinculada a diversas áreas das atividades humana no campo da administração, economia e jurídicas.

Se tomarmos como exemplo a administração pública, tem-se de forma contundente a importância aguda da postura ética daqueles que produzem e dos que utilizam as informações contábeis para a tomada de decisões, bem como para a prestação de contas das suas administrações, dada a importância dos números produzidos pela contabilidade para a gestão pública, existe uma legislação extremamente severa que pune aqueles que adotam comportamentos não éticos e que não atendem os parâmetros contábeis definidos em lei.

Sendo o contabilista o profissional detentor das prerrogativas exclusivas para o exercício da atividade contábil, esse profissional está vinculado de forma decisiva, pois seus atos produzem informações que afetam diretamente a vida das pessoas, empresas, entidades em geral, fisco, investidores, clientes, credores, administradores e demais usuários da informação contábil.

2.6 O Perfil do Profissional Contábil

2.6.1 O Mercado de Trabalho

Nesses últimos anos, tornou-se cada vez mais difícil o profissional conquistar uma vaga no mercado de trabalho; e dentre vários fatores que ocasionam essa deficiência no campo trabalhista, a alta competitividade é, sem dúvida, o fator que mais impede o profissional exercer plenamente determinado trabalho.

Para o profissional contábil não é diferente. As vantagens e desvantagens são as mesmas e o que difere é apenas a diversidade de cargos e exercícios que a sua profissão pode trazer, proporcionando a ele um pouco mais de oportunidade ao mercado.

Um requisito importante e indispensável a qualquer profissional e principalmente a qualquer contador, consiste na constante coleta de informações exteriores que podem ser diretamente aplicadas no ambiente empresarial, de modo que haja uma combinação de elementos que satisfaçam às necessidades da empresa e do tomador de serviços.

O contador do século XXI deixou de ser apenas o “guarda-livros” que muitos conheciam antigamente e passou a ser nos dias de hoje como o profissional que exerce várias funções ao mesmo tempo. Sabemos que profissionais assim conduzem a sociedade e exercem total influência sobre o seu desenvolvimento (quando os fatores externos contribuem) ou baixo desenvolvimento (momento que o contador analisa os problemas, as suas razões, as causas e as possíveis soluções).

4 CONCLUSÃO

Dessa pesquisa, conclui-se que o profissional contábil além de ser indispensável aos interesses da sociedade e principalmente aos interesses dos empresários, atua num campo em que as possibilidades de trabalho são inúmeras e que através do seu próprio perfil, deve demonstrar segurança quando se trata de decisões futuras que podem comprometer a saúde financeira da empresa.

Ao exercício da sua profissão, cabe ao contador atualizar-se e discernir assuntos que o auxiliem nas suas tomadas de decisões, de modo a optar por aquela que maximize os retornos esperados por ele para a pessoa física ou jurídica que toma determinado serviço.

REFERENCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Mensagem a um futuro Contabilista**. 6. ed. [S. l.]: CFC, 2002.

FORTES, José Carlos. **Manual do Contabilista**. Uma abordagem teórica - prática da profissão contábil. São Paulo: Saraiva, 2005.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

TAVARES, Mauro Calixta. **Gestão Estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.

AC 21: O AVANÇO NA TECNOLOGIA E SEU IMPACTO NA ATIVIDADE DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Francisco Marcos Martins Chaves⁹⁷; Carlos Adriano S. Gomes⁹⁸

RESUMO

A profissão contábil vem passando por um processo de melhoria e aprimoramento, tornando-se mais intenso nessa nova era da tecnologia, este artigo visa analisar quais recursos tecnológicos são atualmente utilizados pelas empresas em geral, focalizando principalmente na área contábil, mostrando que os avanços tecnológicos têm liberado o profissional contábil de trabalhos rotineiros, tornando-o um gestor de informações, as informações geradas pelo profissional contábil devem orientar as decisões operacionais e de investimentos, bem como permitir o gerenciamento dos custos e a melhoria e desempenho da empresa, pois a tecnologia de aplicativos, entre outras coisas, vêm possibilitando o armazenamento e consulta de dados de uma maneira mais rápida e eficaz, eliminando a lentidão de décadas anteriores. Com a progressiva evolução da tecnologia os computadores têm se tornado cada vez mais imprescindíveis no mundo dos negócios, e conseqüentemente o campo contábil tem sido impactado por estes aspectos.

Palavras-chave: **Tecnologia. Profissional Contábil.**

1 INTRODUÇÃO

Quando os computadores se popularizaram no ambiente empresarial, e especialmente no contábil, muitos afirmavam que seria o fim da profissão contábil, o que os contadores seriam “substituídos pelas máquinas”. Passados os anos não foi isso que se verificou, mas sim uma melhoria no trabalho desenvolvido pelo profissional contábil.

A máquina não substitui o homem, mas melhora o seu desempenho profissional, desde que seja bem utilizada. No caso da contabilidade, alguns postos de trabalhos, principalmente aqueles manuais, foram substituídos por outros de caráter mais analítico.

Diante destas informações, busca-se saber: qual o impacto dos avanços das tecnologias na atividade do profissional contábil?

Este artigo tem como objetivo identificar até que ponto a introdução de novas tecnologias têm influenciado as atividades do profissional contábil.

2 A PROFISSÃO CONTÁBIL E SUA EVOLUÇÃO COM A TECNOLOGIA.

A profissão contábil vem passando por um processo de melhoria e aprimoramento, tornando-se mais intenso nessa nova era da tecnologia, este artigo visa analisar que recursos tecnológicos são atualmente utilizados pelas empresas em geral, focalizando principalmente na área contábil, mostrando que os avanços tecnológicos têm liberado o profissional contábil de trabalhos rotineiros, tornando-o um gestor de informações. Sobre este aspecto, Deitos

(2003, p. 21) afirma que:

Na atualidade, os avanços tecnológicos na área contábil vêm sendo marcados pelo ritmo acelerado e pela variedade de inovações tecnológicas que estão sendo introduzidas no mercado. Esses fatores, aliados à disseminação da tecnologia da informação por todas as atividades das empresas, vêm impondo a necessidade de refletir, cada vez mais, sobre os impactos gerados por estes avanços tecnológicos na atividade contábil.

⁹⁷ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

⁹⁸ Professor, Orientador.

As informações geradas pelo profissional contábil devem orientar as decisões operacionais e de investimentos, bem como permitir o gerenciamento dos custos e a melhoria e desempenho da empresa, pois a tecnologia de aplicativos, entre outras coisas, vêm possibilitando o armazenamento e consulta de dados de uma maneira mais rápida e eficaz, eliminando a lentidão de décadas anteriores.

Com a progressiva evolução da tecnologia os computadores tem se tornado cada vez mais imprescindíveis no mundo dos negócios, e conseqüentemente o campo contábil tem sido impactado por estes aspectos.

Sobre tal aspecto, Cornachione Júnior (2001, p. 105) descreve que: “hoje não é mais possível aceitar o eficaz desempenho profissional em um amplo leque de atividades econômicas, científicas e educacionais, e mesmo esportivas, sem o apoio da informática, a contabilidade não foge a regra”.

O Contabilista na área contábil tem a responsabilidade da geração de informações de todas as operações realizadas em uma empresa e também deve mostrar quais decisões devem ser tomadas no ambiente econômico, preparando a empresa para atender às necessidades atuais de uma economia cada vez mais globalizada.

Estrategicamente, o contabilista deve estar atento aos componentes da tecnologia da informação, onde a satisfação do cliente é o ponto almejado, não basta prestar um bom serviço, deve-se proporcionar ao cliente a assessoria necessária para que este venha a usufruir toda a potencialidade do serviço que lhe foi prestado, proporcionando uma satisfação plena.

Todavia o profissional deve atentar-se, pois na era da informação é preciso ter o discernimento dos avanços tecnológicos, e possuir as habilidades necessárias para adequada utilização das tecnologias disponíveis, Deitos (2003, p. 22) afirma que:

Para profissionais e empresas, este cenário é, ao mesmo tempo, assustador e desafiante. Assustador pela percepção de que as mudanças podem afetar e, até mesmo, comprometer a continuidade dos negócios, e desafiante porque implica se confrontar com as mudanças e buscar alternativas para crescer e/ou sobreviver.

Assim todos são impelidos a buscar mecanismos e recursos que permitam a conquista e a manutenção de um posicionamento competitivo.

É sabido que toda profissão tem que ter seu estudo é desenvolvimento para adequar-se aos requisitos da tecnologia da informação, quem for detentor desta, sempre terá um lugar de destaque.

Como o profissional contábil tem como uma de suas maiores responsabilidades a geração de informações de todas as operações realizadas em uma empresa, bem como mostrar se as suas decisões tomadas foram adequadas ou não, precisa estar preparado para atender as necessidades atuais da tecnologia da informação.

Mais do que nunca tem que atualizar-se a todo o momento em todos os aspectos profissionais, desde a educação, o principal agente e a chave para a valorização profissional até o conhecimento de todos os recursos tecnológicos disponíveis. Na concepção de Deitos (2006, p. 24):

A então nascente tecnologia da informação evoluiu rapidamente e na atualidade vemos que os novos recursos tecnológicos e as mudanças de hábitos que eles provocam, nas empresas e na sociedade, oferecem à contabilidade a oportunidade da velocidade e da interatividade, possibilitando um grau de flexibilidade e precisão da informação, em tempo real até poucos anos impensável para o sistema de informações.

A grande mudança desta era, e com certeza a mais surpreendente, é o desafio que o avanço tecnológico representa. Com a revolução tecnológica têm-se bilhões de informações à disposição da sociedade, em um ritmo acelerado. Para os profissionais isto se traduz de várias formas, como o controle em tempo real e decisões quase em tempo real. Deitos (2003 p. 30) afirma que:

Os avanços tecnológicos sempre estiveram presentes no exercício da profissão contábil e foram, no decorrer do tempo, transformando o modo de executar o processamento contábil dos fenômenos que afetam o patrimônio da entidades. No entanto, o que há de novo é que a tecnologia vem expandindo os limites de possibilidades com maior rapidez do que nossa capacidade de explorar as oportunidades.

Outro grande marco, nas entidades e potencialmente na atividade contábil, vem com o advento da internet, tornando-se grande aliado no desenvolvimento das atividades contábeis, sendo que se pode afirmar que é impossível um profissional contábil trabalhar sem uma estrutura mínima que seria um microcomputador com acesso a internet banda larga, sobre isso Paiva e Santos Júnior (2007) descrevem:

Além dos computadores, outro advento de grande impacto nas funções contábeis foi a chegada da Internet, a partir da década de setenta, e a sua popularização nos meados da década de noventa. Desde então, é quase impossível realizar as atividades contábeis sem o aporte dessas novas tecnologias da informação. Acompanhando a sofisticação desses recursos, a Contabilidade também se tornou mais complexa, posto que novas tarefas são demandadas pelas organizações modernas, que enfrentam desafios globalizados.

O profissional contábil deve ficar atento também a questão da segurança das informações e dos dados armazenados, tomando medidas como aquisição de antivírus e backups constantes dos dados de seus clientes. Paiva e Santos Junior (2007) afirmam ainda:

Nos sistemas informatizados, outra medida que se deve tomar visando à segurança é a realização do backup - geração sistemática de uma cópia segura dos arquivos. É importante que essas cópias estejam armazenadas em meios independentes, em CD's, pen drives, ou unidades de discos externos. Possivelmente, é a medida mais simples, mais rápida e menos onerosa, na área de segurança dos sistemas de informação, para evitar que todos os dados sejam perdidos e causar menos impactos negativos à organização, caso ocorra algum problema ou acidente, nos componentes físicos ou lógicos dos sistemas.

Também é indispensável a utilização de outros recursos tecnológicos, tais como antivírus e firewalls, que visam proteger os arquivos internos da organização contra invasores externos. Os equipamentos de informática trazem uma chave de controle que impossibilita que o sistema operacional seja acionado por pessoas não credenciadas. Todo esforço deve ser empreendido para impedir que agentes não autorizados violem as bases de dados e de informações da organização e as usem indevidamente.

Diante de tais informações, observa-se que o profissional contábil deve estar atento às mudanças tecnológicas que afetam seu setor, utilizando-as em favor da adequada prestação dos serviços, que garanta satisfação ao cliente.

3 METODOLOGIA

O presente artigo tem abordagem qualitativa, usando métodos exploratórios, partindo de um referencial teórico efetuado por meio de consulta a livros, revistas, periódicos e textos na internet que tratam do tema.

A partir de pesquisas, a bibliográfica, pretendeu-se estabelecer o avanço na tecnologia e seu impacto na atividade do profissional contábil. As pesquisas bibliográficas servirão como base de todo o processo de pesquisa, interessa na verdade dos fatos em livros, mídia escrita e sites da internet.

4 CONCLUSÃO

Na atualidade os avanços tecnológicos têm influenciado consideravelmente a atividade contábil, tornando-se um grande aliado na gestão de informações e de certa forma agilizando as informações com maior rapidez e eficácia.

Sendo assim, o profissional contábil deve estar atento as tecnologias disponíveis, procurando a todo o momento atualizar-se dos recursos tecnológicos, sejam de hardwares, sejam de softwares, que ora possam oferecer maior desempenho em suas atividades, pois a tecnologia sempre está inovando-se, e no momento com acelerada evolução, em quem estiver atento a essas inovações, terá destaque no meio empresarial.

Sendo assim, este artigo busca uma reflexão da importância da tecnologia e das inovações tecnológicas no âmbito da atividade contábil avaliando seu impacto na atividade contábil.

REFERÊNCIAS

- CORNACHIONE JÚNIOR, Edgar B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- DEITOS, Maria Lúcia de Souza. O Impacto dos avanços da tecnologia e a gestão dos recursos tecnológicos no âmbito da atividade contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 140, mar./abr. 2003.
- DEITOS, Maria Lúcia de Souza. A gestão da tecnologia da informação nas organizações de serviços contábeis. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 158, mar./abr. 2006.
- PAIVA, Simone Bastos; SANTOS JÚNIOR, José Carlos. **A importância da Proteção dos Sistemas de Informação**. Disponível em:
<http://www.classecontabil.com.br/servlet_art.php?id=1295&query=>. Acesso em: set./out. 2007.
- PESSOA, Aldemir. **O avanço da tecnologia e sua influência no perfil do contabilista**. Disponível em: <http://www.crcce.org.br/v2/home.php?st=listjornal&jornal_id=196>. Acesso em: set./out. 2007.

AC 22: A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DE CUSTOS PARA AS EMPRESAS

Francisco Tiago da Silva⁹⁹; Adriano Gomes¹⁰⁰

RESUMO

A implantação do controle de custos tem sido almejada por diversas empresas dos mais variados ramos, com o objetivo de aprimorar seus controles interno, agilizando suas reações às mais diversas modificações ocorridas no mercado que a mesma se encontra inserida.

Através deste controle podem-se realizar ações mais estratégicas visando objetivos mais específicos que iram deixa a empresa menos vulnerável às reações do mercado. Desta forma o gestor terá um leque maior de informações, as quais auxiliarão em sua tomada de decisão. Nos dias atuais, devido a crescente globalização a empresa que não se utiliza desta importante ferramenta de gestão poderá não ter uma existência muito duradoura. A metodologia utilizada nesta investigação é baseada na pesquisa bibliográfica por meio do acesso a livros, revistas e materiais coletados na Internet.

Palavras-chave: **Custos. Gestão. Controle.**

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo será abordado o tema da importância do controle de custos para as empresas e como esta ferramenta é essencial diante das dificuldades de mercado encontradas atualmente.

A globalização interligou os mais diferentes mercados promovendo assim um grau de competição e disputa elevado, diante disto a alternativa encontrada para as empresas, foi aprimorar seus processos e investir em um controle interno, sobretudo com foco na diminuição de gastos e adequação na qualidade dos produtos e serviços desenvolvidos para assim tenta sobreviver.

Este pesquisa tem como problema o seguinte questionamento: Qual a importância do controle de custos e quais os prejuízos que a empresa poderá sofrer caso não escolha corretamente a melhor forma de captar informações sobre seus gastos?

O objetivo deste artigo é estudar a importância do sistema de controle de custos na empresa, com enfoque na sua operacionalização e apontar as vantagens para a empresa, a fim de melhorar sua participação com base nas análises e informações adquiridas pelo controle de custos.

Em seus aspectos metodológicos, este artigo classifica-se como uma revisão bibliográfica com utilização das mais diversas fontes de pesquisa como livros revistas, artigos, monografias e a Internet, com a finalidade de enriquecer ao máximo este trabalho para que o mesmo desperte o interesse e a compreensão dos leitores para a temática apresentada.

2 IMPORTANCIA E VANTAGENS DO CONTROLE DE CUSTOS PARA AS EMPRESAS

Diante da acirrada competição existente hoje nos mais diversos, seguimentos empresariais o controle de custos foi a maneira encontrada para a finalidade de tornar a empresa mais competitiva no seguimento que atua.

O controle de custos realiza isto através da retirada de dados dos setores operacionais da empresa, os quais são analisados e tratados para que as informações retiradas sejam as mais precisas possíveis.

⁹⁹ Estudante do 5° semestre curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹⁰⁰ Professor, Orientador.

Através destas análises obtém-se diversas informações como: análises de custos de cada setor da empresa, nível de estoque, (por ocorrerem oscilações nos custos de um determinado setor), nível de vendas, queda de produtividade de uma determinada unidade.

Com isto o gestor pode atacar com precisão o ponto que esta ocasionado dificuldades e elevado seus gastos ou queda de produção. De posse destas ferramentas o gestor tem capacidade de traçar metas de produção e custos adequados com a realidade da empresa e ao mercado com uma margem de erro mínima.

A grande vantagem de se realizar este controle de custos é que a empresa poderá se adequar bem mais rápido às variações e oscilações do mercado, o gestor saberá realizar modificações precisas no ponto adequado para que a empresa não sofra tanto o impacto, destas oscilações, dando uma vantagem essencial sobre os seus concorrentes que não realizam este controle. O gestor terá um leque maior de informações sobre como anda as operações da empresa, lhe dando uma visão ampla de toda a estrutura frente ao mercado que ela atua.

A respeito do controle, Bierman e Dyckma (apud LEONE, 2000, p. 22) fazem a seguinte afirmação: “A função de controle não e fornecer apenas informações numa base constante para planejamento e tomada de decisão, mais antes agir como um arquivo em que a informação é guardada até que seja necessária”.

Ou seja, a empresa pode realizar comparativos entre seus resultados anteriores e seus atuais, com a finalidade de comparar a evolução das atividades da empresa ao longo do tempo.

3 IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE DE CUSTOS

O primeiro passo para esta implantação seria um projeto, conforme afirma Menezes (2001, p. 33).

Quando concorremos num mercado que exige permanentes evoluções, cada vez que fazemos uma alteração “cosmética” superficial, teremos ai um projeto a ser desenvolvido e que precisa ser bem controlado para que não venha trazer prejuízo a empresa.

Após a formatação deste projeto a ser desenvolvido parte-se para a sua implantação, e conscientização da área operacional e de suas respectivas chefias sobre a operacionalização e as novas formas de controle da empresa.

Em determinadas empresas ocorre resistência por parte de alguns setores, durante o processo de estruturação do sistema de custos, pois de inicio as chefias se sentem mais vigiadas e pressionadas a cumprirem metas.

Conforme Menezes (2001, p. 27):

E natural que as pessoas resistam a sair de sua zona de conforto desenvolvida ao longo de muito tempo fazendo a mesma coisa.

Esta fase de implantação também abrange a parte de treinamento de pessoal para o preenchimento de relatórios que irão alimentar o sistema de custos pois através destes relatórios as análises serão realizadas.

Determinados projetos de controle de custos podem implementar uma departamentalização, ou seja, a criação de centro de custos específicos para cada área da empresa.

Conforme Martins (2001, p. 71): “Departamento é a unidade mínima administrativa para o controle de custos de custos representada por homens e maquinas”.

Através desta departamentalização as informações e relatórios serão mais específicos podendo fornecer informações precisas com uma margem de erros mínima, possibilitado uma análise real do comportamento da empresa em sua operacionalização e através dos dados recolhidos poderá se traçar comparativos com outras empresas que atuam no mesmo ramo podendo assim analisar seu desempenho frente ao mercado.

A operacionalização consiste na retirada de informações das unidades ou centro de custos. Isto será realizado através de relatórios ou um sistema computadorizado que hoje já e bem comum nas empresas.

Cada departamento ou centro de custos terá custos diretos ou indiretos conforme aponta Leone (2000, p. 59):

Custos diretos são todos os quais se conseguiram identificar com as obras, de modo mais econômico e lógico e custos indiretos são todos os que dependem do emprego de recursos de taxas de rateio de parâmetros para debitar as obras.

O controle de custos trabalhara em cima destes elementos acompanhado suas variações e explicados os motivos para as mesmas.

4 CONSEQUENCIA DA NÃO UTILIZAÇÃO DO CONTROLE DE CUSTOS

A empresa que não faz uso de um controle de custos não se proporciona de um bom fluxo de informações as quais nos dias atuais são essências para o mercado devido a mudanças bruscas em relação a diferentes fatores como produção, variações cambiais e outros.

A empresa que não realiza o controle de custos terá um tempo de reação bem mais lento em relação àquela que tem um controle de seus custos, sendo que este tempo pode ser primordial para a manutenção da empresa no mercado.

O controle de custos facilitara seus cálculos de margem de lucro para cada produto no caso de mudança repentina de preços, agilizado assim suas perdas frente aos concorrentes que não possuem este sistema.

Podem ocorre quedas de produção nos setores estratégicos e sem o controle de custos o gestor levará um determinado tempo para detequirar esta ocorrência ocasionada assim prejuízos para a empresa.

5 CONCLUSÃO

Diante das informações contidas neste artigo pode-se concluir que nos dias atuais o controle de custos é primordial para as empresas seja qual for o ramo que a mesma atue no mercado.

Com esta importante ferramenta de controle e gestão a serviço da empresa poderá se ter uma visão a longo prazo da situação da mesma junto ao mercado em que atua através da analises proporcionadas pelo controle de custo projetando assim sua posição ao longo prazo.

Pode-se afirma que, com a enorme interligação dos mercados mundiais através da globalização acirrada disputas de mercado, a empresa que não dispor de uma boa fonte de informações sobre suas operações e suas estrutura esta fadada ao fracasso, pois ela será engolida por outras empresas que conseguirem obter este controle.

O controle de custos não é somente uma ferramenta de gestão mais um arquivo de dados que ao longo do tempo vai demonstrado a evolução da empresa junto ao mercado e quais operações vieram contribuir para este crescimento, podendo assim estabelecer comparativos entre as evoluções de cada exercício decorrido.

As perdas são inúmeras para as empresas que não se utilizam desta ferramenta para seu controle, a mais grave e perda de informações que pode-se classificar como algo inestimável para o gestor, pois ele muitas vezes necessita tomar decisões em um mercado instável possibilitado assim uma margem bem mais elevada de se tomar a decisão errada trazendo assim conseqüências serias para a empresa.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, Peche Filho. **Custos**. Disponível em: <http://www.infobibos.com/Artigos/2007_1/Custos/Index.htm>. Acesso em: maio 2007.
- LEONE, Geoge Sebastião Guerra. **Planejamento, Implantação e Controle de Custos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MENEZES, Luis César de Moura. **Gestão de Projetos**. São Paulo: Atlas, 2001.
- VICENTE, Silvério das Neves; PAULO, Eduardo. **Contabilidade de Custos**. 6. ed. São Paulo: Frase, 2000.

RESUMO

A operação de arrendamento mercantil ou leasing como é popularmente conhecida ao longo do tempo que foi introduzida nas operações dos mais diversos tipos de sociedades vem gerado diversas dúvidas nos profissionais da área contábil sobre sua forma correta de ser contabilizada embora tenhamos uma lei 6.099/76 que delimitar como se dever operar neste tipo de situação devido as freqüentes mundaças no que diz respeito a informação contábil foi então desenvolvida outra visão e viu-se que a lei 6.099/76 não expressar a real operação em sua essência nos casos de arrendamento mercantil a partir deste ponto foram abertas discussões de como seria a forma correta para realizar está contabilização sendo que com a presença maciça da classe contábil através de seu órgão máximo o CFC que detectado que realmente a lei 6.099/76 não atendia mais as necessidades elaborou resoluções e tem feito pressão para que a legislação seja modificada.

Palavras-chave: Arrendamento mercantil. Contabilização. Legislação.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo irá abordar os lançamentos gerados na operação de arrendamento mercantil, mediante o grande conflito existente entre a legislação vigente e o aspecto contábil da natureza desta operação e a influência da mesma para o resultado das operações da empresa no final do seu exercício. Por ser um tema polemico e que hoje é debatido nos diversos seguimentos da classe contábil com a finalidade de buscar sempre o privilégio da informação para o usuário viu-se a necessidade de se conhecer um pouco mais este tema.

Arrendamento mercantil ou Leasing como é popularmente conhecido é uma operação bastante utilizada hoje, principalmente para aquisição de automóveis, máquinas. Consiste em um contrato estabelecido entre o proprietário e o arrendatário, o qual assume com o primeiro a obrigação de desembolsar um valor durante um determinado período de tempo estabelecido no contrato realizado entre as partes, no qual no termino do mesmo o locatário tem a opção de fazer a aquisição do bem e incorporá-lo ao seu patrimônio por um valor previamente estabelecido, renovar o contrato ou devolver o bem.

Conforme Vancil (apud RIZARDO, 2000, p. 18):

Vê no Leasing um contrato no qual o arrendatário concorda em fazer uma serie de pagamentos ao arrendador, os quais, no total, excedem o preço de venda do bem adquirido e perduram por um período igual ou proporcional ao período de duração da vida útil do bem.

Este trabalho tem como questionamento principal responder a indagação a qual é essência para a correta informação contábil. Qual a forma de contabilização das operações de arrendamento mercantil que melhor expressar a natureza econômica desta operação?

O objetivo geral deste trabalho é apontar os pontos de conflito existentes entre a legislação vigente e os aspectos contábeis da natureza desta operação e quais os prejuízos que por ventura estes conflitos podem ocasionar na informação contábil.

Uma hipótese para que seja gerada esta dúvida no profissional da área contábil é devida uma legislação errada do ponto de vista contábil a qual não acompanhou o avanço dos diversos meios de comunicação que possibilitarão uma maior inter-relação entre as empresas, gerado assim uma infinidade de operações. Encontramos até a omissão ou a falta de clareza

¹⁰¹ Estudante do 5º semestre curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹⁰² Professor, Orientador.

da legislação mediante determinados registros contábeis ou conflitos entre as normas brasileiras de contabilidade e os princípios contábeis ocasionado perguntas como está acima citada.

Em seus aspectos metodológicos este artigo classifica-se como uma revisão bibliográfica com utilização das mais diversas fontes de pesquisa, como livros, revistas, artigos, monografias, Internet, com a finalidade de enriquecer ao máximo este trabalho para que o mesmo desperte o interesse e a compreensão dos leitores para a temática apresentada.

Conforme sabemos a contabilidade tem um papel essencial que é gerar informações confiáveis para o gestor tomar decisões. Infelizmente mediante algumas normas da nossa legislação que não acompanharão a evolução das operações hoje praticadas, em determinados casos esta legislação não prezar por esta função que vem ser a razão da existência desta ciência.

Uma destas operações é o contrato de arrendamento mercantil ou leasing com é mais popularmente conhecida esta operação, segundo a nossa legislação vigente que tratar sobre este assunto a lei 6.099/76 existem 3 (três) maneiras de ser realizar esta contabilização de acordo com a referida lei, a primeira seria quando o valor residual do bem ou seja o valor previsto no contrato o qual o arrendatário terá que desembolsar para ter a posse definitiva do bem arrendado no final do contrato, segundo o legislação o valor residual pode ser pago no início do contrato, caso o locatário obter por esta modalidade ele deverá registra este valor no seu ativo realizável a longo prazo em uma conta transitória sendo que no termino do contrato acontece a transferência do saldo da conta transitória para o imobilizado da empresa, o valor residual também poder ser pago durante o período de vigência do contrato, sendo neste caso apropriado mensalmente o valor em uma conta transitória no realizável a longo prazo sendo transferido o saldo no final do contrato para o imobilizado e a terceira e quando o valor residual do bem e pago somente no final do contrato sendo este imobilizado diretamente não indo para conta transitória pois o contrato já teve seu fim.

Sendo que o valor da parcela paga mensalmente seria todo contabilizado como despesa. Conforme relata a Resolução CFC n. 750/93 em seu art. 1º parag. 2º: “Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade há situações concretas e a essência das transações deve prevalecer sobre seus aspectos formais”.

Podemos concluir claramente que a forma de contabilização que estabelece a lei 6.099/74 não favorece a função fundamental da contabilidade que é gerar informações precisas para tomada de decisão pois esta forma de contabilização não gera nenhum ativo e passivo e conforme analisamos a operação de arrendamento mercantil ela não passa de um financiamento no qual a contabilização correta deveria ser debitar o imobilizado e creditar financiamento, aplicando assim o que prevê a Resolução CFC n.750/93 que a essência da operação realizada deve se sobrepor sobre os aspectos formais da transação.

A lei 6.099/74 também vai contra ao principio da oportunidade expresso na Resolução CFC n. 750/93, em seu art. 6º:

O Princípio da Oportunidade refere-se a simultaneamente, à tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações, determinado que este seja feito de imediato e com a extensão correta, independentemente das causas que as originaram.

Conforme se pode apreciar o texto acima através da lei 6.099/74 não há uma integridade do lançamento contábil fugindo, totalmente dos princípios contábeis gerando assim impacto nas demonstrações contábeis da empresa arrendatária distorcendo os indicadores de endividamento.

Nas empresas de capital aberto na lei 6.404/76 que as regulamenta e traça todas as normas não aponta nenhuma forma de como tratar o arrendamento mercantil nestas entidades conforme Agustini (1999, p. 30):

Comissão de Valores Mobiliários dispõe os seguintes aspectos sobre o assunto no Ofício Circular CVM/PTE nº 578/85 e 309/86: A empresa arrendatária deve indicar na nota explicativa, no mínimo o seguinte; - compromisso sob contrato de

arrendamento mercantil; - forma de pagamento e prazo; - despesas do exercício com arrendamento0 mercantil.

Conforme podemos na Lei 6.404/76 de regulamenta as empresas de capital aberto não se tinha nenhum artigo que relatasse como operar nas situações de arrendamento mercantil sendo a CVM o órgão que tem poder para expedir normas sobre este tipo de entidade decidiu então agir para tentar minimizar este fato.

Diante destes fatos podemos comprovar o total descaso da nossa legislação mediante matéria tão importante que influência de forma direta no resulta apurado através do balanço patrimonial e das demais demonstrações contábeis das empresas.

Para tentar minimizar os danos causados por a lei 6.099/76 o CFC elaborou a Resolução nº 921/2001, a qual estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação e registro contábil está mesma resolução relatar como dever ser realizada a contabilização do arrendamento mercantil nas entidades arrendatárias e nas entidades arrendadoras conforme estabelece a NBC T 10 na Avaliação dos Componentes Patrimoniais;

O valor do bem arrendado integra o imobilizado no ativo permanente, devedor ser identificado como sendo objeto de arrendamento financeiro em contrapartida ao valor total das contraprestações e do valor residual que deve ser registrado no passivo circulante ou no exigível em longo prazo.

Infelizmente esta resolução apenas serve para indicar aos contadores e demais profissionais que atual na área, pois a lei tem sua jurisprudência bem maior que a resolução então temos que aguardar até a alteração definitiva desta lei para que todos os profissionais de contabilidade possam agir corretamente diante desta situação.

Diante de toda a situação aqui apresentada conforme Capone, apud Agustini (1999, p. 31): “Não entendo quem escolhe o caminho do crime, quando há tantas maneiras legais de ser desonesto”.

A resposta para nossa pergunta inicial é a forma mais correta seria a descrita na Resolução do CFC n.921/2001 que aprova da Norma Brasileira de Contabilidade 10 (NBCT 10), mais que no momento vem sendo utilizada somente como um simples procedimento, pois a mesma infelizmente não tem o poder de se sobrepor sobre a lei 6.099/76.

A única alternativa que restar aos profissionais desta área é aguardar e tentarmos pressionar os nossos governantes para que possam realizar as devidas alterações na nossa legislação.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº750/93**. Dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 921/2001**. Aprova da NBC T 10 – Dos aspectos Contábeis específicos em entidades diversas o item: NBC T 10.2 – Arrendamento Mercantil.

DI AGUSTINI, Carlos Alberto. **Leasing Financeiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Manual das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

AC 24: OS SISTEMAS INTEGRADOS BASEADOS NA FILOSOFIA ERP E O PAPEL DO CONTABILISTA NO PROCESSAMENTO DE DADOS

Inês Coelho Bevilaqua¹⁰³; Carlos Adriano S. Gomes²

RESUMO

Com o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação no âmbito das empresas, notado de forma acentuada nas duas últimas décadas, a velocidade na geração de informação deixou de ser um problema relevante, dando espaço para outros entraves, dentre os quais a integração das informações geradas. Os integrados de gestão nos moldes ERP (*Enterprise Resources Planning*) proporcionam a integração em tempo real das informações geradas pelos diversos setores de uma organização, inclusive o setor contábil. Todavia para que o seu funcionamento ocorra de modo adequado, todos os setores devem trabalhar de forma harmônica, entretanto isto nem sempre ocorre. A metodologia adota para a realização deste artigo foi de ordem bibliográfica com acesso a livros, revistas e textos retirados da internet que abordam o tema central da pesquisa.

Palavras-chave: **Informação. Integração. Contabilidade.**

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, os sistemas integrados de gestão o *Enterprise Resources Planning* (ERP) que em português significa planejamento de recursos empresariais, começaram a ser largamente utilizados pelas empresas, uma vez que esse é apresentado como solução para a maioria dos problemas de gestão empresarial. O conceito de ERP é tratado por diversos autores, segundo Riccio (2001, p. 11): “ERP é um sistema de informação que sincroniza, integra e controla em tempo real os processos de uma empresa pelo emprego de tecnologia de informação avançada”.

Outros autores que conceituam o sistema de ERP são Mendes e Escrivão Filho (2002, p. 277) conforme se observa a seguir: “[...] São sistemas genéricos capazes de integrar todas as informações que fluem pela empresa por intermédio de uma base de dados única”.

Porém, as dificuldades a serem enfrentadas na instalação desse sistema inibem sua utilização principalmente pelas empresas de pequeno porte que não possuem muitos recursos para investir em TI, pois o sucesso do investimento exige também uma mudança organizacional.

Portanto, esta pesquisa refere-se à necessidade de se conhecer a realidade das situações ocorridas na Contabilidade após a implementação do ERP. O problema que conduz a tal pesquisa é à busca de resposta à seguinte pergunta: Quais os efeitos sobre o departamento de contabilidade com a implementação de um ERP?

Este artigo tem como objetivo principal detectar e analisar as mudanças organizacionais e operacionais ocorridas na área contábil de empresas que implementam tal sistema contábil-financeiro.

2 OBJETIVOS DA UTILIZAÇÃO DE UM ERP

Vale salientar que o objetivo fundamental da utilização do ERP é globalizar as informações unificando-as para uma melhor tomada de decisão. Segundo Padilha (2005, p. 103): “[...] a tendência atual da área de sistemas de informações gerenciais é de não apenas visualizar a empresa isoladamente, mas toda cadeia de suprimento, conseguindo realizar o planejamento estratégico e tático globalmente [...]”.

¹⁰³ Estudante do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

² Professor, Orientador.

Ao se implantar um ERP em uma empresa ocorre um grande impacto em todas as operações realizadas diariamente. As informações passam a ser integrada, ou seja, uma depende de outra para que se possa completar o processo de geração de informação.

Atualmente muitas empresas estão optando pelos pacotes ERP devido a inúmeros motivos, tais como: a existência de informações incompatíveis, departamentos de tecnologia de informação desabilitados a prover integração entre sistemas e outros que influenciam diretamente na obtenção de uma maior competitividade.

3 SISTEMA DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS SIC

Ao se falar de ERP é indispensável falar de SIC que segundo Nickerson cotado por Nilton (2003, p. 39) representa:

[...] um conjunto de componentes que atuam sinergicamente e geram informações para atender as operações e a gestão de uma organização. O objetivo do Sistema de Informação Contábil (SIC) é prover informações financeiras e não financeiras aos diversos usuários servindo como peça fundamental do sistema de informação gerencial de uma empresa.

O Sistema de Informação Contábil (SIC) que está contido dentro do ERP consiste em um meio pelo qual o empresário pode controlar, dentro dos limites próprios, com segurança e eficiência, o seu patrimônio.

Utilizado pelo contador ou pelo *Controller*, o SIC apresenta-se como o meio para obter e evidenciar a utilidade das informações geradas, demonstrando os desempenhos e as possibilidades da empresa dentro do limite do SIC, que segundo Nilton (2003, p. 43): “[...] o gerenciamento das informações obtidas pelos sistemas deverão definir os limites dos fluxos de entradas de dados e saídas das informações, entendidos como limite inicial e limite final”.

O sistema contábil é composto por pessoas, tecnologias e procedimentos denominados de recursos de um sistema. Davis e Olson (apud NILTON, 2003, p. 39) especificam os componentes físicos de um sistema, que são o *hardware*, *software*, banco de dados procedimentos e recursos humanos, esse último compreende as pessoas que operam os computadores.

Como conseqüência, o contador responde pela qualidade, veracidade, ética, legalidade e consistência das informações contábeis fornecidas. Embora essa informações sejam resultados de ações, decisões e procedimentos executados por todas as áreas da empresa, qualquer irregularidade atribuída à contabilidade por qualquer um dos sistemas de controle mencionados acima, recai mesmo que parcialmente, na pessoa do contador.

Por ser o principal usuário da parte contábil do ERP, o contador é o melhor conhecedor de sua estrutura e funcionamento, sabendo avaliar os pontos fortes e fracos do sistema.

4 VISÃO DO CONTADOR E AS FASES DE IMPLEMENTAÇÃO DO SIC

O contabilista precisa ter uma visão integrada dos negócios, pois o setor contábil possui uma constante interação com todas as áreas da empresa, onde são tomadas decisões que afetam diretamente o patrimônio da mesma, e essa interação pode ser considerada pelo fato de que os aspectos contábeis, de controle e principalmente fiscais devem ser reconhecidos e considerados na origem das transações.

A implementação do SIC apresenta maiores dificuldades no que se refere à adequação dos procedimentos usados em outros subsistemas, uma vez que, alguns desses softwares interferem negativamente em sua eficácia.

Uma possível prevenção para tal problema é o conhecimento de todo o procedimento por parte dos gestores, tal idéia fundamentada por Facci e Moribe (2003, p. 50): “[...] cabe a esse gestor conhecer procedimentos e atividades inerentes ao funcionamento dos subsistemas existentes na empresa, para que as informações geradas não sejam colocadas em dúvida quanto as suas qualidades”.

A implementação de sistemas integrados passa por várias fases, uma delas é a de projeção da fase futura, ou seja, como se espera que o sistema funcione. Nesta fase o contabilista atua de forma indispensável e intensivamente no treinamento para os funcionários, sobre o que a ferramenta de informática pode ou não oferecer de informação de contabilidade gerencial para apoio ao processo de gestão.

Ainda nesta fase o contabilista se encarregará de definir e elaborar vários aplicativos interligados a contabilidade, plano de contas, cadastro de áreas funcionais e principalmente campos ligados a tributos e controle de estoques.

Após a implementação dos sistemas integrados haverá a necessidade de envolver todas as pessoas afetadas, pois a maioria das operações será executada com o auxílio do sistema e sempre que essas transações contemplar contas ligadas ao patrimônio e as de resultados da empresa, o contabilista deve ser envolvido.

Há também uma considerável redução nos prazos de fechamentos mensais, agilidade na obtenção das demonstrações contábeis e a confiabilidade nos processos de apuração de tributos a pagar ou a recuperar e como conseqüência acarreta um melhor posicionamento competitivo visto o enriquecimento do patrimônio tecnológico. Segundo Deitos (2003, p. 28): “[...] o enriquecimento do patrimônio tecnológico é condição fundamental para a manutenção da competitividade da organização”.

Um melhor posicionamento competitivo é almejado cada vez mais pelos empresários de diversos seguimentos da economia, e o ERP vem para suprir a necessidade de economia de tempo e a minimização de custos, visto que, essas duas premissas são fundamentais para a sobrevivência da organização.

5 CONCLUSÃO

Levando em consideração que cada empresa é um “ser vivo”, com características próprias, é necessário que haja um sistema único que centralize todas as informações.

Um das tarifas que apresenta maiores dificuldades para o gestor do SIC é o uso adequado dos procedimentos dos outros subsistemas para que possam, pelo menos, não interferir negativamente na eficácia do SIC, denominados na implementação de ERP como parametrização ou customização.

É indispensável à atuação do contabilista no processo de implementação do SIC, conclui-se que há a necessidade de uma parceria entre o profissional de contabilidade e o programador de sistema, visto a complexidade das rotinas contábeis e a importância da informação final, esta utilizada para tomada de decisões empresariais. Portanto a pessoa do contador é inerente à existência de um sistema integrado.

REFERÊNCIAS

- DEITOS, Maria Lúcia de Souza. O impacto dos Avanços da Tecnologia e a Gestão dos Recursos Tecnológicos no Âmbito da Atividade Contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, ano 32, n. 140, mar./abr. 2003.
- FACCI, Nilton; MORIBE, Ademir Massahiro. Bases Conceituais para Implementação de um Sistema de Informação Contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, ano 32, n. 144, nov./dez. 2003.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MENDES, J. V.; ESCRIVÃO FILHO, E. **Sistemas Integrados de Gestão (ERP) em Pequenas Empresas**. [S. l.: s. n.], 2002.
- RICCIO, Edson Luiz. **Efeitos da Tecnologia de Informação na Contabilidade**: estudo de casos de Implementação de Sistemas Empresariais Integrados – ERP. São Paulo: FEA/USP, 2001.

AC 25: A CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL

Jani Monteiro Vieira¹⁰⁴; Carlos Adriano Santos Gomes¹⁰⁵

RESUMO

A evolução das idéias no campo de sistemas de informações teve sua evolução ao longo dos tempos, através do processo manual, mecânico, racional, e, principalmente, com as inovações tecnológicas. Este artigo teve como objetivo, mostrar de maneira clara a contabilidade como sistema de informação gerencial, ferramenta importante na tomada de decisão, já que o sistema de informação gerencial é visto como sistema de apoio à gestão empresarial. Os assuntos que foram abordados nesse trabalho abrangem num primeiro momento uma breve história da contabilidade, desde os primeiros vestígios até os dias atuais, abordando também, o problema de pesquisa. Em seguida discute-se sobre os sistemas de informações e sua evolução, a importância da contabilidade como sistema de informação e o papel desempenhado pela mesma dentro das empresas, colocando algumas definições, através de citações, sistemas de informações contábeis com seus funcionamentos, a internet e a tecnologia como meio de comunicação no sistema de informação contábil.

Palavras-chave: Contabilidade. Informação. Gestão.

1 INTRODUÇÃO

Em 4000 a.C. ocorreram os primeiros vestígios da existência da contabilidade. Na China, 2000 a.C. já utilizavam formas sofisticadas de contabilidade como área do conhecimento. Na revolução industrial, com o advento da máquina a vapor, a contabilidade fortaleceu-se e mostrou seu amadurecimento na mesma proporção do fortalecimento do capitalismo (IUDÍCIBUS, 2004).

A contabilidade esta intrinsecamente ligada ao desenvolvimento comercial e social. Consequentemente, com o crescimento da área contábil surgiu à necessidade do sistema de informação.

Atualmente, os profissionais contábeis precisam ser apoiados pelos equipamentos, sistemas, produtos e serviços de informática com os quais suas atividades podem ser automatizadas, aumentando significativamente a sua produtividade e a qualidade nas apresentações de seus relatórios, racionalizando de modo efetivo todas as tarefas contábeis (VAILLATE, 2000).

Com a globalização da economia, a demanda por informações para fins gerenciais contábeis, segue o ritmo das mudanças que estão ocorrendo nas organizações. Assim, exige-se cada vez mais rapidez nas decisões e o gestor precisa ser rodeado por todos os tipos de informações que lhe ajudem a optar pela melhor alternativa na hora de tomar decisões.

O problema de pesquisa está assim definido: O que leva a contabilidade ser considerada sistema de informação gerencial e de que maneira os sistemas de informações gerenciais contribuem para a melhoria da qualidade da informação contábil?

O objetivo desse artigo é demonstrar a importância e o funcionamento do sistema de informação gerencial na contabilidade, assim como também a influência da tecnologia da informação e da internet para o bom desempenho dos profissionais contábeis.

2 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES

O papel dos sistemas de informações dentro das organizações tem variado bastante no decorrer dos tempos. As informações não eram vistas como ferramenta importante dentro das organizações, ligadas à burocracia do projeto, fabricação e distribuição de determinado produto ou serviço. Com o passar dos anos, as organizações começaram a reconhecer que informações poderiam ser usadas como suporte para o gerenciamento.

Assim, os sistemas de informações foram evoluindo e passaram a ser chamados de Sistemas de Informações Gerenciais (SIG), onde as informações necessárias eram

¹⁰⁴ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹⁰⁵ Professor, Orientador.

armazenadas para a execução das tarefas do nível gerencial das organizações dando suporte e rapidez a estas funções.

Diante disto a concepção de informação foi mudando e passou a ser considerada como recurso estratégico de potencial para aquisição da vantagem competitiva. Estas mudanças refletem os avanços do planejamento estratégico. Os tipos de sistemas construídos para dar suporte a este conceito de informação são chamados de Sistemas Estratégicos e sua proposta é de garantir a sobrevivência e prosperidade da organização num futuro próximo.

3 A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE COMO SISTEMA DE INFORMAÇÃO

A contabilidade, que contempla informações sobre todos os eventos econômicos e empresariais, mensurados por medidas físicas e monetárias, o qual não se limita apenas à geração de informações sobre eventos realizados, mas também sobre acontecimentos planejados, apresenta-se na sua mais moderna expressão como um dos mais preciosos sistemas de informação.

Padoveze (2000, p. 47) afirma que: “A ciência contábil traduz-se naturalmente dentro de um sistema de informação, já que a própria contabilidade nasceu sob a arquitetura de sistema informacional”.

Diante desta afirmação, pode-se dizer que a contabilidade desempenha o papel de um eficiente sistema de informação dentro do sistema maior (empresa), e que tem por objetivo atender seus usuários com demonstrações financeiras, econômicas e de produtividade com relação ao objeto da contabilidade, devendo necessariamente observar aquilo que este usuário considera como elementos importantes para o seu processo decisório.

Conforme o professor Iudicibus (2000, p. 28): “O objetivo principal da contabilidade (e dos relatórios dela emanados) é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança”.

Assim, a finalidade da contabilidade é munir todos os seus usuários de sua informação, quer sejam eles internos e/ou externos, com as diretrizes e demais respostas necessárias à condução da entidade.

4 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Os sistemas de informações contábeis são valiosos para as empresas, pois através destes, é transmitido todas as informações úteis, através de relatórios e diversas demonstrações, para que o usuário veja melhor o funcionamento da organização, antes de qualquer tomada de decisão.

Segundo Cornachione Júnior (1998):

Um sistema de informação contábil é aquele que produz uma informação mais específica, ou seja, a informação contábil, tais como: faturamento, custos, contabilidade, orçamento padrões, estoques, disponibilidade, fluxo de caixa, contas a pagar e contas a receber.

Segundo Bio (1990): “Considera-se sistema um conjunto de elementos interdependentes, ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”.

É importante que o profissional da área contábil possua a visão de que sistema de informação envolve processamento, porém o processamento de dados conceitualmente prevê a transformação de dados em informações, sem se ater ao recurso específico utilizado. O processamento de dados é amplo e engloba desde recursos manuais até o mais sofisticado recurso automático de informática.

Sobre a utilização de tecnologias da informação, Sá (1998) faz a seguinte afirmação: “Nenhum conflito existe entre o uso da informática e a ciência contábil. Pelo contrário, a informática é uma das mais poderosas conquistas para a contabilidade, quer no planejamento de dados, quer no estudo dos eventos que geram as informações”.

5 FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Num sistema de informação contábil, as coletas de dados para a produção de relatórios são de fundamental importância e requerem cuidados como a exatidão, pontualidade e eficiência em termos de custo.

Há aplicativos de contabilidade como programas para organizarem o processamento das transações em módulos e fazem ligações entre esses módulos. Por exemplo, o módulo razão, contas a pagar e receber, estoques, folhas de pagamentos, entre outros. Esses módulos respondem aos ciclos de transações contábeis que são de grande importância para as organizações, que hoje utilizam os programas de contabilidade.

O ciclo contábil inicia quando se analisa uma transação com base em um documento fonte e termina com as demonstrações financeiras e o fechamento das contas para o início de um novo ciclo. Os documentos fontes são:

- a) **Diário:** Registro cronológico dos eventos por conta;
- b) **Razões:** Conjunto de informações monetárias detalhadas sobre os diversos ativos e passivos, o capital, as receitas e as despesas de uma organização;
- c) **Balancetes de verificação e declarações financeiras:** São as que têm os lançamentos de ajustes. Incluem depreciação e outras despesas não contabilizadas, despesas pagas antecipadamente, receitas não auferidas e não contabilizadas. As declarações financeiras são relatórios básicos de um sistema de contabilidade financeira.

6 A INTERNET E TECNOLOGIA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

A internet é o meio de comunicação que mais ganhou espaço nos últimos tempos. Sua aceitação dentro da sociedade foi algo incontrolável. Devido à eficiência de seus recursos, a utilização da internet, se torna mais constante a cada dia.

Pode-se dizer que a internet é uma virtude para o profissional da área contábil, pois é uma realidade, e sua tecnologia permite remodelar negócios, recriar relacionamentos e construir novas relações entre as pessoas. Tornou-se importante por ser um grande instrumento para transmissão do conhecimento. Portanto, é um agente de transformação da sociedade. A internet altera as relações e tempo na sociedade.

A comunicação, a troca de informações com rapidez, eficiência, eficácia e claro, com ética e responsabilidade, ajudam as empresas contábil a administrar melhor seus serviços e fornecer um bom atendimento ao cliente. Assim, as tecnologias da informação, entre elas o SI (sistemas de informações) e a internet desempenham um papel útil e de suma importância nas organizações e na ampliação e otimização dos negócios.

7 CONCLUSÃO

Como vimos o sistema de informação tem substituído os procedimentos de trabalhos manuais por processos de trabalhos automatizados

O trabalho apresentado procurou contribuir para mostrar a contabilidade como sistema de informação gerencial, uma vez que hoje, a informação tem um valor altamente significativo.

A contabilidade, como sistema de informação, representa uma ferramenta decisiva para alcançar o sucesso de uma entidade. É exatamente a forma como a contabilidade transmite as informações aos seus usuários que leva a ser considerada um sistema de informação, e em contrapartida, os sistemas de informações utilizados pelo profissional da área contábil contribuem para a qualidade da informação contábil.

A informação contábil eficaz, ou seja, comunicada de forma clara e objetiva, com credibilidade por quem a recebe e no momento oportuno, produz uma decisão acertada.

REFERÊNCIAS

- BIO, Sergio Rodrigues de. **Sistemas de Informações**. São Paulo: Atlas, 1990.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO. **Revista de Contabilidade do CRC**, São Paulo, dez./fev. 2005.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Pensar Contábil**, Rio de Janeiro, ano 6, n. 24, maio/jul. 2004.
- CORNACHIONE JÚNIOR, Edgar B. de. **Informática Aplicada as Áreas de Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- PADOVEZE, Clóvis Luis de. **Sistemas de Informações Contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- O'BUEN, James A. **Sistemas de Informações e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- VEJA. São Paulo: Abril, n. 1755, 12 jun. 2002.
- SÁ, Antonio Lopes de. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1998.

AC 26: A RELEVÂNCIA DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL NO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS NEGÓCIOS

Jerry Valdevino Lucas de Oliveira¹⁰⁶; Carlos Adriano S. Gomes¹⁰⁷

RESUMO

Muitas empresas atualmente estão fechando as portas por falta de informação, seus gestores não conseguem acompanhar a evolução do conhecimento e das técnicas empresariais e por isso são incapazes de controlar seus negócios e antecipar resultados. O processo de implementação de um novo negócio em um ambiente competitivo e cheio de riscos, exige maior planejamento por parte dos empreendedores e esse deve se manter informado sobre as novas tecnologias e processos que podem auxiliá-los na tomada de decisão. A contabilidade é uma excelente ferramenta de gestão auxiliando na tomada de decisão. Quem deseja estruturar um negócio próprio deve manter um controle sobre seu patrimônio, deve além disso ter mecanismos que o auxiliem na formulação de estratégias a curto, médio e longo prazo. A precificação de ativos, o gerenciamento do capital de giro, o controle de estoques, tudo isso é objeto da contabilidade, e é seu objetivo analisar e processar essas informações para ajudar no processo de tomada de decisão. O presente estudo apresenta, a partir de uma revisão bibliográfica, a relevância da informação contábil no contexto das micro e pequenas empresas.

Palavras-chave: Contabilidade. Empreendedorismo. Informação.

1 INTRODUÇÃO

Montar um novo negócio em um ambiente competitivo, dominado por. Todo homem em suma é sua história, seus valores sua cultura. Para Hisrich, Peters, (2005 p. 31) inovar é utilizar fatores culturais para obter resultados o empreendedor é um inovador de novos negócios que produzirá resultados a partir da inovação.

O empreendedor tem que alocar recursos para gerar resultados, para isso ele tem que levar em conta fatores que influenciaram diretamente no seu projeto. Quanto melhor as estratégias adotadas, mais eficiente e maiores serão as chances do novo empreendimento alcançar sucesso.

A falta de informação, sua escassez, ou sua manipulação indevida, corroboram para a “quebra” de uma infinidade de pequenas e médias empresas em todo o mundo.

Informação é fundamental para quem deseja inserir-se no ambiente empresarial, a qualidade e quantidade dessa irá fomentar possibilidades de acertos.

A questão de quantidade de produção, preço de venda, custos., deverá ser analisada de forma a gerarem os melhores resultados e para isso torna-se necessário o conhecimento de contabilidade.

Desses diante da questão o problema está assim definido: qual a relevância da informação contábil no desenvolvimento de novas empresas?

O presente artigo tem por objetivo estudar a informação contábil como ferramenta de gerenciamento de novos negócios. Para tanto, buscou-se na literatura vigente conhecimentos contábeis úteis ao desenvolvimento dos negócios como formação de preço, margem de lucro, fluxo de caixa.

¹⁰⁶ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹⁰⁷ Professor, Orientador.

2 O AMBIENTE DE RISCO E A CRIATIVIDADE EMPREENDEDORA

Em um ambiente de risco as informações são pulverizadas e assimilá-las requer um conhecimento acerca desse ambiente, e sobre o próprio negócio. Para Chiavenato (2005, p. 29): “As empresas não são entidades absolutas nem vivem isoladas do mundo. Elas operam em um ambiente que representa tudo aquilo que existe fora das fronteiras de uma empresa”.

A empresa desempenha diversos papéis: na sociedade. Como fonte de emprego, atua no desenvolvimento e sustentabilidade; no país, como ente tributado contribui para o fomento da receita pública; e como organização, dissemina novas culturas, tecnologias e processos.

Entender esses fatores externos torna-se de vital importância para auto-suficiência do novo empreendimento, Chiavenato (2005, p. 29) ainda afirma que:

Todos os negócios operam em uma ambiente geral, que é composto de uma multiplicidade de variáveis que interagem dinamicamente entre si, como variáveis econômicas, sociais, tecnológicas, culturais, legais, demográficas e ecológicas. Todas essas variáveis causam impactos profundos em todas as empresas, sem qualquer discriminação.

Tal fato acarreta um sistema de risco onde o empresário terá que tomar decisões e essas serão ponderadas pelo meio onde se desenvolve o negócio.

Observando-se por outro contexto, em um ambiente onde não existe estabilidade e os fatores mudam constantemente, só sobreviverá a empresa que conseguir se adequar as constantes mudanças e solucionar de forma criativa os problemas cotidianos da organização.

Por outro lado o risco gerado pelo ambiente abre nichos de mercados onde os micro e pequenos empreendedores podem obter vantagens consideráveis sobre as grandes empresas. Essas por estarem “engessadas” em uma estrutura hierárquica vertical, onde as decisões dependem de várias pessoas e departamentos tornam-se de certa forma morosa ante as mudanças que acontecem no mundo.

Aproveitar os espaços que as grandes empresas deixam, é tarefa que o empreendedor deve assumir com cautela e pesquisa apurada, pois um novo negócio requer um planejamento estratégico acertado e formas criativas de solucionar os problemas.

Outro ponto é a relevância do novo negócio, suas áreas de atuações e especificidades. Nesse campo muitos pecam ao desconsiderarem fatores básicos como capital de giro, fluxo de caixa estoques ao se aventurarem em negócios de natureza e lucro duvidosos.

Ao se desejar inserir-se em um novo negócio algumas perguntas básicas devem surgir: qual é o negócio da empresa, ou seja em que área irá atuar?, qual é o mercado da organização mercado, ou seja onde irá vender? Qual produto ou serviço deve-se ofertar? Como fazer tudo isso?

A resposta a esses questionamentos passa antes por outro: porque montar um novo negócio? A partir da solução dessas questões pode-se ter uma real idéia se o projeto terá êxito ou não.

3 FATORES AMBIENTAIS X SISTEMA DE INFORMAÇÃO CONTÁBIL

Muito embora, os fatores internos e externos ofereçam dificuldades à implantação de um empreendimento, existem formas de mesurar os riscos que envolvem essas operações e as chances de obter-se resultados positivos na empreitada.

Segundo Dornelas (2001, p. 161) ao analisar o plano financeiro relata o seguinte:

A parte financeira é, para muitos empreendedores, a mais difícil do plano de negócios. Isto porque ela deve refletir em números tudo o que foi escrito até então nas seções do plano, incluindo investimento com marketing, despesas com vendas, análises de rentabilidade do negócio etc.

De modo complementar o autor ainda faz o seguinte apontamento “É aconselhável que o empreendedor recorra a uma assessoria contábil e financeira para auxiliá-lo nessa tarefa” (DORNELAS, 2001, p. 162).

Percebe-se de forma clara que as informações advindas da contabilidade nortearam as estruturas do negócio e, que sem elas não se pode ter uma tomada de decisão acertada.

As informações advindas da contabilidade mostraram de forma mais precisa os riscos e as oportunidades do novo negócio, gerenciá-las passa a ser tarefa que o impulsionará a empresa ante o mercado.

A tabela a seguir mostra a evolução das taxas de mortalidade das empresas no ano de 2000 a 2002. Analisando essa respectiva variação percebe-se que com a evolução do conhecimento e das técnicas gerenciais essa realidade vem mudando:

| Taxa de Mortalidade por Região e Brasil - 2000/2002 (%) | | | | | | |
|---|---------|------|----------|-------|--------------|--------|
| Ano de Constituição | Regiões | | | | | Brasil |
| | Sudeste | Sul | Nordeste | Norte | Centro Oeste | |
| 2002 | 48,9 | 52,9 | 46,7 | 47,5 | 49,4 | 49,4 |
| 2001 | 56,7 | 60,1 | 53,4 | 51,6 | 54,6 | 56,4 |
| 2000 | 61,1 | 58,9 | 62,7 | 53,4 | 53,9 | 59,9 |

Tabela 1 – Taxa de Mortalidade das Empresas por Região.

Fonte: Sebrae (2007).

Acompanhando o quadro que mostra a taxa de mortalidade das empresas brasileiras por suas respectivas regiões nos anos de 2000 / 2002, observa-se que houve uma sensível diminuição no empreendimento de organizações do 2000 para o ano 2002, mas que ainda é preocupante os números. Mostrando que quase metade das empresas estão fechando as portas no Brasil nas diversas regiões.

4 A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA GERENCIAL

Analisando os principais fatores que provocaram as altas taxa de mortalidade apontadas no quadro 1 nota-se a falta de informação é um dos principais responsáveis.

A contabilidade serve como base para se estruturar as decisões estratégicas da empresa no que se refere, dentre outras, na formação de preço, logística, planejamento tributário. É interessante notar que a variação do fluxo de entradas e saídas da empresa serão controlados pela contabilidade.

O controle do estoque é imprescindível para quem deseja gerenciar de forma harmônica seus investimentos, por isso, estruturar formas seguras e confiáveis de manter o controle de estoque sempre atualizado torna-se uma vantagem competitiva para os empreendedores.

| Causas das dificuldades e razões para o fechamento das empresas | | | |
|---|---------|-----------------------------------|---|
| Categorias | Ranking | Dificuldades Encontradas | Percentual de Empresários que Responderam |
| Falhas Gerenciais | 1 | Falta de capital de giro | 42 |
| | 3 | Problemas financeiros | 21 |
| | 8 | Ponto / localidade | 8 |
| | 9 | Falta de conhecimentos gerenciais | 7 |
| Causas Econômicas Conjunturais | 2 | Falta de clientes | 25 |
| | 4 | Maus pagadores | 16 |
| | 6 | Recessão econômica no país | 14 |
| Logística Operacional | 12 | Instalações inadequadas | 3 |
| | 11 | Falta de mão-de-obra qualificada | 5 |
| Políticas Públicas e Arcabouço Legal | 5 | Falta de crédito bancário | 14 |
| | 10 | Problemas com a fiscalização | 6 |
| | 13 | Carga tributária elevada | 1 |
| | 7 | outra razão | 14 |

Tabela 2 – Causas para encerramento das empresas.

Fonte: Sebrae (2007).

Ao se analisar a tabela 2 surge a falta de capital de giro, problemas financeiros, carga tributária, como principais agentes desse cenário, além da falta de conhecimentos gerenciais.

Por outro lado, capital de giro ou a falta dele é um dos grandes problemas de quem deseja iniciar um novo negócio, pois a necessidade de capital para compra de matéria prima, pagar pequenas despesas força o novo empresário a dispor de capital no caixa da empresa, todavia nem sempre se sabe de quanto à empresa necessitará durante certo período de tempo.

Estabelecer um preço competitivo no mercado e de forma a obter lucro no final é o objetivo de toda empresa, a forma de mensurar esses valores configura-se outro problema.

A contabilidade é um excelente instrumento para a tomada de decisão fornecendo indicadores e meios para a gestão eficaz de uma empresa.

5 DECISÕES ESTRATÉGICAS BASEADAS NO CONTROLE DE ESTOQUES

Fazer uma análise de determinado empreendimento requer um profundo conhecimento das condições atuais da empresa, um dos pontos que devem ser mais observados é a questão do estoque. A empresa compra mais do que consegue vender? O estoque é suficiente? A empresa mantém realmente um controle sobre os estoques? De acordo com Administradores (2007):

Observamos que durante anos a contabilidade foi vista apenas como um sistema de informações tributárias; na atualidade ela passa a ser vista também como um instrumento gerencial que se utiliza de um sistema de informações para registrar as operações da organização, para elaborar e interpretar relatórios que mensurem os resultados e forneçam informações necessárias para tomadas de decisões e, para o processo de gestão: planejamento, execução e controle. As empresas de pequeno porte normalmente são administradas pelos próprios sócios, que tem formação técnica ligado ao seu negócio, mas sem a formação administrativa de gestão, tais como administração, finanças, economia, marketing, etc. isto tem levado a um grande numero de falências, concordatas e fechamento das pequenas empresas nos seus primeiros anos de vida.

Contabilmente o estoque deve ser registrado pelo valor de aquisição. Isso implica num maior controle sobre o lucro e os custos da matéria-prima. Existem também métodos de controle: PEPS, a empresa vai dando baixa a partir das primeiras aquisições realizadas; UEPS, a empresa vai dando baixa a partir das ultimas aquisições; Média, o valor do custo da mercadoria é estabelecida pela média dos preços de aquisição.

A partir do momento que o empreendedor tem um real controle sobre seus estoques ele pode antever necessidades futuras de mercadorias ou sua falta, ver qual o lucro que esta tendo, a necessidade ou não de novos fornecedores, e pode definir mais facilmente as estratégias futuras de expansão, retração ou estabilidade diante do mercado.

6 PRECIFICAÇÃO E MERCADO, UMA RELAÇÃO TÊNUE

O problema do controle de estoque é muito importante para uma empresa, mas outro ponto que merece maior atenção é o da precificação dos produtos ou serviços. Existem atualmente técnicas que permitem se ter um preço competitivo e que gere lucro para a empresa. Conforme aponta CRC (2007):

Mark up: Um método simples de precificação em que uma quantia ou porcentagem especificada, conhecida como margem padrão, é adicionada ao custo da unidade de produção ou de aquisição de um artigo para determinar seu preço de venda.

Precificação pelo custo médio: Método de precificação em que um markup para lucro é adicionado ao custo médio de produção ou de aquisição.

Precificação baseada em custo total: Estratégia de precificação em que todos os custos variáveis relevantes e a parte total de custos fixos diretamente atribuíveis ao produto são usados para estabelecer seu preço de venda.

Esses são métodos que ajudaram na formação do preço, pois todo empreendimento que quiser conquistar mercado deve ser competitivo no mercado.

7 CONCLUSÃO

Atualmente, com o avanço da tecnologia e das técnicas não basta ter boas idéias deve-se acima de tudo que está bem informado para manter uma empresa em funcionamento.

Informação torna-se vital no mundo globalizado, sua disseminação em grandes proporções obrigam cada vez mais a focar no que a realidade das organizações necessitam.

A contabilidade como um grande sistema de informações propicia diversos dados úteis à tomada de decisão.

O ato de precificar, controlar, gerir, podem se beneficiar de uma contabilidade acertada e focada nos reais interesses do negocio.

Mais do que recursos financeiros, hoje as empresas necessitam de recursos informacionais e humanos capazes de decodificar e aplicar as diversas realidades a diversificada gama de informação que existe e rodeia as organizações.

Esse artigo mostrou, através de uma visão globalizada e de maneira clara as influências e os campos por onde os dados gerados pela contabilidade ajudarão no processo de tomada de decisão, focando nos pequenos médios e negócios. Saber mensurar quantitativa e qualitativamente esses dados irão corroborar para uma tomada de decisão acertada e focada na realidade da empresa.

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRADORES. Disponível em <http://www.administradores.com.br/membros.jsp?pagina=membros_espaco_aberto_corpo&idColuna=2739&idColunista=1936>. Acessado em maio de 2007
- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e Análise de Balanços**. São Paulo: Atlas, 1981.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2004.
- CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ. **Notícias**. Disponível em: <http://www.crc-ce.org.br/v2/home.php?st=listnoticia¬icia_id=16> Acesso em: maio 2007.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: transformando idéias em negócio**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P. **Empreendedorismo**. Porto Alegre: Bookman, 2003.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- LAUDON, Keneth C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de Informação**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). Disponível em: **Mortalidade de empresas**. <<http://www.sebrae.com.br/br/mortalidade%5Fempresas/resumoexecutivo.asp>>. Acesso em: maio 2007.

AC 27: A RELEVANCIA DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS PARA A TOMADA DE DECISÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

João Luiz Maia Girão¹⁰⁸; Carlos Adriano Santos Gomes¹⁰⁹

RESUMO

A contabilidade passou de uma ferramenta de mensuração das transações do passado para ser um instrumento de grande ajuda na tomada de decisão; hoje no mundo tão globalizado, competitivo e complexo, os gestores das empresas precisam de todas as informações necessárias para se tomar decisões corretas e adequadas para a continuidade das empresas; no Brasil as micro e pequenas empresas são consideradas muito importantes para a economia, mais devido a falta de conhecimento e o despreparo de muitos gestores, ela não tem uma continuidade, os gestores se utiliza mais do conhecimento empírico do que baseada em informações precisas e verdadeiras; o objetivo desse trabalho é saber qual a importâncias das informações contábeis para uma empresa seja de grande ou pequeno porte no momento de tomar as decisões.

Palavras-chave: Informações contábeis. Tomada de decisões. Micro e pequenas empresas.

1 INTRODUÇÃO

A contabilidade desde os tempos primitivos onde se mensurava carneiros atribuindo a cada um pequenas pedras, passando pelas partidas dobradas sistematizada pelo frei Luca Pacioli, ampliando seu êxodo com a revolução industrial e passando por reestruturação com a grande depressão onde foram criadas normas e regras para realizar uma contabilidade mais correta e verdadeira a contabilidade vem num processo de evolução crescente.

A contabilidade hoje além de mensurar transações do passado possibilita que sejam geradas informações presentes e projetadas para os gestores tomarem decisões corretas. Isso só foi possível graças a o surgimento do computador que fez com que o serviço de contabilidade passasse de processo demorado em seus registros para a atividade extremamente rápida que possibilitou ao contador gerar informações com maior velocidade.

As empresas também evoluíram passaram da fase de processos manuais, braçais para outro modernizado, informatizado. Com todo esse tempo, essa evolução da contabilidade e das empresas o mercado também modificou-se, ficando cada vez mais complexo e exigente.

Por outro lado para que essas empresas se mantenham num mercado os gestores tem que ficar informado de tudo o que passa dentro da empresa como também fora dela.

A complexidade atual dos negócios, o aumento da concorrência, a necessidade de redução de custos, entre outros fatores fazem com que as empresas necessite cada vez mais de informação para tomar decisão correta.

Por essa necessidade de informação tal fenômeno atinge também os gestores de micro e pequenos negócios, que no Brasil representa em termos quantitativos a grande maioria das organizações, a pesquisa procura identificar qual a relevância das informações contábeis para um processo de tomada de decisão?

O objetivo desse estudo é investigar de que maneira as informações contábeis são necessárias para o processo de tomada de decisão das micro e pequenas empresas.

Do ponto de vista metodológico estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica, por meio de consulta de livros, artigos bem como materiais retirados da Internet.

2 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

¹⁰⁸ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹⁰⁹ Professor, Orientador.

Nos últimos anos por conta do aumento da competitividade e da complexidade no ambiente empresarial, tem-se tornado mais difícil as elaborações das estratégias empresariais principalmente no âmbito das micro e pequenas empresas.

Observa-se que o excesso de informação pode atrapalhar ao invés de auxiliar a empresas, diante dessa situação os gestores tem que ficar guarnecido de todas informações realmente necessárias tanto no campo interno como no externo, que tenham como característica: a tempestividade, a confiabilidade, a simplicidade e a relevância tudo isso para que possa tomar decisões adequadas.

As informações segundo oliveira (1998, p. 36) são “os dados trabalhados que permite aos executivos tomar decisões”, por tanto é a transformação de um determinado elemento, de uma determinada quantidade, como, por exemplo, o numero de pedidos feito pelos clientes e a quantidade vendidas em informação que possa auxiliar na tomada de decisão mais corretas.

As informações são muito importantes para a administração de uma empresa, segundo Ching, Marques e Prado (apud PADOVEZE; ROMANINI; COPATTO, 2004, p. 42).

Os gestores precisam acompanhar de perto o desempenho de suas empresas, saber que unidade ou fábrica é mais rentáveis ou deficitárias, que produto traz as melhores margens de lucro, que nível de estoque manter para que não falte mercadoria para venda nem haja excesso de estoques, que investimento fazer e quando dinheiro tomar emprestado, como gerenciar tudo isso sem informações contábeis.

Numa administração de uma empresa as informações contábeis são um instrumento muito importante para auxiliar na tomada de decisão pelo fato da contabilidade está inserida em todo o processo da empresa, deste a compra de mercadoria, passando pela produção até a saída do produto ou do serviço, sem falar também dos fatores externos como o governo, os investidores, os fornecedores, que também participam do processo da empresa.

Por tais motivos a informação contábil é o processo de transformar dados econômicos e financeiros em informação patrimoniais úteis e necessárias que possa ajudar os gestores a tomarem suas decisões para um melhor desempenho da empresa.

A transformação de um dado contábil em informação se dá através da junção de todos os elementos contábeis desde as mensurações do patrimônio da empresa como também aqueles ligados ao processo de produção, outros advindos do exterior da empresa.

3 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

Segundo Bio (1996, p. 18), “sistema é um conjunto de elementos interdependente ou um todo organizado, ou partes que interagem formando um todo unitário e complexo”.

Dessa forma o sistema é a reunião de recursos e dados que serão processados e transformados em produtos, serviços ou em informação.

As empresas são consideradas como sistemas que devem estar inseridos em um meio ambiente e são composto por vários subsistemas que se relaciona entre si e com o meio ambiente.

Segundo Gil (1999, p. 14): “Sistema de informação compreende um conjunto de recursos humanos, matérias, tecnológicas e financeiras agregados seguindo uma seqüência lógica para o processamento de dados e a correspondente tradução em informação”.

Em outras palavras sistema de informação consiste em uma reunião de diversos recursos que serão processados e transformados em informações úteis e relevantes para um processo de tomada de decisão.

Conforme Padoveze (2000, p. 30), Sistemas de informações consiste em quatro etapas:

- 1) Entrada: que corresponde com a captação ou a coleta dado bruto de dentro das empresas e no meio externo;
- 2) Processamento: que corresponde com a transformação de dados brutos em informações úteis e necessárias.
- 3) Saídas: corresponde ao encaminhamento das informações para as pessoas que a utilizarão.

- 4) Retroalimentação: corresponde com o retorno ou feedback dos dados sobre o desempenho do sistema.

O sistema de informação contábil corresponde na coleta de dados contábeis para que seja processada e transformada em informações úteis e necessárias para os gestores tomarem suas decisões.

4 CARACTERISTICA ESPECIFICA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

As micro e pequenas empresas são regidas pela lei nº 9317/1996. Em 1997 passou a vigorar o sistema integrado de pagamento de impostos e contribuição (SIMPLES) sendo definido a partir de então as condições para as Micro Empresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), passando a ser enquadrada no SIMPLES em função do seu faturamento, objetivo social, natureza jurídica e composição societária.

Conforme a lei complementar Nº 123 de 24 de dezembro de 2006, as micro e pequenas empresas se enquadram em relação ao montante de sua receita no ano calendário anterior, considerando que:

- a) Micro empresas: que sua receita bruta anual de ate R\$ 240.000,00;
- b) Empresas de pequeno porte: que sua receita bruta anual superior a R\$ 240.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00

As micro e pequenas empresas podem ser constituídas na junta comercial se for uma empresa mercantil ou num cartório de títulos e documentos se for de caráter meramente civil podendo ser com finalidade lucrativa ou não lucrativa; quaisquer empresas podem se enquadrar como ME ou EPP menos as empresas de sociedade por ações.

Outra forma de se caracterizar como micro e pequena empresa e pela quantidade de funcionários conforme tabela a seguir.

| Instituição | Microempresa | Pequenas empresas |
|---------------------|--------------|-------------------|
| Indústria | 0 – 19 | 20 - 99 |
| Comércio e Serviços | 0 – 9 | 50 - 99 |

Quadro 1 – Classificação da empresa quanto ao porte.

Fonte: SEBRAE (2007).

5 INFORMACÃO CONTABIL: FERRAMENTA DE GESTAO E CONTROLE

As micro e pequenas empresas são considerados como extremamente importante para a economia e a sociedade do país por conta de estar diminuindo o índice de desemprego e com isso reduzindo a pobreza e a marginalidade, todavia devido a um mercado extremamente competitivo e principalmente por conta de decisões erradas, muitas dessas empresas não conseguem ter continuidade.

Nas micro e pequenas empresas muitas decisões são tomadas por conta das crenças e valores dos gestores, sem observar as conseqüências, dessa forma, por vezes a contabilidade é deixadas de lado na tomada de decisão, só sendo feita para agradar ao fisco.

Numa empresa mesmo ela sendo de pequeno porte a contabilidade serve não somente para gerar informação para o fisco mais para também auxiliar os gestores a tomarem suas decisões corretas.

A contabilidade segundo Padoveze, Romanini e Copatto (2004) é o principal sistema de informação destinado a prover os diversos interessados com informações úteis e necessárias para tomada de decisão; por tanto para qualquer empresa independente do seu tamanho a contabilidade é uma forte de informação muito importante para tomar decisões.

As informações geradas pela contabilidade servem tanto para os usuários internos como os usuários externos, segundo Padoveze, Romanini e Copatto (2004, p. 42):

Nas empresas os gestores são os usuários dessas informações pois necessita diariamente no processo de gestão. São informações sobre o níveis de estoque, sobre os custos dos produtos, sobre as despesas, sobre a prazo concedido aos clientes, sobre a inadimplência dos clientes, sobre o volume de vendas, sobre a composição

do endividamento, sobre o fluxo de caixa, sobre o valor orçado e os efetivamente ocorridos, além de outras informações.

As informações contábeis são um instrumento muito importante para a gestão de uma empresa seja ela grande ou pequena, pois sem as informações contábeis os gestores estariam administrando sem saber para que rumo levar essa empresa.

Numa empresa mesmo ela sendo de pequeno porte as informações contábeis tem que estar envolvida em tudo o que a empresa foi fazer, desde o planejamento até a execução e pelo retorno dos resultados.

6 CONCLUSÃO

O mundo mudou e continuará em uma constante transformação. A globalização é um fato real, produtos e serviços estão a disposição a qualquer hora ao redor do mundo, as empresas também evoluíram passando de um processo muito mecânico, atrasado para um processo informatizado e moderno.

Todavia com toda essa mudança a complexidade, a concorrência também evoluiu ficando cada vez mais difícil de gerir uma empresa num ambiente competitivo.

A contabilidade deixou de ser um mero instrumento de mensuração do passado a servir somente a empresa em sua relação com o fisco, para auxiliar como uma ferramenta de informação para as empresas, sejam elas grandes, médias, pequenas ou micro.

As informações contábeis são muito importantes para as empresas, pois é com ela que os gestores tomarem suas decisões, o gestor de uma empresa precisa saber porque determinado produto esta consumindo mais custos do que outro, porque o estoque esta auto e como fazer para baixá-lo, qual o volume de venda de determinado mês, ou qual valor adequado a tomar emprestado e mais outras informações.

Sem essas informações os gestores não têm como administrar bem o negócio por tanto para que uma empresa de pequeno porte sobreviva em um mercado tão competitivo é primordial que se utilize dessas informações contábeis para ter continuidade.

REFERÊNCIAS

BIO, Sergio Rodrigues. **Sistema de informação**: um enfoque gerencial. São Paulo: Atlas, 1996.

GIL, Antonio de Loureiro. **Sistema de informação contábil / financeiro**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Sistema de informação gerencial**: estratégia, tática, organizacionais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PADOVEZE, Clóvis Luis; ROMANINI, Geraldo; COPATTO, Antonio Carlos. Objeto, objetivos e usuários das informações contábeis. **Revista de contabilidade CRC**, São Paulo, n. 29, 2004.

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Sistema de informação contábil**: fundamentos e análise. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

RESUMO

O presente artigo pretende verificar na literatura o que os autores definem como Ativos Intangíveis e *Goodwill* e também buscar uma definição aproximada da natureza, padronização da classificação, mensuração e principais itens que compõem esse grupo. Inicialmente, foi efetuada uma revisão bibliográfica acerca de estudos sobre ativos intangíveis e *Goodwill para em seguida* tecer algumas considerações sobre tais assuntos. A economia mundial tem passado por grandes transformações, sendo um dos principais efeitos o crescimento da importância dos ativos intangíveis como fontes de geração de valor para as empresas. Na economia industrial, as empresas criavam valor a partir de ativos tangíveis, mas, atualmente, as oportunidades de criação de valor estão migrando para estruturas baseadas no conhecimento – ativos intangíveis. O *Goodwill* se apresenta como sendo o valor subjetivo atribuído a um bem de capital sobre o qual existem expectativas de lucros futuros ou outros benefícios que indiretamente representam expectativas futuras de resultado.

Palavras-chave: Bens. Ativos. Intangíveis.

1 INTRODUÇÃO

O *goodwill* ainda é assunto controverso, embora o termo venha sendo utilizado desde o século XVI. O termo foi utilizado pela primeira vez na corte da Inglaterra, em decisões de disputa por terras, onde foi considerado na valorização do terreno um valor adicional pela sua localização. No entanto, o primeiro trabalho sistematizado sobre o *goodwill* foi produzido por Francis More, publicado em 1891 pela revista *The accountant* na Escócia, onde foi abordado a questão da mensuração do *goodwill*.

Em ideias gerais temos que *goodwill* segundo Pinho (1997), é definido como sendo “fundo de comércio; bens intangíveis, tais como o bom relacionamento com os clientes, moral elevado dos empregados, bom conceito nos meios empresariais, boa localização”. Entretanto, o conceito de *goodwill* vai além do bom relacionamento comercial. O *goodwill* pode ser definido como um lucro anormal, além do esperado, sendo que a dificuldade reside na mensuração do valor atual dos benefícios futuros esperados.

O interesse pela pesquisa surgiu pela necessidade que tive de entender melhor o conceito de *goodwill* e de ativos já que este assunto merece muita discussão pelo fato de que existe uma gama de subjetividade e de dificuldade de mensuração.

Através da leitura exploratória de vários autores pontuei os seguintes conceitos ativos Intangíveis, tipos de ativos Intangíveis, *goodwill* e em seguida teci algumas considerações sobre tais assuntos.

Enfim este artigo tem por objetivo verificar na literatura o que os autores definem como Ativos Intangíveis e *Goodwill* e também buscar uma definição aproximada da natureza, padronização da classificação, mensuração e principais itens que compõem esse grupo.

¹¹⁰ Estudante do 6º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹¹¹ Professor, Orientador.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Ativos Intangíveis

Antes de começarmos a aprofundar um estudo sobre os ativos intangíveis, devemos assinalar brevemente, a natureza dos ativos, já que esses formam uma das áreas mais complexas da Teoria da Contabilidade, não só pela complexidade de sua definição, mas principalmente pela diversidade da mensuração de seus valores e de sua vida útil.

Segundo Hendriksen e Breda (1999, p. 286), “ativos devem ser definidos como potenciais fluxos de serviço ou como direitos a benefícios futuros sob o controle da organização”.

Neste sentido, Iudícibus (1997, p. 124) argumenta que “ativos são recursos controlados pela entidade, capazes de gerar fluxos de caixa”.

Como se pode observar ambas as definições acima, são um tanto imprecisas, por não apresentarem uma definição clara de quais recursos foram selecionados.

Um ponto importante a ser enfatizado diz respeito aos critérios de reconhecimento dos ativos que, segundo Hendriksen e Breda (1999), devem ser reconhecidos de acordo com os seguintes requisitos:

- Corresponda à definição de ativo;
- Seja relevante;
- Seja mensurável;
- Seu valor seja preciso.

Seguindo os requisitos acima, vimos que a maioria dos ativos intangíveis segue a definição de ativo são reconhecidamente relevante. Ambos são de difícil avaliação e seu custo histórico pode ser determinando como o de muitos ativos tangíveis. Logo, os intangíveis devem ser reconhecidos como um ativo.

2.1.1 Definição e Tipos de ativos intangíveis

Bens intangíveis são aqueles que não podem ser tocados, porque não possuem corpo físico. Logo, podemos atribuir esse conceito de intangível ao elemento contábil, haja vista que muitos outros ativos não possuem tangibilidade e são classificados como tangíveis, tais como despesas antecipadas, duplicatas a receber, aplicações financeiras etc. “Isto porque os contadores têm procurado limitar a definição de intangíveis restringindo-a a ativos não circulantes” (HENDRIKSEN; BREDA, 1999, p. 388).

Segundo Iudícibus a definição mais adequada é a de Kohler (apud IUDÍCIBUS, 1997, p. 203) que define como “ativos de capital que não têm existência física, cujo valor é limitado pelos direitos e benefícios que, antecipadamente, sua posse confere ao proprietário”.

De acordo com as definições anteriores, pode-se classificar como intangíveis os seguintes elementos:

- *Goodwill*;
- Patentes;
- Franquias;
- Licenças;
- Marcas e nomes de produtos;
- Direitos de autoria;
- Serviços de marcas e certificação de marcas;
- Nomes de domínio na internet;
- Ativos intangíveis relacionados com trabalhos musicais, tais como composições, sons líricos e jingles de publicidade;
- Ativos intangíveis relacionados a pinturas e fotografias;
- Ativos intangíveis relacionados a material visual e audiovisual, incluindo filmes, vídeos musicais e programas de televisão;

- Ativos relacionados a livros, revistas, jornais e outros trabalhos literários;
 - Licenças, *royalties* e contratos de paralisação;
 - Contratos de franquia;
 - Tecnologia patenteada;
 - *Software* de computação.

2.2 Goodwill

Segundo o *The Chartered Institute of Management Accounts*, o mais importante instituto de contadores gerenciais do Reino Unido, em sua Terminologia Oficial de Contabilidade Gerencial (CIMA, 1996, p. 87), “*Goodwill* é definido como a diferença entre o valor de um negócio como um todo e a soma dos ativos individuais avaliados pelo seu valor justo”.

De acordo Iudícibus (2004, p. 234) “o *Goodwill* não deixa de ser aquele “algo a mais” pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas (aqui entendido o valor de mercado dos elementos contábeis dos balanços das entidades adquiridos) a refletir uma expectativa (subjéctiva) de lucros futuros em excesso de seus custos de oportunidade”

Segundo Hendriksen e Van Breda (1999, p. 392) “o *Goodwill* representa o valor presente de lucros futuros esperados (ou pagamentos a proprietários) acima daquilo que poderia ser considerado eu retorno normal”

Observamos que existem diferentes definições para *Goodwill*, esta situação ocorre porque o valor do *Goodwill* está intimamente ligado a outros intangíveis, existindo uma grande diferença entre os outros intangíveis.

2.2.1 Natureza do Goodwill

Embora discutida há mais de um século por inúmeros estudiosos, sua natureza é muito controvertida, pois o seu valor está intimamente ligado a outros intangíveis não identificáveis. Em seguida observaremos alguns dos fatores e condições que podem contribuir para o seu surgimento:

- *Know-how*;
- Propaganda eficiente;
- Localização geográfica;
- Habilidade administrativa fora do comum;
- Treinamento eficiente dos empregados;
 - Relações públicas favoráveis;
 - Legislação favorável;
 - Crédito proeminente;
 - Condições monopolísticas;
- Processos secretos de fabricação;
- Fraqueza na administração dos concorrentes;
- Clientela estabelecida, tradicional e contínua;
 - Prestígio e o renome do negócio;
 - Tecnologia de ponta;
- Boas relações com os empregados.

Os fatores citados acima estão englobados no *Goodwill* e são determinantes para que uma empresa tenha lucros futuros em excesso à soma dos valores de seus ativos líquidos.

2.2.2 Visão do Goodwill

O *Goodwill*, segundo Iudícibus (1997), pode ser analisado pelas seguintes perspectivas:

- Excesso de preço pago na compra de um negócio sobre o valor de mercado de seus ativos líquidos;
- Nas consolidações, é o excesso de valor pago pela investidora por sua participação sobre os ativos da subsidiária;
- O valor atual dos lucros futuros esperados, descontados por seus custos de oportunidade (*Goodwill* subjetivo).

Por conseguinte, *Goodwill* é aquele “algo a mais” pago sobre o valor de mercado do patrimônio líquido das entidades adquiridas, devido a uma expectativa (subjetiva) de lucros futuros, em excesso de seus custos de oportunidade.

Diante deste cenário, Iudícibus (1997) cita que, teoricamente, pode-se tecer algumas considerações quanto ao tratamento contábil a ser dado ao *Goodwill*, quais sejam:

- Manter intacto o seu valor;
- Diminuí-lo do patrimônio líquido (lucros acumulados);
- Amortizar o *Goodwill* em certo número de anos.

3 METODOLOGIA

O presente estudo será realizado através da seleção de artigos publicados em sites especializados na área contábil e outras afins com as seguintes palavras-chaves: ativo, mensuração e *Goodwill*. Optou-se por trabalhar com a pesquisa bibliográfica por entender que através dessa pesquisa é que obtemos o conhecimento prévio a cerca do assunto que iremos trabalhar.

Após a seleção desses artigos serão feitas leituras exaustivas e fichamentos para concluir o presente trabalho.

4 CONCLUSÃO

Este estudo foi iniciado devido a crescente relevância que os intangíveis vêm assumindo na constante mudança no mercado atual e a necessidade de identificar a sua natureza, mensuração e as suas principais características.

Tendo em vista este objetivo, foi elaborado um item chamado ativo intangível, onde foram destacados a definição, natureza, mensuração e principais itens que compõem este grupo, que formam uma das mais complexas da Teoria da Contabilidade. Em um segundo momento foram abordadas a natureza e a mensuração do *Goodwill*, considerando o mais complicado ativo intangível.

Contudo, constatou-se que o tratamento contábil dos intangíveis, principalmente o *Goodwill*, continua a ser um assunto de suma importância e complexo, que a contabilização de intangíveis, especialmente o *Goodwill*, provavelmente será um assunto que ao passar dos anos tomará cada vez mais importância. Se novos problemas estão surgindo, é necessário um maior esforço em pesquisa, experimentação e principalmente na harmonização, afim de se conhecer uma solução.

REFERÊNCIAS

HENDRIKSEN, Eldon S.; BRENDA, Michael F. V. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. Tradução de Antônio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Capital Intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, Eliseu. **Contribuição à Avaliação do Ativo Intangível**. 1972. Tese (Doutorado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PINHO, O. Moraes. **Dicionário de termos de negócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RESUMO

Nos últimos anos, devido ao crescimento da carga tributária no Brasil, tem sido cada vez mais comum, a atuação de profissionais de contabilidade na elaboração de planejamentos tributários que busquem adequar este tipo de despesa à realidade de cada contribuinte sem infringir a legislação, mas procurando as possibilidades determinadas nas mesmas. Em época de mercado competitivo e recessivo, de aumento da concorrência entre as empresas nacionais, o *planejamento tributário* assume um papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois quando se analisam os balanços das mesmas, percebe-se que os encargos relativos a impostos, taxas e contribuições são, na maioria dos casos, mais representativos do que os custos de produção. Esta pesquisa busca efetuar uma reflexão sobre o tema, por meio de uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Tributo. Imposto. Despesa. Controle.

1 INTRODUÇÃO

A constante insatisfação dos contribuintes em geral, com a excessiva carga tributária despertou-me o interesse em pesquisar sobre essa temática. Este artigo tem a finalidade de aprofundar o conhecimento sobre planejamento tributário e suas formas de executá-lo com intuito de esclarecer aos contribuintes as formas eficazes e lícitas de minimizar a carga tributária.

O mundo globalizado, mercado competitivo e o pesado ônus tributário que sufoca as empresas requer do profissional da contabilidade, a todo instante, práticas de gerenciamento eficazes para preservar a continuidade do empreendimento.

Procurar formas lícitas para reduzir o pagamento de tributos e ao mesmo tempo estar atento às mudanças da legislação é uma necessidade imprescindível para maximização dos lucros das empresas, para manutenção dos negócios e melhorar os níveis de empregos. Esses fatos importantes que requerem a participação ativa do contador.

Em época de mercado competitivo e recessivo, de aumento da concorrência entre as empresas nacionais, o *planejamento tributário* assume um papel de extrema importância na estratégia e finanças das empresas, pois quando se analisam os balanços das mesmas, percebe-se que os encargos relativos a impostos, taxas e contribuições são, na maioria dos casos, mais representativos do que os custos de produção.

Nesse sentido os principais objetivos deste artigo são: Fazer uma revisão bibliográfica a certa da temática: planejamento tributário e Pesquisar as publicações sobre essa temática.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Planejamento Tributário

Segundo Zanluca, no Brasil, existem mais de 70 diferentes taxas, impostos e contribuições. É sabido que os tributos (impostos, taxas e contribuições) representam importante parcela dos custos das empresas, senão a maior. Este exemplo demonstra claramente a cobrança de alguns impostos, quando você compra uma mercadoria qualquer no supermercado, está embutido no preço algo em torno de 10,65% a 27,65%, dependendo do

¹¹² Estudante do 6º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹¹³ Professora, Orientadora.

estado em que a compra está sendo feita, em tributos pagos pelo comerciante, somente a título de ICMS, PIS e COFINS.

Com a globalização da economia, tornou-se questão de sobrevivência empresarial a correta administração do ônus tributário. Segundo o informativo 2004, sobre planejamento tributário, em média, 33% do faturamento empresarial é dirigido ao pagamento de tributos. Somente o ônus do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro das empresas pode corresponder a 51,51% do lucro líquido apurado. Da somatória dos custos e despesas, mais da metade do valor é representada pelos tributos. Assim, imprescindível a adoção de um sistema de economia legal.

A seguir, a título de informação, segue a lista de tributos (impostos, contribuições, taxas, contribuições de melhoria) que se paga atualmente no Brasil (PORTAL TRIBUTÁRIO, 2007):

1. Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM (Lei 10206/2001)
2. Contribuição à Direção de Portos e Costas (DPC)
3. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT (Lei 10168/2000)
4. Contribuição ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), também chamado "Salário Educação"
5. Contribuição ao Funrural
6. Contribuição ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
7. Contribuição ao Seguro Acidente de Trabalho (SAT)
8. Contribuição ao Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena Empresa (Sebrae)
9. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)
10. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes (SENAT)
11. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)
12. Contribuição ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)
13. Contribuição ao Serviço Social da Indústria (SESI)
14. Contribuição ao Serviço Social do Comércio (SESC)
15. Contribuição ao Serviço Social do Cooperativismo (SESCOOP)
16. Contribuição ao Serviço Social dos Transportes (SEST)
17. Contribuição Confederativa Laboral (dos empregados)
18. Contribuição Confederativa Patronal (das empresas)
19. Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE Combustíveis - Lei 10336/2001
20. Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Emenda Constitucional 39/2002)
21. Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional – CONDECINE - art. 32 da Medida Provisória 2228-1/2001 e Lei 10.454/2002
22. Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)
23. Contribuição Sindical Laboral (não se confunde com a Contribuição Confederativa Laboral, vide comentários sobre a Contribuição Sindical Patronal)
24. Contribuição Sindical Patronal (não se confunde com a Contribuição Confederativa Patronal, já que a Contribuição Sindical Patronal é obrigatória, pelo artigo 578 da CLT, e a Confederativa foi instituída pelo art. 8º, inciso IV, da Constituição Federal e é obrigatória em função da assembleia do Sindicato que a instituir para seus associados, independentemente da contribuição prevista na CLT)
25. Contribuição Social Adicional para Reposição das Perdas Inflacionárias do FGTS - Lei Complementar 110/2001
26. Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
27. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
28. Contribuições aos Órgãos de Fiscalização profissional (OAB, CRC, CREA, CRECI, etc.)
29. Contribuições de Melhoria: asfalto, calçamento, esgoto, rede de água, rede de esgoto, etc.
30. Fundo Aeronáutico (FAER)
31. Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) art. 6 da Lei 9998/2000
32. Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (FISTEL) - Lei 5070/1966 com novas disposições da Lei 9472/1997
33. Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

34. Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf) - art.6 do Decreto-lei 1.437/1975 e art. 10 da IN SRF 180/2002.
35. Imposto s/Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
 36. Imposto sobre a Exportação (IE)
 37. Imposto sobre a Importação (II)
38. Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)
39. Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)
40. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)
41. Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR - pessoa física e jurídica)
 42. Imposto sobre Operações de Crédito (IOF)
 43. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)
 44. Imposto sobre Transmissão Bens Intervivos (ITBI)
45. Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)
 46. INSS Autônomos e Empregados
 47. INSS Empregados
 48. INSS Patronal
49. IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados)
50. Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)
 51. Taxa de Autorização do Trabalho Estrangeiro
 52. Taxa de Avaliação in loco (MP 153/2003)
 53. Taxa de Coleta de Lixo
 54. Taxa de Combate a Incêndios
 55. Taxa de Conservação e Limpeza Pública
56. Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental – TCFA (Lei 10.165/2000)
57. Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos (Lei 10357/2001, art. 16)
58. Taxa de Emissão de Documentos (níveis municipais, estaduais e federais)
59. Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária (Lei 9782/1999, art. 23)
60. Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Exército Brasileiro - TFPC (Lei 10.834/2003)
 61. Taxa de Licenciamento Anual de Veículo
62. Taxa de Licenciamento para Funcionamento e Alvará Municipal
63. Taxa de Pesquisa Mineral DNPM (Portaria Ministerial 503/99)
64. Taxa de Serviços Administrativos – TSA – Zona Franca de Manaus (Lei 9960/2000)
 65. Taxa de Serviços Metrológicos (art. 11 - Lei 9933/1999)
 66. Taxas ao Conselho Nacional de Petróleo (CNP)
 67. Taxas CVM (Comissão de Valores Mobiliários)
68. Taxas de Outorgas (Radiodifusão, Telecomunicações, Transporte Rodoviário e Ferroviário, etc.)
 69. Taxas de Saúde Suplementar - ANS (Lei 9.961/2000, art. 18)
 70. Taxas do Registro do Comércio (Juntas Comerciais)

Como contribuinte, têm-se duas formas de diminuir os encargos tributários acima citados. A maneira legal chama-se elisão fiscal (mais conhecida como planejamento tributário) e a forma ilegal denomina-se sonegação fiscal.

A fraude ou sonegação fiscal consiste em utilizar procedimentos que violem diretamente a lei fiscal ou o regulamento fiscal. É uma fraude dificilmente perdoável porque ela é flagrante e também porque o contribuinte se opõe conscientemente à lei.

Os juristas a consideram como repreensível. Já a o planejamento tributário é um conjunto de sistemas legais que visam diminuir o pagamento de tributos. O contribuinte tem o direito de estruturar o seu negócio da maneira que melhor lhe pareça, procurando a diminuição dos custos de seu empreendimento, inclusive dos impostos. Se a forma celebrada é jurídica e lícita, a fazenda pública deve respeitá-la.

3.2 Finalidades do planejamento tributário

De acordo com ZANLUCA, o planejamento tributário tem as seguintes finalidades:

- Evitar a incidência do fato gerador do tributo.

Exemplo: Substituir a maior parte do valor do pró-labore dos sócios de uma empresa, por distribuição de lucros, pois a partir de janeiro/96 eles não sofrem incidência do IR nem na fonte nem na declaração. Dessa forma, evita-se a incidência do INSS (20%) e do IR na Fonte (27,5%) sobre o valor retirado como lucros em substituição do pró-labore.

- Reduzir o montante do tributo, sua alíquota ou reduzir a base de cálculo do tributo.

Exemplo: ao preencher sua Declaração de Renda, você pode optar por deduzir até 20% da renda tributável como desconto padrão (limitado a R\$ 8.000,00) ou efetuar as deduções de dependentes, despesas médicas, plano de previdência privada, etc. Você certamente escolherá o maior valor, que lhe permitirá uma maior dedução da base de cálculo, para gerar um menor Imposto de Renda a pagar (ou um maior valor a restituir).

- Retardar o pagamento do tributo, postergando (adiando) o seu pagamento, sem a ocorrência da multa.

Exemplo: transferir o faturamento da empresa do dia 30 (ou 31) para o 1º dia do mês subsequente. Com isto, ganha-se 30 dias adicionais para pagamento do PIS, COFINS, SIMPLES FEDERAL, ICMS, ISS, IRPJ e CSL (Lucro Real por estimativa), se for final de trimestre até 90 dias do IRPJ e CSL (Lucro Presumido ou Lucro Real trimestral) e 10 a 30 dias se a empresa pagar IPI.

3.3 Diferença entre elisão e evasão fiscal

Para se produzir um planejamento tributário torna-se necessário saber distinguir com bastante propriedade os significados da evasão fiscal e da elisão fiscal, pois a linha que separa um do outro é muito tênue.

Martinez (2005) define *evasão fiscal* como toda ação consciente, espontânea, dolosa ou intencional do contribuinte através de meios ilícitos para evitar, eliminar, reduzir ou retardar o pagamento do tributo devido, não se configurando em hipótese alguma com o planejamento tributário lícito.

A evasão causa enormes prejuízos aos negócios, ao governo e por extensão à sociedade como um todo. Trata-se de procedimentos adotados após o fato gerador ocorrido e nesse campo, por exemplo, destacamos a omissão de registros em livros fiscais próprios, utilização de documentos inidôneos na escrituração contábil e a falta de recolhimento de tributos apurados.

A “elisão fiscal” representa a execução de procedimentos, antes do fato gerador, legítimos, éticos, para reduzir, eliminar ou postergar a tipificação da obrigação tributária, caracterizando, assim, a legitimidade do planejamento tributário. A elisão é uma conduta lícita do contribuinte antes da ocorrência do fato gerador, que ele pratique sem que esteja revestida de nenhuma prática simulatória, com a qual ele obtenha uma menor carga tributária legalmente possível.

A elisão fiscal surge muitas vezes das brechas encontradas na legislação e, por isso mesmo, há defensores de que o sistema tributário deveria ser simples, acreditando que, dessa maneira, o legislador estaria protegido da elisão. Exemplificando esta situação podemos citar uma empresa optante pelo lucro presumido e que tenha faturamento relevante a prazo, é viável optar por calcular e recolher os tributos federais pelo regime de caixa uma vez que assim procedendo somente pagaria pela receita efetivamente recebida.

3.4 O papel do contador e da contabilidade no planejamento tributário

De acordo com Martinez (2005), o planejamento tributário existe para todas as esferas do poder legislativo, quer seja municipal, estadual ou federal, e a pergunta que se faz é: estão

os contadores preparados adequadamente para efetuar o planejamento tributário? Estão efetivamente gerenciando os impostos de seus clientes ou empregador? Estão procurando formas lícitas de pagar menos tributos? Ou estão preferindo aplicar opções legais mais simplificadas que lhes tiram maiores responsabilidades e competências? São perguntas que não encontramos respostas neste instante, vislumbramos alguns motivos, porém cabe uma pesquisa de campo para se obter conclusões.

A Lei 6404/76 (Lei das S/A) prevê a obrigatoriedade do planejamento tributário, por parte dos administradores de qualquer companhia, pela interpretação do artigo 153 "O administrador da companhia deve empregar, no exercício de suas funções, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios".

Portanto, antes de ser um direito, uma faculdade, o planejamento tributário é obrigatório para todo bom administrador. Desta forma, no Brasil, tem ocorrido uma "explosão" do Planejamento Tributário como prática das organizações. No futuro, a omissão desta prática irá provocar, o descrédito daqueles administradores omissos.

3.5 Lei antielisiva

Parágrafo único - A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em na lei ordinária (BRASIL, 2007).

A Lei Complementar 104, cognominada de lei contra a elisão fiscal ou lei contra o planejamento tributário, não retirou, nem poderia tê-lo feito, o direito do contribuinte de buscar a forma menos onerosa de pagar os seus tributos.

4 METODOLOGIA

Como metodologia desta pesquisa, selecionou-se os artigos publicados em sites especializados na área jurídica e contábil com as seguintes palavras-chave: planejamento tributário, lei antielisiva, o contador e o planejamento tributário.

5 CONCLUSÃO

A elaboração de um adequado planejamento tributário é saúde para as finanças de uma organização, pois representa maior capitalização do negócio, possibilidade de menores preços e ainda facilita a geração de novos empregos, pois os recursos economizados poderão possibilitar novos investimentos.

Observou-se, contudo, que tal planejamento não pode ir de encontro aos dispositivos legais, mas fazer uso de brecha nessas leis, bem como remodelação das organizações, no intuito de pagarem menos tributos, e conseqüentemente incrementarem seus lucros.

Por fim fica para reflexão e estudos, os procedimentos da elisão fiscal e acompanhamento do que virá por aí em relação a lei antielisiva, Lei Complementar 104/2001, com reflexos no futuro do planejamentos tributários.

REFERÊNCIAS

- INFORMATIVO – 2004. **Brasileiros pagam dezenas de tributos**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 8 out. 2005.
- MARTINEZ, Manuel Perez. **O contador diante do planejamento tributário e da lei antielisiva**. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br>>. Acesso em: 8 out. 2005.
- MENDONÇA, Oscar. Da Lei contra Elisão Fiscal. **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, v. 1, n. 1, 2001. Disponível em: <<http://www.direitopublico.com.br>>. Acesso em: 12 out. 2005.
- OLIVEIRA NETO, Marques de. **A governança corporativa e planejamento tributário**. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br>>. Acesso em: 8 out. 2005.
- ZANLUCA, Júlio César. **Planejamento Tributário- todos nós precisamos dele**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 9 out. 2005.
- ZANLUCA, Júlio César. **Planejamento Tributário: pague menos, dentro da lei**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br>>. Acesso em: 9 out. 2005.

AC 30: FRAUDE NAS LICITAÇÕES

Jorge Erison Pinto Pinheiro¹¹⁴; Maria do Socorro Cândido da Costa¹¹⁵

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, mostrar como a auditoria é importante para prevenção de fraudes nos processos licitatórios. Embora existam os tribunais de contas, no qual possui diversos mecanismos para detectar fraudes, se torna difícil manter a eficiência e eficácia de um procedimento de auditoria em processos quando o planejamento por parte dos gestores não se torna claro, simples e objetivo, e por isso neste trabalho será demonstrado tipos práticos de ilegalidades e irregularidades por meios de processos licitatórios, e como a auditoria preventiva pode auxiliar os gestores para evitar desvios de verbas dos cofres públicos, ou seja, dos recursos públicos. A metodologia utilizada para realizar a pesquisa foi bibliográfica por meio de consulta à literatura concernente ao tema.

Palavras-chave: Processo Licitatório. Tribunais de Contas. Auditoria Contábil.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo, mostrar como a auditoria é importante para prevenção de fraudes nos processos licitatórios.

Desde a antiguidade, o mundo dos negócios apresenta vários tipos de fraudes, subterfúgios, armadilhas e sistemas desenvolvidos para apropriação indébita de bens. Com a evolução do mundo e dos negócios, esses métodos também foram se sofisticando, exigindo a criação de mecanismos de defesa mais eficaz. No setor público, devido às ingerências de ordem política, tais problemas ganham maiores dimensões.

Para Ferreira (2002, p. 333): “fraude pode ser definida como: engano, roubo, trapaça, abuso de confiança e caracteriza-se pela omissão ou prática intencional de um ato que tenha por finalidade um fim ilícito e quem a pratica comete um crime contra o patrimônio”.

Segundo Rocha (2001, p. 293), “a fraude é uma manobra ardilosa para enganar alguém e causar-lhe prejuízo”.

A contabilidade, como ciência social aplicada e instrumento que produz grandes quantidades de informações, não pode ser um canal para a propagação de fraudes, mais sim, um meio de coibi-las e evidenciar, de forma clara e transparente, a natureza das informações e veracidades dos fatos.

Para a realização da pesquisa utilizou-se a metodologia de revisão bibliográfica por meio de livros, artigos científicos dissertações, bem como textos obtidos pela Internet e pesquisa feita no site do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM).

¹¹⁴ Estudante do 7º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus – monitor de Legislação Tributária.

¹¹⁵ Professora, Orientadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Processo Licitatório no Setor Público

O processo licitatório administrativo tem como objetivo dar oportunidade aos interessados de apresentarem proposta acerca do fornecimento ao setor público, de mercadorias ou serviços.

A escolha do vencedor será direcionada para aquele que atender a todos os critérios de melhor fornecedor, previamente definidos, e que deve estar de acordo com o edital publicado pela administração pública, com base no parágrafo 1º do art. 45 da Lei 8.666/93, que trata das licitações e contratos administrativos, devendo as licitações conter as seguintes formas:

- menor preço;
- melhor técnica;
- técnica e preço;
- maior lance ou oferta.

Desta forma, a licitação abrange uma série de atos e fatos impostos pela lei, a fim de promover um modelo padrão para formalizar as contratações, que podem envolver serviços, obras, compras e vários outros vínculos que seja do interesse da administração pública para o benefício da sociedade.

2.2 O Papel dos Tribunais de Contas

Os Tribunais de Contas, no seu dispositivo legal de fiscalização das contas públicas, procuram desenvolver cada vez mais a transparência e uniformidade das contas municipais.

Segundo Fernandes (2002, p. 123):

O tribunal tem atribuição de julgar, sem ressalva, as contas de todo o universo de órgãos da administração pública, tanto direta como indireta, incluindo-se entre estas as empresas de cujo o capital a união participa, mesmo em caráter minoritário ou igualitário, ao contrário do regime anterior que, de acordo com a legislação ordinária revogada pelas leis nº 6.223/75 e 6.525/78.

Um dos pontos mais importantes a serem observados pelos tribunais de contas é o processo licitatório, no qual há uma imensa discussão no Brasil, já que vêm ocorrendo muitas fraudes em processos administrativos, como se pode lembrar dos processos licitatórios envolvendo alguns parlamentares como, podemos citar como exemplo, o caso do fórum de São Paulo e o caso das Licitações na compra de ambulâncias.

Pode-se lembrar recentemente de um dos casos mais intrigantes de fraudes em licitações até hoje, é o caso das sanguessugas. No qual os 94 deputados citados na CPI que investiga o caso, neste exemplo, os deputados elaboraram emendas parlamentares para aquisição de ambulância.

Estes deputados “supostamente” estavam inseridos em um grupo, onde havia o vendedor certo para a prefeitura adquirir o bem ao ser liberada uma emenda parlamentar, para o Parlamentar receber “sua parte”, a prefeitura comprava e o fornecedor supervalorizava o bem para as devidas prefeituras.

2.3 Importância da Auditoria Contábil no Processo Licitatório

A auditoria é uma técnica contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial, ou seja, verificar se os registros contábeis foram feitos de acordo com os princípios e normas de contabilidade.

A auditoria surgiu com o crescimento da economia, pois, as grandes empresas utilizavam o capital de várias pessoas e estas necessitavam saber se os registros contábeis eram reais, ou seja, se estes estavam baseados em procedimentos e normas definidos pelos órgãos normatizadores.

As atividades de auditoria em processos licitatórios, adquiridas através de trabalhos de inspeção e fiscalização só vem à melhora e exigir um controle melhor do patrimônio nas entidades públicas, pois, quanto mais sofisticado for este controle de auditoria, maior será a facilidade de identificar tipos de erros ou fraudes contábeis.

A fraude posse ser definida como algo manipulado intencional ou por omissão aos fatos, causando prejuízo a outrem ou não, já o Erro é algo que não acontece intencionalmente.

O professor e articulista Kantiz comenta que os países com menores índices de corrupção são os que possuem o maior número de auditores bem treinados, diferente do Brasil um dos países quem tem um dos maiores índices de corrupção.

A criminalidade econômica é colocada no rol daqueles delitos como hediondos: “A tipologia do abuso de poder econômico compreende a poluição ambiental, a produção e distribuição de produtos inseguros, o suborno e a corrupção de funcionários públicos, mediante pagamentos lícitos, comissões corretagens etc.” (RELATÓRIO..., 1979, p. 28).

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada no desenvolvimento deste artigo foi essencialmente bibliográfica efetivada por meio de consulta a textos oriundos de livros, artigos, dispositivos legais e materiais coletados na internet com temática focada na área de interesse do estudo.

4 CONCLUSÃO

O processo licitatório é muito importante para a manutenção da máquina estatal sem incorrer em benefícios particulares, justamente por esta particularidade, tem encontrado problemas dos mais diversos.

Na concepção da fiscalização dos tribunais de contas e da auditoria realizada nos processos licitatórios, concluímos neste trabalho o quanto é importante fazer uma análise adequada para evitar fraudes e erros nos processos de licitação e contratos no Brasil.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Bruno Lacerda Bezerra. **Tribunal de Contas: Julgamento e Execução**. Campinas: Edicamp, 2002.
- FERREIRA, Buarque de Holanda Aurélio. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.
- RELATÓRIO Final do Encontro Preparatório do VI Congresso das Nações Unidas, sobre Crime e abuso de poder: crimes e criminosos acima da Lei? New York, jul. 1979.
- ROCHA, Ruth. **Minidicionário Enciclopédico Escolar**. São Paulo: Scipione, 1996.

AC 31: CUSTOS NA FORMAÇÃO DO PREÇO DE VENDA

Liana Maria¹¹⁶; Raul José¹¹⁷; Rogério Frota¹¹⁸

RESUMO

Agregar valor a um bem se tornou importante para nós seres humanos desde que passamos a viver em grupos e a estabelecer relação de troca entre si. A esse valor denominou-se preço. Os preços desde os tempos antigos foram formados somando-se os custos ao lucro, atualmente essa idéia mudou, visto que encontramos-nos em um mundo extremamente competitivo. Quem determina o preço não é mais o produtor, o empresário, e sim, o mercado. A utilização dos custos para a determinação do preço de venda é de fundamental importância, já que o preço obtido a partir do custo é uma referência importante para comparar o preço de mercado e saber se é interessante, ou não, vender o produto pelo preço que o mercado está pagando. Os custos funcionam como uma importante ferramenta de decisão, já que através das informações por eles fornecidas podemos decidir quanto se produzirá ou não determinado produto, a partir do conhecimento de seu custo estimado antes do início da produção. O cálculo do preço de venda então pode ser conseguido através de vários métodos com base nos custos. O conhecimento desses métodos atua no processo de planejamento e análise dos preços, exigindo assim um sistema integrado de informações que permita a tomada de decisões adequadas e a definição de uma eficiente política de preços.

Palavras-chave: Preço. Custo. Decisão.

1 INTRODUÇÃO

A formação do preço de vendas pode-se dizer que é uma das principais tarefas da estrutura de planejamento empresarial, visto que é sem dúvida o fator mais importante de toda a estratégia planejada pela empresa, e qualquer mudança no mesmo implica em um impacto direto no resultado operacional.

Como vivemos em uma sociedade predominantemente competitiva, o preço de venda de um produto está também muito relacionado a fatores que fogem um pouco da temática da contabilidade de custos, fatores estes centrados apenas em um item, o mercado. Daí a importância em conhecer os custos dos produtos para se estabelecer o preço de venda, afim de que se possa fazer um comparativo com o preço de mercado e conseqüentemente avaliar que se trata de um produto ou serviço viável ou não.

O objetivo deste estudo é mostrar a importância de se formar preço de venda de um produto com base nos custos de produção.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Métodos de Precificação

2.1.1 Preços com base no custo pleno

¹¹⁶ Aluna do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis.

¹¹⁷ Aluno do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis.

¹¹⁸ Professor, Orientador.

Também chamado de custo por Absorção, esse método baseia-se na aplicação de todos os custos do produto, somando-se a eles a margem de lucro, ou seja, nessa forma de obtenção do preço de venda os custos totais oriundos da produção, são acrescidos das despesas de vendas, administrativas e como já foi dito, da margem de lucro que se deseja alcançar.

| Fixação do preço de venda do produto L será: | R\$ |
|---|---------------|
| Custo unitário total | 100,00 |
| (+) despesa operacional | 40,00 |
| (=) custo + despesa operacional | 140,00 |
| (+) margem de lucro (30% dos custos + despesas) | 42,00 |
| (=) preços de vendas | 128,00 |

Quadro 1 – Exemplo de Preço com base no custo pleno.

Fonte: Elaborado pelos autores.

2.1.2 Preços com base no custo de transformação

Transformação é a palavra chave para definir o método de formação do preço de venda com base no custo de transformação, já que o mesmo se baseia no setor produtivo da empresa em realizar o produto.

Os produtos que possuem maior custo de transformação representam um esforço maior por parte da empresa na sua elaboração, e por isso, o lucro deve ser calculado, acrescido ao custo de transformação o valor do custo pleno do produto.

O custo de transformação dos produtos pode ainda ser visto por dois aspectos, primeiramente com base no sistema de custeio direto ainda sobre o Sistema de Custeio por Absorção. No Sistema de Custeio Direto, agregam-se ao custo do produto, tão somente os custos variáveis. Já no Sistema de Custeio por Absorção, todos os custos fixos e variáveis, acumulam-se ao custo do produto.

Para melhor compreensão do método de formação do preço de venda com base no custo de transformação, observe o exemplo abaixo:

Uma empresa que possui um custo de transformação para produção de blusa da ordem de R\$ 20,00, enquanto tem um custo de transformação para a produção de saias na ordem de R\$ 30,00, e que apresente uma margem de lucro de 20% sobre o custo integral além de despesas com vendas e administração de R\$ 5,00 por unidade de blusa produzida e de R\$ 6,00 por unidade de saia confeccionada.

| Componente | Blusa | | Saia | |
|--|--------------|----------------|--------------|----------------|
| | Pleno | Transf. | Pleno | Transf. |
| Matérias primas | 15,00 | 15,00 | 5,00 | 5,00 |
| Custo de transformação | 20,00 | 20,00 | 30,00 | 30,00 |
| Despesas de venda e administração | 5,00 | 5,00 | 6,00 | 6,00 |
| Custo total de produção e venda | 40,00 | 40,00 | 41,00 | 41,00 |
| Lucro sobre o custo integral (20%) | 8,00 | | 8,20 | |
| Lucro sobre o custo de transformação (40%) | | 8,00 | | 12,00 |
| Preço de venda sugerido | 48,00 | 48,00 | 49,20 | 53,00 |

Quadro 2 – Componentes dos Custos.

Fonte: Bruni (2003).

Segundo Bruni (2003) seria mais viável à empresa concentrar esforços na produção e venda do produto blusa, o qual necessita menor esforço no sentido referente à transformação, gerando, no entanto, a mesma margem de lucro. Com o objetivo de evitar esse confronto, fixar preços tomando como base os custos de transformação seria uma boa alternativa à empresa.

2.1.3 Preços com base no custo variável

De acordo com método que toma como base o custo variável para se obter a margem de lucro, deve-se efetivar a soma dos custos com as despesas variáveis.

Como o próprio nome diz, o método utiliza custo e despesas variáveis, e esse fato o diferencia do custo pleno que utiliza a soma de todos os custos sobre todas as despesas.

Observemos a situação abaixo demonstrada, para que possamos entender melhor esse método de formação de preço.

Temos então:

| | |
|-----------------------------------|----------|
| Custo Variável Unitário (CVu) | \$100,00 |
| Despesas Variáveis Unitário (DVu) | \$ 50,00 |
| Taxa de Mark-up (m) | 50% |

Segundo NEVES (2000) o preço de venda será:

$$PV = (1 + m) (CVu + DVu)$$

Então aplicando os dados de exemplo acima, temos:

$$PV = (1 + m) (CVu + DVu)$$

$$PV = 1,5(\$100,00 + \$50,00)$$

$$PV = \$225,00$$

2.1.4 Preços com base no retorno sobre o capital investido

O motivo de preocupação da empresa investida é saber se algum capital investido retornará aos cofres da empresa acompanhada de uma boa margem de lucratividade.

Esse método também é uma variante do custo pleno, a diferença é que no custo pleno é estabelecida uma margem de lucro sobre as vendas, e neste método a lucratividade é fixada como porcentagem do capital empregado pela empresa.

Observe o exemplo:

| | |
|---|----------------|
| Custo total de produção e venda | R\$ 100.000,00 |
| Capital empregado no investimento | R\$ 500.000,00 |
| Margem de lucro desejada sobre o investimento (30%) | R\$ 150.000,00 |
| Produção e venda estimada | 2.000 unid. |

Tomando como base o exemplo acima, de acordo com o método do rendimento sobre o capital empregado, o preço de venda será o custo total de produção e vendas, somado à margem de lucro, e ainda dividido pelo número de unidades produzidas. Assim:

$$\text{Preço de venda: } \frac{\text{R\$ } 100.000 + \text{R\$ } 150.000}{2.000 \text{ unidades}} = \text{R\$ } 125,00$$

2.1.5 Preços com base no custo padrão

Entende-se por Custo Padrão, aquele ocorrido durante o processo de produção de uma única unidade de um produto. É aquele custo que já possui uma previsão definida, ou seja, é aquilo que já se pensa em gastar com o produto, na hora de sua produção.

Esses custos são predeterminados tomando como base todos os métodos possíveis de medição e quantificação que no caso o profissional conheça tipo: insumos, quantidades, preço da mão-de-obra, dentre outros.

Nesse método, deve-se primeiramente separar os custos fixos e os custos variáveis.

Se por ventura ocorrerem distorções entre os custos reais e o custo padrão, estas devem ser imediatamente corrigidas. Nota-se que mudanças neste tipo de custos, não são algo muito comum, normalmente apenas o que se modifica são os fatores monetários, como por exemplo, a mão-de-obra, os preços dos materiais, dentre outros.

2.1.6 Preços com base no markup

Segundo Oliveira (2003, p. 218) “Markup nada mais é que uma margem que é agregada do custo do produto, que deve ser estimada para cobrir os gastos incluídos no custo, os tributos e comissões incidentes sobre o preço e o lucro desejado pelos administradores”.

Ou seja, markup é plenamente um índice, que aplicado sobre o custo de um bem ou serviço, dá subsídios à formação do preço de venda. Esse índice cobre impostos e taxas que ocorrem sobre as vendas, as despesas sendo ela financeira e de vendas, os custos indiretos fixos de fabricação e o lucro.

2.1.7 Preços com base no custo marginal

Custo Marginal é o custo de produção por unidade adicional, quando houver um preço superior dos custos variáveis, isso representa uma margem de custo pela produção de mais uma unidade, que por sua vez, ajudará a cobrir os custos fixos e o lucro.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa foi baseada em pesquisa bibliográfica efetuada por meio de consulta a livros, revistas, artigos.

4 CONCLUSÃO

A formação do preço de venda funciona como uma importante ferramenta de gestão, visto que se trata de um componente imprescindível ao planejamento empresarial, e, qualquer mudança no seu comportamento, pode causar um impacto positivo ou negativo à empresa.

É necessário à empresa um sistema contínuo e integrado de informações que forneçam constantemente subsídios à administração para que esta possa decidir qual o melhor para a empresa.

Como principal fonte de informação tem-se a Contabilidade de Custos e através de suas técnicas modernas de custeio, como, por exemplo, o ABC, fornece aos gestores dados sólidos para formação do preço de venda.

REFERÊNCIAS

BRUNI, Adriano Leal; FAMÁ, Rubens. **Gestão de custos e formação de preços**. São Paulo: Atlas, 2003.

COGAN, Samuel. **Custos e preços: formação e análise**. São Paulo: Pioneira, 1999.

FOSTER, George; HORNGREN, Charles; SRIKANT, Datar. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson, 2000.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. **Contabilidade de custos: um enfoque direto e objetivo**. São Paulo: Frase, 2000.

OLIVEIRA, Luís Martins de; PEREZ JÚNIOR, José Hernandez. **Contabilidade de custos para não contadores**. São Paulo: Atlas, 2000.

AC 32: DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA: UM INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA A CONTABILIDADE GERENCIAL

Mara Flúvia da Silva¹¹⁹; Adriano Gomes¹²⁰

RESUMO

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem revelado a sua importância durante a gestão empresarial pela sua capacidade de gerar várias informações sobre os recebimentos (entradas) e os pagamentos (saídas) em determinado período, auxiliando ao gestor na tomada de diversas decisões, dentre as quais a análise minuciosa da movimentação financeira da empresa no tempo, de modo a identificar e antecipar eventos e transações que ponham em risco a saúde financeira da empresa. Todavia nem sempre este demonstrativo é utilizado enquanto ferramenta ou instrumento de controle gerencial, seja por desconhecimento de seu potencial por parte do usuário, ou mesmo por não pelo não reconhecimento da sua importância. Por sua vez, os profissionais de contabilidade não têm disseminado a utilização da DFC e isso prejudica o gerenciamento das organizações. Para desenvolver a pesquisa, a metodologia utilizada para a realização deste artigo baseou-se numa revisão bibliográfica efetuada por meio de consulta a livros, artigos e textos retirados da Internet que versam sobre o tema de pesquisa.

Palavras-chave: Contabilidade Gerencial. Demonstrações Fluxos de caixa. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

A falta de controle, ordem, compromisso gerencial com os relatórios contábeis gera uma série de desordem que em geral prejudicaram a análise para as devidas tomadas de decisões.

A ausência de um enfoque Gerencial para a contabilidade, faz com que a empresa retarde o seu desenvolvimento. Pois através desta poderosa ferramenta contábil que as empresas terão acesso a vários caminhos para decidir em como alcançar seus objetivos.

Desta forma, o presente artigo tem por objetivo explorar a importância do gerenciamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que irá indicar-nos o que ocorreu no período em termos de pagamentos (saídas) e recebimentos (entradas) em dinheiro no caixa (demonstração dinâmica) e o resultado desse Fluxo.

A Demonstração do Fluxo de Caixa favorece ao gerente financeiro a elaboração de melhor planejamento financeiro, pois numa economia inflacionária não é aconselhável excesso de Caixa, porque estará retratando um desperdício; mas deve ter o necessário para honrar e fazer face aos seus compromissos.

Com o planejamento financeiro o gerente saberá o montante certo para pegar com os bancos o empréstimo necessário para cobrir a falta de saldos, mas para que não ocorra esta insuficiência é essencial, que se observe o desenvolvimento do caixa, para que tais recursos estejam bem aplicados no Patrimônio. No entanto, o que leva a maioria das empresas não fechar negócios em momentos oportunos.

O presente artigo tem como base o gerenciamento da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), que é a previsão de entradas e saídas de recursos monetários, por um determinado período. E uma ferramenta fundamental no gerenciamento dos empreendimentos comercial, industrial ou financeiro.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é importante para analisar a movimentação de caixa, pois, caso não haja esse interessante gerencial financeiro, a empresa corre o riscos de ter: saldo excessivo de caixa ou ausência de recursos financeiros, causando assim problemas para a empresa.

¹¹⁹ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹²⁰ Professor, Orientador.

As informações da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) ao ser analisada pelos investidores, credores e outros usuários são avaliados: a capacidade de a empresa gerar futuros fluxos líquidos positivos de caixa; honrar seus compromissos, pagar dividendos e retornar empréstimos obtidos; a liquidez, solvência e flexibilidade financeira da empresa; dentre outros, nesse sentido, segundo Pizzalatto (1995, p. 13):

A Contabilidade Gerencial é um termo muito conhecido pelas empresas e uma ferramenta bastante poderosa para a mesma tomar suas decisões. Ela surgiu para planejar, no sentido de processo para tomar decisão que trarão conseqüências futuras. Controlar os procedimentos, pela qual a gerência verifica se a organização está agindo de acordo com os planos traçados, e desta forma prestar informações ao proprietário da empresa e assim direcionar seus negócios para captar cada vez mais recursos que honram os seus compromissos.

Entretanto, o gerenciamento no caixa e um suporte bastante necessário para tomar decisões.

2 CONTABILIDADE GERENCIAL

A contabilidade gerencial é um instrumento poderoso para auxiliar a administração de uma empresa. Os relatórios que lhe abrangem são de diferentes níveis hierárquicos que funcionam como ferramentas indispensáveis nas tomadas de decisões, causando forte influência no processo de planejamento estratégico empresarial e no orçamento.

Qualquer empresa, para ser competitiva, necessita de um sistema de informações gerenciais adequadas às características dos seus negócios. O sistema deve atender a três requisitos indispensáveis: eficiência, eficácia, e segurança.

Para que tal fato ocorra é de suma importância saber planejar, organizar, controlar, executar e gerenciar os recursos financeiros da organização, que é algo fundamental para que, se permita a adequada alocação de recursos na empresa e um resultado saudável na progressão do fluxo de Caixa sem causa grandes prejuízos.

3 A DEMONSTRAÇÃO E SUA IMPORTÂNCIA

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um relatório opcional no Brasil. Todavia, as empresas utilizam para gerenciar o Fluxo financeiro.

Esta demonstração tem a finalidade de estruturar de maneira organizada as entradas e as saídas de recursos financeiros em um determinado período que a empresa dispõe para facilitar a administração de seus compromissos. Para que assim ocorra é importante um tratamento gerencial nesta área financeira.

3.1 Elaboração do fluxo de caixa

Existem dois métodos para elaborar a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), método direto e indireto. Ambas têm como base as orientações do *Financial Accounting Standards Board* (FASB).

a) Método direto

Por este método, a Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia todos os pagamentos e recebimentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.

Tipos de pagamentos e recebimentos relacionados às operações:

- recebimentos de clientes;
- juros e dividendos recebidos;
- pagamentos de fornecedores e empregados;
- juros pagos;
- imposto de renda pago;

- outros recebimentos e pagamentos

| |
|--|
| <p>Fluxo de caixa das atividades operacionais: Venda de mercadorias e serviços (+) Pagamento de fornecedores (-) Salários e encargos sociais dos empregados (-) Dividendos recebidos (+) Impostos e outras despesas legais (-) Recebimento de seguros (+) Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)</p> <p>Fluxo de caixa das atividade de investimento: Venda de imobilizado (+) Aquisição de imobilizado (-) Aquisição de outras empresas (-) Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)</p> <p>Fluxo de caixa das atividades de financiamento: Empréstimos líquidos tomados (+) Pagamento de leasing (-) Emissão de ações (+) Caixa líquido das atividade de financiamento (+/-)</p> <p>Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa Caixa e equivalentes de caixa - início do ano Caixa a equivalentes de caixa - final do ano</p> |
|--|

Figura 1 – Fluxo de caixa método direto.

Fonte: Rosa e Silva (2007).

- **Fluxos Operacionais:** descrevem a movimentação financeira diretamente relacionada com a produção e venda dos produtos e serviços da empresa, trazendo a Demonstração do Resultado do Exercício e as Contas do Ativo Circulante.
- **Fluxos de Investimentos:** descrevem a movimentação financeira relacionada com a compra (saída financeira) e venda (entrada financeira) dos ativos imobilizados da empresa.
- **Fluxos de Financiamentos:** descrevem a movimentação financeira dos empréstimos e de capitais de terceiros.

b) Método indireto

O método indireto é feito pela conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações. O método indireto também é chamado de método da conciliação.

Para a conciliação da DFC pelo o método indireto é necessário:

- Retirar do lucro líquido os diferimentos de transações que foram caixa no passado, como gastos antecipados, créditos tributários e todas as alocações no resultado de eventos que podem ser caixa no futuro, como as alterações nos saldos das contas a receber e a pagar no período; e
- Retirar do lucro líquido as alocações ao período do consumo de ativos de longo prazo e aqueles itens cujos efeitos no caixa sejam classificados como atividade de investimento ou financiamento: depreciação, amortização do *goodwill* e ganhos e perdas na venda de imobilizado e/ou em operações em descontinuidade (atividade de investimento); e ganhos e perdas na baixa de empréstimo.

| |
|---|
| <p>Fluxo de caixa das atividades operacionais: Lucro líquido Depreciação e amortização (+) Provisão para devedores duvidosos (+) Aumento/diminuição em fornecedores (+/-) Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-) Aumento/diminuição em contas a receber (+/-) Aumento/diminuição em estoques (+/-) Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)</p> <p>Fluxo de caixa das atividade de investimento: Venda de imobilizado (+) Aquisição de imobilizado (-)</p> |
|---|

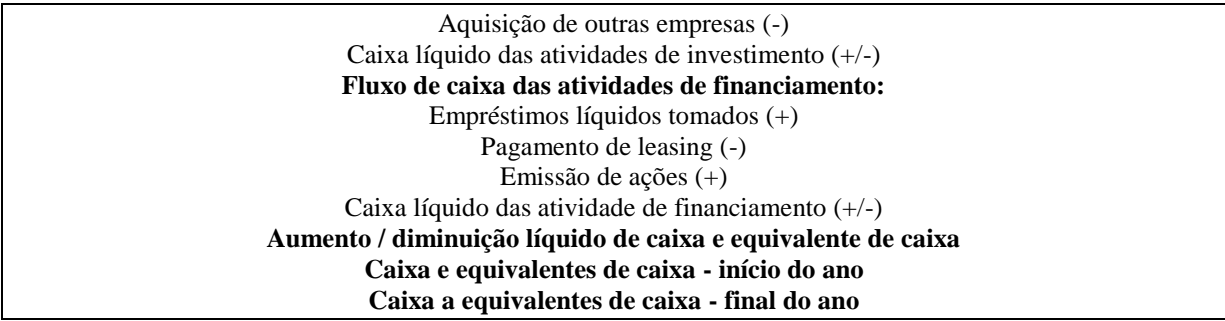


Figura 2 – Fluxo de caixa método direto.
 Fonte: Rosa e Silva (2007).

Na Figura 3 a seguir é efetuado um comparativo entre os dois métodos utilizados para a elaboração do Fluxo de Caixa.

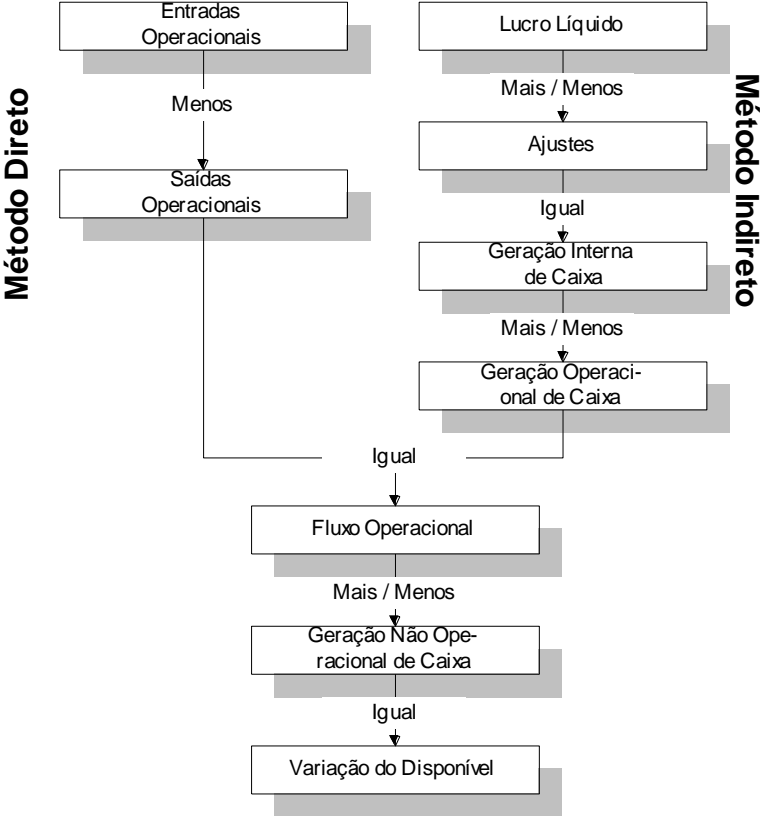


Figura 3 – Fluxo de caixa método direto.
 Fonte: Rosa e Silva (2007).

4 CONCLUSÃO

De uma forma bem simples, a Demonstração do Fluxo de Caixa é quem indica a origem de todo dinheiro que entrou no caixa como as aplicações de todo o dinheiro que saiu do caixa.

Em um mercado tão competitivo em que vivemos, é muito importante ter um bom planejamento, principalmente na área financeira da empresa. Se não houver planejamento e gerenciamento em suas atividades, o gestor corre risco de ser surpreendido com dificuldade financeira que levará a parar sua atividade a qualquer momento e que até mesmo levá-la a falência.

No entanto, mesmo a Demonstração do Fluxo de caixa, ainda não sendo obrigatória no Brasil e indispensável um gerenciamento no caixa e logo a elaboração de seu relatório, que permitirá que seus usuários tenham uma melhor visão dos pagamentos, recebimentos e investimentos da empresa, dando aos mesmos, um melhor cenário da situação financeira da empresa.

REFERÊNCIAS

PIZZOLATTO, Nélío Domingues. **Introdução à Contabilidade Gerencial**. 2. ed. São Paulo: Pearson Makro Books, 2000

ROSA, Paulo Moreira da; SILVA, Almir Teles da. **Fluxo de Caixa – instrumento de planejamento e controle financeiro e base de apoio ao processo decisório**. [200-]. Disponível em: <<http://www.milenio.com.br/siqueira/Trab.056.doc>>. Acesso em: maio 2006.

AC 33: A INCOERÊNCIA DOS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO DE CUSTOS

Marcus José Veloso Gondim¹²¹; Raquel Lemos Xavier¹²²; Rogério Frota Leitão dos Santos¹²³

RESUMO

O artigo irá propor, uma reflexão acerca das dificuldades encontradas por profissionais da área, tanto na implantação de um sistema de custos, quanto no seu desenvolvimento. Mostraremos todo o modismo em torno da administração, ao longo da história, e como na mesma rapidez em que foram instalados, foram também superados e esquecidos. Comparações entre modelos administrativos de custeio, desde o Americano passando pelo Japonês, até os dias de hoje, mostraram como os estudos, as teorias de controle dos custos, vão se alterando, conforme emergem novas potências econômicas e financeiras, lançando no mercado novas teorias. As dificuldades, em algumas circunstâncias se dão em decorrência de fatores como: conceitos, compreensão dos métodos e a condição gerencial, tanto do empresário, quanto do profissional e a própria maneira como é passado o conteúdo didático aos profissionais em formação acadêmica que podem compreender as informações de forma generalizada, mas o fato é que existem várias ferramentas, se assim entendidas, para avaliar qual o melhor método a ser utilizado dependendo da atividade econômica da organização, para tanto se torna difícil a compreensão dos resultados, uma vez que cada ferramenta, cada sistema apresenta uma determinada dificuldade, na elaboração de um bom resultado, que mostre com clareza, onde se deve melhorar, para se obter resultados positivos. Levando em consideração o melhor sistema a ser adotado, a organização sempre ao analisar os seus resultados e perceber se o sistema que está sendo utilizado é o que lhe mostra com mais clareza e exatidão as informações por ele absorvidas.

Palavras-chave: Custos. Ferramentas. Resultado.

1 INTRODUÇÃO

O atual mercado, onde se prioriza a redução de custos, para obtenção de mais lucros através de sistemas que proporcionem uma melhor análise dos resultados das organizações, nos deparamos com algumas falhas e estes resultados podem ser percebidos de forma equivocada, visto que determinados processos nos sistemas não são coerentes com aquilo que se espera.

No sentido de analisar melhor o que essas falhas proporcionam às organizações, relacionamos neste artigo alguns dos sistemas que são utilizados pela maioria das empresas.

Tendo em vista a necessidade de relatórios que demonstrem a situação real das organizações, como por exemplo, onde se deve diminuir determinados custos, ou investir em mão-de-obra qualificada para obter melhores resultados, sem que isso venha atingir o desenvolvimento da atividade.

É preciso, entretanto, entender que assim como na vida nem tudo que é bom e positivo para um, o é, da mesma forma para outro.

Maximiano (1995, p. 114) observa brilhantemente: “Ao aplicar a experiência própria ou alheia, é preciso cuidado para não generalizar aquilo que é particular. O que é verdadeiro e deu certo numa situação pode não funcionar em outra”.

Baseado nesta citação faremos aqui alguns questionamentos básicos, e tentaremos desenvolver ao máximo o pensamento do leitor, para chegarmos juntos as respostas satisfatórias que poderão ser aplicadas em nossas rotinas organizacionais.

Qual o modelo de gestão adequado? Existe alguma solução possível para os problemas das organizações que através dos modelos de gestão, possam ser solucionados? Se as ferramentas

¹²¹ Estudante do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹²² Estudante do 4º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹²³ Professor, Orientador.

gerenciais são tão importantes para uma organização, por que tantas surgem com a mesma frequência que são ultrapassadas?

2 HISTÓRIA DA CONTABILIDADE

A história da contabilidade é tão antiga quanto à própria História da Civilização. Relacionada às primeiras manifestações humanas relativas à proteção, à posse e interpretação dos fatos ocorridos com o objeto material de que o homem sempre dispôs para alcançar os fins propostos.

Nos primeiros tempos da Humanidade havia apenas o senso do coletivo em tribos primitivas. O estabelecimento de um habitat permitiu a organização da agricultura e do pastoreio. A organização econômica acerca do direito do uso do solo acarretou em separatividade, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza individual.

Ao morrer, o legado deixado por esta pessoa não era dissolvido, mas passado como herança aos filhos ou parentes. A herança recebida dos pais (pater, patris), denominou-se patrimônio. O termo passou a ser utilizado para quaisquer valores, mesmo que estes não tivessem sido herdados.

A origem da Contabilidade está ligada a necessidade de registros do comércio. Há indícios de que as primeiras cidades comerciais eram dos fenícios. A prática do comércio não era exclusiva destes, sendo exercida nas principais cidades da Antiguidade. A atividade de troca e venda dos comerciantes semíticos requeria o acompanhamento das variações de seus bens quando cada transação era efetuada. As trocas de bens e serviços eram seguidas de simples registros ou relatórios sobre o fato. Mas as cobranças de impostos, na Babilônia já se faziam com escritas, embora rudimentares. Um escriba egípcio chegou a contabilizar os negócios efetuados pelo governo de seu país no ano 2000 a.C. (Gênesis 41.49).

À medida que o homem começava a possuir maior quantidade de valores, preocupava-lhe saber quanto poderiam render e qual a forma mais simples de aumentar as suas posses; tais informações não eram de fácil memorização quando já em maior volume, requerendo registros.

Foi o pensamento do "futuro" que levou o homem aos primeiros registros a fim de que pudesse conhecer as suas reais possibilidades de uso, de consumo, de produção etc.

Com o surgimento das primeiras administrações particulares aparecia a necessidade de controle, que não poderia ser feito sem o devido registro, a fim de que se pudesse prestar conta da coisa administrada.

É importante lembrarmos que naquele tempo não havia o crédito, ou seja, as compras, vendas e trocas eram à vista. Posteriormente, empregavam-se ramos de árvore assinalados como prova de dívida ou quitação. O desenvolvimento do papiro (papel) e do cálamo (pena de escrever) no Egito antigo facilitou extraordinariamente o registro de informações sobre negócios (FERREIRA, 1985, p. 13).

À medida que as operações econômicas se tornam complexas, o seu controle se refina. As escritas governamentais da República Romana (200 a.C.) já traziam receitas de caixa classificadas em rendas e lucros, e as despesas compreendidas nos itens salários, perdas e diversões. No período medieval, diversas inovações na contabilidade foram introduzidas por governos locais e pela igreja. Mas é somente na Itália que surge o termo Contabilità.

2.1 Os Modismos na Gestão das Organizações

A necessidade da implantação de um sistema de custos em uma organização, que possa fornecer informações gerenciais, irá depender não somente dele próprio mais sim dos outros departamentos, tais como financeiro, produção, administrativo e pessoal, que serão utilizadas pelos administradores, dependendo da forma como esse sistema é alimentado, ou seja, a maneira de coleta de dados corretos é de fundamental importância visto que baseado nessas

informações, as organizações podem melhorar seu desempenho, seja na parte financeira ou produtiva.

A Moda é estudada como um fenômeno transhistórico, presente desde os nossos primórdios, em outras palavras, a moda pode ser vista como moda no momento em que nosso ancestral cobriu-se com pele de animais.

A administração apresenta suas maiores mudanças durante as últimas décadas. Assim como a moda possui caráter efêmero, diz-se que a administração possui um momento de arte antiga e um momento de afirmação da teoria administrativa (MAXIMIANO, 1995, p. 110).

A primeira característica para considerar uma ferramenta gerencial como modismo é seu caráter efêmero.

Outra característica comum com a moda é a reinvenção de conceitos. Assim, podemos citar, a semelhança entre o Balanced Scorecard com a Administração por Objetivos, que reside no fato de os objetivos são definidos através de nível estratégico da empresa para o específico – Norton (1990), igualmente aos setores-chaves de Drucker (1970 apud EXAME, 2003).

Por fim o fenômeno da repetição é outro aspecto a ser levado em consideração na relação entre a Moda e a Gestão.

2.2 Conceituando os Modismos Gerenciais

A revista Exame de 35º aniversário trouxe um artigo “Idéias, Evoluções e Revoluções” que trata do tema inovação em gestão, inicia:

Nas últimas décadas, homens (muitos) e mulheres (ainda poucas) de todo mundo vêm tentando o que, muitos consideram impossível: transformar a gestão dos negócios numa espécie de ciência. Nestes 35 anos, uma infinidade de teorias marcou época, mudaram rumos, transformaram a vida das empresas e, sobretudo das pessoas que fazem o mundo dos negócios. Muitas se provaram erradas, absurdas. Algumas foram mal compreendidas. Todas, de alguma forma, fazem parte da história recente das corporações [...] (IDÉIAS..., 2002).

Os modismos são aplicações de doutrinas e estas são puras, em essência, pois referem à filosofia administrativa. Por este motivo relatamos aqui apenas modismos gerenciais, que enquanto técnicas podem ser analisadas de forma mais abrangente, partindo dos conceitos seguindo pelos modos de execução.

Entretanto, iniciaremos relacionando e definindo os agentes que consolidam as estratégias, para a inovação gerencial, os técnicos; as consultorias, empresas; a mídia especializada, e as instituições de ensino.

Técnicos – chamados também de gurus são os responsáveis pelo surgimento dos modismos gerenciais. A Revista Exame (2003) destacou que certa vez em entrevista a Peter Drucker, foi-lhe perguntado o que ele pensava sobre ser um guru, ao qual respondeu:

“Eu atribuo a popularidade dessa palavra horrível (guru) ao fato de que essa pode ser utilizada mais facilmente em uma manchete do que seu antigo sinônimo: Charlatão”.

Como esta intrigante resposta, abriu-se um leque de indagações acerca das origens, definições, intenções e resultados que os técnicos apresentam com seus modelos de gestão.

O autor da Administração por Objetivos levantou no mínimo três palavras-chave com esta resposta, que são: Popularidade, Manchete e Charlatão. Através das informações levadas pela mídia especializada, popularizam-se conceitos e fazem nascer teorias, que na seqüência são postas em prática. O termo charlatão, entretanto, ofusca em muito, os mestres, pois os rebaixa.

Consultoria – Aqui se localiza o poder de viabilizar os novos conceitos de gestão, aliás, são as consultorias as grandes responsáveis pela disseminação de idéias nas organizações, pois levam a estas que normalmente se encontram em situação delicada novidades para serem implantadas nos setores, e operam como se fossem milagres para a organização. As consultorias são importantes para explicar o surgimento de um modismo, pois são as consultorias que tocam a aceitação das inovações gerenciais para as organizações.

Empresas – São os laboratórios que dão o aval, para que tudo que foi lançado no mercado pelos técnicos e pelas consultorias se tornem funcionais. “De fato, as empresas não só aderem a modismos gerenciais, como também ajudam a manter a aparência, o mito, que esses modismos realmente funcionam”, afirma Wood Júnior (1999, p. 23). Às empresas, podem adotar até quatro tipos de modismos gerenciais, que são:

- Passiva Pura
- Passiva Cooperada
- Ativa Positiva
- Ativa Negativa

De fácil entendimento, cada um destes modismos, aja visto os termos adotados, passividade, é a forma pela qual a Empresa adota um modismo por causa de um simples encantamento pela teoria, já a cooperada pressupõe troca de interesses comerciais. Quanto às ativas, adota-se mesmo tendo certo posicionamento crítico, entretanto na negativa existe um caráter antiético.

Mídia Especializada – Este é o instrumento responsável pela divulgação e disseminação das idéias sobre a teoria, de forma elaborada faz a publicidade, leva aos seus autores as possibilidades financeiras de uma nova teoria, através de palestras e vendas de livros, dentre outros.

Instituições de Ensino – São as responsáveis por três tipos de elementos básicos para o surgimento e a disseminação de novos modismos gerenciais, são eles:

- Desenvolver novos gurus acadêmicos, o que dá maior qualificação para a Instituição.
- Formar gestores para levar as organizações às novas teorias gerenciais, criadas e ou importantes para a instituição de ensino, demonstrando para o mercado que tal instituição é agente disseminador.

E ser agente legitimador de técnicas gerenciais novas.

2.3 Modelos de Gestão

Na tentativa de obter melhor posicionamento dentre as organizações e claro aumentar os lucros e reduzir os custos, as empresas vêm adotando uma série de técnicas e modelos de gestão.

Técnica de custeio baseado em atividades – Activity Based Cost – ABC, o gerenciamento filosófico SIX SIGMA, a gestão de desenvolvimento de Software CMM (Capability Maturity Model), Balanced Scorecard (BSC), Reengenharia, Gestão de Qualidade Total, Customer Relationship Management (CRM), são alguns modelos e técnicas de gestão adotados por organizações diversas, que ora passaremos a definir.

2.3.1 Definições

ABC – Activity Based Cost, (Atividade Baseada em custo) “é um método de análise de custos que busca rastrear os gastos de uma empresa para analisar e monitorar as diversas rotas de consumo dos recursos diretamente identificáveis com suas atividades mais relevantes, e destas para os produtos e serviços” (NAKAGAWA, 1995, p. 29).

Conforme Kaplan e Copper (1998, p. 15), a utilização do gerenciamento baseado em atividades poderá ser dividida em duas aplicações complementares: o ABM operacional e o ABM estratégico, como mostra a figura abaixo.

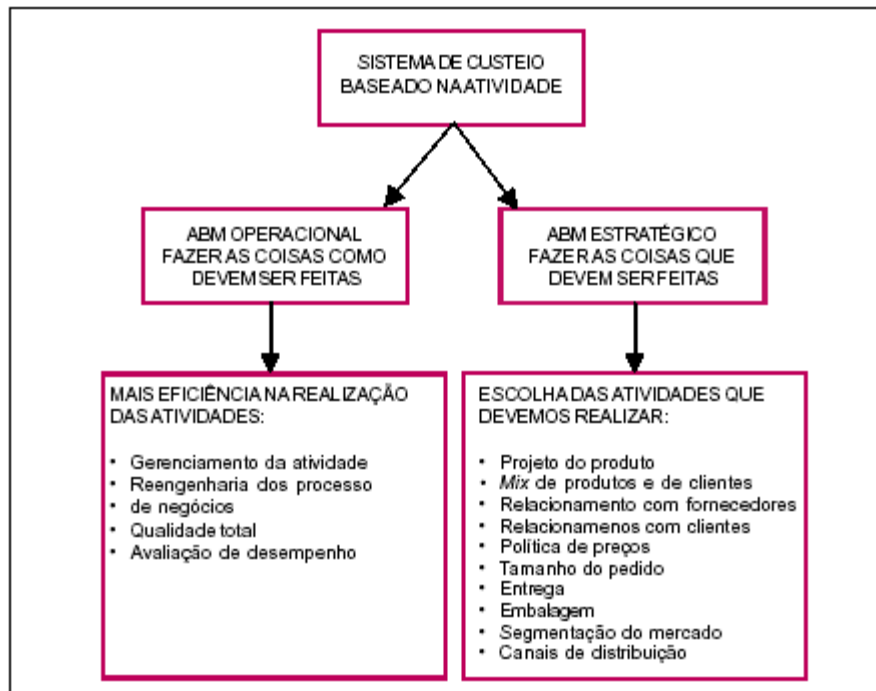


Figura 1 – Sistema de custeio baseado na atividade.

Fonte: Kaplan e Cooper (1998, p. 15).

BSC – Balanced Scorecard, traduz a missão e a estratégia de uma organização em um conjunto de indicadores de desempenho que proporcionam uma estrutura para implementação da estratégia, não se preocupa em atingir objetivos financeiros apenas, enfoca também os não-financeiros que uma empresa deve atingir para que na seqüência alcance os objetivos financeiros.

Segundo George Foster (2004, p. 421), “mede desempenho de uma organização em quatro perspectivas: (1) financeira, (2) cliente, (3) processos internos e (4) aprendizagem e crescimento”.

Gestão de Qualidade Total - Qualidade Total é uma forma de ação administrativa, que coloca a qualidade dos produtos ou serviços, como o principal foco para todas as atividades da empresa, já a Gestão pela Qualidade Total é a concretização esta ação, na gestão, de todos os recursos organizacionais, bem como no relacionamento entre as pessoas envolvidas na empresa.

Cerqueira Neto (1991, p. 43) revela:

As grandes empresas se empenham na implementação de programas de qualidade total, cujos resultados não só garantem a plena satisfação dos clientes como também reduzem os custos de operação, minimizando as perdas, diminuindo consideravelmente os custos com serviços externos e otimizando a utilização dos recursos existentes.

Six Sigma - focaliza na redução das variações dos processos em uma organização.

Afirma que a redução das variações solucionará os problemas nos processos e melhorará o desempenho geral da empresa. Assim, valendo-se de métodos estatísticos para prognosticar os resultados esperados dos processos de trabalho, se os resultados esperados não são satisfatórios, estimula a fazer ajustes nos processos.

CMM – Compability Maturity Model (Modelo Maturidade Potencial) é um modelo de gestão que descreve os elementos chaves para um processo eficiente de gestão de desenvolvimento de software (AMARO, 2002, p. 37).

Cobre práticas para planejamento, engenharia e gerenciamento do processo de desenvolvimento e manutenção de software.

CRM Customer Relationship Management - (Gerência do Relacionamento do Cliente) é a gestão de relação com o cliente suportado pela tecnologia, constitui uma maneira

de identificar, adquirir e manter clientes. Pesquisas revelaram que as empresas que criam clientes satisfeitos e leais têm mais negócios com os mesmos clientes.

Independentemente da forma de contato com o cliente, as aplicações CRM centralizam toda a informação num só ponto, combinando-a por forma a adequar a oferta da empresa em função das necessidades manifestadas pelos utilizadores, no sentido de melhorar continuamente o serviço prestado.

2.4 Modelos de Gestão – Semelhanças, Acertos e Falhas

Finalmente aportamos sobre o que realmente nos fez escrever este artigo, demonstrar, não só as imperfeições dos Sistemas de Gestão, mas sim e principalmente, demonstrar o quanto são semelhantes, e o quanto cada um destes sistemas são criados para corrigir erros e falhas uns dos outros. Outro aspecto a ser levado em consideração foi todo o acervo de críticas que estas ferramentas foram recebidas, durante todos estes anos de exposição.

Segundo Schiaveto Júnior (1998, p. 306), o método ABC apresenta três tipos de erros que são:

- De agregação;
- De especificação;
- De medição

Existem também, problemas de natureza conceitual e social, que são:

- Autocentrismos;
- Excessivo enfoque na eficiência

O Balanced Scorecard, também apresenta erros e o que mais chama atenção, visto ser esta ferramenta de pouco uso ainda, é falho no que se refere à inter-relação entre os indicadores controlados e o desempenho global da organização.

O CRM, por sua vez, localiza seus pontos fracos na esfera sócio-cultural das empresas, as quais podemos destacar, a tentativa dos funcionários para se evitar realizar novas tarefas para os clientes; a visão das empresas, através dos altos escalões por sua visão imediatista para obter resultados; e principalmente pelo fato de se achar o CRM um modismo e não uma ferramenta.

O Six Sigma, assim como outras ferramentas, trazem em comum, o fato do alto escalão das organizações não se envolver totalmente, com utilização desta. Outro entrave, é que a empresa na fase de implantação deve-se pelo fato, desta ter que se adaptar ao sistema, para poder operarem conformidade com o sistema.

Como se verifica, além dos problemas próprios de cada sistema, existem os problemas comuns a todos os sistemas, esta semelhança que são tanto a falta de comprometimento da alta gerência bem como dos funcionários, o imediatismo e necessidade de resultados rápidos além dos conflitos de poder, são alguns dos aspectos negativos em comum destes e de outros sistemas.

Para Paul Strebel (apud VALOR, 2007), diretor do MBA do IMD (International Institute for Management Development), na Suíça, executivos de todo o mundo devem ter cuidado com os modismos e modelos prontos, muito comuns nos dias de hoje.

Em entrevista a Revista Valor (2007), ele comentou o teor de sua obra “Trajectory Management”, passa pela desmontagem de velhas crenças de profissionais da administração. Para ele, a situação de cada empresa é singular, com história e perspectivas peculiares e, por isso, não se deve copiar ou seguir modelos prontos: “É loucura seguir a moda sem refletir ou identificar o que é ou não realmente bom para a cultura em questão”, explicou ele.

3 CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, todas estas ferramentas levam em comum toque de gênios da literatura especializada, que além de discutirem sempre em torno de um mesmo tema, o sucesso financeiro.

Novas fórmulas, ou apenas reformulações de antigas teorias, contradições ou reafirmações de métodos.

Para que um sistema funcione este precisa ser alimentado e deve também ser constantemente revisto e atualizado.

Com a globalização, e a acirrada competição entre as empresas, cada um tem que mostrar melhores condições ao mercado sem perder internamente suas qualidades e alcançar sucesso financeiro.

O método de custeio a ser adotado interfere diretamente na trajetória da estratégia que a organização adotará. Assim, esta influência direciona os motores propulsores da máquina administrativa - financeira de uma empresa.

As buscas pela liderança de mercado aliado ao sucesso financeiro fazem crescer um mercado editorial. Autores, editoras, universidades e consultorias muitas vezes responsáveis pela criação de processos de gestão.

Os sistemas de gestão de custos a serem adotados deverão ser dotados de flexibilidade que se torna característica imprescindível para a sua adequação. Entretanto esta flexibilidade não significa que os custos não tenham importância nas organizações, mas sim que organizações devem tomar cuidado com os métodos e a forma como estes métodos serão aplicados dentro da realidade desta organização.

Então, qual o modelo a ser adotado por uma empresa? Só a elas cabe a resposta, pois, cada uma tem sua realidade e se apegar aos modismos pode levá-las a ter sérios problemas.

REFERÊNCIAS

- AMARO, A. Qualidade em TI - a prática explicada na Teoria. **Developer's Magazine**, [s. l.], jun. 2002.
- CERQUEIRA NETO, E. P. **Gestão da qualidade**: princípios e métodos. São Paulo: Livraria Pioneira, 1970.
- DRUCKER, Peter F. **A prática de administração de empresas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970.
- FERREIRA, Anete C. Costa. Historicidade de ciência contábil. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, DF, n. 55, 1985.
- FOSTER, Charles T. M. G. **Alocação de Custos e Receitas**. 11. ed. [S. l.]: Prentice Hall, 2004. v. 1.
- KAPLAN, Robert S.; COOPER, R. **Custo e Desempenho**: administre seus custos para ser mais competitivo. São Paulo: Futura, 1998.
- MAXIMIANO, Antonio C. A. **Introdução à administração**. São Paulo: Atlas, 1995.
- NAKAGAWA, Masayuki. **ABC**: custeio baseado em atividades. São Paulo: Atlas, 1995.
- EXAME. São Paulo: Abril, 2003. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br>>. Acesso em: 10 out. 2003.
- IDÉIAS, Evoluções e Revoluções. **Exame**. São Paulo: Abril, 2002.
- VALOR. São Paulo: [S. n.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br>>. Acesso em: 31 maio 2007.
- SCHIAVETO JÚNIOR, Isidro et al. **Algumas dificuldades encontradas na implementação de sistemas de custeio baseado em atividade ABC, em indústrias**. [S. l.: s. n.], 1998.
- WOOD JÚNIOR, Thomaz. **Gurus, curandeiros e modismos gerenciais**: gestão empresarial mais leve que o ar. São Paulo: Atlas, 1999.

AC 34: A IMPORTÂNCIA DA CONTABILIDADE PARA O PROCESSO DECISÓRIO DAS EMPRESAS

Maria Jucilene S. Silva¹²⁴; Vera Lúcia do N. Santos¹²⁵; Christianne Brasil¹²⁶; Flávia R. B. Teixeira¹²⁷

RESUMO

É de grande importância nos dias de hoje as empresas terem suas informações contábeis, independentemente do seu porte, como parte importante na produção de informações operacionais e financeiras. São poucos os que conhecem de modo claro o papel dos levantamentos contábeis em relação aos fatos empresariais. Ainda hoje se ouve dizer que a contabilidade das empresas não lhes diz respeito, deve ser tratada por contabilistas. Tal atitude não é aceitável nem produtiva, pois são cada vez mais importantes as relações entre as empresa e organizações externas bem como ficam cada vez mais estreitas as ligações entre as diversas funções empresarias técnica, comercial, recursos humanos, pesquisa e desenvolvimento e administração. Neste contexto o presente estudo tem como objetivo demonstrar que uma empresa para ser competitiva e sobressair-se no ambiente o qual esta inserida é necessária adotar uma nova postura com a busca da informação e do conhecimento para uma gestão eficaz, através da utilização da contabilidade, a qual desenvolvida de forma integrada e adequada às necessidades das entidades, permite uma maior flexibilidade, eficiência, agilidade e segurança aos gestores, que passam a avaliar melhores as diversas decisões a serem tomadas e o impacto delas decorrentes.

Palavras-chave: Gestão. Informação. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

De modo geral a contabilidade gerencia todo o sistema de informação, os bancos de dados que são usados para tomada de decisão para todos os usuários internos e externos. O que estão envolvidos nesse processo espera que essas informações sejam confiáveis e transparentes. As empresas que não possuem esse gerenciamento de informações, no momento de tomar decisão buscam alternativas que podem ser efetuadas escolhas espontâneas ou intuitivas, ou porque não se conhecem os instrumentos adequados para resolver os problemas ou, então, porque não existem informações capazes de levar resultados confiáveis.

Essa realidade acontece nos dias de hoje, quando a tecnologia da informação está cada vez mais crescendo, muitas não utilizam dessa ferramenta, e estão comprometendo com a continuidade da empresa.

Portanto, este artigo se propõe a responder a seguinte pergunta: De que forma as informações geradas pela contabilidade contribuem para o processo decisório das empresas?

Freqüentemente tomam-se decisões na vida pessoal, e decisões importantes requerem todo cuidado, pois uma decisão importante mal tomada pode prejudicar toda uma vida.

Dentro de uma empresa o cenário não é diferente. Freqüentemente os Diretores, Gestores, os responsáveis por setores, estão tomando decisões, quase todas importantes para gestão dos negócios da empresa.

A administração de negócios tornou-se uma tarefa desafiante para os gestores nos últimos anos em virtude da instabilidade do mercado e da alta concorrência, enfrentada por empresas, que podem ocasionar a estagnação das atividades e conseqüentemente gerar a sua descontinuidade, se não forem bem geridas.

¹²⁴ Aluna do 3.º Semestre do Curso de Ciências Contábeis.

¹²⁵ Aluna do 3.º Semestre do Curso de Ciências Contábeis.

¹²⁶ Aluna do 3.º Semestre do Curso de Ciências Contábeis.

¹²⁷ Professora, Orientadora.

Todas as empresas necessitam da contabilidade, independente do seu tamanho, para apuração dos seus resultados, avaliação dos seus custos, análise de desempenho e para maximizar os lucros.

A contabilidade é um grande instrumento que auxilia na administração e tomada de decisões. É na contabilidade que se gerencia a coleta de dados, os registros e toda movimentação da empresa.

A função do contador é produzir as informações necessárias e úteis para atender aos usuários da contabilidade, clientes internos e externos da empresa. Seu papel é de extrema importância dentro da organização das empresas. Os relatórios contábeis são importantes ferramentas de gestão para tomada de decisões, planejamento tributário, projeção orçamentária, elaboração de resultado e custos, indicadores e planejamento estratégico. Com a tecnologia cada vez mais avançada, dá subsídios de informações com maior precisão e velocidade de dados, atribuindo cada vez mais um valor adicional ao contador.

O processo decisório acontece com base nos registros e dados fornecidos pela contabilidade, não somente dentro do âmbito da empresa, para os acionistas, gestores ou diretores, como também para o público externo que se amparam nos dados e informações registradas pela contabilidade, a seguir destacados:

- Investidores: avalia a situação econômica e financeira da empresa através dos relatórios contábeis, tendo nas mãos os elementos necessários para decidir as melhores alternativas de investimentos.
- Fornecedores: de bens e serviços usam os relatórios para analisar a capacidade de pagamento da empresa compradora,
- Instituições Financeiras: utiliza os relatórios para avaliar limite de crédito, aprovação de empréstimo.
- Governo: utilizam os relatórios contábeis para arrecadação dos impostos e também como dados estatísticos para redimensionar a economia do país.
- Sindicatos: utiliza os relatórios para determinar produtividade do setor, como medida de reajuste salarial.

A contabilidade informa, coleta, registra, resume e interpreta dado e fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas de qualquer entidade.

A figura abaixo sintetiza a área de atuação do contador e sua importância dentro das empresas:

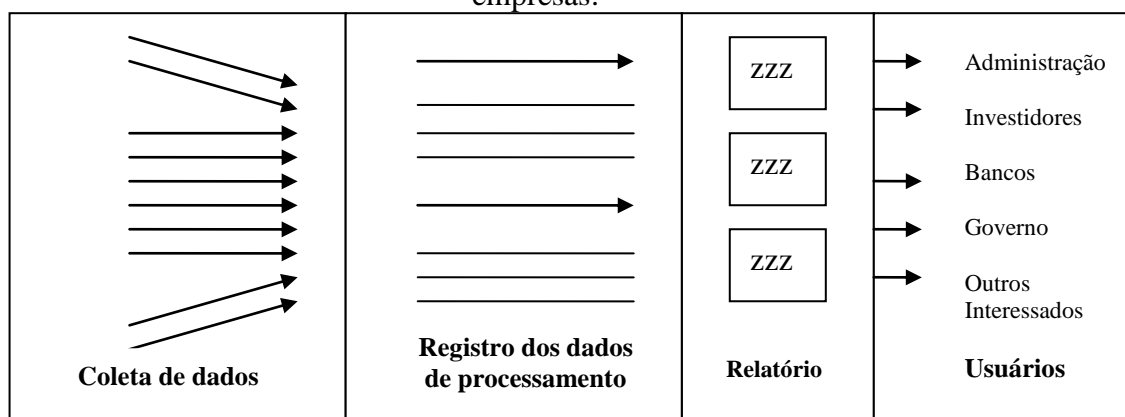


Figura 1 – Área de atuação do contador.

Fonte: Marion (2003, p. 23).

Observa-se que no cenário cotidiano das empresas, no qual a aplicação dos recursos escassos disponíveis com a máxima eficiência tornou-se uma tarefa nada fácil. Nesse caso somente a experiência do administrador não conta, exige-se um elenco de informações contidas nos relatórios contábeis. A contabilidade é essencial para o bom desempenho e continuidade das empresas.

1.1 Objetivo geral

Demonstrar a importância da contabilidade para o processo de tomada de decisão nas empresas.

1.2 Objetivos específicos

Demonstrar que através dos dados e registros processados pela contabilidade, é possível extrair informações financeiras e econômicas a serem usados como:

- Base para o levantamento do balanço do exercício e do resultado da empresa,
- Instrumento informativo para o empresário e a direção da empresa,
- Memória escrita e documentada das operações desenvolvidas pela empresa,
- Documentação que fundamenta as demonstrações financeiras do exercício,
- Base de referência para a declaração fiscal de renda, para os pagamentos de impostos e outras contribuições.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Sérgio Iudícus (2000, p. 19), a contabilidade é o grande instrumento que auxilia a Administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões. Segundo Raimundo Aben (2005, p. 6), duas são as funções da contabilidade: a função econômica que se expressa pela determinação do lucro, e a função administrativa, que representa em linhas gerais o controle do patrimônio. É por meio dos dados fornecidos pela contabilidade que o administrador tomará importantes decisões.

Marion (2003, p. 25) afirma que a contabilidade pode ser usada como sistema destinado a prover a seus usuários de dados para ajudá-los a tomar decisões

Diante da demanda pela informação gerencial contábil, para atender as necessidades estratégicas e operacionais da empresa, a contabilidade fornece aos gestores dados indispensáveis, controle, organização, operacionalização dos processos, além de gerar um fluxo sobre os aspectos financeiros e econômicos das empresas.

Em tempos atrás a contabilidade era usada somente como prestação de contas ao fisco, atribuindo uma tarefa de apresentação dos fatos ocorridos no passado, com padrões pré-estabelecidos, regulamentados por Lei. Com a abertura novos mercados, a chegada da indústria, a demanda pela informação para controlar os custos e viabilidade dos negócios fez-se necessário maior controle não somente financeiro, como também econômico, com viabilidade financeira, análise de custos, monitoramento da eficiência da produção e planejamento do crescimento das atividades da empresa.

Esse cenário foi crescendo não somente nas indústrias como também no setor de serviços, que diferentemente da indústria que produz um produto tangível, tem apresentado importante crescimento na economia moderna.

Os gestores das empresas de serviços e das indústrias, diante do ambiente de competitividade, precisam cada vez mais de informações mais precisas e relevantes, para controlar a melhoria de custos, qualidade, processos e lucratividade.

A contabilidade é responsável pela captação, registro, interpretação dos fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas da empresa, mensurando os eventos que afetam a tomada de decisão.

As empresas que não possuem contabilidade ou registram de forma inadequada sua movimentação e suas operações, não conseguem mensurar e avaliar seus custos, lucratividade e desempenho das atividades. As empresas devem adotar um sistema de dados de acordo com seu tamanho e atividade para melhor controle de suas atividades.

O empreendedor toma as decisões empresariais com base em informações internas e em sua sensibilidade. Por outro lado, é evidente que uma boa base de informações provém dos registros da

contabilidade geral. É a contabilidade que coleta, registra, ordena, elabora e relata o assim chamado do conjunto de informações decorrentes das relações mantidas pela empresa com os recursos de terceiros.

As decisões a serem tomadas pelo empreendedor se situam na dinâmica empresarial que liga o presente com os eventos passados, de forma a projetá-los no futuro. Nesse sentido, a contabilidade presta conta fiel dos eventos passados por ela registrados, atualiza esses registros com base nas transações do presente e fornece uma segura referência histórica para as projeções futuras.

Normalmente as informações derivadas da contabilidade fornecem dados elementares; torna-se necessário proceder à sua elaboração para obter informações significativas, que auxiliem nas decisões.

Os registros contábeis fornecem diversos níveis de informação; é oportuno descer até os detalhes desejados, de modo a atingir o nível de informação necessário. As informações baseadas em dados contábeis são hoje em dia tão numerosas que sua maior parte se adquire de forma quase inconsciente; tudo isso faz parte da cultura da informação empresarial.

Uma empresa não pode ser competitiva se não possui um processo decisório eficiente e seguro. Dentre as muitas variáveis em jogo na tomada de decisões, as informações extraídas da contabilidade revestem-se de particular importância, graças a sua complexidade e confiabilidade.

A análise dos dados contábeis é decisiva, mas deve ser confrontada com outras informações internas e externas. Considera-se importante sublinhar de modo mais profundo as relações que existem entre as informações extraídas da contabilidade e o modo pelo qual são tomadas as decisões.

A contabilidade é um conjunto de tarefas de processos, que servem para executar informações contábeis como tomadas de decisão sobre produtos, serviços, clientes, melhorias das atividades e processos.

Como instrumento de comunicação é considerado uma ferramenta de grande utilidade por manter todos os seus usuários bem informados quanto ao andamento das atividades da empresa, coletando todos os dados econômicos e financeiros monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios, que contribuem sobremaneira para tomada de decisões.

A contabilidade é a linguagem dos negócios. Mede resultados das empresas, avalia desempenho dos negócios, dando diretrizes para os gestores das empresas na tomada de decisão.

A contabilidade como processo de identificação, mensura, controla e analisa as informações sobre os eventos e atividades que a empresa desenvolve, gerando dados para controle e registro dos fatos presentes e futuros.

Como gestão de dados avalia o impacto das decisões e ações administrativas e financeiras que afetam as atividades e os processos da empresa. Hoje é fundamental que as empresas possuam um sistema de gerenciamento de dados para possibilitar um controle eficaz e informações com maior clareza aos administradores.

A contabilidade como ciência é essencialmente útil, no sentido de produzir mecanismos de controle e gestão, sendo utilizada por vários setores da economia.

A moderna contabilidade empresarial tem como foco tomado de decisão, permiti o cada grupo principal de usuário a avaliação da situação da entidade, num sentido estático, como também projeções futuras.

A área contábil é uma das mais críticas, visto que ali se encontram todos os registros da vida de uma empresa. As oscilações do dia-a-dia, as operações, os resultados sistematicamente registrados e analisados, mostram o desempenho, os fortes e fracos de uma organização.

3 METODOLOGIA

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica através da consulta a livros periódicos da área e artigos científicos que contribuiriam para fundamentar a base de estudo e estabelecer

planos, voltados ao desenvolvimento e a elaboração de um conteúdo esclarecedor contemplando o conhecimento da realidade e a explicação para o conceito: o processo decisório pode auxiliar as grandes empresas para o crescimento econômico, e destacando os resultados obtidos através do processo contábil, que resulta no conhecimento, mensuração e evidenciação das informações.

4 CONCLUSÃO

A contabilidade atua no ambiente de negócios em que está impulsionando cada vez mais as empresas a efetuar seu planejamento estratégico, como forma a manter a competitividade e promover a satisfação de clientes, garantindo assim, sua permanência no competitivo mercado.

A contabilidade tornou-se indispensável para gestão dos negócios por fornecer informações plenamente confiáveis e necessárias para sobrevivência da organização diante das mudanças do mercado.

A contabilidade fornece um fluxo contínuo de informações das mais variadas sobre aspectos da gestão financeira e econômica das empresas.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony; BANKER, Rajiv; KAPLAN, Robert; YOUNG, Mark. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Curso de Contabilidade para não Contadores**. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. São Paulo: Atlas, 2003.

THAR, Raimundo Aben. **Introdução à Contabilidade**. São Paulo: Prentice Hall, 2005.

AC 35: O USO DE SOFTWARE LIVRE NO SERVIÇO CONTÁBIL

Raquel Lemos Xavier¹²⁸; Carlos Adriano Gomes¹²⁹

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo principal verificar a utilização dos softwares livres As organizações contábeis. Os escritórios que adotam esse tipo de sistema podem ter diminuição de custos com licenças, que é a redução de gastos mais clara, porém não se trata somente disso. Em contra partida é preciso adaptar os usuários a um novo tipo de *software* o que pode acarretar mais custos com treinamentos dos funcionários para que haja um melhor desempenho no uso de software livre. Essa adaptação está relacionada a tudo que é novidade no ambiente de trabalho das pessoas, porém conforme for sua utilização poderá haver modificações ou adequações para um melhor uso. Paralelo ao estudo bibliográfico, esta pesquisa busca através da aplicação de um questionário junto aos escritórios, identificar os benefícios e os problemas encontrados na utilização desse sistema.

1 INTRODUÇÃO

Nas organizações empresariais de uma forma geral e nos escritórios de contabilidade, de modo específico observa-se é quase impossível trabalhar atualmente sem o uso da informática, pois as empresas necessitam de relatórios comparativos, análise de seus investimentos, seus custos e sua movimentação financeira -econômica, em um tempo cada vez mais curto. Para tanto é preciso de recursos de tecnologia da informação que lhe possibilite segurança e velocidade na operacionalização no armazenamento de suas informações.

É preciso ressaltar que entre os recursos de tecnologia da informação utilizados nas organizações destacam-se os *software*'s, todavia por vezes esta ferramenta apresenta custo elevado especialmente para os padrões de pequenos negócios, por isso tem crescido a procura por *software* livre, de modo a não recorrer a pirataria.

Diante de tais inquietações, este artigo buscar responder ao seguinte problema: No caso específico das organizações contábeis, é viável aderir ao uso de software livre?

Nesse sentido o objetivo da pesquisa, é analisar as conseqüências na adoção dos *softwares* livres no ambiente corporativo contábil.

A metodologia adotada neste artigo foi a pesquisa de campo, onde foi aplicado um questionário, com perguntas objetivas aos escritórios de contabilidade avaliando seu conhecimento e utilização de software livre. De modo complementar, efetuou-se também um estudo bibliográfico a cerca do tema, por meio de livros, revistas e artigos científicos, bem como materiais coletados na *Internet*.

2 SOFTWARE

Algumas pessoas têm a definição de *software* somente de um sistema, e que de certo modo, se torna muito restrita a dimensão do que esse sistema pode representar.

Software não é só um sistema, mas também toda a documentação associada e os dados de configuração necessários para fazer com que esse programa opere de forma correta, diz Sommerville (2003).

Recentemente começou-se a se compreender a importância de testar o *software* de forma mais sistemática e tecnicamente completa, pois o que se percebia era que os procedimentos de controle era pouco utilizado (REZENDE, 1999).

Por isso a necessidade de treinamentos freqüentes para os usuários e clientes sobre as mudanças ocorridas nos sistemas, e para um melhor desempenho da atividade.

¹²⁸ Estudante do 5º semestre do curso de Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹²⁹ Professor, Orientador.

O *software* ou sistema de informação deve estar com o foco no negócio empresarial e com um objetivo de auxiliar os processos de tomada de decisões sejam estratégicas, táticas ou até mesmo gerenciais, é o que afirma Denis Alcides Rezende.

Deve ser lembrado que o investimento em tecnologia é algo que melhorar o desenvolvimento do trabalho nas organizações, porém se não for de forma proporcional, ou seja tanto um *software* quanto um *hardware* compatível, não se obterá o resultado esperado, pois um depende do outro para que os dois funcionem de forma completa.

O custo na aquisição de *software* pode variar dependendo do pacote que as organizações adotarem, porém o que se tem percebido atualmente é que esse custo tem sido muito elevado e estas preferem adotar um *software* livre, a recorrer a pirataria o que tem sido muito comum hoje na grande maioria dos usuários, pessoas físicas.

Porque para as empresas o risco de fiscalização é muito maior, e essa economia em adquirir um *software* pirata, pode sair muito mais caro.

3 SOFTWARE LIVRE

Software livre é a tecnologia no mundo da informática que vem se destacando com uma crescente adoção por parte dos pequenos empresários, podendo esse sistema se copiado, distribuído ou até mesmo alterado pelo próprio usuário.

Os *softwares* abertos são aqueles que estão disponíveis para qualquer usuário, desde uma empresa com seus setores, que são interligados e dependem das informações para funcionar de modo correto, ou até mesmo um usuário comum, que utilize a *Internet* para pesquisas, para compras, ou seja, de uma forma ou de outra os sistemas estão sempre em sintonia, seja na vida profissional ou na vida pessoal.

Já os sistemas fechados são aquelas onde as informações são restritas a um determinado usuário, como por exemplo o uso de um determinado sistema em uma empresa, que para o restante do mercado é um sistema fechado, pois só diz respeito àquela empresa, já dentro da empresa, é um sistema aberto, pois está interligando os setores.

No Brasil, de acordo com uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABINEE) no ano de 2006, diz que foram comercializados 1,5 milhão de computadores com o sistema operacional livre já instalado, mostrando um crescimento de 43% em relação ao ano de 2005, com a utilização de programas como *Linux*, que é um tipo de *software* livre operacional, conforme PC Word (2007).

É possível que por uma questão de costume a primeira experiência com o *software* livre e com dificuldade e apresentar alguns problemas de configuração, mas com o passar do tempo foi se tornando uma questão de adaptação e alguns ajustes.

A distribuição desse tipo de sistema é gratuita, e em geral ocorre no âmbito da *Internet*. A liberdade que se tem ao distribuir torna esse sistema cada vez mais acessível as pessoas que buscam através dele, reduzir seus custos com licenças de sistemas privados.

Contudo o fato de não exigir a guarda de segredos, pagamento de licenças, existe uma grande preocupação pelo lado empresarial a respeito da segurança e no acesso das informações da empresas.

4 REDUÇÃO DE CUSTOS

As organizações cada vez mais buscam reduzir seus gastos, diminuir seus custos, sempre visando a um melhor resultado, uma margem de lucro que lhe proporcione fazer novos investimentos, novas aplicações e para isso é importante que se possa analisar de forma clara, onde realmente está se gastando mais.

A utilização de sistemas livres pode ser uma saída desde que avaliado e desenvolvido para a atividade da organização, não perdendo o feedback dessas informações que são geradas a partir da coleta dos dados ao sistema, o risco que se corre é a segurança com esses dados, dos relatórios que são desenvolvidos e a adaptação dos usuários das organizações ao sistema.

5 A REALIDADE CONTÁBIL

O estudo desenvolvido neste artigo se volta para o ambiente corporativo contábil no momento em que as informações que alimentarão o sistema no sistema, estarão seguras e seu acompanhamento para adaptação á contabilidade seja de forma prática e fácil..

Os sistemas privados têm um modo de operação diferenciado, pois possuem, um suporte técnico para uma possível dificuldade do usuário na utilização de suas novas versões, porém isso não ocorre nos *software's* livre, justamente pelo uso de várias outras pessoas, e pela não cobrança de taxas de licenças.

Organizações tais como o Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, já disponibilizam em seus *sites*, *sotwares* e aplicativos livres para a contabilidade a para a, bem como plano de contas, sistema de entrada e saída de mercadoria, apuração de imposto, enfim são ferramentas gratuitas disponibilizadas para os profissionais dessa área.

Entretanto cabe ressaltar, que algumas empresas não confiam muito nesse tipo de sistema, talvez pelo fato de não ser muito divulgado e não se ter uma comparação com o sistema pago.

6 PESQUISA DE CAMPO

Os escritórios precisam de sistemas que lhes proporcionem segurança, afinal são os seus clientes tratados ali. Qualquer erro, seja em um lançamento ou em uma apuração incorreta, pode causar prejuízo

O software livre vem cada vez mais vem ganhando espaço dentro do mercado, ainda de maneira muito tímido, pois a pouca utilização nos escritórios desse tipo de software faz com que as empresas tenham receio em aderi-lo. Uma pesquisa foi aplicada em alguns escritórios de Fortaleza, para avaliação da utilização desse tipo de sistema, a análise desse resultado estará na conclusão deste artigo.

A pesquisa foi aplicada em 07 (sete) escritórios, por meio de 08 (oito) perguntas objetivas observou-se que apenas 01 (um) utiliza sistema livre, já os outros tem interesse, porém não utilizam diretamente no escritório de contabilidade, desde que não atrapalhe seu desempenho, no armazenamento das informações ou por proporcionar um custo zero em sua aquisição e a fácil localização na rede dos computadores, a *Internet*.

7 CONCLUSÃO

O uso de software livre ainda é limitado e faz parte de um processo de adaptação nos escritórios de contabilidade, haja vista o pouco conhecimento dos profissionais dessa área para esse tipo de sistema.

Foi percebido na pesquisa que muitos dos escritórios usam um sistema privado há um certo tempo e já têm um conceito a respeito de sua utilização, e até arriscariam aplicar um *software* livre, desde que isso não prejudicasse no desempenho de suas tarefas.

Assim como também nos sistemas privados, porque o sistema só acata aquilo que é lançado seja de forma correta ou não, a realidade é que o profissional de contabilidade tem que ter a segurança daquela operação avaliar se esse tipo de sistema realmente é de bom agrado para os dois lados.

Alguns escritórios adotam apenas como sistemas que auxiliem a contabilidade, como o de contas a pagar ou a receber, o próprio sistema de custos, mas o da contabilidade que engloba sistema de pessoal e sistema fiscal, os profissionais de contabilidade preferem adotar os sistemas que são pagos, por lhe garantirem um certa segurança quanto a manutenção e ao uso dos programas.

REFERÊNCIAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ (CRC-CE).

Sistema Fácil Contábil. Disponível em: <<http://www.crc-ce.org.br/v2/home.php?st=contabil&sistema=1>>. Acesso em: 29 set. 2007.

FORUM GOIANO DE SOFTWARE LIVRE. **A Importância do software livre.** Disponível em:

<http://fgsl.aslgo.org.br/fgsl4/index.php?option=com_content&task=view&id=12&Itemid=26>. Acesso em: 27 set. 2007.

PC MASTER. **Fórum Internacional de software livre.** maio 2007.

PC MASTER. **Software livre: Linux.** abr. 2007.

PC WORD. **Empresa movida a software livre.** maio 2007.

REZENDE. Denis. **Engenharia de Software e Sistemas de Informação.** São Paulo: Brasport, 1999.

SIGHA. **Sistemas integrados.** Disponível em: <<http://www.sigha.com.br/site>>. Acesso em: out. 2007.

SOMMERVILLE, Ian. **Engenharia de Software.** 6. ed. São Paulo: Pearson, 2003.

AC 36: A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A SERVIÇO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL

Thaisa Brunna Jucá Santiago¹³⁰; Carlos Adriano S.Gomes¹³¹

RESUMO

Com a era da informação, o mundo passa por grandes transformações decorrentes das inovações tecnológicas nas áreas de informação e comunicação, afetando os rumos das organizações. O acirramento da competição mercadológica exige que as empresas estejam supridas de informações de cunho externo e interno com rapidez e qualidade suficientes. A tecnologia da informação é a chave crucial das empresas que querem um espaço no mercado de trabalho. Sistemas como o ERP (*Enterprise Resources Planning*), facilitam não só o operacional da empresa, mais ela como um todo, trazendo informações rápidas, com clareza, eficiência, melhorar a produtividade da empresa, redução de custos e melhorando os serviços prestados aos clientes. Neste artigo enfoca-se como o profissional contábil irá se beneficiar como novo sistema e quais são as vantagens e desvantagens do sistema ERP.

Palavras-chave: **Tecnologia da Informação. Rapidez. ERP.**

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da Tecnologia da Informação os profissionais, vêm se adequando a elas e a contabilidade não ficou de fora.

Observa-se que o ambiente contábil esta entrando cada vez mais na Era Digital, pois com a Nota Fiscal Eletrônica, Livro Diário Eletrônico, SPED Contábil e SPED Fiscal, dentre outros sistemas, integram-se os dados da empresa fazendo assim uma análise objetiva e rápida. É possível em questão de segundos saber se a empresa está lucrando com seus investimentos ou não.

Todavia, mesmo com o crescente avanço tecnológico a burocracia ainda é muito comum, os sistemas mudam diariamente, as autoridades tributárias implementam novas tecnologia que tem por obrigação uma atualização constante de novas tecnologias de software e hardware.

Por outro lado os profissionais devem ficar atentos as inovações tecnológicas e conseqüentemente não estará atrás da concorrência..

Muitos escritórios estão crescendo com a tecnologia, alguns investem nos sistemas ERPs (*Enterprise Resource Planning*), que vem tornando imprescindível nas empresas que agilidade no processo de dados e integração da informação.

2 A EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA QUE INFLUENCIA O CONTADOR

Conforme já mencionado vive-se numa época onde os recursos de tecnologia da informação se fazem cada vez mais presentes, e a contabilidade não pode ficar à margem desse processo. Nesse sentido Aldemir Pessoa afirma que:

A contabilidade tem evoluído significativamente através dos tempos. Dentro desse contexto é inegável a influencia sob a nova visão e desenvolvimento da profissão contábil. A introdução de sistemas e aplicativos computacionais possibilitou entre outras coisas, maior flexibilidade na manutenção e armazenamentos dos dados, bem como na ampliação do conjunto de informações, eliminando a lentidão dos processamentos apresentados em décadas anteriores.

¹³⁰ Estudante do 5º semestre do Curso Ciências Contábeis da Faculdade Christus.

¹³¹ Professor, Orientador.

O advento da tecnologia tem liberado o contador da rotina e deixou a atividade mais ágil. Antes o contabilista demorava muito para registrar e organizar os dados da empresa, hoje com as ferramentas de TI ele só precisa saber qual a dúvida do cliente, abrir o software e explicar a ele com rapidez e segurança.

A tecnologia de informação deixa de ter um papel meramente operacional e passa a ser um recurso estratégico no negócio, viabilizando, inclusive, várias configurações organizacionais baseadas em redes, parcerias e alianças.

Alguns efeitos estratégicos da tecnologia da Informação, segundo Simone Bastos Paiva:

- Mudanças radicais em processos operacionais com grandes ganhos de tempo e custos.
 - Melhoria de imagem da empresa.
 - Maior satisfação do cliente.
- Rapidez de respostas a nova demanda de mercado.
 - Criação de laços fortes com fornecedores.
 - Personalização no atendimento ao cliente.
- Diferenciação do produto ou serviço por meio de informações agregadas.

As novas tecnologias de informação têm também proporcionado a formação de redes (*networks*) de equipes internas que visam um melhor desempenho das tarefas e dos negócios.

A integração na organização ocorre entre pessoas, grupos, setores e departamentos.

Cada *software* tem sua especialidade para atender as empresas, foram desenvolvidos para atender as necessidades de seus usuários, podendo ser voltada para a entidade como um todo ou em partes.

3 ERPS (ENTERPRISE PLANNING)

ERP (*Enterprise Resource Planning*) são sistemas de informação que integram todos os dados e processos de uma organização em um único sistema.

Segundo Wikipédia (2007), os ERPs em termos gerais, são uma plataforma de *software* desenvolvida para integrar os diversos departamentos de uma empresa, possibilitando a automação e armazenamento de todas as informações de negócios.

Atualmente o grande alvo dos fornecedores de ERP são pequenas e Médias Empresas, elas querem ganhar penetração nesse setor, oferecendo preços mais acessíveis e linhas de financiamento para compra, fazem pacotes promocionais com inclusão até do hardware que irá rodar nesse sistema.

Fazendo com que os empresários fiquem “obrigados” a adquirir o sistema, com a facilidade de pagamento e com tecnologia de fácil manuseio.

Motivos que levam uma empresa a usar ERP, segundo Wikipédia (2007):

- Permanecer competitivas
- Melhorar a produtividade
- Melhorar a qualidade
- Melhorar os serviços prestados aos clientes
- Reduzir custos

O sistema ERP favorece não só ao sistema contábil como também ao setor de finanças, recursos humanos, vendas, marketing, custos e planejamento e controle da produção, fazendo assim com que a empresa fique cada vez mais, qualificada e tenha credibilidade no mercado de trabalho.

4 A IMPORTANCIA DO ERP NAS COORPORAÇÕES

O sistema ERP é de fácil manuseio, uma informação lançada no sistema alimenta de uma só vez todos os outros departamentos da empresa. Através do sistema os usuários terão fidelidade nos dados, saberão aonde investir na empresa, saberão quando deve comprar mercadorias, e ajudaram ao empreendedor na tomada de decisão da empresa.

Entre as mudanças mais palpáveis que um sistema de ERP propicia a uma corporação, sem dúvida, está a maior confiabilidade dos dados, agora monitorados

em tempo real, e a diminuição do retrabalho. Algo que é conseguido com o auxílio e o comprometimento dos funcionários, responsáveis por fazer a atualização sistemática dos dados que alimentam toda a cadeia de módulos do ERP e que, em última instância, fazem com que a empresa possa interagir. Assim, as informações trafegam pelos módulos em tempo real, ou seja, uma ordem de vendas dispara o processo de fabricação com o envio da informatização para múltiplas bases, do estoque de insumos à lógica do produto. Tudo realizado com dados orgânicos, integrados e não redundantes. (WIKIPEDIA, 2007).

O ERP é parecido como um grande banco de dados, onde o operador alimenta o sistema com informações e esta é modificada com o decorrer das vendas de cada empresa, com essas informações o administrador da empresa irá tomar decisões de melhoria para sua empresa e diminui os riscos da organização na tomada de decisão, ou seja, o empreendedor terá uma visão futura da empresa sem correr grandes riscos.

5 DESVANTAGENS DO ERP

Como qualquer avanço da tecnologia, existem os seus benefícios e malefícios, vejamos algumas desvantagens segundo Wikipédia:

- O ERP demanda um tempo elevado, atividades árduas e dispendiosas.
- Cortes de pessoal, que gera problema social
- Excesso de controle sobre as pessoas
- Altos custos que muitas vezes não comprovam custo/benefício
- A utilização do ERP por si só não torna uma empresa verdadeiramente integrada.

Vimos que existem pontos negativos e estes devem ser analisados conforme cada empreendedor, cabendo a eles decidir por optar em colocar o sistema na empresa vendo os aspectos positivos se será viável ou não para a empresa.

6 CONCLUSÃO

A permanência num mercado com a acirrada concorrência, como existe atualmente, faz com que as empresas estejam sempre buscando saber que está acontecendo no ambiente interno e externo com rapidez e qualidade suficiente.

A tecnologia da informação é algo indispensável em uma empresa que queira crescer no mercado competitivo.

Como os gestores têm necessidade de saber todas as fases e procedimento da empresa, o sistema ERP constitui uma alternativa extremamente adequada para dispor de sistema de informação integrado.

Apesar de muitos benefícios que o sistema ERP proporciona, vale ressaltar que o sistema não necessariamente é a solução dos problemas da empresa, o profissional contábil também deve estar sempre atualizados com as mais modernas práticas gerenciais, principalmente sistemas ERP.

REFERÊNCIAS

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ. **A TI a Serviço do Profissional da Contabilidade**. Disponível em: <www.fortescontabilidade.com.br/noticias.view.php?id=7966>. Acesso em: 22 ago. 2007.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO CEARÁ. **O Avanço da Tecnologia e sua Influência do Perfil Contabilista**. Disponível em: <http://crcce.org.br/v2/home..php?st=listjornal_id=196>. Acesso em: 22 ago. 2007.

KAYWA FEED 2 MOBILE. **ERP (Enterprise Planning)**. Disponível em: <<http://feed2mobile.kaywa.com/202182788/cfb4f1>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

PAIVA, Simone Bastos. A Contabilidade e as Novas Tecnologias de Informação: uma Aliança Estratégica. **Revista Brasileira De Contabilidade**, n. 135, maio/jun. 2002.

PORTAL DE CONTABILIDADE. **Habilidades para Adicionar valor à Companhia**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/gestaocontabil.htm>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

WERNKE, Rodney. **Informações Gerenciais num Contexto de Sistema ERPs**, Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, n. 105, ago. 2001.

WIKIPÉDIA. **Implantação do Sistema ERPs**. Disponível em: <<http://www.planetanew.com/produto/L/21182/implantacao-do-sistema-erp--enterprise-resources-planning--lucio-colangelo-filho.html>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

WIKIPEDIA. **ERP**. Disponível em <<http://pt.wikipedia.org/wiki/ERP>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

DIREITO

Resumos

RD 1: AS REPERCUSSÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1968 EM VÁRIOS PAÍSES

Alebe Linhares Mesquita¹; Elizabeth Fiúza Aragão²

¹ Aluno do 2ª semestre do curso de Direito

² Professora Dra., Orientadora

O ano de 1968 foi, sem dúvida, especial. Mesmo depois de 40 anos, ele continua sendo lembrado e discutido pela sociedade, servindo de inspiração para jovens inconformados com a sociedade em que vivem. Em 366 dias ocorreram, em todo mundo, movimentos revolucionários contra os poderes postos e o autoritarismo, resguardando especialidades em cada país. Este trabalho tem como objetivo compreender os grandes projetos de mudança da juventude mundial de 1968, comparando-os com a realidade da juventude atual. A metodologia utilizada consiste em uma extensa pesquisa bibliográfica e hemerográfica. A partir dos assuntos até agora estudados, conclui-se que o movimento estudantil apresenta algumas especificidades em cada país que ocorreu. O Brasil vivia uma Ditadura Militar, e o movimento estudantil começava a se engajar na luta pela democracia. O estopim para o grande movimento estudantil brasileiro deu-se com a morte do estudante secundarista Edson Luis, assassinado pela Polícia Militar durante um confronto no Restaurante Calabouço, centro do Rio de Janeiro. A morte do estudante levaria à Passeata dos Cem Mil, considerado o maior ato de repúdio à Ditadura. O ano de 68 termina para o Brasil com a rigidez da Ditadura, com a publicação do Ato Institucional 5. Foi o ano da Primavera de Praga, movimento ocorrido na Checoslováquia, liderado por Alexander Dubcek que almejava dar uma face humana ao socialismo. Para isso, ele lutava pela liberdade dos cidadãos e pelos direitos civis, abolindo a censura no país. O movimento tem fim com a invasão de tropas russas na Checoslováquia e a extradição de Dubcek para Moscou. Na França, os jovens aspiravam mudanças profundas na política, na sociedade e na cultura de sua nação. O conflito se inicia na Universidade de Natterre, onde os jovens tomaram a reitoria, reivindicando o direito de os rapazes entrarem no dormitório das moças e de uma ampla reforma educacional. O movimento se espalha e toma as outras universidades e as ruas de Paris. Os operários também tomam parte nas reivindicações. Os confrontos na rua são violentos, e a repressão policial é brutal e incisiva. Os Estados Unidos lutavam em duas frentes em 1968, uma no âmbito interno e outra no âmbito externo. No âmbito interno, os Estados Unidos enfrentavam a luta das minorias negras pela garantia dos seus direitos civis e de uma sociedade igualitária sem discriminação racial. No âmbito externo, os Estados Unidos viviam a realidade da Guerra Fria que possuía pontos de conflitos bem quentes, a exemplo do Vietnã. Jovens eram recrutados à força para lutarem por uma guerra que a maioria não entendia. A realidade dos combatentes no Vietnã era controversa. Os estudantes que serviam o exército iam antes mesmo de poderem votar em seus representantes que os mandavam para guerra, tendo de parar seus estudos e suas atividades. A partir das mudanças ocorridas no ano de 1968, o mundo nunca mais será o mesmo. Suas influências foram muitas, sendo esse resumo apenas uma primeira parte de um estudo que visa aprofundar o tema, analisando as influências do ano de 1968 para juventude brasileira de hoje.

Palavras-chave: 1968. Ditadura Militar. Direitos Civis.

RD 2: EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS SOCIAIS DE PRESTAÇÃO

Ana Flávia Carvalho Martins¹; Germana Parente Neiva Belchior²

¹ Acadêmica do 9º semestre do Curso de Direito

² Professora Esp., Orientadora do Programa de Iniciação Científica

A República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, no qual há a submissão dos governantes à vontade popular e à lei, observância dos direitos individuais e sociais, e separação de poderes, conforme estabelece o art. 1º, *caput*, da Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, o Estado brasileiro tem por obrigação respeitar os direitos sociais, chamados de direitos de 2ª dimensão, os quais estão diretamente relacionados a uma prestação positiva do Estado. Contudo, percebe-se que, atualmente, existe uma omissão do Estado no que se refere à implementação dos direitos sociais. Os referidos direitos são fundamentais e, portanto, têm aplicabilidade imediata, de acordo com o art. 5º, § 1º, da Constituição de 1988.

Tendo em vista esse contexto, o trabalho tem como objetivo analisar formas de garantir a efetividade dos direitos sociais fundamentais. A metodologia utilizada é bibliográfica, descritiva e exploratória. Partindo-se de uma investigação sobre qual seria a limitação orçamentária aceitável e justa a ser aplicada na implementação dos direitos sociais, por meio do que a doutrina chama de “reserva do possível”, percebe-se a existência de um instrumento jurídico, argüição de descumprimento de preceito fundamental, que se mostra eficaz para intervir nas políticas públicas, e com isso, garantir o “mínimo existencial”, e, conseqüentemente, o respeito a um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, qual seja, a dignidade da pessoa humana. O princípio da proporcionalidade também se revela como um meio conveniente para a compatibilização desses institutos da reserva do possível e do mínimo existencial, que poderá ser utilizado pelo Judiciário ao deparar-se com conflitos dessa natureza no exercício da sua função jurisdicional. Conclui-se, portanto, que mesmo o Poder Legislativo e o Poder Executivo sendo responsáveis pela elaboração do orçamento público, o Poder Judiciário também poderá intervir na formulação das políticas públicas para garantir o mínimo existencial. E isso não implicará em violação da separação dos poderes porque cada Poder (“função”) tem a atribuição de controle sobre os outros, de acordo com o art. 2º da Constituição de 1988.

Palavras-chave: Direitos sociais. Reserva do possível. Mínimo existencial.

RD 3: CONTRATOS ELETRÔNICOS

Breno José Rolim Chaves¹; Alexander Perazo Nunes de Carvalho²

¹ Aluno do 9º semestre do Curso de Direito

² Professor Ms., Orientador

É indubitável que a evolução tecnológica vem ocorrendo de forma exponencial. Estas inovações vêm acontecendo tão rapidamente que se tornou praticamente impossível tentar acompanhá-las. Contudo, seus reflexos são explícitos. As ferramentas são disponibilizadas ao uso e até mesmo aqueles que mais resistem acabam utilizando-as. Diante da previsão legal na qual a forma de contratar é livre (exceto nos casos expressamente detalhados em lei), não se pode negar a validade de um contrato realizado da forma diversa daquela comumente aceita, ou seja, a realizada em papel e assinada de próprio punho. No contrato eletrônico, cada vez mais presente cotidianamente, deve-se atentar para a presença dos requisitos de validade dos contratos para que tenha eficácia. Por conseguinte, para que produza os efeitos almejados, possibilitando a modificação, aquisição ou extinção de direitos, é imprescindível a capacidade civil do agente, possuir objeto lícito, possível, determinado ou determinável, forma prescrita ou não proibida em lei (CC, art.104). Deve conter, também, consentimento recíproco, ou seja, acordo de vontades. O contrato celebrado via meio eletrônico pode dar-se por diversas formas. Cite-se os terminais de auto-atendimento dos bancos. Neles os sistemas pré-programados oferecem diversas propostas ao cliente, e este, se estiver de acordo, apertará o botão que confirma sua aceitação e, conseqüentemente, exterioriza sua vontade. Por tal, mesmo ausente uma das partes, através do sistema ela determinou qual seria sua vontade e, assim, também manifestará seu desejo sobre o ato. Há, porém, ocasiões nas quais pessoas mal intencionadas utilizando-se do meio eletrônico produzem fraudes passando-se por outras. Por conseguinte, deve o poder legiferante estabelecer os detalhes da transação eletrônica através de lei que trate, especificadamente, sobre o assunto. Não se pode consentir que, diante do avultante aumento de contratações realizadas a cada dia, ainda não exista legislação específica sobre o tema, tratando, inclusive, do direito dos consumidores, diante de sua hipossuficiência, e daqueles que contratam com estrangeiros, dada a inexistência de fronteiras entre a comunicação eletrônica mundial.

Palavras-chave: Contrato eletrônico. Validade dos contratos. Evolução tecnológica.

RD 4: DELEGACIAS DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DO 2º DISTRITO POLICIAL DE FORTALEZA

Elves Cleber da Silva Gomes¹; Roberta Laena Costa Jucá²

¹ Aluno do 1º semestre do Curso de Direito

² Professora Ms, Orientadora

É fato que as Delegacias de Polícia de Fortaleza não possuem condições ideais de funcionamento, o que interfere na segurança pública de todos, prevista na Constituição de 1988. Diante disso, este trabalho objetivou analisar as condições de uma Delegacia de Polícia de Fortaleza, a fim de examinar as medidas necessárias ao bom desempenho dessa atividade e à melhoria da segurança pública. A metodologia usada foi a pesquisa bibliográfica e a pesquisa exploratória, mediante visita ao 2º Distrito Policial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará, em Fortaleza. Foram muitos os resultados encontrados. Viu-se que estrutura física não é adequada, porque o prédio onde funciona a Delegacia não foi projetado para essa finalidade, sendo oriundo de desapropriações realizadas pelo Estado. Verificou-se que a Delegacia é composta pela recepção, sala de Boletim de Ocorrência, cartório, gabinete dos delegados, xadrezes e inspetoria, não possuindo sala de reconhecimento, sendo, no geral, desconfortável. Também não possui uma boa higiene, sendo comum o mau cheiro nas imediações dos banheiros. Notou-se que as vítimas e os acusados, às vezes, ficam no mesmo ambiente. Averiguou-se que os xadrezes não têm segurança adequada, nem condições dignas de comportar os detentos; as instalações de detenção são as piores possíveis, em um ambiente desumano e insalubre, em razão da grande quantidade de presos para pouco espaço. Constatou-se que, devido à falta de estrutura e à demanda da população, as funções do policial civil e do atendente são muito estressantes, principalmente porque, em média, são abertos oitenta boletins de ocorrência por dia. Percebeu-se que a Delegacia necessita de um aumento de funcionários, pelo menos quatro vezes mais, para que haja um funcionamento adequado da Delegacia. Concluiu-se, ao final, que a finalidade maior do 2º Distrito Policial de Fortaleza, de apurar as condutas ilícitas e garantir a segurança pública de todos, é comprometida pela má estrutura e pelo descaso por parte do Estado. Mostra-se necessária uma reestruturação geral da Delegacia, abrangendo desde a reforma do espaço físico até o aumento do número de servidores.

Palavras-chave: Delegacia de Polícia. Segurança Pública. Condições de funcionamento.

RD 5: A JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO EM FORTALEZA

Felippe Gomes Lima¹; Alexander Perazo²

¹ Aluno do 10º semestre do Curso de Direito

² Professor Ms., Orientador

A Justiça Militar da União julga os crimes militares cometidos pelos integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e por civis contra as instituições militares. Este trabalho tem por objetivo analisar quais tipos de crimes a 10ª CJM (Circunscrição Judiciária Militar), situada em Fortaleza/CE, tem julgado e como eles são julgados. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica e exploratória mediante experiência como Juiz Militar do Conselho Permanente de Justiça do Exército Brasileiro, no 3º trimestre de 2008. A doutrina classifica os crimes militares em dois tipos, o propriamente militar e o impropriamente militar. O propriamente militar é o crime que só está previsto no Código Penal Militar e somente pode ser praticado por militares, é o caso, por exemplo, dos crimes de deserção, insubordinação, de abandono de posto e de conservação ilegal do comando, com exceção do crime de insubmissão, que apesar de só estar previsto no Código Penal Militar, só pode ser cometido por civil. Já os impropriamente militares são os crimes comuns que podem ser cometidos por militares da ativa, da reserva ou reformados, ou ainda por civis em certas circunstâncias, como por exemplo, em que for cometido em lugar sujeito à administração militar, contra militar ou contra o patrimônio sob a administração militar transformando, assim, este fato em crime militar. Por esta razão, pode-se dizer que o fato definido como crime impropriamente militar também está previsto no Código Penal comum. Estes crimes são julgados por um conselho composto por um Juiz Auditor e 4 (quatro) oficiais das Forças Armadas, buscando, desta forma, harmonizar a experiência adquirida pelos Juízes militares na caserna com os conhecimentos jurídicos do Juiz-Auditor (civil) quando da aplicação da lei penal militar ao caso concreto. Nos casos de crimes cometidos por praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), cabe ao Conselho Permanente de Justiça julgá-los. Já quando o acusado é um oficial (aspirantes, tenentes, capitães, majores, tenentes-coronéis e coronéis), compete ao Conselho Especial de Justiça julgar seus crimes. Este último conselho tem uma particularidade: os oficiais que o integram devem ser de posto superior ao do réu, ou do mesmo posto e de maior antiguidade. No período observado, foram julgados crimes de deserção, abandono de posto, furto, estelionato, entre outros. No entanto, os que mais foram julgados foram os crimes cometidos por civis contra pensão militar. Estes crimes são configurados de duas formas: quando o(a) pensionista falece e os seus representantes não informam o óbito à administração militar e continuam sacando o dinheiro do(a) *de cujus* ou quando o(a) pensionista perde o direito de continuar recebendo a pensão militar e mesmo assim continua sacando. O grande número de casos julgados envolvendo pensão militar se deve a uma preocupação do Ministério Público Militar em oferecer denúncia contra este tipo de crime, formando uma força tarefa com a administração militar para coibir esta fraude aos cofres públicos. Percebeu-se, ao fim, que a Justiça Militar da União, por ter menos processos do que a Justiça Comum, vem cumprindo bem a sua atribuição constitucional, sendo uma justiça célere e eficiente.

Palavras-chave: Justiça Militar da União. Crimes Militares. 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

RD 6: O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O DIREITO DE IR E VIR: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DA DELEGACIA DE MIGRAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DO CEARÁ

Flávio Roberto Gonçalves¹; Roberta Laena Costa Jucá²

¹ Aluno do 2º semestre do Curso de Direito

² Professora Ms., Orientadora

Após 20 anos da Constituição Federal de 1988, ainda não se obteve êxito na aplicação do princípio da eficiência da Administração Pública, previsto no *caput* do art. 37 da Carta Magna, consoante o qual a Administração Pública e seus servidores devem prestar seus serviços com atenção, agilidade e moralidade, de tal forma que se possa alcançar resultados satisfatórios, atendendo às necessidades da sociedade e ao interesse público. Paralelamente, a Constituição de 1988 prevê, em seu artigo 5º, XV, o direito de toda pessoa transitar livremente no país e dele sair com seus pertences quando for de sua vontade. Diante disso, este trabalho objetivou analisar se o princípio constitucional da eficiência está sendo respeitado na Delegacia de Migração do Departamento de Polícia Federal do Ceará, localizada no Aeroporto Pinto Martins, e de que modo esse serviço está interferindo do direito fundamental de ir e vir. Para tanto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de pesquisa exploratória, mediante visita realizada ao local, oportunidade em que foi feito o acompanhamento de alguns usuários e colhido o depoimento de alguns servidores. Constatou-se que as instalações físicas são de tamanho inadequado, muito aquém das necessidades do Órgão, bem como que a Divisão tem um número reduzido de servidores. Verificou-se que tais servidores trabalham de forma ineficiente e com total desrespeito ao cidadão, o qual, além de ser tratado de forma ríspida, submete-se a longos períodos de espera. Viu-se que, em uma primeira etapa, o cidadão enfrenta dificuldades para conseguir a senha de atendimento e que, só posteriormente, consegue ser atendido. Averiguou-se que os cidadãos recebem um atendimento insatisfatório, principalmente pela falta de condições de trabalho e pela fadiga dos atendentes, bem assim que essa ineficiência dificulta a emissão de passaportes, mormente no que se refere à sua emissão e ao seu recebimento pelo cidadão. Percebeu-se, assim, que se mostra necessária a reestruturação do serviço prestado no citado Departamento, a partir do aumento do número de servidores, da oferta de cursos de capacitação sobre atendimento ao público, da instituição de uma triagem que agilize o trabalho de atendimento ao usuário, bem como da melhoria das instalações físicas, de modo que os servidores tenham boas condições de trabalho para realizarem suas funções. Concluiu-se, assim, que, atualmente, o serviço público prestado pela Delegacia de Migração do Departamento de Polícia Federal do Ceará desrespeita o princípio constitucional da eficiência, prejudicando a concretização do direito fundamental de ir e vir, ambos estabelecidos pela Carta Magna.

Palavras-chave: Administração Pública. Princípio da Eficiência. Direito de ir e vir.

RD 7: RESPONSABILIDADE CIVIL DO NUTRICIONISTA EM INSTITUIÇÕES PRIVADAS

Isabel Ribeiro Sampaio¹; Anna Luíza Matos Coêlho²

¹ Aluna do 4º semestre do Curso de Direito

² Professora Ms., Orientadora

A alimentação é uma das necessidades básicas do ser humano e encontra-se no foco das preocupações mundiais devido à crise gerada pela alta do preço dos alimentos. Nesse contexto, a Lei 8234, de 17/09/1991, que regulamenta a profissão de nutricionista, estabelece como atividade privativa do nutricionista o planejamento, organização, direção, supervisão e avaliação de serviços de alimentação e nutrição.

Dessa forma, a atividade desenvolvida pelo nutricionista enseja risco para terceiros, como por exemplo: toxiinfecções alimentares, obesidade e carências nutricionais. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise acerca da Responsabilidade Civil do nutricionista, através de pesquisa doutrinária e jurisprudencial, além de consulta à legislação pertinente. Em se tratando de profissional de nutrição contratado por terceiro para realizar o seu mister, quando sua atividade vier a causar dano a outrem, surge a obrigação de indenizar, com base no artigo 932, III, do Código Civil. Com efeito, os elementos essenciais da responsabilidade civil são a ação do agente (comissiva ou omissiva), o dano material ou moral e o nexo de causalidade que une a conduta do agente ao prejuízo efetivado. Por se tratar o nutricionista, neste caso, de empregado de outrem, ao ensejar dano a terceiro, resta estabelecido o dever de ressarcir o prejuízo ao empregador. Isto porque, trata-se de uma das hipóteses legais de responsabilidade objetiva, com esteio na teoria do risco significando que à vítima caberá apenas preencher os pressupostos da responsabilidade civil, tendo o empregador o ônus de provar as excludentes da obrigação de indenizar para se eximir da mesma. De acordo com o artigo 932, III, do Código Civil, o empregador também é responsável pelos prejuízos causados por atos de funcionários, prepostos e serviçais, praticados no exercício de seu trabalho ou em razão dele, em virtude do vínculo hierárquico. A responsabilidade, no presente caso, é solidária do empregador e do empregado, de acordo com o artigo 942 do Código Civil. No entanto, é facultado ao empregador, após o ressarcimento da vítima, mover ação regressiva em face do empregado, desde que o mesmo comprove a culpa do serviçal, vale dizer, que este agiu mediante culpa em sentido amplo, o que abrange o dolo, e a culpa em sentido estrito, que consiste em negligência, imprudência ou imperícia. Isto porque a responsabilidade civil é, em regra, subjetiva, baseada na teoria da culpa.

Palavras-chave: Responsabilidade. Civil. Nutricionista.

RD 8: A JUSTIÇA EM ARISTÓTELES

Ivone Machado Tabatinga Araújo¹; Ricardo Dias de Almeida²

¹ Aluno do 2º semestre do Curso de Direito

² Professor, Orientador

O presente trabalho tem como objetivo a compreensão da concepção aristotélica de justiça, elaborada especificamente no Livro V da obra *Ética a Nicômaco*. Aristóteles distingue diversos significados de justiça: a princípio, ele a divide em justiça geral e particular, e esta última, por sua vez, se subdivide em distributiva e corretiva, e esta se aplica às relações voluntárias e involuntárias (que podem ser violentas ou sub-reptícias). A justiça em sentido amplo (geral) se define como a conduta de acordo com a lei, e a injustiça a não observância da lei. E para Aristóteles “a maioria dos atos prescritos pela lei é constituída de atos prescritos tendo em vista a excelência moral como um todo” (1130b). Sendo assim, quando um cidadão age de acordo com a moderação, a coragem, a amabilidade, a liberalidade e as demais virtudes morais, ele está obedecendo à lei, e, por conseguinte, sendo justo no sentido geral. Já a justiça particular tem dois significados fundamentais: a justiça distributiva e a corretiva. A justiça distributiva tem a ver com a distribuição dos bens públicos, com as funções elevadas de governo, de dinheiro, de honras e de outras coisas que devem ser divididas entre os cidadãos. Esses bens públicos serão distribuídos segundo o critério da proporção geométrica, que consiste em dar a cada um segundo seu mérito, ou seja, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais. Já a justiça corretiva diz respeito às relações privadas dos indivíduos entre si, sejam elas voluntárias ou involuntárias, as primeiras, contratuais, e as últimas delituosas. É a igualdade rigorosa entre indivíduos. Não importa a família, a condição social ou os méritos. Cada um é “um”. É irrelevante se uma pessoa boa lesa uma pessoa má ou vice-versa. Elas serão tratadas igualmente. O princípio da igualdade é encarado segundo uma proporção aritmética, cuidando somente de medir os ganhos e perdas de modo impessoal. As coisas e as ações são levadas em conta pelo seu valor objetivo, e não mais pela qualidade das pessoas. Nesta relação aparece a figura do mediador- o juiz - que torna a justiça viva ao ajustar a generalidade das leis ao caso concreto, fazendo a divisão correta para ambas as partes. Ninguém aqui perde mais do que ganha ou ganha mais do que perde. Em resumo, a justiça em questão é a virtude completa, pois determina o cumprimento das leis e o respeito à igualdade entre todos os indivíduos, sendo assim, uma virtude inteira. Aristóteles e seus escritos sobre justiça, apesar do imenso espaço temporal, nos deram todo um embasamento de alguns princípios da nossa legislação atual. Vale ainda lembrar que a justiça aristotélica está fundada na ética e na virtude.

Palavras-chave: Aristóteles. Justiça. Virtude.

RD 9: A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE HANS JONAS NA BIOÉTICA

Juliana Bastos Aires Fernandes¹; Flávio José Gonçalves Moreira²

¹ Aluna do 4º semestre do Curso de Direito

² Professor Ms., Orientador

A Ciência e a Tecnologia estão incessantemente em busca de novas descobertas e invenções. A humanidade está perplexa com o avanço tecnológico envolvendo pesquisas com seres humanos, as novidades causam polêmica e a Bioética se preocupa com a repercussão ética desses estudos. O presente trabalho objetivou analisar os pensamentos de Hans Jonas em face da Bioética e da legitimidade ética das inovações trazidas pela tecno-ciência. Utilizou-se a pesquisa exclusivamente bibliográfica. Percebeu-se através dos pensamentos de Hans Jonas que é preferível o ser ao não-ser. Dessa forma, o ser humano em todas as atividades realizadas procura, necessariamente, chegar a um fim. Toda a movimentação humana se dá pela busca de formar, manter, concluir, destruir algo para satisfazer uma necessidade, assim, a finalidade humana quando alcançada promove a satisfação e o sentimento de felicidade. Com o alcance de seus objetivos, o ser, estando em uma eterna busca da felicidade, afirma sua vontade de ser e não o não-ser. E mesmo que isso não fosse explícito, o ser sempre é melhor que o não-ser. Verificou-se que o desenfreado desenvolvimento da tecno-ciência e, conseqüentemente, sua inobservância aos valores da vida podem vim a causar a impossibilidade da continuação da espécie humana, pois se não houver um limite necessário, o valor econômico dos resultados da evolução da ciência torna-se mais importante que outros valores éticos. Hans Jonas apresenta a ética da responsabilidade como um pensamento capaz de analisar a nova ordem ampliada das ações humanas que podem acarretar uma impossibilidade de existência de sociedades futuras. Muito importante o que se constatou em relação à responsabilidade dos governantes e dos pais. O governante tem o dever de possibilitar a subsistência futura da arte de governar, através de ações responsáveis e da conscientização dessas ações para com a preservação da vida em todas as formas. Da mesma forma, o pai deve possibilitar que seus filhos, netos e bisnetos possam ser preservados e preservar a vulnerabilidade das futuras gerações em face do progresso das tecno-ciências. E, finalmente, constatou-se que a ação desenfreada de áreas do conhecimento e do modo de viver atual se não sobrevém interrupção, muito provavelmente acarretarão a extinção da espécie *homo sapiens sapiens*. São inegáveis, portanto, a influência do pensamento de Hans Jonas na Bioética, no Direito Ambiental e na Filosofia Política de nossos dias.

Palavras-chave: Hans Jonas. Bioética. Responsabilidade.

RD 10: UMA NOVA CONCEPÇÃO DE GUARDA NO DIREITO BRASILEIRO: A GUARDA COMPARTILHADA

Larissa de Menezes Furtado¹; Carlos Augusto Medeiros de Andrade²

¹ Aluna do 7º semestre do Curso de Direito

² Professor Ms., Orientador

As relações familiares têm passado por significativas transformações. A família, que antes era identificada por uma estrutura fechada, de modelo patriarcal, fundamentada no casamento institucionalizado, passou a adotar um modelo mais democrático, uma vez que a mulher passou também a ser responsável pela manutenção do lar. Percebe-se que atualmente o comportamento do homem, da mulher e dos filhos já não são pré-definidos. Ademais, por serem os relacionamentos fundados na afetividade, são mais comuns os divórcios e as separações, quando deixa de existir o amor entre o casal e também, é importante ressaltar, por uma certa fragilidade das relações. Sob esse novo contexto, é imprescindível dar uma maior atenção aos filhos, principalmente aos que ainda se encontram com a personalidade em formação. Um dos elementos a serem discutidos e resolvidos quando da dissolução entre os casais é com quem ficarão os filhos, ou seja, a guarda deles. As novas situações possibilitaram a criação do instituto da guarda compartilhada em caso de ruptura da convivência entre os pais, com o objetivo de se dar oportunidade tanto ao pai como à mãe, para que participem efetivamente da criação e da educação dos filhos. Entretanto, tal instituto não pode ser indiscriminadamente empregado, na razão em que existem muitas variáveis referentes ao bem estar da criança a serem consideradas, que devem prevalecer ante o princípio da igualdade de direitos entre os pais, como forma de amenizar a dor dos filhos que, sem dúvida alguma são o elo frágil de uma separação é ter a efetiva companhia de ambos os genitores. Todavia, para que haja sucesso na guarda compartilhada, é importante a sintonia entre o casal que está separando, a fim de que isso não sirva de motivo para novas disputas. Essencial é que haja a preocupação com o melhor interesse dos menores.

Palavras-chave: Afetividade. Filhos. Guarda Compartilhada.

RD 11: JUSTIÇA RESTAURATIVA: UM NOVO PARADIGMA DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

Leandro Sousa Bessa¹

¹ Professor Ms.

A Justiça Restaurativa é uma forma alternativa de solução de conflitos, por meio do qual o autor da infração penal, a vítima e, eventualmente, a comunidade envolvida, são chamados a restaurar, pelo diálogo mediado, o tecido social desgastado pela prática da infração penal. De fato, o crime causa um abalo nas relações entre o criminoso, a vítima e a comunidade no qual estão inseridos. Em determinadas situações, principalmente naquelas surgidas de conflitos locais de interesses, é muito mais eficiente dar a oportunidade de que as pessoas envolvidas dialoguem e cheguem a um acordo. Ao Estado caberá o papel de mediador deste diálogo, garantindo a isegoria (direito igual de manifestação) aos envolvidos, que encontrarão por si as soluções para o conflito surgido. A partir da construção do acordo, o Estado, a um só tempo, mostra ao infrator que ele está agindo contra o que exige a comunidade, e garante à vítima a oportunidade de ver ressarcido o dano causado pela ação criminosa. Ao envolver a comunidade ferida pelo delito, incutem-se no infrator os valores que regem o grupamento social. O saldo deste momento de diálogo é a solução real do conflito estabelecido entre criminoso e vítima, bem como a sedimentação dos valores caros à sociedade. A Justiça restaurativa tem caráter nitidamente comunitário, impedindo que sejam adotadas soluções repressivas tradicionais, que somente fermentam ainda mais os conflitos existentes, funcionando como um caldo de cultura para o surgimento de novos atos ilícitos. Ao contrário da Justiça Tradicional, que se ocupa predominantemente da violação da norma de conduta em si, a Justiça Restaurativa ocupa-se das conseqüências e danos produzidos pela infração.

Destarte, tem seu foco no futuro, buscando restaurar ou reconstruir os relacionamentos abalados pela prática criminosa, ao invés de procurar simplesmente castigar o indivíduo por um ato passado. No Brasil ainda predomina a cultura da Justiça Retributiva, através da qual, os conflitos são solucionados pela imposição unilateral de punições por parte do Estado, sem qualquer participação propositiva da vítima ou da comunidade atingida pelo ato ilícito. O sistema penal restaurativo reconhece a importância dos indivíduos envolvidos no processo, ao dar-lhes a oportunidade de expor suas necessidades emocionais, psicológicas e patrimoniais, na busca da paz social. O sistema penal brasileiro, tradicionalmente retributivo, baseado em conceitos como “culpa”, “condenação”, “acusação” e “prisão”, ultimamente vem sofrendo influências marcantes do método restaurativo, no qual estes conceitos desaparecem, dando lugar à solução pacífica dos conflitos. O exemplo mais marcante dessa tendência está na Lei nº 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais). A aplicação dos métodos de Justiça Restaurativa, entretanto, não podem representar deslegalização ou afastamento do Estado da prestação jurisdicional. Não se trata de uma tentativa de “terceirizar” a jurisdição, deixando à comunidade a tarefa de resolver, sozinha, todos os conflitos surgidos em seu seio. Trata-se de um modelo complementar de política criminal, que deve caminhar pari passo com as demais formas de solucionar conflitos, atuando nos casos de crimes de potencial ofensivo mais reduzido.

Palavras-chave: Direito Penal. Sistema penal tradicional. Justiça Restaurativa.

RD 12: VEDAÇÕES E OBSTÁCULOS AO VOTO DOS PRESOS CONDENADOS E PROVISÓRIOS: RESTRIÇÕES À SOBERANIA POPULAR

Leandro Sousa Bessa¹

¹ Professor Ms.

A Constituição Federal estabelece que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, (dentre outros), a cidadania e a dignidade humana. O primeiro, entendido em seu sentido restrito, como uma garantia de participação dos indivíduos para a formação da vontade estatal; o segundo, como valor-guia, do qual defluem os direitos fundamentais. A própria existência do Estado brasileiro depende da observância desses dois princípios. Como um reforço à idéia de Estado Democrático de Direito, o texto constitucional (art. 1º, parágrafo único), indica o verdadeiro titular do poder político: o povo. Destarte, vige em sua inteireza o princípio da soberania popular, reforçado na medida em que o maior número possível de membros da coletividade participe do processo democrático decisório, seja diretamente, seja através da escolha de representantes. Somente pelo exercício pleno dos direitos políticos pelos cidadãos, com a remoção da maior quantidade possível de empecilhos e vedações à titularidade efetiva destes direitos fundamentais, poderemos falar em uma real soberania popular. É nesta perspectiva que se insere a discussão sobre o exercício do direito de voto por indivíduos privados de sua liberdade, seja em decorrência de sentença penal condenatória com trânsito em julgado, seja na qualidade de presos provisórios. Hoje, no Brasil, vige quanto aos primeiros a suspensão dos direitos políticos, enquanto durarem os efeitos da sentença condenatória com trânsito em julgado (art. 15, III, CF/88). Para os presos provisórios - embora titulares dos direitos políticos - erguem-se dificuldades de natureza administrativa e burocrática, impedindo que a Justiça Eleitoral colha a vontade desses indivíduos, formalizada por meio do voto. Há, portanto, uma indesejável mitigação ao princípio democrático pela exclusão de pessoas privadas de liberdade (ou de qualquer outra forma cumprindo pena). Em relação aos presos provisórios, ainda escudados no princípio da presunção de inocência, é indiscutível o seu direito ao sufrágio, pois qualquer restrição ao mesmo representaria antecipação da pena, que em nosso sistema agrega a suspensão dos direitos políticos. Urge que os obstáculos burocráticos sejam suplantados em prol do exercício desse direito fundamental, posto no vértice de nossa ordem constitucional, diretamente conectado com dois dos fundamentos de nossa República: a cidadania e a dignidade da pessoa humana. Quanto aos presos condenados definitivamente, resta a insurgência contra a vedação constitucional expressa ao exercício dos direitos políticos, por: atentatória à idéia de ressocialização dos presos, aos princípios do sufrágio universal, soberania popular e de cidadania, que inadmitem restrições injustificadas ao exercício da participação política; representar deletéria exclusão social pela via da exclusão política; deixar sub representadas as camadas mais pobres da população; configurar sanção acessória desnecessária; afastar das discussões políticas a falência do sistema carcerário; representar, em muitos casos, sanção desproporcional ao crime perpetrado; ser autoritário o argumento de inaptidão para o voto. Por fim, há que se empunhar a bandeira de apoio ao voto do preso, principalmente para enxergar o indivíduo encarcerado como um ser dotado de dignidade, titular de direitos, o que conduz nossa atuação ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Palavras-chave: Voto. Preso. Cidadania. Dignidade da pessoa humana.

RD 13: A NOVA LEI DO ESTÁGIO (11.788/2008): UMA ANÁLISE DO ESTÁGIO EM DIREITO EM UM ESCRITÓRIO PRIVADO DE ADVOCACIA DE FORTALEZA-CE

Marcus Félix da Silva Leitão¹; Bruno Queiroz Oliveira²

¹ Aluno do 9º semestre do Curso de Direito

² Professor Ms., Orientador

O presente trabalho tem como escopo analisar o “comportamento” de um escritório privado de advocacia na cidade de Fortaleza-CE frente à Lei Ordinária 11.788/2008. O estágio é atrativo ao estudante sobre vários pontos de vista. Inicialmente, pela experiência prática e teórica que propicia, e, num segundo momento, pelo incremento curricular, que auxilia o ingresso no competitivo mercado de trabalho. Com o aumento do número de cursos superiores, os estudantes têm encontrado dificuldades em encontrar estágios, e, posteriormente, entrar no mercado de trabalho, o que os pressiona a aceitar contratos de estágio fraudulentos. Outro fator, não menos relevante, é a necessidade econômica desses estudantes universitários, quer para custear a faculdade, quer para a própria subsistência, que os obriga à submissão a formas precárias e ilegais de contratação. O presente estudo analisa o “comportamento” de um escritório privado de advocacia na cidade de Fortaleza-Ce frente à Lei Ordinária 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, buscando observar as funções dos estagiários e de que forma estas contribuem para o seu crescimento cultural, profissional e social na futura profissão para a qual se prepara. A escolha desse objetivo se baseia na crença de que é necessário descobrir as razões pelas quais tantos estagiários se submetem aos contratos fraudulentos, posteriormente, quais as conseqüências desses na vida acadêmica e profissional dos estudantes. A pesquisa abrange consultas a periódicos específicos da área administrativa e jurídica, e, principalmente, pesquisa de campo exploratória, onde se visitou um escritório de advocacia nesta capital. O que se detectou em relação às atividades desenvolvidas por um estagiário do 5º semestre ou 3º ano foi a realização de serviços corriqueiros de escritório, tal qual dar andamento em contratos, portar documentos de uma empresa para outra, cadastrar clientes, arquivar documentos, entre outros; o seu horário de trabalho é variado, podendo ser de 6 (seis) a 8 (oito) horas diárias, quando de 6 horas não há intervalo para almoço; não recebe vale de transporte; a remuneração pode variar de R\$ 350,00 a R\$ 400,00, depende da carga horária; não tem direito à férias, apenas recesso forense; não tem seguro contra acidente; não celebra termo de compromisso de estágio com a Instituição de Ensino, nem com a parte concedente do estágio, nem esta firma convênio com a primeira, conseqüentemente, não há qualquer fiscalização e avaliação por parte da Instituição de Ensino à concedente, para comprovar o real aprendizado prático do acadêmico; o escritório oferta instalações as quais favorecem ao educando atividades de aprendizagem profissional e social, por meio de salas de reunião, salas de atendimento ao público, biblioteca, copa etc. Em contrapartida, com advento da Lei 11.788 de 25/09/2008, algumas mudanças na regulamentação do estágio profissional foram definidas, dentre elas: a carga horária de 6h por dia ou 30h por semana para estudante de ensino superior, educação profissional e ensino médio; duração do contrato, que será no máximo de 2 anos na empresa ou órgão público concedente; férias, isto é, um recesso de 30 dias para contratos com um ano ou mais de duração; seus tipos: obrigatório (quando requisitado pela faculdade) e opcional, quando dá direito à bolsa remunerada e ao auxílio transporte; por fim, empregador, órgãos da Administração Pública direta e indireta, além de profissionais liberais devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional. Visto dessa forma, observa-se uma contrariedade do estágio executado no escritório ora analisado.

De acordo com essa realidade, e em cumprimento à Lei nº. 11.788/2008, de forma a constituir-se num instrumento de efetiva aplicação da política do Governo em relação a essa importante ferramenta de capacitação técnica para o exercício de profissão ou de socialização do educando, chegou-se à conclusão de que, efetivamente, os escritórios advocatícios necessitam de profunda reformulação para que consigam cumprir sua finalidade legítima, qual seja, a de tornar o estágio uma atividade curricular supervisionada, assumida intencionalmente pela Instituição de Ensino, pois a atual legislação assegura ao estagiário maior garantia de seus direitos.

Palavras-chave: Estágio. Escritório. Legislação.

RD 14: DECON, UMA VISÃO CRÍTICA

Maria Luziane Cavalcante Lima¹; Evelline Parente Figueiredo Santos²; Alyne Correia Amorim³; Alexander Perazo⁴

^{1,2,3} Alunas do 4º semestre do curso de Direito

⁴ Professor Ms., Orientador

O Decon constitui-se como órgão administrativo de âmbito estadual que exerce a função cuja finalidade é amparar o consumidor em face da relação estabelecida com o fornecedor (loja, assistência técnica, fabricante), haja vista a concretização do princípio máximo de justiça. O presente trabalho objetiva analisar o funcionamento da instituição e a real efetivação do direito do consumidor. Foi utilizada a pesquisa exploratória. Resta constatada, com a presente pesquisa, que o Decon é uma entidade representante do Ministério Público que visa dar apoio ao consumidor, que, por diversas vezes, por sua posição hipossuficiente, tem seus direitos violados, fruto que decorre do desenvolvimento da sociedade capitalista. Constatou-se também que o funcionamento se dá no primeiro contato junto ao órgão que fará uma triagem para avaliar se tal conflito é de sua competência, sendo a resposta afirmativa, será emitida uma Carta de Informações Preliminares que dará ao fornecedor o prazo de 10 dias para responder à acusação. Observou-se a existência da figura de um conciliador, que buscará a melhor solução a partir da análise das circunstâncias em que se encontram o fornecedor e o consumidor. Verificou-se também a má organização da instituição, motivo que acaba ocasionando a excessiva morosidade. Cabe ainda ressaltar a antiguidade da estrutura física do prédio em que se localiza a sede, local onde se faz necessária uma reestruturação. Diante de tais fatos, conclui-se, portanto, que a busca pela ajuda do Decon, por vezes, desanima os consumidores, tendo em vista a demora no atendimento, uma vez que a demanda é relativamente grande quando comparada ao número de servidores que trabalham nessa instituição. Além da falta de fiscalização efetiva por parte da instituição, para evitar o descumprimento das normas e garantir a eficácia da lei.

Palavras-chave: Decon. Consumidor. Defesa.

RD 15: O PRINCÍPIO DO DEFENSOR NATURAL

Nestor Eduardo Araruna Santiago¹

¹ Professor Dr.

O devido processo legal, superprincípio que engloba todos os demais princípios pertinentes ao direito processual penal, prevê que o princípio da ampla defesa divide-se em defesa técnica e autodefesa. Não há uma visão principiológica adequada que defina corretamente a atuação processual e material do defensor no processo penal. Obviamente, a defesa técnica não é meramente material, mas também deve pugnar pela regularidade do procedimento, por respeito ao devido processo legal. Portanto, deve zelar tanto pela aplicação do devido processo legal substantivo, quanto pelo devido processo legal processual. Pode-se afirmar, em princípio, que o direito à defesa técnica já estaria suficientemente amparado pelo princípio da ampla defesa. Entretanto, busca-se lançar luzes mais potentes sobre o papel exercido pelo defensor no processo penal, que, muito embora tenha adquirido *status* constitucional há algum tempo, não tem, pelo menos no Brasil, uma formulação principiológica mais consistente.

Então, exsurge a preocupação na formulação de um princípio próprio, que defina corretamente a atuação material e processual do defensor técnico na persecução penal, e que se convencionou chamar de *princípio do defensor natural*. E sua compreensão somente pode ser alcançada pelo estudo de uma cadeia interconectada de princípios estatuídos na CF e nos tratados e convenções internacionais. Portanto, a elaboração de um conceito do princípio do defensor natural, passando pela compreensão dos princípios correlatos à ampla defesa, notadamente os princípios do juiz natural e do promotor natural, bem como pelo entendimento acerca do posicionamento processual do defensor no processo penal, tido, simplesmente, como mero órgão da defesa.

Palavras-chave: Princípio. Defensor natural. Devido processo legal.

RD 16: O INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETENCIA FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

Otília Chaves Barros¹; Nestor Eduardo Araruna Santiago²

¹ Aluna do 8º semestre do Curso de Direito (Iniciação Científica)

² Professor Dr., Orientador

A emenda constitucional 45 de 2004 (E.C.45/2004), tendo como objeto a reforma parcial do Poder Judiciário vem sendo alvo de dissidência doutrinária e jurisprudencial sobre alguns de seus institutos desde sua publicação, entre eles encontra-se o incidente de deslocamento de competência, disposto no art.109, CF, que legitima a Justiça Federal, através do pleito oferecido pelo Procurador Geral da República, a julgar crimes na esfera cível e criminal em que a competência originária seria da Justiça Estadual, desde que estes violem de forma grave os direitos humanos. Este trabalho visa à interpretação deste dispositivo e suas implicações na prática processual penal, tendo em vista sua relevância destinada a assegurar a efetivação da prestação jurisdicional nos casos de crimes contra direitos humanos, uma vez que do estudo do inteiro teor da decisão de improcedência do primeiro caso provocado perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), percebe-se que nos motivos de seu indeferimento, concentram-se as questões de maior preponderância, sendo eles: a) ocorrência de graves violações aos direitos humanos; b) o descumprimento de Tratados Internacionais dos direitos humanos assinados pelo Brasil; e c) a inércia da Justiça Estadual. Contraindo-se a possibilidade de deslocamento de competência e um julgamento imune de impunidade e parcialidade à sua (in) constitucionalidade, uma vez que feriria princípios basilares ao Direito Processual Penal como o contraditório, promotor e juiz natural além da lesão ao Pacto Federativo. Observa-se assim a necessidade de estudos acerca desse novel instituto na seara penal uma vez, que desde 1992 as graves violações aos direitos humanos como a Chacina de Vigário Geral serviram como base e pressupostos sociais para a proposição de sua criação. Na conclusão desse projeto, deve-se destacar dois aspectos importantes, a contribuição deste trabalho no desenvolvimento de uma justiça mais imparcial e a busca por sua efetividade perante os direitos humanos. Para a resolução do conflito doutrinário deve-se utilizar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como a teoria da preponderância dos direitos humanos, uma vez que através deste, possibilita-se a vítima de violações, uma via a mais a recorrer no direito interno, e não apenas isso mas ver nesse incidente de deslocamento, o meio para credibilizar a justiça Estadual na resolução de tais violações, fazendo com que tenha-se uma concorrência salutar entre os dois entes jurisdicionais, sem que assim se caracterize Tribunal de exceção. Entende-se, porém que tal incidente ainda necessita de uma revisão para que sejam previstas em lei, tais violações, tendo com essas mudanças sua aplicação mediata e não limitada a subjetividade do Procurador Geral da República quanto a sua suscitação. Esta pesquisa se utilizará de estudo doutrinário, jurisprudencial e bibliográfico.

Palavras-chave: Competência. Direitos Humanos. Princípios constitucionais.

RD 17: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DESNUTRIÇÃO INFANTIL

Ozeny Francisca S. F. Rodrigues¹; Sandra Helena L. Moreira²

¹ Aluna do 1º Semestre do Curso de Direito

² Professora Dra., Orientadora

Estima-se que no mundo existam 174 milhões de crianças menores de cinco anos de idade com desnutrição ou baixo peso. No Brasil a desnutrição atinge, sobretudo, crianças menores de dois anos de idade, com maior incidência nas regiões Norte e Nordeste. Este trabalho pretende analisar a desnutrição infantil e seus aspectos nutricionais, sociais e as condições que contribuem para o seu agravamento. Utilizou-se de pesquisa exploratória no IPREDE – Instituto de Promoção da Nutrição e do Desenvolvimento Humano, onde se constatou uma infraestrutura moderna, capaz de atender as necessidades das crianças. Ao chegar à Instituição, a criança desnutrida é avaliada pela equipe de profissionais e inicia o tratamento de acordo com seu grau de desnutrição, consistindo em alimentação adequada e uso de medicamentos, além de, durante o tratamento, ser acompanhada por profissionais como: médico, psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, pedagogo e neurologista, este último sendo necessário, pois a desnutrição compromete o desenvolvimento psicomotor da criança. O problema da desnutrição é proveniente de questões sociais, porém a fome e a desnutrição infantil não podem esperar por mudanças de curto prazo na sociedade brasileira.

No entanto, é carência que tem que ser combatida o quanto antes, pois prejudica irremediavelmente a formação das crianças. Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu artigo 7º, toda criança tem direitos invioláveis, dentre eles o da “proteção à vida”, sendo a saúde condição essencial para tal proteção, além do desenvolvimento “sadio e harmonioso” e com dignidade; o artigo 15º, assegura à liberdade, “respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento”, enfatizando a proteção constitucional desses direitos. O ECA segue princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança que preceitua entre outros direitos, a compreensão e oportunidades de desenvolvimento em todos os aspectos da vida. As leis devem levar em conta os melhores interesses da criança. A desnutrição infantil continua a ser o problema mais grave de saúde pública dos países em desenvolvimento. A sua efetiva redução depende de intervenções integradas que reduzam a pobreza e melhorem a qualidade de vida das famílias menos favorecidas. Instituições sem fins lucrativos têm se organizado para desenvolver iniciativas que diminuem este problema. Considerando os casos registrados no IPREDE, em 22 anos de atuação no combate a desnutrição infantil, foram atendidas 24.873 crianças, sendo que a Instituição atende cerca de 1200 crianças por mês. Com base nesses dados, urge que o Governo e a sociedade tomem iniciativas eficazes, pois somente com parcerias se poderá num futuro mais próximo, erradicar a desnutrição infantil, tornando a proteção legal realmente garantidora de amparo à vida e a dignidade humana.

Palavras-chave: Desnutrição Infantil. Desenvolvimento Infantil. Direito Fundamental.

**RD 18: O MINISTÉRIO PÚBLICO E A INVESTIGAÇÃO CRIMINAL: UMA
LEITURA À LUZ DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.**

Patrícia Gomes Sampaio¹; Nestor Eduardo Araruna Santiago²

¹ Aluna do 8º semestre do Curso de Direito da Faculdade Christus

² Professor Dr., Orientador

A investigação criminal por membros do Ministério Público (MP) é objeto polêmico e tem sido tema de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) aforada contra os dispositivos da Lei n. 8.625/93 e da Lei Complementar n. 75/93. Discute-se acerca da (im)possibilidade do Ministério Público, como órgão titular exclusivo da ação penal pública (art. 129, I da Constituição Federal - CF), promover ou presidir tais diligências, bem como se questiona a (in)sustentação da exclusividade da Polícia Judiciária para a apuração de crimes. Atualmente existem setores do MP dedicados à investigação criminal, sobretudo à apuração do crime organizado, a exemplo do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (GAECO) do Estado de São Paulo. É justa a anulação de investigação realizada por membro (s) deste grupo ou faz-se necessário o aproveitamento de tais atos? Este trabalho tem por finalidade analisar tal questão, conforme o perfil institucional do Ministério Público traçado pela CF de 1988 e frente ao princípio – e direito fundamental – do devido processo legal (art. 5º, LIV, CF). É possível verificar três posições quanto ao problema: a) o *Parquet* não pode realizar inquirições no âmbito criminal, por existir óbice constitucional; b) o *Parquet* não pode realizar inquirições no âmbito criminal, por não existir previsão constitucional e c) pela viabilidade das investigações criminais realizadas pelo Ministério Público. A metodologia a ser utilizada é de cunho bibliográfico e jurisprudencial. As questões têm como ator principal o órgão responsável pela defesa social (art. 127, CF) e como pauta os direitos fundamentais, a exemplo da dignidade, da segurança e do devido processo legal.

Palavras-chave: Ministério Público. Investigação Criminal. Devido Processo Legal.

RD 19: CRIMINALIDADE FEMININA: IMPASSES ENTRE O GÊNERO E A CONDIÇÃO DE CLASSE

Sandra Helena Lima Moreira¹

¹ Professora Dra.

O Estudo aborda a temática da criminalidade feminina no aspecto teórico, relacionando com a realidade criminógena do Estado do Ceará e a atuação das mulheres no contexto atual. Realiza abordagem crítica da teoria tradicional positivista, de caráter antropocêntrico, segundo a qual os crimes femininos são restritos em razão da condição de hipossuficiência e incapacidade intelectual e física da mulher para realizar ações delituógenas compatíveis com as empreendidas pelo sexo oposto. Analisa o percurso do movimento feminista nos últimos 40 anos e indica os equívocos de determinados segmentos desse Movimento que profetizaram o aumento quantitativo e qualitativo da criminalidade feminina, em razão de sua inserção social e modificação do seu *status* no seio da própria família. Após utilização de metodologia de pesquisa que colheu dados secundários na grande mídia televisiva e jornalística impressa e em entrevistas concedidas por autoridades judiciárias do Estado do Ceará, analisou que o propalado aumento dos delitos femininos ocorreu somente no aspecto qualitativo, permanecendo o quantitativo histórico mediano de 4% das ocorrências, contra 96% de autoria masculina. Pondera que a mudança qualitativa na criminalidade feminina ocorre paralelamente à mudança quantitativa e qualitativa da criminalidade masculina, em razão das transformações sócio-econômicas pelas quais passaram a sociedade capitalista brasileira, que agudizou sobremaneira a desigualdade social e interferiu de modo inédito na violência urbana do País. Conclui que a criminalidade feminina ainda não pode se desprender completamente das especificidades de gênero (os dados empíricos não permitem fazer isso), no entanto, rechaça a teoria criminológica tradicional que atribui tal característica à inferioridade ou incapacidade da mulher. Os dados dos registros policiais atuais do Estado do Ceará, revelam que as mulheres atuam como coadjuvantes nos crimes de maior poder ofensivo, no entanto ainda ocupam os lugares menos arriscados da ação, bem como não estão na linha de frente nos confrontos com a polícia nem no “arrebato das vítimas”. Assim, a mudança qualitativa nos delitos femininos relaciona-se muito mais à condição de classe social, haja vista as maiores responsabilidades que assumiu na liderança da família inclusive no seu sustento, do que uma índole equipara ao masculino para a prática de crimes de maior poder ofensivo.

Palavras-chave: Criminalidade Feminina. Gênero. Classe Social.

DIREITO

Artigos

AD 1: A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS, NA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Aglais Cristina Gondim Tabosa Freire¹³²; Nagibe Melo Jorge¹³³

RESUMO

A partir dos avanços dos ideais iluministas e das revoluções políticas e sociais do século XVIII, surgiu a necessidade de uma instituição que limitasse o poder estatal e conferisse aos cidadãos os direitos e as garantias fundamentais, o que se deu por meio da Constituição, a lei fundamental e suprema do Estado. Os direitos e as garantias fundamentais não surgiram de repente, foram resultados de um longo processo histórico-cultural, desde a concepção de direitos naturais até seu reconhecimento e positivação (direitos fundamentais). No Brasil, os direitos fundamentais passaram por um lento processo de evolução marcado por movimentos e lutas políticas e sociais, que decorreram da primeira Constituição em 1824, o qual, ainda na fase do Brasil Império, esboçou os primeiros direitos fundamentais de cunho individualista, até a Constituição atual de 1988, codificada em razão da democracia e de um Estado Social, cuja estrutura contém todos os direitos fundamentais, resultantes das aspirações e das necessidades do povo brasileiro.

Palavras-chave: Constituição. Direitos fundamentais. Evolução.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, far-se-á uma análise das evoluções constitucionais dos direitos humanos, por meio da observação dos movimentos constitucionalistas e do processo histórico, pelo qual foram elaboradas as constituições brasileiras, assim como da comparação entre as especificações trazidas por cada Constituição, em relação aos direitos fundamentais.

Primeiramente, serão abordados o processo histórico e as repercussões do movimento constitucionalista, bem como as concepções dadas ao termo “constituição”, e, em seguida, serão atribuídos os conceitos de direitos naturais, por meio de suas vertentes históricas e de direitos fundamentais, apresentando as cinco dimensões nomeadas pelo professor Paulo Bonavides. Por último, far-se-á uma apresentação de cunho histórico das Constituições brasileiras, abordando as características básicas e as inovações trazidas em cada uma delas, principalmente, no que se refere à evolução dos direitos fundamentais.

O dado trabalho tem o objetivo de mostrar que os direitos fundamentais, no Brasil, não surgiram repentinamente, foram o resultado de um longo processo evolutivo das constituições, o qual foi impulsionado, principalmente, pelas crises e pelos movimentos políticos e sociais do País; pois é necessário perceber a importância dos movimentos populares e das transformações históricas da sociedade brasileira para a evolução constitucional dos direitos fundamentais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

132 Aluna do 2º semestre do Curso de Direito.

133 Professor Ms., Orientador.

2.1 Constitucionalismo

O Constitucionalismo surge a partir das revoluções liberais dos séculos XVII e XVIII, por exemplo, a Revolução Gloriosa de 1688, na Inglaterra, a Revolução Francesa de 1789 e a Declaração de Direitos da Virgínia, em 1776. Tais movimentos tiveram, como precursora, a Magna Carta inglesa de 1215, que, mesmo se constituindo um documento feudal, limitava o poder do rei, garantindo o privilégio dos barões e os direitos dos homens livres.

O Movimento Constitucionalista surge, simultaneamente ao Estado Moderno, como forma de limitar o poder do governante e assegurar os direitos conquistados, de modo a confrontar os abusos do absolutismo. Posteriormente, a Constituição tornou-se uma condição para o reconhecimento da soberania e da independência. Com o decorrer do tempo, a Constituição foi afastando-se da concepção meramente formal e adquirindo, cada vez mais, um teor material, o que fez ela ser concebida, atualmente, como a síntese de valores e aspirações de um povo.¹³⁴

2.2 Constituição: Definição

O vocábulo Constituição, para autores como José Afonso da Siva¹³⁵, tem várias acepções, como constituição do universo, dos corpos sólidos; temperamento, compleição do corpo humano; organização, formação; ato de estabelecer juridicamente; conjunto de normas que regem uma corporação, uma instituição; a lei fundamental de um Estado. Será, todavia, abordado, nesta apresentação, apenas o último significado.

Para Alexandre de Moraes¹³⁶, a Constituição é “a lei fundamental e suprema de um Estado” e tem, como funções, a organização política do Estado e a limitação do poder estatal, por meio da previsão de direitos e garantias individuais.

2.3 Direitos Naturais e fundamentais

Os direitos naturais são direitos inatos, “dados” ao homem, inerentes à sua natureza; porém tal concepção adota, segundo José Afonso da Silva¹³⁷, três (3) vertentes diferentes, que abordam a forma com que eles foram adquiridos:

¹³⁴ WIKIPÉDIA. **Constitucionalismo**. Portal do Direito. Licenciado ao público sob a Licença GNU de Documentação Livre. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitucionalismo>>. Acesso em: 20 set. 2008.

¹³⁵ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 37.

¹³⁶ MORAIS, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008, p. 6-7.

O pensamento cristão, o qual afirma que Deus criou os homens a sua imagem e semelhança, e iguais entre si, dotados de liberdade; de forma a preservar a dignidade humana e o princípio da igualdade.

O jusnaturalismo, de natureza racionalista, pelo qual os direitos naturais determinam as esferas de convivência humana e estão acima das arbitrariedades do poder absolutista dos séculos XVI e XVIII.

O pensamento iluminista, que determina o valor das liberdades e das crenças individuais, em detrimento dos valores sociais, o que se denominou de “individualismo”.

Já os direitos fundamentais são aqueles naturais codificados no texto constitucional, protegidos por garantias processuais, a fim de limitar o poder estatal e garantir maior participação popular.

Para Paulo Bonavides¹³⁸, os direitos fundamentais podem ser divididos em cinco dimensões, os quais estão, em sua totalidade, presentes na Constituição Federal (CF) Brasileira de 1988:

- 1º dimensão: Os direitos de liberdade, de titularidade individual e natureza civil e política (CF, art. 5º), como direito de movimentação e de expressão do pensamento;
- 2º dimensão: Os direitos de igualdade, os quais têm titularidade coletiva e cunho social, econômico e cultural (CF, art. 6º), tais como a reforma agrária;
- 3º dimensão: Os direitos de solidariedade ou fraternidade, cuja titularidade pertence ao povo ou à humanidade, são direitos difusos (CF, art. 4º), por exemplo, o direito a um meio ambiente saudável;
- 4º dimensão: Democracia, de titularidade universal, caracterizado pela globalização política (CF, art. 1º), como direito à informação;
- 5º dimensão: Pacifismo, de titularidade universal, o qual visa à paz mundial, por meio da resolução diplomática e racional de conflito entre os Estados (CF, art. 4º);

Faz-se necessário ressaltar que, enquanto os direitos de 1º dimensão são negativos: necessitam da não-intervenção do Estado Liberal; os das demais dimensões são positivos: só podem ser contemplados pelas políticas estatais (Estado Social).

¹³⁷ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

¹³⁸ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

2.4 Constituições brasileiras

2.4.1 *Constituição Política do Império de 1824*

A Constituição Política do Império nasceu da necessidade da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, logo após a proclamação da Independência do Brasil, como forma de ter reconhecida a soberania nacional, caracterizando-se por ser o poder que o Estado tem de elaborar e executar suas próprias leis, bem como de exigir que a sua independência seja, internacionalmente reconhecida.

O Brasil divergiu dos demais países americanos por não caminhar diretamente para a República, sendo submetido, por 67 anos, ao regime imperial e pela instituição da religião Católica Apostólica Romana como a oficial do Império (CF., art. 5).

Embora a Assembléia tenha sido convocada, o Imperador Dom Pedro I, outorgou em 1824, influenciado pelas idéias liberais do momento, a Constituição Política do Império.

Tal Constituição inovou ao instaurar o Sistema Bicameral: Câmara dos deputados e Câmara dos senadores, que formavam a Assembléia Geral, e o Senado Vitalício, cujos representantes eram nomeados pelo Imperador; assim como a atribuição do poder Moderador ao Imperador, o qual lhe atribuía o caráter inviolável e sagrado, permitindo-lhe manipular os demais poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário.

Diferentemente das constituições posteriores, a Constituição Política do Império foi apenas um esboço de uma constituição liberal, devido à possibilidade de voto, restrita para homens maiores de 25 anos que possuíssem a renda líquida de quatrocentos mil réis (CF., arts. 90- 97), e à separação de poderes, embora viciada pelo Poder Moderador.

2.4.2 *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891*

A economia do Brasil, desde a época do Brasil Colônia, era sustentada pelo sistema de plantation, grandes propriedades rurais monocultoras e escravistas; porém tal realidade foi sendo desestabilizada pelos movimentos abolicionistas internos e pela pressão inglesa, no que se refere à abolição da escravatura. Em 1888, visando a acalmar os conflitos sociais, foi proclamada a Lei Áurea, que aboliu o trabalho escravo; fato que culminou no fim do Império e na proclamação da República em 1889.

O marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente da nação, reuniu, em 1891, a Assembléia Nacional Constituinte, que promulgou a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, a qual sofreu forte influência da Constituição Americana de 1787 .

A Constituição Liberal teve como base o princípio da isonomia, “todos são iguais perante a lei” (CF., art.72, II), assegurou a “inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança e à propriedade” (art. 72, caput). Ela inovou ao garantir os direitos de liberdade individuais e ao instituir o federalismo (arts. 1º e 2º), o qual é a união de vários

estados-membros autônomos, por meio de um elo indissolúvel, em torno de uma unidade federativa.

Outras mudanças relevantes foram a supressão do Senado Vitalício e do Poder Moderador, além da instauração da tripartição dos poderes (art.15), baseada no sistema de freios e contrapesos, o qual garante o controle recíproco entre os poderes.

Quanto ao voto, foram instituídos o sufrágio universal e o voto aberto para maiores de 21 anos, excetuando-se mulheres, mendigos, analfabetos, militares de baixa patente e religiosos, pelo qual era concedido aos governantes um mandato de três (3) anos (art. 70). Ao distanciar-se do poder da Igreja, o Brasil tornou-se um Estado Laico, sendo permitidos todos os cultos, sem distinção perante lei, e reconhecido o casamento civil (art. 72, III).

Embora fosse considerada uma constituição liberal, no sentido de haver a existência de certas limitações do poder estatal, como os direitos individuais e a tripartição de poderes, a democracia não ocorria de fato; pois se alternavam, no poder, apenas representantes paulistas (café) e mineiros (leite), a denominada República do Café-com-leite.

2.4.3 Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934

Em 1929, o presidente Washington Luís, paulista, em vez de indicar um candidato mineiro, apoiou a candidatura de outro paulista para sucedê-lo, Júlio Prestes. Tal fato levou à dissidência das elites, abrindo espaço para que outros grupos tomassem o poder. Criou-se, pois, uma aliança entre Paraíba, Minas Gerais e Rio Grande do Sul para as eleições de 1930; porém a vitória eleitoral foi de Júlio Prestes. A aliança alegou fraude eleitoral e, justificando-se pelo assassinato de João Pessoa, político paraibano, iniciou-se a Revolução de 30.

Enquanto não se elaborava uma nova constituição, Getúlio Vargas, que foi imposto no poder pelo golpe de Estado, governava por meio de decretos-leis e nomeava interventores para os Estados, o que não agradou os paulistas, levando, em 1932, ao Movimento Constitucionalista. Embora as tropas do governo tenham sufocado o movimento, ele foi vitorioso, no que diz respeito à posterior convocação da Assembléia Nacional Constituinte, que promulgou, em 1934, a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, a qual recebeu forte influência da Constituição de Weimar (Alemanha, 1919).

Essa Constituição revelou-se na mais inovadora das constituições brasileiras, ampliando os poderes da União (CF. art. 5º e 6º), criando a Justiça Eleitoral inserindo-a no Poder Judiciário (CF. 63 e 82), a Justiça Militar e a Justiça do Trabalho. Introduziu, em assonância com a política tradicional, a representação corporativa de influência fascista (CF. art. 23). Foi a primeira a implantar a Comissão Parlamentar de Inquérito e, a partir deste diploma constitucional, todas as demais Leis Magnas passaram a disciplinar a matéria (CF. art. 36).

A Constituição é tida como social; pois, por meio de um Estado intervencionista, possibilitou a garantia dos direitos sociais, econômicos e culturais (CF., arts. 115-144) de titularidade coletiva, como saúde e educação de qualidade.

Tal Constituição ampliou a democracia ao conceder o direito de voto secreto às mulheres (idem, arts. 108 e ss.) e aos maiores de 18 anos, além de conferir rigor jurídico às relações trabalhistas e ao sistema eleitoral, pela criação da Justiça do Trabalho e da Justiça Eleitoral. Para evitar a corrupção, além da criação da Comissão Parlamentar de Inquérito

(CPI), foram criados o Ministério Público, o Tribunal de Contas e os Conselhos Técnicos, fortalecendo o controle e a harmonia entre os poderes.

2.4.4 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937

Com o fim da 1ª Guerra Mundial, o Brasil, assim como os demais países, enfrentou o choque ideológico, o qual foi, no Brasil, representado pela Aliança Integralista Brasileira (AIB) de orientação fascista, comandada por Plínio Salgado, e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), liderado por Luís Carlos Prestes.

Influenciado pelo comunismo chinês, em 1935, o PCB iniciou uma marcha pelo interior do Brasil, com o objetivo de obter o apoio das massas, a qual fracassou e foi denominada pejorativamente de Intentona Comunista. Tal fato, juntamente com um forjado plano de tomada de poder (Plano Cohen), foi usado por Getúlio Vargas, para a implantação do Estado Novo, o qual foi concebido em nome da segurança nacional, diante da suposta ameaça comunista, e para a outorgação, em 1937, da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, influenciada fortemente pela “Polaca”, Constituição fascista polonesa.

Em síntese, as principais preocupações de tal constituição foram:

[...] fortalecer o poder do Executivo [...]; atribuir ao poder do Executivo uma intervenção mais direta e eficaz na elaboração das leis [...]; reduzir o papel do parlamento nacional, em sua função legislativa [...]; eliminar as causas determinantes das lutas e dissídios de partidos, reformando o processo representativo, não somente na eleição do parlamento, como principalmente em matéria de sucessão presidencial; conferir ao Estado a função de orientador e coordenador da economia nacional [...]; reconhecer e assegurar os direitos de liberdade, de segurança e de propriedade do indivíduo, acentuando-se, porém, que devem ser exercidos nos limites do bem público [preponderância dos interesses do Estado sobre os direitos e garantias individuais]; a nacionalização de certas atividades e fontes de riqueza, proteção ao trabalho nacional, defesa dos interesses nacionais em face do elemento alienígena.¹³⁹

Essa Constituição recebeu 21 emendas para se adequar às conveniências do momento e às designações próprias do Presidente da República (CF, arts. 74- 87). Ao subordinar os demais poderes ao Executivo, a Carta Magna de 1937, de extremo teor formal, lesou os interesses do povo brasileiro e até a própria democracia; entretanto se faz necessário enfatizar a importância que ela teve para o fortalecimento das relações trabalhistas pelo artigo 180, que confere ao Presidente da República o poder de promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em 1943, a qual institui, dentre muitos direitos, salário mínimo, previdência social, licença maternidade e paternidade, descanso semanal e férias remuneradas.

2.4.5 Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946

O Brasil lutou na 2ª Guerra Mundial contra o nazi-fascismo; todavia se mantinha, internamente, autoritário, o que gerou contradições no próprio sistema. Tal fato provocou o surgimento de vários movimentos de redemocratização, como o Manifesto dos Mineiros, e enfatizou a necessidade de recomposição dos princípios materialmente constitucionais.

O clamor popular forçou a realização de novas eleições em 1945, que deu a vitória a Euríco Gaspar Dutra, o qual, ao assumir o poder, logo instaurou a Assembléia Nacional Constituinte, que, em 1946, promulgou a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

Tal Constituição, embora tivesse um caráter liberal, ao recuperar as conquistas sociais das constituições anteriores, voltou-se às fontes formais do passado, o que foi considerado um retrocesso para o movimento constitucional. Ela, porém, foi inovadora nos campos político, ideológico e democrático e na efetivação dos direitos fundamentais, por exemplo, a garantia

¹³⁹ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 83.

dos direitos de fraternidade, que são direitos difusos, como a autodeterminação dos povos e a proteção ao meio ambiente, cuja titularidade pertence ao povo brasileiro e à própria humanidade. Também reinstituuiu o federalismo e o sistema de freios e contrapesos (CF., art.1-36).

Quanto às emendas constitucionais, destacam-se duas: a Emenda Constitucional n.4, de 2.9.1961, que instituiu o parlamentarismo no governo do Presidente João Goulart, e a Emenda Constitucional nº 6, de 23.1.1963, que reinstituuiu o presidencialismo.

2.4.6 Constituição do Brasil de 1967

Em 1951, Getúlio Vargas foi eleito Presidente da República, assumindo o cargo, dessa vez, por vias institucionais. Tal período se caracterizou turbulento, no que se refere a crises políticas e conflitos constitucionais de poderes. Tal fato resultou no suicídio do Presidente e na posse do vice, Café Filho, que adoeceu pouco tempo depois, dando a posse a Carlos Luz, presidente da Câmara dos deputados, o qual foi rapidamente deposto pelas forças militares, ao tentar dar um Golpe de Estado, sendo a presidência entregue ao senador Nereu Ramos, o qual, após as eleições, entregou o cargo ao presidente eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Apesar das rebeliões golpistas surgidas durante seu governo, o Presidente Juscelino Kubitschek concluiu seu mandato e foi sucedido pelo novo Presidente Jânio Quadros, o qual permaneceu, no governo, por apenas sete meses, renunciando para seu vice, João Goulart, que recebeu uma forte reação das camadas conservadoras da população, devido à sua simpatia pelo comunismo; o que propiciou o Golpe de 64, pelo qual o presidente foi deposto e instalado o governo militar ditatorial.

Em 1967, foi outorgada a Constituição do Brasil de 1967, que recebeu forte influência da Carta Magna de 1937, assimilando suas características básicas, como hipertrofia do Executivo e centralização política (CF, 1967, arts. 8-12), também reduziu autonomia individual e suprimiu os direitos e as garantias individuais, em nome da segurança nacional. Em razão disso, o voto era indireto: a escolha dos governantes era feita pelo sufrágio do Colégio Eleitoral, e o sistema político era bipartidário, composto pela aliança renovadora nacional, da situação (ARENA) e pelo movimento democrático brasileiro (MDB), da oposição).

O princípio da dignidade da pessoa humana foi contemplado na Constituição de 1967 pelo art. 150, o qual instituía direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade; entretanto havia um enorme distanciamento entre a constituição formal, o escrito, e a constituição material, a essência, na realidade.

Apesar da radicalização das medidas constitucionais, as crises não cessaram; o que levou, em dezembro de 1968, à outorgação do Ato Institucional nº 5 (AI 5), considerado o “golpe dentro do golpe”, o qual rompeu com a ordem constitucional e subordinou todas as esferas de poder ao aval do Presidente da República e da Junta Militar.

Embora não haja um consenso, muitos estudiosos, como José Afonso da Silva, consideram a Emenda Constitucional nº 1, denominada de Constituição da República Federativa do Brasil de 1969, uma nova constituição, não só pela própria denominação, mas por reformar integralmente o texto constitucional, conferindo-lhe uma nova organização.

A Constituição de 1967 não foi consagrada na realidade; pois foi modificada por 26 emendas constitucionais, enfatizando-se que a última emenda foi resultado de uma Assembléia Nacional Constituinte. Outra crítica feita foi que as medidas constitucionais não correspondiam às medidas políticas reais, e que, durante a ditadura militar, o País foi governado, basicamente, por atos institucionais e decretos-leis.

2.4.7 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Em 1984, os movimentos sociais intensificaram-se, sendo o mais conhecido o movimento das “Diretas Já”, o qual foi uma reação decorrente do projeto de lei do deputado

Dante de Oliveira, que propunha a reinstauração das eleições diretas dos governantes; contudo tal movimento fracassou, sendo o projeto vetado pelas alas mais conservadoras, que temiam a radicalização do movimento.

A Ditadura Militar teve, na prática, seu fim com a eleição indireta, em 1985, de Tancredo Neves, civil, para a Presidência da República; porém, antes mesmo de assumir a Presidência, Tancredo faleceu, sendo a posse delegada ao vice, José Sarney.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, é um texto moderno e avançado, com inovações de relevantes para o constitucionalismo brasileiro e até mundial. “Na expressão de Ulysses Guimarães, essa é a Constituição Cidadã, devido à ampla participação popular em sua elaboração, uma vez que ela reflete as pressões dos diversos grupos sociais do Brasil”¹⁴⁰, e à especial ênfase dada por ela à questão da cidadania, pela instituição de dispositivos de controle do poder estatal, como sufrágio universal, voto direto e secreto obrigatório, plebiscito, referendun e iniciativa popular.

O Preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil é a apresentação solene da Carta Constitucional, correspondente à síntese dos valores da sociedade brasileira, o qual anuncia os princípios que conduzem à interpretação e à aplicação da Constituição:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (CF/88, Preâmbulo).

A Constituição de 1988 foi inovadora no campo dos direitos individuais e sociais:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (CF/88, art. 1º).

Para entender melhor os incisos do artigo 1º, Alexandre de Morais¹⁴¹ faz um breve comentário para cada um:

A soberania é a supremacia interna, o poder de editar suas próprias leis e de ser independente internacionalmente;

¹⁴⁰ SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 90.

¹⁴¹ MORAIS, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

A cidadania é o pleno exercício dos direitos civis, a inserção do indivíduo, como membro ativo, na sociedade;

A dignidade da pessoa humana é o mínimo existencial, mínimo de direitos submetidos à máxima proteção;

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa são os princípios defendidos por meio da regulação das relações trabalhistas e econômicas;

O pluralismo político é a segmentação partidária que visa a englobar as diversas correntes ideológicas, proporcionando uma maior participação popular na vida política do País.

Faz-se importante ressaltar que, com relação ao federalismo, foi garantida uma maior proteção (CF, art. 2º). Tanto os Estados-Membros (arts. 25 e 26) como os Municípios (arts. 29 e 30) receberam maior autonomia e independência.

Com relação aos direitos e às garantias fundamentais, a Constituição Social democrática ampliou-os e conferiu-lhes maior proteção da que havia nas Constituições anteriores, abordando todas as cinco dimensões anunciadas pelo autor Paulo Bonavides. O texto II: Dos direitos e garantias individuais inicia-se com o artigo 5º, caput, da Constituição de 1988: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste artigo, será feita uma investigação de natureza bibliográfica e documental, por meio de livros de Direito Constitucional e de História, assim como de artigos afins, com o intuito de analisar como se deu o processo histórico-constitucional da evolução dos direitos fundamentais.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pode-se constatar, portanto, que o constitucionalismo foi um movimento decorrente das revoluções sociopolíticas do século XVIII, o qual defende que todas as relações de vida devem ser reguladas pela Constituição, a lei soberana e fundamental de um Estado, cujos objetos são a organização política estatal e a defesa dos direitos e das garantias fundamentais, que são direitos inerentes à pessoa humana, positivados e protegidos por garantias processuais.

Os direitos fundamentais podem ser divididos em cinco dimensões: direitos de liberdade, de igualdade, de fraternidade, democracia e pacifismo; no entanto, é importante ressaltar que os três primeiros correspondem ao lema da Revolução Francesa de 1789: “liberdade, igualdade e fraternidade”.

A Constituição Política do Império de 1824 expressou apenas um esboço dos direitos de liberdade, como os direitos individuais (civis e políticos), devido à restrita possibilidade de voto e à suposta separação dos poderes, já que, na prática, todos os poderes eram subordinados ao Imperador pelo Poder Moderador; a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891 instituiu o sufrágio universal, ampliou o voto, embora aberto e masculino, e suprimiu o Poder Moderador, sendo admitida, de fato, como uma Constituição Liberal; a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934 foi consagrada como a primeira Constituição Social, por conter os direitos de igualdade, ou seja, direitos coletivos (econômicos sociais e culturais), tais como o direito à previdência social, além de instituir o voto secreto e estendê-lo às mulheres; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937 caracterizou-se pela hipertrofia do Poder Executivo e pela forte intervenção estatal e, apesar do autoritarismo, teve grande importância para o fortalecimento das relações trabalhistas, devido à promulgação da CLT, e para a economia nacional, que se deu pela intervenção do Estado em setores estratégicos da economia; a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946 retomou todas as conquistas sociais da Constituição de 1934 e foi inovadora, no que se refere à instituição, na Carta Magna, dos direitos de fraternidade, direitos difusos; a Constituição do Brasil de 1967 foi um retrocesso no campo constitucional, pois subordinou todas as esferas de poder ao chefe do Executivo e à Junta Militar, embora os direitos fundamentais estivessem contidos na Constituição, eles foram suprimidos em nome da segurança nacional, portanto houve um distanciamento considerado entre a constituição formal e a material, fazendo que o País fosse governado por atos institucionais e decretos-leis; finalmente, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é considerada uma síntese de todas as conquistas sociais e políticas das constituições anteriores e incorporou as cinco dimensões dos direitos fundamentais, incluindo democracia e pacifismo, em razão de um Estado social e democrático.

5 CONCLUSÃO

Depreende-se, pois, que, no Brasil, a evolução dos direitos fundamentais, pelas vias constitucionais, ocorreu lentamente, movida pelas transformações sociopolíticas da própria sociedade, pelas novas concepções ideológicas e pelos anseios do povo brasileiro.

Cada Constituição traz inovações no campo dos direitos fundamentais, iniciando-se com a Constituição de 1824, que esboça a formação dos direitos de liberdade, até a Constituição de 1988, a qual, além de retomar os direitos de liberdade, de igualdade e de fraternidade, apresentados nas constituições anteriores, institui a democracia e o pacifismo, que são reflexos dos novos valores sociais.

No Brasil, a Constituição, inicialmente, foi uma imposição do Estado, cuja intenção era de regular a conduta social e ter reconhecida a soberania nacional. Fato que foi sendo modificado, à medida que se foi admitindo a participação popular, o que tornou a atual Constituição em um reflexo das pressões e das aspirações de uma sociedade democrática.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venicio. **História da Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1996.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 17. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

CUNHA, Alexandre Sanches. **Todas as Constituições Brasileiras**. Campinas: Bookseller, 2001.

MORAIS, Alexandre de. **Curso de Direito Constitucional**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História das cavernas ao Terceiro Milênio**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

OLIVEIRA, Marcelo de. **Evolução constitucional no Brasil**. Disponível em:
<<http://www.webartigos.com/>>. Acesso em: 20 set. 2008.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 25. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

WIKIPÉDIA. **Constitucionalismo**. Portal do Direito. Licenciado ao público sob a Licença GNU de Documentação Livre. Disponível em:
<<http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitucionalismo>>. Acesso em: 20 set. 2008.

AD 2: TRANSEXUALISMO: ASPECTOS LEGAIS DA CIRURGIA E DA ALTERAÇÃO DO REGISTRO CIVIL

Alice Melo de Sousa¹⁴²; Denise Almeida de Andrade¹⁴³

RESUMO

O transexualismo significa que o indivíduo tem a convicção de pertencer a um sexo e possuir órgãos reprodutivos - genitais opostos, havendo incompatibilidade entre sua estrutura física e o sexo a que psicologicamente está vinculado, sendo classificado como um transtorno de identidade de gênero. Nesta medida, tem-se estudado possibilidades de se por fim a esta incompatibilidade, havendo, hoje, a indicação de tratamento acompanhado por equipe multidisciplinar, a exemplo de psiquiatras, psicólogos, médicos, geneticistas, dentre outros. O transexual que se submete ao tratamento cirúrgico o faz em razão de possuir o desejo e, principalmente, o direito à adequação de seu sexo anatômico ao seu sexo psicológico, já resguardado, constitucionalmente, pelo direito à saúde, à vida privada, à honra, à liberdade, ao bem-estar, à intimidade, à imagem e à dignidade humana. A convicção de pertencer ao sexo oposto é uma idéia fixa que preenche sua consciência, impulsionando-o a tentar por todos os meios possíveis conciliar seu corpo à sua mente, tornando sua vida numa busca incansável pelo direito à felicidade. Após uma extensa pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma nova visão sobre os problemas legais e sociais enfrentados pelos transexuais. No Brasil não existe uma legislação que regularize a situação do transexual, porém, admite-se a cirurgia para adequação de sexo, que foi regulamentada por Resolução do Conselho Federal de Medicina em 1997 e, depois modificada em 2002, com o objetivo de transformar a vida deste indivíduo, compatibilizando seu corpo à sua percepção individual. Neste artigo serão analisados os aspectos legais da cirurgia de redesignação sexual, como também as formalidades para a alteração do registro público civil, de acordo com a Lei de Registro Públicos.

Palavras-chave: Transexualismo. Legislação. Registro Civil.

1 INTRODUÇÃO

O transexualismo, definido como doença pela Classificação Internacional de Doenças, consiste em uma anomalia da identidade sexual, pois o indivíduo se identifica psíquica e socialmente com o sexo oposto ao que lhe fora determinado pelo registro civil. O transexual não aceita seu sexo biológico, buscando na cirurgia de redesignação sexual o fim de todo o sofrimento causado pela incompatibilidade entre sua identidade sexual física e psíquica. Essa angústia não se resume ao fato de a sociedade o encarar como indivíduo do outro sexo, mas se agrava quando o próprio transexual não consegue conciliar seu corpo à sua mente: ele se percebe de uma forma e vê algo que repudia, que reprova.

O ordenamento jurídico brasileiro deve estar atento às evoluções sociais e dar relevância a elas. O arcabouço legal deve sofrer transformações, a fim de sustentar e sistematizar a nova conjuntura social. De fato, com a Constituição Democrática de 1988, houve uma flexibilização das normas referentes à possibilidade de mudança de registro civil do transexual.

¹⁴² Acadêmica do 9º semestre do Curso de Direito da Faculdade Christus.

¹⁴³ Professor Ms., Orientadora.

2 METODOLOGIA APLICADA

A elaboração deste trabalho deu-se a partir de robusta pesquisa bibliográfica, principalmente, com a análise de livros e artigos científicos sobre o tema, bem como por meio de pesquisa jurisprudencial, que vem cada vez mais inovando quanto ao aspecto da autorização de retificação do registro.

O método científico utilizado para realizar este trabalho foi o dedutivo, porque diante da existência dos artigos da legislação civil e da lei de Registro Público, conclui-se que o caso dos transexuais se enquadram nos dispositivos legais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Maria Helena Diniz¹⁴⁴, a transexualidade constitui a condição sexual da pessoa que rejeita a sua identidade genética e a sua própria anatomia, identificando-se psicologicamente com o gênero oposto.

Maria Helena Diniz escrevendo sobre o tema ressalta:

[...] trata-se de uma anomalia surgida no desenvolvimento da estrutura nervosa central, por ocasião de seu estado embrionário, que, contudo, não altera suas atividades intelectuais e profissionais, visto que em testes aplicados apurou-se que possui, em regra, um quociente intelectual (QI) entre 106 e 118, isto é, um pouco superior à média.¹⁴⁵

A autora Ana Paula Ariston Barion Peres em seu estudo sobre o transexualismo afirma:

Para configurar o transexualismo, é necessário que a pessoa apresente desconforto no tocante ao sexo anatômico natural; desejo expresso de eliminar os genitais, ou seja, desejo de perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; permanência desse distúrbio de forma contínua e consistente por, no mínimo, dois anos e ausência de outros transtornos mentais. Esses quatro quesitos têm que ocorrer concomitantemente, uma vez que a ausência de qualquer deles não caracteriza o indivíduo como sendo transexual.¹⁴⁶

Rafael D'Ávila dos Santos Pereira defende a alteração do registro civil do transexual submetido à cirurgia de transgenitalização, independentemente da inexistência de norma regulamentadora específica:

A Lei dos Registros Públicos, embora não possua um dispositivo específico para tratar da matéria, também permite a alteração do registro civil ora em análise. A referida lei elenca a impossibilidade de registro, pelos oficiais de registro, de prenomes suscetíveis de exposição ao ridículo. E, dessa forma, afigura-se possível, também, a mudança dos nomes suscetíveis de exposição ao ridículo. Ora, se o oficial de registro não deverá registrar esses prenomes, devemos entender que a alteração, por esse mesmo motivo, é pertinente e razoável. Não há como negar, entendemos,

¹⁴⁴ DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 231.

¹⁴⁵ DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 231.

¹⁴⁶ PERES, Ana Paula Ariston Barion. **Transexualismo - O Direito a uma nova identidade sexual**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 191.

que uma pessoa que se submeteu à cirurgia de redesignação sexual, com a conseqüente modificação de seus aspectos físicos exteriores, transformando-se numa pressuposta pessoa do sexo oposto, não se encontra em situação vexatória ao ostentar documentos que não apresentam informações que se identifiquem com a situação física da pessoa. [...] Com a evolução das técnicas cirúrgicas, tornou-se possível mudar a morfologia sexual externa, meio que começou a ser utilizado para encontrar a identificação da aparência ao gênero. Esse avanço do campo médico não foi acompanhado pela legislação, uma vez que nenhuma previsão legal existe. Ao depois, a omissão regulamentadora da classe médica levava a uma problemática ético-jurídica e a questionamentos sobre a natureza das intervenções cirúrgicas e a possibilidade de sua realização pelos médicos.¹⁴⁷

3.1 Cirurgia de redesignação sexual

A cirurgia de redesignação sexual, ou transgenitalização, surgiu a partir da década de setenta, quando começou a ser realizada de forma ilícita, na maioria das vezes pelo cirurgião Roberto Farina¹⁴⁸. Ao longo dos últimos anos, alguns estudos têm se dedicado ao tema, que estimulou a publicação da Resolução 1.482/1997, do Conselho Federal de Medicina. Tal resolução é importante, visto que, a partir dela, foi possibilitada a prática da cirurgia de transgenitalização, sem que isso configurasse crime de lesão corporal grave por parte do médico cirurgião.

Maria Helena Diniz, ao abordar a questão, firmou algumas indagações que merecem destaque:

Feita a cirurgia de redesignação sexual ou de mudança de sexo num transexual, o direito, a sociedade e o Poder Judiciário poderiam proibir que leve vida feliz e normal? Poder-lhe-iam negar efeitos jurídicos oriundos de sua nova condição sexual? Se com o término da Segunda Guerra Mundial passou-se a proteger com intensidade maior o direito da personalidade, em virtude da Declaração Universal dos Direitos do Homem e Liberdades Fundamentais de 1950, se direito da personalidade é o direito à conservação, invulnerabilidade, dignidade e reconhecimento da livre atuação da personalidade em todas as suas direções, gerando um dever jurídico de abstenção para todos os membros da coletividade, não se deveriam admitir direitos ao transexual operado? Não deveria a lei, evitando discriminação, facilitar seu direito à identidade sexual?¹⁴⁹

Para que seja diagnosticado o transexualismo e, em via de conseqüência, ser possível a ocorrência da cirurgia de mudança de sexo, a equipe multidisciplinar que avalia o indivíduo deve verificar se o paciente em questão atende aos requisitos enumerados no art. 3º da Resolução 1.652/2002, quais sejam: I) desconforto com o sexo anatômico natural; II) desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; III) permanência desses distúrbios contínua e consistente por, no mínimo, dois anos; IV) ausência de outros transtornos mentais.

¹⁴⁷ PEREIRA, Rafael D'Ávila Barros. O transexualismo e a alteração do registro civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1764, 30 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11211>>. Acesso em: 5 out. 2008.

¹⁴⁸ LOPES, Bárbara Martins; VELOSO, Bruno Henning. Dignidade e respeito reciprocamente considerados: a mudança do nome por transexual na comunidade brasileira. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 624, 24 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6504>>. Acesso em: 5 out. 2008.

¹⁴⁹ DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 235.

A cirurgia de transgenitalização é altamente complexa, de recuperação dolorosa e requer um acompanhamento de profissionais de áreas do conhecimento díspares e não apenas no período que antecede a cirurgia, mas também na fase pós operatória. O paciente que a ela é remetido necessita de revisões médicas constantes e de acompanhamento de psicólogos e/ou psiquiatras e assistentes sociais para encarar a sua nova situação, haja vista que, além de lidar com esta redesignação pode vir a sofrer inúmeros preconceitos pela sociedade.

3.2 Alteração do registro civil

A lei de registros públicos – Lei nº 6.015/73 impõe limitações na pretensão de mudança de prenome e estado civil do transexual.

A doutrina e a jurisprudência pátrias que adotam uma linha mais tradicional seguem o princípio da imutabilidade do prenome do indivíduo, com base no princípio da segurança jurídica, em relação à identidade da pessoa humana.

Todavia, mesmo a interpretação literal do referido diploma legal poderia autorizar a pretendida mudança, se entendermos que o prenome do transexual causa-lhe evidente constrangimento, expondo-o ao ridículo, diante do aspecto físico que apresenta. Assim, por tal motivo poderia ser autorizado a modificação do seu prenome com fulcro no art. 55, parágrafo único, c/c art. 109 da supracitada lei de registros.

Neste diapasão o julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, apresenta a seguinte decisão, quanto à possibilidade de mudança do nome sem a realização da cirurgia:

APELAÇÃO CÍVEL. ALTERAÇÃO DO NOME E AVERBAÇÃO NO REGISTRO CIVIL. TRANSEXUALIDADE. CIRURGIA DE TRANSGENITALIZAÇÃO. O fato de o apelante ainda não ter se submetido à cirurgia para a alteração de sexo não pode constituir óbice ao deferimento do pedido de alteração do nome. Enquanto fator determinante da identificação e da vinculação de alguém a um determinado grupo familiar, o nome assume fundamental importância individual e social. Paralelamente a essa conotação pública, não se pode olvidar que o nome encerra fatores outros, de ordem eminentemente pessoal, na qualidade de direito personalíssimo que constitui atributo da personalidade. Os direitos fundamentais visam à concretização do princípio da dignidade da pessoa humana, o qual, atua como uma qualidade inerente, indissociável, de todo e qualquer ser humano, relacionando-se intrinsecamente com a autonomia, razão e autodeterminação de cada indivíduo. Fechar os olhos a esta realidade, que é reconhecida pela própria medicina, implicaria infração ao princípio da dignidade da pessoa humana, norma esculpida no inciso III do art. 1º da Constituição Federal, que deve prevalecer à regra da imutabilidade do prenome. Por maioria, proveram em parte. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70013909874, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Maria Berenice Dias, Julgado em 05/04/2006).

Atualmente, encontra-se em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 70-B, elaborado pelo Deputado Federal José Coimbra, visando a regulamentar a situação dos transexuais, sobretudo positivar a possibilidade da mudança do nome e do sexo nos registros públicos.

Saliente-se, entretanto, que este projeto tem sido alvo de algumas críticas, dentre elas o fato de ter sido omissivo quanto à necessidade ou não de autorização judicial para a realização

da cirurgia. Não explicitou também, quais os destinatários da norma, não determinou o estado civil do transexual para que possa se submeter à operação e deixou de estabelecer as garantias por meio das quais serão exercidos os direitos decorrentes de seu novo estado sexual. Conseqüentemente, não delimitou o alcance jurídico desse reconhecimento e, por fim, também deixou de fixar os respectivos deveres.

O que se deve evidenciar, ao observar cuidadosamente esta questão, é que realmente o referido projeto já nasce precisando de reformas, e como ainda não foi aprovado, há tempo para ser retificado, antes de sua transformação em lei.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após analisar a questão dos transexuais, percebe-se que atualmente ocorrem modificações significativas no entendimento jurisprudencial. Cada vez mais juristas desprendem-se das amarras tradicionalistas e percebem que as pessoas que sofrem com este distúrbio psicológico precisam de amparo legal para realizarem a cirurgia terapêutica, bem como a retificação do seu Registro Civil.

Essa mudança de paradigma é percebida também na obra de muitos autores, que buscam demonstrar o quanto é difícil para o transexual ver respeitado os seus direitos, principalmente, no tocante ao Princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento basilar da Constituição Federal de 1988.

O legislador brasileiro, porém, não vem acompanhando essa evolução social, pelo contrário, vê-se a dificuldade em se aprovar legislação específica sobre o tema, que visaria a solucionar diversos impasses legais referentes aos transexuais. Saliente-se, contudo, que se verifica a premência em se proceder a algumas alterações no projeto em lei, para que essa norma guarde compatibilidade com os anseios da sociedade, a fim que por meio da legitimidade torne-se efetiva.

Necessário comentar, ainda, que já se visualiza a construção de uma nova perspectiva teórica sobre o tema, a exemplo das inovações do novo Código Civil, da jurisprudência e da doutrina pátria.

5 CONCLUSÃO

Analisando todos os argumentos e reflexões propostos neste trabalho, vê-se que as leis devem evoluir com a sociedade, e sua interpretação deve propiciar a solução dos conflitos gerados por novas tecnologias e pelo desenvolvimento social. A cirurgia de transgenitalização e a conseqüente alteração do registro civil, bem como a correção do prenome e do sexo, surgem como resultado da evolução dos hábitos e pensamentos da sociedade, a partir do momento em que as pessoas começam a se desvincular das amarras de um pensamento tradicional e inflexível quanto à sexualidade e a aceitar e buscar o bem-estar como aspecto imprescindível e preponderante na constituição das relações travadas entre os seres humanos.

A legislação brasileira não pode mais desconsiderar uma questão definida pela medicina e pela psicologia. O transexualismo existe, é uma doença e precisa ser tratado. E, inserida neste tratamento, está a cirurgia de adequação sexual. No entanto, de nada adiantará o tratamento se, posteriormente, o indivíduo não tiver seu nome e sexo alterados, em

documentos que o identificam como cidadão, continuando a vivenciar diretamente o fardo da incompatibilidade e falta de paridade entre sexo, psique e status jurídico.

REFERÊNCIAS

DIAS, Maria Berenice. **Transexualidade e o direito de casar**. Disponível em: <<http://www.mariaberencedias.com.br/site/frames.php?idioma=pt>>. Acesso em: 21 set. 2007.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1.

LOPES, Bárbara Martins; VELOSO, Bruno Henning. Dignidade e respeito reciprocamente considerados: a mudança do nome por transexual na comunidade brasileira. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 624, 24 mar. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6504>>. Acesso em: 5 out. 2008.

PEREIRA, Rafael D'Ávila Barros. O transexualismo e a alteração do registro civil. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1764, 30 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11211>>. Acesso em: 5 out. 2008.

PERES, Ana Paula Ariston Barion. **Transexualismo - O Direito a uma nova identidade sexual**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

TARTUCE, Flávio. Mudança do nome do transexual. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 884, 4 dez. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7584>>. Acesso em: 5 out. 2008.

AD 3: O DIREITO DE ACESSO À JUSTIÇA E SUA CONCRETIZAÇÃO ATRAVÉS DOS NÚCLEOS DE PRÁTICA JURÍDICA DAS FACULDADES DE DIREITO

Ana Geórgia Santos Donato Alves¹⁵⁰

RESUMO

O presente estudo propõe-se a realizar uma análise da concretização do direito de acesso à justiça nos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito. A Portaria nº 1.886/94 do Ministério da Educação e Cultura, (hoje as diretrizes curriculares dos cursos de Direito encontram-se na Resolução nº 09/04, também do MEC), provocou uma série de mudanças no ensino do Direito. Atualmente deve haver a necessidade da interdisciplinaridade na metodologia do ensino jurídico, devendo este ser baseado no ensino, pesquisa e extensão, assim como a necessidade de harmonia entre a teoria e a prática, daí a fundamental importância dos núcleos de prática jurídica das faculdades de Direito. Abordar-se-á, ainda que de forma resumida o surgimento do direito de acesso à justiça, a importância do conhecimento da realidade e a necessidade de conscientização e amadurecimento dos futuros bacharéis em Direito nos bancos universitários, através do uso da interdisciplinaridade e do humanismo como nova metodologia de ensino e a necessidade de um novo ensino jurídico baseado no humanismo.

Palavras-chave: Ensino jurídico. Acesso à Justiça. Núcleos de Prática Jurídica.

1 INTRODUÇÃO

O escopo principal do presente trabalho é analisar de forma resumida a relevância dos Núcleos de Prática Jurídica das faculdades de Direito como uma forma de acesso à justiça, direito consagrado em nossa Lei Maior.

Tais Núcleos de Prática realizam uma atividade de grande relevância no plano jurídico, mas, principalmente, no plano social, dada a assistência judiciária gratuita que oferecem à sociedade, aproximando o direito de acesso à justiça de todos os cidadãos que não tenham condições econômicas de arcar com as despesas processuais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho tem como metodologia a análise da doutrina nacional, as previsões da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a legislação pertinente ao ensino jurídico.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A natureza da pesquisa desenvolvida é de caráter bibliográfico e documental.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

¹⁵⁰ Professora da Faculdade Christus das disciplinas Direito Civil, Processo Civil e Profissões Jurídicas e Cidadania e mestre em Direito Constitucional.

O ser humano organizou-se em grupos sociais. Esses grupamentos são diferenciados entre si através do povo, da época, do local e da cultura. Entretanto, sempre tiveram algo em comum: a existência de regras de convivência. Sem essas regras, mesmo que sejam costumeiras, seria impossível a vida em sociedade, pois a liberdade plena é incompatível com a convivência harmoniosa em sociedade.

A ordem é fundamental em qualquer grupo humano, pois se cada membro do grupo se comportasse da maneira como bem entendesse, a vida social seria completamente instável.

José Albuquerque Rocha (1995, p. 20) enfatiza:

A idéia de que a vida social se rege por uma ordem é tão verdadeira a ponto de ser o *pressuposto teórico de toda ciência social*, certo só haver ciência onde existe regularidade, isto é, a existência de comportamentos de acordo com regras, única realidade capaz de possibilitar a generalização dos comportamentos, condição indispensável para fazer ciência.[...].

Mas como manter essa ordem? A forma histórica de manutenção da ordem nas sociedades modernas é o Estado. Com ele as regras sociais também passaram a ser institucionalizadas, dando origem à legislação. Para cumprir seu objetivo social de garantir a ordem, o Estado emite regras de conduta, denominadas direito. A aplicação dessas regras é assegurada ou pela aceitação do grupo ou pela imposição através da força exercida pelo Estado, em casos de desobediência (ROCHA, 1995, p. 21).

Mesmo com a existência e a instituição de normas sociais e estatais, não foi possível evitar a má administração dos conflitos, pois nem sempre essas normas foram respeitadas. Como decorrência, surgiu a necessidade de se criar normas que definissem as formas pelas quais seriam resolvidos os conflitos e insatisfações. Daí a origem do direito processual e da jurisdição (RODRIGUES, 1994, p. 22).

Como conceito de jurisdição, Rocha (1995, p. 23) diz que: “A jurisdição é justamente a instância que realiza a função de interpretar e aplicar, coativamente, as normas jurídicas de modo terminal, garantindo a certeza e a segurança dos direitos de que carece a sociedade para reproduzir-se na história”.

Quando o Estado legisla, fixa normas que permitem a existência e o desenvolvimento da sociedade. No ato de aplicação dessas normas, exerce a atividade jurisdicional, protegendo um direito que foi descumprido. Agindo dessa maneira, prima pela ordem e pela sobrevivência da sociedade.

Assim, a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV, diz que “O Estado prestará assistência integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. É o Estado atuando, oferecendo as condições necessárias e fundamentais para que qualquer cidadão que se sinta lesado em seu direito, possa procurar uma solução para a satisfação de sua pretensão junto ao Poder Judiciário, através do direito processual. Rodrigues (1994, p. 29) lembra: “Sempre que um direito não for respeitado espontaneamente, não há como fazê-lo legitimamente senão através do processo”.

Em março de 1993, o MEC nomeou uma Comissão de Especialistas em Ensino do Direito, o que culminou com a aprovação da Portaria 1.886/94/MEC, hoje regulamentada através da Resolução nº 09/04, do MEC, diploma que fixa as diretrizes curriculares e conteúdo mínimo dos cursos jurídicos. Essa Resolução revogou a Portaria nº 1.886/94, sendo considerada um legado daquela. Mudou-se a lei, mas se mantiveram, em sua maioria, as disposições da Portaria Ministerial nº 1.886/94.

Citada Portaria fixava as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo dos cursos de Direito. Continha uma série de orientações que, obrigatoriamente, teriam que ser levadas em consideração, tanto em relação à grade curricular como no tratamento que deve ser dado aos conteúdos das matérias. Tais dispositivos deveriam ser obedecidos por todos os cursos jurídicos do país.

Convém lembrar que a Portaria nº 1.886/94 teve como pressupostos, segundo Junqueira (2002, p. 51): o rompimento com o positivismo normativista, a superação da concepção de educação como sala de aula e de que só é profissional do Direito aquele que

exerce atividade forense, a negação da auto-suficiência do Direito e a necessidade de um profissional com formação integral (interdisciplinar, teórica, crítica, dogmática e prática).

Uma grande e especial contribuição da Portaria está voltada para a prática jurídica, tendo grande repercussão no direito de acesso à justiça: trata-se do estágio, um dos pilares da organização didático-pedagógica do curso jurídico. Segundo a Portaria nº 1.886/94, este deve ser desenvolvido no núcleo de prática jurídica, não apenas como espaço físico, mas com estrutura acadêmica própria.

As instalações para no núcleo de prática jurídica devem conter secretaria, dependências para simulações, computadores, espaço para atendimento de assistência jurídica, funcionários próprios, acesso a tribunais, entre outros equipamentos. No que se refere ao estágio, na visão de Eliane Junqueira (2002, p. 47):

[...] houve uma série de avanços no texto da Portaria MEC nº. 1886/94. Entre eles, cumpre destacar: (a) o estágio deixou de denominar-se de prática forense para passar a chamar-se prática jurídica. [...]. Os estágios sempre estiveram voltados apenas para a prática do foro, como se aí residisse todo o Direito. O mundo contemporâneo tem caminhado em muitos outros sentidos. Hoje as assessorias e consultorias, os institutos paraprocessuais, como a arbitragem, e pré-processuais, como a mediação, entre outras realidades, todas jurídicas, demonstram a necessidade de uma formação prática bem mais ampla; (b) houve a fixação de uma carga horária mínima de atividades em 300 horas; (c) a definição de que compunham o estágio atividades práticas, simuladas e reais; (d) a Portaria também avançou ao dividir a prática em simulada e real, qualificando-a. Isto significa que, naquilo que for possível, a prática deveria estar vinculada a situações reais da vida profissional, como nos serviços de assistência jurídica, patrocinados por grande parte dos Cursos de Direito nacionais. [...]; e (e) foi criado o Núcleo de Prática Jurídica como órgão encarregado, dentro de cada curso, de implementar e orientar as atividades de estágio desenvolvidas pelos alunos.

E, mais especificamente, sobre o Núcleo de Prática Jurídica:

[...] assim dispunha a Portaria MEC nº. 1.886/94: (a) será coordenado por professores do curso (impedindo, com isso, a utilização de outros profissionais da área jurídica que não sejam docentes – nesse sentido, resgatou a dignidade profissional do magistério); (b) deverá funcionar em instalações adequadas, tendo exigido a criação de verdadeiros laboratórios de Prática Jurídica. Esses laboratórios deveriam estar estruturados para o atendimento ao público e para propiciar o treinamento das atividades profissionais dos principais operadores dos cursos jurídicos (JUNQUEIRA, 2002, p. 48).

A Portaria 1.886/94 foi clara: mostrou que a visão do curso de Direito não é apenas um conjunto de disciplinas e atividades, mas um conjunto de conteúdos, que se desenvolvem através de disciplinas e atividades diversas. Ela tem uma proposta curricular essencialmente interdisciplinar, é aberta a novos ramos do conhecimento, como requisito para a formação do raciocínio jurídico, e a formação prática.

Até a sua promulgação, os currículos jurídicos eram exageradamente positivistas, onde se tinha um conhecimento genérico, dogmático e pouco rígido para a solução de problemas. Esses currículos sempre foram resistentes a um ensino interdisciplinar, pois eram apoiados em fundamentos sociológicos, políticos e econômicos de conhecimento jurídico.

As repercussões sociais com a implementação obrigatória da Prática Jurídica pelos cursos de Direito acarretam dois interessantes fenômenos: a melhoria da qualidade do profissional lançado ao mercado e facilitação do acesso a justiça pela população carente.

Para José Augusto Furtado (2008), a Portaria Ministerial nº 1.886/94 foi um marco significativo no sentido de que ocorressem melhorias no ensino jurídico brasileiro, exigindo grandes modificações para a formação do docente da área jurídica.

No ensinamento de José Augusto Furtado (2008, on line), quanto ao conteúdo do Curso de Graduação, a Resolução nº 09/04 fixou, considerando uma interligação de conteúdos, o que a Resolução denominou de eixos. São eles: 1) eixo de formação fundamental; 2) eixo de formação profissional; e 3) eixo de formação prática.

Ainda de acordo com José Augusto Furtado (2008, on line), o eixo de formação fundamental tem objetivo disciplinar. Relaciona o estudo do Direito com outras áreas do saber humano, como Antropologia, Economia, Ética, Psicologia e Sociologia.

O eixo de formação profissional tem abrangência dogmática e interdisciplinar, e elenca como disciplinas dogmáticas essenciais: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Finalmente, o eixo de formação prática tem como objetivo integrar a prática à teoria. Aqui os núcleos de prática desempenharão um papel fundamental, da mesma maneira que ocorria com o teor da Portaria nº 1.886/94.

O Estágio Curricular Supervisionado, a cargo dos Núcleos de Prática, aliado ao Trabalho de Curso e às Atividades Complementares, compõe o denominado eixo de formação prática.

O artigo 4º da Resolução nº 09/04 estabelece que o curso de graduação em Direito deverá possibilitar a formação profissional, que revele algumas habilidades e competências específicas.

O perfil do profissional do Direito, de acordo com a Resolução nº 09/04, está sustentado sobre três pilares: ensino, pesquisa e extensão. A partir da união desses elementos, chegar-se-ia à formação de um profissional que viesse atender às dimensões social, política, técnica, jurídica e prática do operador do Direito.

O teor da citada Resolução está de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal que diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No atendimento à população nos Núcleos de Prática das faculdades de Direito, os estudantes deparam-se com as mais diversas situações e problemas sociais, econômicos e familiares, tendo a oportunidade de intervir nessa realidade.

O futuro bacharel no atendimento à população, tem a oportunidade de sair da posição de teóricos, para uma posição que possa modificar o mundo. Tendo sido um aluno orientado por professores de disciplinas teóricas preocupados com o desenvolvimento crítico, histórico e humanista da ciência jurídica, o aluno vai passar por essa fase do curso de Direito com uma considerável bagagem cultural, social e com grandes aprendizados sociais e humanos.

Não se trata de um favor que a Academia faz para a sociedade. O atendimento nos Núcleos de Prática deve garantir a dignidade e a cidadania aos excluídos, devendo o atendimento primar pela agilidade, eficácia e comprometimento com a qualidade.

Os futuros bacharéis em Direito realizam milhares de atendimentos aos cidadãos brasileiros, operando um trabalho sério e de grande responsabilidade social. Ao elaborar peças processuais, objetivam o sucesso dos excluídos, na tentativa de se formar uma sociedade mais próxima do princípio basilar da Constituição Federal: a dignidade da pessoa humana.

O aluno precisa ter consciência de que a obrigatoriedade do estágio de prática o fará amadurecer para enfrentar a profissão por ele escolhida. Ele precisa de uma formação humana, crítica e consciente durante todo o curso jurídico nas disciplinas teóricas para que possa chegar aos Núcleos de Prática amadurecido e capaz de atender à população de modo eficaz e satisfatório.

Os benefícios são vários, que vão desde o aprimoramento na formação dos novos profissionais e a realização de um direito fundamental, a saber, o Direito de acesso à justiça, aos excluídos que sofrem com as mazelas do Estado devido ao número insuficiente de defensores públicos dos Estados do país.

Como dito no presente trabalho, é hora de a Academia fazer as pazes com a sociedade. É preciso que esta veja as faculdades como grandes aliadas para a realização de seus anseios e não como uma entidade distante e inacessível.

Na visão de Nalini (2004, p. 244): “A universidade brasileira tem uma hipoteca a resgatar junto aos excluídos. Se não o fizer, terá decretada a sua insolvência moral,

apressando o seu destino rumo ao nada, como antevêem não poucos pensadores contemporâneos”. E Carlos Aurélio de Souza (2002, p. 14) lembra que:

Investimentos não têm sido poupados, pois sabem as faculdades, pela intensa concorrência em que estão envolvidas, que a busca da qualidade de ensino é vital para sua sobrevivência com glória: não basta um belo aparelhamento de prédios, informática ou bibliotecas, sem uma alma, em espírito acadêmico arraigado à filosofia da escola e inserido num universo cultural maior, dentro do país e sobretudo fora dele.

Os Núcleos de Prática Jurídica dos cursos de Direito são um grande elo entre a Academia e a sociedade, onde se prima por atendimentos éticos, eficientes, ágeis e, um acesso à justiça de forma ampla.

CONCLUSÃO

Os núcleos de prática jurídica são espaços dentro das universidades onde se operam grandes modificações sociais, de acordo com sua função de atendimento à comunidade. É o local onde se espera que os direitos dos menos possibilitados economicamente sejam concretizados.

Em uma sociedade onde a maioria da população não possui condições financeiras de constituir um advogado, os Núcleos de Prática Jurídica das faculdades de Direito são um meio de ganho para o país.

Ainda se encontram obstáculos para a implantação de alguns pontos vigentes da Resolução nº 09/04 do MEC, mas é certo que a publicação da Portaria nº 1.886/94 e a posterior publicação da citada Resolução trouxeram grande otimismo a quem verdadeiramente se preocupa com a qualidade do ensino do Direito e, principalmente, aos professores comprometidos com um ensino interdisciplinar e humanizado, isto é, preocupados com um ensino de qualidade.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Resolução nº 9, de 29 de setembro de 2004**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- FURTADO, José Augusto Paz Ximenes. **Necessidades formativas do docente do ensino jurídico de qualidade**: das exigências e das possibilidades. Disponível em: <<http://www.ufpi.br>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- JUNQUEIRA, Eliane Botelho; RODRIGUES, Horácio Wanderley. **Ensino do direito no Brasil**: Diretrizes curriculares e avaliação das condições de ensino. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002.
- NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- ROCHA, José de Albuquerque. **Estudos sobre o Poder Judiciário**. São Paulo: Malheiros, 1995.
- RODRIGUES, Horácio Wanderley. **Acesso à justiça no direito processual brasileiro**. São Paulo: Acadêmica, 1994.
- SOUZA, Carlos Aurélio de. As tendências contemporâneas da ideologia e práticas jurídicas. In: ZIMERMAN, David; COLTRO, Antônio Carlos Mathias. **Aspectos psicológicos da atividade jurídica**. Campinas: Millennium, 2002.

AD 4: A SÚMULA 523 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A DEFICIÊNCIA DE DEFESA NO PROCESSO PENAL: NULIDADE ABSOLUTA OU RELATIVA?

Ana Paula Pinto da Silva¹⁵¹; Nestor Eduardo Araruna Santiago¹⁵²

RESUMO

Quando o direito e a justiça estiverem de lados opostos, configurando situação abominável em qualquer ordenamento jurídico, melhor optar-se pela segunda, sob pena de se dar preferência à técnica em detrimento da consciência. Com a edição da súmula 523 do Supremo Tribunal Federal instaurou-se na doutrina e jurisprudência uma dúvida a respeito da sanção que deveria ser aplicada aos casos em que houvesse deficiência de defesa. De um lado argumenta-se ser a hipótese caso de nulidade relativa, pois a súmula exige comprovação do prejuízo para que o processo seja anulado em virtude de ter ocorrido deficiência de defesa. Em sentido contrário, argumenta-se que deveria ser aplicada nulidade absoluta por ser a matéria objeto da súmula (direito à defesa) de ordem pública e de caráter constitucional. Diante disso, o presente trabalho objetiva analisar o direito à defesa, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, verificando a atuação dos defensores dativo e constituído na defesa do acusado, estudando a súmula 523 do Supremo Tribunal Federal, bem como analisando o conceito e as características das nulidades absolutas e relativas. O método utilizado foi, predominantemente o dedutivo. Verificou-se ao longo da pesquisa que sendo o direito à defesa um direito de ordem constitucional, qualquer violação por ele sofrida deve ser sancionada através de nulidade absoluta concluindo-se, com isso, que a deficiência de defesa no processo penal está sujeita à nulidade absoluta que deve ser declarada de ofício pelo juiz com base na violação do texto constitucional havendo, assim prejuízo evidente para o réu, bem como em virtude do caráter especial do Direito Processual Penal que tem por finalidade garantir a preservação dos direitos do acusado.

Palavras-chave: Processo Penal. Defesa. Nulidades.

1 INTRODUÇÃO

O Supremo Tribunal Federal editou a súmula 523 com o seguinte teor: “No processo penal, a falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu”. Com a edição do supracitado enunciado, tinha o Pretório Excelso o objetivo de pacificar a discussão acerca da nulidade no processo penal estabelecendo explicitamente que a ausência de defesa constituiria nulidade absoluta e implicitamente que a deficiência de defesa constituiria nulidade relativa.

No entanto, longe está de ser pacificada na doutrina e jurisprudência tal questão. Ocorre que, seguindo o entendimento sumulado pelo STF tribunais vêm decidindo acerca do caráter de nulidade relativa da deficiência de defesa no processo penal, em razão de interpretarem a expressão “prova de prejuízo para o réu” como característica essencial das nulidades relativas. Por outro lado, seguindo outra linha de interpretação, destacam-se decisões no sentido de que a deficiência de defesa se confunde com sua ausência ofendendo de igual modo as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, razão pela qual deve ser considerada nulidade absoluta pela presunção *iuris et de iure*.

É possível observar que, decorre o direito à defesa no processo penal de uma evolução experimentada primeiro pelo direito material penal, com a adoção do sistema acusatório caracterizado pela publicidade, tripartição das funções de acusar, defender e julgar e pela garantia do contraditório, que marca o fim das torturas, duelos e meios de prova baseados na divindade e em castigos físicos. Com isso, o acusado passa a ser sujeito de direitos e deveres

¹⁵¹ Aluna do 8º semestre do Curso de Direito da Faculdade Christus.

¹⁵² Professor Dr., Orientador.

deixando de ser mero objeto da relação processual e passando a gozar da proteção do princípio da dignidade da pessoa humana que garante constitucionalmente a todos o direito a um processo justo baseado no contraditório, ampla defesa, publicidade e demais garantias processuais¹⁵³. De acordo com a Constituição Federal, o princípio da dignidade da pessoa humana é fundamento da República Federativa do Brasil, sendo dever do Estado assegurar dignidade para todos sem distinção.

Com base nisso, o presente estudo tem como objetivo geral analisar a deficiência de defesa no processo penal, à luz do princípio da dignidade da pessoa humana, verificando se essa deficiência constitui nulidade absoluta ou relativa. Para tanto, pretende-se verificar a efetividade da atuação dos defensores dativo e constituído na defesa dos acusados no processo penal, estudar a súmula 523 do Supremo Tribunal Federal, bem como os conceitos e características do sistema de nulidades no processo penal.

Diante do exposto é inegável a relevância do tema e a necessidade de se empreender pesquisas no sentido de contribuir para a elucidação da questão, uma vez que o Supremo Tribunal Federal constitui o guardião da Carta Magna brasileira e, ao elaborar súmulas e julgar conflitos emanados de ofensa a preceito constitucional, tem como principal objetivo preservar a segurança jurídica e o Estado Democrático de Direito que estariam sobremaneira prejudicados com a permanência de dúvidas como as que o presente trabalho pretende elucidar.

Além disso, justifica-se a relevância da pesquisa, pela ocorrência de fenômeno cada vez mais comum no cotidiano forense, qual seja, a defesa meramente formal realizada pelos defensores em matéria criminal, sejam nomeados pelo juiz ou constituídos pelo réu que, longe de colocarem em prática os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa apenas comparecem fisicamente aos atos processuais sem nada contribuir para a tutela dos direitos do imputado.

As contribuições dessa pesquisa para a sociedade são aparentes, uma vez que também constitui dever desta primar pela tutela da inocência do imputado quando este não teve acesso a um devido processo legal em razão de haver sido desrespeitado seu direito a uma defesa técnica efetiva que, seja por sua ausência ou deficiência, tornou ineficaz garantias processuais indispensáveis à dignidade da pessoa humana como a ampla defesa e o contraditório.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A respeito do caráter de nulidade relativa da deficiência de defesa no processo penal argumentou-se o seguinte no HC 42.274-DF¹⁵⁴ julgado pelo Supremo Tribunal Federal: “NULIDADE. PREJUÍZO. DEFENSOR-ESTAGIÁRIO. A falta, e não a deficiência de defesa, é que constitui nulidade absoluta (CPC, art. 564, c). Para se anular o processo por deficiência de defesa, requer-se prova do prejuízo”.

Em sentido contrário decidiu o supracitado tribunal nestes termos¹⁵⁵:

DEFESA. DEFICIÊNCIA. PREJUÍZO. NULIDADE. No processo penal, quando a defesa é de tal modo omissa e deficiente, em condições que não asseguram o mínimo de diligência e de iniciativa, incorrendo em prejuízo do interesse processual do acusado, a situação deve ser equiparada à falta de defesa, com a conseqüente nulidade absoluta, nos termos da súmula 523. Habeas corpus concedido.

Diante da controvérsia, destaca-se que de acordo com o sistema de nulidades no processo penal, as nulidades absolutas têm como principais características a violação à

¹⁵³ CARVALHO, Luis Gustavo Grandinetti Castanho de. **O processo Penal em Face da Constituição**: princípios constitucionais do processo. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 1998, p. 11.

¹⁵⁴ STF, HC 42274-DF, Rel. Ministro Victor Nunes, Tribunal Pleno, julgado em 10.06.1965, DJU de 11.08.1965, p. 356.

¹⁵⁵ STF, HC 57510-SP, 1.T., Rel. Min. Rafael Mayer, julgado em 18.12.1979, DJU 07.03.1980, p. 158.

normas que visam proteger interesses públicos e a ofensa direta a princípio constitucional do processo. Nesse sentido, defende Vinícius Borges de Moraes¹⁵⁶:

Isto porque as nulidades absolutas são defeitos insanáveis na estrutura do processo penal, que normalmente compreendem questões como: citação; competência; defesa; motivação no julgamento; etc. Característica fundamental dessas nulidades é a afronta direta ao ordenamento constitucional, podendo ser arguidas em qualquer tempo, por ser questão de ordem pública. A defesa deficiente, em especial, se adequaria perfeitamente nessa categoria, uma vez que., além de ao Estado não interessarem condenações precárias, vige o princípio da mais ampla defesa.

Objetivando assegurar a ampla defesa, o Estado aplica a sanção de nulidade absoluta a não nomeação de defensor ao réu, estando este presente ou ausente aos atos processuais.

Sobre a relevância da defesa técnica no processo penal leciona Frederico Marques¹⁵⁷:

Mas o processo só atende sua finalidade quando se externa em procedimento adequado à lide que nele se contém, de forma a garantir amplamente os interesses das partes em conflito. E no processo penal, esse procedimento tem de plasmar-se segundo *modus procedendi* que assegure “aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela “ (art. 141, § 25). Isso significa a consagração do devido processo legal como norma fundamental de procedimento e garantia suprema do *jus libertatis* . O Estado não pode tornar efetiva sua pretensão de punir, sem que acuse, ou transfira essa tarefa ao particular. E acusar é deduzir a pretensão punitiva em juízo, o que significa que a tutela jurisdicional, que se consubstancia no processo penal, tem de ser, sempre, a priori. A privação da liberdade, em consequência de ilícito penal, somente será legítima quando precedida de acusação julgada em procedimento onde a defesa plena não seja comprometida. Se isso não ocorrer, o *status libertatis* estará sendo atingido sem o devido processo legal, o que torna irrita e contra jus a ação punitiva do Estado.

No entanto, não basta para que o imperativo constitucional do contraditório e da ampla defesa se realizem que haja mera defesa técnica. É indispensável que essa defesa seja efetiva, efetividade esta que pode ser comprovada pelo mínimo de esforço demonstrado pelo defensor do réu em exculpá-lo. A esse respeito ensina Maurício Antonio Ribeiro Lopes¹⁵⁸:

Defesa e contraditório estão indissolúvelmente ligados, porquanto é do contraditório que brota o exercício da defesa. A defesa, assim, garante o contraditório, mas também por este se manifesta e é garantida. Eis a íntima relação e interação da defesa e do contraditório. Se o direito de defesa existe exatamente na contrariedade à pretensão do autor, em igualdade de condições, como expressão da bilateralidade formadora do devido processo legal, que haja defesa técnica, por defensor constituído ou nomeado, só se pode entender preenchida esta última exigência se a atividade daquele se revela apta, em argumentos, a oferecer resistência à pretensão acusatória.

É função do devido processo legal proteger o indivíduo não só no que diz respeito ao direito material, mas, sobretudo, no aspecto formal proporcionando-lhe todos os meios que contribuam para uma defesa plena e efetiva. Nesse sentido leciona Alexandre de Moraes¹⁵⁹:

O devido processo legal configura dupla proteção ao indivíduo, atuando tanto no âmbito material de proteção ao direito de liberdade, quanto no âmbito formal, ao assegurar-lhe paridade total de condições com o Estado-persecutor e plenitude de defesa (directo a defesa técnica, à publicidade do processo, à citação, de produção ampla de provas, de ser processado e julgado pelo juiz competente, aos recursos, à decisão imutável, à revisão criminal).

¹⁵⁶ MORAES, Vinicius Borges de. A Súmula nº 523 do STF e a deficiência de defesa: uma breve análise acerca da nulidade relativa no processo penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 995, 23 mar. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8139>>. Acesso em: 21 maio 2008.

¹⁵⁶ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002, v. 1, p. 83.

¹⁵⁷ MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002, v. 1, p. 83.

¹⁵⁸ LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Jurisprudência Comentada: ampla defesa, contraditório e defesa efetiva. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 85, v. 725, n. 3, p. 459-468, mar. 1996.

¹⁵⁹ MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 121.

Sendo assim, é da responsabilidade do Poder Público assegurar que sejam proferidas decisões justas e respeitadas os direitos à ampla defesa e ao contraditório com o objetivo de proporcionar a paz social como ensina Fernando da Costa Tourinho Filho¹⁶⁰:

Se o Poder Público é o responsável pela manutenção da ordem e, por isso mesmo, deve tomar as medidas necessárias para punir o autor da infração penal, não é menos certo constituir dever seu assegurar aos acusados ampla defesa, porquanto repugna à consciência jurídica de um povo possa alguém ser processado sem que tenha o direito de se defender. Não se concebe justiça numa sentença se a parte contrária não foi ouvida. *Audiatur et altera pars*: a parte contrária precisa ser ouvida. O devido processo legal exige um regular contraditório, com o antagonismo de partes homogêneas. Deve haver uma luta leal entre acusador e acusado. Ambos devem ficar no mesmo plano, embora em pólos oportos, com os mesmos direitos, as mesmas facultades, os mesmos encargos, os mesmos ônus. Não se deve esperar justiça de uma sentença se uma das partes gozar de mais vantagens que a outra. Não havendo igualdade, a decisão a ser proferida não será justa, e, como o Poder Público tem interesse, em benefício da própria paz social, que as decisões sejam justas, determina ele que aos acusados seja dada ampla defesa.

Dessa forma, conclui-se que existem atos processuais que, pela importância que exercem para a relação processual, devem obedecer certas formalidades para produzirem os efeitos desejados. Essas formalidades encontram especial relevo quando se trata do direito penal, conforme lição de Julio Fabbrini Mirabete¹⁶¹:

Apesar da prevalência na legislação do princípio da instrumentalidade das formas, fixado no art. 566, a observância de formalidades no processo é uma garantia do direito, em especial no juízo criminal, em que estão em jogo direitos fundamentais do indivíduo, como o da liberdade de locomoção, de exercício de profissão etc. Por isso, o legislador inscreveu expresamente os casos em que ocorrem as nulidades no processo penal, distinguindo as absolutas das relativas. Formalmente, porém, podem ambas serem classificadas em quatro espécies: I – as referentes ao *juízo*; incompetência, suspeição ou suborno do juiz e falta de quórum nos julgamentos dos tribunais (art. 564, I, e III, p); II – a) as referentes à *ilegitimidade de parte* (art.564, II); b) as referentes à *falta de fórmulas ou termos* (art.564, III letras a a o); c) as referentes à *omissão de formalidades que constitua elemento essencial do ato* (art.564, IV, e parágrafo único).

3 METODOLOGIA APLICADA

Para a execução dessa pesquisa, foi utilizado, como procedimento metodológico, pesquisa bibliográfica com a análise em livros, periódicos e meio eletrônico, além de pesquisas jurisprudenciais em sítios como os do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça. O método utilizado foi predominantemente o dedutivo, com aplicação, também, do método indutivo quando da análise das jurisprudências.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Constituição Federal de 1988 dá ao direito de defesa o *status* de garantia constitucional quando prescreve em seu art. 5º, inc. LV que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa com os meios e recursos a ela inerentes”. Patente a intenção do legislador constituinte de dar especial proteção a esse direito, uma vez que o inseriu no rol de cláusulas pétreas disciplinado pelo art.60, § 4º da Carta Magna. Não poderia ter sido mais oportuna essa proteção, haja vista o direito à defesa constituir garantia não só do acusado, mas também do

¹⁶⁰ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 2, p. 492.

¹⁶¹ MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 644.

próprio processo configurando-se como um legitimador da própria função jurisdicional do Estado¹⁶².

Trata-se de direito individual, subjetivo, limitado apenas pelos parâmetros legais. Daí o caráter essencial do direito à defesa no processo penal possibilitando ao réu e seu defensor através da autodefesa e da defesa técnica efetiva, participarem ativamente de todos os atos instrutórios do processo com todos os meios de prova admitidos em direito. Íntima é sua relação com o princípio da dignidade da pessoa humana tratando-se de direito indisponível, uma vez que se deixa ao arbítrio do imputado exercer ou não sua autodefesa, mas se lhe impõe como obrigatória a defesa técnica como se infere da leitura do art. 564, III, c, do CPP que considera nulo o processo que tenha se desenvolvido sem a nomeação de defensor ao réu presente que o não tiver, ou ao ausente.

É importante ressaltar, ainda, característica essencial do direito processual penal, qual seja, a busca pela verdade real. Não pode o juiz criminal contentar-se com a mera verdade formal dos fatos alegados pelo autor em sua demanda acusatória. Primordial se faz a busca dos verdadeiros fatos e da verdadeira autoria da infração penal¹⁶³. Mais uma vez se infere a essencialidade da defesa, pois se a vítima tem motivos para querer saber essa verdade maior motivos terá o réu em conseguir o mesmo objetivo.

Com relação ao defensor, observa-se que ele não figura no processo nem como parte e nem como sujeito processual, mas sim como representante judicial. Essencial à função jurisdicional do Estado, sua presença é exigida para que haja a realização de qualquer ato processual, seja ele defensor dativo ou constituído.¹⁶⁴

No mesmo sentido, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica) eleva a atuação do defensor à categoria de garantia judicial afirmando que toda pessoa tem direito de se defender pessoalmente ou de ser assistida por um defensor de sua escolha e de com ele comunicar-se livremente e em particular, gozando, ainda, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, do direito irrenunciável de ser assistida por um defensor proporcionado pelo Estado se não puder defender-se a si próprio e nem tiver nomeado defensor no prazo estabelecido em lei.¹⁶⁵

Observa-se, ainda, que há na doutrina quem distinga a deficiência de defesa levando em consideração a atuação do defensor dativo e constituído argumentando que quando a deficiência decorrer da atuação do primeiro patente se fará a necessidade de anular o processo, ao passo que se a deficiência foi gerada pela atuação de defensor constituído não há lugar para nulidade, pois a responsabilidade é do próprio acusado que elegeu mal seu procurador.¹⁶⁶

Analisando o sistema de nulidades no processo penal, Paulo Rangel define que:¹⁶⁷ “Nulidade é a conseqüência da prática do ato em desconformidade com a lei e não a desconformidade em si.” Destarte, é possível classificar as conseqüências causadas pela inobservância de um determinado ato processual de acordo com o maior ou menor prejuízo que acarretam para o processo da seguinte forma: irregularidade, nulidade relativa, nulidade absoluta e inexistência.

A primeira ocorre quando se viola exigências formais de menor importância, regidas por normas infraconstitucionais e que não se destinam a resguardar o direito de nenhuma das

¹⁶² GRINOVER, 1977 apud FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002, p. 266.

¹⁶³ TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 1, p. 37.

¹⁶⁴ OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 387.

¹⁶⁵ Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), art. 8, n. 2, “d” e “e”.

¹⁶⁶ PEDROSO, Fernando de Almeida. **Processo penal: o direito de defesa – repercussão, amplitudes e limites**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001, p. 255. Em sentido contrário, defendendo que mesmo constituído o defensor pelo réu, este não poderia sofrer os encargos de sua má escolha. Cf. OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005, p. 389.

¹⁶⁷ RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005, p. 724.

partes, incapaz de gerar a nulidade do processo e produzindo seus efeitos normalmente. Na nulidade relativa, também há violação de norma infraconstitucional, mas esta visa proteger o interesse das partes e, em razão disso, pode lhes causar prejuízo no caso de serem desatendidas. Não há, contudo, nesses casos, interesse de ordem pública o que permite à nulidade relativa ser sanada e condiciona a anulação do processo à comprovação de prejuízo. No que tange à nulidade absoluta, há violação direta do próprio texto constitucional, mais especificamente aos princípios do contraditório, ampla defesa, dignidade da pessoa humana e dos demais que emanam do devido processo legal. A preocupação, aqui, é com o interesse público e, por conseguinte, há a presunção de prejuízo pela prática do ato em desacordo com os preceitos constitucionais. Por essa razão, a nulidade absoluta pode ser declarada “*ex officio*” e jamais preclui, isto é, pode ser argüida a qualquer tempo no processo. Por fim, tem-se o vício da inexistência que atinge requisito essencial para a existência do ato, constituindo mera aparência de ato. Não existindo o ato torna-se irrelevante discutir acerca de sua validade ou não¹⁶⁸.

Baseado nessa classificação é que também no processo penal é possível identificar essa graduação na gravidade das conseqüências trazidas pela realização de um ato em desacordo com a lei infraconstitucional ou com a própria Constituição. Daí falar-se em atos processuais considerados acidentais e atos processuais essenciais. É no art. 564, III do Código de Processo Penal que se encontram os atos, termos e fórmulas cuja ausência constitui nulidade independentemente de terem gerado prejuízo para as partes. Os demais atos, por conseguinte, só acarretarão a nulidade do processo se provado o prejuízo.¹⁶⁹

Dentre esses atos processuais mencionados no supracitado dispositivo encontra-se a nomeação de defensor ao réu, comprovando a relevância dada à atuação desse profissional no exercício de uma defesa técnica efetiva. Ora, se se trata de ato essencial ao processo, sob pena de não ocorrendo acarretar a anulação do mesmo independentemente da prova de prejuízo, trata-se de nulidade absoluta de grande relevância para a ordem pública.

Dessa forma, a partir da análise dos dados colhidos na presente pesquisa, verifica-se que sendo o direito à defesa uma garantia constitucional não há razão em distinguir ausência e deficiência de defesa, uma vez que a exigência feita pelo devido processo legal, diretamente ligada ao princípio da dignidade da pessoa humana, é de que a defesa no processo penal seja plena e efetiva o que visivelmente não ocorre no caso de ter sido ela deficiente.

É exatamente pelo fato do direito à defesa ocupar lugar de destaque no ordenamento jurídico pátrio que a figura do defensor se torna essencial no processo penal. Seria grave violação aos princípios constitucionais do processo se permitir a convalidação de uma defesa técnica deficiente que se limita em pedir a absolvição do réu sem nenhum esforço empreender no sentido de provar sua inocência ou garantir a correta aplicação do direito. Não está apenas sob a responsabilidade do defensor zelar pela regular aplicação do direito, mas sim de todos aqueles envolvidos no processo razão pela qual se justifica plenamente sem nenhuma violação ao sistema acusatório que, ao verificar a inexistência de defesa técnica efetiva o próprio juiz declare de ofício a nulidade do processo com base em violação ao texto constitucional.

Ademais, não se pode interpretar a súmula 523 do Supremo Tribunal Federal levando em consideração apenas o fato de que a comprovação do prejuízo é uma característica das nulidades relativas e, por essa razão, a deficiência de defesa se enquadraria nessa modalidade por exigir tal comprovação para acarretar a anulação do processo. Isso por que, além de ser o direito à defesa um direito constitucionalmente garantido, o Processo Penal é ramo do Direito Público destinado a garantir os direitos do acusado e a proporcionar a regular aplicação do direito material penal ao caso concreto em busca da verdade real. Tal característica, obriga o intérprete a conformar sua interpretação com os preceitos constitucionais e com o caráter peculiar do direito processual penal.

¹⁶⁸ CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 646-649.

¹⁶⁹ MARQUES, José Frederico. **Elementos de direito processual penal**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Millennium, 2000, v. 2, p. 502.

Sendo assim, ao interpretar a referida súmula, necessário ter em mente que as garantias do contraditório e da ampla defesa constituem garantias de ordem pública e, portanto, quando violadas passíveis da aplicação da sanção de nulidade absoluta. O mesmo justifica-se pelo fato de que as nulidades absolutas possuem como principal vantagem a característica de não precluírem evitando, com isso, que violações graves à direitos de ordem constitucional se convalidem.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se concluir que o direito à defesa constitui direito subjetivo, individual, indisponível, de caráter constitucional e que goza de especial proteção do ordenamento jurídico pátrio. Em decorrência disso, o defensor, seja ele dativo ou constituído, é figura essencial à função jurisdicional do Estado e ao desempenho de uma defesa técnica efetiva do acusado. Diante disso, inegável afirmar que ausência e deficiência de defesa se confundem, haja vista o caráter especial do Direito Processual Penal de garantir os direitos do acusado e de proporcionar a regular aplicação do direito material penal ao caso concreto a fim de se alcançar a verdade real.

Destarte, a deficiência de defesa no processo penal está sujeita à nulidade absoluta, devendo ser decretada de ofício pelo juiz com base na violação do texto constitucional e podendo ser argüida a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

REFERÊNCIAS

- FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Jurisprudência Comentada: ampla defesa, contraditório e defesa efetiva. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 85, v. 725, n. 3, p. 459-468, mar. 1996.
- MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002, v. 1.
- MARQUES, José Frederico. **Elementos de Direito Processual Penal**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2002, v.2.
- MIRABETE, Julio Fabbrini. **Processo Penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MORAES, Vinicius Borges de. A Súmula nº 523 do STF e a deficiência de defesa: uma breve análise acerca da nulidade relativa no processo penal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n. 995, 23 mar. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8139>>. Acesso em: 21 maio 2008.
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. **Curso de Processo Penal**. 5. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.
- PEDROSO, Fernando de Almeida. **Processo penal: o direito de defesa – repercussão, amplitudes e limites**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.
- RANGEL, Paulo. **Direito Processual Penal**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo Penal**. 27. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005, v.2.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente a Deus pela minha saúde e por me iluminar em todos os momentos da minha vida, a minha mãe – anjo de luz a quem devo a vida em dobro –, ao meu pai, aos meus amigos e, finalmente, a professora Denise Andrade por sua disponibilidade e amor pela pesquisa do qual também compartilho.

AD 5: CONSIDERAÇÕES SOBRE O CASO FORTUITO E A FORÇA MAIOR

Anna Luiza Matos Coêlho¹⁷⁰

RESUMO

Neste artigo são examinadas as categorias jurídicas do caso fortuito e da força maior através da previsão legal do art. 393, parágrafo único, do Código Civil. Faz-se a análise do instituto da responsabilidade civil, seus pressupostos e meios excludentes da obrigação de indenizar. Em seguida, procede-se ao cotejo na doutrina brasileira, dos entendimentos relacionados às instituições em análise, verificando se as mesmas são categorias similares ou distintas perante o ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave: Caso fortuito. Força maior.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por escopo proceder à análise das categorias jurídicas caso fortuito e força maior e a previsão dos referidos institutos no *caput* do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro. Buscar-se-á, ainda, verificar a compreensão na doutrina pátria acerca dos citados institutos jurídicos, bem como se os mesmos são instituições semelhantes ou distintas sob o ponto de vista do ordenamento jurídico brasileiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É crescente o estudo do instituto da responsabilidade civil. Eis que o homem deixou de ter como vizinhos apenas a casa ao lado com seus integrantes e animais, cercas e árvores. Hoje convive com as máquinas e as novas tecnologias que criam outras realidades que outrora o ser humano não ousava acreditar existir. O aumento da população e das relações sociais, alcançado, inclusive, as terras além mar, trouxeram com suas aptidões, riscos que podem gerar danos ao homem, causando-lhe as mais variadas adversidades, e, com eles, a violação de valores protegidos pelo homem e suas normas jurídicas.

Outrossim, no exercício de seus direitos, cabe à pessoa conduzir-se de forma a não lesar terceiros, posto que em ocorrendo lesão a bem jurídico tutelado, mister se faz o dever de reparar o prejuízo causado. Mas é possível falar de meios ou excludentes do dever de indenizar?

Através deste trabalho, buscar-se-á analisar duas categorias previstas no Código Civil enquanto excludentes do nexo de causalidade, vale dizer, o previsto no artigo 393, *caput*, e parágrafo único, ou seja, caso fortuito ou força maior, e o entendimento da doutrina pátria acerca da matéria. Busca-se descobrir qual a origem dos referidos institutos e se há, no ordenamento jurídico brasileiro, possibilidade para se efetuar a distinção entre as mencionadas instituições jurídicas.

2.1 Responsabilidade civil

Sabe-se que o instituto da responsabilidade civil surge como uma resposta da sociedade, através do Estado, para resolução dos conflitos que ocorrem em razão da violação do princípio geral de que a ninguém é dado o direito de lesar *outrem*, ou seja, *neminem laedere*. Com efeito, esta é a previsão do artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal Brasileira que estabelece que é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; e, ainda, que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

Nesse sentido, havendo a ocorrência de dano injustamente causado a terceiro, seja este material ou moral, em razão de conduta comissiva ou omissiva, proveniente de pessoa natural ou jurídica, e, estando presente o liame de causalidade que une a

¹⁷⁰ Professora Ms.

ação ao prejuízo, estar-se diante da obrigação de indenizar, nos moldes do artigo 186 do Código Civil Brasileiro, *in verbis*: “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a *outrem*, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”.

Com efeito, o ato ilícito descrito no artigo 186 do Código Civil e que pode gerar danos enseja o dever de reparar de acordo com o regime da responsabilização subjetiva, ou seja, obrigação de reparar o prejuízo causado tendo em vista a ocorrência de conduta culposa.

A responsabilidade compreende, inicialmente, a reparação dos danos causados pelos atos ilícitos. E o que vem a ser um ato ilícito? Ilícito é o ato cujo objeto colide com a lei, com a moral ou com os bons costumes e, por isso, gera outros efeitos que não os queridos pelo autor. Assinala Silvio Rodrigues que “ato ilícito é aquele praticado com infração a um dever e do qual resulta dano para *outrem*”¹⁷¹.

Por sua vez, o artigo 927 do Código Civil, também trata da responsabilidade civil, no entanto, referido instituto cuida de responsabilizar não só aquele que gera prejuízo a terceiro em virtude de conduta efetivada com dolo ou culpa, mas também, em razão de cometimento de atividade desenvolvida geradora de risco para direito de *outrem*, através do regime da responsabilidade objetiva, *in verbis*:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Desta forma, depreende-se da leitura dos artigos supramencionados que no Código Civil de 2002 existem dois sistemas de responsabilidade civil, a saber, a responsabilidade subjetiva, fundada na ocorrência de dano efetivado mediante uma conduta culposa, vale dizer, com dolo ou através das modalidades da culpa em sentido estrito que são negligência, imperícia e imprudência, todos unidos por um liame de causalidade; e, ainda, a responsabilidade objetiva, que prevê a obrigação de reparar prejuízo causado a *outrem* em consequência de realização de atividade geradora de risco a direito de terceiros ou mesmo em razão da própria previsão do legislador pátrio.

2.2 A responsabilidade civil e seus pressupostos

Para que surja o dever de reparar o dano injustamente causado a terceiro torna-se imprescindível a ocorrência dos seguintes pressupostos: a) conduta comissiva ou omissiva; b) o dano; e, por derradeiro, c) o nexo de causalidade.

Inicia-se a análise da conduta e suas modalidades. É sabido que só o ser humano é capaz de se conduzir. Nesse sentido, há distinção entre comportamento e conduta, tendo em vista que aqueles que agem com base em seus instintos, como os animais, se comportam, e aqueles que agem com fundamento nos instintos e na razão, tais como os seres humanos, únicos seres dotados de racionalidade, são os que efetivamente podem se conduzir, a saber, efetivar planos efetuando juízos de valor.

Ensina Nicola Abbagnano que “conduta é toda resposta do organismo vivo a um estímulo que seja objetivamente observável, ainda que não tenha caráter de uniformidade no sentido de que varia ou pode variar diante de determinada situação”¹⁷².

Conduta comissiva ou positiva vem a ser aquela cujo agir consiste na realização de ato que vem a gerar dano à outra pessoa, *v. g.*, quando alguém em razão da está dirigindo em alta velocidade bate na traseira do carro que se encontra na frente do seu ocasionando dano à propriedade de *outrem*. De outro lado, encontra-se a conduta omissiva ou negativa, que surge em razão do dever jurídico de se abster de realizar determinada ação, como por exemplo, o

¹⁷¹ RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 308.

¹⁷² ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 173.

dever de indenizar que surge quando o poder público deixa de cuidar das vias públicas e, em algum momento, ocorre um acidente em razão de tal omissão.

Em um segundo momento, o que se verifica, pois, é a conduta do agente que implique na obrigação de reparar tendo em vista a existência de prejuízo. Não havendo dano, não há que se falar em responsabilidade. Afirma Sérgio Cavalieri Filho que “pode haver responsabilidade sem culpa, mas não pode haver responsabilidade sem dano”¹⁷³. Verifica-se, pois, que tanto pode ocorrer a consumação de dano material ou patrimonial, como dano moral, ou seja, consiste este no sofrimento íntimo, no desgosto e na dor, na mágoa e tristeza, que não repercutem no patrimônio da vítima.

E, como terceiro pressuposto, faz-se necessário a existência do nexo de causalidade que una a ação comissiva ou omissiva do agente ao evento danoso. Para que surja o dever de indenizar não é necessário, apenas, a realização de conduta geradora de danos, mas, faz-se imprescindível que esse dano tenha sido causado pela conduta do agente, vale dizer, há de haver uma necessária relação de causa e de efeito entre ambos.

Lembra Carlos Roberto Gonçalves que “relação de causalidade é a relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do agente e o dano verificado. Encontra-se expressa no verbo “causar”, utilizado no art. 186. Sem ela, não existe a obrigação de indenizar”¹⁷⁴.

Assim, para se saber quem foi o causador do dano é preciso verificar a existência do nexo de causalidade ou nexo causal. Por outro lado, existem as chamadas cláusulas excludentes da responsabilidade civil, ou seja, causas onde ocorre a isenção de responsabilidade tendo em vista a impossibilidade de comprovação da relação entre causa e efeito entre a conduta e o dano gerador de prejuízo à vítima.

2.3 Cláusulas e causas que excluem o nexo causal

Para que se configure o dever de indenizar torna-se necessária a presença de conduta que seja geradora de dano, patrimonial ou moral a direito de terceiro, e que exista uma relação ou liame entre referida conduta e a consequência, qual seja a ocorrência de prejuízo. Nesse sentido, ninguém deve responder por um resultado a que não deu causa. Em tais casos, ocorrem as excludentes do nexo de causalidade ou do nexo causal que geram a isenção da responsabilidade.

José Aguiar Dias, ao tratar da matéria, esclarece que os meios de defesa ou causas de isenção de responsabilidade podem se manifestar através de cláusulas de irresponsabilidade, ou mediante as denominadas causas de exoneração de responsabilidade, isto é, as primeiras pertinentes ao contrato, e as segundas previstas na lei.

Inicia-se, pois, pela análise das denominadas cláusulas de irresponsabilidade.

Preleciona Aguiar Dias que “A cláusula ou convenção de irresponsabilidade consiste na estipulação prévia por declaração unilateral, ou não, pela qual a parte que viria a obrigar-se civilmente perante outra afasta, de acordo com esta, a aplicação da lei comum ao seu caso”¹⁷⁵.

Com efeito, cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar nada mais é do que o acordo celebrado pelas partes como expressão de suas vontades no sentido de que se determina que uma das partes não seja responsável por eventuais danos que surjam em razão da inexecução ou execução desconforme ao que fora pactuado mediante contrato. Cumpre observar que, o ordenamento jurídico brasileiro, não tem visto com bons olhos tais cláusulas excludentes da obrigação de indenizar uma vez que se entende que as mesmas estão divorciadas dos princípios que norteiam o novo Código Civil Brasileiro, tais como os princípios da socialidade, da eticidade, e, por último, da operatividade.

¹⁷³ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 88.

¹⁷⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 33.

¹⁷⁵ DIAS, José de Aguiar. **Da responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 671.

Por outro lado, existem as denominadas causas de isenção do nexo de causalidade. Nesse sentido, afirma Sérgio Cavalieri Filho que

[...] causas de exclusão do nexo causal são, pois, casos de impossibilidade superveniente do cumprimento da obrigação não imputáveis ao devedor ou agente. Essa impossibilidade, de acordo com a doutrina tradicional, ocorre nas hipóteses de caso fortuito, força maior, fato exclusivo da vítima ou de terceiro¹⁷⁶.

Cumprido, destarte, a análise de cada um das causas excludentes do nexo causal. De plano, percebe-se que não há que se falar de responsabilidade civil se o evento danoso ocorreu em razão de fato exclusivo da vítima. Assinala Silvio Rodrigues que “a culpa exclusiva da vítima é causa de exclusão do próprio nexo causal, porque o agente, aparente causador direto do dano, é mero instrumento do acidente”¹⁷⁷. Eis que cabe à vítima responder por todos os prejuízos causados.

Desta forma, não há na legislação civil determinação no que tange à previsão da culpa exclusiva da vítima enquanto causa excludente do dever de responsabilização civil. Há, todavia, uma robusta construção por parte da doutrina e da jurisprudência, no sentido de entender que, se a vítima agiu de alguma forma favorável à ocorrência do dano, faz-se necessário verificar se houve culpa exclusiva desta, ou se a mesma concorreu para a verificação do evento danoso. Eis que verificada a culpa exclusiva da vítima, ou seja, esta em razão de sua própria conduta deu ensejo à ocorrência do dano, não há que se falar em reparação de danos.

Inexiste o dever de indenizar, excluindo o nexo causal, ainda, no caso de fato exclusivo de terceiro. Assim, ensina Roberto Senise Lisboa, “existindo a culpa de terceiro, isto é, de sujeito estranho à relação jurídica, o nexo de causalidade entre as partes somente se extinguirá se a violação do dever for integralmente imputada em desfavor daquele”¹⁷⁸.

Cumprido observar que o fato de terceiro tanto pode estabelecer a responsabilidade em face de *outrem*, como também implicar excludente desta. O fato é que predomina, na seara da responsabilização civil, o dever de reparar o dano em relação ao causador ou responsável imediato pelo evento lesivo, não ensejando a isenção do autor direto do dever jurídico de se responsabilizar pelo prejuízo causado.

Por sua vez, é causa de exclusão do nexo causal a ocorrência do caso fortuito ou força maior, tudo com arrimo no artigo 393, *caput*, e parágrafo único do Código Civil que assim dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

Verifica-se que o legislador ordinário não estabeleceu distinção entre os dois institutos, preferindo utilizar a conjunção “ou” ao se referir às categorias jurídicas. No entanto, o mesmo não acontece quando se trata dos doutrinadores que analisam os dois institutos, posto que para estes, bem como de acordo com a jurisprudência, há distinções entre as duas instituições.

Eis que se faz necessário indagar: há distinção entre caso fortuito ou força maior? E em havendo, como determinar o que vem a ser caso fortuito e o que vem a ser força maior? Passa-se, a seguir, a responder tais indagações.

¹⁷⁶ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 82.

¹⁷⁷ RODRIGUES, Silvio. **Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 179.

¹⁷⁸ LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil: obrigações e responsabilidade civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 536.

2.4 Caso fortuito e força maior: conceito, noções gerais e diferenças

Sabe-se que o caso fortuito e a força maior constituem formas de impossibilidade absoluta do cumprimento das obrigações, pelo que excluem a obrigação de cumprir a prestação, como também excluem a responsabilidade, vale dizer, o dever de reparar o dano causado.

Themístocles Brandão Cavalcanti ensina que as noções de caso fortuito, força maior, bem como a imprevisão e o estado de necessidade, encontram seus fundamentos nos princípios gerais de direito, vale dizer, diretrizes que têm o condão de efetivar a integração das lacunas estabelecidas pelo legislador¹⁷⁹. Ora, no preenchimento das lacunas jurídicas deve o operador do direito fazer uso inicialmente da analogia e posteriormente dos costumes. Quando estes falham, cumpre ao magistrado suprir tal deficiência mediante a utilização dos princípios gerais de direito, ou seja, diretrizes contidas no ordenamento jurídico para integração das lacunas.

Eis que dentre os diversos sentidos dos princípios gerais do direito encontra-se um elemento comum a todos: a justiça. Na ausência de preceitos expressos, deve o aplicador do direito fazer uso dos princípios de justiça como fonte derradeira que deve recorrer para objetivar o preenchimento das lacunas jurídicas. Como se vê, a exclusão do dever de reparar o dano em virtude da ocorrência de caso fortuito ou força maior constitui a concreta aplicação do princípio da justiça, uma vez que não deve ser responsabilizado o agente pelos danos ocasionados por fatos estranhos, alheios à sua vontade, e cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir.

2.5 Causa e efeito e responsabilidade

Dentre os pressupostos do dever de indenizar encontra-se a exigência da ocorrência de um dano, seja este patrimonial ou extrapatrimonial. Ora, se é verdade afirmar que o instituto da responsabilidade civil gira em torno do dano, imprescindível, pois, a análise da causa, pessoal ou material, que lhe deu origem.

Mas o que vem a ser causa? De acordo com Hilton Japiassú e Danilo Marcondes, “causa é tudo aquilo que produz um efeito e nele se prolonga”¹⁸⁰. Assim, por exemplo, pondo-se a causa, põe-se o efeito; e suprimindo-se a causa, suprime-se o efeito. Desta forma, ao se afirmar que “A é a causa de B”, quer-se dizer o seguinte: “A existência de A é a causa da existência de B”¹⁸¹. Causa, pois, é aquilo que produz um efeito, sendo possível afirmar que não há efeito sem causa.

Logo surge uma nova indagação: quais são as causas que dão origem à ocorrência de danos? Observa-se que existem eventos que se verificam sem a interferência do ser humano, tais como os fatores naturais ou fatos do mundo e os que precedem do ser humano, de forma próxima ou remota, aos quais são denominados atos do homem. Tanto os fatos relacionados à conduta humana como os fatores alheios ao ser humano produzem modificações no mundo habitado pelos seres humanos.

No entanto, adverte J. Cretella Júnior que

¹⁷⁹ CAVALCANTI, Themístocles Brandão. **Tratado de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960, p. 414.

¹⁸⁰ JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996, p. 40.

¹⁸¹ LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 143.

[...] o nexo de causa e efeito, a relação necessária entre o fato gerador do evento, o dano e o sujeito, a quem se pretende atribuir a responsabilidade, somente se conjugarão de modo harmônico para o equacionamento do problema da responsabilidade, se a causa eficiente ou instrumental do prejuízo for idônea para obrigar¹⁸².

Para o autor em comento, se a causa é idônea, há campo para a fixação da responsabilidade. Entretanto, sendo a causa inidônea, vale dizer, se a relação entre o sujeito que sofre o dano e o agente a quem se pretende atribuir a existência do prejuízo nem se forma e, uma vez se formando, logo se rompe, ocorre a exclusão da responsabilidade por inidoneidade de causa, aplicando tais regras tanto para as relações contratuais como para as extracontratuais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Busca-se, através do presente estudo, efetivar uma análise acerca dos institutos do caso fortuito e da força maior, verificando a previsão na legislação, bem como o entendimento de diversos autores sobre as citadas categorias jurídicas. Passa-se para o estudo pormenorizado em seguida.

3.1 Caso fortuito e força maior: conceitos e distinções

Para De Plácido e Silva, caso fortuito é “expressão especialmente usada, na linguagem jurídica, para indicar todo caso, que acontece imprevisivelmente, atuando por força que não se pode evitar”¹⁸³.

De acordo com J. Cretella Júnior

[...] o caso fortuito ocorre, essencialmente, quando o acidente, causador do prejuízo, resulta de causa desconhecida, como o cabo elétrico aéreo que se rompe e cai sobre fios telefônicos, causando incêndio: o fato não dependeu de nenhum fato estranho à Companhia, nem resultou de força maior, que tenha acarretado a ruptura do cabo. A ruptura é o resultado de causa desconhecida. Observa-se o acidente, mas ignora-se por que e como se produziu. Por conseguinte, o acidente nem poderia ter sido previsto, nem impedido. Era imprevisível, inevitável, irresistível¹⁸⁴.

Para o citado autor o caso fortuito refere-se a algo interno, vale dizer, interioriza-se. Assim, reflete-se o mesmo no funcionamento do próprio serviço, v. g., como a explosão de caldeira, o desabamento de um prédio, o incêndio provocado por rompimento do fio elétrico etc. Consagra ainda, o autor em comento um segundo elemento diferenciador do caso fortuito em relação à força maior: o caso fortuito baseia-se em evento anterior ao objeto que produziu o dano, enquanto que a força maior encontra seu fundamento em fato que se originou em acontecimento exterior ao objeto, fonte próxima do dano¹⁸⁵.

Themístocles Brandão Cavalcanti, por seu turno, entende que a força maior é derivada de um fato externo, estranho ao serviço, e que o caso fortuito provém do mau funcionamento do serviço, de uma causa interna, inerente ao próprio serviço. Afirma o autor que “na fôrça maior nenhuma interferência tem a vontade humana nem próxima nem

¹⁸² CRETELLA JUNIOR, J. **O Estado e a obrigação de indenizar**. São Paulo: Saraiva, 1980, p. 141.

¹⁸³ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 315.

¹⁸⁴ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 143.

¹⁸⁵ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 143.

remotamente, enquanto que no caso fortuito, a vontade apareceria na organização e funcionamento do serviço”¹⁸⁶.

Por sua vez, para José de Aguiar Dias, “o caso fortuito ou de força maior desperta debate tão agitado como o travado a respeito do fundamento da responsabilidade civil”¹⁸⁷. Nesse sentido, explica o referido escritor que os institutos do caso fortuito e da força maior podem ser entendidos mediante a utilização de dois critérios, vale dizer, a corrente objetiva e a corrente subjetiva. Inicia sua explicação fazendo menção ao artigo 1.058 do Código Civil de 1916, que, de acordo com o mesmo, adotou a noção objetiva do caso fortuito e da força maior, *in verbis*:

Art. 1.058. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito, ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado, exceto nos casos dos artigos 955, 956 e 957.

Parágrafo único. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir.

Segundo José de Aguiar Dias, verifica-se, pois, que há no caso fortuito e na força maior a presença de dois elementos: o primeiro, de caráter interno ou objetivo, ou seja, que representa a inevitabilidade do evento; e o segundo, de caráter externo ou subjetivo, vale dizer, a ausência de culpa. Finaliza seu pensamento indicando que ao se proceder à leitura do artigo 1.058 do Código Civil de 1916 constata-se que o legislador ordinário adotou o conceito misto, quer dizer, faz-se necessária a comprovação da inevitabilidade e da ausência de culpa.

De acordo com os ensinamentos de Rui Stoco,

[...] apenas para efeito de registro, cabe observar que o nosso Direito consagra em termos gerais a isenção da responsabilidade quando o dano resulta de caso fortuito ou de força maior. Em pura doutrina, distinguem-se estes eventos dizendo que o caso fortuito é o acontecimento natural, derivado da força da natureza, ou de fato das coisas, como o raio, a inundação, o terremoto ou o temporal. Na força maior há um elemento humano, a ação das autoridades (*factum principis*), como ainda a revolução, o furto ou o roubo, o assalto ou, noutro gênero, a desapropriação.¹⁸⁸

Conforme o entendimento supracitado, na pessoa de Rui Stoco, há um novo olhar sobre as instituições do caso fortuito e da força maior, pelo que entende o autor em comento que a força maior está relacionada aos atos humanos, e o caso fortuito ligado à força da natureza.

Outrossim, Sérgio Cavalieri Filho explica que

[...] o Código Civil, no parágrafo único do citado art. 393, praticamente os considera sinônimos, na medida em que caracteriza o caso fortuito ou de força maior como sendo o fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir. Entendemos, todavia, que diferença existe, e é a seguinte: estaremos em face do *caso fortuito* quando se tratar de evento imprevisível e, por isso, inevitável; se o evento for inevitável, ainda que previsível, por se tratar de fato superior às forças do agente, como normalmente são os fatos da Natureza, como as tempestades, enchentes etc., estaremos em face da *força maior*, como o próprio nome diz. É o *act of God*, no dizer dos ingleses, em relação ao qual o agente nada pode fazer para evitá-lo, ainda que previsível¹⁸⁹.

Ora, percebe-se claramente a discordância dos autores no que diz respeito ao entendimento do conceito de caso fortuito e da força maior. Desta forma, faz-se necessário

¹⁸⁶ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 415.

¹⁸⁷ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 686.

¹⁸⁸ STOCO, Rui. **Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 173.

¹⁸⁹ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 84.

perquirir os conceitos dos referidos institutos nas raízes do Direito Civil pátrio e estrangeiro.

Inicia-se a análise das citadas instituições jurídicas no âmbito do Direito Romano, direito este que deu ensejo à base concreta do direito privado ocidental. Eis que já em Roma, ocorriam situações que ensejavam o não-cumprimento da obrigação, tendo em vista a ocorrência de eventos os mais variados, tanto os resultantes de fatos não previstos pelas partes, como também em decorrência de fatos produzidos pela natureza.

Demonstra Luiz Antônio Rolim que “esses fatos eram conhecidos genericamente pelos romanos como *casus*: “Casus fortuitus, vis ou vis maior cui resisti non potest” (caso fortuito, força ou força maior que não podiam ser *evitados*)” – Dig. 19,2,15,2)”¹⁹⁰. Ocorrendo os chamados *casus fortuitus*, efetiva-se a isenção das partes do cumprimento da obrigação assumida, somente sendo mantida a obrigação, no caso das partes terem assumido anteriormente o risco de ocorrência dos mencionados fatos.

José Carlos Moreira Alves, ao tratar da matéria, explica que

Apesar da controvérsia que persiste entre os romanistas atuais, tudo indica que os termos *casus fortuitus*, *vis maior* e similares fossem empregados nas fontes para designar diversas hipóteses (por exemplo: terremotos, incêndios, naufrágios, guerra), em que a obrigação se extinguía por impossibilidade objetiva da prestação, e o devedor, a quem o fato danoso não podia ser imputado, se eximia, em consequência, de responsabilidade. Nem mesmo no direito justineu os jurisconsultos formularam um conceito abstrato que abrangesse todas as hipóteses, em que isso ocorria, referidas nos textos. É certo que do casuísmo das fontes pode-se inferir, de modo geral, que o caso fortuito (ou força maior) era o acontecimento decorrente da natureza ou de fato do homem, por via da regra imprevisível, a que o devedor não podia resistir, e que acarretava a impossibilidade objetiva da prestação¹⁹¹.

Percebe-se, pois, que já entre os romanos existia uma confusão no entendimento da distinção entre caso fortuito e força maior.

Outro grande expoente do Direito Civil no mundo é o Código Civil Francês, também conhecido como Código de Napoleão, datado de 21 de março de 1804, que por sua vez assim dispõe: “Art. 1.148. Não há lugar a perdas e danos, quando, em consequência de força maior ou de caso fortuito, o devedor for impedido de dar ou de fazer aquilo a que se obrigara ou fêz o que lhe era proibido”.

Mais uma vez os institutos são mencionados pelo legislador enquanto sinônimos, tendo em vista que não há distinção entre as categorias jurídicas. Entretanto, para não deixar dúvidas, cuida o legislador de explicar no artigo 1.150 da mesma lei, que o devedor só fica obrigado às perdas e danos que foram previstas ou que era possível prever por ocasião do contrato, quando não foi por dolo que a obrigação deixou de ser executada.

Arnoldo Medeiros da Fonseca anuncia que

[...] depois da guerra de 1914, que tão profundamente abalou as condições econômicas do mundo, a investigação da influência jurídica, que devia ter, sobre as obrigações contratuais, não executadas ainda, a superveniência de acontecimentos imprevisíveis e imprevisíveis, por ocasião da formação do vínculo, acarretando para um dos contratantes uma onerosidade maior e ruínosa, embora sem obstar em definitivo ao seu cumprimento, voltou a despertar especial interesse, provocando eruditos estudos dos juristas. Seria justo fazer recair, em tal caso, todo o prejuízo sobre quem era apenas culpado de não ter previsto o imprevisível, por um supersticioso respeito ao princípio da irretroatividade das convenções, consagrado pelo Código Civil francês, e outros que o tomaram por modelo? Ou, ao contrário, permitia o direito uma solução mais equitativa e humana, fosse a exoneração pura e

¹⁹⁰ ROLIM, Luiz Antônio. **Instituições de Direito Romano**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 258.

¹⁹¹ ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 40-41.

simples da responsabilidade do estipulante, ou a modificação dos efeitos jurídicos da convenção, por intermédio do juiz?¹⁹²

Ora, mas existe efetivamente distinção entre caso fortuito e força maior? Passa-se, em seguida, para a análise dos resultados desta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Entre nós, a matéria passou a ser prevista quando da promulgação do primeiro Código Civil brasileiro em 1916, que em seu art. 1.058, previa que o caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar, ou impedir.

Pela análise do artigo em comento surge uma dúvida: o que vem a ser fato necessário? É claro que a necessidade do fato deve ser compreendida em decorrência da impossibilidade do cumprimento da obrigação, ou seja, o que efetivamente causou a inexecução da obrigação. Necessário é o fato que surge independentemente da vontade humana, incluindo os fatos oriundos da natureza, como também aqueles que surgem oriundos de fatos voluntários, mas que produz efeitos que a vontade já não mais possa modificar, na força do princípio: *“quae ab initio sunt voluntatis post factum fiunt necessitatis”*¹⁹³.

Agostinho Alvim preleciona que a exoneração só se dá quando a dificuldade assuma o aspecto de impossibilidade, isto é, fatos que exigem do devedor uma previdência fora do comum, ou sacrifícios insuportáveis¹⁹⁴.

Como é sabido, é através dos ensinamentos de Arnaldo Medeiros que a doutrina passa a considerar a distinção entre as duas categorias com base em dois critérios, a saber, um objetivo, onde há a caracterização do evento com elementos do próprio acontecimento, buscando-se abstrair as condições pessoais do obrigado; e, por outro lado, o critério subjetivo, este relacionado à ausência de culpa.

Tem-se, pois, que a noção de caso fortuito ou força maior origina-se de dois elementos: um objetivo, de ordem interna, vale dizer, relacionado à incapacidade do obrigado de evitar a ocorrência do evento; e outro, subjetivo, de ordem externa, ligado à ausência do fator culpa.

Nessa linha, quando o legislador prevê a ocorrência do caso fortuito ou da força maior, verifica-se a necessidade por parte do devedor, da prova do fato preciso e determinado, que, por ser inevitável, e não culposos, que exonera o devedor da obrigação.

Ao proceder à análise das normas vigentes no direito positivo brasileiro acerca da matéria, Arnaldo Medeiros da Fonseca afirma que “nenhuma distinção existe entre caso fortuito e força maior em nossa legislação, quer em face do Código Civil e do Cód. de Comércio, quer em face da lei especial reguladora de acidentes no trabalho”¹⁹⁵.

A dificuldade em elaborar um traço diferenciador entre os dois institutos encontra em Agostinho Alvim uma nova solução, uma vez que efetua a divisão do caso fortuito em interno e externo. Assim sendo, afirma que

¹⁹² FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso fortuito e teoria da imprevisão**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958, p. 13.

¹⁹³ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978, p. 680.

¹⁹⁴ ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das Obrigações e suas Conseqüências**. São Paulo: Saraiva, 1955, p. 352.

¹⁹⁵ FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958, p. 122.

[...] a distinção que modernamente a doutrina vem estabelecendo, aquela que tem efeitos práticos em que já vai se introduzindo em algumas leis, é a que vê no caso fortuito um impedimento relacionado com a pessoa do devedor ou com sua empresa enquanto que a força maior é um acontecimento externo¹⁹⁶.

Nesse sentido afirma que “entram na categoria de caso fortuito interno todos os acontecimentos que não possam ser atribuídos à culpa do responsável, mas estão ligados à organização que ele mesmo imprimiu ao negócio”¹⁹⁷. Como exemplo cita a possibilidade de uma pessoa fazer uso de um animal ou veículo, ou mesmo de alguma máquina qualquer, que venha causar dano a terceiro.

Por outro lado, o caso fortuito externo ou força maior decorreria do fato sem ligação alguma com a empresa ou negócio, como, p. ex., fenômenos naturais, tais como um furacão, uma geada, e ordens emanadas do Poder Público (*fait de prince*), e outros semelhantes.

Carlos Roberto Gonçalves afirma que “modernamente, na doutrina e na jurisprudência se tem feito, com base na lição de Agostinho Alvim, a distinção entre fortuito interno (ligado à pessoa, ou à coisa, ou à empresa do agente) e fortuito externo (força maior, ou Act of God dos ingleses)¹⁹⁸”.

Conclui o citado autor que somente o caso fortuito externo é capaz de excluir a responsabilidade civil, visto que está relacionado à causa ligada à natureza, estranha à pessoa do agente e à máquina, o mesmo não ocorrendo quando se trata do caso fortuito interno, tendo em vista sua relação com a pessoa, a coisa, ou a empresa do agente.

Porém, faz uma advertência ao ratificar o entendimento de Agostinho Alvim afirmando que

[...] tal distinção permite estabelecer uma diversidade de tratamento para o devedor, consoante o fundamento da sua responsabilidade. Se esta fundar-se na culpa, bastará o caso fortuito para exonerá-lo. Com maior razão o absolverá a força maior. Se sua responsabilidade fundar-se no risco, então o simples caso fortuito não o exonerará. Será mister haja força maior, ou, como alguns dizem, caso fortuito externo¹⁹⁹.

Como se vê, até o presente momento, não há como estabelecer uma voz uníssona por parte da doutrina pátria no que tange ao entendimento da distinção entre caso fortuito e força maior.

5 CONCLUSÃO

O legislador pátrio, ao prever o estatuído no artigo 393 e parágrafo único, do Código Civil, não quis estabelecer qualquer discrimen acerca das categorias caso fortuito e força maior. Com efeito, o *caput* do referido artigo dispõe que se o devedor não houver se responsabilizado, não responderá este pelos prejuízos resultantes do caso fortuito ou da força maior. Em seguida, em seu parágrafo único, estabelece que o caso fortuito ou a força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir.

Desta forma, observa-se que tratou o legislador ordinário de 2002 de explicitar a falta de condições do devedor de impedir o evento danoso, vale dizer, inevitabilidade. Ora, e o que

¹⁹⁶ ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das Obrigações e suas Conseqüências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1955, p. 352.

¹⁹⁷ ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das Obrigações e suas Conseqüências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1955,, p. 336.

¹⁹⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Comentários ao Código Civil – parte especial do direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 11, p. 737.

¹⁹⁹ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Comentários ao Código Civil – parte especial do direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 11, p. 739.

vem a ser algo inevitável? Inevitável, sabe-se, é aquilo que não se consegue prevêê, e, conseqüentemente, evitar, impedir que se realize e traga consigo suas conseqüências, é o que é fatal.

Na mesma linha de raciocínio pode-se facilmente indagar: o que pode o ser humano prevêê para conseqüentemente poder evitar? O que é simples pensar é que ao ser humano deve ser possível realizar uma previsão ou visão antecipada do evento que ainda não ocorreu, mas que ocorrerá, e, em razão desta antecipação mental do resultado, tomar precauções no sentido de evitar o evento danoso. Leva-se em conta a previsibilidade de um ser humano de conhecimentos medianos, comuns a qualquer pessoa em sociedade, sem que seja necessário maiores diligências por parte das pessoas no sentido de impedir o fatídico evento danoso.

Assim, em havendo possibilidade de previsão por parte do indivíduo, tendo em vista a concretização da antecipação mental do evento danoso, não há que se falar em caso fortuito ou força maior, posto que presente estará a culpa, vale dizer, a conduta que emana da vontade e que viola o dever de cuidado assegurado pelo Direito, tendo como resultado um evento gerador de dano voluntário, mas que era possível prevêê.

Em suma, tratando de evento oriundo de ação humana imprevisível e inevitável, estar-se-á diante do caso fortuito ou *casus fortuitus*, tal qual a destruição de bens que ocorrem em razão de guerras, motins, arrastões etc. São fatos que fogem à possibilidade do ser humano de conseguir prevêê para então evitar. Fortuito é o ato imprevisível, acidental, que não se pode fugir de suas conseqüências nefastas. Por outro lado, no que tange às forças que surgem da própria natureza, sem a possibilidade de se evitar, eis o que se denomina força maior, também conhecida pelos ingleses como “Act of God”, vale dizer, os eventos que a força humana é insuficiente para impedir os efeitos desastrosos, tais como as enchentes, furacões, tempestades, tsunamis etc. Diz-se força maior posto ser causas mais fortes ou robustas que as dispensadas pelo indivíduo humano com o fito de evitar os desígnios da mãe natureza.

Por derradeiro, forçoso é concluir que para que ocorra o caso fortuito, faz-se necessário que o evento seja imprevisível e, conseqüentemente, inevitável, ou seja, ao agente é impossível conseguir antecipar mentalmente as conseqüências da fatalidade, sendo o fato superior às próprias forças da pessoa humana envolvida no evento; ao passo que a força maior tem como característica a inevitabilidade, posto que a força da natureza consegue se sobrepor às forças do ser humano.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Trad. Alfredo Bosi e Ivone Castilho Benedetti. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- ALVIM, Agostinho. **Da Inexecução das Obrigações e suas Conseqüências**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1955.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio (Coord.). **Direito Administrativo na Constituição de 1988**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.
- BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio (Coord.). **Curso de Direito Administrativo**. 14. ed. ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 2002.
- BARROSO, Luís Roberto. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

- CAVALCANTI, Themistocles Brandão. **Tratado de Direito Administrativo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos, 1960.
- CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 5. ed. rev. aum. São Paulo: Malheiros, 2004.
- CRETELLA JÚNIOR, J. **Dicionário de Direito Administrativo**. 3. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- CRETELLA JÚNIOR, J. **O Estado e a obrigação de indenizar**. São Paulo: Saraiva, 1980.
- DIAS, José de Aguiar. **Da Responsabilidade Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de Introdução à Ciência do Direito**. 11. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1999.
- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro**. v. 7: *Responsabilidade Civil*. 19. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FONSECA, Arnaldo Medeiros da. **Caso Fortuito e Teoria da Imprevisão**. 3. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Comentários ao Código Civil** – parte especial do direito das obrigações. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 11.
- JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. 3. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- LALANDE, André. **Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- LISBOA, Roberto Senise. **Manual de Direito Civil**, volume 2: Obrigações e Responsabilidade Civil. 3. ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado e Legislação Extravagante**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- RODRIGUES, Silvío. **Direito Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- ROLIM, Luiz Antônio. **Instituições de Direito Romano**. 2. ed. rev. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.
- SILVA, De Plácido e. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- STOCO, Rui. **Responsabilidade Civil e sua interpretação jurisprudencial**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

AD 6: OS SISTEMAS JURÍDICOS COM BASE EM RENÉ DAVID

Armando Rodrigues Gadelha Moreira²⁰⁰; Anna Luiza Matos Coêlho²⁰¹

RESUMO

A palavra direito possui vários significados, dentre os quais se ressalta, o que se porta como sinônimo de ordenamento jurídico. Cada país possui o seu ordenamento próprio que difere de todos os outros, pois o direito é um resultado da sua história. Essas diferenciações dos direitos dos países geram a possibilidade de sistematizá-los. Tendo essa classificação sido feita das formas mais variadas possíveis. Nesse sentido, os estudiosos do direito tentam ordenar essa horda de direitos, ou seja, sistematizá-las, mas poucos conseguem fazer uma classificação que não seja alvo de muitas críticas, e um que consiga não apresentar pontos discordantes. Desta forma, René David foi um dos criadores de uma sistematização acerca do Direito que não apresentou, diante da comunidade acadêmica, grandes contradições. Classificação, a qual René David prefere sistematizar, principalmente, os direitos entre a família romano-germânica, família da “*common law*” e família dos direitos socialistas, sendo que elas se diferem pela fonte primária que se baseiam para a resolução dos conflitos, que são respectivamente as leis, os costumes e os interesses sócios. Além dessas famílias existem direitos que não se enquadram dentre essas três classificações, que são os direitos mulçumano, hindu e judaico, os quais se diferenciam das famílias por possuir como fonte principal, os costumes locais, o que dificulta a utilização de normas generalizantes, o direito do Extremo Oriente, que se fundamenta na não valoração do direito como solucionador de problemas e sim como meio de imposição por parte do Estado e o da África negra e de Madagascar que adere ao direito do extremo oriente, mas se ressalta pela valoração dos direitos coletivos acima dos individuais.

Palavras-chave: Sistemas Jurídicos. Ordenamento Jurídico. Famílias Jurídicas.

1 INTRODUÇÃO

Há uma tentativa de reporta-se a uma definição de sistema jurídico e demonstrar as suas variações, sem a intenção de se dirigir a todos os existentes de forma detalhada, pois seria quase impossível fazê-lo, por existirem vários países que adotaram diferentes formas de Direito e que possuem outros sistemas durante suas histórias, o que leva à possibilidade de inúmeras classificações.

Mas, antes de se começar a falar sobre os sistemas jurídicos, será feita uma rápida explicação sobre o que é o Direito e o motivo de sua imensa variabilidade.

A palavra direito possui vários significados como, por exemplo, aquilo que é justo, ou a ciência que estuda o direito, ou uma prerrogativa de uma pessoa como o direito à vida. No entanto, buscar-se-á utilizar o termo direito enquanto sinônimo de ordenamento jurídico, ou seja, o direito de um país, que pode ser definido, como o conjunto de normas, costumeiramente imposto pelo Estado, para regular uma sociedade em uma determinada região.

Esse conjunto de normas é resultado de um fenômeno histórico-cultural de um país, pois o direito tem como função a regulamentação da conduta do homem em sociedade. Com o passar do tempo, o homem adiciona novos valores, o que resulta em uma eterna modificação do direito. Isso gera uma infinidade de direitos, os quais se pretende organizar.

A existência de uma infinidade de Direitos enseja a possibilidade de inúmeras classificações, pois um ordenamento jurídico é um resultado de um desenrolar histórico. O presente estudo tentará demonstrar uma classificação que reúna os sistemas jurídicos de

²⁰⁰ Aluno do 3º semestre do Curso de Direito.

²⁰¹ Professor, Orientador.

acordo com suas características consideradas mais relevantes para os acadêmicos de Direito, classificação esta que foi realizada por René David. No entanto, deve-se alertar, que não se pode considerar nenhum sistema melhor ou mais desenvolvido do que outro, pois os ordenamentos jurídicos são criados por meio de um desenvolvimento da história do povo para qual ele é utilizado e por isso é que apenas haverá uma tentativa de descrição não valorativa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Pretende-se buscar uma definição para sistemas jurídicos, realizar uma abordagem acerca das variações dos sistemas e uma superficial abordagem a respeito da classificação de René David. Todavia, para obter esse intuito, faz-se necessário à utilização de alguns conceitos, para um melhor esclarecimento relativo ao tema abordado.

E para esse melhor esclarecimento, será exposto o conceito de sistema jurídico com base no pensamento de Sílvio de Salvo Venosa:

[...], devemos considerar como sistema jurídico um agrupamento de ordenamentos unidos por um conjunto de elementos comuns, tanto pelo regulamento da vida em sociedade, como pela existência de instituições jurídicas e administrativas semelhantes. Os vários tipos de ordenamentos podem ser reduzidos a certos tipos, certos sistemas.²⁰²

Nesse sentido, para Arminjon, Nolde e Wolff, ao tratar do assunto em discussão, assumam que:

[...] cada autor procura dar a sua própria classificação de sistemas jurídicos, prendendo-se ao elemento geográfico ou a caracteres éticos de povos regidos por ordenamentos diversos, como se cada raça ou cada região geográfica tivesse um direito especial. Após citarem as classificações de vários autores, rejeitando-as, apresentam sua própria, dividida em sete sistemas-tronco e sistemas derivados, enunciando sete grupos ou famílias: francês, alemão, escandinavo, inglês, russo, islâmico e hindu.²⁰³

Desta forma, a reflexão efetivada por de Sílvio de Salvo Venosa encontra-se apoiada na classificação realizada por René David, a qual possui apoio de vários estudiosos, que ele denomina como famílias jurídicas:

Iremos nos abster, [...], de qualquer polemica com os autores que propuseram classificações diferentes. Limitar-nos-emos, de modo pragmático, a pôr sumariamente em relevo as características essenciais de três grupos de direitos que, no mundo contemporâneo, ocupam uma situação proeminente: família romano-germânica, família da *common law* e família dos direitos socialistas. Estes grupos de direitos, porém, qualquer que seja o seu valor e qualquer que possa ter sido a sua expansão, estão longe de dar conta de toda a realidade do mundo jurídico contemporâneo. Ao lado das concepções que eles representam, ou combinando-se com essas concepções, outros modos de ver relativos à boa organização da sociedade persistem e continuam a ser determinante num grande número de sociedades.²⁰⁴

Além dessas três classificações principais, René David admitiu a existência de outras duas com ocorrência fora do mundo ocidental, que são:

Os princípios aos quais as pessoas se reportam, nas sociedades não-ocidentais, são de duas ordens. Algumas vezes é atribuído ao direito um valor eminente, mas este é concebido de um modo diferente do ocidental; outras vezes, pelo contrário, a própria noção de direito é rejeitada, e é fora do direito que se procuram regular as relações sociais. O primeiro modo de predominância no direito muçulmano, no direito hindu

²⁰² VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: teoria geral – introdução ao Direito Romano**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 98.

²⁰³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: teoria geral – introdução ao Direito Romano**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 100-101.

²⁰⁴ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 22-23.

e no direito judaico; o segundo é o do Extremo Oriente e também o da África e de Madagascar.²⁰⁵

Mas, antes de se abordar os elementos da classificação de René David, deve-se ter conhecimento da crítica que o mesmo autor faz acerca da utilização da nomenclatura de sistemas jurídicos, designando as classificações dos Direitos:

A diversidade dos direitos é apreciável, se se considerar o teor e o conteúdo das suas regras; porém, ela é bem menor quando se consideram os elementos, mais fundamentais e mais estáveis, com a ajuda dos quais se podem descobrir as regras, interpretá-las e determinar o seu valor.

As regras podem ser infinitamente variadas; as técnicas que servem para as enunciar, a maneira de as classificar, os modos de raciocínio usados para as interpretar, resumem-se, pelo contrário, a certos tipos, que são em número limitado. É possível, por isto, agrupar os diferentes direitos em “famílias”, da mesma maneira que nas outras ciências, deixando de parte as diferenças secundárias, [...].²⁰⁶

E após ser demonstrada a crítica de René David acerca da utilização da nomenclatura, buscar-se-á, ainda expor os caracteres básicos dos tipos de família jurídica, que se apresentam mediante três famílias de direito, além de outros direitos que não são classificados em famílias, a saber:

- Família romano-germânica:

Esta família agrupa os países nos quais a ciência do direito se formou sobre a base do direito romano. As regras do direito são concebidas nestes países como sendo regras de conduta, estreitamente ligadas a preocupações de justiça e de moral. Determinar quais devem ser estas regras é a tarefa essencial da ciência do direito; absorvida por esta tarefa, a “doutrina” pouco se interessa pela aplicação do direito que é assunto para os práticos do direito e da administração. A partir do século XIX, um papel importante foi atribuído, na família romano-germânica, à lei; os diversos países pertencentes a esta família dotaram-se de “códigos”.

Uma outra característica dos direitos da família romano-germânica reside no fato de esses direitos terem sido elaborados, antes de tudo, por razões históricas, visando regular as relações entre os cidadãos; os outros ramos do direito só mais tardiamente e menos perfeitamente foram desenvolvidos, partindo dos princípios do “direito civil”, que continua a ser o centro por excelência da ciência do direito.²⁰⁷

- Família do “Common law”:

É o Direito da Inglaterra e dos países que seguiram seu modelo. Foi elaborado com base no direito costumeiro e hoje é baseado em decisões judiciais. A norma só tem valor nesse sistema à medida que o juiz a emprega.

As soluções e o próprio Direito são casuísticos. Como no sistema romano, o sistema do *Common law* difundiu-se no mundo pelas mesmas razões, pela colonização e recepção nos diferentes povos que o adotam.²⁰⁸

- Família dos direitos socialistas:

Os países do campo socialista são todos, [...], países que outrora tinham direitos pertencentes à família romano-germânica. Conservaram um certo número das características que notamos nos direitos romano-germânicos. Assim, a regra do direito é aí sempre considerada como uma regra geral de conduta; as divisões do direito e a terminologia dos juristas permaneceram, em larga medida, como o produto da ciência jurídica edificada sobre a base do direito romano pela obra das universidades européias.

Ao lado destas semelhanças existem, contudo, tantas diferenças que parece legítimo considerar os direitos socialistas, de acordo, aliás, com o que firmemente defendem os juristas dos países socialistas, como tendo-se destacado da família romano-

²⁰⁵ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 29.

²⁰⁶ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 21.

²⁰⁷ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 23.

²⁰⁸ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: teoria geral – introdução ao Direito Romano**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999, p. 102.

germânica e constituindo, hoje, uma família distinta de direitos. Os dirigentes dos países socialistas visam fundar um novo tipo de sociedade, na qual não mais haverá nem Estado, nem direito. A fonte exclusiva das regras do direito socialista, tal como ele subsiste atualmente, encontra-se por essa razão na obra do legislador que exprime uma vontade popular estreitamente guiada pelo partido comunista. De acordo com a doutrina marxista-leninista, que é doutrina oficial, procura-se em primeiro lugar estabelecer uma nova estrutura econômica. Todos os bens de produção foram coletivizados. O domínio das relações entre cidadãos, nas novas condições, é limitado relativamente à antiga situação; o direito privado perdeu a sua proeminência em benefício do direito público.²⁰⁹

- Direitos mulçumano, hindu e judaico:

As universidades da Europa, antes do século XIX, negligenciaram, de modo quase total os costumes ou direitos nacionais para, assim, ensinarem um direito ideal, elaborado sobre uma base de direito romano, o único que a seus olhos merecia o nome de direito. Paralelamente, nos países mulçumanos, a atenção concentrou-se num sistema ideal, o do direito mulçumano, ligado à religião do islã; os costumes locais são considerados fenômenos de puro fato; leis e ordenanças dos príncipes são consideradas como medidas de administração, expedientes de alcance local e transitório, que não atingem plenamente a dignidade do direito. A mesma observação deve igualmente fazer-se para o direito judaico; e, da mesma forma, em um contexto diverso se distingue nitidamente, na Índia, o dharma, ciência do justo, da artha, que fornece as receitas do poder e da riqueza.²¹⁰

- Extremo Oriente:

O direito, espelho da justiça, é superior à própria equidade. Fora dele, só pode existir arbitrariedade ou anarquia, o reino da força ou o caos. O direito é objeto de veneração; os tribunais, templos da justiça, são povoados por juízes respeitados. Os países do Extremo Oriente, pelo contrário, rejeitam esta concepção. Longe de representar a condição da ordem e de ser o símbolo da justiça, o direito é aos olhos dos chineses, o instrumento do arbítrio e um fator de desordem. O bom cidadão não deve se preocupar com o direito; deve viver de uma maneira que exclua toda a reivindicação dos seus direitos e todo o recurso à justiça dos tribunais. A preocupação primordial dos homens não deve ser o respeito ao direito; a conduta de cada um deve ser dominada continuamente, fora de qualquer consideração jurídica, pela procura da harmonia e da paz. A conciliação tem mais valor do que a justiça; a mediação de servir para dissolver. Podem perfeitamente existir leis, com um valor de intimidação ou para servir de modelos; elas não são feitas para ser aplicadas como no Ocidente, e desprezam-se aqueles que, deixando de lado a conveniência e as boas maneiras, pretendem regular sua conduta segundo o direito, ou dedicam a sua vida ao estudo ou à aplicação do direito.²¹¹

- A África negra e Madagáscar:

As observações que acabaram de ser feitas para o Extremo Oriente valem igualmente para os países da África negra e Madagáscar. Também aí, num meio que coloca em primeiro plano a coesão da comunidade e que pouca importância dá ao individualismo, o essencial é a manutenção ou a restauração da harmonia, bem mais que o respeito pelo direito. Também o direito ocidental, que aí foi estabelecido, não é senão uma fachada; as populações, na sua imensa maioria, continuam a viver sem se preocupar com os seus modos tradicionais de vida, que ignoram o que se entende, nos países do Ocidente, quando se alude ao direito.²¹²

²⁰⁹ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 27.

²¹⁰ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 29.

²¹¹ DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 31.

²¹² DAVID, René. **Os Grandes sistemas do Direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito, p. 32.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O encontro do tema, que trata dos sistemas jurídicos, se dá quando os estudantes do Direito ao ingressarem no mundo jurídico, normalmente se deparam com a impossibilidade de atuar em outros países e quando questionam a razão do impedimento, sempre se deparam com o argumento de que o ordenamento jurídico dos outros países não condiz com o do local de onde a instituição de ensino superior se encontra.

A investigação desse tema se deve dar por um levantamento bibliográfico, de base puramente doutrinária que aborda os temas de Introdução ao Direito, de Direito Civil e livros específicos do tema. E tentando fazer análises não valorativas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Definição de sistemas

De acordo com sua origem grega, a palavra “sistema” refere-se a algo unificado, ou seja, um conjunto de elementos unidos por um princípio, por um fim ou por uma ordenação fundamental. Então, dentro do âmbito jurídico, deve-se considerar sistema jurídico como um agrupamento de ordenamentos unidos por um conjunto de elementos comuns.

Pode-se também denominar o sistema jurídico como estrutura jurídica, organização jurídica, ordem jurídica etc.

4.2 Classificações

Os sistemas jurídicos são formas de se classificar os diversos ordenamentos dos países. E, como toda classificação, utilizam-se de uma característica para agrupar os elementos, sendo que a escolha dessa característica depende da vontade de quem a faz, o que gera diferentes classificações, não sendo possível analisar a melhor, uma vez que, não há classificação melhor ou pior que outra, somente sendo possível verificar a sua utilidade.

Já, em relação às classificações dos direitos, há reclamações por parte de Arminjon, Nolde e Wolff que expõem a existência de autores que se prendem a elementos geográficos ou a caracteres étnicos dos povos, mesmo sendo regidos por ordenamentos diversos, como se as características étnicas ou a região geográfica fossem fundamento principal para a formação de um ordenamento jurídico.

Mas, quando Arminjon, Nolde e Wolff apresentaram sua classificação, no ano após a II Guerra Mundial, verifica-se que tal sistematização sofreu influências do âmbito político da época priorizando os direitos europeus, por classificarem os ordenamentos em alemão, escandinavo, inglês, russo, islâmico e hindu.

Mas, dentre essas classificações pode-se considerar a mais útil a de René David por utilizar como elementos característicos as fontes dos direitos, que são a família romano-germânica, a família da “*common law*” e a família dos direitos socialistas, sendo essas as principais divisões, admitindo-se a existência de direitos que se destacam da classificação principal, que são: o primeiro modo de predominância no direito muçulmano, no direito hindu e no direito judaico; e o do Extremo Oriente e também o da África negra e de Madagascar.

4.3 Discussão da nomenclatura

A denominação de sistema jurídico não é aceita por uma parte dos estudiosos, dentre os quais se destaca René David, o qual afirma que, pelo fato de o direito possuir infindáveis variações, é impossível organizar os direitos em grupos de ordenamentos com características iguais, sendo melhor a denominação de famílias, que apresentam algumas características semelhantes.

A denominação de sistemas passa a idéia de que os direitos possuem uma grande similaridade, o que é incorreto, porquanto o ordenamento jurídico de cada país é um resultado de sua história, que gera um direito com características diferentes dos outros. Já, que existem apenas semelhanças, e com base nisso é que se devem agrupar os direitos, a nomenclatura “famílias” que é a mais condizente.

4.4 Fundamento das Classificações

A classificação mais utilizada é a de René David, que faz uso das fontes do direito como características diferenciadoras para sistematizá-las.

Essa sistematização se divide entre a família romano-germânica, que teve como origem o direito privado romano, o qual prescrevia as atitudes e depois, sob influência germânica, sofreu uma codificação das prescrições. Possui ainda, como fonte primária para a resolução dos conflitos, as leis em seu sentido estrito, ou seja, a lei escrita, realizada por um ente competente.

Por outro lado, a família do “Common law”, que teve origem na Inglaterra e foi difundida nos outros países, por meio do colonialismo, utiliza-se basicamente do costume da sociedade para resolução dos conflitos. Essa família transformou-se nos costumes dos tribunais, não possuindo lei em seu sentido estrito como base primordial para a resolução dos conflitos, possibilitando aos juizes escolherem se aplicam ou não a lei.

E a família dos direitos socialistas possui características da família romano-germânica, pois os países membros dessa família já haviam adotado anteriormente a família romano-germânica, mas dela se diferenciam por afirmarem que as leis derivam da sociedade e possuem o intuito de modificar a sociedade para promover a inexistência do Estado. Porém, com a queda da União Soviética, essa família praticamente deixa de existir e esses países já se enquadram, em sua maioria, na família do direito romano-germânica ou da família do “common law”.

Além dessas famílias, existem direitos que não se enquadram nessas três classificações, que são os direitos mulçumano, hindu e judaico, os quais se diferenciam das famílias por possuírem como fonte principal os costumes locais como a religião, não havendo a existência de direitos universais ou ideais, o direito do Extremo Oriente, que se fundamenta na não valoração do direito como solucionador de problemas e, sim, como meio de imposição por parte do Estado e por haver uma cultura de não reivindicação de direitos violados; e o da África negra e de Madagascar, que adere ao direito do extremo oriente, mas se ressalta pela valoração dos direitos coletivos acima dos individuais.

5 CONCLUSÃO

Os direitos dos países, ou seja, os ordenamentos jurídicos dos países não são iguais uns aos outros. Por isso, tenta-se estabelecer um vínculo entre eles, sendo que essa sistematização pode ser feita de diferentes maneiras; a proferida por René David é aquela que contém a família do direito romano-germânica e a família do “common law”, que são as principais espécies de sistemas.

Apesar de existirem diferentes ordenamentos jurídicos, deve-se ressaltar que são frutos de um desenvolvimento histórico de cada povo, a qual se designa, e por isso não se pode considerar nenhum sistema melhor que o outro e as classificações se diferenciam pela utilidade para determinado fim, pois em geral não existe uma classificação perfeita, porquanto o direito é resultado de um desenvolvimento histórico, que nunca para.

REFERÊNCIAS

DAVID, René. **Os Grandes sistemas do direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Col. Justiça e Direito.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao estudo do direito**: primeiras linhas. São Paulo: Atlas, 2004.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil**: teoria geral – introdução ao Direito Romano. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

AD 7: REFORMA SINDICAL E OS AVANÇOS E RETROCESSOS DAS GARANTIAS E LIBERDADES CONSTITUCIONAIS: O CASO BRASILEIRO

Arnaud Ferreira Baltar Neto¹²¹³; Germana Parente Neiva Belchior²¹⁴

RESUMO

A idéia de uma reforma sindical é tema da maior relevância, pois valoriza os ideais de justiça social, apaziguando décadas de lutas e de conquistas políticas entre o capital e o trabalho proletariado. Porém, não há sentido em se falar em reforma no âmbito do sindicalismo nacional se esta se propuser, apenas, a extirpar os pontos obsoletos do atual sistema. Tal reforma será exígua e inócua se não vier a formular um conjunto de medidas que garantam, sobretudo, a legitimidade representativa e a eficácia da dinâmica sindical dos trabalhadores brasileiros. Arraigado a um modelo híbrido, composto pelo corporativismo autoritário e pela liberdade relativa, o sindicalismo brasileiro necessita passar por transformações estruturais a fim de gozar de liberdade plena. As garantias fundamentais que definem o sistema de liberdade sindical – a liberdade de constituição, a liberdade de administração, a liberdade de atuação e a liberdade de filiação –, delineada nos termos da Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho e já ratificada por mais de cento e vinte países, com exceção do Brasil, acham-se comprometidas em face do modelo pátrio vigente. Apesar de acalorados debates quanto aos avanços e aos retrocessos que as novas mudanças podem implicar nas garantias e nas liberdades sindicais, este artigo se propõe em pesquisar os entendimentos incontrovertidos quanto as medidas que, sobretudo, possam garantir a legitimidade representativa e a eficácia do dinamismo sindical brasileiros. Afinal o que o Brasil espera é uma reforma sindical mais profunda, que contribua na busca de uma sociedade mais fraterna e justa.

Palavras-chave: Reforma. Liberdade Sindical. Direito Coletivo do Trabalho.

1 INTRODUÇÃO

É incontestável que o Brasil necessita superar o seu modelo sindical, atualmente arraigado num modelo híbrido que comporta o corporativismo autoritário e uma relativa liberdade. Daí o porquê da necessidade de se delinear o papel que a atual Constituição brasileira tem diante dos desafios quanto ao processo construtivo das garantias sindicais. Afinal, que modelo sindical o País precisa, de fato, construir? Apesar de muito se ter comentado sobre a atual proposta de reforma sindical, será que são pacíficos os entendimentos de que a mesma poderá, ao final, garantir a legitimidade representativa e a eficácia do dinamismo sindical dos trabalhadores brasileiros?

Não há dúvidas de que, tais medidas, forjadas por décadas de lutas e de conquistas políticas entre o capital e o trabalho proletariado, devem traduzir as verdadeiras garantias fundamentais tanto para trabalhadores como para empregadores. Nesse sentido, vê-se que a idéia de uma reforma sindical não é tema de menor importância, pois é fundamental para a valorização dos ideais de justiça social. Será que bastaria uma aferição do direito interno com as normas internacionais, especialmente àquelas celebradas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, para garantir a liberdade sindical no Brasil?

O modelo sindical pátrio ainda não apresenta, em sua plenitude, as quatro garantias fundamentais que norteiam o sistema de liberdade sindical, a saber: liberdade de constituição, de administração, de atuação e de filiação. O presente artigo tem como objetivos analisar a Convenção nº 87 da OIT, já ratificada por mais de cento e vinte países, com exceção do Brasil, e clarear as controvérsias quanto à atual reforma sindical proposta pelo governo Lula, que tramita junto ao Congresso Nacional sob a forma de PEC nº 369/2005.

²¹³ Aluno do 8º semestre do Curso de Direito.

²¹⁴ Professora, Orientadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A história do sindicalismo brasileiro é marcada por um longo período de intervenção direta do Estado, cujo marco em 1931, com o Decreto-Lei nº 19.770, baixado pelo então Presidente Getúlio Vargas, fundou o corporativismo. As Constituições supervenientes, seguindo a mesma linha, acabaram por interromper questões acerca da necessidade de um movimento sindical inspirado por concepções liberais do pós-guerra, gerando, desde então, grandes conflitos em uma sociedade industrial emergente. Em face dos avanços e das garantias constitucionais conquistados pela promulgação da Carta Política de 1988, ainda que se traduzam em conquistas relativas, o tema da liberdade sindical continua gerando polêmica.

Antes da intervenção direta do Estado, o movimento sindical brasileiro, quando do seu surgimento, teve de enfrentar a repressão policial. A questão social, no alvorecer da República, era considerada “caso de polícia”. Como já foi dito, somente na ditadura de Vargas, o Estado consolidou uma legislação para as relações de trabalho, qual seja, a CLT, tutelando os sindicatos com atribuições assistencialistas e de colaboração de classe.

No regime constitucional de 1946, os sindicatos permaneceram sujeitos à legislação imposta pelo “Estado Novo” e à intervenção do Ministério do Trabalho. Pode-se afirmar que o Estado controlador dos movimentos sociais de Vargas superou-se na institucionalização de um modelo sindical umbilicalmente atrelado ao poder público.

A realidade sindical vigente, entretanto, é outra, pois, decorridos mais de sessenta anos, alguns dos pilares desse sistema obsoleto ainda norteiam as relações laborais, mesmo em face da dinamicidade das relações entre capital e trabalho, vivenciada por parte do mundo globalizado.

Dentre eles, segundo leciona Brito Filho, são quatro as restrições que entravam à plena liberdade sindical no Brasil, a saber: 1) unicidade sindical; 2) base territorial mínima; 3) sindicalização por categoria e 4) sistema confederativo da organização sindical.²¹⁵

O atual momento constitucional que alicerça o Estado Democrático de Direito, no qual a República Federativa do Brasil se insere, é fator necessário para que o papel da representação dos interesses coletivos dos trabalhadores em seus embates com os empregadores – e também com o Poder Público – seja exercido em sua plenitude.

É importante observar que todas as restrições dizem respeito à liberdade coletiva de organização. Pior ainda é o fato de que tal premissa não foi nem mesmo contemplada pelo texto constitucional de 1988. O Brasil, apesar de ser livre o direito de criar sindicatos, não tem liberdade sindical coletiva de organização. Daí o país necessitar, em caráter de urgência, de uma agenda de reformas, cujas medidas, no âmbito sindical, enquadrem-se no rol de garantias delineadas pela OIT.

2.1 Da Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 369/2005

A reforma sindical – como instrumento de rompimento com o modelo em descompasso com as transformações sofridas nas relações entre o capital e o trabalho – é hoje um dos principais temas em debate no movimento sindical, com importância para toda a sociedade brasileira. Isso porque a amplitude de seus efeitos sociais vem alterar a legislação trabalhista, não apenas modificando a forma de organização das entidades sindicais, mas, acima de tudo, ampliando as negociações coletivas, bem como os demais aspectos da relação entre empregados e empregadores, aspectos estes que repercutirão em toda a comunidade laboral.

Para que seja eficaz, a reforma sindical deverá romper com os velhos paradigmas, alterando não apenas o seu funcionamento, mas, principalmente, costumes arraigados decorrentes de uma cultura quase centenária. Na ótica do Ministro Vantuil Abdala, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (biênio 2004/2006) e atual membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): “antes

²¹⁵ BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito sindical**: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito comparado e da doutrina da OIT. São Paulo: LTr, 2000, p. 98.

de qualquer reforma trabalhista, é fundamental a mudança da estrutura sindical brasileira que possibilite a consolidação de sindicatos realmente representativos dos trabalhadores"²¹⁶.

Sua tramitação deu-se com o envio da Proposta de Emenda Constitucional nº 369/05, pelo governo Lula, à Câmara Federal, no dia 4 de março de 2005. Os passos necessários para torná-la vigente, no entanto, foram, primeiramente, a aprovação e a promulgação da PEC, para, em seguida, dar-se sua regulamentação por Projeto de Lei. Por meio de Medida Provisória, e ante o conjunto de reformas do sistema sindical brasileiro, propostas pelo Fórum Nacional do

Trabalho, por meio da PEC 369/2005, foi aprovado pelo Congresso Nacional o Projeto de Lei 1990/2007. Contudo, para muitos, este garante apenas uma nova roupagem ao velho corporativismo sindical, resumindo-se a tão esperada reforma numa completa capitulação dos trabalhadores pelo Estado²¹⁷.

Para o Governo Federal, a reforma da atual legislação sindical é justificada pela necessidade de adequação do modelo nacional ao proposto pela OIT, ratificando, assim, a Convenção 87. Decorrente desta, seguir-se-á, necessariamente, uma ampla reforma trabalhista, para que os mecanismos extrajudiciais de composição de conflitos sejam privilegiados. Flexibilização é a palavra de ordem.

A referida reforma dar-se-á tanto por emenda à Constituição Cidadã – já emendada cinquenta e seis vezes, além de seis emendas revisionais –, alterando os artigos 8º, 11, 37 e 114, por meio de PEC nº 369/2005, quanto por Projeto de Lei com 238 artigos, que fixa as bases do novo modelo sindical no país. A referida PEC elaborada pelo Fórum Nacional do Trabalho – que é a principal, em vista de outras discutidas – não cumpre o papel de garantir maior democracia na relação capital e trabalho²¹⁸. Isso porque o termo reforma não tem mais o mesmo sentido que gozava anteriormente, logo após a Constituinte. Face à adaptação do Brasil à ordem mundial – globalização, neoliberalismo, estado mínimo – dentre outras medidas, a revisão constitucional faz-se necessária a fim de que seja efetuado o ajuste estrutural. Tais condições constituem-se no passaporte para ingressar na economia internacionalizada²¹⁹.

O referido projeto, com o fito de promover as alterações necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento da atual estrutura, dispõe a cerca: (a) da vinculação à obtenção de personalidade sindical à comprovação de representatividade; (b) do incentivo à negociação coletiva, vinculando a ela o recebimento da principal fonte de custeio; (c) da imposição de pesadas punições à entidade que não negociar; (d) da extinção das contribuições obrigatórias, impelindo o sindicato à conquista de novos associados para melhorar suas finanças; e (e) do fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, não restando outra alternativa às partes senão a negociação. Em outras palavras, dentre os pilares mestres do atual projeto estão: a institucionalização gradativa da pluralidade sindical; o fim das contribuições sindical, confederativa e assistencial, substituídas por uma contribuição vinculada à negociação coletiva; e o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho.²²⁰

Seguindo essa linha de raciocínio, o centro da reforma sindical passa a ser a substituição dos sindicatos, que hoje ocupam o centro do sistema sindical brasileiro, pelas entidades sindicais,

²¹⁶ VANTUIL defende reforma sindical antes da trabalhista (Notícias TST). **FiscoSoft On Line**, 25 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=614371>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²¹⁷ MACEDO, Regiane de Moura. PL 1990/2007: reconhecimento jurídico das centrais e a reforma sindical. **Jus Vigilantibus**, [s. l.], 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/32440>>. Acesso em: 3 maio 2008.

²¹⁸ MACEDO, Regiane de Moura. PL 1990/2007: reconhecimento jurídico das centrais e a reforma sindical. **Jus Vigilantibus**, [s. l.], 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/32440>>. Acesso em: 3 maio 2008.

²¹⁹ RIZZO, Paulo Marcos Borges. A reforma sindical que nos apresentam. **PUCVIVA**, São Paulo, n. 23, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r23_r05.htm>. Acesso em: 5 maio 2008.

²²⁰ RIZZO, Paulo Marcos Borges. A reforma sindical que nos apresentam. **PUCVIVA**, São Paulo, n. 23, jan./mar. 2005. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r23_r05.htm>. Acesso em: 5 maio 2008.

onde encontrar-se-ão, a partir de agora, as centrais sindicais. Com a migração de prerrogativas que antes eram de exclusividade dos sindicatos para outros sujeitos do direito sindical, ocasionando reflexos, por exemplo, nas negociações coletivas.

Obstante a visão de teóricos entusiastas de que uma mudança, se for bem-sucedida, implicará em um novo marco na história do sindicalismo brasileiro, flexibilizando as relações de trabalho, cuja redução de direitos trabalhistas geraria maior competitividade, maiores investimentos e, conseqüentemente, uma intensa quantidade de postos de trabalho, para o sociólogo José Pastore, especialista em relações do trabalho e desenvolvimento institucional, a reforma sindical é complexa e apresenta tanto pontos positivos quanto negativos:

[...] com fundamento em intensos trabalhos na base tripartite, realizados pelo Fórum Nacional do Trabalho, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional uma tanto a proposta de emenda constitucional quanto o anteprojeto de lei que objetivam realizar a reforma sindical no Brasil. São duas peças de grande complexidade técnica, por isso fica difícil uma avaliação geral delas. Não se pode dizer que a reforma sindical é boa ou ruim. Há vários pontos positivos e outros, negativos²²¹.

Vê-se, portanto, que dentro dessa estrutura de raciocínio, os direitos trabalhistas seriam inimigos dos trabalhadores e os crescentes graus de desemprego e de informalidade, que se aprofundam ano a ano, parecem confirmar essa linha de pensamento. Para Pastore, a atual proposta de reforma sindical não traz em si garantias de que os ideais de liberdade, tão almejados pela sociedade, serão, de fato, efetivados em sua plenitude, por sorte dos interesses políticos conflitantes²²².

2.2 Da Estrutura Sindical Brasileira

O sistema de Unicidade Sindical, presente no Brasil desde a Constituição Federal de 1937, determina a forma de organização dos sindicatos. Esse sistema admite apenas a existência de uma única entidade sindical por categoria em uma mesma base territorial. E a base territorial mínima prevista em lei é o Município, ou seja, nenhum sindicato pode ter base territorial menor que um Município, mas pode ter base em mais de um Município, em um Estado inteiro e, até mesmo, pode ter base nacional.

A Proposta de Emenda Constitucional – PEC nº 369/2005 – tem por objetivo extinguir de vez a unicidade que perdura por mais de 70 anos. Ela ab-roga o inciso II do artigo 8º da Constituição, que veda a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial. Substitui, também, o termo "sindicato" por "entidade sindical", o que para Altamiro Borges, jornalista e editor da revista Debate Sindical, deixa vago a quem caberá "a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais no âmbito da representação"²²³.

De fato, a PEC nº 369/2005 parece não prever a revogação do modelo atual, mas, sim, que a regulamentação das organizações sindicais migre do patamar constitucional, no qual se encontra esteado, para o legislador ordinário. A liberdade sindical assegurada, portanto, não é incompatível com a atual norma celetista que exige a organização por categoria. Por conta disso, é notório que a proposta de reforma sindical é vista de forma divergente por correntes distintas.

²²¹ PASTORE, José. Pontos positivos e negativos da reforma. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 9, n. 198, 15 abr. 2005.

²²² PASTORE, José. Pontos positivos e negativos da reforma. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 9, n. 198, 15 abr. 2005.

²²³ BORGES, Altamiro. 10 razões contra reforma sindical. **Revista da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**, 27 set. 2005. Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/dez_razoas.htm>. Acesso em: 13 abr. 2008.

Por outro lado, há quem entenda que o projeto extingue, na prática, a unicidade sindical, já que admite a coexistência de vários sindicatos em uma mesma base territorial. Diversamente, há corrente no sentido de que essa regra possibilita a manutenção em nosso sistema da unicidade sindical, ofendendo tanto a garantia da livre constituição quanto a garantia da livre administração. No entendimento da OIT, a unicidade sindical configura-se na obrigatoriedade de existir apenas um único sindicato na mesma área de atuação.

Há décadas o movimento sindical acha-se dividido entre essas duas propostas de estruturação sindical, e uma solução que dê fim a essa polêmica, a curto prazo, parece ainda distante. Para a classe trabalhadora, no entanto, é irrelevante se o modelo é unitário ou pluralista.

Importa, no entanto, que, por ocasião do processo de negociação coletiva, a classe laboral permaneça unida e coesa frente à classe patronal. No entender de Maciel, membro da Academia Nacional de Direito do Trabalho: “quando se possibilitar a pluralidade sindical, com o avanço do sindicalismo chegaremos a um monopólio de fato, modelo de representação unitária produzido sem a intervenção estatal, mas por interesse das partes, o qual não conflita com as referidas Convenções e, ao meu ver, o ideal”²²⁴.

2.3 Do Fim do Poder Normativo da Justiça do Trabalho

Com o fim do poder normativo da Justiça do Trabalho, os conflitos coletivos, inclusive os de greve, serão solucionados por intermédio de conciliação, mediação ou arbitragem. À Justiça do Trabalho caberá apenas os conflitos de natureza jurídica. Denominado, a partir de então, de arbitragem pública compulsória, caberá ao que sobrevive do Poder Normativo da Justiça do Trabalho a manutenção ou não de cláusulas normativas já existentes em vias de esgotar o prazo de vigência, e quando não houver acordo entre as partes. Quanto ao reajustamento salarial, somente poderá a Justiça do Trabalho atuar se os sindicatos de empregados e de empregadores pedirem em conjunto sua intervenção.

Em conjunto, as alterações previstas na PEC e no projeto de lei tornam quase impossível o acesso do sindicato à Justiça do Trabalho. Para Borges²²⁵, enquanto a primeira investe contra o artigo 114 da Constituição, para alterar a redação dada pela Emenda Constitucional 45/2004, que estabelece competir à Justiça do Trabalho “conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos”; o segundo, por meio da redação dada pelo artigo 103, visa a estimular a arbitragem privada para resolução de conflito, pois reza que:

Art. 103. Havendo recusa, devidamente comprovada, à negociação por parte das entidades representativas, será conferida a outra entidade sindical do mesmo ramo ou setor econômico a titularidade da negociação coletiva.

§ 1º a recusa reiterada à negociação caracteriza conduta anti-sindical e sujeita as entidades sindicais à perda da personalidade sindical [...].²²⁶

Em tese, as Comissões de Conciliação Prévia (CCP), criadas para corroborar com a Justiça, não estão funcionando porque os acordos fechados pelas CCPs podem depois ser objeto de ações judiciais. Os acordos teriam base legal apenas com a reforma sindical, cessando, assim, a ciranda processual. Para a classe empresarial brasileira, a legislação trabalhista está em descompasso com os tempos atuais, daí a razão para tantos conflitos. A flexibilização das normas é essencial à resolução de conflitos, pois metade das ações é solucionada em primeira instância.

2.4 Da Extinção das Fontes de Sustentação Econômica dos Sindicatos

²²⁴ MACIEL, José Alberto Couto. Reforma sindical. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 8, n. 173, 31 mar. 2004.

²²⁵ BORGES, Altamiro. 10 razões contra reforma sindical. **Revista da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**, 27 set. 2005. Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/dez_razoes.htm>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²²⁶ FORUM NACIONAL DO TRABALHO. **Proposta de emenda à Constituição**: projeto de lei de relações sindicais. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005, p. 40.

Criada pelo Governo Vargas para garantir a manutenção dos sindicatos esvaziados após o Estado Novo, a contribuição sindical tem sua legitimidade questionada por amplos setores do movimento sindical, que entendem que esses recursos servem para estimular a proliferação de sindicatos sem qualquer representatividade²²⁷. Apostando na revogação desse instituto, o projeto de reforma surpreendeu a muitos ao limitar-se apenas a dispor sobre a distribuição da verba arrecadada. No entanto, mesmo os mais intransigentes defensores da extinção da contribuição sindical reconhecem que os sindicatos necessitam de uma fonte adicional de recursos, sob pena de extinção em massa. O decréscimo de trabalhadores sindicalizados é um fenômeno que tem atingido a comunidade laboral global, inclusive a brasileira²²⁸.

Pela Constituição de 1988, a sustentação econômica dos sindicatos provém de quatro fontes distintas: contribuição sindical, contribuição confederativa, contribuição assistencial e a mensalidade sindical.

O projeto prevê a substituição das contribuições sindicais atuais por uma única contribuição que será cobrada anualmente de toda a base de representação, independentemente de filiação, mas diretamente vinculada à participação do sindicato no processo de negociação coletiva, sendo assim distribuída: 10% para a Central na qual o sindicato é filiado, 60% para o sindicato, 15% para a Federação, 5% para a Confederação e 10% para a conta salário-desemprego, um programa do Ministério do Trabalho.

No entendimento de Maciel, “o que se pretende com a extinção do imposto sindical compulsório é conceder maior autonomia aos sindicatos para que tenham vida própria, baseados em contribuições voluntárias dos próprios associados”²²⁹. E continua afirmando que: “acredito que essa é uma solução que dará força aos verdadeiros sindicatos, mas que deve ser realizada mediante longo período de transição, ainda mais tendo em vista a jurisprudência da Suprema Corte e do TST, no sentido de que as demais contribuições somente podem ser cobradas dos associados”²³⁰.

Para Almir Pazzianotto, ex-ministro do Trabalho e ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o presente projeto atropela todas as garantias constitucionais de livre associação, pois segundo seus ensinamentos:

[...] serão cinco as fontes de receitas das entidades, duas fundamentais: as contribuições pagas espontaneamente pelos associados e a contribuição de negociação coletiva, que alcançará aqueles que não são sócios. Quanto à primeira, nada a opor. A segunda, entretanto, é inaceitável, por ser ilegal, ou melhor, inconstitucional e injusta. No artigo 5º o projeto admite que ‘os trabalhadores e os empregadores têm direito de livre filiação, participação, permanência e desligamento das entidades sindicais que escolherem’. O artigo 45, contudo, ignora essa regra salutar para impor aos que exercerem o direito de não se filiar, não participar, não permanecer ou se desligar da entidade pagamento de contribuição ‘com periodicidade anual, fundada na participação na negociação coletiva ou no efeito geral do seu resultado’, mesmo que a negociação haja malgrado e a decisão final tenha sido da Justiça do Trabalho²³¹.

Em que pesem as fontes de receitas sindicais, observa-se que elas têm sido, e continuarão sendo, campo para acirrados e inescrutáveis debates, especialmente no que diz respeito à sua importância para a sustentabilidade dos entes sindicais. O seu cerceamento sujeitaria as associações sindicais à uma submissão do Estado, se não aos favores e aos interesses dos detentores do capital.

²²⁷ MACEDO, Regiane de Moura. PL 1990/2007: reconhecimento jurídico das centrais e a reforma sindical. **Jus Vigilantibus**, [s. l.], 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/32440>>. Acesso em: 3 maio 2008.

²²⁸ VARGAS, Luiz Alberto de; FRAGA, Ricardo Carvalho. Reforma sindical. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 548, 6 jan. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6118>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²²⁹ MACIEL, José Alberto Couto. Reforma sindical. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 8, n. 173, 31 mar. 2004.

²³⁰ MACIEL, José Alberto Couto. Reforma sindical. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 8, n. 173, 31 mar. 2004.

²³¹ PINTO, Almir Pazzianotto. A contra reformal sindical. **Consulex**, Brasília, DF, ano 9, n. 198, 15 abr. 2005.

2.5 Da Inexistência de Previsão para a Organização por Local de Trabalho

Não se pode pensar em modernização das relações sindicais no Brasil sem uma verdadeira representação dos trabalhadores nas empresas. Apesar de constar da redação da PEC 369, “é assegurada a representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, na forma da lei”, o que seria o maior avanço dessa reforma ficou totalmente prejudicado no projeto, uma vez que não houve acordo com a bancada representante dos empregadores no Fórum da Reforma Sindical. Esse direito ficou restrito às empresas com mais de cem trabalhadores, que representa uma parcela de menos de 10% das existentes no país. A esse organismo cabe a mediação dos conflitos individuais, conforme previsto nos arts. 62 e 88 do projeto de lei²³².

É importante, no entanto, destacar que a representação sindical não é opcional, mas compulsória, assim como é compulsório o imposto sindical, independentemente de filiação. Isso se deve ao fato de o trabalhador ser representado pelo Sindicato de sua categoria, sem que haja uma "outorga de poderes", quer sejam filiados, quer não, as decisões tomadas e as vantagens obtidas afetam toda a categoria profissional.

Uma das novidades da reforma verifica-se na esfera da personalidade sindical, que, para ser concedida, deverá utilizar-se de critérios objetivos de aferição de representatividade. Em outras palavras, significa dizer que uma entidade, para ser reconhecida e desse modo gozar de todas as prerrogativas sindicais, deverá comprovar a filiação de determinado percentual do grupo que representa. Com as novas regras e com a vedação, pela bancada patronal, da organização por local de trabalho, comprometida fica a defesa da liberdade e da autonomia dos sindicatos em relação aos patrões.

Verifica-se, ainda, no projeto, um mecanismo que garante aos sindicatos, já existentes antes da reforma, a manutenção de sua exclusividade de representação, resultando, assim, em um monopólio sindical²³³. Se for aprovado como está, caberá ao Estado dar o aval, atrelando a garantia da aquisição de personalidade sindical à comprovação, pela entidade representativa, da filiação de um número mínimo necessário de sócios.

O projeto de emendas é paradoxal, pois subordina liberdade sindical à prerrogativa de reservar ao Executivo a concessão de personalidade sindical às entidades que atenderem a requisitos de representatividade, participação democrática dos representados e "agregação que assegure a compatibilidade de representação em todos os níveis e âmbitos da negociação coletiva"²³⁴. Conclui-se, portanto, que a situação persiste inalterada, pois caberá ao Ministro do Trabalho decidir a quem outorgar ou deixar de outorgar personalidade sindical.

A soberania das bases foi rebaixada ao concentrar poderes nas cúpulas de áreas estratégicas da relação capital-trabalho, dando a impressão de que o texto foi redigido para beneficiar as maiores centrais sindicais. Ora, as centrais não são os organismos mais próximos dos trabalhadores, ao contrário, exercem a representação por meio dos sindicatos, estes, sim, organismos próprios da classe. A concentração de poder mais preocupante é a que trata da negociação coletiva: "O contrato coletivo de nível superior poderá indicar cláusulas que não serão objeto de modificação nos níveis inferiores" (art. 100)²³⁵. A negociação é hoje atribuição exclusiva dos sindicatos de base. As centrais, no exercício dessa atribuição, estariam dispensadas de submeter-se à decisão das assembleias dos trabalhadores.

²³² BORGES, Altamiro. 10 razões contra reforma sindical. **Revista da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**, 27 set. 2005. Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/dez_razoes.htm>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²³³ OLONCA, Renato Lino. Reforma sindical: avanço ou retrocesso? **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 786, 28 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7209>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

²³⁴ CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Boletim reforma sindical nº 29**: quadro comparativo – proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma sindical. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <www.cut.org.br/sno/Boletim029.doc>. Acesso em: 2 out. 2008

²³⁵ BORGES, Altamiro. 10 razões contra reforma sindical. **Revista da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**, 27 set. 2005. Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/dez_razoes.htm>. Acesso em: 13 abr. 2008.

As prerrogativas atribuídas às centrais sindicais, conforme previsto no artigo 1º do Projeto de Lei, são:

Art.1º A central sindical, entidade de representação geral dos trabalhadores, constituída em âmbito nacional, terá as seguintes atribuições e prerrogativas:

I – exercer a representação dos trabalhadores, por meio das organizações sindicais a ela filiadas; e

II – participar de negociações em fóruns, colegiados de órgãos públicos e demais espaços de diálogo social que possuam composição tripartite, nos quais estejam em discussão assuntos de interesse geral dos trabalhadores.²³⁶

Acerca dos entes de representação, Maciel afirma que a grande força sindical está “na representação de associados específicos, dentro de uma pluralidade sindical em que a minoria conhece melhor seus direitos”²³⁷. Seu posicionamento, apesar de não se poder negar o caráter amplo e político que têm as Centrais Sindicais, é contrário aos argumentos de que a reforma sindical deva atribuir mais força às Centrais Sindicais.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A natureza da pesquisa aqui desenvolvida é de caráter bibliográfico e documental, constituindo-se de maneira pura e qualitativa quanto à sua forma, pois ela não comporta visões isoladas e estanques, mas trabalha com a complexidade do estudo ontológico do ente sindical, bem como as diferentes contradições deontológicas que atualmente contornam uma reforma sindical. Com relação aos objetos, a pesquisa será de caráter descritivo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Organização Internacional do Trabalho, sendo uma agência multilateral ligada à ONU e estruturada de forma tripartite, com a participação voluntária de representantes dos governos (50%), dos empresários (25%) e dos trabalhadores (25%) dos países que dela são membros, destaca-se pela elaboração e pela aprovação de normas internacionais trabalhistas, consolidadas no seu Código Internacional do Trabalho, constituindo-se, assim, em autêntico órgão normativo.

Destaca-se a existência de dois tipos de normas a serem acatadas pelos países membros, uma vez que sejam ratificadas: as convenções internacionais e as recomendações. Convencionou-se, no entanto, mesmo que essas não sejam ratificadas, os países membros se obrigam quanto à observância dos direitos fundamentais nelas contidos. Assim sendo, no preâmbulo da Constituição da Organização Internacional de Trabalho lê-se que “o reconhecimento do princípio da liberdade sindical constitui um meio de melhorar as condições de trabalho e de promover a paz”.²³⁸

Costa, mestre em Direito Internacional do Trabalho, acerca da normatização das normas internacionais do trabalho, afirma que:

[...] a positivação do princípio da liberdade sindical nos principais tratados internacionais de direitos humanos indica a relação existente entre a liberdade sindical e as liberdades fundamentais do homem, reconhecida pela própria OIT. [...] a liberdade sindical pertence ao rol das liberdades fundamentais do homem, pois possui uma dimensão essencial na regulação das relações de trabalho, ao garantir aos

²³⁶ FORUM NACIONAL DO TRABALHO. **Proposta de emenda à Constituição**: projeto de lei de relações sindicais – projeto de lei de relações sindicais. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/cont/2005_projeto_reformasindical.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2008

²³⁷ MACIEL, José Alberto Couto. Reforma sindical. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 8, n. 173, 31 mar. 2004.

²³⁸ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Direito sindical da OIT**: normas e procedimentos. Genebra: Repartição Internacional do Trabalho, 1998, p. 4.

próprios atores sociais o poder de estabelecer as condições nas quais essas relações irão se desenvolver [...].²³⁹

Entretanto, no Brasil, o modelo sindical não é compatível com o proposto pela OIT, pois não apresenta uma das quatro garantias fundamentais que caracterizam o modelo liberal, que é a liberdade de constituição. A adequação do modelo sindical pátrio e a ratificação da Convenção nº 87 são questões simples, mas requerem vontade política.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, considera-se que uma organização sindical, verdadeiramente livre e autônoma, é essencial para o fortalecimento da democracia e ao estímulo da representatividade autêntica, além de estirpar do cenário nacional a miséria e a injustiça. Sem sindicatos livres, autônomos e politicamente fortes tanto a classe trabalhadora quanto a nação saem perdendo, perpetuam-se a injustiça, a desigualdade, e os dramas sociais intensificam-se. O objetivo maior dessa reforma deve ser, portanto, a busca de uma sociedade mais fraterna e mais justa, a prevalência da dignidade humana no âmbito das relações entre o capital e o trabalho.

Observa-se que, diante dos diferentes entendimentos trazidos à luz dos argumentos ora elencados, a crise que afeta o atual modelo sindicalista, independentemente da sua estrutura, seja ela desregulada (EUA), contratualista (Europa), seja legislada (Brasil), passa por mudanças necessárias para enfrentar os vícios do passado e os desafios do futuro. A superação da crise sindical, entretanto, dependerá, entre outros fatores, do avanço de uma nova orientação política classista, que não imponha limites ao crescimento nem à lógica da globalização de mercado, mas que, sensível a essas mudanças, tire dela proveito em função de todos, empresários e trabalhadores. Torna-se necessário, por isso, possibilitar a liberdade sindical no país, a negociação coletiva ampla e o direito de livre sindicalização, compatibilizando-se nossa legislação com normas internacionais celebradas pela Organização Internacional do Trabalho, organismo ligado à Organização das Nações Unidas.

Desafiar o processo construtivo, já tardio, e alcançar um modelo sindical liberal, é, sem dúvidas, o papel principal para garantir mais um passo rumo à concretização do Estado Democrático de Direito fundado com o advento da Carta Política de 1988. Incontroversos são os entendimentos de que qualquer reforma, no âmbito do sindicalismo nacional, deverá, não somente suprimir os pontos retrógrados do atual sistema, mas, acima de tudo, formular um conjunto de medidas que garantam a legitimidade representativa e a eficácia do dinamismo sindical brasileiro. Afinal, o que o Brasil espera é uma reforma sindical mais profunda, que contribua na busca de uma sociedade mais fraterna e justa.

REFERÊNCIAS

BORGES, Altamiro. 10 razões contra reforma sindical. **Revista da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais**, [s. l.], 27 set. 2005. Disponível em: <http://www.cnpl.org.br/dez_razoes.htm>. Acesso em: 13 abr. 2008.

BRITO FILHO, José Claudio Monteiro de. **Direito sindical**: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito comparado e da doutrina da OIT – a proposta de inserção da comissão de empresa. São Paulo: LTr, 2000.

²³⁹ COSTA, José Augusto Fontoura; GOMES, Ana Virgínia Moreira. O § 3º do artigo 5º da Constituição Federal e a Internalização da Convenção 87 da OIT. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 15., 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: [s. n.], 2006. Disponível em: <http://conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/tranf_trabalho_jose_augusto_costa_e_ana_gomes.pdf>. Acesso em: 3 maio 2008.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. **Boletim reforma sindical nº 29**: quadro comparativo – proposta de emenda constitucional (PEC) da reforma sindical. São Paulo, 2005. Disponível em: <www.cut.org.br/sno/Boletim029.doc>. Acesso em: 2 out. 2008.

COSTA, José Augusto Fontoura; GOMES, Ana Virgínia Moreira. O § 3º do artigo 5º da Constituição Federal e a Internalização da Convenção 87 da OIT. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 15., 2006, Manaus. **Anais...** Manaus: [s. n.], 2006. Disponível em: <http://conpedi.org/manaus/arquivos/anais/manaus/tranf_trabalho_jose_augusto_costa_e_ana_gomes.pdf>. Acesso em: 3 maio 2008.

FORÚM NACIONAL DO TRABALHO. **Proposta de emenda à Constituição**: projeto de lei de relações sindicais – projeto de lei de relações sindicais. Brasília, DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2005. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/cont/2005_projeto_reformasindical.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2008.

MACEDO, Regiane de Moura. PL 1990/2007: reconhecimento jurídico das centrais e a reforma sindical. **Jus Vigilantibus**, [s. l.], 26 mar. 2008. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/32440>>. Acesso em: 3 maio 2008.

MACIEL, José Alberto Couto. Reforma sindical. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 8, n. 173, 31 mar. 2004.

OLONCA, Renato Lino. Reforma sindical: avanço ou retrocesso? **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 786, 28 ago. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=7209>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONA DO TRABALHO. **Direito Sindical da OIT**: normas e procedimentos. Genebra: Repartição Internacional do Trabalho, 1998.

PASTORE, José. Pontos positivos e negativos da reforma. **Consulex** (Cd-Rom 4) – Biblioteca Jurídica Consulex, Brasília, DF, ano 9, n. 198, 15 abr. 2005.

PINTO, Almir Pazzianotto. A contra reformal sindical. **Consulex**, Brasília, DF, ano 9, n. 198, 15 abr. 2005.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. A reforma sindical que nos apresentam. **PUCVIVA**, São Paulo, n. 23, jan a mar 2005. Disponível em: <http://www.apropucsp.org.br/revista/r23_r05.htm>. Acesso em: 5 mai. 2008.

VARGAS, Luiz Alberto de; FRAGA, Ricardo Carvalho. Reforma sindical. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 548, 6 jan. 2005. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=6118>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

VANTUIL defende reforma sindical antes da trabalhista (Notícias TST). **FiscoSoft On Line**, 25 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=614371>>. Acesso em: 13 abr. 2008.

AD 8: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E OS CONFLITOS ENTRE A ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA E OS TRATADOS INTERNACIONAIS

Arnaud Ferreira Baltar Neto²⁴⁰; Paulo Henrique Gonçalves Portela²⁴¹

RESUMO

A República Federativa do Brasil, por expressa determinação constitucional, consagrou o princípio da supremacia da Constituição, ao conceder à Suprema Corte do País competência para declarar a inconstitucionalidade dos tratados, importando que a validade destes repouse nas regras de âmbito constitucional. Por outro lado, observa-se que a modificação na ordem interna do País, seja por processo revolucionário ou por revogação das suas leis, não acarreta a caducidade dos tratados consagrados na vigência do regime anterior às normas internacionais.

O fato de a lei interna não poder ser invocada como razão de descumprimento do tratado nem operar modificações unilaterais em seu texto, conforme preceitua a Convenção de Viena sobre os Tratados Internacionais, tem possibilitado que o Estado seja responsabilizado internacionalmente pelo o seu descumprimento, em especial naqueles tratados de Direitos Humanos. O

Superior tribunal Federal tem muitas vezes silenciado diante das pressões políticas no delinear desses conflitos. A EC 45/2004, por meio de um rigor processual ao qual terá que se submeter os tratados internacionais de Direitos Humanos, conferiu a estes natureza de emenda constitucional.

Diante de tais avanços, busca-se que a doutrina aponte para soluções, que mais cedo ou mais tarde, cobrará dos membros da Excelsa Corte do País entendimento que consolide os anos de luta entre a ordem interna constitucional e os tratados internacionais. Espera-se que o STF estabeleça uma exegese que confira aos tratados o seu verdadeiro condão de eficácia interna, mesmo que isso contrarie os interesses políticos, enquanto, no âmbito doutrinário, o condão de efetividade e justiça.

Palavras-chave: Inconstitucionalidade. Conflito de Normas. Tratados Internacionais.

1 INTRODUÇÃO

A história das relações diplomáticas, e as conseqüentes celebrações de tratados e convenções internacionais entre o Brasil e os Estados estrangeiros, tem sido marcada por uma longa discussão acerca do problema da existência de norma constitucional incompatível com as disposições em tratados, do qual o Brasil é parte. Ao longo dos anos e através das diversas Constituições do País, desde a sua independência, doutrinadores e juristas têm trabalhado a questão de como resolver tais conflitos.

O fundamento do Direito Internacional, ou seja, a origem da obrigatoriedade de suas normas, tem sido objeto de estudo de diversas correntes doutrinárias. No âmbito do Direito das Gentes, a mais consagrada delas é a doutrina que identifica tal obrigatoriedade na manifestação livre da vontade entre os Estados de celebrarem os tratados, cuja expressão traduz o princípio *pacta sunt servanda*. A luz deste entendimento, imprescindível se faz uma análise de como proceder em face dos conflitos entre as normas internacionais, celebradas pelo Brasil, e os seus dispositivos conflitantes na ordem constitucional interna. No que pese aos membros do Supremo Tribunal Federal a competência para resolver tais deslindes, seria possível afirmar que os princípios hermenêuticos atualmente adotados estariam por primar pelo fundamento maior da dignidade da pessoa humana, interpondo-se às interpretações meramente legalistas em favor da ordem jurídica?

Por sua vez, a doutrina majoritária tem admitido que os tribunais brasileiros abraçam a Teoria Monista com primazia do Direito Interno, igualmente aos tribunais dos EUA e de outros países ocidentais. Essa teoria tem sua sustentação no princípio da soberania dos Estados e,

²⁴⁰ Monitor da disciplina de Direito Internacional Público e Privado.

²⁴¹ Professor, Orientador.

portanto, não estariam eles sujeitos a nenhum sistema jurídico que não tenha emanado de sua própria vontade. Historicamente, essa mesma teoria foi também ensinada pelos autores nazistas e, por vezes, pelos soviéticos. Porém, se são soberanos, por que os Estados, de alguma forma, se submetem às normas internacionais? Admitir-se-ia hoje um poder de mando, em última instância, frente a uma sociedade globalizada, na qual observa-se a fragilidade do equilíbrio nas relações jurídicas tanto na ordem interna como externa?

Com efeito, este trabalho se propõe a estudar a maneira como o Judiciário brasileiro, em especial o Supremo Tribunal Federal, tem tentado solucionar tais antinomias. Para tanto, é necessário entender o processo de incorporação, ao ordenamento jurídico brasileiro, de uma norma jurídica internacional veiculada por tratado, bem como analisar os diferentes atos que limitam ou fazem cessar os efeitos dos tratados para, por fim, entender o *status* que o Pretório Excelso tem aferido aos diferentes tratados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como mencionado, a Teoria Monista com primazia do Direito Interno, cujo maior expoente destaca-se o filósofo e magistrado alemão, Georg Jellinek (1851-1911), tem sido recepcionada pelo ordenamento jurídico brasileiro. A sua aplicação confere ao próprio Estado autolimitar-se quanto ao acatamento, ou não, de uma norma jurídica internacional. Daí denominar-se de “teoria da autolimitação”²⁴². Os seus críticos observam que a maior incoerência da Teoria Monista é o fato de negar a própria existência do Direito Internacional como um direito autônomo e independente. Entre outras críticas, observa-se que a teoria ao admitir que a validade dos tratados internacionais repouse nas regras de âmbito constitucional, qualquer modificação na ordem interna do País, seja por um processo revolucionário ou por revogação das suas leis, deveria acarretar na caducidade de todos os tratados concluídos na vigência do regime anterior²⁴³. Porém, na prática, isso não ocorre, porque em nome da continuidade e permanência do Estado, as normas internacionais, celebradas no regime anterior, não podem ser inovadas, exigindo daqueles que a celebraram a sua plena observância. No obstante os argumentos contrários, observa-se que isso ocorre em face de os tratados serem celebrados entre Estados e não entre Governos.

Feitas tais ponderações, importante delinear algumas formas de conflitos. Primeiramente, temos aquele conflito entre normas de direito interno e tratados em que o Brasil é parte. Neste caso, segundo Mello, “somente pode entrar em conflito com as leis, o tratado auto-executório, assim entendido aquele cujo objetivo é criar, imediatamente, direitos e obrigações aos particulares”²⁴⁴, e cujo caráter de inconstitucionalidade, quer na íntegra ou em parte, somente poderá ser apreciado diretamente pelos tribunais. Com efeito, em relação aos tratados que exigem regulamentação interna antes de sua entrada em vigor, a arguição de inconstitucionalidade já ocorre no plano interno, uma vez que a antinomia estará vinculada à duas normas internas: a lei regulamentadora do tratado e a Constituição Federal.

Entretanto, em que pese os conflitos entre a norma constitucional e os tratados, pode-se invocar a inconstitucionalidade quer formal ou material destes. A inconstitucionalidade formal, também denominada de “inconstitucionalidade intrínseca”, diz respeito ao vício sanável quando da internalização defeituosa de certo tratado de que o Brasil é parte. Nestes casos, a maior gravidade, porém, resulta da ratificação imperfeita, ou seja, quando o Poder Executivo ratifica um tratado sem tê-lo submetido ao Legislativo. Apesar de divergências doutrinárias quanto às possíveis soluções para corrigir tal vício, a de maior aceitação tem sido em favor de que o tratado só será nulo quando a violação for notória para o outro Estado contratante, sendo válido,

²⁴² MIRANDA, Napoleão. Globalização, soberania nacional e Direito Internacional. **Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal**, Brasília, DF, n. 27, p. 86-94, out./nov. 2004.

²⁴³ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v. 1.

²⁴⁴ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v. 1, p. 44.

porém, na hipótese contrária. Tal solução, conhecida como teoria mista, está consagrada na Convenção de Viena.²⁴⁵

A inconstitucionalidade material, em sede de conflito de normas internas e internacionais, por estar revestida de uma maior complexidade, tem ensejado dos diferentes doutrinadores maior cautela quanto à sua análise, os quais, na sua maioria, têm preferido optar por não reconhecer nem à Constituição nem aos tratados supremacia absoluta. Preferem, portanto, a busca da conciliação entre as ordens jurídicas nacional e internacional. Na prática, várias são as soluções nas quais os Estados têm apaziguado esse problema. Algumas constituições observam o primado dos tratados sobre a sua própria ordem interna, enquanto outras, ordenam a prevalência de seus dispositivos em caso de conflito, a exemplo da Carta Política brasileira. Não obstante, um ou outro posicionamento constitucional, tem-se verificado que a sua aplicação fática tem ensejado numa árdua tarefa quanto à produção de jurisprudências que fundamentem suas decisões.

De tudo que foi levantado, observa-se que a aplicação de um tratado, enquanto norma de direito internacional, em nada diminui a sua força cogente ou sua eficácia para a população brasileira, a qual tem o dever de respeitá-la desde a data de sua publicação. Este entendimento é obtido de uma interpretação sistemática da Constituição Federal de 1988. Pois, tendo o texto constitucional atribuído competência ao Supremo Tribunal Federal para julgar, em grau de Recurso Extraordinário, todas as causas decididas em única ou última instância, sobre a inconstitucionalidade dos tratados, fica de sobremaneira implícito que os tribunais nacionais deverão observar os tratados em todos os seus termos, independentemente da existência de normas internas que disponham sobre a matéria neles contida. Essa hipótese consagra a idéia de que a Excelsa Corte não somente é guardiã da Constituição Federal, mas também da norma federal como um todo. Norma essa em sentido amplo, que na concepção de Ferreira Filho, abrange de igual maneira os tratados, “já que este, quando incorporado ao direito do país [...], vale como lei federal”²⁴⁶. Tal idéia também encontra guarida nas interpretações de Fraga, nas quais defende a tese de que “os tratados são válidos internamente independente de sua transcrição em lei nacional”²⁴⁷.

2.1 Do Processo de Aprovação e Incorporação do Tratado ao Ordenamento Jurídico Brasileiro

Para garantir que um certo tratado obriga, ou não, o Brasil, necessário saber se todos os trâmites foram corretamente obedecidos, o que requer uma análise das fases do processo de conclusão dos tratados, consoante os termos estabelecidos pela própria Constituição de 1988. No que pese as recomendações de aprovação ditadas pela Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, assinada pelo Brasil em 23 de maio de 1969²⁴⁸, mas até hoje não ratificada, motivo pelo qual, numa primeira análise, não se obriga a República Federativa do Brasil em observá-la. Entretanto, o Itamaraty tem procurado pautar suas negociações por essa Convenção, uma vez que tais recomendações estão inseridas no Manual de Procedimentos - Prática Diplomática Brasileira, de 1984.²⁴⁹

Para imprimir validade, as normas celebradas no âmbito internacional deverão observar as fases necessárias ao seu processo de aprovação, com colaboração dos Poderes Executivo e

²⁴⁵ MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Curso de Direito Internacional Público**. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2004. v. 1, p. 217-218.

²⁴⁶ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1994. v. 3, p. 6.

²⁴⁷ FRAGA, Mirtô. **O Conflito entre Tratado Internacional e Norma de Direito Interno**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 49.

²⁴⁸ FRAGA, Mirtô. **O Conflito entre Tratado Internacional e Norma de Direito Interno**. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 33.

²⁴⁹ MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. **O Poder de Celebrar Tratados**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995, p. 276.

Legislativo, que a veiculará ao ordenamento jurídico pátrio. Na primeira fase desse processo trata-se das negociações, as quais são uma série de intervenções por parte de agentes do Poder Executivo, via de regra, o Ministro das Relações Exteriores (Chanceler). Na fase seguinte, tem-se o ato de autenticação, ou seja, o meio pelo qual o Chefe de Estado – através da sua rubrica –, ou agentes diplomáticos ou representantes munidos de “carta de plenos poderes” – através de *ad referendum* –, expressam a vontade de “assumir o vínculo”, fixando assim o projeto do texto convencional, cujas regras ainda não produzem efeitos jurídicos.

O ápice do processo de aprovação chega com os atos de ratificação e de referendo do tratado. A ratificação trata-se de ato puramente discricionário do Presidente da República no que tange à conveniência de um determinado tratado começar a produzir os seus efeitos jurídicos no âmbito interno (artigo 84, inciso VIII, da CF/88). É por seu meio que o Chefe de Estado encaminha, ou não, o texto da norma internacional para o Congresso Nacional a fim de referendá-lo. Neste ato, de competência exclusiva do Congresso Nacional, o qual é exercido por meio de Decreto Legislativo, tramitando nas duas Casas Legislativas, cumpre aceitar, com ou sem reservas, o texto autenticado do tratado (art. 49, inciso I, CF/88). Na prática, esse ato tem legitimidade para autorizar que a celebração prossiga, salvo a possibilidade em limitar ou condicionar a sua eficácia mediante restrições expressas a determinados itens do projeto apresentado, não podendo alterar o texto convencional. Observa-se, portanto, que apesar do Presidente da República ser titular da dinâmica das relações internacionais, cabe ao Poder Legislativo a sua inafastável interveniência no processo.

Para Rezek²⁵⁰, a interpretação da Carta Constitucional de 1988 permite que o Poder Executivo celebre alguns acordos, em duas hipóteses, dispensando a apreciação congressional. Na primeira hipótese, o acordo executivo tem natureza de afeição meramente diplomática, uma vez que é da competência privativa do Presidente manter relações com os Estados estrangeiros (artigo 84, VII, da CF/88). Na segunda hipótese, com maior relevância para o nosso estudo, trata do acordo executivo, que depreende de um tratado já vigente, pois, neste caso, entende-se que a aprovação do Congresso sofreu uma antecipação no tempo. Observa-se, portanto, que não obstante a aprovação congressional, ao Presidente da República cabe a última palavra quanto à celebração de tratados, podendo este se opor à ratificação. O inverso, porém, é inadmissível: rejeitado o projeto do tratado pelo Congresso, não pode o Presidente ratificá-lo, donde se conclui ser a aprovação pelo Congresso Nacional requisito para a validade da ratificação, com a qual não se confunde. A partir da ratificação, o acordo entra em vigor na ordem internacional.

Concluída a negociação entre Estados acerca do teor de um determinado tratado, cabe, em seguida, a fase da promulgação, que é o ato que torna público a existência desse tratado em face da ordem jurídica interna. Daí, porque, a promulgação depender da publicação do tratado no Diário Oficial, produzindo os efeitos *ex tunc* em relação às datas previstas no tratado para a sua vigência.

Observa-se, portanto, que o rigor processual ao qual se submetem os tratados internacionais, confere a estes a natureza de fonte de direito. Para uns, entende-se que o rigor aferido aos tratados, de forma alguma, poderia conferir a eles natureza de norma de direito interno, vez que promulgado, obriga o Estado assinante a respeitá-la. Para outros, é exatamente esse mesmo rigor na sua convalidação que confere aos tratados natureza supralegal na ordem interna, importando inclusive no tratamento como emenda constitucional.

2.2 Dos Atos que Limitam ou Fazem Cessar os Efeitos dos Tratados

Não pairam dúvidas de que aos Estados signatários é lícito propor emendas, as quais serão incorporadas desde que aceitas pelos Estados partes, e o faz através do uso da cláusula de reserva, dessa forma, limitando os efeitos de um tratado. É igualmente possível, o uso da denúncia, instituto no qual o Estado contratante formaliza o seu exercício de retirada

²⁵⁰ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2005.

definitiva de um tratado.

O uso da cláusula de reserva, sendo uma declaração unilateral do Estado que adere ao tratado multilateral, visa à exclusão ou modificação do efeito jurídico de certas disposições do tratado em relação a esse Estado – artigo 2º da Convenção de Viena sobre os Direitos dos Tratados. Assim sendo, a parte que condiciona a reserva passa a informar aos demais signatários que não se vinculará a uma ou mais disposições do tratado, e/ou que considera certas disposições aplicáveis a si somente de maneira específica. Isso permite que o Estado se torne parte do tratado, ressalvando-se o direito de não cumprir certas normas com as quais não assente.²⁵¹

Observa-se, portanto, que mesmo diante de conflitos entre a ordem constitucional e os tratados internacionais, o tema da renúncia, na qualidade de direito lícito de quem a condiciona, abre a possibilidade de o Estado ser responsabilizado internacionalmente pelo descumprimento de um tratado, em especial daquele que verse sobre Direitos Humanos. Fica evidente, como afirma Portela, o risco de o Brasil “violando disposições de compromissos internacionais e vir a sofrer as sanções eventualmente estabelecidas no bojo dos tratados”²⁵².

Por sua vez, o exercício de saída do signatário de um tratado, se aperfeiçoa por meio da denúncia, o que não modifica nem extingue os tratados multilaterais. Corroborando com o posicionamento de Portela, sobre a violação de compromissos internacionais, More comenta sobre os artigos 26 e 27 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados, acrescentando que:

[...] a lei interna não pode ser invocada como razão de descumprimento do tratado nem operar modificações unilaterais no texto do tratado, permanece até a denúncia, na forma eleita no próprio tratado, a responsabilidade internacional do Estado. [...] Deste modo, num conflito entre uma norma convencional de direito internacional (tratado) e lei interna posterior, a responsabilidade internacional do Estado independe da aplicação de uma ou outra norma, independe da querela entre monistas e dualistas.²⁵³

Os tratados internacionais podem ainda ser extintos das seguintes formas: 1) por vontade das partes ou ab-rogação, o que exige, em princípio, a vontade comum de todos os contratantes, naquele momento vinculadas aos termos do tratado, salvo se o tratado tiver previsão de ab-rogação por maioria; 2) por tratado superveniente sobre o mesmo assunto e que reúna todos os signatários constituídos no tratado anterior; e 3) por superveniência de "norma imperativa de Direito Internacional, ou seja, as *“jus cogens”*, nos termos do art. 64, da Convenção de Viena sobre a Lei dos Tratados; e 4) por vontade unilateral ou denúncia do tratado.

2.3 Dos Tratados Internacionais e da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

Antes de 1977, o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) era de recepcionar os tratados internacionais num grau de prevalência sobre as normas internas infraconstitucionais. Foi só a partir do julgado do Recurso Extraordinário 80.004/SE, que o tribunal pleno do STF, por maioria de seus membros, decidiu no sentido de que “embora a Convenção de Genebra [...] tenha aplicabilidade no Direito Interno brasileiro, não se sobrepõe ela as leis do País”²⁵⁴. O julgado em apreço, firmado sobre o princípio cronológico – *lex posterior derogat priori* –, e defendido pelo jusfilósofo positivista Norberto Bobbio, sedimentava a tese de que, diante de antinomias entre tratados e lei posterior, esta deveria prevalecer, por ser a mais recente manifestação do legislador, não importando em distinguir entre os tratados de direitos

²⁵¹ REZEK, José Francisco. **Direito Internacional Público**: curso elementar. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2005.

²⁵² PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Tratados Internacionais de Direito Humanos**: Análise à luz do princípio da prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais do Brasil. 2007. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 206.

²⁵³ MORE, Rodrigo Fernandes. A ordem legal internacional e a regra de primazia do direito internacional: a posição do Supremo Tribunal Federal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 57, jul. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/tex.asp?id=2957>>. Acesso em: 29 abr. 2004, p. 3.

²⁵⁴ STF, RE 80.004/SE, Rel. Ministro Xavier de Albuquerque, Tribunal Pleno, julgado em 01.06.77, DJ 29.12.77, p. 9433.

humanos e os demais, posição que além de representar um retrocesso no compromisso internacional do País, demonstrava a fragilidade que direitos humanos ocupavam no regime então vigente.²⁵⁵

Somente com o advento da Constituição Cidadã, em 1988, e o fortalecimento dos Direitos Humanos no processo de redemocratização do País, o texto constitucional possibilitou a aferição dos tratados ao controle de constitucionalidade. Papel esse conferido ao Supremo Tribunal Federal (artigo 102, III, “b” da CF/88). Isso possibilitou com que o Pretório Excelso desse novo entendimento aos tratados internacionais de direitos humanos, conferindo-lhes paridade hierárquica com as leis ordinárias, a exemplo da ADI 1480/DF, relatado pelo Ministro Celso de Mello, aqui parcialmente transcrito:

[...] CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE TRATADOS INTERNACIONAIS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO – O Poder Judiciário – fundado na supremacia da Constituição da República – dispõe de competência, para, quer em sede de fiscalização abstrata, quer no âmbito do controle difuso, efetuar o exame de constitucionalidade dos tratados ou convenções internacionais já incorporados ao sistema de direito positivo interno. Doutrina e Jurisprudência. PARIDADE NORMATIVA ENTRE ATOS INTERNACIONAIS E NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS DE DIREITO INTERNO – Os tratados ou convenções internacionais, uma vez regularmente incorporados ao direito interno, situam-se, no sistema jurídico brasileiro, nos mesmos planos de validade, de eficácia e de autoridade em que se posicionam as leis ordinárias, havendo, em consequência, entre estas e os atos de direito internacional público, mera relação de paridade normativa Precedente. No sistema jurídico brasileiro, os atos internacionais não dispõem de primazia hierárquica sobre as normas de direito interno. A eventual precedência dos tratados ou convenções internacionais sobre as regras infraconstitucionais de direito interno somente se justificará quando a situação de antinomia com o ordenamento doméstico impuser, para a solução do conflito, a aplicação alternativa do crédito cronológico (“lex posterior derogat priori”) ou, quando cabível, do critério da especialidade. Precedente. TRATADO INTERNACIONAL E RESERVA CONSTITUCIONAL DE LEI COMPLEMENTAR – O primado da Constituição, no sistema jurídico brasileiro, é oponível ao princípio *pacta sunt servanda*, inexistindo, por isso mesmo, no direito positivo nacional, o problema da concorrência entre tratados internacionais e a Lei Fundamental da república, cuja suprema autoridade normativa deverá sempre prevalecer sobre os atos de direito internacional público. Os tratados internacionais celebrados pelo Brasil – ou aos quais o Brasil venha a aderir – não podem, em consequência, versar matéria posta sob reserva constitucional de lei complementar. É que, em tal situação, a própria Carta Política subordina o tratado legislativo de determinado tema ao exclusivo domínio normativo de lei complementar, que não pode ser substituída por qualquer outra espécie normativa infraconstitucional, inclusive pelos atos internacionais já incorporados ao direito positivo interno. [...]²⁵⁶

Diante da colisão de direitos fundamentais, em especial à prisão civil por dívida vedada no art 7º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San Jose da Costa Rica, promulgada pelo Decreto 678, de 06.11.1992 –, e a sua permissibilidade disciplinada no art 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal de 1988, o STF, em decisões recentes, tem buscado pacificar quanto ao *status* diferenciado dos tratados internacionais que versem, em parte ou no todo, sobre matéria de direitos humanos. Daí porque, o Ministro Gilmar Mendes sinalizar a possível inconstitucionalidade da prisão civil, fato ocorrido no julgamento do RE 466.343/SP, ainda não concluído, onde em seu voto manifestou entendimento no sentido de que os tratados de direitos humanos passam a ter *status* supralegal. Em outros termos, os tratados sobre direitos humanos não poderiam afrontar a supremacia da Constituição, mas teriam lugar especial reservado no ordenamento jurídico.

Por sua vez, em julgamento do HC 87.585, datado de 12.03.2008, o Ministro Celso de Mello, cujo posicionamento era em favor da paridade hierárquica dos tratados internacionais de direitos humanos com as leis ordinárias, reconheceu que os que aqueles se revestem de hierarquia

²⁵⁵ PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Tratados Internacionais de Direito Humanos: Análise à luz do princípio da prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais do Brasil.** 2007. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 200.

²⁵⁶ STF, ADI-MC 1480/DF, Rel. Ministro Celso de Mello, Tribunal Pleno, julgado em 04.09.97, DJ 18.05.01, p. 429.

constitucional. Apesar de não pacificado, as correntes defendidas pelos Ministros Gilmar Mendes e Celso de Mello convergem para um entendimento de que os tratados têm superioridade em relação às leis ordinárias. Para Mendes, “equipará-los à legislação ordinária seria subestimar o seu valor especial no contexto do sistema de proteção dos direitos da pessoa humana”²⁵⁷.

Quer agindo de forma conservadora, quer progressiva, é inegável a forte influência que exerce a atual situação política sobre as ideologias dos ministros do STF. O *status* que os tratados internacionais assumem em determinados momentos históricos do país, diz muito mais da conjuntura política do que da própria segurança jurídica constitucional. Pois como lembra

Portela:

Pelo princípio da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais, o Brasil compromete-se prioritariamente com a construção e o desenvolvimento do sistema de Proteção Internacional dos Direitos Humanos, ampliando o escopo de direitos consagrados por meio de tratados e contribuindo para o funcionamento eficiente dos organismos dedicados ao monitoramento e à aplicação desses direitos.

Além disso, incluem-se os direitos humanos Como tema prioritário da política externa brasileira

Entretanto, o princípio da prevalência dos direitos humanos também implica no compromisso de o Brasil adotar as normas internacionais de direitos humanos, o que vem efetivamente sendo feito, como comprova o número significativo de tratados da matéria ratificados pelo Brasil a partir de 1988. Ao mesmo tempo, decorre dessa prevalência nos a submissão do Brasil aos mecanismos internacionais de aplicação dos direitos garantidos em tratados, em que também se vem avançando, como demonstrado pelo reconhecimento brasileiro da competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos e pela ratificação do Tratado de Roma, que criou o Tribunal Penal Internacional (TPI).²⁵⁸

A atual composição do STF tem se destacado não somente na lida de novas e complexas matérias que lá chegam, como também na maturidade para se posicionar como verdadeiro guardião da ordem constitucional, desvinculando-se de interesses meramente políticos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A natureza da pesquisa aqui desenvolvida é de caráter bibliográfico e documental, constituindo-se de maneira pura e qualitativa quanto à sua forma, pois ela não comporta visões isoladas e estanques, mas trabalha com a complexidade do estudo ontológico quanto às diferentes espécies de normas internacionais, avaliando a complexidade deontológicas que contorna a superioridade dos tratados em face da legislação interna infra-constitucional. Com relação aos objetos, a pesquisa será de caráter descritivo.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

De acordo com autores internacionalistas, a exemplo de Flávia Piovesan, Caçado Trindade e Valério Mazzuoli, antes mesmo da Emenda Constitucional 45, de 30 de dezembro de 2004, os tratados que versassem sobre direitos humanos e houvessem sido devidamente ratificados pelo Presidente da República, teriam *status* material constitucional, por conta da cláusula de abertura preconizada pelo § 2º, artigo 5º da CF/88. Nesse sentido, as normas internacionais que versassem sobre direitos humanos, matéria constitucional, eram recepcionadas pelo ordenamento jurídico brasileiro com status de lei ordinária. Tal entendimento, aceito pelo Supremo Tribunal Federal, fundamentava-se na estabilidade das relações, pois procurava garantir a segurança jurídica.

²⁵⁷ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007.

²⁵⁸ PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Tratados Internacionais de Direito Humanos: Análise à luz do princípio da prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais do Brasil**. 2007. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 291-292.

Entretanto, a partir da introdução, do § 3º do artigo 5º no texto da Constituição Federal, pela já citada EC 45, abriu-se a possibilidade de que os tratados que versem sobre direitos humanos sejam submetidos a um procedimento diferenciado de incorporação legislativa, que consiste na aprovação de seu texto, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros. Cabe ressaltar que a aprovação de um determinado tratado, nesses termos, confere àquelas normas de direitos humanos, que se encontram em seu bojo, o caráter de equivalentes às emendas constitucionais, ou seja, passarão a ser considerados não somente materialmente como também formalmente constitucionais.

Assim sendo, a nova ordem jurídica vem fortalecer o fundamento maior da dignidade da pessoa humana, como assevera Portela em seus estudos:

[...] as normas internacionais de proteção aos direitos humanos devem ser sempre interpretadas e aplicadas prioritariamente em vista da proteção das pessoas, pelo que o Direito Internacional dos Direitos Humanos termina por estabelecer que as eventuais antinomias envolvendo normas de direito humanos deverão ser solucionadas à luz do princípio da primazia da norma mais favorável. Nesse sentido, em qualquer conflito entre uma norma internacional de direito humanos e uma norma interna, sempre deveria prevalecer aquela norma que melhor proteja a dignidade da pessoa humana, esteja consagrada em tratado internacional ou no ordenamento interno.²⁵⁹

Observa-se, portanto, que o legislador derivado constituinte, entendeu que a primazia de uma norma de Direitos Humanos, seja ela doméstica ou internacional, deve atentar para o princípio hermenêutico mais favorável ao seu destinatário.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, após a EC 45, as decisões progressistas da Suprema Corte vêm aos poucos modificando seu entendimento, procurando, com isso, preservar a máxima efetividade dos direitos fundamentais. Os desafios do STF são mais do que apaziguar antinomias de normas, refletem também no seu inegável papel político. Do ponto de vista ideológico, espera-se que o STF estabeleça uma exegese que confira aos tratados o seu verdadeiro condão de eficácia, interna, mesmo que isso contrarie os interesses políticos, enquanto, no âmbito doutrinário, o condão de efetividade e justiça.

Observa-se que, do ponto de vista doutrinário, a homogeneidade da norma emanada do legislador derivado poderá, na prática, potencializar formalmente um tratado, a ponto de reformar a Constituição naqueles ditames que o próprio legislador originário atribuiu caráter de inviolabilidade. Não estar-se mais a questionar a possibilidade da exequibilidade de tal fato. O que importa é quanto à possibilidade, ou não, desses tratados, incorporados como emendas constitucionais, de serem denunciados. Diante de tais avanços e implementos constitucionais, busca-se, portanto, que a doutrina moderna e os membros da Excelsa Corte apontem para soluções que, de uma vez por todas, consolidem os anos de conflitos entre a ordem interna constitucional e os tratados internacionais.

REFERÊNCIAS

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1994. v. 3.

FRAGA, Mirtô. **O Conflito entre Tratado Internacional e Norma de Direito Interno**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

²⁵⁹ PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Tratados Internacionais de Direito Humanos: Análise à luz do princípio da prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais do Brasil**. 2007. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007, p. 194.

- MARINHO, Livia Ribeiro Veronesi. **O ingresso dos tratados internacionais no ordenamento jurídico brasileiro: a prisão civil do depositário infiel e a constitucionalidade do Pacto de San José da Costa Rica.** 2008. 58 f. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- MAZZUOLI, Valério de Oliveira. A opção do judiciário brasileiro em face dos conflitos entre tratados internacionais e leis internas. **Revista do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal**, Brasília, DF, n. 14, p. 112-120, maio/ago. 2001.
- MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. **O Poder de Celebrar Tratados.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1995
- MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito Internacional Público.** 8. ed. Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, 1986. v. 1.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2007.
- MORE, Rodrigo Fernandes. A ordem legal internacional e a regra de primazia do direito internacional: a posição do Supremo Tribunal Federal. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 57, jul. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2957>>. Acesso em: 29 abr. 2004.
- PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Tratados Internacionais de Direito Humanos: Análise à luz do princípio da prevalência dos Direitos Humanos nas relações internacionais do Brasil.** 2007. 309 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.
- REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar.** 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SILVA, G. E. do Nascimento; ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de direito internacional público.** 15. São Paulo: Saraiva, 2002.
- VELLOSO, Carlos Mário da Silva. Os tratados na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, DF, ano 41, n. 162, p. 35-46, abr./jun. 2004.

**AD 9: A EVOLUÇÃO DO DIREITO EM CONSONÂNCIA AO PROGRESSO DA
MULHER DENTRO DA ESTRUTURA FAMILIAR**
Bruno Barros Carvalho²⁶⁰; Zaneir Gonçalves Teixeira²⁶¹

RESUMO

É notória a soberania masculina na história da humanidade. Apenas há alguns anos, após muitas lutas e batalhas superadas, as mulheres vieram a conquistar seu espaço diante à sociedade e, principalmente, dentro da estrutura familiar. Os serviços domésticos e a educação dos filhos, antes funções exclusivas das mulheres, ou mesmo o sustento da casa, responsabilidade masculina, passaram a ser divididos, de forma igualitária, entre os cônjuges, tendo de haver uma adequação de condutas sem hierarquia de opinião. No momento em que a mulher é obrigada a trabalhar fora do lar para ajudar financeiramente o até então patriarca a sustentar a casa e a família, a partir daí, percebe-se que se torna necessária a divisão de trabalhos domésticos. Tendo esse fato relevância na percepção da mudança familiar e na criação dos filhos. Um dos direitos fundamentais, o acesso à educação formal, só foi permitido às mulheres brasileiras, por lei, no ano de 1827, mostrando que a ideologia de que a mulher deve estar voltada exclusivamente para serviços domésticos interfere na inserção da mulher no âmbito do trabalho remunerado e a sobrecarga com a responsabilidade de cuidar da casa e dos filhos. A história é marcada por grandes mudanças e conquistas femininas, principalmente no século XX, sendo um dos mais importantes a evolução da ciência com o advento dos métodos contraceptivos, o que interfere de forma relevante no novo modelo familiar, pois a mulher obteve maior liberdade no mercado de trabalho para se programar para a maternidade. Outra delas foi a Lei do Divórcio de 1977, que modifica muitos aspectos do antigo modelo familiar, em que a mulher era totalmente dependente do homem e não tinha voz para reclamar os direitos inerentes à dignidade da pessoa humana. O Direito vem acompanhando essas mudanças na estrutura familiar e inovando no modo de analisar os direitos e deveres do casal para com o lar e os filhos.

Palavras-chave: Conquistas Femininas. Família. Direito.

1 INTRODUÇÃO

Existe o costume de se pensar que os trabalhos domésticos e outros serviços como costura, cuidado de alimentos e serviços dos salões de beleza somente poderia ser feito por mulheres, pois homens não foram preparados e por isso não possuíam habilidades para realizá-los. Mas com o desenvolvimento deste trabalho se percebe que foi uma idéia criada a partir de uma separação de tarefas, o que posteriormente se tornou um fato discriminatório.

Portanto, busca-se mostrar que não há impossibilidades dos sexos para a realização de qualquer tipo de tarefa que um dos dois queiram realizar. É necessário o esclarecimento das camadas sociais para o tema, pois ainda é muito grande o número de pessoas que acreditam na incapacidade laborativa feminina.

Este trabalho tem como objetivo chamar a atenção para o tema com o intuito de modificar o pensamento dos indivíduos que duvidam da capacidade laborativa da mulher.

O trabalho aborda as conquistas femininas, como estas interferiram no tradicional modelo de família e o que alterou no Direito com tais mudanças. Procurando mostrar como o modelo de família de uma sociedade interfere de forma complexa no ordenamento jurídico, devendo o Estado ficar atento às mudanças históricas para se adequar ao modelo de sua sociedade, elaborando leis que regulem de forma mais pacífica as relações.

²⁶⁰ Aluno do 3º semestre do curso de Direito.

²⁶¹ Professora Ms., Orientadora.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A partir da formação das primeiras cidades a mulher passou a trabalhar e produzir dentro do lar e, por conseqüência, o trabalho doméstico foi voltado para ela, principalmente, o de educar os filhos, passando-lhes costumes, ensinamentos e tradições familiares.

O desenvolvimento de certos ofícios acabou criando uma divisão do trabalho e a agricultura sistemática acabou provocando mudanças nas relações entre o homem e a mulher. Definem Campos e Miranda que “os homens assumiram a responsabilidade de trabalhar nos campos e domesticar os animais, atividades que os mantinham longe de casa”²⁶², explicando qual foi a responsabilidade que o homem assumiu no início da divisão de trabalhos. Já com relação à responsabilidade feminina, explicam que “a mulher permanecia na retaguarda cuidando dos filhos [...] e realizando tarefas domésticas”. Depois de explicar o papel de cada um para com a família e à sociedade eles mostram como se deu a soberania masculina explicando que “com o tempo, conforme se percebia a importância do trabalho desempenhado fora de casa, os homens começaram a assumir o papel dominante na sociedade”.

Com o desenvolvimento dessas sociedades, ainda organizada de forma neolítica, através do cultivo, começaram a dar origem a sociedades mais complexas e levando a humanidade para a formação das civilizações.

As primeiras civilizações ocorreram de forma independente e quase que no mesmo período na Índia, na China, na Mesopotâmia e no Egito. Nesse período as mulheres são domésticas. Não havia uma posição social pública apropriada a ela, a menos que fossem membros da casa imperial. Esperava-se dela a manifestação de virtudes como a modéstia, a castidade e a devoção aos deuses e à família. Teriam elas como objetivo de vida o casamento e a gravidez.

Passando a Idade Antiga temos a Idade Média, onde a maioria das idéias e dos conceitos era produzida pelos escolásticos, portanto o modo como eram vistas as mulheres eram feitas por homens da Igreja, cujos estes deveriam ficar bem longe delas. Muitos clérigos as consideravam misteriosas e não compreendiam, por exemplo, como elas geravam vida e curavam doenças com ervas.

A professora Patrícia Barboza explica que “a mulher, para os clérigos, eram pecadoras em potencial por ser considerado um ser muito próximo da carne e dos sentidos. No início desse período havia a preocupação em mantê-las virgens e afastar os clérigos dessa tentação”²⁶³ e, conseqüentemente, a maioria das autoridades eclesiásticas desse período via a mulher como portadora e disseminadora do mal. No entanto isso tornava a mulher má por natureza.

Com a instituição do casamento pela Igreja a partir do século XI o papel da boa esposa e da maternidade passou a ser exaltados. Cria-se, então, uma forma de salvação feminina através de três modelos femininos: Eva, a pecadora, Maria, o modelo de perfeição e santidade e Maria Madalena, a pecadora arrependida. E no casamento a mulher estaria restrita a um único parceiro, que tinha a função de dominá-la, educá-la e de fazer com que ela tivesse uma vida pura e casta.

A professora, ainda em seus estudos, mostra que as mulheres “eram consideradas como a causa e objeto do pecado, era portadora de entrada para o demônio. Só não eram consideradas objetos do pecado quando eram virgens, mães ou esposas, ou quando viviam no convento”.

Saindo da Idade Média entramos na Idade Moderna a frase de Richard Steel do século XVIII, “uma mulher é uma filha, uma irmã, uma esposa, e uma mãe, um mero apêndice da raça humana”²⁶⁴, descreve perfeitamente o papel que a mulher desempenhava nesse período.

²⁶² CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. **A escrita da História**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2006, p. 22.

²⁶³ CONSIDERAÇÕES sobre o tema mulher na Antiguidade. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/Mulher_antiguidade_1.html>. Acesso em: 28 set. 2008.

²⁶⁴ A SITUAÇÃO da mulher na idade média. **Brasil Escola**, [s. l.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/a-situacao-da-mulher-na-idade-media.htm>>. Acesso em: 30 set. 2008.

Foram atribuídas características à mulher como a delicadeza, a sutileza, a compaixão e o amor materno como virtudes inatas e por isso cabia-lhe cuidar dos doentes, dos idosos e dos pobres, zelar pela educação dos filhos e por sua instrução religiosa e administrar o funcionamento da casa.

O casamento tinha uma grande expressão como instituição econômica e social, pois o marido dava-lhe o sustento e o nome, em retribuição ela seria companheira e mãe.

Alunos da Universidade Federal de Pernambuco realizaram uma pesquisa analisando visões da mulher na Idade Moderna em que eles mostram que “na alta sociedade as mulheres ao casarem se tornavam donas de casa, administravam as propriedades com a ajuda dos feitores e agentes, enquanto as classes mais baixas tinham que trabalhar para ajudar no sustento”²⁶⁵.

Os fatos históricos são de grande relevância para perceber as mudanças ocorridas na Idade Contemporânea e como foi importante e difícil para a mulher conquistar tantos direitos.

Analisar a cidadania da mulher foi fundamental para a pesquisa, pois a abordagem da mulher, nesse sentido, fez perceber sua grande relevância para a mudança do tradicional modelo de família, Moraes mostra que “a desigualdade atinge especialmente as mulheres, que são mais pobres que os homens, ganham menores salários e assumem maiores responsabilidades familiares e domésticas”²⁶⁶.

É importante analisar esse fato para perceber o porquê que as mulheres lutaram tanto para conquistar direitos iguais aos dos homens e dividir as responsabilidades domésticas com seus maridos.

Uma das maiores conquistas femininas foi a divulgação de métodos contraceptivos, podendo elas decidir sobre sua própria sexualidade e sua capacidade reprodutiva, bem como exigir do homem que ele assuma sua parcela de responsabilidade nessa questão. Pinsky e Pedro escrevem que “a liberdade de escolha erótica e o direito de ‘ter um filho quando quiser, se quiser’ tornou-se uma luta feminista mais efetiva após a Segunda Guerra Mundial, especialmente a partir dos anos 60 e 70”.

Pinsky e Pedro explicam que “o movimento pelo planejamento familiar acabou por colaborar na luta pela emancipação das mulheres. Os modernos contraceptivos [...] colocaram o controle da reprodução nas mãos das mulheres [...]”²⁶⁷. Nota-se que ela se tornou independente da vontade masculina.

É perceptível que as desigualdades entre os sexos eram enormes. A mulher há muito tempo já lutava para conquistar seus direitos e que grande era sua preocupação com a família e de manter os filhos saudáveis.

E para mostrar que o Estado está atento à mudança, não há exemplo melhor do que o art. 226 da Constituição da República Federativa do Brasil em que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada de forma exploratória, através de fontes secundárias, em livros e textos disponibilizados no meio eletrônico, com o intuito de verificar o progresso da atuação do papel da mulher dentro da estrutura familiar com seu ingresso no mercado de trabalho.

Possui um caráter documental e informativo sobre uma mudança relevante na sociedade, a da família, mostrando as evoluções e como o Direito vem acompanhando as mudanças ocorridas na estrutura familiar.

²⁶⁵ VISÕES sobre a mulher na idade moderna. **BIUVicente**, [s. l.], [200-?]. Disponível em: <<http://biuvicente.blogspot.com/2006/09/vises-sobre-mulher-na-idade-moderna.html>>. Acesso em: 1 out. 2008.

²⁶⁶ MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

²⁶⁷ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 496.

Buscou como fonte de pesquisa estudos e dados confiáveis para dar garantias à mesma. Trazendo consigo, dentro do contexto, dados estatísticos e análises críticas sobre o assunto abordado.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A progressiva urbanização e industrialização do país fez com que a unidade produtiva familiar perdesse sua importância diante do regime de trabalho fabril, onde o espaço de moradia familiar deixou de ser, por volta de 1950, um local de moradia, produção e geração de renda e consumo de bens, tornando-se apenas um espaço de consumo e domicílio. Com isso, o trabalho doméstico passa a ser uma atividade privada, não sendo considerada uma atividade econômica.

Nessa visão, retira o trabalho familiar e surge o doméstico como sinônimo de cuidar da casa e das pessoas. Nesse trabalho passa-se a ideia de prolongamento biológico da mulher como uma espécie de vocação natural para a realização de tarefas domésticas. Assim, as atribuições domésticas decorrem de sucessivas desvantagens encontradas por elas no mercado de trabalho. São iniciadas na vida prática pelo aprendizado de tarefas domésticas que consumirão seu talento e parcela de sua vitalidade. A mulher é, então, educada para cuidar dos outros.

Quando mulheres de classe média quiseram trabalhar fora tiveram que ouvir que estavam ocupando cargos de chefes de família. Assim, a remuneração delas passou a ser moralmente reprovada por ser considerados impróprios para o sexo.

Vale ressaltar que a inserção da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho depende tanto das condições e exigências dele quanto da menor ou maior disponibilidade dada pela situação familiar. Um dos diferenciais dos salários e status social, que existe até hoje, é a crença de que a remuneração da mulher é um “complemento do marido”.

As meninas só conseguiram sua presença nas escolas após 1827 e o acesso às universidades em 1879. Na edição comemorativa da abertura do curso para mulheres do Liceu de Artes e Ofícios, em 1881, justificava-se a instrução feminina da seguinte forma: “para que a filha seja obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar, cumpre desenvolver a sua inteligência pela instrução e formar seu espírito na educação”²⁶⁸.

Posteriormente, com uma lei de 1911, que criou escolas profissionais, retirou as mulheres do curso de artes e ofício e determinava que elas ficassem com o curso de economia doméstica.

Se mãe tornou-se algo culturalmente construído que envolve muitos aspectos além do ato biológico da reprodução e, além dos sentimentos afetivos da mãe, a criança depende de condições de amparo material e social que possibilite o exercício da maternidade.

Dentro desse contexto, coloca-se na atualidade, com o aborto, a imposição da maternidade. No Brasil, as mulheres são obrigadas legalmente a terem filhos indesejados que até o próprio poder público o rejeita. E esse excesso de atribuição materna acaba ofuscando a necessidade da presença paterna, muitas vezes pensando somente no seu papel de provedor.

No início do século XX, com a forte consolidação do modelo capitalista, os avanços tecnológicos e o crescimento da maquinaria intensificaram a necessidade da mão-de-obra feminina. No entanto, não existia uma legislação que garantisse os direitos da classe operária e as mulheres eram as mais exploradas, com jornadas de trabalho de até 16 horas.

Apesar de ter um caráter aparentemente universal, a figura da família inexistia em algumas sociedades e variou muito ao longo do tempo e em distintos lugares.

Na primeira metade do século XX, a expectativa de vida era de 33 anos e as famílias eram numerosas, com cerca de seis filhos, faziam com que as mulheres se consumissem no trabalho da maternidade, uma espécie de ocupação inexorável para elas. Hoje essa expectativa

²⁶⁸ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

praticamente dobrou e o novo padrão de família é bem menor, com cerca de duas crianças por mulher em idade reprodutiva. Segundo o IBGE, em 1991 cerca de quatro pessoas, em média, viviam em um mesmo domicílio.

Dentro dos últimos cinquenta anos, usos e costumes, projetos de vida e valores, relações sociais e familiares foram transformadas com um conjunto de circunstâncias relacionadas à crescente urbanização e às profundas transformações na economia brasileira.

Com a rápida e crescente mudança econômica na segunda metade do século XX houve um impacto forte no antigo modelo familiar, tendo um número crescente de mulheres ingressando no mercado de trabalho. Aos poucos, elas foram almejando sua autonomia financeira e rompendo um dos elos mais fortes desse modelo familiar, o da subordinação econômica da esposa ao marido.

Uma grande vitória trabalhista que contribuiu para esse fato foi a democratização do espaço público, onde por meio de concursos, as mulheres passaram a ocupar postos com maiores garantias de cumprimento das leis trabalhista.

Esse modelo tradicional e antigo de família estava baseado numa divisão injusta e rígida de papéis, em que o homem era designado como o chefe de família e a mulher, sua principal auxiliar, estava em uma situação de inferioridade jurídica.

O homem era o encarregado pelo sustento material da família enquanto a mulher estava encarregada do cuidado dos filhos e os afazeres domésticos. Na realidade histórica, as mulheres mais pobres sempre trabalharam, especialmente, na agricultura e em serviços como os de vendedoras ambulantes, serviços domésticos, professora do ensino primário, além de arcarem com tarefas relacionadas aos cuidados de crianças, dos parentes doentes e dos mais velhos.

A pesquisa “A Mulher Brasileira nos Espaços Públicos e Privados”, realizada pela fundação Perseu Abramo (2001) confirma a crescente participação das mulheres no sustento e na chefia da casa.²⁶⁹

Apesar da crescente participação feminina no mercado de trabalho e de sua importância para a contribuição financeira para o sustento da casa, o trabalho doméstico continua sendo realizado em sua grande maioria pelas mulheres, cerca de 96% dos domicílios brasileiros é feito por elas.

Como era de se esperar, na pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo, a maioria das mulheres entrevistadas, 70%, concordam com a necessidade de uma divisão igualitária com os homens. Ao mesmo tempo, 85% das entrevistadas acham que as mulheres devem cuidar dos filhos pequenos. E uma expressiva quantidade de entrevistadas, 35%, considerou que o homem não sabe fazer serviços de casa, o que muitas vezes é verdade, já que eles não foram preparados para tais tarefas.

Segundo a pesquisa, não chega a 40% o número de pais que dão algum auxílio aos filhos menores de 18 anos que residem com as mães.

As mulheres estão sobrecarregadas, já que possuem as mesmas responsabilidades de provedoras que seus companheiros, mas não conseguem dividir com eles os afazeres domésticos.

Apesar das mudanças ocorridas na estrutura familiar, ela continua desempenhando a principal forma de transmissão de conhecimento e de cultura.

Era conferida à mulher, no Código Civil de 1916, uma subordinação ao homem na organização familiar, pois com o casamento, a mulher perdia sua capacidade civil plena. Cabia ao marido autorizá-la trabalhar, realizar transações financeiras, fixar residência. Além disso, ele punia a mulher, de forma severa, vista como desonesta, considerava motivo de anulação do casamento a não virgindade e permitia que a filha suspeita de desonestidade, ou seja, de manter relações sexuais fora do casamento, fosse deserdada.

²⁶⁹ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

Em 1962, com o Estatuto Civil da Mulher Casada, veio uma grande conquista da mulher e um dos marcos para a transformação da família, onde as mulheres brasileiras passaram a ser consideradas colaboradoras do marido na sociedade conjugal, visando o interesse comum do casal e dos filhos.

Além disso, homens e mulheres casados passaram a ter os mesmos impedimentos para dar fiança, vender bens imóveis, oferecer bens em hipoteca, precisando ambos da autorização do cônjuge.

Em 1977, a Lei do Divórcio instituiu o fim da sociedade conjugal e a possibilidade de novo casamento, além de facilitar o reconhecimento dos filhos fora dele. Por essa lei extinguiu-se a superioridade da vontade paterna, cabendo àquele que detém a guarda resolver sobre o direcionamento dos filhos.

A Lei do Divórcio muda a estrutura familiar, pois possibilita que o casal que possua filhos separe e passe uma responsabilidade maior para o detentor da guarda e o pior, o filho passa a ser educado de uma forma quase que unilateral, prejudicando na sua formação cultural e social.

Nas décadas de 60 e 70 com a divulgação de métodos contraceptivos as mulheres ganharam independência de decidir e poder programar a maternidade independente da vontade masculina.

Uns dos principais métodos contraceptivos foram o DIU (Dispositivo Intra Uterino) e a pílula anticoncepcional. Esses dois trouxeram uma segurança à mulher no controle da maternidade.

A Constituição de 1988 iguala os direitos civis de homens e mulheres, tanto na vida pública como na vida privada. Em relação à família, a nova Constituição determina que “homens e mulheres têm os mesmos direitos na sociedade conjugal”. O mesmo art. 226, §§ 3º e 4º, alterou o próprio conceito de família, determinando que “para efeito de proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento” e “entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”.

Dessa forma, o Brasil passou a ser um dos países mais tolerantes na legislação sobre família, tendo em sua história uma clara mudança dessa estrutura.

5 CONCLUSÃO

Analisa-se as conquistas femininas e a mudança de seu papel dentro da família de forma complexa, ou seja, um entrelaçamento entre as relações sociais e jurídicas, mostrando que todas as mudanças interferem no ordenamento jurídico.

Pode, a um primeiro passo, se pensar que o direito não influencia na formação da família, mas com o desenvolvimento deste trabalho se verifica que fatos isolados foram atentamente observados e resolvidos dentro do interesse do Estado. Ao unir-los ficam evidentes suas interferências nas relações finais.

O fato das mulheres não aceitarem a soberania masculina, principalmente dentro da família, fez com que ela buscasse igualdade. Fatos buscados na área trabalhista e no convívio social, por exemplo, modificou a relação final, a estrutura da família.

O Direito deve atentar-se para os fatos sociológicos para que possa produzir normas e julgá-las de forma compatível à sociedade.

REFERÊNCIAS

A SITUAÇÃO da mulher na idade média. **Brasil Escola**, [s. l.], [200-?]. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historia/a-situacao-da-mulher-na-idade-media.htm>>. Acesso em: 30 set. 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Organizada por Marcos Antônio Oliveira Fernandes. 13. ed. São Paulo: Rideel, 2007.

CAMPOS, Flávio; MIRANDA, Renan Garcia. **A Escrita da História**. 2. ed. São Paulo: Escala, 2006.

CONSIDERAÇÕES sobre o tema mulher na Antiguidade. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_antiga/Mulher_antiguidade1.html>. Acesso em: 28 set. 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Cidadania no Feminino. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e especificidade. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PINSKY, Jaime (Orgs.). **História da cidadania**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Maria Clara Curado. **A mulher na história**. Moita: Câmara Municipal. 2001.

VISÕES sobre a mulher na idade moderna. **BIUVicente**, [s. l.], [200-?]. Disponível em: <<http://biuvicente.blogspot.com/2006/09/vises-sobre-mulher-na-idade-moderna.html>>. Acesso em: 1 out. 2008.

AD 10: AS DEFICIÊNCIAS NA APLICAÇÃO DA MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA DE SEMILIBERDADE NA RESSOCIALIZAÇÃO DOS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI

Cristiano Ribeiro Araújo Maia²⁷⁰; Carla Caldas Fontenele Brizzi²⁷¹

RESUMO

Em todo o Brasil, discute-se a redução da menoridade penal, pois ocorrem crimes de várias espécies envolvendo adolescentes, deixando a população brasileira com o sentimento de impunidade, mas não se percebeu que a criminalidade infantil, a cada ano, tem aumentado, levando ao elevado número de apreensões de adolescentes, que, conseqüentemente, cumpriram medidas sócio-educativas. O problema não está em diminuir a idade dos adolescentes, mas no que a sociedade tem feito para melhorar a vida dos adolescentes. O presente trabalho faz um breve estudo sobre os adolescentes que estão cumprindo medida sócio-educativa de semiliberdade, buscando constatar que eles são pessoas que mostram a realidade brasileira, pois muitos desses adolescentes não cumprem a medida imposta pelo Juiz da Infância e da Juventude devido a problemas que vêm de suas comunidades. Nessa perspectiva, foi observado o trabalho no Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, localizado em Fortaleza, para expor os motivos que levam os adolescentes a descumprirem a medida imposta e também analisar que eles não estão passando por um verdadeiro processo de ressocialização na semiliberdade. Assim, foi realizada uma pesquisa exploratória na Unidade por meio de observações do espaço físico em que os adolescentes vivem e de entrevista de forma individual com os funcionários da Unidade, responsáveis pelo acompanhamento dos adolescentes, e também de entrevista de forma coletiva com os adolescentes para expor os verdadeiros motivos que os levam ao descumprimento da medida.

Palavras-chave: Adolescentes. Ressocialização. Semiliberdade.

1 INTRODUÇÃO

Na atualidade, é crescente o número de adolescentes que não cumprem as medidas sócio-educativas, principalmente, a medida de semiliberdade. Nesse contexto, está inserida a questão da criminalidade juvenil, fruto, quase comumente, em nossa sociedade, da degradação das famílias, da situação de miséria em que elas vivem, da falta de interesse dos adolescentes pela escolarização, da violência e do tráfico de drogas entre outros fatores sociais negativos que levam a tal comportamento. Observa-se que os responsáveis pela aplicação da medida sócio-educativa de semiliberdade no centro de Fortaleza e nos centros dos interiores do Estado do Ceará e os juízes da Varas da Infância e da Juventude de Fortaleza ainda não perceberam da gravidade do problema que se refletirá na sociedade no futuro. Busca-se mostrar que a medida sócio-educativa de semiliberdade não está sendo bem aplicada, pois é comum os adolescentes que são sentenciados em tal medida não a cumprirem devido aos vários fatores que serão abordados posteriormente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, a temática da criminalidade juvenil vem ganhando reconhecimento de vários segmentos da atual sociedade, por ser bastante preocupante se rediscutir essa questão dos adolescentes que se encontram em conflito com a lei. É importante dizer que a sociedade

²⁷⁰ Aluno do 8º Semestre do Curso de Direito

²⁷¹ Professora Esp., Orientadora.

brasileira vê o assunto como um fato que vem atingindo a todos indistintamente. É bem verdade que a questão da criminalidade dos adolescentes tem sido discutida pela ótica da redução da menoridade penal, mas parece que toda a complexidade a qual os envolve vem sendo reduzida a resolver o problema por meio da diminuição da idade para a pessoa ser condenada plenamente consciente de seus atos. Analisar o problema é bem mais complexo devido ao fato de a criminalidade juvenil não poder ser resolvida só com punição dos adolescentes infratores, mas também com a discussão da prevenção do cometimento do ilícito penal, portanto é importante evitar que os adolescentes brasileiros cometam crimes.

Entende Neira de Moraes Bezerra²⁷², Advogada do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), a respeito da existência de pena aos adolescentes:

Não se deve pensar que depois do Estatuto os adolescentes podem fazer o que quiserem. Assim como os adultos, eles podem ser presos em flagrante delito ou por mandado judicial, quando cometerem qualquer um dos crimes previstos no Código

Penal. Ele é submetido a julgamento, podendo ser sujeito até a medida de internação, cuja característica é a mesma da pena criminal, isto é, a privação de liberdade.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que o Estatuto da Criança e do Adolescente possui penas privativas de liberdade para os adolescentes que cometem atos infracionais, isto é, medidas sócio-educativas que buscam reeducar os adolescentes para que possam voltar a viver em sociedade. Assim, é necessário ressaltar que nesse processo é importante a participação das famílias e dos órgãos responsáveis pela aplicação das medidas sócio-educativas, pois são essenciais para ressocialização dos adolescentes, que devem ser orientados para a vida depois das medidas sócio-educativas.

Nessa linha de pensamento, Wilson Barreira²⁷³ “propôs que a sociedade, família e Estado tem papel fundamental para fecundar o trabalho preventivo, que propicie a erradicação total da problemática do menor infrator, fruto de um desarranjo social, que precisa ter fim”.

É importante elencar que o tema deve ser pensado pela sociedade de forma mais abrangente, pois as medidas sócio-educativas atuais, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, têm, por escopo, reeducar os adolescentes e as crianças que cometem atos infracionais.

Segundo Olympio Sotto Maior,

Então, para o adolescente autor de ato infracional a proposta é de que, no contexto da proteção integral, receba ele medidas sócio-educativas (portanto, não punitivas), tendentes a interferir no seu processo de desenvolvimento objetivando melhor compreensão da realidade e efetiva integração social²⁷⁴.

Especificadamente, em relação à medida sócio-educativa de semiliberdade, prevista no art. 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente, entende-se ser relevante a investigação dessa medida no que tange a sua aplicação aos adolescentes infratores que são sentenciados para tal medida pelos Juízes da Infância e da Juventude por prática de atos infracionais. O argumento central da medida, dados os seus princípios inspiradores, revelam um caráter não-criminal, ou, em outras palavras, de índole promocional e educativa. Para os operadores de Direito, tal medida sócio-educativa deve ser questionada, isto é, a semiliberdade requer a privação da liberdade dos adolescentes, sendo forma de transição deles para o meio aberto, isto é, cumprem a medida, internamente, durante o período noturno e, no período diurno, realizam atividades externas sem precisar de autorização de autoridade judicial, assim, essa medida possui um caráter social a qual visa à recuperação dos adolescentes infratores, tornando-os capazes de viver em sociedade.

²⁷² BEZERRA, Neira de Moraes. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 1996. 1º Caderno – Opinião, p. 6.

²⁷³ BARREIRA, Wilson; ROBERTO, Paulo Grava Brazil. **O Direito do Menor na Nova Constituição**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2001, p. 27.

²⁷⁴ SOTTO, Olympio Maior; CURY, Munir (Coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 378.

Aduz Marcelo Gomes da Silva²⁷⁵ que:

Dispõe o art. 120 do Estatuto sobre a medida de semiliberdade, aplicada como medida inicial ou como forma de transição para o meio aberto, permitindo-se ao adolescente a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. Durante a medida, são obrigatórias a escolarização e a profissionalização. Pela Lei, a medida não possui prazo determinado, aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Seguindo essa linha de pensamento, tem-se o art. 1º da resolução nº 47/1996 da CONANDA, que versa:

Art. 1º. O regime de semiliberdade, como medida socioeducativa autônoma (art. 120 caput, início), deve ser executada de forma a ocupar o adolescente em atividades educativas, de profissionalização e de lazer, durante o período diurno, sob o rigoroso acompanhamento e controle de equipe multidisciplinar especializada, e encaminhado ao convívio familiar no período noturno, sempre que possível.²⁷⁶

Passa-se a idéia em relação à medida sócio-educativa de semiliberdade de que, para a sua verdadeira aplicação, é necessário que os adolescentes os quais estão cumprindo a medida realizem atividades externas, ou seja, exercer, como sujeitos de direito, o estudo em escolas da comunidade ou a escola da própria unidade, realizar cursos profissionalizantes e trabalhos fora do ambiente da unidade, ou, se for o caso, realizar essas atividades trabalhistas na própria unidade. Contudo, os adolescentes devem retornar à Unidade no período noturno para cumprir a outra parte da medida que é ficarem privados de sua liberdade à noite. Portanto, para atingir o objetivo principal da medida, é necessário existir uma proposta sócio-educativa que favoreça o adolescente a ter uma vida educacional e profissional digna em sociedade.

Entendendo dessa forma, doutrina Mário Luiz Ramidoff²⁷⁷:

[...] entende-se que, com maior pertinência, tornou-se imperativo para a aplicação e cumprimento de qualquer uma das medidas socioeducativas previstas legalmente, que seja estabelecida uma proposta socioeducativa que favoreça, através de diversas estratégias pedagógicas transdisciplinares, o desenvolvimento pessoal pelos valores humanos, a constituição consistente da dignidade da pessoa humana, através do respeito e a solidariedade afetiva pelo outro. Proporcionando, assim, ao jovem, a adoção consciente de iniciativas práticas valorativamente humanitárias que lhe possibilitem maturidade significativa do próprio desenvolvimento – melhore a sua própria qualidade de vida e existência humana, ao que se tem denominado de dignidade.

Resta, pois, indicar que a medida sócio-educativa de semiliberdade possibilita se bem aplicada, a ressocialização dos adolescentes em conflito coma a lei desde que a sociedade, o Judiciário e o Executivo trabalhem em conjunto para que possam prevenir os jovens de ingressarem no crime.

Portanto, conforme esta etapa de nossa pesquisa, constata-se a necessidade de se aprofundar os conhecimento sobre esta temática tão complexa quanto instigante. Contudo, espera-se ter conseguido, enfim, lançar as bases teóricas que nortearão a compreensão acerca da problemática em questão.

²⁷⁵ SILVA, Marcelo Gomes. **Ato Infracional e Garantias**: Uma crítica ao Direito Penal Juvenil. Florianópolis: Conceito, 2008, p. 58.

²⁷⁶ ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 184.

²⁷⁷ RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008, p. 101.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O debate sobre os adolescentes em conflito com a lei e a eficácia na aplicação da medida sócio-educativa de semiliberdade para que eles possam retornar para sociedade ressocializados, encontra-se no bojo da nova conjuntura da questão social que envolve o tema. Nesse contexto, os aspectos culturais, históricos, políticos e socioeconômicos não podem deixar de ser analisados, por se tratar de um tema que exige um embasamento teórico, apontando as deficiências que existem na aplicação dessa medida sócio-educativa, pois evidencia que o número de adolescentes os quais cometem atos infracionais depois de ter passado por alguma experiência de semiliberdade não tem sido diminuído, pelo contrário, é crescente a criminalidade deles.

De acordo com alguns doutrinadores, para que ocorra a realização de trabalho de campo, é necessário haver formas de articulações do que se pretende pesquisar com o local estabelecido pelo investigador da pesquisa que se pretende visitar. Assim, uma dessas formas de articulação diz respeito à relação entre a fundamentação teórica do objeto a ser pesquisado e o campo que se pretende explorar, isto é, a compreensão dessa pesquisa gere o fortalecimento do que se pretende trabalhar. É preciso ter uma base teórica para que se possa olhar os dados dentro de um quadro de referências, pois isso permite ir além do que simplesmente está sendo mostrado, ou seja, por meio dessa pesquisa, pode-se chegar à conclusão das idéias construtivas as quais se pretende formar para solucionar essas deficiências existentes na aplicação da medida sócio-educativa de semiliberdade.

Assim, realizou-se uma intensa pesquisa e análise bibliográfica de autores que abordam temas envolvendo a questão da aplicação da medida sócio-educativa de semiliberdade, dos adolescentes infratores, da reincidência dos adolescentes em cometimento de atos infracionais, bem como das temáticas relacionadas a essas categorias, voltadas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Concomitantemente a essa apropriação teórica, foi trabalhada a pesquisa exploratória propriamente dita no Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, localizado em Fortaleza, o qual agrega o maior número de adolescentes sentenciados na medida de semiliberdade. Houve, nesse centro, contatos informais com duas assistentes sociais, uma psicóloga, uma advogada, três pedagogos e a diretora responsável pela Unidade que deram manifestaram-se a respeito do problema.

Além disso, foi realizada uma entrevista com cinco adolescentes de forma coletiva, para averiguar a visão deles em relação ao problema; já entre os responsáveis pelo trabalho na Unidade, foi realizado contato informal de maneira individual. Escolheram-se essas técnicas por considerá-las as mais adequadas para o tipo de pesquisa a qual se propõe realizar e por obter dados por meio delas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo em vista a problemática abordada, buscou-se averiguar as deficiências que existem no processo de ressocialização dos adolescentes que cumpre medida sócio-educativa no Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, localizado em Fortaleza. Os dados foram coletados por meio de entrevistas com os responsáveis pela aplicação da medida e com alguns adolescentes que a cumprem no Centro. O trabalho de campo realizado no Centro permitiu a elaboração de um estudo social com resultados que podem servir como base para concluir os motivos que os levam ao não cumprimento da medida sócio-educativa de semiliberdade devido à fuga no Centro para cometer novos atos infracionais ou devido ao fato de não retornarem de suas residências para cumprir a medida.

Vale ressaltar que o presente artigo científico tem a finalidade aponta os motivos para não haver um verdadeiro processo de ressocialização dos adolescentes, realizando uma análise inicial sobre algumas considerações que pretendemos abordar.

Os resultados iniciais foram importantes, pois, por meio dessa pesquisa e da observação do Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, foi possível constatar a dificuldade dos responsáveis pelo Centro em trabalhar com os adolescentes, por vários motivos, desde a infraestrutura do Centro, que é inadequada para número de adolescentes, dos alojamentos que são inadequados, à superlotação deixa o ambiente em condições precárias, e também a dificuldade em trabalhar com os mesmos em atividades internas devido a problemas trazidos do meio externo.

No momento que houve a visita, observou-se, em primeiro lugar, a estrutura física do Centro que estava acima da capacidade máxima oferecida, pois a Unidade, segundo o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE²⁷⁸) possui capacidade de atender 20 adolescentes, entretanto, no dia da visita, verificou-se que atende 45 adolescentes. Portanto, ficou constatado que a Unidade se encontra superlotada, dificultando o trabalho dos profissionais responsáveis pela medida e o número excessivo de adolescentes nos alojamentos da Unidade. É evidente que, devido ao número de adolescentes, o Centro não possui um número de profissionais para atender a atual demanda, ou seja, não existe um acompanhamento diário dos adolescentes pela equipe técnica, que fica restrita ao atendimento inicial e aos atendimentos solicitados pelos adolescentes.

Notou-se também a existência de muros altos na Unidade, desrespeitando o padrão de estrutura arquitetônica, estabelecida pela SINASE, que a unidade deveria ter para o cumprimento da medida pelos adolescentes em conflito com a lei. Segundo os próprios técnicos, a Unidade deveria ter muros baixos, pois a semiliberdade tem o objetivo de desenvolvimento de atividades sócio-educativas e de iniciação profissional com os adolescentes, portanto o cumprimento da medida fica a critério da vontade dos próprios adolescentes que têm consciência das conseqüências que ocorreram se descumprirem a medida. Assim, os muros altos é uma característica das unidades de internação, não devendo existir na unidade de semiliberdade, pois deve ter característica de uma casa convencional²⁷⁹.

Na entrevista realizada com os profissionais da Unidade, houve um consenso sobre os problemas que existem no processo de ressocialização dos adolescentes. No ponto de vista deles, o processo de ressocialização, inicialmente, parte da vontade deles, pois existe um trabalho sério da equipe no desenvolvimento educacional e psicológico, mas é preciso que os adolescentes tenham vontade de mudar a sua realidade atual. Outro ponto discutido foi a necessidade de o Estado dar mais suporte material para que realmente haja um processo de educação dos adolescentes e colocá-los em curso profissionalizantes para que, ao término da medida, possam conseguir um trabalho. É visível, porém, a falta de materiais escolares, de computadores, pois aqueles que os adolescentes utilizam são ultrapassados, a estrutura das salas de aula não atende à demanda, entre outros problemas matérias que existem no Centro.

Por fim, segundo os técnicos, outro problema que dificulta a ressocialização é o fato de os adolescentes serem transferidos das unidades de internação para a semiliberdade, pois, nessas unidades responsáveis pela medida sócio-educativa de internação, não é feita uma real avaliação dos adolescentes, isto é, não existe uma avaliação para saber se eles têm condições para cumprir a semiliberdade, o que ocorre é uma avaliação comportamental deles na unidade de internação, ou seja, os relatórios são elaborados não levando em consideração a aptidão deles para cumprir a semiliberdade, em conseqüência disso, a maioria dos adolescentes que são encaminhados dessas unidades de internação fogem por não estarem preparados para cumprir a medida de semiliberdade.

Em contrapartida, na entrevista realizada com os adolescentes, ficou constatada a visão distinta em relação aos técnicos, pois os adolescentes estão mais preocupados com a própria segurança e a convivência com os familiares na comunidade e também no Centro de

²⁷⁸ SINASE (SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO). Brasília, DF, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2008.

²⁷⁹ Essa informação em relação à estrutura arquitetônica dos muros foi dada pelos próprios funcionários do Centro de Semiliberdade Mártir Francisca.

semiliberdade. Segundo os adolescentes, a superlotação traz sérios problemas ao convívio na unidade, pois a falta de espaços nos alojamentos deixa o ambiente quente, com pouca ventilação, e sem privacidade. Foi observado também que a falta de espaços nas salas de aula para desenvolvimento de atividades escolares.

Outro problema que os adolescentes apontam é a existência no Centro de uma rivalidade entre indivíduos vindos do meio externo, portanto eles se dividem em dois grupos de bairros que não se relacionam, devido à participação em gagues, às brigas que ocorreram em outras unidades de privação de liberdade vindas para a semiliberdade e ao tráfico de drogas em seus bairros, ou seja, o problema é que existem adolescentes de um determinado grupo de bairros A e outros de um determinado grupo de bairro B que se consideram rivais, o que promove, entre os adolescentes, o conflito para saber qual grupo dentro da Unidade tem o controle. Esse problema averiguado é um dos principais motivos constatado na pesquisa que levam ao descumprimento da medida pelos adolescentes, pois se existe maioria de adolescentes do grupo A, aqueles que forem do grupo B serão ameaçados e, certamente, na primeira oportunidade, irão fugir temendo pela sua segurança, segundo constatado em entrevista coletiva realizada com os próprios adolescentes. Portanto, como não existe separação entre esses grupos na semiliberdade devido à proibição do Estatuto da Criança e do Adolescente, esse problema pendurará até que as autoridades judiciais e o Estado tomem alguma atitude.

No que se refere ao convívio com as famílias, todos afirmaram que existem dias e horários determinados para visita delas. Observou-se que houve um consenso em relação ao problema de não haver privacidade durante as visitas, pois são acompanhados pelos instrutores que fazem a segurança na Unidade. Os adolescentes relataram que há uma limitação das pessoas que podem visitar: os pais, a namorada, se for maior de idade e se tiverem filhos pode visitá-los na Unidade ou, na falta desses familiares, o responsável legal do adolescente visitado.

De acordo com os resultados em relação à visita realizada no Centro de Semiliberdade Mártir Francisca, foi comprovada uma impressão disseminada de que a medida sócio-educativa de semiliberdade está longe de ser a mais adequada no processo de ressocialização dos adolescentes, pois não existe um atendimento individualizado aos adolescentes na unidade, há precariedade da estrutura física da Unidade e dos Alojamentos, faltam os materiais escolares e, principalmente, há conflitos internos entre os adolescentes que dificultam o trabalho dos profissionais responsáveis pelo cumprimento da medida sócio-educativa de semiliberdade, ou seja, não existe interatividade entre a equipe técnica e os adolescentes os quais deveriam compreender a importância do cumprimento dessa medida para retorno à sociedade.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que existe um trabalho sério da equipe técnica do Centro de Semiliberdade Mártir Francisca para o trabalho de desenvolvimento dos adolescentes em conflito com a lei, sentenciados a cumprir a medida sócio-educativa de semiliberdade, pois, mesmo com o reduzido número de material e a infra-estrutura pequena para tantos adolescentes, a equipe tem feito um excelente trabalho, existem adolescentes que saem da unidade sem intenção de cometer crimes e voltam para a comunidade com expectativa de vida e de trabalho, mas é evidente que o número ainda é muito pequeno em relação à quantidade de adolescentes que descumprem essa medida.

É necessário que haja na semiliberdade a efetiva priorização dos atendimentos individuais com os adolescentes, mesmo que seja uma vez por semana, possibilitando a participação do adolescente na construção e no acompanhamento de seu plano individual de atendimento. É importante que os adolescentes sejam ouvidos pela equipe e possam informar qualquer problema que estejam enfrentando durante o cumprimento da medida e, se for o

caso, comunicar à autoridade judicial para que resolva o problema, evitando que esses adolescentes fujam e descumpram a medida sócio-educativa de semiliberdade.

Além disso, pode-se notar que nas entrevistas realizadas com os profissionais e com os adolescentes, o pensamento diverge, assim, constatou-se que a equipe técnica deve levar em consideração a opinião dos adolescentes, isto é, o ponto de vista deles em relação à medida. É fundamental que haja uma interatividade entre técnicos e adolescentes, para que possa haver uma melhor avaliação, e a equipe técnica deve realizar com os adolescentes atividades externas, e estes devem respeitar o cumprimento da medida, retornando a Unidade nos períodos noturnos até que chegue o dia em que eles sejam encaminhados para o juiz da execução que vai analisar se houve o cumprimento adequado da medida, e liberá-los para o convívio em sua comunidade.

Colhe-se deste breve artigo a importância do desenvolvimento de trabalhos de capacitação profissional e humanitária para os profissionais que trabalham na unidade, pois é importante que eles exerçam o atendimento individual dos adolescentes e que devam fazer o acompanhamento semanal, buscando o trabalho de conscientização da importância do cumprimento da medida e da adoção de medidas educacionais que visam a diminuir conflitos existentes entre os adolescentes que são trazidos do meio externo.

REFERÊNCIAS

BARREIRA, Wilson; ROBERTO, Paulo Grava Brazil. **O Direito do Menor na Nova Constituição**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

BEZERRA, Neira de Moraes. **O Povo**, Fortaleza, 4 fev. 1996. 1º Caderno – Opinião.

ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

RAMIDOFF, Mário Luiz. **Lições de Direito da Criança e do Adolescente**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, Marcelo Gomes. **Ato Infracional e Garantias**: Uma crítica ao Direito Penal Juvenil. Florianópolis: Conceito, 2008.

SINASE (SISTEMA NACIONAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO). Brasília, DF, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Portals/0/Legislacao/Sinase.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2008.

SOTTO, Olympio Maior; CURY, Munir (Coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2003.

AD 11: A EVOLUÇÃO FILOSÓFICA DO CONCEITO DE JUSTIÇA

Daise Oliveira Magalhães²⁸⁰; Nicodemos Fabrício Maia²⁸¹

RESUMO

Desde o início da existência humana, a questão da justiça é um tema de fundamental importância para o convívio harmônico das pessoas, pois ela tenta garantir os direitos delas, desde que não prejudique os da sociedade. O presente trabalho trata de alguns conceitos filosóficos de justiça. Primeiro, explicar-se-á o que é um conceito; segundo, abordar-se-ão os principais conceitos de justiça, desde Platão até Agnes Heller; terceiro, desenvolver-se-á um conceito subjetivo de justiça. Saber o que é um conceito é de total importância para que se possa compreender o motivo de tantas idéias acerca de justiça. Pode-se asseverar que um conceito busca explicar a essência de algo, por isso, conceituar justiça por meio de pensamentos filosóficos é considerável, especialmente, para o estudo acadêmico da prática jurídica. Tem-se, como objetivo primordial, além de apresentar a importância da justiça para o homem, somar alguns componentes aos conceitos de justiça trabalhados a fim de se tentar satisfazer o pensamento jurídico atual. Na elaboração deste trabalho, realizou-se uma pesquisa por meio de livros os quais abordam as questões da filosofia e da justiça. Constatou-se que todos os conceitos de justiça têm sua validade, dependendo da temática abordada, pois, além de serem válidos, eles têm como finalidade explicar, parcialmente, o fenômeno da justiça. Dessa forma, pode-se concluir que o estudo da idéia de justiça é proveitoso para que se possa compreender o Direito como algo que visa a ser justo, e que não existe um conceito melhor do que o outro, porque todos remontam idéias diferentes sobre a justiça.

Palavras-chave: Conceito. Filosofia. Justiça.

1 INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da existência humana, a partir da interação do homem com seu semelhante, a questão da Justiça eclodiu como um tema essencial ao convívio harmônico da espécie.

Antigamente o sentimento de justiça era tratado de modo superficial; porém, com o aprimoramento das instituições sociais e o aprofundamento das relações humanas, ele passou a vigorar com maior intensidade no pensamento histórico e social.

O presente trabalho abordará conceitos filosóficos de Justiça, tendo como ponto de partida: primeiro, a dimensão do que é um conceito filosófico; segundo, a amostragem dos principais conceitos de justiça, desde Platão até Agnes Heller, que trata a questão da justiça numa visão contemporânea; e terceiro, o processo de formação de um conceito subjetivo sobre Justiça por meio de um estudo teórico.

O estudo das principais idéias de Justiça constitui ferramenta fundamental para acesso às técnicas modernas de prestação jurisdicional, em especial ao estudo acadêmico da prática judiciária, visto que o Direito, na sua essência e como fenômeno bilateral, visa à realização material da Justiça.

Cabe à filosofia do Direito trabalhar os conceitos de Justiça e influenciar a criação de indagações tais como: O que é Justiça? Os conceitos de Justiça formulados, anteriormente, têm validade na contemporaneidade? O sentimento de justiça contém generalidade? O que é justo? O que é injusto? A justiça é um valor intrínseco no ser humano?

Portanto, partindo dos principais conceitos de justiça trabalhados desde então, o artigo tem como objetivo maior elaborar uma nova idéia de justiça que contemple as anteriores, com intuito de acrescentar-lhes ingredientes que possam fornecer uma melhor resposta ao

²⁸⁰ Aluna do 1º semestre do Curso de Direito.

²⁸¹ Professor Ms., Orientador.

pensamento jurídico atual, além de proporcionar ferramentas intelectuais atualizadas aos operadores do Direito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O que é um conceito?

Inicialmente, pode-se dizer que, segundo Marilena Chauí, “um conceito [...] é uma rede de significações [...] [com] sentido interno e essencial daquilo que se refere”²⁸². Entretanto, deve-se lembrar que “um conceito [...] não é uma imagem [...], mas uma descrição e uma explicação da essência [...] de um ser”²⁸³, ou seja, os conceitos são compreensões mentais das coisas.

Na visão de Deleuze, em um conceito, existem componentes de conceitos anteriores. “Com efeito, todo conceito [...] bifurcará sobre outros conceitos, compostos de outra maneira, mas que constituem outras regiões do mesmo plano, que respondem a problemas conectáveis, participam de uma co-criação”.²⁸⁴

Ao definir conceito “pela inseparabilidade de um número finito de componentes heterogêneos percorridos por um ponto em sobrevôo absoluto, à velocidade infinita”²⁸⁵, ele se refere à capacidade que o homem tem de, constantemente, reformular o conhecimento.

Assim, pode-se afirmar que um conceito é “[...] ao mesmo tempo absoluto e relativo [...]”.²⁸⁶ É absoluto se ele for avaliado como um todo e se levadas em consideração às condições impostas ao problema tratado. No entanto, ele é relativo, quanto à sua fragmentação, ou seja, quanto à diversidade de componentes que ele contém.

O papel de remodelar os conceitos cabe aos filósofos que retiram ou acrescentam novos componentes, a fim de modificarem as idéias existentes, ou seja, “os conceitos, nesse sentido, pertencem de pleno direito à filosofia, porque é ela que os cria, e não cessa de criá-los”.²⁸⁷

Segundo Deleuze, é conivente dizer que: “O conceito filosófico não se refere ao vivido, por compensação, mas consiste, por sua própria criação, em erigir um acontecimento que sobrevoe todo o vivido, bem como qualquer estado de coisas”.²⁸⁸

Logo, conclui-se que um conceito para a filosofia, não faz alusão à experiência, mas à produção dela, ou seja, é dizer um acontecimento que está acima da existência.

2.2 O que é a justiça?

O ser humano sempre procurou entender o que é justiça, mas, até hoje, não encontrou uma resposta definitiva para esta pergunta. Segundo Kelsen, “Nenhuma outra questão foi tão passionalmente discutida; por nenhuma outra foram derramadas tantas lágrimas amargas, tanto sangue precioso; sobre nenhuma outra, ainda, as mentes mais ilustres [...] meditaram tão

²⁸² CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 161.

²⁸³ CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004, p. 166.

²⁸⁴ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed, reimp, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 30.

²⁸⁵ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed, reimp, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 33.

²⁸⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed, reimp, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 33.

²⁸⁷ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed, reimp, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 46.

²⁸⁸ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed, reimp, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000, p. 47.

profundamente”.²⁸⁹ Assim, resta-nos perguntar melhor, a fim de que nos aproximemos de um resultado mais adequado ao Direito.

Como uma forma de aproximação de um conceito para a justiça, Platão identificou-a como sendo o bem e afirmou que a realização dela traria felicidade. Podemos perceber que esta afirmação é viável quando em seus ensinamentos ele dizia “[...] que a justiça conduz à felicidade, a injustiça à infelicidade”²⁹⁰, ou seja, é afirmar que apenas os justos são felizes e que os injustos são infelizes.

Entretanto, ao trabalhar a idéia do que seria bem absoluto, por meio de um método específico de pensamento abstrato, chamado dialética, Platão concluiu:

Em uma de suas epístolas, a VII, [...] não poder existir um conhecimento abstrato, somente uma espécie de visão do Bem absoluto, e que essa visão se realiza por meio de uma vivência mística, conhecida a poucos e somente por graça divina [...].

Por conseguinte – e essa é a conclusão derradeira dessa sabedoria – não pode haver respostas à questão da justiça, já que a justiça é um mistério que Deus – se é que o faz – confia a uns poucos escolhidos, e que continuará sendo segredo destes, pois eles não conseguem transmiti-lo aos outros.²⁹¹

A filosofia de Platão, ao avaliar a justiça como um mistério divino, muito se assemelha ao que foi pregado por Jesus, “[...] cujo fundamento maior [...] era a justiça”²⁹². Jesus proclamou como “[...] a verdadeira justiça, o princípio do amor [...]”²⁹³, porém o amor de que ele falava não era o dos homens, era o de Deus.

Na parábola, O Grande Mandamento, os fariseus, com intuito de testar e fazer que Jesus se contradissesse, reuniram-se em conselho e um deles lhe perguntou:

Mestre, qual é o grande mandamento na lei? E Jesus disse-lhe: Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de toda tua alma, e de todo o teu entendimento. Este é o primeiro e grande mandamento. E o segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas.²⁹⁴

Eles não entenderam, mas o que Jesus queria dizer-lhes era que quem seguisse o mandamento do amor praticaria a justiça, pois naquele prevaleceria a verdade, a caridade, a fidelidade e a misericórdia. Assim, percebe-se que o conceito de justiça, baseado no amor de Deus, pregado por Jesus, fazia referência aos justos, pois somente eles habitarão o reino dos céus.

Partamos, agora, para o conceito de justiça de Aristóteles, no qual ele a considera como a virtude humana mais importante e mais perfeita.

Em “[...] sua famosa doutrina do meio (mesótes), a virtude é um estado médio entre dois extremos, que são vícios, um o do excesso, e outro o da deficiência”²⁹⁵. Sendo assim, a justiça se encontra no meio do que é muito justo e do que é injusto.

Aristóteles, em suas análises, sustentou dois conceitos de justiça, o de legitimidade e o de igualdade, nos quais ele associou que o justo praticaria o que é legítimo e igual, e o injusto realizaria o que é ilegítimo e desigual.

²⁸⁹ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 1.

²⁹⁰ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 94.

²⁹¹ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 12.

²⁹² KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 13.

²⁹³ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 13.

²⁹⁴ OS GIDEÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL. **O Novo Testamento:** de nosso Senhor Jesus Cristo. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Os Gideões Internacionais, 1995, p. 48.

²⁹⁵ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 116.

Entretanto, antes de definir sua doutrina da *mésotes*, ele distinguiu a justiça em dois sentidos: o geral, referente à legitimidade, e o particular, atribuído à igualdade.

Ao se fazer um paralelo da doutrina Aristotélica com a de Aurélio Agostinho, que em sua filosofia jurídica, também, atribuiu justiça à virtude, percebe-se que ele a direcionou para um propósito totalmente diferente da de Aristóteles. Considerando que “a justiça é a virtude que dá a cada um o que lhe é devido”²⁹⁶. Agostinho dizia que o homem, antes de ter sua própria justiça, está submetido à justiça divina; enquanto Aristóteles deixou a discussão para a ordem jurídica.

Um outro conceito que se pode citar é o de Immanuel Kant, que formulou a tese do imperativo categórico, na qual ele dizia: “aja somente de acordo com a máxima que você possa desejar que se transforme em lei geral”²⁹⁷. Ele acreditava que sua teoria representaria uma resolução para a questão da justiça e que “[...] o comportamento humano [só] é bom ou justo se for determinado por normas que o homem, ao agir, pode ou deve esperar que sejam obrigatórias para todos”²⁹⁸.

Assim, pode-se dizer que o termo, imperativo, refere-se a algo imposto a todos, já a palavra, categórico, atribui-se a algo absoluto que deve ser cumprido por todos, ou seja, na visão de Kant, a justiça só existe por meio de normas que rejam o comportamento humano.

Kelsen afirmou, em seu livro “O que é a justiça?”, que nem ele, nem os filósofos aqui tratados, ao longo dos séculos, conseguiram chegar a um conceito absoluto de justiça. Nesse ele finaliza dizendo:

Devo satisfazer-me com uma justiça relativa, e só posso declarar a que significa justiça para mim: uma vez que a ciência é minha profissão e, portanto, a coisa mais importante em minha vida, trata-se daquela justiça sob cuja proteção a ciência pode prosperar e, ao lado dela, a verdade e a sinceridade. É a justiça da liberdade, da paz, da democracia, da tolerância.²⁹⁹

Já Agnes Heller, por meio de vários conceitos de justiça tratados em seu livro “Além da justiça”, preferiu considerar que “o objetivo de justiça está além da justiça”³⁰⁰. Pode-se explicar essa afirmação exemplificando que a justiça visa a garantir o direito de uma vida boa a todos em uma sociedade, porém, para se realizar esse objetivo, tem-se de ir além da justiça existente, ou seja, para que a justiça alcance sua meta desejada, ela terá de ultrapassar o horizonte traçado por todos os conceitos que existem sobre justiça.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Desenvolvemos o presente artigo por meio de uma pesquisa bibliográfica a partir dos seguintes autores: Marilena Chauí, Gilles Deleuze, Hans Kelsen e Agnes Heller, que tratam assuntos relacionados à Filosofia e à Justiça.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A interpretação do que é um conceito é algo primordial para que se possam compreender os conceitos de justiça aqui mostrados.

²⁹⁶ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 134.

²⁹⁷ KANT, Immanuel apud KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 19.

²⁹⁸ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 19.

²⁹⁹ KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 25.

³⁰⁰ HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998, p. 437.

Ao se avaliarem as reflexões feitas por Marilena e por Deleuze, acerca do que seria um conceito, pode-se dizer que, na formulação de uma idéia a respeito de algo, o autor que a produz inclui a ela seu juízo de valor, ou seja, sua parcialidade.

Logo, as concepções filosóficas aqui citadas sobre conceitos ressaltam que, em cada interpretação feita de um conceito já criado, propagar-se-á com a adição ou com a subtração de opiniões diversas que juntas reformularão as bases conceituais de antes.

Ao se analisar a questão conceitual de justiça tratada desde Platão até Agnes Heller, pode-se dizer que todos os conceitos elaborados por eles são muito importantes para que possamos entender o que é a justiça.

Pode-se interpretar que, para Platão, a justiça é o bem, ou seja, algo que traga felicidade para o homem. Contudo, ele não soube explicar o que seria esse bem, justamente, por considerar que este pertencia ao mundo das idéias e que só poderia ser explicado pelo Divino.

Já a idéia de justiça afirmada por Jesus era atribuída ao amor de Deus, porém muitos não entenderam que aquilo o qual ele queria passar é que o ser humano deve ter como exemplo de justiça o amor que Deus tem por todos, até por os que não crêem nele.

Sendo assim, o homem só pode conhecer a essência da justiça se experimentar e se praticar o amor, segundo Messias; caso não, ele não terá uma noção verdadeira de justiça para corrigir a justiça humana, que, muitas vezes, realiza a injustiça.

Aristóteles, ao se referir à justiça como uma virtude que se encontra no meio do comedimento do justo demais e do injusto, queria falar que aquele o qual encontrasse o ponto médio entre o exagero e a ausência dela seria virtuoso.

No entanto, ao conceituar justiça para o Direito, ele a atribui a legitimidade e a igualdade como formas de realizá-la sob orientação filosófica da virtude.

Quanto ao imperativo categórico, Kant se referia à justiça realizada por meio das normas gerais de caráter absoluto e de valores morais tradicionais, que controlavam a ordem social vigente.

Heller é bem conveniente com sua afirmação, pois percebe-se que, para que se possa ir além da justiça, é necessário ultrapassar todas as expectativas de justiça existentes. Pode-se considerar que a justiça objetiva alargar constantemente seus conceitos.

Assim, depois de ter-se analisado os pensamentos mais importantes a respeito do que é justiça, pode-se emitir um juízo de valor com a finalidade de criar uma nova idéia sobre ela.

Justiça é um fenômeno intrínseco ao ser humano quanto ao sentimento do que é justo e do que é injusto; porém, também, é um fenômeno extrínseco ao homem quanto à sua realização, pois, para ela acontecer, necessita-se uns dos outros.

Então, o sentimento de justiça, que está dentro de cada ser humano, reflete que aquilo que é justo para uns pode não ser justo para outros.

5 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que não existe um conceito de justiça mais perfeito do que o outro, visto que todos eles foram elaborados a partir de circunstâncias e de pensamentos diferentes.

Assim, o estudo das idéias de justiça é muito importante para melhor se compreender o Direito como algo que, além de tudo, visa ser justo na criação e na aplicação das normas que regem a conduta humana.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2004.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. 2. ed. reimp, Rio de Janeiro: Editora 34, 2000.

HELLER, Agnes. **Além da justiça**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1998.

KELSEN, Hans. **O que é a justiça?** A justiça, o direito e a política no espelho da ciência. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

OS GIDEÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL. **O Novo Testamento**: de nosso Senhor Jesus Cristo. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Os Gideões Internacionais, 1995.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter-me ajudado a enfrentar todas as dificuldades que tive na realização deste trabalho. Em seguida, agradeço ao meu querido professor Nicodemos Fabrício Maia por ter-me orientado e acreditado em meu potencial.

Agradeço, também, especialmente a minha irmã Dayana por ter passado noites acordadas ouvindo-me e, de certa forma, por ter colaborado para o aperfeiçoamento do meu trabalho.

Agradeço aos professores Gerardo Clésio Maia Arruda, Gretha Leite Maia, Elizabeth Fiúza e Andréia Costa por terem colaborado com a formulação deste artigo. Por fim, agradeço, aos meus colegas que me incentivaram na realização deste trabalho.

RESUMO

O princípio da razoável duração do processo, presente na Constituição Federal de 1988 devido ao parágrafo 2º do artigo 5º que garante aos direitos expressos em tratados dos quais o Brasil é signatário, hierarquia constitucional. Logo, sendo o Brasil signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, que assegura a todos uma demanda judicial em tempo hábil a gerar efeitos práticos, percebe-se que apesar de já existir na Carta Magna vigente, esse dispositivo não foi suficiente para efetivar no judiciário brasileiro a razoável duração do processo. A Emenda Constitucional número 45 de 2004 então, acrescentou ao rol das garantias fundamentais o inciso LXXVIII, colocando o direito a razoável duração processual em um lugar de destaque. Dessa forma, pretende-se analisar a Convenção Americana de Direitos Humanos ratificada pelo Brasil em 1969 e sua influência no sistema jurídico brasileiro, abordando assim, o parágrafo 3º inserido no artigo 5º também pela Emenda número 45 de 2004. Tem-se como foco também, a relação do princípio em comento e os demais princípios constitucionais, buscando a harmonia no judiciário brasileiro, da celeridade processual e o devido processo legal, ou seja, a rapidez das tramitações sem esquecer de prezar a forma processual, que constituem pressupostos de validade para que a tutela jurisdicional tenha eficácia. Por último será comentada a responsabilidade civil do Estado perante o dano causado ao indivíduo devido a demora na prestação jurisdicional. Em sumo, tem-se como meta a procura de bases científicas para que se possa alcançar quicá um dia, o objetivo tão aspirado que é efetivar o direito à razoável duração do processo no Brasil.

Palavras-chave: Emenda Constitucional 45/2004. Convenção Americana de Direitos Humanos. Princípios.

1 INTRODUÇÃO

Após a Emenda Constitucional (EC) número 45 de 2004 o judiciário brasileiro sofreu diversas modificações que trouxeram à tona o debate em torno dos princípios constitucionais do processo.

Uma das modificações trazidas pela referida emenda foi a inclusão do inciso LXXVIII, no rol dos Direitos Humanos Fundamentais do artigo 5º da Constituição Federal vigente.

Com a entrada em vigor do inciso supracitado, que deu ao direito a duração razoável do processo, maior visibilidade, fomentaram-se inacabáveis debates em torno do tema, ensejando questionamentos históricos como a definição de justiça, que, como se poderá observar adiante está intimamente ligada a idéia de tempo necessário à uma demanda judicial apta a gerar efeitos práticos.

Dessa forma, a princípio, tem-se como meta a procura de bases científicas para responder a questionamentos como o prazo ideal para a concretização de uma demanda judicial justa e a partir daí delineará alguns dos critérios necessários para alcançar o objetivo excessivamente desejado, que é efetivar no judiciário este direito que pelo grau de importância passou a fazer parte, explicitamente, dos direitos fundamentais.

³⁰¹ Aluna do 5º semestre da Faculdade Christus.

³⁰² Professora mestre, orientadora da Faculdade Christus.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Convenção Americana de Direitos Fundamentais

Como é conhecimento, o direito à razoável duração do processo não é inovação da Emenda Constitucional 45 de 2004. Antes do ingresso desse inciso expando tal direito, ele já vigorava no país, mesmo que de forma implícita. Isto se deve ao princípio da eficiência aplicável à administração pública, ao princípio do devido processo legal e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica ratificado nos fins da década de 60, que preconiza:

Artigo 8º - Garantias judiciais

Toda pessoa terá o direito de ser ouvida, com as devidas garantias e dentro de um prazo razoável, por um juiz ou Tribunal competente, independente e imparcial, estabelecido anteriormente por lei, na apuração de qualquer acusação penal formulada contra ela, ou na determinação de seus direitos e obrigações de caráter civil, trabalhista, fiscal ou de qualquer outra natureza.³⁰³

Esta convenção, que só foi corroborada pelo Brasil em 25 de setembro de 1992, passou a integrar o rol de direitos fundamentais por força do artigo 5º, parágrafo 3º. No entanto, como afirma Nicolitt (2006)³⁰⁴, em um país como o Brasil, a influência do sistema de proteção dos Direitos Humanos Fundamentais é praticamente inexistente, para não afirmar uma verdadeira negação da Convenção Americana de Direitos Humanos.

Com a Reforma do Judiciário, foi acrescentado um parágrafo 3º ao artigo 5º da Constituição Federal, *in verbis* “todo tratado e convenção internacional sobre direitos humanos aprovados em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas à Constituição”. A partir desta emenda, os tratados ratificados pelo Brasil seriam considerados novos, tendo, portanto, força de emenda constitucional. Não obstante, sabe-se que relevantes tratados dos quais o Brasil é signatário foram ratificados antes da referida emenda, fomentando debates acerca da hierarquia destes acordos, conforme o artigo 5º parágrafo 2º da Magna Carta: “Os direitos e garantias expressos na Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil faz parte”. Então, conforme entendimento de Piovesan (2005)³⁰⁵ pode-se perceber que à luz do artigo 5º parágrafo 2º da carta de 1988, os direitos fundamentais podem ser classificados em três distintos grupos: a) o dos direitos expressos na Constituição; b) o dos direitos implícitos, decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Carta Constitucional; e c) o dos direitos expressos nos tratados internacionais subscritos pelo Brasil.

Assim, em meio a intensos debates, entende-se que os tratados de Direitos Humanos anteriores a EC 45/2004 eram interpretados como constitucionais por força do artigo 5º parágrafo 2º, ou seja, eles eram materialmente constitucionais. Após a emenda, esses tratados passaram a ser materialmente e formalmente constitucionais, devido o que preconiza o artigo 5º parágrafo 3º, estabelecendo um *quorum* mínimo para a aprovação dos novos acordos, garantindo a eles estabilidade, equiparando-os às emendas da Constituição.

Dessa forma, a Convenção Americana de Direitos Humanos ratificada pelo Brasil em 1995 é considerada, conforme o artigo 5º parágrafo 2º, materialmente constitucional, podendo, portanto, ser suscetível de denúncia.

³⁰³ TRATADO Internacional. Disponível em: <<http://www.portaldafamilia.org/art.shtml>>. Acesso em: 2008.

³⁰⁴ NICOLITT, A. L. **A Razoável Duração do Processo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

³⁰⁵ PIOVESAN, Flávia. Reforma do Judiciário e Direitos Humanos. In: TAVARES, André Ramos; LENZA Pedro; ALARCÓN Jesus Lara (Coord.). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005, P 67-82.

Nota-se, então, a urgente necessidade de explicitar tal direito na Constituição Federal, dar a ele maior visibilidade, pois é impossível pensar em direito ao acesso à justiça (artigo 5º, inciso XXXV, CF/88) sem que este seja garantido aos seus destinatários de forma que os procedimentos gozem de celeridade.

3.2 Princípios Constitucionais do Processo

Após quatro anos desde o ingresso do inciso LXXVIII no artigo 5º, a morosidade no âmbito judicial e administrativo é um fato perceptível à todos. A Constituição Federal reserva o direito a um devido processo legal, contraditório e amplo defesa, a recursividade, ao acesso à justiça, entre inúmeros outros que nos garantam uma efetiva tutela jurisdicional. Entretanto, encobertos por um manto tão extenso de direitos, o cidadão se vê em determinadas situações desprotegidos, optando usualmente por institutos primitivos de solução de conflitos como a autotutela. Aqui uma parte impõe sua decisão à outra. Decisões e imposições estas que só cabem ao Estado, mas que diante do grau de morosidade e ineficácia das decisões estatais, o indivíduo opta por este meio que no Brasil é considerado crime, salvo em situações definidas em lei.

Apesar da difícil caminhada do Estado em conquistar para si o poder de dizer o direito no caso concreto, diante de tantos entraves para a consecução de decisões justas e eficazes aos jurisdicionados, ele outorgou poderes, mesmo que de forma limitada, às partes interessadas solucionarem seus conflitos, criando meios alternativos de pacificação social como a arbitragem, regida pela lei 9.306 de 1996 e pelo Código de Processo Civil.

3.3 Celeridade e forma processual

Nos moldes da teoria antropocêntrica, o homem, o único ser capaz de raciocinar é também para quem e por quem são elaboradas todas as normas jurídicas e devido a isso, de acordo com a teoria, ele está no centro do universo jurídico, tanto é que na ausência do homem de nada valeriam as normas, elas sequer existiriam. Dessa forma, por ser o homem detentor de direitos e se valer dos Direitos Humanos Fundamentais que são inerentes a todos os indivíduos, então é lógico afirmar que ele poderá recorrer a esses direitos quando convier em todas as esferas estatais (Executivo Legislativo e Judiciário).

Portanto, é um direito fundamental, conforme dispõe o artigo 5º inciso LIV da Constituição Federal de 1988 que reza: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”. Tendo inspiração na Carta Magna de João Sem Terra, na Inglaterra no ano de 1215. Este princípio garantístico-mor, assim chamado por ser o gênero do qual se sugere que todos os demais princípios são espécies. Ele garante a todos que sua demanda judicial transcorra devidamente. Portanto, é necessário que esta seja adequada à espécie, obedecendo às prescrições legais constitucionais e seja apto a solucionar conflitos.

Assim sendo, o processo deve seguir a forma de acordo com as normas processuais, obedecendo aos critérios de validade e existência e os princípios garantidos na Constituição quais sejam contraditória e ampla defesa, imparcialidade do juiz, licitude da prova, dentre outros.

Nota-se que quando se fala na obediência na forma, cria-se a idéia de uma demanda judicial demasiadamente morosa. No entanto, devem-se sopesar os dois princípios: a garantia aos jurisdicionados a um processo devido, obedecendo aos trâmites legais e a celeridade processual. Urge salientar que caso se configure dilatações indevidas ocasionarão repercussões tais como decisões inaptas que resultará descrença quanto ao recurso ao judiciário para a solução de conflitos. Todavia, a prevalência da forma sobre a razoável duração do processo, também poderá causar danos à justiça das decisões, julgamentos céleres, com abreviações dos procedimentos podendo acarretar em injustiças como bem adverte Reale

Junior (2004)³⁰⁶ não há nada pior que a justiça célere, que é a pior forma de denegação da justiça.

3.4 Responsabilidade Civil do Estado

O acesso à justiça é um direito fundamental do homem, que garante a todos o direito de acionar o Poder Judiciário. Mas na contemporaneidade, no Estado Moderno, onde se tem como escopo primário, o bem-estar social, não basta a garantia formal de acesso à justiça. É preciso assegurar aos cidadãos seus direitos fundamentais, prestando-lhes uma efetiva tutela jurisdicional.

Dessa forma, o Estado, por ser o único detentor do poder de julgar, de dizer o direito pela aplicação da lei no caso concreto, tem o dever de prestar aos indivíduos que o acionam para solucionar seus conflitos, uma atividade jurisdicional capaz de atender suas necessidades primordiais (vida, liberdade e propriedade). Assim, em hipótese alguma é admitido que o Estado, a quem foi outorgado o poder soberano de dirimir conflitos, de pacificar, cause um dano a um indivíduo e não lhe seja imposto o dever de indenizar, visando assim restaurar a harmonia social rompida pela violação de um dever jurídico

Portanto, a idéia geral de não prejudicar ninguém, *neminem laedere*, é válida também para o Estado que, no exercício de suas atividades, deve agir de modo a não causar prejuízos a outrem. Assim sendo, quando o Estado exercendo o poder de julgar, causa dilatações indevidas ao processo, prolatando a sentença em tempo notoriamente procrastinado, deve, de acordo com o artigo 37 parágrafo 6º da Constituição Federal de 1988 que preconiza: “As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”, ser responsabilizado objetivamente, devendo ao cidadão que sofreu os prejuízos de uma tutela jurisdicional ineficaz e conseqüentemente injusta, uma indenização proporcional pelos danos morais e materiais.

Percebe-se então, a significativa transformação e conquista no âmbito da Responsabilidade Civil do Estado, devendo este, que até então gozava de total imunidade, ser responsabilizado objetivamente, por atos danosos causados aos indivíduos. Assim, foi assegurado ao cidadão, como bem escreve Anonni (2003)³⁰⁷ o direito à jurisdição, à tutela jurisdicional efetiva, à prestação jurisdicional em tempo razoável ou sem dilatações indevidas.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia empregada neste artigo constituiu-se de consultas bibliográficas em livros com abordagem direta ou indireta sobre o assunto em tela. Também se apropriou de bases documentais cuja essência relacionava o tema em estudo. Utilizou-se a reflexão para a elaboração dos tracejados analíticos. Foram feitos contrastes de idéias expostas no texto com os pensamentos delineados de sua leitura. As anotações foram feitas em blocos de folhas para em seguida tracejar raciocínios. As deduções sempre se delineavam após um período de maturidade das idéias.

Trata-se de uma investigação de cunho estritamente qualitativa, podendo ter ocasionado viés em função da mentalização de determinada linha de pensamento dos autores consultados.

³⁰⁶ REALE JUNIOR, M. Valores Fundamentais da Reforma do Judiciário. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 24, n. 75, 2004.

³⁰⁷ ANONNI, Danielle. **Responsabilidade Civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional**. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos com esta pesquisa proporcionam um maior contato com a realidade cotidiana da justiça empregada junto à população. Ela resgata uma reflexão urgente do papel da morosidade em acolher o julgamento de objetos pelos qual uma pessoa comum se depara. Há casos em que os jurisdicionados sequer conseguem obter resultados por conta da senescência natural de todo ser humano.

A abstratividade do tema deu ensejo a questionamentos, despertando assim, maior interesse em abordá-lo nas suas diversas formas.

Percebe-se a notória necessidade de efetivação do direito a razoável duração do processo, que apesar de ser uma garantia constitucional, sendo inclusive, o Estado responsabilizado pelos danos que o descumprimento desse preceito pode causar aos cidadãos, não é perceptível, sua efetivação na atividade jurisdicional.

6 CONCLUSÃO

Conforme exposto, conclui-se que, o princípio à razoável duração do processo pode ser visto como um princípio garantístico-mor pela sua relevância em todos os poderes estatais, pois não há como se falar em acesso à justiça, devido processo legal, eficiência administrativa, sem que se preze a celeridade, demandas judiciais breves, e eficácia das atividades realizadas pela administração pública, sem que se tenha como base o princípio da razoabilidade.

Nestes termos, a reforma do poder judiciário, trouxe questionamentos quanto a eficácia deste direito fundamental às atividades estatais, o que, no entanto, continua sendo analisado e debatido para que haja uma devida harmonização entre celeridade e justiça

REFERÊNCIAS

ANONNI, Danielle. **Responsabilidade Civil do Estado pela demora na prestação jurisdicional**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2003.

NICOLITT, André Luiz. **A Duração Razoável do processo**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2006.

PIOVESAN, Flávia. Reforma do Judiciário e Direitos Humanos. In: TAVARES, André Ramos; LENZA Pedro; ALARCÓN Jesus Lara (coord.). **Reforma do judiciário analisada e comentada**. São Paulo: Método, 2005, P 67-82.

AGRADECIMENTOS

Deixo expresso meus agradecimentos a Deus que sem o qual nada é possível, à minha família a base de princípios morais e éticos e à professora Juliana Sombra que me orientou na elaboração deste, agradeço pelo incentivo.

AD 13: A CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À SAÚDE NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Denise Almeida de Andrade³⁰⁸; Roberta Laena Costa Jucá³⁰⁹

RESUMO

A concepção atual de saúde como completo bem-estar físico, psíquico e social do indivíduo passou a ser difundida, principalmente, com a elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem. A presente pesquisa visa a estudar como mecanismos de participação popular podem contribuir na efetivação de direitos fundamentais, dentre eles, o direito à saúde, apresentando-se como instrumentos de legitimação do Estado Democrático de Direito. Para a realização da presente pesquisa, utilizou-se, primordialmente, a pesquisa bibliográfica com a consulta de obras especializadas sobre o tema e de artigos científicos. Consultou-se, também, a legislação e a jurisprudência atinentes à matéria. O método aplicado foi o dedutivo, na medida em que se partiu da noção geral de direito à saúde e do conceito de esfera municipal para alcançar um resultado específico, sobre a efetivação do direito à saúde nos municípios brasileiros. O objetivo primordial deste estudo é demonstrar que a participação popular pode ser utilizada na esfera municipal como um instrumento auxiliar na efetivação do direito a saúde. Percebe-se que a promulgação da Constituição Federal de 1988 elevou o município à qualidade de ente da Federação ao tempo em que indicou a viabilidade de se municipalizar algumas atividades voltadas à implementação da saúde pública. Nesta medida, a edilidade ganhou espaço nas discussões sobre a efetivação de direitos fundamentais, e lhe foi atribuído o mister de também propor opções à concretização desses direitos. A participação popular aparece, pois, como um instrumento viável e hábil a auxiliar nesta busca pelo respeito a essas conquistas sociais garantidas pela Carta Magna. Diante disto, apresentou-se experiências desenvolvidas no município de Fortaleza que demonstram o êxito da participação da sociedade civil na efetivação do direito fundamental à saúde.

Palavras-chave: Efetivação. Direito à saúde. Município.

1 INTRODUÇÃO

O significado de saúde, ao longo dos tempos, sofreu diversas transformações. A *priori*, foi necessário o desenvolvimento de um conceito próprio de saúde, haja vista a divergência entre aqueles que se dedicavam a estudar e a escrever sobre o assunto.

A concepção atual de saúde passou a ser reconhecida, principalmente, a partir da elaboração da Declaração Universal dos Direitos do Homem, após o término da Segunda guerra mundial. Apresentou-se bem mais completa, afastando a idéia de que saúde era sinônimo de ausência de doenças.

Por outro lado, após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o município passou a ter *status* de ente federado, adquirindo autonomia política, administrativa e financeira. Ao município foram concedidas prerrogativas que o tornam indispensável à manutenção e ao aprimoramento da Federação, principalmente a partir da passagem do dualismo Estado - União, para a tríade Município - Estado - União, ensejando questionamentos acerca do seu papel na concretização dos direitos fundamentais do homem.

Partindo de tais premissas, o presente estudo visa a analisar alguns entraves para a efetivação do direito à saúde nos municípios brasileiros, assim como as possibilidades de melhoria da qualidade de vida dos munícipes a partir da descentralização do sistema único de saúde.

³⁰⁸ Professora, Ms.

³⁰⁹ Professora, Ms.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A evolução do conceito de saúde

Desde a Antiguidade Clássica até os dias atuais, o conceito de saúde passou por diversas modificações as quais visaram, salvo quando os defensores da idéia estavam presos a interesses político-econômicos, a melhor caracterização da saúde, no intuito de se obter uma melhoria da qualidade de vida dos indivíduos.

Ainda na Grécia antiga, tentou-se vincular a concepção de saúde ao ambiente no qual está inserido o sujeito, considerando que a saúde, física e psíquica, da pessoa humana não poderia se desatrelar do universo de características relacionadas ao trabalho, à moradia, à alimentação.

Como ensina Sueli Gandolfi Dallari:

No auge da democracia, Hipócrates mencionou a influência da cidade e do tipo de vida de seus habitantes sobre a saúde e afirmou que o médico não erraria ao tratar as doenças de determinada localidade quando tivesse compreendido adequadamente tais influências [...] E nos albores da Revolução Industrial, Engels, estudando as condições de vida dos trabalhadores, concluiu que a cidade, o tipo de vida de seus habitantes, seus ambientes de trabalho, são responsáveis pelo nível de saúde das populações³¹⁰.

Corrente de pensamento diversa identificava saúde com a ausência de enfermidades. Defendia-se que o indivíduo, ao apresentar condições de saúde razoáveis, não dava margem à discussão acerca das condições de trabalho, moradia e alimentação às quais estava submetido.

Referido entendimento serviu, muitas vezes, de justificativa para a perpetuação das condições miseráveis de vida das populações mais carentes, como, por exemplo, no caso da jornada de trabalho superior a 14 horas diárias³¹¹, nos séculos XVII e XVIII.

Neste sentido, importa ressaltar a idéia defendida por Descartes, citado por Dallari “que ao identificar o corpo humano à máquina acreditou-se poder descobrir a ‘causa da conservação da saúde’ [...] Sob o predomínio da máquina, a sociedade industrial procurou explicar a doença como sendo o defeito na linha de montagem que exigia reparo especializado”³¹².

O momento histórico definido pela Revolução Industrial é de suma importância para o incremento das discussões sobre a evolução do conceito de saúde, pois os indivíduos colocados à margem do processo de produção reivindicaram a adoção de uma concepção de saúde que englobasse todo o conjunto de atividades de uma pessoa, enquanto que os cientistas, com o resultado de pesquisas reveladoras das causas precisas de determinadas, demonstraram que a saúde não deveria estar vinculada a condições externas, pois, cessada a causa (germe, vírus, bactéria), curada estaria a doença.

O ambiente social da Revolução Industrial propiciou o debate entre as duas grandes correntes que buscaram conceituar a saúde. De um lado, grupos marginais ao processo de produção, que viviam em condições miseráveis, enfatizavam a compreensão da saúde como diretamente dependente de variáveis relacionadas ao meio ambiente, ao trabalho, à alimentação e à moradia. Por outro lado, a descoberta dos germes causadores de doença e seu subsequente isolamento, que possibilitou o desenvolvimento de remédios específicos, falava a favor da conceituação da saúde como ausência de doenças³¹³.

Com o término de duas grandes guerras mundiais, ambas desencadeadas na primeira metade do século XX, o mundo se viu sedento de atividades que resgatassem a dignidade da pessoa humana, visassem à melhoria da qualidade de vida e pregassem a prosperidade, a solidariedade e a convivência pacífica entre os povos. Surgiu, então, a Organização das Nações Unidas que, concentrando esse anseio, fomentou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

³¹⁰ DALLARI, Sueli Gandolfi. **Os estados brasileiros e do direito à saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 17-18.

³¹¹ Salienta-se que o problema da exploração da mão-de-obra, pelo menos no que se refere ao Brasil, está longe de ser resolvida. Temos o trabalho infantil, o trabalho em condições insalubres de menores de dezoito anos, a diferenciação dos salários entre homens e mulheres que exercem a mesma função. Na realidade, mencionou-se os séculos XVII e XVIII pela importância histórica deste período e pelos comprovados abusos contra o trabalhador no mundo inteiro.

³¹² DESCARTES apud DALLARI, Sueli Gandolfi. **Os estados brasileiros e do direito à saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 18.

³¹³ DALLARI, Sueli Gandolfi. **Os estados brasileiros e do direito à saúde**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 18.

Nesta esteira de pensamento, a Organização Mundial de Saúde (OMS) promulgou sua Constituição e proclamou ser a saúde um direito de todo indivíduo, asseverando: “a posse do melhor estado de saúde que o indivíduo pode atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo ser humano”.

A partir daí, o caminho trilhado pelos Estados, no que concerne ao entendimento do conceito de saúde, encontrou sempre semelhança com o preconizado pela Constituição Federal de 1988, que dispõe em seu artigo 196:

Art. 196 A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

O direito à saúde tem peculiar atenção do Estado brasileiro, tendo em vista que se ramifica por outros direitos e princípios também presentes na Constituição Federal de 1988. O artigo 6º, ao preconizar que “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (grifou-se), concede aplicação imediata aos dispositivos referentes ao direito à saúde, erigindo-a à condição de direito fundamental.

Neste passo, esclareça-se que sob a égide de um Estado Democrático de Direito, a efetividade dos direitos fundamentais mostram-se como fatores legitimadores desta organização política. Nas palavras de Ana Maria D’Ávila Lopes:

[...] os direitos fundamentais, como normas principiológicas legitimadoras do Estado – que traduzem a concepção da dignidade humana de uma sociedade –, devem refletir o sistema de valores ou necessidades humanas que o homem precisa satisfazer para ter uma vida condizente com o que ele é. Com efeito, os direitos fundamentais devem exaurir a idéia de dignidade humana, porém não mais uma idéia de dignidade associada a uma natureza ou essência humana entendida como um conceito unitário e abstrato, mas como um conjunto de valores ou necessidades decorrentes da experiência histórica concreta da vida prática e real³¹⁴.

É neste sentido que as discussões que contemplam o direito à saúde ganham especial relevância, no momento em que se intenta fortalecer o Estado brasileiro e mitigar as desigualdades que remanescem após 20 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988.

2.2 O Município na Constituição Federal de 1988

A discussão acerca da origem, natureza, competência e autonomia do município ganhou maior destaque com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a partir da qual o município passou a integrar a organização político-administrativa brasileira. De feito, o artigo 18 da Carta Magna estabelece: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Mas essa dimensão conferida ao município não se limita ao referido preceito. A autonomia municipal tem fundamento em vários outros dispositivos constitucionais, que vão ao encontro da tendência mundial, de se fortalecer a esfera municipal na estrutura do Estado.

Nas palavras de Paulo Bonavides:

Não conhecemos uma única forma de união federativa contemporânea onde o princípio da autonomia municipal tenha alcançado grau de caracterização política e jurídica tão alto e expressivo quanto aquele que consta da definição constitucional do novo modelo implantado no País com a Carta de 1988, a qual impõe aos aplicadores de princípios e regras constitucionais uma visão hermenêutica muito mais larga tocante à defesa e sustentação daquela garantia³¹⁵.

Ainda neste sentido, Meigla Maria Araújo Merlin:

Pelo menos teoricamente, pode-se dizer que temos no Brasil um federalismo por cooperação jurídica. Há amarras na Constituição Federal prendendo as competências

³¹⁴ LOPES, Ana Maria D’Ávila. **Democracia hoje**: para uma leitura crítica dos direitos fundamentais. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2001, p. 39.

³¹⁵ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. São Paulo, Malheiros: 2002, p. 314.

para um trabalho conjunto e harmônico dos entes federativos. Tal não ocorre por exemplo em alguns Estados unitários como o francês, onde as comunas detêm alguma autonomia de gestão administrativa, mas não detêm autonomia política. Os artigos 21 a 25 da Constituição brasileira demonstram de forma marcante essa idéia de cooperação e de integração dos interesses dos entes federativos³¹⁶.

Tais dispositivos conferem autonomia à edilidade, significando que o município detém: a) autonomia política, traduzida na elaboração da lei orgânica, de outras leis de interesse local e na eletividade de autoridades próprias; b) autonomia administrativa, consistente no poder de se auto-administrar e organizar os serviços públicos locais; e, c) autonomia financeira, relativa ao poder de arrecadar seus próprios tributos e dispor de suas rendas.

Um dos fundamentos dessa autonomia encontra-se no princípio da subsidiariedade.

Stéphane Rials, citado por Baracho³¹⁷, registra que tal postulado se resume a uma idéia simples: “as sociedades são subsidiárias em relação à pessoa, ao passo que a esfera privada, como corolário, não se deve transferir a uma sociedade maior aquilo que pode ser realizada por uma sociedade menor [...]”.

Referido princípio respalda o poder local, haja vista apontar o município como detentor natural das competências locais, possibilitando tanto a integração do indivíduo no corpo social municipal³¹⁸, como a atuação autônoma e livre do povo nos processos públicos de decisão.

Ou seja, o princípio da subsidiariedade exprime a prioridade do espaço municipal em face das demais instâncias, partindo da premissa de ser o município o ente mais apto à satisfação dos anseios do povo, à realização dos ideais republicanos e ao implemento da federação em um Estado Democrático de Direito.

Com essa descentralização de poder, o município desponta como ente mais adequado para o desenvolvimento de planos e projetos sociais, assim como para a viabilização da participação popular e do exercício da cidadania, como, por exemplo, as conferências e os conselhos municipais de saúde.

Na esfera municipal, há maior possibilidade do desenvolvimento de uma consciência crítica dos cidadãos, na medida em que se tem um ambiente mais propício ao diálogo entre as pessoas e entre estas e os órgãos do Estado, sendo “[...] no espaço municipal que a democracia participativa adquire força maior, dada a proximidade dos cidadãos com o governo local e com o centro de decisão”³¹⁹.

Infere-se que dessa contingência decorre a necessidade de se aumentar a autonomia municipal cada vez mais, eis que é no território do Município que o ser humano se situa e realiza suas atividades afins. Tudo está inserto no âmbito do Município, neste se perpetraram todos os serviços essenciais à dignidade da pessoa humana [...] ³²⁰.

Desta forma, percebe-se que a Constituição Federal de 1988, além de conferir *status sui generis* ao município brasileiro, disponibilizou para a população um instrumento de fortalecimento e de propagação dos fundamentos do Estado Federal.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Utilizou-se, primordialmente, a pesquisa bibliográfica em obras especializadas sobre o tema e em artigos científicos. Consultou-se, também, a legislação e a jurisprudência atinentes à matéria. O método aplicado foi o dedutivo, na medida em que se partiu da noção geral de direito à saúde e do conceito de esfera municipal para alcançar um resultado específico, sobre a efetivação do direito à saúde nos municípios brasileiros.

³¹⁶ MERLIN, Meigla Maria Araújo. **O município e o federalismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 224.

³¹⁷ BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **O princípio da subsidiariedade: conceito e evolução**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 32.

³¹⁸ BARACHO, José Alfredo de Oliveira. **O princípio da subsidiariedade: conceito e evolução**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 32.

³¹⁹ MERLIN, Meigla Maria Araújo. **O município e o federalismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 236.

³²⁰ MOREIRA, Marco Antonio Queiroz. **Democracia participativa no Município**. São Paulo: Juarez, 2005, p. 58.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Uma série de transformações se operou no País com a promulgação da Constituição Federal de 1988. A necessidade de adequação da realidade aos novos parâmetros trazidos pela Constituição abrangeu diversos setores da estrutura fundamental do Estado, dentre eles a saúde.

Surgiu, a partir de 1989, uma movimentação por parte do Poder Executivo para descentralizar o sistema de saúde, concedendo aos municípios maior espaço de atuação e favorecendo a implementação de políticas que visassem a esse fim.

Ao município foram delegadas responsabilidades capazes de viabilizar uma melhora na qualidade do atendimento médico, hospitalar, ambulatorial etc., e, conseqüentemente, na prestação dos serviços de saúde, de modo a efetivar o direito à saúde nos moldes assegurados pela Constituição Federal de 1988, ou seja, considerando sua moderna concepção.

Na área da saúde, as propostas da administração empossada em 1989 visavam a democratizar a gestão desse setor através da descentralização administrativa. A estrutura da Secretaria Municipal de Saúde foi totalmente modificada com vistas à implementação do Sistema Único de Saúde no nível municipal, com base nos princípios da integração de serviços, da descentralização política, financeira e administrativa, e da democratização da estrutura administrativa dos serviços. Assim, foram criadas 10 administrações regionais de saúde, subdivididas em 44 distritos de saúde, cabendo a estes exercer funções de planejamento e organização com autonomia orçamentária e administrativa. A estrutura administrativa se compõe de quatro níveis: central, regional, distrital e local. Desde o início da gestão, o Executivo preocupou-se em incorporar os setores sociais organizados na gestão administrativa dos serviços. O Conselho Municipal de Saúde foi criado com base nos mesmos princípios contidos no capítulo de saúde da Constituição Federal³²¹.

Referida descentralização presta-se a cumprir o disposto no artigo 198 da Lei Maior, o qual dispõe:

Art. 198 As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

- I - descentralização, com direção única em cada esfera de governo;
- II - atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;
- III - participação da comunidade.

Parágrafo único. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do artigo 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

Percebe-se, pois, que no momento em que a Constituição atribui ao município a responsabilidade pela prestação do serviço de saúde, conjuntamente com os demais membros da Federação, determina a forma de prover as despesas provenientes desta atribuição. O artigo 195, mencionado acima, enumera os vários meios de arrecadação, garantindo, pelo menos *a priori*, que se consiga efetivar o direito fundamental à saúde.

Ocorre que a descentralização do sistema de saúde deparou-se com alguns obstáculos.

Primeiramente, tem-se, no Brasil, um enraizamento cultural. A cultura corporativista, clientelista, e coronelista ainda está arraigada na alma das autoridades municipais, inclusive nos responsáveis pelas políticas de saúde. Ainda hoje prevalecem o favorecimento pessoal, a confusão entre o público e o privado e a propagação de políticas públicas influenciadas por interesses particulares, o que reflete diretamente no comportamento dos profissionais de saúde.

A ausência de ampla organização autônoma da sociedade faz com que os interesses corporativos consigam prevalecer. A representação política não funciona para resolver os grandes problemas da maior parte da população [...] o eleitor vota no deputado em troca de promessas e favores pessoais; o deputado apóia o governo em troca de cargos e verbas para distribuir entre seus eleitores. Cria-se uma esquizofrenia política: os eleitores desprezam os políticos, mas continuam votando neles na esperança de benefícios pessoais³²².

³²¹ JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 108.

³²² CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 223-224.

Essa é a realidade da maioria dos municípios brasileiros. O modelo oligárquico de concentração de renda nas mãos de uma minoria se perpetua até os dias atuais, gerando um cenário de extrema desigualdade e exclusão social.

Por isso, o Brasil, apesar de ser um dos países com maior potencial de crescimento do mundo, sofre de males como a fome, a miséria, a violência, a corrupção e a concentração de renda. De fato, depara-se com “[...] uma riqueza extrema, e altamente concentrada, e uma pobreza extrema, altamente distribuída. Desigualdade no Brasil não é um jargão da política mas um elemento constitutivo da vida cotidiana e do tecido social”³²³.

Tais fatores fazem com que o sistema de saúde tenha em seu corpo profissionais conduzidos pela prática do favorecimento pessoal, incapacitados à execução democrática das políticas públicas municipais de saúde. Na verdade, muitas vezes os projetos dessa área buscam satisfazer interesses particulares, em detrimento das necessidades da maior parte da população local, e em benefício de parentes e amigos da autoridade municipal responsável pelas medidas.

Termos outros, a falta de consciência política desses profissionais, agravada por essa herança cultural, inviabiliza um pleno e satisfatório desenvolvimento das ações de saúde, notadamente dos projetos voltados ao resguardo da saúde entendida a partir de suas três vertentes – bem estar físico, psíquico e social.

Paralelamente, constata-se um déficit participativo na esfera municipal. Esses resquícios do cenário municipal acabam por provocar uma estagnação social em diversas áreas, fazendo com que a atuação direta do povo nos processos públicos de decisão fique aquém da desejada. Como afirma Meigla Merlin³²⁴, ainda é disseminada a falsa idéia de que a participação popular representa uma ameaça à democracia representativa, a falta de igualdade de oportunidade entre os indivíduos, assim como a ausência de uma reflexão crítica da grande massa acerca das causas e dos fatores de alienação e despolitização do povo.

Isso faz com que os munícipes, muitas vezes, permaneçam inertes e conformados com as situações que lhes são impostas. Mesmo submetidos a um sistema de saúde falido, incapaz de prover os serviços básicos necessários ao resguardo de sua saúde física, psíquica e mental, os cidadãos resistem às práticas participativas e às iniciativas coletivas de mobilização, que objetivam transformar essa realidade.

Ademais, pode-se falar no baixo nível de institucionalização das propostas de gestão municipal. Neste tocante, afigura-se peculiar a experiência da cidade de São Paulo comentada por Pedro Jacobi:

Contudo, a precária institucionalização da proposta junto aos usuários, as dificuldades de consolidação da experiência de gestão no âmbito dos próprios movimentos sociais, dada a heterogeneidade das práticas de mobilização nas diversas regiões da cidade, e o predomínio de uma visão imediatista, em detrimento de uma concepção voltada para a participação popular na formulação e no controle das políticas sociais, possibilitaram o esvaziamento do processo de democratização da gestão pela administração Paulo Maluf. Em meados de 1996, quase quatro anos após o fim da gestão do PT, essa estrutura organizacional que incorporava a participação de usuários e funcionários estava desmontada. Tanto o Conselho Municipal de Saúde quanto os conselhos gestores foram ignorados ou tratados como mera formalidade para efeito de repasse do SUS, e as administrações regionais de saúde transformaram-se em instâncias burocráticas, perdendo seu papel de coordenação e avaliação dos programas e serviços de saúde³²⁵.

Contudo, esses problemas não podem desestimular as tentativas de transformação e emancipação do povo, principalmente quando se tem o município como instância apta à realização de alternativas capazes de operar o surgimento de uma nova cultura.

Não é possível que os instrumentos gerados pela sociedade não se interroguem, com a urgência que os fatos impõem, sobre o hiato entre o que queremos e o que temos e

³²³ JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública**. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000, p. 25.

³²⁴ MERLIN, Meigla Maria Araújo. **O município e o federalismo**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, p. 246-247.

³²⁵ JACOBI, Pedro. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 111.

preparamos. Pois a crise aí está, e só a venceremos por meio de um grande movimento coletivo, que ouse enfrentar os desafios que estão postos³²⁶.

As práticas participativas não podem ser desencorajadas em razão de tais fatores; ao contrário, devem ser entendidas como instrumento de emancipação social, superação do *status quo* e formação de uma nova cultura.

Tais heranças culturais podem ser combatidas por meio da participação popular. Mesmo que em alguns municípios haja dificuldades maiores, e mesmo que em outros locais a participação do povo não obtenha êxito, a tendência é que haja experiências positivas na maioria dos municípios do Brasil.

Na verdade, é o próprio exercício da participação que vai tornar possível essa transformação cultural. Na medida em que as pessoas forem se conscientizando e incorporando tais práticas ao seu cotidiano, os costumes irão se modificando. Participando, as pessoas irão adquirir uma nova postura, passando a fiscalizar os serviços de saúde e a acompanhar sua execução e a cobrar dos profissionais a prestação de um serviço condigno, que tenha um atendimento mais humanizado, nos moldes assegurados pelo texto constitucional vigente.

Igualmente, a disseminação de uma cultura democrática, decorrente das práticas participativas, tem o condão de operar mudança na atuação dos responsáveis pela gestão do sistema público de saúde, contribuindo, conseqüentemente, para a concretização do direito fundamental à saúde em sua atual concepção. A inserção de novos paradigmas contribui para a transformação do perfil dos profissionais de saúde, que, conscientes do dever de cidadania, passam a ter atitudes diferenciadas no dia-a-dia do meio médico, hospitalar e ambulatorial; a consolidação desses parâmetros faz com que referidos profissionais libertem-se das amarras coloniais e priorizem a adoção de medidas que verdadeiramente assegurem a todos o direito à saúde, a melhoria da qualidade de vida e um viver minimamente digno.

Ou seja, a participação popular, justamente por viabilizar a atuação do povo no planejamento público e nas decisões políticas do Estado, apresenta-se como mecanismo capaz de combater a cultura de privilégios personalista e clientelista existente no Brasil. “Se há algo importante a fazer em termos de consolidação democrática, é reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político [...] contra o Estado clientelista, corporativo e colonizado”³²⁷.

A própria existência de espaços públicos com participação da sociedade civil confronta [...] tanto as concepções elitistas de democracia como as concepções tecnocráticas e autoritárias sobre a natureza do processo decisório no interior do Estado. Questiona também o histórico monopólio estatal sobre a definição do que é público e tem também contribuído positivamente para uma maior transparência nas ações estatais.

[...] a convivência com as diferenças tem promovido nesses espaços o difícil aprendizado do reconhecimento do outro enquanto portador de direitos, assim como da existência e legitimidade do conflito, enquanto dimensões constitutivas da democracia e da cidadania.³²⁸

Impende salientar, outrossim, que as pequenas dinâmicas, segundo Ladislau Dowbor³²⁹ têm “um efeito organizador e estruturador sobre a base política do País, cidade por cidade, bairro por bairro”, além de possuírem um efeito multiplicador. As experiências ocorridas no âmbito municipal disseminam-se rapidamente, tornando-se exemplo para outras localidades.

³²⁶ GUÉDON, Philippe. Crise e participação. Política Democrática. **Revista de política e cultura**, Brasília, DF, Fundação Astrogildo Pereira, n. 15, p. 48-52, jul. 2006, p. 50.

³²⁷ CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: um longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 227.

³²⁸ DAGNINO, Evelina. Sociedade Civil, Espaços Públicos e a Construção Democrática no Brasil: Limites e Possibilidades. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 295.

³²⁹ DOWBOR, Ladislau. O Poder Local diante dos novos desafios sociais. In: SEIXAS, Sérgio Gabriel (Coord.). **Municípios no século XXI: cenários e perspectivas**. São Paulo: CEPAM, 1999, p. 23.

O principal desafio que a cidadania e essas redes têm a enfrentar, na politização do social, é o de desnaturalizar a pobreza e a exclusão social. É tornar visível, para o conjunto da sociedade, que a pobreza é uma construção histórica, é uma construção de séculos em nosso continente [...]³³⁰.

Assim, a garantia da eficiência da gestão pública mostra-se como um dos maiores desafios do poder local. Isto porque o regime democrático deve realizar-se com vistas ao aperfeiçoamento da máquina estatal, de modo que a administração pública liberte-se da burocracia e da cultura clientelista e patrimonialista ainda reinante nos municípios brasileiros.

O êxito dos sistemas municipais de saúde depende dessa emancipação.

Portanto, nenhum desses obstáculos impede totalmente a efetivação do direito à saúde. A maioria dos problemas enfrentados pelos municípios brasileiros são perfeitamente combatíveis por meio das práticas participativas, mormente as vivenciadas no âmbito municipal.

Em sintonia com essa proposta, o Município de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, desenvolve, desde 2005, o projeto Cirandas da Vida, que tem por finalidade incentivar a participação popular nas ações e serviços públicos de saúde, a partir de três eixos: “promoção à vida, inclusão das práticas populares de cuidado e utilização das práticas culturais como estratégia de promoção da saúde”³³¹.

O trabalho desenvolvido engloba a realização de reuniões com a comunidade de cada Regional, para identificação dos problemas sofridos pelos cidadãos e das ações a serem executadas prioritariamente, assim como a prática de oficinas temáticas com municípios e profissionais da saúde.

Além disso, o Cirandas da Vida se propõe à “inclusão das práticas populares de cuidado, como a fitoterapia e a massoterapia, na organização municipal de saúde” e à “utilização das práticas culturais – teatro, pintura, música e poesia - como estratégia de promoção da saúde”³³².

5 CONCLUSÃO

A opção do legislador constituinte originário de 1988 em elaborar uma Carta analítica e detalhista deu ensejo a interpretações e exegeses variadas em torno dos inúmeros temas que propôs disciplinar, mesmo quando boa parte das matérias poderia ser de atribuição da norma ordinária ou infraconstitucional. Mesmo ciente disto, o Texto Magno constituiu e ainda constitui objeto de controvérsias e discussões jurisdicionais e acadêmicas, a exemplo da real condição do Município como ente federativo, a exemplo da União e dos Estados-membros. Tal cenário constitui inovação não somente em relação à evolução histórica constitucional brasileira, mas em relação a todos os demais países que optaram pelo modelo federativo de organização espacial do poder.

Mas a zona cinzenta que rodeia a autonomia municipal ainda se refere à sua capacidade legiferante, pois a Constituição não dotou o Município de rol taxativo de matérias sobre as quais incidiriam disciplinamento edilício, a exemplo de como fez em face da União (arts. 22 e 24) e do Estado-membro (art. 24 e 25). Pelo contrário, atribuiu-lhe autonomia legislativa por intermédio de norma genérica e, em não raras vezes, de difícil mensuração: ao Município caberia legislar sobre assuntos de interesse local.

³³⁰ BAVA, Silvio Caccia. ONGs republicanas e democráticas em um novo cenário político. In: GOMILDE, Denise (Org.). **Governo e sociedade Civil**: um debate sobre espaços públicos democráticos. São Paulo: Peirópolis: ABONG, 2003, p. 56.

³³¹ CIRANDAS DA VIDA. **Prefeitura Municipal de Fortaleza**. Disponível em: <http://www.saudefortaleza.ce.gov.br/sms_v2/promocaoDaSaude_cirandaDaVida.asp> Acesso em: 22 ago. 2007.

³³² CIRANDAS DA VIDA. **Prefeitura Municipal de Fortaleza**. Disponível em: <http://www.saudefortaleza.ce.gov.br/sms_v2/promocaoDaSaude_cirandaDaVida.asp> Acesso em: 22 ago. 2007.

Este breve artigo tentou, em suas linhas, identificar a abrangência de tal termo, enquadrando o cenário municipal dentro dos parâmetros abstratos do princípio da predominância de interesses – muitas vezes de difícil aplicabilidade concreta – que dá suporte ao modelo federativo adotado pela República Federativa do Brasil e disciplinado pela Carta de 1988. O artigo apontou ainda, mesmo que à vôo de pássaro, as matérias abrangidas pela noção de interesse eminentemente local e que seriam, portanto, de responsabilidade municipal, a exemplo da organização urbana, habitação, saneamento básico e transportes coletivos.

Todo o exposto revelou a importância do Município como fator de democratização e como ente responsável pela prestação dos serviços mais imediatos e demandados pela coletividade. Assim, a relevância que lhe foi atribuída pelo Texto Magno se deu em momento oportuno e como forma de atender as exigências dos grandes municipalistas pátrios.

REFERÊNCIAS

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

CRUZ, Paulo Márcio. **Fundamentos do Direito Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2002.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao Pensamento Jurídico**. Tradução do original alemão intitulado “Einführung in Das Juristische Denken”. Tradução de J. Batista Machado. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkain, 1964.

GRAF, Ana Cláudia Bento; LEUZINGER, Márcia Dieguez. A Autonomia Municipal e a Repartição Constitucional de Competências em Matéria Ambiental *In*: FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. (Org.). **Temas de Direito Ambiental e Urbanístico**. Instituto Brasileiro de Advocacia Pública. Ano 2, n. 9. São Paulo: Max Limonad, 1998.

GUIMARÃES, Verônica Bezerra. As Competências Federativas para o Controle da Poluição do Ar Causada por Veículos Automotores *In*: KRELL, Andreas J. (Org.). **A Aplicação do Direito Ambiental no Estado Federativo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MORAES, Germana de Oliveira. **Controle Jurisdicional da Administração Pública**. São Paulo: Dialética, 1999.

MUKAI, Toshio. **Direito Ambiental Sistematizado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

REIS, José Carlos Vasconcelos dos. **As Normas Constitucionais Programáticas e o Controle do Estado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

ROCHA, Carmem Lúcia Antunes. **República e Federação no Brasil: Traços Constitucionais da Organização Política Brasileira**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.

AD 14: GARANTIAS CONSTITUCIONAIS E AS PROVAS ILÍCITAS: ÉTICA, LEGALIDADE E JUSTIÇA NO PROCESSO PENAL

Denise dos Santos Vasconcelos Silva³³³; Sandra Helena Lima Moreira³³⁴

RESUMO

Aborda a polêmica em torno da vedação do uso de **provas ilícitas** na reforma do Código de **Processo Penal** Brasileiro e sua adequação ao artigo 5º da Constituição Federal, bem como dos princípios morais e éticos vigentes na sociedade que legitimam a busca de realização da justiça. Advoga a existência de situações delituógenas em que excepcionalmente as provas não convencionais podem ser adequadas em razão da supremacia do interesse coletivo, com exceção àquelas obtidas sob violência física (tortura) ou psicológica e suas congêneres. Ou seja, o artigo 5º inciso LVI da Carta Maior e a Lei nº 11.690, de 09 de junho de 2008 ratificam a garantia de direitos individuais, mas, por outro, permite em muitos casos, a impunidade e, conseqüentemente, injustiças. A controvérsia suscitada pela nova Lei reside na possibilidade de inviabilizar a realização da justiça nos casos em que a obtenção das provas colide com normas constitucionais de proteção individual, mas, reverte-se de legitimidade quando se observa o benefício social, o clamor popular, a proteção do direito reconhecido e o próprio sentimento de justiça. Este artigo tem como objetivo geral participar da discussão, recorrendo teoricamente a autores versados na questão e como objetivos específicos: a) buscar alternativas teóricas e materiais que enfrentem o problema atendendo a legalidade; b) preservar os princípios éticos e morais do processo penal e processo civil; e, c) enfatizar a supremacia da realização da justiça ante o interesse coletivo. Justifica-se este estudo pela atualidade do tema, haja vista que a reforma do Código de Processo Penal ocorreu em junho do corrente ano, causando um sentimento social de desconforto em razão de que a vedação das provas ilícitas corrobora com a impunidade, principalmente dos crimes de “colarinho branco”, dos quais a corrupção poderia se beneficiar. Adota metodologia de pesquisa bibliográfica, observações de noticiários televisivos e da mídia impressa sobre a polêmica acerca da Reforma do Código de Processo Penal.

Palavras-chave: Garantias Constitucionais. Provas Ilícitas. Processo Penal.

1 INTRODUÇÃO

Prova vem do latim *probatio*, derivada do verbo *probare*, que significa: aprovar. “Provar é convencer o espírito da verdade respeitante a alguma coisa³³⁵”, partindo dessa assertiva, a doutrina define a “prova” no processo como sendo “tudo aquilo que pode convencer o magistrado da certeza de algum fato, circunstância ou proposição controvertida, sendo assim, o elemento que determina a convicção do juiz, fornecendo-lhe a base da

³³³ Aluna do 4º semestre do Curso de Direito e Monitora da disciplina de Criminologia.

³³⁴ Professora Dra. , Orientadora, professora da disciplina de Criminologia.

³³⁵ SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1981, p. 302.

sentença³³⁶”. Ou seja, “tudo aquilo que for levado aos autos com o fim de convencer o juiz de que determinado fato ocorreu será chamado prova³³⁷”. O artigo 5º inciso LVI da Constituição

Federal proibiu de forma peremptória a utilização das provas obtidas por meio ilícito, declarando “inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meio ilícito”. O Código de Processo Civil em seu artigo 332 prevê que: “Todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, ainda que não especificados neste Código são hábeis para provar a verdade dos fatos, em que se funda a ação ou a defesa”. O Código de Processo Penal previa em seu artigo 155 o princípio da verdade real (princípio da liberdade dos meios de prova), ou seja, não havendo, em regra, limitação aos meios de prova, mas este artigo foi modificado com a Lei nº 11.690, de 09 de junho último, que veda no artigo 157, a obtenção e uso de provas ilícitas, em substituição ao artigo 155. O artigo 157 da Lei nº 11.690 declara: “São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais”. Com os artigos legais citados nota-se que: “A prova ilícita por qualificar-se como elemento inidôneo de informação é repelida pelo ordenamento constitucional, apresentando-se destituída de qualquer grau de eficácia³³⁸”. Trata-se de matéria polêmica, haja vista que à luz do artigo 5º da Constituição de 1988 tal modificação ratifica a garantia de direitos individuais, mas, por outro, permite em muitos casos, a impunidade e, conseqüentemente, injustiças. Já que, o objeto da prova são os fatos que precisam ser demonstrados para o juiz formar sua convicção, a sua finalidade é a apuração da verdade, uma vez que “o fim do processo é dar razão a quem tem e não apenas compor a lide.³³⁹”

Este artigo tem como objetivo geral participar da polêmica, recorrendo teoricamente a autores versados na questão, cujo referencial teórico foi acima mencionado. Como objetivos específicos se situam: a) buscar alternativas teóricas e materiais que enfrentem o problema atendendo a legalidade; b) apresentação da preservação dos princípios éticos e morais do processo penal e processo civil; e, c) enfatizar a supremacia da realização da justiça ante o interesse coletivo. Justifica-se este estudo pela atualidade do tema, haja vista que a reforma do Código de Processo Penal ocorreu em junho do corrente ano, causando um sentimento social de desconforto em razão de que a vedação das provas ilícitas corrobora com a impunidade, principalmente dos crimes de “colarinho branco”, dos quais a corrupção poderia se beneficiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As concepções formuladas apóiam-se em referencial teórico doutrinário, legislativo e jurisprudencial, sendo que o primeiro versa sobre Teoria Geral do Processo de autoria de J. E. Carneira Alvim; Alexandre Freitas Câmara; Ada Pellegrini Grinover; Moacyr Amaral Santos; Sávio de Figueiredo Teixeira e Humberto Theodoro Júnior. Essencial foi o amparo do artigo 5, inciso LVI da Constituição Federal Brasileira, como de autores que o comentam, a exemplo de Luís Roberto Barroso; Osório Silva Barbosa Sobrinho; Celso Ribeiro Bastos; Uadi Lammêgo Bulos; José Cretella Júnior e Antonio Joaquim Ferreira Custódio.

³³⁶ CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992, p. 535.

³³⁷ CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008, p. 373.

³³⁸ BARROSO, Luis Roberto. **Constituição da República Federativa do Brasil Anotada**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 134.

³³⁹ TEIXEIRA, Sávio de Figueiredo. **Código de Processo Civil Anotado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1992, p. 205.

Quanto à metodologia, adotou a pesquisa bibliográfica, observações de noticiários televisivos e da mídia impressa sobre a polêmica acerca da Reforma do Código de Processo Penal.

3 DIREITOS CONSTITUCIONAIS E ADEQUAÇÃO ÉTICO-MORAL DAS PROVAS ILÍCITAS

Para interpretar os direitos e garantias fundamentais descritos na Constituição brasileira, não se pode recorrer da interpretação gramatical ou literal (análise restrita da síntese do texto), pois esses direitos e garantias fundamentais devem ser vistos em harmonia, “porque o ordenamento jurídico é um sistema³⁴⁰”. Quando os direitos e garantias fundamentais contidas na Constituição Brasileira entram em conflito devem ser vistas “em face da natural restrição resultando do princípio da convivência, que exige a interpretação harmônica e global das liberdades constitucionais³⁴¹”, ou seja, quando os valores e normas tutelados pelo ordenamento jurídico entram em conflito devem ser ponderados, para que se tenha, no caso concreto, qual deve prevalecer observado o interesse da sociedade. A ilicitude das provas leva em conta os valores inerentes à liberdade individual como a intimidade, privacidade, imagem, domicílio, comunicações e honra, dentre outros, que devem ser preservados e respeitados, eis que são importantes para a vida em sociedade além de estarem explicitamente assegurados no artigo 5º da Carta Magna.

A controvérsia suscitada pela nova Lei reside na possibilidade de inviabilizar a realização da justiça nos casos em que a obtenção das provas colide com normas constitucionais de proteção individual, mas, se reverte de legitimidade quando se observa o benefício social, o clamor popular, a única oportunidade de restauração da violação do direito reconhecido e o próprio sentimento de justiça. Inúmeros são os episódios em que as provas obtidas de modo fortuito se justificam, quando os bens jurídicos a serem respeitados se sobrepõem aos direitos individuais do agente, sem prejuízo da ética e da moral. Outras situações existem nas quais os direitos individuais interpretados isoladamente poderiam ser considerados violados, por exemplo, a execução da pena de reclusão, feriria o direito fundamental da liberdade de ir e vir, mas, se torna legal, em razão do grave delito praticado. Ou seja, o sujeito anteriormente à execução penal, quebrou o “pacto social” que a torna ética e legítima. Há, de fato, situações inadmissíveis da obtenção de provas ilícitas como, por exemplo, o uso da tortura, dos estupefacientes, do detector de mentiras, da narcoanálise, etc, pois “nesses casos ofendem a própria dignidade de quem lhes ficasse sujeito, representando constrangimento pessoal inadmissível³⁴²”, mas, em outras circunstâncias, cabe a análise do bem jurídico maior a ser preservado.

4 TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA E O MOMENTO HISTÓRICO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

³⁴⁰ BOBBIO, Noberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1991, p. 71.

³⁴¹ GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004, p. 161.

³⁴² GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 23. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2007, p. 372.

A Teoria dos Frutos da Árvore envenenada ou “*The Fruits of the Poisonous Tree*” decorre da jurisprudência norte americana, consistindo, em síntese, na assertiva de que se a árvore estiver eivada de veneno, o veneno alcançará todos os frutos da árvore, ou seja, o vício da planta se transmite a todos os seus frutos. Nesse contexto, a prova ilícita seria o fruto podre que, se utilizado, acabaria contaminando todo o processo, que seria a árvore e nesse caso o processo seria nulo.

A Constituição Brasileira no artigo 5º inciso LVI e a Lei nº 11.690 ratificam uma tendência majoritária de repulsa as provas ilícitas, mas, ainda assim é necessário procurar o significado real destes dispositivos, “porque talvez teria sido melhor para o Brasil adotar uma posição mais contemporizadora”³⁴³ que tornasse possível à lei e à jurisprudência, em determinadas hipóteses, admitir a prova ainda que ilícita.

Vale lembrar, que a postura radical adotada pelo legislador constituinte em seu artigo 5º inciso LVI de repúdio as provas obtidas ilicitamente refletiu o momento histórico, até e plenamente compreensível, na medida em que o País tinha acabado de sair de um regime autoritário, onde a supressão e a repressão de direitos e garantias fundamentais era a regra. Desde 1964 o Brasil esteve sob um regime de ditadura militar. Nesse período as garantias individuais e sociais e a dignidade da pessoa humana eram ignoradas pelo Estado e a finalidade da Constituição então imposta pelo governo e em vigor a partir de 1967, era garantir os interesses da ditadura. Desse modo a partir de 1985 com o fim daquele regime e a redemocratização no Brasil, por ocasião da Constituinte, havia o interesse e o anseio por parte dos legisladores em dotar o Brasil de uma nova Constituição, defensora dos valores democráticos. A sociedade necessitava consagrar direitos fundamentais e sociais e, sobretudo, vedar práticas ou prerrogativas do Estado que pudessem ameaçar ou atentar contra as liberdades individuais, dentre tais medidas, o banimento da admissão das provas ilícitas representou um dos modos de salvaguardar os indivíduos contra os arbítrios do Estado.

No momento atual da sociedade brasileira, é importante reconhecer que o comando do artigo 5º inciso LVI deve se vergar às hipóteses em que a observância cega e intolerante de tal dispositivo produzirá um dano maior a direito fundamental mais valorado pela sociedade.

5 O POSICIONAMENTO DO JUIZ E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Quando houver conflito entre os princípios ou garantias constitucionais não há regra de solução, desse modo, o caso concreto remeterá o Juiz a poder aceitar a utilização de prova obtida por meios ilícitos, desde que, o Juiz use de modo correto o princípio da proporcionalidade, “visando-se evitar a aplicação muito rígida do artigo 5º quando a ofensa a determinada vedação constitucional é feita para a proteção de valor maior também garantido pela Constituição”³⁴⁴. Devem-se considerar as premissas de que o direito de proteção social é mais relevante que o direito de intimidade individual, quando para a prevalência daquele se utilizem provas não convencionais para apuração da verdade sobre o fato delituoso. Enfatiza-se ainda, que o próprio Direito e a plenitude da justiça são instâncias indispensáveis para o Estado Democrático de Direito e que só a análise do caso concreto permitirá validar ou não a prova considerada ilícita, destacando que os abusos na obtenção de provas estão, igualmente, sujeitos ao crivo da lei quanto à responsabilidade.

³⁴³ BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 273.

³⁴⁴ FERNADES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 86.

O princípio da proporcionalidade não está previsto expressamente na nossa Constituição Brasileira, mas, alguns doutrinadores reconhecem que este princípio está invocado em alguns dispositivos da Carta Magna, como no artigo 5º, parágrafo 2º, quando prevê: “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados etc”.

Entretanto, ratificando a opinião de Fernandes, o princípio da proporcionalidade deve ser considerado, pois,

Em suma, a norma constitucional que veda a utilização no processo da prova obtida por meio ilícito deve ser analisada à luz do princípio da proporcionalidade, devendo o juiz, em cada caso, sopesar se outra norma, também constitucional, de ordem processual ou material, não supera em valor aquela que estaria sendo violada.³⁴⁵

O princípio da proporcionalidade nasce no direito constitucional alemão e se subdivide em três subprincípios, que são: a adequação, a necessidade e o princípio da proporcionalidade em sentido estrito. Vale ressaltar que nesse caso das provas obtidas por meio inidôneo, o princípio da proporcionalidade está ligado a análise do meio, no primeiro subprincípio, o da adequação se analisa o meio escolhido e utilizado para aquela prova se presta ao fim estabelecido, se é adequado. No caso do subprincípio da necessidade, pergunta-se: a utilização daquela prova é necessária? Chega a ser imprescindível? Além disso, esse meio deve se mostrar “exigível”, “o que significa não haver outro, igualmente eficaz, e menos danoso a direitos fundamentais³⁴⁶”. O princípio da proporcionalidade em sentido estrito, que é o terceiro subprincípio, questiona-se: qual dos dois princípios que estão em jogo deve prevalecer? Qual o direito e garantia essencial e amplamente protegida constitucionalmente deve falar mais alto no caso concreto? Ou seja, esse subprincípio “determina que se estabeleça uma correspondência entre o fim a ser alcançado por uma disposição normativa e o meio empregado, que seja juridicamente a melhor possível³⁴⁷”.

Acerca da jurisprudência o STF entende que em um processo criminal, se a utilização de provas obtidas ilicitamente for único meio de provar a inocência do réu para este não ter sua liberdade privada, é coerente o Juiz se valer dessas provas obtidas por meio ilícito, até por que a doutrina majoritariamente tem aceitado que para a absolvição do réu, a liberdade tem peso maior do que as provas obtidas por meio ilícito.

Nesse sentido seria exemplo uma correspondência furtada que serviria de prova absolutória e a sua não utilização levaria alguém a passar anos na cadeia. Têm-se um elemento material, a correspondência, contra um direito constitucional protegido: a liberdade, que talvez só perca em valor e importância para o direito à vida. Óbvio, deve prevalecer e triunfar o interesse da sociedade em realizar justiça e preservar a liberdade do inocente, mesmo com o sacrifício do direito de uma única pessoa, até “porque a condenação de um inocente é a mais abominável das violências e não pode ser admitida ainda que se sacrifique algum preceito legal³⁴⁸”.

6 CONCLUSÃO

³⁴⁵ FERNANDES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 88.

³⁴⁶ GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003, p. 71.

³⁴⁷ GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003, p. 88.

³⁴⁸ MENDES, Emerson Castelo Branco. **Provas Ilícitas no Processo Penal**: uma abordagem sob a perspectiva dos direitos e garantias individuais. Fortaleza: ABC, 2007, p. 199.

Há muitas controvérsias acerca da admissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos, talvez seja por isso que, “o tema da prova ilícita vem ganhando espaço entre as preocupações fundamentais do direito processual moderno³⁴⁹”. Os doutrinadores que seguem a linha de pensamento de repulsa as provas obtidas por meio ilícito baseiam suas idéias na teoria dos direitos fundamentais sempre sob orientação do princípio da dignidade da pessoa humana.

Esses autores partem da assertiva de que toda prova obtida de maneira ilícita ofende a Constituição Federal Brasileira, porque fere valores inerentes ao homem, como a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da imagem, da honra (art. 5º, XII da CF), inviolabilidade do sigilo das comunicações em geral e dos dados pessoais, (art. 5º, XII da CF), inviolabilidade do domicílio (art. 5º, XI da CF), proteção ao homem contra a tortura ou o tratamento desumano ou degradante (art. 5º, III da CF), amparo ao preso em sua integridade física e moral (art. 5º, XLIX da CF), dentre outros, “todos baseados no ‘núcleo’ da dignidade da pessoa humana. E seria justamente por este ‘núcleo’ que se vedaria *in continenti* as provas ilícitas³⁵⁰”.

Já a outra vertente de pensadores acredita que a prova ilícita, prevalece nos casos em que beneficie o acusado, nas situações em que o acusado está em situação de legítima defesa e na adoção do princípio da proporcionalidade na circunstância de colisão de direitos fundamentais individuais com o direito fundamental social à segurança.

Têm-se como resultados os casos concretos cuja nossa legislação favoreceu situações em que a prova considerada ilícita reverte-se em legítima quando, em um processo criminal, se valer dessas provas ilícitas é o único modo de provar a inocência do réu.

Após as reflexões postas, seria aceitável uma interpretação razoável e equilibrada da Constituição Federal e da Lei nº 11.690, possibilitando a eficácia do propósito de aversão à prova ilícita sem, entretanto, extremar este princípio a ponto de ignorar outros direitos constitucionais explicitamente protegidos, até porque, a regra é a inadmissibilidade das provas ilícitas, “mas certamente comportará exceções ditadas pela incidência de outros princípios, também constitucionais³⁵¹”. Ou seja, A prova ilícita é admissível se a sua utilização for indispensável para a defesa de um direito constitucional mais valorizado do que aquele cuja violação ocorreu.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, J.E Carreira, **Teoria Geral do Processo**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003.
- BARROSO, Luís Roberto. **Constituição da República Federativa do Brasil anotada**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limites e possibilidades da Constituição brasileira**. 7. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- BARBOSA SOBRINHO, Osório Silva. **A Constituição Federal vista pelo STF**. 3. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2001.
- BASTOS, Celso Ribeiro; MARTINS, Ives Gandra. **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1989.

³⁴⁹ FERNADES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 83.

³⁵⁰ MENDES, Emerson Castelo Branco. **Provas Ilícitas no Processo Penal: uma abordagem sob a perspectiva dos direitos e garantias individuais**. Fortaleza: ABC, 2007, p. 196.

³⁵¹ GRECO FILHO, Vicente. **Tutela Constitucional das liberdades**. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 113.

- BERMUDES, Sergio. **Introdução ao Processo Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- BOBBIO, Noberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1991.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **A Constituição Federal anotada**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 17. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 2008.
- CRETELLA JÚNIOR, José. **Comentários à Constituição Brasileira de 1988**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1992.
- CUSTÓDIO, Antonio Joaquim Ferreira. **Constituição Federal Interpretada pelo STF**. 8. ed. São Paulo: Juarez, 2004.
- FERNADES, Antonio Scarance. **Processo Penal Constitucional**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- GRECO FILHO, Vicente. **Tutela Constitucional das liberdades**. São Paulo: Saraiva, 1989.
- GRINOVER, Ada Pellegrini; FERNANDES, Antônio Scarance; GOMES FILHO, Antônio Magalhães. **As nulidades no processo penal**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 23. ed. São Paulo: Melhoramentos, 2007.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Teoria Processual da Constituição**. 2. ed. São Paulo: Celso Bastos: 2002.
- MENDES, Emerson Castelo Branco. **Provas Ilícitas no Processo Penal: uma abordagem sob a perspectiva dos direitos e garantias individuais**. Fortaleza: ABC, 2007.
- SANTOS, Moacyr Amaral. **Primeiras Linhas de Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 1981.
- TEIXEIRA, Sávio de Figueiredo. **Código de Processo Civil Anotado**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1992.
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 42. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RESUMO

O tema abordado trata da condição do Município como ente federativo. Para melhor esclarecimento do conteúdo tem-se um embasamento teórico através de temas iniciais, como a definição de Federação, o Princípio Federativo, as características do Município, os fundamentos constitucionais e a Lei Orgânica Municipal. Após a análise desses conteúdos iniciais, chega-se ao ponto principal do trabalho que trata da apresentação dos argumentos contrários e favoráveis referentes à condição do Município como ente federativo e a construção de um ponto de vista diante da discussão apresentada. O objetivo primordial do trabalho é o aprofundamento intelectual diante de argumentos opostos e bem fundamentados e a exposição da opinião de diferentes doutrinadores para que se possa enriquecer o conhecimento e a partir desse adotar uma posição contrária ou favorável. O artigo elaborado faz parte de um projeto de pesquisa, para a formação desse foi realizado um estudo doutrinário. Os resultados alcançados com o trabalho referem-se à importância do Município como fator determinante para sua caracterização como ente federativo. Essa importância evoluiu juntamente com a nova Constituição, pois nas Constituições anteriores o Município possuía sua importância de uma maneira mais restrita, não como um ente federativo. Para concluir a discussão do assunto tomou-se um ponto de vista favorável, ou seja, considerando-se o Município como um ente federativo. Essa conclusão embasou-se através de características próprias do Município, como a autonomia, as competências exclusivas e as influências gerais de suas funções. Através do trabalho pode-se entender melhor essa polêmica discussão, enriquecendo-se teoricamente e auxiliando ao estudo dentro da área de Direito Constitucional I. São notáveis os grandes benefícios e aprendizados adquiridos no decorrer deste.

Palavras-chave: Município. Ente federativo. Constituição.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho está na forma de artigo. Este aborda a questão do Município como ente federativo, apresentando em seu desenvolvimento argumentos contrários e favoráveis à inclusão dos Municípios no rol dos entes federativos. O objetivo do trabalho é possibilitar a construção de uma opinião própria fundamentada dentro da polêmica discussão presente neste assunto. Foram utilizados diversos entendimentos doutrinários para auxiliar na construção do trabalho, possibilitando uma base teórica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Federação e o Princípio Federativo

A Federação é a união de Estados-Membros com um poder central. Existem duas formações dos Estados Federativos: de dentro para fora (centrífuga) e de fora para dentro (centrípeta). A formação de dentro para fora ocorre quando um Estado Unitário (poder centralizado) se divide formando um Estado Federal, como foi o caso do Brasil. Enquanto, a de fora para dentro é a união de estados menores para formar um só, a exemplo das 13 colônias americanas que se uniram pra formar os Estados Unidos da América.

³⁵² Aluna do 2º semestre do Curso de Direito.

³⁵³ Aluna do 2º semestre do Curso de Direito.

³⁵⁴ Aluna do 2º semestre do Curso de Direito.

³⁵⁵ Professor Msc., Orientador.

De acordo com Pinto Ferreira:

O Estado Federal é uma organização formada sob a base de uma repartição de competências entre o governo nacional e os governos Estaduais, de sorte que a União tenha supremacia sobre os Estados-Membros e estes sejam entidades dotadas de autonomia constitucional perante a mesma União.³⁵⁶

O Princípio Federativo refere-se à organização espacial, à divisão territorial do poder. A Federação deixa de ser um só e passa a ser vários estados menores. O que vai caracterizar o princípio federativo é: a diferença entre autonomia e soberania, a participação dos Estados-Membros na formação da vontade nacional, e a repartição constitucional de competências. A soberania refere-se à União, é o reconhecimento de um Estado perante os outros Estados, possui caráter internacional. A autonomia possui caráter interno, pode ser caracterizada como: administrativa (cada ente tem a sua própria estrutura administrativa), política (o ente autônomo tem seu corpo diretivo próprio, independentemente dos outros entes federativos; cada ente pode escolher os seus próprios representantes), financeira (cada ente federativo possui seus próprios recursos financeiros), legislativa (cada ente federativo tem o seu próprio corpo de leis). A participação dos Estados-Membros na formação da vontade nacional se dá através do Senado Federal, pois tem representantes de cada Estado-membro. A repartição constitucional de competências refere-se à distribuição de atribuições aos entes federativos, conforme previsão constitucional nos artigos 21 a 24 trata desse assunto. A fundamentação teórica da repartição de competência pode ser atribuída ao chamado “Princípio da Predominância de Interesses”, segundo o qual as matérias de predominante interesse nacional são atribuídas à União; as de predominante interesse regional aos Estados; e as de predominante interesse local ao Município.

2.2 Do Município

Para se adquirir melhor compreensão do assunto serão abordados temas iniciais referentes ao Município que proporcionaram embasamento teórico, ajudando na compreensão do tema abordado. Tais temas são: o conceito do Município, os Fundamentos Constitucionais, e a Lei Orgânica Municipal.

2.2.1 Conceito

Os Municípios são divisões dos Estados-Membros dotados de personalidade jurídica de Direito Público Interno. Este tem seu governo próprio, competindo-lhe os serviços de interesses locais. O poder municipal consolida-se através da lei orgânica.

2.2.2 Fundamentos Constitucionais

De acordo com a atual Constituição Federal, o Município é considerado um dos entes federativos. Esta afirmativa encontra-se expressa em dois momentos na Constituição. No artigo 1º, assegura-se que a República Federativa do Brasil é “formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal”. No artigo 18, estatui que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal fazem parte da organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, esses componentes possuem autonomia.

A autonomia municipal é caracterizada pelas suas capacidades. A Constituição de 1988 lhe conferiu a capacidade de auto-organização, além das capacidades de autogoverno, auto-administração e autolegislação que já possuíam. As capacidades se caracterizam como: capacidade de autogoverno (autonomia governamental ou política); capacidade de auto-administração (autonomia administrativa ou gerencial); capacidade de autolegislação (autonomia legislativa); capacidade de auto-organização (autonomia organizatória).

³⁵⁶ FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

2.2.3 Lei Orgânica municipal

É caracterizada como uma espécie de constituição municipal, cuja função básica é disciplinar matéria de competência exclusiva do município, quais sejam as questões locais. São indicadas matérias que fazem parte de sua legislação exclusiva e matérias que lhe são reservadas para legislar supletivamente. No artigo 23, é reservada aos Municípios a competência comum juntamente com a União, os Estados e o Distrito Federal.

A Lei Orgânica é elaborada pelos vereadores, respeitando-se os princípios estabelecidos nas Constituições da República e do respectivo Estado-membro, sob pena de edição de uma lei inconstitucional.

2.3 O município é um ente federativo?

A polêmica discussão à respeito da condição do Município como ente federativo adota duas posições: uma contrária e outra favorável, as quais serão apresentadas adiante.

2.3.1 Argumentos favoráveis

Declara-se o município como ente federativo por esse ser peça estrutural da República Federativa do Brasil, semelhante à União e aos Estados, bem como em razão da autonomia, que é requisito essencial para ser considerado um ente federativo e que pode ser encontrado no Município. De acordo com José Afonso da Silva:

A autonomia que a Constituição de 1988 outorga ao Município, contém uma qualificação especial que lhe dá um conteúdo político de extrema importância para a definição de seu status na organização do Estado brasileiro, inteiramente desconhecido no regime anterior. Antes, o reconhecimento da autonomia municipal tinha um sentido remissivo. Quer dizer, a Constituição remetia aos Estados o poder de criar e organizar seus Municípios. O dito sentido remissivo consistia em determinar aos Estados que, ao organizarem seus Municípios, lhes assegurassem a autonomia, mas apenas quanto às capacidades de auto-administração, autolegislação e autogoverno. Ao fazê-lo, os Estados haviam de respeitar a autonomia assegurada na Constituição Federal em termos genéricos relativos ao peculiar interesse local.³⁵⁷

A repartição de competências é estabelecida entre os entes federativos. Cabe ao Município os assuntos de interesses locais, e estes acabam influenciando de forma direta ou indireta ao geral, ou comunidade nacional. O interesse local reflete nos interesses nacionais e regionais, pois um benefício trazido à parte melhora o todo. Estes referem-se às necessidades imediatas dos municípios, influenciando sobre as necessidades gerais.

É de característica do Município a autolegislação. O artigo 30, inciso I rege que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, ao passo que o inciso II declara caber ao município complementar a legislação federal e estadual, podendo o Município suprir as omissões e lacunas da legislação federal e estadual, não as contrariando.

2.3.2 Argumentos contrários

Nas palavras de José Nilo de Castro:

A Federação, dessarte, não é de Municípios e sim de Estados, cuja caracterização se perfaz com o exercitamento de suas leis fundamentais, a saber, a da autonomia e da participação. Não se vê, então, participação dos Municípios na formação da Federação. Os Municípios não têm representação no Senado Federal, como possuem os Estados federados, não podem propor emendas à Constituição Federal (art.60, CR), Omo podem os Estados, nem possuem Poder Judiciário, Tribunais de Contas (salvo São Paulo e Rio) e suas leis ou atos normativos não se sujeitam ao controle concentrado do STF. Ainda, parecer prévio do Tribunal de Contas ou órgão

³⁵⁷ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 641.

equivalente só pode ser rejeitado por 2/3 dos Vereadores. Esse quorum qualificado não é exigido, na Carta Magna, para os entes federativos (União e Estado).³⁵⁸

A Federação não existe sem os Estados-membros, e isso não ocorre igualmente com a ausência dos municípios. Os Municípios não participam da formação da vontade jurídica nacional, não integram o Congresso, já que não possuem representantes no Senado (Casa dos Estados).

Sendo considerado um ente federativo os Municípios ferem a Teoria Geral do Federalismo, pois esta sempre previu uma federação de Estados, e não uma federação de Municípios.

A inclusão dos Municípios no rol de entes federativos é uma inovação do federalismo brasileiro, passando a ser chamada de anômala, porque possui mais de dois entes federativos (União, Estados,

Distrito Federal, Municípios). O Brasil é o único país com essa característica. Podemos citar a Alemanha como um país que tentou inserir os Municípios no sistema federativo, mas obtiveram um resultado negativo. “[...] por entender que isso se conduziria a uma ‘federalização’ (*Vollföderalisierung*), não somente das esferas estatais, mas também das municipais, provocando assim alteração substancial da ordem federativa, bem como mudança de qualidade e estrutura do *Bundesrat*.”³⁵⁹

3 ANÁLISE DE RESULTADOS

Os Municípios não possuíam a mesma importância que tem na atual Carta Magna, nas Constituições passadas os Estados administravam e organizavam os Municípios. Para que esses fossem inseridos na Constituição como um ente federativo foram usados os argumentos de que o Município possui autonomia, e que não seria mais o Estado que iria organizá-los, e sim possuiriam uma auto-organização, auto-administração, a administração das contas é uma das características mais importante, pois todas as outras não são tão rígidas. Após tornarem-se ente federativo, a autonomia dos Municípios tornou-se mais abrangente.

Dizer que o Brasil é o único país que adota o Município como ente federativo não significa dizer que seja uma atitude errônea, pois os Municípios com a capacidade de legislar ajudam na administração e na complementação de leis através das lacunas deixadas pela União e pelos Estados-Membros ou pelos assuntos que esses não tratam.

Os interesses locais são tratados e solucionados de uma melhor forma através dos prefeitos e vereadores, pois aos governadores cabe tratar com maior frequência de assuntos de interesses gerais. A atenção proporcionada ao interesse nacional ocasiona uma influência nacional.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente trabalho foi elaborado com a realização de uma pesquisa bibliográfica. Foram utilizados livros de diferentes doutrinadores e retirado de cada um destes suas principais abordagens referentes ao assunto. A Constituição Federal também foi utilizada para a análise de alguns artigos.

5 CONCLUSÃO

Após o estudo aprofundado referente ao assunto tratado desenvolveu-se a elaboração do artigo. No decorrer da construção teórica e técnica do trabalho, adquirimos grande conhecimento à respeito do conteúdo apresentado, podendo construir um ponto de vista fundamentado e decisivo, considerando-se o Município como ente federativo.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

³⁵⁸ CASTRO, José Nilo de. **Direito Municipal Positivo**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999, p. 53.

³⁵⁹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 345.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Jurídica da Editora Manole. 5. ed. São Paulo: Manole, 2007.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CASTRO, José Nilo de. **Direito Municipal Positivo**. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1999.

FERREIRA, Pinto. **Curso de Direito Constitucional**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de Direito Constitucional**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

AD 16: OLHAR FORTALEZA ATRAVÉS DE SEUS BAIRROS: UMA AVENTURA ETNOGRÁFICA³⁶⁰

Elizabeth Fiúza Aragão³⁶¹

RESUMO

Este artigo objetiva explicitar as experiências de pesquisa de professores e alunos da Universidade Estadual do Ceará que se propuseram a conhecer Fortaleza através de seus bairros. Para tal, o grupo fundamentou-se teoricamente nos conceitos de globalismo, localismo e cidadania, partindo do pressuposto que enquanto a globalização provoca a quebra de fronteiras econômicas e culturais dos países; um movimento de resistência e fortalecimento se estabelece no local. Nesse raciocínio, o bairro surge como possibilidade de uma certa autonomia política quando ai se exercita a “nova cidadania”. Para entender a alma de cada bairro o grupo criou a ferramenta denominada etnografia rua a rua que consiste em três etapas distintas: pesquisa documental, checagem in loco e apresentação e discussão dos resultados à comunidade. E ousou variar outras trajetórias metodológicas à proporção que ia avançando seu olhar em mais bairros. Por fim, este trabalho mostra os resultados alcançados de forma pontual nos bairros Fátima, Serrinha, Parangaba, Itaóca, Montese, Benfica, Parreão, Dias Macedo, Vila União, Benfica, Edson Queiroz e Bom Jardim.

Palavras-chave: Bairro. Etnografia rua a rua. Nova cidadania.

INTRODUÇÃO

A cidade de Fortaleza está situada numa área de 318 km², na qual reside uma população de cerca de 2.374.944 habitantes, distribuída em 114 bairros agrupados sob a administração de seis Secretarias executivas regionais (SER). Com densidade demográfica em torno de 6.818 habitantes por km², a Cidade cresce desordenadamente, sobretudo pela sua verticalização na região litorânea e no seu entorno, espaço que concentra a população mais abastada, enquanto, na medida em que se afasta da orla marítima, a ocupação se dá pela população menos favorecida que, por sua vez, continua submetida a condições precárias de habitabilidade e sem assistência de políticas públicas adequadas que incida na melhoria de sua qualidade de vida, tais como saneamento básico, infra-estrutura de acesso, saúde, segurança pública, entre outros serviços. Isto porque estas políticas estão voltadas, prioritariamente, para os territórios considerados nobres da cidade.

Diante de uma cidade multifacetada, um grupo de professores e alunos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará decidiu eleger como temática de estudo o desenvolvimento urbano tendo como foco os bairros de Fortaleza. Pensou-se, inicialmente, na constituição de um Banco de Dados. Nele ficariam agrupadas as informações sobre os bairros obtidas de fontes secundárias das diversas agências públicas governamentais e não governamentais relacionadas à saúde, educação, infra-estrutura, segurança, lazer, trabalho, entre outras. Justificava-se a localização desse Banco de dados no espaço da Universidade por possibilitar maior democratização das informações tanto à comunidade acadêmica quanto ao público interessado; sendo que os principais beneficiários serão os moradores dos bairros estudados, que poderiam, com base na radiografia dos dados coletados, reforçar seus processos identificatórios e suas ações na busca de formular projetos de desenvolvimento auto sustentáveis.

³⁶⁰ Este artigo foi produzido, em sua versão original, por três professores da UECE e membros do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão, Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU), Prof. Geovani Jacó de Freitas, João Bosco Feitosa dos Santos e Elizabeth Fiúza Aragão, com o seguinte título Uma ferramenta etnográfica, a universidade ultrapassando os muros. In: ARAGÃO, Elizabeth et al (Orgs). **Fortaleza e suas tramas – Olhares sobre a Cidade**. Fortaleza: UECE, 2008.

³⁶¹ Doutora em Sociologia, professora da Universidade Estadual do Ceará e da Faculdade Christus.

Outro motivo de escolha do tema esteve relacionado aos interesses de formação universitária, mais notadamente do ensino, pesquisa e extensão. A criação do Projeto Banco de Dados tinha como objetivo reforçar a iniciativa que visava à apreensão de conhecimentos ultrapassando os limites da Academia, capacitando alunos com outros referenciais de aprendizagem, em vivências localizadas, integrando teoria e prática, como forma de aproximar a Universidade Estadual de sua realidade mais próxima: a Cidade e seus bairros. Além de levar alunos e professores a pensar e compreender essa realidade urbana, o Banco de Dados pretendia abrir canais de participação popular para os moradores dos bairros estudados

Na medida em que o trabalho de coleta de informações *in loco* nos bairros foi se desenvolvendo, os pesquisadores começaram a despertar interesse em estudar e aprofundar temas atinentes à realidade observada. Foi aí que surgiu a necessidade de abordar questões relacionadas ao capital social; memória, gestão pública contemporânea; e conflitualidade e violência. Desse modo, se corporificou no grupo de alunos e professores de que o objetivo maior dos estudos e pesquisas realizados seria a compreensão do espaço urbano de Fortaleza por intermédio dos seus bairros. O Projeto Banco de Dados tais como concebido inicialmente revelou-se inadequado, sendo substituído pelo Núcleo de Estudo, Pesquisa e Extensão Pública e Desenvolvimento Urbano (GPDU).

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Globalismo versus localismo e cidadania

Na época em que iniciamos o estudo sobre bairros, surgiram na Academia os estudos que versavam sobre as forças da globalização incidindo nas diversas formas de ser e de estar do homem na contemporaneidade. Enquanto se debatiam as características dos processos de unificação dos produtos e nichos de mercado, a dispersão geográfica do controle do trabalho, entre outros itens, estudava-se, também, o avanço de um movimento contrário ao incremento da globalização, uma força propulsora de resistência: o fortalecimento do poder local.

Alguns autores nortearam nossa visão. Dowbor faz referência à diminuição dramática do mundo nestas últimas décadas do século XX em face da abertura de fronteiras e de geração do espaço mundial comum, mas enfatiza que as dimensões mudaram de modo desigual. “Enquanto algumas coisas se globalizam, outras se tornam locais, com o renascer de tradições regionais, dinamização das políticas municipais, descentralização da educação, da saúde. As cidades adquiriram papel mais importante [...]”³⁶²

Nos dizeres de Santos, “em termos analíticos seria quase tão correto falar de globalização ou de localizações no plural; porque sendo diferentes as relações sociais, diferentes são as globalizações.”³⁶³

O redimensionamento do local como *focus* de resistência e poder nos fazia remeter ao conceito de cidadania e às suas várias concepções. Vinculada sempre ao Direito e à Democracia este conceito fragmentou-se no tempo e no espaço, estando definitivamente presente nas falas dos intelectuais, dos políticos e dos assuntos veiculados pelos *media*, contendo significados diversos, ao mesmo tempo em que tem servido para diferentes apropriações, conforma cada situação usada pelos estudiosos. Retomando Pinheiro³⁶⁴, o termo cidadania aparece nos mais variados discursos, sendo que,

Cidadania e termos circundantes – cidadão-cidadã- dificilmente aparecem meramente substantivados, requerendo, quase sempre uma adjetivação – cidadania

³⁶² DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Brasiliense, 1955, p. s/n. (Col. Primeiros Passos).

³⁶³ SANTOS, Boaventura de Souza. Globalização. Identidades locais e pós-modernidade contestatária; desafios da sociologia no final do século. **Cadernos de Ciências Sociais**. Fortaleza: UECE, 1996, v. 2.

³⁶⁴ PINHEIRO, Ângela Araripe. Cidadania; busca de uma delimitação conceitual e de suas origens sociohistóricas. In: VIEIRA, S. **Cultura e Política**: tecidos do cotidiano brasileiro. Fortaleza: EUFC, 1998.

plena, cidadão de segunda classe [...]. descidadania, cidadania parcial, desequilibrada, excludente, incompleta etc.

Não é nossa pretensão exaurirmos aqui a discussão conceitual de Cidadania, mas cogitar algumas perspectivas teóricas com a que advoga o termo nova cidadania, âncora de nossa pesquisa junto aos bairros.

Numa regressão histórica, é possível afirmar-se que em Roma e na Grécia, alguns pensadores identificavam esta “vivência” naquelas populações. Entretanto, há uma diferença fundamental entre aquela cidadania e a que existe nos dias de hoje. Antes, o acesso do cidadão ao poder não era generalizado porque os cidadãos não eram iguais. A Título de exemplo, ainda até bem pouco tempo, a mulher não votava e não podia ser eleitas em alguns países. Hoje, com a globalização, pode-se falar no conceito de cidadania mundial, cidadania planetária, em que o cidadão do mundo pode ser uma realidade em determinados aspectos, sobretudo no que se refere a pontos de interesse internacional, tais como: meio ambiente, paz, fome etc.

Vieira³⁶⁵ relaciona cidadania e Direito, discutindo algumas visões da cidadania ao longo do tempo, relacionando-a com o papel do Estado e abordando o conceito a partir de três diferentes gerações de direito. O autor considera a primeira geração como a cidadania que se refere aos direitos civis e políticos, conquistados a partir do século XVIII e XIX, respectivamente; a segunda envolve os direitos sociais, econômicos e de crédito, conquistados no século XX a partir das lutas dos movimentos sindicais operários; a terceira tem como titular da cidadania não o indivíduo, mas grupos humanos, a nação, o povo, podendo, então, ser exemplificada pela preocupação com o meio ambiente, a paz mundial e outros temas que estão sendo discutidos no plano mundial.

Como esclarecimentos adicionais, recorremos igualmente a Couvres³⁶⁶ que, se apoiando no pensamento clássico de Marshall³⁶⁷ define os direitos civis como aqueles que dizem respeito à disposição do próprio corpo, de locomoção etc. direitos políticos são os que incluem tanto a livre expressão do pensamento, liberdade de prática política e religiosa quanto as possibilidades de participação em organismos de representação direta, tais como, sindicatos, partidos, movimentos sociais, conselhos, associações de bairros, como também de representação indireta – governantes, parlamentares, assembléias; e direitos sociais como aqueles referentes ao atendimento das necessidades humanas básicas e vinculando-se aos determinismos de reprodução da força de trabalho, tais como, alimentação, habitação, saúde, educação. Os direitos políticos abrangem, ainda, as práticas de resistência aos poderes constituídos por meio de greves, pressões e movimentos sociais.

1.2 A “nova cidadania” em questão

Interessa-nos, em função dos objetivos deste escrito, aprofundar a dimensão da cidadania social, como a que ainda se apresenta mais problemática no contexto dos países latino-americanos. A cidadania civil ou política se baseia no exercício individual dos direitos e obrigações, enquanto a cidadania social, ao contrário, depende muito mais da participação da comunidade. Repetindo o pensamento de Roberts³⁶⁸ pode-se afirmar que:

[...] o exercício formal ou informal dos direitos da cidadania social depende da participação ativa dos outros, para os quais esses direitos constituem obrigações. Os direitos sociais são, em longa medida, direitos que beneficiam a comunidade como um todo. Além disso, a cidadania social depende tanto da qualidade interpessoal dos serviços prestados e recebidos quando dos direitos e das responsabilidades formais.

³⁶⁵ VIEIRA, Listz. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

³⁶⁶ COUVRE, M. de Lurdes. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Col. Primeiros Passos).

³⁶⁷ MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

³⁶⁸ ROBERTS, B. A. A Dimensão social da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p 5-22, fev. 1997.

Evelina Dagnino adverte para uma nova cidadania que “requer a constituição de sujeitos ativos, definindo autonomamente o que consideram ser seus direitos e lutando pelo seu reconhecimento [...]”³⁶⁹. Nesse sentido, essa nova cidadania constitui uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de baixo para cima, que aflora a partir do indivíduo em suas simples reivindicações, rompendo com a reivindicação com base nas relações clientelistas e de tutela. Em verdade, essa nova cidadania tende a uma ruptura com a cidadania regulada ou concedida inventada entre nós pelo corporativismo estatal pós 30.

A nova cidadania representa uma possibilidade de buscar o direito a ter direito pelos próprios agentes que reivindicam espaço na sociedade. Ora, os agentes cidadãos moram e começam suas interações sociais nas suas residências e em seu entorno; daí compactuarmos com Dagnino em conferir valor ao debate da nova cidadania que organiza um projeto de construção democrática que valoriza e reconhece o outro como sujeito, com direito a participar efetivamente da gestão das políticas públicas e novas relações entre Estado e sociedade, e, sobretudo, com direito a igualdade e a diferenças.

Fátima e Silva³⁷⁰, por sua vez, aponta para um novo campo ético-político de construção da cidadania, baseado, sobretudo: a) na valorização do poder local; b) na participação popular; c) na ampliação da esfera pública via retomada da comunidade; e d) numa nova dinâmica social construída no cotidiano, com a possibilidade de interação das diferenças, do plural. Tudo isso numa perspectiva de motivação de uma nova cidadania pelo aumento da rede de solidariedade.

Nesta perspectiva, a família, o lugar de moradia, a casa, o bairro tornam-se espaços privilegiados da construção de uma cidadania desenvolvida “desde baixo”. A proximidade da moradia, a confluência das relações e lutas parece proporcionar essa busca por estratégias de sobrevivência e de solidariedade.

2 METODOLOGIA

O modo de percepção das dinâmicas sociais e da produção de conhecimento que alimentou, desde o princípio, a formação do Grupo ensejou um modo de reflexão e de ação responsável por uma estratégia metodológica específica do GPDU nos bairros, assentada nos seguintes passos: a) realização de pesquisa documental, junto às agências governamentais e não governamentais dos dados de cada bairro; b) checagem in loco para verifica, de que modo, olhando através de uma lupa essa realidade, observada rua a rua, com o intuito de confirmar (ou não) os dados estatísticos coletados nos “registros oficiais” e, ao mesmo tempo, coletando informações qualitativas de seus moradores;c) socialização e discussão dos resultados dos dois momentos anteriores, com a comunidade estudada, ocasião em que se complementam as informações com o olhar e a interpretação de seus habitantes; d) sistematização final das informações em várias versões, sendo duas delas mais recorrentes: 1) a produção do **Caderno do Bairro**, com informações históricas e de seus variados aspectos político-econômicos artístico-culturais e sociais; e 2) a produção de relatório analítico denominado **Diagnóstico Sócio Participativo do Bairro**.

A citação das ferramentas metodológicas envolve a construção de procedimentos científicos para pesquisar temáticas que vão além da compilação de indicadores. Em verdade, conforme assevera Babbie³⁷¹, na prática, a pesquisa científica não é nem mística nem pura. Como toda a atividade humana, é o compromisso entre o ideal e o possível, frequentemente guiado pela emoção, pelo erro e pela não-racionalidade.

³⁶⁹ DAGNINO, Evelina. Qual Cidadania? A noção de cidadania precisa da concepção de um direito a ter direitos. **Jornal da ABONG**, 1998.

³⁷⁰ FÁTIMA E SILVA, M. E. A Revitalização do local como espaço de constituição de uma nova cidadania. In: FÁTIMA E SILVA, M. E. et al (Orgs.). **Cidadania e subjetividade**. Rio de Janeiro: Imaginário, 1997.

³⁷¹ BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Czarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

Também urge aqui retomarmos o próprio conceito de método. Este não diz respeito simplesmente a um conjunto de técnicas, mas envolve, segundo Salles de Oliveira, “ técnicas que devem estar sintonizadas com aquilo que se propõe; mas além disso, diz respeito a fundamentos e processos, nos quais se apóia a reflexão.”³⁷² Com isto, o autor enfatiza a importância das concepções acerca do mundo e das relações entre sujeito e objeto de pesquisa, ultrapassando o entendimento meramente instrumental da Metodologia nas Ciências humanas.

É com esta visão reflexiva, portanto, que podemos entender o porquê da utilização dos três passos metodológicos aqui comentados. Descrevemos, em seguida, o conteúdo de cada um deles, com a preocupação de mostrar que, longe de serem momentos estanques, tais procedimentos se encontram interligados no conjunto da metodologia que aqui denominamos de **Etnografia rua a rua**.

O uso do procedimento “etnografia” tem como inspiração o interacionismo simbólico da Escola de Chicago. Nessa perspectiva, fomos ao campo captar e interagir na busca de escrever sobre essas populações e com elas, obtermos informações sobre seu cotidiano. Inspirados igualmente nos estudos de Geertz, procuramos praticar etnografia, estabelecendo relações, selecionando informantes, transcrevendo informações e textos, (re)construindo memórias, mapeando ruas, vielas e territórios ocupados pela população, e, sobretudo, tentando realizar uma “ descrição densa”³⁷³.

Conforme ensinam os antropólogos afeitos a etnografias, é necessário ao etnógrafo saber observar, ter sensibilidade de perceber o outro em seu contexto de estudo e saber elaborar um diário de campo que retrate mais que o seu olhar sobre o outro, mas o olhar sobre si mesmo, de modo que se possa pôr carne e sangue ao esqueleto, conforme observa Malinowski.³⁷⁴

Nesta busca de realização de uma descrição densa, procuramos sistematizar procedimentos que pudessem melhor captar a realidade que deparávamos. Tivemos que criar e refletir sobre nosso percurso etnográfico, ainda que fosse fragmentos de outras tantas experiências. Assim, alunos e professores resolveram formatar um procedimento que pudesse atender aos objetivos do projeto de pesquisa e extensão que se iniciara.

2.1. Os passos metodológicos

2.1.1. A pesquisa documental

O reconhecimento da pesquisa documental como ponto de partida foi delineado por consenso.

Sabíamos que seria necessário, como primeiro passo, o levantamento dos dados secundários que se encontram de forma difusa e dispersa nos vários órgãos governamentais, bem como em outras instituições públicas e privadas. A primeira tarefa foi então, aglutinar maior número possível de informações referentes a um elenco de indicadores que permitissem uma fotografia mais aproximada da realidade do bairro estudado e incluíssem aspectos tais como: caracterização histórica, aspectos geográficos, infra-estrutura, saúde, aspectos econômicos, política e voto, organizações e equipamentos comunitários, equipamentos religioso, justiça, assistência social, entre outros.

³⁷² SALLES DE OLIVEIRA, Paulo. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In: SALLES DE OLIVEIRA, Paulo (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

³⁷³ GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

³⁷⁴ MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipelagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

2.1.2 Checagem in loco

Esta etapa tem uma conotação mais qualitativa e interativa com as comunidades objeto de estudo, quando os pesquisadores vão aos bairros de posse de dados recolhidos nas instituições, para checá-los rua-a-rua, principalmente, acrescentar indicadores que não estejam registrados nas fontes pesquisadas.

Para divisão de tarefas entre pesquisadores e para evitar repetições de checagem de equipamentos, bem como, para contagem de novos equipamentos, o mapa do bairro é dividido em áreas (em geral, obedecendo os quadrantes), conforme o número de pesquisadores de campo. Os mapas dos bairros sempre estão desatualizados, fazendo com que cada pesquisador de campo leve a cópia de sua área correspondente no mapa ao seu percurso para proceder, inclusive, à checagem das ruas e vielas não contempladas no mapa, concluindo, com isto, o redesenho da própria carta.

A tarefa de manuseio de mapas como recurso metodológico e objeto da própria investigação é surpreendente, em alguns casos, em que o mapa oficial da Prefeitura se mostrou absolutamente desatualizado. Muitos bairros possuem novas ruas que surgiram pela ocupação territorial de famílias, pela construção de novos acessos tanto oficiais (obra da prefeitura) como extra-oficiais (táticas e estratégias da população para facilitar seu deslocamento), assim como áreas apropriadas pela população para usos diversos que não aqueles previamente destinados, configurando, aqui, os contra-usos da cidade, conforme assinala Certeau.³⁷⁵

Importante é salientar que a entrada no bairro inclui uma articulação com representantes locais das mais variadas entidades, para que seja iniciada uma parceria na construção e reflexão sobre os dados. Portanto, de posse do resultado de checagem rua-a-rua, o grupo reúne representantes de associações do bairro e moradores do local para apresentação e discussão parcial das informações e de suas primeiras influências realizadas pela equipe de pesquisa. O que simplesmente é observado na checagem passa a tomar outro corpo, quando são adicionadas explicações para a existência ou não de equipamentos urbanos, das lutas dos moradores, e até das razões que inviabilizam e ou dificultam a realização de ações coletivas locais. Neste momento, dá-se a terceira possibilidade de complementação do processo de pesquisa sobre bairro, como discorreremos em seguida..

2.1.3 Apresentação/discussão dos resultados à comunidade

A reunião no bairro é marcada pelos representantes e lideranças locais para apresentação dos dados recolhidos pelos pesquisadores aos moradores, momento em que se dá uma ampla discussão de cada uma das informações coletadas possibilitando esclarecimentos, complementações e retificações dos habitantes locais em relação ao material apresentado com vistas a produção do **Caderno do Bairro**.

É, portanto a partir da interação fecunda entre pesquisadores e a comunidade que são marcados encontros posteriores com algumas pessoas chave para a complementação de informações sobre a história (memória) do bairro mediante a técnica de história oral.

O contato dos pesquisadores quer através de contatos formais e informais, com os indivíduos revela oportunidades ímpares de se conhecer a alma de cada bairro, e de se captar os anseios, frustrações, desejos e memórias que falam muito sobre a dinâmica social.

Esta é, pois, a ocasião em que se desvelam os significados, transpondo os números e estatísticas. Melhor expressando, estes últimos tomam formas e pulsam vivificados pelo horizonte semântico dos moradores, legítimos representantes da situação pesquisada, ao encontrar-se com o horizonte semântico dos pesquisadores, constituindo, assim com esteio nos sentidos e significados das informações socializadas, o que Cardoso de oliveira³⁷⁶ denomina de encontro dialógico entre diferentes formas de conhecimento.

³⁷⁵ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

³⁷⁶ CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 2000.

Os moradores ao serem indagados por que há registros de determinados equipamentos urbanos nos documentos institucionais e não terem sido encontrados na pesquisa, sentem-se invocados a aprofundar suas reflexões. Exemplos: 1) um bairro reconheceu que não havia escola de segundo grau e que seus alunos teriam de se deslocar sempre para bairros vizinhos; 2) lugares não captados no trajeto rua-a-rua, como pequenas fábricas de fundo de quintal, que não ostentam placa na frente da residência muitas vezes eram informados no momento de socialização dos dados; 3) terreiros de umbanda, negócios escusos como tráficos etc., são citados pelos moradores, entre outras novidades que surgem na apresentação e discussão dos dados de campo.

2.1.4 O Sistematização final das informações – dois produtos mais recorrentes

2.1.4.1 Caderno do Bairro

Após a apresentação e discussão das informações recolhidas na assembléia de moradores e mais tarde junto a alguns representantes mais significativos, o grupo de pesquisadores elabora o *Caderno do Bairro*, composto de um histórico do local e de todas as demais informações coletadas, checadas e discutidas.. *O Caderno do Bairro* é produzido em meio impresso e digital

O objetivo desse caderno é permitir a cada entidade de bairro um acervo de informações sobre o local, que pode ser utilizado de formas diversas segundo a instituição que recebe. Assim, as escolas poderão explorar as potencialidades e as carências do bairro com seus alunos; as associações poderão reivindicar ou articular a população para resolverem problemas locais detectados, além de os moradores poder dispor de informações úteis à sua vida como: em que rua de sua casa funciona uma marcenaria, uma locadora de vídeo, um posto policial, um comércio de determinado produto, uma feira livres, um curso de informática, etc.

Os dados contidos no Caderno são configurados em um banco de dados informatizado que poderão ser disponibilizados. O GPDU possibilita o acesso a todos esses instrumentos, através de seu sítio eletrônico para que as pessoas e instituições interessadas possam acessar as informações e, possivelmente, sugerir correções, comunicando ao GPDU eventuais mudanças no bairro que possam ser acrescentadas ao aludido Caderno do Bairro.

2.1.4.2 Diagnósticos Sócio participativos do Bairro

De posse das informações a comunidade pode junto com os membros do grupo de pesquisa construir diagnósticos e propor soluções conjuntas de resolução de dificuldades coletivas com ou sem ajuda do poder público.

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao longo de 10 anos de existência, o corpo formado por alunos e professores do GPDU aglutinou *pari passu* uma série de variações ou desdobramentos ao modelo-matriz “etnografia rua-a-rua”, ousando realizar outras experimentações metodológicas, ao mesmo tempo em que aprofunda determinadas temáticas de investigação que o contato com a empiria instiga.

Nos bairros Fátima e Serrinh (região da SER IV), área da pesquisa piloto, a investigação transcorreu inicialmente obedecendo os passos centrais: pesquisa documental, etnografia rua-a-rua, discussão e socialização das informações com a população local. Na Serrinha, os impactos da troca de informações redundaram na participação dos pesquisadores na elaboração, junto às lideranças locais, de um documento intitulado “Plano de Ação: construindo o desenvolvimento local sustentável e integrado”.

Os três passos metodológicos foram igualmente utilizados para o estudo dos bairros Parangaba, Itaóca, Montese, Benfica e Parreão.

À proporção que o GPDU crescia em número de alunos e expandia suas investigações para mais bairros, foram surgindo linhas de pesquisa que complementavam a proposta inicial.

Foi assim que se programou o estudo sobre memória, iniciado no bairro Dias Macedo mediante o emprego da história oral, aplicada junto às lideranças e moradores mais antigos do Bairro, associada ao recurso de formulação da “linha do tempo”, que possibilitaram a sistematização das memórias e experiências locais em torno da criação do Bairro e sua estreita vinculação histórica à instalação da Base Aérea na região.

No bairro Vila União, foi iniciada uma ferramenta de pesquisa participativa denominada DRP (Diagnóstico Rápido e Participativo), sob a coordenação de uma professora inglesa, convidada da Universidade Federal do Ceará. Referida docente, com vasta experiência em países africanos, tencionou trabalhar a comunidade nos moldes de suas intervenções anteriores. A experiência, porém, não surtiu o efeito esperado por ela, o que nos fez refletir a inviabilidade de implementação de “pacotes” metodológicos sem conhecer as especificidades do grupo que se quer trabalhar. Embora a ferramenta não tenha funcionado, os encontros e desencontros da experiência possibilitaram momentos significativos de debates sobre problemas metodológicos nos processos de pesquisas qualitativas.

No bairro Benfica, experimentou-se o recurso metodológico da fotografia, fundamentado na abordagem da Antropologia Visual, com o objetivo de recuperar a memória e a identidade do Bairro. Embora não se tenha aprofundado em outros bairros a experiência, ela foi importante para as discussões teórico-metodológicas do GDCU, ao incorporar esta perspectiva nas abordagens e orientações acadêmicas de seus alunos orientandos, como para os moradores do Bairro, ao exercitarem um olhar sobre imagens do seu local e, com assunto nela, recuperarem aspectos importantes do local.

A temática do Capital Social, na perspectiva, principalmente, de Putnman³⁷⁷, motivou muitos estudos que transcorreram nos bairros Dias Macedo e Edson Queiroz, quando serviu de eixo teórico para a elaboração de várias monografias de graduação;

No Bom Jardim, a convite do Centro de Defesa Herbet de Souza, foi realizado o Diagnóstico Socioparticipativo (DSP), que concedeu ao grupo maior projeção na Cidade. A pesquisa, realizada em parceria com o Centro de Defesa da Vida Herbet de Souza – CDVHS, ONG de atuação local, permitiu maior visibilidade ao trabalho do GPDU.³⁷⁸ Igual ocorreu, também, no Grande Mondubim e no conjunto residencial Novo Bonsucesso, localizado no bairro do mesmo nome, ambos Diagnósticos realizados em parceria com a Cáritas Diocesana de Fortaleza.³⁷⁹

Com apoio nestas últimas incursões, sucedeu o alargamento da experiência de pesquisa, incorporando, com fundamento nesta, a formação de equipes de pesquisadores populares locais, constituídos fundamentalmente por jovens que, alicerçados em um processo formativo sobre pesquisa e produção de conhecimentos, atuaram em conjunto com os pesquisadores do GPDU. Isto resultou na formulação, execução e avaliação das pesquisas de maneira participativa, orientadas, sobretudo, pelo princípio do que Thiollent chama de pesquisa-ação.³⁸⁰

³⁷⁷ PUTTMAN, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

³⁷⁸ O Grande Bom Jardim está situado ao oeste do Município de Fortaleza. É constituído pelos bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canindezinho, reunindo uma população de 175.000 habitantes.

³⁷⁹ O Grande Mondubim, para efeito do seu DSP, constituiu-se das comunidades Jardim Fluminense, Beira-rio, Santa Terezinha e Parque Santa Rosa. Já o DSP do Bonsucesso teve como referência empírica o conjunto residencial Novo Bonsucesso, localizado no Bairro. Para aprofundamento desta questão, cf. DIAGNÓSTICOS Socioparticipativos. Disponível em: <<http://www.gpdu.net>>. Acesso em: ago. 2008.

³⁸⁰ THIOLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 2002.

CONCLUSÕES

A trajetória aqui descrita do GPDU, ao longo deste período, forjou, de forma orgânica, uma estrutura da gestão concebida tendo como supedâneo a célula sócio-dinâmica como forma de dar respostas e esteio institucional às demandas de estudos e de pesquisa sobre a Cidade. Buscamos, atualmente, apreender, sob a ótica da diversidade, que nossas perspectivas e práticas acadêmicas revelam a complexidade das dinâmicas plurais da Região Metropolitana de Fortaleza, associada às práticas sociais e políticas de seus moradores, tendo o bairro ainda como a unidade morfológica fundamental para a compreensão do todo.

Nestes 10 anos que se passaram, a despeito das dificuldades enfrentadas, notadamente as de infra-estrutura, é possível elencar resultados significativos que abaixo transcrevemos:

- a) O local e suas teias de relações sociais que lhe emprestam significados produzem estratégias de sobrevivência possíveis para a permanente criação e recriação da resiliência;
- b) cada bairro tem a própria identidade que se consolida nas lutas, reivindicações ou intervenção política, possibilitando o exercício de afirmação, distinção e ou identificações reveladas nas trocas materiais e simbólicas entre os bairros;
- c) *etnografia rua a rua* permitiu-nos conhecer a alma de cada bairro estudado e suas especificidades, conforme a história de sua constituição e lutas da sua população;
- d) as reuniões com as associações dos bairros e demais agentes representantes das situações locais revelam, afirmativamente, que, entre os dados emitidos pelas instituições oficiais e a realidade encontrada, há enorme disparidade. A título de exemplo; escolas, postos policiais, praças e outros equipamentos registrados como existentes nos bairros, muitas vezes, existem apenas nos registros e no papel. Posto ao confronto nas discussões provocadas pelo processo da própria pesquisa, a população se surpreende com os falsos dados, ao mesmo tempo em que se apropriam deles de forma qualitativamente diferenciada; decorrente disto, os canais de solidariedade parecem se fortalecer na dinâmica cotidiana das comunidades;
- e) o aprendizado e o desenvolvimento do “olhar sociológico” dos alunos é motivo de ânimo para a continuidade do projeto acadêmico na perspectiva teórico-metodológica até então experimentada;
- f) o trabalho coletivo estabelecido entre a universidade e as comunidades tem permitido aos bairros uma visão mais crítica sobre si mesmos, de modo a despertá-los para o desenvolvimento de ações no sentido de formulação de políticas públicas condizentes com suas reais demandas e potencialidades;
- g) a população dos bairros passa, a cada novo bairro estudado, a compreender melhor o papel da universidade não como locus apenas de ensino, mas também de pesquisa e extensão; e
- i) a ferramenta metodológica *etnografia rua a rua* pode ser desenvolvida em estudos urbanos e/ou rurais onde o campo empírico esteja delimitado segundo uma lógica e linguagem oficiais, com assento no que os pesquisadores poderão, com auxílio dos moradores reelaborar.

A intenção inicial dos professores que criaram o “Banco de Dados – Conhecendo Fortaleza através de seus bairros” resultou em um processo de amadurecimento teórico-metodológico, aproveitado por alunos e professores que souberam transformar este aprendizado em mote para outros processos de formação acadêmicos e de vida profissional e pessoal. De fato, o convívio com a universidade sozinha não seria capaz de aprimorar. Articular teoria e prática, ação e reflexão, metaforicamente representados pela expressão “sair dos muros da academia”ⁿ confere, certamente, um conhecimento que se acumula e interage com os conceitos e os métodos estudados em sala de aula.

Reforçamos que os agentes locais envolvidos na pesquisa não devem ser alienados das condições de produção dele, de modo que o processo já seja, em si, um produto que tenha lugar na afirmação dos interesses do grupo pesquisado, conforme assegura Salles de Oliveira.³⁸¹

³⁸¹ SALLES DE OLIVEIRA, Paulo. Caminhos de construção da pesquisa em Ciências Humanas. In: SALLES DE OLIVEIRA, Paulo (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

Outros segmentos também se beneficiam dos resultados das pesquisas. Entre eles pudemos enumerar: professores e alunos das universidades e do ensino fundamental, jornalistas, políticos e lideranças comunitárias, grupos religiosos, grupos filantrópicos, ONGs.

Ressalvamos ainda que o conhecimento gerado e vivenciado pelos alunos e professores do GPDU (re)alimenta os debates em sala de aula, enriquecendo o processo de aprendizagem.

E por fim, não podemos deixar de mencionar que os alunos que passam pelo grupo sabem aproveitar o capital intelectual para o exercício qualificado da ação sociológica, comprometida com uma ética profissional para a coletividade na qual se encontram inseridos.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Elizabeth Fiúza; FREITAS, Geovani Jacó de Freitas; FEITOSA DOS SANTOS, João Bosco. Uma ferramenta etnográfica: a Universidade ultrapassando os muros. In: ARAGÃO, Elizabeth Fiúza et al. **Fortaleza e suas tramas. Olhares sobre a Cidade**.

Fortaleza: UECE, 2008.

BABBIE, Earl. **Métodos de pesquisas de Survey**. Tradução de Guilherme Czarino. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O Trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília, DF: Paralelo 15, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

COUVRE, M. de Lurdes. **O que é cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 1991. (Col. Primeiros Passos).

DAGNINO, Evelina. Qual Cidadania? A noção de cidadania precisa da concepção de um direito a ter direitos. **Jornal da ABONG**, [s. l.], 1998.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Brasiliense, 1995. (Col. Primeiros Passos).

FÁTIMA E SILVA, M. E. A Revitalização do local como espaço de constituição de uma nova cidadania. In: FÁTIMA E SILVA, M. E et al (Orgs.). **Cidadania e subjetividade**. Rio de Janeiro: Imaginário, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos Arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARSHALL, T H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PINHEIRO, Ângela Araripe. Cidadania: busca de uma delimitação conceitual e de suas origens sociohistóricas. In: VIEIRA, S. Barreira. **Cultura e Política: tecidos do cotidiano brasileiro**. Fortaleza: EUFC, 1998, v. 1.

ROBERTS, B. A. A Dimensão social da cidadania. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 33, p. 5-22, fev. 1997.

SANTOS, Boaventura de Souza. Globalização, identidades locais e pós-modernidade contestatória: desafios da sociologia no final do século. **Cadernos de Ciências Sociais**. Fortaleza: UECE, 1996, v. 2.

SALLES DE OLIVEIRA, Paulo. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: SALLES DE OLIVEIRA, Paulo (Org.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec, 2001.

VIEIRA, Listz. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

**AD 17: THANÁTOS E OS PARADOXOS DA BIOTECNOLOGIA: DA
PERTINÊNCIA DA ORTOTANÁSIA À LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE
1988**

Gabrielle Bezerra Sales³⁸²

RESUMO

O artigo trata da morte como uma conseqüência natural da vida, destacando as questões relativas à possibilidade de sua abreviação ou de seu prolongamento indefinido. Numa perspectiva constitucional e filosófica, diferencia a tipologia relativa ao fenômeno morte, propondo a pertinência do abandono de práticas médicas e terapêuticas que só resultam em sofrimento, tendo em vista a sua futilidade. Analisa a constitucionalidade do abandono da utilização em pacientes terminais, em estado irreversível, de meios extraordinários que intentam somente numa sobrevivência incompatível com a dignidade, distintivo essencial de todas as pessoas humanas e axioma máximo da teoria dos direitos fundamentais constitucionalmente consagrados no Direito pátrio atual.

Palavras-chave: Dignidade humana. Direitos humanos. Morte. Constituição. Imortalidade.

A temporalidade é talvez uma das características mais notáveis do ser humano e igualmente aquela que mais o desafia a lançar-se em busca de perpetuação. O fato é que a experiência humana não pode ser dissociada do aspecto histórico que tenta descrever a sua trajetória ao longo do tempo, margeando a compreensão de si e do outro como mortais, isto é, inescapáveis à linha imperscrutável da morte.

A morte, normalmente representada como a feição mais cruel da fatalidade, tornou-se o principal motivo de investigação humana, de novas tecnologias que possibilitem trazer à vida a capacidade de superação do seu destino inevitável.

Trata-se de um anseio incontido de viver eternamente que, na medida da inevitabilidade e a gravidade de certas moléstias, passa a ser compreendido como alternativa irreal, ensejando o paradoxo perverso de querer evitar um prolongamento da dor e do sofrimento desnecessário numa vida meramente vegetativa.

A partir do Renascimento, todas as ações humanas passaram a ser medidas e mediadas pela compreensão de sua dignidade essencial. Nesse sentido, se observar que tanto na vida quanto na morte, o ser humano não pode abjurar de sua dignidade, valor supremo de sua existência temporal na terra.

Embora o sofrimento contínuo muitas vezes justifique a perpétua fuga da dor, é real a qualificação do viver como uma inelutável ode à dignidade da pessoa humana. Assim, a morte traduzir-se em evento que, cedo ou tarde, adiantada ou atrasada, deve ser a expressão do viver dignamente.

É *thanatos*, portanto, que inviabiliza materialmente a existência do desejo, ou seja, do futuro. Pequeno leciona que:

O futuro, pois, não existe. Dele, nenhum registro ou atualidade há, para além dos meros anseios e receio. E estas são categorias psicológicas, estados d'alma insuflados por nossa imaginação e não concreta e efetiva experiência. O futuro, quando, e se, viermos a experimentá-lo, futuro não mais será. Assim, o futuro não é. De passados e presente, pois, toda a realidade se fez, faz e fará³⁸³.

³⁸² Gabrielle Bezerra Sales é advogada, consultora na área do Biodireito, professora da pós-graduação em Direito da Faculdade Integrada do Ceará-FIC, professora da graduação e coordenadora de pesquisa e monografia do curso de Direito da Faculdade Christus, mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará-UFC, autora do livro Teoria da Norma Constitucional e doutoranda em Biodireito e Direito Civil na Universidade de Augsburg, Alemanha.

³⁸³ PEQUENO, Tarcísio. Tempus Fugit. **O Povo**, Fortaleza, 6 jan. 2008. Vida & Arte - caderno de cultura.

Daí, dizer que a morte é uma das fases da história do ser humano em que há o fim da vida necessariamente dignificada é admitir igualmente que a humanidade que há em cada um subsiste na medida da dignidade que o acompanha e é reconhecida nos estertores da morte.

De origem remota, a eutanásia tem sido praticada ao longo da história por inúmeras civilizações, consistindo normalmente numa forma de proporcionar um último conforto aos doentes, especialmente aos idosos. Versava igualmente numa forma de resolver os problemas do custo social daqueles considerados inúteis, bem como num último resquício ético entre combatentes.

Tradicionalmente no Brasil, os diplomas legais sempre disciplinaram severas penas ao delito de homicídio, ignorando os motivos do agente. O Código Penal de 1890, não trouxe grandes modificações. Portanto, o homicídio eutanásico, permaneceu sancionado com os mesmos rigores do homicídio simples. As Leis Penais de 1932 se mantiveram igualmente inertes no que se refere a qualquer tipo de alteração sobre a matéria.

Em 1940, o Código Penal inaugurou um novo tratamento aos que cometiam crimes impelidos por motivo de relevante valor social ou moral (art. 121, § 1º). Previa, pois, a minoração da pena para aqueles que haviam cometido delito, impulsionados pela compaixão face aos sofrimentos irremediáveis de pacientes terminais.

O Código Penal de 1969, mesmo sem ter entrado em vigor, manteve sobre a matéria o entendimento idêntico, ou seja, vislumbrando a piedade como atenuante no crime de homicídio.

O anteprojeto de Reforma da Parte Especial de 1984 não chegou a ser aprovado, porém contemplava a possibilidade de isenção de culpa ao médico que agisse por compaixão. Gerou, todavia, uma considerável confusão nos conceitos de eutanásia passiva e ativa.

O texto constitucional de 1988, em seu artigo 5º, afirmou taxativamente a igualdade de todos perante a lei, inadmitindo distinções e garantindo a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Trata-se do emprego da técnica legislativa no intuito de explicitar o direito à vida como cerne incontestado de todos os direitos fundamentais, reforçando a tutela estatal³⁸⁴.

A complexidade gerada é se, a qualquer indivíduo ou a qualquer autoridade pública, é facultado tirar a vida de um embrião, de um feto, de um bebê, de um adulto portador de algum tipo de deficiência ou simplesmente de alguém que, nos parâmetros sociais, seja considerado inútil³⁸⁵.

A rigor, contudo, há um elo indisfarçável entre a ética e as molduras do conceito de vida humana, evidenciado no fato do ser humano ser um animal essencialmente carente de justificativas. A propósito, “O fato de alguém ser morto por meio indolores não altera a justiça básica de ele ser drasticamente privado do direito”³⁸⁶

Essa valorização da vida, embora já destituída de autonomia³⁸⁷, deve igualmente assegurar uma morte tranqüila quando já foram exauridos todos os esforços para manter a

³⁸⁴ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 292.

³⁸⁵ ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 985-986. Entende-se por útil, “o que é meio ou instrumento para um fim qualquer. Nesse sentido a utilidade foi definida por Alberto Magno, Geulinx e Haumgarten; é um caráter das coisas. [...] Nesse sentido, por um lado a utilidade tornou-se fundamento da doutrina moral chamada utilitarismo e, por outro lado, conceito fundamental da economia política. Na primeira direção, Hume já perguntava “porque a utilidade agrada”, e encontrava a resposta a essa pergunta na indissolúvel a natural simpatia do homem para com o outro homem. A coincidência da utilidade individual com a social estava assim já postulada e passou a ser um dos temas do utilitarismo. Bentham definia utilidade como “a propriedade de um objeto em virtude da qual ele tende a produzir benefício, vantagem, prazer, bem ou felicidade. No campo da economia política, por útil entendeu-se habitualmente “tudo o que satisfaz uma necessidade”.

³⁸⁶ VARGAS, A. C. **Problemas de Bioética**. São Leopoldo: Unisinos, 2001, p. 236.

³⁸⁷ PESSINI, Leo. **Eutanásia: por que abreviar a vida?** São Paulo: Loyola, 2004, p. 187. “Muitas, talvez a maioria, das decisões médicas as respeito da vida e da morte precisam ser feitas em favor de pessoas que não podem expressar qualquer desejo, seja porque elas ainda não tenham desenvolvido a capacidade de formular

sobrevivência do paciente, isto é, constatando-se a inutilidade terapêutica e, portanto, sendo justificada a suspensão ou retirada do tratamento.

A respeito da eutanásia há uma tipologia tripla, a dizer, ativa, passiva e social³⁸⁸. Por eutanásia positiva ou ativa compreende-se a ação direta que provoca a morte do paciente mediante algum recurso letal. Por eutanásia negativa ou passiva entende-se a decisão de omitir ou interromper os cuidados médicos (medicamentos, aparelhos etc.) que prolongariam a vida do enfermo³⁸⁹. Dessa forma, todas essas situações giram em torno de uma questão ética: O respeito à dignidade da pessoa humana.

A eutanásia passiva voluntária é simplesmente a recusa de tratamento, ou seja, o uso de meios ordinários ou de meios extraordinários. O primeiro se refere aos cuidados essenciais, fundamentais para o ser humano tais como: alimentação, higiene etc. Já os meios extraordinários são meios terapêuticos considerados inúteis para o estado do paciente.

Os defensores da modalidade positiva, apesar da controvérsia moral, aduzem como o motivo de sua aplicação a compaixão, o sofrimento compartilhado³⁹⁰. Já os da eutanásia passiva entendem que esta não implica no abandono do doente terminal. Advertem que são dispensados todos os outros cuidados essenciais até o óbito³⁹¹.

O Estado tem como tarefa precípua a de proteger o social, o público e o coletivo, numa harmônica relação com os interesses dos particulares, mesmo em circunstâncias que incluam casos como a eutanásia face ao consentimento da vítima?

De fato, a dignidade da pessoa humana nos norteia na percepção de que tratamentos ineficazes só trarão mais sofrimento e angústia, não só para o indivíduo, mas também para toda a sua família.

Muitos autores afirmam que antes de qualquer ação estatal que impeça a disponibilidade da realização da eutanásia, deve prevalecer o direito de morrer dignamente, ou seja, com o mínimo de sofrimento possível.

A propósito, tem se argumentado ainda a respeito dos limites da validade do consentimento para a prática da eutanásia, concedido pelo paciente ou por quem tenha legitimidade para representá-lo.

Sobre as questões relacionadas à liberdade do indivíduo e às intervenções de terceiros nos atos de disposição da vida, enfatizando as restrições reafirmadas na Constituição Federal de 1988, tem-se que:

[...] a decisão de morrer não pode ser interpretada como um ato de liberdade da vítima, ou de livre desenvolvimento de sua personalidade, visto que a própria morte, produzida por si mesmo ou por um terceiro, implica verdadeira destruição e fim daquele desenvolvimento. O direito à vida, pressuposto material do exercício de todos os demais direitos, constitui antecedente lógico da liberdade humana e não pode ser por ela sobrepujado. É de notar, porém, que o consentimento do titular do bem jurídico nos delitos contra a vida, desde que validamente prestado, não é irrelevante, como o pretende a doutrina majoritária, devendo ser considerados seus efeitos atenuatórios da responsabilidade, por influir na magnitude do injusto penal.³⁹²

A eutanásia encontra-se condicionada à vitalidade do paciente³⁹³. As diferentes formas da eutanásia recebem tratamento igualmente diverso na seara penal. A eutanásia pura que

desejos e intenções, seja porque tal capacidade tenha sido destruída por doença de acidente – às vezes chamada de eutanásia não voluntária fundamental a vida”.

³⁸⁸ WANDERMUREN, Jonathas Lucas. Aspecto ético-religioso da eutanásia. **Consulex**, ano 9, n. 199, 30 abr. 2005.

³⁸⁹ VARGAS, A. C. **Problemas de Bioética**. São Leopoldo: Unisinos 2001, p. 236.

³⁹⁰ MARANHÃO, J. L. S. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 56-57.

³⁹¹ CARVALHO, G. M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 115-116.

³⁹² CARVALHO, G.M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 121-122.

³⁹³ O atual Código de Deontologia Médica, no artigo 6º, afirma claramente sua preocupação com o valor da vida humana, *in verbis*: O médico deve guardar absoluto respeito pela vida humana, atuando sempre em benefício do paciente. Jamais utilizará seus conhecimentos para gerar sofrimento físico ou moral, para o extermínio do ser humano ou para permitir e acobertar tentativa contra sua dignidade e integridade.

implica na atuação do médico e a omissão dos cuidados recai no tipo definido no art. 13, § 2ºb, do Código Penal.

A eutanásia ativa indireta, por outro lado, não se subsume ao tipo do delito de homicídio, pois não faz parte da intencionalidade do autor em abreviar a vida da vítima, mas de aliviar seus sofrimentos.

Já eutanásia ativa direta é punível em todos os casos, mesmo com existência de consentimento por parte do moribundo. “É unânime o entendimento de que o consentimento do ofendido, nos delitos contra a vida humana, não tem o condão de afastar por completo a ilicitude do fato.”³⁹⁴

A eutanásia passiva se enquadra na esfera de comportamento punível dos profissionais da área da saúde que fazem parte da prática médica e por isso são jurídico-penalmente irrelevantes.

Nesse caso, se o paciente é adulto e consciente da gravidade de sua moléstia e de suas conseqüências e riscos, recusando-se a submeter-se ao tratamento, exime o médico de qualquer punição.

Se houver a submissão forçada do paciente para que seja efetuada a terapêutica, restará caracterizado o constrangimento ilegal (art. 146 do CP), indo, portando de encontro ao princípio da dignidade da pessoa humana. Só se justificaria, enfim, tal intervenção médica em casos de iminente perigo da vida (art. 146, § 3º, I).

Aos pacientes menores ou incapazes de prestar uma recusa válida (deficientes mentais, por exemplo), face às situações em que haja perigo de vida é dever do médico intervir, ainda que exista a recusa de pais ou representantes legais.

Respeitando a liberdade religiosa do paciente, o médico poderá oferecer ao paciente tratamento alternativo, desde que exista essa outra opção terapêutica³⁹⁵. Porém, a prerrogativa de optar só é válida para pacientes conscientes.

Caso contrário, o médico poderá e deverá intervir, não configurando o delito de constrangimento ilegal do art. 146 § 3º, I do Código Penal. Registra-se que não se admite a recusa feita por familiares ou de seus representantes legais, valendo igualmente para os incapazes.

O mais recente Anteprojeto de Reforma da Parte Especial do Código Penal, de 1999, regulamentou a eutanásia ativa direta na forma do homicídio privilegiado (art. 121 § 3º).

Cumpre salientar que a eutanásia passiva, nos casos em que o paciente não queira iniciar o tratamento ou almejar suspendê-lo, o Anteprojeto silenciou, permanecendo como mera causa de diminuição de pena por motivo de relevante valor moral, sendo mantida nos mesmos termos do homicídio privilegiado.

Na eutanásia ativa, pura ou genuína, e na indireta, o sujeito ativo do homicídio eutanásico será apenas o médico orientado pelo *lex artis*. Para a eutanásia ativa direta, não só o médico, mas qualquer pessoa que preencha os requisitos poderá ser autor do homicídio.

Nesta categoria admite-se co-participação e a co-autoria.

A eutanásia passiva é uma modalidade que admite apenas o médico como autor (delito próprio), portanto somente a ele é dada a prerrogativa de suspender o tratamento terapêutico ou de não iniciá-lo.

A distanásia, por outro lado, (do grego *dis*, afastamento, e *thánatos*, morte lenta, ansiosa e com muito sofrimento) consiste no emprego de recursos médicos com o objetivo de prolongar o máximo possível a vida humana.

Essa prática consiste, de fato, no emprego de todos os meios terapêuticos para o prolongamento do estado do paciente, inclusive os meios extraordinários e experimentais.

A eutanásia e a distanásia³⁹⁶, como procedimentos médicos, tem em comum a preocupação com a morte do ser humano e a maneira mais adequada de lidar com isso.

³⁹⁴ CARVALHO, Gisele Mendes. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 158.

³⁹⁵ MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires, BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 409.

O termo *distanásia*³⁹⁷ ainda é pouco conhecido e pouco utilizado no meio acadêmico científico brasileiro, o contrário do que acontece com seu antônimo “*eutanásia*”.

Com a modernização da medicina, novas atitudes e abordagens diante da morte e do doente terminal emergiram. Enfermidades que eram consideradas letais, hoje em dia, com tratamento adequado, são passíveis de cura. Outro aspecto inovador da contemporaneidade é a tecnologia dos novos fármacos e na extraordinária gama de equipamentos sofisticados que auxiliam nas descobertas da cura das doenças e apontam a possibilidade de intensa medicação no processo de morte.

De fato, trata-se de uma conseqüência inevitável do progresso nas áreas da ciência e da tecnologia biomédica. Deriva daí a grande indagação da forma como deve ser aplicado esse potencial biotecnológico sem violar a dignidade da pessoa humana.

No Brasil, numa tradição da ética médica codificada, havia uma tendência para a *distanásia*, de acordo com o Código de 1931, que afirmava ser obrigação da medicina a conservação e prolongamento da vida.

No atual Código de 1988, verifica-se que há uma alteração no sentido de não se prolongar ao máximo o tempo de vida, independentemente do estado do paciente. Por isso não há nenhuma obrigação de iniciar ou de continuar uma intervenção terapêutica quando o sofrimento ou o esforço são desproporcionais aos benefícios reais para o paciente.

A conduta médica não será ilícita, nem culpável, do ponto de vista jurídico, exceto se os meios extraordinários forem empregados com o propósito de encurtar a existência do paciente, caso que se caracterizará como homicídio. O importante é viver e morrer com dignidade.

Parte da doutrina emprega o termo *ortotanásia* (do grego *orthos*, normal, correta e *thánatos*, morte) em alusão à *eutanásia* passiva ou por omissão. Daí, pode ser definida como a “deliberada abstenção ou interrupção do emprego dos recursos utilizados para a manutenção artificial das funções vitais do enfermo terminal, deixando assim que ele morra naturalmente, nos casos em que a cura é considerada inviável”³⁹⁸, traduzindo-se no auxílio dado pelo médico ao processo natural da morte, não havendo relevância nas distinções conceituais entre tais recursos.

Por tratamento ordinário entende-se: alimentação, alojamento, analgésicos, narcóticos e sedativos destinados a aliviar o sofrimento. Já os meios extraordinários são os tratamentos experimentais, caros, de alta tecnologia e, em sua maioria, de caráter agressivo.

Para outra parcela da doutrina, o pensamento é de não se fazer alusão da *eutanásia* passiva como a *ortotanásia*. Pois no sentido etimológico da palavra a *ortotanásia* é (morte natural, correta), ou seja, o direito que o ser humano tem de morrer digna e naturalmente.

De acordo com essa doutrina, a *ortotanásia* consiste na “morte a seu tempo”, sem que haja as abreviações da vida e nem o seu prolongamento irracional. Seria a supressão ou limitação de todo e qualquer tratamento fútil, ante a inevitável morte do paciente.

Na *ortotanásia* o que se discute é a obrigação de continuar com o tratamento ordinário, não os extraordinários, uma vez que trariam tão somente angústia com o prolongamento do padecimento desnecessário. Consiste, de fato, em renunciar aos meios extraordinários e dispendiosos, por se tornarem inadequados à situação real do doente, não proporcionando mais a cura.

Admitir a *ortotanásia* é permitir, ao doente que entrou na fase final de sua vida e também para aqueles que o cercam, enfrentar a morte serenamente, já que a morte não é uma doença a curar, mas a conseqüência natural da vida.

Uma vez aceita essa distinção entre curar e cuidar do paciente terminal, ou seja, entre manter a vida quando isso é o procedimento correto e permitir que a pessoa morra sem

³⁹⁶ GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: poder e justiça. São Paulo: Loyola, 2003, p. 391.

³⁹⁷ PESSINI, Leo. **Eutanásia**: por que abreviar a vida? São Paulo: Loyola, 2004, p. 390.

³⁹⁸ CARVALHO, G. M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 27.

prolongamento infinito de sua miséria, é a única maneira de respeitar o bem-estar da pessoa humana, garantindo a dignidade em seu viver e em seu morrer³⁹⁹.

Resta a sugestão de alteração, no anteprojeto do Código Penal-Parte Especial 1999, da parte relativa à ortotanásia (121 § 4º), como sendo uma hipótese de exclusão de crime, tendo seu agente ativo na figura do médico.

Com efeito, a ortotanásia opõe-se a distanásia. E não se identifica com a eutanásia passiva, porquanto nesta são retirados do paciente os meios ordinários, que são comuns a sustentação da vida. É, nesse caso, consentida a temporalidade real da morte, considerando que apenas os meios ordinários serão mantidos⁴⁰⁰.

A morte do paciente que se encontra em estado terminal e que se torna impossível de reverter o quadro clínico, não pode ser considerada como sendo uma morte arbitrária, ou seja, não gera um resultado antijurídico, ao contrário, será considerada como uma morte "digna", constitucionalmente incensurável.⁴⁰¹

Para cada caso concreto, porém, é necessária uma ponderação. Dessa forma, a base desse sopesamento decorre de uma razoabilidade do que venha a ser "morte digna", pois existem dois lados: um é o interesse de proteção de um bem jurídico que tende a proibir todo tipo de conduta perigosa relevante que possa ofendê-lo e o outro que é o interesse geral de liberdade que o ser humano é detentor que procura assegurar um âmbito de liberdade de ação, sem nenhuma ingerência estatal, estando amparado e fundado em valores constitucionais fundamentais como o da dignidade humana⁴⁰².

Os dispositivos⁴⁰³ constitucionais pertinentes ao tema estão plenamente amparados no nosso ordenamento jurídico nos artigos 1º e 5º, dentre outros. Tais disposições constitucionais nos conduzem à conclusão de que o indivíduo pode deixar de querer prolongar o sofrimento sem ferir um bem juridicamente tutelado.⁴⁰⁴

A rigor, na esfera constitucional o que prevalece na abordagem sobre a morte digna é o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à liberdade. Eles não são conflitantes com o direito à ortotanásia, constituindo, pois, o amparo jurídico à dignidade da pessoa humana até o momento de seu óbito, isto é, até os limites extremos da sua personificação.⁴⁰⁵

³⁹⁹ PESSINI, Leo. **Eutanásia**: por que abreviar a vida? São Paulo: Loyola, 2004, p. 226.

⁴⁰⁰ WORLD Medical Journal, [s. l.], nov./dez. 1968, p. 133. A definição de morte encefálica foi divulgada e, conseqüentemente, a Associação Médica Mundial formulou a declaração de Sidney, em 1968, na qual restou assentado que: "Uma dificuldade é que a morte é um processo gradual, a nível celular e que a capacidade dos tecidos, para suportar a falta de oxigênio, é variável. Sem embargo disto, o interesse clínico não reside no estado de conservação das células isoladas, mas no destino da pessoa. Em decorrência, o momento da morte de diferentes células e órgãos não tem tanta importância, como a certeza de que o processo tornou-se irreversível, quaisquer que sejam as técnicas de ressuscitação que se possam aplicar. Esta conclusão se deve basear no juízo clínico, complementado, caso necessário, por diversos instrumentos auxiliares de diagnóstico, dos quais o mais útil é atualmente o eletroencefalógrafo. Em qualquer caso, nenhuma prova instrumental isolada é inteiramente satisfatória no estado atual da medicina nem qualquer método pode substituir o ditame global do médico."

⁴⁰¹ GOMES, Luiz Flávio. Eutanásia, morte assistida e ortotanásia: dono da vida, o ser humano é também dono da sua própria morte? **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1305, 27 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9437>>. Acesso em: 25 out. 2007.

⁴⁰² DWORKIN, Ronald. **Domínio da Vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 338.

⁴⁰³ SALES, Gabrielle Bezerra. **Teoria da Norma Constitucional**. São Paulo: Manole, 2004, p. 143.

⁴⁰⁴ AWAD, Fahd. O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 20, n. 1, 2006, p. 111.

⁴⁰⁵ PESSINI, Leo. **Eutanásia**: por que abreviar a vida? São Paulo: Loyola, 2004, p. 273.

A relevância constitucional do princípio da dignidade da pessoa humana redimensiona o indivíduo, colocando-o no centro do ordenamento jurídico. A pessoa humana passa a ser o foco principal da tutela jurídica e por isso devem ser preservadas todas as condições e os valores que a integram, tais como: a liberdade, a integridade física, a saúde, a vida e também a morte, desde que circunscrita à noção de dignidade.

Essa entronização do indivíduo no centro da tutela constitucional impede que o ser humano seja reificado, ou seja, posto como objeto a mercê de quaisquer interesses, seja na esfera pública ou privada.⁴⁰⁶

A condenação da prática da eutanásia pode ser considerada um pressuposto na maioria dos ordenamentos jurídicos, nos quais se busca a formulação de uma norma fundamental⁴⁰⁷, despida de considerações de ordem moral e alheia a fatores externos à lei.

Especialmente, porque as conseqüências advindas desse fato, aqui concebidas em conformidade com a noção de justiça, implicariam na necessidade de definir quais são os bens tutelados que, no tocante à vida ou à morte, estão plenamente amparados pela constitucionalização⁴⁰⁸ da dignidade da pessoa humana⁴⁰⁹.

Diante de todos esses conflitos, sobre qual seria o melhor caminho a se buscar no caso de paciente terminal e comatoso; é que surgem muitos questionamentos não só na seara médica, como no seara jurídica, gerando a zona de transdisciplinariedade que caracteriza o discurso bioético.

Um paciente clinicamente morto, de maneira irreversível, que posterior venha a ser submetido à reanimação, deve ser assistido indefinidamente? Ou, após um determinado momento, é mais prudente deixar que se opere sua morte biológica e completa?

Casos como esses, nos quais a possibilidade de cura é algo nulo, os processos de prolongamento da vida irão trazer apenas agonia aos pacientes terminais. São normalmente

⁴⁰⁶ GORCZEWSKI, Clovis et al. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista do Direito**, São Paulo, n. 24, jul./dez. 2005, p. 168.

⁴⁰⁷ CANARIS, Claus-Wilhelm. A Influência dos Direitos Fundamentais sobre o Direito Privado na Alemanha. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, Fortaleza, n. 3, jan./jun. 2004, p. 375. "No fato de os direitos fundamentais, enquanto parte da Constituição, terem um grau mais elevado na hierarquia das normas do que o Direito Privado, podendo, por conseguinte, influenciá-lo. De outro modo, a Constituição, em princípio, não é o lugar correto nem habitual para regulamentar as relações entre cidadãos individuais e entre pessoas jurídicas. Nisso consiste, ao contrário, a tarefa específica do Direito Privado, que desenvolveu nesse empenho uma pronunciada autonomia com relação à Constituição; e isso não vale apenas em perspectiva histórica, mas também no tocante ao conteúdo, pois o Direito Privado, em regra, disponibiliza soluções muito mais diferenciadas para conflitos entre os seus sujeitos do que a Constituição poderia fazer. Disso resulta uma certa relação de tensão entre o grau hierárquico mais elevado da Constituição, por um lado, e autonomia do Direito Privado, por outros."

⁴⁰⁸ DWORKIN, Ronald apud TORRES, Ricardo Lobo. Teoria dos Direitos Fundamentais. **Revista Atualizada**. 2. ed. Rio de Janeiro: 2001, p. 147-148. Moral e Direito numa visão unificada, Dworkin pensa no ordenamento jurídico positivo apenas como uma providência destituída a conferir maior segurança às relações jurídicas. As normas, no seu entender, devem ser sustentadas por princípios morais, os quais na verdade, são seu fundamento de validade. Daí a conclusão de que tais princípios podem, inclusive, afastar a aplicação de normas que lhes contrariem. Para Dworkin, a Moral se manifesta através de princípios, seja orientando a elaboração das normas, seja através da aplicação direta ao caso concreto, realizada pelo juiz. Portanto, aceitando-se uma definição de Direito como sendo apenas o texto positivado, chega-se à conclusão de que a Moral deve ser posta acima do Direito. A idéia que surge deste raciocínio é a de que a Moral é prévia ao Direito e deve ser resguardada por seus instrumentos. Desta afirmação de que os valores morais estão superpostos às leis escritas, nasceram conclusões interessantes, que merecem em estudo individualizado.

⁴⁰⁹ OLIVEIRA, Patrícia de Almeida e. Importância da Bioética no âmbito médico-científico em prol da defesa de direitos humanos fundamentais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1563, 12 out. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10510>>. Acesso em: 25 out. 2007.

pacientes internados e submetidos a procedimentos dolorosos e fúteis, sobrevivendo tão somente a custo de isolamento e sofrimento desnecessário, caracterizando o que se identifica como obstinação terapêutica.

Ademais, a formação dos profissionais em medicina lhes impõe o dever de prolongar a vida e vencer a morte, vislumbrando-a não como processo natural, mas certo fracasso no seu conhecimento e com a tecnologia médica. Todavia, importa considerar que a morte não representa um fracasso, uma derrota.

Por conseguinte, há normalmente a obstinação⁴¹⁰ em impor cada vez mais tratamentos terapêuticos, assim como os medicamentos como solução para todas as situações da vida; gerando as incomensuráveis ansiedades de cura que a medicina atualmente⁴¹¹ implanta na sociedade.

Tendo em vista a dificuldade em se aferir qual o tratamento mais benéfico para o paciente que se encontra sem perspectiva de vida, resta empregar os meios ordinários, por serem vias menos dolorosas não só para o paciente como para a sua família.

O certo é que deve ser feita uma análise casuística, devendo estar vinculada ao conceito valorativo de qualidade de vida, na busca da função de benefício ou bem-estar.

Na década de 80, surgiu a expressão “tratamento fútil” ou “tratamento inútil”, que significa que o profissional da saúde não poderá abandonar o tratamento com indivíduo mesmo que não esteja surtindo os efeitos desejados. Portanto, deveria o médico permanecer com o paciente enquanto houver resquício de vida.

Conforme Garcia a expressão futilidade se refere às práticas de tratamentos desnecessários, consistindo num termo técnico para designar o que é aplicado num paciente e não produz benefício algum, mas um dano.⁴¹²

O que a ortotanásia visa é a importância de não programar terapêuticas desnecessárias, fruto de uma simples histeria, mas que seja a forma mais benéfica ou a que se julgue mais apropriada para o caso concreto. A distinção entre meios ordinários e extraordinários é que define o que deve ser mantido e o que deve ser sustado.

Essa morte correta que a doutrina moderna vem defendendo e explicando se dá mediante a suspensão ou limitação de tratamento fútil, que seja extraordinário ou inapropriado, ante a morte inevitável do paciente em estado terminal.

A eutanásia passiva provoca a morte do enfermo terminal por omissão aos cuidados paliativos que sejam ordinários, haja vista que, tais procedimentos são vitalmente imprescindíveis.⁴¹³

Diante dessas situações supra-expostas, o conceito e entendimento de ortotanásia não se aproximam da definição de eutanásia passiva, vez que a última provoca a morte do enfermo terminal por omissão do tratamento ordinário.

O principal questionamento⁴¹⁴ a respeito da ortotanásia é a legitimidade de se continuar o tratamento que mantém as funções vitais do paciente terminal. Em contrapartida, a eutanásia

⁴¹⁰ GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética: poder e justiça**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 395. “Diante deste critério, muito difundido entre os médicos, já ia ganhando corpo a tese de que não é digno nem prudente continuar agredindo a pessoa doente quando praticamente não existe mais possibilidade de continuar a viver. Afirma-se que não é o mesmo ajudando a viver quem está vivendo e impedir de morrer quem está morrendo. Surgiram expressões para nomear toda esta problemática, entre outras a de ‘obstinação terapêutica’. Nem tudo o que é tecnicamente possível é eticamente correto, e a luta pela vida deve levar em conta alguns limites racionais e humanos, para além dos quais se comportam a dignidade humana. É neste contexto que surge o debate da futilidade”.

⁴¹¹ KOVÁCS, Mário Júlio. Autonomia e o direito de morrer com dignidade. **Bioética**, v. 6, n. 1, 1998, p. 63.

⁴¹² GRACIA, Diego apud GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética: poder e justiça**. São Paulo: Loyola, 2003, p. 396.

⁴¹³ CARVALHO, Gisele M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 28.

⁴¹⁴ O Conselho Federal de Medicina, por seu turno, dispôs em documento publicado no Diário Oficial de 28/11/06, sobre a legitimidade da suspensão dos meios extraordinários de subsistência em casos

passiva abandona as técnicas que acelerariam a morte. Já na ortotanásia o que se discute é a obrigação de atuar, de continuar o tratamento extraordinário mediante a constatação de que não produzirá o efeito esperado da cura ou mesmo da melhora do estado clínico do paciente.⁴¹⁵

Atualmente o entendimento do Conselho Federal de Medicina (CFM) é de que a partir da fase de irreversibilidade do quadro clínico, o paciente terminal deve o receber os “cuidados paliativos”, que consistem em medicação para aliviar os sinais e sintomas da doença.

Essa conduta médica consiste na ortotanásia, que leva em conta os limites do ser humano, e a compreensão de que a morte é um processo, de que não se trata de uma derrota, mas do fim do ciclo da vida⁴¹⁶.

O anteprojeto de reforma do Código Penal que tramita no Congresso Nacional admitiria a possibilidade da ortotanásia mediante consentimento do paciente ou de algum familiar (art. 121 parágrafo 4º do anteprojeto), intentando assim diminuir o sofrimento do paciente já que não haveria mais nenhuma perspectiva de cura. A ortotanásia seria então considerado como uma prerrogativa ou uma opção do paciente mediante o estabelecimento formal do seu consentimento.

Não teria, portanto, o intuito de determinar a morte de alguém sem deixar que o tempo normal determine a hora do óbito. Por isso é que a ortotanásia não constitui crime.

Alguns doutrinadores admitem que a ortotanásia atenda ao princípio constitucional o qual garante que “[...] ninguém será submetida a tortura nem tratamento desumano ou degradante (art. 5º inciso III).

No Brasil, os muitos diplomas que regeram a vida da colônia e do império nos séculos XVI, XVII e XVIII, foram unânimes em reservar severas sanções ao delito de homicídio, mesmo com a anuência da vítima.

O Código Criminal do Império manteve a postura semelhante para não atenuar a pena do homicídio. Foi o de 1830, o primeiro código a tipificar como conduta passível de punibilidade penal, o auxílio ao suicídio.

Em 1890 o Código Penal não operou maiores alterações, mantendo o que já estava estabelecido. Já o Código Penal de 1940 inaugurou um novo tratamento a esse tema, ao prever a hipótese de diminuição de pena para o agente que cometesse um crime impellido por motivo

desesperançados, mas não acrescentou haver obrigação de entreter a vida do paciente retirado do CTI mediante os recursos ordinários e corriqueiros da Medicina (injeções, soro, alimentação etc.).

Art. 1º É permitido ao médico limitar ou suspender procedimentos e tratamentos que prolonguem a vida do doente em fase terminal, de enfermidade grave e incurável, respeitada a vontade da pessoa ou de seu representante legal.

§ 1º - O médico tem a obrigação de esclarecer ao doente ou a seu representante legal as modalidades terapêuticas adequadas para cada situação.

§ 2º - A decisão referida no caput deve ser fundamentada e registrada no prontuário.

§ 3º - É assegurado ao doente ou a seu representante legal o direito de solicitar uma segunda opinião médica.

Art. 2º - O doente continuará a receber todos os cuidados necessários para aliviar os sintomas que levam ao sofrimento, assegurada a assistência integral, o conforto físico, psíquico, social e espiritual, inclusive assegurando-lhe o direito da alta hospitalar.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

⁴¹⁵ SOUSA, Deusedith. Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia. *Pensar*, Fortaleza, ano 4, v. 3, n. 3, p. 150-159, jan. 1995.

⁴¹⁶ MOURA, Elizabeth M. Eutanásia, ortotanásia e doações de órgãos. *Direito Constitucional e Internacional*. São Paulo, 2007, p. 44.

de relevante valor social ou moral (art. 121. § 1º). O exemplo de relevante motivo de valor moral pode ser entendido como “a compaixão ante o irremediável sofrimento da vítima”.

Em 1984, a Lei 7.209, promovia a reformulação da Parte Geral do Código Penal, mas o Anteprojeto de Reforma da Parte Especial não chegou a ser aprovado. A proposta era de isentar o médico de pena se houvesse o consentimento da vítima ou se ela estivesse impossibilitada de fornecê-lo, caberia aos ascendentes, aos descendentes, ao cônjuge ou ao irmão, que pudessem antecipar a morte evitando tanto sofrimento (art. 121 § 3º).

Foi, entretanto, revisto pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciário, que jamais o encaminhou para o Congresso Nacional. Só em 1994 é que o projeto foi levado adiante e recebeu o nome de Esboço de Anteprojeto de Código Penal da Parte Especial, no qual o homicídio eutanásico era disciplinado de modo singular.

O anteprojeto de Código Penal-Parte Especial de 1998 concedia tratamento privilegiado para o autor de homicídio “por compaixão a pedido da vítima”. (Art. 121, § 3º) e, ao mesmo tempo, excluía a ilicitude da conduta do médico (Art. 121 § 4º). A própria exposição de motivos no texto cuidava de distinguir as formas de eutanásia, a figura prevista no art. 121 § 4º corresponderia à ortotanásia”.

Por fim, uma nova proposta veio à tona, no anteprojeto da Parte Especial do Código Penal de 1999, que fixa sanções mais brandas que o projeto anterior para quem comete a eutanásia ativa, desde que seja o autor do delito o cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, irmão ou quem tivesse estreitos laços com vítima e que tenha agido por compaixão a fim de abreviar-lhe tamanho sofrimento, em razão do estado terminal devidamente diagnosticado (Art. 121 § 3º).

No que tange à exclusão de ilicitude – ortotanásia – houve uma pequena alteração, dando preferência do cônjuge ou companheiro em detrimento dos ascendentes e descendentes do moribundo (art. 121 § 4º).

O referido Anteprojeto do Código Penal de 1999 cuidou bem em regular a eutanásia ativa direta como hipótese de homicídio privilegiado. O legislador não incorreu, porém, no mesmo acerto ao prever, para a ortotanásia a simples exclusão da ilicitude, quando na verdade cuida-se aqui de atipicidade da conduta.

A ortotanásia é um novo modelo de moralidade, sendo um novo sistema ético da vida e da morte. A sua busca é no sentido de priorizar a pessoa que se encontra no estado terminal e não mais o tratamento da doença com a finalidade de prolongar aquela vida. Apesar da questão da ortotanásia girar em torno de tema trágico como é a morte, ela tem uma grandeza ao defender a dignidade humana.

No Brasil, não há autorização legal para a eutanásia nem para o suicídio assistido. Mas a suspensão de esforço terapêutico está autorizada na Constituição Federal e no novo Código Civil, que permite ao paciente recusar determinados procedimentos médicos, na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90, artigo 7º III), que reconhece o direito à autonomia do paciente, e no Código de Ética Médica, que proíbe a realização de procedimentos terapêuticos contra a vontade do paciente, fora das situações de emergência médica de salvação, o que não é o caso de doentes com quadros irreversíveis, sem nenhuma resposta a qualquer tipo de tratamento.

Há ainda, uma lei excepcional sobre o tema, isto é, A Lei dos Direitos dos Usuários dos Serviços de Saúde do Estado de São Paulo (Lei nº 10.241/99), que diz: “Art 2º - São direitos dos usuários dos serviços de saúde do Estado de São Paulo: XXIII – recusar tratamentos dolorosos ou extraordinários para tentar prolongar a vida”.

O atual Código Penal, portanto, tem urgência em sua revisão em diversos assuntos dentre os quais a discriminação da ortotanásia.. O que se quer não é legitimidade da prática de matar alguém, mas tão somente deixar que a natureza siga seu caminho, que é a morte, sem que haja tantos sofrimentos, principalmente quando a cura é inevitável.

O princípio da dignidade humana é um dos maiores axiomas da Constituição. Esse princípio, ao lado de outros, constitui num dos fundamentos de nossa Carta Magna. A pessoa humana constitui um valor absoluto que não pode ser ultrapassado pelo Estado em favor de nenhum interesse coletivo.

Diante de todos os direitos fundamentais, a dignidade da pessoa humana é basilar. Por meio dela, do respeito a ela é que os demais direitos são respeitados e se tornam inalienáveis, indisponíveis e irrenunciáveis.

O bem jurídico da vida humana, erigido à categoria de direito fundamental pela Constituição Federal, constitui o fulcro primordial para todos os demais direitos⁴¹⁷. A vida humana é algo sagrado e intangível, o direito surge aliado igualmente ao princípio da qualidade de vida, segundo o qual a vida humana é inerente de dignidade e condições igualitárias uns com os outros.

A dignidade da pessoa humana foi guindada à categoria de princípio fundamental, isto é, fonte última de legitimação do Estado de Direito Democrático. Tal princípio expressa a superioridade que o homem tem em relação a todos os demais seres e objetos da natureza, devendo agir holisticamente com todos eles⁴¹⁸.

Nesse sentido, afirma-se que a vida é o pressuposto da personalidade, dos direitos a ela atribuídos, e é o supremo bem individual. Por isso os direitos da personalidade são inalienáveis, indisponíveis, irrenunciáveis e imprescritíveis. O ser humano não pode dispor de sua vida, ou seja, renunciar à própria vida já que a vida é o bem maior tutelado pelo Estado de Direito. Mas, pode deixar-se falecer, na medida em que abdica da terapêutica abusiva.

Debates surgem, contudo, no tocante ao alcance da indisponibilidade do direito à vida e da legitimidade do representante legal do paciente inconsciente ou incapaz autorizar a ortotanásia.

A dignidade humana⁴¹⁹, constitucionalmente tutelada, nos assegura que ninguém pode ser desprovido da própria vida contra sua vontade. O princípio da dignidade da pessoa humana é norma constitucional de eficácia plena, ou seja, produz, desde o momento de sua promulgação, todos os efeitos essenciais, todos os objetivos especialmente visados pelo o legislador constituinte e incide direta e indiretamente, de modo pleno, sobre a matéria que lhe constitui objeto.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

AWAD, Fahd. O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Justiça do Direito**, Passo Fundo, v. 20, n. 1, 2006.

⁴¹⁷ CARVALHO, Gisele. M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 96. "O direito à vida nem sempre tenha merecido expressa menção por parte dos textos constitucionais. Registre-se, por oportuno, que os direitos humanos atravessaram de primeiro uma fase metapositiva, vale dizer, de independência do Direito vigente na comunidade organizada como Estado, que resultou nas declarações e textos internacionais sobre direitos humanos, cujo mais significativo expoente de 10 de dezembro de 1948."

⁴¹⁸ CASABONA, Romero apud CARVALHO, Gisele M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001, p. 113. O respeito da dignidade humana, consoante expõe o autor, leva consigo a idéia de legitimação democrática e significa ao mesmo tempo seu reconhecimento como princípio material de justiça, prévio e imanente ao Direito positivo o que impede seja considerado apenas mais um interesse dentre vários passíveis de ponderação nas hipóteses de conflito.

⁴¹⁹ SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002, p. 62. "[...] qualidade intrínseca e distinta de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existentes mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos."

- CANARIS, Claus-Wilhelm. A Influência dos Direitos Fundamentais sobre o Direito Privado na Alemanha. **Revista Latino-Americana de Estudos Constitucionais**, Fortaleza, n. 3, jan./jun. 2004.
- CARVALHO, G. M. **Aspectos jurídico-penais da eutanásia**. São Paulo: IBCCRIM, 2001.
- DWORKIN, Ronald. **Domínio da Vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GARRAFA, Volnei; PESSINI, Leo. **Bioética**: poder e justiça. São Paulo: Loyola, 2003.
- GOMES, Luiz Flávio. Eutanásia, morte assistida e ortotanásia: dono da vida, o ser humano é também dono da sua própria morte? **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1305, 27 jan. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9437>>. Acesso em: 25 out. 2007.
- GORCZEVSKI, Clovis et al. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista do Direito**, São Paulo, n. 24, jul./dez. 2005.
- KOVÁCS, Mário Júlio. Autonomia e o direito de morrer com dignidade. **Bioética**, v. 6, n. 1, 1998, p. 63.
- MARANHÃO, J. L. S. **O que é morte**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 292.
- MOURA, Elizabeth M. Eutanásia, ortotanásia e doações de órgãos. **Direito Constitucional e Internacional**, São Paulo, 2007.
- OLIVEIRA, Patrícia de Almeida e. Importância da Bioética no âmbito médico-científico em prol da defesa de direitos humanos fundamentais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 11, n. 1563, 12 out. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10510>>. Acesso em: 25 out. 2007.
- PESSINI, Leo. **Eutanásia**: por que abreviar a vida? São Paulo: Loyola, 2004.
- PEQUENO, Tarcísio. Tempus Fugit. **O Povo**, Fortaleza, 6 jan. 2008. Vida & Arte - caderno de cultura.
- SALES, Gabrielle Bezerra. **Teoria da Norma Constitucional**. São Paulo: Manole, 2004.
- SARLET, I. W. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.
- SOUSA, Deusdedith. Eutanásia, Ortotanásia e Distanásia. **Pensar**, Fortaleza, ano 4, v. 3, n. 3, jan. 1995.
- VARGAS, A. C. **Problemas de Bioética**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- WANDERMUREN, Jonathas Lucas. Aspecto ético-religioso da eutanásia. **Consulex**, ano 9, n. 199, 30 abr. 2005.
- WORLD Medical Journal, [s. l.], nov./dez. 1968.

AD 18: PREGÃO ELETRÔNICO: A TECNOLOGIA A FAVOR DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Felippe Gomes Lima⁴²⁰; William Paiva Marques Júnior⁴²¹

RESUMO

Fundamentado na Lei nº 10.520/02, que institui a modalidade de pregão no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e no Decreto nº 5.450/05, que regulamenta a forma eletrônica. O presente trabalho pretende argumentar a favor da ampliação do uso do pregão eletrônico nas contratações efetivadas pela Administração Pública, bem como introduzir modificações nas demais modalidades, de modo a torná-las mais eficientes. A evolução e as transformações ocorridas em nossa sociedade também não poderiam deixar de ser sentidas no âmbito da Administração Pública em geral. Com um mundo cada vez mais competitivo e inovador, faz-se mister conferir maior dinamicidade aos procedimentos administrativos. Para tanto, vem-se utilizando os avanços tecnológicos à disposição do mundo moderno. Isso, de fato, confere maior agilidade aos atos administrativos. Além disso, é possível imprimir maior transparência e garantir significativa economicidade nas contratações realizadas pela Administração. Há diversas razões que comprovam a maior eficácia deste tipo de pregão. É notoriamente sabido que tal modalidade torna o procedimento licitatório mais acessível a todos os interessados e menos custoso para os cofres públicos. O pregão eletrônico vem sendo, ao longo desses três anos, um instrumento utilizado pelos agentes públicos para a modernização dos atos administrativos. Em termos de resultados práticos, no cotidiano da Administração, o pregão eletrônico já é a modalidade de licitação mais utilizada e com o maior índice de economia em valores reais para os Governos. Diante do excelente histórico, o pregão em sua forma eletrônica tende a alavancar cada vez mais os negócios da Administração Pública.

Palavras-chave: Contratação Pública. Licitação. Pregão Eletrônico.

1 INTRODUÇÃO

O Direito Administrativo é regido por alguns princípios, dentre os quais pode-se citar a supremacia e a indisponibilidade do interesse público, bem como a eficiência. Neste contexto, pode-se dizer que a Administração Pública possui prerrogativas ou privilégios que são desconhecidos no direito privado e também restrições que limitam sua atividade a determinados princípios e fins que não podem ser ignorados.

A Constituição Federal, no seu art. 37, XXI, estabelece que a Administração Pública deve contratar obras, serviços, compras e alienações mediante processo de licitação pública. Este processo deve assegurar a igualdade de condições a todos os concorrentes e somente deverá haver exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Desta forma, com o objetivo de regulamentar esse dispositivo legal, a Administração instituiu a lei 8666/93, a fim de estabelecer normas para licitações e contratos no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Para efetuar essas contratações, existem em nosso ordenamento, algumas modalidades de licitação, são elas: a concorrência, a tomada de preços, o convite, o concurso e o leilão. Os ditames legais sugerem requisitos pré-fixados para que se defina qual a modalidade ou o tipo a ser aplicado no certame licitatório, de modo a obedecer à análise de fatores como qualidade, rendimento, preço, técnica a ser empregada, prazo previsto, entre outros. Tais fatores conjugados ou

⁴²⁰ Aluno do 10º semestre do Curso de Direito.

⁴²¹ Professor Esp., Orientador.

isoladamente determinarão as empresas habilitadas ou aptas a contratar com a Administração Pública.

A Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, mais uma modalidade de licitação denominada pregão, que pode ser na forma presencial ou eletrônica.

A Administração Pública Federal, visando aproveitar a rede mundial de computadores – Internet, e os recursos disponíveis com a evolução das ferramentas de tecnologia da informação, instituiu, por meio do Decreto nº 5.450/05, a modalidade de licitação denominada Pregão Eletrônico e a tornou obrigatória para a aquisição de bens e serviços comuns, salvo nos casos de comprovada inviabilidade.

Neste trabalho, tratar-se-á especificamente do Pregão Eletrônico, com vistas a esclarecer alguns aspectos concernentes a esta modalidade. Inicia-se refletindo acerca de alguns questionamentos, tais como: em que medida o pregão eletrônico influencia o nível de eficiência dos processos licitatórios? Há uma relação entre essa nova modalidade e os graus de burocratização das fases da licitação? Como objetivos específicos almeja-se demonstrar as mudanças que a inserção da modalidade de licitação Pregão Eletrônico trouxe à Lei 8666/93 - Lei de Licitações e Contratos, bem como as vantagens dessa nova modalidade de licitação para a Administração Pública e para toda a sociedade. Em suma, aborda-se o conceito de Pregão, a sua aplicabilidade e os seus efeitos na Administração Pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Licitação é um mecanismo criado para proporcionar, entre outras coisas, uma maior transparência nos ritos processuais no âmbito da Administração Pública. Nesse sentido, instituiu-se a Lei 8.666/93 para regulamentar as contratações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios.

Até a publicação da Lei 8.666/93, foram instituídas apenas cinco modalidades de licitação: concorrência, tomada de preço, convite, concurso e leilão. Nota-se que, até então, nem se falava em pregão. É somente no âmbito da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL que se menciona pela primeira vez esta modalidade.

Dentro do ordenamento jurídico exclusivo do referido órgão regulador, por meio da Lei nº 9.472/97, denominada Lei Geral de Telecomunicações, é que se regulamenta internamente a prática do pregão. Contudo, a aplicação desta modalidade ficava restrita à ANATEL. Diante do alto grau de satisfação, da celeridade e dos excelentes resultados obtidos, a Administração Pública Federal despertou para o Pregão.

Buscando meios de tornar legal a utilização do pregão, a União editou a MP nº 2.026/00. Mais adiante, editou-se a MP 2.182-18, de 23. 8. 2001, que instituiu, apenas no âmbito da União, uma nova modalidade de licitação – o pregão. Por tratar-se de uma norma restrita à Administração Federal, houve dúvidas quanto à sua constitucionalidade. Daí surgiu a necessidade da criação de uma norma geral que abarcasse os atos administrativos de todos os poderes: União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Desta forma, a referida medida provisória transformou-se em norma geral, ampliando seu domínio, por meio da Lei 10.520, de 17.7.2002.

O pregão surgiu como uma nova possibilidade para a aquisição de bens e serviços comuns pela Administração Pública. Uma vez que o conceito de seu objeto não se faz claro, há diferentes interpretações quanto a sua aplicabilidade. Costuma-se definir bens e serviços comuns como sendo aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

É mister, neste momento, dissertar acerca das diferentes definições trazidas por doutrinadores e especialistas em Direito Administrativo.

Marçal Justen Filho posicionou-se a respeito do assunto pronunciando que:

Ou seja, há casos em que a Administração necessita de bens que estão disponíveis no mercado, configurados em termos mais ou menos variáveis. São hipóteses em que é público o domínio das técnicas para a produção do objeto e seu fornecimento ao adquirente (inclusive à Administração), de tal modo que não existe dificuldade em localizar um universo de fornecedores em condições de satisfazer plenamente o interesse público. Em outros casos, o objeto deverá ser produzido sob encomenda ou adequado às configurações de um caso concreto.⁴²²

Já Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, com uma perspectiva mais abrangente da norma, se posiciona da seguinte forma:

a) genérico, abrangendo qualquer tipo de objeto, seja manufaturado, industrializado, com funcionamento mecânico, elétrico, eletrônico, nacional, importado, de elevado preço, pronto ou sob encomenda. Também abrange qualquer tipo de serviço profissional, técnico ou especializado; b) dinâmico, pois depende de o mercado ser capaz de identificar especificações usuais; c) relativo, pois depende do conhecimento do mercado e do grau de capacidade técnica dos seus agentes para identificar o objeto.⁴²³

Como se pode constatar, há um movimento em direção à ampliação do uso do pregão, especialmente o eletrônico. Há até mesmo uma forte corrente defensora de sua ampliação para as obras e serviços de engenharia. Inclusive, há um projeto de lei, 32/07, tramitando no Congresso Nacional. No entanto, diante das inúmeras divergências em torno do assunto, não será tratado a respeito desta questão, pelo menos por enquanto. Entretanto, vale dizer que o assunto poderá vir a ser futuramente o tema de um próximo artigo bastante interessante.

O uso do Pregão vem sendo bastante disseminado no âmbito das Administrações Públicas. A Lei nº 10.520/2002 dispõe sobre a possibilidade do mesmo ser realizado por meio de recursos de tecnologia da informação, sem a exigência da presença física do licitante. No entanto, tratando-se especificamente da matéria, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, regulamenta a forma eletrônica. Observemos o que preconiza o referido Decreto:

Art. 1º A modalidade de licitação pregão, na forma eletrônica, de acordo com o disposto no § 1º do art. 2º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito da União, e submete-se ao regulamento estabelecido neste Decreto.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

A forma eletrônica do pregão tem somado grande número de adeptos na Administração Pública. Ainda mencionando o Decreto 5.450/05, seu art. 4º privilegia esta forma em detrimento da presencial.

Art. 4º Nas licitações para aquisição de bens e serviços comuns será obrigatória a modalidade pregão, sendo preferencial a utilização da sua forma eletrônica.

⁴²² JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão** – Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2003, p. 24.

⁴²³ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de Registro de Preços e Pregão**. Belo Horizonte: Fórum, 2003, p. 422.

§ 1º O pregão deve ser utilizado na forma eletrônica, salvo nos casos de comprovada inviabilidade, a ser justificada pela autoridade competente.

§ 2º Na hipótese de aquisições por dispensa de licitação, fundamentadas no inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, as unidades gestoras integrantes do SISG deverão adotar, preferencialmente, o sistema de cotação eletrônica, conforme disposto na legislação vigente.

Realmente, com o aprofundamento da utilização de plataformas eletrônicas e de novas tecnologias de informação, notadamente o uso da internet, dentro da cadeia das compras governamentais, o pregão eletrônico vem se consolidando como prática no cotidiano da Administração Pública brasileira. Na verdade, o uso das inovações no campo da tecnologia da informação também vem sendo uma tendência bastante difundida no Judiciário. A Lei nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006, dispõe sobre a informatização do processo judicial, visando imprimir aos procedimentos administrativos maior celeridade e transparência.

Volta-se um pouco à questão do surgimento do pregão eletrônico para que se possa detalhar mais a trajetória de sua regulamentação. Essa forma de pregão veio à luz no direito pátrio por intermédio do parágrafo único do art. 2º da Medida Provisória 2.026/00, que instituiu o pregão como modalidade de licitação. Contudo, foi regulamentada pelo Decreto nº 3.697, de 21 de dezembro de 2000, que deu margem a muitas interpretações, dificultando, assim, sua aplicabilidade. Já em 2002, houve a publicação da Lei 10.520, que instituiu o pregão como modalidade. A referida lei fazia menção à utilização de recursos de tecnologia da informação, porém não disciplinava a matéria, deixando tal função a cargo de regulamentação específica.

Diante do problema em torno da questão, o Governo Federal resolveu elaborar nova ferramenta, mais detalhada e adaptada à Lei nº 10.520/02, vindo à tona, então, o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que passou a regulamentar a matéria integralmente.

O pregão eletrônico apresenta sessão pública, cuja interação entre os agentes públicos responsáveis pela realização da licitação (Pregoeiro e Equipe de Apoio) e os licitantes/fornecedores se dá por meio de provedor da Internet. Desse modo, promove-se a ampliação do universo de participantes e proporciona-se maior transparência e publicidade aos ritos do certame. A forma eletrônica permite que qualquer pessoa interessada acompanhe o desenvolvimento da sessão pública e tenha acesso a todos os atos e procedimentos praticados desde a abertura até o encerramento dos trabalhos pertinentes ao procedimento licitatório.

Esta forma de pregão tem como ferramenta essencial o portal de compras públicas do Governo Federal (www.comprasnet.gov.br). Há ainda outros sistemas que permitem a execução do pregão eletrônico, como por exemplo: “Licitações-e”, desenvolvido pelo BB (Banco do Brasil). Além do mais, o pregão eletrônico caracteriza-se como um leilão reverso, no qual a disputa ocorre com o envio sucessivo de lances pela internet. O vencedor é aquele que oferece o menor preço.

A forma eletrônica diferencia-se da presencial, pois, esta última exige, durante os lances, a presença física dos representantes das empresas interessadas em fornecer para o governo. A logística para deslocamento do licitante acaba, por muitas vezes, tornando mais onerosas as aquisições governamentais. Ademais, a forma presencial dificulta a participação de empresas de pequeno porte e microempresas de estados diferentes de onde será realizada a fase de lances. Logo, o pregão eletrônico vai ao encontro do que dispõe a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, uma vez que oferece igualdade de condições às microempresas e empresas de pequeno porte para participar do certame. Na referida lei, admite-se tratamento diferenciado e simplificado às micro e pequenas empresas, no que diz respeito às contratações públicas da União, Estados e Municípios. Podemos citar como exemplo desse tratamento diferenciado, as situações denominadas empate ficto, ou seja, nos casos em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte forem iguais ou até 5% (valor

fixado para a modalidade de pregão) superiores a melhor proposta, estas serão consideradas vencedoras, como forma de incentivar o seu desenvolvimento.

É com segurança que se pode afirmar também que o pregão eletrônico é, hoje, a modalidade mais rápida e eficiente de contratação. O processo de contratação dura em torno de 17 (dezesete) dias desde a publicação do edital até a definição dos resultados finais. Certamente, é esta celeridade que garante ao pregão eletrônico lugar de destaque entre as modalidades de licitação.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este artigo foi realizado por meio de pesquisas bibliográfica, documental e exploratória, inclusive atuando o Autor como pregoeiro na Administração Pública Federal. Ocupa-se fundamentalmente das contribuições de alguns autores sobre o tema Pregão Eletrônico, com a finalidade de debater sobre o assunto. Colocam-se em pauta as diferentes posições a respeito da ampliação do uso dessa nova modalidade de licitação como um todo e nos posicionaremos a favor dessa ampliação. A fim de serem comprovados os benefícios trazidos pelo pregão eletrônico às contratações públicas, serão expostos alguns dados estatísticos obtidos junto a Secretária de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

É interessante remeter-se à época em que o pregão eletrônico foi criado pela ANATEL. Desde então, os excelentes resultados já eram visíveis e fáceis de serem constatados. Solon Lemos Pinto, profissional da área de tecnologia da informação, em sua reflexão sobre os resultados da ANATEL com o advento do pregão, tece a seguinte consideração:

A Lei n. 9.472, de 16 de julho de 1996, instituiu o pregão na Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Como resultado da utilização dessa modalidade de licitação, a ANATEL tem conseguido, em média, reduções de 22% entre os preços iniciais e os vencedores. A conformação direta dos participantes possibilitou diminuições de preços expressivas, como a redução de 62% na contratação de serviços de saúde e de 68% na aquisição de softwares para uso na internet. Além disso, a duração do processo licitatório tem sido encurtada para cerca de 20 dias.⁴²⁴

Realmente, o pregão eletrônico passou de uma simples promessa para uma grande realidade dentro da Administração Pública. Podemos comprovar a evolução da modalidade por meio da tabela abaixo.

SLTI/DLSG

Número de processos de compra, segundo as modalidades¹ – 2002 a 2007²

| Modalidades de Compra | Número de Processos de Compra | | | | | |
|----------------------------|-------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| Concorrência | 1.016 | 694 | 739 | 669 | 449 | 556 |
| Concorrência Internacional | 83 | 44 | 58 | 84 | 54 | 70 |
| Convite | 13.744 | 16.688 | 19.800 | 14.074 | 10.339 | 8.177 |
| Tomada de Preços | 3.135 | 2.443 | 2.949 | 2.262 | 1.428 | 1.494 |
| Concurso | 3 | 4 | 1 | 4 | 5 | 6 |
| Pregão Eletrônico | 420 | 1.303 | 2.677 | 13.384 | 27.682 | 35.676 |
| Pregão Presencial | 4.290 | 5.671 | 9.187 | 6.792 | 2.717 | 2.223 |
| Total do Período | 22.690 | 26.847 | 35.411 | 37.269 | 42.674 | 48.202 |

¹ Excluídas as seguintes modalidades: Dispensa de Licitação, Inexigibilidade de Licitação, Tomada de Preços e Concorrência por Técnica e Preço.

² No período De Janeiro a Dezembro.

⁴²⁴ PINTO, Solon Lemos. Pregão Para Menor Preço. **Informativo de Licitações e Contratos**. Curitiba: Zênite, 2000, p. 660.

Tabela 1 – SLTI/DLSG - número de processos de compra, segundo as modalidades – 2002 a 2007 ⁴²⁵

Como se pode observar, ao longo dos anos, o pregão eletrônico vem em uma crescente, superando e muito a utilização de outras modalidades. Em 2004, ano anterior à sua regulamentação, do total de processos de compras envolvendo as diferentes modalidades, 7,6% eram realizados por meio do pregão eletrônico. Com a sua regulamentação, em 2005, através do Decreto 5.450, de 31 de maio, as compras pela forma eletrônica da modalidade de pregão tiveram um significativo crescimento, representando 35,9% do total. Já em 2007, houve um salto ainda mais expressivo, passando para 74% o percentual de uso do pregão eletrônico, tendo como referência as demais modalidades. Este feito não se deve ao acaso, mas sim à redução dos custos do processo, à desburocratização das fases da licitação, bem como à obrigatoriedade da modalidade pregão para bens e serviços comuns, sendo preferencialmente na forma eletrônica.

Quanto à redução dos custos com as contratações, fica bastante evidente na tabela seguinte a discrepância entre o valor referência, ou seja, aquele previamente estimado e o valor homologado da proposta vencedora. Veja-se:

SLTI/DLSG

Evolução da economia gerada pela utilização de pregão eletrônico, em relação ao valor de referência - 2002 a 2007

| Ano | Valor Homologado | Valor Referência | Economia | % |
|-------|-------------------|-------------------|------------------|-------|
| 2002 | 70.481.002,66 | 94.943.071,74 | 24.462.069,08 | 25,8% |
| 2003 | 187.322.543,57 | 242.390.515,80 | 55.067.972,23 | 22,7% |
| 2004 | 534.019.136,85 | 776.518.470,44 | 242.499.333,59 | 31,2% |
| 2005 | 3.384.469.520,26 | 4.677.574.181,85 | 1.293.104.661,59 | 27,6% |
| 2006 | 11.160.573.246,28 | 12.978.392.249,49 | 1.817.819.003,21 | 14,0% |
| 2007* | 16.501.774.594,22 | 19.716.071.376,00 | 3.214.296.783,79 | 16,3% |

* No período De Janeiro a Dezembro.

Tabela 2 – SLTI/DLSG – evolução da economia gerada pela utilização de pregão eletrônico, em relação ao valor de referência – 2002 a 2007 ⁴²⁶

Resumidamente, todos esses benefícios imprimiram maior celeridade às contratações com a Administração Pública. Essa celeridade processual, na verdade, pode ser atribuída ao avanço tecnológico, especialmente, à disseminação, nos últimos tempos, das ferramentas de tecnologia da informação na Administração Pública e nas empresas concorrentes.

5 CONCLUSÃO

A Constituição Federal no seu art 37, *caput*, estabelece princípios básicos da Administração Pública, dentre os quais o da eficiência, que visa proporcionar maior presteza e perfeição às atividades administrativas. Este princípio deve nortear todo e qualquer ato da Administração Pública, imprimindo qualidade e celeridade aos serviços prestados. Caminhando nesta direção e a passos largos, o Pregão Eletrônico tem se destacado grandiosamente como a modalidade que mais prestigia o princípio em questão, transformando-se no “carro-chefe” das contratações.

Contudo, ao defender-se a ampliação do uso do Pregão Eletrônico, não se está, aqui, agindo irresponsavelmente, sem considerar fatores essenciais à garantia da qualidade do bem ou serviço contratado pela Administração. Diante de toda a sistemática da modalidade, o objeto da licitação deve adequar-se às suas características, caso contrário é razoável a

⁴²⁵ Dados obtidos junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento.

⁴²⁶ Dados obtidos junto à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento.

utilização de uma outra mais conveniente. Nada impede também que sejam criados mecanismos legais capazes de modernizar as demais modalidades, adaptando cada tipo de contratação às evoluções tecnológicas, de modo a deixá-las mais dinâmicas e eficientes.

É importante que os procedimentos administrativos acompanhem as mudanças assistidas por nossa sociedade, abandonando de vez o conceito estereotipado de uma administração obsoleta. Deve-se, portanto, se despir de todo e qualquer preconceito, quebrando paradigmas para que a Administração Pública não fique estagnada no tempo.

REFERÊNCIAS

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Sistema de Registro de Preços e Pregão**. Belo Horizonte: Fórum, 2003.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Pregão**: Comentários à Legislação do Pregão Comum e Eletrônico. 2. ed. São Paulo: Dialética, 2003.

PINTO, Solon Lemos. **Pregão Para Menor Preço. Informativo de Licitações e Contratos**. Curitiba: Zênite, 2000.

AD 19: HIERARQUIA DE FONTES NO DIREITO DO TRABALHO

Francisco Edival Lucena de Oliveira⁴²⁷; Fernando Basto Ferraz⁴²⁸

RESUMO

Trata-se de um estudo acerca da hierarquia de fontes no Direito do Trabalho. Ao longo da pesquisa explicitou-se sua origem, sua classificação, bem como o processo hierárquico e os meios de soluções de conflitos. Utilizou-se da consulta a diversas fontes bibliográficas, objetivando uma melhor equanimidade entre o Estado de Direito e a Legitimidade, tudo consoante o método interpretativo teleológico. Constatou-se uma certa plasticidade, que é peculiar ao Direito do Trabalho, tendo em vista a hipossuficiência obreira nos dissídios individuais. Conclui-se que a dialética interpretativa revela ser o Direito uma fonte inesgotável na busca da paz social, devendo adequar-se à realidade, tendo em vista as constantes mudanças sociais.

Palavras-chave: Direito do trabalho. Fontes. Hierarquia. Conflito individual e coletivo.

1 INTRODUÇÃO

Etimologicamente, a palavra fonte vem do latim *fonus*, a qual significa nascente, manancial, podendo, também, referir-se à origem ou a tudo aquilo que emana de alguma coisa. Analisada sob a ótica jurídica, significa inquirir o momento em que ela se exterioriza da convivência social para aparecer, na seara jurídica, como fator determinante no processo de criação das normas de direito.

Nesse contexto, Alice Monteiro de Barros preleciona que “sob o prisma jurídico, a fonte é vista como origem do direito, incluídos os fatores sociais, econômicos e históricos”⁴²⁹. Entendimento esse, também, capitaneado pela doutrina de Maurício Godinho Delgado⁴³⁰.

Dito isso, o presente artigo tem a prerrogativa de detalhar a hierarquia de fontes no direito do trabalho, inclusive, pontos controvertidos, definições e esclarecimentos no sentido de fortalecer a ciência jurídica em face da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fontes do Direito do Trabalho: conceito e classificação

Quando se utiliza algum tipo de classificação, faz-se isso por motivos didáticos. Os objetos não são naturalmente separados, apenas, assim os tornamos, com base em critérios determinados, para melhor compreendê-los. Segundo a doutrina trabalhista, as fontes são classificadas de diversas formas, sendo majoritária a classificação que divide em materiais e formais.

Segundo Mozart Victor Russomano:

Fontes Materiais são, em última análise, as necessidades coletivas, que conduzem o legislador a imprimir a determinada norma determinado conteúdo. Elas criam a matéria que forma o comando da norma jurídica. Fontes Formais, ao contrário, como o nome indica, são os modos de revelação do Direito, se preferirmos, as roupagens

⁴²⁷ Acadêmico do 7º semestre da graduação do curso de Direito da Faculdade Christus – Fortaleza.

⁴²⁸ Professor Dr., Orientador.

⁴²⁹ BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007, p. 99.

⁴ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 138.

Em suma, entende-se por fontes materiais as que representam o momento pré-jurídico, por meio de fatores que influenciam no processo de criação e/ou modificação da regra jurídica. Atuam conjugadamente no processo de indução à elaboração ou à modificação do fenômeno jurídico, ou seja, ditam a substância do próprio direito. Evidentemente que, se o fato não comprometer as relações sociais, não será disciplinado pelo Direito, permanecendo apenas social e eventualmente tratado por outras esferas reguladoras da conduta humana (moral, religião etc.). Em cada sociedade, em cada cultura, os fatores sociais e o momento histórico contribuíram para fornecer a matéria ou a substância da norma ou do sistema de normas de direito, mesmo as manifestações e as condutas consideradas ilegais.

Em relação aos fatores, evidencia-se, dentre outros, os econômicos, os sociológicos, os políticos e os filosóficos.

Sob a perspectiva econômica a qual tem como marco a Revolução Industrial, século XVIII, em oposição às velhas fórmulas produtivas, tais como o artesanato e a manufatura, instituiu-se uma nova forma de produção baseada nos moldes industriais, em que se utilizava da maciça força de trabalho nos moldes empregatícios, potencializando, na sociedade e na economia, a relação de emprego, categoria central do futuro ramo trabalhista.

Sob o aspecto sociológico o qual diz respeito aos distintos processos de agregação de trabalhadores assalariados, em função do sistema econômico, culminou uma crescente urbanização que se transformaria em verdadeiras cidades industriais operárias, sendo que tais fatores iriam favorecer a deflagração e o desenvolvimento de processos incessantes de reuniões, debates, estudos e ações organizativas por parte dos trabalhadores, em busca de formas eficazes de intervenção no referido sistema.

Sob o ponto de vista político, evidenciam-se os movimentos sociais organizados pelos trabalhadores, de nítido caráter reivindicatório, como o movimento sindical, os partidos e os movimentos políticos operários, reformistas ou de esquerda, atuando mais amplamente no plano da sociedade civil e do Estado.

Sob o ponto de vista filosófico, percebe-se a correspondência das idéias e correntes de pensamento que, articuladamente entre si ou não, influíram na construção e na mudança do direito do trabalho, tanto na derrubada da antiga hegemonia do ideário liberal capitalista quanto nos contratos de trabalhos, seja por meio de regras jurídicas produzidas pelo Estado, seja pelas negociações coletivas, mas, de qualquer forma, visa a atenuar o desequilíbrio de poder inerente à relação de emprego.

Com relação às fontes formais, entende-se como o meio de revelação das normas jurídicas, ou seja, são os elementos que atribuem forma à conjugação entre fato e valor, exteriorizando o tratamento dado a eles pela sociedade por um instrumento normativo. Isso significa que toda a fonte formal tem por característica constante expressar-se enquanto regra jurídica. Uma vez evidenciado o fenômeno social, o Estado buscará disciplinar a referida conduta a qual se integrará ao ordenamento jurídico, estabelecendo sanções aos fatos similares supervenientes. Desta feita, prefere-se a subdivisão, conforme a doutrina de Maurício Godinho Delgado, classificada como autônomas e heterônomas, senão veja-se:

Heterônomas seriam as regras cuja produção não se caracteriza pela imediata participação dos destinatários principais das mesmas regras jurídicas. São, em geral, as regras de direta origem estatal, como a Constituição, as leis, medidas provisórias, decretos e outros diplomas produzidos no âmbito do aparelho do Estado (é também heterônoma e hoje cada vez mais singular fonte trabalhista brasileira denominada sentença normativa). Autônomas seriam as regras cuja produção caracteriza-se pela imediata participação dos destinatários principais das regras produzidas. São, em geral, as regras originárias de segmentos ou organizações da sociedade civil, como os costumes ou os instrumentos da negociação coletiva privada (contrato coletivo, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho). As regras autônomas – caso coletivamente negociadas e construídas – consubstanciam um autodisciplinamento

⁴³¹ RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2005, p. 66.

das condições de vida e trabalho pelos próprios interessados, tendendo a traduzir um processo crescente de democratização das relações de poder existentes na sociedade.⁴³²

Uma vez esclarecidas as subdivisões referentes às fontes formais, e, antes de aprimorar-se o estudo acerca da hierarquia e dos critérios de prevalência entre ambas, faz-se necessário analisar as duas principais teorias que tratam do tema: a monista e a pluralista. Para a teoria monista, capitaneada por Hans Kelsen, também conhecida como estatismo jurídico, sustenta que o Estado e o Direito se confundem em uma única realidade, pois não admitem a idéia de qualquer regra jurídica fora dele, caracterizando, dessa forma, o único dotado de coerção/sanção. O Estado é a fonte única do Direito, porque quem dá vida ao Direito é o Estado por meio da força coativa de que só ele dispõe.

Para os adeptos da teoria pluralista, o Estado e o Direito são duas realidades distintas, independentes e inconfundíveis, não há exclusivismo estatal. O que provém do Estado é apenas uma categoria especial do Direito, o **direito positivo**. Mas existem também outros centros de positivação jurídica, como os princípios de direito natural, as normas de direito costumeiro e as regras que se firmam na consciência coletiva, que, uma vez adquirindo formalidade, nos casos omissos, o Estado deverá acolher para lhes dar jurisdição. Afirma, ainda, essa corrente que o Direito é um fato social em contínua transformação, assim, a função do Estado é positivar o Direito no sentido de traduzir, em normas escritas, os princípios que se firmam na consciência social. Como demonstram, ilustrativamente, o costume e os instrumentos jurídicos de negociação coletiva trabalhista (contrato coletivo, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho).

2.2 Fontes Formais Heterônomas

São aquelas cuja produção não é feita por meio da participação direta dos destinatários da norma. Geralmente tem origem estatal: Constituição, leis, convenções internacionais, sentença normativa, etc.

2.2.1 Constituição

Os direitos dos trabalhadores foram resguardados pela primeira vez em diplomas constitucionais na Carta Magna de 1934, a partir daí todas as outras versaram sobre o tema. Na atual Constituição encontram-se dispostos nos art. 7º a 11º. Ressalta-se, ainda, que a competência para legislar sobre tal matéria é privativa da União conforme art. 22 da CF/88, o que impede os Estados-Membros e os Municípios de o fazerem.

2.2.2 Leis

O sistema jurídico brasileiro possuiu uma imensa diversidade de leis que tratam dessa matéria, mas ressalta-se como mais importante o Decreto-lei 5452/43, mais conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho, que, na verdade, não se trata de um código, mas, sim, de uma reunião sistematizada de várias leis esparsas que existiam, na época de sua criação, acerca do direito do trabalho. Não se pode deixar de destacar outra lei de suma importância,

⁴³² DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2006, p. 143.

como a Lei 5889/73 que vem dispor sobre o trabalhador rural, e a Lei 5859/72 que dispõe sobre os empregados domésticos.

2.2.3 Atos do Poder Executivo

Antes, o Poder Executivo expedia decretos-lei que, posteriormente, eram ratificados pelo Congresso. Atualmente esse Poder é exercido pelo Presidente da República por intermédio das medidas provisórias (art.62 CF/88). O Ministério do Trabalho também pode expedir portarias, ordens de serviço (art.87, parágrafo único, II, CF/88).

2.2.4 Sentença Normativa

Conforme preleciona Francisco Gerson Marques de Lima, “são aquelas proferidas pelo Judiciário Trabalhista, pondo fim a dissídios coletivos de trabalho, pronunciando-se sobre condições de trabalho e/ou de salários.”⁴³³ Trata-se de uma fonte peculiar do direito do Trabalho. Essas decisões são proferidas pelos Tribunais do Trabalho (TRTs ou TST) com base no art. 114, parágrafo 2º, da CF/88, e tem o escopo de dirimir os dissídios coletivos. Vale lembrar que essa sentença tem efeito *erga omnes*, atinge a toda categoria econômica patronal envolvida e seus respectivos trabalhadores.

2.2.5 Normas Internacionais

Tratado, segundo Francisco Rezek, “é todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos.”⁴³⁴ Nesse contexto, tem-se também como fonte do direito do trabalho os Tratados e as Convenções proferidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), que podem ser ratificados ou não pelos países signatários. O Brasil é um signatário da OIT, e a ratificação das convenções é de competência do Congresso Nacional, conforme está disposto nos art. 49, I da CF/ 88.

2.2.6 Regulamentos das empresas

São, em geral, normas internas da empresa que vêm determinar e regulamentar as relações entre os sujeitos do contrato de trabalho. Estas normas são aplicadas para os atuais funcionários, bem como aqueles que porventura forem admitidos no quadro da empresa. Geralmente, essas normas são formuladas pelo empregador, mas não existe nenhuma restrição sobre a participação de empregados. Se houver participação dos empregados, terá natureza autônoma; caso contrário, será heterônoma.

Em suma, segundo o entendimento de Orlando Gomes e Elson Gottschalk:

[...] o regulamento interno de empresa, além de propiciar a adaptação ao estabelecimento de outros tipos de regulamentação imperativa, determina, de

⁴³³ LIMA, Francisco Gerson Marques de. **Lei de introdução ao Código civil e aplicação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: Malheiros, 1996, p. 66.

⁴³⁴ REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público – Curso Elementar**. 10. ed. São Paulo.: Saraiva, 2006, p. 14.

maneira uniforme e justa, as condições de trabalho vigorantes nele, afastando assim o arbítrio na solução dos conflitos na empresa.⁴³⁵

2.2.7 Portarias, avisos, instruções e circulares

Em tese, não são consideradas fontes formais, pois se destinam a pessoas certas e determinadas, ou seja, apenas os funcionários a que se dirigem e nos limites da obediência hierárquica. Contudo, se a lei fizer parte dessas normas, irão fazer parte das fontes formais do Direito.

2.3 Fontes Formais Autônomas

Caracterizam-se pela união de vontades, ou seja, pela participação direta dos interessados (empregadores e empregados). Sob tal prisma, impende destacar usos e costumes, convenção e acordo coletivo e próprio contrato de trabalho.

2.3.1 Usos e Costumes

Estão entre as fontes mais importantes, pois acabam se fortalecendo pela reiterada aplicação da sociedade de certa conduta, e, assim, dando origem à norma legal. No campo do direito do trabalho ela pode estar sendo aplicada em certa empresa, em certa categoria ou até mesmo no sistema trabalhista.

2.3.2 Convenção Coletiva e Acordo Coletivo de Trabalho

São fontes do direito do trabalho que possuem previsão legal. Nesse sentido, o art. 611, caput da CLT preceitua a Convenção Coletiva, e, respectivamente, o § 1º do referido artigo disciplina o Acordo Coletivo, ambos plenamente previstos na Lei Maior, conforme o art. 7º, XXVI.

2.4 Hierarquia das Fontes Justrabalhistas

Hierarquia, sob o aspecto semântico, significa “organização fundada sobre uma ordem de prioridade entre os elementos de um conjunto [...]”⁴³⁶.

Inspirado no modelo kelseniano, tem-se a seguinte hierarquia das fontes formais do Direito: a Constituição e as emendas à Constituição estão sobre todas as demais normas; em seguida, em ordem decrescente de preponderância, vêm as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias e os decretos.

No Direito do Trabalho, contudo, diferentemente de outros ramos do Direito, cuja hierarquia é observada com absoluta rigidez, há certa plasticidade, segundo a qual, diante de um caso concreto, prevalecerá a norma que produza maior eficácia, contudo, respeitando a dialética entre o Estado de Direito e a Justiça (legitimidade). Assim, o critério hierárquico poderá sofrer uma ruptura em face do princípio protetor, o qual se subdivide em: norma mais favorável, condição mais benéfica e *in dubio* pro operário. Desta feita, entende-se a doutrina de forma pacífica ao salientar que, no campo do Direito do Trabalho, a norma que ocupa o

⁴³⁵ GOTTSCALK, Elson; GOMES, Orlando. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 54.

⁴³⁶ HOUAISS, Antonio et al. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ápice da pirâmide hierárquica é aquela pela qual beneficie mais o trabalhador. Assim entende

Amauri Mascaro Nascimento:

De um modo geral é possível dizer que, ao contrário do direito comum, em nosso direito, a pirâmide que entre as normas se forma terá como vértice não a Constituição Federal ou a lei federal ou as convenções coletivas de modo imutável. O vértice da pirâmide da hierarquia das normas trabalhistas será ocupado pela norma vantajosa ao trabalhador, dentre as diferentes em vigor.⁴³⁷

Entretanto, o Arnaldo Süssekind discorda que haja uma inversão da hierarquia das normas, propondo que se equacione a questão de modo diverso:

Aplica-se a disposição mais favorável ao trabalhador, desde que compatível com o respectivo sistema e com as normas hierarquicamente superiores, porque estas estabelecem limites imperativos, acima dos quais será lícito melhorar o nível de proteção.⁴³⁸

2.5 Conflitos coletivos de trabalho e suas soluções

Sérgio Pinto Martins entende que:

Do ponto de vista trabalhista, os conflitos são também denominados controvérsias ou dissídios, tendo sido utilizados, na prática, com o mesmo significado. Conflito, entretanto, tem sentido amplo e geral, correspondente à divergência de interesses, como ocorreria na greve e no lockout quando submetidos à mediação ou à arbitragem. Já o dissídio seria o conflito submetido à apreciação do Poder Judiciário, podendo ser individual ou coletivo, como na reclamação trabalhista do empregado em face da empresa ou no julgamento da greve pela Justiça do Trabalho.⁴³⁹

A Constituição da República expressamente elenca entre os direitos dos trabalhadores o “reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho” (art. 7º, XXVI) e prioriza a negociação coletiva a qual exige, obrigatoriamente, a participação dos sindicatos (art. 8º, VI), valorizando a atuação sindical organizada e contribuindo para a solução pacífica das controvérsias.

Nesse contexto, exsurge o conflito coletivo quando uma reivindicação de um grupo de trabalhadores é resistida pelo grupo de empregadores ou pelo próprio empregador, podendo ser de natureza econômica, quando os trabalhadores reivindicam novas e melhores condições de trabalho visando à obtenção de uma norma jurídica; e jurídica, quando a divergência reside na aplicação ou na interpretação de uma norma jurídica, ou seja, a finalidade é a declaração sobre o sentido de uma norma já existente ou a execução de uma norma que o empregador não cumpre. Assim, os conflitos são resolvidos diretamente pelas partes por meio da autocomposição (conciliação, mediação e negociação coletiva), ou por um órgão judicial (jurisdição) ou por uma pessoa suprapartes (arbitragem), conforme as formas heterocompositivas.

Por oportuno, vale salientar que, em relação à hierarquia das fontes, no direito coletivo do trabalho, em regra, prevalece o acordo. Entretanto, devido ao fato de não existir a hipossuficiência relacionada ao empregado, tendo em vista os pactos serem elaborados sob condição de igualdade, e, ainda, o princípio protetor ser relativizado. É possível que uma convenção coletiva possa sobrepor um acordo coletivo, desde que seja mais favorável, conforme preceitua o art. 620, CLT. Acerca do assunto, surgem duas teorias que orientam essa situação, a saber:

- Teoria do Conglobamento preconiza que as normas devem ser consideradas em seu conjunto, sendo certo que não deverá haver a cisão do instrumento que contém as normas aplicáveis. Portanto, segundo essa teoria, deverá haver a consideração global ou do conjunto das normas aplicáveis.

⁴³⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 291-292.

⁴³⁸ SÜSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 128.

⁴³⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 781.

- Teoria da Acumulação consubstancia, na possibilidade de extração de cada norma, as disposições mais favoráveis ao trabalhador, ou seja, haveria uma soma das vantagens extraídas de diferentes normas. Denominadas de atomista devido ao fato de que não toma o todo como um conjunto, mas a cada uma de suas partes como coisas separáveis.

Quanto à aplicabilidade, a maioria da doutrina e da jurisprudência entende que o ordenamento jurídico brasileiro adotou a Teoria do Conglobamento. Entretanto, nada impede a utilização da teoria minoritária, pois tudo é uma questão de interpretação captada à luz da nova hermenêutica jurídica, a qual é inesgotável.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa desenvolveu-se, exclusivamente, por meio de consultas bibliográficas.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Conforme o exposto acerca das normas trabalhistas, com relação à quebra da rigidez hierárquica das normas que compõem o ordenamento jurídico, quanto ao dissídio individual, prepondera majoritariamente o princípio protetor, tendo em vista resguardar o estado de hipossuficiência obreira. Já, no direito coletivo do trabalho, o qual pressupõe a preexistência do contrato individual, a dialética se desenvolve vislumbrando atenuar o princípio da isonomia, pois a relação jurídica é formada por pessoas teoricamente equivalentes, cujos objetivos relacionam-se em prol de interesses abstratos de toda a categoria.

Como o embate nessa modalidade do direito visa, em regra, a normatizar melhores condições de trabalho, a solução seria minimizar a busca incessante das partes pela tutela jurisdicional, tendo em vista que, uma vez instaurado o dissídio coletivo, a decisão será proferida de forma arbitrária, pois as partes não podem mais transigir acerca do resultado, cabendo, exclusivamente, ao Juiz. Assim, deve-se semear uma mudança cultural no sentido de priorizar as formas autocompositivas, pois, certamente, as melhores decisões, em matéria de conflitos trabalhistas, são as negociais, nas quais as partes atuam diretamente na prolação do resultado.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho exteriorizou a verdadeira essência da Ciência Jurídica, pois atenuou o binômio Estado de Direito e Legitimidade por meio da dialética a qual permitiu uma interpretação teleológica. Esta visa a uma finalidade social, ao possibilitar, em relação às normas trabalhistas, certa plasticidade na hierarquia normativa, demonstrando, dessa forma, que o Direito está sempre apresentando constantes transformações e que os meios de interpretação dessa supracitada dialética devem ser inesgotáveis.

REFERÊNCIAS

BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2007.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5. ed. São Paulo: LTr, 2006.

GOTTSCHALK, Orlando Gomes Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

HOUAISS, Antonio et al. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LIMA, Francisco Gerson Marques de. **Lei de introdução ao Código civil e aplicação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: Malheiros, 1996.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público – Curso Elementar**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. 9. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Curso de Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

VIANA, Cláudia Sales Vilela. **Manual Prático das Relações Trabalhistas**. 7. ed. São Paulo: Ltr, 2005.

AD 20: CONFLITO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS: QUANDO O DIREITO À VIDA É CONFRONTADO COM O DIREITO À LIBERDADE RELIGIOSA E AUTONOMIA DA VONTADE.

Francisco Jonnathan S. Freitas⁴⁴⁰; Ivo César Barreto de Oliveira⁴⁴¹

RESUMO

Este artigo analisa os casos de pessoas pertencentes ao grupo religioso Testemunhas de Jeová que, ao serem internados em hospitais públicos e privados, evitam o uso de transfusões de sangue em tratamentos médicos. Levantando-se, deste modo, a questão de confronto entre o direito à vida e o direito à livre disposição individual, abordando também um embate entre direito público e direito privado. Defende-se que, na maioria dos casos, dá-se maior prevalência à continuação da vida, demonstrando sua importância enquanto direito fundamental de principal relevância. Entretanto, o ser humano, enquanto exclusiva espécie detentora da capacidade de raciocínio e projeção para o futuro, assume em si a responsabilidade por sua vida e os rumos que porventura venha a tomar.

Palavras-chave: Colisão de direitos; Testemunhas de Jeová; Transfusão de sangue.

1 INTRODUÇÃO

Algumas vezes o sistema jurídico brasileiro defronta-se com casos específicos de como a liberdade religiosa colide com o direito à vida. Estes casos algumas vezes instauram-se no contexto de um paciente, cuja linha de pensamento religioso está ligada às Testemunhas de Jeová, encontrando-se num estado clínico de provável mortandade e sendo necessário uma intervenção cirúrgica com uso de transfusão de sangue.

Geralmente, os membros dessa religião internam-se em hospitais públicos munidos de documentos reconhecidos em cartório, denominado *cartão diretrizes*, que torna clara sua convicção de não utilizar sangue mesmo em caso de necessidade extrema. Não é difícil perceber a dificuldade que os médicos de rede pública se encontram em tais situações, levantando o questionamento: respeita-se a autonomia da vontade aliada à liberdade religiosa ou a responsabilidade profissional de salvar vidas? Este artigo propõe alguns questionamentos neste sentido.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar sobre as dificuldades causadas por Testemunhas de Jeová para conseguir proteção ao seu direito amplo à vida, ao direito à liberdade religiosa e a autonomia da vontade.

2.2 Objetivos Específicos

- Analisar o conflito entre Direito Público e Direito Privado numa visão historicista;
- rever a importância da autonomia da vontade numa concepção filosófica; e
- investigar a interpretação ética dos direitos fundamentais, especialmente o direito à vida.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

⁴⁴⁰ Aluno do 2º semestre do Curso de Direito.

⁴⁴¹ Professor Dr., Orientador.

A abordagem de uma colisão entre o direito à vida e a liberdade religiosa direciona outra questão de suma importância para o conhecimento do direito: A “grande dicotomia”⁴⁴², entre o direito público e o direito privado, ou seja, em que medida se exerce a intervenção do Estado e até onde vai a liberdade do cidadão.

Fazendo brevemente uma análise histórica, o século XVIII é lembrado pelas grandes revoluções francesa e norte-americana que consagraram a supremacia da liberdade e o Estado Liberal. Este novo modelo de Estado cresceu a partir de ideais de limitação do poder, e só séculos depois importantes obras do Direito como as constituições e as resoluções dali provenientes se preocupariam especialmente dos direitos intrínsecos aos homens, sendo as constituições desta época documentos mais preocupados com a organização do Estado.

Em períodos posteriores aos interesses da esfera pública tornaram-se mais presentes, e com as grandes guerras houve uma necessidade de maior intervenção do Estado no âmbito social, devido ao surgimento de novos conflitos sociais que não eram simplesmente solucionadas pelo manual de autonomia da vontade, o Código Civil.

Entretanto, como o Código Civil estava impregnado de Ideologia Liberal, com a super valorização da autonomia da vontade e pretensões de totalidade, O Estado teve de intensificar sua atuação modificando a compreensão do Direito Civil, adaptando-o à novas situações que confluem para uma percepção de que ao interesse privado sobrepõe-se o Direito Público.

4 DIREITOS DE PERSONALIDADE

Neste contexto, o Código Civil Brasileiro dispõe de artigos que defendem os direitos de Personalidade do indivíduo. E Limongi França define que este tipo de “direito existe para que a pessoa, em meio à vida social, seja aquinhoadada segundo a justiça com os bens necessários à consecução dos seus fins naturais. Ora, o extermínio da vida pelo suicídio é a própria negação disso, é a coarctação da causa final pelo direito”⁴⁴³.

Porém, a tese dominante é de que estes direitos “tratam de poderes que o homem exerce sobre a sua própria pessoa”. Elencando entre estes direitos o direito à vida e o direito à liberdade, que pode abranger e/ou ser interpretado de várias formas sendo discutido por vários teóricos como Machado Neto, dentre outros.

5 O VALOR DA VIDA

A vida humana há que ser concebida como um direito altamente pessoal, de modo que não se compreende por que tal direito deva ser juridicamente... irrenunciável. À objeção de que essa postura conduz a um individualismo extremo cabe opor que a tese de que o homem está obrigado frente à comunidade a manter-se com vida se apóia num questionável coletivismo de proveniência desconhecida. É certo que o indivíduo tem obrigações frente à comunidade, mas apenas enquanto vive; entretanto, não tem frente à comunidade a obrigação de viver.⁴⁴⁴

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Gisele de Carvalho, citando Romeo Casabona, escreve que a renúncia ao direito implica renúncia à exigibilidade do cumprimento dos deveres de respeito e proteção por parte do Estado e demais particulares. Nessa trilha, o direito à vida seria irrenunciável. Mas daí extrai que “a disposição do direito à vida não implica necessariamente uma renúncia”, pois quem dispõe da própria vida mantém o domínio do fato e do bem jurídico. Isso não significaria, porém, que dessa disponibilidade se pudesse aferir a licitude da intervenção de terceiros no momento da disposição, que estaria limitada

⁴⁴² BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Tradução de Marcos Aurélio Nogueira. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 13.

⁴⁴³ FRANÇA, R. Limongi. **Instituições de Direito Civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 936.

⁴⁴⁴ KAUFMANN, Arthur apud CARVALHO, Gisele Mendes de. Aspectos jurídico-penais da eutanásia. **IBCCRIM**, São Paulo, v. 18, 2001, p. 119.

apenas ao titular do direito: “a disponibilidade frente a terceiros importaria verdadeira renúncia ao direito à própria vida”.

Em sistemas aparentados com o nosso, tornou-se pacífico que os direitos fundamentais podem sofrer limitações quando confrontados com outros valores de ordem Constitucional. E um exemplo disso é o direito à vida, que é mencionado no Caput do art.5º como um direito inviolável, e tem limitação explícita no inciso XLVII, a, do art. 5º, em que se contempla a pena de morte em caso de guerra declarada.

Não esquecendo que há uma necessidade de que os direitos fundamentais sejam vistos sob a ótica da dimensão objetiva. Afastando-os de uma perspectiva individualista e passando a ser encarados como valores em si mesmos, devendo ser preservados pelo poder público, configurando-se assim o chamado “dever de proteção”. E é isto que acontece nos casos de Testemunhas de Jeová internadas em hospitais da rede pública.

A hermenêutica constitucional corrobora para que o “dever de proteção” do Estado seja válido para manter a vida numa interpretação coletiva, que se estende ao campo individual. E tem apoio na interpretação médica como se constata na Resolução CFM nº 1246/1988, de 8 de janeiro de 1988, publicada no DOU de 26 de janeiro do mesmo ano:

É vedado ao médico:

Art. 46. Efetuar qualquer procedimento médico sem o esclarecimento e o consentimento prévios do paciente ou de seu responsável legal, *salvo em iminente perigo de vida*.

Art. 56. Desrespeitar o direito do paciente de decidir livremente sobre a execução de práticas diagnósticas ou terapêuticas, *salvo em caso de iminente perigo de vida*.

Art. 57. Deixar de utilizar todos os meios disponíveis de diagnósticos e tratamento ao seu alcance em favor do paciente.

Neste contexto, a atuação do médico estaria amparada também pela norma presente no parágrafo 3º do art. 146 do Código Penal, a saber:

Dos crimes contra a liberdade individual.

Art. 146. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda:

Pena – detenção, de 3(três) meses a 1(um) ano, ou multa.

Aumento de pena

§ 3º não se compreendem na disposição deste artigo:

I – a intervenção médica ou cirúrgica, sem o consentimento do paciente ou de seu representante legal, se justificada por iminente perigo de vida;

II – a coação exercida para impedir suicídio.

Sendo claro o apoio do Estado para que o atuante em práticas médicas esteja pré-disposto ao uso de técnicas ou tratamentos que se encontre ao seu alcance em prol da continuidade da vida dos pacientes. E assim desrespeitando as decisões pessoais de alguns indivíduos.

6 VONTADE DE POTÊNCIA

Friedrich Nietzsche (1844-1900) descreve em sua obra uma certa vontade de Potência com a qual impulsiona o homem para seus objetivos mais espirituais ainda que para isso haja um grande sacrifício, mesmo sendo o de sua própria vida.

Isto é percebido quando Nietzsche escreve que os “homens mais espirituais, pressupondo-se que sejam os mais corajosos, também experimentam as mais dolorosas tragédias: mas justamente por isso honram a vida, porque ela lhes opõe o seu máximo antagonismo”⁴⁴⁵.

⁴⁴⁵ NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo dos ídolos, incursões de um extemporâneo*. [S. l.]: Escala: 2007. Aforismo 17.

O homem superior aprendeu a duras penas como fazer de sua existência algo de belo. “Beleza” é buscar superar a si mesmo, não se perceber como um sujeito qualquer, preocupado em consumir, divertir-se ingenuamente, iludido de que é feliz.

O homem superior cria por afirmar sua vontade de potência, mas a vontade de poder pode se manifestar em seu oposto: a vida que se condena; que apenas reage em vez de criar e agir: o ressentimento. O ressentido é o tipo homem inferior levado pelo que Nietzsche chama de “moral escrava”: moral que considera “mau” o homem superior que afirma sua vontade de potência (genealogia da moral, 1ª dissertação, aforismo 10). O ressentido é um “animal de rebanho” venenoso em seu pensar e no sentir, rancoroso, e cuja fraqueza precisa de apoio.

O homem superior segundo Nietzsche eleva sua moral preocupado com a transcendência a ser alcançada. Persiste no que parece mais contraditório, pois enxerga fins abandonados pelo senso comum, como honra, glória, fidelidade ou obediência a seus próprios ideais. Num fragmento de 1887, Nietzsche escreveu: “O homem é um não-animal e o além-do-homem. O homem superior é não-homem e o além-do-homem: de modo que isso se entrepertence. Como todo crescimento do homem em grandeza e elevação, cresce ele também no fundo e no terrível: não se deve querer uma dessas coisas sem a outra – ou, muito mais, quanto mais se quer fundamentalmente uma coisa, tanto mais fundamentalmente se alcança precisamente a outra”.

O homem superior enfrenta a realidade com suas convicções que o levarão para caminhos contraditórios ao que busca, entretanto conseguindo resultados almejados por sua alma.

O referencial teórico utilizado para a concepção deste artigo foi outro artigo sobre a mesma temática escrito por Roberta Fragoso Menezes Kaufman, mestra em Direito e Estado pela universidade de Brasília (UnB), e tal artigo encontra-se na revista *Direito Público* nº 16 na seção de Doutrina Brasileira.

Também foram utilizados trechos da revista *Discutindo Filosofia* ano 2 Nº 10, numa matéria de Carlos Roger Sales da Ponte. E um artigo do site Nova Criminologia intitulado: Transfusão de sangue em pacientes testemunhas de Jeová: Religião, ética e discurso jurídico-penal, escrito por Rodrigo Lennaco de Moraes e Rodrigo Esteves Santos Pires.

7 METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa aqui demonstrada é de natureza teórica com comparações de opiniões e posicionamentos acerca do tema proposto. A coleta de dados foi executada por meio de pesquisa em bibliotecas e leituras previamente concebidas de revistas, livros e por exibição de vídeo.

8 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A visão do Direito Público sobre o Direito privado é de grande validade no artigo da Mestra Roberta Kaufmann, além de sua compreensão historicista da autonomia da vontade numa conjuntura liberalista. Enquanto que no artigo de Rodrigo de Moraes são de extrema relevância as questões de hermenêutica jurídica abordadas nos princípios constitucionais.

9 CONCLUSÃO

O tema proposto é de certa complexidade, já que repercute numa discussão de natureza jurídica mais intempestiva e trata filosoficamente da espiritualidade do homem e em sua responsabilidade de definição para a própria vida.

O homem tem a capacidade de transcender às questões éticas e morais que embasam os princípios normativos, sem eles não haveria de dar ordem e determinações para a vida pessoal e social. Tendo que subjugar-se em certas circunstâncias, sem porém, deixar de manter sua

postura espiritual e enfrentar a possibilidade de grandes perdas a si mesmo. Devendo manter sua vontade e defendendo sua liberdade de tomar as rédeas de sua própria existência.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. Trad. Marcos Aurélio Nogueira. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 13.

CARVALHO, Gisele Mendes de. Aspectos jurídico-penais da eutanásia. **IBCCRIM**, São Paulo, v. 18, 2001, p. 119.

FRANÇA, R. Limongi. **Instituições de Direito Civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 936.

NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos, incursões de um extemporâneo**. [S. l.]: Escala: 2007. Aforismo 17.

AD 21: A FUNÇÃO AMBIENTAL DA PROPRIEDADE

Germana Parente Neiva Belchior⁴⁴⁶

RESUMO

O homem, durante sua evolução histórico-econômica, valorizou o antropocentrismo, dispondo dos bens naturais de forma ilimitada. A degradação ambiental está vinculada ao uso absoluto, desenfreado e abusivo do direito de propriedade, cuja máxima se deu no Estado liberal. É nesse cenário que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado alcança patamar de direito fundamental, com a finalidade de manter o equilíbrio entre as necessidades humanas e a preservação dos recursos naturais, garantindo, dessa forma, a preservação da própria humanidade, por meio do desenvolvimento sustentável. A metodologia é bibliográfica, descritiva e exploratória. O objetivo deste trabalho é analisar o direito de propriedade, outrora ilimitado, que passa a ser constitucionalmente vinculado à sua função social e, mais recentemente, à sua função ambiental, marcando a ecologização do direito privado. A temática se demonstra relevante por tratar do novel paradigma do Estado de Direito Ambiental ao impor uma mudança na ordem jurídica brasileira para atender à nova demanda do Direito: a sustentabilidade ambiental.

Palavras-chave: Estado de Direito Ambiental. Propriedade. Função Ambiental.

ABSTRACT

Throughout history, members of humankind were mainly anthropocentric, using natural resources as if these were unlimited. Environmental degradation is linked to unrestricted, unlimited and abusive exercise of property rights, especially at liberal State. It is in such context that the right to an ecologically balanced environment starts to emerge as a fundamental right, aiming at keeping the balance between human needs and the preservation of natural resources, thus permitting the continuing existence of humankind, now based upon sustainable development. The methodology we used is bibliographical, descriptive and exploratory. Our purpose is to exam property rights, formerly seen as unrestricted and now deemed as limited not only by the constitutional rules regarding its social role, but also by environmental considerations, fact that consists in an authentic landmark in private law. The issue is relevant as it shapes the recently conceived model of the so-called Environmental State, imposing a change in Brazilian law in order to accomodate the new requirements of environmental sustainability.

Keywords: Environmental State. Property. Environmental Role.

1 INTRODUÇÃO

O homem, durante sua evolução histórico-econômica, valorizou o antropocentrismo, dispondo dos bens naturais de forma ilimitada. A degradação ambiental está vinculada ao direito de propriedade. O uso absoluto, desenfreado e abusivo do direito de propriedade, cuja máxima se deu no Estado liberal, é a principal causa de desrespeito à natureza.

É nesse cenário que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado alcança patamar de direito fundamental com a finalidade de manter o equilíbrio entre as necessidades

⁴⁴⁶ Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Advogada. Especialista em Direito e Processo Trabalhista pela Faculdade Christus – Fortaleza. Professora de Hermenêutica Jurídica e Aplicação do Direito, do curso de graduação em Direito da Faculdade Christus – Fortaleza.

humanas e a preservação dos recursos naturais, garantindo, dessa forma, a preservação da própria humanidade, por meio do desenvolvimento sustentável.

Com o novo paradigma do Estado de Direito Ambiental e o meio ambiente equilibrado como direito fundamental, urge uma mudança em toda a ordem jurídica, para atender à nova demanda do Direito: a sustentabilidade ambiental.

O direito de propriedade, outrora ilimitado, passar a ser constitucionalmente vinculado à sua função social e, mais recentemente, à função ambiental.

A temática se demonstra relevante por tratar da necessidade imperativa de conciliar o desenvolvimento econômico com o equilíbrio ecológico, na invasão do público na esfera privada, em prol da ecologização do Direito.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O direito de propriedade no paradigma liberal

O advento do Estado liberal marca a ruptura com a velha ordem, caracterizada pela prevalência do mito e do dogma, no plano filosófico, pela inexistência da liberdade de trabalho, no plano econômico, e pelo poder ilimitado do soberano, no plano político. Tal realidade explica, embora não justifique, os excessos que lhe foram peculiares. O ideário liberal é expressão não apenas de um novo cenário político e social, mas de uma transformação da própria maneira das pessoas encararem a vida, o que refletia sobre a ordem jurídica e, necessariamente, sobre o direito de propriedade.

No Estado liberal, por volta do século XVIII, vigorava o constitucionalismo clássico, onde a Constituição era reduzida a um instrumento jurídico que tinha como finalidade básica limitar ou enfrear o exercício do poder estatal. O poder estava adstrito às normas que almejavam a liberdade, protegendo, assim, o indivíduo. E para se ter liberdade, era preciso segurança na ordem jurídica. A liberdade individual, e, conseqüentemente, a segurança jurídica eram os primados básicos do Estado liberal.

A Revolução Francesa consagra as aspirações democráticas do século XVIII. Além de se oporem aos governos absolutos, os líderes franceses enfrentavam o problema de uma grande instabilidade interna, o que refletiu no sentimento de unidade. Foi isto que favoreceu a idéia de nação, como centro unificador de vontades e de interesses, por meio de elementos histórico-culturais.⁴⁴⁷

Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos. Com o fim da sociedade política, defende-se a manutenção dos direitos naturais e imprescritíveis do homem, que são, de acordo com Dallari, “a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão”.⁴⁴⁸

Referidos direitos são primeiros declarados em uma Constituição, quando da afirmação do Estado Constitucional liberal.⁴⁴⁹ Nenhuma limitação pode ser imposta ao indivíduo, a não ser por meio de lei, que é a expressão da vontade geral, conforme desejava Rousseau.⁴⁵⁰

Surgem, assim, os direitos civis e políticos, denominados de direitos fundamentais de primeira geração. Referidos direitos se caracterizam “pela necessidade de não-intervenção do Estado no patrimônio jurídico dos membros da comunidade”.⁴⁵¹ Esta categoria é fundada no

⁴⁴⁷ GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 219-225.

⁴⁴⁸ DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 150.

⁴⁴⁹ MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, p. 23.

⁴⁵⁰ De acordo com a lição de Bonavides, “na doutrina do liberalismo, o Estado foi sempre o fantasma que atemorizou o indivíduo. O poder, de que não pode prescindir o ordenamento estatal aparece, de início, na moderna teoria constitucional, como o maior inimigo da liberdade”. BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 40.

⁴⁵¹ LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Fundamentos constitucionais do processo**: sob a perspectiva de eficácia dos direitos e garantias fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 34.

Estado liberal absenteísta, onde se deu a manifestação do *status libertatis* ou *status negativus*.

Realçam, portanto, o princípio da liberdade.

A expressão “direitos fundamentais” deve ser aplicada, segundo Sarlet, aos direitos do homem, reconhecidos e positivado nas constituições. Para o citado autor:

Não há como olvidar, neste contexto, que a opção do Constituinte, ao erigir certa matéria à categoria de direito fundamental, se baseia na efetiva importância que aquela possui para a comunidade em determinado momento histórico, circunstância esta indispensável para que determinada posição jurídica possa ser identificada como fundamental.⁴⁵²

Os direitos fundamentais do cidadão se inserem na moldura do que a doutrina classificou como gerações ou dimensões⁴⁵³, tendo como premissa central a dignidade da pessoa humana.⁴⁵⁴

Em tal contexto, a propriedade foi concebida como absoluta, plena realização da liberdade dos indivíduos, direito divino, assegurando ao proprietário o direito de usar, gozar e dispor da coisa. O antigo Código Civil Brasileiro, Lei n. 3.071, de 1º de janeiro de 1916, era expressão desse ideário. O Estado devia, assim, “assegurar os meios jurídicos necessários para o proprietário garantir a manutenção de sua propriedade, bem como seu caráter de perpetuidade”.⁴⁵⁵ O cenário foi levado ao extremo.

A industrialização e o progresso técnico trazem consigo fenômenos que, ao romper com a harmonia da sociedade liberal, alteram profundamente as concepções da sociedade e do Estado, bem como o próprio sistema de direitos fundamentais.

As críticas ao pensamento liberalista, e, por conseqüência, ao Estado liberal, deram-se não por ter sido liberal, mas por ser liberalista, ou seja, por ter assumido descompromisso em relação à coletividade, priorizando o indivíduo⁴⁵⁶, causando, dessa forma, um uso desequilibrado dos recursos naturais.

No entendimento de Bonavides, “quanto menos palpável a presença do Estado nos atos da vida humana, mais larga e generosa a esfera de liberdade outorgada ao indivíduo. Caberia a este fazer ou deixar de fazer o que lhe aprouvesse”.⁴⁵⁷ A propriedade e o desenvolvimento caminhavam de mãos dadas, sendo a questão ambiental um obstáculo ao lucro. Tudo estava dentro na esfera da liberdade individual e não era conveniente para o homem a preservação ecológica.

Ainda na mesma linha, destaca Teixeira que “com a evolução do direito privado ocidental, o direito de propriedade tornou-se absoluto, podendo o proprietário exercer o

⁴⁵² SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 96.

⁴⁵³ Willis Filho entende que é melhor falar em dimensões de direitos fundamentais, à medida que as gerações anteriores não desaparecem com o surgimento das mais novas. Para o autor, “os direitos ‘gestados’ em uma geração, quando aparecem em uma ordem jurídica que já traz direitos da geração sucessiva, assumem uma outra dimensão, pois os direitos de geração mais recente tornam-se um pressuposto para entendê-los de forma mais adequada”. Referido entendimento é interessante, como será analisado, ao tratar do direito de propriedade e da sua função social e ambiental. GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003, p. 47.

⁴⁵⁴ Importante salientar que os direitos fundamentais se manifestam, segundo Alexy, em sua forma deontica, por meio de regras (comandos de definição) e de princípios (comandos de otimização). ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008, p. 81-88.

⁴⁵⁵ MACEDO, Paulo César Machado de. A função social da propriedade no Novo Código Civil. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 130.

⁴⁵⁶ FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Tributação e mudança social**. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 107.

⁴⁵⁷ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 60.

direito contra todos, pois prevalecia o direito individual”.⁴⁵⁸ O uso da propriedade era realizado de forma irresponsável, independente dos custos ambientais que tal atividade pudesse proporcionar, em busca do desenvolvimento econômico.

Nesse sentido, a concepção individualista do direito de propriedade, típica do Estado liberal, tornou-se um forte obstáculo à proteção e à preservação do meio ambiente.⁴⁵⁹ Com a degradação ambiental, a qualidade de vida também foi prejudicada.

Surge, por conseguinte, nova tendência no sentido de que o Estado deve intervir na economia e na sociedade, por meio de instrumentos jurídicos e políticos adequados, em prol da justiça material.⁴⁶⁰

2.2 O Estado Social e o direito de propriedade

Os excessos do ideário liberal, decorrentes da omissão estatal, acarretaram o aumento das desigualdades sociais, o que gerou movimentos revolucionários de base proletária. O Estado social entra em cena, objetivando a igualdade social contraposta à igualdade jurídica da visão liberal, ou seja, da justiça formal, que não é inerente às pessoas nem preexiste ao Estado, cumprindo-se essencialmente por meio de prestações por este devidas aos indivíduos.

Na lição de Falcão:

É tempo de reformular a idéia de que um Estado ditando normas gerais e iguais para todos. Já se pode pensar em contrabalançar a situação dos menos favorecidos, com leis que sejam iguais para os iguais, mas diferenciadas em favor dos menos afortunados.⁴⁶¹

A meta do intervencionismo é transformar o ultrapassado Estado liberalista em Estado social, objetivando solidariedade e justiça social. A partir deste momento, com a origem do Estado social, visualizam-se os direitos fundamentais de segunda geração.

Os direitos de segunda geração são os direitos econômicos, culturais e sociais⁴⁶², só que os últimos requerem prestações positivas (*status positivus*) por parte do Estado para suprir as carências da sociedade. São os direitos dos cidadãos às prestações necessárias ao pleno desenvolvimento da existência individual, tendo o Estado como sujeito passivo, que devem ser cumpridos mediante políticas públicas. De uma forma objetiva, pode-se dizer que são direitos não contra o Estado, tipicamente liberais, mas direitos através do Estado.⁴⁶³

⁴⁵⁸ TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006, p. 24.

⁴⁵⁹ Fiorillo ressalta que “o termo meio ambiente é um conceito jurídico indeterminado, cabendo, dessa forma, ao intérprete o preenchimento do seu conteúdo”. FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 20.

⁴⁶⁰ De acordo com Paulo Antunes, “a tutela judicial do meio ambiente, por meio de diferentes instrumentos processuais postos à disposição do cidadão, de certa maneira, é uma forma de controle da atividade do Poder Executivo e do Poder Legislativo, dependendo da situação concreta e do instrumento que esteja aparelhado em cada caso”. ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 2.

⁴⁶¹ FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Tributação e mudança social**. Rio de Janeiro: Forense, 1981, p. 161.

⁴⁶² Ana Paula de Barcellos destaca que o núcleo da dignidade humana é o mínimo existencial, “na medida em que procura representar um subconjunto, dentro dos direitos sociais, econômicos e culturais, *menor* – minimizando o problema dos custos – *mais preciso* – procurando superar a imprecisão dos princípios – e, mais importante, que seja efetivamente *exigível* do Estado, sob a forma da eficácia jurídica positiva ou simétrica”. BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro, São Paulo: Renovar, 2002, p. 118.

⁴⁶³ Bonavides defende que os direitos sociais são cláusulas pétreas, devendo o §4º, IV, do art. 60, da Carta Magna, ao trazer como limitação material os direitos e garantias individuais, ser interpretado à luz da Nova Hermenêutica constitucional, amparada pelos princípios do Estado Democrático de Direito. BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 641.

Na lição de Freitas, “o grau de complexidade hoje alcançado pelo instituto da propriedade deriva indisfarçavelmente do grau de complexidade das relações sociais”.⁴⁶⁴ A função social prevista na legislação civil, portanto, demonstra uma preocupação com a coletividade e com o interesse público, no sentido de que o direito de propriedade não é mais absoluto como outrora.

A propriedade, direito fundamental típico de primeira geração, precisa cumprir sua função social. Verifica-se que referido direito se transforma, se modifica, se reestrutura para atender às novas exigências do Estado Social, em consonância com os direitos fundamentais de segunda geração. Contudo, o formalismo típico do Estado Social não era suficiente para a concretização efetiva dos direitos previstos em tese.

2.3 O direito de propriedade no Estado Democrático de Direito

O constituinte brasileiro, inspirado em constituições sociais democratas do século anterior, inscreveu em seu art. 1º, inciso III, o postulado da dignidade da pessoa humana⁴⁶⁵ entre os fundamentos da organização nacional. De fato, pode-se afirmar que o Estado Democrático da atualidade é um Estado de abertura constitucional radicado no princípio da dignidade do ser humano, tendo-o como eixo central. Trata-se, pois, do constitucionalismo das comunidades humanas, mais orgânico e voltado mais para a sociedade do que para o Estado.

Sendo o Estado Democrático de Direito, nossa fórmula política⁴⁶⁶, segundo disposto no art. 1º, *caput*, da Constituição Federal, Guerra Filho afirma que toda interpretação do texto constitucional deve ser no sentido de conferir-lhe o máximo de eficácia, apresentando-se como um programa de ação a ser partilhado por todo integrante da comunidade política.⁴⁶⁷

Como avanço em relação ao Estado Social, no Estado Democrático de Direito a ordem jurídica é vocacionada à realização dos valores previstos na Constituição, atuando de forma incisiva para a concretização dos direitos fundamentais.

No que se refere à propriedade, a Constituição Federal de 1988, ao garantir, em seu art. 5º, incisos XXII e XXIII; e art. 170, incisos II e III⁴⁶⁸, o direito de propriedade vinculado à função social, acarreta uma transformação no seu conteúdo.⁴⁶⁹ Consoante Dallari, “não foi apenas uma mudança de intensidade, mas, sim, uma profunda transformação qualitativa ou

⁴⁶⁴ FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 130.

⁴⁶⁵ Acerca do tema, interessante posicionamento de Ingo Sarlet, ao afirmar que “é imprescindível que se outorgue ao princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, em todas as suas manifestações e aplicações, a máxima eficácia e efetividade possível, em suma, que se guarde e proteja com todo o zelo e carinho este coração”. SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 148.

⁴⁶⁶ Willis Guerra Filho explica que, para Pablo Lucas Verdú, fórmula política de uma Constituição é a expressão ideológica que organiza a convivência política em uma estrutura social. GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003, p. 20.

⁴⁶⁷ GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003, p. 20.

⁴⁶⁸ Art. 5º. [...]

XXII - É garantido o direito de propriedade.

XXIII - A propriedade atenderá à sua função social.

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado os seguintes princípios: [...]

II – propriedade privada;

III – função social da propriedade.

⁴⁶⁹ Segundo Machado, “a função social da propriedade é um princípio que, de forma operante e contínua, emite sua mensagem para os juízes, legisladores e órgãos da Administração, além de ser dirigido aos próprios proprietários”. MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 147.

substancial no conceito de direito de propriedade, que passou a ter uma configuração não apenas privada, mas, sim, também necessariamente, pública”⁴⁷⁰.

É interessante destacar que outros textos constitucionais já expressavam alguma preocupação com a função social da propriedade, mas com um viés bastante frágil. A Constituição Federal em vigor consolida e marca com maior positividade referido princípio.⁴⁷¹ Segundo Sundfeld:

[...] ao acolher o princípio da função social da propriedade, o Constituinte pretendeu imprimir-lhe uma certa significação pública, vale dizer, pretendeu trazer ao Direito Privado algo até então tido como exclusivo do Direito Público: o condicionamento do poder a uma finalidade. Não se trata de extinguir a propriedade privada, mas de vinculá-la a interesses outros que não os exclusivos do proprietário. [...] Importa notar que, como consequência da submissão da propriedade, ou do proprietário, a objetivos sociais – evidentemente obrigatórios – criam-se verdadeiros deveres.⁴⁷²

A função social da propriedade, portanto, pretende não apenas impor obrigações negativas ao proprietário, mas também um poder-dever de dar a sua propriedade um destino em prol da coletividade.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipologia da pesquisa

Quanto à utilização dos resultados: pura.

Quanto à abordagem: predominantemente qualitativa porque não busca critérios de representatividade numéricos, mas uma maior compreensão das ações e relações humanas e uma observação dos fenômenos sociais.

Quanto aos objetivos, a pesquisa foi: descritiva, buscando descrever fenômenos, descobrir a frequência que um fato acontece, sua natureza e características. Classifica, explica e interpreta os fatos; e exploratória, procurando aprimorar idéias. Ajudando na formulação de hipóteses para pesquisas posteriores, objetivando incentivar a intervenção, a discussão e a pesquisa individual de pontos específicos, além de buscar maiores informações sobre o tema.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Constituição brasileira de 1988, ao completar vinte anos, é testemunha de transformações que tornam a questão ambiental na pauta do dia.⁴⁷³ O meio ambiente ecologicamente equilibrado assume tamanha importância que acaba se mostrando como um direito “horizontal” na medida em que interfere sobre os demais ramos do direito: privado, público e internacional, caracterizando-se, ainda, como um direito de “integração”, que penetra em todos os ramos da ciência jurídica para neles introduzir a idéia ambiental.

⁴⁷⁰ DALLARI, Adilson Abreu. Solo criado: constitucionalidade da outorga onerosa de potencial construtivo. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 24.

⁴⁷¹ DALLARI, Adilson Abreu. Solo criado: constitucionalidade da outorga onerosa de potencial construtivo. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 24.

⁴⁷² SUNDFELD, Carlos Ari. Função social da propriedade. In: DALLARI, Adilson Abreu; FIGUEIREDO, Lúcia Valle (Coord.). **Temas de direito urbanístico 1**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991, p. 5.

⁴⁷³ Pimenta destaca que a lei do retorno é percebida com mais rapidez na natureza do que na lei dos homens, denominando-a de jurisdição da natureza. PIMENTA, Eduardo Salles. O ambiente e a legislação brasileira. In ARAÚJO, Gisele Ferreira de. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 2.

Nesse sentido, a cada dia aumenta o número de adeptos de um novo modelo de Estado, defendido, inicialmente, por Canotilho, intitulado de Estado Constitucional Ecológico. No Brasil, o Estado Ambiental de Direito vem sendo fortemente sustentado por Leite.⁴⁷⁴ Adotando referido paradigma, é necessário um novo viés hermenêutico da ordem jurídica, tendo como valor o equilíbrio ecológico, invadido a esfera pública e privada. Trata-se da ecologização do direito ao impor uma nova postura do Estado, na busca da efetivação dos direitos fundamentais de terceira geração.⁴⁷⁵

Molinaro sustenta que é melhor caracterizá-lo como Estado Socioambiental e Democrático de Direito⁴⁷⁶, onde todos se obrigam, por conta do art. 225, em manter o equilíbrio e a salubridade do ambiente. Como conseqüência, defende o autor que:

[...] a garantia de um ‘mínimo existencial ecológico’ e o mandamento da ‘vedação da degradação ambiental’, núcleo e objeto do princípio de proibição de retrogradação socioambiental, constituem, entre outras, condições estruturantes de um Estado Socioambiental e Democrático de Direito.⁴⁷⁷

Em nosso sistema normativo, portanto, o direito ao meio ambiente integra o rol dos direitos reconhecidos na Constituição e assume um caráter de direito formal e materialmente fundamental, já que está previsto no texto constitucional.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 182, § 2º, ao tratar da política de desenvolvimento urbano, assevera que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”.

Ainda no texto constitucional, seu art. 186, II, prevê a função ambiental da propriedade, no que concerne à propriedade rural, como um dos elementos da função social.⁴⁷⁸

No âmbito da propriedade urbana, a regulamentação da sua função social e do plano diretor só veio com a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, intitulada de Estatuto da Cidade.

Acerca da referida norma, afirma Dallari que

[...] é importante destacar que o Estatuto da Cidade veio, de certa forma, dar eficácia ao princípio constitucional, pois embora a função do plano diretor já estivesse prevista pela Constituição, a carência de uma lei federal dispendo expressamente

⁴⁷⁴ CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 149-154.

⁴⁷⁵ A partir de uma leitura do texto constitucional, fica claro que o equilíbrio ecológico deve ser compatibilizado com o desenvolvimento econômico, sendo ambos direitos fundamentais. O desenvolvimento equilibrado, ao considerar o custo ambiental, é denominado de desenvolvimento sustentável, ou simplesmente, sustentabilidade. Nesse sentido, destaca Morales que “el ser humano no puede desperdiciar más ni su medio ambiente, ni su capacidad productiva de desarrollo, ni en definitiva el significado recorrido que a través de la reflexión sobre sus propios derechos en tanto que ser humano va logrando edificar. Articular el medio ambiente y el desarrollo con la realización de los derechos humanos se constituye como el nuevo desafío a pensar”. MORALES, Patrícia. En rol de los derechos humanos y la tension entre medio ambiente y desarrollo. In: MORALES, Patrícia (Ed.). **Medio Ambiente: el desarrollo y los derechos del hombre**. Buenos Aires: Zagier & Urruty, 1993, p. 9.

⁴⁷⁶ Segundo Molinaro, “um Estado Socioambiental e Democrático de Direito decorre do princípio da unidade de sua Constituição, que alberga um Estado-Ambiental, fundado numa tríade principal (*Prinzipientrias*), ou se preferido, um conjunto triásico de princípios: princípio da precaução (*Vorsorgeprinzip*); princípio [de responsabilidade] causal (*Verursacherprinzip*); princípio da cooperação (*Kooperationsprinzip*)”. MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental: proibição de retrocesso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 104-105.

⁴⁷⁷ MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental: proibição de retrocesso**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 103.

⁴⁷⁸ Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (grifo nosso).

sobre isso impedia que os Municípios dessem concreção ao princípio da função social da propriedade.⁴⁷⁹

A preocupação com o meio ambiente aparece como uma das diretrizes da política urbana, dentro da função social da cidade, conforme estipulado no art. 2º, IV, da Lei n. 10.257.⁴⁸⁰

A função social da propriedade rural, entretanto, veio à baila com a Lei n. 8.629, de 21 de fevereiro de 1993, detalhando os preceitos constitucionais do art. 186. Dentre os requisitos trazidos pela lei, o art. 9º, II, impõe a utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente.⁴⁸¹

O equilíbrio ambiental, portanto, é tratado como um dos elementos da função social da propriedade rural e urbana, de acordo com a Constituição Federal de 1988 e legislações específicas.

Depois de mais de vinte anos em debate, o Projeto do novo Código Civil foi aprovado no dia 15 de agosto de 2001. No que concerne ao direito de propriedade, a nova lei traz, de forma inédita, a função ambiental vinculada ao exercício deste direito em geral. O novo Código Civil é o primeiro instrumento normativo brasileiro que trata da função ambiental da propriedade, conforme seu art. 1.228, § 1º.⁴⁸²

Note-se, pois, que além de inserir a função social da propriedade, já prescrita no Código Civil de 1916, a atual lei civil prevê a função ambiental, na medida em que trata dos seus elementos, como a proteção à flora, à fauna, à preservação das belezas naturais, à manutenção do equilíbrio ecológico e a preservação patrimônio histórico e artístico, assim como o uso da propriedade em consonância com as determinações da legislação ambiental.

A função ambiental é definida por Sant'Anna como o “conjunto de atividades que visam garantir a todos o direito constitucional de desfrutar um meio ambiente equilibrado e sustentável, na busca da sadia e satisfatória qualidade de vida, para a presente e futuras gerações”.⁴⁸³

Pela leitura do referido dispositivo, constata-se que o ambiente sadio não está dentro da função social da propriedade. O legislador foi mais longe, ao impor uma função ambiental autônoma, nova, gerando outras obrigações ao proprietário de qualquer bem, além daquelas já previstas com a função social.

Isto é de suma importância na medida em que o direito de propriedade vem se transformando para acompanhar a globalização e o desenvolvimento tecnológico. O novo dispositivo trata de uma norma geral do direito de propriedade, não se limitando à urbana e à rural, como fazem as leis já citadas.

⁴⁷⁹ DALLARI, Adilson Abreu. Solo criado: constitucionalidade da outorga onerosa de potencial construtivo. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 27.

⁴⁸⁰ Art. 2º. A política urbana tem por objetivo ordena o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...]

IV – o planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente (grifo nosso).

⁴⁸¹ Art. 9º. [...] § 3º - Considera-se preservação do meio-ambiente a manutenção das características próprias do meio natural e da qualidade dos recursos ambientais, na medida adequada à manutenção do equilíbrio ecológico da propriedade e da saúde e qualidade de vida das comunidades vizinhas.

⁴⁸² Art. 1228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que seja injustamente a possua ou a detenha.

§ 1º. O direito de propriedade deve ser exercitado em consonância com suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas (grifo nosso).

⁴⁸³ SANT'ANNA, Mariana Senna. Planejamento urbano e qualidade de vida: da Constituição Federal ao plano diretor. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007, p. 153.

Assim, a propriedade intelectual, virtual, empresária, etc., todas as formas de propriedade estão submetidas à função ambiental, em perfeita consonância com o direito fundamental ao equilíbrio ecológico e com o Estado de Direito Ambiental.

Outro ponto interessante é que o Código Civil traz uma cláusula aberta em prol do meio ambiente, ao assegurar que a função ambiental deve ser assegurada também de acordo com a legislação especial e não apenas com os componentes trazidos na redação literal do diploma normativo.

O princípio da função sócio-ambiental da propriedade tem uma dupla dimensão. Ao impor que o proprietário não pode prejudicar terceiros e qualidade ambiental, visualiza-se o aspecto negativo. Com o viés positivo, a função social e ambiental garante que a propriedade seja efetivamente exercida para beneficiar a coletividade e o meio ambiente equilibrado.

Resta inconteste que a função social e ambiental da propriedade não constitui um mero limite ao exercício do direito de propriedade, como aquela restrição tradicional, por meio da qual se permite ao proprietário, no exercício do seu direito, fazer tudo o que não prejudique a coletividade e o meio ambiente.

A nova perspectiva da função social e ambiental deve ser rediscutida para atender ao novel paradigma do Estado de Direito Ambiental, ao permitir, portanto, que o proprietário tenha obrigações positivas, no exercício do seu direito, para que a sua propriedade esteja em consonância com o modelo do desenvolvimento sustentável.

Não dá dúvidas de que o Estado de Direito Ambiental se torna fortalecido com a nova disposição normativa infraconstitucional, o que implica no reconhecimento do *status* material do direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Embora o texto constitucional permaneça o mesmo, remetendo apenas à função social da propriedade, tendo o meio ambiente como um dos seus elementos, é necessária uma leitura sistemática de toda a Constituição e da ordem jurídica em geral, tendo como pré-compreensão do intérprete⁴⁸⁴ o valor da sustentabilidade ambiental.

5 CONCLUSÃO

O processo acelerado de desenvolvimento visando o lucro a qualquer preço e a concepção liberal de propriedade privada têm acarretado a desarmonia ambiental. É necessária uma mudança de orientação que compatibilize a defesa dos recursos ambientais com o desenvolvimento econômico.

No entanto, isto somente é possível em um sistema político em que os interesses individuais cedam frente aos interesses coletivos, permitindo que o princípio do poder seja substituído pela responsabilidade e solidariedade, garantindo, assim, a sustentabilidade.

O homem, na condição de cidadão, torna-se titular do direito ao ambiente equilibrado e também sujeito ativo do dever fundamental de proteger o ambiente, galgando, assim, passos para a estruturação de um Estado de Direito Ambiental.

Adotando referido paradigma, é necessário um novo viés hermenêutico da ordem jurídica, tendo como valor o equilíbrio ecológico, invadido a esfera pública e privada. Trata-se da ecologização do Direito, impondo uma nova postura do Estado, imprescindível à promoção da dignidade da pessoa humana.

Cabe ao Estado brasileiro promover uma política dos direitos fundamentais que, por um lado, em sua dimensão assistencial asseguraria a todos o mínimo do bem-estar necessário para o exercício de seus direitos e, por outro, em sua dimensão educativa e cultural acerca do equilíbrio ecológico, possibilitar a consciência em torno do importante papel desempenhado pelos direitos fundamentais.

⁴⁸⁴ Consoante Nalini, “[...] a interpretação pela cidadania e a interpretação judicial se completam e interagem. O Judiciário no Estado Democrático nunca poderá ignorar o apreço conferido pela nacionalidade a um valor como a proteção do meio ambiente. As questões constitucionais serão calibradas por essa hermenêutica de singular especificidade, que será impregnada pelo sentimento coletivo naquele exato momento histórico”. NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2003, p. 24.

Percebe-se que a função social da propriedade pretende não apenas impor obrigações negativas ao proprietário, mas também um poder-dever de dar a sua propriedade um destino em prol da coletividade.

No que tange à função ambiental da propriedade, o novo Código Civil, em seu art. 1228, aloca o equilíbrio ecológico de forma autônoma, fora da função social da propriedade, comprovando o *status* material do direito fundamental ao meio ambiente equilibrado. O legislador foi além, ao impor uma função ambiental nova, gerando outras obrigações ao proprietário de qualquer bem, além daquelas já previstas com a função social.

O direito de propriedade vem se transformando para acompanhar a globalização e o desenvolvimento tecnológico. O novo dispositivo trata de uma norma geral do direito de propriedade, não se limitando à urbana e à rural, como analisado.

A repercussão é tamanha no sentido que qualquer forma de propriedade, seja ela intelectual, virtual, empresária, etc., todas estão submetidas à função ambiental, em perfeita consonância com o direito fundamental ao equilíbrio ecológico e com o Estado de Direito Ambiental.

REFERÊNCIAS

- ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Direito Ambiental**. 11. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
- BARCELLOS, Ana Paula de. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.
- BONAVIDES, Paulo. O direito à paz como direito fundamental da quinta geração. **Interesse Público**, v. 8, n. 40, nov./dez, 2006.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- DALLARI, Adilson Abreu. Solo criado: constitucionalidade da outorga onerosa de potencial construtivo. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- FALCÃO, Raimundo Bezerra. **Tributação e mudança social**. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 1988.
- FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

- FREITAS, Vladimir Passos de. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.
- GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. Tradução de Irene A. Paternot. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GUERRA FILHO, Willis Santiago. **Processo Constitucional e Direitos Fundamentais**. 3. ed. São Paulo: Celso Bastos, 2003.
- LIMA, Francisco Gérson Marques de. **Fundamentos constitucionais do processo**: sob a perspectiva de eficácia dos direitos e garantias fundamentais. São Paulo: Malheiros, 2002.
- MACEDO, Paulo César Machado de. A função social da propriedade no Novo Código Civil. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
- MAGALHÃES, José Luiz Quadros de. **Direito Constitucional**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002.
- MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente**: Direito e Dever Fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
- MOLINARO, Carlos Alberto. **Direito Ambiental**: proibição de retrocesso. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
- MORALES, Patrícia. En rol de los derechos humanos y la tension entre medio ambiente y desarrollo. In: MORALES, Patrícia (Ed.). **Medio Ambiente**: el desarrollo y los derechos del hombre. Buenos Aires: Zagier & Urruty, 1993.
- NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. 2. ed. Campinas: Millennium, 2003.
- PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho. Sobre o Direito à Vida e ao Meio Ambiente frente aos Princípios da Dignidade da Pessoa Humana e da Razoabilidade. In: ROCHA, Cármen Lúcia Antunes (Coord.). **O direito à vida digna**. Belo Horizonte: Fórum, 2004.
- PIMENTA, Eduardo Salles. O ambiente e a legislação brasileira. In: ARAÚJO, Gisele Ferreira de. **Direito Ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.
- SAMPAIO, José Adércio Leite. Constituição e Meio Ambiente na Perspectiva do Direito Constitucional Comparado. In: SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio (Orgs.). **Princípios de Direito Ambiental na Dimensão Internacional e Comparada**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.
- SANT´ANNA, Mariana Senna. Planejamento urbano e qualidade de vida: da Constituição Federal ao plano diretor. In: DALLARI, Adilson Abreu; DI SARNO, Daniela Campos Libório (Coord.). **Direito Urbanístico e Ambiental**. Belo Horizonte: Fórum, 2007.
- SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

SUNDFELD, Carlos Ari. Função social da propriedade. In: DALLARI, Adilson Abreu; FIGUEIREDO, Lúcia Valle (Coord.). **Temas de direito urbanístico 1**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991.

TEIXEIRA, Orci Paulino Bretanha. **O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

VILLANUEVA, Claudia. Derecho de acceso a la información ambiental, antecedentes internacionales y legislación nacional. In: DEVIA, Leila (Coord.). **Nuevo Rumbo Ambiental**. Buenos Aires, Madrid: Ciudad Argentina, 2008.

AD 22: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER: UMA CHAGA SOCIAL QUE PERSISTE

Herbeson Alberto Melo de Lacerda⁴⁸⁵; Sandra Helena Lima Moreira⁴⁸⁶

RESUMO

Trata-se de estudo preliminar de abordagem da violência doméstica contra a mulher. Apresenta breve percurso histórico da situação feminina subordinada ao homem no mundo, e demarca a ruptura dessa condição com a eclosão do movimento feminista na década de 60. Aponta dados da violência contra a mulher no Brasil e no Estado do Ceará, enfatizando a importância da Lei Maria da Penha como mecanismo de combate a essa modalidade de violência. Adota referencial teórico da Criminologia, Direito Penal e Sociologia. Quanto à metodologia, adotou pesquisa bibliográfica constante de legislação, doutrina e jurisprudência, e dados empíricos (ainda preliminares) obtidos através de pesquisa de campo exploratória realizada em delegacia especializada de defesa da mulher. O objetivo geral é contribuir com desvendamento dos elevados índices de ocorrências da violência doméstica contra a mulher que legitimam a existência de legislação como a Lei Maria da Penha, no entanto, seus objetivos específicos buscam identificar no cenário instituído de violência doméstica e familiar no Estado do Ceará, as influências, interferências ou omissões da mulher nas situações de conflito neste espaço, nos quais acaba por se tornar a vítima principal. O referencial teórico consta de conceitos e opiniões de autores da Criminologia, do Direito Penal e da Sociologia, citados ao longo do trabalho, bem como na bibliografia. A conclusão igualmente se apresenta parcial, na razão em que a pesquisa está apenas no seu início, mas, já revela algumas mudanças de comportamento dos homens quanto ao receio da Lei Maria da Penha e, de outro modo, atesta muitas queixas destes no sentido de que suas companheiras corroboram para a violência que sofrem, seja com provocações, comportamentos “inadequados” bem como alegam que elas “forjam” algumas agressões.

Palavras-chave: Violência. Mulher. Vitimologia.

ABSTRACT

These are preliminary study of tackling domestic violence against his wife. Presents brief history of women's subordinate status to men in the world, and marks the breaking of this condition with the onset of the feminist movement in the 60s. Data points of violence against women in Brazil and the state of Ceara, emphasizing the importance of Maria da Penha Law as a mechanism to combat this type of violence. Adopts the theoretical framework of Criminology, Criminal Law and Sociology. As for methodology, adopted in literature search of law, jurisprudence and doctrine, and empirical data (still preliminary) obtained through field research conducted exploratory police station specializing in the defense of women. The general aim is to contribute to unveiling the high rates of incidents of domestic violence against women that warrant the existence of legislation such as Maria da Penha Law, however, identify their goals, look at the scenario set of domestic and family violence in the

⁴⁸⁵ Aluno do 3º Semestre do Curso de Direito.

⁴⁸⁶ Professora Dra., Orientadora.

state of Ceara, the influence, interference or omissions of women in situations of conflict in this area, which ultimately become the main victim. The theoretical framework consists of concepts and opinions of authors of Criminology, criminal law and sociology, cited throughout the work, as well as in literature. The conclusion also appears in part, on the grounds that research is only in the beginning, but already shows some changes in the behavior of men as the fear of Maria da Penha Law and would, otherwise, certify many of these complaints to that his companions to corroborate the violence that suffer, either with provocations, behavior "inappropriate" and claim that they "forge" some attacks.

Keywords: Violence. Woman. Victimology.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem características ainda introdutórias na razão em que foi produzido no âmbito do Programa de Iniciação Científica do Curso de Direito da Faculdade Christus, iniciado em agosto próximo passado, portanto, a pesquisa ainda se encontra em fase inicial.

O objetivo geral é contribuir com desvendamento dos elevados índices de ocorrências da violência doméstica contra a mulher que legitimam a existência de legislação como a Lei Maria da Penha, no entanto, seus objetivos específicos buscam identificar no cenário instituído de violência doméstica e familiar no Estado do Ceará, as influências, interferências ou omissões da mulher nas situações de conflito neste espaço, nos quais acaba por se tornar a vítima principal.

Adotou metodologia de pesquisa bibliográfica constante de legislação, doutrina e jurisprudência, e dados empíricos (ainda preliminares) obtidos através de pesquisa de campo exploratória realizada em delegacia especializada de defesa da mulher.

O referencial teórico consta de conceitos e opiniões de autores da Criminologia, do Direito Penal e da Sociologia, citados ao longo do trabalho, bem como na bibliografia.

A realização deste trabalho se justifica pelo fenômeno da violência doméstica contra a mulher ser fortemente presente na sociedade cearense, necessitando pesquisa e análise em vertente diferenciada.

1 PROBLEMATIZAÇÃO

Antes de se discorrer sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher faz-se necessário uma análise sobre o que é realmente essa violência, que juridicamente é definida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial”.⁴⁸⁷ Pode-se afirmar, portanto, que esse modo de violência se manifesta em tudo que provoca ferimento leve ou profundo, humilhação e vergonha, às vezes chegando ao extremo de deixar seqüelas por toda vida e, em outras, ao ápice do extermínio da própria vida de outrem.

No que concerne a violência doméstica, que é aquela que ocorre no âmbito familiar, no lar propriamente dito, é um fenômeno universal e ocorre em todas as classes sociais, independe da faixa etária, sendo a mulher a maior vítima.

Os dados da violência contra a mulher contrastam com o domínio comum de que a mulher já está totalmente emancipada em função de sua maior inserção no mercado de trabalho, e tornam ainda válida a afirmação constante no Relatório da CPI da violência contra a mulher realizada em 1993, de que este “é fenômeno social enraizado na sociedade brasileira, por sua própria natureza patriarcal. Modificar essa situação, longe se ser um caso de polícia, depende de medidas que promovam modificação cultural profunda”.⁴⁸⁸ Compreende-se, no entanto, que a afirmação “longe se ser um caso de polícia”, não queria dizer que a violência contra a mulher não é um caso de polícia, mas, que além de ser um caso de polícia, também demanda mudança cultural.

A violência doméstica e familiar cresceu em dimensões excessivas, atingindo patamares inaceitáveis reveladores de que, no Brasil, a cada minuto quatro mulheres sofrem agressão física. No Estado do Ceará, 116 mulheres foram mortas em 2005 e 126 em 2006⁴⁸⁹. Números expressivos que redundou na implementação da Política Nacional de Enfretamento a Violência contra a Mulher e decorrente da iniciativa foi criada no ano de 2003, através da Medida Provisória 103, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, posteriormente convertida na Lei 10.683, com o objetivo de estabelecer políticas públicas que contribuem para a melhoria da vida de todas as brasileiras.

Ressalte-se que a violência doméstica foi acrescentada ao Código Penal Brasileiro somente no ano de 2004, cuja tipificação foi acrescida nos parágrafos 9º e 10º do artigo 129, por força da Lei 10.886, de 17/06 sobre lesões corporais.⁴⁹⁰ Porém a pena máxima cominada era de um ano, haja vista ter sido considerada um crime de menor potencial ofensivo. Por

⁴⁸⁷ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Maria da Penha (nº 11.340)**: um avanço no combate à violência contra a mulher. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação /Coordenação de Publicações, 2006, p. 10.

⁴⁸⁸ BANDEIRA, Lourdes. **Papel das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres - DEAMs – no Enfretamento à Violência contra as Mulheres**. Belo Horizonte: [s. n.], 2005, p. 9. Mimeo.

⁴⁸⁹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Maria da Penha (nº 11.340)**: um avanço no combate à violência contra a mulher. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação /Coordenação de Publicações, 2006, p. 6.

⁴⁹⁰ PORTAL Violência contra a Mulher. Disponível em: <<http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patriciagalvao/home/noticias.shtml?x=72>>. Acesso em: 2 out. 2008.

outro, quem o praticava era regulado pela Lei 9.099/1996, Lei dos Juizados Cíveis e Criminais, portanto o agressor era posto em liberdade após realização do procedimento pela autoridade policial e estava sujeito a cumprimento de penas alternativas tais como prestação de serviços à comunidade, pagamento de contendo.

Foi a Lei Maria da Penha, nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que veio efetivar relevante modificação em relação à competência da Lei dos Juizados Cíveis e Criminais no tocante à violência doméstica contra a mulher, através do seu artigo 41, que preceitua *in verbis* “Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995”,⁴⁹¹ no entanto às contravenções penais continuam-se aplicando a lei dos juizados Cíveis e Criminais.

A recepção à Lei Maria da Penha não ocorreu de modo tão pacífico na sociedade brasileira, haja vista ter gerado polêmica acerca de sua constitucionalidade, na razão em que seus críticos afirmam que a Lei fere preceitos constitucionais relativos à igualdade.

Na esteira dessas críticas surgem reivindicações masculinas que se inserem na concepção vitimológica. Queixam-se de que muitas vezes a mulher também é agressora, opressora, são provocativas, consomem igualmente bebidas alcoólicas e se excedem em ofensas, mas, são oportunistas em decorrência da Lei vigente que é extremamente protetora, deixando os homens em condição desvantajosa no sistema judiciário.

A Vitimologia é o ramo da Criminologia que estuda a ação criminosa não apenas na perspectiva do sujeito autor do delito, mas, considera a atuação da vítima para a ocorrência do fato criminoso.⁴⁹² Inúmeras são as situações nas quais a vítima contribuiu de modo fundamental para seu próprio infortúnio, como por exemplo, quando alguém anuncia um assalto e enfrenta pronta reação da provável vítima, vindo a ser contido resultante de lesão corporal ou mesmo homicídio, ou seja, o criminoso em potencial se converte em vítima.

Muitos homens reclamam que a violência foi decorrente de provocação, ou simulam a ocorrência por vingança de outro motivo alheio ao fato em si no qual se sentiu impotente para o revide, outros apontam que são eles as reais vítimas de agressões frequentes. Trata-se de tipos vitimológicos realmente existentes, denominados por Farias Junior, de “vítimas provocadoras”, “vítimas simuladoras” e “vítimas alternativas”.⁴⁹³ Newton Fernandes acrescenta: “a vítima agressora, simuladora ou imaginária, que não passa de suposta ou pseudovítima e, por isso, propicia a justificativa de legítima defesa de seu ‘atacante’”.⁴⁹⁴ No

⁴⁹¹ BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Maria da Penha (nº 11.340)**: um avanço no combate à violência contra a mulher. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação /Coordenação de Publicações, 2006, p. 22.

⁴⁹² FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2004, p. 320.

⁴⁹³ FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2004, p. 324.

⁴⁹⁴ FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 550.

entanto, neste trabalho não foi possível ainda se identificar a fidedignidade das acusações, tampouco realizar a classificação.

2 FATORES INFLUENCIADORES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Nenhuma sociedade mundial pode ser considerada livre da violência de gênero, um fenômeno presente em todas as classes sociais e em todos os países, independente de sua condição geográfica ou sócio-econômica. A cada 18 segundos uma mulher é agredida no mundo, consoante relatório acerca da violência doméstica da Organização Mundial da Saúde.⁴⁹⁵ Portanto, não há elementos distintos específicos em cada cultura, mas, fatores difusos que ora se acentuam em um contexto, ora em outro. Assim, se procurou neste trabalho elencar as causas mais recorrentes da violência doméstica contra a mulher, para posteriormente identificar as possíveis influências da própria mulher, seja pela omissão, provocação, passividade, ou reação.

2.1 Fatores Sociais

A mulher passou por séculos da civilização vivendo uma vida enclausurada, dedicada

aos filhos, a casa e aos cuidados com o marido. No espaço público no qual se realizavam as discussões e decisões da *polis*, portanto do exercício do poder, não havia lugar para as mulheres. O público sempre foi reconhecido como próprio para o homem, enquanto que a mulher que ousasse ocupá-lo era vista como “pública”, no sentido pejorativo de “ser de todos”, numa alusão direta ao seu comportamento imoral. Até recentemente, no Brasil, o “popularesco” adjetivo “mulher da rua” era atribuído aquelas consideradas promíscuas, causando, por conseguinte, intimidação à vontade de participação igualitária com os homens não só do seu próprio destino, mas, igualmente da comunidade em que se inseria. Cabe destacar que o lugar doméstico feminino, não significava sua autonomia neste âmbito, porquanto suas atribuições em muito se submetiam às orientações do marido, irmão mais velho, ou outra figura masculina que liderasse a família. Assim, justificava-se a expressão masculina: “ela manda na casa, mas, quem manda nela sou eu”.

Estas representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos, até que no Século XIX, constituída a Modernidade e à exceção de raros ícones históricos – Cleópatra, Joana D’Arc, Catarina da Rússia, e outras – as mulheres iniciam um ciclo de mudanças que, em princípio lento, teve no segundo quartel do Século XX, acelerado desenvolvimento.

Acredita-se que os dados atuais elevados da violência doméstica contra a mulher não representam um acréscimo global nas ocorrências em relação ao passado, mas, derivam das possibilidades de ampliação das denúncias e de proteção legal e institucional. No entanto, é fato que inúmeras ocorrências derivam exatamente do inconformismo de elevada parcela masculina, que não aceita comportamentos mais igualitários de suas companheiras,

⁴⁹⁵ Krug, E. G. et al apud BANDEIRA, Lourdes. **Papel das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres - DEAMs – no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Belo Horizonte: [s. n.], 2005, p. 1. Mimeo.

reivindicações consideradas incompatíveis para a mulher, que variam desde o direito ao trabalho, ao estudo, ao lazer, à liberdade sexual (quando casadas ou em união estável, de não mais se submeterem a relações sexuais quando não estiverem indispostas), ou, a “insubordinação” de não “esquentar o jantar” do marido/companheiro.

Tem como pressuposto comum o estigma arcaico da desigualdade entre os sexos, sendo que quaisquer tipos de violência praticada contra a mulher sempre têm a sua origem, o seu princípio advindo das desigualdades alimentadas pela própria sociedade ao longo do tempo.

2.2 Fatores Econômicos

Sem sombra de dúvida o fator econômico é um dos mais relevantes na violência doméstica e familiar contra a mulher. Não raras vezes as mulheres por dependerem economicamente de seus companheiros, preferem o silêncio e se submetem às diversas formas de violência em detrimento de sua integridade física, psicológica e moral.

O fator econômico, paradoxalmente, influencia igualmente a violência doméstica contra a mulher quando esta não depende do companheiro. Isso ocorre porque o machismo atua no sentimento de orgulho do homem, que tradicionalmente foi o provedor da família e da casa, resultando esse aspecto em fator de submissão. Ao perceber a mulher muitas vezes obtendo rendimentos financeiros iguais ou superiores aos seus, o homem se sente humilhado, complexado, vendo sua capacidade de domínio ameaçada. Várias são as causas (psicológicas, preocupação com os filhos, supervalorização do relacionamento e esperança de mudança do companheiro), que prendem muitas mulheres a relacionamentos com tal perfil.

Além da violência doméstica a mulher tem que se submeter a outras, oriundas da economia social na qual vive. É fato que as relações capitalistas de trabalho chegam a explorar homens e mulheres, no entanto o sexo feminino está sujeito às maiores adversidades, tanto na cidade como no campo e, nos locais de trabalho a violência contra a mulher exprime-se de várias formas, tais como: dificuldade na promoção, o assédio sexual é mais freqüente, desigualdade de salário, mesmo quando ocupam a mesma função e com iguais horas do de trabalho, algumas mulheres chegam a ganhar menos da metade do salário dos homens.

Acerca da desigualdade salarial, um dos fatores que conduzem a esta violência no trabalho é devido a herança cultural de que a mulher ao começar a trabalhar, ganharia seu dinheiro apenas custear seus “luxos”, salário para “perfumaria”, já que tinha quem sustentasse a ela, a casa e os filhos. Apesar de, aos poucos, a mulher estar conquistando maiores salários e

de as estatísticas demonstrarem que hoje mantêm sozinhas cerca de 30% dos lares brasileiros, ainda há grande defasagem salarial e em cargos mais prestigiados na sociedade brasileira.⁴⁹⁶ A violência também se revela na sobrecarga da jornada de trabalho entre as trabalhadoras rurais, variando de dez a dezoito horas de trabalho.

2.3 Fatores Educacionais

Estreita relação existe entre os fatores sociais e os educacionais, podendo-se admitir que estes se inserem naqueles. Ainda assim, é necessário enfatizar que os fatores educacionais que se quer explicitar, são aqueles impostos as próprias mulheres, ou seja, desde criança, a menina, apesar de não receber mais uma educação formal diferenciada do menino, informalmente é influenciada por eles que, por sua vez a recebem concepções machistas dos pais, tios, irmãos mais velhos, padrastos, etc. Desse modo, na escola já se inicia um processo de divisão sexual das atividades, reproduzindo o cenário social descrito anteriormente.

Paralelo ao ambiente escolar, no espaço doméstico e familiar persiste ainda a educação pautada, se não mais na valorização do machismo em si, mas, indiretamente o ensinamento de práticas eminentemente femininas, acabam por inculcar nas meninas a tolerância à muitas aceitações típicas.

Outro fenômeno que tem contribuído para a tolerância à violência doméstica, tem sido as elevadas experiências de filhas de pais separados, cujo trauma não aceitam reproduzir em seus filhos. Preferem agüentar certo nível de violência, a romper com o ideal de casamento e da família perfeita.⁴⁹⁷

2.4 Fatores Decorrentes do Consumo de Substâncias Alucinógenas

É conhecido o consumo de substâncias alucinógenas como fator correlato da criminalidade em geral. O fenômeno se reproduz no tocante à violência doméstica contra a mulher, sendo o consumo da droga lícita, a bebida alcoólica, o maior responsável pelas agressões. No entanto, fato presumível, o uso de drogas ilícitas vem concorrendo com as lícitas, seja pela alienação mental causada pelo efeito da substância, ou pela irritação do

⁴⁹⁶ MAIORIA das Mulheres Trabalhadoras tem Dupla Jornada. IBGE (Agência Brasil - ABr). Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=3000490#>>. Acesso em: 9 out. 2008.

⁴⁹⁷ É o que está sendo retratado, no momento, pelo drama televisivo da Rede Globo denominado "A Favorita". Na trama não há o trauma da separação dos pais, mas, a esposa vitimada com espancamentos constantes, possui concepção extremada de casamento e uma idealização de família que não consegue superar, mesmo tendo o apoio e o estímulo da família para a separação.

homem que pressiona a mulher por dinheiro para o consumo de drogas e esta lhe nega porque não dispõe, ou, porque se recusa a fornecer para não faltar para as despesas domésticas, principalmente alimentação.

2.5 Motivos Passionais

Ao lado do consumo de substâncias alucinógenas, a passionalidade é um dos fatores que lideram a violência doméstica contra a mulher. O ciúme transmutado em raiva é a justificativa apresentada por muitos agressores que definem o estado emocional por ocasião da agressão como “perdi a cabeça”, “me descontrolei”, “fiquei cego de raiva”, “ela provocou a agressão” e outras. A hierarquia das “transgressões femininas” que causam o ciúme e a posterior ira, de acordo com os homens, bem como os limites de tolerância, varia muito entre eles, indo desde o descontentamento porque chegou e a mulher não se encontrava em casa, porque foi a alguma atividade de lazer, conversava com alguém, ou, simplesmente não houve motivo algum, mas, ele criou, desconfiou, ou imaginou o fato, e se enfureceu.

Essa é a situação em que mais se delineia o comportamento retrógrado e machista, pelo sentimento de posse que o homem tem em relação à mulher. Curioso é que, não raro, ele se comporta de forma muito mais transgressora em relação à cultura social estabelecida em relação às uniões estáveis, mas, considera natural para si, mas, inaceitável para a companheira.

3 A LEI MARIA DA PENHA (11.340)

Após muitos anos de lutas as mulheres puderam finalmente dispor de um instrumento legal, a lei sancionada em agosto de 2006 pelo Presidente Lula, cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, estabelecendo muitas mudanças, não só na tipificação dos crimes como nos procedimentos judiciais e da autoridade policial. É legislação moderna que trata do enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher em cumprimento aos acordos internacionais da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, denominada também de Convenção de Belém do Pará e da Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Violência contra a Mulher da

Organização das Nações Unidas, é considerado um marco nas conquistas femininas no Brasil, para a erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.⁴⁹⁸

Com efeito, a Lei 11.340/2006, representa na sua construção uma verdadeira igualdade de gênero, é um marco e também se pode considerá-la uma ferramenta crítica para o questionamento da dogmática jurídica tradicional, haja vista que rompe com o paradigma androcêntrico. Tal assertiva é corroborada por Alessandro Baratta, na citação a seguir:

O direito penal, [...] é dirigido especificamente aos homens, enquanto operadores de papéis na esfera (pública) da produção material. O seu gênero, do ponto de vista simbólico, é masculino. Mas também o sistema de controle informal, especificamente dirigido às mulheres, enquanto possuidoras de papéis no âmbito privado da reprodução natural, é de gênero masculino sob o ponto de vista simbólico.⁴⁹⁹

No entanto, mesmo após mais de dois anos em vigor, a Lei Maria da Penha não extirpou do Brasil a violência doméstica e familiar. Destarte, o objetivo da Lei Maria da Penha é interferir nessa realidade, alterar a perspectiva do combate à violência contra a mulher, identificar todas as variáveis do problema e contribuir com a efetivação do princípio da igualdade, que é consagrado enfática e repetidamente na Carta Magna Brasileira. Está no seu preâmbulo como compromisso de assegurar a igualdade e a justiça.

A igualdade é o primeiro dos direitos e garantias fundamentais previsto no artigo 5º da Constituição Federal: “todos são iguais perante a lei”. Repete o seu primeiro parágrafo: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Mas há mais, é proibida qualquer discriminação fundada em motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (CF, art. 7º, XXX). Ressalte-se que o princípio da igualdade consiste, como é cediço, em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na proporção em que se desigualam.

As questões teóricas e os dados inaceitáveis da violência doméstica contra a mulher que se adéquam ao território brasileiro ganham robustez quando situados ao Estado do Ceará. Tal ocorre por ser território localizado na Região Nordeste, de reconhecida cultura machista arraigada, redundando numa resistência maior por parte dos homens e, em alguns casos, da própria mulher, da condição de emancipada, liberada e autônoma que o sexo feminino alcançou. Os dados empíricos preliminares desta realidade, poderão ser observados no próximo segmento.

⁴⁹⁸ BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**: normas técnicas de padronização. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – Presidência da República, 2006, p. 15.

⁴⁹⁹ BARATTA, Alessandro apud MIRANDA, Alessandra de La Veja. **Lei Maria da Penha**: paradigma emancipatório à luz das considerações da criminologia crítica feminista. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/36150>>. Acesso em: 3 out. 2008.

4 PESQUISA DE CAMPO DE CARÁTER EXPLORATÓRIO: COTIDIANO DA DELEGACIA DA MULHER

A primeira visita realizada foi à Delegacia da Mulher e teve o objetivo de proceder a uma primeira aproximação com o ambiente institucional, as profissionais que atendem às mulheres ofendidas, bem como perquirir acerca das principais demandas das queixosas, dos procedimentos adotados, dos fluxos e encaminhamentos dos BOS. A próxima visita procurará entrevistar as mulheres vítimas de violência doméstica.

4.1 Atendimento à Mulher

As ofendidas são atendidas na delegacia especializada por pessoas treinadas, do sexo feminino, para evitar constrangimentos e deixá-las mais à vontade para expressarem seus problemas. Quando necessário são encaminhadas para psicólogos e em caso de agressão física, são encaminhadas para o hospital ou Instituto Médico Legal ou hospital, para atendimento médico e para ser feito o laudo da agressão, respectivamente. Posteriormente se realiza abertura do inquérito policial, além do atendimento prestado pelas assistentes sociais, que fazem o levantamento sobre sua situação social e familiar.

A delegada entrevistada informou que geralmente na segunda feira é o dia no qual ocorre o maior número de ocorrências, em razão de que nos finais de semana os homens fazem uso de bebidas alcoólicas e, por consequência, agredem as mulheres. O álcool é uma das maiores causas de desarmonias entre conjugues e é comum se ouvir das mulheres que, quando o seus agressores não estão embriagados são boas pessoas, por isso, as delegacias das mulheres em todo o Brasil têm parceiras com algumas entidades e muitas vezes encaminhadas os homens para tratamento. Esse procedimento segue preceito da Lei Maria da Penha que no seu artigo 8º inciso VI, estabelece a celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos, em parceria entre órgãos governamentais ou com estes e entidades não-governamentais, tendo por objetivo a implementação de programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Nos casos mais graves, quando as mulheres estão em situação de risco de vida são encaminhadas para casas abrigo, podendo levar seus filhos (sendo feminino, de qualquer idade e, masculino, até 12 anos). Nesses casos, normalmente, são requeridas pela ofendida medidas protetivas de urgência, previstas nos artigos 22º e 23º da Lei Maria da Penha.

Fato que ocorre com frequência é a manifestação da vontade das mulheres de retirada da queixa posteriormente à feitura do BO, porém, uma vez realizada a representação criminal contra o agressor, a Lei Maria da Penha proibiu a retirada da queixa, por ser comprovado que frequentemente estas as abrigavam a proceder dessa maneira. Houve assim, mais essa inovação da Lei nº 11.340/06, no procedimento nesta situação.

4.2 Comportamento do Agressor

A delegada informou que geralmente os agressores se comportam na Delegacia, salvo raríssimas exceções, de forma calma, sem nenhuma agressividade e todos demonstram temor quanto à efetiva aplicabilidade da Lei para consigo e tentam passar um aspecto de arrependimento, atribuindo ao álcool ou ao ciúme a maneira violenta com a qual procederam para com suas companheiras. Outros não raro procuram transmitir que na realidade são vítimas, e atribuem a culpabilidade daquela ocorrência à mulher. Em raríssimas exceções mostram-se violentos perante as pessoas que fazem o atendimento, inclusive é uma característica do perfil dos agressores, se mostrarem educados, sendo inclusive tal fato, muitas vezes, mencionado pelas vítimas quando do registro do Boletim de Ocorrência.

5 SÍNTESE PARCIAL DA PESQUISA

As causas gerais da violência doméstica contra a mulher estão fincadas numa história milenar de submissão não só ao homem, mas, ao Estado, às instituições e a sociedade política.

Nos últimos 200 anos as lutas das mulheres foram conquistando direitos, pouco a pouco, resultando no “boom” feminista dos anos 60 do Século XX, marco de um novo percurso de emancipação que a mulher vem trilhando até os dias de hoje. Não obstante as vitórias obtidas, o mundo feminino ainda se ressentido de uma herança cultural extremamente machista.

A sociedade em geral, já absorveu a mulher como participante da vida produtiva e política, e assimilou que ela ocupa um lugar diferenciado, mas, não menos importante no lar e na família, porém, a herança remanescente do machismo ainda contamina muitos espaços familiares institucionais e sociais.

Os dados alarmantes da violência doméstica contra a mulher têm merecido atenção especial dos organismos internacionais, governos, autoridades judiciárias, ONGs, e outras

instituições da sociedade civil organizada, resultando em legislações efetivas de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a exemplo no Brasil, da Lei Maria da Penha, elaborada em consoante as determinações de conferências internacionais protetoras da mulher.

O elenco de fatores recorrentes provocadores dessa violência, revelam que para além do machismo, mola propulsora principal, há elementos correlatos que necessitam de políticas públicas macro de combate, como o consumo e o tráfico de substâncias alucinógenas, maior controle de drogas lícitas (uma primeira iniciativa foi adotada recentemente com a “Lei seca” do trânsito), investimentos no setor educacional, sistema de saúde física e psicológica, dentre outros.

Esta pesquisa, por se encontrar ainda em estado prematuro, não apresenta dados de campo evoluídos da violência doméstica contra a mulher no Estado do Ceará, mas, informações colhidas em visita de caráter exploratório a uma Delegacia da Mulher. Desse modo, preliminarmente já se perceberam mudanças no comportamento masculino ante a efetividade da Lei Maria da Penha, a impossibilidade da mulher “retirar a queixa” prestada oficializada, mas, de outro modo, verificou a persistência da tentativa de inversão do sujeito passivo da violência, ou seja, o homem ainda se coloca como “vítima” da mulher ao lhe atribuir a culpa pelo seu comportamento. Consciente ou inconscientemente recorre a um saudosismo incompatível para os dias atuais (como também foi no passado), à teoria da “legítima defesa da honra”, com a qual homens violentos justificavam agressões e até homicídios contra suas mulheres.

Este trabalho pretende representar, ao seu final, uma contribuição, ainda que modesta, ao movimento feminista, não aquele que pretende estabelecer a supremacia da mulher sobre o homem. Mas, para que apesar de todas as desigualdades que enfrentam ainda hoje na sociedade brasileira, inobstante a Constituição Federal e a Lei Maria da Penha, as mulheres, possam continuar conquistando significativos avanços, quer seja no plano político, no mercado de trabalho ou nas relações familiares, para compartilhar com o homem o lugar que lhe é devido, nem inferior, ou superior, mas, ao seu lado. Pode estar aí uma das “chaves” principais do desvendamento dos problemas humanos, ao lado da desigualdade econômica, que, ao contrário de por homem contra mulher, põe todos contra todos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Carlos. Ordenações Filipinas. Disponível em:
<<http://expressodameianoite.wordpress.com/category/ordenacoes/>>. Acesso em: 3 out. 2008.

BANDEIRA, Lourdes. **Papel das Delegacias Especiais de Atendimento às Mulheres - DEAMs – no Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Belo Horizonte: [s. n.], 2005. Mimeo.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Maria da Penha (nº 11.340)**: um avanço no combate à violência contra a mulher. Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação/Coordenação de Publicações, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. **Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher**: normas técnicas de padronização. Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres – Presidência da República, 2006.

FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 3 ed. Curitiba: Juruá, 2004.

FERNANDES, Newton; FERNANDES, Valter. **Criminologia Integrada**. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MAIORIA das Mulheres Trabalhadoras tem Dupla Jornada. IBGE (Agência Brasil-ABr). Disponível em: <<http://www.fiscosoft.com.br/indexsearch.php?PID=3000490#>>. Acesso em: 9 out. 2008.

MIRANDA, Alessandra de La Veja. **Lei Maria da Penha**: paradigma emancipatório à luz das considerações da criminologia crítica feminista. Disponível em: <<http://jusvi.com/artigos/36150>>. Acesso em: 3 out. 2008.

PORTAL Violência contra a Mulher. Disponível em: <<http://www.patriciagalvao.org.br/apc-aa-patricagalvao/home/noticias.shtml?x=72>>. Acesso em: 2 out. 2008.

AD 23: EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PERSPECTIVA HISTÓRICA

Juliana Tabosa Nascimento⁵⁰⁰; Gerardo Clésio Maia Arruda⁵⁰¹

RESUMO

Analisar a evolução dos Direitos Humanos em sua perspectiva histórica é importante para compreender como ocorreu a valorização do homem e o reconhecimento de sua dignidade. Esse fato possibilitou a criação de órgãos para protegê-los, bem como estimulou uma adesão dos Estados aos princípios que procuravam defender a dignidade humana. Vários movimentos foram responsáveis por essa conquista, tais como: o Cristianismo, a corrente Naturalista, o Constitucionalismo, dentre outros. Entretanto ainda há muito que melhorar, visto que, às vezes, o próprio Estado é quem viola esses direitos. Isso pode ser constatado ao investigar o conhecido episódio do Massacre do Carandiru, onde centenas de vidas foram ceifadas na maior penitenciária brasileira. A afirmação e a evolução dos Direitos Humanos foram pressupostos para a sua efetividade.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Cidadania. Dignidade.

1 INTRODUÇÃO

A universalização de normas que viessem proteger a dignidade humana contra qualquer ato de atrocidade é um fenômeno recente. Os Direitos Humanos no âmbito Internacional foi efetivado e consolidado após a Segunda Guerra Mundial com o surgimento da Organização das Nações Unidas (ONU) em 24 de outubro de 1945.

A ONU previu, em seus tratados internacionais, medidas que viessem a evitar os horrores da Era Hitler. Como resposta às terríveis violências praticadas na Alemanha, pois milhares de vidas foram destruídas, motivadas pela vaidade humana.

Os tratados internacionais têm criado direitos e deveres para os Estados, em relação às pessoas que estão em seus territórios, pois nem sempre as normas dos Estados possuíam princípios de defesa da dignidade humana. Isso pode ser constatado, ao analisar o desenvolvimento do Direito das relações sociais, pois essas relações eram extremamente desiguais, visto que o modelo social da Antiguidade era baseado na desigualdade, possuindo em suas normas um conteúdo contraditório.

Com o surgimento do Cristianismo, da corrente Naturalista e do Constitucionalismo houve uma tendência de valorizar tais princípios, principalmente após a criação da Constituição Americana e da expansão do movimento Iluminista. Mas foi somente na pós-Segunda Guerra que princípios jurídicos, que garantem os direitos dos cidadãos, generalizaram-se a partir de tratados internacionais. A evolução dos Direitos Humanos, no âmbito nacional e internacional, foi de grande importância para o reconhecimento e para a valorização da dignidade humana. Portanto, este artigo procura discutir o tema da evolução dos Direitos Humanos, tendo como objetivo geral mostrar sua perspectiva histórica que remete à Antiguidade, à Idade Média, Idade Moderna, até os dias atuais. Da mesma forma, identifica os objetivos específicos, que são: 1) compreender como ocorreu a valorização do homem; 2) a importância da criação da ONU; 3) os mecanismos de proteção aos Direitos Humanos.

⁵⁰⁰ Aluna do 2º semestre do Curso de Direito.

⁵⁰¹ Professor Dr., Orientador.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A questão da efetividade dos Direitos Humanos encontra-se intrinsecamente ligada à sua afirmação e à sua evolução histórica. O professor Almir de Oliveira⁵⁰², ao discutir os antecedentes históricos, mostrou que o modelo social da Antiguidade era baseado na desigualdade, retratando-a em seu Direito. Este protegia a vida, a integridade física, a honra, a família e a propriedade privada. Porém, tal proteção era restrita às classes dominantes, ficando as demais pessoas, muitas vezes, vulneráveis à vontade da elite, podendo ser escravizadas ou, até mesmo, vendidas, por motivos banais para outras comunidades, visto que se admitia a escravidão e o tráfico de seres humanos. As sanções eram extremamente severas, existindo penas capitais, torturas e tratamentos cruéis de presos e acusados de delitos.

A situação da mulher era de inferioridade, existindo da parte desta uma submissão total ao homem. Ressalta-se também a predominância de um poder opressivo e absoluto do pai sobre a família e do rei sobre os súditos. Nesse período, não havia liberdade de culto e nem de expressão do pensamento, não se permitindo a livre escolha dos governantes pelos governados, pois havia uma concepção organizacional de um poder teológico, ou seja, o poder era estabelecido pela divindade por meio de uma comunicação direta com o soberano que o povo deveria obedecer.

Conforme defendido por Fábio Konder Comparato:

Essa convicção de que todos os seres humanos têm direitos a serem igualmente respeitados, pelo simples fato de sua humanidade, nasce vinculada a uma instituição social de capital importância: a lei escrita, com regra geral e uniforme, igualmente aplicável a todos os indivíduos que vivem em uma sociedade organizada⁵⁰³.

A criação da lei escrita foi uma espécie de tentativa de punir igualmente os indivíduos que vivessem numa sociedade organizada, mas havia exageros na aplicação de algumas penas. Estas continuavam violando a dignidade do homem.

O Código de Hamurábi (séc. XVII a.C), possuía 282 parágrafos, sendo sua divisão organizada e sua matéria muito evoluída para o período, podendo-se constatar essa evolução, ao analisar a regulamentação de profissões, preços e remuneração de serviço. Porém, não havia proteção aos direitos da pessoa humana em relação às punições, pois as penas eram rigorosas para a calúnia, a difamação e a injúria. Adotava-se o Talião e as Ordálias para as penas de lesão corporal e homicídio. Havia punição de morte para crimes, tais como: o roubo, o furto, o assalto, o seqüestro de pessoas, a calúnia e o falso testemunho. Admitia-se a escravidão, possuindo o escravo certa proteção, porém tal proteção não era pelo fato de o valorizarem como pessoa humana e, sim, pela significação comercial por tratar-se de um produto.

O Código de Manú (séc. XIII AC) foi também um sistema de leis evoluído, contendo doze livros que regiam a sociedade Hindu. Esse Código protegia a propriedade privada, a honra, a vida, a integridade física das pessoas e a família. Como também, estabelecia direitos e deveres conjugal, exigindo do marido comportamento digno em relação à sua mulher e à família. Havia possibilidade de desfazer o casamento, pois essa sociedade admitia o divórcio, porém punia-se severamente a prática do adultério. Permitiam-se penas de morte e corporais, além de marcas desonrosas na fronte do condenado. Contudo, a prática da justiça era extremamente desigual, pois se levava em consideração a posição de cada pessoa na sociedade, visto que esta era dividida em castas. Era uma sociedade desigual. Pode-se constatar isso, ao analisar os brâmanes que são isentos da pena de morte. As normas prescritas no Código de Manú eram, muitas vezes, injustas, pois excluía o indivíduo desde o seu nascimento.

⁵⁰² OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 100.

⁵⁰³ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 12.

Outra legislação importante da Antiguidade era a Mosaica (séc. XIII a.C). Esta era constituída por cinco livros denominados Pentateuco ou Torá, inclusive ainda constam na Bíblia Sagrada Cristã. O Direito judaico descrevia uma organização política, religiosa, civil e penal, procurando proteger a vida, a propriedade, a honra e a família, além de instituir o descanso semanal. Porém admitia-se a escravidão como também a pena de morte para os homens que praticassem o homicídio doloso, estendendo-se tal punição aos raptadores, aos parricidas e àqueles que atentassem contra a integridade física dos pais. Para os Judeus, a lei estava acima do poder dos reis, pois a lei era a manifestação da própria divindade.

Comparato⁵⁰⁴ mostrou em suas discussões que, na Grécia, no século V a.C, ocorreu uma evolução no pensamento do homem com o nascimento da filosofia, pois esta fez o indivíduo exercer a sua faculdade de crítica racional da realidade. Nesse período, surgiu a democracia ateniense que garantiu direitos civis e políticos aos cidadãos, porém a cidadania ateniense era restrita aos homens que nascessem em Atenas, ficando de fora de tal cidadania as mulheres, os escravos e os estrangeiros. Era uma cidadania muito restrita, visto que somente os homens participavam da vida política e estes eram minorias. Dessa forma, pode-se observar a grande desigualdade no Direito, pois este privilegiava uma parcela da população.

Em Roma, a cidadania também era restrita aos cidadãos, porém houve uma pequena “valorização” do escravo, estes eram vistos como pessoa, ou melhor, a palavra pessoa era utilizada tanto para os livres quanto para os escravos. Todavia estes ainda eram tidos como coisa, eram objetos de direito enquanto os cidadãos eram sujeitos de direito.

O ser humano começou a ser valorizado com o surgimento do Cristianismo, que trouxe princípios de dignidade humana, fraternidade e igualdade. Igualmente, a idéia de que “o poder real procede de Deus, mas reside no povo e deste é transmitido para o rei por deliberação e escolha humana”⁵⁰⁵. Essa idéia ficou conhecida como teoria da Transmissão elaborada, no século XVI d.C, por Tomás De Veo, Cardeal Caetano e São Roberto Belarmino, baseado no pensamento de São Tomás de Aquino. Todos esses pensamentos foram consolidados na Idade Média e trouxeram uma maior valorização do homem.

2.1 A Valorização do Homem e a busca de sua dignidade

O surgimento do movimento humanista, na Idade Média, buscou compreender o homem como um ser dotado de liberdade e de dignidade própria. O racionalismo de Descartes, do mesmo modo, as transformações que surgiram no período, tais como: a expansão do comércio, o reflorescimento das cidades, a ascensão da burguesia, a reforma protestante - tudo isso trouxe uma valorização do homem, colocando-o no centro dos estudos e dos acontecimentos.

No século XVIII, foram assinados importantes documentos que demonstraram uma preocupação com o indivíduo, tais documentos são: A Declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 1776, A Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia em 1776 e a Declaração dos Direitos do homem e do Cidadão em 1789, esse documento foi oriundo da Revolução Francesa.

Almir de Oliveira⁵⁰⁶ ressaltou que a Declaração de Independência dos EUA e a Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia afirmaram os direitos inalienáveis do ser humano e proclamaram que o poder do governante emanava do povo. Alguns anos depois, surgiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que afirmou estes princípios e estabeleceu a liberdade e a independência do homem como algo inerente da sua natureza e declarou a existência de direitos naturais que deveriam ser respeitados. Encerrou-se o século

⁵⁰⁴ COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 12-16.

⁵⁰⁵ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 109.

⁵⁰⁶ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 111-120.

XVIII, sob a idéia de existência de um liberalismo, que muito foi defendido por Jonh Locke no séc.XVII e tal idéia foi consolidada com a criação do Estado Liberal.

A Idade Contemporânea ficou marcada pela eclosão da Primeira e Segunda Grande Guerra, que levou milhares de inocentes à morte. Nesse período, houve várias tentativas de implantar órgãos que viessem a preocupar-se com a dignidade humana. Um desses órgãos foi a Organização Internacional do Trabalho (OIT) criada em 1919, após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que, segundo Almir de Oliveira:

Assim é que a parte XIII do tratado de Versalhes, firmado em 11 de abril daquele ano, estabeleceu a Organização Internacional do Trabalho, com o propósito de concorrer para o estabelecimento de uma paz duradoura mediante a implantação da justiça social e promover, mediante a ação dos governos, melhores condições do trabalho e padrão de vida, promovendo a estabilidade econômica e social⁵⁰⁷.

Mas somente com o nascimento da ONU ocorreu a consolidação dos Direitos Humanos e sua internacionalização.

2.2 A criação da ONU e a evolução dos Direitos Humanos

Somente com o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram efetivados e consolidados os Direitos humanos com a criação da ONU e a aprovação da Carta das Nações Unidas, que estabeleceu tratados internacionais, a fim de que pudesse evitar as atrocidades como as do Holocausto. Assim, os tratados tornaram responsável o Estado no plano externo, quando os seus órgãos competentes internamente não apresentarem respostas satisfatórias na proteção dos Direitos Humanos.

A ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos humanos que foi assinada em 1948, sendo composto de um preâmbulo e trinta artigos que, segundo aquela, são classificados como direitos civis, direitos econômicos e sociais e direitos culturais.

Os direitos civis “dizem respeito ao ser humano como pessoas inseridas numa sociedade politicamente organizada”⁵⁰⁸ sendo encontrados nos artigos: I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, XI, XII, XIII, XVI, e XX.

Os direitos políticos “relacionam-se ao ser humano como cidadãos”⁵⁰⁹ e estão presentes nos artigos: XIV, XV, XVIII, XIX e XXI.

Por conseguinte, os direitos econômicos e sociais “representam o ser humano como participante das atividades de produção e consumo”⁵¹⁰, estando enquadrados nos artigos: XVII, XXII, XXIII e XXIV.

Já aos direitos culturais “buscam desenvolver e preparar o indivíduo para viver melhor em sociedade”⁵¹¹, sendo mencionados nos artigos: XXVI e XXIX.

Para complementar, a Assembléia Geral das Nações Unidas aprovou três documentos, em 1966, que vieram suprir as deficiências da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais documentos deram valor jurídico, pois obrigam seus signatários a cumpri-los. Referidos documentos são: Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, Pacto de Direitos Civis e Políticos e Protocolo Facultativo (refere-se ao último dos Pactos).

Os Pactos de Direitos admitem a intervenção do Estado em alguns direitos, desde que haja perigo à segurança da sociedade. Mas tal intervenção tem de apresentar uma “medida compatível com os princípios democráticos e não apresentar discriminação por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião e origem social”⁵¹².

⁵⁰⁷ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 194.

⁵⁰⁸ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 76.

⁵⁰⁹ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 77.

⁵¹⁰ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 77.

⁵¹¹ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 77.

⁵¹² OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 203.

O Protocolo Facultativo ao Pacto de Direitos Civis e Políticos criou um Comitê de Direitos Humanos que tem por objetivo examinar os atos de violação por parte dos “Estados que aderiram ao protocolo e estão sujeitos à jurisdição do comitê”⁵¹³.

Existem outros instrumentos jurídicos de proteção aos direitos humanos que se apresentam das mais diferentes espécies, por exemplo: declarações, convenções, pactos, cartas, protocolos, atas, resoluções e proclamações. Tais instrumentos são: Carta da Organização dos Estados Americanos, Declaração dos Direitos e Deveres do Homem, Carta Internacional Americana de Garantias Súcias, Convenção Americana sobre Direitos Humanos, Protocolo de Salvador, Convenção Européia de Direitos Humanos e das Liberdades Fundamentais, Carta Social Européia e seu Protocolo Adicional, Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, Carta dos Direitos Humanos e dos Povos no Mundo Árabe.

Alguns instrumentos de proteção especializados: Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial, Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, Convenção sobre Estatuto dos Refugiados, Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas, Convenção para Redução dos Casos de Apátridia, Convenção sobre Asilo Territorial, Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura, Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanas ou Degradantes, Convenção sobre os Direitos das Crianças e, por último, Convenção sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores Migrantes e seus Familiares.

Esses instrumentos jurídicos podem possuir caráter universal ou regional, buscam assegurar a proteção dos Direitos Humanos que, muitas vezes, são violados.

2.3 A proteção dos Direitos Humanos

O problema da afirmação dos Direitos Humanos, os quais buscam assegurar a proteção da dignidade da pessoa humana, está nas diferenças sócio-culturais apresentadas pelos Estados, que o interpretam, segundo a sua visão cultural.

Por decorrências de tais problemas, as Nações Unidas criaram órgãos que visam à fiscalização e à proteção dos Direitos Humanos. Tais órgãos são: Assembléia Geral, Conselho econômico e social, Comissão de Direitos Humanos, Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher e Centro de Direitos Humanos.

A ONU possui alguns órgãos especializados, tais como: organização Internacional do Trabalho, UNESCO, Organização Mundial da Saúde, FAO, ACNUR. Possui órgãos de proteção no Âmbito Continental, são eles: a Convenção de Roma e a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos.

No Brasil, a Constituição de 1988, que é tida como Cidadã, incorporou em seu texto uma combinação de direitos humanos e direitos dos Cidadãos. Tal combinação é denominada de Direitos e Garantias Fundamentais, os quais servem para limitar o poder do Estado e assegurar a Proteção aos Direitos Humanos.

Segundo Valério de Oliveira Mazzuoli:

A Carta de 1988 passou a reconhecer, explicitamente, portanto, no que tange ao sistema de direitos e garantias, *uma dupla fonte normativa*: (1) aquela advinda do direito interno (direitos expressos e implícitos na Constituição), e (2) aquela outra advinda do direito internacional (decorrente dos tratados internacionais em que a República federativa do Brasil faz parte)⁵¹⁴.

Atualmente existem muitos mecanismos para assegurar e proteger os Direitos Humanos no âmbito interno e externo. Internamente, Carta Magna de 1988, apresenta algumas maneiras de proteger os Direitos Humanos: elevando-os a mesma hierarquia das normas constitucionais e resguardando os direitos e as garantias individuais por cláusula pétrea. Externamente é feito utilizando os diversos instrumentos já citados.

⁵¹³ OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 204.

⁵¹⁴ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e Cidadania**: à luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002, p. 87.

METODOLOGIA DA PESQUISA

A natureza da pesquisa está fundamentada num caráter bibliográfico e documental, constituindo-se de maneira pura e qualitativa. Foram utilizadas, principalmente, as obras: Curso de Direitos Humanos, A afirmação histórica dos Direitos Humanos e Direitos Humanos e cidadania: à luz do novo direito internacional, sendo a autoria, respectivamente, de Almir de Oliveira, Fábio Konder Comparato e Valério de Oliveira Mazzuoli.

Além dessas leituras foram utilizados artigos de autores como: Victória Maria Benevides⁵¹⁵, T. H. Marshall⁵¹⁶ e Ilse Scherer Warren⁵¹⁷, que fizeram uma abordagem sobre a cidadania, outrossim, foram utilizados livros de História para complementar a pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A História da Evolução dos Direitos humanos mostrou-se com grandes conquistas efetivadas pelo trabalho dos órgãos que buscaram proteger e respeitar à dignidade da pessoa humana. Entende-se, finalmente, que “o relativismo cultural não pode ser utilizado para justificar as violações dos direitos inerentes ao homem”⁵¹⁸.

De acordo com o pensamento de Mazzuoli⁵¹⁹, as Cartas Magnas dos Estados, encontram-se os princípios dos Direitos Humanos que nasceram com o Constitucionalismo, tais como: da universalidade, indivisibilidade e interdependência. Esses princípios foram consagrados na Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948 e repetidos na Segunda Conferência Mundial de Direitos Humanos em 1993 no Vietnã.

No Brasil, a Constituição de 1988 afirmou e protegeu os direitos da pessoa humana.

Trouxe uma nova concepção de cidadania que foi introduzida pela Declaração de 1948. Porém, ainda há muito que se fazer para evitar violações, pois a história dessa Constituição, dita Cidadã, foi marcada por uma série de desrespeito à dignidade da pessoa humana como o que aconteceu em Carandiru, episódio que ficou conhecido como a maior chacina da história das penitenciárias brasileira.

Relata-se que em 2 de outubro de 1992, foram assassinados 111 detentos na Casa de Detenção Carandiru, São Paulo. Conforme o relatório elaborado pela Comissão Organizadora de Acompanhamento do caso, esse fato trouxe uma discussão sobre a consolidação da Democracia brasileira, pois foi permitida a violação do mais básico dos direitos individuais, o direito à vida. Não houve por parte do Estado a responsabilidade de assegurar a integridade física daqueles que se encontravam tutelados por ele, cumprindo penas em estabelecimento fechado. Na denúncia, proferida pelo Ministério Público, foi relatado que não houve perigo de fuga dos detentos. Não houve negociação por parte dos policiais com os detentos, a fim de encontrar uma solução pacífica, mostrando a crueldade de tal episódio. Entretanto, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em 13 de abril de 2000, condenou o Estado brasileiro pela violação de vários Direitos Humanos reconhecidos pela Comissão, fazendo inúmeras recomendações a fim de reparar os danos causados aos familiares das vítimas e evitar novas violações.

Após o terrível episódio do Carandiru, ocorreram outros, num curto espaço de tempo. Esses ficaram conhecidos como a Chacina da Candelária e a Chacina de Vigário Geral, ambas ocorreram no Rio de Janeiro em 1993.

⁵¹⁵ BENEVIDES, Victória Maria. **A questão social do Brasil**: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>>. Acesso em: set. 2008.

⁵¹⁶ MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zanar, 1967.

⁵¹⁷ SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

⁵¹⁸ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e Cidadania**: à luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002, p. 125.

⁵¹⁹ MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e Cidadania**: à luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002, p. 125.

Em meio a tantas violações dos Direitos Humanos, Órgãos competentes acusaram a polícia brasileira por massacres consecutivos e a incompetência do governo, porém muitas pessoas envolvidas nesses massacres continuam impunes.

As Entidades de Direitos Humanos estão, cada vez mais, pressionando os Estados a cumprirem e as defenderem a dignidade humana. Esses órgãos têm responsabilizado os Estados que violarem tais direitos.

5 CONCLUSÃO

Diante das graves violações expostas acerca dos Direitos Humanos, é notória a grande conquista decorrente da pós-Segunda Guerra para a proteção da dignidade humana, citadamente:

- 1) A consolidação da ONU e a aprovação de seus Pactos tornaram mais rigorosa a fiscalização dos Estados.
- 2) O Estado passou a ter uma maior atuação na proteção dos Direitos Humanos, pois foram inseridos na Constituição os princípios de dignidade humana. O Estado detém o poder de coercibilidade para assegurar a proteção desses direitos em seu território.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Victória Maria. **A questão social do Brasil**: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. Disponível em:

<<http://www.hottopos.com/vdletras3/vitoria.htm>>. Acesso em: set. 2008.

CARCERES, Florival. **História das Américas**. São Paulo: [s. n.], 1992.

CARCERES, Florival. **História Geral**. São Paulo: Moderna, 1993.

SÃO PAULO. Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Câmara Municipal. O Massacre do Carandiru, Chega de Impunidade! **Dhnet**, São Paulo, [200-?]. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/cavallaro/carandiru.html>>. Acesso em: 3 out. 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zanan, 1967.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos Humanos e Cidadania**: à luz do novo direito internacional. Campinas: Minelli, 2002.

MORAES, Alexandre de. **Direitos Humanos Fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, Almir de. **Curso de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. Rio de Janeiro: Hucitec, 1999.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Introdução ao Direito**: primeiras linhas. São Paulo: Atlas, 2007.

RESUMO

Pretende-se desenvolver um estudo acerca da estrutura da Teoria Tridimensional do Direito do jusfilósofo brasileiro Miguel Reale, em uma perspectiva histórica que remete ao tridimensionalismo genérico do século XIX, que lhe serviu de base e de aperfeiçoamento, no tridimensionalismo específico do século XX, à medida que a Teoria Tridimensional Realeana se atualiza pela própria lógica de sua tese, visto que o homem se constitui em um ser histórico-cultural. Reale enfatiza que o presente se constitui em uma tensão entre o passado e o futuro e que a história não pode ser imaginada como algo finalizado; assim, a própria categoria do passado só existe se houver possibilidade de futuro. Diante desse raciocínio, o jusfilósofo brasileiro estabeleceu uma correlação entre valor e tempo, axiologia e história. A relação dos elementos fato, valor e norma bem como a sua implicação de polaridade, a qual se desenvolveu ao longo do tempo, constituem o objetivo primordial desta pesquisa, que apresenta como resultado a relevante contribuição da Teoria Tridimensional do Direito, da sua origem à contemporaneidade, por se constatar que os elementos essenciais dessa teoria são, ao mesmo tempo, ingredientes históricos constituintes da experiência jurídica e das categorias epistemológicas. Assim, a implicação da polaridade passa a ser utilizada na doutrina como antecipadora dos novos estudos da Hermenêutica Jurídica, na medida em que o jurista, ao seguir o posicionamento de Reale e ao deparar-se com a norma jurídica, perceberá que não há como abstrair os fatos e os valores, sob pena de reduzir o Direito, o que descaracterizaria a verdadeira ciência normativa.

Palavras-chave: Tridimensionalismo. Escolas filosóficas. Dialética da polaridade.

1 INTRODUÇÃO

Os dados históricos demonstram que a análise da experiência jurídica, na estrutura do Direito, é tridimensional, visto que a norma disciplina os comportamentos sociais, e esta pressupõe sempre uma dada situação de fato, de acordo com valores determinados.

Mediante isso, o objeto geral desse estudo situa-se em verificar, desde a sua origem até a fase atual, a formulação da Teoria Tridimensional do Direito do jusfilósofo paulista Miguel Reale, também denominada Teoria Tridimensional Realeana.

Frente a isso, este trabalho busca identificar como objetivos específicos: i) analisar a forma como surge o tridimensionalismo no Brasil e no mundo; ii) correlacionar a estruturação da Teoria Tridimensional Realeana com as demais teorias afins; iii) analisar a importância da Teoria Tridimensional do Direito para a ciência jurídica; iv) verificar a utilização dessa teoria na atualidade. Assim, com a obtenção das respostas a esses questionamentos, é que se desenvolverá este artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Formulação do Tridimensionalismo

No século XIX, anteriormente às formulações tridimensionais, caracterizava-se pela presença das Teorias Analíticas ou Reducionistas, que buscavam encontrar soluções unilineares ou monocórdicas para os problemas sócio-históricos.⁵²²

⁵²⁰ Aluna do 3º semestre do curso de Direito.

⁵²¹ Professora Esp., Orientadora.

⁵²² REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 10.

Havia duas tendências que competiam em relação ao fundamento do Direito: o Socialismo Jurídico e o Criticismo Formal. A primeira tendência tomava os fatos jurídicos como mera descrição da realidade sob a influência do Positivismo e da Sociologia empírico-naturalista, no qual “[...] caberia a indagação dos meios a serem empregados para melhor serem atingidos aqueles fins [...]”⁵²³, enquanto a segunda dava ênfase ao Neokantismo de Marburgo. Essa tendência “[...] redescobre para o Direito a dimensão transcendental. Rompe-se, assim, com os diversos empirismos que viam a norma como expressão simples de uma realidade fática primária [...]”⁵²⁴. Dessas situações, surgiu a unidimensionalidade⁵²⁵.

Diante desse confronto entre o Formalismo Lógico e o Socialismo, ocorreu a necessidade de uma integração dos elementos contrapostos, os quais resultariam numa bidimensionalidade. Entretanto, isso ainda não foi possível, uma vez que nenhuma das duas tendências poderia oferecer o elemento integrador. Partindo dessa situação, tornou-se necessária a criação de um terceiro elemento, o valor, no qual, passa a ser o elemento integrador entre a norma e o fato.

A correlação entre os aspectos fáticos, axiológicos e prescritivos do Direito não foi claramente percebida pelos jusfilósofos, os quais buscavam primeiramente compreender o fenômeno jurídico à luz de um ou dois elementos discriminados. Por isso, originaram-se as teorias reducionistas⁵²⁶. Com o passar do tempo, foram amadurecendo as idéias que levaram à formulação do tridimensionalismo, devido à viabilidade da composição fato, valor e norma.

A formulação do tridimensionalismo ocorreu em momentos diversos, em todos os países do mundo ocidental. Os primeiros a chamarem a atenção para a convergência dos três elementos foram os alemães Emil Lask, com o tridimensionalismo genérico dialético⁵²⁷, e Gustav Radbruch, com o tridimensionalismo genérico antinômico.⁵²⁸

Na América Latina, o argentino Carlos Cossio⁵²⁹, ao reduzir a Teoria Pura da Norma de Hans Kelsen, em uma lógica jurídica formal, destaca o fato social pleno de valores, diferenciando-se do austríaco. Frente ao citado, nota-se que a Teoria Tridimensional do Direito não surgiu de repente, ela adveio de um longo processo de maturação e autocrítica às várias modalidades de tridimensionalismo genérico ou abstrato, na medida em que procurava combinar os três pontos de vista unilateralmente, conseqüentemente, os resultados decorrentes deles são de uma análise separada.

⁵²³ REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 29.

⁵²⁴ FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Concepção de sistema Jurídico no pensamento de Emil Lask**. Disponível em: <<http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/?q=/publicacoes-cientificas/117>>. Acesso em: 20 set. 2008.

⁵²⁵ Com essa universalidade aparece a necessidade de compreender os elementos contrapostos (norma e valor) em uma totalidade.

⁵²⁶ REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 511.

⁵²⁷ Na sua Filosofia Jurídica, Emil Lask procura superar o Historicismo de base empírica e o Jusnaturalismo. O Direito Natural com a hipostesia do valor e, com isso, incorrendo no erro da a-historicidade; e o Empirismo por ignorar o valor das normas intemporais, destruindo a possibilidade da Filosofia e de uma concepção do mundo. Para superar essa antítese entre valor e realidade, busca-se o mundo da Cultura, pois o antagonismo entre o *ser* (realidade) e o *dever ser* (significação) é próprio da concepção sistemática das ciências culturais. Assim, o objeto da Jurisprudência não é a lei, mas o Direito, entendido como lei, costume, julgado e outros pontos de apoio culturais. REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 515-519.

⁵²⁸ A posição realista de Radbruch enfatiza que entre o Juízo de Existência (*ser*) e o Juízo de valor (*dever ser*) há o Juízo Referido a Valor (Direito), no qual o Direito não é um valor, mas uma realidade referida a valores, isto é, um fato cultural. Assim, não se admite haver conciliação entre os pontos de vista teóricos elaborados pela Sociologia, pela Ciência ou pela Filosofia do Direito. Dessa forma, tem-se que a validade jurídica, a validade social e a validade ética, no mesmo nível de consciência teórica, obtêm resultados antinômicos, contraditórios. Com isso, a solução para essa situação é por meio de livre jogo das atividades partidária. REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 520-524.

⁵²⁹ Cossio, na sua Teoria Ecológica do Direito, contribui criadoramente para situar a experiência jurídica na problemática ontológico-axiológica, ou seja, ele almeja que a norma seja mera proposição de natureza ideal, todavia, isso não é possível na medida em que o mundo da cultura reflete as realidades fáticas e axiológicas. REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 92-93.

Vale ressaltar que, na década de 40, sem que um tivesse conhecimento do outro, surge a Teoria Tridimensional de Wilhelm Sauer. “[...] Sauer é o primeiro a fixar expressamente as bases do tridimensionalismo específico, em oposição àquele então imperante, além do próprio mestre paulista [...]”.⁵³⁰ A diferença entre essas teorias consiste no fato de que a tridimensionalidade de Sauer apresentava pressupostos metodológicos autônomos e distintos, os quais Reale denominou como um resultado de um plano estático, desligado da experiência jurídica como processo histórico.

A natureza estática do jusfilósofo alemão impedia a integração entre si da correlação fático-axiológica, enquanto a natureza concreta e dinâmica da teoria do jusfilósofo brasileiro resultava em um processo dialético entre esses elementos.

2.2 A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale

O aparecimento da Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale⁵³¹, em 1940, deu-se em um momento fortemente positivista, pois outro jurista, Hans Kelsen,⁵³² já brilhava há muito tempo no cenário internacional. O mestre austríaco entendia o Direito como tão-somente a norma, enaltecendo o dogmatismo normativo.

Com a publicação do livro *Fundamentos do Direito*, do jusfilósofo paulista, ocorre uma grande mudança no panorama jusfilosófico brasileiro a qual se faria sentir, sobretudo, após a Segunda Guerra, principalmente, por vir contrastando com o normativismo hierárquico de Kelsen. Como explana Reale,

Pela primeira vez, em meu livro *Fundamentos do Direito* eu comecei a elaborar a tridimensionalidade. Direito não é só norma, como quer Kelsen, Direito não é só fato como rezam os marxistas ou os economistas do Direito, porque Direito não é economia. Direito não é produção econômica, mas envolve a produção econômica e nela interfere; o Direito não é principalmente valor, como pensam os adeptos do Direito Natural tomista, por exemplo, porque o Direito ao mesmo tempo é norma, é fato e é valor.⁵³³

Treze anos mais tarde, na sua obra *Filosofia do Direito*, Reale começa a esboçar um imenso esforço de síntese e de superação na direção de um sistema jusfilosófico elaborado a partir de premissas universais, as quais se manifestam por conseqüências próprias.

Nas raízes da Teoria Tridimensional do Direito, observam-se idéias que remontam a Kant, no que concerne à separação do campo da ética do campo da ciência, a Hegel quanto ao “processo de inserção dos valores no fluxo da cultura”⁵³⁴, e a Marx, nos quadros de um historicismo e de um culturismo jurídicos. Além de reflexões de Nicolai Hartmann, Max Scheler⁵³⁵ e Husserl⁵³⁶, os quais culminariam no estabelecimento da experiência como um

⁵³⁰ ADEODATO, João Maurício. Introdução à Teoria Tridimensional do Direito em Miguel Reale. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 4, n. 8, 2006.2, p. 148.

⁵³¹ Inicialmente Reale se referiu à sua teoria como bidimensional, mas segundo o próprio jusfilósofo, a tridimensionalismo já existia, sem a concretude de sua acepção verbal.

⁵³² Kelsen foi um jurista que mudou a sua forma de pensar ao longo do tempo, apresentando três fases distintas. Frente a isso, o que prevalecia em 1940 era o normativismo hierárquico da sua Teoria Pura do Direito.

⁵³³ REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 119.

⁵³⁴ ADEODATO, João Maurício. Introdução à Teoria Tridimensional do Direito em Miguel Reale. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 4, n. 8, 2006.2, p. 148.

⁵³⁵ “Diferentemente de Hartmann e Scheler, dessarte, Reale constrói uma terceira dimensão, ao lado do ser (real) e do dever ser (ideal), para encaixar sua axiologia, posto que os valores ‘são enquanto devem ser’ ao mesmo tempo em que seu dever ser tende à realização no mundo específico da cultura. Reale busca dessa maneira superar, por meio de uma ‘integração normativa dos fatos segundo valores’, as posturas de ênfase exclusiva sobre o fato (realismo jurídico), a norma (normativismo) e o valor (jusnaturalismo)”. ADEODATO, João Maurício. Introdução à Teoria Tridimensional do Direito em Miguel Reale. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 4, n. 8, 2006.2, p. 150.

⁵³⁶ “Husserl afirma que para o ser humano é muito importante compreender o sentido das coisas, mas nem todas as coisas são imediatamente compreensíveis. De qualquer modo, compreender o sentido das coisas é

centro nuclear de toda uma jusfilosofia. Isso porque, na relação entre o normativo e o fático, ao contrário do neokantismo, o fato não chega jamais a ser tomado por Miguel Reale, como um pretense fato puro originário, como um dado bruto, mas significa aquilo que já existe num dado contexto histórico.

O fato, de um modo geral, é à base de um complexo convergente de significações, o qual pressupõe uma essência. Nesses termos, Reale escreveria, mais tarde:

[...] sob o prisma da norma (em elaboração), ‘fato’ quer dizer tanto um ‘dado de natureza ou um acontecimento independente da vontade humana, como os eventos e realizações resultantes dela (os objetos histórico-culturais) inclusive os modelos jurídicos enquanto já positivados, isto é, já feitos pelo homem’.⁵³⁷

Ao disciplinar as normas jurídicas, Reale deixa entrever, no conceito de fato, uma nota de tipicidade de natureza axiológica, não sendo, portanto, algo que, em dado momento, passe a fazer parte do mundo jurídico, mas, sim, algo já dotado de sentido.

Com isso, a norma deixa de ser, a princípio, um dado antes do caso concreto, para ser um modelo funcional que contém em si mesmo o fato, ou seja, que envolve em si, como componente integrante, intrínseco e necessário, o momento situacional e a sua carga valorativa, esquematizando, com isso, o tridimensionalismo.

Miguel Reale entende que o fato, o valor e a norma estão presentes e correlacionados a qualquer situação da vida jurídica, que o jurista não deve analisar esses elementos de forma isolada, mas, sim, associados ao mundo da vida. Mediante isso, ele “rejeita o trimensionalismo genérico ou abstrato e assume um trimensionalismo concreto, dinâmico e dialético”⁵³⁸, pois os elementos fato, valor e norma, para integrarem o Direito, estão em permanente atração polar, já que o fato tende a realizar o valor mediante a norma. Esse correlacionamento denomina a dialética de implicação da polaridade.⁵³⁹

Para ele, os valores não podem ser concebidos de modo distante da referibilidade histórica⁵⁴⁰, pois a norma jurídica assinala um momento conclusivo, mas não isolado e abstrato, visto achar-se inserida em um processo sempre aberto à superveniência de novos fatos e novas valorações. Por causa disso, o intérprete tem de ter uma atitude histórico-cultural que vai além de uma semântica ingênua, no sentido de que as palavras da norma podem assumir um significado não previsto pelo legislador.

No tridimensionalismo concreto e dinâmico, a temporalidade própria do Direito, afirma Reale, não é, pois, necessariamente, sucessiva e linear, podendo aceitar tanto a interpretação quanto a simultaneidade das formas e das fases. Conseqüentemente, o próprio ato interpretativo significa, ao mesmo tempo, a sobrevivência das formas temporais passadas e a projeção das significações passadas no futuro.

A experiência jurídica, como estrutura tridimensional, precisa ser interpretada como uma forma tridimensional de natureza normativa bilateral-atributiva, pois a experiência jurídica é feita também das pessoas e das coisas pertencentes ao mundo das valorizações dela decorrentes.

E nesta relação, entre a experiência jurídica e a tridimensionalidade, surge a atualização dos valores e o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, como especifica Reale:

uma possibilidade humana. Como o que nos interessa é o sentido das coisas, deixamos de lado tudo aquilo que não é o sentido do que queremos compreender e buscarmos, principalmente, o sentido. Husserl diz, por exemplo, que não interessa o fato de existir, mas o sentido desse fato”. BELLO, Angela Ales. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução de Irmã Jacinta Turola Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru: Edusc, 2006, p. 23.

⁵³⁷ FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **A teoria tridimensional do direito de Miguel Reale**. Disponível em: <<http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/?q=/publicacoes-cientificas/7>>. Acesso em: 20 set. 2008.

⁵³⁸ DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 141.

⁵³⁹ Os três pólos entram em conexão mediante a dialética cultural, essa conduz à polaridade, visto que ela dá importância ao fato, ao valor e a norma na implicação das três dimensões.

⁵⁴⁰ O Historicismo de Reale não faz do seu tridimensionalismo uma Teoria Relativista, pois o seu Historicismo é aberto, exatamente por ser próprio de valores e não há uma determinante da história que embase um ato futuro em uma condicionante formada pelo passado.

É para essa objetivação normativa que volve fundamental a atenção jurista, visando à atualização dos valores que nela se consagram. Já o ‘político do direito’ ou o legislador, olhos atentos para experiência jurídica em geral, cuidam de aperfeiçoar o ordenamento em vigor, para adequá-lo às novas exigências da sociedade.⁵⁴¹

De acordo com o jusfilósofo paulista, a fonte do direito implica um conjunto de determinados pressupostos de validade, que precisam ser obedecidos para que haja a produção de prescrições normativas, ou seja, a fonte do Direito só se tornará obrigatória com o devido respeito daqueles pressupostos de validade.

Os modelos do Direito elaborados no âmbito da ciência do direito, os quais têm por objeto a experiência social na medida, enquanto a normatividade se desenvolve em função de fatos e de valores para uma melhor convivência humana, são estruturas teórico-compreensivas, nas quais se levam em consideração as condições de validade e de eficácia dentro do ordenamento jurídico.

Reale ressalta os novos modelos da Hermenêutica Jurídica tendo em vista a constante produção de novas significações no exercício do Direito. Dessa forma, a Teoria Tridimensional Reale, por estar inserida nos acontecimentos históricos da vida humana e, conseqüentemente, em constante renovação no tempo e no espaço, não pode ficar distante de temas que estão na atualidade, como a bioética⁵⁴². Será que é necessário que ocorram os fatos primeiramente para depois surgirem às leis normativas? Mediante tais questionamentos, Reale ressalta que:

[...] O Direito sendo afirmação e exigência de valores, não é mero resultado da pressão dos acontecimentos sociais, mas resulta de múltiplos elementos, entre os quais os *fáticos* são condição necessária, mas não suficiente à formação do enunciado normativo.⁵⁴³

O que se observa é que, nas raras situações em que o Poder optou por eleger valores para a elaboração de normas sobre bioética (mesmo elas estando estruturadas na Teoria Tridimensional do Direito), resulta numa estagnação das pesquisas científicas; e, em determinadas situações, por não responderem ao anseio da sociedade, tornam-se normas imperfeitas por apresentarem lacunas em virtude de o fato ainda não ter ocorrido.

Assim, a colaboração de equipes multidisciplinares para auxiliar na regulamentação dos assuntos ligados à bioética faz-se necessária, para tentar garantir que os direitos fundamentais dos homens sejam tutelados da melhor forma possível.

Desse modo, a atuação jurídica, nesse assunto não é pura e exclusiva, mas pode contribuir para o seu avanço, sem que, para isso, surjam leis reguladoras (mesmo com tal posicionamento indo contra renomados doutrinadores), uma vez que o caráter durável das leis dificulta e atrapalha o acompanhamento rápido e contínuo dos avanços científicos.

3 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa desenvolvida é de caráter bibliográfico ressaltando as obras Teoria Tridimensional do Direito e Filosofia do Direito, bem como a utilização de periódicos e de meios eletrônicos. Evidenciou-se que esta pesquisa qualitativa apresenta um caráter descritivo e exploratório, com o método comparativo.

⁵⁴¹ REALE, Miguel. **O Direito como experiência**. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 121.

⁵⁴² Bioética é um conjunto de normas propostas, em conseqüência de importantes avanços nas ciências biológicas, que tem por objetivo garantir a sobrevivência humana e a qualidade de vida, como a fertilização in vitro, o aborto, a clonagem, a eutanásia, os transgênicos e as pesquisas com células tronco.

⁵⁴³ VIEIRA, Tereza Rodrigues. A teoria tridimensional do direito e a bioética. **Consulex**, São Paulo, ano 10, n. 228, 15 jul. 2006, p. 18.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após o enfrentamento das questões que nos propusemos a analisar acerca da construção da Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale, colhe-se que a formulação do tridimensionalismo ocorreu por meio de vários filósofos mundiais e, como tal, foi um processo longo de amadurecimento, a princípio, com o tridimensionalismo genérico ou abstrato, que buscava combinar os elementos essenciais (fato, valor e norma) unilateralmente. E, posteriormente, com a tridimensionalidade específica ou concreta, que implicavam esses elementos numa relação necessária de polaridade, surgindo, então, uma correlação funcional e dialética entre o fato e o valor, resultando na norma.

Outro ponto relevante observado é que a implicação de polaridade presente nessa teoria passa a ser utilizada, na doutrina, como uma das teorias antecipadoras dos novos estudos da Hermenêutica Jurídica, uma vez que entende o Direito, não como uma série de fatos que ocorrem na abstração, mas, sim, como fatos inseridos no processo histórico da vida humana.

Finalmente, a Teoria Realeana, no contexto social atual, demonstra que o Direito não é mero sinônimo de lei, na medida em que, para analisar as rápidas mudanças científicas, os elementos essenciais se harmonizam, contrariando compreensões unilaterais.

5 CONCLUSÃO

A Teoria Tridimensional do Direito de Miguel Reale adveio com o amadurecimento e o aperfeiçoamento do tridimensionalismo nas diversas esferas jusfilosóficas mundiais, desde o tridimensionalismo genérico até o tridimensionalismo específico. Mediante isso, as renovações constantes nessas etapas contribuem, significativamente, para a elaboração da Teoria Realeana.

Destarte, o jusfilósofo paulista ao implicar o fato, o valor e a norma em uma dialética de implicação de polaridade, enaltece os valores dentro de um historicismo aberto aos novos fatos e, conseqüentemente, as novas normas. Com isso, a experiência jurídica assume um tridimensionalismo de natureza normativa bilateral atributiva, haja vista a necessidade de uma coerente adaptação e aplicação das normas, frente às constantes mudanças sócio-históricas.

REFERÊNCIAS

- ADEODATO, João Maurício. Introdução à Teoria Tridimensional do Direito em Miguel Reale. **Opinião Jurídica**, Fortaleza, ano 4, n. 8, 2006.2.
- BELLO, Angela Ales. **Introdução à Fenomenologia**. Tradução de Irmã Jacinta Turolo Garcia e Miguel Mahfoud. Bauru: Edusc, 2006.
- DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **A teoria tridimensional do direito de Miguel Reale**. Disponível em: <<http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/?q=/publicacoes-cientificas/7>>. Acesso em: 20 set. 2008.
- FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Concepção de sistema Jurídico no pensamento de Emil Lask**. Disponível em: <<http://www.terciosampaioferrazjr.com.br/?q=/publicacoes-cientificas/117>>. Acesso em: 20 set. 2008.
- REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- REALE, Miguel. **O Direito como experiência**. São Paulo: Saraiva, 1999.
- REALE, Miguel. **Teoria Tridimensional do Direito**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- VIEIRA, Tereza Rodrigues. A teoria tridimensional do direito e a bioética. **Consulex**, São Paulo, ano 10, n. 228, 15 jul. 2006.

RESUMO

O Egologismo Existencial surge, no século passado, pela idealização do argentino Carlos Cossio, que procura colocar a ciência jurídica nos tempos atuais, enquadrando-a nas mais recentes descobertas da moderna epistemologia. Para isso, Cossio enxerga o Direito enquanto um fenômeno incorporado na vida do ego, daí o nome ego-lógica, e existencial, por ser um dos instrumentos teóricos da filosofia contemporânea ao qual se baseia. Essa teoria tem como fontes principais: o método fenomenológico, a doutrina de Del Vecchio, a de Recaséns Siches e a de Hans Kelsen. Todavia, Cossio se desvincula dessa última teoria por ela identificar o Direito, primeiramente, ligado à norma. Para o egologismo a norma jurídica, no que se refere ao plano gnoseológico da lógica transcendental, é um conceito que destaca a conduta em sua liberdade, e, já no plano da lógica formal, é um juízo que diz respeito à conduta. Na Teoria Ecológica, a ciência jurídica deve ter por objetivo o conhecimento do Direito, isto é, da conduta humana em sua intersubjetividade e em seus valores. Com isso, Cossio evidencia a liberdade do ser humano em praticar uma conduta lícita ou ilícita. E essa capacidade de o homem ser livre, faz que o Direito exprima-se no mundo das possibilidades, no mundo do *dever-ser*. Com base nisso, Carlos Cossio expressa a sua norma jurídica mediante a disjunção no qual pode ocorrer o cumprimento à prestação espontaneamente (a endonorma) ou, em caso negativo, submeter-se a uma consequência, a uma sanção: a perinorma. Dessa forma, o Egologismo Existencial contribui para o estudo do Direito de forma significativa, independentemente de suas imperfeições.

Palavras-chave: Teoria Ecológica. Escolas jurídicas. Conduta humana.

1 INTRODUÇÃO

A explanação que ora se apresenta não tem a pretensão de inovar, e, sim, ampliar e aperfeiçoar o conhecimento acerca da temática escolhida: o Egologismo Existencial. E essa escolha justifica-se pela relevância do assunto para a ciência do Direito.

O objeto geral desse estudo situa-se em verificar, sob a ótica dos fundamentos do Direito, o posicionamento do argentino Carlos Cossio acerca da natureza da norma jurídica com base na Teoria Ecológica.

Não obstante, esse artigo tem como função instrumental identificar objetivos específicos; como: i) conceituar o Egologismo Existencial; ii) delimitar as diferenças existentes entre a Teoria Ecológica e as demais teorias afins; iii) analisar a importância do egologismo para a ciência jurídica; iv) verificar as falhas existentes nessa teoria.

Com base nisso, e mediante a obtenção das respostas a esses questionamentos, é que se desenvolverá esse artigo.

2 CARLOS COSSIO E A TEORIA EGOLÓGICA

A Teoria Ecológica surgiu na Argentina, no século passado, e repercutiu, sobretudo, na América Latina, como um movimento filosófico para proporcionar ao jurista um melhor conhecimento do Direito. Para isso, o seu fundador, Carlos Cossio, utilizou como fontes principais da Filosofia contemporânea: a fenomenologia, a filosofia dos valores e o

⁵⁴⁴ Aluna do 3º semestre do curso de Direito.

⁵⁴⁵ Professor Ms., Orientador.

existencialismo⁵⁴⁶. Mediante isso, essa teoria denomina-se também de Egologismo Existencial.

Não se pode deixar de ressaltar que, para a sua formulação, Cossio analisou: o raciovitalismo de Recaséns Siches, quanto ao critério de localização ôntica do objeto do Direito, o papel de Del Vecchio na distinção entre Direito e Moral, e, principalmente, o normativismo Kelsiano, no qual o ampliou e o modificou⁵⁴⁷.

Cossio, para estabelecer sua doutrina, delimita o objeto da ciência jurídica por meio das investigações filosóficas de Edmund Husserl e classifica fenomenologicamente os objetos em quatro categorias: ideais, naturais, culturais e metafísicos. Os ideais não têm existência no tempo e no espaço, não estão na experiência, além de utilizarem o método racional-dedutivo. Os naturais já possuem existência espaço-temporal, estão na experiência, contudo, são neutros de valores e utilizam o método empírico-indutivo. Os culturais são reais, ou seja, têm existência no espaço e no tempo, já possuem valores que podem ser positivos ou negativos, e utilizam o método empírico-dialético. E por fim, os metafísicos, que são reais, não estão na experiência e são valiosos positiva ou negativamente⁵⁴⁸.

A Teoria Egológica é uma teoria integral, uma vez que abrange as dimensões do fato, do valor e da norma. Ela age na experiência jurídica em três perspectivas: i) na dogmática, ao vincular-se a um empirismo científico, estabelecendo equivalência entre o dado normativo e o fato da experiência, ii) na lógica prática, que determina a legalidade do pensamento do jurista e consiste na lógica do *dever-ser* a partir da imputação dos fatos, iii) e na estimativa jurídica, que compreende o sentido da conduta, de acordo com a própria vivência do sujeito conhecedor, no qual, esses valores jurídicos constituem uma valoração de situações vivenciadas numa sociedade e em um dado momento.

Essa influência dos valores em uma determinada época leva Cossio a acreditar que o Poder Judiciário expressa uma verdade relativa, e que esta dependerá do modo de pensar e de julgar de cada juiz. Com isso, a sentença proferida por este profissional torna-se impossível de desvincular-se da “substância axiológica”⁵⁴⁹, e que a conduta que ele tomará não será qualquer uma, mas, sim, a que ele denomina de conduta compartilhada.

La conducta, claro está, es la propia vida humana; para hablar del Derecho como conducta, se requiere en está una especificación. El Derecho siempre es vida humana, ni más ni menos; pero no toda vida humana es Derecho. Cuando nos referimos al Derecho como conducta cualquiera, sino de la conducta humana e su interferência inter-subjetiva o conducta compartida.⁵⁵⁰

O jurista terá de pensar no fato da conduta compartilhada e recriar este fato na própria consciência, dessa forma, ele deixa o papel de mero protagonista da situação existencial e passa a captar o sentido. Obviamente, essa significação não está propriamente nos fatos, mas é algo que passa a existir na vivência do sujeito cognoscente⁵⁵¹. Dessa forma, o egologismo entende que o jurista compreende imediatamente o pensamento e não precisa recorrer necessariamente à norma, já que ela é apenas um instrumento de expressão do Direito, e não o cria nem o extingue.

Na Teoria Cossiana, a norma se expressa na forma de um juízo composto de duas partes: o juízo disjuntivo, que forma uma estrutura única e indissolúvel, na qual uma delas

⁵⁴⁶ DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 134.

⁵⁴⁷ MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do Direito: conceito, objeto, método**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001, p. 169.

⁵⁴⁸ DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 137.

⁵⁴⁹ BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do Direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005, p. 354.

⁵⁵⁰ COSSIO, Carlos. **Radiografía de la teoría del Derecho**. Buenos Aires: [s. n.], 1987, p. 153.

⁵⁵¹ DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 135-136.

enuncia-se a prestação, que é o resultado desejado da realização de um objetivo, e a outra consiste na sanção, que é proveniente da não concretização desse objetivo.

Além disso, a norma, como juízo disjuntivo, afasta o Direito de toda a idéia de imperatividade, já que esta implica a emanção de uma ordem, e a norma jurídica não contém, em nenhuma hipótese, qualquer espécie de mandato entre legislador e receptor dessa norma, prevalecendo a liberdade como pressuposta para a convivência humana. Entretanto, essa liberdade só existe no presente, ou seja, todos os problemas jurídicos têm tempo específico, que é o tempo existencial, e não o cosmológico.

Como já foi mencionada, a norma cossiana, na visão lógico-formal, é um juízo hipotético disjuntivo, ou seja, são dois juízes hipotéticos ligados pela disjunção, alternando-se e compondo um todo homogêneo. E apresenta esta estrutura:

[...] Dado um fato temporal, deve ser prestação pelo sujeito obrigado em face do sujeito pretensor, “ou” dada a não-prestação, deve ser a sanção pelo funcionário obrigado em face da comunidade pretensora. O juízo disjuntivo está composto de dois enunciados: o da prestação ou do dever jurídico, que Cossio denominou endonorma e o do ilícito e sua consequência jurídica, a sanção, designado perinorma [...] ⁵⁵²

Desse modo, essa estrutura disjuntiva traduz as possibilidades contempladas ao realizar a endonorma (a prestação) e a perinorma (a sanção). Essas possibilidades se expressam pelo verbo *dever-ser*, e é, só assim, que poderá ocorrer a liberdade efetiva de uma conduta. Essa liberdade jurídica, na concepção cossiana, surge a partir da possibilidade da prestação, e nunca da não prestação defendida pela forma kelsiana.

Para Hans Kelsen, na obra *Teoria Pura do Direito*, a única maneira de uma conduta penetrar no mundo do Direito é imputando-lhe uma sanção. Entretanto, Cossio retifica o seu mestre e enfatiza que o Direito não está ligado exclusivamente à conduta ilícita, e que é necessário restaurar o valor do *dever*, da prestação, do lícito, bem como o de direito subjetivo. Dessa forma, Cossio enriquece a fórmula kelsiana e afirma que tanto a perinorma como a endonorma possuem o mesmo valor ontológico. Entretanto, mesmo diante do êxito da sua teoria, ele foi alvo de várias críticas.

A princípio, elas surgiram por Cossio não ter considerado a possibilidade da ocorrência da sanção premial, já que não se pode imaginar que uma recompensa seja imposta à força a alguém. Então, como na estrutura disjuntiva se enquadraria a sanção premial? Na endonorma: dado H (situação coexistencial) ou Ft (fato temporal) deve ser P (prestação) ou na perinorma: dado a ñP (não-prestação) deve ser S (sanção)? Dessa forma, “[...] o paradoxo existente entre a sanção premial e a coação, diz que ambas são noções contraditórias e inconciliáveis, admitindo que, na estrutura normativa do egologismo, inexistente lugar para a sanção premial [...] ⁵⁵³”.

As demais críticas se referem à disjunção tal qual é explicada pela lógica tradicional, pois, para alguns autores, como Jorge Millas e Pfander o *dever-ser* da perinorma e da endonorma, contidos no Egologismo Existencial, não passam de uma conjunção, e não de uma disjunção como é defendida por Cossio ⁵⁵⁴.

Indubitalmente, mesmo diante dessas falhas, não se pode deixar de reconhecer a importância do pensamento cossiano para se compreender a norma jurídica, e consequentemente, o estudo científico do Direito.

⁵⁵² DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 140.

⁵⁵³ SALES, Gabrielle Bezerra. **Teoria da norma constitucional**. São Paulo: Manole, 2004, p. 96.

⁵⁵⁴ DINIZ, Maria Helena. **Conceito de norma jurídica como problema da essência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985, p. 79.

3 METODOLOGIA

No desenvolver do presente estudo foi realizada uma pesquisa, eminentemente, bibliográfica, para a obtenção da fundamentação teórica acerca do Egologismo Existencial cossiano, com a leitura de obras de autores diversos, contemplando, inclusive, autores do Direito comparado.

Em um segundo momento, foi feita um aprofundamento da percepção sobre a temática escolhida, a partir da leitura de obras sobre a teoria da norma jurídica, com a finalidade de ampliar e aperfeiçoar o conhecimento sobre a Teoria Ecológica e sua contribuição no pensamento jurídico contemporâneo.

Esclareça-se, ainda, que os objetivos desta pesquisa são de caráter descritivo e exploratório, utilizando-se o método comparativo.

4 CONCLUSÃO

É grande a contribuição que o Egologismo Existencial traz ao estudo do Direito, principalmente, ao complementar e aperfeiçoar a Teoria Pura do Direito, de Hans Kelsen. A partir dele, Carlos Cossio desvincula-se do formalismo da norma, e estabelece como conhecimento jurídico-científico a conduta humana em sua intersubjetividade, sem a abstração da liberdade.

Dessa forma, o Direito fica mais incorporado à vida social, ao cotidiano dos homens, e leva as pessoas a se comprometerem e a buscarem a disciplina de suas condutas. Conseqüentemente, essa abordagem abre espaço para analisar o aspecto comportamental do Direito.

Além disso, não se pode deixar de reconhecer que o egologismo cossiano distinguiu, em termos científicos, a norma jurídica da norma moral e destacou o fenômeno jurídico ao enfatizar a liberdade humana.

As polêmicas acerca dessa teoria, no que concerne, principalmente, à sanção premial, não retira, de nenhuma forma, o mérito do seu fundador, já que as falhas existentes aconteceram, também, de formas distintas, em outras teorias que buscaram explicar formalmente a natureza da norma jurídica.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de filosofia do direito**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

COSSIO, Carlos. **Radiografía de la teoría del derecho**. Buenos Aires: [s. n.], 1987.

DINIZ, Maria Helena. **Compêndio de introdução à ciência do Direito**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

DINIZ, Maria Helena. **Conceito de norma jurídica como problema da essência**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1985.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do Direito: conceito, objeto, método**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

SALES, Gabrielle Bezerra. **Teoria da norma constitucional**. São Paulo: Manole, 2004.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da norma jurídica**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

AD 26: ÉTICA GREGA ANTIGA X ÉTICA MODERNA

Michelle Prado Gonçalves⁵⁵⁵; Zaneir Gonçalves Teixeira⁵⁵⁶

RESUMO

Este trabalho se propõe fazer um paralelo entre a Ética vivida pelo Homem Antigo (Homem Grego) e a Ética vivida pelo Homem Moderno, levando em consideração os pensamentos teóricos que balizaram cada época, considerando os aspectos históricos, a ordem pública e privada e a influência teológica.

Palavras-chave: Ética. Homem Antigo. Homem Moderno.

1 INTRODUÇÃO

Para se traçar o paralelo entre a Ética vivida pelo Homem Antigo (Homem Grego) e a vivida pelo Homem Moderno tem-se que voltar um pouco mais no tempo, pois antes dos gregos, já existiam os grandes impérios e a marca deles é o governante ser a encarnação do poder, ou seja, o próprio poder.

Sua vontade, mesmo sendo caprichosa e arbitrária, era a lei. O governante era o autor da lei, o autor da recompensa e o autor da justiça. O critério para a guerra, para a paz, para a vida e para a morte era a sua vontade.

Já os gregos e romanos criaram a política, por meio da idéia de um espaço onde o poder existia por intermédio das leis, mas, as leis não se identificavam com a vontade dos governantes e sim com a vontade da coletividade. Essa vontade coletiva se exprimia em público nas assembléias por meio da discussão e do voto. Eles submeteram o poder ao conjunto de instituições, práticas que fizeram dele algo público, em que a vontade do cidadão era discutida, deliberada e votada por eles. Criaram, assim, a esfera pública, em que ninguém se identifica com o poder, ninguém é lei. Sendo assim, a autoridade é coletiva, pública, constituindo o cidadão. Objetiva-se distinguir como a Ética era vivida pelo Homem Antigo (Homem Grego) e pelo Homem Moderno, avaliando o desaparecimento do modelo ideal de virtude, que era optativo, e o surgimento das normas éticas e dos preceitos a que se deve obedecer.

2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Adotou-se, como procedimento metodológico, pesquisas bibliográficas e vários documentários sobre Ética, a qual demandou elaboração de fichamentos.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

3.1 Ética vivida pelo homem antigo (homem grego)

Para os antigos, o ser humano é um ser passional, e as paixões colocam o ser humano em vertigens, precisando, então, a educação do temperamento, do caráter e da vontade para uma formação racional para distinguir entre o bem e o mal. A Ética, para eles, é a educação da vontade pela razão, para a vida justa, bela e feliz.

Segundo Marilena Chauí:

Os antigos afirmavam que a ética, cujo modo era a virtude e cujo fim era a felicidade, realizava-se pelo comportamento virtuoso entendido como a ação em conformidade com a natureza do agente (seu *ethos*) e dos fins buscados por ele. Afirmavam também que o homem é, por natureza, um ser racional e que, portanto, a

⁵⁵⁵ Aluna do 1º Semestre do Curso de Direito

⁵⁵⁶ Professora Ms, Orientador.

virtude ou o comportamento ético é aquele no qual a razão comanda as paixões, dando normas e regras à vontade para que esta possa deliberar corretamente. Embora Platão, Aristóteles, os estóicos ou os epicuristas divergissem quanto à definição das virtudes, da razão, da vontade, das paixões e da Natureza, concordavam com princípios gerais acima expostos.”⁵⁵⁷

“Essa concordância derivava de uma outra, cuja definição também variava, mas que era a mesma como princípio geral, qual seja, a admissão da existência de uma ordem universal, de um cosmos racional, em cujo interior os homens e cada homem, assim como todas as coisas, possuíam um lugar próprio e definido que determinava a conduta racional de cada um segundo certos fins tidos universalmente como belos, bons e justos. Cada homem, no lugar que lhe era próprio, poderia, sob a conduta da razão, realizar a boa finalidade ética determinada pelo seu lugar na ordem do mundo, na ordem social e política e na ordem familiar. Ser justo, ser feliz, ser sábio, ser corajoso, ser generoso, ser prudente, ser honrado eram conseqüências de se estar em conformidade com a natureza: cósmica, social, política, familiar e individual. As virtudes éticas e políticas eram uma a atualização de uma potencialidade da natureza humana, desde que a razão pudesse comandar as paixões e orientar a vontade, pois só o ignorante é passional e vicioso.”⁵⁵⁸

O Homem Grego busca na ética a estética do aperfeiçoamento. Ele buscava no cosmos uma referência para sua dimensão pessoal e política.

Ainda conforme Marilena Chaui, em ministração de palestra sobre ética, afirma que:

Os Gregos e Romanos inventaram a política, submeteram o poder ao conjunto de práticas que fez dele um conjunto público, sendo assim, a autoridade passa a ser coletiva e pública. Eles definiam muito bem a autoridade privada e a autoridade pública. O Chefe de Família (autoridade privada) em Grego chamava-se *Despotes* e a sua autoridade era conhecida como *Despotica*, pois ele tinha poder de mando sobre todos os membros (vida e morte). Os gregos afirmavam que quando a autoridade fosse *Despotica*, o espaço público teria sido tomado pelo privado e a política acabaria ali, pois para haver política não poderia haver *Despotismo*. Para eles, no espaço público ética se realizava através da política. Todavia, para o que queremos expor aqui, o importante no pensamento e nas instituições antigas é a idéia de uma ordem natural, universal e racional, onde cada ser, segundo seu grau de perfeição e de realidade, possui um lugar próprio que determina sua natureza, seu caráter, seus comportamentos e suas ações.”⁵⁵⁹

3.2 Pensadores da época antiga

São vários os pensadores dessa época, responsáveis por essa fabulosa concentração de saber (Sócrates, Platão e Aristóteles são alguns deles), vai-se esquematizar, aqui, algumas idéias dos dois últimos.

“O grande sistematizador entre os discípulos de Sócrates foi Platão (427-347 a.c). Em seus escritos, ele parte da idéia de que todos os homens buscam a felicidade.”⁵⁶⁰ Mas, este não pregava um egoísmo rasteiro, e sim o sumo bem. Parece acreditar numa vida após a morte, preferindo o ascetismo ao prazer terreno. O Sábio para Platão é um homem virtuoso, que busca a vida virtuosa e que consegue estabelecer, em sua vida, a ordem, a harmonia e o equilíbrio que todos desejam. Para Platão, o sumo bem é prática da virtude (*Areté*), e o ideal buscado pelo homem virtuoso é a imitação de Deus.

Já Aristóteles (384-322 a.c) é discípulo de Platão, sendo assim a versão platônica do sumo bem dá lugar à pesquisa sobre os bens em concreto para o homem. “Podemos dizer que a ética aristotélica é finalista e eudemonista, quer dizer, marcada pelos fins que devem ser

⁵⁵⁷ CHAUI, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAIS, Adauto. *Ética*. São Paulo: Schwarcz, 1992, Coletânea I, p. 347.

⁵⁵⁸ CHAUI, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAIS, Adauto. *Ética*. São Paulo: Schwarcz, 1992, Coletânea I, p. 348.

⁵⁵⁹ CHAUI, Marilena. *Drama burguês*. [S. l.]: Cultura Marcas, [?]. v. 2. DVD. Série Ética.

⁵⁶⁰ VALLS, Álvaro. *O que é ética*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 25.

alcançados para que o homem atinja a felicidade (*eudaimonía*).”⁵⁶¹ Mas, Aristóteles sabe que o homem, como ser complexo, não precisa apenas do melhor dos bens, mas sim de vários bens, de tipos diferentes, tais como amizade, saúde e até alguma riqueza. Sem um certo conjunto de tais bens, não há felicidade humana. “Aristóteles valoriza a vontade humana, a deliberação e o esforço em busca de bons hábitos. O homem precisa converter suas melhores disposições naturais em hábitos de acordo com a razão: virtudes intelectuais.”⁵⁶²

3.3 Ética x Cristianismo

Em seu texto “Público, Privado e Despotismo”, Marilena Chaui afirma que:

O Cristianismo, religião da salvação, nascida fora do campo político e contra o Estado, desloca a liberdade para o interior de cada humano, articula liberdade e vontade, e apresenta esta última como essencialmente dividida entre o bem e o mal. O Cristianismo despolitiza a liberdade e, ao interiorizá-la moraliza-a.⁵⁶³

Com ele, o espaço público é recusado em nome do espaço privado. Com o Cristianismo, existe a esfera do poder, mas não a esfera pública. Aqui o espaço do poder passa a ser privado, e a ética é a da pessoa do governante, ele não pode ter vícios, tem que ser educado para as virtudes, das qualidades dele dependem as virtudes ou os vícios do reino.

É a esfera da política que a modernidade vai reconstruir a partir da queda do antigo regime, da queda das monarquias por direito divino, da desmontagem do poder teológico político e o surgimento da idéia de república. Primeiro a república oligárquica, seguida da república representativa e posteriormente a república democrática.

3.4 Ética vivida pelo homem moderno

Inicia-se com o homem burguês, devido ao acúmulo da moeda (capitalismo), à liberdade do homem (livre arbítrio) e à criação do contrato social. A esfera da sociedade civil em que o homem existe é a da vida privada. A base do Estado são as relações privadas, ele surge para regulamentá-las. A marca do ser humano aqui é a liberdade, ele age por escolhas, deliberações e decisões. É aqui que se dá a separação da natureza com suas leis e o ser humano com a liberdade de escolha. A liberdade é a base da ética na modernidade. Segundo

Marilena Chaui:

A modernidade, inventando a idéia de indivíduo livre, torna problemática a idéia de valores éticos universais: Natureza, Deus, Razão, primeiro, Civilização, Cultura, História, depois, deixam de ser princípios universais, ainda que o trabalho do pensamento racionalista tenha sido feito para dar a eles uma nova universalidade e suprir a antiga, irremediavelmente perdida. Dizer que a ordem universal (cosmos, mundo) desapareceu com o surgimento do infinito não significa, porém, dizer que toda e qualquer ordem desapareceu. O Universo segue a ordem heliocêntrica e a lei da gravitação é universal. O indivíduo livre é, na verdade, membro de uma ordem social definida, agora, por um centro organizador que procura evitar os choques com a hierarquia sociopolítica: o centro organizador é o mercado, que precisa do conceito de indivíduo livre que se relaciona com outros por meio da relação contratual, dotadas de validade apenas se os contratantes forem livre e iguais. Justamente porque o mercado é o centro ordenador de nova realidade, algo interessante se passará no campo ético. As paixões, tidas como vícios que a educação moral corrigiria, tornam-se sinônimo de interesse e utilidade e já não podem ser afastadas pelo simples respeito a valores racionais, pois o movimento passional dos interesses e das utilidades torna-se o cerne da racionalidade moderna. A materialidade particularista dos interesses e das paixões seria, assim, substituída pela formalidade absoluta dos valores éticos. Mas com isso ética e vida sociopolítica tornam-se

⁵⁶¹ VALLS, Álvaro. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 28.

⁵⁶² VALLS, Álvaro. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 33.

⁵⁶³ CHAUI, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAIS, Adauto. **Ética**. São Paulo: Schwarcz, 1992. Coletânea I, p. 349.

incompatíveis. A moral dos interesses garante a nova economia e a nova política, mas pagando o preço da perda da universalidade. A moral do imperativo ético garante a liberdade e a responsabilidade éticas como valores universais, mas pagando o preço de não responder as exigências cotidianas da prática. Relativismo e universalismo legam para nós uma dupla moralidade: aquela que afirma que os fins justificam os meios e aquela que exige a adequação racional ou a proporção entre meios e fins.⁵⁶⁴

Torna-se então necessário, para a construção da esfera política na modernidade, uma reativação da idéia democrática, agora ancorada na noção de liberdade e igualdade, sustentando-se a forma democrática de participação como o valor ético-político que orienta a construção do espaço público na modernidade.

4 ANÁLISE DE RESULTADO

Para o homem antigo todas as virtudes éticas que se referiam ao universal (no caso ao povo ou após) eram virtudes políticas e sociais. Pode-se dizer que o lema máximo da ética antiga é o bem comum da política e que o despotismo era vivido apenas na figura do chefe de família, pois ele tinha poder de vida e morte sobre os seus membros.

Já para o homem moderno há uma separação do campo privado (campo ético, virtuoso) e o campo da política (campo de força, qualidade da lei, direito aplicado). Pode-se dizer que o máximo da ética moderna é a liberdade. Ela se realiza na vida privada, mas não admite nenhuma autoridade despótica, nesse caso a política vai apoiar-se na ética buscando uma autoridade justa (sem ser arbitrária). No entanto, pode-se concluir que há uma só forma política compatível com a ética, e uma única forma ética compatível com a política. A forma política é a democracia, e a forma ética é a liberdade por meio dos direitos.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o homem antigo vivia a idéia de uma ordem natural, universal e racional, para ele a ética era vivida em conformidade com a natureza. Já o homem moderno abandona essa natureza e se opõe à ela, exercendo domínio técnico sobre a mesma, inventando assim, a idéia de indivíduo livre.

REFERÊNCIAS

CHAUI, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAIS, Adauto. **Ética**. São Paulo: Schwarcz, 1992. Coletânea I.

CHAUI, Marilena. **Drama burguês**. [S. l.]: Cultura Marcas, [?]. v. 2. DVD. Série Ética.

VALLS, Álvaro. **O que é ética**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ser o autor e o consumidor da vida, e pela certeza do seu amor incondicional por mim. Ao meu esposo e aos filhos, pela assinatura do amor em minha vida e a minha orientadora Prof^a Zaneir, pela disponibilidade e pela atenção.

⁵⁶⁴ CHAUI, Marilena. Público, privado e despotismo. In: NOVAIS, Adauto. **Ética**. São Paulo: Schwarcz, 1992. Coletânea I, p. 351-352 .

**AD 27: ABORDAGEM CRÍTICA QUANTO À DECISÃO DA
CONSTITUCIONALIDADE DA LEI DE BIOSSEGURANÇA PELO SUPREMO
TRIBUNAL FEDERAL NUMA PERSPECTIVA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS**
Mirna Jacinto Moura⁵⁶⁵; Nagibe de Melo Jorge Neto⁵⁶⁶

RESUMO

Este trabalho tem como escopo analisar os argumentos expostos na decisão do Supremo Tribunal Federal no que tange à pesquisa científica com uso de células-tronco de embriões congelados, ou seja, a verificação de acordo com a Suprema Corte quanto à constitucionalidade do artigo 5º da “Lei de Biossegurança”. Há vários anos, discute-se sobre a possível inconstitucionalidade do artigo 5º da lei aludida acima. Foi neste contexto que o Procurador Geral da República, no exercício de sua função, impetrou uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Pretório Excelso. Na tribuna da Suprema Corte a dialética girou, *a priori*, sobre a gênese da vida, partindo de várias teorias doutrinárias como a nidação, fecundação e outras. Tivemos vários estudiosos com diferentes pontos de vista sobre a análise em questão. A decisão não teve como marco referencial questões filosóficas nem religiosas, pois o tribunal julgou de forma imparcial sem ofender aos preceitos éticos e morais da sociedade, buscando apreciar o conteúdo jurídico da lei ora questionada. A decisão teve o voto de todos os Ministros do Colendo tribunal incluindo o do relator do processo. Um dos direitos fundamentais mais pautado na decisão foi o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, principalmente, no que tange à possível solução para alguns tipos de doenças como a diabetes, dentre outras, elencadas pela medicina e por pesquisadores do assunto. Noutro prisma ao princípio supracitado, encontram-se diversas alusões quanto à dignidade do embrião, que para alguns já se apresenta como pessoa e, portanto, merecedora de todos os direitos fundamentais positivados em nossa Carta Maior. Foi nesse cenário jurídico que se teve uma das mais democráticas decisões de nossa História trazendo a toda sociedade, em caráter de audiência, eminentemente pública, a decisão do Supremo Tribunal Federal. As disposições aqui relatadas são provenientes, principalmente, da decisão quanto a constitucionalidade do dispositivo da lei, genericamente, conhecida como “Lei de Biossegurança”, bem como algumas abordagens doutrinárias.

Palavras-chave: Decisão. Células-tronco. Dignidade da Pessoa Humana.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho retrata a fase inicial de um projeto de pesquisa que tem lapso temporal de um ano e, portanto, apresenta-se em andamento o estudo proposto no título, tornando a bibliografia, conseqüentemente, limitada a poucos estudos doutrinários.

Tem-se discutido atualmente a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), exposta em audiência pública, no que tange às pesquisas com células-tronco embrionárias. Há no cenário jurídico-político divergentes opiniões quanto à constitucionalidade da Lei 11.105/2005, bem como inúmeras colocações éticas, filosóficas e religiosas, pois os complexos conteúdos discutidos nessa Lei em seu artigo 5º e incisos trazem a lume diferentes visões sobre a gênese da vida e vários questionamentos sobre possíveis violações aos Direitos Fundamentais elencados no arcabouço jurídico brasileiro.

Foi nesse contexto que o artigo 5º da Lei nº 11.105 de 24 de março de 2005 (“Lei da Biossegurança”), chegou ao Supremo Tribunal Federal uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) proposta pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos

⁵⁶⁵ Aluna do 5º semestre do Curso de Direito.

⁵⁶⁶ Professor Ms., Orientador.

Fonteles, legitimado conforme artigo 103, VI, de nossa Carta Magna, trazendo grande repercussão ao seio da sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Lei 11.105/05, também conhecida como Lei de Biossegurança, traz a seguinte redação em seu artigo 5º integralmente redigido:

É permitida, para fins de pesquisa e terapia, a utilização de células-tronco embrionárias obtidas de embriões humanos produzidos por fertilização *in vitro* e não utilizados no respectivo procedimento, atendidas as seguintes condições:

I – sejam embriões inviáveis; ou

II – sejam embriões congelados há três anos ou mais, na data da publicação desta Lei, ou que, já congelados na data da publicação desta Lei, depois de completarem três anos, contados a partir da data de congelamento.

§ 1º Em qualquer caso, é necessário o consentimento dos genitores.

§ 2º Instituições de pesquisa e serviços de saúde que realizem pesquisa ou terapia com células-tronco embrionárias humanas deverão submeter seus projetos à apreciação e aprovação dos respectivos comitês de ética em pesquisa.

§ 3º É vedada a comercialização do material biológico a que se refere este artigo e sua prática implica o crime tipificado no art. 15 da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

Conforme preleciona o texto legal citado acima à lei nº 11.105/2005 determina a pesquisa com células-tronco embrionárias provenientes de embriões humanos produzidos, necessariamente, por fertilização *in vitro*, a fim de viabilizar o avanço científico na cura de determinadas patologias. É importante aduzir que os embriões utilizados serão os descartados no procedimento retro transcrito e que obedecerão aos preceitos legais disposto na “Lei da Biossegurança”.

Várias são as limitações propostas no arcabouço da Lei 11.105/2005, dentre elas temos um determinado lapso temporal para os embriões congelados poderem ser objeto das pesquisas em questão, ou seja, é imprescindível que haja um congelamento desses embriões de, no mínimo, três anos, na data de publicação dessa Lei ou que, conforme redigida no texto normativo acima tenha completado três anos, contados a partir da data de congelamento. O escopo deste marco temporal seria a suposta inviabilidade do embrião congelado, por este período, de vigorar para fins reprodutivos. Outra limitação exigida é que haja o consentimento dos genitores, o que torna nítida a intenção do legislador em respeitar a vontade desses, fazendo valer, portanto, a liberdade de escolha dos pais.

No 2º parágrafo da aludida lei, observa-se a preocupação em submeter às pesquisas com células-tronco a uma apreciação e a um consentimento dos comitês de ética, caracterizando, portanto, a responsabilidade do legiferante em tal estudo científico. Não poderia ser diferente a preocupação do legislador; afinal, trata-se de um cerne de relevante valor, a vida.

Grandes partes dos argumentos utilizados por todos giraram em torno do questionamento sobre o gênese da vida. Foi a partir desse complexo entendimento que o Supremo Tribunal Federal realizou o julgamento histórico e dialético, versando sobre as pesquisas científicas com o uso de células-tronco embrionárias.

O Procurador Geral da República (PGR) iniciou o julgamento defendendo que a vida é iniciada a partir da fusão do espermatozóide com o óvulo, ou seja, que a concepção e a personalidade coexistem assegurando, portanto, que a existência de uma pessoa humana é merecedora de sua inviolabilidade e proteção jurídica. O PGR defende a integridade do embrião, não aceitando o entendimento de que a partir da concepção ainda não há vida humana, pois para ele isto é uma visão, meramente, reducionista e desarrazoável, uma vez que já encontramos um ser humano nativo a partir do encontro das duas células haplóides, vale dizer: óvulo e espermatozóide. É neste entendimento exposto a cima que o Procurador Geral da República entende ser a Lei 11.105/2005 Inconstitucional.

Há outro bloco de pensadores que acredita ser o embrião *in vitro* uma realidade do mundo do ser, ou seja, que há vida humana em potencial, pois existe uma possível lógica evolutiva a estes embriões no que tange a uma vida humana futura. Os estudiosos que defendem a inexistência de vida humana no embrião congelado entendem não haver qualquer violação aos preceitos morais, éticos e filosóficos da sociedade, não havendo, portanto, o que se falar em impedimento das pesquisas com células-tronco, pois incontáveis serão os avanços médicos-científicos a toda humanidade.

Nesse julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal várias foram as contribuições intelectuais expostas na audiência, solidificando o caráter, eminentemente, dialético da discussão em questão. A professora da universidade de São Paulo, Dr^a. Mayana Zats aduz que:

Pesquisar células embrionárias obtidas de embriões congelados não é aborto. É muito importante que isso fique bem claro. No aborto, temos uma vida no útero que só será interrompida por intervenção humana, enquanto que, no embrião congelado, não há vida se não houver intervenção humana. É preciso haver intervenção humana para a formação do embrião, porque aquele casal não conseguiu ter um embrião por fertilização natural e também para inserir no útero. E esses embriões nunca serão inseridos no útero. É muito importante que se entenda a diferença.

Outro posicionamento preleciona a professora do Departamento de Biologia Celular da Universidade de Brasília, Dr^a. Lenise Aparecida Martins Garcia:

Nosso grupo traz o embasamento científico para afirmarmos que a vida humana começa com a fecundação, tal como colocada na solicitação da Procuradoria. [...] Já estão definidas, aí, as características genéticas desse indivíduo; já está definido se é homem ou mulher nesse primeiro momento [...]. Tudo já está definido, neste primeiro momento da fecundação. Já estão definidas eventuais doenças genéticas [...]. Também já estarão aí as tendências herdadas: o dom para a música, pintura, poesia. Tudo já está ali na primeira célula formada. O zigoto de Mozart já tinha dom para a música e Drummond, para a poesia. Tudo já está lá. É um ser humano irreparável.⁵⁶⁷

Explanaram seus entendimentos conforme, citados acima. Notória são as discussões e os vários pontos aludidos sobre o assunto em questão, ou seja, à origem da vida. Não existindo, portanto, até o momento, nenhum consenso científico, filosófico ou religioso sobre a questão em pauta. Dentre as inúmeras concepções no que tange a gênese da vida, quatro são as teorias que mais se destacam no cenário médico-jurídico.

⁵⁶⁷ STF, ADI 3.510-0, Rel. Ministro Carlos Ayres Britto. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adi3510relator.pdf>>. Acesso em: set. 2008.

Marcelo Novelino⁵⁶⁸, em sua obra *Direito Constitucional*, traz as seguintes teorias: teoria da fecundação, teoria da nidação, teoria embasada na formação do sistema nervoso central (SNC), teoria relacionada à capacidade do feto existir sem a mãe.

2.1 Teoria da Fecundação (ou concepção)

Nela a vida humana teria o início a partir da concepção, ou seja, justamente na fusão do espermatozóide com o óvulo tendo como produto desta concepção o zigoto (células diplóides, provenientes da junção das duas células haplóides). Neste entendimento compartilha o Pacto de São José da Costa Rica, que traz em seu arcabouço jurídico que o direito à vida deve ser tutelado por lei e, em regra, a partir da concepção. Conforme preleciona acima, tal teoria fundamenta, dentre outros argumentos, a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo o à época Procurador Geral da República Dr. Cláudio Lemos Fonteles.

2.2 Teoria da Nidação

O fenômeno da nidação ocorre em um período aproximado de sete a dez dias após a fecundação. É nesse momento que o embrião é envolvido por várias reações enzimáticas e fixado à parede uterina com a finalidade de prosseguir seu desenvolvimento natural até o parto. Esta teoria pregoa o relevante papel do útero ao desenvolvimento da vida humana, pois é inviável que o embrião venha terminar seu ciclo de vida caso esteja fora do útero, com isso a vida humana em potencial só começaria a existir a partir da nidação. Nesse relato conceitual, o embrião congelado não seria vida humana, uma vez que não fora fixado ao útero encontrando-se, portanto, em estágio de potencialidade à vida humana.

2.3 Teoria embasada na formação do sistema nervoso central (SNC)

De acordo com esta teoria, a essência consiste na capacidade neurológica de sentir dor ou prazer, o que ocorre por volta do décimo quarto dia após a fecundação. Como sabemos, não há em nosso ordenamento jurídico dispositivo legal conceituando o início da vida. No entanto, vale ressaltar a Lei nº 9.434/97, a qual versa sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano destinados a transplantes e tratamento, uma vez que aludido dispositivo trata da questão da denominada “morte encefálica”.

⁵⁶⁸ NOVELINO, Marcelo. *Direito Constitucional*. São Paulo: Método, 2008, p. 263-264.

Lei nº 9.434/97. Art. 3º A retirada *post mortem* de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverá ser precedida de diagnóstico de morte encefálica, constatada e registrada por dois médicos não participantes das equipes de remoção e transplante, mediante a utilização de critérios clínicos e tecnológicos definidos por resolução do Conselho Federal de Medicina.

É fundamentada nesse conceito de morte que, a *contrariu sensu*, a teoria supracitada aproxima-se de uma suposta definição para o início da vida, ou seja, com a formação e desenvolvimento completo do SNC, partindo-se do conceito de morte com o término das funções cerebrais.

2.4 Teoria relacionada à capacidade do feto de existir sem a mãe

Segundo Marcelo Novelino⁵⁶⁹ este é o critério utilizado pelo Comitê Nacional de Ética Francês, distinguindo “pessoa humana potencial de pessoa humana *tout court*”. Tal capacidade ocorre entre a vigésima quarta e vigésima sexta semana de gestação. As teorias transcritas acima não são absolutas e nem completamente alheias, mas conforme o próprio nome diz são teorias e, portanto, não cabe a escolha de uma delas para a fixação do momento inicial da vida.

É necessária a observância, no caso concreto, do que se pretende fundamentar a partir dessas teorias que devem coexistir, obrigatoriamente, com os princípios constitucionais de nosso Estado Democrático de Direito, valorando a todo custo suas ideologias axiológicas proposta pelo constituinte originário.

Notória é a complexidade do objeto em análise, ou seja, da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), pois envolve uma multidisciplinaridade de ciências como: a antropologia, a ética, o direito, a filosofia, a biologia e as ciências médicas, culminando, com isso, a falta de convergência em inúmeros aspectos envolvidos.

Foi precisamente no ano de 2008 que o Supremo Tribunal Federal decidiu sobre a constitucionalização da Lei 11.105/05 que permite a utilização de células-tronco para fins de pesquisa e terapia obedecendo aos requisitos legais ora mencionados acima. A prolação do julgamento que teve como relator o Senhor Ministro Carlos Ayres Brito, finalizou com a discutida inconstitucionalidade da “Lei de Biossegurança”, votando de forma democrática e pública a constitucionalidade da Lei 11.105/2005, respeitando as divergências doutrinárias e fazendo valer o pluralismo político de nosso Estado. O Ministro Carlos Ayres Brito (relator do julgamento) defendeu de forma precisa e dialética a constitucionalidade da Lei supracitada. Foi, realmente, o maior julgamento de todos os tempos de nossa história que acabou dando a inúmeras pessoas uma esperança de vida digna.

O relator proferiu seu voto dando assentamento à legitimidade do Procurador Geral da República que propôs a ADI, bem como os procedimentos processuais e a matéria em questão. O Ministro Carlos Ayres Brito fundamentou seu voto apreciando todos os dispositivos da Lei Federal nº 11.105/05 a começar pelo inciso I do artigo 5º que traz em sua redação uma das condições ao uso de células-tronco para fins de pesquisa e terapia. Argumentou, *a priori*, que a inviabilidade dos embriões congelados é condição essencial ao

⁵⁶⁹ NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Método, 2008, p. 265.

procedimento científico (a pesquisa) pondo a salvo a preocupação do legislador na feitura da Lei como, por exemplo, com o marco temporal dado ao congelamento dos embriões que poderão contribuir à pesquisa científica. Foi prolatado, pelo Ministro em seu voto, a vedação da comercialização das células-tronco, conforme é trazido no parágrafo terceiro da Lei em análise, tornando, portanto harmônico seu voto com a descrição da Lei Federal.

Outro fato ao qual o Ministro enfatizou foi a análise necessária das pesquisas com células-tronco se submeterem a verificação dos comitês de ética, objetivando, portanto, uma maior e mais precisa fiscalização a esse tipo de pesquisa, ressaltando a responsabilidade do Estado com as pesquisas e com os preceitos morais e éticos aos quais acompanham a nossa sociedade plúrima e dinâmica.

A votação da audiência realizada no Supremo Tribunal Federal que versava da Inconstitucionalidade da Lei 11.105/05 (Lei de Biossegurança) terminou com a declaração pela constitucionalidade da lei. Foram 6 (seis), incluindo o relator, que votaram pela constitucionalidade da Lei de Biossegurança (artigo 5º). Com restrições às pesquisas votaram 5 (cinco). Conseqüentemente, venceram os favoráveis às pesquisas com células-tronco de embriões congelados.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A essência da pesquisa teve como marco referencial a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre as pesquisas com células-tronco de embriões congelados.

Outro meio de execução necessário, foi a pesquisa bibliográfica no âmbito da bioética, ainda que de forma sucinta, relacionada às questões concernentes aos argumentos propostos na audiência pública pelos ministros do STF e principalmente as explanações feita pelo relator Ministro Carlos Ayres Brito.

Por fim, também foram analisadas algumas posições doutrinárias encontradas em nosso direito constitucional, tendo como escopo trazer entendimentos sobre as inúmeras argumentações relatadas no decorrer da audiência ocorrida na Suprema Corte.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Tendo em vista as divergentes posições no seio da sociedade no que tange ao início da vida, conforme foi aduzido acima no arcabouço das teorias: natalista, concepcionista, nidação, relacionada à capacidade do feto existir sem a mãe e a que se fundamenta na formação do sistema nervoso central, não se pretende com a menção destas teorias o convencimento dos leitores a qualquer uma delas, mas sim o esclarecimento das várias e conflitantes argumentações propostas pela sociedade e pelos estudiosos sobre os mais diversos assuntos que têm em seu cerne a relação da vida no seu início e no seu fim.

É, portanto, a partir da confusa e discutida situação da gênese da vida que se justifica a propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade, no que diz respeito ao uso de células-tronco à pesquisa e terapia trazida à sociedade através da “Lei de Biossegurança”.

Apesar de algumas divergências doutrinárias, é importante ressaltar que o ordenamento jurídico brasileiro, através de seu Código Civil⁵⁷⁰, adota a teoria natalista para o início da personalidade; ou seja, só se torna pessoa humana aquele que nasce com vida. Entendimento diferente sobre o mérito poderia haver caso fosse aprovado o Projeto de Lei nº 6960/2002, visando alterar o art. 2º do diploma supracitado, que passaria a ter a seguinte redação: “A personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os *direitos do embrião* e do nascituro” (grifo nosso).

Na prolação do julgamento quanto à constitucionalidade da Lei 11.105/05 que teve uma grande repercussão democrática em nosso país tivemos defensores de cunho mais filosófico e outros mais legalistas para defender seu ponto de vista. Alguns, como o relator da ADI (Ministro Carlos Ayres Brito), fundamentaram todo seu posicionamento compactuando com os adeptos da teoria natalista.

As divergentes opiniões quanto ao assunto engrandece de forma relevante a evolução intelectual de nosso Estado Democrático de Direito que tem, dentre outros, princípios fundamentais como o pluralismo político. Elencado na Carta Magna, há na seara dos direitos e deveres individuais e coletivos a permissão positiva da livre atividade intelectual e científica a todos os cidadãos brasileiros, fortalecendo, ainda mais, a permissão estatal às pesquisas científicas, ainda que condicionadas aos princípios norteadores de nossa Constituição.

5 CONCLUSÃO

Teve-se no cenário jurídico brasileiro a maior e talvez uma das mais democráticas audiências públicas de todos os tempos.

De um lado, as ciências médicas e biológicas que tinham como idéia primordial as pesquisas com células-tronco, baseando-se na busca de curas de determinadas patologias, principalmente as degenerativas, irreversíveis ou de difícil tratamento como as neurológicas – incluindo doença de Parkinson, Alzheimer, traumas medulares e paralisias – diabetes mellitus e distrofia muscular. Estes cientistas acreditam no fato de por serem as células-tronco células desdiferenciadas, ou seja, células que, sob estímulos adequados, podem diferenciar-se em qualquer outra linhagem celular orgânica. Poder-se-á, finalmente, descobrir a cura para inúmeras doenças.

Do outro lado do tribunal, encontraram-se os defensores da Ação Direta de Inconstitucionalidade pelo artigo 5º da Lei 11.105/05 argumentando sobre suas ideologias ético-filosóficas, visando o fim das pesquisas com células-tronco de embriões congelados.

Foi neste cenário jurídico que a Suprema Corte declarou a constitucionalidade da “Lei de Biossegurança” fundamentando seus argumentos com responsabilidade e compromisso com toda sociedade, utilizando-se, portanto, das prerrogativas jurídicas que possuem, fazendo valer os dispositivos legais em consonância com o princípio norteador de nossa Carta Maior que é o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, dentre outros, ou seja, o tribunal não

⁵⁷⁰ Art. 1º Toda pessoa é capaz de direito e deveres na ordem civil.

Art. 2º A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção os direitos do nascituro.

caminhou nem para a seara filosófica nem para o âmbito religioso, cumprindo seu papel de interpretar as leis à luz da Constituição Federal, dando uma resposta à sociedade.

Conforme aduz Ingo Wolfgang Sarlet, a dignidade funciona como limite e tarefa do Estado, da comunidade e dos particulares, ou seja, o Estado deverá de forma essencial primar pela dignidade do seu povo a fim de trazer uma melhor adaptação social, bem como, uma vida melhor a todos. Foi neste contexto que houve, por parte de nossa Suprema Corte, uma valorização ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, tendo o escopo de dá aos necessitados uma esperança de uma vida realmente digna.

Aqueles que vêm nas pesquisas com células-tronco a cura de suas patologias passaram a ter uma maior esperança, o que os torna mais próximo de uma vida, realmente, digna. A esses que vivenciam inúmeras dificuldades no seu dia-a-dia devido às mazelas que possuem, surge a esperança de ter o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana presente em suas vidas.

REFERÊNCIAS

NOVELINO, Marcelo. **Direito Constitucional**. São Paulo: Método, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

STF, ADI 3.510-0, Rel. Ministro Carlos Ayres Britto. Disponível em: <<http://www.stf.gov.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/adi3510relator.pdf>>. Acesso em: set. 2008.

AD 28: A POLUIÇÃO AMBIENTAL DECORRENTE DA MÁ GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Patrícia Gomes Sampaio⁵⁷¹; Andréia da Silva Costa⁵⁷²

RESUMO

O crescimento alarmante dos impactos ambientais oriundos principalmente do aumento da população e das aglomerações urbanas resulta numa maior degradação dos espaços naturais, bem como na diminuição de áreas livres para a disposição final correta do lixo urbano. A alteração nos padrões de consumo não foi acompanhada de uma modificação nas práticas tradicionais de manejo dos resíduos sólidos urbanos. Neste sentido, providências urgentes precisam ser tomadas a fim de reverter esse quadro. Uma mudança de conceitos e das formas de cuidar do lixo é premente para que sejam alcançados melhores resultados em seu tratamento, especialmente na disposição final, fase em que os dados são mais aflitivos. Buscou-se, com o presente estudo, analisar as facetas da poluição ambiental, enfatizando a decorrente da má gestão do lixo urbano no Brasil. Apontou-se as principais experiências e tecnologias úteis ao gerenciamento e à disposição final do lixo. O método empregado para a realização deste trabalho foi a pesquisa bibliográfica. Percebeu-se que os resultados apontam números denunciadores do descaso dos governos municipais quanto à questão ambiental.

Palavras-chave: Poluição Ambiental. Gestão Municipal. Resíduos Sólidos Urbanos.

1 INTRODUÇÃO

A poluição ambiental decorrente da má gestão do lixo urbano, vista a nível nacional, é o cerne do presente estudo, haja vista a crescente preocupação social com o aumento da quantidade e da toxicidade do lixo nos grandes centros urbanos. A temática da poluição do meio ambiente é bastante abordada em livros de Direito Ambiental, tais como os estudos de Édís Milaré, Américo Luís Martins da Silva, Paulo Afonso Lemes Machado, José Gomes Canotilho e José Renato Nalini, servindo todos, portanto, como referência para a elaboração do presente texto. Além da consulta à clássica doutrina ambientalista, foi feita uma análise legal, por meio da consulta à Constituição Federal, bem como à legislação infraconstitucional, decretos e resoluções que disciplinam especificamente sobre o meio ambiente. Desse modo, cada um dos tópicos a seguir abordados foram devidamente fundamentados.

A importância do tema é vital para alertar a sociedade acerca dos danos e malefícios decorrentes da gestão deficiente dos resíduos sólidos urbanos, sobretudo no que atine à sua destinação final. Pretende-se com este artigo chegar à consciência de cada um, para que hábitos e práticas sejam revistos e novas atitudes sejam tomadas, não apenas a nível local, mas global.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A poluição vem definida pelo art. 3º, II da Lei n. 6.938/81, como:

[...] a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; causem prejuízo às condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

⁵⁷¹ Aluna do 8º semestre do Curso de Direito da Faculdade Christus.

⁵⁷² Professora Ms., Orientadora.

A poluição ambiental é vista como tudo o que acontece no meio ambiente e que lhe causa desequilíbrio, ou, melhor, que altera suas características originais. Desse modo, tais desarranjos podem ser atmosféricos, hídricos, sonoros, visuais e no solo.

Para Edis Milaré⁵⁷³,

A poluição do ar resulta da alteração das características físicas, químicas ou biológicas normais da atmosfera, de forma a causar danos ao ser humano, à fauna, à flora, e aos materiais. Chega a restringir o pleno uso e gozo da propriedade, além de afetar negativamente o bem-estar da população.

Suas fontes podem ser fixas (como os estabelecimentos comerciais) ou móveis (a exemplo dos meios de transporte motorizados). As conseqüências mais gravosas que esse tipo de poluição pode ensejar são o “efeito estufa”, a chuva ácida e a diminuição na camada de ozônio.

Segundo dispõe o §1º do art. 13 do Decreto n. 73.030/73, poluição da água é “qualquer alteração de suas propriedades físicas, químicas ou biológicas que possa importar em prejuízo à saúde, à segurança e ao bem estar das populações, causar dano à flora e à fauna ou comprometer o seu uso para fins sociais e econômicos”.

Vale frisar que este tipo de poluição abrange tanto as águas superficiais como as subterrâneas. Sabe-se que uma de suas maiores causas é o despejo do lixo doméstico e de estabelecimentos comerciais em lagos, rios e cursos d’água. A destinação de materiais tóxicos na água é outro gravame, pois não resulta apenas em dano ambiental, agredindo a qualidade da saúde, atingindo os organismos vivos e prejudicando a cadeia alimentar.

Dá-se a poluição do solo por meio da utilização de técnicas inadequadas para o cultivo do mesmo, da destruição da cobertura vegetal e da desertificação, bem como pela ausência de práticas de conservação da água no solo e subsolo, dentre outros. O controle da qualidade do solo abarca a preservação florestal, a qualidade da produção agrícola ou pastoril, o devido planejamento urbano, etc.

No entendimento de Américo Luís Martins da Silva⁵⁷⁴, “poluição sonora pode ser definida como o excesso de som produzido artificialmente que causa danos ao meio ambiente (tanto em relação à fauna, como à flora) ou à saúde dos próprios seres humanos”.

A tranqüilidade é amparada pela Constituição Federal de 1988 quando diz, em seu artigo 225, ser de todos o direito ao “meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Por agredir um direito difuso, que converge para si, portanto, os interesses de toda a sociedade, a poluição sonora, como todas as demais, deve ser combatida não apenas pelo poder público, mas, especialmente, pela sociedade, seja individual ou coletivamente.

Ocorre a poluição visual quando há a deterioração do ambiente natural ou artificial de modo a ensejar incômodo à visão das pessoas. Esse tipo de degradação ambiental pode ser causado, por exemplo, pelo excesso de elementos de comunicação visual dos centros comerciais, como cartazes e propagandas, de pichações e de lixo exposto. Além de causar desconforto visual, acarreta ainda a desvalorização da estética da cidade.

Paulo Affonso Lemes Machado⁵⁷⁵ afirma que:

[...] O volume dos resíduos sólidos está crescendo com o incremento do consumo e com a maior venda dos produtos. Destarte, a toxidade dos resíduos sólidos está aumentando com o maior uso de produtos químicos, pesticidas e com o advento da energia atômica. Seus problemas estão sendo ampliados pelo crescimento da concentração das populações urbanas e pela diminuição ou encarecimento das áreas destinadas a aterros sanitários.

⁵⁷³ MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente**: doutrina, jurisprudência, glossário. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 204-205.

⁵⁷⁴ SILVA, Américo Luís Martins da. **Direito do meio ambiente e dos recursos naturais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 1, 2004, p. 180.

⁵⁷⁵ MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2007, p. 561.

Conforme o art. 1º, inciso I, da Resolução nº 5/93 do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA⁵⁷⁶, resíduo sólido é definido como resíduos nos estados sólidos e semi-sólidos, que resultam de atividades da comunidade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de sistemas de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos cujas particularidades tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou corpos d'água, ou exijam, para isso, soluções técnicas e economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível.

Em definição similar, o Projeto de Lei que institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS)⁵⁷⁷, define resíduos sólidos como “os resíduos no estado sólido e semi-sólido que resultam de atividades de origem urbana, industrial, de serviços de saúde, rural, especial ou diferenciada” (art. 8º, XIII).

Conforme o art. 2º da Resolução nº 308 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA)⁵⁷⁸ consideram-se como resíduos sólidos urbanos (RSU's) “os provenientes de residências ou qualquer outra atividade que gere resíduos com características domiciliares, bem como os resíduos de limpeza pública urbana”.

Os RSU's são conceituados no art. 12, I, alínea “a”, do Projeto de Lei da PNRS como sendo aqueles “resíduos sólidos gerados por residências, domicílios, estabelecimentos comerciais, prestadores de serviços e os oriundos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que por sua natureza ou composição tenham as mesmas características dos gerados nos domicílios”. Em outras palavras, são os que provêm das casas e pequenos comércios, somados ao lixo de varrição das ruas de uma determinada cidade.

É possível apontar, como exemplos da poluição causada pelos RSU's, os focos de lixo doméstico ou os provenientes de pequenos comércios em calçadas, ruas e locais inadequados; o entulho causado por galhos de árvores podadas não recolhidos e restos de construção.

Conforme o preceito técnico da Associação Brasileira de Normas Técnicas - NBR 10.004⁵⁷⁹, que classifica os Resíduos Sólidos, um aterro sanitário é definido como a técnica de disposição de RSU's no solo, sem causar danos ou riscos à saúde pública e à segurança, minimizando os impactos ambientais, método este que utiliza os princípios de engenharia para confinar os resíduos sólidos ao menor volume permissível, cobrindo-os com uma camada de terra na conclusão de cada jornada de trabalho ou a intervalos menores, se for necessário.

O aterro sanitário é, pois, um lugar reservado, uma espécie de depósito, onde são destinados os RSU's e outros tipos de resíduos sólidos. Geralmente, é construído em local afastado da área urbana em razão do mau cheiro e do risco ao equilíbrio e à saúde do meio ambiente e das pessoas. Possui métodos de controle de quantidade e tipo de lixo recebido, sua concepção, instalação e funcionamento dependem de licenças a serem expedidas pelo órgão

⁵⁷⁶ BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 5/93** - Gerenciamento: Resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Brasília, DF: [s. n.], 1993.

⁵⁷⁷ PROJETO de Lei. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos e dá outras providências. **Lixo.com.br**. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/documentos/09062007_projeto_lei_residuos.pdf>. Acesso em: out. 2008.

⁵⁷⁸ BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução n. 308/2002** - Licenciamento ambiental: Disposição Final: Resíduos sólidos urbanos: Municípios de pequeno porte. Brasília, DF: [s. n.], 2002.

⁵⁷⁹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004** - Resíduos sólidos: Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

competente. Os aterros sanitários devem ainda obedecer aos preceitos legais que o disciplinam.

O aterro controlado consiste num meio termo entre aterro sanitário e lixão. Apesar de admitido em lei, seu funcionamento acarreta danos ao ambiente, em especial ao solo e ao subsolo, visto que o lixo é apenas coberto por uma camada de terra, não possuindo nada que impermeabilize seu contato com o solo. O objetivo do aterro controlado não é prevenir a poluição, mas apenas diminuir os impactos ambientais decorrentes da indevida destinação final dos RSU's.

Raimundo Costa⁵⁸⁰, especialista em aterros sanitários da Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, autarquia estadual responsável, dentre outras atribuições, pela execução da Política Estadual de Controle Ambiental do Estado do Ceará, afirma que as licenças são concedidas apenas para aterros sanitários, visto a preocupação do Governo do Estado com a preservação ambiental.

Edna Cardozo Dias⁵⁸¹ diz que os depósitos a céu aberto (popularmente conhecidos por “lixões”) são “as descargas livres praticadas por particulares ou pelas prefeituras municipais que representam perigo de poluição dos cursos d’água vizinhos, proliferação de parasitas (insetos e roedores), mau cheiro, etc.”.

Aponta também que o lixo urbano vem sendo transformado em resíduo composto por meio da compostagem. Alerta, porém, que “é preciso que se destruam os agentes patogênicos e os parasitas para que os adubos não contaminem os alimentos”.⁵⁸²

A incineração, por sua vez, consiste na tecnologia que reduz o peso, o volume e as demais características dos resíduos sólidos, geralmente os urbanos, industriais e perigosos, por meio da combustão dos mesmos. Sua utilização vem sendo reduzida mundialmente em virtude da poluição atmosférica gerada pela toxicidade do gás liberado pelo processo de queima do lixo, que, além de danificar o ar, pode causar doenças irreversíveis aos homens e animais.

A incineração está prevista no Projeto de Lei da PNRS como uma das principais formas de destinação final do lixo, medida esta duramente criticada pelo *Greenpeace*⁵⁸³, que possui como lema “Incineração não é a solução”, na luta por um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Geralmente, essa técnica é empregada para a destruição de resíduos provenientes de hospitais e casas de saúde.

Para Margareth Oliveira Pavan⁵⁸⁴, coleta seletiva “consiste na separação de papéis, plásticos, metais e vidros na fonte geradora, é uma forma para segregação dos materiais recicláveis”.

A coleta seletiva, além de gerar renda, contribui substancialmente para a proteção ambiental, posto que reduz a quantidade de matérias dispostas indevidamente e, por incentivar o reaproveitamento das mesmas, diminui a retirada de recursos naturais renováveis e não

⁵⁸⁰ Dados coletados em pesquisa exploratória realizada pela autora no dia 10 de julho de 2008, na Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE) – Núcleo de Controle Ambiental (NUCAM).

⁵⁸¹ DIAS, Edna Cardozo. **Manual de Direito Ambiental**. 2 ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003, p. 115.

⁵⁸² DIAS, Edna Cardozo. **Manual de Direito Ambiental**. 2 ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003, p. 116.

⁵⁸³ INCINERAÇÃO não é a solução. **Greenpeace**, São Paulo, jul. 2003. Seção Notícias. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/toxicos/noticias/incinera-o-n-o-e-a-solu-o>>. Acesso em: 10 out. 2008.

⁵⁸⁴ PAVAN, Margareth Oliveira. Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil. **Sustentabilidade.com.br**. Seção artigos. Disponível em: <<http://www.revistasustentabilidade.com.br/sustentabilidade/artigos/gestao-e-gerenciamento-de-residuos-solidos-urbanos-no-brasil/>>. Acesso em: 10 out. 2008.

renováveis da natureza. Cabe salientar que, para evitar proliferação de doenças, o lixo hospitalar deve ser incinerado e que, embora pilhas e baterias não sejam recicláveis, devem possuir destinação final distinta do lixo comum, pois podem contaminar o solo e as águas.

A CF de 88, frente às demais que a antecederam, apresentou efetivas mudanças em seu texto no que diz respeito ao tratamento da questão ambiental, sendo, portanto, a primeira a assegurar à coletividade e ao poder público a legitimidade e os mecanismos para proteção e controle do meio ambiente. Vários dispositivos relacionados à temática ambiental encontram-se dispersos ao longo de todo o texto constitucional, todavia, o art. 225 pode ser apontado como corolário das mudanças acima descritas.

No que atine aos RSUs, o art. 21 da CF/88 reza que é competência executiva exclusiva da União planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e inundações (inciso XVIII) e instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos (inciso XX).

A competência executiva e legislativa dos Estados é residual, ou seja, o que couber à União ou aos Municípios, caberá, residualmente, aos Estados. A respeito, debruçou-se Canotilho⁵⁸⁵:

A Constituição não dispõe de forma específica sobre a competência executiva dos Estados. Todavia, dispondo explicitamente sobre a competência da União e dos Municípios, deixa aos Estados a matéria remanescente. Assim, toda matéria que não for de competência federal ou municipal será, de forma residual, competência estadual. O mesmo ocorre em relação ao Distrito Federal, o qual exerce simultaneamente poderes de Estado e de Município.

[...] Além da competência residual, a Constituição também estabeleceu expressamente que os Estados detêm poderes exclusivos de natureza executiva para explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços de gás canalizado e instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

É exemplo de prática da última competência (executiva) supracitada a gestão integrada dos resíduos sólidos por dois ou mais municípios limítrofes, que pode ser entendida como função pública de interesse comum, conforme o art. 25, §3º da CF.

A estrutura constitucional brasileira assegura aos Municípios a autonomia para organizar e prestar, diretamente ou por meio de concessão, os serviços públicos de interesse local (art. 30, V), incluindo as tarefas de limpeza pública, coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos. No entanto, a maioria das administrações públicas municipais é deficiente na gestão do lixo urbano e poucas dispõem de uma política municipal ambiental que traga uma boa disposição final dos resíduos sólidos, conferindo a devida proteção do meio ambiente.

Ademais, cabe salientar que “compete aos Municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber” (art. 30, II, CF).

⁵⁸⁵ CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 210.

Observa-se, ainda sob a ótica da gestão dos resíduos sólidos urbanos, a competência comum (art. 23) dos entes federativos na proteção dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos (III); do meio ambiente, no combate à poluição em qualquer de suas formas (VI); na preservação das florestas, da flora e da fauna; no fomento à atividade agropecuária e (VIII) no combate às causas da pobreza (X), etc.

Por conseguinte, pode-se apontar a competência concorrente da União, dos Estados e Municípios, para legislar sobre (art. 24): direito urbanístico (I); florestas, caças, pescas, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição (VI); proteção ao patrimônio turístico e paisagístico (VIII); proteção e defesa da saúde (XII), etc.

No que tange à legislação infraconstitucional, vários são os dispositivos relacionados à poluição do meio ambiente por RSUs. Instituída pela Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, a PNMA, dentre outras providências, obriga o licenciamento junto ao órgão estadual responsável, para construir, instalar, funcionar e ampliar qualquer atividade ou estabelecimento que utilize recursos ou que possa causar dano ambiental (art. 10).

No teor da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, encontram-se tipificadas como crimes ambientais, dentre outras tipificações, as seguintes condutas:

Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora: Pena – reclusão, de um a quatro anos e multa. [...]
§2º Se o crime: [...] V – ocorrer por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em lei ou em regulamento: Pena – reclusão, de um a cinco anos. [...]

Art. 60. Construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente.

Cabe salientar que o Projeto de Lei da PNRS tramita no Congresso Nacional desde setembro de 2007, sendo composto de 33 (trinta e três) artigos, divididos em sete capítulos, que tem por objetivo traçar ações estratégicas que viabilizem processos capazes de agregar valor aos resíduos, aumentando a capacidade competitiva do setor produtivo, propiciando a inclusão e o controle social, norteados Estados e Municípios para a adequada gestão de resíduos sólidos.

Na ausência de uma PNRS, alguns estados brasileiros se adiantaram e editaram suas Políticas Estaduais de Resíduos Sólidos, como é o caso do Estado do Ceará. A Lei Estadual nº 13.103 de 24 de janeiro de 2001⁵⁸⁶ instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos que possui como diretrizes o incentivo à não geração, minimização, reutilização e reciclagem de resíduos, ao desenvolvimento de programas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, bem como às parcerias do governo estadual com organizações que permitam otimizar a gestão dos resíduos sólidos, etc. (art. 6º). A referida Lei, dentre outras questões, proíbe o lançamento e a queima do resíduo sólido *in natura* a céu aberto, em cursos d'água, lagos, praias, mar e em áreas sujeitas à inundação (art. 12), o que não ocorre na prática no Estado cearense.

3 METODOLOGIA

Para a elaboração do presente artigo foi necessária a realização de levantamento bibliográfico e documental, sendo feita consultas em livros de autores especialistas no assunto, artigos de revistas, periódicos, sítios e em documentos nacionais referentes à temática

⁵⁸⁶ CEARÁ. Lei n. 13.103/2001. Dispõe sobre a Política Estadual dos Resíduos Sólidos e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20010205/do20010205p01.pdf#page=1>>. Acesso em: out. 2008.

ambiental. Foi feita ainda uma pesquisa exploratória, no dia 10 de julho de 2008, no Núcleo de Controle Ambiental da Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará, a fim de coletar dados iniciais da situação dos aterros sanitários do Ceará.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Percebe-se que os resultados colhidos nesta pesquisa refletem dignamente a situação atual dos resíduos sólidos no Brasil. Poucos são os municípios que investem em políticas ambientais e que utilizam o aterro sanitário (ou outra tecnologia viável, que não use o solo como último destino do lixo urbano) como modo de disposição final dos RSU's.

Conforme publicação realizada pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE)⁵⁸⁷, dados inéditos sobre a situação dos resíduos sólidos no Brasil (2007) mostram que a situação do manejo de resíduos sólidos no país é preocupante, principalmente no que diz respeito à sua disposição final, uma vez que apenas 39% (trinta e nove por cento) dos municípios dão destino e tratamento adequados aos RSU's, por meio dos aterros sanitários.

Nota-se que os municípios brasileiros não priorizam a questão ambiental e, do mesmo modo, são indiferentes no que diz respeito às necessidades básicas de seus cidadãos, como a educação, a saúde e a geração de empregos. Os gestores municipais enfrentam vários obstáculos para a concretização das disposições normativas de proteção ambiental, a exemplo da demora para a obtenção de licenças para o início e conclusão das obras dos aterros, bem como do alto custo do devido tratamento do lixo urbano.

O Estado do Ceará é apenas o espelho da situação atual do país. A maioria dos municípios cearenses dá destinação inadequada aos resíduos sólidos, comprometendo a saúde da população e o meio ambiente. De acordo com dados da SEMACE, no Estado do Ceará somente seis municípios possuem aterros sanitários, quais sejam Aquiraz, Camocim, Caucaia, Horizonte, Maracanaú e Pacatuba.

5 MUDANÇAS NA GESTÃO DOS RSU'S NO BRASIL: EXPERIÊNCIAS E SUGESTÕES

5.1 Experiências modelos

Apontam-se como práticas exemplares de gestão dos RSU's, os programas de incentivo à coleta seletiva de material reciclável (a exemplo dos Projetos ECOELCE, realizado pela Companhia Energética do Ceará (COELCE), e Estações de Reciclagem Pão de Açúcar Unilever, do grupo Pão de Açúcar, dentre outros), bem como de apoio às cooperativas de catadores e aos centros regionais de reciclagem (onde o gerenciamento dos RSU's é compartilhado) e de preferência social por produtos feitos com matéria reciclada.

Pode-se dizer, porém, que a mudança primordial deve ocorrer “de dentro para fora”, ou seja, as pessoas precisam modificar pequenos hábitos e agir localmente para, então, partir para as ações sociais e globais. É o que se denomina de “consciência ambiental”. Faz-se necessário, portanto, que as pessoas se apercebam da urgente mudança de postura, se tornando cidadãos ecologicamente conscientes e preocupados com a questão ambiental.

Nalini⁵⁸⁸ aponta algumas atitudes, tais como não jogar lixo na rua, economizar papel, salvar uma árvore, ser intolerante com as agressões ambientais e divulgá-las na mídia, utilizar meios judiciais para promover a proteção ao meio ambiente, disseminar a consciência

⁵⁸⁷ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama Nacional dos Resíduos Sólidos no Brasil 2007**. São Paulo: [s. n.], 2007.

⁵⁸⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama Nacional dos Resíduos Sólidos no Brasil 2007**. São Paulo: [s. n.], 2007, p. 203-237.

ambiental, motivar lideranças, filiar-se a uma entidade e/ou fundar uma Organização Não Governamental (ONG), ambas de defesa do meio ambiente, etc.

5.2 Incentivos à gestão ambiental municipal

5.2.1 ICMS Ecológico

Nem sempre a mudança de comportamento se faz de forma voluntária, necessitando de estímulos externos ou incentivos. Um dos principais exemplos de estímulos à correta gestão ambiental dos municípios pelo Governo do Estado do Ceará é o chamado ICMS Ecológico, previsto na Lei Estadual nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007⁵⁸⁹, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 29.306, de 5 de junho de 2008⁵⁹⁰.

Trata-se de um instrumento de compensação fiscal que redistribui 2% (dois por cento) do ICMS arrecadado no território cearense aos municípios que obedecem minimamente aos indicadores de desempenho ambiental. O ICMS ecológico, na verdade, é um incentivo fiscal para os municípios, não se tratando, portanto, de um novo imposto, pois não acarreta aumento na carga tributária, tampouco de alíquotas.

Atualmente, 13 (treze) Estados brasileiros (Amapá, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins) implantam o ICMS Ecológico, e muitos municípios já observam melhorias em suas condições de vida.

5.2.2 Outros incentivos

Frente às dificuldades encontradas pelos municípios, o Governo do Estado do Ceará não fica inerte, desenvolvendo ações, através do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente, que visam à execução da Política Estadual de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, com o intuito de fortalecer a Gestão Municipal de resíduos dessa natureza e, conseqüentemente, acarretando a minimização dos riscos de contaminação do meio ambiente e das comunidades expostas.

São exemplos dessas ações o Programa do Selo Município Verde (que tem como objetivo agraciar os gestores municipais que tenham concretizado durante o ano ações

⁵⁸⁹ CEARÁ. **Lei n. 14.023/2007**. Modifica os dispositivos da Lei nº 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios e dá outras providências. Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20071219/do20071219p01.pdf#page=1>>. Acesso em: out. 2008.

⁵⁹⁰ CEARÁ. **Decreto n. 29.306/2008**. Dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS pertencente aos municípios, na forma da Lei nº 12.612, de 7 de agosto de 1996, alterada pela Lei nº 14.023, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

ambientais) e o Curso de Formação de Educadores Ambientais (em parceria com a Secretaria de Educação do Estado), “com a finalidade de promover o desenvolvimento de um trabalho integrado, visando a execução de ações socioambientais”⁵⁹¹. Essa formação de educadores ambientais visa disseminar a ética ambiental, de modo que, a Educação Ambiental seja implantada no sistema público de ensino formal, estimulando a elaboração de projetos ambientais nas escolas, bem como no ensino informal, educando ambientalmente cidadãos que, uma vez despertados para os atuais problemas ambientais, funcionem como multiplicadores dos cuidados com o meio ambiente.

6 CONCLUSÃO

Pode-se concluir que, a poluição do meio ambiente por resíduos sólidos é visível em todo o país, sobretudo nas cidades brasileiras, em virtude do crescimento destas (não só em termos de extensão territorial, mas em aumento populacional) e das mudanças nos padrões de consumo, ambos não acompanhados de efetivas modificações nos modos de gestão (especialmente de destinação final) do lixo urbano. Nota-se que os governos municipais, possuem dificuldades em gerir o lixo de suas cidades, não só pelos entraves burocráticos (alto custo do devido tratamento do lixo urbano, demora na obtenção de licenças ambientais para o início e conclusão de obras nos aterros, etc.), mas pelo fato da questão ambiental não ser vista como prioridade frente às demais necessidades da população (educação, saúde, desemprego, etc.). Mesmo sem uma Política Nacional dos Resíduos Sólidos, as esferas federais e estaduais, dentro de suas competências, buscam a devida proteção do meio ambiente através de textos legais e projetos governamentais. O que se faz premente, é que o meio seja protegido não só por leis e ações de governo, mas por toda a sociedade, que pode, e deve fazê-lo individual ou coletivamente.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. **Panorama Nacional dos Resíduos Sólidos no Brasil 2007**. São Paulo: [s. n.], 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos sólidos: Classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

AZEVEDO, Érica. Resíduos Sólidos: Municípios devem entregar plano até o dia 30. **O Povo**, Fortaleza, 2008. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/opovo/ceara/796594.html>>. Acesso em: jul. 2008.

BORGES, Maria Estela. Dificuldades e Soluções para o Gerenciamento dos Sistemas de Limpeza Urbana. **Universo Ambiental**. Disponível em:

⁵⁹¹ CEARÁ. **Curso de Formação de Educadores Ambientais - 2007/2008**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2007, p. 7.

<http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=2&canallocal=2&canalsub2=4&id=40>. Acesso em: jul. 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Orgs.). **Direito Constitucional Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2007.

CEARÁ. **Lei n. 13.103/2001**. Dispõe sobre a Política Estadual dos Resíduos Sólidos e dá providências correlatas. Disponível em:
<<http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20010205/do20010205p01.pdf#page=1>>. Acesso em: out. 2008.

CEARÁ. **Lei n. 14.023/2007**. Modifica os dispositivos da Lei n° 12.612, de 7 de agosto de 1996, que define critérios para distribuição da parcela de receita do produto e arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, pertencente aos municípios e dá outras providências. Disponível em:
<<http://imagens.seplag.ce.gov.br/pdf/20071219/do20071219p01.pdf#page=1>>. Acesso em: out. 2008.

CEARÁ. **Decreto n. 29.306/2008**. Dispõe sobre os critérios de apuração dos índices percentuais destinados à entrega de 25% (vinte e cinco por cento) do ICMS pertencente aos municípios, na forma da Lei n° 12.612, de 7 de agosto de 1996, alterada pela Lei n° 14.023, de 17 de dezembro de 2007, e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **RES 5/1993**: Gerenciamento: Resíduos sólidos gerados nos portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários. Brasília, DF: CONAMA, 1993.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **RES 308/2002**: Licenciamento ambiental: Disposição Final: Resíduos sólidos urbanos: Municípios de pequeno porte. Brasília, DF: CONAMA, 2002.

DIAS, Edna Cardozo. **Manual de Direito Ambiental**. 2. ed. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

FELLENBERG, Günter. **Introdução aos problemas da poluição ambiental**. Traduzido por Juergen Heinrich Maar. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária - Universidade de São Paulo, 1980.

CEARÁ. **Curso de Formação de Educadores Ambientais, 2007/2008**. Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2007.

GRIPPI, Sidney. **Lixo: reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.

INCINERAÇÃO não é a solução. **Greenpeace**, São Paulo, jul. 2003. Seção Notícias. Disponível em: <<http://www.greenpeace.org/brasil/toxicos/noticias/incinera-o-n-o-e-a-solu-o>>. Acesso em: out. 2008.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 15 ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Malheiros, 2007.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 5 ed. ref., atual., e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

NALINI, José Renato. **Ética Ambiental**. Campinas: Millennium, 2001.

PAVAN, Margareth Oliveira. Gestão e gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil. **Sustentabilidade.com.br**. Seção artigos. Disponível em: <<http://www.revistasustentabilidade.com.br/sustentabilidade/artigos/gestao-e-gerenciamento-de-residuos-solidos-urbanos-no-brasil/>>. Acesso em: out. 2008.

PROJETO de Lei. Institui a Política Nacional dos Resíduos Sólidos e dá outras providências. **Lixo.com.br**. Disponível em: <http://www.lixo.com.br/documentos/09062007_projeto_lei_residuos.pdf>. Acesso em: out. 2008.

RIBEIRO, Maurício Andrés. O princípio do protetor-recebedor para preservar um bem natural. **Instituto para o Desenvolvimento Ambiental – IDA**. Disponível em: <<http://www.ida.org.br/artigos/principioprotetor.html?ordem=1792>>. Acesso em: set. 2008.

SCARABEL, Pérsio Ricardo Perrella. Breves aspectos da Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Piccolo Advogados**. Disponível em: <http://www.picoloadvogados.com.br/site/PT/biblioteca_download.asp?cdlegislacao=43>. Acesso em: jul. 2008.

SILVA, Américo Luís Martins da. **Direito do meio ambiente e dos recursos naturais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. v. 1.

AGRADECIMENTOS

À Coordenadora da Assessoria de Desenvolvimento Institucional e Jurídica do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Governo do Estado do Ceará, Tarin Frota Mont'alverne, pelo apoio e incentivo à produção científica na área ambiental.

AD 29: ENSAIO SOBRE INELEGIBILIDADE ELEITORAL

Paulo César Garcia Teobaldo⁵⁹²; Isabela Sobreira⁵⁹³

RESUMO

A Sociedade Brasileira passou recentemente por mais um período eleitoral através da escolha dos prefeitos e vereadores de seus milhares de municípios. Trata-se do processo democrático necessário ao surgimento de uma sociedade cada vez mais justa e organizada (e melhor). Pode-se perceber que a cada eleição o processo de escolha dos governantes é aprimorado, pois falhas são corrigidas, a fiscalização aprimorada e o povo conscientiza-se que a forma de melhorar a sociedade é elegendo bem seus governantes. Por isso, quer-se nas próximas linhas deter-se a um ponto importante desse que é o fundamento da democracia, as eleições. Trata-se da inelegibilidade eleitoral. Partir-se-á da Constituição Federal de 1998 até e quer-se ir até o que diz a jurisprudência acerca dessa importante regra para o funcionamento do processo democrático de escolha dos governantes.

Palavras-chave: Democracia. Eleições. Inelegibilidade.

1 INTRODUÇÃO

Para realização das eleições a cada biênio a Constituição Brasileira determinou regras acerca da qualificação necessária para aqueles que desejam sair candidatos, desde o mais alto cargo do Poder Executivo que é o de Presidente da República, ao cargo menor, que é o de Vereador, no âmbito do Legislativo.

Estas regras basilares foram complementadas pelas Leis nº 4.737/65 - Código Eleitoral, 9.504/97, que trata das normas eleitorais e a Lei Complementar 64/1990, que trata das Inelegibilidades Eleitorais.

É justamente a esta última norma que dar-se-á maior atenção, buscando na jurisprudência da Justiça Eleitoral a resposta para questionamentos como: é inelegível o substituto do chefe do executivo quando ocupar o cargo no lugar deste em período eleitoral? os candidatos com ficha suja devem ser inelegíveis? Prova escrita é suficiente para determinar se um candidato é analfabeto para fins de elegibilidade?

Assim, espera-se nas próximas linhas colocar mais luz nas questões suscitadas e participando do debate contribuir com soluções para os problemas expostos.

2 OBJETIVO

O objetivo que se pretende alcançar com este trabalho é apresentar solução a controvérsias sobre inelegibilidade eleitoral à luz dos princípios constitucionais do Direito, expressos direta (direita) ou indiretamente no corpo da Carta Magna de 1998. Isto porque acredita-se que a busca pela aplicação efetiva deste importante princípio eleitoral deve transcender a norma, encontrando-se a solução para as questões colocadas por meio do sentido e fim que o legislador quis dar à lei, bem como em sintonia com os princípios do Direito, normas primárias e superiores.

3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

3.1 O Estado Democrático de Direito

A Constituição Brasileira preconiza em seu art. 1º:

⁵⁹² Aluno do 9º semestre do Curso de Direito da Faculdade Christus

⁵⁹³ Professora do Curso de Direito da Faculdade Christus

Art. 1.º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (grifo nosso).

Portanto, a sociedade brasileira, através do poder constituinte originário, decidiu que o Estado nacional é em sua essência democrático, derivando todo o poder do seu povo. Este por sua vez pode exercer este poder através de representantes eleitos ou exercê-lo (o poder) de forma direta. Este exercício direto do poder pelo povo, muito pouco posto em prática, ocorre através do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular, conforme dispõe o art. 14 da CF/88. Entretanto, no presente trabalho não se deterá ao que alguns juristas, tais como Paulo Bonavides, convencionaram chamar de Democracia Direta.

O foco do presente estudo está na sistemática da representatividade popular, ou seja, no mecanismo democrático de escolha pelo povo dos seus representantes, delimitando-se ainda mais na peneira dos que estão impedidos de candidatarem-se, mais conhecidos como inelegíveis (inelegibilidade eleitoral.)

3.2 Princípios constitucionais do Processo Eleitoral

Os princípios constitucionais mais importantes do Processo Eleitoral são: a Soberania Popular, o sufrágio universal e o voto direto e secreto.

Assim, dispõe o art. 14 da Carta Magna:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Enquanto princípio constitucional do Direito Eleitoral a Soberania Popular constitui-se na própria essência do Estado Democrático de Direito conforme estabelece o art. 1º da Carta Magna, pois é o povo exercendo o seu poder de escolher seus representantes.

Já o sufrágio universal representa, em especial, o poder-dever de escolha que cada cidadão tem de votar e ser votado, de ser consultado sobre problemas e questões importantes para a sociedade, como foram o plebiscito sobre forma e regime de governo e sobre o desarmamento. Pelo sufrágio universal a Constituição Federal determina a obrigatoriedade dos cidadãos com idade superior a dezoito anos e inferior a setenta anos de votarem. Assim, ao mesmo tempo em que é determinada a obrigatoriedade do voto, pelo sufrágio universal garante-se o direito de escolha do cidadão, a opção que este tem de escolher seu representante com liberdade, é o exercício prático da cidadania.

O voto direto e secreto como princípio constitucional do Direito Eleitoral representa a igualdade dos cidadãos entre si, onde todos são iguais perante a lei, não existindo cidadão com maior poder de escolha que outros como já aconteceu no período imperial da história do país. O voto direto e secreto também representa a vontade livre a ser expressa pelo cidadão no ato de escolha de seu representante, sendo a garantia da inviolabilidade (secreto) a certeza de que a vontade do cidadão-eleitor será respeitada.

A CF/88 também determinou as condições de elegibilidade, princípio constitucional garantidor do direito de candidatar-se a representante popular. Dispõe a norma maior no § 3º do art. 14:

- § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:
- I - a nacionalidade brasileira;

- II - o pleno exercício dos direitos políticos;
- III - o alistamento eleitoral;
- IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;
- V - a filiação partidária;
- VI - a idade mínima de:
 - a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;
 - c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;
 - d) dezoito anos para Vereador.

3.3 A Inelegibilidade como regra do processo eleitoral

No § 4º. do art. 14 que a Constituição Federal começa a tratar da inelegibilidade como regra eleitoral. O teor do dispositivo é o seguinte: “§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos”.

Portanto, os primeiros a serem atingidos diretamente pela inelegibilidade são os analfabetos, pois se supõe que o poder de compreensão destes do mundo moderno lhes impede de serem escolhidos como representantes populares. Já os inalistáveis são os mais punidos, pois o alistamento eleitoral é condição para serem elegíveis, ou seja, representa a obrigatoriedade de que todos sejam alistados eleitoralmente e, eles não o podem por descumprimento de alguma regra eleitoral. Assim, verifica-se que os analfabetos estão proibidos apenas de candidatarem-se, enquanto os inalistáveis estão proibidos tanto de votarem quanto de serem votados.

A CF/88 continua a dispor sobre a inelegibilidade nos §§ 7º e 9º. Eis o conteúdo dos mencionados dispositivos:

§ 7º - São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

§ 9º Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato, considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

No § 7º. o constituinte originário quis evitar um dos males da política brasileira, a existência de oligarquias a dominarem o poder político, determinando que pessoas de uma mesma família estabeleçam um poder político que os mantenham no poder por período indeterminado. Defende-se a sociedade da criação de grupos hegemônicos capazes de patrimonializar o poder político de forma a impedir o igual acesso aos cargos públicos. Sobre este assunto assim pronunciou-se o ministro Celso de Mello no RE 158.314 (DJ de 12-2-93):

É inelegível para o cargo de Prefeito de Município resultante de desmembramento territorial o irmão do atual Chefe do Poder Executivo do Município-mãe. O regime jurídico das inelegibilidades comporta interpretação construtiva dos preceitos que lhe compõem a estrutura normativa. Disso resulta a plena validade da exegese que, norteadas por parâmetros axiológicos consagrados pela própria Constituição, visa a impedir que se formem grupos hegemônicos nas instâncias políticas locais. O primado da idéia republicana — cujo fundamento ético-político repousa no exercício do regime democrático e no postulado da igualdade — rejeita qualquer prática que possa monopolizar o acesso aos mandatos eletivos e patrimonializar o poder governamental, comprometendo, desse modo, a legitimidade do processo eleitoral.

No § 9º. a CF/88 transfere à Lei Complementar 64/90 o estabelecimento de todo regramento complementar relativo ao princípio da inelegibilidade. Assim, a retrocitada LC traz expressa no seu art. 1º as situações em que ocorre a inelegibilidade para todos os cargos públicos, cuja extensa lista não reproduzimos aqui por não ser didático.

3.4 Inelegibilidade: regra relativa ou absoluta - interpretação do STF

Para entender o princípio constitucional eleitoral da inelegibilidade ao longo da história do país reproduz-se abaixo teor de dois julgados do Supremo Tribunal Federal – STF:

Inelegibilidade. Artigo 14, § 7º, da Constituição do Brasil. O artigo 14, § 7º, da Constituição do Brasil, deve ser interpretado de maneira a dar eficácia e efetividade aos postulados republicanos e democráticos da Constituição, evitando-se a perpetuidade ou alongada presença de familiares no poder.” (RE 543.117-AgR, Rel. Min. Eros Grau, julgamento em 24-6-08, *DJE* de 22-8-08.)

A evolução do Direito Eleitoral brasileiro, no campo das inelegibilidades, girou durante décadas em torno do princípio basilar da vedação de reeleição para o período imediato dos titulares do Poder Executivo: regra introduzida, como única previsão constitucional de inelegibilidade, na primeira Carta Política da República (Const. 1891, art. 47, § 4º), a proibição se manteve incólume ao advento dos textos posteriores, incluídos os que regeram as fases de mais acendrado autoritarismo (assim, na Carta de 1937, os arts. 75 a 84, embora equívocos, não chegaram à admissão explícita da reeleição; e a de 1969 (art. 151, § 1º, *a*) manteve-lhe o veto absoluto). As inspirações da irreelegibilidade dos titulares serviram de explicação legitimadora da inelegibilidade de seus familiares próximos, de modo a obviar que, por meio da eleição deles, se pudesse conduzir ao continuísmo familiar. Com essa tradição uniforme do constitucionalismo republicano, rompeu, entretanto, a EC n. 16/97, que, com a norma permissiva do § 5º do art. 14 CF, explicitou a viabilidade de uma reeleição imediata para os Chefes do Executivo. Subsistiu, no entanto, a letra do § 7º, atinente a inelegibilidade dos cônjuges e parentes, consanguíneos ou afins, dos titulares tornados reelegíveis, que, interpretado no absolutismo da sua literalidade, conduz a disparidade ilógica de tratamento e gera perplexidades invencíveis. Mas, é lugar comum que o ordenamento jurídico e a Constituição, sobretudo, não são aglomerados caóticos de normas; presumem-se um conjunto harmônico de regras e de princípios: por isso, é impossível negar o impacto da Emenda Constitucional n. 16 sobre o § 7º do art. 14 da Constituição, sob pena de consagrar-se o paradoxo de impor-se ao cônjuge ou parente do causante da inelegibilidade o que a este não se negou: permanecer todo o tempo do mandato, se candidato à reeleição, ou afastar-se seis meses, para concorrer a qualquer outro mandato eletivo. Nesse sentido, a evolução da jurisprudência do TSE, que o STF endossa, abandonando o seu entendimento anterior.” (RE 344.882, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 7-4-03, *DJ* de 6-8-04)

Diante desses dois julgados jurisprudenciais pode-se afirmar categoricamente que o princípio da inelegibilidade não é absoluto. Se assim o fosse não se teria a evolução da jurisprudência, do direito, tal qual a relata o ministro do Supremo Tribunal Federal percebendo que a regra evoluiu para impedir a perpétua proibição das candidaturas de familiares dos já detentores de cargos. Assim, embora a emenda constitucional 16/97 tenha explicitado a aplicação do princípio para os parentes consanguíneos dos que ocupam cargos públicos, não trouxe solução quando são os parentes que desejam candidatar-se e não podem por conta da inelegibilidade a que estão sujeitos. Daí sugerir o ministro que os pressupostos constitucionais presumem-se um conjunto harmônico de regras e princípios, entendidos e interpretados para dar eficácia e efetividade aos princípios republicanos e democráticos, complementa Eros Grau.

3.5 Casos recentes para o estudo de inelegibilidade nos tribunais

Os dois casos mais recentes que a mídia divulgou amplamente no estado cearense foram o da substituição da Prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, e dos gestores públicos candidatos com ficha suja conforme divulgou o Tribunal de Contas dos Municípios.

A primeira matéria foi divulgada pelo jornal “Diário do Nordeste” na edição do dia 24 de maio de 2008 sob a seguinte manchete:

POSSE NA CÂMARA
Magistrado assume cargo de prefeito
GALERIA

A ordem judicial para que Martônio Vasconcelos tomasse posse na Câmara é em caráter liminar

‘Aos homens públicos cabe uma tarefa que é a de respeitar o Estado Democrático de Direito. Por isso que estou assumindo hoje’. Essa foi a afirmação do juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública, Martônio Vasconcelos, ao tomar posse, na tarde de ontem, como prefeito de Fortaleza, em solenidade na Câmara Municipal. O magistrado foi empossado pelo 2º vice-presidente da Câmara, vereador Elpídio Nogueira (PSB), que substituiu o presidente Tin Gomes (PHS), ausente de Fortaleza e José do Carmo 1º vice-presidente, licenciado para tratamento de saúde.

A posse de Martônio Vasconcelos foi assegurada por uma decisão liminar assinada pela juíza Maria Marleide Queiroz, em mandado de segurança, ao entender que o procurador geral do Município, Martônio Mont’Alverne, não poderia exercer a referida função.

O mandado de segurança foi proposto pela Associação Cearense dos Magistrados (ACM). Na posse, Martônio Vasconcelos lamentou a polêmica sobre a vacância do cargo da prefeita Luizianne Lins. Ele garantiu também que cumprirá seu dever constitucional, ‘respeitando a interinidade’ do cargo. ‘Eu vou dar prosseguimento a administração municipal no que for rotineiro. Não tenho intenção de tomar nenhuma atitude de gestão. É uma missão que a Constituição Federal me obriga e eu farei o possível para honrar essa prerrogativa’, disse o juiz, logo depois de tomar posse para o cargo.

O magistrado lamentou que a Lei Orgânica do Município seja omissa com relação à questão. ‘É urgente que modifiquemos a Lei Orgânica para que transtornos dessa natureza não voltem a acontecer’, disse, ao lembrar que essa prerrogativa é da Câmara Municipal. ‘A omissão da Lei cria uma lacuna que abre espaço para esse debate. Se a Lei Orgânica definisse a linha sucessória, nada disso estaria acontecendo’.

Ao se analisar o fato – caos jurídico para saber quem substituiria a prefeita em viagem, detecta-se que a matéria responsabiliza uma omissão na lei orgânica do município de Fortaleza pelo transtorno. Entretanto, discorda-se que somente a referida falha seja motivo para tal problema. Daí ter-se incluído (a jurisprudência do) o RE 543.117-AgR, Rel. Min. Eros Grau, que permite o uso dos postulados republicados e democráticos como meio para solução dessas questões. Compreende-se que seria possível solucionar o caso com base na aplicação dos princípios constitucionais dando-se a seguinte interpretação para que tal problemática não tivesse ocorrido em nossa capital: determina a regra da inelegibilidade que o gestor pode concorrer à reeleição e assim não há risco de ficar impedido de disputar o pleito.

Ora, bastaria estender este direito – não ficar inelegível - ao seu substituto eventual (vice-prefeito ou presidente da câmara) para que tudo transcorresse na normalidade.

Posiciona-se dessa forma porque a não inelegibilidade pertence ao cargo e não à pessoa, ou seja, se a prefeita não é inelegível logo quem a substituir temporariamente também não seria. Um princípio simples e eficaz. Entretanto, percebe-se aqui mais uma vez a atuação dos magistrados desejosos de verem triunfar o interesse público, assim como aconteceu com o caso dos candidatos com ficha suja. Fazendo uma crítica a esta postura nota-se mais interesse dos magistrados em adotar os rigores da lei que em solucionar os problemas jurídicos, afinal o direito atual coloca os princípios acima de todas as leis. Assim, com um pouco de boa vontade e aplicação dos princípios constitucionais ter-se-ia a solução para a problemática, que no caso analisado, ao invés de solucionada, a crise foi ampliada. Tudo isto porque muitas vezes busca-se literalmente a solução na lei, esquecendo-se que o direito é muito mais que normas escritas.

A outra matéria, também do DN, foi publicada no dia 03 de junho de 2008, com o seguinte conteúdo:

MP recebe a lista feita pelo TCM

O presidente do Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), conselheiro Ernesto Sabóia, apresentou, ontem à tarde, no auditório da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ), a lista contendo os nomes de 1.701 gestores que tiveram suas contas desaprovadas e que não há mais possibilidade de recurso administrativo naquele órgão, no período de 1º de janeiro de 2003 a 29 de maio de 2008.

No rol dos 1.701 gestores que tiveram contas desaprovadas, 48 estiveram na administração de Fortaleza, entre eles o ex-prefeito Juraci Vieira Magalhães (PR),

responsável por seis processos referentes a Contas de Governo, Tomadas de Contas Especial e Provocação. Outros são gestores de Regionais, secretários municipais, ex-presidentes da Câmara Municipal da Capital.

As cópias do documento produzido no TCM foram encaminhadas aos promotores eleitorais de todas as Zonas Eleitorais do Estado do Ceará para que os mesmos possam preparar as ações de impugnação de candidaturas, cujo período para registro é do dia 30 de junho a 5 de julho. Cópias da relação de todos os gestores foram encaminhadas ao Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE/CE).

A matéria acima teve solução definitiva por parte do judiciário brasileiro quando o Supremo Tribunal Federal – STF, ao analisar se os candidatos com “ficha suja” poderiam concorrer ao pleito municipal de 2008, permitiu suas candidaturas (deu sinal verde para estes) ao julgar improcedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF 144/2008 impetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB.

Nesta ADPF estava em jogo mais uma vez interpretação sobre aplicabilidade do princípio da inelegibilidade frente aos princípios do estado de inocência e do trânsito em julgado da sentença. Quicá a relevância do tema e a boa vontade da AMB em zelar pela moralidade a que estão obrigados os gestores públicos, julgou o STF que não basta a ficha suja do candidato para caracterizar a inelegibilidade, posto que os poderes estatais estão limitados aos direitos e garantias constitucionais dos cidadãos. Reproduz-se abaixo a decisão integral do pleno do STF quanto a esta importante questão, demonstrando-se consonância com a evolução da democracia brasileira.

ADPF 144/2008

O Tribunal, por maioria, julgou improcedente arguição de descumprimento de preceito fundamental, ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, em que questionava a validade constitucional das interpretações emanadas do Tribunal Superior Eleitoral - TSE em tema de inelegibilidade fundada na vida pregressa dos candidatos, bem como sustentava, por incompatibilidade com o § 9º do art. 14 da CF, na redação que lhe deu a ECR n. 4/94 [...], a não recepção de certos textos normativos inscritos na Lei Complementar n. 64/90, nos pontos em que exige o trânsito em julgado para efeito de reconhecimento de inelegibilidade e em que acolhe ressalva descaracterizadora de hipótese de inelegibilidade [...]. No mérito, entendeu-se que a pretensão deduzida pela AMB não poderia ser acolhida, haja vista que desautorizada [...] pelo postulado da reserva constitucional de lei complementar [...]. Afastou-se, também, a alegação de que a ressalva contida na alínea g do aludido inciso I do art. 1º da LC n. 64/90 estaria em confronto com o que disposto na ECR n. 4/94 porque descaracterizaria a hipótese de inelegibilidade referida no preceito legal em questão. [...]. Além disso, reputou-se insustentável a suposta transgressão a preceitos fundamentais pelo fato de determinada regra legal ressaltar, para efeito de superação da cláusula de inelegibilidade, o acesso ao Poder Judiciário, em ordem a neutralizar eventual deliberação arbitrária que haja rejeitado, de modo abusivo, as contas do administrador. Asseverou-se que estaria correto o entendimento do TSE no sentido de que a norma contida no § 9º do art. 14 da CF, na redação que lhe deu a ECR n. 4/94, não é auto-aplicável (Enunciado 13 da Súmula do TSE), e que o Judiciário não pode, sem ofensa ao princípio da divisão funcional do poder, substituir-se ao legislador para, na ausência da lei complementar exigida por esse preceito constitucional, definir, por critérios próprios, os casos em que a vida pregressa do candidato implicará inelegibilidade. Concluiu-se, em suma, que o STF e os órgãos integrantes da justiça eleitoral não podem agir abusivamente, nem fora dos limites previamente delineados nas leis e na CF, e que, em consequência dessas limitações, o Judiciário não dispõe de qualquer poder para aferir com a inelegibilidade quem inelegível não é. Reconheceu-se que, no Estado Democrático de Direito, os poderes do Estado encontram-se juridicamente limitados em face dos direitos e garantias reconhecidos ao cidadão e que, em tal contexto, o Estado não pode, por meio de resposta jurisdicional que usurpe poderes constitucionalmente reconhecidos ao Legislativo, agir de maneira abusiva para, em transgressão inaceitável aos postulados da não culpabilidade, do devido processo, da divisão funcional do poder, e da proporcionalidade, fixar normas ou impor critérios que culminem por estabelecer restrições absolutamente incompatíveis com essas diretrizes fundamentais. Afirmou-se ser indiscutível a alta importância da vida pregressa dos candidatos, tendo em conta que a probidade pessoal e a moralidade

representam valores que consagram a própria dimensão ética em que necessariamente se deve projetar a atividade pública, bem como traduzem pautas interpretativas que devem reger o processo de formação e composição dos órgãos do Estado, observando-se, no entanto, as cláusulas constitucionais, cuja eficácia subordinante conforma e condiciona o exercício dos poderes estatais. Aduziu-se que a defesa desses valores constitucionais da probidade administrativa e da moralidade para o exercício do mandato eletivo consubstancia medida da mais elevada importância e significação para a vida política do país, e que o respeito a tais valores, cuja integridade há de ser preservada, encontra-se presente na própria LC n. 64/90, haja vista que esse diploma legislativo, em prescrições harmônicas com a CF, e com tais preceitos fundamentais, afasta do processo eleitoral pessoas desprovidas de idoneidade moral, condicionando, entretanto, o reconhecimento da inelegibilidade ao trânsito em julgado das decisões, não podendo o valor constitucional da coisa julgada ser desprezado por esta Corte. (ADPF 144, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 6-8-08, Informativo 514)

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considera-se assim que, o maior interesse da sociedade pela eleição de políticos comprometidos com causas públicas e populares, honestos e dedicados, levou as entidades de magistrados a agirem nos casos mencionados.

Os magistrados, estando entre os inelegíveis por serem inalistáveis, cuidam precipuamente da organização e lisura do pleito, daí agirem na busca de serem efetivas as normas que utilizam como ferramenta de trabalho.

Entretanto, ao buscarem o efetivo respeito às normas que aplicam, deixaram de lado o bom senso e se esqueceram de que os princípios estão acima das normas, agindo com visão semelhante aos políticos que somente vêm direitos para si e obrigações para os outros. Foi neste ponto onde as entidades dos magistrados foram fragorosamente derrotadas pela própria justiça, da qual se consideravam legítimas e únicas interpretes. Esta é a análise que os fatos permitem concluir como resultados das ações intentadas pelas associações de magistrados nos casos amplamente divulgados pela mídia.

5 CONCLUSÃO

Finalizando o presente trabalho chega-se à conclusão que a realização das eleições municipais no país representa a consolidação do estado democrático de direito.

As ações intentadas pelas entidades dos magistrados demonstram a preocupação crescente que estes têm como o processo eleitoral, pois enquanto cidadãos participam do processo escolhendo os gestores públicos e, como membros do poder judiciário, entendem que são responsáveis pela lisura do pleito quando tentam evitar que as brechas da lei permitam que gestores irresponsáveis candidatem-se e sejam eleitos.

Entretanto, há que considerar-se que os magistrados não podem pensar unicamente na lei como instrumento de controle dos direitos políticos. Se as normas escritas não conseguem abarcar todas as possibilidades do direito eleitoral, que os princípios sejam a base para suprimir falhas, corrigir lacunas e solucionar questões políticas da administração pública.

Correto, portanto, que a inelegibilidade eleitoral é princípio que deve ser observado à luz dos postulados democráticos e republicanos, como bem ressaltou o ministro do STF, Eros Grau, evitando-se o desejo de torná-lo rígido e inflexível.

REFERÊNCIAS

DECISÃO sobre inelegibilidade deve ser seguida pela justiça eleitoral, diz Gilmar Mendes. **Notícias STF**, Brasília, DF, 4 out. 2008. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em: out. 2008.

DUTRA, Giselle. Prefeita viaja e deixa a disputa entre Martônios. **O Povo**, Fortaleza, 22 maio 2008. Disponível em: <www.opovo.com.br>. Acesso em: out. 2008.

MP recebe a lista feita pelo TCM. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 3 jun. 2008. Política.

POLÍTICOS que respondem a processo judicial podem se candidatar às eleições, diz STF. **Notícias STF**, Brasília, DF, 4 out. 2008. Disponível em: <www.stf.gov.br>. Acesso em: out. 2008.

AD 30: UMA ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A UNIÃO DAS NAÇÕES SUL-AMERICANAS E SEU PAPEL NA ATUAL CRISE BOLIVIANA

Paulo Eduardo Magnani Fabrício⁵⁹⁴; Paulo Henrique Portela⁵⁹⁵

RESUMO

A integração regional é um fenômeno tido como irreversível dentro da atual ordem mundial, sendo a União Européia (UE) o grande exemplo relativo à matéria. Obviamente, muitos são os desafios para a consolidação e efetiva implementação de blocos regionais entre países, uma vez que os mecanismos para integração são extremamente complexos e enfrentam situações de alto grau de dificuldade, como a relativização da soberania nacional dos Estados e os impactos diversos oriundos da livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais. Recentemente, assiste-se à fundação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), a qual tem a proposta de implementar na América do Sul a formação de um bloco com características similares ao modelo da União Européia. As barreiras e problemas a serem enfrentados pela UNASUL são bastante incisivos, pois inicialmente o bloco terá de lidar com aspectos básicos, como a fragilidade da democracia em alguns de seus Estados-Membros, as tensões fronteiriças que existem entre países da região e os conflitos comerciais entre algumas nações. Posteriormente, a UNASUL passará a enfrentar as dificuldades que são encontradas pela União Européia nos dias atuais, as quais são relativas ao fenômeno da integração propriamente dito. O primeiro grande desafio da União das Nações Sul-Americanas é a crise político-institucional pela qual a Bolívia passa atualmente, já que o bloco trouxe tal crise para sua pauta, com o intuito de participar de forma ativa na resolução deste conflito que se instalou no seio de um de seus Estados-Membros.

Palavras-chave: Direito. Integração. Economia.

1 INTRODUÇÃO

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) surgiu com o intuito de se estabelecer na América do Sul a formação de um bloco regional, no qual os países membros (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Equador e Venezuela) passem a integralizar seus ordenamentos jurídicos, economias e políticas, visando assim a constituição de uma comunidade nos moldes da União Européia (UE).

Por ter tido sua fundação recentemente, no ano de 2004 na cidade de Cusco (Peru), sob a denominação inicial de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a UNASUL, a qual teve seu tratado formalizado em 2008 na capital federal brasileira (Brasília), encontra-se dando seus passos iniciais na busca de sua concretização. Algumas cúpulas já foram realizadas com o intuito de se estabelecer políticas para o bloco, estando entre elas a criação de um conselho único de defesa, o qual estabelecerá regras sobre proteção comum aos Estados-Membros no caso de ameaças externas.

A consolidação de um bloco regional nos moldes da UNASUL é extremamente complexa, pois lida com os mais diversos aspectos, estando entre eles de forma principal a integração econômica, política e social entre os países formadores; a livre circulação de pessoas, bens e serviços; a criação de moeda única entre os Estados-Membros; a definição de um parlamento comum e a criação de uma Carta Magna para o bloco.

O intuito deste artigo é o de versar sobre as dificuldades a serem enfrentadas pela UNASUL para a sua concretização, fazendo análise pontual da atual crise político-institucional pela qual passa a Bolívia, já que tal situação se mostra como o primeiro desafio real a ser enfrentado pelo bloco.

⁵⁹⁴ Aluno do 7º semestre do Curso de Direito.

⁵⁹⁵ Professor Ms., Orientador.

Buscar-se-á analisar, do ponto de vista legal e institucional, qual o papel que a UNASUL vem desempenhando na situação boliviana e quais são as reais possibilidades de atuação do bloco para interferir e solucionar a crise interna que se instalou em um de seus Estados-Membros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O assunto aqui trazido possui amparo em diversas matérias, estando em destaque o Direito Internacional Econômico, Direito da Integração, Direito Comunitário, Economia e as Relações Internacionais.

Isto posto, o propósito aqui será o de externar as noções gerais sobre a formação de blocos regionais e suas conseqüentes integrações, para então chegarmos a uma análise mais embasada sobre a função que vem sendo desempenhada pela UNASUL no caso boliviano.

Abaixo, serão destacados os principais ramos e autores norteadores deste trabalho, valendo salientar que eles não esgotam o assunto, mas funcionam como as referências fundamentais do estudo que aqui nos propomos a desenvolver

- **Direito Internacional:** Francisco Rezek, Celso D. de Albuquerque Mello e Paulo Borba Casella;
- **Economia:** Francis Fukuyama, Marco Antônio Sandoval de Vasconcelos, Manoel Enriquez Garcia e Rosemiro Pereira Leal;
- **Relações Internacionais:** Odete Maria de Oliveira.

Importante destacar que a interdisciplinaridade entre as matérias destacadas acima é de importância salutar para a análise da crise boliviana e o papel de atuação da UNASUL em sua resolução, pois tal crise expõe diversos aspectos, os quais envolvem características legais, políticas e econômicas.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia desenvolvida para este trabalho foi a de consulta e pesquisa doutrinário-teórica, através das análises de livros, periódicos, *sites* e outras fontes bibliográficas. Sendo tais referências as bases exclusivas do estudo aqui proposto.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Aspectos gerais

Para um melhor entendimento do assunto aqui trazido para análise, faz-se essencial o destaque de conceitos básicos que servirão como alicerce para o desenvolvimento das idéias. Assim, serão trabalhados os conceitos de integração regional, a fundamentação da União das Nações Sul-Americanas, a análise das peculiaridades da crise boliviana e o papel e limites de atuação da UNASUL para a resolução de tal crise.

4.2 Integração Regional

O fenômeno da integração regional entre nações é uma realidade bem-definida nos dias de hoje, pois temos como seu maior exemplo a existência da União Européia (UE), a qual foi formada com o intuito de unificar as nações que fazem parte da Europa, criando entre elas um vínculo comum no que tange aos ordenamentos jurídicos; aspectos econômicos; circulação de pessoas, bens e serviços; defesa a ameaças externas, consolidação de moeda única, entre outros.

Considera-se de grande valia destacar a lição do Professor Celso D. de Albuquerque Mello, o qual explicita seus ensinamentos sobre a integração de forma límpida e certa.

A tese integracionista tem o seu maior expoente em Karl Deutsch, cuja exposição podemos seguir. Afirma que uma “comunidade de segurança” é “um grupo de pessoas que se torna integrado”. A integração se caracteriza por um “sentido de comunidade”, com instituições que assegurem por um “longo tempo as expectativas de mudança pacífica”, o “sentido de comunidade” ocorre quando as pessoas acreditam ter chegado a um comum acordo com os demais membros dos grupos. É necessário existir uma simpatia externa e lealdade, bem como consideração recíproca, uma identificação de interesses, percepção de necessidades e comunicação. A mais importante das condições é a possibilidade de aptidão política e administrativa dos principais entes políticos de se integrarem. É ainda relevante um crescimento econômico. Deve haver uma mobilidade das pessoas. Em resumo, as condições são as seguintes: a) compatibilidade dos principais valores; b) um modo de vida próprio; c) expectativa de ganhos econômicos; d) aumento das potencialidades políticas e administrativas; e) crescimento econômico; f) comunicação social; g) alargamento da elite política; h) mobilidade das pessoas; i) busca de comunicação; j) previsibilidade externa de comportamento, etc. (MELLO, 1996, p. 105).

Salutar também a lição da Professora Odete Maria de Oliveira (2005, p. 162-163) sobre as teorias da integração e seus aspectos.

Tais teorias se desenvolveram com mais destaque após a Segunda Guerra Mundial, tendo recebido aportações teórico-metodológica de diversas fontes, em especial das doutrinas federalistas e neofuncionalistas, entre outras abrangências, além dos impulsos políticos e dos desenvolvimentos econômicos em torno do crescimento de organismos de integração supranacional, originando dois tipos de integração: a política, envolvida com o modelo federal e confederal; e a econômica e seu processo de integração regional progressivo: zona de livre-comércio, união aduaneira, mercado comum, união econômica e união econômica total.

A simples menção de características tão complexas e diversas já demonstra que a consolidação da integração entre nações que formam uma mesma região requer enormes esforços e o enfrentamento de barreiras extremamente difíceis, pois ao se integralizar países visando aos vínculos comuns definidos anteriormente, há uma verdadeira relativização da noção de soberania nacional, o que acaba por esbarrar em resistências internas por parte das sociedades de cada país.

Prova maior do que foi exposto é a dificuldade encontrada até hoje pela União Européia em consolidar sua Carta Magna comum, já que tal idéia foi rechaçada pelos cidadãos de alguns dos Estados-Membros⁵⁹⁶. Tal situação joga a UE em um mar de incertezas, pois o que transparece e se consolida aos olhos do mundo é que a classe política européia defende a consolidação plena da integração, porém as populações se mostram reticentes em avalizar uma Constituição comum, temendo assim a perda de garantias e benefícios que gozam em seus Estados Nacionais. Exemplo gritante de tal situação é o fenômeno apelidado pelas imprensas francesa e holandesa de “síndrome do encanador polonês”⁵⁹⁷, que nada mais é do que o receio das populações dos países da Europa Ocidental de perder seus postos de emprego para cidadãos oriundos do leste europeu e que se dispõem a trabalhar por salários reduzidos e sem amparo de benefícios trabalhistas.

Colocadas as considerações iniciais sobre a integração regional, assim como também as dificuldades e resistências que esta encontra, passaremos a adentrar no tema central deste trabalho.

⁵⁹⁶ UM BLOCO à deriva. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080617/not_imp190889,0.php>. Acesso em: 6 out. 2008.

⁵⁹⁷ O BLOCO da desunião européia. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/080605/p_048.html>. Acesso em: 6 out. 2008.

4.3 União das Nações Sul-Americanas (UNASUL)

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi estabelecida no ano de 2.004 na cidade de Cusco (Peru), com a denominação inicial de Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), sendo o tratado que formalizou o bloco assinado em 2.008 na capital brasileira (Brasília). A criação e desenvolvimento deste bloco visam a integração econômica, política e social entre os países que formam a América do Sul (Brasil, Chile, Argentina, Colômbia, Uruguai, Paraguai, Peru, Bolívia, Guiana, Suriname, Equador e Venezuela).

Entre as diversas propostas para formação da UNASUL, encontram-se o estabelecimento da livre circulação de pessoas, bens e serviços; criação de moeda única entre os Estados-Membros; definição de um parlamento comum e o estabelecimento de um conselho único de defesa, ou seja, tais aspectos guardam relação íntima com o modelo visto atualmente na União Européia, conforme já exposto anteriormente neste trabalho.

Para um maior embasamento sobre os aspectos que tangem a UNASUL, destacamos abaixo os pontos levantados na cerimônia ocorrida em Brasília no dia 23 de maio de 2.008, na qual foi assinado oficialmente o tratado que determinou a criação do bloco, conforme cobertura dada pela *BBC Brasil*⁵⁹⁸.

Quais serão os principais objetivos deste novo organismo? Os principais objetivos serão a coordenação política, econômica e social da região. Com a UNASUL, espera-se avançar na integração física, energética, de telecomunicações e ainda nas áreas de ciência e de educação, além da adoção de mecanismos financeiros conjuntos.

Qual o tamanho da UNASUL? Os países que farão parte do grupo têm cerca de 360 milhões de habitantes e, de acordo com dados da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), tinham um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 2,5 trilhões em 2006. Ainda de acordo a CEPAL, só o PIB do Brasil era de US\$ 1,06 trilhão em 2006. Segundo dados mais atualizados, o PIB do Brasil é de US\$ 1,3 trilhão, o oitavo do mundo. Mas este é um grupo desigual, que conta com 180 milhões de habitantes do Brasil e três milhões do Uruguai, por exemplo.

Quais são os desafios da UNASUL? Num primeiro momento, os governos parecem ter expectativas diversas sobre os resultados reais da UNASUL. O ministro das Relações Exteriores do Chile, Alejandro Foxley, disse que seu país tem três principais interesses nessa integração: energia, infra-estrutura e uma política comum de inclusão social. Por sua vez, o chanceler boliviano, David Choquehuanca, afirmou que a Bolívia espera que a UNASUL não se limite às questões comerciais e trate da "união dos povos". Mas talvez o principal desafio da UNASUL será colocar em prática suas medidas, como a integração energética, já que hoje o desafio entre quatro países – Brasil, Argentina, Bolívia e Chile – ainda não foi resolvido.

Questões bilaterais – ou trilaterais – também estão na lista de desafios da região. Disputas territoriais entre Chile e Peru, da época da Guerra do Pacífico, no século 19, estão hoje no Tribunal Internacional de Haia. A Bolívia reivindica do Chile uma saída para o mar, perdida na mesma guerra do Pacífico. Venezuela, Equador e Colômbia travam, desde março, uma disputa envolvendo as FARC (grupo guerrilheiro mais antigo do mundo, com mais de 40 anos) que ainda não teve conclusão.

Com o aqui exposto, resta clara a idéia de que uma integração sul-americana se mostra extremamente dificultosa, motivo pelo qual merece análises profundas sobre suas reais chances de concretização e eficácia.

Entende-se que as principais dificuldades a serem enfrentadas pela UNASUL, neste primeiro momento, são bastante diversas daquelas encontradas no caso da União Européia atualmente, pois à primeira ainda cabe lidar com situações básicas de indefinições jurídicas, políticas e econômicas, dentre as quais se destacam:

⁵⁹⁸ ENTENDA o que é a UNASUL. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080523_qaunasul_ed_mp.shtml>. Acesso em: 6 out. 2008.

- Heterogeneidade dos sistemas políticos dos Estados-Membros: com ênfase a países como Bolívia, Equador e Venezuela, os quais vêm demonstrando, em episódios internos diversos, verdadeiras desestabilizações à manutenção do Estado Democrático de Direito;
- Tensões fronteiriças: conforme recente episódio ocorrido entre Colômbia e Equador, no que se refere ao combate às Forças Revolucionárias da Colômbia (FARC)⁵⁹⁹;
- Conflitos comerciais: nos quais destacamos a expropriação de usinas da PETROBRAS por parte do governo boliviano no ano de 2.007⁶⁰⁰ e o recente episódio de decisão de expulsão da construtora brasileira ODEBRECHT por parte do governo do Equador⁶⁰¹.

Além dos pontos aqui elencados, é de se salientar que a UNASUL também terá como barreiras os mesmos aspectos que no momento atual afligem a União Européia, já citados em momento anterior neste trabalho. Tais aspectos são esperados, pois as disparidades de ordenamento jurídico e de estrutura econômica entre países formadores de blocos são realidades incontestáveis, por mais que estes países guardem entre si as mais incisivas afinidades.

Com o exposto acima, e tomando novamente como exemplo a UE, é natural que na busca da integração entre países de uma dada região, os Estados mais sólidos economicamente tenham que efetuar maiores sacrifícios domésticos, pois são eles que através de suas adequações funcionam como força motriz para o desenvolvimento do bloco.

As implicações de ordem econômica, através principalmente da livre circulação e pessoas, bens e serviços, levam a um impacto de enormes proporções nos mais diversos aspectos internos dos Estados-Membros, entre eles o fluxo de mão-de-obra e produtos entre os países dos blocos e suas conseqüências de cunho trabalhista, fiscal, aduaneiro, previdenciário, entre outros.

O grande objetivo comunitário é a integração econômica que apresenta inúmeras vantagens: a) “economias de escala”; b) “criação de atividades dificilmente compatíveis com a dimensão nacional”; c) “formulação mais coerente e rigorosa das políticas econômicas”; d) “transformação das estruturas econômicas e sociais”; e) “reforço da capacidade de negociação”; f) “aceleração do ritmo de desenvolvimento”; g) “atenuação dos problemas do balanço de pagamento”; h) “intensificação da concorrência”; i) “vantagens para os consumidores”. Se as vantagens são inúmeras, Mota de Campos também enumera as dificuldades: 1) “as disparidades do desenvolvimento econômico e de caráter social entre os participantes no processo de integração”; 2) “as resistências dos aparelhos nacionais às regras de disciplina coletiva”; 3) “a resistência psicológica da população”; 4) “a formação da opinião pública” (MELLO, 1996, p. 185-186).

Posto isto, pode-se afirmar que os problemas para efetivação da União das Nações Sul-Americanas oferecem duas etapas distintas, sendo a primeira referente à solução de questões básicas, como a estabilidade da democracia em alguns dos Estados-Membros; as tensões internas que existem no seio de alguns países, como a recente crise política boliviana, a qual será fruto de análise mais adiante; e os conflitos territoriais, comerciais e políticos entre algumas das nações que formam a UNASUL.

A segunda etapa guarda relação com um momento futuro do bloco, o qual somente chegará quando estiverem sacramentadas as soluções dos problemas básicos que formam o primeiro período, sendo tal segunda etapa formada por aspectos da integração propriamente dita, ou seja, a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais; a constituição de um parlamento comum; criação de moeda única entre os países; a determinação de um conselho de segurança comum contra ameaças externas e a formalização de uma Carta Magna do

⁵⁹⁹ CÚPULA da UNASUL entra em acordo unânime de apoio à Bolívia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u378310.shtml>>. Acesso em: 6 out. 2008.

⁶⁰⁰ PETROBRAS reage a decreto boliviano e lança ultimato. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070507_boliviapetrobrasmc_ac.shtml>. Acesso em: 6 out. 2008.

⁶⁰¹ CORREIA mantém expulsão da Odebrecht do Equador. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/economia/not_eco251381,0.htm>. Acesso em: 6 out. 2008.

bloco. Em resumo, a segunda etapa a ser enfrentada versará sobre a consolidação plena da integração jurídica, política, econômica e social entre os países formadores da UNASUL.

4.4 A atual crise política boliviana e o papel da UNASUL

Atualmente, a Bolívia atravessa uma crise político-institucional sem precedentes, na qual estão em jogo questões complexas, como a reivindicação, por parte do governo, de uma ampla reforma constitucional que visa o estabelecimento de uma nova Carta Magna e também as reivindicações de autonomia por parte de algumas regiões do país, as quais oferecem robusta oposição ao presidente boliviano, Evo Morales. Ambos os aspectos destacados anteriormente guardam relação entre si, porém há ainda fatores que tornam a situação mais crítica, já que a Bolívia é o país mais pobre da América do Sul e, historicamente, possui tensões internas incisivas entre as diferentes etnias que formam sua sociedade.

O que foi trazido no parágrafo anterior transforma a Bolívia em um cenário perfeito para uma completa desestabilização político, institucional e jurídica, algo que traz à tona o risco e temor de uma iminente guerra civil e conseqüente ameaça à manutenção do Estado de Direito.

Abaixo serão destacados, com base nas informações da *BBC Brasil* citada pela *Agência Estado (AE)*⁶⁰², de forma simplificada os principais pontos que delimitaram a atual crise boliviana, já que o aprofundamento sobre tais aspectos desvirtuariam o cerne deste trabalho, o qual é versar sobre a atuação da UNASUL na resolução do conflito que está ocorrendo na Bolívia.

Por que a oposição está protestando na Bolívia? A oposição na Bolívia quer que o presidente Evo Morales volte atrás em sua decisão de cortar os repasses para os departamentos do dinheiro obtido com impostos sobre gás e petróleo. O presidente diz estar usando o dinheiro para custear uma pensão para os idosos do país. Os departamentos argumentam que são responsáveis pela produção da maior parte das *commodities* que geram o imposto e, por isso, deveriam ser mais beneficiados por eles, para que possam investir na melhoria da condição de vida de suas populações. Os protestos também são contra a nova Constituição, cujo texto foi aprovado no fim do ano passado sem o apoio da oposição. O texto da Carta Magna dá mais poder aos indígenas bolivianos - que representam 60% da população do país, de acordo com o último censo - e confirma a nacionalização dos recursos naturais. Segundo o analista da BBC James Painter, a Constituição ameaça os negócios e as elites agrárias do departamento de Santa Cruz - onde vive 25% da população boliviana. As propostas para limitar as posses de terra e promover a reforma agrária provocaram fortes reações dos latifundiários locais. Para que entre em vigor, o texto ainda precisa ser aprovado em um referendo, que foi convocado por Evo Morales para dezembro.

Onde os protestos estão acontecendo? Os departamentos bolivianos de Tarija, Santa Cruz, Beni, Pando e Chuquisaca (que juntos formam a região conhecida como "Meia Lua") pleiteiam maior autonomia e têm sido palco há meses de protestos contra Morales. Eles ficam no leste da Bolívia e são os departamentos mais ricos do país, graças principalmente à produção de gás e soja. O departamento de Tarija, por exemplo, possui mais de 80% das reservas de gás bolivianas. O oeste da Bolívia, onde vive a maior parte da população indígena, é a região em que o presidente conta com mais apoio.

Quais são as implicações políticas dos protestos para Evo Morales? O presidente saiu vitorioso em um referendo revogatório realizado em agosto de 2008, sendo reconduzido ao cargo pelo voto popular. A votação mostrou a força política de Morales e deu fôlego para o presidente seguir em frente com as reformas que julga necessárias para beneficiar os mais pobres na Bolívia. Mas o mesmo referendo reconfirmou no poder governadores dos departamentos dominados pela oposição. A Bolívia tem um longo histórico de governos instáveis e organizações civis fortes que pressionam o Estado para que atenda suas exigências, e não está claro se Morales conseguirá resistir a essa pressão. "Na Bolívia, estamos acostumados com os precipícios, mas dizem que sempre voltamos para trás quando chegamos à beira",

⁶⁰² ENTENDA os protestos da oposição na Bolívia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/internacional/not_int239526,0.htm>. Acesso em: 6 out. 2008.

disse Rosanna Barragan, historiadora e diretora do Arquivo de La Paz. Para ela, a situação atual representa uma das piores crises internas já vividas pelo país.

Com o início das tensões e conflitos na Bolívia, a UNASUL convocou uma cúpula extraordinária para debater a situação e definir seu plano de atuação na busca de consolidar uma solução para a crise. O encontro ocorreu na capital chilena (Santiago) em setembro de 2.008.

A posição unânime do bloco foi a de respaldar o governo do presidente Evo Morales, o qual estava presente à cúpula, uma vez que este chegou ao poder pelas vias democráticas, tendo sido eleito pela maioria da população boliviana. Foram rechaçadas qualquer tentativa de golpe civil que vise à desestabilização institucional da Bolívia e possível pretensão que atente contra a unidade territorial do país. Também ficou estabelecida a criação de uma comissão do bloco para acompanhar o processo de negociação entre o governo boliviano e a oposição das regiões autonomistas para por fim à crise e também o envio de uma missão da UNASUL para acompanhar o ataque a camponeses pró-governistas no departamento de Pando, o qual deixou dezoito (18) mortos⁶⁰³.

Nos últimos dias, foi feita negociação entre o governo boliviano e a oposição, visando um acordo para colocar fim ao clima de tensão que domina o país. Os debates foram acompanhados por observadores da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Organização dos Estados Americanos (OEA) e da União Européia (UE). Todavia, a oposição acabou por refutar as ofertas do governo boliviano e o esperado acordo foi frustrado⁶⁰⁴, deixando assim um clima de plena incerteza quanto ao desfecho da situação.

Isto posto, pode-se tecer alguns comentários sobre a atuação da UNASUL no caso boliviano. Inicialmente, deve-se esclarecer que o bloco não dispõe ainda de estrutura organizada e delimitada para lidar de forma mais contumaz com uma situação de tal molde, pois conforme trazido anteriormente, a União das Nações Sul-Americanas teve seu tratado de criação formalizado apenas há alguns meses e seus alicerces estão ainda sendo formados e amadurecidos.

Independentemente da recém-formação da UNASUL, insta destacar como bastante positiva a iniciativa dos líderes dos Estados-Membros em convocar uma cúpula para discutir o assunto boliviano e trazer a questão para dentro do bloco, demonstrando assim compromisso entre os países para colocar em pauta as soluções dos problemas que assolam as nações do continente sul-americano. Também se considera como positivo o envio de observadores do bloco para acompanhamento das negociações entre o governo boliviano e a oposição e o encaminhamento de uma missão para análise de ataques que acabaram com a morte de camponeses pró-governistas em um dos departamentos autonomistas da Bolívia.

Com base na atuação da UNASUL no caso em tela, algumas lições podem ser tiradas, uma delas é a de que o bloco deve receber tratamento especial por parte dos líderes dos Estados-Membros, buscando assim um constante desenvolvimento de suas atribuições e mecanismos, objetivando-se assim a verdadeira efetividade da integração.

Outro ponto é o de que no caso boliviano, a atuação da UNASUL pode ser vista mais como um caráter simbólico, já que devido ao seu *status* atual, o bloco ainda não goza de legitimidade e prerrogativas sólidas para lidar de forma efetiva e contumaz junto a um episódio de proporções significativas, como é o caso aqui exposto sobre a Bolívia.

Em resumo, entende-se que a atuação da UNASUL na atual crise política boliviana foi benéfica, uma vez que o bloco mostrou comprometimento em debater e tomar as medidas que lhe eram cabíveis em relação aos problemas domésticos de um de seus Estados-Membros, ou seja, a União das Nações Sul-Americanas agiu dentro de suas possibilidades atuais. Todavia é bastante salutar destacar que o que se espera da UNASUL em possíveis episódios futuros,

⁶⁰³ CÚPULA da UNASUL entra em acordo unânime de apoio à Bolívia. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u445266.shtml>>. Acesso em: 6 out. 2008.

⁶⁰⁴ OPOSITORES recusam nova oferta de Evo para acordo na Bolívia. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/internacional/not_int254594,0.htm>. Acesso em: 6 out. 2008.

desta ou de outra natureza, é uma atuação eficaz, agindo como protagonista da resolução dos conflitos, já que o que se intenta é que o bloco passe a ser o detentor de uma ordem supranacional, porém tal objetivo somente será alcançado se os líderes dos Estados-Membros mostrarem determinação e vontade política em efetivar a integração regional entre as nações sul-americanas, pois caso fiquem inertes, a UNASUL será apenas uma idéia vazia.

5 CONCLUSÃO

A União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) foi concebida com base na idéia da integração entre países que fazem parte da América do Sul, visando assim a formação de um bloco integrado jurídico, político e economicamente. Ressalta-se que se tem na União Européia (UE) um exemplo sobre o fenômeno da integração, sendo assim bastante pertinente a análise da situação atual do bloco europeu.

A UNASUL está dando seus passos iniciais, porém já é sabido que os problemas e dificuldades a serem enfrentados pelo bloco serão dos mais variados e de alto grau de complexidade, pois a América do Sul é um continente com histórico rico em conflitos e tensões locais, tanto no aspecto interno de suas sociedades, quanto nas relações entre as próprias nações. Assim, o bloco sul-americano terá inicialmente que lidar com fatores básicos, estando entre eles, principalmente, a fragilidade dos pilares democráticos de alguns países, as tensões fronteiriças e os conflitos comerciais.

Em um segundo estágio, as grandes barreiras a serem enfrentadas pela UNASUL serão de ordem prática, ou seja, do fenômeno da integração propriamente dito, uma vez que a efetivação dos fundamentos integracionistas é por demais complexa, já que lida com uma relativização do conceito de soberania nacional e há a presença de impactos consideráveis nas estruturas dos países líderes da região, os quais detêm alicerces jurídicos, políticos e econômicos mais sólidos e acabam por ter de fazer fortes adequações em suas estruturas internas para absorver a efetividade do bloco e lidar com a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais entre os Estados-Membros, o que acaba tendo conseqüências contumazes de ordem trabalhista, fiscal, aduaneira e previdenciária.

A atual crise política boliviana se mostrou como o primeiro grande desafio da UNASUL, já que se instalou neste Estado-Membro um verdadeiro clima e tensão e conflito entre o governo e a oposição, havendo inclusive o temor de uma guerra civil. Basicamente, está em jogo na Bolívia seu futuro como um Estado de Direito, pois a crise se dá em torno da posição do governo em editar uma nova Carta Magna, à qual a oposição é taxativamente contrária, e das pretensões autonomistas de algumas regiões do país, situação que é entendida pelo governo como movimentos separatistas.

A UNASUL, devido à sua recém-formação, não detém os mecanismos efetivos para atuar na crise boliviana como um protagonista, porém, dentro de sua realidade atual, o bloco tomou iniciativas positivas do ponto de vista prático ao convocar imediatamente uma cúpula extraordinária para debater a questão boliviana e assim colocar o problema dentro de sua pauta. De tal medida, resultou o envio de observadores do bloco para acompanhamento das negociações entre o governo da Bolívia e a oposição, as quais visam o fim dos conflitos e da crise.

Por fim, analisa-se que neste período inicial, os líderes dos Estados-Membros da UNASUL mostram disposição em dar força ao desenvolvimento do bloco, porém é importante que haja um verdadeiro compromisso por parte de tais líderes em efetuar as medidas necessárias para a consolidação da integração, devendo ser repelida qualquer inércia que possa vir a estagnar a evolução integracionista, já que o que se espera da UNASUL é que esta venha a se tornar um ente supranacional, o qual terá papel determinante no desenvolvimento da América do Sul.

REFERÊNCIAS

CORREIA mantém expulsão da Odebrecht do Equador. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/economia/not_eco251381,0.htm>. Acesso em: 6 out. 2008.

CRESCE tensão entre Colômbia, Equador e Venezuela; OEA discute crise. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u378310.shtml>>. Acesso em: 6 out. 2008.

CÚPULA da UNASUL entra em acordo unânime de apoio à Bolívia. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u445266.shtml>>. Acesso em: 6 out. 2008.

ENTENDA o que é a UNASUL. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/05/080523_qaunasul_ed_mp.shtml
>. Acesso em: 6 out. 2008.

ENTENDA os protestos da oposição na Bolívia. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/internacional/not_int239526,0.htm>. Acesso em: 6 out. 2008.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direito internacional da integração**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.

O BLOCO da desunião européia. Disponível em:
<http://veja.abril.com.br/080605/p_048.html>. Acesso em: 6 out. 2008.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais – estudos de introdução**. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

OPOSITORES recusam nova oferta de Evo para acordo na Bolívia. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/internacional/not_int254594,0.htm>. Acesso em: 6 out. 2008.

PETROBRAS reage a decreto boliviano e lança ultimato. Disponível em:
<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/05/070507_boliviapetrobrasmc_ac.shtml>. Acesso em: 6 out. 2008.

UM BLOCO à deriva. Disponível em:
<http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20080617/not_imp190889,0.php>. Acesso em: 6 out. 2008.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Paulo Henrique por toda a ajuda e suporte à concretização deste trabalho. Deixo também minha gratidão ao Professor Antônio Torquillo, pelos constantes ensinamentos e pela amizade.

Meus agradecimentos mais do que sinceros à minha estimada esposa, Teresa, pela compreensão e apoio aos meus projetos e ao nosso querido filho, Enzo, o qual tem sido meu maior professor, já que diariamente me ensina a ter uma maior motivação pela vida.

AD 31: CRIMINALIDADE FEMININA: IMPASSES ENTRE O GÊNERO E A CONDIÇÃO DE CLASSE

Sandra Helena Lima Moreira⁶⁰⁵

RESUMO

O Estudo aborda a temática da criminalidade feminina no aspecto teórico, relacionando com a realidade criminógena do Estado do Ceará e a atuação da mulher no contexto atual. Realiza abordagem crítica da teoria tradicional positivista, de caráter antropocêntrico, segundo a qual os crimes femininos são restritos em razão da condição de hipossuficiência e incapacidade intelectual e física da mulher para realizar ações delituógenas compatíveis com as empreendidas pelo sexo oposto. Analisa as preocupações do movimento feminista nos últimos 40 anos relativos à problemática e indica os equívocos de determinados segmentos desse Movimento que profetizaram o aumento quantitativo e qualitativo da criminalidade feminina, em razão de sua inserção social e modificação do seu *status* no seio da própria família. Utiliza metodologia de pesquisa bibliográfica, e dados secundários obtidos na grande mídia jornalística televisiva e impressa, através de entrevistas concedidas por autoridades judiciárias do Estado do Ceará. Analisa que o propalado aumento dos delitos femininos ocorreu somente no aspecto qualitativo, permanecendo o quantitativo histórico mediano de 4% das ocorrências, contra 96% de delitos de autoria masculina. Pondera que a mudança qualitativa na criminalidade feminina ocorre paralelamente à mudança quantitativa e qualitativa da criminalidade masculina, em razão das transformações sócio-econômicas pelas quais passaram a sociedade capitalista brasileira, que agudizou sobremaneira a desigualdade social e interferiu de modo inédito na violência urbana do País. Conclui que a criminalidade feminina ainda não pode se desprender completamente das especificidades de gênero (os dados empíricos não permitem fazer isso), no entanto, rechaça a teoria criminológica tradicional que atribui tal característica à inferioridade ou incapacidade da mulher. Os dados dos registros policiais atuais do Estado do Ceará, revelam que as mulheres atuam como coadjuvantes nos crimes de maior poder ofensivo, no entanto ainda ocupam os lugares menos arriscados da ação, bem como não estão na linha de frente nos confrontos com a polícia nem no “arrebato das vítimas”. Assim, a mudança qualitativa nos delitos femininos relaciona-se, por enquanto, muito mais à condição de classe social, haja vista as maiores responsabilidades que assumiu na liderança da família inclusive no seu sustento, do que uma índole equipara ao masculino para a prática de crimes de maior poder ofensivo.

Palavras-chave: Criminalidade Feminina. Gênero. Classe Social.

1 INTRODUÇÃO

A Criminalidade Feminina é tema ainda pouco abordado pela Criminologia. A quase “indiferença” a este segmento delinquencial é justificada em razão da desproporcionalidade a menos no número de ocorrências em relação às do sexo masculino, bem como pelas tipificações criminais de reduzido poder ofensivo.

No entanto, o “desprestígio” do tema não impediu que uma complexa tecitura conceitual em seu entorno tenha se formado, justificando um olhar mais atento a esta problemática na atualidade, pela elevação – ainda que discreta - da proporcionalidade em relação aos delitos masculinos e, especialmente, à mudança qualitativa do tipo penal praticado.

Este artigo tem como objetivo geral ampliar a discussão teórica acerca da criminalidade feminina e problematizar as mudanças no perfil criminológico da mulher, a fim de contribuir

⁶⁰⁵ Mestre em Sociologia, Doutora em Educação. Professora de Introdução às Ciências Sociais e de Criminologia do Curso de Direito da Faculdade Christus.

para elucidação de polêmicas geradas, não raro, tendo como base o senso comum. Os objetivos específicos se delineiam em analisar os conceitos, estereótipos, fatos, mitos, impasses e perspectivas que envolvem a temática “criminalidade feminina”, relacionando a realidade delituosa da mulher no Estado do Ceará.

Para tal, utiliza metodologia de pesquisa teórica doutrinária e jurisprudencial bibliográfica e, secundária, cujos dados locais foram obtidos através de informações prestadas pelo Delegado de Polícia Jaime de Paula Pessoa, divulgados na mídia televisiva e impressa local, além de outros, colhidos de registros oficiais.

O eixo central da problematização se apóia em referencial teórico da Ciência Criminológica e da Sociologia indicados ao longo do trabalho, utilizando conceitos essenciais para a compreensão do problema como: “teoria antropocêntrica”, “teoria da liberação” “teoria do poder/controlar” gênero, classe social, feminismo, machismo e hipossuficiência, dentre outros, que favoreceram a crítica da teoria criminológica tradicional. Esta, constituída pela noção preconcebida de alguns doutrinadores de que a mulher delinqüente é favorecida nos órgãos de administração da justiça penal, em virtude de estereótipos que a colocam em condição de inferioridade em relação ao homem – hiposuficiente-, sendo por isso tratada com compaixão. Ao lado dessa condição, as estatísticas elevadas e em permanente ascensão da violência contra a mulher, bem como da violência doméstica – na qual a vitimização feminina lidera as ocorrências -, corroboram na construção do imaginário social de que as mulheres autoras de crimes ou contravenções são, à priori, “vítimas” perenes anteriores ao delito praticado.

O movimento feminista desencadeado a partir da década de 60 questionou certos posicionamentos desse “direito penal sexista”, criando um impasse entre defender a igualdade de capacidade da mulher em relação ao homem e, ao mesmo tempo, favorecer inúmeras situações de machismo nas quais aquelas necessitam de atenção estatal diferenciada.

Após quatro décadas de “revolução feminina”, o cenário de participação e atuação da mulher se transformou em todos os sentidos indo desde a inserção no mercado de trabalho, à “maternidade compartilhada” – que influenciou significativamente a paternidade e a vida familiar -, às formas de atitudes transgressoras das normas de sociabilidade. Delinear a caminhada teórica e factual da criminalidade feminina, a reação social, formas de controle e tratamento recebido dos órgãos de administração da justiça, foi o que se pretendeu – sem aprofundamento pelos limites de espaço – realizar neste estudo.

O trabalho se justifica pela escassez de abordagens e produções voltadas para a Criminalidade Feminina tanto na Criminologia quanto no Direito Penal, em razão do reduzido índice de ocorrências se comparadas às masculinas. No entanto, ante a inserção da mulher na vida social, é necessário que se aprofunde essa temática a fim de evitar a criação de novos estereótipos, bem como da adoção de medidas contencionadoras dessa criminalidade.

2 PERFIL CRIMINOLÓGICO TRADICIONAL E O ESTEREÓTIPO DA “HIPOSSUFICIÊNCIA”

O perfil criminológico da mulher sempre foi diferenciado do homem. A Criminologia tradicional explica essa dualidade erigindo dois eixos fundamentais de explicação: o primeiro, rigorosamente subordinado a uma concepção etiológica biológica, vê a mulher como ser inferior em relação ao homem. A subordinação secular daquela em relação a este não seria social, mas decorrente de sua “real” inferioridade física e intelectual enquanto elemento produtivo, menos inteligente, frágil e de sensibilidade incompatível para as situações de risco, perigo, defesa da comunidade e da espécie, consubstanciando a condição de hiposuficiente.

Foi a Criminologia da Escola Positivista e seu expoente máximo Césare Lombroso que tornou esses preconceitos “verdades científicas”, das quais o trecho a seguir é representativo:

É preciso lembrar que não vai longe assim o período no qual o direito penal protestando por uma visão cientificista, com a obra de Lombroso *La Donna Delinquente* e ainda no *L'uomo Delinquente*, entre tantas outras, de que a mulher

atingia um grau menor na evolução da espécie humana, sendo não só física mas também mentalmente, com limitação na capacidade de amar e de ser amada, demonstrando crueldade em suas ações em face do exercício da maternidade, chegando ao cúmulo de afirmar, no capítulo III de *La Donna*, que a prostituição é para a mulher o que é o delito para o homem.⁶⁰⁶

A teoria criminológica positivista procurou legitimar esses pressupostos recorrendo a dados empíricos da ação criminosa feminina, considerando seu “*modus operandi*” preso a métodos recorrentes e limitados como envenenamento, armadilhas, indução do companheiro na ação delituosa (por falta de coragem e incapacidade física), pequenos furtos, e congêneres.

Paralelo a tal perfil erigiu outro, de índole, que, entretanto conservou muitas credences medievais e atribuiu como características femininas a inveja, falsidade, ardisidade, dissimulação e sedução, artifícios utilizados em compensação à sua “inferioridade”, exemplificados com a clássica “perdição” do homem no Paraíso bíblico causado por Eva, e a prostituição, considerado o comportamento amoral mais antigo atribuído à mulher.

Anteriormente, recursos demoníacos igualmente já haviam sido creditados ao feminino, tendo sido a acusação da atividade de bruxaria responsável pela historicamente conhecida “caça as bruxas” no medievo, cujos tribunais da inquisição executaram milhares, na fogueira ou forca.

Essas concepções contribuíram para o delineamento do que se denominou, por séculos, de “crimes próprios” da mulher. Ainda hoje o Código Penal Brasileiro tipifica os crimes de infanticídio e aborto em razão de estarem diretamente relacionados às condições biológicas.

Encontram-se ainda na doutrina explicações que referendam esse modo de pensar: “Quanto aos fatores biológicos, a força física inferior da mulher deve influir nas diversas formas de sua criminalidade. Também têm influência criminogênica anormalidades psíquicas relacionadas com as funções sexuais da mulher.”⁶⁰⁷

No mesmo sentido se situa o seguinte “diagnóstico” de Farias Júnior:

[...] Hoje, ela está praticamente livre das amarras desse patriarcalismo, mas ela jamais se libertará de seus instintos femininos que a inibem. Para certas atividades, a sua capacidade é limitada. Ela é tímida diante de certos vãos que exigem arrojo e grande perspicácia. Por isso, ela se adapta mais aos campos do magistério, da pedagogia, da psicologia, das línguas, das belas-artes, da decoração, da assistência social, das atividades de escritório etc., enquanto os homens se sobressaem nos campos de engenharia, nas construções dos grandes edifícios e obras de grande vulto, na informática, nos campos econômico-financeiros, nas ciências exatas, na medicina, na advocacia, como escritores de obras técnicas e jurídicas de grande alcance, nas grandes descobertas etc. Mesmo como empresária, a mulher fica na superfície das pequenas e médias empresas porque ela é limitada na sua capacidade técnica, financeira, de planejamento e de gerenciamento.⁶⁰⁸

Entretanto, hoje em dia se amplia o lastro de doutrinadores que se referem à condição de hipossuficiente da mulher, mas, se restringem ao aspecto físico, especialmente quanto à compleição muscular. Na doutrina é apontada como um dos principais fatores das ocorrências

de violência doméstica contra o sexo feminino, como pode se vê no exemplo abaixo:

O maior endurecimento da “Lei Maria da Penha” veio para dar efetividade ao princípio constitucional da isonomia, na medida em que trata de forma desigual os desiguais. A realidade da mulher há tempos está marcada pela violência que vem sofrendo e se submetendo, isso em razão de sua estrutura física e fragilidade em relação ao sexo masculino. [...] A estatística é alarmante, demonstrando claramente a

⁶⁰⁶ LIMA, Paulo Marco Ferreira. A mulher delinvente – algumas perguntas e algumas conclusões. In: REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína. **Mulher e Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 318.

⁶⁰⁷ HURWITZ, S. apud ALBERGARIA, Jason. **Noções de Criminologia**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999, p. 208.

⁶⁰⁸ FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2004, p. 207.

hipossuficiência da mulher em relação ao homem, sendo esse o cenário que justificou a elaboração da Lei nº. 11.340/06, visando exatamente coibir os abusos e equilibrar a relação.⁶⁰⁹

Ao lado dos estereótipos biológicos que testemunharam a “hipossuficiência” física, psicológica e intelectual, a mulher foi subordinada ao machismo em praticamente todas as civilizações, resultando em prejuízos para ambos os sexos.

3 DO MOVIMENTO FEMINISTA À LEI MARIA DA PENHA: MUDANÇA QUALITATIVA NA CRIMINALIDADE DO EX “SEXO FRÁGIL”

Muito apropriadamente o movimento feminista desencadeado após a década de 60, incluiu em sua agenda reivindicativa além das questões de ordem emancipatória e de ampliação de direitos, a contestação e conseqüente superação dessa “condição feminina” que relacionava sua atuação social (incluindo as transgressões) exclusivamente ao sexo. Advogou que a exclusão milenar da mulher da vida social era a causa essencial de seu afastamento da delinqüência generalizada, sendo previsível que a inserção no mercado de trabalho, na política e nos espaços decisórios conquistados pela concorrência e nas lideranças com poder efetivo, conduziria o sexo feminino à equiparação com o sexo masculino quantitativa e qualitativamente nas ações criminosas.

Essas hipóteses ganharam reforço na Criminologia através da “teoria da liberação”,⁶¹⁰ que endossou os argumentos do feminismo, se contrapondo à “teoria antropocêntrica” de supremacia biológica masculina.

Cabe destacar que o movimento feminista em algumas de suas manifestações, extremamente obstinado em demarcar um lugar social mais valorizado para a mulher, incorreu em equívocos que transferiram para outro extremo a construção de novos estereótipos. Tratou de banir do cenário social e das relações homem x mulher, qualquer manifestação que reafirmasse a condição feminina como forma intransigente de negar a submissão. São exemplos a famosa queima de sutiãs,⁶¹¹ o uso de roupas assemelhadas as dos homens, repúdio a algumas formas de cavalheirismos como abrir porta de automóvel, pagar contas em restaurantes, presentear mulheres com flores, além da crítica irrestrita aos concursos de misses, “sapatos altos, cílios postiços, sprays de laquê, maquiagens, revistas femininas específicas de moda, beleza e assuntos de casa e cozinha, cintas e outros ‘instrumentos de tortura’” e, adoção mesmo, de comportamentos masculinizados⁶¹², como se negando os traços femininos, deslegitimasse a desigualdade.

Foi o que os críticos da emancipação da mulher precisavam para erigir novos estereótipos que denegriam a imagem feminina, tais como relacionarem as ativistas ao homossexualismo - à época ainda extremamente envolto em preconceito depreciativo -, à infelicidade (ativistas seriam revoltadas porque não tinham parceiros homens, o complexo de mal amadas), por não ser ou não poderem ser mães, ironizadas como feias, destituídas dos “dotes” femininos próprios, dentre outros.

O amadurecimento do movimento feminista redundou no equilíbrio das reivindicações, sem prejuízo da admissão da condição feminina realmente diferenciada da condição

⁶⁰⁹ MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Conflito Negativo de Jurisdição 1.0000.07.450201-4/000, Relator: Pedro Vergara, julgado em 1 abr. 2008, publicado em 12 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.tjmg.gov.br/juridico/jt>>. Acesso em: 8 out. 2008.

⁶¹⁰ MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Introdução à Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 290.

⁶¹¹ CAVALCANTE, Edi. **A Queima de Sutiãs – a fogueira que não aconteceu**. Disponível em: <<http://anos60.wordpress.com/a-queima-dos-sutiãs-a-fogueira-que-não-acontece>>. Acesso em: 30 set. 2008.

⁶¹² Data desta época a inclusão feminina em larga escala no tabagismo e no consumo de bebidas alcoólicas.

masculina sem, no entanto, nenhum reconhecimento de hierarquia na capacidade intelectual e reafirmando a igualdade de direitos inerentes a condição de seres humanos com dignidade reconhecida e que se devem respeito mútuo.

Entretanto ao lado do processo de emancipação feminina, a herança machista calcada na maior robustez da musculatura e nos estereótipos anteriores ainda muito presentes, da mulher compreendida como “ser inferior” cuja maior missão é servir ao homem, não revogou totalmente seus princípios e, o pior, seus ataques. Paralelamente ao alargamento expressivo, no mundo ocidental, da participação feminina em muitos setores sociais, e a mudança efetiva de sua condição no âmbito familiar, veio à superfície (através da ampliação dos espaços de denúncia então constituídos pelas feministas, da mídia que passou a ser mais enfática e dos movimentos sociais e humanitários), o drama vivido por milhares de mulheres. Desde as mais diversas formas de violência física, sexual, moral e psicológica, à reação machista à emancipação, se tornaram mais publicizadas.

A emergência de novos direitos protetores da mulher é percebida por muitos (especialmente homens) como contradição, em razão da proclamada igualdade entre os sexos.

No entanto foi e ainda é necessário o estabelecimento de mediações para a completa inserção feminina na vida social, das quais o Direito é apenas uma delas, ainda que de relevância inquestionável.

O fato é que após mais de 40 anos da emergência dos movimentos feministas, não se pode arriscar a “bater o martelo” e afirmar que o ciclo de emancipação foi concluído. Na realidade a construção de novas tutelas legais, vem ao encontro de demandas ainda fortemente presentes na sociedade em razão do machismo sequelador.

Assim, no Brasil, o foro privilegiado, a “vista grossa” que o Estado direciona às alarmantes estimativas dos crimes de aborto, o atenuante do infanticídio em função do “estado puerperal”, a implantação de delegacias especializadas de defesa da mulher, o “rigor” na execução das prisões motivadas por descumprimento dos pagamentos das pensões alimentícias, a supremacia na titularidade da mulher na documentação de casas populares, dentre outros, são direitos criticados por muitos e acolhidos por alguns doutrinadores. Até nos tribunais há queixas de que o tratamento direcionado à mulher é complacente, tese defendida pelos teóricos do Movimento anti-terror do Direito Sexista, denominanda de “teoria do cavalheirismo”.⁶¹³

Em que pese os questionamentos masculinos quanto aos direitos especiais das mulheres, em 2006 a Lei Maria da Penha veio reforçar sua proteção, em razão dos dados inaceitáveis de violência doméstica. De acordo com a Delegacia Especializada da Mulher de Fortaleza – DEM,

[...] em 2007, foram registrados 10.648 Boletins de Ocorrência; remetidos ao Fórum 916 Inquéritos; encaminhadas 2.550 Medidas Protetivas, sendo que destas, 1.539 foram repostadas pelo Poder Judiciário; foram dados 313 flagrantes e 44 agressores foram presos. A ameaça e a lesão corporal são as infrações mais recorrentes na Delegacia Especializada da Mulher.⁶¹⁴

No meio da polêmica emerge o fenômeno da criminalidade feminina, sendo indicada pelos críticos do “protecionismo”, como evidência da igualdade entre os sexos, uma vez que a mulher “está inserida” de forma paritária em todos os espaços sociais públicos e tendo

⁶¹³ MAHMOUD, Mohamad Ale Hasan. O Feminismo como Contributo para o Terror Penal. In: REALE JUNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína (Coord.). **Mulher e Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007, p. 16; MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Introdução à Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007, p. 296.

⁶¹⁴ MARQUES, Raquel. **Violência contra a Mulher no Bairro do Bom Jardim**. Fortaleza. Pronunciamento da Deputada Rachel Marques, do Partido dos Trabalhadores, proferido em 06 de março de 2008, na audiência pública que tratou da Violência Contra a Mulher, no bairro Bom Jardim. Disponível em: <<http://www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=395>>. Acesso em 5 out. 2008.

modificado o status do privado, estaria praticando os mesmos delitos que tradicionalmente eram caracterizados como próprios do sexo masculino.

Não raro a grande mídia se encarrega de propagar o fenômeno, a exemplo da manchete do Jornal “Diário do Nordeste”, que anunciou: “Mulheres na ‘linha de frente’”. Ao lado da “chamada”, exibiu galeria de 3 fotos de seqüestradoras foragidas da justiça⁶¹⁵, além dos recorrentes casos noticiados no cotidiano das páginas policiais.

No entanto, a análise cuidadosa dos dados apresentados não revela exatamente isso. As declarações das autoridades de segurança pública que subsidiam este estudo referente à realidade do Estado do Ceará, oferecem outras possibilidades de interpretação. É o que trata o próximo segmento.

4 CRIMINALIDADE FEMININA: QUESTÃO DE GÊNERO OU DE CLASSE SOCIAL?

As estatísticas da criminalidade feminina no Estado do Ceará, não se apresentam díspares em relação aos outros Estados brasileiros. É verdade que houve mudança de ordem qualitativa na ação delituógena da mulher, haja vista a inserção de crimes inéditos em relação às décadas anteriores a 1960.

O depoimento do Titular da Delegacia Anti Seqüestro, Dr. Jaime de Paula Pessoa, prestado ao “Diário de Nordeste”, confirma a informação e acrescenta outras curiosidades relativas à atuação feminina no mundo do crime.

A mulher sabe aproveitar muito melhor as possibilidades “inesgotáveis” de artifícios para dissimular a polícia, fazendo uso recorrente de perucas (de cores, cortes e tamanhos variados), lentes de contato, roupas e acessórios contrastantes com sua vestimenta usual. É o caso da mulher que, o lado de outros delinqüentes, encabeça a lista dos mais procurados pela polícia. Seu perfil é assim descrito pela autoridade de segurança pública:

Maria [nome fictício] de 31 anos, já foi loira, morena, teve cabelos curtos e ondulados, usou lentes de contato coloridas. Mas a última imagem que a Polícia do Ceará tem dela é assim: morena, cabelos pretos, lisos e longos e lentes de contato azuis. [...] Ela é acusada em participação ativa em, pelo menos, dois seqüestros. Sua casa, inclusive, foi utilizada como cativoiro.⁶¹⁶

“Maria” já acumula duas prisões preventivas por envolvimento em seqüestros no ano de 2006.

Apesar de o Delegado da DAS afirmar que as mulheres agora atuam também na “linha de frente”, a descrição mais minuciosa das atribuições femininas demonstra que, se estão inquestionavelmente mais ousadas, não realizam as ações que exigem mais destemor, nem estão na “linha de frente” nas iniciativas mais violentas. Ele esclarece que,

Nos arrebatamentos das vítimas, por exemplo, nunca detectamos a presença de uma mulher. Nos confrontos com a polícia, também não. Até agora, elas têm estado de fora nestes momentos mais agressivos da prática criminosa. [...] Elas passam a participar durante e depois do crime. A companheira de um seqüestrador preso pelo último caso ocorrido aqui no Ceará, cedeu uma conta para que o dinheiro do resgate fosse depositado. Nessa conta descobrimos que havia a quantia de R\$ 24 mil.⁶¹⁷

As atividades mais violentas, portanto, ainda são empreendidas por homens, ficando a mulher predominantemente no apoio (esconde arma na bolsa, se faz de vítima de furto ou roubo para desviar atenção do foco real do crime), na logística (ajuda a planejar, cede local para cativoiro de seqüestro – próprio ou alugado -, atua como “laranja” em contas bancárias,

⁶¹⁵ LOBO, Nathália. Mulheres na “linha de frente”. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 15 set. 2008. Caderno Polícia, p. 16.

⁶¹⁶ LOBO, Nathália. Mulheres na “linha de frente”. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 15 set. 2008. Caderno Polícia, p. 16.

⁶¹⁷ LOBO, Nathália. Mulheres na “linha de frente”. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 15 set. 2008. Caderno Polícia, p. 16.

transporta mercadorias), no assessoramento (colhe informações do local e/ou da futura vítima, simula amizade com alguém próximo ao objeto ou vítima do delito), especialmente na tarefa de despistar a polícia (“passa mal”, tenta usar de sedução, pede informação).

Outra característica que marca a participação feminina, é a vinculação afetiva e consanguínea com os delinquentes líderes das ações. São esposas, companheiras, irmãs e cunhadas, como registra o Delegado entrevistado:

Observamos que muitas mulheres acabam se envolvendo por conta dos companheiros, como forma de dar apoio. Uma vez com conhecimento do crime que está ocorrendo, passam a ajudar na condução de armas, troca de informações, e gerenciando os negócios do companheiro quando ele acaba sendo preso. Também já houve um caso em que uma delas foi indiciada por receptação, porque sabia que o dinheiro que estava usando era de origem criminosa, oriundo de um resgate pago pela família de um refém.⁶¹⁸

Registra-se uma condição contraditória em relação a muitas mulheres cujos companheiros se encontram cumprindo pena de reclusão. Elas são do ponto de vista dos “negócios”, as pessoas em quem mais confiam e, como se encontram impossibilitados de agir para conseguir dinheiro, as induzem e até as coagem a adentrarem no mundo do crime.

Observa-se nessas situações a inversão do fenômeno tradicionalmente atribuído à mulher, de instigar e estimular o homem a cometer crimes em seu lugar. Caiu “por terra” o aspecto da falta de coragem que a mulher teria para cometer crimes, haja vista que esse é fato corriqueiro, ou seja, o homem utiliza a mulher em diversas modalidades de crimes.

Em sentido contrário ocorre quanto à fidelidade ao relacionamento. Encontrando-se presos, a desconfiança na traição afetiva das mulheres aumenta demasiadamente, levando à contratação de pessoas que residem próximas às casas das suas companheiras, para vigilância permanente. Tornam-se relativamente também prisioneiras, porque sabem que são constantemente vigiadas, sendo-lhes vedado o direito de participar de qualquer forma de lazer, sair com frequência ou trabalhar. São constantemente ameaçadas pelos companheiros durante as visitas, sendo-lhes impostas a obrigatoriedade da assiduidade nesses dias, submetendo-as, portanto, à rotina constrangedora da inspeção no presídio.⁶¹⁹

A pesquisa colheu também informações secundárias relativas aos fatores sócio-econômicos que levam as mulheres à criminalidade. De modo geral não difere muito das motivações masculinas, mas, o abandono do companheiro, o desemprego ou a dificuldade em manter um devido a não ter quem cuide dos filhos, os baixos rendimentos com o trabalho como autônoma (faxineira, doméstica, lavadeiras de roupas, etc.), a necessidade de alimentar os filhos e a miséria em todos os aspectos da vida material, corrobora para a criminalidade feminina. Fatores como desestrutura familiar (quando solteiras), uso de drogas, histórico de uma adolescência nas ruas, espancamentos e outros maus tratos decorrentes da atividade de prostituição e alcoolismo, figuram também como elementos que contribuem para o desvio da conduta legal da mulher.⁶²⁰

Ante tal realidade, uma questão fundamental permanece indefinida. Afinal, a criminalidade feminina é ainda marcada pela condição do sexo?

A análise das estatísticas diz que sim, no entanto, a explicação do paradigma da teoria criminológica se distanciou da concepção “antropocêntrica”, prevalecendo agora a teoria do “poder/controlar”. Esta reconhece as teses do feminismo quanto a igualdade entre os sexos, mas, rechaça que o modelo social anterior esteja totalmente ultrapassado em decorrência da forte presença ainda nos lares, no campo profissional, nas religiões e nas relações em geral, do modelo de família patriarcal. Permanecem, portanto, em nível significativo, a educação, os papéis sociais, o maior controle do comportamento feminino comparado ao masculino, os valores e as obrigações que inibem, por conseguinte, as iniciativas de crimes. Aponta

⁶¹⁸ LOBO, Nathália. Mulheres na “linha de frente”. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 15 set. 2008. Caderno Polícia, p. 16.

⁶¹⁹ LOBO, Nathália. Amor Bandido. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 22 jul. 2008.

⁶²⁰ LOBO, Nathália. Amor Bandido. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 22 jul. 2008.

empiricamente tal realidade com os ainda mais baixos salários das mulheres para desempenho das mesmas funções, a dupla jornada de trabalho (profissional e domiciliar) e o resgate de símbolos tipicamente femininos, agora mais valorizados ainda e apropriados pela indústria: uso intenso e ampliado de cosméticos, implantes de silicone (seios e glúteos), volta do romantismo, e outros, recolocados pela maior conscientização do “politicamente saudável”: aleitamento materno, parto normal, roupas sensuais. Destaca também que permaneceu praticamente inalterada a dualidade em muitos campos de sociabilidade como brinquedos de menino e de menina, brincadeiras coletivas, e demais simbologias do feminino e do masculino.

5 REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Não há como negar que as concepções criminológicas tradicionais na qual as teorias da Escola Positivista, de caráter antropocêntrico, que tinham aceitação hegemônica, perderam a validade.

A emancipação feminina transcorrida nos últimos 40 anos causou mudanças tão profundas no desempenho das mulheres, que as possibilitaram comprovar eficiência, produtividade e inteligência compatível com o sexo oposto, descolando definitivamente a “etiqueta” de hipossuficientes nas variáveis cognitivas.

Na esteira da mudança radical de comportamentos, aquele relativo à criminalidade igualmente sofreu mudança de perfil no sentido qualitativo, na razão em que as mulheres migraram dos delitos “próprios” como infanticídio e aborto ou tipificados leves como pequenos furtos, para os de maior poder ofensivo, como seqüestros e tráfico de drogas.

Apesar de não figurarem nas ações mais violentas, como “arrebato de vítimas” ou confronto com a polícia, as mulheres participam como coadjuvantes importantes nesses crimes sejam como estrategistas, coordenadoras e prestadoras de serviços essenciais a ações delituosas.

Apesar da atuação mais efetiva em delitos graves, se percebe que a criminalidade feminina no Estado do Ceará acompanha o perfil nacional em termos quantitativos cuja média de 4% dos delitos, se apresenta ainda irrisória em relação ao masculino e praticamente não difere dos índices registrados em décadas passadas. Esse dado permite inferir que a mulher realmente ainda possui características diferenciadoras em relação ao sexo masculino no tocante a prática de crimes, especialmente aqueles mais violentos que desrespeitam a integridade física e a vida, haja vista que do percentual de crimes cometidos, apenas 2% são homicídios.

No imaginário social a mulher tem tido, em amplos setores, receptividade como compatível ao status masculino em capacidade cognitiva, mas, ao mesmo tempo, as ocorrências assíduas de violência doméstica e familiar das quais tem sido vítima recorrente, corroboram com o imaginário popular de pessoa “hipossuficiente”. Essa concepção é fortemente recepcionada também nos órgãos de administração da justiça onde a mulher, além de beneficiária de tutelas legais especiais, recebe tratamento mais solidário, ou até mesmo menos rigoroso. Mesmo quando comete crimes mais graves (algo raríssimo), há a priori, um sentimento coletivo de “legitimação” ou “justificação”, construído a partir de pressupostos como a legítima defesa ou o descontrole pelos anos contínuos de vitimização precedente.

Considerando que esses pressupostos sejam infundados se analisando cada caso concreto, o fato é que a construção de novas tutelas legais vem ao encontro de demandas fortemente presentes na sociedade, reforçando as teses da teoria do “poder/controle”.

Essa conclusão longe de querer ser um “resgate” da teoria criminológica positivista, quer ressaltar que essas diferenças não possuem natureza hierárquica no sentido da mulher ser moralmente melhor do que o homem nem vice e versa, mas que por enquanto, o seu perfil menos afeito à delinquência grave é um fato que os dados não permitem omitir. Uma explicação pode ser a de que a inserção da mulher no espaço público há pouco mais de 40 anos, ainda não tenha interferido tão profundamente na convicção cultural arraigada por séculos, de sua maior sensibilidade e tolerância para com o outro.

A mudança qualitativa no perfil dos crimes, não se pode esquecer, ocorre exatamente nos tipos penais que antes da emancipação feminina eram igualmente raros ou inexistentes no Estado, em relação ao masculino. Portanto, se a mudança não é quantitativa, houve migração de tipos penais de delitos que emergiram concomitantemente à emancipação da mulher, mas, no mesmo período houve expansão inédita da criminalidade masculina, configurando a violência urbana brasileira como uma das mais elevadas do mundo. O Estado do Ceará não ficou imune a esse processo.

Por outro, no mesmo período a sociedade brasileira enfrentou gravíssimos problemas de ordem econômica que desestruturou padrões de consumo, trabalho, renda e nas relações familiares, submergindo ambos os sexos em crises econômicas e sociais agudas, responsáveis pela expansão dessa criminalidade.

Enfim, se acredita que muito mais do que crimes de gênero, a mulher, a exceção daqueles tipos que estão irremediavelmente vinculados ao biológico como infanticídio e aborto (assim como o estupro masculino), existiam crimes culturalmente atribuídos como característicos da mulher. Ao tempo em que o feminino ganhou o espaço de trabalho e ocupou a arena política, sofreu em condições de igualdade com o masculino, as intempéries dos interesses econômicos, das contradições de classe e da desigualdade social, tendo que assumir comandos como a liderança da família inclusive em relação ao seu sustento, forçosamente migrou para delitos mais ousados como seqüestro e tráfico de drogas, permanecendo, entretanto, nas tarefas mais “estratégicas”, o que revela muito mais a mesma capacidade de adaptação masculina do que uma índole igual à masculina para crimes de maior poder ofensivo. Assim, ainda se assiste a transição social da mulher, ao tempo em que ela já enfrenta demandas inéditas de sobrevivência, é submetida às novas pressões sociais e midiáticas de consumo que interferem no seu “*modus operandi*”, daí a participação em crimes mais ousados do que antes, mas, por outro, convive com forte herança da sociedade patriarcal, que molda seu comportamento em contraste com o dos homens.

Arrisca-se a dizer que os crimes, especialmente os que requerem maior violência, se mantém na larga margem de intolerabilidade que a mulher demarcou desde sempre. Quanto ao *status* da mulher na sociedade e a legitimação da igualdade entre os sexos, se repudia a concepção de que seu reconhecimento completo dependa da equiparação de sua criminalidade à masculina, e tal afirmação corresponde a aceitação de que o feminismo incorreu num equívoco quando profetizou a igualdade criminológica entre os sexos, pelo menos até agora.

O mais sensato seria reconhecer que ainda se vivencia uma fase de transição na qual o feminino guarda muitas das características tradicionais, como quer a teoria criminológica do “poder/controlar”, ao tempo que, o enfrentamento dos desafios desse novo tempo feminino causou sim migração de ações para um campo mais arriscado do que aquele que antes freqüentava. Só o tempo dirá se a mulher virá um dia a delinquir tanto quanto o homem, mas, caso isso ocorra, se estará vivendo uma grande tragédia na história da humanidade.

REFERÊNCIAS

- ALBERGARIA, Jason. **Noções de Criminologia**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.
- CAVALCANTE, Edi. **A Queima de Sutiãs – a fogueira que não aconteceu**. Disponível em: <<http://anos60.wordpress.com/a-queima-dos-sutiãs-a-fogueira-que-não-acontece>>. Acesso em: 30 set. 2008.
- FARIAS JUNIOR, João. **Manual de Criminologia**. 3. ed. Curitiba:Juruá, 2004.
- LOBO, Nathália. Amor Bandido. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 22 jul. 2008.
- LOBO, Nathália. Mulheres na “linha de frente”. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 15 set. 2008. Caderno Polícia.
- LIMA, Paulo Marco Ferreira. A mulher delinquente – algumas perguntas e algumas conclusões. In: REALE JÚNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína. **Mulher e Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007
- MAÍLLO, Alfonso Serrano. **Introdução à Criminologia**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- MAHMOUD, Mohamad Ale Hasan. O Feminismo como Contributo para o Terror Penal. In: REALE JUNIOR, Miguel; PASCHOAL, Janaína (Coord.). **Mulher e Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- MARQUES, Raquel. **Violência contra a Mulher no Bairro do Bom Jardim**. Fortaleza. Pronunciamento da Deputada Rachel Marques, do Partido dos Trabalhadores, proferido em 06 de março de 2008, na audiência pública que tratou da Violência Contra a Mulher, no bairro Bom Jardim. Disponível em: <<http://www.rachelmarques.org.br/atuacao/pronunciamentos/texto.asp?ID=395>>. Acesso em: 5. out. 2008.
- MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Conflito Negativo de Jurisdição 1.0000.07.450201-4/000, Relator: Pedro Vergara, julgado em 1 abr. 2008, publicado em 12 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.tjmg.gov.br/juridico/jt>>. Acesso em: 8 out. 2008.

AD 32: O BACHAREL EM DIREITO E A CULTURA BRASILEIRA: UMA REFLEXÃO ACERCA DOS ELEMENTOS DETERMINANTES DO STATUS SOCIAL DO BACHAREL EM DIREITO NO BRASIL

Silene Rubio Foltran⁶²¹; Gerardo Clésio Maia Arruda⁶²²

RESUMO

O presente artigo procura fazer uma discussão, considerando diferentes momentos históricos da sociedade brasileira, acerca do *status* social do bacharel. O objetivo primordial deste trabalho é citar a demonstração do papel do bacharel na sociedade brasileira em diferentes conjunturas do Brasil. Também empenha-se para deixar claro que, com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade brasileira, o *status* social do bacharel passa por transformações que o torna característico e singular de cada época. Assim, pode-se dizer que esse *status* possuía características específicas no período do Brasil Imperial, o qual se diferenciava do período Republicano, valendo para a garantia de ascendência social possibilitada pela formação do Direito. Este artigo, em sua primeira parte, retrata a visão de Gilberto Freyre acerca da figura do bacharel em Direito e do *status* social na sociedade imperial; em segundo momento, por meio da visão crítica de Antônio Carlos Wolkmer, faz-se um resumo histórico do Direito no Brasil; e, na parte que finaliza o artigo, é realizada uma análise do desempenho do bacharel em Direito na sociedade atual e as reais conseqüências do *status* que o título de bacharel ainda preserva. Faz-se presente uma crítica ao modelo de ensino jurídico atual no Brasil, por meio do qual o bacharel recém-formado adentra no mercado de trabalho sem garantias e sem segurança, e, em alguns casos não está preparado para enfrentar os anseios da sociedade brasileira no que diz respeito à efetiva consecução da justiça. Destarte, torna-se necessária uma reavaliação do perfil do bacharel em Direito no Brasil para que se possa reanalisar o real *status* que esse profissional ainda possui na sociedade.

Palavras-chave: Bacharel em Direito. *Status* Social. História do Direito.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo mostrar o surgimento da figura do bacharel em Direito na sociedade brasileira e a cultura na qual ele está inserido, salientando o *status* do bacharel, no Brasil, e sua evolução desde o século XVII até os dias atuais.

A formação na área do Direito era, inicialmente procurada pelos pretendentes aos cargos que exigiam o nível de escolaridade superior dentre as opções de medicina e de engenharia. Portanto, para aqueles que não possuíam habilidade em matemática e não apresentavam tendência para a área de saúde só restava a eles optar pelo Direito. Nesse sentido, poder-se-ia afirmar que a elevada procura por essa formação era ocasionada pela falta de opção, afirmação que se constitui numa verdade; porém, mesmo depois dos anos 1930, quando se deu início à abertura de universidades no Brasil e houve uma considerável ampliação do número de cursos superiores, o Direito continuou sendo um curso que permaneceu atraindo um grande número de candidatos.

Duas hipóteses podem ser citadas para sustentar essa situação. Uma delas é o fato de que há possibilidade de inserção de um amplo leque de profissões, pois grande parte são bem remuneradas, funcionou e funciona como fator decisivo na hora da escolha por uma profissão; uma outra hipótese, que não exclui a primeira, é o fato de que a formação em um curso de Direito evidencia positivamente o indivíduo na sociedade.

⁶²¹ Aluna do 3º Semestre do Curso de Direito.

⁶²² Professor Dr., Orientador.

Essa última hipótese norteará as discussões e as reflexões que serão realizadas neste artigo. Tal procedimento se apoiará na visão de Gilberto Freyre, o qual fornece subsídios que permitem o delineamento do papel do Bacharel em Direito na sociedade brasileira e, também, apoiada no pensamento de Antônio Carlos Wolkmer, analisar-se-á a história do Direito no Brasil assentada numa perspectiva que considerará a cultura brasileira e a identidade nacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O romantismo do bacharel em direito observado por Gilberto Freyre

De acordo com o pensamento de Gilberto Freyre, o bacharel em Direito se constitui em um personagem que mudou a classe social de uma época; sua influência foi tão marcante que o poder deixou o patriarcalismo rural à aristocracia urbana formada, em grande número, por bacharéis recém-chegados da Europa e, posteriormente, formados no Brasil.

Freyre acredita que os bacharéis em Direito são os responsáveis pela decadência do patriarcalismo rural. Eles retornam da Europa desencantados com o naturalismo do Brasil, buscam, na vida urbana, uma nova sociedade, lutando por um Brasil independente e republicano. A vida na casa grande da fazenda já não os satisfaz mais. Eles desejam a vida intelectual das cidades.

Esses jovens bacharéis recém-chegados da Europa, intelectuais, formados no iluminismo, lutam por uma nova sociedade, uma sociedade com responsabilidade política formada por jovens com novos ideais. A figura do bacharel passa a ser indispensável nas cidades e nas rodas políticas.

Pode-se afirmar que a Inconfidência Mineira foi uma revolução de bacharéis que lutavam por um melhor ajuste social, principalmente para os mulatos e para os mestiços, pois acreditavam na necessidade da reconstrução da sociedade brasileira como um todo.

O reinado de Pedro II marca o início do “romantismo jurídico” no Brasil. Seu reinado foi o dos bacharéis, porém, não foi com Pedro II que apareceu a figura do bacharel, mas, sim, com os jesuítas que aqui estavam catequizando índios. Nos séculos XVII e XVIII, os jesuítas por meio de seus estudos em Humanidades e latim, “formaram” os primeiros bacharéis brasileiros que, posteriormente, aperfeiçoaram-se na Europa.

Porém, a partir de 1830, começa surgir com força uma nova nobreza, a dos doutores e dos bacharéis recém-chegados da Europa, com seu romantismo que não se aplicava à realidade da sociedade brasileira, pois a doutrina européia não era possível de ser aplicada em um Brasil de mestiços e de desajuste social. Seus ideais de liberdade, de Estado, de Direitos do Homem e de Contrato Social não eram possíveis de consecução no Brasil.

No início do século XIX, os bacharéis eram considerados como um novo poder aristocrático, fossem eles brancos ou mulatos. Mulatos e mestiços quando possuíam a carta de bacharel em Direito mudavam seu *status* social e passavam a ser tratados de igual para igual com os brancos puros, o título de bacharel em Direito tinha o poder de alterar uma raça e incluir um indivíduo desprezado e excluído na classe dominante da sociedade, os burgueses intelectuais, a nova aristocracia.

O prestígio dos bacharéis nos meios urbanos cresceu rapidamente e, já no início do século XIX, anunciava-se um novo poder aristocrático, o poder das becas e das togas. Fosse eles de famílias tradicionais e abastadas ou pobres e mestiços, o poder do título de bacharel dava-lhes crédito e respeito.

O Professor Gilberto Amado refere-se:

Fulgurante plebe intelectual dos doutores pobres, jornalistas, oradores que de todos os pontos do País surgiam com a pena, com a palavra e com a ação, em nome do pensamento liberal, para dominar a opinião. Expressão exata e feliz para caracterizar os bacharéis, tantos deles de origem humilde e vários, negróides, que, com a fundação dos cursos jurídicos foram aparecendo na sociedade brasileira como nova e

considerável elite, compensada pela cultura intelectual e jurídica nas deficiências de sua posição social e na inferioridade de sua condição ética.⁶²³

O sistema patriarcal via no mestiço letrado uma ameaça revolucionária que deveria ser abafada ou reprimida. Outro temor dos patriarcalistas era a habilidade e a inteligência que os mestiços ou os mulatos demonstravam, além de serem hábeis para trabalhos diversos, observou-se grande capacidade intelectual para as ciências e as letras. O mulato bacharel em Direito, além das mudanças que causou no meio intelectual, causou também mudanças na sociedade, que teve de se adaptar à nova figura que surgira. Anteriormente, ao acesso às letras, os mulatos não necessitavam de roupas, de sapatos, de chapéus e outros itens, porém, com a ascensão social, toda uma sociedade comercial teve de adaptar-se a essa nova figura que surgiu e começar a produzir o que eles necessitavam, pois seu biótipo diferia do homem branco comum, e a sociedade brasileira não estava preparada para eles.

Toda essa revolução, causada pelo “poder” do título de bacharel na sociedade brasileira e pela avalanche de idéias revolucionárias trazidas da Europa pelos bacharéis, marcou o início de uma nova sociedade.

2.2 O olhar crítico de Antônio Carlos Wolkmer acerca do bacharel em direito no Brasil

O Direito, no Brasil, surge como um Direito patrimonialista, burocrático, conservador e tradicionalista, em meio a uma sociedade escravocrata e dominada por uma oligarquia agrária.

O Direito brasileiro nasce como uma herança do patrimonialismo português que visava a proteger os interesses da coroa e não se preocupava com os interesses civis da sociedade.

Wolkmer ressalta a interpretação de Max Weber na qual podemos perceber que no Brasil colônia há dois tipos de dominação; a tradicional e a racional, a dominação tradicional fica claramente expressa por meio do patrimonialismo em que não se separa a esfera pública da privada, pois o poder da oligarquia agrária dominava a tudo e a todos. Nesse contexto, escreve Raymundo Faoro, que “não é a sociedade civil a base da sociedade, mas uma ordem política em que os indivíduos ou são basicamente governantes ou são governados”⁶²⁴. Já, a dominação racional, verifica-se por intermédio da coroa portuguesa, com a imposição de um Direito alienígena colonizador e de seus representantes legais importados de Portugal para agir em favor da coroa no cumprimento da lei.

Sem dúvida, no Brasil colônia, o Direito importava em defender os interesses da coroa e a garantia de que essa receberia seus impostos e manteria a ordem para evitar ameaças à sua dominação. Pode-se afirmar que existiam “dois Direitos”, um da elite agrária, que visava a proteger os interesses do governo e manter o poder dos proprietários de terras, outro da maioria da população, que era discricionário e segregador, subjugando a população ao arbítrio de quem tinha o poder em determinada área de terra.

Os primeiros administradores da justiça no Brasil foram escolhidos pela coroa portuguesa e trazidos de Portugal como fiéis seguidores da “justiça” que a coroa desejava que fosse realizada. Essa atitude inviabilizava o exercício da cidadania participativa da sociedade nas decisões político-administrativas do País. O legalismo estrangeiro que foi imposto e legitimado pela elite dirigente foi a base do Direito brasileiro.

Com o surgimento das primeiras faculdades brasileiras de Direito, em 1827, uma em São Paulo e outra em Recife, e a formação de uma cultura jurídica própria, nascia o “bacharelismo liberal”, que refletia a exigência de uma elite que desejava concretizar a independência política e cultural para gerenciar o País e abandonar o domínio português.

⁶²³ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural desenvolvimento urbano. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p. 585.

⁶²⁴ FAORO, Raymundo apud WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

Inicialmente, os bacharéis formados no Brasil destinavam-se mais a atender aos interesses do Estado do que aos da sociedade civil, pois a meta era a libertação da colônia portuguesa e a legitimação da elite no poder.

Wolkmer cita a análise feita por Lilia M. Schwarcz a qual defende que, enquanto a faculdade de Direito de Recife formou homens da ciência, a de São Paulo formou políticos e burocratas estatais. Em Recife, nascia um centro intelectual, enquanto em São Paulo, buscava-se formar homens para a direção política do Brasil. É verídico que ambas tiveram papel fundamental na mudança política do Brasil com seus bacharéis.⁶²⁵

Clóvis Beviláqua, Fruto da Faculdade de Recife, desenvolveu o primeiro Código Civil Brasileiro, 1916, que, com todos os seus méritos, refletia as características de uma sociedade patriarcal, individualista, conservadora, presa aos interesses dos grandes proprietários de terra e de uma gananciosa burguesia, que, apesar de ser um grande avanço de uma classe média com ideais liberais, ainda estava muito comprometido com a oligarquia familiar da época.

É nesse cenário que surge o bacharel em Direito, não mais apenas com ideais de servir à administração estatal, mas com reais possibilidades de segurança profissional e ascensão a um *status* social superior. Sem dúvida, o bacharel em Direito foi o grande mediador entre os interesses da elite dominante e da sociedade.

O bacharel em Direito, do início do século XX, compatibilizava idéias liberais e conservadoras, pois enquanto buscava uma sociedade liberal-burguesa, defendia os interesses políticos de uma sociedade patrimonialista-burocrática.

Belíssimo exemplar do bacharel no início do século XX foi Rui Barbosa, ele:

[...] encarnou, quer para as elites, quer para a sociedade em geral, o advogado erudito que soube, com veemência, viver o idealismo político e o vernaculismo jornalístico. [...] foi um intelectual integrado que expressou muito bem as necessidades e contradições de sua época, não deixando de estar sintonizado com as aspirações e interesses das camadas sociais dominantes.⁶²⁶

Wolkmer ressalta, ainda, que como Rui Barbosa, os bacharéis representavam a legalidade estatal sem se aterem às preocupações da sociedade quanto a um Direito vivo e comunitário, não se preocupando com as mudanças que ocorriam na sociedade. Eram bacharéis dedicados às necessidades dos “donos do poder”, vinculados à classe dominante que aplicavam o Direito de modo conservador, excluindo, desse modo, às aspirações de uma sociedade que necessitava de transformações e de mudanças da ordem social vigente.

O bacharel em Direito, ainda, nos dias atuais, guarda semelhanças com o bacharel no início do século XX, pois sua carreira o remete a um *status* social diferenciado e ele está fortemente vinculado às classes dominantes e não à sociedade como um todo, porém, esse processo em constante mutação já começa a se redefinir, surgindo o advogado como um profissional representante do cidadão e dos interesses da sociedade, possuindo papel indispensável na consecução da justiça.

Antônio Carlos Wolkmer conclui que o bacharel em Direito participou da formação jurídica brasileira preocupada em satisfazer as “minorias oligárquicas pouco democráticas, individualistas e subservientes às forças e imposições do mercado internacional”, o que demonstra um Direito excludente de cidadania e carente de justiça.⁶²⁷

Observa ainda Wolkmer a imediata necessidade de uma reconstrução democrática do Direito, em que o bacharel na atualidade visualize as reais necessidades da sociedade, da democracia, do pluralismo, que seja capaz de superar os velhos paradigmas e atender as novas aspirações da sociedade.

⁶²⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz apud WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 83-84.

⁶²⁶ WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 102; Sobre o bacharelismo liberal representado por Rui Barbosa, cf. SALDANHA, Nelson. Rui Barbosa e o Bacharelismo Liberal. [S. l.: s. n.], 1979. v. 1, p. 163-165 e 168-173.

⁶²⁷ WOLKMER, Antonio Carlos. História do Direito no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 145

2.3 As influências das mudanças culturais do século XXI no papel do bacharel em Direito

João Celso Neto, em seu artigo, “Ensino Jurídico no Brasil: algumas considerações”, afirma,

O exercício da profissão de advogado não traz mais o prestígio social de há algumas décadas, conquanto a obtenção do diploma de Bacharel em Direito continue resultando em reais probabilidades de ascensão social. E servindo para a postulação de cargos públicos daqueles que exigem como requisito um diploma de nível superior, qualquer que seja ele”, e complementa sua tese dizendo: “os cursos de Direito não formam *apenas* Advogados (aqueles que vão exercer a profissão, após o registro na seccional da OAB de sua área principal de atuação futura). “A maioria dos bacharéis de Direito nunca irá exercer essa profissão liberal. [...] uma boa parte daqueles que batem às portas dos cursos jurídicos estão apenas em busca do diploma que lhes proporcionará realizar uma série de concursos públicos para cargos que se às vezes não são tão bem remunerados, possuem ainda, pelo menos um *status social* que a figura do advogado já perdeu. São os concursos para a magistratura e o ministério público. A esses se somam outros talvez não tão bem cotados socialmente, mas com vantagens econômicas.”⁶²⁸

O que se pode observar é que atualmente o *status* do bacharel em Direito tornou-se uma falácia no sentido de que existe um *status* apenas aparente, diferente daquele do Império, em que o operador do Direito realmente guardava algum privilégio social. Hoje, o bacharel recém-formado é apenas mais um na luta diária por uma colocação no mercado de trabalho, o advogado na atualidade não visa apenas à consecução da justiça, ele busca a aprovação num concurso para ter uma estabilidade profissional e poder manter o aparente *status* que o título de bacharel lhe proporciona

Roberto Aguiar afirma que há uma “crise de identidade” envolvendo o bacharel em Direito do século XXI, decorrente de um ideal histórico imaginário, que não condiz mais com a realidade social brasileira. O mercado de trabalho atual e a estrutura social exigem hoje um novo profissional do Direito. Afirma ainda que o número de cursos de Direito no Brasil já ultrapassa o número de um mil, que formam milhares de bacharéis anualmente, acarretando uma oferta de profissionais muito superior à demanda do mercado.⁶²⁹

Destarte, urge que o bacharel em Direito esqueça a posição social almejada e busque a justiça social do País, reconstruindo um sistema judiciário digno e com acesso a todas as classes sociais, principalmente, as menos favorecidas, as quais são mais necessitadas e que se cumpram as promessas constantes dos ideais pragmáticos constitucionais como “atores de novos caminhos institucionais, como co-criadores de ordens jurídicas mais justas e atuais”.⁶³⁰

Na realidade, o que se nota é um mercado em que anualmente são despejados milhares de operadores do Direito que nem sempre estão preparados para atender às necessidades da população, são profissionais que estão preocupados apenas com a sua colocação no mundo jurídico, independente da justiça que deve ser feita. O número de cursos jurídicos no País cresce a cada dia, despertando a atenção das autoridades do Ministério da Educação, pois são cursos que não estimulam o aluno à pesquisa nem ao desenvolvimento crítico intelectual que, na maioria das vezes, estão formando “aplicadores de leis”, “leitores de códigos”, que não têm

⁶ CELSO NETO, João. **Ensino Jurídico no Brasil: algumas considerações. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3364>> Acesso em: 26 ago. 2008.**

⁶²⁹ AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1991.

⁶³⁰ AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1991.

a capacidade crítica e intelectual de formular um pensamento próprio acerca de um ou outro assunto, não são capazes de unir o conhecimento jurídico ao mundo real em que irão aplicá-lo e tampouco são capazes de adequar esse conhecimento às necessidades sociais. João Celso Neto faz a seguinte afirmação:

Parece mais que tudo, inaceitável que a formação de futuros advogados, e outros operadores da Justiça, se faça com base em códigos comentados, limitando (praticamente inibindo) o raciocínio do aluno, que não aprende os pressupostos do Direito ou da lei, mas aquilo que *está em vigor*, na jurisprudência e na doutrina. Com base neles, ensina-se **o momento**, mas não se estimula o uso do *pensamento*, do *questionamento*, para a possível *inovação doutrinária* causa primordial da evolução da Ciência Jurídica, sem o que nada se acrescenta ou se constrói. Contribui-se, isto sim, para a potencial e indesejável *estagnação* do Direito pátrio.

Horácio W. Rodrigues vai além de sua crítica ao afirmar que: “a realidade do ensino jurídico no Brasil é que ele não forma, *deforma*”⁶³², fato que ele credita, em grande parte, à má qualidade de ensino de graduação. O que se deve buscar, de acordo com o autor, é um novo processo de aprendizado e de produção de conhecimento, em que o estudante jurídico deve estar atento aos novos fatos sociais e interagir com estes para a criação de um judiciário atuante e realista, e de uma sociedade democrática e humana, colocando o Direito a serviço da justiça social efetiva. Finaliza o autor dizendo: “Talvez seja o momento de sermos realistas e lutarmos pela realização dos nossos sonhos e pela concretização das utopias...”.

O que de fato deve mudar para se conseguir atingir todos os anseios da sociedade é a mentalidade do futuro bacharel em Direito. Mentalidade esta que será transformada no decorrer de sua formação acadêmica, em que o futuro bacharel compreenda que a consecução da justiça é primordial para a estabilidade da sociedade e que o *status* tão desejado não lhe garantirá coisa alguma em uma sociedade desajustada e incapaz de efetivar o que a própria lei comanda.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

A natureza da pesquisa do presente artigo foi bibliográfica, baseando-se na obra de Gilberto Freyre que faz uma análise do *status* do bacharel, contextualizando no período Imperial a interpretação do papel do advogado e a ascensão dos membros da classe social menos privilegiada proporcionada pela formação do Direito. Foi contemplado também, neste artigo, o pensamento de Antônio Carlos Wolkmer, que sumariza as várias fases do conhecimento jurídico na sociedade brasileira e os seus reflexos sobre a formação do Direito. Já o campo jurídico e a formação jurídica até o século XX foram analisados com o apoio da crítica realizada por Horácio Wanderley Rodrigues. Por fim, a abordagem do tema na contemporaneidade foi contemplada a partir de artigos acadêmicos disponibilizados em sítios virtuais direcionados para a discussão de questões referentes ao âmbito jurídico.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base na análise bibliográfica deste artigo, pode-se salientar as mudanças no *status* social do bacharel em Direito desde o seu surgimento no Brasil até os dias atuais. Nessa evolução histórica, tem, inicialmente, o bacharel como um ator social e político capaz de

⁶³¹ CELSO NETO, João. Ensino Jurídico no Brasil: algumas considerações. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3364>> Acesso em: 26 ago. 2008.

⁶³² RODRIGUES, Horácio Wanderley. Ensino jurídico: para que(m)?: Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

modificar toda a estrutura de uma sociedade principalmente garantindo ao bacharel uma ascensão social independente de sua classe social ou de sua raça. Posteriormente, no Brasil republicano, tem-se na figura do bacharel um ator político pronto para influenciar a economia e a direção do País, porém, mantendo um *status* que o diferencia dentro da sociedade conferindo-lhe, ainda, respeito e segurança na sua carreira. Analisando o bacharel em Direito na atualidade, o que se verifica é que o *status* social tão almejado hoje já não garante mais a ascensão tão desejada de outrora, pois com o grande número de profissionais na área, o mercado de trabalho encontra-se saturado, levando esses recém-formados bacharéis a optarem por concursos públicos apenas como uma garantia de salário nem sempre como um ideal de realização pessoal ou de realização da justiça.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, percebeu-se que o ensino jurídico, o papel do bacharel e, por conseguinte, o *status* social atribuído aos indivíduos que optam pela formação de advogado, diversificaram no decorrer do tempo na sociedade brasileira. Quanto ao *status*, sinteticamente, pode-se mencionar três grandes fases, uma referente ao período imperial em que o advogado era extremamente valorizado socialmente; duas outras fases transcorridas no período republicano, sendo uma grande distinção social e uma outra já nas últimas décadas do século XX, quando o país se transforma numa grande potência econômica mundial, em que o advogado passa a ser mensurado, em termos de importância, a partir das necessidades do mercado.

Por intermédio da visão de Gilberto Freyre, tem-se no bacharel em Direito a figura de um novo ator social, pois o detentor desse título foi capaz de alterar toda estrutura social de uma época, assumindo o poder de uma nova aristocracia urbana, deixando para trás uma sociedade patriarcalista rural. O *status* que o título de bacharel possuía, segundo Freyre, garantia crédito e respeito, além de igualar socialmente brancos puros a mulatos e a mestiços. Esse novo ator político, que surgiu na figura do bacharel em Direito, trouxe para a sociedade brasileira diversas idéias revolucionárias vindas da Europa as quais foram responsáveis pelo marco inicial de uma nova sociedade.

Antônio Carlos Wolkmer, com uma visão crítica acerca do papel do bacharel em Direito, no Brasil, vê o bacharel como um garantidor do patrimonialismo e dos interesses da elite agrária. Wolkmer afirma que, inicialmente, os bacharéis estavam voltados a atender aos interesses do Estado e não aos interesses da sociedade civil, ele ressalta as preocupações dos bacharéis com a legalidade estatal sem se atentarem às mudanças que surgiam na sociedade, eram dedicados aos “donos do poder”, o que lhes garantia ascensão social e um *status* superior aos outros. O autor salienta que o bacharel nos dias atuais ainda guarda semelhanças com o bacharel no início do século XX, porém esse ator social já começa a se redefinir como um profissional representante do cidadão e dos interesses da sociedade, capaz de superar os velhos paradigmas e atender aos novos anseios da sociedade.

Conclui-se que, a ilusão de um *status* social garantido pelo título de bacharel em Direito não se confirma mais na sociedade brasileira. O que a sociedade deseja desse ator social e político é a justiça social e a reconstrução de um sistema judiciário digno e com acesso a todas as classes sociais. Deve-se buscar uma formação de melhor qualidade, voltada para a pesquisa científica e compreendida pela sociedade, pois somente assim o judiciário poderá, de fato, atender aos anseios sociais e à realização da justiça como um dos ideais maiores do Estado Democrático de Direito.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil**: diagnóstico e perspectivas. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991.

CELSO NETO, João. Ensino Jurídico no Brasil: algumas considerações. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 60, 1 nov. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3364> Acesso em: 26 ago. 2008.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e Mucambos**: Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil – 2: decadência do patriarcado rural desenvolvimento urbano. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. **Ensino jurídico**: para que(m)? Florianópolis: Fundação Boiteux, 2000.

RODRIGUES, Horácio Wanderley. Processo e Constituição: estudos em homenagem ao professor José Carlos Barbosa Moreira In: FUX, Luiz; NERY Jr., Nelson; WAMBIER, Teresa A. Alvim. (Org.). **Advocacia**: serviço público e função social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

SALDANHA, Nelson. **Rui Barbosa e o Bacharelismo Liberal**. [S. l.: s. n.], 1979. v. 1.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente ao Mestre Clésio Arruda, pela confiança em mim depositada como monitora de sua cadeira e por todo apoio na composição desse artigo, além de toda paixão com a qual ele nos passa a importância da Sociologia para entendermos quem realmente somos. Agradeço a minha família e amigos, sem os quais certamente seria mais difícil realizar tal trabalho. Pelo apoio, atenção e compreensão agradeço a todos da Faculdade Christus, que direta ou indiretamente, também colaboraram para a realização desse trabalho. **“De tudo ficaram três coisas:/A certeza de que estamos sempre começando,/A certeza de que é preciso continuar,/A certeza de que seremos interrompidos antes de terminar./Portanto devemos:/Fazer da interrupção um novo caminho,/Da queda um passo de dança,/Do medo, uma escada,/Do sonho, uma ponte,/Da procura, um encontro.”** Fernando Pessoa

AD 33: DIREITO PENAL E OS CRIMES SEXUAIS

Tereza Cristina Paz⁶³³; Thaís Cruz de Sousa⁶³⁴; Bruno Queiroz de Oliveira⁶³⁵

RESUMO

O presente artigo tem como escopo uma análise objetiva e crítica do Direito Penal no que tange aos crimes sexuais, principalmente nos aspectos pertinentes as mudanças legais ocorridas com o advento da Lei nº. 11.106 de 28 de março de 2005, que modificou de maneira concreta o sistema legal penal brasileiro vigente, de modo a permitir uma adequação da legislação com a realidade vivenciada e possibilitando que resquícios do código de 1940 já ultrapassados e não mais aplicados fossem esquecidos da memória no aspecto de enquadramento penal. Mediante um estudo bibliográfico, com interseção na realidade hodierna de maneira que a evolução dos tempos acompanhe o processo de adequação da legislação. Busca-se apresentar uma política criminal voltada para um cidadão dignamente protegido constitucionalmente e que possuía um bem jurídico concreto como forma de ser tutelado. Ressalta-se que tais considerações acrescidas com os elementos característicos do direito penal, seu bem jurídico tutelado, seu limite de atuação e uma abordagem constitucional fundida no direito penal no aspecto unitário, principalmente no que tange aos crimes sexuais, permitem que cada leitor possa de maneira individual opinar se as mudanças ocorridas em torno da legislação penal foram benéficas e necessárias no aspecto social e legal. Desse modo, pretende-se dar possibilidade para uma atualização do direito independente de seu ramo aos anseios sociais, afinal de nada adianta um comando normativo se o bem jurídico tutelado não é almejado ou tido como fundamental pela população, é o mesmo que ineficaz, o mesmo que uma justiça tardia.

Palavras-chave: Sexual. Mudança. Penal.

1 INTRODUÇÃO

Diversos movimentos sociais contemporâneos têm se pautado em idéias centrais como Democracia e Cidadania, que por meio de suas reivindicações tem levado adiante direitos coletivos e individuais. Essas idéias contêm os direitos humanos, compreendidos nos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais, que dentro desse aspecto aparece o tema da sexualidade, a qual se destaca por ser controvertido e de lento progresso.

A polêmica existente reside, principalmente, na temida, protegida e muitas vezes discriminada mulher, onde os mitos criados tanto pela sociedade como pela religião, tornaram-na vulnerável, precisando a todo custo ter sua “honra” protegida, afastando dela todo o mal possível.

A “honra” supracitada leva a condições de mulher honesta, que representa um critério de julgamento subjetivo e que poderá levar a injustiça, porque o que seria hodiernamente, uma mulher honesta? Como é de conhecimento de todos, que nenhuma relação traz honestidade com virgindade, haja vista que podem existir virgens desonestas e não-virgens honestas⁶³⁶. Tal afirmação demonstra o cunho eminentemente moralista encontrado junto ao Código Penal Brasileiro.

Busca-se desprezar o elemento moral encontrado na proteção dispensada pela Direito Penal, para voltar-se mais precisamente para situações que venham efetivamente a violar questões mais concretas e menos subjetivas como a integridade física, psicológica e a liberdade das vítimas.

⁶³³ Aluna do 6º semestre do Curso de Direito.

⁶³⁴ Aluna do 6º semestre do Curso de Direito.

⁶³⁵ Professor, Orientador

⁶³⁶ PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 74.

Homens e Mulheres precisam de uma proteção ampla, concreta e igualitária de seus direitos, principalmente no que tange aos direitos sexuais, ora estudados, fazendo jus ao princípio da igualdade, tão consagrado na Constituição Federal de 1988, evitando o cometimento de injustiças, as quais gerariam para sociedade brasileira uma insegurança jurídica, e não confiança junto ao Poder Judiciário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O homem ao perceber que sozinho não conseguiria obter êxodos, sentiu necessidade de viver em comunidade, associando-se a outros homens e assim obtendo resultados favoráveis. Desses aglomerados iniciaram as primeiras modalidades de competição, em um aspecto mais primitivo, preliminarmente para caça, pesca, construção de casa, esposa, etc. Com o decorrer do tempo a competitividade foi se acentuando ao passo que hoje, tal competitividade feriu elementos essenciais para o vida enquanto ser humano, cidadão, portador de direitos e deveres, precisando de um órgão superior para delimitar onde cada indivíduo pode exercer sua direito sem interferir ou ferir o do outro.

Nesse contexto histórico evoluem-se as proteções destinadas aos seres humanos, proteções voltadas para os elementos essenciais para a vida em sociedade nos mais diferentes ramos das ciências, principalmente no direito. No que tange ao direito penal, devido ao princípio da última ratio, evolução faz-se necessário, especialmente nos crimes sexuais, onde se mostra polêmico e recente as modificações sofridas na legislação.

2.1 O Direito Penal

Os Romanos já diziam que definir era impossível, partindo dessa premissa pode-se afirmar ter o Direito Penal à função de regulamentar as normas de conduta da sociedade, sendo assim um controlador social, em contraponto de maneira informal têm a família, religião, dentre outros.

Nesse sentido, Luis Régis Pardo, analisa o Direito Penal sobre dois aspectos: “o objetivo, onde não significa, mais do que um conjunto de normas que definem os delitos e as sanções que lhes correspondem, orientando também sua aplicação e o subjetivo, que é o poder de punir do estado. Correspondente à sua exclusiva faculdade de impor sanção criminal diante da prática de delitos⁶³⁷”.

Protegendo assim direitos tidos como fundamentais, conforme Armin Kaufmann, a missão do Direito Penal é proteger os bens jurídicos do cidadão e da comunidade. Seriam estes bens, entre outros, a vida, a saúde, a liberdade, o patrimônio, a existência do Estado, a administração da justiça, a liberdade e a autodeterminação sexual⁶³⁸

Essa proteção visa reprimir o mal cometido, e a sanção para tal conduta deve ser aplicada de maneira proporcional, valendo do princípio da proporcionalidade, sob pena de tornar a medida ineficaz e sem aplicabilidade, podendo conduzir a efeitos contrários ao desejado.

A atuação do Direito Penal deve ser dada de maneira conexa aos dispositivos constitucionais, haja vista os bens jurídicos estarem protegidos constitucionalmente e em situação de última *ratio* do sistema, ou seja, a intervenção mínima.

2.2 Bem Jurídico Tutelado nos crimes sexuais

⁶³⁷ PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, p. 56.

⁶³⁸ KAUFMANN, Armin. **La misión Del derecho penal**: Política Criminal y reforma Del derecho penal. Bogotá: Temis, 1982, p. 118.

O Direito é dinâmico e não estático, configurando um sistema aberto e não fechado, assim a dificuldade da conceituação do bem jurídico deve ser vista como uma impossibilidade, mas como decorrência da própria natureza do Direito. Por isso o conceito de bem jurídico é mutável de acordo com a evolução do homem, da sociedade, do Estado e do aspecto de análise do Estudo.

O Direito Penal é resultado de escolhas políticas influenciadas pelo tipo de Estado em que a sociedade está organizada. O direito de punir é uma manifestação do poder de supremacia do Estado nas relações com os cidadãos, principalmente na relação indivíduo – autoridade, a situação histórica, portanto, condiciona o conceito de crime e, conseqüentemente, o conceito de bem jurídico e a sua importância para o Direito Penal.

Partindo do pressuposto moralista e dos bens costumes encontrados junto ao assunto sexualidade, encontra-se a necessidade e possibilidade de valoração de bens como a liberdade e a autodeterminação sexual, respaldado na Carta Magna. Logo o que realmente precisa ser protegido é a liberdade em tema sexual.

A conduta do agente ao comete um crime atinge ofensas de todo o gênero, dentre os quais atentam contra a liberdade, honra, moral, costumes, organização familiar, mas a sanção aplicada ao caso deve se dá de maneira a reprimir não apenas as ofensas elencadas devem ir mais além, deve evitar que novas condutas sejam repetidas. Nisso consiste a última *ratio* do Direito Penal.

Na incriminação do tipo, pode-se ter, portanto, presentes dois aspectos: o primeiro, que se pode dizer imediato ou direto, consistente, no não verificado por ocasião do próprio evento; o segundo, mediato ou indireto, no perigo da ofensa que provavelmente ocorrerá com o sucessivo comportamento do agente⁶³⁹.

Tal citação depreende-se que a ofensa pode ocorrer a um único bem jurídico ou a mais, onde desse modo haverá correspondente atenuação ou majoração da pena.

O bem jurídico protegido no que tange aos crimes sexuais é a liberdade que o indivíduo tem de auto determinar-se sexualmente, não cabendo pois qualquer penalização por parte do ramo do Direito Penal a preservação ou proteção a normais morais.

2.3 Limites de atuação do Direito Penal

A limitação imposta ao Direito Penal deve-se ao fato já mencionado da última *ratio*, não mais se expressando em aspectos morais, pois tais aspectos não são bens jurídicos tutelados, algo maior, algo mais amplo que é protegido, que é a dignidade da pessoa humana, prevista constitucionalmente.

Essa dignidade perfaz os direitos fundamentais inerentes a qualquer pessoa e que se faz necessários à intervenção estatal em caso de sua violação, por não atingir apenas o interesse particular, mas repercutir em toda a sociedade.

Entre esses direitos encontra-se o da Sexualidade, não se tratando pois de entendimento moral, “a quebra da possibilidade de autodeterminação sexual, infringe, ao violado, imposição que lhe ataca íntima e socialmente. Não se imagina permitir ataques dessa ordem, sendo justificável, para rebate à violência, a intervenção⁶⁴⁰.”

Outro ponto a ser observado no que tange a atuação do Direito Penal em crimes sexuais refere-se ao fato do abalo psicológico sofrido pela vítima, que podem padecer por longo tempo das conseqüências psíquicas do mesmo e em alguns casos leva ao não prosseguimento da ação, acrescido de ofensa de caráter interno, como o pudor, por isso que a proteção é fundamental. Importante lembrar que honra e moral não precisam de proteção do Direito Penal, para tal função percorrer-se as outras ciências.

⁶³⁹ SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Por um novo Direito Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Rio de Janeiro, n. 33, 2001.

⁶⁴⁰ SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Por um novo Direito Penal. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, Rio de Janeiro, n. 33, 2001.

2.4 A reforma do Código Penal – Dos Crimes contra os Costumes

Atualmente, os crimes sexuais encontram-se no Código Penal Brasileiro, no Título VI – “Dos Crimes contra os Costumes”. Contudo, historicamente, em legislações anteriores já estiveram previstos nos crimes contra a segurança da honra – Código Criminal do Império, Parte III, Capítulo II; Dos Crimes contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias e do Ultraje Público ao Pudor – Código Republicano de 1890, Título VIII; a Consolidação de Piragibe que deu igual nomenclatura ao respectivo título.

Tendo em vista que o Código Penal é datado de 1940, onde vigoravam outros costumes, muitas normas, contidas em seu texto, perderam a eficácia, uma vez que se tornaram obsoletas frente à modernidade. Assim, com o intuito de ajustar pontos destoantes entre o referido diploma legal e a realidade social brasileira, foi sancionada a Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, que reformou importantes pontos do Código Penal. Luiz Flávio Gomes⁶⁴¹ assim destacou as principais alterações, que abaixo seguem.

Inicialmente, a eliminação do requisito normativo cultural “mulher honesta”, o qual aparecia em vários dispositivos penais (antigo crime de rapto, antigo crime de posse sexual mediante fraude, etc.). Somente a mulher “honestas” podia ser vítima desses crimes. Cuidava-se de tipo penal aberto, que exigia juízo valorativo do juiz.

Acrescenta o autor que no mundo dos crimes sexuais, o que importa é a liberdade sexual da mulher e do homem, a honestidade da mulher jamais pode ser objeto de tutela penal. Isso ocorreu inclusive no artigo 215 (posse sexual mediante fraude), que agora só menciona como sujeito passivo “mulher” (sem o qualificativo “honestas”).

No artigo. 216, a redação versa sobre o atentado ao pudor mediante fraude. Antes, somente a mulher honesta podia ser vítima desse delito. Agora, o texto legal fala adequadamente em “alguém” (homem ou mulher). No parágrafo único desse dispositivo, também há uma alteração: antes se falava em ofendida, agora se menciona vítima (que envolve homem ou mulher).

Eliminou-se o delito de adultério: o crime de adultério estava previsto no artigo 240 do Código Penal e foi revogado. Mais um caso de abolitio criminis. Praticamente já não se via condenação penal por esse dispositivo. Era uma hipótese de “revogação” da lei (isto é, não uso, não incidência) pelos costumes (leia-se: a sociedade brasileira já não acreditava na eficácia do Direito Penal para evitar o adultério). Juridicamente, não se pode afirmar que os costumes revogam a lei. Mas é certo que pode colocá-la em desuso.

Sobre o tráfico internacional e interno de pessoas, o Código Penal só cuidava do tráfico internacional de mulher para o fim do exercício da prostituição, e agora fala em pessoa. Aproveitou o legislador a ocasião, de outro lado, para criar o delito de tráfico interno (dentro do país) de pessoas, para o exercício da prostituição. Sabe-se que a prostituição não é crime, mas em torno dela ainda existem vários delitos.

Ainda sobre o tema, afirma que para o reconhecimento de qualquer infração envolvendo a prostituição, o fundamental é identificar não só a “exploração” senão também a clara ofensa a outros bens jurídicos da vítima (liberdade individual, liberdade sexual, etc.). Sempre que se tratar de vítima maior, que de modo algum tenha sido ludibriada ou iludida, isto é, sempre que a vítima tenha aderido livremente (não coagida) ao tráfico, conquistando ela mesma certa vantagem com esse ato, não consigo vislumbrar delito algum. Todos os bens jurídicos envolvidos nesse tráfico são disponíveis. O consentimento válido da vítima elimina a situação de risco proibido. Logo, pela teoria da imputação objetiva, não havendo risco proibido, não há imputação objetiva da conduta (isto é, não há tipicidade, não há crime).

Revogou-se a condição de casado como causa de aumento de pena: não se justificava efetivamente essa causa de aumento de pena nos crimes sexuais. Ser casado ou não, não altera o conteúdo do injusto penal (salvo em termos morais). A ofensa ao bem jurídico liberdade

⁶⁴¹ GOMES, Luiz Flávio. **Reforma penal dos crimes sexuais**. Disponível em: <http://www.mundolegal.com.br/?FuseAction=Artigo_Detalhar&did=16472>. Acesso em: 16 set. 2008.

sexual é independente do estado civil do agente. Se no caso concreto essa circunstância contar com relevância, pode o juiz levá-la em consideração no momento da pena (nos termos do artigo 59 do CP). Mas isso fica reservado para a excepcionalidade (não a regra).

Também se revogou a causa extintiva da punibilidade consistente no casamento do agente com a vítima, nos crimes sexuais (CP, art. 107, VII): a legislação brasileira era uma das últimas, senão a última do seu entorno cultural, que ainda previa, em relação ao casamento com a vítima, nos crimes sexuais, força extintiva da punibilidade. Cuidava-se de regra que exprimia a cultura dos anos 40 (do século passado): mais vale o casamento (para a donzela “desonrada”) que a tutela penal da liberdade sexual. Muitas vezes, o casamento era “comprado” (leia-se: “era de fachada”). Todos os resquícios dessa sociedade preponderantemente voltada ao sexo masculino, que desconsiderava a dignidade das mulheres, devem mesmo ser abolidos do nosso Direito Penal. O casamento do agente com a vítima, nos crimes sexuais, doravante, já não extingue a punibilidade por si só. Mas convém recordar que a regra nesses crimes é a ação penal privada. E, nesse caso, o casamento representa perdão do ofendido, que também é causa extintiva da punibilidade. Em suma, nos crimes de ação penal privada o casamento ainda terá relevantes efeitos penais.

A causa extintiva da punibilidade consistente no casamento da vítima com terceira pessoa (CP, art. 107, VIII), restou-se revogada: nos crimes sexuais não violentos, o casamento da vítima com terceiro também extingüia a punibilidade do agente (caso a vítima não requeresse o prosseguimento do inquérito ou da ação penal em 60 dias). Essa causa extintiva da punibilidade vinha, nos últimos tempos, sendo objeto de horrorosas “transações”. Noticiou-se o caso de um prefeito que teria mantido relação sexual com várias adolescentes e depois teria “comprado” o casamento delas com vários rapazes. Com isso, acabou conquistando a impunidade. Como se vê, já era mesmo tempo de se revogar o inciso VIII do artigo 107 do CP. Tratando-se de lei penal nova desfavorável ao réu, claro que não pode retroagir, isto é, a crimes ocorridos antes da nova lei (antes de 29/3/2005) ainda é possível incidir tanto a causa extintiva do inciso VIII como a do inciso VII.

Acerca do crime de sedução previsto no artigo 217 do Código penal era criticado por grande parcela da doutrina, sendo, então revogado, por já não se justificar falar em inexperiência da vítima, com mais de 14 anos. Era outro dispositivo que via a mulher como uma virgem desprotegida. Somente ela podia ser sujeito passivo do crime. Cuidava-se, como se vê, de dispositivo penal discriminatório e que pouco tem a ver com a autodeterminação das pessoas. Nesse ponto, claro, a lei penal nova é retroativa (porque favorece o agente). Mesmo quem já foi condenado definitivamente pelo crime de sedução pode se beneficiar com a nova lei (porque estamos diante de um caso de *abolitio criminis*).

No crime de rapto foram revogados tanto o delito de rapto violento como o de rapto consensual, assim como as disposições pertinentes a eles (CP, arts. 219, 220, 221 e 222). As derradeiras considerações relacionadas com a *abolitio criminis* feitas no item anterior são naturalmente válidas para o rapto. Lei nova favorável sempre retroage. Agora, quem raptar (seqüestrar) qualquer pessoa com fim libidinoso vai responder pelo crime de seqüestro qualificado (CP, art. 148, parágrafo 1º, V). A finalidade do agente é marcante nesse caso (pois reside nela a diferenciação dos delitos): quem seqüestra uma pessoa com o fim de privá-la da liberdade responde por seqüestro simples; se a finalidade é libidinoso, há seqüestro qualificado; se a finalidade é extorquir vantagem econômica, crime de extorsão.

De acordo com velha classificação penal, o seqüestro qualificado pelo fim libidinoso é um crime formal, leia-se não é preciso acontecer o ato libidinoso para a consumação do crime (basta a finalidade do agente). Aqui reside mais um exemplo de crime de intenção transcendental, que é dirigida a um resultado (ato libidinoso, no caso) que não é exigido pelo tipo para a consumação do crime. Crime de resultado cortado (ou antecipado).

O autor, ainda sobre a reforma do Código Penal critica o nome dado ao Título VI (crimes contra os costumes), posto que não são os costumes o objeto jurídico da tutela penal. Toda dogmática penal, na atualidade, só concebe a existência de crime sexual que atente contra a liberdade sexual ou contra o normal desenvolvimento da personalidade (em

formação) da criança. Fora disso, não é admissível a incidência do Direito Penal, sob pena de se confundir a moral com o Direito Penal, que não serve para corrigir pessoas nem para proteger determinadas concepções morais. Por força do princípio da exclusiva proteção de bens jurídicos, não há espaço no Direito Penal para a tutela de uma determinada moral ou religião ou partido político ou ideologia etc.

2.5 A Constituição de 1988 e as normas de Direito Penal

O direito Penal se legitima mediante dispositivos constitucionais, havendo, dessa forma, vinculação obrigatória do bem jurídico protegido à Constituição Federal. Tendo a Lei Maior, um extensivo rol de direitos e garantias individuais, com o estabelecimento de diversas vedações relativas a preconceitos, como explicar a existência na lei penal de distinção protetora entre as mulheres honestas e as tidas como não honestas? Para Max E. Mayer, existem normas ditadas meramente pelo convívio social, derivando da cultura de cada povo. Tais normas culturais são entendidas como proibições ou mandamentos, por meio das quais uma sociedade exige conduta correspondente aos seus interesses, onde estão inseridas normas de natureza, moral, religiosa, de intercâmbio material e moral, econômico ou social, de cultura agrária, militar, técnica, acadêmica etc⁶⁴².

O que parece ter ocorrido foi uma transposição para a lei penal de uma dessas normas que tutelam de forma diferenciada mulheres honestas em face daquelas assim não consideradas.

No entanto, hoje em dia, as normas de cultura não mais podem vir a impor limites à atuação do Estado, tendo o direito de punição somente a função legal de proteger bem jurídico, não se admitindo constitucionalmente a permanência de lei que viole a igualdade entre homens e mulheres.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O referencial metodológico desenvolvido no presente artigo, refere-se a pesquisa bibliográfica e documental, com utilização como fonte de artigos, consultas on-line, livros doutrinários e pesquisas jurisprudencial.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Consoante o que foi analisado até o momento, necessário e imprescindível é a formulação de uma pensamente geral acerca caso em comento, para possibilitar que os leitores também formulem os seus de maneira concreta e objetiva.

5 CONCLUSÃO

Inegável é o fato de que a legislação penal necessitava de alterações visando a adequação aos novos fatos sociais, inclusive no que tange aos valores éticos e morais sexuais, violados com a prática dos crimes sexuais acima referidos. Não poderiam continuar inseridos no título Crimes Contra os Costumes, porque decorrentes de valores vigentes em 1940, quase sessenta anos atrás, sobretudo porque a proteção à dignidade da pessoa humana, em especial no tocante ao seu direito de escolha e ao livre arbítrio em matéria sexual, é que torna uma sociedade elevada e respeitável em seus valores e princípios éticos e morais.

Com a reformulação do Código Penal Brasileiro, por meio da Lei nº. 11.106/2005, foram retiradas expressões atrasadas e preconceituosas, como “mulher honesta”, revogados os artigos em desuso, e as demais alterações realizadas. Ao proporcionar tais modificações, a lei conferiu uma maior coerência e completude ao ordenamento penal brasileiro.

⁶⁴² HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. [S. l.: s. n.], [?]. v. 2, p. 23.

REFERÊNCIAS

KAUFMANN, Armin. **La misión del Derecho Penal**: Política Criminal y reforma Del derecho penal. Bogotá: Temis, 1982.

GOMES, Luiz Flávio. **Reforma penal dos crimes sexuais**. Disponível em: <http://www.mundolegal.com.br/?FuseAction=Artigo_Detalhar&did=16472>. Acesso em: 16 set. 2008.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao Código Penal**. [S. l.: s. n.], [?]. v. 2.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Por um novo Direito Penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, Rio de Janeiro, n. 33, 2001.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

AD 34: DIREITO PENAL DO INIMIGO: MODERNIDADE OU RETROCESSO?

Trycia A. Carneiro de Melo Jorge⁶⁴³; Bruno Queiroz⁶⁴⁴

RESUMO

O Direito Penal do Inimigo é uma teoria desenvolvida pelo alemão Günter Jakobs e representa o pensamento expansionista do direito penal moderno. De acordo com essa teoria, o infrator da ordem jurídica será tratado como inimigo, e, dessa forma, não terá a seu favor o tratamento dispensado aos outros componentes daquela sociedade, que são cidadãos. Com isso, o inimigo perde garantias e direitos individuais declarados na Constituição, pelo fato de não ser mais considerado pessoa pelo Estado. O inimigo não merece ser tratado como cidadão. Contudo, há críticas à aplicação dessa tese no que tange ao princípio da igualdade que está garantido na nossa Constituição, conseqüentemente ao da dignidade da pessoa humana, do devido processo legal. Portanto, podemos perceber que essa teoria vai de encontro ao próprio Estado Democrático de Direito, que contra ela se insurge como solução para o problema da violência, que é tão amplo, e que, no nosso modo de ver, necessita de reflexões mais profundas, com interação de várias áreas como a psicologia social, a sociologia, a gestão de políticas públicas e a administração.

Palavras-chave: Direito Penal do Inimigo. Estado Democrático de Direito. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O Direito Penal tem evoluído de acordo com o surgimento de novos delitos. Dentre esses novos delitos estão os decorrentes da globalização, a chamada macrocriminalidade, a criminalidade econômica organizada, o terrorismo, o tráfico de armas e de pessoas. Tais crimes exigem um caráter de prevenção e de praticidade do direito penal que passa a ter um âmbito supranacional e unificado⁶⁴⁵.

Em decorrência da necessidade de combater os novos delitos, e por acreditar que o direito penal clássico, com suas regras e princípios, não está preparado para tanto, surgem como alternativas as novas teorias funcionalistas.

O funcionalismo sistêmico ou o direito penal funcional é um direito penal de urgência que tem o fim de atender e aplacar o sentimento de insegurança social. Com o avanço acelerado da macrocriminalidade, surge na sociedade a ânsia de contê-la. Foi nessa linha de raciocínio que Günter Jakobs⁶⁴⁶ desenvolveu e passou a difundir uma teoria de expansão do direito penal que foi tema do seu mais recente livro: “*Derecho penal del enemigo*”.

Essa tendência expansionista do direito penal, que modernamente vem acontecendo com tanta ênfase, acreditamos ser fruto da crescente onda de violência que se verifica nos tempos atuais, decorrente do caos social em que vivem principalmente os países em desenvolvimento. A partir disso, tem-se atribuído ao direito o desempenho de uma tarefa que, a princípio, não lhe pertence, que é a de restaurar a paz social do Estado sem dar condições dignas de vida aos cidadãos, dando ao direito penal uma conotação política, colocando-o como instrumento único para soluções de conflitos sociais.

O objetivo do presente trabalho é avaliar essa nova teoria, entendê-la, perceber sua possível aplicação no atual Estado brasileiro, confrontando-a com os princípios constitucionais ora vigentes.

⁶⁴³ Aluna do 7º semestre do curso de Direito.

⁶⁴⁴ Professor Ms., Orientador.

⁶⁴⁵ SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. **A expansão do Direito Penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais.** Tradução de Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002, p. 75-84.

⁶⁴⁶ Günter Jakobs é catedrático de Direito penal e Filosofia do Direito na Universidade de Bonn, Alemanha; diretor e um dos criadores do Seminário de Filosofia Jurídica na Universidade de Bonn, Alemanha.

1 A TEORIA DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

A expressão Direito Penal do Inimigo foi utilizada por Jakobs primeiramente em 1985, mas o desenvolvimento teórico e filosófico do tema só foi levado a cabo a partir da década de 1990.⁶⁴⁷ O autor justifica sua teoria na alegativa de que o esquema normativo, por mais justificado que esteja, se não dirige à conduta das pessoas, carece de realidade social.⁶⁴⁸

O chamado direito penal do inimigo é proposto por Jakobs⁶⁴⁹ para combater as pessoas refratárias, aquelas para as quais o direito penal do cidadão não tem vigência.

De acordo com essa teoria, existem determinados sujeitos que devem ser despojados da categoria de cidadãos e serem tratados como meras fontes de perigo. O Estado, portanto, deve neutralizá-los.

O Direito Penal então conheceria dois pólos ou tendências em seus regulamentos: o trato com o cidadão, do qual se espera que exteriorize sua conduta para então reagir, com o fim de confirmar sua conduta às normas da sociedade, e o trato com o inimigo que deve ser interceptado antes, num estágio prévio, pois deve ser combatido pela sua periculosidade.

Percebe-se que a tese em análise, defendida por Jakobs, é estruturada sobre o conceito de pessoa e de não-pessoa. Para ele, o inimigo é uma não-pessoa, pois “*um indivíduo que não admite ser obrigado a entrar em um estado de cidadania, não pode participar dos benefícios do conceito de pessoa*”.⁶⁵⁰

O autor cita como inimigos aqueles que se afastam de modo permanente do direito e que não dão garantias de que vão continuar fiéis às normas. Cita como exemplos os criminosos econômicos, terroristas, delinqüentes organizados, autores de delitos sexuais e outras infrações penais perigosas.

Para Jakobs, indivíduo e pessoa são conceitos distintos. O indivíduo pertence à ordem natural, é o ser sensorial, tal como aparece no mundo da experiência. Os indivíduos são animais inteligentes, conduzindo-se pelas suas satisfações e insatisfações conforme suas preferências e interesses, ou seja, sem referência a nenhuma configuração objetiva do mundo externo em que participam outros indivíduos⁶⁵¹. A pessoa, por outro lado, está envolvida com uma sociedade (mundo objetivo), tornando-se sujeito de direitos e obrigações frente aos outros membros do grupo do qual faz parte, propiciando a ordem do mesmo.⁶⁵²

Esses indivíduos que não admitem se sujeitar às normas de uma sociedade, não podem ser tratados pelo Estado como pessoas, não comungam dos benefícios concedidos àqueles que se enquadram no conceito de pessoa. Eles são encarados como ameaça à segurança dos demais, como um inimigo que se visa combater, e nesse sentido o Direito se adianta ao cometimento do crime, levando em conta a periculosidade do agente. Por isso, eles não contarão com as garantias individuais em sua plenitude. Contra eles não se justificaria um procedimento penal legal, mas um procedimento de guerra, que dá ao Estado o poder de valer-se de expedientes como a diminuição das garantias constitucionais, aumento desproporcional das penas, flexibilização do princípio da legalidade, exagerada antecipação da tutela penal, dentre outros.

⁶⁴⁷ JESUS, Damásio de. Direito penal do inimigo. Breves considerações. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1653, 10 jan 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10863>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

⁶⁴⁸ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito Penal do Inimigo: noções e críticas**. Organização e tradução por André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005, p. 9

⁶⁴⁹ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 47.

⁶⁵⁰ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 36.

⁶⁵¹ JAKOBS, Günter. La idea de la normativización em la dogmática jurídico-penal. In: HERNÁNDEZ, Moisés Moreno. **Problemas capitales del moderno Derecho Penal a principios dei siglo XXI**. México D. F.: Cepolcrim, D. R., 2003, p. 69.

⁶⁵² JAKOBS, Günter apud MARTÍN, Luis Garcia. Consideraciones críticas sobre el actualmente “Derecho Penal del enemigo”. **Revista Electrónica de Ciência Penal y Criminología**, [s. l.], n. 7, 2005, p. 25.

Com essas afirmações, Jakobs sustenta que a separação entre Direito Penal do cidadão e Direito Penal do inimigo visa proteger a legitimidade do Estado de Direito, certamente voltado para o cidadão. Que o Estado tem o direito de procurar a segurança frente aos inimigos, sustentando que a custódia da segurança é uma instituição jurídica, e, portanto, os próprios cidadãos devem exigir do Estado as medidas adequadas para fornecer essa segurança⁶⁵³.

2 FUNDAMENTOS DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

O Direito Penal do inimigo fundamenta-se no pensamento filosófico clássico. O pressuposto necessário para admissão dessa teoria consiste na possibilidade de se tratar um indivíduo como tal e não como pessoa. Jakobs se inspirou em antigos conceitos de inimigos e os cita como pilares da sua teoria, senão vejamos:

- a) o inimigo, ao infringir o contrato social, deixa de ser membro do Estado, está em guerra contra ele; logo, deve morrer como tal (Rousseau);
- b) quem abandona o contrato de cidadão, perde todos os seus direitos (Fichte);
- c) em casos de alta traição contra o Estado, o criminoso não deve ser castigado como súdito, senão como inimigo (Hobbes); e
- d) aquele que ameaça constantemente a sociedade e o Estado, que não aceita o “estado comunitário- legal”, deve ser tratado como inimigo (Kant)⁶⁵⁴.

3 CARACTERÍSTICAS DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

A teoria firmada por Jakobs tem como características preponderantes as de que o inimigo não pode ser punido com pena, e sim, com medida de segurança, segundo ele “o direito do inimigo - poder-se-ia conjecturar – seria, então, sobretudo o direito das medidas de segurança aplicáveis a imputáveis perigosos”⁶⁵⁵.

Em outras palavras, o objetivo dessa teoria não é a garantia da vigência da norma, mas a eliminação de um perigo. O inimigo não deve ser punido de acordo com sua culpabilidade, senão consoante sua periculosidade, ou seja, as medidas contra o inimigo não olham prioritariamente o passado, o que ele fez, sim o futuro, o que ele representa de perigo para o futuro, por isso, é um direito penal prospectivo e não retrospectivo.

Além disso, o inimigo não é sujeito de direito e sim objeto de coação, ele não tem *status* de pessoa. Partindo desse princípio, surgirão reflexos no campo do Processo Penal. O inimigo não gozará das garantias constitucionais devidas aos cidadãos, não vigorarão a seu favor todos os princípios limitadores do poder punitivo estatal.

4 CRÍTICAS À TESE DO DIREITO PENAL DO INIMIGO

A maioria dos estudiosos do Direito Penal apresenta uma visão crítica sobre o Direito Penal do Inimigo, embora a mesma se apresente amparada filosoficamente.

De acordo com Cancio Meliá, não se justifica a dicotomia Direito Penal do cidadão e Direito Penal do Inimigo. Direito Penal do cidadão seria um pleonasma, Direito Penal do inimigo, uma contradição em seus termos⁶⁵⁶, um não-Direito Penal⁶⁵⁷. Além disso, ressalta

⁶⁵³ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 29.

⁶⁵⁴ GOMES, Luís Flávio: **Direito Penal do Inimigo**. Disponível em: <http://www.ultimainstancia.com.br/noticias/ler_noticia.php?idNoticia=5232>. Acesso em: 2 jul. 2008.

⁶⁵⁵ SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. **A expansão do Direito Penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Tradução de Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2002, p. 150.

⁶⁵⁶ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 54.

⁶⁵⁷ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 66.

que a teoria de Jakobs é incompleta, pois não aponta quem nem como se define o inimigo⁶⁵⁸, e que concretamente, nas nossas sociedades (Estados de Direito atuais), os possíveis infratores das normas penais seriam todos os seres humanos, pela sua condição humana, não podendo haver exclusão sem que haja uma ruptura no sistema⁶⁵⁹. Também cita que o termo é politicamente errôneo, ou seja, inconstitucional, pois não pode ter efetividade no ordenamento jurídico. Finalmente, conclui que o direito penal do inimigo não é um direito penal do fato, mas do autor.⁶⁶⁰

Além de Cancio Meliá, outros vários autores criticam veementemente Jakobs, como Muñoz Conde, que afirma ser um retrocesso terrível aproximando-se de um “direito penal do autor”, típico dos regimes totalitários, com um agravante, o de que esse “Direito Penal do Inimigo” estaria sendo admitido em Estados tradicionalmente democráticos.

Bernd Schünemann e Friederich Müller também são nomes que criticam a teoria de Jakobs. Alertam para o perigo de se conferir substrato teórico, no âmbito da própria doutrina penal, para essas odiosas práticas, e que dessa forma se esteja abolindo o Estado de Direito.

Ulfrid Neumann critica o fato de o bom comportamento ser pressuposto do *status* de pessoa, ou seja, para ser respeitado como pessoa, o ser humano precisa agir de acordo com o comportamento social esperado, sem violar a norma⁶⁶¹.

Eugenio Raul Zaffaroni questiona o poder conferido ao Estado em definir quem será inimigo. O autor chama a atenção para o emprego desse poder segundo interesses conjunturais e seu uso também para outros objetivos.⁶⁶²

CONCLUSÃO

A argumentação de Jakobs é fulcrada na afirmação de que alguns indivíduos serão tratados como pessoas e outros como não-pessoas. Como desprezar a dignidade humana de alguém? Quem teria autoridade para decidir quem tem e quem não tem dignidade? Em que fundamentar-se o Estado para decidir essa questão? Haveria essa possibilidade? Esses, me parecem, são os grandes questionamentos relacionados à teoria.

As conquistas históricas dos direitos fundamentais, a implementação do Estado Democrático de Direito, revelam a evolução do pensamento humano nos últimos séculos. Não se pode ignorar ou negar a ordem jurídica utilizando-se de meios não permitidos, na ânsia de resolver problemas sociais.

Dar ao Estado o poder de distinguir indivíduos, ignorando o princípio da igualdade, restringindo direitos não estando tais restrições antes previstas na Constituição, flexibilizando o princípio da legalidade, retirando de alguns o direito ao devido processo legal, poderá vir a ser, no mínimo, uma ameaça à democracia.

Essa expansão do direito penal, com pensamento punitivo e imediatista, que procura resolver os problemas sociais de maneira rápida e superficial, além de não trazer resultados duradouros, não fomenta a inclusão social, pelo contrário, degrada uma pessoa, provocando uma sensação de insegurança crescente.

Portanto, acredito que os problemas sociais que turbam a ordem pública devem ser tratados por outros métodos, como a gestão de políticas públicas destinadas a garantir o desenvolvimento social e econômico. E que, somente quando esgotadas as possibilidades de controle da criminalidade pelas outras vias, o Direito Penal seria utilizado, mas como *ultima*

⁶⁵⁸ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 71-72.

⁶⁵⁹ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 79.

⁶⁶⁰ JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003, p. 75.

⁶⁶¹ NEUMANN, Ulfrid. Direito Penal do Inimigo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 69, nov./dez. 2007, p. 174.

⁶⁶² DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Do iluminismo ao “direito penal” do inimigo. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 97, v. 869, mar. 2008, p. 464.

ratio, como restaurador da ordem pública, não como instrumento de resolução de todos os problemas relacionados à violência.

REFERÊNCIAS

- BONHO, Luciana Tramontin. Noções introdutórias sobre o direito penal do inimigo. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 10, n.1048, 15 maio 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8439>>. Acesso em: 30 jun. 2008.
- DELMANTO JÚNIOR, Roberto. Do iluminismo ao “direito penal” do inimigo. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 97, v. 869, mar. 2008.
- GOMES, Luís Flávio. **Direito Penal do Inimigo**. Disponível em: <http://www.ultimainstancia.com.br/noticias/ler_noticia.php?idNoticia=5232>. Acesso em: 2 jul. 2008.
- JAKOBS, Günter. La idea de la normativización em la dogmática jurídico-penal. In: HERNÁNDEZ, Moisés Moreno. **Problemas capitales del moderno Derecho Penal a principios dei siglo XXI**. México D. F.: Cepolcrim, D. R., 2003.
- JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Derecho penal del enemigo**. Madrid: Civitas, 2003.
- JAKOBS, Günter; CANCIO MELIÁ, Manuel. **Direito Penal do Inimigo: noções e críticas**. Organização e tradução por André Luis Callegari e Nereu José Giacomolli. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- JESUS, Damásio E. de. Direito penal do inimigo. Breves considerações. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 12, n. 1653, 10 jan 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10863>>. Acesso em: 2 jul. 2008.
- MARTÍN, Luis Garcia. Consideraciones críticas sobre el actualmente “Derecho Penal del enemigo”. **Revista Electrónica de Ciência Penal y Criminologia**, [s. l.], n. 7, 2005.
- NEUMANN, Ulfrid. Direito Penal do Inimigo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, n. 69, nov./dez. 2007, p. 174.
- SILVA SANCHEZ, Jesus-Maria. **A expansão do Direito Penal. Aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Tradução de Luiz Otávio de Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

FISIOTERAPIA

Resumos

RF 1: UTILIZAÇÃO DE TÉCNICA DE BREATH STACKING EM PACIENTES TRAQUEOSTOMIZADOS COM SEQUELAS NEUROLÓGICAS

Germana Greicy de Vasconcelos¹; Marcia Maria Pinheiro Dantas²

¹ Egressa da Faculdade Christus

² Professora Ms., Orientadora

O Traumatismo crânio-encefálico é uma lesão encefálica provocada por uma força externa podendo causar perda ou não da consciência. Acidente Vascular Cerebral é uma doença bastante comum hoje na população brasileira. Acontece quando uma isquemia ou sangramento acomete determinada região do cérebro, diminuindo ou bloqueando o suprimento de oxigênio aos tecidos cerebrais. Tanto no TCE como no AVC devido à diminuição do suprimento de oxigênio aos tecidos, o paciente irá apresentar possíveis seqüelas neurológicas, motoras, respiratórias, entre outras. Esse estudo teve como objetivo analisar as variações do volume corrente e volume minuto em pacientes com diagnóstico de AVC e TCE que foram submetidos à técnica de Breath Stacking (modificado). A técnica de *Breath Stacking* é um método relativamente novo e que significa “respirações acumuladas” no pulmão, fazendo com que ocorra expansão de áreas pulmonares colapsadas. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, prospectiva, com enfoque intervencional. Nove pacientes com diagnóstico de TCE e um com AVC internados na UTI do Instituto Dr. José Frota, Fortaleza, CE participaram da pesquisa durante o mês de outubro de 2007. Nos resultados da pesquisa organizados em forma de tabelas e gráficos, observamos que houve predominância do sexo masculino 60%; 90% apresentaram diagnóstico de TCE; a faixa etária compreendeu de 25 a 70 anos, com índice maior entre 41-60 anos; 90% dos pacientes eram da capital; registramos antes da realização da técnica de BS os seguintes parâmetros: 60% apresentaram FR entre 21-30rpm, 50% dos pacientes com PA sistólica entre 100-140 mmHg e 50% entre 141-181mmHg; 70% com PA diastólica entre 90-110mmHg; a maioria dos pacientes com VC entre 401-450ml; 70% apresentaram Vmin entre 10,01-14,50L; logo após a aplicação da técnica de BS, a maioria dos pacientes apresentaram FR entre 31-40rpm; 70% dos pacientes com PA sistólica entre 141-181mmHg e 80% com PA diastólica entre 90-110mmHg; a maioria apresentou VC entre 301-350ml e VMin entre 10,01-14,50L. Uma hora após a realização da técnica a maioria dos pacientes apresentou FR entre 20-29rpm; 50% dos pacientes com PA sistólica entre 100-140mmHg e 50% entre 141-181mmHg; 60% com PA diastólica entre 90-110mmHg; a maioria dos pacientes apresentaram VC entre 301-350ml e 60% apresentaram VMim entre 10,01-14,50L. A fisioterapia é de fundamental importância no tratamento das seqüelas do AVC e TCE, principalmente no que diz respeito aos problemas respiratórios. Como observado, à técnica de BS (modificado) não contribuiu para incrementar a ventilação pulmonar, não melhorando assim o volume corrente do paciente, porém pode incrementar o volume minuto.

Palavras-chave: Breath Stackng (BS). Seqüela neurológica. Fisioterapia.

RF 2: A CRIANÇA E O ADOLESCENTE VÍTIMA DE ACIDENTES DE TRÂNSITO: UMA ANÁLISE DA FISIOTERAPIA NO PERÍODO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Márcia Maria Pinheiro Dantas¹; Anamaria Cavalcante e Silva²; Paulo César de Almeida³
Luilma Albuquerque Gurgel⁴; Lenise Castelo Branco Camurça Fernandes⁵

¹ Ex-aluna do curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde da Criança e do Adolescente –
UECE

² Profa. Dra. Orientadora do Mestrado Profissionalizante em Saúde da Criança e do
Adolescente – UECE

^{3,4} Co-orientadores

⁵ Fisioterapeuta Especialista colaboradora

Nas últimas décadas, a morbimortalidade por causas externas vem crescendo em todo o Brasil. Entre estas causas inclui-se o acidente de trânsito, o qual, quando não leva ao óbito, demanda seqüelas transitórias ou permanentes. Pacientes com traumatismo cranioencefálico, raquimedular, tóraco-abdominal e de membros tanto superiores como inferiores são muito encontrados nas emergências, unidades de terapia intensiva e enfermarias hospitalares. A fisioterapia trabalha com este paciente desde o pós-operatório imediato até a alta hospitalar e também em nível ambulatorial. O estudo teve como objetivo identificar o tipo de tratamento fisioterápico hospitalar aplicado às crianças e adolescentes vítimas de acidentes de trânsito e quantificar as solicitações de tratamento fisioterápico no período de internação hospitalar. submetidos a tratamento fisioterápico nos meses de outubro a dezembro de 2006 internados no Instituto Dr. José Frota (IJF), Fortaleza-CE. Trata-se de um estudo de natureza descritiva, observacional e com abordagem quantitativa, cujo universo constou de 45 pacientes internados na UTI e ou enfermarias do IJF. Conforme mostram os resultados o diagnóstico de traumatismo cranioencefálico e/ou traumatismo de membros foi o mais encontrado: 40% do total. Somente 20% dos pacientes apresentaram solicitação de fisioterapia na prescrição médica. De acordo com esta, o tratamento fisioterápico realizado constou de fisioterapia respiratória e/ou motora em 31% dos pacientes atendidos. Contudo, 53,3% destes pacientes apresentaram lesões músculo-esqueléticas. Apesar do número de pacientes atendidos pela fisioterapia ter sido pequeno, é possível que esta tenha contribuído para minimizar as seqüelas durante o período de internação hospitalar ($p=0,0001$). Na alta hospitalar, 51,1% das vítimas não apresentaram evidência de desenvolvimento de incapacidade física. Como observado, a fisioterapia pode contribuir na recuperação do paciente vítima de acidente de trânsito reduzindo o grau de comprometimento das seqüelas.

Palavras-chave: Fisioterapia. Criança e adolescente. Seqüelas.

RF 3: CARACTERIZAÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO ENVOLVENDO CRIANÇAS E ADOLESCENTES HOSPITALIZADOS

Márcia Maria Pinheiro Dantas¹; Anamaria Cavalcante e Silva²; Paulo César de Almeida³; Luilma Albuquerque Gurgel⁴; Lenise Castelo Branco Camurça Fernandes⁵

¹ Ex- aluna do curso de Mestrado Profissionalizante em Saúde da Criança e do Adolescente – UECE

² Profa. Dra. Orientadora do Mestrado Profissionalizante em Saúde da Criança e do Adolescente – UECE

^{3,4} Co-orientadores

⁵ Fisioterapeuta Especialista colaboradora

Nas últimas décadas, a morbimortalidade por causas externas vem crescendo em todo o Brasil. Entre estas causas inclui-se o acidente de trânsito, o qual, quando não leva ao óbito, demanda seqüelas transitórias ou permanentes. Pacientes com traumatismo cranioencefálico, raquimedular, tóraco-abdominal e de membros tanto superiores como inferiores são muito encontrados nas emergências, unidades de terapia intensiva e enfermarias hospitalares. O estudo teve como objetivo investigar as características de acidentes de trânsito em crianças e adolescentes nos meses de outubro a dezembro de 2006 internados no Instituto Dr. José Frota (IJF), Fortaleza-CE. Trata-se de um estudo de natureza descritiva, observacional e com abordagem quantitativa, cujo universo constou de 45 pacientes internados na UTI (Unidade de terapia Intensiva) ou enfermarias do IJF. Conforme mostram os resultados, houve predominância do sexo masculino (73,3%), a faixa etária compreendeu de 1 a 17 anos distribuída de forma semelhante, com 66,6% das vítimas no ensino fundamental incompleto, e renda familiar predominante de 1,6 salário mínimo e 55,6% de procedência do interior. Quanto ao tipo de acidente, o atropelamento preponderou com 64,4% das vítimas, sendo atribuída a culpa a terceiros, com 37,8% dos casos. A assistência às vítimas foi prestada de forma eqüitativa por parente/amigo e o causador do acidente. A grande maioria foi socorrida em um tempo inferior a dez minutos. O diagnóstico de traumatismo cranioencefálico e/ou traumatismo de membros foi o mais encontrado: 40% do total. Em relação aos pacientes portadores de TCE, 13% apresentaram grau de coma moderado na escala de coma de Glasgow. Contudo, 53,3% destes pacientes apresentaram lesões músculo-esqueléticas. Na alta hospitalar a maior parte dos pacientes não apresentou um grau elevado de comprometimento da lesão que os impossibilitasse de retornar a alguma atividade escolar e/ou profissional. Em relação aos responsáveis, 84% desconhecem a existência do seguro DPVAT (Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres) ao qual têm direito e 71% deles não tomaram conhecimento de campanhas de prevenção de acidentes de trânsito. Segundo se conclui, a violência no trânsito gera um grave problema na sociedade atual. Portanto, faz-se necessário o cumprimento das leis juntamente com medidas preventivas com vistas à redução de óbitos e injúrias oriundas do acidente.

Palavras-chave: Acidentes. Criança. Adolescente.

RF 4: RELATO E COMPARAÇÃO ENTRE OS MÉTODOS DE TRATAMENTO DA SÍNDROME DA DOR MIOFASCIAL NA REGIÃO CERVICAL

Pedro Mendes Almeida¹; Luciano Nogueira Lopes Filho ²

¹ Aluno do 6º semestre do Curso de Fisioterapia

² Professor Ms., Orientador do Curso de Fisioterapia

A síndrome da dor miofascial (SDM) é uma das principais causas de dor muscular onde sua característica mais comum é a presença de pontos gatilhos. Estes são definidos como locais hiperirritáveis que podem ser localizados no ventre muscular, fascias e tendões. Quando tais pontos são estimulados promovem a dor e efeitos autonômicos. Sua grande incidência está

localizada na região cervical e na cintura escapular. Os músculos que comumente estão comprometidos pela presença de pontos gatilhos na região cervical são os músculos posturais, tais como: o músculo esternocleidomastoideo, os escalenos, trapézio superior e elevador da escápula. O objetivo desse estudo foi relatar e comparar os principais métodos de tratamento da SDM localizada na região cervical, haja vista que existem muitas opções de tratamentos para tal condição. Foi realizada uma vasta pesquisa em periódicos, livros e estudos que abordava a eficácia de cada técnica de tratamento. O trabalho procurou abordar a utilização de técnicas diferentes e assim comparar as terapias e seus possíveis resultados. FERNÁNDEZ (2004) em seu estudo relata a eficácia da massagem de fricção transversa em pacientes portadores da SDM e concluiu que essa é uma técnica eficiente, porém muito dolorosa para o paciente o que acaba inviabilizando o seu uso em certos casos. A utilização das técnicas de punção seca e a injeção de anestésicos locais na região do ponto gatilho foram estudadas por GARCÍA (2006) que obteve bons resultados em ambos, entretanto a punção seca se mostrou mais eficiente quando avaliadas pela escala visual analógica de dor. Como outro método de tratamento, GREVE (1993) comenta que os sprays congelantes de fluorimetano e etilclorido podem ser usados, mas tal técnica exige o alongamento e a vaporização associados para que o efeito analgésico seja obtido. FERNÁNDEZ (2005) realizou uma sistemática revisão bibliográfica sobre as terapias manuais no tratamento da SDM, e concluiu que a terapia manual possui um efeito específico além do efeito placebo e que ainda se tem poucos estudos nessa área. A compressão isquêmica e a inibição posicional são duas outras opções manuais para o tratamento dessa síndrome, entretanto o acervo de estudos que demonstram a efetividade desses métodos é muito escasso, D'AMBROGIO (2001). Através de uma revisão bibliográfica pôde-se concluir que ainda se têm poucos estudos que comprovam e mostram a eficácia da terapia manual na dor miofascial e que os outros métodos são eficientes, porém apresentam particularidades e restrições em alguns casos.

Palavras-chave: Dor miofascial, Comparação, Tratamento

RF 5: CONDUTAS FISIOTERÁPICAS DE EXPANSÃO PULMONAR EM PACIENTES COM FRATURA DE ARCO COSTAL NÃO PENETRANTE

Regiane Morais de Araújo¹; Marcia Maria Pinheiro Dantas²

¹ Egressa da Faculdade Christus

² Professora Ms., Orientadora

A fratura de arco costal, resultante de um traumatismo torácico, afeta principalmente indivíduos na faixa etária abaixo de 45 anos e correspondem a 25% das mortes relacionadas com trauma. Dentre as principais causas estão os acidentes de trânsito, quedas e acidentes por armas de fogo. O paciente pode apresentar dor forte, retenção de secreção e movimento paradoxal. Esse tipo de lesão pode levar a sérias complicações como o hemotórax, pneumotórax, hemopneumotórax, pneumonia e atelectasia. Para o diagnóstico os raios X de tórax são de importância crucial e o tratamento inclui desde medidas conservadoras ao tratamento cirúrgico. A atuação da fisioterapia nesse tipo de problemática, busca proporcionar uma reexpansão pulmonar restaurando volumes e capacidades, dispondo para isto, de manobras e/ou recursos capazes de alcançar os efeitos desejados. O trabalho tem como objetivo pesquisar quais as condutas fisioterápicas indicadas para pacientes com fratura de arco costal não-penetrante, com o intuito de expandir regiões pulmonares comprometidas. Trata-se de um estudo bibliográfico, exploratório e descritivo em que a coleta de dados foi realizada através de livros-texto, artigos científicos de revistas indexadas na área desde 2004 até 2007, por intermédio de banco de dados do Bireme e Scielo. Pacientes que apresentam fratura de arco costal não-penetrante decorrente de um traumatismo torácico podem ter sua expansibilidade pulmonar beneficiada através do emprego de algumas manobras fisioterápicas e de aparelhos como os incentivadores ventilatórios, EPAP, Reanimador de Müller dentre outros. Essas manobras e recursos promovem uma melhor ventilação alveolar, previnem e/ou tratam a atelectasia e beneficiam as trocas gasosas, conseqüentemente, proporcionando a esse paciente uma maior expansão pulmonar. Conclui-se que um trauma na cavidade torácica, seja aberto ou fechado, é um grave problema. Comprometendo, principalmente, a função pulmonar. A fisioterapia respiratória é de fundamental importância nesses casos, sobretudo quando se utiliza a pressão positiva através de alguns aparelhos, também a cinesioterapia respiratória e a terapia de expansão pulmonar. Constatamos que essas condutas podem oferecer ao paciente traumatizado uma evolução favorável do seu quadro clínico, porém é primordial que o fisioterapeuta elabore um plano terapêutico adequado para cada situação.

Palavras-chave: Pressão positiva. Expansão pulmonar. Traumatismo torácico. Ventilação não-invasiva.

RF 6: ALODÍNIA TÉRMICA E MECÂNICA INDUZIDA PELO TRATAMENTO CRÔNICO COM O AGENTE ANTITUMORAL OXALIPLATINA EM CAMUNDONGOS

Renata Bessa Pontes¹; Mariana Lima Vale²; Juliana Lino Arcanjo³

¹ Pesquisadora autora docente do curso de Fisioterapia

^{2,3} Pesquisadoras co-autoras

As neoplasias malignas representam uma classe de doença caracterizada pelo crescimento descontrolado de células aberrantes. A invasão destrutiva de órgãos normais por estas células, por extensão direta ou por disseminação à distância que pode ser através do sangue, linfa ou superfície serosa, leva a perda de função dos órgãos atingidos e conseqüentemente a morte do organismo. Especificamente a oxaliplatina (trans-1-diaminociclohexano-L-OH) foi desenvolvida em 1970 como uma das dezenas de 1,2-diaminociclohexano (1,2-DAOH) composto platino. Testes clínicos mais de uma década depois revelaram sua magnífica atividade antitumoral (MARSHALL, 2004). A oxaliplatina é a terceira geração de agentes platinos tendo demonstrado um amplo espectro de atividade antitumoral e toxicidade diferente da cisplatina e das drogas de segunda geração como carboplatina. Por se distribuir em todas as células dos tecidos, exibe uma potente atividade citotóxica em linhas de células cancerosas humanas, incluindo câncer colorretal, ovariana e pulmonar. A toxicidade da oxaliplatina difere de outros compostos platinos, dentre eles está o laringoespasma, náuseas, vômitos, diarreia, reações de hipersensibilidade, fadiga, fibrose pulmonar e neuropatia periférica, que é objeto deste estudo. **Objetivos:** este estudo teve como objetivo desenvolver um modelo experimental de alodínia térmica e mecânica induzida pelo agente antitumoral oxaliplatina. **Métodos:** foram utilizados camundongos (*Swiss*) machos pesando entre 20-40g. Foi realizada a avaliação através de respostas térmicas e mecânicas em animais controles e em animais tratados com oxaliplatina. Para isso foram administradas injeções intravenosas na veia lateral da cauda em três doses (1mg/Kg, 2 mg/Kg e 4 mg/Kg) durante quatro semanas e meia totalizando nove administrações e paralelamente foram realizados testes de alodínea térmicos e o teste de Rota Rod foi utilizado para avaliar a atividade motora forçada, locomoção e equilíbrio. A temperatura utilizada para os testes térmicos de imersão da cauda (TIC) foram de 10°C em água fria e 42°C em água quente. **Resultados:** o peso corporal foi medido antes de cada administração de oxaliplatina e até o final dos testes onde foi observado que houve uma diminuição de até 7,7% na dose de 1 mg/kg. No TIC alodínia pelo frio foi observado uma diminuição significativa ($p < 0,05$) no limiar nociceptivo a partir do 35º dia atingindo o máximo na dose de 1 mg/Kg (27,11%) comparado ao grupo controle. No TIC alodínia pelo quente foi observado uma diminuição significativa ($p < 0,05$) no limiar nociceptivo a partir do 28º dia atingindo o máximo na dose de 1 mg/Kg (48,93%) comparado ao grupo controle. No teste do Rota Rod nenhuma variação significativa foi observada em nenhum grupo comparado com o controle. **Conclusão:** Ao desenvolver este modelo experimental de alodínia térmica e mecânica foram obtidos como resultados que a dose que produz melhor resposta à neuropatia periférica induzida pelo agente antitumoral oxaliplatina é a dose de 1mg/Kg comprovado pelos testes térmicos e o teste mecânico comprovou ausência de resposta mecânica ratificando alteração neuropática.

Palavras-chave: Alodínia térmica e mecânica. Oxaliplatina. Camundongos.

FISIOTERAPIA

Artigos

AF 1: CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS: UMA REVISÃO

Alanna Maciel Peixoto Monteiro¹; Isabel Cristina de Mendonça Santiago²; Magnely Moura do Nascimento David³

RESUMO

No Brasil, podemos observar a dificuldade, da população, em ter acesso a medicamentos. A política nacional de medicamentos (PNM), surgiu com o objetivo de assegurar que toda a população tenha acesso aos medicamentos essenciais e garantir a segurança, eficácia e qualidade desses medicamentos. O Ministério da Saúde iniciou, em 1998, uma discussão sobre medicamentos genéricos, que a partir de 10 de fevereiro de 1999 se transformou na Lei dos Medicamentos Genéricos (Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999). A tentativa da PNM, na implantação de medicamentos genéricos no mercado, foi diminuir os custos da população com medicamentos, uma vez que tais medicamentos são uma alternativa mais barata. No entanto, o que se observa é que os genéricos não se popularizaram da forma que deveriam. Portanto, faz-se necessário publicações de trabalhos que demonstrem quais motivos estão relacionados a essa não popularização, para que novas medidas sejam tomadas. Dessa forma, esta revisão tem o objetivo de divulgar o conhecimento sobre medicamentos genéricos e a utilização desses medicamentos pela população. Para isso, foram realizadas pesquisas em artigos de periódicos científicos e documentos eletrônicos publicados entre os anos de 1994 e 2008. Ao final desta revisão constatou-se que, os genéricos não se popularizaram da forma esperada, assim concluiu-se que novas medidas devem ser tomadas, no sentido de divulgar, esclarecer e conscientizar a população, com a finalidade de popularizar mais ainda os genéricos e melhorar o acesso da população à esses medicamentos.

Palavras-chave: Medicamentos Genéricos. Acesso a Medicamentos. Política Nacional de Medicamentos (PNM).

1 INTRODUÇÃO

A dificuldade de acesso a medicamentos que acontece em países subdesenvolvidos pode ser observada, com muita clareza, também no Brasil. A população de maior poder aquisitivo tem fácil acesso a medicamentos, enquanto a maioria da população, que é menos privilegiada economicamente, fica dependendo de programas governamentais para adquirir tais medicamentos (GADELHA; QUENTAL; FIALHO, 2003; VIÇOSA, 2003; MONTEIRO et al, 2005).

No Brasil, o Estado é o responsável por formar e executar políticas econômicas e sociais que, entre outras coisas, permita que toda a população tenha acesso a ações e serviços que promovam, protejam e recuperem a saúde. Incluindo a política nacional de medicamentos (PNM), cujo objetivo é assegurar que toda a população tenha acesso aos medicamentos essenciais e garantir a segurança, eficácia e qualidade desses medicamentos (SCHENKEL et al, 2004; DIAS; ROMANO-LIEBER, 2006; GIROTO; SILVA, 2006; FIGUEIRAS; MARCELINO; CORTES, 2007; ROCHA; BARROS; SILVA, 2007).

O Ministério da Saúde iniciou em 1998, uma discussão sobre medicamentos genéricos, que a partir de 10 de fevereiro de 1999 se transformou na Lei dos Medicamentos Genéricos (Lei nº 9.787, de 10 de fevereiro de 1999). Meses depois, em 30 de novembro de 2000, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) aprovou a Resolução-RDC nº 102, regulamentando todas as formas de propagandas de medicamentos no Brasil. Com o propósito

¹ Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

² Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

³ Professora Ms., Orientadora.

de aumentar o acesso da população a medicamentos eficazes, seguros, de qualidade e a preços reduzidos em até 30% em relação aos medicamentos de marca (BARROS, 2001; CASTANEDO-CÁZARES, 2001; ALDÉ, 2008; VIÇOSA, 2003; OLIVEIRA et al, 2005; ROCHA; BARROS; SILVA, 2007).

As despesas com saúde, no nosso país, perdem só para a habitação, se enquadrando no quarto maior grupo de despesas familiares. Ressalta-se ainda, o fato de que a população que compõe a classe baixa tem mais gastos com medicamentos do que a que forma a classe média alta. Assim, a Lei dos Medicamentos Genéricos, permitiu um maior acesso da população aos medicamentos, a princípio, por se tratar produtos mais baratos. A redução do preço final dos medicamentos foi possível devido a fatores, como, menor investimento em propaganda do que os medicamentos de marca e por não haver a necessidade de ensaios clínicos, já que esses foram feitos pelas empresas que tem a patente da marca (CASTANEDO-CÁZARES, 2001; ALDÉ, 2008; VIÇOSA, 2003; DIAS; ROMANO-LIEBER, 2006; MESQUITA FILHO, 2006; FIGUEIRAS; MARCELINO; CORTES, 2007; ROCHA; BARROS; SILVA, 2007; SILVA et al, 2007).

A tentativa inicial da PNM, na implantação dos genéricos no mercado, foi diminuir os custos da população com medicamentos, uma vez que os genéricos são uma alternativa mais barata e possuem a mesma eficácia e segurança dos medicamentos de marca. No entanto, o que se observa, atualmente, é que os genéricos não se popularizaram da forma que deveriam. Portanto, faz-se necessário publicações de trabalhos que demonstrem quais motivos estão relacionados a essa não popularização, para que novas medidas sejam tomadas. Assim, esta revisão tem o objetivo de divulgar o conhecimento sobre medicamentos genéricos e a utilização destes pela população (VIÇOSA, 2003; GIROTTO; SILVA, 2006).

Para isso, foram realizadas pesquisas em artigos de periódicos científicos e documentos eletrônicos publicados entre os anos de 1994 e 2008, tendo por base as seguintes palavras chaves: medicamentos genéricos, acesso à medicamentos e política nacional de medicamentos.

2 DEFINIÇÃO DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS

A ANVISA (2002) descreve medicamento genérico como aquele que contém o mesmo fármaco, ou seja, o mesmo princípio ativo, na mesma dosagem e forma farmacêutica, é administrado pela mesma via e possui a mesma indicação terapêutica do medicamento de referência no país, apresentando a mesma segurança do medicamento de marca podendo assim, substituí-lo. A segura substituição do medicamento de referência pelo seu genérico, é assegurada por testes de bioequivalência apresentados à ANVISA, do Ministério da Saúde. Essa substituição somente poderá ser realizada pelo farmacêutico responsável, pela farmácia ou drogaria e deverá ser registrada na receita médica.

3 A IDÉIA DOS MEDICAMENTOS GENÉRICOS

Bermudez (1994) vislumbrou uma alternativa viável para a regulação de preços no mercado brasileiro de medicamentos, os medicamentos genéricos. Assim, reduzia-se a dependência externa que existe no setor farmacêutico, sendo uma opção para a diminuição do superfaturamento praticado pelas empresas multinacionais, que leva a um aumento abusivo dos preços dos medicamentos.

A atividade final da indústria farmacêutica é a produção de medicamentos, estes são utilizados por toda a população no tratamento e/ou na prevenção das doenças. Essa produção envolve quatro etapas: pesquisa e desenvolvimento; produção industrial; formulação e processamento final; comercialização e distribuição através das farmácias e outros varejistas, e das unidades prestadoras de serviços de saúde (GADELHA; QUENTAL; FIALHO, 2003).

Vencido o prazo de proteção patentária (que é de 15 anos) do produto de marca comercial, o medicamento genérico pode ser produzido livremente, porém deve ser semelhante ao de marca no que diz respeito à bioequivalência e biodisponibilidade, com a finalidade de promover o mesmo efeito terapêutico. Assim, os medicamentos de marca ficam expostos à competição dos produtos genéricos, essa competição com o mercado de genéricos ocorre através dos preços e custos de produção. Esse ciclo de produtos farmacêuticos e as formas de competição do mercado atual reforçam a busca permanente de novos produtos por parte das empresas líderes, com a finalidade de preservarem seu poder competitivo (GADELHA; QUENTAL; FIALHO, 2003; VIÇOSA, 2003; GIROTTO; SILVA, 2006; MESQUITA FILHO, 2006; ROCHA; BARROS; SILVA, 2007).

Girotto e Silva (2006) publicaram um estudo demonstrando que 70,2% das prescrições de medicamentos feitas através do Sistema Único de Saúde (SUS), são pela denominação genérica. Embora seja um valor considerável, ainda está abaixo do valor definido pela Lei dos Genéricos, que determina que no âmbito do SUS a prescrição médica e odontológica deve, obrigatoriamente, ser realizada pela denominação genérica.

Recomendada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a PNM em vários países incentiva a prescrição dos medicamentos genéricos como uma estratégia fundamental para facilitar a educação e a informação, garantir preços acessíveis e, com isso, um maior acesso aos medicamentos, por toda a população. Salientando, portanto, que os medicamentos genéricos devem possuir o mesmo princípio ativo, a mesma dosagem, fórmula farmacêutica, via de administração e a mesma indicação terapêutica do medicamento de marca, no entanto, devem apresentar um menor custo (SANTOS; NITRINI, 2004; GIROTTO; SILVA, 2006; VIEIRA; ZUCCHI, 2006; SILVA et al, 2007).

Embora a legislação dos genéricos esteja em vigor desde 1997, suas recomendações ainda não são totalmente seguidas pelos prescritores. De acordo com a Associação Nacional de Farmácias, até 2003, grande parte dos médicos não estava de acordo em substituir a prescrição dos medicamentos de marca pelos genéricos, por acharem que isso dificultaria a relação médico-paciente e a adesão ao tratamento. Demonstrando, que tanto os profissionais de saúde como os pacientes, tem uma percepção errada a respeito dos medicamentos genéricos (COLOMBO et al, 2004; GIROTTO; SILVA, 2006; MESQUITA FILHO, 2006; FIGUEIRAS; MARCELINO; CORTES, 2007).

Quando não se prescreve o medicamento na denominação genérica, o paciente pode encontrar dificuldades para identificar o medicamento correspondente ao prescrito, em função da confusão entre nomes comerciais e genéricos, e isso o leva a adquirir medicamentos mais caros, mesmo tendo opções mais baratas. No entanto, faz-se necessário uma conscientização dos profissionais em relação à importância da prescrição na denominação genérica e do cumprimento da legislação nacional. Pois, há referências de que quando o médico prescreve o genérico, propondo a substituição de um medicamento de marca, a maioria dos pacientes aceita (COLOMBO et al, 2004; GIROTTO; SILVA, 2006; FIGUEIRAS; MARCELINO; CORTES, 2007).

Melhores condições de saúde, não significa apenas ter acesso à assistência médica e aos medicamentos, afinal os maus hábitos prescritivos, as falhas na dispensação dos medicamentos e a automedicação inadequada podem provocar tratamentos ineficazes e pouco seguros (COLOMBO et al, 2004; ARRAIS; BARRETO; COELHO, 2007).

A política de medicamentos genéricos é uma das estratégias para a promoção do acesso aos genéricos que, em geral, são mais baratos que os medicamentos de marca. Apenas seis meses depois da publicação da *Resolução n. 391*, foram registrados os primeiros genéricos, conforme a *Resolução n. 747* de 2 de fevereiro de 2000. Seis meses, foi considerado um tempo aceitável, pelo representante da indústria farmacêutica, pois, segundo ele, as validações de produção e de análise, além dos testes de equivalência farmacêutica, levam em média um período muito próximo a este (DIAS; ROMANO-LIEBER, 2006; VIEIRA; ZUCCHI, 2006).

Um das grandes preocupações de, praticamente, todas as nações do mundo tem sido o aumento desenfreado dos gastos com saúde. Os demais países têm encontrado maneiras diferentes de encarar esse problema, entretanto, uma solução comum a vários países, é a introdução dos genéricos no mercado de medicamentos, inicialmente adotada, em 1984, pelos Estados Unidos, e em seguida por inúmeros países da Europa. Já no Brasil, os medicamentos genéricos só foram introduzidos em 1999 com a publicação da Lei de nº 9.787 (HERNANDEZ; OLIVEIRA JÚNIOR, 2006; VIEIRA; ZUCCHI, 2006).

As barreiras que impedem o crescimento do mercado de medicamentos genéricos são muito grandes, porém esse mercado possui também um enorme potencial de crescimento. Podemos compreender melhor essas barreiras, quando examinamos o ponto de vista dos diversos agentes do mercado de medicamentos: governo, indústrias, médicos, farmacêuticos e consumidores e, como os interesses de cada um destes agentes podem representar oportunidades ou ameaças ao mercado dos genéricos (HERNANDEZ; OLIVEIRA JÚNIOR, 2006; MESQUITA FILHO, 2006).

4 ACESSO AOS MEDICAMENTOS

A assistência farmacêutica deve ser compreendida como o conjunto de ações que o farmacêutico e outros profissionais de saúde desenvolvem, sendo o medicamento o instrumento principal, objetivando o acesso de toda a população, bem como o uso desses medicamentos de forma racional, levando em conta a utilização de medicamentos genéricos.

Esse conjunto de ações envolve ainda, as etapas de desenvolvimento e a produção dos medicamentos e insumos, distribuição, aquisição e garantia de qualidade dos medicamentos, além de acompanhamento e avaliação da sua utilização, na expectativa de obter bons resultados e uma melhoria da qualidade de vida da população (MOSEGUI, 1999; SCHENKEL et al, 2004; ARRAIS; BARRETO; COELHO, 2007).

A limitação do acesso aos medicamentos nos países subdesenvolvidos ocorre, principalmente, por duas razões: os elevados preços desses produtos em relação à média de rendimentos de suas populações e a falta de disponibilidades dos medicamentos necessários ao tratamento das doenças mais comuns. No Brasil, ao final de 1992 agravou-se a crise dos medicamentos, pelo aumento exorbitante dos seus preços de venda, em decorrência do fim do controle dos preços pelo do governo. Dificultando mais ainda, o acesso da população aos medicamentos (COSENDEY et al, 2000).

Acesso aos medicamentos não significa apenas, ter o produto disponível no momento e no lugar requerido pelo usuário, este precisa ser adequado para uma finalidade específica, na dosagem correta e pelo tempo que for necessário, e ainda com garantia de qualidade e informações suficientes para o seu uso adequado, conseqüentemente solucionando as ações da saúde. Assim, a assistência farmacêutica deve ser incluída como componente da promoção integral à saúde, utilizando o medicamento como insumo fundamental para uma melhor solução dos problemas de saúde apresentados pela população. E, os medicamentos genéricos têm sido uma saída importante para um maior acesso da população aos medicamentos necessários para a recuperação da saúde e/ou prevenção da doença, além de reduzir dos gastos públicos com medicamentos, tanto por parte do Governo Federal quanto dos Estados e Municípios (COSENDEY et al, 2000; GADELHA; QUENTAL; FIALHO, 2003; SCHENKEL et al, 2004).

5 MEDICAMENTOS GENÉRICOS *VERSUS* MEDICAMENTOS DE MARCA

O objetivo inicial da política de medicamentos genéricos foi aumentar a concorrência no mercado farmacêutico, possibilitando a redução dos preços dos medicamentos de marca e inovadores. Assim, os genéricos vêm ganhando mercado e contribuindo para a redução nos custos dos tratamentos. Estudos realizados indicam que, apesar do aspecto econômico ser de grande relevância na escolha e compra de um medicamento, 20 a 30% dos consumidores ainda acreditam que os genéricos são menos seguros e menos eficazes que os medicamentos de marca. O medo e a ansiedade, por exemplo, podem diminuir a adesão ou influenciar na escolha de certos medicamentos (VIEIRA; ZUCCHI, 2006; FIGUEIRAS et al, 2007).

Tierling et al (2004) publicaram um estudo onde apenas 11% dos entrevistados sabiam o que era substância ativa, para essas pessoas estava claro que vários produtos podem ter nomes comerciais diferentes, mas se tratam de um mesmo fármaco desde que tenham o mesmo princípio ativo; 49% dos entrevistados tinham apenas algum conhecimento sobre substância ativa, o que dificultava na hora de trocar um medicamento de marca pelo genérico e 40% dos entrevistados citaram apenas os nomes comerciais e, na maioria das vezes, não sabiam substituir o medicamento de marca pelo genérico.

Alguns pacientes acreditam que os medicamentos genéricos podem provocar mais efeitos colaterais do que os de marca, embora alguns estudos indiquem que a população está bem informada sobre o que é um medicamento genérico, tem tido experiências positivas com o uso destes e considerem-nos de qualidade semelhante aos medicamentos de marca. Na hora de optar por um medicamento genérico, vários pontos são levados em conta: nível de conhecimento sobre os medicamentos, relação profissional-paciente, percepção de risco dos efeitos secundários, custo, gravidade da doença, entre outros (FIGUEIRAS et al, 2007; FIGUEIRAS; MARCELINO; CORTES, 2007).

Os fatores que se associam a recusa de substituição dos medicamentos de marca pelos genéricos são: a idade avançada do paciente, o baixo nível de escolaridade, não conhecer um medicamento genérico, nunca ter tomado previamente um genérico e a prescrição não ter sido indicada por um médico. Alguns pacientes têm menos confiança em tomarem este tipo de medicamento no caso de a doença ser crônica ou grave e ainda, confiam mais nos genéricos de venda livre do que no medicamento genérico prescrito. Neste aspecto, pode-se verificar que a aceitação do genérico está relacionada com o risco associado à gravidade da doença (FIGUEIRAS et al, 2007; FIGUEIRAS; MARCELINO; CORTES, 2007).

As pessoas que demonstram conhecimento limitado sobre os genéricos, em geral, apresentam dificuldades de utilizar esses medicamentos, já as que relacionam a marca a substância ativa, a substituem facilmente pela designação genérica. Isso indica a necessidade dos profissionais de saúde atuarem na qualificação do conhecimento da população, os pacientes devem ser estimulados a esclarecer todas as suas dúvidas, o que lhe dará o conhecimento necessário para a aquisição de medicamentos de forma segura e racional (BAROOS, 2001; TIERLING et al, 2004).

6 CONCLUSÃO

Ao final desta revisão constatou-se que, os genéricos ainda não se popularizaram da forma esperada, e isso se deve a fatores como, a menor confiança da população em relação aos medicamentos genéricos quando comparados aos de marca, principalmente, para tratar doenças consideradas graves e ao não cumprimento da legislação nacional pelos prescritores, dificultando a aquisição dos genéricos pelos pacientes.

Assim, concluiu-se que novas medidas devem ser tomadas, no sentido de divulgar, esclarecer e conscientizar a população, com a finalidade de popularizar mais ainda os genéricos e melhorar o acesso da população aos medicamentos.

REFERÊNCIAS

- ALDÉ, Lorenzo. **Medicamentos Genéricos**: Oriente-se. 2002. Disponível em: <http://www.anvisa.gov.br/monitora/genericos_cartilha.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2008.
- ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado; BARRETO, Maurício Lima; COELHO, Helena Lutécia Luna. Aspectos dos processos de prescrição e dispensação de medicamentos na percepção do paciente: estudo de base populacional em Fortaleza, Ceará, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 927-937, abr. 2007.
- BARROS, José Augusto C. Genéricos *Versus* Patentes: o caso dos anti-retrovirais põe a nu os interesses das multinacionais farmacêuticas. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 57, p. 85-89, jan./abr. 2001.
- BERMUDEZ, Jorge. Medicamentos genéricos: uma alternativa para o mercado brasileiro. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 368-378, jul./set. 1994.
- CASTANEDO-CÁZARES, Juan Pablo. Estudio del efecto antiinflamatorio de un corticosteroide tópico: marca reconocida versus genéricos. **Gac. Méd. Méx.**, [s. l.], v. 137, n. 4, p. 311-314, 2001.
- COLOMBO, Daniela et al. Padrão de prescrição de medicamentos nas unidades de programa de saúde da família de Blumenau. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, [s. l.], v. 40, n. 4, p. 549-558, out./dez. 2004.
- COSENDEY, Marly Aparecida Elias et al. Assistência farmacêutica na atenção básica de saúde: a experiência de três estados brasileiros. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 171-182, jan./mar. 2000.
- DIAS, C. R. C.; ROMANO-LIEBER, N. S. Processo da implantação da política de medicamentos genéricos no Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 8, p. 1661-1669, ago. 2006.
- FIGUEIRAS, Maria João et al. Crenças de senso comum sobre medicamentos genéricos vs. medicamentos de marca: Um estudo piloto sobre diferenças de gênero. **Análise Psicológica**, [s. l.], v. 3, n. 25, p. 427-437, 2007.
- FIGUEIRAS, Maria João; MARCELINO, Dália; CORTES, Maria Armada. Medicamentos genéricos: crenças de senso-comum da população portuguesa. **Revista Portuguesa de Clínica Geral**, [s. l.], v. 23, p. 43-51, 2007.
- GADELHA, C. A. G.; QUENTAL, C.; FIALHO, B. de C. Saúde e inovação: uma abordagem sistêmica das indústrias da saúde. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 47-59, jan./fev. 2003.
- GIROTTO, Edmarlon; SILVA, Poliana Vieira da. A prescrição de medicamentos em um município do Norte do Paraná. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 226-234, 2006.

HERNANDEZ, José Mauro da Costa; OLIVEIRA JÚNIOR, Eurípedes Fernandes de. A troca de medicamentos no ponto de venda e o mercado de medicamentos genéricos. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 11, n. 3, p. 41-60, jul./set. 2006.

MESQUITA FILHO, Júlio de. **As mudanças recentes nas estratégias produtivas e tecnológicas dos laboratórios farmacêuticos instalados no Brasil**: uma análise a partir dos impactos originados pela regulamentação dos medicamentos genéricos. 2006. 45 f. Monografia (graduação)–Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2006.

MONTEIRO, Wuelton Marcelo et al. Avaliação da disponibilidade de medicamentos genéricos em farmácias e drogarias de Maringá (PR) e comparação de seus preços com os de referência e similares. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 333-343, jul./set. 2005.

MOSEGUI, Gabriela B. G. et al. Avaliação da qualidade do uso de medicamentos em idosos. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 33, n. 5, p. 437-444, out. 1999.

OLIVEIRA, Sheila Fabiana de et al. Prevalência do uso e aceitação de medicamentos genéricos pela população de Maringá-PR. **Iniciação Científica CESUMAR**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 133-140, jul./dez. 2005.

ROCHA, Chiara Erminia da; BARROS, José Augusto Cabral de; SILVA, Maria Dolores Paes. Levantamento de dados sobre o conhecimento e informação acerca dos medicamentos genéricos em uma população de pacientes do serviço de saúde ambulatorial do Recife, Pernambuco, Brasil. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 5, p. 1141-1150, maio 2007.

SANTOS, Vania dos; NITRINI, Sandra M Ottati Oliveira. Indicadores do uso de medicamentos prescritos e de assistência ao paciente de serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 38, n. 6, p. 819-826, 2004.

SCHENKEL, Eloir Paulo et al. Assistência Farmacêutica. **Saúde no Brasil – Contribuições para a Agenda de Prioridades de Pesquisa/Misnitério da Saúde**. Brasília, DF: [s. n.], 2004.

SILVA, Antônio Carlos da et al. Conhecimento de um grupo de pacientes sobre medicamentos genéricos por eles utilizados. **Cogitare Enfermagem**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 439-445, out./dez. 2007.

SISTEMA de Perguntas e Respostas. 2002. Disponível em:
<http://www.anvisa.gov.br/faqdinamica/index.asp?secao=38>. Acesso em: 19 jun. 2008.

VIEIRA, Fabiola Sulpino; ZUCCHI, Paola. Diferenças de preços entre medicamentos genéricos e de referência no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 40, n. 3, p. 444-449, 2006.

VIÇOSA, Alessandra Lifsitch. **Estudo da utilização de incrementadores de dissolução para compressão direta**: enfoque no desenvolvimento de medicamentos genéricos. 2003. 125 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, set. 2003.

TIERLING, Vera L. et al. Nível de conhecimento sobre a composição de analgésicos com ácido acetilsalicílico. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 223-227, 2004.

AF 2: CORRELAÇÃO ENTRE A NEUROPATIA DIABÉTICA E A GÊNESE DO PÉ DIABÉTICO: UMA REVISÃO

Aluisio Augusto Belmino Gadelha¹; Otoni Cardoso do Vale²; Magnely Moura do Nascimento David³

RESUMO

Aproximadamente 50% das amputações não-traumáticas em membros inferiores ocorrem entre pessoas com diabetes. As amputações são precedidas por úlceras, caracterizadas por lesões cutâneas, com perda do epitélio, que podem estender-se até a derme ou chegar a tecidos profundos. As úlceras, geralmente, são acompanhadas de insensibilidade por neuropatia periférica crônica e associadas a pequenos traumas que se originam do uso de calçados inapropriados, dermatoses comuns ou manipulações incorretas dos pés. O objetivo deste estudo é descrever a correlação existente entre a neuropatia diabética e a gênese do pé diabético. Trata-se de um trabalho de revisão da literatura, com ênfase na avaliação dos pés como medida preventiva fundamental, para identificar, precocemente, as alterações neurológicas e vasculares periféricas e disfunções biomecânicas, observando a importância do manejo do pé diabético no sentido de rastrear os problemas reais e potenciais, evitando, assim, o desenvolvimento de complicações.

Palavras-chave: Diabetes mellitus. Pé diabético. Neuropatia diabética.

1 INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) é um problema crônico de saúde pública que afeta todas as faixas etárias e classes sociais (SCHMID; NEUMANN; BRUGNARA, 2003). Envolve distúrbio no metabolismo de carboidratos, lipídios e proteínas, decorrente do déficit de produção de insulina ou de deficiência de sua liberação. (GUVEN, 2004). Tendo como característica hiperglicemia no período de jejum e/ou pós-prandial (PIMENTA, 2003).

O DM apresenta alta prevalência. A classificação do DM atualmente recomendada pela Associação Americana de Diabetes baseia-se na etiologia, fisiopatologia e no grau de deficiência dos efeitos da insulina, dividindo o DM em dois grupos principais: Tipo 1 e Tipo 2. Outros tipos de diabetes secundário e gestacionais apresentam uma frequência baixa na população (AMERICAN DIABETES ASSOCIATION, 2007). O tipo 1 é caracterizado pela deficiência absoluta de insulina, enquanto que o tipo 2 é a incapacidade dos tecidos de utilizar insulina ou distúrbios que irão promover deficiência da liberação (POWERS, 2005).

¹ Aluno do 3º semestre do Curso de Fisioterapia

² Professor Dr., Orientador.

³ Professora Ms., Orientadora

Map 1.2
Prevalence estimates of diabetes, 2025

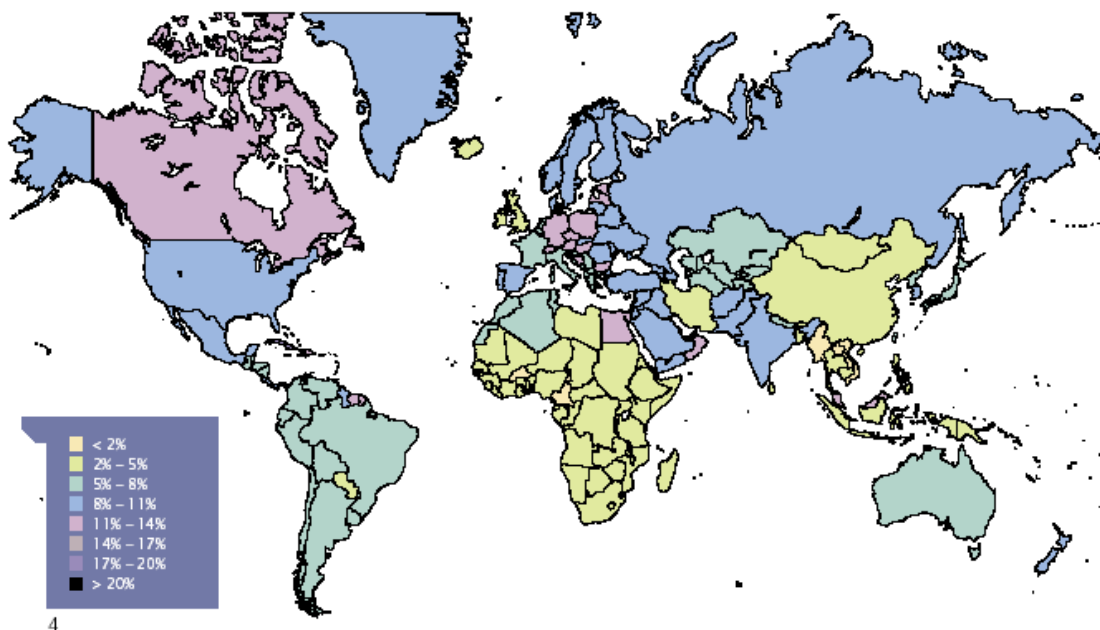


Figura 1 – Prevalência da Diabetes Mellitus no ano de 2025.

O DM tipo 1, também conhecido como diabetes juvenil, é decorrente da destruição auto-imune das células beta, gerando assim uma elevação da glicose sanguínea. A insulina, que é produzida nas células beta, é responsável pela captação de glicose por células-alvo, impedimento da decomposição de lipídios, formação de glicogênio e elevação da síntese de proteínas. A falta de insulina leva a necessidade de insulina exógena. Incorporada nesse grupo temos o diabetes idiopático, que é um caso menos comum, aonde a destruição das células beta não é evidente a auto-imunidade (PIMENTA, 2003; POWERS, 2005).

O DM tipo 2 ocorre com maior frequência em adultos que apresentam excesso de peso. Tendo como característica problemas na secreção de insulina ou deficiência nos seus receptores. A resistência a insulina contribui para o acúmulo de gordura, hiperglicemia, fibrinólise anormal e coronariopatias (GUVEN, 2004).

O DM não tratado pode tornar-se um grande problema, tendo em vista que as complicações crônicas causam o maior número de mortes. Na maioria dos casos, a doença só será identificada no início de complicações crônicas, dificultando a total reabilitação e muitas vezes deixando os pacientes com seqüelas. As complicações crônicas consistem em neuropatias, nefropatias, retinopatias, complicações macrovasculares e úlceras do pé (GUVEN, 2004).

O presente trabalho trata-se de um estudo bibliográfico, realizado no período de Agosto a Outubro de 2009, com objetivo de determinar a correlação existente entre o desenvolvimento da neuropatia diabética e a formação do pé diabético, além de abordar os cuidados com o pé diabético.

Para isso foram realizadas pesquisas em artigos de periódicos científicos e documentos eletrônicos publicados. Tal pesquisa teve por base as seguintes palavras-chave: diabetes mellitus, pé diabético e neuropatia diabética.

2 DEFINIÇÃO DE NEUROPATIA DIABÉTICA

A neuropatia diabética é definida como disfunção nervosa periférica, tendo o seu desenvolvimento multifatorial, porém possuindo como fator primário o fenômeno hiperglicêmico (VINIK, 1999; ALMEIDA; CRUZ, 2007).

A destruição nervosa desenvolve-se de forma insidiosa e assintomática com tendência progressiva e irreversível, sendo normalmente identificada por testes clínicos específicos que avaliam a perda ou alteração da sensibilidade (DUBY et al, 2004; BOULTON et al,2005; MARTIN et al,2006).

A neuropatia diabética se enquadra nas complicações crônica do DM. Essas complicações dividem-se em dois grupos: microvasculares (nefropatia, neuropatia e retinopatia) e macrovasculares (aterosclerose e suas seqüelas) (PIMENTA, 2003; GUVEN, 2004). O aparecimento das complicações crônica são geralmente observadas tardiamente, com uma média de 10 a 15 anos após o início da doença (FREGONESI et al, 2004). Estudos identificaram que um percentual de 8% dos pacientes diabéticos tipo 2 apresentam neuropatia no momento do diagnóstico, tendo esse percentual acentuado em indivíduos com diabetes de longa duração (PIMENTA, 2003).

A neuropatia diabética pode ser dividida em três tipos: mononeuropatia, polineuropatia periférica e simétrica e neuropatia autonômica (BARREIRA, 1991). Essas classes diferem do local em que se manifestam e os efeitos que promovem (PIMENTA, 2003).

A mononeuropatia diabética é caracterizada por alterações de nervos cranianos e periféricos tendo essa alteração sido formada pelo comprometimento vascular do nervo (PIMENTA, 2003).

A polineuropatia periférica e simétrica é a forma mais comum de neuropatia diabética. Nela ocorre a perda sensorial ascendente nas extremidades. No início o paciente apresenta apenas diminuição dos reflexos, manifestação essa, provocada pela diminuição da condução nervosa. Com o seu avanço o paciente costuma manifestar dor, que só desaparecerá com a degeneração nervosa. Nesta condição o paciente está predisposto a sofrer traumas na pele e articulações (BARREIRA, 1991; PIMENTA, 2003). Esse tipo de neuropatia é o principal responsável pela formação do pé diabético e o aparecimento de úlceras plantares (ALMEIDA; CRUZ, 2007).

É importante ressaltar o cuidado com os pacientes que apresentam esse tipo de neuropatia, pois ela é responsável por 85% de amputações em pacientes diabéticos (DUBBY et al, 2004; BOULTON et al,2005; MARTIN et al,2006).

A neuropatia autonômica resulta da desnervação nervosa autônoma simpática e parassimpática, com comprometimento de qualquer órgão (PIMENTA, 2003; EDWARDS et al, 2008).

É importante ressaltar que a ausência de sinais e sintomas não significa ausência de neuropatia, pois a evolução da doença difere entre os pacientes. Chegando a alguns casos à perda total da sensibilidade (ALMEIDA; CRUZ, 2007; SILVEIRA; SILVEIRA, 1994).

3 ETIOPATOGENIA DA NEUROPATIA DIABÉTICA

Atualmente foram descobertas quatro teorias (ativação da via do poli-ol, formação de produtos finais da glicosilação não-enzimática, ativação da proteinocinase C e ativação da via da hexosamina) que explicam como o fenômeno hiperglicêmico gera as complicações crônicas. É preciso ressaltar que além dessas teorias estarem em fase de estudo, os mecanismos que promovem a disfunção celular ainda são pouco conhecidos (BROWNLEE, 2001).

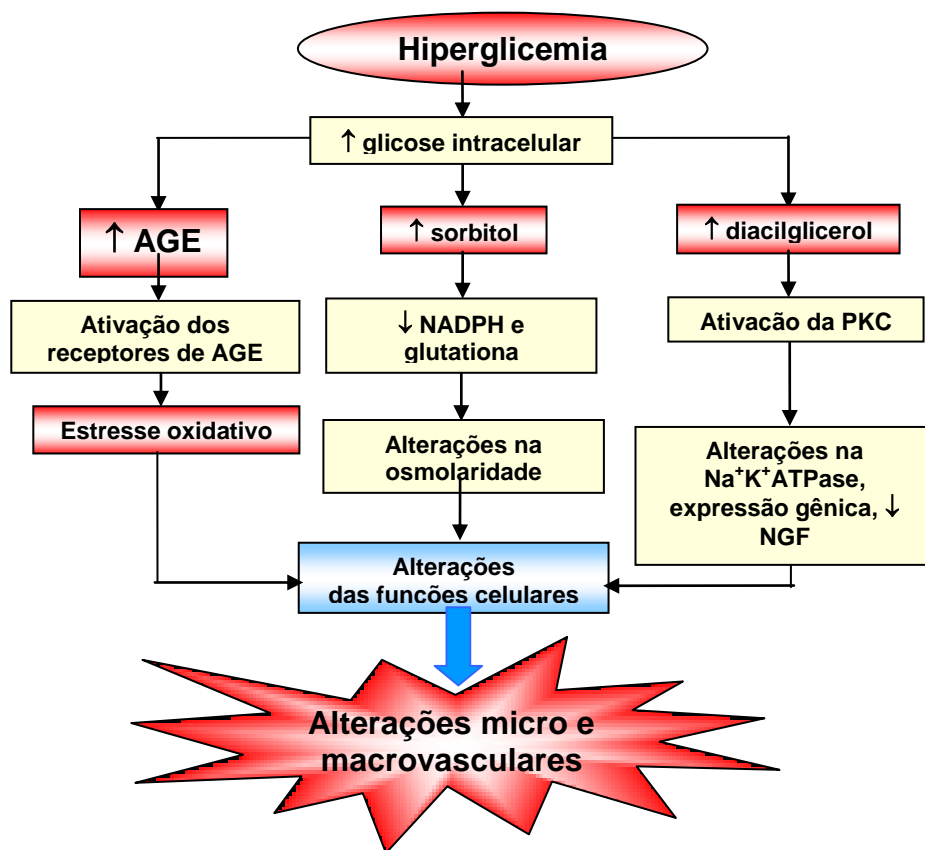


Figura 2 – Patogênese das alterações micro e macrovasculares.

Indivíduos que possuem uma faixa normal da concentração de glicose sanguínea apresentam baixa porcentagem de produtos, resultantes da via do polioliol (BROWNLEE, 2001). Essa via é a responsável pelo mecanismo que promove a degeneração nervosa levando a gênese da neuropatia diabética (ALMEIDA; CRUZ, 2007; SILVEIRA; SILVEIRA, 1994).

Possui como primeira enzima a aldose redutase, que é ativada pela hiperglicemia causando aumento do sorbitol intracelular, que é responsável por reduzir glicose a sorbitol. Depois dessa formação o sorbitol é oxidado, formando a glicose. No processo de redução da glicose à sorbitol, ocorre o consumo de NAPH. Esse consumo contribui para a formação do estresse oxidativo nas células nervosas, levando a desmielinização e a destruição dessas células. A ativação dessa via também promove o aumento da formação de diacilglicerol que é responsável pela ativação da proteinacina C, que tem como uma de suas ações a transcrição de genes das proteínas da matriz extracelular dos neurônios e as células endoteliais. O somatório dos distúrbios provocado pelas vias agrava a neuropatia, pois acelera a formação das complicações microvasculares e macrovasculares (GREENE et al, 1999; BROWNLEE, 2001; EDWARDS et al, 2008).

4 PATOGÊNESE DAS ÚLCERAS DIABÉTICAS

O pé diabético é caracterizado por alterações do trofismo da pele e da estrutura do pé (SACCO et al, 2007). Essas alterações levam a uma modificação da biomecânica do pé, com deformidades osteoarticulares, formação de calos e mobilidade comprometida. A alteração da biomecânica associada aos distúrbios macrovasculares promove o aumento da pressão plantar em algumas regiões e assim o tecido fica predisposto ao desenvolvimento de ulcerações (FAJARDO, 2006).

As úlceras diabéticas são desencadeadas por uma tríade patológica bastante clássica que envolve a neuropatia, a doença vascular periférica e as infecções. Cada uma delas pode estar presente de forma isolada ou em combinação com as outras, tornando o quadro clínico bastante complexo.

O risco para o surgimento destas complicações crônicas aumenta quanto maior for a duração e a severidade da hiperglicemia ao longo dos anos da doença (SIMMONS, 1994).

Estas complicações manifestam-se por profundas alterações patológicas nos tecidos e a patogênese destas alterações deveria ser considerada dentro de processo que ocorre em vários estágios, de modo progressivo.

Muitas das alterações funcionais são reversíveis e passíveis de detecção, antes do aparecimento de lesões estruturais irreversíveis. Existem evidências de que as alterações funcionais e estruturais iniciais criam condições para que outros fatores, que não somente a hiperglicemia se sobreponha na progressão dos processos patológicos. Desta forma, fatores agravantes como a hipertensão, o uso de álcool, o tabagismo, os excessos e deficiências alimentares, passam a ter papel primordial na irreversibilidade destas complicações (SIMMONS, 1994).

Sabe-se que as complicações decorrentes do pé diabético implicam em elevados índices de internações hospitalares e um prolongado período de internação, o pé diabético causa um grande impacto econômico na saúde pública. Sendo estimados os custos diretos e indiretos do paciente diabético em um bilhão de reais ao ano (BACARIN et al, 2006). Estudos já indicam que após a primeira amputação os riscos do paciente sofrer uma segunda amputação é em torno de 28% a 51% (OCHOA-VIGO; PACE, 2005). O comprometimento da qualidade de vida e os elevados gastos hospitalares geraram uma mudança radical na abordagem do pé diabético (HADDAD et al, 2005).

O controle das alterações macrovasculares e microvasculares são importantes para a prevenção do pé diabético. Bem como fatores como: idade, tempo de diagnóstico do DM, tabagismo, alcoolismo, obesidade, hipertensão arterial e falta de bons hábitos higiênicos nos cuidados com os pés (HADDAD et al, 2005).

A perda da sensibilidade decorrente da neuropatia periférica promove a diminuição do equilíbrio com alteração da marcha, sendo caracterizada por menor aceleração e passos curtos (SACCO et al, 2007). Estudos indicam que a deficiência da sensibilidade promove uma alteração na resposta motora, produzindo um descontrole do sistema músculo esquelético. Essas alterações formam áreas de elevada pressão plantar, pois com o desequilíbrio da marcha o paciente diabético acaba forçando, o calcanhar e a região do antepé, áreas que produzem o maior impacto no ato de caminhar. Isso vai promover o aumento da pressão plantar e se não for tratado, acelera o processo de formação de úlceras (BACARIN et al, 2006).

A formação de úlceras, sendo uma das complicações que pode levar a amputação, requer um tratamento criterioso exigindo maior cuidado da equipe multidisciplinar e do paciente (AHMED; OSMAN, 2006).

Outro ponto importante é o cuidado com infecções. Elas podem ser causadas devido à alteração do sistema nervoso autônomo, decorrente da neuropatia diabética, aonde ocorre à anidrose promovendo o ressecamento da pele dos pés. O tecido lesado poderá sofrer rachaduras e fissuras, aumentando o risco de infecções (BATISTA et al, 2004).

5 ESTRATÉGIAS DE CONTROLE DO PÉ DIABÉTICO

Diversas vezes a identificação da doença vem com a manifestação das complicações crônicas, tendo nesse estágio a qualidade de vida já comprometida. O diagnóstico precoce da doença é fundamental, pois quanto antes à identificação da alteração patológica maior será a expectativa de vida e menor o risco de desenvolver as complicações do diabetes.

(BRASILEIRO et al, 2005).

Dispõe-se para essa análise precoce de testes e exames como o teste de sensibilidade plantar, eletrodiagnóstico, teste de sensibilidade vibratória e dos cuidados com o pé (SCHMID; NEUMANN; BRUGNARA, 2003). A importância desses exames é a realização de um diagnóstico precoce, para o estudo progresso do distúrbio patológico e o cuidado com a formação de úlceras (COSTA, 2001; NASCIMENTO, 2006).

O eletrodiagnóstico é um exame que tem como finalidade a análise da condução nervosa, tem como exemplo o exame de potenciais evocados. Nele observa-se a latência da condução nervosa e a partir dela é possível analisar o nível do comprometimento nervoso periférico (CHIAPA, 1990). Os potenciais evocados são respostas eletrofisiológicas do sistema nervoso a estimulação sensorial, motora ou cognitiva. Nesse exame torna-se possível confirmar os atrasos ou dificuldades da transmissão nervosa. As respostas evocadas somatossensoriais medem a sensibilidades ao toque em partes específicas do corpo. Os estudos dos potenciais evocados são indolores, não-invasivo e sem qualquer risco significativo (NASCIMENTO, 2006; PITTA et al, 2005).

O teste da sensibilidade plantar é uma avaliação da sensibilidade cutânea, realizado através do monofilamento de Semmes-Weinstein (BATISTA et al, 2004).

As áreas marcadas são os territórios dos nervos que inervam a perna. A análise do teste do monofilamento de Semmes-Weinstein é realizada apenas em alguns pontos (Figura 3) (BATISTA et al, 2004).

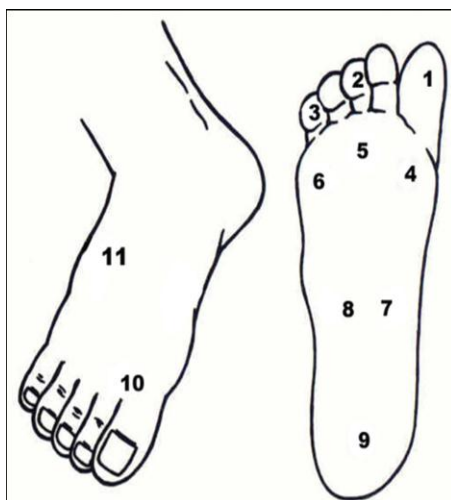


Figura 3 – Áreas de interesse: tibial posterior (1, 2, 3, 4, 5, 6, fibular (10) e sural (11).

territórios específicos dos nervos 7, 8 e 9) e ramo profundo do nervo

O cuidado com os pés é um tratamento indispensável para o paciente diabético. Os profissionais da saúde são responsáveis por ensinar ao paciente todos os passos para o cuidado dos pés. A eficiência do tratamento é ligada a colaboração e responsabilidade do paciente (OCHOA-VIGO; PACE, 2005). No tratamento é preciso se atentar para certos pontos como: inspecionar os pés todos os dias, fazer a limpeza dos pés todos os dias, lavando com sabão neutro, água morna e enxugar os pés sem esfregar a pele, aplicar hidratante a pele, mantendo-a sempre macia e flexível, andar sempre calçado, evitando sapatos apertados, usar meias limpas e bem adaptadas, cortar as unhas com bastante cuidado respeitando o seu formato, inspecionar os sapatos antes de usar, nunca cruzar as pernas, pois afeta a circulação, deixar sempre quando estiver sentado a perna um pouco elevada, fazer caminhadas para melhorar a circulação sanguínea, tomar cuidado com feridas e não fumar (SCHMID; NEUMANN; BRUGNARA, 2003; OCHOA-VIGO; PACE, 2005).

Independente de o paciente realizar ou não o tratamento de cuidado com os pés, é indicado a pelo menos uma vez ao ano a avaliação dos pés. Para identificação dos riscos de ulcerações neuropáticas e de infecções (SCHMID; NEUMANN; BRUGNARA, 2003).

6 CONCLUSÃO

O Diabetes mellitus é uma desordem metabólica que vem ocupando proporções de epidemia.

O pé Diabético é a infecção, ulceração e/ou destruição de tecidos profundos associados com anormalidades neurológicas e vários graus de doença vascular periférica no membro inferior, como resultado da neuropatia, isquemia ou ambos.

As úlceras do pé diabético são uma comum e debilitante complicação, e os danos podem ser irreversíveis, caso não seja diagnosticada e tratada em estágio inicial. Tais

complicações podem levar a amputações com significativos impactos na morbidade e mortalidade de pacientes diabéticos, além das conseqüências sociais, psicológicas e financeiras. Como a maioria das amputações é precedida pelas ulcerações no pé, o diagnóstico precoce da neuropatia diabética é fundamental importância como forma de diagnóstico das manifestações pré-clínicas da doença.

A partir desta revisão, observa-se a importância do manejo do pé diabético no sentido de rastrear os problemas reais e potenciais, evitando, assim, o desenvolvimento de complicações.

A redução das complicações nos pés, que conduzem à amputação, não depende unicamente dos recursos hospitalares, mas sim, da disponibilidade de medidas preventivas efetivas sobre os cuidados com os pés, bem como da oferta de programas educativos. A equipe deve ser capaz de identificar, na sua atuação junto aos pacientes, as anormalidades precoces para lhes proporcionar educação contínua e lhes oferecer apoio na prevenção de úlceras e infecção de membros inferiores, mediante a categoria de risco identificado.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. Standarts medical care in diabetes. **Diabetes care**, [s. l.], v. 29, p. 4-42, 2007
- AHMED, A. A; OSMAN, S. A. Intervenções eficazes na detecção e controle da úlcera plantar no pé diabético. **Diabetes clínica**, [s. l.], v. 10, n. 6, p. 421-425, 2006.
- ALMEIDA, T.; CRUZ, S. C. Neuropatia diabética. **Revista portuguesa de clínica geral**, [s. l.], v. 23, p. 605-613, 2007.
- BACARIN, T. A. et al. Sensibilidade plantar e distribuição de pressão na marcha de diabéticos no dia nacional do diabético. **Diabetes clínica**, [s. l.], v. 6, n. 10, p. 413-420, 2006.
- BATISTA, F. et al. Estudo comparativo entre a sensibilidade protetora dos pés e mãos em portadores de diabetes mellitus. **Diabetes clínica**, [s. l.], v. 5, p. 371-377, 2004.
- BOULTON, A. J et al. Diabetic neuropathies; a statement by American diabetes associations. **Diabetes care**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 956-962.2005.
- BRASILEIRO, J. L. et al. Pé diabético: aspectos clínicos. **Jornal vascular brasileiro**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 11-21, 2005.
- BROWNLEE, M. Biochemistry and molecular cell biology of diabetic complications. **Nature**, [s. l.], v. 414, p. 813-820, 2001.
- CHIAPPA, K. H. Principles of evoked potentials. In: CHIAPPA, K. H. **Evoked potentials in clinical medicine**. 3. ed. [S. l.]: Lippincot-Raven, 1990.
- COSTA, T. S. et al. Análise da pressão plantar de indivíduos diabéticos com risco de ulceração. **Sociedad cubana de bioingenieria**, [s. l.], 2001.
- DUBY, J. J. Diabetic neuropathy: na intensive review. **American journal health-system pharmacy**. [s. l.], v. 61, n. 2, p. 160-173, 2004.
- EDWARDS, J. L. et al. Diabetic neuropathy; mechanisms to management. **Pharmacology & therapeutic**, [s. l.], v. 120, p. 1-34, 2008.

- FAJARDO, C. A importância do cuidado com o pé diabético: ações de prevenção e abordagem clínica. **Rev Bras med fam e com**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 43-57, 2006.
- FREGONESI, C. E. P. T. et al. Etiopatogenia da neuropatia diabética. **Arquivo ciência saúde Unipar**, Umuarama, v. 8, n. 2, p. 147-156, 2004.
- GREENE, D. A. et al. Diabetic neuropathy: scope of the syndrome. **The American journal of medicine**, [s. l.], v. 107, n. 2, p. 2-8, 1999.
- GUVEN et al. Diabetes mellitus. In: PORTH, C. M. **Fisiopatologia**. 6. ed. [S. l.]: Guanabara Koogan, 2004.
- HADDAD et al. Avaliação sistemática do pé diabético. **Diabetes clínica**, Londrina, v. 3, p. 199-204, 2005.
- MARTIN, C. L et al. Neuropathy among the diabetes control and complications trial cohort 8 years after completion. **Diabetes care**, [s. l.], v. 29, n. 2, p. 340-344, 2006
- NASCIMENTO, M. M. **Potenciais evocados visuais em pacientes portadores de diabetes mellitus**. Fortaleza. 2006. 115 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.
- OCHOA-VIGO, K.; PACE, A. E. Pé diabético: estratégias para prevenção. **Acta Paul Enfermagem**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 100-109, 2005.
- PIMENTA, W. P. Diabetes mellitus. **Escola médica virtual**, [s. l.], 2003.
- POWERS, A. C. Diabetes melito. In: HARRISON et al. **Medicina interna**. 16. ed. [S. l.]: Mcgraw-hill/Tecmedd, 2005. v. 2.
- SACCO, I. C. N. et al. Avaliação das perdas sensório-motoras do pé e tornozelo decorrentes da neuropatia diabética. **Revista brasileira de fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, 2007.
- SILVEIRA, P.R.; SILVEIRA, E.M. Neuropatia periférica diabética. **Jornal brasileiro de medicina**, [s. l.], v. 66, n. 6, p. 80-106, 1994.
- SIMMONS, D. A . Pathogenesis of diabetic neuropathy. In: KAHN, C. R.; WEIR, G. C. **Joslin's diabetes mellitus**. 13. ed. [S. l.]: Philadelphia, Lea & Febiger, 1994. cap. 39.
- SCHMID, H.; NEUMANN, C.; BRUGNARA, L. O diabetes melito e a desnervação dos membros inferiores: a visão do diabetólogo. **Jornal vascular brasileiro**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 37-48, 2003.
- VINIK, A. I. Diabetic neuropathy: pathogenesis and therapy. **The American journal of medicine**, [s. l.], v. 107, n. 2, p. 17-26, 1999.

AF 3: ENSINO DE CITO-HISTO-EMBRIOLOGIA PARA ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA: PERFIL DO CORPO DISCENTE

Amanda de Souza Oliveira¹; Tamara Deyse Lins Pinheiro²; Hermógenes David de Oliveira³

RESUMO

A disciplina de Cito-Histo-Embriologia integra o ciclo de conteúdos básicos de diversos cursos da área de saúde, fornecendo as bases biológicas para o entendimento de Fisiologia, patologia e também para o desempenho de atividades práticas na área clínica. Em função de sua importância se faz necessário que os acadêmicos que cursam essa disciplina, apresentem uma retenção satisfatória dos conteúdos abordados em sala de aula. Em muitas instituições de ensino superior, a adoção de estratégias clássicas não tem sido úteis para se atingir tais objetivos. Este trabalho objetiva estabelecer o perfil dos acadêmicos de Fisioterapia que cursam a disciplina de Cito-Histo-Embriologia, visando, através dos dados obtidos para esse perfil, definir estratégias que melhorem o rendimento e o desempenho acadêmico na disciplina. Os dados obtidos mostram que, atualmente, o baixo rendimento dos acadêmicos pode ser atribuído à carga horária irregular de estudos, bem como ao uso insuficiente das atividades de monitoria. Os estudantes também reconhecem o papel da disciplina na sua formação acadêmica e cerca de 80% deles consegue reter com mais facilidade, conteúdos práticos do que teóricos, sendo esse o foco de trabalho para novas estratégias de ensino.

Palavras-chave: Cito-Histo-Embriologia. Monitoria Acadêmica.

1 INTRODUÇÃO

A disciplina de Cito-Histo-Embriologia integra o grupo de conteúdos básicos de diversos cursos da área de saúde, como por exemplo, Fisioterapia, Medicina, Odontologia etc. Essencialmente, tem como objetivo fornecer conhecimentos básicos relativos à composição celular do corpo humano por meio de análise microscópica e estudar histofisiologicamente os diferentes tecidos e órgãos que o compõem, além de servir de suporte para disciplinas mais complexas como Fisiologia e Patologia (ETEVENS; LOWE, 2001).

Nos cursos de graduação onde é ministrada, como na Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Viçosa e muitas outras instituições de ensino superior públicas e privadas seus conteúdos estão distribuídos em dois grandes blocos sendo um deles composto por aulas teóricas e outro constituído por aulas práticas, onde são frequentemente abordados aspectos microscópicos de diferentes tecidos e órgãos que compõem o corpo humano.

Embora os conteúdos dessa disciplina sejam essenciais para o entendimento de processos biológicos e patológicos, fornecendo suporte teórico para práticas clínicas, observa-se frequentemente que a retenção desses assuntos ao longo de vários semestres letivos é baixa, o que mostra que a aquisição de novas estratégias de ensino-aprendizagem é uma prática essencial para a melhoria na retenção desses conteúdos (CANDAUI, 1986; JACK, 2006).

O programa de monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem que promove uma integralidade na formação do acadêmico por estimular a pesquisa e ensino, sendo realizada em diversas faculdades e universidades com os objetivos de despertar nos acadêmicos o interesse pela docência, bem como promover uma melhoria na qualidade de ensino (FRANCO, 1999.)

¹ Acadêmica do 3º semestre do Curso de Fisioterapia da Faculdade Christus e Monitora da disciplina de Cito-Histo-Embriologia.

² Acadêmica do 7º semestre do Curso de Fisioterapia da Faculdade Christus

³ Professor Titular da disciplina de Cito-Histo-Embriologia da Faculdade Christus (Orientador)

No curso de Fisioterapia da Faculdade Christus essa modalidade vem sendo exercida há, pelo menos três semestres letivos, seguindo o acompanhamento de conteúdos teóricos e práticos através de métodos tradicionais onde o monitor faz a exposição de conteúdos práticos, com a utilização de cortes histológicos e a teoria é exposta através de questionários que são elaborados pelo monitor e posteriormente discutidos com os acadêmicos para esclarecimento de dúvidas. Entretanto, mesmo utilizando uma estratégia comum e bem difundida entre diversas instituições, essa metodologia de trabalho têm se mostrado pouco motivadora no processo de aprendizagem. Adicionalmente, em virtude da imaturidade e inexperiência dos alunos, observa-se também que os acadêmicos apresentam dificuldades na retenção de conteúdos, mesmo com auxílio da monitoria. Isso corrobora com fato de que existe a necessidade de buscar novas estratégias de ensino para melhorar o entendimento dos conteúdos ministrados. Para isso é imprescindível conhecer o universo discente, para o qual as novas estratégias serão aplicadas, o que garantirá sua maior efetividade no aprendizado. Este trabalho objetiva, portanto, estabelecer o perfil dos acadêmicos da disciplina de Cito-Histo-Embriologia da Faculdade Christus, bem como, avaliar a percepção desses estudantes em relação à estratégia de trabalho atual utilizada nos trabalhos de monitoria da disciplina. Os dados coletados servirão de base para a implantação de novas estratégias de ensino na disciplina e nos trabalhos de monitoria visando aumentar a retenção de conteúdos ministrados em sala aula.

2 METODOLOGIA

2.1 Coleta de dados

Com o objetivo de avaliar a estratégia atual de ensino adotada no curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, acadêmicos (semestre 2008.2) regularmente matriculados nessa disciplina foram orientados a freqüentar as reuniões de monitoria, as quais foram ministradas utilizando a metodologia clássica de resolução de estudos dirigidos e revisão do laminário histológico. Essa metodologia foi adotada durante o primeiro período letivo e após a realização das provas teóricas e práticas desse período foi aplicado um questionário (**Apêndice I**) individual com o objetivo de avaliar a retenção de conteúdos e a adequação da metodologia à disciplina. O questionário aplicado nessa fase do trabalho foi utilizado também para coletar os seguintes blocos de informação: dados do aluno, freqüência de estudo e visão do acadêmico em relação importância da disciplina para a sua formação. Para verificação dos índices de desempenho individual, além de responder o questionário, os acadêmicos tiveram suas médias obtidas e freqüência às reuniões de monitoria registradas para posterior comparação (**Apêndice II**). A coleta de dados foi realizada somente após submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Christus sendo os participantes informados sobre a utilização dos dados coletados através da leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

2.2 Análise de dados

Os dados obtidos foram analisados através de distribuição percentual ou absoluta das respostas fornecidas para cada questão, em relação à população utilizada no trabalho utilizando programas como o *Microsoft Excel*[®].

3 RESULTADOS

Os dados obtidos nesta fase inicial do trabalho foram coletados, conforme mensinado, com o objetivo de traçar o perfil dos acadêmicos que cursam a disciplina de Cito-Histo-Embriologia. O termo “perfil” utilizado neste artigo se refere não só a informações referentes a dados sócio-econômicos, mas também a muitos dos aspectos relacionados aos trabalhos de monitoria e entendimento dos conteúdos. A população utilizada para coleta dos dados foi composta por 30 acadêmicos (86,8% dos alunos regularmente matriculados no semestre 2008.2), com faixa etária entre 18 e 35 anos, dos quais 26 são do sexo feminino (86,66% dos participantes) e 4 (13,33%) do sexo masculino.

Como pode ser observado na Tabela 1 os acadêmicos, em sua maioria, não exercem atividades profissionais, tendo disponibilidade para dedicação exclusiva para estudos nas disciplinas que cursam. Entretanto, pode-se destacar o grande número de estudantes que apresentam dificuldades o entendimento dos assuntos abordados, o que corrobora com a necessidade de utilização de uma estratégia que permita um maior entendimento dos conteúdos ministrados. Com relação aos estudantes que exercem atividades profissionais (cerca de 23%), a carga horária destinada à execução dessas atividades não ultrapassa cinco horas diárias, não dificultando, portanto, o acompanhamento do semestre letivo.

Quando questionados sobre a carga horária destinada ao estudo diário, cerca de 34,48% dos estudantes dedicam menos de três horas por dia para os conteúdos ministrados em todas as disciplinas do semestre letivo, entretanto 48,27% dos estudantes dedicam entre três e seis horas por dia destinado ao estudo e cerca de 17,24% dedicam mais de seis horas por dia aos estudos. Por outro lado, acadêmicos que exercem atividades profissionais apresentam carga horária de estudo inferior a três horas por dia o que representa cerca de 71,42%, entretanto 28,57% dedicam entre três e seis horas de estudo por dia. Isso mostra que ocorre, entre os estudantes, uma distribuição irregular e insatisfatória do intervalo de tempo dedicado ao estudo o que pode contribuir para o aparecimento de dificuldades relacionadas ao entendimento dos conteúdos mencionadas anteriormente.

| PARÂMETRO | SIM | NÃO | NÃO RESPONDERAM | TOTAL |
|--|-----|-----|-----------------|-------|
| Exerce atividade Profissional | 7 | 23 | - | 30 |
| Dificuldade de entender conteúdos expostos na disciplina | 21 | 9 | - | 30 |

Tabela 1 – Dados sócio-econômicos e distribuição da dificuldade de entender conteúdos expostos entre os acadêmicos participantes da pesquisa. Os dados são expressos como valores absolutos do tamanho total da amostra utilizada.

A hipótese de que a distribuição irregular dos horários destinados ao estudo é insuficiente e pode ocasionar problemas na aprendizagem dos conteúdos, é corroborada pela distribuição de médias observadas durante o primeiro período (**Figura 1**). Observa-se que cerca de 57 % dos acadêmicos apresentaram médias inferiores à média da turma (5,05), um valor elevado para uma turma composta por apenas 38 acadêmicos.

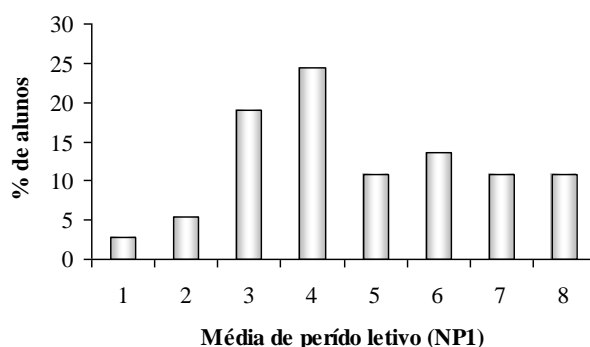


Figura 1 – Distribuição das médias dos acadêmicos da disciplina de Cito-Histo-Embriologia (semestre letivo 2008.2). Os números inteiros e representativos das médias incluem todas as notas obtidas para a aquele valor. A saber: média 7 inclui as notas de 7,0 a 7,9.

O hábito de estudar é dado em função de uma série de fatores, sendo influenciado principalmente pelo ambiente doméstico. Embora docentes e monitores possam atuar como incentivadores dessa prática, não há um controle efetivo das horas destinadas ao estudo por parte dos estudantes. Isso mostra que a mudança no perfil acadêmico traçada nesta pesquisa, deve ser ocasionada por um conjunto de atividades estratégicas que incluam um aumento no rendimento dos estudantes ainda no ambiente universitário. Em adição aos dados mostrados, mesmo apresentando dificuldades no entendimento e rendimento acadêmico, 66,7 % dos estudantes consideram a disciplina essencial para a sua formação acadêmica, mostrando que a falta do hábito de estudar é o principal fator negativo na avaliação do desempenho dos estudantes, embora existam acadêmicos que não observam claramente a importância da disciplina para sua formação profissional.

Com o objetivo de avaliar a retenção de conteúdos por parte dos acadêmicos ao fim do período letivo, foram propostas questões simples: “Quais os principais assuntos abordados no período?” e: “Cite uma lâmina que represente cada tópico abordado no período letivo”. Dos acadêmicos participantes do trabalho, apenas 26,7% souberam citar tópicos abordados no período e 56,7% referiram termos-chave utilizados nas aulas. Diferentemente, cerca de 80% dos estudantes lembraram termos relacionados às atividades práticas. Esse dado denota a real importância dos conteúdos práticos na melhoria do rendimento dos estudantes e permitirá traçar um plano de trabalho de maior valorização de conteúdos práticos, como já tem sido observado nas instituições que adotam a estratégia de ensino de Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL – *Problem Based Learning*).

Em função das dificuldades apresentadas ao longo do semestre letivo por parte do corpo discente, foi traçado um cronograma de atividades de monitoria que pudesse ser utilizado pelos estudantes como auxílio e esclarecimento de dúvidas. As aulas de monitoria aconteceram em três dias da semana (6h/a) sendo duas horas destinadas à revisão de conteúdos práticos no Laboratório de Microscopia da Faculdade Christus. Entretanto, mesmo com as reuniões de monitoria, o rendimento acadêmico obtido não foi satisfatório como já mostrado anteriormente. Uma análise criteriosa da Figura 2 mostra que, mesmo com a disponibilidade de aulas de monitoria, a maioria dos estudantes usa esse recurso de forma irregular e insatisfatória não atingindo, portanto, os objetivos esperados.

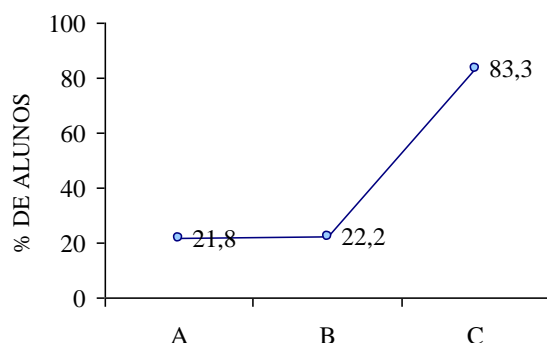


Figura 2 – Frequência dos acadêmicos de Fisioterapia nas reuniões de monitoria em Cito-Histo-Embriologia de acordo com a proximidade das avaliações de fim de período. As semanas representadas por A, B e C indicam: A (3 a 4 semanas antes das provas), B (1 a 2 semanas antes das provas) e C (1 a 3 dias antes das provas do período). Os dados são expressos em termos percentuais do número total de alunos regularmente matriculados na disciplina.

4 CONCLUSÕES

- Após analisar cuidadosamente os dados apresentados, podemos concluir que:
- A melhoria no rendimento acadêmico é um processo ativo e depende principalmente de posições e atitudes do corpo discente.
 - Em Cito-Histo-Embriologia, as atividades práticas são essenciais na retenção de conteúdos e devem ser o foco na atenção de estratégias de ensino que visem melhorar o desempenho acadêmico.
 - As atividades de monitoria devem ser aprimoradas com o objetivo de obter uma frequência regular ao longo de todo o período letivo.
 - Diante do perfil apresentado pelo corpo discente e, considerado que não há diferença entre a composição de estudantes desta e de outras disciplinas, devem ser tomadas medidas que aumentem o aprendizado ainda no âmbito universitário, como uma medida paliativa para a falta do hábito de estudo regular.

REFERÊNCIAS

CANDAU, V. M. F. A didática e a formação de educadores da exaltação á negação: a busca da relevância. **A didática em questão**. Petrópolis: Vozes, 1986.

ETEVENES, A.; LOWE, J. **Histologia humana**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2001.

FRANCO, G.P. Uma experiência acadêmica como aluno-monitor da disciplina de morfologia: histologia e anatomia. **Rev. latino-am. enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 5, p. 59-66, dez. 1999.

JACK, D. Computer Animation and Improved Student Comprehension of Basic Science Concepts. **The Journal of the American Osteopathic Association**, Lewisburg, n. 1, v. 106, 2006.

APÊNDICE A



CURSO DE FISIOTERAPIA
DISCIPLINA: CITO-HISTO-EMBRIOLOGIA
PROFESSORES: HERMÓGENES DAVID E MAGNELY MOURA
MONITORA: AMANDA DO SOUZA OLIVEIRA
QUESTIONÁRIO ÚNICO

Projeto de Monitoria: “Avaliação de diferentes estratégias metodológicas no ensino de Cito-Histo-Embriologia”

1. Nome: _____
2. Semestre: _____
3. Idade/Sexo: _____ / _____
4. Exerce atividade profissional? () SIM () NÃO
5. Caso responda positivamente a questão “4”, responda: Qual a sua carga horária de trabalho?
() Menos de Quatro horas / dia
() Quatro a cinco horas / dia
() Cinco a oito horas / dia

6. Quantas horas você estuda por dia?
 Menos de três horas / dia
 Entre três e seis horas / dia
 Mais de seis horas / dia
7. Você tem dificuldades em entender os conteúdos de Cito-Histo-Embriologia?
 SIM NÃO
8. Você acha que as aulas práticas são _____ para o entendimento do programa teórico. Complete:
 Desnecessárias
 Importantes
 Muito importantes (essenciais)
9. Responda, de forma objetiva, as perguntas rápidas propostas abaixo:
a)Quais os principais assuntos abordados no período? _____
b)Bom, excelente ou ótimo. Como você considera seu rendimento no período? _____
c)Cite uma lâmina que represente cada tópico abordado no período. _____
d)Cite três termos que lembrem os assuntos dados no período: _____
10. Você considera a disciplina de Cito-Histo-Embriologia:
 Essencial para um bom desempenho profissional do Fisioterapeuta
 Relativamente importante para o desempenho profissional do Fisioterapeuta
Justifique: _____
11. **(Responda somente se estiver cursando o segundo ou terceiro período)** – Qual a melhor estratégia adotada nos trabalhos de monitoria?
 Estratégia do primeiro período
 Estratégia do laminário eletrônico e ED's integrados

APÊNDICE B



CURSO DE FISIOTERAPIA
DISCIPLINA: CITO-HISTO-EMBRIOLOGIA
PROFESSORES: HERMÓGENES DAVID E MAGNELY MOURA
MONITORA: AMANDA DO SOUZA OLIVEIRA

TABELA PARA COLETA DE DADOS

Projeto de Monitoria: “Avaliação de diferentes estratégias metodológicas no ensino de Cito-Histo-Embriologia”

Data: ____/____/____
Turma: _____
Número de alunos regulares: _____

Número de alunos que freqüentam a monitoria

| Semanas | Valor absoluto | Percentual (%) |
|---------------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Semana A (4 semanas antes da prova) – | | |
| Semana B (3 semanas antes da prova) – | | |
| Semana C (2 semanas antes da prova) – | | |
| Semana D (1 semana antes da prova) – | | |
| Dia E (1 a 3 dias antes da prova) - | | |

Frequência de procura da monitoria (dados da turma) x Notas obtidas

| Semanas | Valor absoluto | Percentual (%) | NP1 | NP2 | NP3 |
|----------------------------|-----------------------|-----------------------|------------|------------|------------|
| Uma vez/semana | | | | | |
| Duas vezes/ semana | | | | | |
| Três vezes por semana | | | | | |
| Uma vez por mês | | | | | |
| Duas vezes por mês | | | | | |
| Três ou mais vezes por mês | | | | | |

* Os dados desta seção serão coletados através de lista de frequência assinada pelos alunos que frequentarem as reuniões de monitoria, assim como através da análise dos valores das notas obtidas nos períodos de cada semestre letivo.

AF 4: ALONGAMENTOS NA COLUNA VERTEBRAL EM ACADÊMICOS DA CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA DA FACULDADE CHRISTUS
Ana Karolina Martins Cavalcante¹; Mabell Sandy Santiago Rodrigues²; Sandra Rebouças Macedo³

RESUMO

Essa pesquisa teve o objetivo de analisar os efeitos dos alongamentos realizados pelos acadêmicos de fisioterapia da Faculdade Christus, antes e após os atendimentos aos pacientes da clínica escola durante as práticas da disciplina de Estágio I. O estudo enfatizou, principalmente, a musculatura da coluna vertebral, no qual foram avaliados 10 acadêmicos, com idades entre 21 e 25 anos. O instrumento de pesquisa usado foi um questionário, no qual constava questões das atividades da vida diária dos acadêmicos e seus bem-estares físicos, antes e após os alongamentos. Os resultados deste estudo mostraram uma diminuição significativa do nível da dor, pois os participantes da pesquisa relataram incômodos em algum segmento da coluna vertebral, antes da prática de alongamentos em suas rotinas. Foi observado que após a realização dos alongamentos, os envolvidos na pesquisa relataram um melhor desempenho das suas atividades e a diminuição da dor na coluna vertebral. Pode-se concluir que a prática de alongamentos pelos acadêmicos de fisioterapia, antes e após o atendimento na Clínica Escola de Fisioterapia da Faculdade Christus são fundamentais para a redução das dores na coluna vertebral, pois prepara melhor a musculatura solicitada nas diversas posturas adotadas durante atendimento fisioterápico aos na Clínica Escola da Faculdade Christus. É, portanto, fundamental que os alongamentos sejam introduzidos na rotina, dos acadêmicos e de todos profissionais de fisioterapia, com a finalidade de prevenir contraturas musculares, dores na coluna vertebral, bem como na promoção de bem-estar físico.

Palavras-chave: Coluna. Acadêmico. Alongamento. Bem-estar físico.

1 INTRODUÇÃO

A coluna vertebral representa dois quintos da altura do corpo de um adulto e tem, aproximadamente, 73 cm de comprimento. É formada por vértebras, que tem como principais funções: proteger a medula e nervos espinhais, sustentar o peso corporal, promover equilíbrio para o corpo. Tem grande importância na locomoção e postura do ser humano (MORRE; DALEY, 2007). Pois trata-se de uma estrutura flexível e resistente, com a capacidade de mover-se em todas as direções (TORTORA, 2007).

A coluna possui quatro curvaturas normais, que são melhores visualizadas se o indivíduo estiver de perfil. As curvaturas cervicais e lombares são convexas, devido as suas curvas estarem anteriormente em direção à superfície anterior do corpo. Já a torácica e sacral são côncavas, devido às curvas estarem posteriormente. As curvaturas são responsáveis pelo equilíbrio para andar em uma postura ereta (HERLIHY; MAEBIUS, 2002).

O fisioterapeuta é um profissional que tem como principal instrumento de trabalho o seu próprio corpo, que às vezes é utilizado com certa sobrecarga, portanto, este profissional está vulnerável ao desenvolvimento de desordens musculoesqueléticas (SOUZA D´AVILA; FRAGA SOUSA; SAMPAIO, 2005). Para evitar esse tipo de desordem são recomendados alongamentos e exercícios leves de amplitude de movimento que aquecem os tecidos moles (BOWLER; CONE, 2001).

Segundo Peres (2004) compartilha desta concepção quando considera que, dentre os profissionais da área de saúde, o fisioterapeuta é um dos que mais apresenta distúrbios

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia.

² Acadêmica do Curso de Fisioterapia.

³ Professora Ms., Orientadora.

posturais, pois o trabalho desses profissionais exige um grande esforço do sistema músculo-esquelético. Os fisioterapeutas realizam muitos movimentos repetitivos de membros superiores, manutenção de posturas estáticas e dinâmicas por longo tempo, bem como, movimentos que sobrecarregam a coluna vertebral. A dor na coluna é uma das mais referidas desordens decorrentes de posturas inadequadas no ambiente de trabalho.

Esta pesquisa tem o intuito de analisar as implicações dos alongamentos aplicados antes e após os acadêmicos de fisioterapia realizarem os atendimentos referentes a disciplina de Estágio I, na Clínica Escola de Fisioterapia da Faculdade Christus, enfatizando-se, principalmente, a musculatura da coluna vertebral.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Anatomia da coluna vertebral

A coluna vertebral é o eixo do corpo e pilar de sustentação, que também oferece a flexibilidade para o movimento do tronco. Ela protege a medula espinhal, dá suporte para a mobilidade da cabeça, permite movimentos entre as diversas partes do tronco e dá fixação a vários músculos. Sendo a principal função deste segmento a de suportar o peso corporal e transmiti-lo pelo o restante do corpo. Constituída de 33 vértebras, colocadas umas sobre as outras no sentido longitudinal, que se estende da nuca a pelve. Destas, 7 são vértebras cervicais, 12 torácicas, 5 lombares, 5 sacrais e 4 coccígeas (DANGELLO; FATINNI, 2001).

O corpo vertebral, parte anterior das vértebras, aumenta de volume da porção cervical a lombar, já que as vértebras inferiores têm uma sobrecarga de peso maior quando comparadas com as superiores (SMITH, 1997). A coluna é dividida em 3 segmentos: o anterior, que tem como responsabilidade suportar o peso e absorver os impactos, o posterior que é responsável por manter o alinhamento limitando a movimentação entre as vértebras e o segmento intermediário, que faz a conexão entre o anterior e posterior, apresentando poucas funções mecânicas, porém é o segmento que abriga e protege a medula (SIMÕES, 2004).

As curvaturas cervical e lombar são compensatórias da postura ereta assumida pelo ser humano. A cervical suporta o peso da cabeça e alivia, em parte, a ação dos músculos da nuca em manter a extensão da cabeça e do pescoço. A lombar compensa a desvantagem da curvatura torácica e sustenta o peso do corpo (RUBINSTEIN, 2008).

2.2 Biomecânica da coluna vertebral

A coluna vertebral tem através da sua biomecânica a capacidade de movimentar-se em quatro planos de referência: inclinação para frente ou flexão, inclinação para trás ou extensão, inclinação para o lado, ou flexão lateral para a direita ou para a esquerda e rotação para a direita e para a esquerda (MAKOFSKY, 2006). A funcionalidade corporal é o que protege a integridade do corpo, sendo crucial para que a terapia seja eficiente, onde se diz respeito ao posicionamento e ao movimento do peso em relação à gravidade. Utilizar a transferência do peso corpóreo requer menos esforço físico do fisioterapeuta, proporcionando uma pressão mais uniforme sobre a coluna no momento do atendimento. Se usar os músculos para força, estabilização ou movimentos deve-se empregar os músculos maiores e mais fortes, não os menores e fracos (CLOY; DOUNDS, 2003).

A coluna consegue ser rígida e flexível ao mesmo tempo. A estrutura rígida dá sustentação e a flexível permite o deslocamento para os lados, para trás e para frente. As curvaturas da coluna proporcionam também o equilíbrio desta, tornando mais fácil ao ser humano ficar na posição ortostática. Nas regiões cervical e lombar existe uma lordose e na torácica uma cifose (MENDES, 2003). Ao realizar técnicas manuais o conceito de mecânica corporal é dado pelo movimento oscilatório do corpo, tornando possível a realização de movimentos longos de uma forma rítmica e uniforme, regulando a pressão aplicada através do

peso corporal. Permitindo, assim, que o peso do corpo do terapeuta seja distribuindo igualmente ao se mover em uma grande área sem curvar as costas (VIEIRA et al, 2005).

A postura adequada do acadêmico durante o atendimento na clínica é descrita da seguinte forma: com os pés apoiados no chão para que não haja perda de equilíbrio, joelhos e tornozelos dobrados para facilitar o movimento oscilatório, permitindo que os braços e mãos sejam aplicados em grande área e com poucos movimentos dos quadris e coluna vertebral (VIEIRA et al, 2005).

2.3 Intercorrências da coluna

De acordo com uma das leis de Newton, “a cada ação ocorre uma reação”. No caso da coluna, essa reação é absorvida por sua musculatura, implicando à grande incidência de pessoas com dores na coluna, pois a melhora do desempenho de uma atividade exercida requer uma amplificação dos movimentos realizados por essa musculatura (CAMPOS, 2005).

A coluna apresenta suas curvaturas fisiológicas, e alterações nestas podem provocar dores na coluna, que podem estar relacionadas com má postura. Vale ressaltar que a dor é um sinal de alarme e que a dor na coluna tem uma história prévia (MENDES, 2003). Quando o esqueleto está alinhado verticalmente, todos os ossos estão empilhados um sobre o outro, suportando assim a força da gravidade. Neste caso o esqueleto é utilizado como foi planejado, ou seja, para sustentação. Deste modo, os músculos posturais são utilizados eficientemente para movimentar seu corpo com facilidade e conforto, porém quando o esqueleto não é utilizado em condições ideais, os músculos do dorso precisam gerar uma sensação de esforço na mecânica corporal, causando desconforto e dor (FRYE, 2007).

O desempenho muscular sofre influência da fadiga, que tem sido definida como “uma perda temporária da capacidade de desempenho resultante de desempenhos anteriores, independentemente de como é afetado o desempenho atual” (CAILLET, 2001, p.140). A freqüente mudança na postura do profissional durante atendimento fisioterápico, proporciona uma sensação de bem-estar físico e ajuda a proteger a coluna. Para evitar as algias, o fisioterapeuta, antes de começar seu atendimento, deve fazer um aquecimento aeróbio e alongamento. Deve estar confortável e com roupas que não limitem seus movimentos (FRITZ, 2002).

A coluna cervical quando relacionada à postura é chamada de lordose, onde posiciona a cabeça dentro do centro de gravidade, havendo uma mínima ou nenhuma atividade muscular para sustentar a cabeça, ou seja, uma mínima lordose cervical. Se a mesma estiver em posição imprópria prejudica o equilíbrio resultando em dor e incapacidade (CAILLET, 2003).

A maior incidência da dor lombar se deve a atividades cinéticas defeituosas como a inclinação, o levantamento de peso e outros, e muitas vezes a fonte do problema pode ser a má postura (TRIBASTONE, 2001).

2.4 Alongamento

O alongamento muscular consiste em qualquer manobra com a finalidade de aumentar a flexibilidade ou a amplitude de movimento, promovendo um estiramento do músculo aumentando seu comprimento, conservando para atender as tarefas ocupacionais (FRYE, 2007). Pode ser dividido em alongamento passivo e auto-alongamento. O primeiro é feito com auxílio de forças externas, controlando a direção, velocidade, intensidade e duração de alongamentos dos tecidos moles que podem causar contraturas. O profissional dirige o grupo músculo-articular até uma determinada amplitude de movimento entre baixa e moderada tensão muscular e favorece a permanência por determinado tempo, ou seja, os tecidos alongados além do seu comprimento de repouso levando as estruturas além da amplitude de movimento passiva (KISNER; COLBY, 2002). O auto - alongamento é um tipo de exercício de flexibilidade onde se realiza sozinho. Ocorrendo um alongamento passivo de suas próprias contraturas, essas técnicas são importantes para tratar em longo prazo de muitos problemas

músculos esqueléticos e neuromusculares. A orientação da realização do exercício correto é importante para que não ocorram novas lesões (KISNER; COLBY, 2002).

Segundo Moraes (2000), exercícios realizados durante a jornada de trabalho trás muitos benefícios para o profissional, dentre eles pode-se destacar: redução dos níveis de ansiedade e stress; aumento da flexibilidade; redução de tensões musculares; ativa a circulação; favorecimento da conscientização corporal; diminuição do risco de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) e auxílio do desempenho do trabalho.

3 METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se por ser um estudo misto, pois foram investigados os níveis de dor ou desconforto na coluna vertebral, como também o bem-estar físico relacionado a prática de alongamentos. Constou com uma amostra por conveniência, composta por 10 acadêmicos de fisioterapia, com idades entre 21 e 25 anos. Os participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, obedecendo à resolução 196/96, tendo os procedimentos da pesquisa recebido aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade Christus. Este estudo se realizou no período de 16 a 23 de outubro de 2008 na Clínica Escola da Faculdade Christus.

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado através da aplicação de um questionário elaborado pelas pesquisadoras que abrangeu questões das atividades de vida diária e bem-estar físico antes e após os alongamentos. Foi solicitado aos acadêmicos que quantificassem em uma escala de 0 a 10, a dor ou desconforto na coluna vertebral. No segundo momento do estudo os participantes foram divididos em dois grupos. O grupo I possuía cinco acadêmicos que participaram da pesquisa realizando alongamentos e respondendo a questionários antes e após os atendimentos. E o grupo II que possuía cinco acadêmicos que participaram do grupo controle, respondendo apenas aos questionários. Foram realizados cinco alongamentos em toda a extensão da coluna, dividindo-os da seguinte forma: musculatura do pescoço, musculatura da lateral do pescoço, musculatura extensores das costas, musculatura profunda das costas e musculatura das laterais do corpo. Os exercícios utilizados nessa pesquisa foram alongamentos estáticos que consistem na realização de movimentos lentos, até uma amplitude máxima que o segmento conseguir, mantida em cerca de 20 segundos, tempo suficiente para manter e atingir o relaxamento muscular. É importante destacar que, os dados foram coletados no período da manhã.

Após a coleta dos dados as informações foram organizadas em um banco de dados, sendo posteriormente apresentadas em tabelas e gráficos, para melhor compreensão dos resultados. A análise dos dados foi feita através de procedimentos da estatística descritiva (cálculo e média de cálculo de percentuais) por intermédio do programa *Microsoft Excel*.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando que o estudo investigou a relação dos alongamentos, com as dores da coluna vertebral, é importante destacar que alguns segmentos da coluna apresentam, predominantemente, maior incidência de desconfortos relatados.

No gráfico 1, podemos observar quais as regiões da coluna que os acadêmicos de fisioterapia relataram mais dores. Nota-se que a região dorso-lombar é a mais acometida por incômodos nos acadêmicos de fisioterapia.

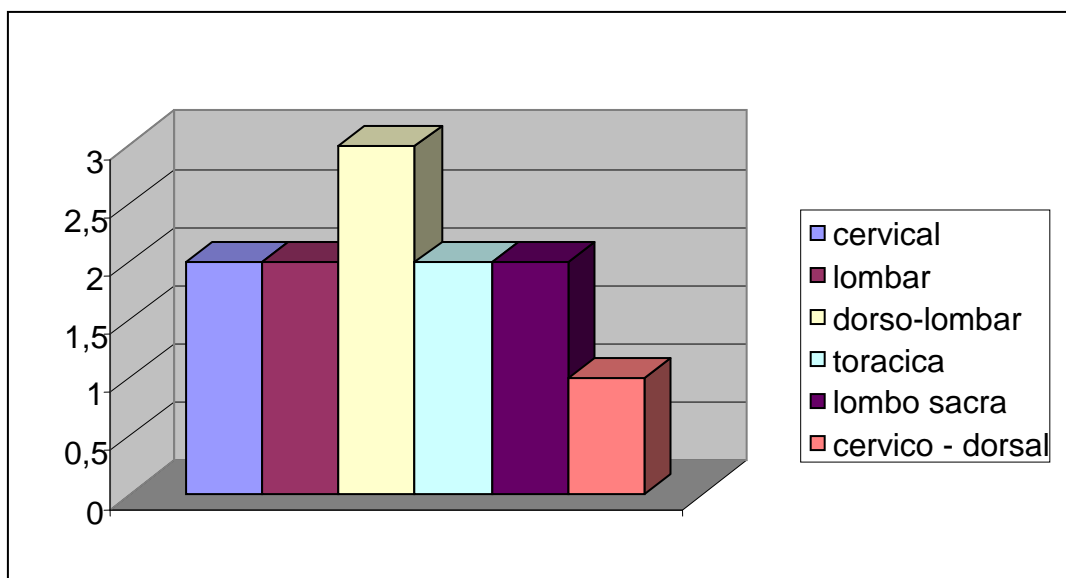


Gráfico 1 – Predomínio de Desconfortos nas Regiões da Coluna.

Segundo Alter (2000) o desconforto e a dor podem ser desenvolvidos através de uma postura imprópria por um longo período, fazendo com que o corpo se adapte ao estresse mecânico através de uma alteração dos tecidos posteriores. Estas informações podem ter certa relação com a incidência de dor na região dorso-lombar, pois é este segmento que mais sofre sobrecarga durante atividades dos profissionais da saúde, como por exemplo, os fisioterapeutas

Na tabela 1, a seguir, os dados são expostos individualmente, dos 10 acadêmicos que responderam ao questionário, 3 relataram dores na região dorso-lombar, 2 nas regiões cervical, 2 na lombar, 2 na lombo-sacral, e 1 relatou dor na região cervico-sacral. Dos cinco sujeitos da pesquisa, dois relataram maior intensidade de dores na cervico-dorsal, outros dois na dorso-lombar, e somente um relatou maior intensidade de dor na região torácica da coluna.

| SUJEITO | LOCAL DA COLUNA |
|-----------|-----------------|
| Sujeito 1 | Cervico-dorsal |
| Sujeito 2 | Dorso-lombar |
| Sujeito 3 | Dorso-lombar |
| Sujeito 4 | Cervico-dorsal |
| Sujeito 5 | Torácica |

Gráfico 1 – Apresentação da dor na região da coluna.

O alongamento pode ajudar o risco ou a intensidade da dor lombar devido a promoção do relaxamento, suspendendo a tensão muscular. O alongamento reduz atrofia muscular, aumenta a flexibilidade, diminuindo o risco de lesões músculo-articulares melhorando as posturas estáticas e dinâmicas, mantendo uma ampla flexibilidade trazendo melhorias nas dores, pois quanto mais flexível for, menor a propensão de dores musculares, sobretudo nas regiões dorsal e lombar (ACHOUR, 1995).

Na tabela 2 observa-se que todos os sujeitos relataram dor antes da prática de alongamentos. Três destes referiram muita dor e dois uma dor moderada. Ao final da pesquisa, após 6 dias de alongamentos nota-se uma diminuição dessas dores. O sujeito 1 e 3 referiram pouca dor ao fim da pesquisa. Sujeitos 2 e 4 não referiram nenhuma dor e o sujeito 5 referiu uma dor moderada.

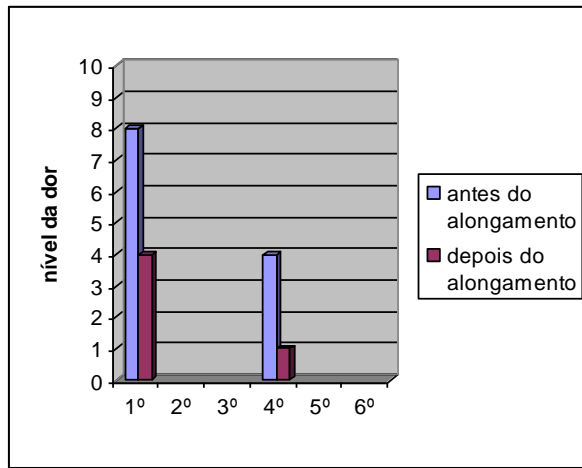


Gráfico 4 - Nível de dor do sujeito 3.

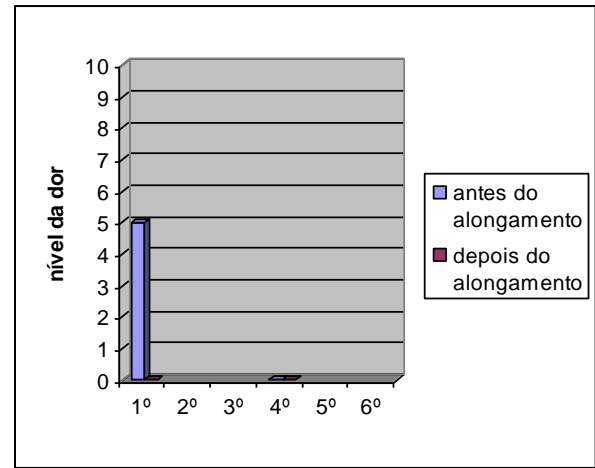


Gráfico 5 - Nível de dor do sujeito 4.

No gráfico 5 acima, pode-se observar que o sujeito 4 apenas referiu dor no primeiro dia antes da realização dos alongamentos. Vale ressaltar que este é o sujeito que realiza atividade física. Já, no gráfico 6, abaixo, se observa que o sujeito 5 referiu níveis de dor iguais no primeiro e quarto dia antes dos alongamentos e essa dor diminuiu após a realização dos exercícios. E o mesmo não referiu nenhum incômodo no segundo, terceiro, quinto e sexto dia.

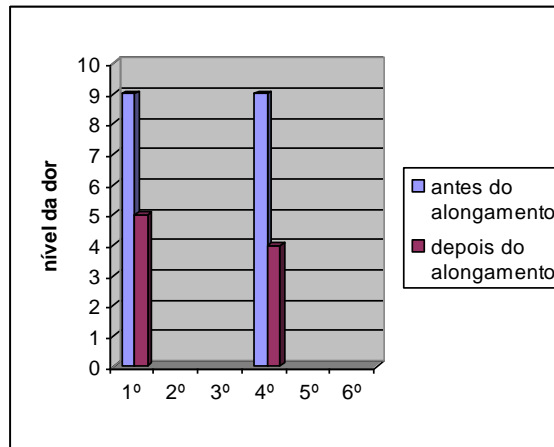


Gráfico 6: Gráfico de dor do sujeito 5.

Os alongamentos são indicados antes de uma atividade com função de melhorar a circulação e diminuir a rigidez muscular, já realizá-lo após a atividade tem um efeito relaxante para a musculatura (CORRAZZA, 2005). Pode-se inferir dos gráficos acima apresentados que o nível de dor teve uma diminuição significativa, após a prática dos alongamentos, pois todos os acadêmicos relatavam incômodos em algum segmento da coluna vertebral ao primeiro dia em que foram aplicados os alongamentos e ao último dia o mesmo não persistia. Já no quarto dia todos os sujeitos apresentaram dor, exceto o sujeito 4, provavelmente, devido ao fato de que no dia anterior não foram realizados os alongamentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de alongamentos, antes e após as atividades clínicas do acadêmico de fisioterapia, trouxe benefícios expressivos, que foram percebidos pelos sujeitos participantes deste estudo, que declararam ter ocorrido significativa melhora na consciência corporal no restante do dia e, principalmente, ao dormir. Vale ressaltar que, o grupo controle que não realizou alongamentos, persistiu com dores durante todos os dias da pesquisa.

Frye (2007) recomenda a utilização de uma mecânica corporal adequada na realização das atividades com o objetivo de prevenir as dores das costas, através de exercícios de

alongamentos e relaxamento para um melhor aproveitamento da consciência corporal e conscientização da importância da preparação do corpo.

O alongamento é um procedimento muito utilizado em atletas, pessoas envolvidas em atividades físicas e principalmente na prática fisioterápica, pois o mesmo trás muitos benefícios, como aumento da amplitude de movimento, diminuição de lesões músculo-articulares e a melhora de desempenho físico. Segundo Achour (1995) os alongamentos promovem ainda um aumento da circulação reduzindo assim os incômodos pelos nódulos musculares, conseguindo melhorar a flexibilidade as posturas estáticas e dinâmicas, diminuindo os problemas posturais, a rigidez e evitando esforços adicionais seja no trabalho ou no esporte.

Com isso concluímos que, não somente na Clínica Escola e nos acadêmicos, mas, em para os profissionais da área da saúde, que solicitam, principalmente, posturas que sobrecarregam a coluna vertebral em suas atividades, os alongamentos são fundamentais para a redução de dores relacionadas ao trabalho. E que a prática, por acadêmicos, de alongamentos antes e após o atendimento fisioterápico são fundamentais para a redução das dores na coluna vertebral, pois prepara a musculatura no início da jornada de estágio clínico e previne contraturas no final do turno, promovendo bem-estar físico.

REFERÊNCIAS

- ACHOUR, J. **Alongamento e aquecimento**: aplicabilidade da performance atlética. [S. l.: S. n.], 1995.
- ALTER, J. M. **Ciência e Flexibilidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- BOWLER, R. M; CONE, J. R. **Segredos em medicina do trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CAILLIET, R. **Dor cervical e no braço**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003a.
- CAILLIET, R. **Dor mecanismo e tratamento**. Porto Alegre: Artemed, 2003b.
- CAILLIET, R. **Síndrome da dor lombar**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CAMPOS, S. **Biomecânica da Coluna Vertebral**. Disponível em: <<http://www.drashirleydecampos.com.br/noticias/17477>>. Acesso em: 15 jun. 2008.
- CLOY, J. H.; DOUNDS, D. M. **Massoterapia Clínica, integrando anatomia e tratamento**. São Paulo: Manole, 2003.
- CORAZZA, S. **Mais jovem a cada dia**: um programa completo de vitalidade para homens e mulheres. São Paulo: Prestígio, 2005.
- DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2001.
- FRITZ, S. **Fundamentos da massagem terapêutica**. São Paulo: Manole, 2002.
- FRYE, B. **Mecânica Corporal**: guia prático para o autocuidado. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- HERLIHY, B.; MAEBIUS. N. K. **Anatomia e fisiologia do corpo humano saudável e enfermo**. São Paulo: Manole, 2002.

- KISNER, C.; COLBY, L. **Exercícios terapêuticos**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2002.
- MAKOFSKY, H. W. **Coluna vertebral: terapia manual**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- MENDES, R. **Patologia do trabalho**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.
- MOORE, K. L.; DALLEY, A. F. **Anatomia orientada para a Clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- PERES, C. P. A. Estudo das sobrecargas posturais em fisioterapeutas: uma abordagem biomecânica ocupacional. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, v. 17, p. 13, 2004.
- RUBISTEINS, E. **Anatomia Funcional da coluna vertebral**. 2005. Disponível em: <http://www.icb.ufmg.br/anatefis/coluna_vertebral.htm>. Acesso em: 9 jun. 2008.
- SHIMT, L. K.; LEHMKUHL, L. D.; WEISS, E. L. **Cinesiologia Clínica de Brunnstrom**. 5. ed. São Paulo: Manole, 1997.
- SIMÕES, M. Biomecânica da Coluna In: **CONHEÇA sua coluna: Informações científicas para leigo**. Porto Alegre: Conceito, 2004.
- SOUZA D'AVILA, L; FRAGA SOUSA, G. A; SAMPAIO, R.F. Prevalência de distúrbios musculares relacionados ao trabalho em fisioterapeutas da rede hospitalar SUS – BH. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 219-225, 2005.
- TORTORA, G. J. **Princípios de Anatomia Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- TRIBASTONE, F. **Tratado de Exercícios Corretivos Aplicados à Reeducação Motora Postural**. São Paulo: Manole, 2001.
- VIEIRA, W. H. B et al. Efeito de duas técnicas de alongamento muscular dos ísquios tíbias na amplitude de extensão ativa do joelho e no pico de torque. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 71-76, 2005.

AF 5: ANÁLISE BIOMECÂNICA DA ATIVIDADE DOCENTE EM UMA ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Aurifran do Nascimento Barroso¹; Felipe Nascimento Ferreira²; Luciano Nogueira Lopes Filho³

RESUMO

A atividade laboral como se sabe é desenvolvida pelo ser humano objetivando assegurar sua sobrevivência, satisfazendo suas necessidades. O trabalho tem importante papel na vida do homem, pois ao sentir-se útil, tem sua auto-estima elevada, trazendo-lhe um sentimento de auto-realização. Nossa pesquisa buscou analisar a biomecânica do profissional docente correlacionando-a com possíveis distúrbios osteomioarticulares relacionados ao trabalho (DORT's). Tendo em vista que a atividade docente é uma das mais importantes, pois as demais, em sua maioria, dependem dela e que nem sempre a saúde desse profissional é enfocada, desenvolveu-se esse estudo biomecânico com o propósito de melhorar a qualidade de vida desses atores. Dentre as estruturas formadoras do corpo humano são mais comumente afetadas pelas DORT's aquelas relacionadas direta ou indiretamente com a função de sustentação do peso corporal e com o desenvolvimento de movimentos rápidos, repetitivos e de grande amplitude ou que permaneçam longo período em situação estática. A pesquisa caracterizou-se como estudo de campo, exploratório, quantitativo e foi realizada em uma escola de ensino fundamental e médio da rede pública de Fortaleza-CE com vinte docentes, no período de agosto a novembro de 2008. As limitações mais expressivas na amplitude dos movimentos foram observadas nas articulações do ombro, punho, joelho e tornozelo. Tais limitações apresentaram-se como fatores limitantes da atividade docente, em alguns casos levando-os a se ausentar da sala de aula. Portanto, baseado nos preceitos e diretrizes da ergonomia laboral, sugere-se a necessidade de estabelecer um programa de educação e prevenção para essa classe profissional.

Palavras-chave: Biomecânica. Docente. DORT.

1 INTRODUÇÃO

A atividade laboral é desenvolvida pelo ser humano com o intuito de garantir a sua sobrevivência e satisfazer as suas necessidades, desempenhando, portanto, importante papel na vida do homem, pois ele ao sentir-se útil, valorizado e produtivo, tem sua auto-estima elevada, trazendo-lhe um sentimento de auto-realização (DELIBERATO, 2002).

Porém, nem sempre a atividade profissional é vista como fonte de prazer, bem-estar e equilíbrio para o homem, causando alterações físicas e mentais ao profissional. Quando este equilíbrio corporal não é mais alcançado, aparecem as adaptações, que se não forem corrigidas, aumentarão o risco de aparecimento de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) (NASCIMENTO; MORAES, 2002).

Além do desconforto para o trabalhador e seus familiares, deve ser observado o prejuízo no seu rendimento e os enormes gastos ocasionados no sistema de saúde e na previdência social, com tratamentos e indenizações. Estudos mostraram enormes prejuízos para a economia dos países em consequência das doenças e distúrbios ocupacionais, ou seja, por falta de prevenção (MENDES, 2003).

A biomecânica, sendo uma ciência que aplica conceitos da física e da engenharia ao corpo humano, buscando descrever as forças que atuam durante a realização dos movimentos e suas inter-relações, é aparato essencial para entendimento e explicação das desordens musculoesqueléticas produzidas pelas atividades da vida diária (NORDIN; FRANKEL, 2003).

¹ Alunos do Curso de Fisioterapia na Faculdade Christus.

² Alunos do Curso de Fisioterapia na Faculdade Christus.

³ Professora Ms., Orientador.

A atividade docente é caracterizada pela permanência por longos períodos na posição ortostática, correção de centenas de provas e trabalhos escolares, excesso de material (livros e pastas) que normalmente conduzem pelos corredores. Tais fatores tornam-o susceptível ao desenvolvimento de distúrbios de ordem músculoesquelética. Comumente, tal profissional refere dor, parestesia, limitações funcionais, inflamação, diminuição da força muscular, tensão muscular e cefaléia (DELIBERATO, 2002).

Diante dos problemas relacionados à atividade profissional, é necessário encontrar alternativas mais coerentes com a realidade deste trabalho. A análise biomecânica do trabalho e a conscientização junto ao corpo docente acerca das formas adequadas de prevenção contra os problemas advindos da profissão são alternativas para a solução de tais afecções (NASCIMENTO; MORAES, 2002). Com isso esta pesquisa buscou analisar a biomecânica do profissional docente correlacionando-a com possíveis DORT's.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Principais estruturas comprometidas pelas DORT's

Dentre as estruturas formadoras do corpo humano são mais comumente afetadas pelas DORT's aquelas relacionadas direta ou indiretamente com a função de sustentação do peso corporal e com o desenvolvimento de movimentos rápidos, repetitivos e de grande amplitude ou que permaneçam longo período estaticamente. Dentre essas estruturas estão os nervos, os músculos, as fâscias, os tendões e ligamentos, a bainha sinovial e a cápsula articular (NASCIMENTO; MORAES, 2002).

Os nervos são espessamentos dos cordões axonais e podem desempenhar as funções de motricidade, sensibilidade e vasomotricidade. Os nervos do sistema nervoso periférico recebem mensagens do sistema nervoso central e transmite-as aos membros superiores e inferiores (MOORE; DARLLEY, 2001).

Os músculos constituem aproximadamente 50% do peso corporal e são formados por um tecido com as propriedades de contratilidade, elasticidade, extensibilidade e irritabilidade. Podem ser classificados em três tipos: esqueléticos, liso e cardíaco, ou, ainda, como voluntários e involuntários, quanto ao tipo de controle exercido sobre sua atividade (HALL, 2000; SPENCE, 1991).

A fâscia consiste em uma manta de tecido fibroso que envolve todas as estruturas do corpo humano, podendo ter a função de proteção de órgãos (fâscia periesofágica) ou de conjuntos orgânicos (fâscia endocárdica) ou de nutrição (*fâscia superficialis*) (BIENFAIT, 1999).

Os tendões são definidos como feixes constituídos de tecido fibroso, servindo de ligação entre o osso e o músculo, e os ligamentos, estruturas de tecido fibroso muito resistente que une ossos, dando estabilidade às articulações durante a realização dos movimentos (DÂNGELO; FATTINI, 2000).

A cápsula articular é uma estrutura fibrosa composta por duas membranas, uma interna (membrana sinovial), responsável pela produção da sinóvia, líquido que objetiva diminuir o atrito entre as superfícies articulares e outra externa (membrana fibrosa) que é mais resistente e tem função mecânica de proteção. Envolve a maioria das articulações do corpo com o objetivo de manter a união óssea (SOUZA, 2001).

2.2 Principais disfunções relacionadas ao trabalho

As DORT's afetam principalmente a coluna vertebral, os membros superiores e membros inferiores, podendo levar a processos álgicos a curto prazo e deformativos a longo período (NASCIMENTO; MORAES, 2002).

A dor é um sinal de alerta importante para que se possa manter a integridade dos tecidos do corpo. Dentre as patologias álgicas mais recorrentes estão a cervicalgia, a cervicobraquialgia, a dorsalgia, a lombalgia e a lombociatalgia (CAILLIET, 1999).

A cervicalgia e a cervicobraquialgia são responsáveis por considerável redução na produtividade de diversas profissões. A primeira é de caráter nociceptivo e a outra de cunho somático. Ambas podem resultar de distúrbios da coluna cervical, alterações musculares, distúrbios reumatológicos e infecções (SAKATA; ISSY, 2008).

A lombalgia e a lombociatalgia estão entre as causas mais frequentes de dor crônica e ausências ao trabalho. Aquela está relacionada a fatores individuais (ganho de peso e má postura) e ocupacionais (permanência na posição sentada por longos períodos e sobrecarga na coluna lombar). Esta é resultado da compressão nervosa causando irradiação para o membro inferior em 25 a 40% dos pacientes (SAKATA; ISSY, 2008).

Dentre os distúrbios estruturais citam-se a escoliose, hiper cifose e hiperlordose. A escoliose é dita como sendo um desvio lateral da coluna vertebral mais recorrente nos segmentos torácico e lombar alto da coluna vertebral, a hiper cifose, aumento acentuado da curvatura cifótica, encontrada no segmento torácico da coluna vertebral, a hiperlordose consistindo num aumento além do limite fisiológico da curvatura lordótica, encontrada nos segmentos cervical e lombar (MARTELLI, 2004).

2.3 Ergonomia no trabalho

Segundo Ferreira, 2004: “ergonomia é o conjunto de estudos que visam a organização metódica do trabalho, em função do fim proposto e das relações entre o homem e a máquina.”

Empresas gastam muito dinheiro por ano na manutenção do seu maquinário e esquecem-se da saúde e bem-estar do trabalhador. Um dos motivos para investir-se em prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho nas empresas é que existe uma ligação direta entre a saúde do trabalhador e a produtividade (MENDES, 2003).

O número de disfunções músculo-esqueléticas associadas ao trabalho vem crescendo cada vez mais nos últimos anos. Por isso se faz necessário uma nova cultura de hábitos saudáveis aos trabalhadores, minimizando a probabilidade do aparecimento de doenças ocupacionais (NASCIMENTO; MORAES, 2002).

A atuação do fisioterapeuta na equipe de saúde ocupacional de uma instituição, já é uma realidade. Atualmente este objetivo não se limita apenas a curar uma patologia, mas sim preveni-la. O fisioterapeuta atuará incentivando os empregados a adotarem novos hábitos de vida, consciência corporal e postural (DELIBERATO, 2002).

Várias são as vantagens do investimento na prevenção das DORT's. Para a instituição: redução de gastos com a assistência médica por ocorrência de doenças ocupacionais, aumento da produtividade e lucros da empresa, maior proteção legal à empresa contra possíveis processos de empregados por doenças ocupacionais. Para o empregado: redução do desconforto físico e do estresse emocional, diminuição da incidência de doenças ocupacionais, maior eficiência no trabalho (NASCIMENTO; MORAES, 2002).

O fisioterapeuta poderá atuar aplicando questionários, estabelecendo um primeiro contato com o professor, organizando pontos prioritários para a intervenção preventiva e organizando palestras e folhetos enfocando assuntos como cuidados posturais, DORT's, entre outros, direcionados à população estudada (DELIBERATO, 2002).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O presente estudo foi desenvolvido no período compreendido entre os meses de agosto e novembro de 2008 em uma escola de ensino fundamental e médio da rede pública do município de Fortaleza, no estado do Ceará, abrangendo vinte professores do ensino fundamental (1º ao 9º ano) e médio. A pesquisa foi desenvolvida através da aplicação de um questionário e ficha de avaliação funcional do docente. O questionário abrangeu questões

referentes à atividade docente, tais como: “Pega objetos localizados acima da cabeça?”, “Escreve?” e “Ao usar o computador o punho fica na posição neutra?”, cujas respostas o docente poderia escolher dentre as alternativas de uma escala ordinal com quatro opções (não, raramente, pouco e com frequência).

Foram critérios de inclusão trabalhar pelo menos cinco horas consecutivas e perfazer no máximo oito horas diárias e referir algias durante ou após o expediente. Os critérios de exclusão eram ter carga horária superior a 8 horas diárias e não referir qualquer processo algico. Junto ao questionário foi entregue um termo de consentimento livre e esclarecido, contendo informações sobre a sua participação na pesquisa, a qual foi voluntária. Após a leitura, todos os entrevistados que concordaram em participar, assinaram o termo em questão. Após os questionários serem respondidos, os mesmos foram recolhidos, analisados e usados na interpretação dos dados obtidos na avaliação funcional. Tal avaliação constou de goniometria dos movimentos do ombro, cotovelo, punho, quadril, joelho e tornozelo, provas de função muscular dos grupos envolvidos na realização de cada um dos movimentos nas articulações supracitadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Articulação do ombro

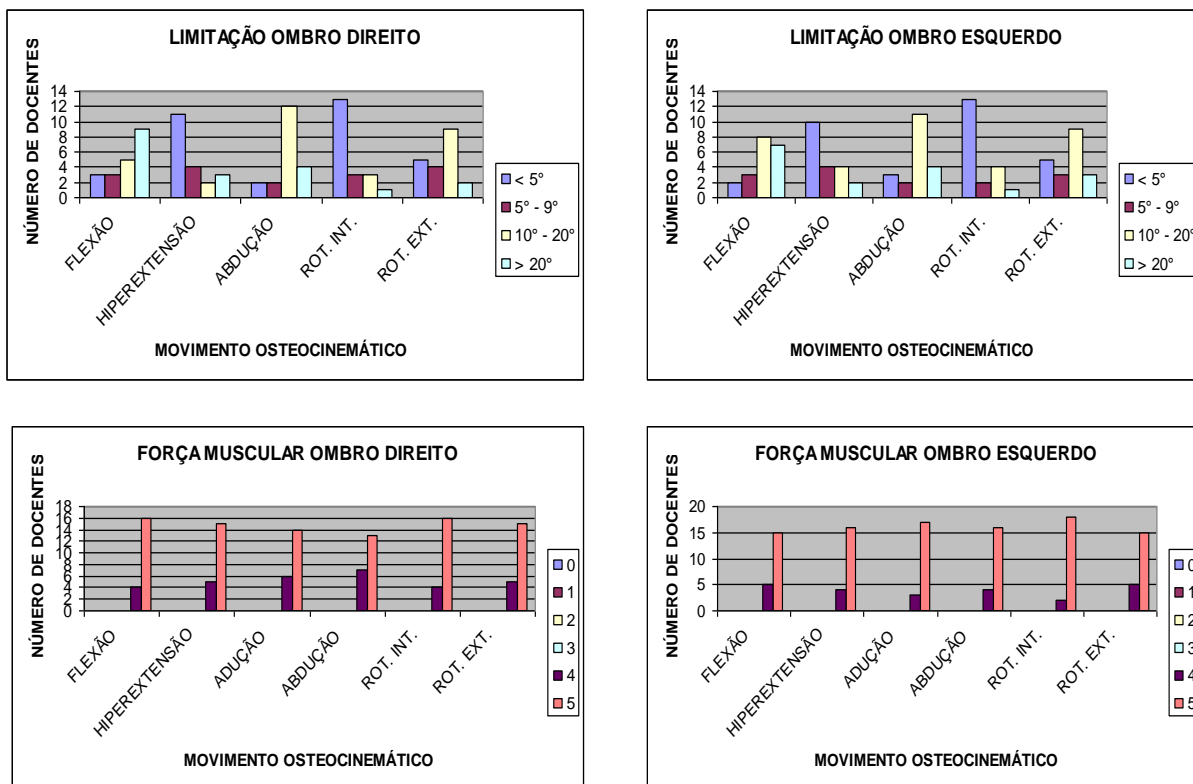


Figura 1 – Gráficos representativos da amplitude articular e força muscular da articulação do ombro.

Pode-se inferir dos gráficos acima apresentados que dentre os movimentos apresentados pela articulação do ombro os mais limitados foram a flexão, a abdução e a rotação externa, todos eles apresentando limitação superior a 10°. Para os valores de amplitude normal de movimento adotou-se 180° para a flexão e abdução, 90° para a rotação externa. No que diz respeito à força muscular, as alterações encontradas não foram significativas, visto que a imensa maioria da amostra apresentou grau de força quatro (bom) ou cinco (ótimo).

Tendo como base os dados obtidos através do questionário, procurou-se estabelecer uma relação de causa e efeito. Diante desta análise constatou-se que o ato de alcançar objetos acima da cabeça era exercido com frequência por grande maioria dos docentes (n=14), fato

esse sugere um possível desequilíbrio nos grupos musculares do complexo articular do ombro que mantém preservado o espaço da articulação subdeltóidea.

4.2 Articulação do punho

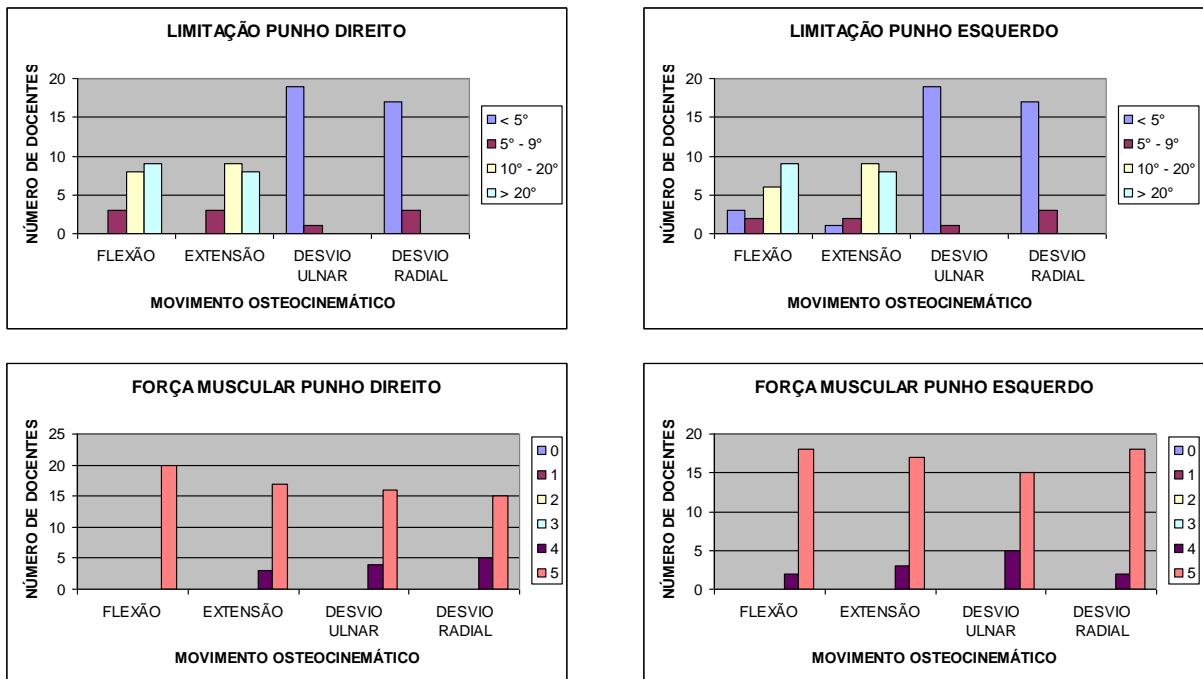


Figura 2 – Gráficos representativos da amplitude articular e força muscular da articulação do punho.

No complexo articular do punho foram identificadas importantes alterações no que concerne à amplitude articular. Os movimentos de flexão e extensão foram aqueles que apresentaram maior limitação, visto que mais de um terço dos docentes apresentaram limitação maior ou igual a 10° para cada um desses movimentos. Os valores de amplitude adotados como referência para a condição de normalidade foram: 90° para a flexão e 70° para a extensão. Para os demais movimentos foram encontrados valores de amplitude articular análogos quando se comparam o punho esquerdo e o direito. No que diz respeito à força muscular, as alterações encontradas não foram significativas, visto que a imensa maioria da amostra apresentou grau de força quatro (bom) ou cinco (ótimo).

O subsídio para tentar explicar tais achados foi novamente o questionário. A análise do mesmo levou-nos a hipótese de que existe correlação direta entre aqueles indivíduos que fazem uso freqüente da escrita (n=20) e a limitação para a flexão e extensão, já que são justamente esses os movimentos mais realizados durante tal atividade, predispondo ao encurtamento. O uso freqüente do computador também foi visto como possível explicação para tais achados, já que 50% dos professores referiu que o posicionamento do punho durante a digitação ficava pouco na posição neutra.

4.3 Complexo articular do joelho

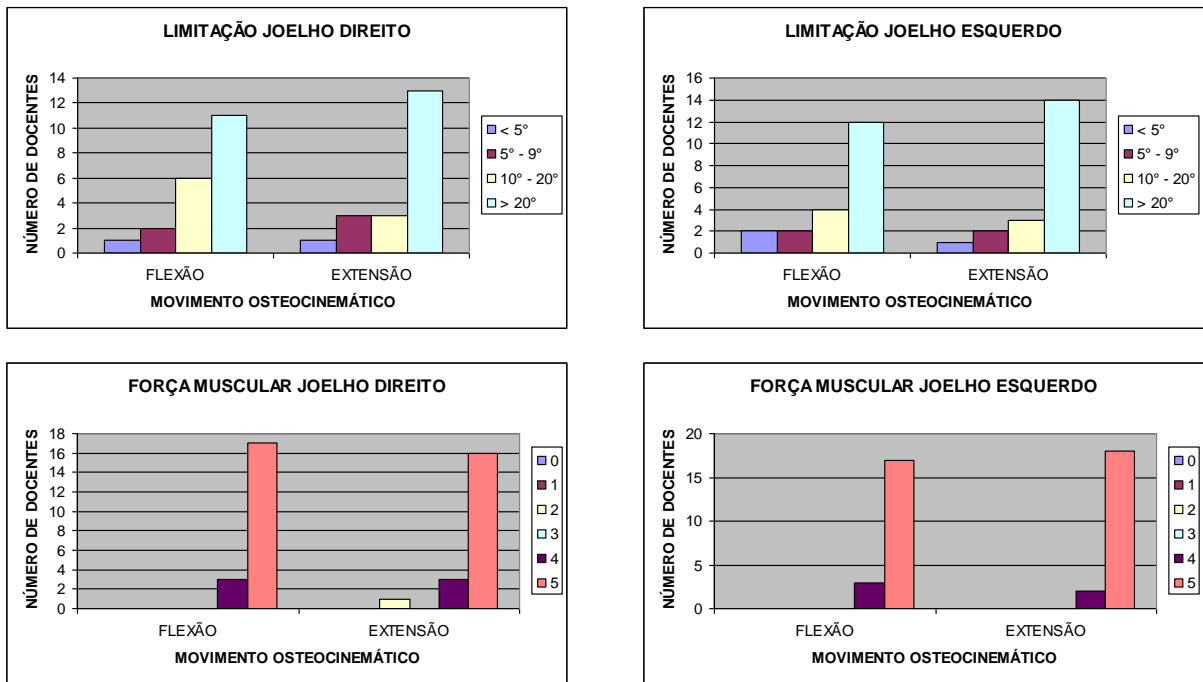


Figura 3 – Gráficos representativos da amplitude articular e força muscular da articulação do joelho.

Os dados obtidos referentes ao complexo articular do joelho refletem uma maior limitação para os movimentos de flexão e extensão em ambos joelhos, sendo esta limitação maior que 20° em mais da metade dos professores. A hipótese mais provável para explicar tais achados consiste no encurtamento da cadeia posterior, mais precisamente dos isquiotibiais, advindo do prolongado tempo que esses profissionais permanecem na posição ortostática. Nesta posição, o músculo gastrocnêmio tende ao encurtamento, realizando uma semiflexão de joelho, acarretando uma aproximação das inserções proximais e distais dos isquiotibiais. Tal encurtamento pode levar a uma restrição para os movimentos de flexão, abdução e rotação externa do ombro, pois quando encurtado, o grupo muscular isquiotibial tende a realizar retroversão pélvica, tracionando inferiormente a inserção distal do músculo grande dorsal, responsável direto pelos movimentos de extensão, rotação interna e adução do ombro.

4.4 Complexo articular do tornozelo

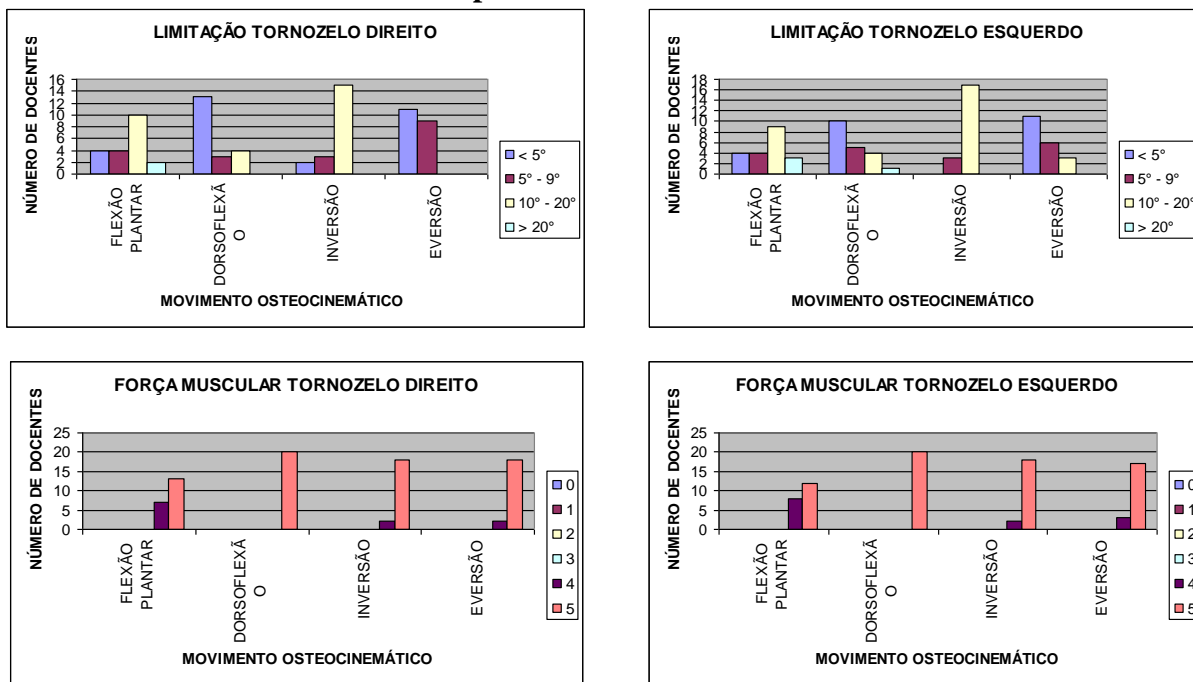


Figura 4 – Gráficos representativos da amplitude articular e força muscular da articulação do tornozelo.

Os achados mais expressivos no complexo articular do tornozelo foram as limitações para os movimentos de inversão e flexão plantar, presentes em mais da metade dos docentes em angulação igual ou superior a 10° . A possível explicação seria o fato de que a permanência por um tempo prolongado na posição ortostática exige maior esforço dos músculos fibulares, promovendo um possível encurtamento.

Em relação à força muscular, as alterações encontradas não foram significativas, visto que a imensa maioria da amostra apresentou grau de força quatro (bom) ou cinco (ótimo).

5 CONCLUSÃO

As limitações de amplitude de movimento encontradas traduzem o comportamento laboral dos docentes. No ombro, que é uma das articulações mais solicitadas durante a jornada de trabalho, foram encontradas limitações para a flexão, abdução e rotação externa. Na articulação do punho, os achados mais notórios foram as limitações para os movimentos de flexo-extensão. No complexo articular do joelho, importantes restrições de amplitude de movimento foram encontradas na flexão e extensão. As limitações de amplitude articular no complexo articular do tornozelo apontam restrições importantes para os movimentos de flexão plantar e inversão.

No que diz respeito ao comprometimento nas articulações do ombro, punho, joelho e tornozelo, há um prejuízo na qualidade do ensino e de vida desses profissionais, em alguns casos podendo levá-los a se ausentar da sala de aula. Portanto, sugere-se a necessidade de estabelecer um programa de educação e prevenção para essa classe profissional baseado nos preceitos e diretrizes da ergonomia laboral.

REFERÊNCIAS

BIENFAIT, M. **Fáscias e pompages**: estudo e tratamento do esqueleto fibroso. 3. ed. São Paulo: Summus, 1999.

CAILLIET, R. **Dor**: mecanismos e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 1999.

- DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2000.
- DELIBERATO, P. C. P. **Fisioterapia preventiva – Fundamentos e aplicações**. São Paulo: Manole, 2002.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.
- GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem**. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- HALL, S. J. **Biomecânica básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- MARTELLI, R. C. **Estudo descritivo das alterações posturais de coluna vertebral em escolares de 10 a 16 anos de idade**. Tangará-SC, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v9n1/06.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2008.
- MENDES, R. **Patologia do trabalho – Atualizada e ampliada**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.
- MOORE, K. L.; DARLLEY, A. F. **Anatomia orientada para a clínica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- NASCIMENTO, N. M.; MORAES, R. A. S. **Fisioterapia nas empresas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Taba cultural, 2002.
- NORDIN, M.; FRANKEL, V. H. **Biomecânica básica do sistema musculoesquelético**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- SAKATA, R. K.; ISSY, A. M. **Guia de dor**. 2. ed. Barueri: Manole, 2008. Série Guias de medicina ambulatorial e hospitalar da UNIFESP-EPM.
- SOUZA, R. R. **Anatomia humana**. São Paulo: Manole, 2001.
- SPENCE, A. P. **Anatomia humana básica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.

AF 6: INFLUÊNCIA DO ALONGAMENTO NA RECUPERAÇÃO MUSCULAR DURANTE OS EXERCÍCIOS RESISTIDOS (NOS INTERVALOS DE DESCANSO ENTRE AS SÉRIES): UMA ANÁLISE ELETROMIOGRÁFICA

Brenda Bernardo de Morais¹; Gabriel Dlugolenski Lacerda²

RESUMO

O exercício resistido é uma forma de exercício ativo na qual uma contração muscular dinâmica ou estática é resistida por uma força externa, que pode ser aplicada manualmente ou mecanicamente. Alongamento é uma manobra terapêutica usada para aumentar o comprimento de estruturas de tecidos moles, aumentando assim a amplitude de movimento. A eletromiografia (EMG) registra um fenômeno elétrico que está casualmente relacionado com a contração muscular, onde a soma da atividade elétrica (AE) de todas as fibras musculares ativas é captada por eletrodos que são colocados sob a pele. O objetivo deste estudo foi verificar, por meio de eletromiografia, se exercícios de alongamento durante o trabalho de força melhoram a recuperação muscular. Tratou-se de um estudo experimental, transversal, de natureza qualitativa e quantitativa. A pesquisa foi realizada na Faculdade Christus (situada na Rua Adolfo Gurgel, 133 Papicu), no laboratório de eletromiografia, no período de 26 de março a 07 de abril. A amostra foi composta por vinte indivíduos de ambos os sexos, com faixa etária de 18 a 28 anos. Foram incluídas pessoas que aceitaram participar da pesquisa (assinando termo de consentimento livre e esclarecido) e que não apresentaram diagnóstico de lesões ósteomioarticulares de membros superiores (MMSS) que pudessem comprometer os exercícios específicos deste estudo. Para a coleta das informações, foi utilizado eletromiógrafo 800C de oito canais de 2 KHV com todos os dispositivos necessários. A partir dos resultados encontrados, concluiu-se que, com a maioria dos avaliados, o alongamento não foi eficaz na melhora da recuperação muscular durante o trabalho de força.

Palavras-chave: Eletromiografia. Alongamento. Exercícios Resistidos.

1 INTRODUÇÃO

Muito se conhece sobre os benefícios dos alongamentos (aumento do delineamento muscular, do alcance do movimento, tamanho e força, podendo diminuir a chance de lesão e remoção de alguns restos metabólicos) e dos exercícios resistidos (aumento da força, adaptação do sistema nervoso e cardiovascular, alterações na composição corporal, aumento do tamanho e força de ligamentos, tendões e ossos) (PAWERS, 2000).

Atualmente, o alongamento muscular antes do exercício vem trazendo controvérsias no âmbito científico em relação aos seus benefícios, no que diz respeito ao desempenho muscular e na prevenção de lesões do indivíduo.

A eletromiografia é o estudo da função muscular por meio da análise do sinal elétrico proveniente de contrações musculares, que permitem um fácil acesso ao processo fisiológico que leva o músculo a gerar força e produzir o movimento (AMADIO, 1989).

Será que o alongamento durante uma sessão de exercícios resistidos (de força) gera respostas na recuperação muscular, sendo realizado nos intervalos de descanso entre as séries?

Os exercícios resistidos associados ao alongamento podem ser utilizados em diversas situações como programas de reabilitação, trabalhos visando estética/saúde e tratamentos terapêuticos. Todo e qualquer progresso que se converta na otimização dos resultados deve ser analisado e considerado. Esses conhecimentos enriquecem o alicerce teórico/prático de todos os profissionais que atuam na área da saúde, tornando assim o presente estudo de grande importância.

¹ Aluno do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

² Professor Orientador.

O presente estudo teve como objetivos verificar, por meio de eletromiografia, se os exercícios de alongamento durante o trabalho de força (resistido) melhoram a recuperação muscular (nos intervalos de descanso entre as séries), analisar o espectro eletromiográfico do bíceps braquial no exercício de flexão do cotovelo com halteres, sem alongamento bem como com alongamento entre as séries e comparar os espectros eletromiográficos nas duas situações (com e sem alongamento entre as séries) para verificar a influência destes exercícios de flexibilidade na recuperação muscular durante os trabalhos de força.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Exercícios Resistidos / de força

Se à medida que um músculo se contrai for feita uma resistência contra ele, o músculo se tornará mais forte após certo período de tempo. Podem ocorrer mudanças adaptativas em um músculo através do uso de exercícios terapêuticos se a capacidade metabólica do músculo for progressivamente sobrecarregada. O músculo, que é um tecido contrátil se torna mais forte, como resultado da hipertrofia das fibras musculares e o aumento do recrutamento de unidades motoras no músculo (KISNER; COLBY, 1998).

Muitos fatores tais como doença, desuso e imobilização, podem resultar em fraqueza muscular. O uso terapêutico de resistência em um programa de exercícios, aplicada manual ou mecanicamente, é a parte integral do plano de assistência quando a meta final for aumentar a força, a resistência à fadiga e função física geral (McARDLE, 1998).

2.2 Flexibilidade / Alongamento

A flexibilidade é um dos componentes da aptidão física, podendo ser definida como amplitude máxima fisiológica passiva de um dado movimento articular (ARAÚJO, 2000).

A flexibilidade de uma articulação caracteriza-se por vários fatores, entre eles: a mobilidade, a elasticidade, a plasticidade e a maleabilidade. Os proprioceptores musculares são um dos mais importantes fatores de influência da flexibilidade. O fuso muscular é constituído de varias fibras intrafusais, envolvidas por um invólucro de tecido conjuntivo (DANTAS, 1999).

Quando o músculo é alongado as fibras nucleares tipo bolsa são repuxadas e excitam os terminais nervosos chamados terminações anuloespiradas. Dos terminais nervosos saem calibrosos nervos aferentes, que conduzem a informação do estiramento do músculo para o corno posterior da medula espinhal. O estiramento do músculo age sobre fuso muscular provocando reflexo miotático. Os órgãos tendinosos de Golgi reagem à tensão extrema sobre tendão, provocando o relaxamento da musculatura (DANTAS, 1999).

Muitas são as propriedades benéficas atribuídas ao alongamento, tais como o desenvolvimento da flexibilidade estática, baixo consumo de energia e fácil aplicação, redução da atividade elétrica (AE) muscular, e contribuição na prevenção a lesões (ALTER, 1999).

2.3 Treinamento para aumentar a flexibilidade

A perda da flexibilidade pode acarretar uma redução da eficiência do movimento e aumentar as chances de lesão. Por essa razão são recomendados exercícios reguladores de alongamento para aumentar a flexibilidade e, conseqüentemente, reduzir as chances de lesão, talvez otimizando a eficiência do movimento (PAWERS, 2000).

O uso de exercícios de flexibilidade dentro de programas de atividade física é praticamente mandatário, seja em escolares ou coronariopatas frequentando sessões de reabilitação. Na facilitação neuronal propioceptiva (FNP) a ativação dos fusos musculares pela contração dos agonistas facilitaria os sinergistas e inibira os antagonistas, permitindo

então, pela alternância de movimentos ativos e passivos e da contração muscular ora de agonista ora de antagonista, uma maior mobilidade articular (WILMORE; COSTILL, 2001).

2.4 Alongamento antes e após exercícios

O alongamento anterior e posterior ao exercício poderá aumentar o delineamento muscular, o alcance do movimento, tamanho e força, podendo diminuir a chance de lesão e remoção de alguns restos metabólicos (VERKHOSHANSKI, 2000).

Alongamentos executados após a sessão de treinamento ajudam a dissipar o lactato residual ajudando a manter a viscosidade e a elasticidade do tecido conjuntivo, tecido esse que recobre as fibras musculares (FARINATI; MONTEIRO, 1992).

Em relação ao aspecto neuromotor, o treinamento específico da força muscular leva a hipertrofia das fibras musculares, assim como da capilaridade e capacidade oxidativa muscular, melhora na flexibilidade e diminuição de guedadas (BARROS, 2000).

2.5 A eletromiografia e a contração muscular

A contração muscular e a produção de força são provocadas pela mudança relativa de posição de várias moléculas ou filamentos no interior do arranjo muscular. O deslizamento dos filamentos é provocado por um fenômeno elétrico conhecido como potencial de ação. O potencial de ação resulta da mudança no potencial de membrana que existe entre o interior e o exterior da célula muscular. O registro dos padrões de potenciais de ação é denominado eletromiografia. O registro por si só denomina-se eletromiograma (EMG). A eletromiografia registra um fenômeno elétrico que está casualmente relacionado com a contração muscular (KUMAR; MITAL, 1996).

2.6 Fundamentos da Eletromiografia

A eletromiografia é um método clássico utilizado para registrar a atividade de um determinado músculo. A eletromiografia pode ser dividida em dois tipos, seguindo a classificação de Correia et al (1993):

- a. Eletromiografia de profundidade: os eletrodos são colocados no interior do músculo, em contato direto com as fibras musculares. Este tipo de registro não é representativo quando o objetivo é estudar a atividade global de um músculo, é pouco utilizado por ser um método invasivo;
- b. Eletromiografia de superfície: os eletrodos são colocados sob a pele, captando a soma da AE de todas as fibras musculares ativas. Caracteriza-se por ser um método não invasivo e de fácil execução, este método é largamente utilizado em áreas como o estudo cinesiológico e neurofisiológico dos músculos superficiais.

A configuração dos eletrodos de superfície pode ser:

- a. Monopolar: onde um eletrodo é colocado sobre o feixe muscular de interesse e o outro eletrodo (chamado de referência) é colocado num ponto não afetado pela atividade do feixe muscular de interesse, mede-se então a diferença de potencial entre estes dois pontos.
- b. Bipolar: consiste em colocar dois eletrodos sobre a região que se deseja estudar e o terceiro eletrodo chamando terra é colocado num local não afetado pela atividade da região de interesse. Mede-se agora a diferença de potencial elétrico entre os dois eletrodos que estão sobre a região de interesse, tomando-se como referência o eletrodo terra

2.7 Eletromiografia X Fisioterapia

Além de funcionar como um instrumento-padrão para a avaliação neuromuscular, a EMG pode ser auxiliar extremamente útil à clínica médica. Os fisioterapeutas vêm se tornando cada vez mais envolvidos no uso da EMG cinesiológica, para o exame da função

muscular durante tarefas intencionais específicas, ou regimes terapêuticos. Com esta finalidade, os fisioterapeutas não mais estão envolvidos com o exame de potenciais de unidades motoras isoladas; mas, ao invés, passam a observar os padrões de resposta muscular, início e cessação da atividade, e o nível de resposta muscular em relação ao esforço, tipo de contração muscular e posição. Os fisioterapeutas podem usar a EMG na avaliação da capacidade dos exercícios em facilitar ou inibir a atividade muscular específica; deste modo podem determinar se as metas fisioterápicas estão sendo realizadas. Diante da crescente necessidade de validação da eficácia terapêutica, a EMG representa um meio objetivo para a documentação científica (THOMAS et al, 1999).

A EMG ainda pode ser utilizada como uma abordagem auxiliar ampla a uma ampla variedade de aplicações para a avaliação e tratamento. O terapeuta verificará ser o eletromiógrafo um valioso instrumento clínico para ajudar a validar sua intervenção. Esta abordagem deve ser diferenciada do biofeedback pela EMG, onde esta é empregada para fornecer informações ao paciente, permitindo-lhe que aprenda a controlar suas próprias respostas neuromusculares (THOMAS et al, 1999).

Ficou estabelecido não ser possível "medir" o tônus com eletrodos de superfície, contudo, é possível monitorar o nível da atividade da unidade facilitado por um estímulo como alongamento passivo, por uma modalidade terapêutica ou através de alterações posturais (assumindo que o comprimento do músculo não sofreu significativa alteração).

Entretanto, os fisioterapeutas precisam usar sabiamente o eletromiógrafo, reconhecendo, contudo, suas limitações como instrumento de mensuração. A EMG mostra que um músculo trabalhando, mas não por que está trabalhando, e pode ser interpretada apenas como uma medida da atividade da unidade motora. A eletromiografia não pode determinar que um tratamento é "efetivo" no sentido de atingir resultados funcionais previstos. Por si, a EMG não pode fornecer informações sobre se um músculo passou a ser mais forte ou mais fraco, ou se ele está hipertônico ou hipotônico, mas pode fornecer informações durante o tratamento ou avaliação que podem aumentar a eficácia. Para o terapeuta. É uma forma de feedback, que pode ser inestimável em situações em que não são observáveis movimentos ou contrações musculares manifestos (THOMAS et al, 1999).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipo de estudo

Trabalho experimental, transversal, de natureza qualitativa e quantitativa.

3.2 Local e período

A pesquisa (coleta de dados) foi realizada na Faculdade Christus (situada na Rua Adolfo Gurgel, 133 Papicu), no laboratório de eletromiografia, no período de 26 de março a 07 de abril de 2008.

3.3 Amostra

A amostra foi composta por 20 indivíduos de ambos os sexos, com faixa etária de 18 a 28 anos.

3.4 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídas as pessoas dentro da faixa etária supracitada que aceitaram participar da pesquisa (assinando termo de consentimento livre e esclarecido) e não apresentavam diagnóstico de lesões osteomioarticulares de MMSS que pudessem comprometer os

exercícios específicos deste estudo. Aquelas que não aceitaram (ou se recusaram a assinar o termo) ou ainda apresentaram o problema citado anteriormente, foram excluídas deste estudo.

3.5 Instrumentos de pesquisa e coleta de dados

Para a coleta das informações, foi utilizado o eletromiógrafo 800C de oito canais de 2 KHV com todos os dispositivos necessários.

3.5.1 Protocolo para a coleta de dados

O avaliador orientou os avaliados no "condicionamento" do ritmo de execução de cada repetição do movimento de flexão de cotovelo. Este ritmo foi ajustado para 1 segundo de fase concêntrica e 1 segundo de excêntrica. Foram disponibilizados halteres de 1 a 5kg para que fosse feito um teste de "carga por repetição" em cada participante da amostra. A carga era escolhida de acordo com o paciente sem atingir a fadiga, porém sentindo que houve esforço razoável. A carga foi ajustada de maneira "moderada" apenas para que se tivesse razoável AE do músculo analisado, permitindo boa visualização do espectro eletromiográfico.

Individualmente, realizou-se a remoção da oleosidade da pele com algodão embebido em álcool etílico, diminuindo a tensão superficial e melhorando a condutividade do sinal. No caso de presença de pêlos no local da fixação dos eletrodos, foi realizada também a remoção destes para evitar interferência no sinal elétrico. Colocou-se os eletrodos e realizou-se a calibração do eletromiógrafo, com o avaliado realizando uma contração máxima isométrica dos flexores do cotovelo resistindo com o membro contra-lateral. Após a calibração, deu-se início à coleta dos dados, que consistiu na verificação da AE do bíceps braquial durante 10 repetições de flexão do cotovelo no ritmo e carga pré-determinados. Deu-se intervalo de 40 segundos e repetiu-se este procedimento 2 vezes, totalizando 3 séries de 10 repetições, com intervalos de 40 segundos entre elas. Todos os dados foram arquivados. Repetiram-se todos os procedimentos em cada dia de coleta, onde no primeiro dia, o indivíduo realizou este protocolo sem alongamentos entre as séries e, uma semana após, repetiu o procedimento incluindo os alongamentos, que foram realizados durante 20 segundos, nos intervalos de descanso. Nas duas situações, fez-se a análise dos espectros eletromiográficos do bíceps braquial esquerdo durante as séries, o que resultou em informações acerca da influência do alongamento na recuperação deste músculo (os dados foram fornecidos em root mean square (RMS)) durante uma sessão de exercícios de força.

3.6 Análise dos dados

Utilizou-se estatística descritiva. Os dados foram analisados e tabulados com utilização de gráficos e tabelas do Microsoft Excel.

3.7 Aspectos éticos

A pesquisa respeitou a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, preservando os preceitos éticos por meio da confidencialidade, sigilo, anonimato e permissão para se ausentar.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O objetivo deste estudo era verificar, por meio da eletromiografia, a eficácia dos alongamentos na recuperação muscular nos intervalos entre as séries nos trabalhos de força. A idéia era analisar a AE do músculo bíceps braquial em três séries de dez repetições com o uso de uma sobrecarga (halteres). Na 1ª fase, a recuperação entre as séries era em repouso (40 segundos de duração). Já na 2ª fase, a recuperação era realizando um alongamento do

músculo solicitado. Esperava-se que esses alongamentos melhorassem a recuperação muscular entre as séries, o que seria comprovado pela menor AE na 2ª fase da coleta de dados, baseados em que os exercícios de alongamento podem manter ou aumentar a flexibilidade, sendo assim aplicados para prevenir encurtamentos teciduais e otimizando o desempenho muscular, o qual contribui também para o treinamento da força e potencia muscular (ARRUDA et al, 2007).

Os resultados encontrados foram bastante variados, como pode ser visto na tabela a seguir:

| Paciente | Carga | Fase | Atividade elétrica (RMS) - 1ª Série | Atividade elétrica (RMS) - 2ª Série | Atividade elétrica (RMS) - 3ª Série |
|----------|-------|----------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|-------------------------------------|
| 1 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 4,04 | 3,12 | 3,20 |
| | | 2ª (com alongamento) | 3,46 | 3,21 | 3,57 |
| 2 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 7,93 | 4,73 | 9,24 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,83 | 2,60 | 2,69 |
| 3 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 1,95 | 2,36 | 2,09 |
| | | 2ª (com alongamento) | 7,08 | 4,28 | 3,47 |
| 4 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,14 | 1,75 | 1,73 |
| | | 2ª (com alongamento) | 1,68 | 2,51 | 2,71 |
| 5 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 1,51 | 1,79 | 1,93 |
| | | 2ª (com alongamento) | 1,75 | 1,65 | 1,76 |
| 6 | 2 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,18 | 2,00 | 1,82 |
| | | 2ª (com alongamento) | 1,40 | 1,42 | 2,05 |
| 7 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,51 | 1,97 | 1,79 |
| | | 2ª (com alongamento) | 3,24 | 2,53 | 2,97 |
| 8 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,35 | 2,62 | 2,23 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,30 | 2,29 | 2,40 |
| 9 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,45 | 2,40 | 2,25 |
| | | 2ª (com alongamento) | 5,65 | 6,95 | 5,65 |
| 10 | 3 Kg | 1ª (sem alongamento) | 1,35 | 1,57 | 1,47 |
| | | 2ª (com alongamento) | 3,82 | 5,54 | 4,55 |
| 11 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,69 | 2,77 | 2,70 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,71 | 2,58 | 2,45 |
| 12 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 3,71 | 3,44 | 3,66 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,75 | 2,89 | 2,98 |
| 13 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 5,55 | 8,72 | 8,96 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,25 | 1,99 | 1,91 |
| 14 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,66 | 2,52 | 2,27 |
| | | 2ª (com alongamento) | 3,85 | 4,86 | 5,79 |
| 15 | 3 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,86 | 2,63 | 3,04 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,66 | 2,66 | 2,77 |
| 16 | 1Kg | 1ª (sem alongamento) | 1,53 | 1,34 | 1,52 |
| | | 2ª (com alongamento) | 1,95 | 1,71 | 1,87 |
| 17 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 7,02 | 4,79 | 7,42 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,15 | 1,63 | 1,65 |
| 18 | 2 Kg | 1ª (sem alongamento) | 3,65 | 9,67 | 6,58 |
| | | 2ª (com alongamento) | 2,90 | 2,56 | 2,54 |
| 19 | 1 Kg | 1ª (sem alongamento) | 2,67 | 2,56 | 2,53 |
| | | 2ª (com alongamento) | 3,82 | 3,56 | 4,04 |
| 20 | 2 Kg | 1ª (sem alongamento) | 1,90 | 1,33 | 1,44 |
| | | 2ª (com alongamento) | 1,72 | 1,46 | 1,39 |

Tabela 1 – Resultados da análise eletromiográfica da atividade elétrica do bíceps braquial com (2ª fase) e sem (1ª fase) alongamento entre os intervalos de recuperação dos exercícios de força com halteres.

É possível verificar grande variação de resultados. Em alguns casos, houve aumento da AE entre as séries na 1ª fase (sem alongamento), o que era de se esperar, pois a cada nova série o músculo vai entrando em fadiga e, conseqüentemente, aumenta o número de unidades motoras recrutadas para realizar o mesmo exercício, elevando, dessa forma, a AE do bíceps braquial. Em outros casos, houve redução da AE entre as séries, ainda na 1ª fase, o que não era esperado, pois demonstra que a cada nova série realizada o músculo não está fatigando. Outro resultado encontrado foram variações (aumentos e/ou reduções) entre as séries na 1ª

fase, o que, absolutamente, não era esperado. Estes resultados referentes à análise isolada da 1ª fase estão resumidos estatisticamente (quanto ao número de ocorrências de cada tipo de resultado) na tabela a seguir:

| 1ª FASE (sem alongamento) - Resultados encontrados | | | |
|---|--|--|---|
| Total amostra: | ? A.E. entre as séries na 1ª fase | ? A.E. entre as séries na 1ª fase | Variações (aumento e redução da A.E.) entre as séries na 1ª fase |
| 20 | 2 | 6 | 12 |

Tabela 2 – Resumo dos resultados encontrados na 1ª fase

Verifica-se maior ocorrência de “variações da AE entre as séries nesta 1ª fase”, o que entra em desacordo com a hipótese deste trabalho. Estas oscilações podem ser explicadas por possíveis interferências (ruídos externos) no momento da coleta de dados, o que demonstra a importância do uso da gaiola de Faraday que minimiza em quase 100% esse erro, como cita De Danieli (2008).

Analisando a 2ª fase (com alongamento), foram verificados três tipos de resultados: aumento da AE entre as séries (o que não era esperado); redução da AE entre as séries (o que era esperado); e variações para mais ou para menos quanto à AE entre as séries (também não era esperado). A seguinte tabela resume esses achados:

| 2ª FASE (com alongamento) - Resultados encontrados | | | |
|---|--|--|---|
| Total amostra: | ? A.E. entre as séries na 2ª fase | ? A.E. entre as séries na 2ª fase | Variações (aumento e redução da A.E.) entre as séries na 2ª fase |
| 20 | 5 | 5 | 10 |

Tabela 3 – Resumo dos resultados encontrados na 2ª. fase

Pode-se verificar que a predominância, mais uma vez, está nas “variações da AE entre as séries nesta 2ª fase”, o que, novamente, pode ser justificado pelos mesmos motivos citados anteriormente.

Por fim, a análise mais importante, que era comparar as fases entre si. Novamente, três resultados fizeram-se presentes: em alguns casos, houve aumento da AE da 1ª para a 2ª fase, o que vai contra a hipótese deste trabalho, pois demonstra que os alongamentos não foram eficientes na recuperação muscular; outros resultados demonstram redução da AE da 1ª para a 2ª fase, o que confirma a hipótese deste estudo; e, por último, também foram encontradas variações (aumentos e/ou reduções) da AE entre as fases, o que não era esperado. Resumo destes resultados na tabela abaixo:

| Comparações entre as fases - Resultados encontrados | | | |
|--|--|--|---|
| Total amostra: | ? A.E. da 1ª para a 2ª fase (na 2ª e 3ª séries) | ? A.E. da 1ª para a 2ª fase (na 2ª e 3ª séries) | Variações (aumento e redução da A.E.) da 1ª para a 2ª fase (na 2ª e 3ª séries) |
| 20 | 9 | 7 | 4 |

Tabela 4 – Resumo dos resultados das comparações entre as fases.

Como o alongamento foi realizado somente nos intervalos entre a 1ª e a 2ª série e entre a 2ª e a 3ª, analisou-se a AE somente nestes dois momentos, comparando-se esta AE na 2ª série da 1ª fase (sem alongamento) com a 2ª série da 2ª fase (com alongamento), para poder verificar justamente se houve influência dos exercícios de flexibilidade na recuperação muscular. A mesma comparação foi feita entre a 3ª série da 1ª fase com a 3ª série da 2ª fase. Constata-se um predomínio do “aumento da AE da 1ª para a 2ª fase”, o que contraria a hipótese deste trabalho. Estudos como o de Arruda et al (2007), demonstraram que os exercícios de alongamento estático executados antes do teste de 10 repetições máximas reduzem o número de repetições máximas ocasionadas, sugerindo que os exercícios de alongamento sejam dispensados quando a atividade posteriormente realizada venha requerer grande produção de força.

Sousa (2004), em seus estudos, também verificou que a diminuição no RMS, principalmente no pós – alongamento, pode ser ocasionada pela redução da força muscular durante as contrações, sugerindo uma diminuição da tensão muscular e atividade contrátil em função dos alongamentos.

Resultados apresentados por Gomes et al (2005) demonstram que existe uma diminuição da força dinâmica máxima quando esta é precedida por exercício de alongamento. Ele refere que os principais mecanismos para a redução da tensão muscular promovidos pelo alongamento são: a inibição do reflexo de estiramento pela dessensibilização dos fusos musculares; a ativação do reflexo de inibição autogênico, devido à ativação dos órgãos tendinosos de Golgi; e o relaxamento produzido pelas propriedades temporais do tecido conjuntivo relacionadas ao estresse-relaxamento. Alterações viscoelásticas podem colocar o componente contrátil (miofilamentos de actina e miosina) em posição menos favorável em termos de produção de força nas curvas de força-comprimento e força-velocidade, que acarreta consequentemente em insuficiente transmissão de força do músculo para o sistema esquelético.

Logo, concluiu-se que no presente estudo os alongamentos não surtiram o efeito esperado, ou seja, não ajudaram na recuperação muscular durante o trabalho de força, pois a maior AE na 2ª fase demonstra maior recrutamento de unidades motoras para a realização do mesmo exercício, em resposta à maior fadiga.

5 CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrados, concluiu-se que, com a maioria dos avaliados, o alongamento não foi eficaz na melhora da recuperação muscular durante o trabalho de força. Estatisticamente, foram 45% dos casos mostrando que o alongamento não foi eficaz contra 35% demonstrando o contrário.

A maior limitação do trabalho deve residir nos ruídos externos que podem ter comprometido a coleta de dados, mostrando a necessidade do uso da gaiola de Faraday, que minimiza quase 100% desses ruídos, possibilitando maior precisão nos estudos

eletromiográficos, para que se possam ter resultados com fidedignidade, com a menor margem de erro possível.

Portanto, utilizando-se do bom senso e dos dados estatísticos aqui presentes, fica esta pesquisa impossibilitada de gerar inferências ou conclusões taxativas e isso mostra a necessidade de novos estudos em torno do tema.

REFERÊNCIAS

- ALTER, M. J. **Ciência de Flexibilidade**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- AMADIO, A. C. **Fundamentos da biomecânica do esporte**: considerações sobre análise cinética e aspectos neuro-musculares do movimento. 1989. 119 f. Tese (Livre Docência)– Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.
- ARAÚJO, C. G. S. de. Validade da percepção subjetiva na avaliação da flexibilidade de adultos. **Revista Brasileira da Ciência e Movimento**, [s. l.], v. 8, n. 3, p.15-20, 2000.
- ARRUDA, F. L. B. de. et al. A influência do alongamento no rendimento do treinamento de força. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2007.
- BARROS, T. L. Efeitos benéficos da atividade física na aptidão física e saúde mental durante o processo de envelhecimento. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, [s. l.], v. 5, 2000.
- DANTAS, Estelio H. M. **Flexibilidade Alongamento e Flexionamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Shape, 1999.
- DE DANIELI, C. L. **Estudo da gaiola de Faraday como blindagem para ondas eletromagnéticas**. Projeto de Instrumentação para Ensino. Disponível em: <http://www.ifi.unicamp.br/~lunazzi/F530_F590_F690_F809_F895/F809/F809_sem2_2002/992700_CarlosDanieli_Faraday.pdf>. Acesso em: 1 out. 2008.
- FARINATI, P. T. V.; MONTEIRO, W. D. **Fisiologia e Avaliação Funcional**. Rio de Janeiro: Sprint, 1992.
- GOMES, T. M. et al. Efeito agudo dos alongamentos estático e FNP sobre o desempenho da força dinâmica máxima. **Revista Brasileira de Fisiologia do Exercício**, [s. l.], v. 4, n. 1, 2005.
- KISNER, C.; COLBY, L. A. **Exercícios Terapêuticos**: Fundamentos e Técnicas. 3. ed. São Paulo: Manole, 1998.
- KUMAR, S.; MITAL, A. **Electromiography in ergonomics**. Abingdon: Taylor & Francis, 1996.
- McARDLE, W. D.; KATCH, V. L.; KATCH, F. I. **Fisiologia do exercício**: energia, nutrição e desempenho humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.
- PAWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do Exercício**: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho. 3. ed. São Paulo: Manole, 2000.
- SOUSA, L. de. **Análise eletromiográfica dos efeitos do alongamento estático passivo no músculo sóleo**. Monografia (graduação)–Universidade do Oeste Paulista, Presidente

Prudente, 2004. Disponível em: <<http://www.unioeste.br/projetos/elrf/monografias/2004-2/pdf/leandro.PDF>>. Acesso em: 29 set. 2008.

THOMAS, Carlos Alberto K. et al. Eletromiógrafo com conversor A/D. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIOMECÂNICA, 8., 1999, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 1999. p. 363-367.

VERKHOSHANSKI, Y.V. **Hipertrofia Muscular – Body Building**. Rio de Janeiro: [S. n.], 2000.

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. **Fisioterapia do esporte e do exercício**. 2. ed. Barueri: Manole, 2001.

AF 7: CONDOTA DO FISIOTERAPEUTA NA FASE I DA REABILITAÇÃO CARDÍACA EM HOSPITAL ESPECIALIZADO DE FORTALEZA

Cristiane Luck Macieira¹; Maria Veraneide de Oliveira Rodrigues²; Clara Wirginia Queiroz Moura³

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vêm crescendo o número de pacientes com doenças cardiovasculares que necessitam de intervenção cirúrgica ou um acompanhamento médico mais presente, por esse motivo houve um acréscimo na área de pesquisas e aperfeiçoamento tanto na área cirúrgica, como na área de tratamento, reabilitação e a criação das UTI's (PAPA; TRIMER, 2000).

Muitos pacientes em pós-operatório de cirurgias cardíacas vão a óbito por consequência de distúrbios nas funções vitais, as quais poderiam ser evitadas com a atuação efetiva do fisioterapeuta. Um protocolo de tratamento poderá ser elaborado mediante levantamento aprofundado do perfil destes pacientes e o que vem sendo adotado no atendimento fisioterápico (PAPA; TRIMER, 2000).

A cirurgia cardíaca é uma cirurgia de grande porte, onde independentemente do tipo de procedimento, cursam alterações fisiopatológicas que predisõem a complicações levando os pacientes a estados graves. Encontramos dois tipos de doentes, o doente grave: quando alguma de suas funções vitais não estar funcionando corretamente podendo levá-lo a morte. Ex: edema pulmonar e o doente de alto risco: pacientes que passaram por cirurgias difíceis e que podem sofrer alterações graves de suas funções vitais a qualquer momento (PAPA; TRIMER, 2000).

O paciente pós-cirurgia cardíaca na fase I corresponde a parte inicial do programa de reabilitação, sendo esta a fase aguda hospitalar. O programa de reabilitação começará tão logo o paciente esteja consideravelmente estável, passando por estágios evolutivos de acordo com sua recuperação, tendo como objetivo evitar os efeitos negativos da mobilização prolongada, manter a capacidade funcional, evitar complicações pulmonares, desenvolver a confiança do paciente, diminuir a ansiedade, abreviar as atividades e a alta precoce (GONÇALVES et al, 2006).

1.1 Problema

- Quais benefícios a fisioterapia pode trazer a um paciente pós-cirurgia cardíaca em UTI na fase I da reabilitação cardíaca?
- Quais são os tratamentos utilizados pelo fisioterapeuta durante o atendimento?

1.2 Hipótese

O fisioterapeuta tem como objetivo reabilitar o paciente pós-cirurgia cardíaca, mobilizado em uma UTI fazendo uso de todas as técnicas, manobras, padrões e recursos fisioterapêuticos, contribuindo assim para uma evolução satisfatória desse paciente.

1.3 Justificativa

Nas últimas décadas vêm crescendo o número de pacientes com doenças cardiovasculares que necessitam de intervenção cirúrgica ou um acompanhamento médico mais presente, por esse motivo houve um acréscimo na área de pesquisas e aperfeiçoamento

¹ Acadêmica do Curso de Fisioterapia.

² Acadêmica do Curso de Fisioterapia.

³ Acadêmica do Curso de Fisioterapia.

tanto na área cirúrgica, como na área de tratamento, reabilitação e a criação das UTI's (PAPA; TRIMER, 2000).

A fase I tem como objetivos, evitar os efeitos negativos da mobilização prolongada, manter a capacidade funcional, evitar complicações pulmonares, desenvolver a confiança do paciente, diminuir a ansiedade, abreviar as atividades e a alta precoce (GONÇALVES et al, 2006).

Após cursarmos a disciplina Fisioterapia cardiológica nos despertou um grande interesse sobre a mesma em relação a prática aplicada em pós-operatório de cirurgia cardíaca fase I, e nos deixou curiosas em saber os benefícios que poderia trazer a estes paciente, pois como nos foi muito bem apresentado os pacientes pós-cirurgias cardíacas muitos passam a desenvolver distúrbios nas funções vitais apresentando sérias complicações respiratórias e circulatórias retardando-lhes a alta hospitalar e trazendo um aumento nas despesas tanto para a família como principalmente a instituição de saúde a qual está internado. Pensando nesses malefícios que traz o repouso prolongado ao paciente, resolvemos fazer este trabalho, que vem ao encontro da necessidade em divulgar esses benefícios mostrando os resultados obtidos através dessa pesquisa, que será de extrema importância para todos os profissionais envolvidos na reabilitação desses pacientes, em especial a equipe fisioterapêutica, como também as comunidades científicas que estudam o assunto e a sociedade de um modo geral, que a partir das informações aqui apresentadas poderão conhecer a eficácia da reabilitação de cardiopatas pós-cirurgia, e o quanto faz-se necessário a atuação de um fisioterapeuta desde a chegada do paciente a UTI até a alta hospitalar, o qual é tão importante quanto a própria cirurgia, pois é através da fisioterapia que o paciente terá uma manutenção e reabilitação de todas as capacidades funcionais, tanto respiratórias como motoras, contribuindo assim para uma evolução positiva na recuperação tendo uma alta precoce, trazendo assim uma economia nos custos hospitalares e do próprio paciente.

O fisioterapeuta especialista em cardiorrespiratória tem sido cada vez mais solicitado e sua presença nas UTI's tem sido cada vez mais freqüente e necessária, daí a grande importância da divulgação dos resultados dessa pesquisa, onde a qual só vem enaltecendo a importância do fisioterapeuta para a reabilitação cardíaca na fase I e para a própria instituição de saúde no que diz respeito aos gastos financeiros.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

Conhecer a atuação do fisioterapeuta na fase I de reabilitação pós-cirurgia cardíaca.

2.2 Específico

- Verificar a rotina de atendimento do fisioterapeuta aos pacientes pós-cirurgia cardíaca na fase I.
- Relatar as principais técnicas administradas pelo fisioterapeuta.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1 Doenças Cardiovasculares

As doenças cardiovasculares são as doenças que afetam o funcionamento normal do coração, o qual bombeia o sangue irrigando todos os tecidos do corpo, inclusive o próprio coração, o entupimento de uma artéria, o funcionamento inadequado de uma das válvulas pode atingir diferentes áreas do coração levando o indivíduo a morte. Não existe uma causa única, mas fatores de riscos que aumentam a sua ocorrência como: a hipertensão arterial,

dislipidemia, tabagismo, diabetes mellitus, obesidade, hereditariedade e estresse. (GONÇALVES et al, 2006).

3.2 Epidemiologia

As doenças cardíacas e os infartos matam 17,5 milhões de pessoas a cada ano no mundo, informe da Federação Mundial do Coração (FMC) no ano de 2006. No Brasil, 4 milhões de pessoas sofrem de insuficiência cardíaca grave como as doenças cardiovasculares coronarianas, dislipidemias, hipertensão artérias sistêmica, obesidade, hereditariedade, diabetes mellitus, sedentarismo, tabagismo e estresse formam um conjunto de morbidades geralmente associadas entre si, constituindo-se em graves problemas de saúde pública.

As cardiopatias são responsáveis por grande número de mortes prematuras entre adultos, antes a maioria das vítimas eram homens, nos dias atuais as mulheres já estão se equiparando ao número de homens acometidos de doenças cardiovasculares. Por exemplo, em 1985 um terço das mortes ocorridas foram provocadas, por causas cuja a origem se encontra nessas doenças. No que diz respeito a população vitimada, cerca de 30% pertenciam ao grupo etário entre 20 e 49 anos de idade (SBC-FUNCOR, 2008).

3.3 Etiologia

Numerosos estudos demonstram que na etiologia dessa doença encontram-se fatores, cujas origens podem estar vinculadas as seguintes características: a genética, propensão que o indivíduo traz ao nascer, como herança genética familiar e o estilo de vida e qualidade de vida, modo de viver que conduz a prática, hábitos, pressões e desgastes físicos-psicológicos, que se constituem em fatores de risco, tais como o tabagismo, estilismo, alimentação inadequada, sedentarismo, estresse físico e psicológico e, entre as mulheres, o uso de contraceptivos (BRASIL, 2008).

3.4 Fisiopatologia

Em sua maior parte, a fisiopatologia do coração pode ser considerada como a falha de oferta de oxigênio ao coração, que resulta do estreitamento do lúmen da artéria coronária, geralmente causado por uma lesão arterosclerótica fixa grudada à superfície endotelial da artéria coronária composta por plaquetas, lipídeos, monócitos, placas e outros detritos, a contratibilidade dos ventrículos e o início ou condução dos impulsos. Clinicamente, a oferta inadequada de oxigênio ao miocárdio, insuficiente para suprir a demanda miocárdica, é a marca da doença cardíaca coronariana. A inadequação da complacência ou contratibilidade é o principal comprometimento miocárdico na insuficiência cardíaca. A alteração na condução ou no início dos impulsos é a base de muitas arritmias (O'SULLIVAM; SCHMITZ, 2004).

3.5 Principais cardiopatias

3.5.1 Disfunções Valvares

Funcionamento anormal das bombas e valvas cardíacas, as quais tem contribuição essencial para o unidirecionalidade do fluxo sanguíneo (LAVITOLA; GRINBERG, 2000).

3.5.2 Arteriosclerose Coronariana

Caracteriza-se pelo acúmulo intracelular de lipídeos primariamente evoluindo para um acúmulo extracelular de lipídeos (as chamadas placas de ateroma) nas camadas íntima e médiadas artérias, causando o estreitamento da luz do vaso arterial (FRAGATA, 2000).

3.5.3 Miocardiopatias

Caracteriza-se por alterações miocárdicas, dividindo-se em: miocardiopatia dilatada: disfunção sistólica predominante (hipossitolia), miocardiopatia hipertrófica: hipertrofia ventricular esquerda (hipodiastolia), miocardiopatia restritiva: alterações miocárdicas e/ou endocárdicas sem uma definição própria, miocardiopatia chagásia: causada por parasitose (*Triponossoma Cruzi*) (FRAGATA, 2000).

3.5.4 Infarto Do Miocardio

Segundo a literatura o infarto do miocárdio é decorrente de uma isquemia prolongada causando necrose das células miocárdicas (LAURINDO, 2000).

3.6 Tratamento

3.6.1 Tratamento Farmacológico

Os agentes farmacológicos cardiovasculares são fundamentais para o tratamento de pacientes com doenças do coração (DCC), onde as principais drogas são: os beta-bloqueadores, inibidores da Enzima Conversora de Angiotensina (ECA), diuréticos tiazídicos e de alça, nitratos, espironolactona e os digitálicos (O'SULLIVAM; SCHMITZ, 2004).

3.6.2 Tratamento Cirúrgico

O planejamento cirúrgico com todos os componentes da equipe multidisciplinar, que incluem cirurgiões cardíacos, cardiologistas, anestesistas, fisioterapeutas, nutricionistas, enfermeiros e psicólogos é muito importante para o sucesso da cirurgia (ROZALINO; ÉVORA, 2007).

Recomenda-se cirurgia cardíaca quando a probabilidade de sobrevida com vida útil é maior com o tratamento cirúrgico do que com o tratamento clínico.

As cirurgias cardíacas podem ser de vários tipos, como: cirurgia Reparadora, estas cirurgias incluem o fechamento do ducto arterial persistente, janela aorto-pulmonar, defeito do septo ventricular e do septo atrial, reparação da estenose mitral e a reparação simples da tetralogia de Fallot; cirurgia Reconstitutiva, são elas as cirurgias de revascularização do miocárdio, as técnicas transanulares para reparação da tetralogia de Fallot e a reconstrução de valvas incompetentes; excisão, consiste na remoção de mixomas atriais e excisão de aneurismas do ventrículo esquerdo; cirurgia Compensatória: ocasionalmente, um procedimento cirúrgico compensa, são preliminares à reparação da cardiopatia congênita; cirurgia Substitutiva, as mais comuns são as de válvulas cardíacas por próteses biológicas ou sintéticas. Também neste grupo de cirurgia cardíaca estão a assistência ou substituição ventricular, no qual a substituição parcial ou total, anatômica ou funcional, do ventrículo esquerdo ou direito tem sido possível, usando-se o músculo grande dorsal previamente preparado; o transplante cardíaco e a substituição cardíaca por dispositivos mecânicos (coração artificial). Para se obter um resultado ótimo da cirurgia cardíaca, vários fatores devem ser levados em consideração, tais como: condições pré-operatórias que afetam os resultados da cirurgia, as condições cardíacas (lesão isquêmica, a função ventricular, a sobrecarga de volume, a sobrecarga de pressão e a presença de arritmias), as anormalidades de subsistemas secundários: pulmões, rins, sangue, fígado, sistema nervoso central (SNC), o estado funcional e a idade do paciente (ROZALINO; ÉVORA, 2007).

3.6.3 Fatores de Risco Pós-Cirurgias Cardíacas

A **dor** no pós-operatório acarreta limitações, restringindo assim os movimentos, a tosse efetiva e a respiração profunda, tornando o paciente predisposto a atelectasias, infecções e insuficiência respiratória, o **edema Pulmonar** onde a hipoxia é a principal consequência, acontece quando os líquidos envolvem os brônquios e arteriolas pulmonares diminuindo o lúmen bronquiolar e o aumento da resistência vascular, interferindo assim na ventilação e perfusão pulmonar, a **distensão abdominal** que esta associada aos volumes pulmonares como a esternotomia e a circulação extracórporea, acarretando em hipoxia e dispnéia, a confusão Mental que está relacionada com a hiperfusão cerebral causada por duas diferentes técnicas anestésicas: a Fentanil® e Thiopentone. Por colaboração limitada do paciente surge complicações respiratórias, a **atelectasia** que é principal complicação no pós-operatório cardíaco, proveniente de vários fatores, como: diminuição dos volumes pulmonares, da ventilação alveolar, alterações de mecanismos pulmonares, tosse deficiente e dor, a **paralisia do Nervo Frênico** que causa disfunções respiratórias, como o má funcionamento do diafragma, onde o qual é innervado pelo nervo frênico e a **pneumonia** que é a causa básica está associada ao tempo da ventilação mecânica, onde a cânula orotraqueal ligada direta a árvore brônquica impede a ação natural de proteção do ar que entra para os pulmões, o estado de imunossupressão também facilita a atividade de microorganismos acarretando assim a evolução para uma pneumonia (SOFIA; ALMEIDA, 2000).

3.6.4 Tratamento Fisioterapêutico

O tempo de internação de um paciente pós-cirurgia cardíaca mudou drasticamente na última década. A reabilitação cardíaca para pacientes internos adota uma abordagem em equipe, baseada em progressão de atividades, orientação do paciente, monitoramento hemodinâmico e por ECG, tratamento médico e farmacológico.

O papel do fisioterapeuta é monitorar a tolerância à atividade, preparar o paciente para a alta, orientá-lo para que reconheça os sintomas adversos decorrentes da atividade, apoiar as técnicas de modificação de fatores de risco, dar apoio emocional e colaborar com os outros integrantes da equipe (O'SULLIVAN; SCHMITZ, 2004).

A atuação do fisioterapeuta inicia-se com a aplicação de técnicas fisioterápicas, vias aéreas artificiais até o manuseio com aparelhos tecnológicos de ventilação invasiva e não invasiva. Baseando-se em diretrizes médicas o fisioterapeuta deve ser capaz de administrar todos os procedimentos aplicados ao paciente crítico pesando sempre os benefícios e os riscos em potencial que esse paciente estará exposto, levando em conta a condição clínica do paciente, os objetivos traçados pelo médico e a competência e limitações dos instrumentos e procedimentos, avaliando a possibilidade de eficácia e benefício ou não, caso não seja, o fisioterapeuta tem o poder de contatar a equipe médica e lhes apresentar outro plano de assistência que corresponda melhor ao paciente (FELTRIM; PEREIRA; SEPULVEDA, 2003).

3.6.5 Observações feitas pelo fisioterapeuta na UTI Cardíaca

- Monitorizações: é a observação constante das funções vitais do paciente.
- Pressão Arterial Sistêmica: quando o paciente tem alguma complicação a medida direta e invasiva de pressão arterial é feita via cateterização nas artérias radial e femoral, permitindo assim a monitorização contínua.
- Monitorização eletrocardiográfica contínua: permite que seja precisa a avaliação da variação do ritmo cardíaco, podendo mostrar a instabilidade do quadro clínico.
- Oximetria de Pulso: através de um sensor colocado no leito capilar o qual emite e absorve luz infravermelho monitoriza a pulsação de sangue oxigenado, detectando a redução de oxigênio causado por deficiência pulmonar.

- Cateter de Artéria Pulmonar: pode ser implantado através das veias subclávia, basílica, umeral, jugular interna ou femoral, passando pelo átrio direito até um ramo da artéria pulmonar. Os objetivos do cateter de artéria pulmonar são: avaliar a função dos ventrículos direito e esquerdo, acompanhar mudanças hemodinâmicas, avaliar respostas terapêuticas e estabelecer critérios prognósticos em pacientes críticos.
- Pressão Venosa Central: é a pressão de enchimento do lado direito da circulação sanguínea feita através da colocação de cateteres venosos centrais, em geral se usa para avaliar o estado de hidratação do paciente.
- Capnografia: mede e registra a quantidade de dióxido de carbono (PeCO²) exalado, para saber diretamente a quantidade de gás carbônico (CO²) nas artérias, para se descobrir se o paciente está hiperventilado ou hipoventilado (PRATA; TRIMER, 2000).

3.6.6 Tratamento Fisioterápico Dentro Da Uti Cardiológica Na Fase I (Prata; Trimer, 2000)

A fisioterapia respiratória atua na liberação de secreção que se acumula no pulmão, na desidratação do trato respiratório, na presença de secreção em locais indevidos, imobilização, secreção viscosas, hipoxia e inalação de gases com pouca umidade (PRATA; TRIMER, 2000).

Para melhorar e reestabelecer o paciente o fisioterapeuta entra em ação aplicando técnicas já comprovadas e eficazes de recursos fisioterapêuticos, como: **Insuflação pulmonar manual com Ambu** - a manobra consiste em desligar a ventilação mecânica e insuflar os pulmões com o Ambu, para prevenir a atelectasia, expandir vias aéreas colapsadas diminuir riscos de hipoxemia e haver a estimulação da tosse em pacientes intocados, **tosse** - forma eficaz de eliminar secreções, quando há ausência da tosse por razões de dores o fisioterapeuta deve estimular e assistir a tosse, com estimulação traqueal externa e com o Huffing, onde o paciente vai forçar a expiração com a boca aberta contraindo os músculos abdominais, **aspiração traqueobrônquica** - procedimento rotineiro, em que se estimula a tosse e se retira secreções pulmonares, prestando sempre atenção aos sinais vitais do paciente, pode-se usar soro fisiológico a 0,9% antes e durante a aspiração para desprender secreções muito aderidas, **aerossolterapia** - para acontecer a atividade ciliar da mucosa tem que estar úmida, hidratada tornando líquida as secreções, para que possam ser eliminadas (PRATA; TRIMER, 2000).

4 METODOLOGIA

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa será do tipo: exploratória e quantitativa.

4.2 Período e Local

No Hospital do Coração de Messejana, que fica localizado na Av. Frei Cirilo, nº 3480, no bairro Cajazeiras, na cidade de Fortaleza. É um hospital com referência estadual em nível terciário de atenção a saúde nas áreas de cardiologia e pneumologia.

4.3 População de Estudo

Fisioterapeutas atuantes em UTI cardiológica com pacientes pós-operatório de cirurgia cardíaca na fase I, no período de agosto de 2008 a junho de 2009.

4.4 Coleta de dados

As informações serão coletadas através de questionário com perguntas semi-estruturadas elaborado de acordo com o trabalho desenvolvido pelo fisioterapeuta em pacientes pós-cirurgia cardíaca na fase I em UTI cardiológica.

4.5 Análise dos dados

Os dados serão registrados para posteriormente serem tabulados e analisados sofrendo tratamento estatístico.

Os resultados serão expressos em gráficos e tabelas produzidos através de software específico ainda em definição com estatístico para que seja o mais adequado para análise dos dados.

4.6 Aspectos éticos

Este estudo seguirá os princípios éticos de pesquisa envolvendo seres humanos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Respeitará os princípios fundamentais de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. O projeto será submetido ao Comitê de Ética das unidades de saúde: Hospital do Coração de Messejana e executado somente após aprovação.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, C. A. C. **Fisioterapia respiratória moderna**, 4. ed. São Paulo: Manole, 2002.

BALL, V.; SMITH, M. **Cardiorrespiratório para fisioterapeutas**. São Paulo: Premier, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. DOENÇAS cardiovasculares. Disponível em: <<http://www.pgr.mpf.gov.br/prg/saude/doencasdcario.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

BRAUNWAL, D. E. **Atlas de doenças cardiovasculares**. Porto Alegre: Atheneu, 1998.
GAMBAROTO, G. **Fisioterapia respiratória: em unidade de terapia intensiva**. São Paulo: Atheneu, 2006.

GIANNINI, S. D. **Cardiologia preventiva**. São Paulo: Atheneu, 2000.

GONÇALVES et al. Avaliação da qualidade de vida pós-cirurgia cardíaca na fase I da reabilitação através do questionário MOS FS-36. **Revista brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 10, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pS1313-35552006000100016&Ing=pt&nrm=#fig1www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 14 nov. 2006.

HESS, M. L. **Doenças cardíacas: primeiros cuidados**. São Paulo: Manole, 2002.

O'SULLIVAN, S. B.; SCHMITZ, T. J. **Fisioterapia: avaliação e tratamento**. 4. ed. Barueri: Manole, 2004.

PRYOR, W. **Fisioterapia para problemas respiratórios e cardíacos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

REGENGA, M. M. **Fisioterapia em cardiologia: da UTI à reabilitação**. São Paulo: Rocca, 2000.

SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico: rotinas clínicas**. 2. ed. Barueri: Manole, 2007.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIA (SOBRAFIR). **Atuação do fisioterapeuta em UTI**. Disponível em: <<http://www.cefir.com.br/admin/login2.php>>. Acesso em: 6 nov. 2006.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA (SBC-FUNCOR). **Programa Nacional de Prevenção em Epidemiologia**. Disponível em: <<http://www.cardiol.br/funcor/epide/epidemio.htm>>. Acesso em: 26 nov. 2008.

SCOT, W.; TECKLI, J. S. **Fisioterapia em cardiologia**. Barueri: Manole, 2003.

SCOT, W.; TECKLIN, J. S. **Fisioterapia cardiopulmonar**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2003.

SILVA, M. R. **Fisiologia da circulação**. São Paulo: Atheneu, 2000.

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

PESQUISA: Conduta fisioterapêutica na fase I da reabilitação cardíaca em hospital especializado de Fortaleza.

OBJETIVO GERAL: Conhecer a atuação do fisioterapeuta na fase I de reabilitação pós-cirurgia cardíaca.

PROFISSIONAL FISIOTERAPEUTICO:

Sexo: () Mas. () Fem.

Estado Civil: () Solteiro () Casado () Separado () Viúvo

Tempo de conclusão do curso _____

Titulações: () Especialista () Mestre () Doutor

PERGUNTAS:

Como é feita a rotina de atendimento do paciente logo após a cirurgia cardíaca ?

Quais são as principais alterações encontradas durante o atendimento ?

3. Qual o tempo de duração de cada atendimento ?

Quantos atendimentos são feitos por dia ?

Quais as técnicas respiratórias utilizadas ?

E as motoras ?

Qual período total do internamento do paciente submetido a reabilitação cardíaca ?

AF 8: LASERTERAPIA NO TRATAMENTO DE QUEIMADOS

Fabíola Maria Sabino Meireles⁴; Ivamara de Moraes Silva⁵; José Waldizar de Figueiredo⁶

RESUMO

O laser é um amplificador de luz por emissão estimulada de radiação, sendo que sua formação é dada pelas ondas eletromagnéticas compostas por feixes de prótons paralelos. Atualmente não há dúvida de que a aplicação do laser provoca um efeito analgésico e cicatrizante no tecido celular, mas ainda existe muita escassez de pesquisas que demonstrem o real efeito dessa terapêutica, de acordo com os parâmetros e doses a serem utilizadas. Portanto, fazem-se necessárias publicações de trabalhos nessa área que demonstrem aos profissionais de saúde os efeitos do tratamento com laser em pacientes acometidos por queimaduras. Dessa forma, essa revisão tem por objetivo demonstrar a aplicação desse modo terapêutico na regeneração tecidual do paciente queimado, mesmo diante da dificuldade encontrada na literatura. Para esse objetivo, foram realizadas pesquisas em livros clássicos publicados sobre queimaduras, durante os últimos cinco anos da área da saúde, artigos científicos através de periódicos e sites (SciELO, Medline, Bireme), publicados nos últimos dez anos. Ao término dessa pesquisa, constatou-se que os pacientes, que fazem o uso da laserterapia, melhoram sua qualidade de vida, proporcionada pelos efeitos terapêuticos dessa técnica.

Palavras-chave: Queimaduras. Laser. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A palavra Laser é de origem inglesa “*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*”, cujo significado pode ser traduzido em Amplificação da Luz por Emissão Estimulada de Radiação. Sua formação se dá por ondas eletromagnéticas compostas por feixes de prótons paralelos. Pesquisas revelam que a aplicação do laser tem efeito analgésico, visto que sua aplicação provoca a liberação de substâncias quimiotáticas, causando assim a liberação de endorfinas fazendo com que ocorra uma normalização no potencial elétrico da membrana celular (MOURA; SILVA; GODOY, 2005).

A aplicação de laser como tratamento de cicatrização de feridas, resulta numa aceleração na redução da fase inflamatória aguda, devido à estimulação tecidual conduzir a liberação de fatores de crescimento por macrófagos e degranulação de mastócitos e angiogênese, liberação de ATP, resultando em um processo de reparação devido ao incremento da regeneração tecidual (KELNER; CASTRO, 2007; NOGUEIRA, 2006).

Várias substâncias que estão relacionadas com a dor como: serotonina, histamina e bradicinina são liberadas pela radiação laser, podendo modificar as atividades celulares, uma vez que o principal efeito bioelétrico é preservar o potencial da membrana celular, fazendo com que os estímulos dolorosos se propaguem a centros nervosos (FRARE, 2008)

Fazem-se necessárias publicações de trabalhos nessa área que demonstrem aos profissionais de saúde a eficácia e os efeitos do tratamento com laser em pacientes acometidos por queimaduras. Dessa forma, essa revisão tem por objetivo demonstrar a aplicação desse modo terapêutico na regeneração tecidual do paciente queimado, mesmo diante da dificuldade encontrada na literatura.

Para a realização dessa pesquisa, foram desenvolvidas buscas por meio de bases de dados encontrados em livros clássicos publicados sobre queimaduras durante os últimos cinco anos da área da Saúde, artigos científicos através de periódicos e sites (SciELO, Medline, Bireme), publicados nos últimos dez anos, com o intuito de obter o máximo de informações para o enriquecimento da pesquisa.

⁴ Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

⁵ Aluna do 8º semestre do Curso de Fisioterapia.

⁶ Professor, Orientador.

2 QUEIMADURAS

Existem vários tipos de queimaduras dentre elas estão: as queimaduras elétricas, químicas, tendo como causa principal contato direto com a chama, por escaldamento, por fricção ou exposição solar do dia-a-dia. Os acidentes domésticos, assim como acidentes ocorridos no trabalho, tentativas de suicídio, e acidentes de trânsito, são as principais causas das pessoas acometidas pelas queimaduras. A profundidade da lesão tecidual determina o grau de acometimento da lesão, classificada de acordo com os seguintes graus (MILANI et al, 2006)

- Primeiro grau: é quando somente a região da epiderme é atingida, favorecendo o processo de cicatrização.
- Segundo grau: neste caso, parte da derme é acometida. Devido a esse comprometimento parcial da derme ocorre a formação de bolhas, aumentando o tempo de cicatrização por volta de 30 dias e dependendo da profundidade da lesão acometida pode deixar seqüelas.
- Terceiro grau: agora, o comprometimento não é mais parcial da derme e sim total, onde o processo de cicatrização se dá pelo enxerto cutâneo.

Vários recursos fisioterápicos como o TENS e o ultra-som podem ser utilizados no tratamento de pacientes acometidos de queimaduras, assim como o laser, que tem o poder de proporcionar um auxílio na recuperação da cicatriz e uma melhora na qualidade de vida para o paciente (MILANI et al, 2006).

3 REPARAÇÃO TECIDUAL

O processo de reparação está relacionado com a integração de alguns processos interativos dinâmicos, que são: mediadores solúveis, elementos figurados do sangue, produção de matriz extracelular e células parenquimatosas. A regeneração e a cicatrização estão envolvidas no processo de reparação, que por sua vez a regeneração existe quando as células que foram perdidas são depositadas por células do mesmo tipo, já por outro lado a cicatrização é um processo onde a reposição é realizada com a produção de um próprio tecido conjuntivo a cicatriz (LOPES, 1999).

De um modo geral, o processo de cicatrização será o preenchimento de espaço tecidual e fechar esse espaço com uma cicatriz. Dessa forma, a evolução desse processo depende da presença ou não de bactérias, se a ferida encontra-se aberta ou fechada, da oxigenação tecidual, do tipo de tecido que sofreu a lesão, dentre outros fatores, de forma que favoreça o processo cicatricial quando a ferida está fechada, suturada e não infectada, mas o laser também pode ser usado em feridas como no caso de úlceras e feridas pós-operatórias, assim como em queimaduras e até mesmo em lesões de tecidos moles (LOPES, 1999; RIBEIRO, 2003).

4 LASERTERAPIA

A palavra Laser é de origem inglesa “*Light Amplification by Stimulated Emission of Radiation*”, cujo significado pode ser traduzido em Amplificação da Luz por Emissão Estimulada de Radiação. Sua formação se dá por ondas eletromagnéticas compostas por feixes de prótons paralelos (MOURA; SILVA; GODOY, 2005).

Tem demonstrado grande eficácia no tratamento de regeneração do tecido, o laser de baixa potência, pois sua modalidade de irradiação age sobre a síntese de colágeno e na sua remodelação aumentando assim o número de fibroblastos que atuam na região lesada, sinais de melhora na vascularização da lesão evidenciada pela neoangiogênese também são observados (MOURA; SILVA; GODOY, 2005).

A densidade energética está relacionada com a energia e área a qual é representada em joules por centímetro quadrado (J/cm^2). Algumas literaturas apresentam que a energia a ser fornecida ao paciente varia de 1 a 6 J/cm^2 , conforme o quadro abaixo (LOBATO, 2003; GUIRRO, 2004).

| | |
|------------------------------|----------------------------------|
| Ação antiinflamatória | 1 a 3 J/cm^2 |
| Ação circulatória | 1 a 3 J/cm^2 |
| Ação antálgica | 2 a 4 J/cm^2 |
| Ação regenerativa | 3 a 6 J/cm^2 |

Quadro 1 – Energia

Os lasers possuem modo de emissão do feixe de forma contínua e pulsada. A forma contínua realiza uma emissão de energia de forma constante, enquanto que a forma pulsada trabalha com pulsos rápidos e o intervalo entre eles é extremamente curto. O laser Arseneto de Gálio (AsGa-904nm) opera somente no modo pulsado. Existem os lasers de Helio Neônio (He-Ne-660nm) e o laser Arseneto de Gálio e Alumínio (AsGaAl-830nm) que operam no modo contínuo e pulsado com várias possibilidades de escolha frequência de modulação que servem para proporcionar analgesia por diferentes vias fisiológicas. As frequências variam de acordo com o protocolo terapêutico que corresponde de 2,5Hz a 2KHz, de acordo com o quadro abaixo (TOREZAN; OSORIO, 1999; IBRAMED, 2006).

| | |
|---------------------------------|--------|
| Frequência para lesões agudas | 2,5 Hz |
| Frequência para curar feridas | 20 HZ |
| Frequência para alívio da dor | 150 Hz |
| Frequência para lesões crônicas | 2 KHz |

Quadro 2 – Frequência do Laser

O mercado de hoje trabalha com as mais novas tecnologias de lasers lançadas atualmente, de forma que possibilite a otimização na reparação tecidual. Essa tecnologia, esta relacionada com um menor tempo de irradiação devido a uma maior potência, sendo eles: Arseneto Gálio Alumínio (AsGaAl) e Alumínio Gálio Índio Fósforo (AlGalnP), embora ainda perceba-se que na literatura existe pouca ou quase nada de pesquisas científicas no efeito do AlGalnP . Diante dessas novas tecnologias, o profissional que trabalha na área deverá estar sempre atento a essas tecnologias, para que dessa forma se possa obter êxito no final do tratamento (BORTOT, 2005).

5 INDICAÇÕES E CONTRA-INDICAÇÕES DO LASER

Sobre o efeito provocado pelo uso do laser (analgesia, vasodilatação, regeneração de tecidos), está indicado para: lesões articulares, musculares regeneração tecidual, devido ao aumento metabólico. Portanto, suas contra-indicações estão associadas aos pacientes que se encontram em processos inflamatórios com presença de neoplasias, útero gravídico e placas epifisárias abertas (LOBATO, 2003).

Diante do intenso estudo bibliográfico realizado, constatou-se que na literatura os autores não enfatizam os mecanismos e parâmetros utilizados na laserterapia para o tratamento de queimados, uma vez que se comprova sua eficácia na regeneração e reparação tecidual.

6 COMPRIMENTO DE ONDA

Para que se possa obter a profundidade da penetração do laser, o comprimento de onda é de real importância, de forma que essa profundidade será dada de acordo com o comprimento, maior comprimento maior profundidade, mas nem sempre são iguais, pois existem alguns tipos de comprimentos de ondas que apresentam para um mesmo tecido, diferentes coeficientes de absorção. Em se tratando de cicatrização de feridas o laser 632.8nm de comprimento parece ser o mais efetivo, já no caso de regeneração tem-se o de 780nm, enquanto que os de 830nm e 904nm são usados para dores musculares (LOPES, 1999; NASCIMENTO et al, 2006)

7 CARACTERÍSTICAS DO LASER

Segundo AGNE (2005), as características dos lasers podem ser definidas como:

- Monocromaticidade – apresentam uma linha de radiação, ou seja, seus raios são de um único comprimento de onda e frequência definida.

- Coerência – está relacionada com o deslocamento desordenado de onda, dessa forma as ondas apresentam uma coerência espacial contribuindo para manter a potencia luminosa do feixe devido estarem na mesma fase.

- Polarização – os feixes são paralelos, possuem elevada colimação e não apresentam divergência, o que torna seu direcionamento com mínima dispersão para um ponto específico sem perda da intensidade.

Utiliza-se na laserterapia de baixa frequência duas modalidades, pontual e varredura manual. A aplicação pontual ocorre em vários pontos de uma determinada área, para aqueles lasers que são visíveis a caneta deverá ficar em uma pequena distância, visto que os lasers que emitem radiação não visíveis como o AsGa, a aplicação será sempre pontual fazendo com que a saída da emissão de feixe permaneça sobre a pele do paciente. A aplicação por varredura manual ocorre somente nas lesões dermatológicas como úlceras de decúbito e diabetes, na busca de uma cicatrização mais rápida (AGNE, 2005).

8 EFEITO CICATRIZANTE

Estudos mostram que o efeito que mais se obtém com o uso da laserterapia é o de cicatrização, isso se dá pelo processo de incremento à produção de ATP, sendo consequência a regeneração tecidual dada pelo processo de reparação, estímulo à microcirculação, que facilita a multiplicação das células, visto que existe células que encontram-se em processo de falta de oxigênio e formação de novos vasos. A perda de tecido ocasionada em determinadas feridas indica-se, o uso do laser que trabalha de forma eficaz para melhorar o processo de reparação tecidual em qualquer tipo de cicatrização (PEREIRA, 2005)

As falhas de reparo que são deixadas no processo de cicatrização tecidual, acontecem nos estágios iniciais, onde ocorre a presença de edema, uma diminuição da proliferação e redução de leucócitos e macrófagos. Literaturas apresentam novos métodos terapêuticos que possam minimizar esse processo de cicatrização, dentre eles está o laser de baixa potência, fazendo com que ocorra justamente uma melhora nos estágios iniciais, favorecendo assim o processo de cicatrização (RIBEIRO, 2003; BORTOT, 2005).

O laser de baixa potência com o comprimento de onda entre 635 e 690 nm, apresentaram efeitos significativos no processo de cicatrização de feridas e queimaduras, proporcionando uma melhora na síntese protéica, remodelando as bordas da ferida, diminuindo a dor, assim como a estimulação no processo de colágeno (VIEIRA, 2006)

9 LASER COMO INSTRUMENTO TERAPÊUTICO DO FISIOTERAPEUTA

Existe uma escassez de trabalhos publicados com o uso de laser no tratamento de queimados. Com isso pouca comprovação experimental deixa de ser publicada, o que provoca uma incerteza, quanto ao seu real efeito terapêutico a essa forma de radiação. A literatura aponta que devido à falta de informações sobre os parâmetros físicos necessários para a comprovação, assim mesmo o reparo tecidual está sendo estudado, mesmo diante de resultados que apontam controvérsias e não ajudam muito nesse processo. Daí parte a necessidade de pesquisas que fundamentem seus efeitos na cicatrização da queimadura, sem deixar de mostrar a dose-efeito nos tecidos (BORTOT, 2005).

10 CONCLUSÃO

Ao chegar no final dessa revisão, percebeu-se que os pacientes acometidos de queimaduras que fazem o uso da laserterapia como tratamento, são beneficiados com uma boa cicatrização pelo poder de regeneração do tecido, de forma que o laser de baixa potência, age sobre a síntese de colágeno e na sua remodelação e com isso aumenta o número de fibroblastos que atuam na região lesada, assim como, sinais de melhora na vascularização da lesão evidenciada pela neoangiogênese também são observados (MOURA; SILVA; GODOY, 2005).

De acordo com o estudo bibliográfico realizado observou-se que o uso da laserterapia de baixa potência, ocasiona uma melhora no processo cicatricial, sendo provocado pelo aumento no número de fibroblastos, assim como das fibras colágenas, causando uma boa solução na descontinuidade da lesão. Essa melhora ainda se dá,

pelo aumento da perfusão da circulação local e proliferação de capilares (PEREIRA, 2005).

Apesar da escassez apresentada pela literatura, a aplicação do laser de baixa potência em queimados é um recurso terapêutico novo, que necessita da publicação de estudos mais detalhados para que se possa confirmar o seu mecanismo de ação (PEREIRA, 2005).

Com isso, concluiu-se que os efeitos fisiológicos proporcionados pela laserterapia são terapêuticos, pois agem diretamente na regeneração tecidual, além de promover ao paciente uma melhora na qualidade de vida pessoal e profissional, uma vez que ocorre uma diminuição da dor do paciente pelo processo de analgesia.

REFERÊNCIAS

AGNE, Jones E. **Eletrotermoterapia Teórica e Prática**. [S. l.]: Orium, 2005. p. 309-328.

BORTOT, Bianca de Almeida. **Análise do laser AlGaInP no processo de reparação tecidual de lesões cutâneas**. 2005. Dissertação (Mestrado)–Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2005.

FRARE, Nicolau. Análise clínica do efeito da fotobiomodulação laser (GaAs – 904 nm) sobre a disfunção temporomandibular. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 37-42, jan./fev. 2008.

GUIRRO, Elaine; GUIRRO, Rinaldo. **Fisioterapia Dermato-Funcional**. 3. ed. Barueri: Manole, 2004. p. 209-236.

IBRAMED. **Manual de Operação**. Amparo: [S. n.], 2006.

KELNER, Natalie; CASTRO, Jurema Freire Lisboa de. Laser de baixa intensidade no tratamento da mucosite oral induzida pela radioterapia: relato de casos clínicos. **Revista Brasileira de Cancerologia**, [s. l.], v. 53, n. 1, p. 29-33, 2007.

LOBATO, Danielle Andreazzi. **Efeito da aplicação do laser a diodo de arseneto de gálio (As-Ga) na osteoartrite experimental em coelhos**. 2003. Monografia (Pós-Graduação)–Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2003.

LOPES, Luciana Almeida. **Análise in vitro da Proliferação Celular de Fibroblastos de Gengiva Humana Tratados com Laser de Baixa Potência**. 1999. Dissertação (Mestrado)–Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 1999.

MILANI, Giovana Barbosa et al. Fundamentos da Fisioterapia dermato-funcional: revisão de literatura. **Fisioterapia e Pesquisa**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 37-43, 2006.

MOURA, Carlos Eduardo Maciel de; SILVA, Luciana Leite Melo; GODOY, Jose Roberto P. de. Úlceras de pressão: prevenção e tratamento. **Univ. Ci. Saúde**, Brasília - DF, v. 3, n. 2, p. 275-286, jul./dez. 2005.

NASCIMENTO, Delcides, Gomes et al. Efeitos da irradiação com o laser hene 632.8nm sobre a cicatrização de feridas em ratos. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 5, n. 2, p. 229-235, maio/ago. 2006.

NOGUEIRA, Daniela Guimarães Moraes. **Efeito do laser de baixa intensidade no processo de cicatrização muscular e células satélites**. 2006. 53 f. Dissertação (Mestrado)–Universidade de Franca, Franca, 2006.

PEREIRA, Rodrigo Marçal. **Efeito de lasers de baixa potencia em três diferentes comprimentos de onda no processo de cicatrização de queimaduras de 3º grau.** 2005. Dissertação (Mestrado)–Universidade Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2005.

RIBEIRO, Maria Cecília. **Tratamento fisioterapêutico na patologia de osgood-schlatter através do uso de laserterapia e cinesioterapia.** 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação)–Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2003.

TOREZAN, Luis Antônio Ribeiro; OSORIO, Nuno. Laser em Dermatologia: princípios físicos, tipos e indicações. An Bras Dermatol, [s. l.], v. 74, n. 1, p. 13-20, jan./fev. 1999.

VIEIRA, Sandra Aparecida Luiz. **Efeito do laser de baixa potência na cicatrização de feridas cutâneas experimentais.** 2006. Dissertação (Mestrado)– Universidade de Franca, Franca, 2006.

AF 9: TRATAMENTO DERMATO-FUNCIONAL DO FIBROEDEMAGELÓIDE GRAU II EM MULHERES ATRAVÉS DA ENDERMOLOGIA E FONOFORESE

Hérdeny Di Cárilly de Almeida Rocha⁷; Renata Bessa Pontes⁸

RESUMO

O fibroedemagelóide (FEG) é uma patologia de origem multifatorial onde há um espessamento não inflamatório das capas subepidérmicas com manifestação em forma de nódulos de variada extensão e localização. Este trabalho objetivou em confrontar os efeitos da aplicação do ultra-som (US) e endermologia com o uso da fonoforese e endermologia na redução do FEG. O estudo foi constituído de 16 pacientes do sexo feminino que apresentavam FEG grau II nos glúteos, com idades de 19 a 30 anos, divididas em dois grupos com 8 pacientes cada. No grupo A aplicou-se a fonoforese e endermologia, e no grupo B o US e endermologia. O que diferiu no tratamento dos grupos foi o gel utilizado, onde as pacientes do grupo A utilizaram um gel contendo princípios ativos e as do grupo B um gel viscoso utilizado para a aplicação do US. As pacientes foram submetidas a 10 atendimentos, 2 vezes por semana com duração média de 35 minutos. A partir da análise dos resultados obtidos foi possível observar melhora visível no quadro das pacientes. Evidenciou-se uma melhora do aspecto geral da pele com redução das irregularidades e aparência acolchoada bem como uma melhora do contorno da região glútea de todas as pacientes que realizaram os 10 atendimentos. Para tanto não houveram diferenças significativas entre o grupo que foi tratado com o US e endermologia, para o que fez uso da fonoforese e endermologia. Tais resultados trás como conclusão que o US, associado ou não a fonoforese, adjunta com a endermologia, promovem melhora no aspecto do FEG.

Palavras-chave: Fibroedemagelóide. Ultra-som. Endermologia.

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O presente estudo refere-se ao tratamento dermatofuncional do fibroedemagelóide (FEG) grau II em mulheres através da endermologia e fonoforese sendo o objeto desta pesquisa comparar os efeitos do tratamento utilizando a endermologia e o ultra-som com o uso da endermologia e da fonoforese.

O FEG é uma patologia de origem multifatorial (KEDE; SABATOVICH, 2004), onde há um espessamento não inflamatório das capas subepidérmicas com manifestação em forma de nódulos ou placas de variada extensão e localização (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

Dentre os recursos da Fisioterapia Dermato-Funcional para o tratamento do FEG pode-se utilizar a endermologia que promove a quebra das fibroses existentes no FEG a partir da sucção e mobilização tecidual profunda da pele e tela subcutânea, melhorando, pois o tônus e o aspecto da pele (BORELLI, 2004; GUIRRO; GUIRRO, 2004).

A utilização do Ultra-Som (US) como recurso terapêutico para o tratamento desta afecção está vinculado aos seus efeitos fisiológicos, onde se destacam a neovascularização, aumento da circulação, rearranjo e aumento da extensibilidade das fibras colágenas. Outra habilidade que o US possui é a de incrementar a penetração de ativos farmacológicos através da pele. A este procedimento dá-se o nome de fonoforese (GUIRRO; GUIRRO, 2004; LOW; REED, 2001).

1.2 Problemática

⁷ Aluna do 9º semestre do Curso de Fisioterapia.

⁸ Professora Orientadora.

Teve-se por escopo verificar o resultado de cada tratamento para a obtenção da resposta aos seguintes questionamentos: O uso da endermologia e do US promovem uma melhora do aspecto inestético do FEG? O uso do princípio ativo, através da fonoforese, adjunta com a endermologia são mais eficazes para o tratamento do FEG?

1.3 Justificativa

O aspecto inestético do FEG pode ser tão intenso que é capaz de desenvolver problemas emocionais, porém este não deve ser o único fator levado em consideração. Em graus mais avançados, esta afecção pode desenvolver uma série de comprometimentos, podendo levar a disfunções nos membros inferiores.

A partir da leitura de artigos, monografias, dentre outras fontes, onde os resultados do tratamento do FEG se mostraram positivos, surgiu o interesse em desenvolver um projeto onde se realizou o tratamento em mulheres com FEG grau II, estágio onde as irregularidades já são visíveis à inspeção, na região glútea que é um dos locais preferenciais para o surgimento do FEG.

Com o desenvolvimento da pesquisa foi avaliada a eficiência do tratamento, pois há sempre a necessidade de se descobrir e comprovar métodos efetivos, que tragam resultados rápidos, com diminutos desconfortos para os pacientes, principalmente na área da Fisioterapia Dermato-Funcional.

1.4 Objetivos

1.4.1 Geral

Analisar recursos fisioterápicos para tratamento do fibroedemagelóide grau II em mulheres através da endermologia e fonoforese.

1.4.2 Específicos

Os objetivos específicos são:

- Identificar as formas clínicas do fibroedemagelóide grau II na região glútea em mulheres;
- Comparar o uso dos recursos fisioterápicos ultra-som e endermologia em mulheres que apresentem fibroedemagelóide grau II na região glútea;
- Verificar o aspecto da pele antes e após o tratamento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Fibroedemagelóide (FEG)

Popularmente conhecido como celulite, o FEG é uma infiltração edematosa não inflamatória do tecido conjuntivo, com conseqüente polimerização de SFA que, ao se infiltrarem nas tramas, produzem uma reação fibrótica consecutiva (GUIRRO; GUIRRO, 2004), havendo um processo de geleificação dos mucopolissacarídeos que a integram (CIPORKIN; PASCHOAL, 1992).

Para Kede e Sabatovich (2004) este distúrbio predomina no sexo feminino, enquanto Cariel (1982) afirma ser uma afecção exclusiva para este sexo. Pode se instalar em qualquer região do corpo excetuando as palmas das mãos, as plantas dos pés e o couro cabeludo, possuindo predileção pela região glútea, porção superior das coxas, interna e externamente, face interna dos joelhos, abdômen e porção superior dos braços, ântero e posteriormente (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

2.1.1 Etiopatogenia

Inúmeras hipóteses surgiram a fim de esclarecer a etiologia do FEG. Contudo, é impossível isolar um dos diversos fatores contribuintes para a formação desta afecção, visto que sua etiologia é duvidosa e apresenta problemas patogênicos complexos (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

Os possíveis fatores desencadeantes do processo de formação do FEG são subdivididos em três classes: fatores predisponentes, fatores determinantes e fatores condicionantes, onde cada fator se destaca por apresentar propriedades que justificam seu grau de aceitação e eles complementam entre si (GUIRRO; GUIRRO, 2004; KEDE; SABATOVICH, 2004).

2.1.2 Identificação do FEG

Para a obtenção de resultados satisfatórios no tratamento do FEG é indispensável uma avaliação detalhada composta de toda a anamnese e exame físico. É possível verificar os sinais do FEG através de testes simples e seguros, descritos a seguir. Em casos mais agravados, a realização dos testes é desnecessária visto que estes sinais já são notados apenas pela inspeção (GUIRRO; GUIRRO, 2004; MEYER et al, 2005).

Inicialmente realiza o “teste da casca de laranja” onde se pressiona o tecido adiposo entre as palmas das mãos ou entre os dedos polegar e indicador, e a pele se apresentará com aparência irregular, assemelhando-se a uma casca de laranja (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

Posteriormente é realizado o “teste da preensão”, também chamado de *pinch test*, onde se pressiona a pele e a tela subcutânea entre os dedos e realiza-se um movimento de tração. Este teste visa detectar alteração da sensibilidade dolorosa do tecido acometido pelo FEG, havendo alteração quando a sensação dolorosa apresentar-se mais incômoda do que a normal (ASSUMPÇÃO et al, 2006; GUIRRO; GUIRRO, 2004).

2.1.3 Estágios do FEG

O FEG é classificado em graus de acordo com a gravidade fundamentada na avaliação clínica, ou seja, no aspecto macroscópico e na sensibilidade à dor, não estando relacionada às alterações histopatológicas (ULRICH, 1982), podendo ser classificado como segue abaixo:

- Grau I (Brando): não visível apenas à inspeção, este só é notado quando há uma compressão do tecido entre os dedos ou quando se realiza uma contração muscular voluntária. A sensibilidade à dor está inalterada e é sempre curável (GUIRRO; GUIRRO, 2004).
- Grau II (Moderado): as depressões já são visualizadas na inspeção, sendo mais evidenciadas quando se realiza a compressão tecidual ou contração muscular voluntária. A paciente já apresenta uma alteração na sensibilidade e no tratamento frequentemente há cura (GUIRRO; GUIRRO, 2004; LUZ, 2003).
- Grau III (Grave): notado em qualquer posição em que o indivíduo se encontre. A sensibilidade à dor está aumentada, pois os nódulos comprimem as estruturas nervosas. A pele mostra-se enrugada e acolchoada assemelhando-se a casca de uma laranja e sua aparência cheia de relevo faz lembrar “saco de nozes”. É considerado incurável, porém sujeito a melhora (ASSUMPÇÃO et al, 2006; CARDOSO, 2007; GUIRRO; GUIRRO, 2004).
- Grau IV: possui características semelhantes ao grau anterior, porém seus nódulos são mais palpáveis e dolorosos. A pele apresenta-se ondulada e há aderência em níveis profundos (ASSUMPÇÃO et al, 2006).

2.1.4 Formas clínicas do FEG

A forma clínica do FEG está relacionada ao seu aspecto aparente e sua manifestação visível, podendo se apresentar em quatro formas (GUIRRO; GUIRRO, 2004), caracterizadas a seguir.

- Dura ou Consistente: apresenta um espessamento da pele com uma conformação bastante regular. É bastante dolorido e apresenta um prognóstico pior em relação às demais formas (CAMPOS, 2000; GUIRRO, GUIRRO, 2004).
- Flácida ou Branda: mais importante tanto em número quanto em manifestações (ASSUMPÇÃO et al, 2006; GUIRRO; GUIRRO, 2004). À palpação é possível notar que pequenos nódulos duros estão presentes, podendo ser observados, algumas vezes, à inspeção (CIPORKIN; PASCHOAL, 1992).
- Edematosa: possui consistência que pode variar de flácida a firme, muitas vezes aparentando edema simples semelhante aos existentes em cardiopatas ou pacientes com distúrbios renais (ASSUMPÇÃO et al, 2006; GUIRRO; GUIRRO, 2004).
- Mista: é chamado desta forma quando se observa a presença de diferentes formas de FEG em um mesmo indivíduo, possuindo ampla quantidade de casos (CIPORKIN; PASCHOAL, 1992).

2.2 Tratamento fisioterápico

2.2.1 Endermologia

A endermologia é uma técnica de tratamento que engloba equipamentos específicos baseados na sucção e mobilização tecidual efetuada por rolos motorizados, encontrados no cabeçote, que produz uma mobilização profunda da pele e tela subcutânea, incrementando dessa forma a circulação sanguínea superficial (IBRAMED, 2008).

A ação combinada da sucção e do massageamento proporcionam um desfibrosamento profundo e progressivo dos tecidos bem como um aplanamento da epiderme devido à regeneração tônica proporcionada pela ação dos fibroblastos (BERAMENDI, 1999), suavizando o aspecto acolchoado da pele (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

O aparelho utiliza o ar para a aspiração e compressão rítmica controlada, onde esta pressão aspirativa é regulada através de um vacuômetro que possui pressão negativa variante entre 0 a -550 milímetros de mercúrio (mmHg). Para a realização da manobra se utiliza dois roletes móveis situados no cabeçote que se adaptam a pele a fim de promover o estiramento e mobilização dos tecidos (BERAMENDI, 1999; IBRAMED, 2008; KEDE; SABATOVICH, 2004).

2.2.2 US no FEG

O US de 3 MHz é uma boa escolha para o tratamento do FEG, visto que a profundidade de sua penetração atinge cerca de apenas 1 a 2 cm, elevando a absorção nos tecidos superficiais (CARDOSO, 2007; GUIRRO; GUIRRO, 2004; ROSSI, 2007).

Seu uso está relacionado aos seus efeitos fisiológicos que incluem a neovascularização, melhora da circulação, do edema, aumenta da extensibilidade das fibras colágenas e da permeabilidade das membranas biológicas, sendo este o principal fator para a penetração de fármacos no tecido (BORGES, 2006; CARDOSO, 2007; GUIRRO; GUIRRO, 2004; MIGUEL, 2002).

A presença da fibrose no FEG promove a formação de nódulos que comprimem as estruturas nervosas causando dor ao tato. Para a ruptura dessa fibrose aplica-se o US no modo pulsado, pois seu efeito mecânico favorece tal processo (CARDOSO, 2007). O US também possui capacidade de veicular de substâncias através da pele (GUIRRO; GUIRRO, 2004). Para que haja a penetração do princípio ativo, através da prática conhecida como fonoforese, utiliza-se a frequência no modo contínuo, pois esta potencializa o efeito desta prática por aumentar a permeabilidade da membrana (BORGES, 2006; CARDOSO, 2007; ROSSI, 2007).

Ao se tratar de patologias estéticas a intensidade ultra-sônica a ser utilizada pode variar entre 0,25 a 3 watts por centímetro quadrado (W/cm²) (ROSSI, 2007). A aplicação deve durar

em média 2 (dois) minutos para uma área de 10 (dez) centímetros quadrados (cm²) (GUIRRO; GUIRRO, 2004).

2.2.3 Fonoforese

Movimentação de drogas para dentro dos tecidos, através da pele, sob a influência do US (LOW E REED, 2001). A penetração de substâncias químicas ou princípios ativos ocorre pela capacidade que o US possui de modificar os potenciais de membrana, aumentando dessa forma a penetração em profundidade e quantidade de algumas drogas por meio da pele (GUIRRO; GUIRRO, 2004; KOEKE, 2003).

Chamam-se de princípios ativos substâncias químicas ou biológicas que têm ação eficaz comprovada sobre as células teciduais, podendo promover, dentre várias ações, cicatrização, hidratação, nutrição e revitalização. No tratamento do FEG os ativos podem atuar na microcirculação, no tecido conjuntivo e ativando a permeabilidade da pele (CARVALHO, 2006; GUIRRO; GUIRRO, 2004).

3 METODOLOGIA

Consistiu em uma pesquisa descritiva, do tipo comparativa e intervencionista.

Foi realizada na clínica escola de Fisioterapia da Faculdade Christus, situada na Rua João Adolfo Gurgel, 133 - Bairro Papicu, na cidade de Fortaleza, no período de agosto a outubro de 2008, onde a amostra foi constituída por (n=16) pacientes do sexo feminino com idade entre 19 e 30 anos, possuidoras FEG grau II na região dos glúteos, comprovados pela positividade em um dos testes (casca de laranja ou prensão), que se encontraram bastante incomodadas com a patologia, interessadas no tratamento e com disponibilidade para comparecer aos locais determinados durante o tratamento.

Não participaram da pesquisa pacientes do sexo masculino e pacientes do sexo feminino que não apresentaram FEG grau II na região glútea ou que apresentaram alguma alteração hormonal, fragilidade capilar, varizes, flebites, trombozes, tumores, erupções infecciosas na pele, pessoas hipertensas não controladas, que possuíam implantes metálicos, que apresentaram hipersensibilidade a algum a cafeína, extratos vegetais de centella asiática, equisetum, castanha da índia, algas marinhas e ginko biloba, bem como as que estivessem realizando algum tratamento de fibroedemagelóide ou fazendo uso de cremes anti-celulíticos e recusa em assinar o termo de consentimento livre e esclarecido.

3.1 Coleta de dados

As pacientes foram avaliadas através de uma ficha de avaliação para o tratamento dermatofuncional do FEG grau II em mulheres através do uso dos recursos de acordo com o grupo que ela será alocada. Foram divididas aleatoriamente, por ordem de chegada, pareadas pela idade. Cada grupo conteve 8 mulheres. Grupo de estudo (A): fonoforese e endermologia ou grupo controle (B): ultra-som e endermologia.

A técnica utilizada foi fundamentada de acordo com Togni (2006), onde no grupo de estudo (A) utilizou-se US com frequência de 3 MHz, inicialmente no modo contínuo para que houvesse a penetração do princípio ativo, com intensidade de 1,5 W/cm², com tempo de aplicação de 5 (cinco) minutos. Os princípios ativos utilizados nesta terapia foram: cafeína, extratos vegetais de centella asiática, equisetum, castanha da índia, algas marinhas e ginko biloba, que sobre a aplicação do US teve maior absorção pela pele, num processo designado como fonoforese. Em seguida alterou-se o modo para o pulsado a fim de se desfazer os nódulos de fibrose, aplicando por mais 5 (cinco) minutos numa intensidade de 2 W/cm², totalizando a terapia ultra-sônica em um intervalo de 10 minutos. Encerrada a terapia do US, iniciou-se a aplicação da Endermologia, que foi realizada no sentido das fibras musculares do músculo glúteo máximo a fim de se evitar flacidez tecidual, com o aplicador rolete corporal

médio de 64 (sessenta e quatro) mm de diâmetro, num período de 10 (dez) minutos, com pressão variável entre -200 mmHg a -300 mmHg, ajustada de acordo com a tolerância do paciente, sendo aumentada levemente após uma estabilidade no quadro sensitivo.

No grupo controle (B) tanto os parâmetros de ajustes quanto a aplicação prática do US e da Endermologia foram os mesmos. O que diferiu foi que nas pacientes deste grupo não se utilizou gel com princípios ativos, sendo este substituído por um gel viscoso utilizado para a aplicação do US.

Na avaliação foram realizados testes (casca de laranja e prensão) e registradas fotografias antes e após o tratamento com máquina digital sony cyber-shot 7.2 mega pixels, DSC-S650, a uma distância de 1 (um) metro (m) da paciente, posicionada em local fixo pré-estabelecido.

As pacientes receberam aplicações de 2 (duas) vezes por semana individualmente por 35 minutos, totalizando 10 (dez) atendimentos.

Após a coleta de dados, estes, foram analisados através do programa Prism 3.0 e Adobe Photoshop.

3.2 Aspectos éticos

As pacientes foram esclarecidas sobre o objetivo da pesquisa e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido elaborado de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde no qual concordaram em participar da pesquisa, assim como a coleta de dados só foi iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (COMPEPE). Este termo também obedece aos preceitos éticos do código de ética do fisioterapeuta e do terapeuta ocupacional – Resolução COFFITO 10 (Conselho Nacional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, 1978) que estabelecem os princípios para pesquisas em seres humanos, levando em consideração os preceitos éticos através da confidencialidade, sigilo e anonimato.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das avaliações realizadas nas pacientes (n=16) possuidoras de FEG grau II obteve-se como resultado que a faixa etária das voluntárias variou de 19 a 30 anos, média aritmética de 22,75 anos, onde estas apresentavam média aritmética de altura de 1,61m e média aritmética de peso corporal de 59,68Kg.

Diversos fatores podem desencadear o processo de formação do FEG. Contudo, foi possível observar nessa pesquisa que quatro dos diversos fatores prevaleceram como determinante do surgimento do FEG. Quando questionadas ao período de surgimento do FEG, 25% das pacientes (n=4) relataram que surgiu devido ao ganho de peso, 18,75% (n=3) afirmam ter adquirido o FEG no período da adolescência, 12,5% (n=2) referem ter obtido a patologia no período gestacional e a maioria 43,75% (n=7) mencionaram o uso de anticoncepcional (ACO) como o desencadeador do FEG. (Figura 1).

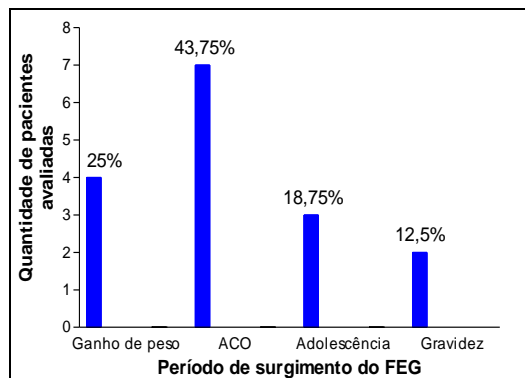


Figura 1 – Período de surgimento do FEG das pacientes avaliadas. Fortaleza, 2008 (n=16).

Conforme afirma Guirro e Guirro (2004), a mulher tende a desenvolver FEG nas áreas de preferência do estrógeno, que são dentre elas os glúteos e as coxas. Este hormônio parece está envolvido com o surgimento do FEG, como aponta Kede e Sabatovich (2004), devido a sua origem está bastante associado ao uso de contraceptivos, ao período gestacional bem como à puberdade.

Quando questionadas quanto à prática de atividade física foi possível observar que a grande maioria das pacientes, num valor de 81,25% (n=13) eram sedentárias. Das três voluntárias que realizavam exercícios físicos, duas eram bailarinas amadoras e uma fazia musculação numa frequência de cinco dias semanais.

Kede e Sabatovich (2004) consideram que o sedentarismo resulta em flacidez muscular o que compromete o retorno venoso, favorecendo a formação de edemas. Conforme orienta Zimmermann (2004) qualquer fator que favoreça a retenção de líquidos tende a agravar o FEG. Campos (2000) acresce afirmando que a inatividade física resulta em elevação da gordura pelo fato de não haver consumo energético celular.

Para Ciporkin e Paschoal (1992) dietas alimentares ou exercícios físicos podem ter influencias na avaliação da evolução do FEG.

Com relação à forma clínica do FEG, podendo esta se caracterizar, conforme aponta Guirro e Guirro (2004), em dura, flácida, edematosa ou mista, foi possível observar que 50% (n=8) apresentavam a forma flácida do FEG, enquanto que 37,5% (n=6) possuíam FEG duro e 12,5% (n=2) misto (Figura 2).

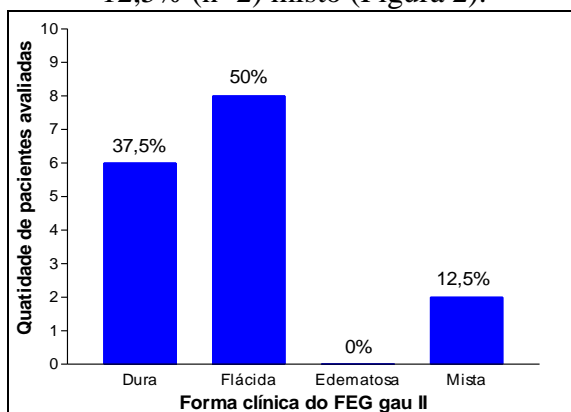


Figura 2 – Forma clínica do FEG grau II das pacientes avaliadas. Fortaleza, 2008 (n=16).

Tal valor confirma o relato da obra de Guirro e Guirro (2004) ao afirmar que a forma flácida do FEG é a mais importante tanto em número quanto em manifestações e se apresenta em pessoas sedentárias, como é o caso da maioria das participantes da pesquisa. Em um estudo realizado por Weimann (2004) com o número de 10 pacientes, foi possível observar que 90% das participantes da pesquisa apresentaram FEG na forma flácida, decrescendo para 10% o valor das que possuíam a forma dura do FEG. Na avaliação com 6 pacientes realizada por Cavalcante (2006), a respeito da forma clínica do FEG, observou-se que 5 pacientes possuíam FEG flácido e uma apresentava a forma mista.

O grupo A inicialmente era composto por (n=8) pacientes, contudo uma integrante desse grupo teve que se ausentar ao meio do tratamento por incompatibilidade de horários, realizando apenas 4 sessões, enquanto as demais pacientes (n=7) realizaram 10 sessões.

Os resultados obtidos com o tratamento foram positivos para a maioria das pacientes, havendo uma redução aparência do FEG, bem como uma melhoria do aspecto acolchoado e do contorno da região glútea das pacientes. Duas pacientes desse grupo não atingiram efeitos satisfatórios com o tratamento em virtude do não comparecimento semanal as sessões.

A fonoforese também é um meio de tratamento para o FEG bastante utilizado. Os princípios ativos podem atuar na microcirculação, no tecido conjuntivo e ativando a permeabilidade da pele (CARVALHO, 2006; GUIRRO; GUIRRO, 2004).

Os efeitos da fonoforese podem ser observados na pesquisa realizada por Corrêa (2005), onde aplicou o US associado à fonoforese e o tratamento do FEG se mostrou eficaz.

Para o tratamento do FEG também pode-se fazer uso da endermologia que produz uma mobilização profunda da pele e tela subcutânea, incrementando dessa forma a circulação sanguínea superficial (GUIRRO; GUIRRO, 2004). Como efeitos Beramendi (1999) e Guirro e Guirro (2004) apontam que se obtêm um desfibrosamento profundo e progressivo dos tecidos bem como um aplanamento da epiderme devido à regeneração tônica proporcionada pela ação dos fibroblastos, suavizando o aspecto acolchoado da pele.

Dalsasso (2007) realizou uma pesquisa com 10 pacientes subdivididas em dois grupos, cada um contendo 5 pacientes. Em um grupo foi utilizado a endermologia e no outro o US. Ambos os grupos receberam 10 atendimentos, 3 vezes por semana. Ao fim do tratamento foi possível concluir que houve uma melhora visual do aspecto do FEG, porém não houve diferença estatisticamente significativa entre as duas técnicas utilizadas.

O resultado obtido por Togni (2006) com o uso associado da fonoforese e endermologia foi positivo, havendo uma melhoria no quadro do FEG com redução dos graus do FEG.

O grupo controle obteve resultados semelhantes ao grupo de estudo, onde foi possível concluir que o uso do gel comum utilizado para aplicação do US e o gel com princípios ativos não produziram efeitos com diferenças estatisticamente significativas. Nesse grupo também houve a interrupção do tratamento de uma paciente, número 2, que realizou apenas 3 sessões, em virtude de problemas pessoais, finalizando a pesquisa com 7 pacientes nesse grupo.

Algumas pacientes apresentaram apenas discreta melhora no aspecto visual do FEG em decorrência da falta de compromisso com o tratamento. Contudo foi possível observar que em todas as pacientes desse grupo (n=7) a pele adquiriu um aspecto mais uniforme.

O uso do US como recurso para o tratamento do FEG está relacionado aos seus efeitos fisiológicos que incluem a neovascularização, melhora da circulação, do edema, aumenta da extensibilidade das fibras colágenas e da permeabilidade das membranas biológicas (BORGES, 2006; CARDOSO, 2007; GUIRRO; GUIRRO, 2004; MIGUEL, 2002).

Fato que também pode ser evidenciado em um estudo utilizando o US para o tratamento do FEG, onde Weimann (2004) tratou 20 pacientes que apresentavam FEG na região glútea. Os resultados se mostraram positivos com a terapia, porém houve um retorno do quadro inicial com o passar de 2 meses sem nenhuma intervenção.

Cavalcante (2006) utilizou o US de 3MHz, associado à massagem clássica, em 6 pacientes que apresentavam FEG grau III onde apenas 3 pacientes apresentaram resultado satisfatório. O resultado das demais pacientes não atingiu o desejado em virtude do não comparecimento aos atendimentos.

5 CONCLUSÃO

Conforme o delineamento dessa pesquisa foi identificado o FEG grau II na região glútea, confirmados a partir dos testes de casca de laranja ou prensão, e posteriormente identificado quanto a sua forma clínica. Observou-se que a forma flácida foi a mais encontrada (n= 8), decrescendo para (n=6) as que apresentavam FEG duro e (n=2) para as que possuíam a forma mista.

A partir da análise dos resultados obtidos com essa pesquisa foi possível observar melhora visível no quadro das pacientes com o protocolo utilizado. Embora algumas pacientes não tenham atingido os efeitos esperados com o tratamento, foi evidenciada uma melhora do aspecto geral da pele com redução das irregularidades e aparência acolchoada bem como uma melhora do contorno da região glútea de todas as pacientes que realizaram os 10 atendimentos. Para tanto não houveram diferenças significativas entre o grupo que foi tratado com o US e endermologia, para o que fez uso da fonoforese e endermologia. Tais resultados trás como conclusão que o US, associado ou não a fonoforese, adjunta com a endermologia, promovem melhora no aspecto do FEG.

Espera-se que este trabalho sirva de incentivo para a realização de estudos mais amplos onde podem se associados outros recursos terapêuticos para a consecução de efeitos de maior significância ao tratamento do FEG.

REFERÊNCIAS

- ASSUMPÇÃO, A. C. et al. Eletrolipólise (Eletrolipoforese) In: BORGES, F. S. **Dermato-Funcional: Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas**. São Paulo: Phorte, 2006.
- BERAMENDI, J. A. E. **O novo método instrumental in-dermoplus de dupla massagem mecânica para tratamento de celulite e gordura localizada**. 1999. Monografia (graduação)–Fundação Técnico Educacional Souza Marques, Rio de Janeiro, 1999.
- BORELLI, S. **As idades da pele** – orientação e prevenção. São Paulo: Senac, 2004.
- BORGES, F. S. **Dermato-Funcional: Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas**. São Paulo: Phorte, 2006.
- CAMPOS, M. S. P. **Curso de fisioterapia estética corporal**. [S. n.: s. l.], 2000. Apostila mimeografada.
- CARDOSO, E. Ultra-Som e sua aplicação na Estética. **Revista Personalité**, [s. l.], v. 47, p. 54-56, 2007.
- CARIEL, L. **A celulite e seu tratamento médico atual**. São Paulo: Andrei, 1982.
- CARVALHO, C. R. F. Cosmetologia. In: BORGES, F. S. **Dermato-Funcional: Modalidades Terapêuticas nas Disfunções Estéticas**. São Paulo: Phorte, 2006.
- CAVALCANTE, N. C. S. **O uso do US de 3MHz, associado a massagem clássica no tratamento do fibro edema gelóide grau III**. 2006. Monografia (graduação)–Faculdade Christus, Fortaleza, 2006.
- CIPORKIN, H; PASCHOAL, L. H. **Atualização terapêutica e fisiopatogênica da lipodistrofia geóide**. 5. ed. São Paulo: Santos, 1992.
- CORRÊA, M. B. **Efeitos obtidos com a aplicação do ultra-som associado à fonoforese no tratamento do fibro edema gelóide**. 2005. Monografia (graduação)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2005.
- DALSASSO, J. C. **Fibro edema gelóide: um estudo comparativo dos efeitos terapêuticos, utilizando ultra-som e endermologia-DERMOVAC, em mulheres não praticantes de exercício físico**. 2007. Monografia (graduação)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2007.
- GUIRRO, E; GUIRRO, R. **Fisioterapia Dermato-Funcional – fundamentos, recursos e patologias**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2004.
- IBRAMED. Disponível em: <<http://www.ibramed.com.br/>>. Acesso em: 9 maio 2008.
- KEDE, M. P. V.; SABATOVICH, O. **Dermatologia Estética**. São Paulo: Atheneu, 2004.
- KOEKE, P. U. **Estudo comparativo da eficácia da fonoforese, do ultra-som terapêutico e da aplicação tópica de hidrocortisona no tratamento do tendão de ratos em processo de reparo tecidual**. 2003. Dissertação (Mestrado)–Instituto de Bioengenharia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

LOW, J.; REED, A. **Eletroterapia Explicada – princípios e práticas**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2001.

LUZ, C. M. **Análise dos efeitos da terapia subdérmica não invasiva associada ao ultra-som de 3MHz no tratamento do fibro edema gelóide**. 2003. Monografia (Especialização)–Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MEYER, P. F. et al. Desenvolvimento e aplicação de um protocolo de avaliação fisioterapêutica em pacientes com fibro edema gelóide. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 18, n. 1, p. 75-83, jan./mar. 2005.

MIGUEL, L. I. Aspectos clínicos e terapêuticas propostas para o tratamento e prevenção as LDG - lipodistrofia ginóide: “celulite”. **Reabilitar**, Santos, ano 4, n. 5, 2002.

ROSSI, M. H. L. M.. Ultra-som Estético. **Personalité**, [s. l.], v. 46, p. 68-69, 2007.

TOGNI, A. B. **Avaliação dos efeitos do ultra-som associado á fonoforese e endermologia no tratamento do fibro edema gelóide**. 2006, Monografia (graduação)–Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão, 2006.

ULRICH, W. **A Celulite é curável**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1982.

WEIMANN, L. **Análise da eficácia do ultra-som terapêutico na redução do fibro edema gelóide**. 2004. Monografia (graduação)–Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2004.

ZIMMERMANN, L. Celulite. **Vida Estética**, Rio de Janeiro, v. 112, p. 48-55, 2004.

AF 10: AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE VENTILAÇÃO NÃO INVASIVA E SUA ADMINISTRAÇÃO POR FISIOTERAPEUTAS EM QUATRO HOSPITAIS PÚBLICOS DE FORTALEZA

Isabel Cristina de Mendonça Santiago⁹; Fabíola Maria Sabino Meireles¹⁰; Mirizana Alves de Almeida¹¹

RESUMO

Dentre as inúmeras internações feitas diariamente pelo Sistema Único de Saúde, 19% dos pacientes apresentaram como causa primária doença respiratória. A ventilação não invasiva (VNI) como primeira estratégia para insuficiência respiratória, vem aumentando nos últimos anos, porém, os benefícios proporcionados pela sua aplicação dependem da conduta correta do profissional. Esta pesquisa analisou o conhecimento e a experiência do fisioterapeuta com VNI nas Unidades de Terapia Intensiva (UTI's) adulto em quatro hospitais públicos de Fortaleza. A pesquisa foi do tipo transversal e quantitativa, realizada de agosto de 2007 à agosto de 2008 e aprovada pelos comitês de ética dos hospitais. Foram abordados todos os fisioterapeutas das UTI's adulto (78), através de questionário com perguntas objetivas e subjetivas, apenas 2 recusaram-se a participar. Dos 76 participantes, apenas 1 declarou não ter administrado VNI. Das indicações citadas, 86% estão de acordo com a literatura científica. As contra-indicações citadas, concordantes com a literatura, foram 91,50%. Quanto ao suporte de primeira escolha, obtivemos 76,46% das respostas em consenso com a literatura. Os efeitos fisiológicos citados iguais aos da literatura, foram 91,33%. Em todas as instituições a infraestrutura foi declarada como satisfatória, 48,70%. Quanto ao conhecimento da instalação e monitorização da VNI, 92,10% julgaram-se aptos. Conclui-se que os fisioterapeutas das UTI's adulto, dos hospitais em estudo, apresentaram experiência quanto à administração e aptidão na instalação e monitorização da VNI. Quanto ao conhecimento, apresentaram elevado grau de concordância com a literatura, porém podem melhorar, uma vez que são os profissionais diretamente envolvidos com essa terapêutica.

Palavras-chave: Ventilação não Invasiva. Fisioterapeuta. Suporte Ventilatório.

1 INTRODUÇÃO

A ventilação não invasiva (VNI) é um método de ventilação mecânica alveolar, no qual o suporte ventilatório é fornecido ao paciente sem a necessidade de intubação endotraqueal, já que a presença do tubo pode causar lesão à mucosa da via aérea, causando ulceração, inflamação e edema, ou ainda em casos extremos, estenose da via aérea. Sua aplicação pode ser através da pressão negativa, atualmente em desuso, ou através da pressão positiva (VNIPP) (RAHAL; GARRIDO; CRUZ JÚNIOR, 2005; FELGUEIRAS et al, 2006; LOH, CHAN, CHAN, 2007).

A VNIPP fornece o suporte ventilatório em duas modalidades: através da aplicação do mesmo nível de pressão positiva nas vias aéreas durante a inspiração e a expiração, do inglês, *contínuos positive airway pressure* (CPAP); e através da aplicação de dois níveis de pressão positiva às vias aéreas, um maior na inspiração (inspiratory positive airway pressure - IPAP) e outro menor na expiração (expiratory positive airway pressure – EPAP), do inglês, *bilevel positive airway pressure*, (BIPAP) (METHA; HILL, 2001; TARANTINO, 2002; SILVA, PACHITO, 2006; MACHADO, 2008).

Pesquisas demonstraram que das inúmeras internações feitas diariamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), 19% dos pacientes apresentaram como causa primária da internação doença respiratória (GODOY et al, 2001).

⁹ Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

¹⁰ Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

¹¹ Professora Ms., Orientadora.

A utilização da VNI, como estratégia de escolha para fornecer suporte ventilatório à pacientes com insuficiência respiratória aguda (IRA) e crônica (IRC), vem aumentando de forma significativa nos últimos anos, principalmente, devido ao crescente número de trabalhos publicados que documentam as vantagens do uso desse método e, pelo desejo dos profissionais de saúde de evitar as complicações causadas pelo uso da ventilação mecânica invasiva (VMI) que, embora seja um método que fornece um suporte ventilatório eficiente, oferece um alargado número de complicações (METHA; HILL, 2001; BROCHARD, 2003; BONATO et al, 2005; SCHETTINO, 2006).

A aplicação da VNI diminui a necessidade de intubação, reduz a mortalidade, o custo do tratamento, é um método de fácil aplicação e remoção, possui eficácia clínica significativa, além de diminuir o trabalho muscular respiratório e melhorar as trocas gasosas por recrutamento de alvéolos hipoventilados. Apresentando ainda, algumas vantagens em relação à VMI como, diminuição da duração da hospitalização e, utilização de recursos que mantêm a fala, a deglutição, permitem que o paciente expectore secreções e preservam as funções de defesa do aparelho muco ciliar. Esses fatores são os responsáveis pela maior frequência da sua aplicação (METHA; HILL, 2001; AZEREDO, 2002; LIESCHING, KWOK, HILL, 2003; RAHAL; GARRIDO; CRUZ JÚNIOR, 2005; FELGUEIRAS et al, 2006; SCHETTINO, 2006).

No entanto, apesar de estar demonstrando ser um método ventilatório de eficácia significativa, a eficiência da VNI depende da indicação do equipamento adequado, do tipo de paciente assistido, da disponibilidade dos aparelhos oferecidos pela instituição e do grau de conhecimento e treinamento da equipe que assiste ao paciente (HOLANDA et al, 2001; FELGUEIRAS et al, 2006; NÁPOLIS et al, 2006).

Informações a respeito do grau de conhecimento sobre ventilação não invasiva e a frequência do uso desse suporte ventilatório por fisioterapeutas são desconhecidas nos hospitais públicos de grande porte do município de Fortaleza-CE. Supõe-se que o grau de conhecimento sobre VNI do fisioterapeuta cearense, seja semelhante ao observado no estudo de NÁPOLIS et al. (2006) no qual os fisioterapeutas apresentaram um alto grau de acertos nas indicações e contra indicações da VNI, bem como habilidade para instalar esse método. A necessidade da utilização do suporte ventilatório não invasivo, vem crescendo enormemente nos últimos anos e, no Brasil, vem sendo cada vez mais administrado por fisioterapeutas, tanto nas Unidades da Terapia Intensiva (UTI's) e enfermarias como na assistência ventilatória domiciliar (*Home Care*) (AZEREDO, 2002).

Assim, a demanda do especialista em fisioterapia respiratória tem aumentado bastante, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais frequente a presença do fisioterapeuta respiratório em diversas áreas do hospital. Para que o profissional indique, escolha e aplique corretamente a VNI como medida terapêutica, é importante que ele possua uma formação sólida e uma bagagem prática. Sem esses requisitos não possuirá habilidade suficiente, tornando o tratamento pouco ou não efetivo e expondo o paciente a outros riscos que não faziam parte do seu quadro clínico anterior (YAMAGUTI et al, 2005).

Portanto, tendo em vista os inúmeros benefícios que esse modo ventilatório traz ao paciente e a importância da conduta correta do fisioterapeuta durante a aplicação da VNI, é fundamental a realização de pesquisas que demonstrem o conhecimento e a experiência dos fisioterapeutas na administração dessa terapêutica, bem como a divulgação disso para os demais componentes da equipe multidisciplinar que atende os pacientes. Os resultados dessa pesquisa gerarão, em última análise, benefícios para os pacientes e hospitais, pois uma sociedade científica bem informada resulta em profissionais mais capacitados.

O principal objetivo deste estudo foi avaliar o grau de conhecimento dos fisioterapeutas sobre ventilação não invasiva e a utilização dessa modalidade ventilatória nos hospitais públicos de grande porte do município de Fortaleza. Como objetivos específicos, identificamos o nível de conhecimento teórico-prático sobre VNI; verificamos a frequência do uso da VNI nos hospitais públicos de grande porte do município de Fortaleza e relatamos a experiência dos fisioterapeutas com VNI e suas aptidões para instalá-la.

2 CAUSUÍSTICA E MÉTODOS

A pesquisa foi do tipo transversal e quantitativa, realizada na região metropolitana de Fortaleza, no período de agosto de 2007 à agosto de 2008. Foram visitados os hospitais públicos de grande porte do município de Fortaleza: Hospital Geral Dr. César Cals (HGCC), Hospital Geral de Fortaleza (HGF), Hospital de Messejana (HM) e Instituto Dr. José Frota (IJF).

Antes do início da pesquisa, os profissionais foram informados de que não seria divulgada a identificação do profissional. Foram incluídos neste estudo todos os Fisioterapeutas que trabalhavam regularmente nas Unidades de Terapia Intensiva adulto, dos hospitais em estudo, que foram abordados e assinaram o TCLE, aceitando participar da pesquisa.

As informações foram coletadas com os fisioterapeutas das unidades hospitalares, pelos próprios pesquisadores. O instrumento da pesquisa foi um questionário próprio e elaborado com perguntas objetivas e subjetivas. Os dados foram registrados para posteriormente serem tabulados e analisados sofrendo tratamento estatístico, através do software Microsoft Excel 2002 e os resultados foram expressos em gráficos.

Este estudo seguiu os princípios éticos de pesquisa envolvendo seres humanos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996). Respeitou os princípios fundamentais de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. O projeto foi submetido aos Comitês de Ética das unidades de saúde: Hospital Geral Dr. César Cals, Hospital Geral de Fortaleza, Hospital de Messejana e Instituto Dr. José Frota e executado somente após aprovação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os fisioterapeutas participantes da pesquisa estão representados no gráfico 1.

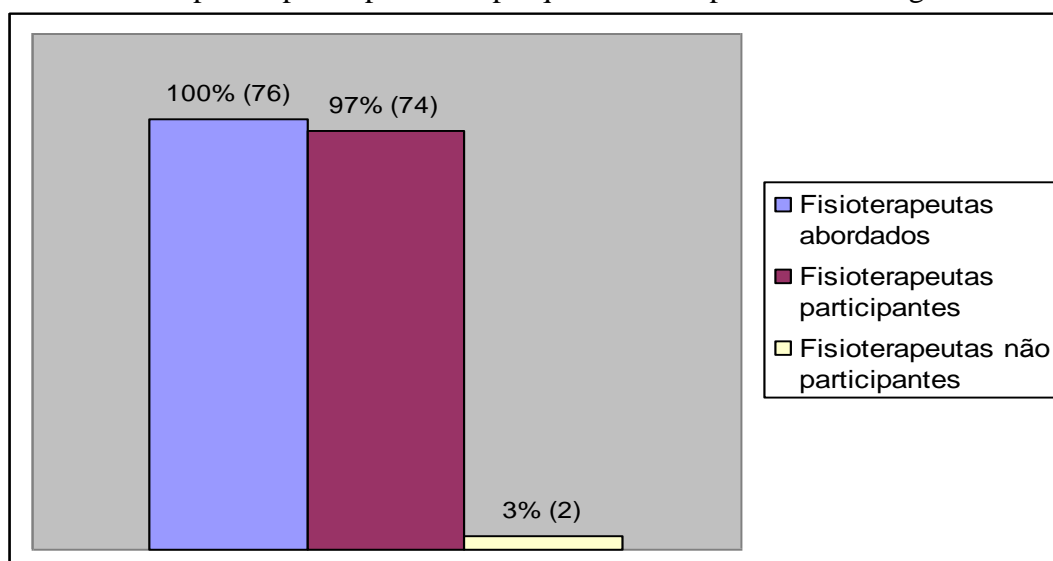


Gráfico 1 – Fisioterapeutas Participantes da Pesquisa.

O gráfico 2 representa a experiência dos respondentes em administrar a VNI.

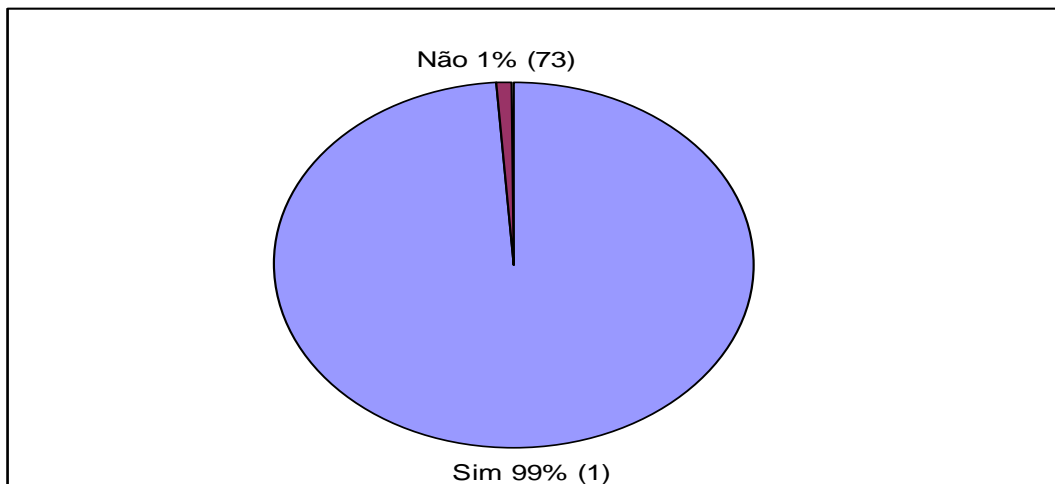


Gráfico 2 – Administração da VNI.

O conhecimento da instalação e monitorização da VNI, declarado pelos respondentes, está representado na figura 3.

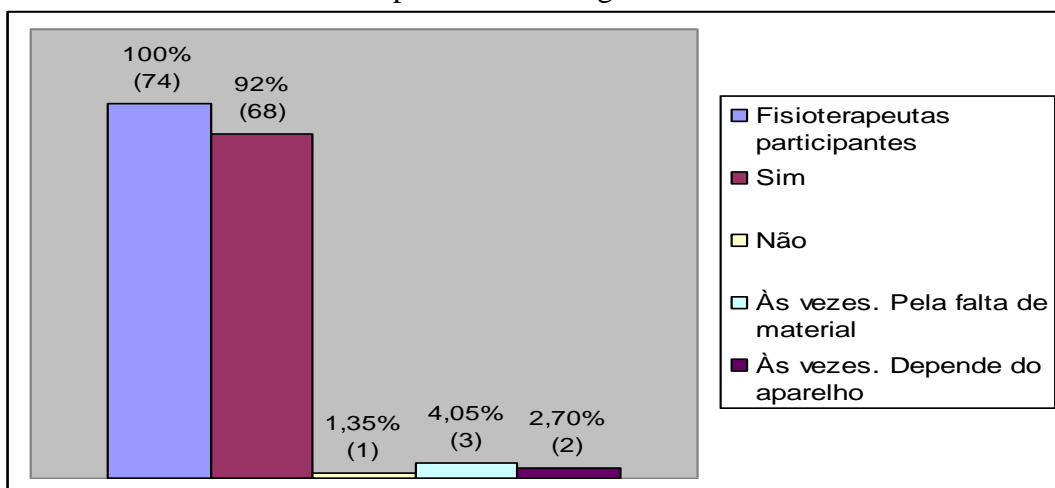


Gráfico 3 – Aptidão na Instalação e Monitorização da VNI.

Esta pesquisa permitiu demonstrar um elevado grau de conhecimento quanto à instalação e monitorização da VNI pelos fisioterapeutas das UTI's adulto das unidades estudadas, além de apresentarem larga experiência com a administração da VNI. Este estudo comprova o que Nápolis et al. (2006) apresentaram, que os fisioterapeutas demonstram, grande aptidão para instalar a VNI, além de estarem bem atualizados acerca do assunto. O fato de estarem aptos a instalar a VNI é fator resultante da responsabilidade que estes profissionais tem, não só no tocante a instalação, mas também na monitorização desse tipo de suporte ventilatório nas UTI's.

Os fisioterapeutas que responderam corretamente as indicações, de acordo com a literatura, estão representados no gráfico 4.

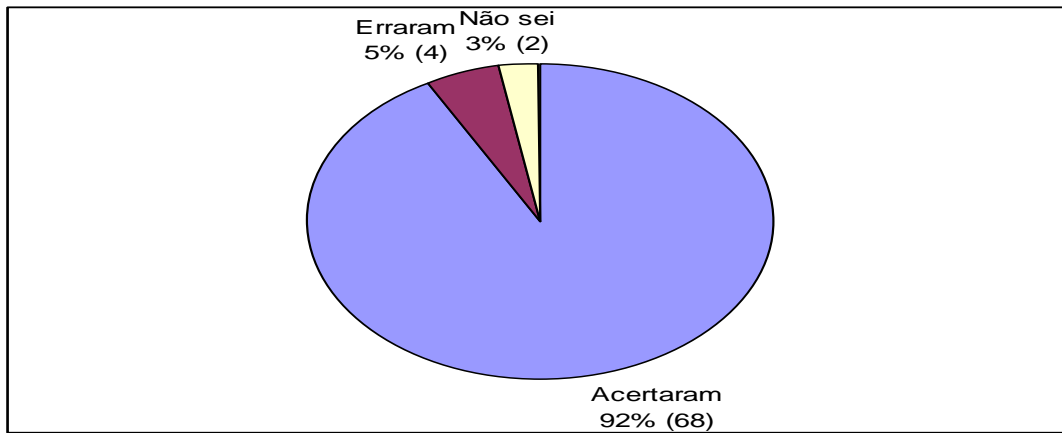


Gráfico 4 – Fisioterapeutas que Acertaram as Indicações.

Em relação às situações em que a VNI é indicada, a gráfico 5 demonstra respostas obtidas.

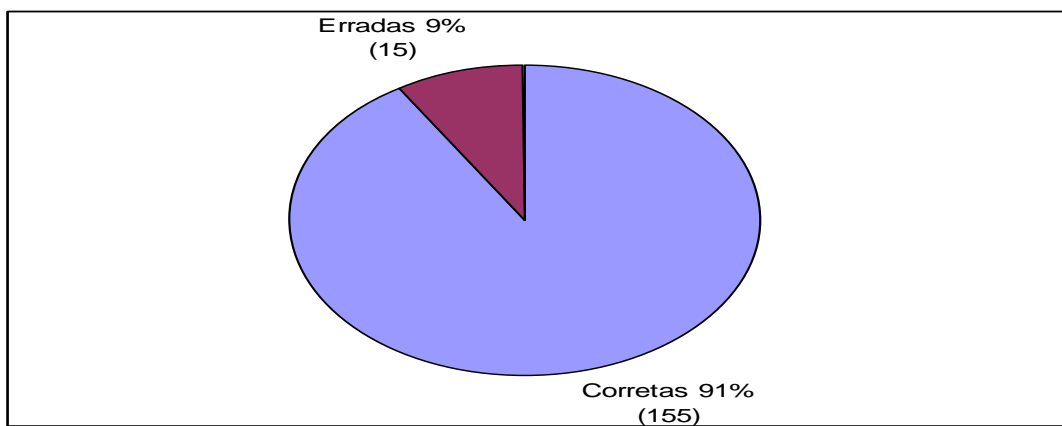


Gráfico 5 – Indicações da VNI.

Dentre as respostas corretas, de acordo com a literatura, as mais citadas estão representadas no gráfico 6.

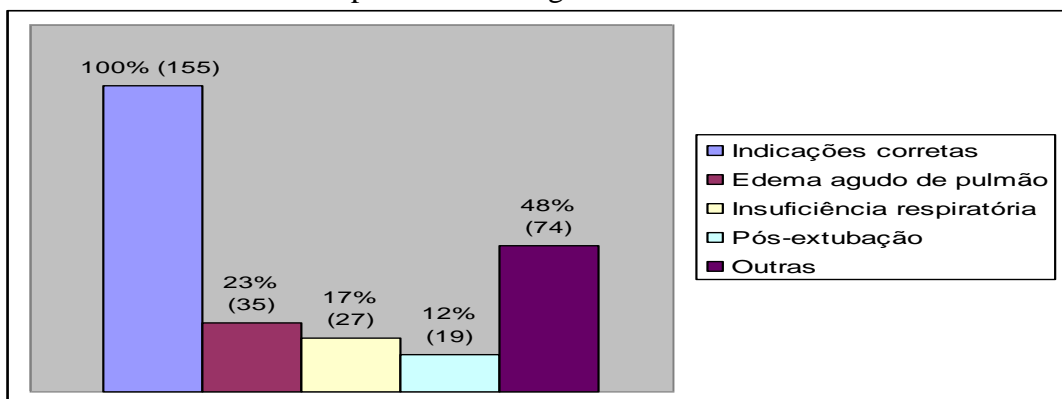


Gráfico 6 – Indicações Corretas mais Citadas.

Felgueiras et al. (2006) relataram que os pacientes que mais se beneficiaram com o uso da VNI foram os insuficientes respiratórios, sendo esta, a segunda resposta mais citada pelos entrevistados, quanto às indicações. Azeredo (2002) cita como principais indicações: IRA, IRC e EAP, que foram as indicações mais citadas. Os dados relativos às indicações apresentaram uma elevada concordância com a literatura clássica e científica. O que também vem confirmar o estudo realizado Nápolis et al (2006), onde esses profissionais apresentaram grande porcentagem de acertos quanto às indicações.

O gráfico 7 representa os fisioterapeutas que responderam as contra-indicações, de acordo com a literatura.

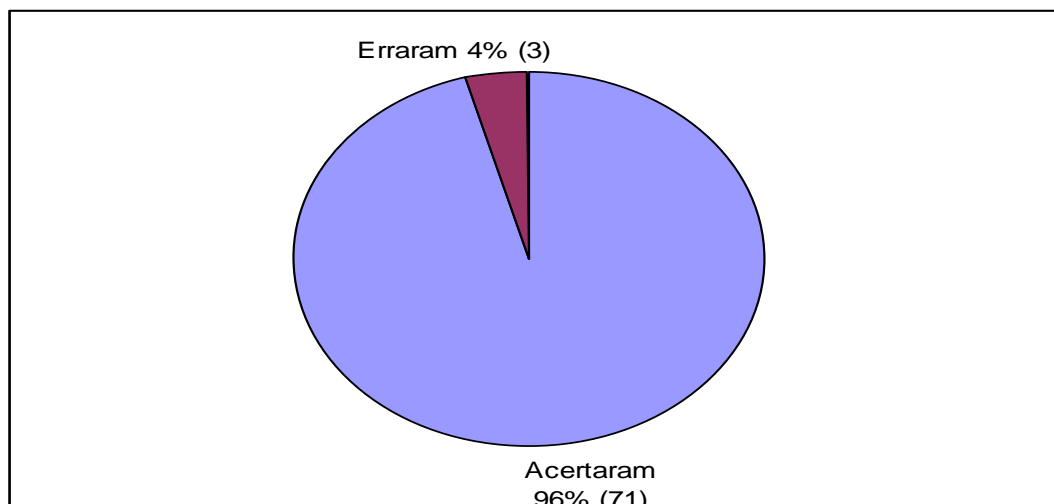


Gráfico 7 – Fisioterapeutas que Acertaram as Contra-indicações.

Quanto às contra-indicações da VNI, o gráfico 8 apresenta as respostas citadas.

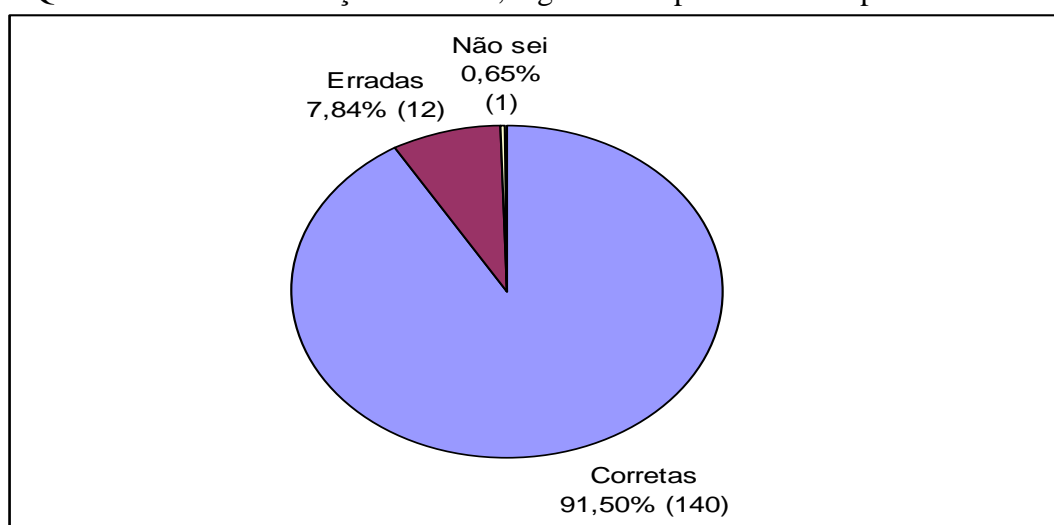


Gráfico 8 – Contra-indicações da VNI.

Das respostas, concordantes com a literatura, o gráfico 9 apresenta as mais citadas.

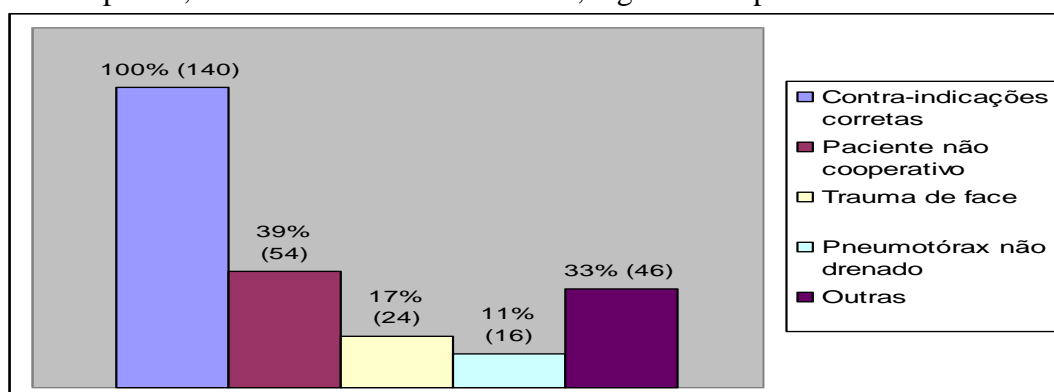


Gráfico 9 – Contra-indicações Corretas mais Citadas.

A VNI possui algumas contra-indicações: instabilidade hemodinâmica, agitação psicomotora, síndrome do pânico, instabilidade neurológica, redução do nível de consciência, trauma ou deformidade facial, pneumotórax não drenado, entre outras (METHA; HILL, 2001; AZEREDO, 2002; SILVA, 2002; TARANTINO, 2002; FELGUEIRAS et al, 2006; MACHADO, 2008). Das repostas obtidas pelos participantes da pesquisa, as que mais se repetiram foram: paciente não cooperativo (redução do nível de consciência, comatoso,

síndrome do pânico, claustrofobia, sedado etc), trauma de face e pneumotórax não drenado, nessa respectiva ordem. No tocante às contra-indicações este estudo também apresenta elevado grau de concordância com a literatura, confirmando também os estudo feito por Nápolis et al. (2006), onde esses profissionais demonstraram elevado grau de acertos em relação às contra-indicações para o uso da VNI.

Quanto à VNI como suporte ventilatório de primeira escolha, os fisioterapeutas que responderam de acordo com a literatura estão representados no gráfico 10.

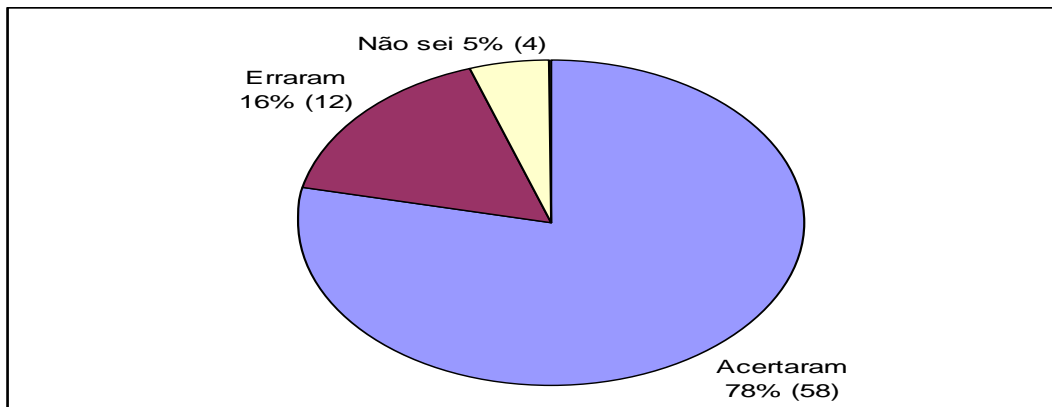


Gráfico 10 – Fisioterapeutas que acertaram VNI como Suporte Ventilatório de Primeira Escolha.

A utilização da VNI como suporte ventilatório de primeira escolha, está expressa no gráfico 11.

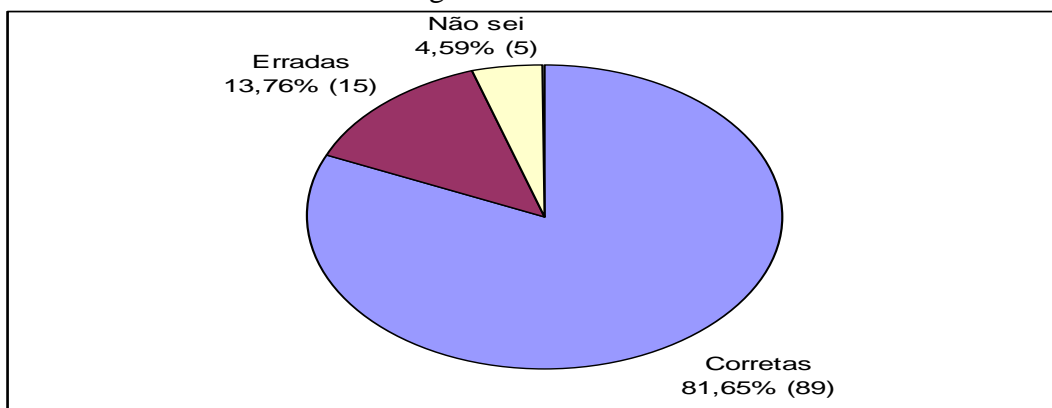


Gráfico 11 – VNI como Suporte Ventilatório de Primeira Escolha.

As respostas citadas, em consenso com a literatura, que mais se repetiram estão representadas no gráfico 12.

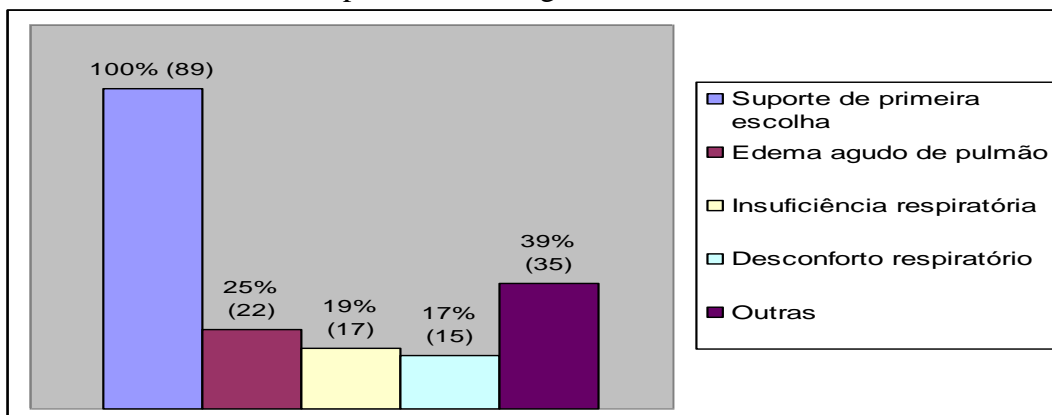


Gráfico 12 – VNI como Suporte de Primeira Escolha – mais Citadas.

Em relação aos efeitos fisiológicos, os fisioterapeutas que foram concordantes com a literatura, estão expressos no gráfico 13.

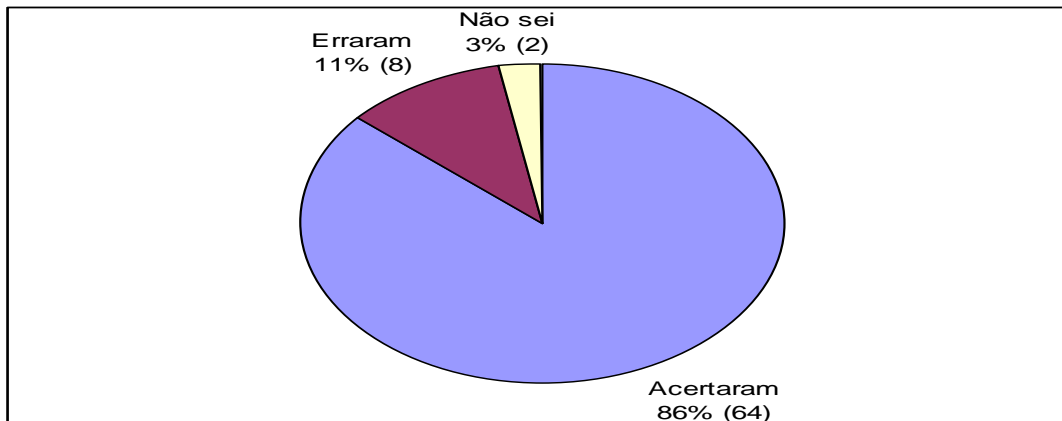


Gráfico 13 – Fisioterapeutas que Acertaram os Efeitos Fisiológicos.

O gráfico 14 representa os efeitos fisiológicos provocados pela aplicação da VNI.



Gráfico 14 – Efeitos Fisiológicos.

Dentre as respostas, iguais a literatura clássica, o gráfico 15 apresenta as mais citadas.

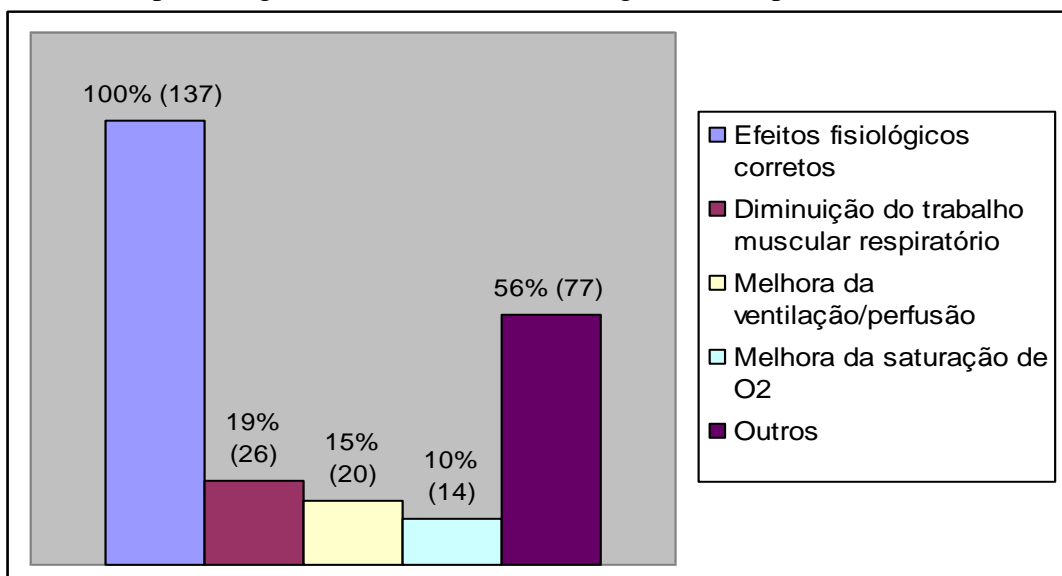


Gráfico 15 – Efeitos Fisiológicos Corretos mais Citados.

O uso da VNI provoca vários efeitos fisiológicos no paciente, dentre eles: melhora da ventilação pulmonar, contribuindo para a produção de surfactante alveolar; equilibra a relação ventilação x perfusão (V/Q), melhorando as trocas gasosas; promove um aumento da capacidade residual funcional, reduzindo o trabalho respiratório e melhorando a complacência pulmonar (TARANTINO, 2002; GABRIELLI et al, 2003; LIESCHING, KWOK, HILL, 2003; BONATO et al, 2005; MENDES et al, 2005; CARVALHO, JOHNSTON, 2006; MACHADO, 2008). As respostas representadas no gráfico 14 apresentaram concordância com a literatura clássica.

A disponibilidade dos equipamentos necessários para aplicação da VNI, segundo os entrevistados, nas instituições está expressa no gráfico 16.

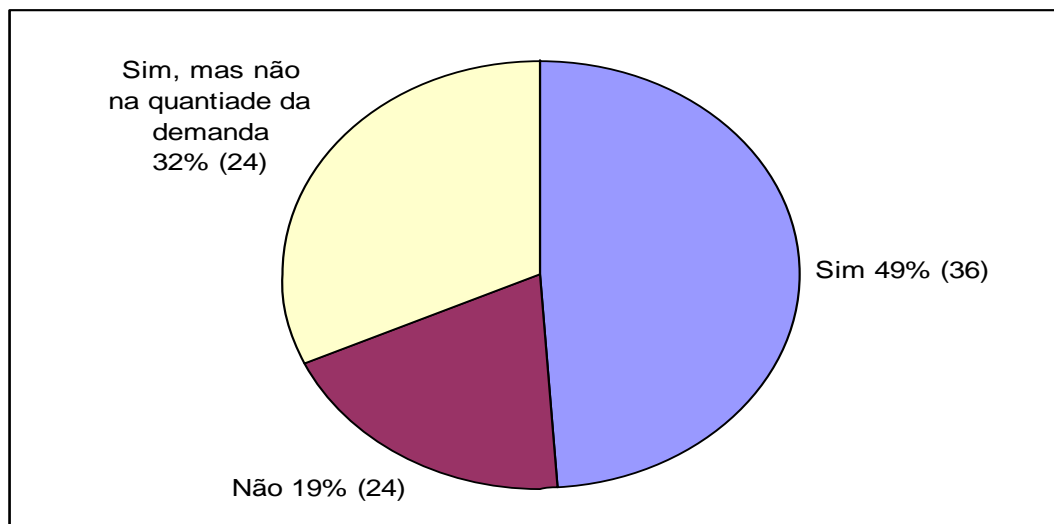


Gráfico 16 – Disponibilidade dos Equipamentos.

Ainda nesse estudo, quanto à disponibilidade dos equipamentos necessários para a aplicação da VNI, verificou-se que grande parte dos profissionais respondentes, afirmam que os aparelhos são disponibilizados pelas unidades hospitalares estudadas. Embora alguns relatem que a disponibilidade é menor do que a demanda. Napolis et al. (2006), também, confirmaram uma elevada disponibilidade desses equipamentos na região metropolitana de São Paulo, inclusive nos hospitais públicos.

Este estudo possui uma limitação, pois não correlacionou-se a experiência e o conhecimento com o tempo de formado.

4 CONCLUSÕES

Conclui-se, ao final desse trabalho, que os fisioterapeutas das UTI's adulto dos hospitais em estudo apresentaram experiência quanto à administração, além de julgarem-se aptos a instalar e monitorar a VNI. No que diz respeito ao conhecimento, apresentaram elevado grau de concordância com a literatura, tendo em vista que as respostas concordantes com a literatura científica foram acima de 81% e acima de 78% os fisioterapeutas participantes responderam de acordo com a literatura científica. Porém, podem investir cada vez mais nas atualizações relacionadas a essa terapêutica, uma vez que são os profissionais diretamente envolvidos na sua aplicação.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, Carlos Alberto Caetano. **Fisioterapia Respiratória Moderna**. 4. ed. Barueri: Manole, 2002.

BONATO, C. et al. Ventilação não invasiva compressão positiva (VNIPP) e insuficiência respiratória aguda no pós-operatório de escoliose idiopática: relato de caso. **Scientia Medica**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 243-248, out./dez. 2005.

BROCHARD, L. Mechanical ventilation: invasive *versus* noninvasive. **The European Respiratory Journal**, [s. l.], v. 22, n. 47, p. S31-S37, nov. 2003.

CARVALHO, Wetwr Brunow de; JOHNSTON, Cíntia. Efeitos da ventilação não-invasiva no edema agudo de pulmão cardiogênico. **Revista da Associação Médica Brasileira**, [s. l.], v. 52, n. 4, p. 193, jul./ago. 2006.

FELGUEIRAS, J. et al. Ventilação não-invasiva numa unidade de cuidados intermédios. **Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 73-78, abr./jun. 2006.

GABRIELLI, A. et al. Yet Another Look at Noninvasive Positive-Pressure Ventilation. **American College of Chest Physicians**, [s. l.], v. 124, p. 428-431, 2003.

GODOY, D. V. de et al. Doenças Respiratórias como causa de internações hospitalares de pacientes do Sistema Único de Saúde num serviço terciário de clínica médica na região nordeste do Rio Grande do Sul. **Jornal de Pneumologia**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 193-198, jul./ago. 2001.

HOLANDA, M. A. et al. Ventilação não invasiva com pressão positiva em pacientes com insuficiências respiratória aguda: fatores associados à falha ou ao sucesso. **Jornal de Pneumologia**, São Paulo, v. 27, n. 6, p. 301-309, nov./dez. 2001.

LIESCHING, Timothy; KWOK, Henry; HILL, Nicholas S. Acute Applications of Noninvasive Positive Pressure Ventilation. **American College of Chest Physicians**, [s. l.], v. 124, p. 699-713, 2003.

LOH, L. E.; CHAN, Y. H.; CHAN, I. Noninvasive ventilation in children: a review. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v. 83, n. 2, n. 0, p. S91-S99, maio 2007.

MACHADO, Maria da Glória Rodrigues. **Bases da Fisioterapia Respiratória: Terapia Intensiva e Reabilitação**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

MEHTA, S.; HILL, N. S. Noninvasive Ventilation. **American Journal of Respiratory and Critical Care Medicine**, [s. l.], v. 163, p. 540-577, 2001.

MENDES, R. G. et al. A influências das técnicas de intervenção fisioterapêutica e da pressão positiva contínua nas vias aéreas (CPAP) no pós-operatório de cirurgia cardíaca. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 297-303, 2005.

NÁPOLIS, L. M. et al. Conhecimento da disponibilidade e sobre o uso da ventilação não invasiva em unidades de terapia intensiva de hospitais públicos, privados e de ensino da região metropolitana de São Paulo. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 29-34, jan./fev. 2006.

RAHAL, L.; GARRIDO, A. G.; CRUZ JÚNIOR, R. J. Ventilação não-invasiva: quando utilizar?. **Revista da Associação Médica Brasileira**, São Paulo, v. 51, n. 5, p. 245-246, set./out. 2005.

SCHETTINO, G. P. P. (Coord.). **III Consenso Brasileiro de Ventilação Mecânica – Ventilação Mecânica Não Invasiva com Pressão Positiva**. [S. l.]: Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, 2006.

SILVA, A. G.; PACHITO, D. V. Abordagem Terapêutica do Distúrbios Respiratórios do Sono Tratamento com Ventilação Não-Invasiva (CPAP, BIPAP E AUTO-CPAP). **Revista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto**, Ribeirão Preto, v. 39, n. 2, p. 212-217, abr./jun. 2006.

SILVA, Christiana S. Ventilação Não-Invasiva como uma Alternativa para o Desmame. **Reabilitar**, [s. l.], n. 14, p. 23-27, 2002.

TARANTINO, Affonso Berardinelli. **Doenças Pulmonares**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

YAMAGUTI, W. P. S. et al. Carta ao Editor. Fisioterapia respiratória em UTI: Efetividade e habilitação profissional. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Ribeirão Preto, v. 31, p. 89-90, jan./fev. 2005.

AF 11: O USO DA ESTATÍSTICA EM MONOGRAFIAS DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA FACULDADE CHRISTUS

Isabel Cristina de M. T. Martins¹²; Maria Bernadette F. Amora Silva¹³

RESUMO

Uma monografia é a última tarefa a ser realizada pelo discente, antes de ingressar, em definitivo, para o mercado de trabalho, tanto no curso de Fisioterapia quanto na maioria dos cursos de graduação. Essas exposições de idéias, conceitos e hipóteses, são caracterizadas por se basear em um único assunto, não somente indagando, mas, aprofundando-o e explanando-o em todos os ângulos. A aprendizagem de estatística vem tendo o seu crescimento nas instituições de ensino superior visto que cada vez mais o mercado de trabalho exige profissionais capacitados e com um total domínio de técnica em análise de dados que alicerces suas decisões baseados em dados amostrais. A bioestatística vem ao encontro deste propósito. É através do estudo estatístico que o discente chega a conclusões sobre sua pesquisa, tendo assim um papel fundamental na análise dos resultados de uma monografia. Esse artigo tem como objetivo principal expor a utilização da estatística nas monografias, e como objetivos específicos apresentar os gráficos mais utilizados, os tipos de amostra mais freqüente, o predomínio de um questionário com perguntas de caráter quantitativo ou qualitativo, bem como expor as várias formas utilizadas pelos alunos do último semestre que desenvolveram as monografias no curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, Campus Parque Ecológico. Para isto fez-se uso de uma pesquisa de caráter documental, bibliográfico, onde foram coletados os dados das monografias disponibilizadas na biblioteca da instituição acima citada. Concluiu-se que a maioria, 63 das monografias é caracterizada como de campo, não especificando o método, com a utilização de gráficos e tabelas, juntamente com questionários de caráter quantitativo.

Palavras-chave: Monografia. Bioestatística. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A estatística tem um papel fundamental na conclusão de uma monografia. Através de sua utilização o pesquisador obtém uma análise do assunto pesquisado e pode, por meio destes, apresentar as conclusões definitivas.

Entretanto, alguns discentes ainda optam por não extrair da estatística tudo o que ela pode nos oferecer. Por não utilizar métodos como tabelas, gráficos e medidas estatísticas, o aluno dificulta o entendimento por parte de terceiros. A utilização de procedimentos estatísticos adequados, em conjunto com uma pesquisa bem feita, engrandecem o estudo. É isso que o presente trabalho vem a discorrer.

O fato de ser monitora da disciplina de bioestatística me levou a um conhecimento melhor desta área. O convívio com alunos, bem como o acompanhamento da professora nas atividades por ela exercidas me motivaram a escrever o trabalho em questão que tem como objetivo geral apresentar o uso da estatística em monografias, disponíveis na biblioteca do Campus Parque Ecológico da Faculdade Christus, elaboradas por alunos de graduação do curso de Fisioterapia. Os objetivos específicos subjacentes são: a) fazer o confronto de dados; b) identificar se houve, ou não, a descrição da amostra e da população; c) apresentar qual o tipo de estudo mais utilizado: censo ou amostragem; d) verificar a utilização de medidas estatísticas, tais como a média, a moda e a mediana, entre outras.

¹² Aluna do quarto semestre, monitora de Bioestatística do Curso de Fisioterapia.

¹³ Professora Ms., Orientadora.

Essa averiguação mostra o quão importante é a bioestatística na vida de um futuro profissional fisioterapeuta, que pretende ingressar no universo da pesquisa científica como forma de obter conhecimento metodológico e analítico para a melhoria do seu currículo.

2 BREVE RELATO SOBRE A FISIOTERAPIA

Desde o tempo antigo a sociedade fazia uso de técnicas para a obtenção de cura e reabilitação. Com o início das guerras, homens foram mutilados, mulheres, mães, filhas, viam seus patriarcas voltarem para casa sem membros e boa parte deles não chegavam a voltar.

Começa então, o mutirão para reabilitar os soldados sobreviventes.

No Brasil, o surgimento da Poliomielite trouxe seqüelas motoras e respiratórias para as crianças infectadas, foi a partir deste marco que a Fisioterapia Pediátrica e Pneumofuncional teve sua ascensão (REBELATTO; BOTOMÉ, 1999). Em 1969, no dia 13 de outubro foi reconhecido como profissão a Fisioterapia, tendo hoje no total de 12 CREFITOS (Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional) juntamente com mais 3 Conselhos sobre judicic.

3 MONOGRAFIA

É considerada uma monografia aquele trabalho onde sua abordagem dar-se-á em um único assunto, a um único problema e com um tratamento especificado (SEVERINO, 2002). Segundo Lakatos e Marconi (2001), trata-se, portanto, de um estudo particular, com um valor representativo e obedecendo a rigorosa metodologia.

Uma monografia em muitos cursos de graduação é considerada como ponto marcante para a saída, em definitivo, do universo acadêmico para o ingresso no mercado de trabalho. Este é o momento onde o discente ver-se frente a frente com o mundo chamado pesquisa científica.

Tanto a monografia quanto a pesquisa científica, contribuem principalmente no embasamento para o crescimento do conhecimento humano em todos os setores, sendo metodicamente planejada, executada, desenvolvida e dirigida conforme normas metodológicas consagradas pela ciência.

Normalmente uma monografia apresenta na sua metodologia diversos tipos de pesquisa e métodos. Nos tipos de pesquisa, dentre outros, estão a pesquisa bibliográfica, de campo e estudo de caso. Sobre o aspecto do método ela divide-se em método quantitativo e qualitativo.

- 1. Pesquisa bibliográfica: utiliza-se de material escrito, gravado (mecânico ou eletronicamente). São consideradas fontes bibliográficas os livros, as publicações periódicas, tais como jornais, revistas; páginas de *web sites*, relatórios de simpósios ou seminários, anais de congressos etc (GIL, 1999).
- 2. Pesquisa em estudo de caso: quando o pesquisador deseja aprofundar-se no estudo, sobre diversos aspectos característicos de um determinado objeto de pesquisa restrito (GIL, 1999).
- 3. Pesquisa de campo: é caracterizada por pesquisadores e participantes envolverem-se no trabalho de modo participativo ou cooperativo interagindo por um resultado esperado (GIL, 1999).
 - 4. Pesquisa Quantitativa: trabalha com dados, indicadores, hipóteses e tendências descartando variáveis não representativas, utilizando amostras amplas, calculadas previamente e estratificadas. Iniciando do particular para o todo buscando a extensão. No relatório estarão presentes além das interpretações e conclusões, dados em forma de tabelas de percentuais e gráficos. As informações para que se chegue a um resultado final será efetuado através de um questionário de perguntas claras e objetivas, mantendo a coerência de entendimento dos entrevistados (FONSECA; MARTINS; TOLEDO, 1995)
- 5. Pesquisa Qualitativa: nela há a despreocupação em não caracterizar uma população, tendo o número de entrevistados diminuídos. Seu questionário adquire informações coletadas por meio de um roteiro e as idéias de cada participante é gravada e analisada posteriormente. É colocada em ênfase a frase mais relevante, sempre destacando opiniões e comentários. Neste tipo de pesquisa todas as variáveis são levadas em consideração, crenças, atitudes, valores e representações. Trabalhando com pressuposto partindo do todo para o particular (DEMO, 2000).

4 A BIOESTATÍSTICA

A palavra estatística tem origem do latim, *status* (estado), e por conta dessa denominação fazia alusão às informações referentes ao Estado (DORIA, 1999).

A bioestatística, ramo da estatística, é dividida em descritiva, preocupando-se com a coleta, organização e apresentação dos dados em gráficos e tabelas, e indutiva ou amostral estabelecendo hipóteses, obtendo conclusões e produzindo previsões fundamentadas nas teorias da probabilidade a partir de dados amostrais ou populacionais (BARBETA; REIS; BORNIA, 2004).

Para a aplicação de métodos estatísticos é necessário o conhecimento de alguns conceitos essenciais por parte do pesquisador. São eles população, censo e amostra.

4.1 População, Censo e Amostra

Uma população é um conjunto de elementos com pelo menos uma característica em comum, sendo representada pela letra “N”. A população pode ser dividida em finita, com um número limitado de elementos, ou infinita, onde os números de elementos são ilimitados (LARSON, FARBER, 2007).

Quando há barreiras econômicas, geográficas ou temporais temos a opção de trabalhar com um subconjunto da população em estudo, denominada amostra e representada pela letra “n”. Com uma boa seleção da amostra, podemos estimar parâmetros populacionais.

O principal problema é o de selecionar uma amostra, a mais representativa possível da população, diante das limitações de custos e das possibilidades de perda de precisão na estimativa dos resultados (CASTILHO; SZWARCOWALD, 1992). Em linhas gerais, existem dois métodos disponíveis para a seleção da amostra, a saber: amostragem não probabilística e amostragem probabilística

Amostragem probabilística é quando todos os elementos da população têm a probabilidade de pertencer a amostra, sendo esta probabilidade, conhecida e diferente de zero. Na amostragem não probabilística alguns elementos da população não tem a probabilidade diferente de zero de pertencer a amostra (PAGANO; GAUVREAU, 2004).

Vale ressaltar que quando fazemos uso de uma amostragem probabilística não podemos esquecer o cálculo do tamanho da amostra. Para realizar esta etapa, o pesquisador deve ter em mente a análise que pretende realizar e o tipo de variável a ser observada, bem como o tipo da população (finita ou infinita). Desta forma, poderá obter um valor numérico significativo.

No caso de uma população pequena, em que haja a necessidade de alta precisão, ou que as características sejam de fácil mensuração, o uso de um censo é apropriado.

Segundo Fonseca, Martins e Toledo (1995), censo é o exame completo de todos os elementos de uma população.

4.2 Gráficos e Tabelas

A organização de dados através de gráficos dá uma visualização rápida do fenômeno estudado, propiciando assim uma análise precisa.

A classificação dos gráficos de acordo com a informação, é tipicamente expositivos destinados basicamente ao público em geral, e de análise, fornecendo informações importantes a fase de elaboração de dados concretos.

Os gráficos são divididos também quanto a sua forma. Os mais comuns são: a) o diagrama, utiliza elementos geométricos simples; b) o cartograma, apresenta dados em cartas geográficas; c) o estereograma, para representação de volumes, ficam dispostos em três dimensões; d) o pictograma, são utilizados figuras representativas (MAGALHÃES; LIMA, 2004)

Ainda na percepção de Magalhães e Lima (2004), a forma intitulada de diagrama é subdividida em: a) coluna, são retângulos posicionados da vertical; b) barras, são retângulos dispostos na horizontal; c) Linha, são pontos unidos por uma linha; d) setores circulares, circunferência, popularmente comparada com o formato de uma pizza.

Uma apresentação tabular constitui uma mostra de dados em tabelas e series estatísticas. As tabelas devem dispor os dados em linhas e colunas, distribuídas de modo ordenado e com os seguintes elementos: título, cabeçalho, coluna indicadora, cabeçalho da coluna indicadora, célula e rodapé. Uma tabela simples analisa um único fator, diferentemente da composta que analisa mais de um fator (FREUND; SIMON, 2000).

4.3 Variáveis Qualitativas e Quantitativas

São variáveis qualitativas aquelas que não possuem valores, mas, são definidas por várias categorias, ramifica-se em nominais, onde a ordenação não existe entre as categorias, e ordinais, existindo uma ordenação entre as categorias (PAGANO; GAUVREAU, 2004)

Ainda sobre a visão de Pagano e Gauvreau (2004), as variáveis quantitativas são caracterizadas por apresentarem valores numéricos que fazem sentido, distribuindo-se em discretas, são valores mensuráveis que assumem apenas um valor finito contável, e contínuo, são mensurações de valores em escala contínua.

5 METODOLOGIA

Esta pesquisa tem o caráter quantitativo, bibliográfico e documental, caracterizado por utilizar valores numéricos, gráficos, tabelas e medidas estatísticas.

A população do presente estudo é constituído por todas as monografias defendidas pelos alunos do curso de fisioterapia

Pelo fato de nem todas as monografias estarem presentes na biblioteca da Faculdade Christus, Campos Parque Ecológico, no período da coleta de dados, a realização do censo mostrou-se impraticável. Neste sentido, trabalhou-se com uma amostra constituída por 110 monografias que estavam disponibilizadas no momento da coleta de dados. Utilizou-se uma amostragem não probabilística, já anteriormente conceituado, para a seleção da amostra.

A coleta dos dados se deu no período de 24 de outubro a 25 de outubro do ano vigente, na biblioteca referida acima. Foi elaborado um formulário com o intuito de coletar informações das seguintes variáveis: tipo de estudo; utilização da população ou amostra; definição de amostragem ou censo; incidência do cálculo de amostragem; especificação do tipo de amostragem; realização de censo; utilização de gráficos e tabelas; uso de medidas estatísticas.

Para facilitar a análise estatística, foi utilizado o software Excel 2000.

Para análise descritiva, foram utilizados a média, o desvio-padrão, a moda e a porcentagem.

Não foi identificado o nome do autor da monografia, juntamente com o orientador da mesma, por não ser ético. Todos os dados são sigilosos e de inteira responsabilidade dos autores desta, este estudo visa somente catalogar o uso de estatística nas monografias.

6 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Conforme o gráfico a seguir (gráfico 1) as 110 monografias disponibilizadas na biblioteca da Faculdade Christus, 63 delas (57,3%) são tidas como pesquisa de campo, 47 (43,7%) são descritas como bibliográficas, determinando assim uma predominância de estudos de campo entre as monografias analisadas. A moda desta variável é a pesquisa de campo, por representar o valor numérico que mais se apresenta.

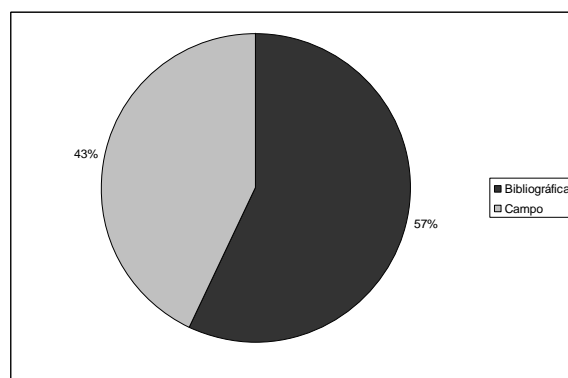


Gráfico 1 –

pesquisa de campo x pesquisa bibliográfica.

Fonte: Elaboração da autora.

Porcentagem de monografias:

Cerca de 57 pesquisas realizadas (pesquisa de campo) fazem uso de amostras. Entretanto, o tamanho da amostra só foi devidamente calculado em 3 trabalhos. Não foi encontrado trabalhos que houvessem a definição do termo amostra. Somente em 5 monografias foi utilizado o censo totalizando um percentual de 7,9 % das pesquisas de campo. Uma monografia utiliza “a população” como objeto de estudo. A bem da verdade, a utilização do termo população deveria ser substituído pelo termo censo. Essas informações são apresentadas no gráfico 2

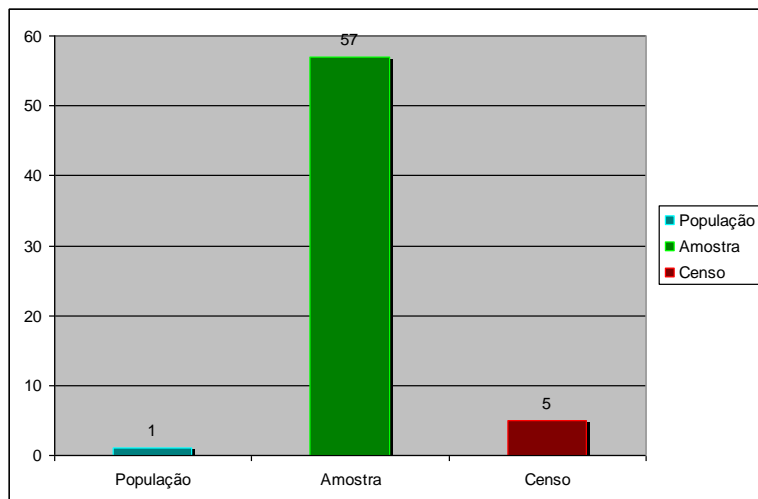


Gráfico 2 – População x Amostra x Censo.
Fonte: Elaboração da autora.

A utilização de medidas estatísticas foi pouco evidenciado, sendo observado somente o cálculo da média e do desvio-padrão em conjunto com o calculo de porcentagem totalizando 47 monografias observadas. Dos 47 estudos analisados 43 utilizaram a porcentagem, 15 a média e 2 o desvio-padrão, ambos, utilizados como complemento um do outro (gráfico 3).

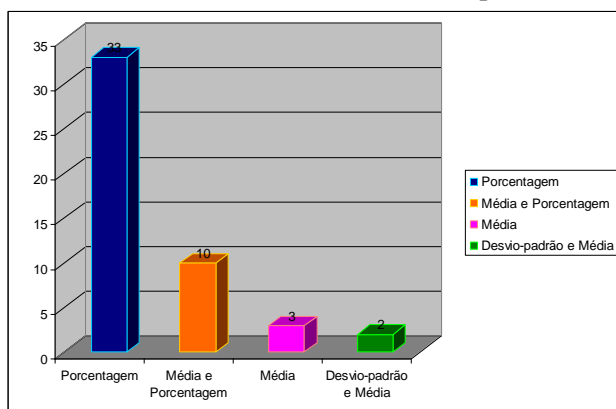


Gráfico 3 – Utilização de medidas Estatísticas.
Fonte: Elaboração da autora

Faz-se necessário dizer que não houve na parte do pesquisador uma análise profunda da veracidade da colocação desses termos, apenas foi coletados os termos ditos nas monografias.

Foi diagnosticado que a maioria das monografias não especifica o tipo de pesquisa quanto a natureza de suas variáveis: qualitativo ou quantitativo. O gráfico abaixo descreve as quantidades de cada resposta pesquisada.

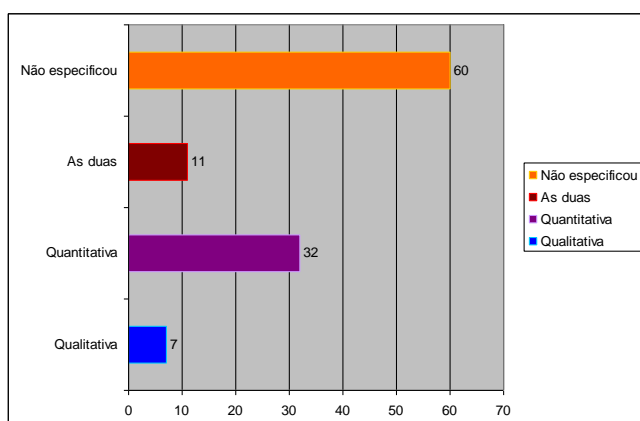


Gráfico 4 – Tipos de pesquisa Quantitativo e Qualitativo
Fonte: Elaboração da autora

Aproximadamente 48% das monografias utilizaram a tabela como forma de representar um dado, e cerca de 49% dos trabalhos analisados fizeram do gráfico uma forma prática de visualização do apurado. Deste, os mais utilizados são os gráficos em setor e coluna, aparecendo também, porém de forma simbólica a utilização em barras e linhas.

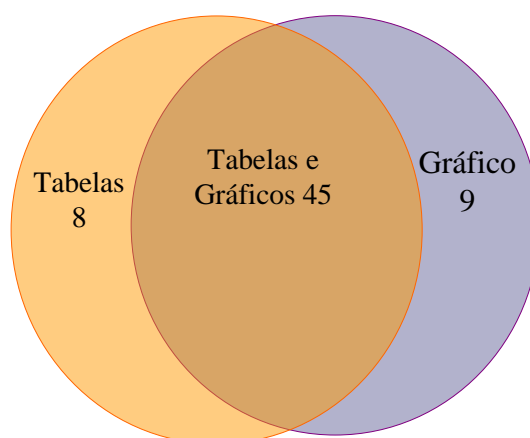


Gráfico 5 – Utilização de gráficos, tabelas e ambos
Fonte: Elaboração da Autora

Apenas 10 trabalhos apresentaram a especificação da amostragem. Foi diagnosticada o uso equivocado de alguns tipos de amostragem.

Na observação dos questionários constatou-se predomínio do uso de perguntas com caráter quantitativo, buscando o entendimento homogêneo dos entrevistados.

7 CONCLUSÃO

Este estudo constatou um grande índice de monografias utilizando pesquisa de campo, num total de 63 pesquisas. A prática da coleta dos dados através de amostra foi maior do que a realizada com o censo, uma margem de 57 monografias utilizando amostra para um total de 6 utilizando censo. A utilização das medidas estatísticas foi considerável, mas podia ser melhor aproveitada. Ainda pode-se extrair mais da estatística nos trabalhos de conclusão de curso da Faculdade Christus, basta que os discentes atentem para o universo grandioso que é a bioestatística.

REFERÊNCIAS

- BARBETTA, Pedro Alberto; REIS, Marcelo Menezes; BORNIA, Antonio Cezar. **Estatística para cursos de Engenharia e Informática**. São Paulo: Atlas, 2004.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- DORIA FILHO, Ulysses. **Introdução a Bioestatística para simples mortais**. São Paulo: Negócio, 1999.
- FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. **Estatística aplicada**. São Paulo: Atlas, 1995.
- FREUND, John E.; SIMON, Gary. **Estatística Aplicada para Economia, Administração, e Contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999
- LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- LARSON, Ron; FARBER, Betsy. **Estatística Aplicada**. São Paulo: Pearson, 2007.
- MAGALHÃES, Marcos Nascimento; LIMA, Antonio Carlos Pedroso de. **Noções de probabilidade e estatística**. São Paulo: Edusp, 2004.
- PAGANO, Marcello; GAUVREAU, Kimberlee. **Princípios de Bioestatística**. São Paulo: Thomson, 2004.
- REBELATTO, José Rubens; BOTOMÉ, Sílvio Paulo. **Fisioterapia no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

AF 12: A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL

Janaina C. Gonçalves¹⁴; Joelma M. Oliveira¹⁵; Noeme M. Maia¹⁶

RESUMO

A Educação em Saúde são duas práticas sociais, que estão inseridas em um projeto mais amplo que reflete suas ações na dinâmica social. É um campo multifacetado, que direciona seu foco para a população e a ação, envolvendo diversas concepções que se convergem numa direção, despertando nos cidadãos o senso de co-responsabilidade e compromisso pela sua própria saúde e a da sua comunidade, visando o respeito a vida. Esse artigo pretende, por meio de uma pesquisa bibliográfica, conhecer como se deu à história da Educação em Saúde desde seus primeiros passos até à atualidade, dando ênfase a diversas ações políticas no Brasil que participaram contribuindo ou não na sua construção. O estudo observou que a saúde nunca ocupou um lugar central dentro da política brasileira e sempre esteve cercada de falhas e desinteresses político. Dentro da óptica Educação em Saúde sua prática assumia um caráter durante vários momentos da historia brasileira, conservador, reprodutivista, autoritário e individualista. Faz-se necessário políticas públicas responsáveis e concretas, que visem no âmbito Educação em Saúde repesar mais profundamente sua prática nos serviços de saúde e seu papel na sociedade. Com ações que venham garantir o direito ao conhecimento e a informação dos cidadãos de forma horizontalizada, privilegiando os princípios de participação e democratização, tornando-se um instrumento de transformação social. Haja vista, que a mesma tem suas práticas direcionadas para atuar sobre o conhecimento da população, possibilitando a sociedade à criação de juízo crítico e capacidade de intervir sobre si e o ambiente no qual esta inserida.

Palavras-chave: Saúde Pública. Educação em Saúde. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The Health Education are two social practices, which are inserted into a larger project that reflects their actions in social dynamics. It is a multifaceted field, which directs its focus to the people and action, involving various concepts which converge in a direction, raising the citizens' sense of joint responsibility and commitment for their own health and that of their community, intended to respect life. This article aims, through a literature search, learn how to put the history of Health Education from its infancy to the present, emphasizing the various political actions in Brazil who participated or not helping in its construction. The study noted that health has never occupied a central place in the Brazilian politics and was always surrounded by flaws and political disaffection. Inside the optical Health Education his practice took a character for several moments of Brazilian history, conservative, reproducible, authoritarian and individualist. It becomes necessary concrete and responsible public policies aimed at under Health Education repesar further their practice in the health services and their role in society. With actions that will guarantee the right to knowledge and information of citizens to form horizontalise, particularly the principles of participation and democratization, becoming an instrument of social transformation. There is a view that it has directed its practices to act on the knowledge of the population, enabling the company to the creation of critical mind and ability to speak about themselves and the environment in which it entered.

Keywords: Public Health. Health Education. Public Policy.

1 INTRODUÇÃO

¹⁴ Aluna do 8º semestre do Curso de Fisioterapia.

¹⁵ Aluna do 8º semestre do Curso de Fisioterapia.

¹⁶ Professora Ms., Orientadora.

Conhecer e fazer Educação em Saúde são algo extremamente necessário nos dias atuais. E para isso, é imprescindível que as pessoas viajem sobre a história para adquirirem uma visão mais ampla de seus acontecimentos.

A palavra educar é oriundo do latim e na língua portuguesa surgiu por volta do século XII, no sentido de moralizar e disciplinar. Denota relação de poder sobre o outro, no sentido de prover desenvolvimento físico, intelectual e moral. É tanto que ao longo do século XVIII e XIX a briga era sobre quem é o responsável por aquele que não conseguia aprender. Até os dias de hoje ainda há vestígios sobre essa forma de educar, apesar de ser necessário interagir, prevalece à conotação do conjunto de procedimentos, elementos técnicos e emocional-afetivo, com valor de uso (ideologia) e valor de troca (mercadoria). O papel é reversível permanentemente.

A possibilidade de levar as pessoas a conhecerem a história e conceitos do que seja Educação em Saúde, foi o que impulsionou abordar esta temática, haja vista, que atualmente no Brasil com as mudanças sociais, econômicas, políticas e com o fortalecimento de movimentos populares, deu-se espaço na saúde a busca de repensar mais profundamente seu papel e práticas no âmbito da Educação em Saúde.

Nessa perspectiva, é preciso refletir como se deu Educação em Saúde no Brasil para que passos gigantescos possam ser almeçados. Tendo em vista, que a mesma vem com uma visão humanizada, reflexiva e de prática social, coerente com a missão do Sistema Único de Saúde e com o próprio Ministério da Educação.

Esse artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que tem como objetivo conhecer como se deu a história da Educação em Saúde desde seus primeiros passos até à atualidade, onde pretende-se enfatizar várias ações políticas no Brasil, no que concerne a temática. e ainda destacar momentos históricos importantes para transformação do conceito Educação em Saúde.

2 REFLETINDO A EDUCAÇÃO EM SAÚDE PÚBLICA

A Educação em Saúde no Brasil percorreu rígidos caminhos. Em 1903 a 1920 existiu a fase higienista, cuja política no âmbito das questões em saúde se definia pelo uso de força policial. Com ações escolares voltadas para difusão de suas idéias, criando o professor de higiene que faziam parte de um projeto pedagógico repleto de regras de viver, que se fosse obedecido, favorecia o alcance do almejado bem da saúde, sem dar ênfase às desigualdades sociais. Fase esta reeditada em 1931 e 1942 durante o regime de Vargas (POLIGNANO, 2008).

No início do século, a falta de um modelo sanitário no Brasil, deixavam as cidades à mercê das epidemias. O atual presidente da época Rodrigues Alves nomeou Oswaldo Cruz, como Diretor do Departamento Federal de Saúde Pública, que no uso da força e autoritarismo, propôs a erradicação da epidemia de febre – amarela na cidade do Rio de Janeiro. O modelo de intervenção ficou conhecido como Campanhista, que era concebido numa visão puramente fiscal e policial. No qual, obteve importante vitória no controle das doenças epidêmicas, fortalecendo sua proposta, onde tornou-se hegemônico como forma de intervenção durante décadas (BERTOLOZZI; GRECO1996).

A insatisfação da população pela proposta autoritária, agrava-se com outra medida adotada por Oswaldo Cruz, a Lei Federal nº 1261, de 31 de outubro de 1904, que instituiu em todo território nacional obrigatória a vacinação anti- varíola. Por causa das arbitrariedades e dos abusos e principalmente a ausência de um trabalho educativo, surge um grande movimento popular de revolta que ficou conhecido com “Revolta da Vacina” (BERTOLLI, 2000).

Um marco importante da evolução da saúde pública foi a reforma Carlos Chagas sucessor de Oswaldo Cruz que, reorganizando os serviços de saúde pelo Decreto legislativo nº. 3987, de 02 de janeiro de 1920, criou o Departamento Nacional de Saúde Pública. Na administração Carlos Chagas ocorreu a introdução da propaganda e educação sanitária na

técnica rotineira de ação, ao contrário do critério puramente fiscal e político até então utilizado, buscando assim inovar o modelo companhista (RODRIGUES, 1979).

Em 1924, no Rio de Janeiro no Município de São Gonçalo foram dados os primeiros passos na direção à Educação em Saúde no país por Carlos Sá e César Leal Ferreira com a criação do Pelotão de Saúde em uma escola Estadual. No ano seguinte, o mesmo modelo foi aderido nas escolas primárias do antigo Distrito Federal, com o objetivo de divulgar noções de higiene (LEVY et al, 2008).

Já em 1925, a Inspetoria de Educação Sanitária e Centro de Saúde do Estado de São Paulo são criadas por Horácio de Paula Souza, com o intuito de promover a formação da consciência sanitária da população e dos serviços de profilaxia sanitária pela primeira vez, orientado pelo Instituto de Higiene do Estado que visava primeiramente divulgar noções de higiene para alunos das escolas primárias Estaduais (ROSEN, 1994).

Neste mesmo período em Pernambuco, era criada a Inspetoria de Educação Sanitária do Departamento de Saúde e Assistência, por Amaury Medeiros (LEVY et al, 2008).

Na década seguinte, comandada por Getúlio Vargas é instalada a revolução de 1930, que quebra laços com a política café com leite, entre São Paulo e Minas Gerais. Onde foram efetuadas mudanças na estrutura do Estado, que visavam o crescimento do sistema econômico, criando ao mesmo tempo uma legislação que efetivassem tais mudanças. Sendo criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, com desintegração das ações do Departamento Nacional de Saúde Pública que antes era unido ao Ministério da Justiça, e a pulverização de atividades de saúde voltadas para outros setores como: que passa para o Ministério da Agricultura em 1934 a fiscalização de produtos de origem animal; Ministério do Trabalho em 1942 a higiene e segurança do trabalho (BERTOLOZZI; GRECO, 1996; CAMPOS, 2006).

Com o surgimento do Ministério da Educação e Saúde- MES, fortaleceu na saúde a centralização administrativa oriunda do processo revolucionário de 1930, o que ocasionou, além do sufocamento de todas as iniciativas Estaduais, a concentração nas cidades das ações sanitárias, visivelmente nas capitais, rarefazendo essas atividades no interland brasileiro (PAIM, 2005).

O serviço de propaganda e Educação Sanitária, com toda a reestruturação do Departamento Nacional de Saúde do MÊS, transforma-se em Serviço Nacional de Educação Sanitária, norteador suas metas em formar na coletividade brasileira uma consciência familiarizada com problemas de saúde. Sendo difundido o modelo dos serviços Federais no âmbito dos Estados (POLIGNANO, 2008).

O Ministério da Educação e Saúde juntou estas duas funções paralelas, que trazia a possibilidade dos administradores de conjugá-las e ainda provendo um excelente espaço educacional. Porém, segundo o relatório de Brito Bastos de 1969:

[...] essa oportunidade, porém, não foi explorada na prática. os Serviços de Educação Sanitária, quando muito, limitavam suas atividades à publicação de folhetos, livros, catálogos e cartazes; distribuíam na imprensa do país pequenas notas e artigos sobre assuntos de saúde; editavam periódicos sobre saúde; promoviam concursos de saúde e lançavam mãos dos recursos audiovisuais para difundir os conceitos fundamentais da saúde e da doença. Os esforços se concentravam, dessa forma, na propaganda sanitária e, neste setor, já bastante reduzido, dava-se preferência às formas escritas, visuais, de propaganda, sem considerar o grande número de analfabetos no país, que era de 60%, em 1940. Esses analfabetos se concentravam, como era de se esperar, nas baixas camadas das populações urbanas e no campo.

Já em 1941, foi instituída a reforma Barros Barreto, que com a escassez de recursos financeiros associado à disseminação de pessoas e recursos pelos variados setores e órgãos, com problemas tanto na gestão como na jurisdição, fizeram as ações de saúde do estado novo se tornarem meros aspectos normativos, sem práticas efetiva (POLIGNANO, 2008).

3 AS TRÊS GRANDES TRANSFORMAÇÕES DE MENTALIDADE

No ano de 1942, com o surgimento do Serviço Especial de Saúde Pública-SESP a educação sanitária obteve sua primeira grande transformação no âmbito da mentalidade de suas atividades, passando ser mais valorizada. Que trazia em sua proposta de trabalho a educação sanitária como atividade básica, atribuindo a todos os profissionais das unidades de saúde pública e comunidade em geral uma responsabilidade educativa. No qual, buscou expandir suas ações e preparara os educadores da rede pública de ensino como agentes educacionais da saúde. Esse exemplo foi seguido pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais – DNERu, e pelo Departamento Nacional da Criança (CARDOSO, 2008; LEVY et al, 2008).

A junção do Ministério da Educação e Saúde em duas instituições autônomas, poderia ter favorecido na área de Educação Sanitária o fortalecimento, porém isto só vai acontecer primeiro com Ruth Marcondes e posteriormente com Brito Bastos, alguns anos depois, quando acontece a segunda transformação, com a reestruturação do Serviço Nacional de Educação Sanitária e a integração das ações de educação no planejamento de práticas dos demais órgãos do Ministério da Saúde. Que mesmo com um caráter extremamente frágil destacou sua participação no processo de mudanças das perspectivas da educação sanitária, criando uma consciência sanitária. (BERTOLLI, 2000; LEVY et al, 2008).

Tais transformações foram reflexo em dois acontecimentos internacionais, um deles foi em 1958 quando aconteceu a 12ª Assembléia Mundial da Saúde, em Genebra que reafirmou o conceito de que a educação sanitária compreendia a somatória de todas aquelas experiências que transformava ou influenciava nas ações ou comportamento de cada cidadã, com respeito à saúde e dos processos expostos necessários para conseguir estas modificações". Já a 5ª Conferência de Saúde e Educação Sanitária foi realizada na Filadélfia no ano de 1962, em que o Diretor Geral da Organização Mundial de Saúde apontou que os serviços de educação sanitária estavam convocados a desenvolverem um papel essencial na busca de vencer o “abismo” que continuava existindo entre descobrimentos científicos da medicina e sua aplicação na vida diária de cada pessoa, sua família, escolas e distintos grupos da coletividade (LEVY et al, 2008).

Em meio as várias organizações administrativas no Ministério da Saúde entre 1964 e 1980, destacou-se da fundação do SESP o trabalho desenvolvido pela Superintendência de Campanha de Saúde Pública- SUCAM na Campanha de Erradicação da Malaria (CARDOSO, 2008).

Já no fim da década de 70 é interessante mencionar a mudança terminológica de Educação Sanitária em Educação em Saúde, que tentava trazer novo conceito, saía implantado o componente de educação nos programas de saúde, desenvolvidos pelos ministérios e pela Secretaria Estadual, porém, não contribuiriam para o foco central. Entretanto, si viajássemos pelas Secretarias Municipais só encontraria uma prática assistencial, isso quando ocorria. (LEVY et al, 2008).

Foi realizado 1975, como resultado da V Conferência Nacional Saúde, que favoreceu a criação só Sistema Nacional de Saúde, através da regulamentação da Lei 6.2229/75, o qual legitimava e institucionalizava a pluralidade institucional no setor. Que atribuía aos ministérios envolvidos questões de saúde, bem como as responsabilidades da União, dos Estados e Municípios. (BERTOLOZZI, GRECO 1996; ROUQUAYROL, NAOMAR, 2003).

Não satisfeitos com as modificações ocorridas neste período, empresários da saúde se opuseram contra a regulamentação desta lei e fez com que o poder governamental centralizasse a sua intervenção política em um conjunto de programas ditos verticais tais como: Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento (PIASS), Programa Nacional de Saúde Materno – Infantil, Programa Nacional de Imunização, Campanha da Meningite, Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), Programa Especial de Controle da Esquistossomose (PECE) (PAIM, 2002).

Isto aconteceu por causa de costumes antigos de centralização de poder que acontecia de maneira visível ou encoberto, tanto nas ações dos programas quanto nas práticas de

planejamento e coordenação, elaboradas e conduzidas pelo nível central sem participação dos executores finalista das atividades (LEVY et al, 2008; PAIM, 2002).

Nos meados da década de 70, deu-se início a terceira transformação de mentalidade, que foi marcada pelo envolvimento de toda mídia, que convidada ajudou na divulgação da implantação e propagação dos dados dos primeiros sistemas nacionais de informações de saúde, no ano de 1976 o sistema de informações sobre Mortalidade e em 1979 o cadastro de estabelecimentos de saúde. Em que os veículos de comunicação aproveitava-se para informar a população das condições de saúde e da rede de atendimento. Levando o conhecimento, mesmo que de maneira tímida através de uma novela que preenchia um atestado de óbito e propagandas (LEVY et al, 2008).

A educação em saúde com esta terceira transformação ganhou forças em 1989, quando se uniu ao Projeto Nordeste II que recebeu um recurso de US\$ 20 milhões do Banco Mundial para ações destinadas a Informação, Educação e Comunicação (IEC). É época que ficou explícito que os métodos e meios tradicionais de educação em saúde não demonstravam eficácia, aprofundavam-se os desentendimentos entre seus defensores e os que propagavam a divulgação de conhecimento dos meios e técnicas da comunicação em massa (LEVY et al, 2008).

A definição de educação sanitária adotada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) inclui-se entre os sinônimos, educação para a saúde, educação para o público. É uma definição concisa, porém, abrangente.

Argumenta Morais (1985), em plena reforma sanitária, ser a educação sanitária de fundamental importância, pois, de modo irrefutável, concorre para o bem-estar individual e coletivo. Tem função preventiva e orientadora, como também criadora de pode corrigir comportamento e práticas deletéricas à saúde humana. Ensina o que pode ser feito para preservar a saúde.

Segundo o mesmo autor, os objetivos da educação sanitária são: despertar interesse pela saúde, fornecer conhecimento sobre saúde e melhorar a conduta com a saúde.

Educação Sanitária é o processo pelo qual pessoas em grupos de pessoas aprendem a promover, manter ou restaurar a saúde (SILVA, 1992).

4 NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

Nos anos 70 e 80, vários médicos, enfermeiros, donas de casa, trabalhadores de sindicatos, religiosos e funcionários dos postos e secretarias de saúde levaram adiante um movimento, o "movimento sanitário", com o objetivo de criar um novo sistema público para solucionar os inúmeros problemas encontrados no atendimento à saúde da população. O movimento orientava-se pela idéia de que todos têm direito à saúde e que o governo, juntamente com a sociedade, tem o dever de fazer o que for preciso para alcançar esta meta (BERTOLOZZI; GRECO, 1996).

Com a Constituição Federal de 1988, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), que nasceu em resposta a insatisfação e o descontentamento existente em relação aos direitos de cidadania, acesso, serviços e forma de organização do sistema de saúde. Vinha com o intuito de que toda a população brasileira tivesse acesso à saúde pública de qualidade, de forma integral sob o lema "Saúde é direito do cidadão e dever do Estado" (ROUQUAYROL; ALMEIDA, 2003).

A Constituição Federal de 1988, consoante artigo 212 da seção I da Educação- Capítulo III do Título VII, determina que 18% da receita resultante de impostos da União sejam destinados ao setor Educação. Para os municípios brasileiros, a alocação de recursos para a educação, conforme estipula a referida constituição, deverá comprometer 25% de suas arrecadações tributárias.

Atualmente fazem parte do SUS os centros, postos de saúde, hospitais, hemocentros, laboratórios, além de fundações e institutos de pesquisas.

E tem seus serviços administrados pelos governos federal, estaduais e municipais e por organizações cujo objetivo é garantir a prestação de serviços gratuitos a qualquer cidadão (NEUWALD; ALVARENGA,2005).

Com a Constituição Federal de 1988, surge um novo desafio para a capacitação de todos os profissionais que atuam nos serviços de saúde pública e privada: a capacidade de atuar em programas de promoção de saúde, o que incluem informação, educação e comunicação. A educação em saúde neste período era praticada ainda de maneira verticalizada, onde cabia aos profissionais de saúde tais conhecimento (NEUWALD; ALVARENGA,2005).

Com a lei orgânica de 1990, com base no artigo 198 da Constituição Federal de 1988 o Sistema Único de Saúde teve seus princípios estabelecidos: os princípios da universalidade, da equidade e da integralidade. E os princípios organizacionais de são: princípios da regionalização, da descentralização e da hierarquização.

Sua regulamentação só foi estabelecida no final de 1990, com as Leis 8.080 e 8.142, nas quais se destacaram os princípios organizativos e operacionais do sistema, tais como a construção de modelo de atenção fundamentado na epidemiologia, o controle social e um sistema descentralizado e regionalizado com base municipal.

O SUS é um sistema público, organizado e orientado no sentido do interesse coletivo, e todas as pessoas, independente de raça, crenças, cor, situação de emprego, classe social, local de moradia, a ele têm direito, com papel de cuidar de todas as necessidades da área da saúde, garantindo vacinas à população, atenção aos problemas das mulheres, crianças e idosos, combater a dengue e outras doenças. Este é o princípio de integralidade, ou seja, realizar todas as ações necessárias para a promoção, proteção e recuperação da saúde de todos.

As Diretrizes da Educação para a Saúde nos anos 80, ainda definem Educação em Saúde como *uma atividade planejada que objetiva criar condições para produzir as mudanças de comportamento desejadas em relação à saúde*. Subtendendo que a Educação em Saúde, tal como definida, tinha a intenção de nítida reforçar padrões de saúde concebidos pelo governo para população (GAZZINELLI et al, 2005).

Fazendo uma revisão dos documentos do Ministério da Saúde no ano de 1980 até 1992 fica visível, uma mudança mesmo que gradativa no discurso oficial da Educação em Saúde, de uma perspectiva tradicional baseada na imposição de modelos para uma abordagem voltada para a participação comunitária. Essa idéia é central em Paulo Freire desde a década de 70, que influenciou no âmbito educacional com seu pensamento sua teoria de educação libertadora (GAZZINELLI et al, 2005).

Em locais onde há falta de serviços públicos, o SUS realiza a contratação de serviços de hospitais ou laboratórios particulares, para que não falte assistência às pessoas. Desse modo, esses hospitais e laboratórios também se integram à rede SUS, tendo que seguir seus princípios e diretrizes (LEVY, 2008).

Somente em 1996 que as ações voltadas para a Educação em Saúde começaram a receber por parte de dirigentes do Ministério da Saúde atenção mesmo que muito incoordenada e sem muito impacto. Atitude que na administração atual foi reafirmada no ano de 1997 no Projeto Saúde na Escola ligado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) através da TV Escola, que se expandia a 50 mil escolas do ensino fundamental. Outro destaque da Educação em Saúde foi em 1998 dado pela mesma administração do Ministério da Saúde, que com a Diretoria de Programas que ampliava a abrangência da proposta, impossibilitou progredir o Programa Saúde na Escola para um Programa de Educação em Saúde (LEVY,2008).

5 CONCLUSÃO

O problema de saúde é um problema de cultura sanitária que o povo não tem, mas a cultura não é o único fator.

A mesma relação estreita existe entre saúde e educação. Ambas são direitos humanos conhecidos e aceitos universalmente. Como aspecto da vida humana, saúde e educação têm

idênticos objetivos. O processo em um desses setores depende do que se realiza no outro, e o desempenho de ambos é essencial para o desenvolvimento da sociedade.

A junção da Educação em Saúde necessita de políticas Públicas que busque superar os resquícios deixados ao longo da história “do desejo de poder sobre o outro”, libertando-se de uma troca de conhecimentos e informações de maneira horizontalizada. Políticas capazes de favorecer a participação de todos os cidadãos, difundirem informações, despertando e estimulando a todos a redefinir conceitos e ações, almejando uma melhor qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, B. N. C. Educação Sanitária: Um Relatório. **Semana Médica**, Rio de Janeiro, n. 506, 1969.
- BERTOLLI, C. F. **História da Saúde Pública no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2000.
- BERTOLOZZI, M. R.; GRECO, R. M. As políticas de saúde no Brasil: construção histórica e perspectivas atuais. **Rev. Esc. Enf. USP**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 380-398, dez. 1996.
- CANGUILHEM, G. **O Normal e o Patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na Era de Vargas**: Serviço Especial de Saúde Pública. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- CARDOSO, J. L. **As ciências sociais e a educação sanitária no SESP**: estratégias de convencimento interno. Disponível em: <www.encontro2008.rj.anpuh.org>. Acesso em: 5 set. 2008.
- GAZZIENELLI, M. F. et.al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Cad. Saúde Pública**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 200-206, 2005.
- LEVY, S. N. et al. **Educação em Saúde**: Histórico, Conceitos e Propostas. Ministério da Saúde. Brasília. Disponível em: <www.datasus.gov.br/cns/temas/educacaosaude/educacaosaude>. Acesso em: 10 set. 2008.
- MORAES, L. L. **Medicina Preventiva**. São Paulo: Byk- Procieny, 1985.
- ORGANIZACION PANAMERICANA DE CASALVA. **Controle de doenças transmissíveis no homem**. México: OPAS/ OMS, 1983 (OPAS- Públ. Cient. 442).
- PAIM, J. S. **Política e Reforma Sanitária**. Bahia: ISC, 2002.
- PAIM, J. S. **Desafios para Saúde Coletiva no Século XXI**. Bahia: UDUFBA, 2005.
- POLIGNANO, V. M. **História das Políticas de Saúde no Brasil**: Uma pequena revisão. Disponível em: <www.internatorural.medicina.ufmg.br/saude_no_brasil.rtf>. Acesso em: 5 set. 2008.
- RODRIGUES, B. A. **Fundamentos de Administração Sanitária**. 2. ed. Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal, 1979.
- ROSEN, G. **Uma história da Saúde Pública**. 2. ed, São Paulo: UNESP, 1994.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemia & Saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2003.

SILVA, M. G. C. **Saúde Pública**: auto- avaliação e revisão. Fortaleza: Atheneu, 1992.

AF 13: RELAÇÃO ENTRE DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR E ALTERAÇÕES POSTURAS: UMA ABORDAGEM ELETROMIOGRÁFICA

Jéssyca Sombra Bezerra¹

1 INTRODUÇÃO

A articulação temporomandibular (ATM) está entre as mais utilizadas do corpo, de acordo com Hoppenfeld (2008), ela se movimenta cerca de 1500 a 2000 vezes por dia ao realizar as suas funções de mastigar, bocejar, deglutir e espirrar. Ela está ligada a um conjunto muscular, onde um dos papéis que essa musculatura exerce é o de equilibrar a articulação, intervindo em qualquer desequilíbrio brusco, ao mudar toda sua biomecânica com mecanismos compensatórios (BEINFAT, 1993).

O termo disfunção temporomandibular (DTM) pode ser definido como um conjunto de manifestações clínicas de má função mandibular, associadas ou não à dor, que são geradas por agentes agressores à integridade morfológica ou funcional do sistema temporomandibular, composto por músculos mastigatórios, as ATM, tendões e ligamentos associados (CARVALHO; MORENO, 2000).

Em todo este complexo articular atuam as cadeias musculares, onde uma tensão inicial causada por uma DTM é responsável por uma sucessão de tensões associadas e a somatório destas tensões, resultam em alterações posturais significativas (HALBERT, 1958). Para Amantéia *et al.* (2004), devido a essa estreita relação entre a ATM e os músculos da cabeça e da região cervical uma disfunção articular pode acarretar em alterações na posição da cabeça e ombros, bem como aumento da lordose cervical.

A postura ideal é aquela na qual os diferentes segmentos do corpo, ou seja, a cabeça, o tórax e ao abdome estão verticalmente equilibrados um sobre o outro de modo que o peso seja suportado pela estrutura óssea com um mínimo de esforço e tensão nos músculos e ligamentos (CHAITOW, 1990).

Todas as articulações, assim como a ATM, apresentam seu desempenho baseado no perfeito funcionamento mecânico e no equilíbrio de forças que vão permitir o melhor rendimento em suas ações, em situações que essa articulação precisa se adaptar a um mau funcionamento, a musculatura que participa ativamente do mecanismo desta articulação procura de certa forma compensar a má distribuição das forças aumentando seu tônus ou sua capacidade de contração permanente (BRITO, 2001).

Vários trabalhos afirmam que as alterações posturais podem influenciar no perfeito funcionamento da articulação temporomandibular, porém, viu-se a necessidade de estabelecer através da análise dos resultados e discussão de pesquisas sobre o assunto, qual a desvio postural mais encontrado, desta forma esclarecendo o mecanismo de desarmonia postural e auxiliando o fisioterapeuta chegar há um diagnóstico preciso ao abordar pacientes com DTM.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Articulação Temporomandibular

A articulação temporomandibular (ATM) é composta pelos côndilos da mandíbula, fossa mandibular, tubérculo articular, fibras colágenas, disco articular e ligamentos (BRUNNSTROM, 1997). Ela proporciona um movimento de dobradiça no plano sagital, sendo considerada como ginglemoidal, e também movimentos de deslizamento no plano transversal, sendo classificada como artrodial (OKESON, 2000).

¹ Aluna do 8º semestre do Curso de Fisioterapia.

A superfície articular do osso temporal é formada pela fossa mandibular (área posterior, côncava) e pelo tubérculo articular (área anterior, convexa). Estas estruturas são revestidas por tecido conjuntivo fibroso e entre o osso temporal e o côndilo mandibular (fossa mandibular) está interposto o disco articular (ZANINI, 1999).

O disco articular é fixado anteriormente no músculo pterigóideo lateral e posteriormente na zona bilaminar retrodiscal. Este disco exerce as funções de estabilizar o côndilo mandibular em repouso, aumentar a congruência articular, amortecer e distribuir forças, proteger as superfícies ósseas, regular os movimentos mandibulares e auxiliar na lubrificação articular (OKESON, 2000).

Os movimentos mandibulares são, protrusão, retração, excursão lateral, abaixamento e elevação. Na protrusão ocorre uma translação anterior do disco em relação à fossa sem uma rotação significativa, neste movimento a mandíbula desliza ligeiramente para baixo. Durante a retração, o disco translada posteriormente e a mandíbula desliza ligeiramente para cima. Na excursão lateral da mandíbula ocorre principalmente como uma translação lado a lado do processo condilar e do disco, com rotações relativamente leves nos planos sagital e frontal (NEUMANN; DONALD, 2006).

O abaixamento da mandíbula compreende na abertura da boca e é dividida em três fases. Na fase inicial do abaixamento mandibular, em cerca de 35% a 50% da amplitude de movimento, envolve principalmente a rotação da mandíbula em relação ao crânio onde o processo condilar rola posteriormente na face inferior côncava do disco. Na fase que compreende 50% a 65% da amplitude de movimento é marcada pela transição gradual da rotação primária para a translação primária onde na translação o processo condilar e o disco deslizam juntos em uma direção para frente e inferior contra a inclinação da eminência articular. A elevação da mandíbula ocorre na ordem contrária daquela descrita para a abertura, onde na fase inicial é dominada pela rotação do processo condilar na concavidade do disco terminada quando é feito o contato entre os dentes superiores com os inferiores (NEUMANN; DONALD, 2006).

Os músculos são responsáveis pela precisa direção dos movimentos da articulação, dentro dos limites impostos pelos ligamentos (BRUNNSTRON, 1997). O controle muscular da abertura da boca é realizado principalmente pela contração da cabeça inferior do músculo pterigóideo lateral e dos grupos supra-hióideos. O fechamento da boca contra resistência é realizado principalmente pela contração dos músculos masseter, pterigóideo lateral e temporal (NEUMANN; DONALD, 2006).

A inervação da ATM pode ser destacada pelo nervo trigêmio, inervando os músculos que realizam a abertura da boca, e os nervos facial e hipoglosso, responsáveis pela inervação dos músculos que realizam o fechamento (LIPPENS, 2000).

2.2 Disfunção Temporomandibular

O termo disfunção temporomandibular (DTM) é utilizado para reunir um grupo de doenças que acomete os músculos mastigatórios, ATM e estruturas adjacentes, é altamente debilitante e altera a perfeita realização de algumas funções essenciais como mastigar alimentos ou falar adequadamente (CARVALHO; MORENO, 2000).

A etiologia da DTM varia muito para cada indivíduo devido aos fatores de predisposição como discrepâncias estruturais; distúrbios psicológicos e comportamentais; desequilíbrios metabólicos; trauma; resposta adversa ao estresse (MOUTON, 1995).

Segundo Peterson *et al.* (2005), as desordens temporomandibulares podem ser classificadas segundo a sua etiologia:

- a) Dor e disfunção miofacial (DDM) é a causa mais comum de dor e limitação da função mastigatória. A causa da DDM é controversa, embora seja geralmente considerada multifatorial, as mais aceitas são, bruxismo secundário ao estresse e ansiedade com a

- oclusão como um fator agravante ou modificador, e problemas interarticulares como degeneração da articulação ou deslocamento do disco.
- b) Deslocamento anterior do disco com redução, o disco se encontra posicionado anterior e medialmente ao côndilo na posição fechada. Durante a abertura, o côndilo move-se por sob a banda posterior do disco e eventualmente retorna a relação normal côndilo-disco. Durante o fechamento o côndilo desliza para posterior e posiciona-se sob o tecido retrodiscal com o disco retornando para a sua posição de deslocamento anterior e medial. Neste tipo de desordem o paciente encontra sensibilidade articular e muscular, estalidos durante a abertura da boca.
- c) Deslocamento anterior do disco sem redução, ocorre um desarranjo interno, o deslocamento do disco não pode ser reduzido e conseqüentemente o côndilo é impedido de transladar para sua posição mais anterior o que impede a abertura máxima e causa um desvio da mandíbula para o lado afetado. A falta de translação pode gerar diminuição da abertura, desvio para o lado afetado e redução das excursões laterais para o lado contralateral, mas não existe presença de estalidos durante a abertura.
- d) A doença degenerativa da articulação pode ser decorrente de trauma mecânico direto onde a pressão excessiva, produzida na articulação, pode levar a ruptura mandibular e geração de radicais livres resultando em tensão oxidativa e dano intracelular; lesão por hipóxia e reperfusão que é causada pelo aumento da pressão hidrostática intracapsular excedendo a pressão de perfusão dos vasos levando a hipóxia; outra causa pode ser por inflamação neurogênica que é desencadeada por uma variedade de substâncias liberadas pelos neurônios periféricos.
- e) Luxação recidivante crônica é causada por hiper mobilidade mandibular. O côndilo translada anteriormente para frente da eminência articular e torna-se travado nesta posição, pode ser unilateral ou bilateral.
- f) Anquilose Intracapsular ocorre à fusão da articulação com diminuição da abertura da mandíbula ou até imobilidade completa da mandíbula. Essa fusão se dá por formação de tecido fibroso conseqüente de microtraumas associado a fratura condilar. A avaliação do paciente revela diminuição da abertura, desvio para o lado afetado e redução das excursões laterais para o lado contralateral.
- g) Anquilose Extracapsular, geralmente envolve o processo coronóide e o músculo temporal. Pode ser por aumento do processo coronóide, hiperplasia, ou trauma da área do arco zigomático. Neste tipo de DTM pequenos movimentos protrusivos laterais podem facilmente ser feitos. Tem-se a diminuição da abertura e desvio para o lado afetado.

2.2.1 Disfunção Temporomandibular e sua relação com a postura

A postura correta consiste no alinhamento do corpo com eficiências fisiológica e biomecânica máximas, o que minimiza os estresses e as sobrecargas infligidas ao sistema de apoio pelos efeitos da gravidade (PALMER; EPLER, 2000).

Ao se analisar a relação crânio-coluna cervical, pode-se notar que a maior parte do peso do crânio, seu centro de gravidade, descansa na região anterior da coluna cervical (KAPANDJI, 2000).

Rocabado (1980 apud PASSERO; WYMAN; SALOMÃO, 2002) complementa esta análise incluindo as articulações temporomandibulares como ponto de apoio do centro de gravidade, sendo assim, sua posição ortostática é mantida por um complexo mecanismo muscular envolvendo músculos da cabeça, pescoço e cintura escapular, e devido a estas íntimas relações, qualquer alteração em uma destas estruturas poderá levar a um desequilíbrio postural.

As complexas interações anatômicas e biomecânicas entre o sistema estomatognático e a área da cabeça e pescoço permitiram uma relação entre DTM e postura, visto que todo desequilíbrio da ATM irá repercutir no sistema estomatognático e conseqüentemente no sistema tônico postural (BRICOT, 1999).

Para manter a posição ortostática são necessários músculos cervicais posteriores bem desenvolvidos. Estes músculos mantêm o peso da cabeça contra a gravidade, sendo de maior importância o esternocleidomastóideo e os elevadores da escápula (ROCABADO, 1980 apud PASSERO; WYMAN; SALOMÃO, 2002).

Assim como a DTM pode levar a alterações posturais, a tensão inicial nos músculos associados à ATM que estão interpostos por inserções proximais e distais entre a coluna cervical exerce um efeito na posição da mandíbula e conseqüentemente alteração da ATM, ou seja, a coluna cervical esta intimamente ligada com a posição mandibular (NORKIN; LEVANGIE, 2001).

Diversos estudos têm demonstrado que pacientes com DTM possuem alterações na posição da cabeça e ombros, bem como aumento da lordose cervical. Uma pesquisa feita com 53 mulheres, na faixa etária entre 20 a 30 anos, submetidas a anamnese, avaliação clínica das articulações temporomandibulares e avaliação postural, verificou que as integrantes com distúrbios internos da ATM apresentaram, associadamente, hiperatividade dos músculos da mastigação e como principal alteração postural, a lordose cervical aumentada. O não nivelamento entre os ombros apresentou relação com a hiperatividade dos músculos da mastigação, com significância estatística nesta pesquisa (YI; GUEDES; VIEIRA, 2003).

Através do mecanismo de tensão passiva, a hiperatividade dos músculos da mastigação juntamente com a DTM leva a postura de protração da cabeça devido ao encurtamento dos músculos posteriores do pescoço e alongamento dos anteriores (YI; GUEDES; VIEIRA, 2003). Esta má postura é caracterizada pelo aumento da flexão da cervical baixa e torácica alta, aumento da extensão do occipital sobre a primeira vértebra cervical e aumento da extensão das vértebras cervicais superiores (KISNER; COLBY, 1998).

Segundo Kisner e Colby (1998), nesta postura de protração da cabeça, os músculos esternocleidomastóideo e trapézios superiores podem estar retraídos, enquanto os músculos anteriores do pescoço, supra-hióideos, podem estar alongados e enfraquecidos.

Um estudo feito em 10 pessoas, 6 mulheres e 4 homens, com idade média de 24 anos e história de DTM foi avaliado a postura militar da cabeça. O exame clínico revelou extrema dor durante movimentos ativos, concluindo que a postura sobre a cinemática mandibular é provavelmente a manifestação das diferentes resistências mandibulares em posturas diferenciadas da cabeça. Este estudo revelou a influência da postura da cabeça na distância intra-articular da ATM (VISSCHER, 2000).

Com relação ao posicionamento dos ombros foi constatado, o não nivelamento, afirmando que a hiperatividade dos músculos da mastigação podem levar a contração dos músculos cervicais, alterando o posicionamento da cintura escapular. Estudos realizados confirmaram que o não nivelamento entre os ombros foi um achado significativo e concordante com a teoria de que a cintura escapular é passível de transtornos funcionais associados a hiperatividade dos músculos da mastigação (ROCABADO, 1980 apud PASSERO; WYMAN; SALOMÃO, 2002; GUEDES, 2003). A região da cintura escapular também é passível de transtornos funcionais podendo refletir para a coluna cervical e lombar, devido às estreitas relações anatomo- funcionais, assim como músculos abdominais enfraquecidos contribuem também para o aumento da lordose cervical, situação em que um desequilíbrio inferior ascende para estruturas superiores (WIJER, 1996).

O aumento da lordose lombar, diminuição do ângulo túbio-tarsico, hiperextensão do joelho e anteroversão da pelve, também fizeram parte dos achados posturais nos portadores de DTM na pesquisa de Lima (2004), entrando em contradição com Guedes (2003) e Salomão (2002) que estabeleceram insignificância estatística para tais alterações.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipo de estudo

Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a associação entre disfunção temporomandibular e postura que teve como fonte de pesquisa artigos publicados entre os anos de 1992 a 2006, em endereços eletrônicos científicos como *Scielo*; *Google Academico* e *Pubmed*. As estratégias de busca incluíram as palavras chaves, articulação temporomandibular, postura e disfunção temporomandibular.

3.2 Período e local do estudo

O estudo foi realizado no período de agosto a outubro de 2008 na biblioteca da Faculdade Christus, sede do parque ecológico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da literatura consultada e análise dos resultados e discussões de diversas pesquisas conclui-se que existem grandes controvérsias entre autores sobre quais são as alterações posturais mais comumente encontradas em pacientes com DTM. A postura de anteriorização da cabeça bem como aumento da lordose cervical e o não nivelamento dos ombros foram às alterações mais abordadas, apesar das diferentes teorias para explicar essas alterações, todas elas concordam que estão intimamente ligadas à hiperatividade dos músculos da mastigação.

O aumento da lordose lombar, diminuição do ângulo tíbio-tarsico, hiperextensão do joelho e anteroversão da pelve, também fizeram parte dos achados posturais nos portadores de DTM em pesquisas, entrando em contradição com grande parte dos autores que estabeleceram insignificância estatística para tais alterações.

Com relação a DTM ser o fator primário na alteração postural, não se encontrou nenhuma pesquisa que estabelecesse criteriosamente algum desvio postural, mas concluiu-se que ela leva a hiperatividade dos músculos da mastigação e conseqüentemente desequilíbrio do sistema tônico postural.

REFERÊNCIAS

AMANTÉA, D. V. et al. A importância da avaliação postural no paciente com disfunção da articulação temporomandibular. **Acta Ortopédica Brasileira**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2004.

BEINFAT, M. **Os desequilíbrios estáticos: fisiologia patologia e tratamento fisioterápico**. São Paulo: Summus; 1993.

BRICOT, B. **Posturologia**. São Paulo: Ícone, 1999.

BRITO, J. C. A. de. Alterações Posturais. In: LIANZA, S. **Medicina de Reabilitação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001. cap. 18.

BRUNNSTROM, K. C. **Cinesiologia Clínica de Brunnstrom**. 5. ed. São Paulo: Manole, 1997.

CARVALHO, B. C. S. de; MORENO, B. G. D. **Ângulo de protusão cervical em pacientes com DTM**. 2000. Monografia (Graduação em Fisioterapia)–Faculdades Adamantinenses Integradas, Adamantina, 2000. Disponível em: <www.fisionet.com.br/monografias/interna>. Acesso em: 23 jun. 2008.

- CHAITOW, L. **Osteopatia**: manipulação e estrutura do corpo. 2. ed. São Paulo: Summus, 1990.
- DÂNGELO, G. J.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Sistêmica e Segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu. 2001.
- DONALD, A.; NEUMANN, P. T. Cinesiologia da Mastigação e da Ventilação. In: DONALD, A.; NEUMANN, P. T. **Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético**: fundamentos para a reabilitação física. São Paulo: Guanabara, 2006. cap. 11.
- GUEDES, Z. C. F.; YI, L. C.; VIEIRA, M. M. Relação da postura corporal com a disfunção temporomandibular: hiperatividade dos músculos da mastigação. **Revista Fisioterapia Brasil**, São Paulo, v. 4, n.5, p. 341-346, set./out. 2003.
- HOPPENFELD, S. **Propedêutica Ortopédica**: coluna e extremidades. São Paulo: Atheneu, 2004.
- KAPANDJI, A. I. **Fisiologia Articular - tronco e coluna vertebral**. 5. ed. São Paulo: Médica Panamericana, 2000.
- KISNER, C.; COLBY, L. A. **Exercício Terapêuticos Fundamentos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Manole, 1998. cap. 15.
- LEANDRO, L. F.; NUNES, L. **ATM**: diagnóstico e tratamento. São Paulo: Pancast, 2000.
- LIMA, E. C. B.; GONÇALVES, E. C.; REIS, A. C. Treino de postura em pacientes portadores de disfunções temporomandibulares. **Reabilitar**, São Paulo, v. 6, p. 50-54, 2004.
- OKESON, J. P. **Tratamento das desordens temporomandibulares e oclusão**. 4. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.
- PALMER, A. L.; EPLER, M. E. **Fundamentos das Técnicas de Avaliação Musculoesqueléticas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- PETERSON, L. J. et al. **Cirurgia Oral e Maxilofacial Contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PASSERO, P. L.; WYMAN, B. S.; SALOMÃO, E. C. A influência dos Distúrbios Posturais nas Desordens Craniomandibulares. **Reabilitar**, São Paulo, v. 4, n. 17, p. 35, out./dez. 2002.
- WIJER, A.; STEENKS, M. **Disfunções da articulação temporomandibular**. São Paulo: Santos, 1996.
- VISSCHER, C. M.; HUDDLESTON, S.; LOBBEZO. Kinematics of the human mandible for different head postures. **J. Oral Rehabilitation**, [s. l.], v. 27, p. 299-305, 2000.
- ZANINI, C. F. C. **Os hábitos parafuncionais na disfunção da articulação têmporo-mandibular**. Porto Alegre: [s. n.], 1999.

AF 14: FISIOTERAPIA NO RECÉM-NASCIDO PÓS ASFIXIA PERINATAL

Jolizete Luisa Vieira Rodrigues¹; Maria Valdeleda Uchoa²

RESUMO

Com os recentes avanços da neonatologia, a mortalidade de bebês asfíxiados vem diminuindo, entretanto, as seqüelas deixadas quando os mesmos sobrevivem são quase inevitáveis. Com essa probabilidade, os profissionais que atuam nas Unidades de Terapia Intensiva Neonatais tem priorizado intervenções que previnem ou minimizam as seqüelas. O estudo objetivou conhecer os recursos fisioterápicos utilizados em bebês acometidos por asfixia perinatal. Para a realização do levantamento bibliográfico foram utilizados artigos científicos nacionais e livros didáticos da área de saúde, revistas científicas, periódicos e bibliotecas virtuais. Os resultados indicaram que a intervenção sensório-motora e respiratória é fundamental para evolução satisfatória desses recém-nascidos. Atualmente a fisioterapia dispõe de recursos essenciais como a intervenção sensório-motora e a fisioterapia respiratória, onde visa amenizar, prováveis complicações proporcionando uma base para o desenvolvimento neuropsicomotor, tratando e ou prevenindo complicações pulmonares.

Palavras-chave: Asfixia. Fisioterapia Motora. Fisioterapia Respiratória. Recém-nascido.

ABSTRACT

With the recent advances in neonatology, the mortality rate of babies by asphyxiated is decreasing, however, the sequels left even the babies survive are almost inevitable. With this probability, the professionals engaged in UTINs has prioritized interventions that prevent or minimize the sequels. The study aimed to identify the physiotherapy resources used in babies affected by perinatal asphyxia. To achieve the bibliographic were used national and scientific papers, textbooks in the health areas, scientific journals, periodicals and virtual libraries. The results shows that intervention sensory-motor and breathing is key to a good outcome of these newborns. Now days the physiotherapy has essential resources such as speech and sensory-motor respiratory, which aims to soften, likely complications providing a basis for the development neuropsychomotor, and treating or preventing pulmonary complications.

Keyword: Asphyxia. Motor Physical Therapy. Respiratory Physiotherapy. Newborn.

1 INTRODUÇÃO

Os avanços científicos e tecnológicos na área da saúde, proporciona nas últimas décadas grandes avanços na assistência neonatal, destacando-se o incremento da intervenção precoce no recém-nascido que foi acometido por asfixia. Intervenções estas cujo benefício está na redução da mortalidade neonatal e na minimização das seqüelas é inquestionável (RUGOLO, 2005).

A asfixia está presente no período perinatal em 34% de partos de neonatos de risco e mais freqüente em recém-nascido com peso menos de 2.000g. Pesquisas demonstram que algumas causas são inevitáveis, entretanto algumas outras podem ser evitadas, prestando-se assistência rápida e adequada a grávidas que apresentam risco. A hipóxia pode acontecer antes, durante e após o nascimento, onde se torna uma causa importante de mortalidade perinatal e morbidade neurológica (CUNHA et al, 2004; DINIZ, 2001).

¹ Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

² Professora, Orientadora.

Após um episódio asfíxico, alguns neonatos podem se recuperar neurologicamente sem seqüelas, enquanto outros podem desenvolver déficits permanentes. Estas alterações dependem das complexas interações de fatores biológicos, com a idade gestacional e o peso ao nascimento e fatores ambientais com a baixa condição socioeconômica, atuantes no cérebro imaturo e vulnerável destas crianças (DINIZ, 2001; RUGOLO, 2005).

As seqüelas deixadas irão depender de qual fator de risco ocasionou, o tempo que o evento durou, a intensidade em que ele se apresentou, e se o atendimento ou reanimação ainda na sala de parto foi realizada adequadamente (CANETE; PIRES, 2002; MARCONDE et al, 2003).

Historicamente há controvérsias sobre os benefícios e perigos em relação à utilização da estimulação sensório-motora em recém-nascidos asfíxiados com o risco prematuridade, com a visão que os neonatos pré-termos seriam muito frágeis e apresentarem baixo peso, para tolerarem alguma estimulação, entretanto a manipulação mínima era prescrita (MANACERO; NUNES, 2008).

Estudiosos iniciaram pesquisas envolvendo a estimulação sensório-motora e seus efeitos no desenvolvimento neuropsicomotor. Logo, começou-se a notar que estes bebês estavam sendo bombardeados por estímulos provenientes do ambiente tecnológico como: barulho e iluminação excessiva, além de cuidados médicos intensivos, os quais interrompe o sono, podendo causar dessaturação de oxigênio. Como resultados desse risco, os neonatologistas vêm se envolvendo cada vez mais em uma intervenção precoce (GAMA; FERRACIOLI; CORREA, 2004).

Dentre as várias áreas de atuação na saúde, a fisioterapia respiratória é a mais utilizada nas unidades de tratamento intensivo, buscando a prevenção e tratamento das doenças respiratórias, e vai atuar diretamente no neonato asfíxiado, com a higiene brônquica, drenagem postural, compressão, aceleração do fluxo respiratório e outras técnicas que podem ser utilizadas individualmente entre si (NICOLAU; LAHÓZ, 2007).

Portanto o objetivo deste trabalho é encontrar e avaliar os fatores de riscos neonatais para a ocorrência da asfixia e conhecer as condutas fisioterápicas realizadas e as respostas no desenvolvimento do recém-nascido diante a intervenção da fisioterapia o mais precoce possível.

2 ASFIXIA PERINATAL

A asfixia perinatal é uma preocupação na perinatologia, apresentando o maior índice de mortalidade em recém-nascidos (RNs), que possuem algum risco ou no período intra-útero ou no período extra-útero. Este evento conduz alterações do neurodesenvolvimento e é acompanhada de encefalopatia hipóxico-isquêmica. Podendo levar a varias alterações sistêmicas que variam desde graus leves e imperceptíveis até quadros graves e fatais (CLOHERTY; STARK, 2000; CARVALHO, 2005).

O desenvolvimento mais crítico está associado a alterações adquiridas no sistema nervoso central e a insuficiência respiratória que provavelmente estes recém-nascidos apresentaram e, pois na sua maioria foi reanimado ainda na sala de parto, logo ao seu nascimento (KRELING; BRITO; MATSUO, 2006).

No período intra-uterino o feto depende da placenta para suas trocas gasosas, apresentando baixo conteúdo de oxigênio, mas seu metabolismo não chega a ser hipóxico, sendo aeróbio devido à afinidade de oxigênio pela hemoglobina. Durante o trabalho de parto, em geral, pode ocorrer um grau de asfixia, sendo ocasionada pela diminuição da perfusão sanguínea placentária a cada contração, ocasionando hipoxemia e hipercapnia transitórias (FONSECA; PIANETTI; XAVIER, 2002; SEGRE, 2002).

Estes eventos são recuperáveis a cada intervalo entre as contrações, por isso um cuidado mais específico. Quanto maior a duração do trabalho de parto, maiores serão a hipoxemia e a hipercapnia resultantes, há menos que ocorra uma asfixia importante e o recém-nascido não

assuma a circulação em seu padrão normal (RESEGUE; PUCCINI; SILVA, 2007; SARMENTO, 2007).

Atualmente a hipoxemia perinatal define-se pelos seguintes eventos: acidose metabólica ou mista, pH menor que 7 no sangue arterial umbilical, quando for possível fazer esta determinação; índice de Apgar menor que 3 para além dos 5 minutos de vida, apesar de ter sido feita uma reanimação correta; pode ocorrer a presença de manifestações neurológicas no período neonatal imediato como: convulsões, hipotonia e coma; não resposta aos estímulos dos reflexos primitivos e evidência de disfunção de multiorgãos (SEGRE, 2002; TUDELLA, 2003; ZACONETA, 2004).

Como principal característica da asfixia o Apgar é tido como parâmetro que é um índice que mede a vitalidade do recém-nascido no primeiro e no quinto minuto após o nascimento; constitui-se: cor da pele, respiração, batimentos cardíacos, tônus muscular e resposta a estímulos nervosos (SILVEIRA; PROCIANOY, 2003).

A asfixia depende de vários fatores para ser ocasionada, destacando os que dependem de um pré-natal adequado, mas existem risco que mesmo se fazendo podem ocorrer no período durante o parto, que serão os seguintes fatores: deslocamento prematuro de placenta, parto cesário, ruptura prolongada de membranas, prematuridade, idade materna, quantidade de partos, idade gestacional, enfim, a asfixia associa-se a eventos clínicos obstétricos, perinatais e neonatais (ALMEIDA et al, 2004; LIMA, 2004).

O prognóstico do RN acometido por asfixia, depende basicamente da duração do processo e com qual intensidade ocorreu. As principais seqüelas neurológicas observadas foram à paralisia cerebral, retardo mental grave, a cegueira cortical e a epilepsia. Portanto, maior o período de duração da síndrome neurológica, quanto mais precoce for o início das convulsões, e quanto mais intenso as alterações eletroencefalográficas, pior será o prognóstico (ALVES FILHO et al, 2007).

3 FISIOTERAPIA NO NEONATO COM DIAGNÓSTICO ASFIXIA PERINATAL

O fisioterapeuta que atua na UTIN vai atuar, diretamente, na motricidade global de recém-nascidos pós-asfixia perinatal, onde a intervenção precoce busca potencializar a interação da criança com o ambiente, através de técnicas, estimulação tátil, estimulação visual, estimulação auditiva, estimulação vestibular, estimulação proprioceptiva e posicionamentos terapêuticos, levando à obtenção de respostas próximas ao padrão normal de desenvolvimento neonatal (RODRIGUES, 2002; CECCON, 2003).

Nos primeiros seis meses de vida de um neonato é de grande importância analisar os reflexos primitivos e suas reações posturais, para que haja uma identificação rápida dos possíveis comprometimentos, protegendo este neonato dos estímulos inadequados, e assim possa receber os estímulos contingentes dentro de suas capacidades de processamento, pois se não forem estimulados de acordo com a sua necessidade, poderá entrar em estado de latência. A criança motivada se desenvolve de forma saudável e satisfatória, objetivando estabilizar seu quadro clínico (CAETANO, 2003; ALVES, 2004).

As primeiras sensações percebidas pelo neonato são captadas pelos órgãos sensoriais e expressadas pela atividade motora. Este desenvolvimento sensorio-motor transcorre nos dois primeiros anos de vida. Se alguma deficiência for encontrada em crianças acometidas por asfixia, o mais precocemente, se faz necessária a intervenção de um profissional especializado, caso haja riscos na aquisição de habilidades motoras. Intervenção esta deve ser realizada, a fim de prevenir atrasos facilitando sua adaptação ao meio (RODRIGUES, 2002; GAMA; FARRICOLI; CORRÊA, 2004).

O período sensorio-motor compreende desde o nascimento até 24 meses, aproximadamente, quando a interação da criança com seu ambiente é baseada somente em ações sensoriais e motoras, onde ela recebe com efetividade, devido seu sistema nervoso ainda se encontrar imaturo, assim tudo que for realizado de motivação para este neonato, que

se encontra na incubadora será de grande importância para seu neurodesenvolvimento (RODRIGUES, 2002; FORMIGA, 2003).

No início de desenvolvimento o exercício funcional e a organização da ação motora está relacionado às experiências proprioceptivas e a ação do sistema visual encarregando de mobilizar o tronco, cabeça e membros, com mobilização do globo ocular, realizando a busca visual de luz, brilho e objetos que se encontram na sua visão (GAMA; FERRACIOLI; CORRÊA, 2004).

Logo ao nascimento nas primeiras horas de vida já se observa a riqueza de pequenos movimentos, os quais são reflexos e expressões essencialmente motoras. Os movimentos reflexos produzem na criança sensações musculares e articulares, que são registradas no seu cérebro, ainda apto em receber estímulos pela sua imaturidade. É primordial que o neonato receba estímulos de vários níveis para que suas potencialidades se desenvolvam com magnitude (MORAES NETO, 2000; SEGRE, 2002).

A avaliação precoce tem tido como objetivo principal encontrar desvios no desenvolvimento neuropsicomotor, permitindo a intervenção com o intuito de minimizar as seqüelas. A duração da sessão fisioterápica deve ser curta, em torno de 20 minutos, pois os RNs não suportam estimulação excessiva, se tendo em conta que a maioria dos asfíxiados são prematuros. A fisioterapia consiste em decúbitos e posicionamento que melhorem a postura, e que possa trazer um aconchego para este neonato, o qual é exposto a fatores de estresse desde seu nascimento (SEGRE, 2002; CECCON, 2003; ROLIM, 2006).

O decúbito ventral favorece o trabalho diafragmático e facilita a retirada do rosto do plano horizontal, movimento este que futuramente levará a extensão da cabeça. Nos decúbitos laterais o RN sente-se aconchegado, pode-se fazer o uso de um rolo nas costas até os membros inferiores favorecendo sua flexão natural, o decúbito dorsal é menos utilizado, pois desfavorece algumas reações (SEGRE, 2002; CECCON, 2003).

Na estimulação visual os bebês apresentam preferência por padrões de alto contraste (branco e preto), padrões de linhas, cores fortes e vibrantes. A estimulação auditiva, o terapeuta deve conversar com o RN e posicionar sua face na mesma altura e posição que a do neonato, para proporcionar maior interação com ele e ao mesmo tempo, fornecer estímulo visual e auditivo (GAMA; FERRACIOLI; CORRÊA, 2004).

A estimulação tátil se dá no momento do banho, onde se faz necessário enxugá-lo com fraldas ou toalhas as quais proporcionam uma estimulação. O estímulo vestibular é oferecido por meio de um balanço suave com o corpo sustentado por uma rede feita com fraudas ou lençóis dentro da incubadora (GAMA; FERRACIOLI; CORRÊA, 2004).

A fisioterapia respiratória também pode atuar diretamente na intervenção desta criança, onde busca aperfeiçoar a função respiratória de modo a facilitar as trocas gasosas e adequar a relação ventilação-perfusão, prevenir e tratar as complicações pulmonares, manter a permeabilidade das vias aéreas e favorecer o desmame da ventilação mecânica e da oxigenoterapia (KOPELMAN, 2004; NICOLAU; LAHÓZ, 2007).

As técnicas mais usadas na fisioterapia respiratória são: drenagem postural, higiene brônquica, aceleração do fluxo respiratório, vibrocompressão, posicionamentos em decúbitos, todas estas manobras irão facilitar o deslocamento de secreções e assim serem expelidas (SARMENTO, 2007).

A mecânica respiratória de um RN de risco é pouco eficiente, na manutenção do volume pulmonar, tendo também a imaturidade do mecanismo da tosse. Portanto manobras, posicionamentos e aspiração vão fazer parte do atendimento, dependendo de seu estado. Onde irão atuar diretamente para o bom funcionamento do sistema respiratório, estando ou não com suporte de ventilação (SEGRE, 2002).

4 CONCLUSÃO

Ao final desta revisão constatou-se que, os recém-nascidos que sofrem asfixia perinatal e recebem os estímulos da fisioterapia sensório-motora e fisioterapia respiratória apresentam uma redução da taxa de mortalidade, minimização da seqüelas e diminuição do período de hospitalização e a retirada de suporte ventilatório.

Assim, concluiu-se que a divulgação dos efeitos benéficos da intervenção da fisioterapia, na UTIN é de grande importância, principalmente por que se encontram RNs em fase grave de asfixia.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. A. et al. Fatores associados à asfixia perinatal. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s. l.], p. 799-805, 2004.
- ALVES FILHO, N. et al. **Perinatologia Básica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- ALVES, J. G. B.; FERREIRA, O. S.; MAGGI, R. S. **Pediatria**: Fernando Figuerdo. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- CAETANO, L. C.; FUJINAGA, C. I.; SCOCHI, C. G. S. Sucção não nutritiva em bebês prematuros: um estudo bibliográfico. **Revista Latino Americana de Enfermagem**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 232-236, mar./abr. 2003.
- CARVALHO, M.; LOPES, J. M. **Avanços em Perinatologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- CANETE, S.; PIRES, A. Asfixia perinatal e comportamento maternal. **Análise Psicológica**, [s. l.], v. 3, p. 439-448, 2002.
- CECCON, M. E. F. R. Interleucinas na encefalopatia hipóxico-ischêmica. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 79, n. 4, jul./ago. 2003.
- CLOHERTY, J. P.; STARK, A. R. **Manuel de Neonatologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 2000.
- CUNHA, A. A et al. Fatores associados à asfixia perinatal. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, [s. l.], v. 26, n. 10, p. 799-805, nov./dez. 2004.
- DINIZ, E. M. de A. Asfixia neonatal e função tireoidiana. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 77, n. 3, p. 155-156, 2001.
- FONSECA, L. F.; PIANETTE, G.; XAVIER, C. C. **Compêndio de Neurologia Infantil**. Rio de Janeiro: Medsi, 2002.
- FORMIGA, C. K. M. R.; PEDRAZZANI, E. S.; TUDELLA, E. **Programa de intervenção precoce bebês pré-termo e suas famílias**: subsídios para prevenção de deficiências. 2003. Dissertação (mestrado)–Pós-graduação em educação especial, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2003.
- GAMA, D.; FERRACIOLI, F.; CORRÊA, S. M. P. Estimulação sensório-motora nos bebês de risco em hospitais. **Revista Reabilitar**, [s. l.], v. 6, n. 23, p. 45-50, abr./jun. 2004.

GUIMARÃES, E. L.; TUDELLA, E. Reflexos primitivos e reações posturais como sinais indicativos de alterações neurossensoriomotoras em bebês de risco. **Pediatria**, São Paulo, v. 25, n. 1/2, p. 28-35, 2003.

KOPELMAN, B. I. et al. **Diagnóstico e Tratamento em Neonatologia**. São Paulo: Atheneu, 2004.

KRELING, K. C. A.; BRITO, A. S. J. de; MATUSO, T. Fatores perinatais associados ao desenvolvimento neuropsicomotor de recém-nascidos de muito baixo peso. **Pediatria**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 98-108, 2006.

LIMA, C. L. A.; FONSECA, L. F. **Paralisia Cerebral**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

MARCONDES, E.; VAZ, F. A. C.; RAMOS, J. L. A. **Pediatria Básica: Pediatria Geral e Neonatal**. São Paulo: Sarvier, 2003.

MORAIS NETO, O. L.; BARROS, M. B. A. Fatores de risco para mortalidade neonatal e pós-neonatal na Região Centro-Oeste do Brasil: linkage entre bancos de dados de nascidos vivos e óbitos infantis. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 477-485, abr./jun. 2000.

MANACERO, S.; NUNES, M. L. Avaliação do desempenho motor de prematuros nos primeiros meses de vida na Escola Motora Infantil de Alberta (AIMS), **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 84, n. 1, p. 53-58, 2008.

NICOLAU, C. M.; LAHÓZ, A. L. Fisioterapia intensiva pediátrica e neonatal: uma revisão baseada em evidências. **Pediatria**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 216-221, 2007.

OLIVEIRA, L. N.; LIMA, M. C. M. P.; GONÇALVES, V. M. G. Acompanhamento de lactentes com baixo peso ao nascimento. **Arquivo de Neuropsiquiatria**, Campinas, v. 61, n. 3-B, p. 802-807, 2003.

RESEGUE, R.; PUCCINI, R. F.; SILVA, E. M. K. Fatores de risco associados a alterações no desenvolvimento da criança. **Pediatria**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 117-128, 2007.

RODRIGUES, M. R. C. Estimulação Precoce – a contribuição da psicomotricidade na intervenção fisioterápica como prevenção de atrasos motores na criança cega congênita nos dois primeiros anos de vida. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 21, p. 6-22, abr. 2002.

ROLIM, K. M. C.; CARDOSO, M. V. L. L. Discurso e prática do cuidado ao recém-nascido de risco: refletindo sobre a atenção humanizada. **Revista Latino Americana Enfermagem**, [s. l.], p. 85-92, 2006.

RUGOLO, L. M. S. de S. Crescimento e desenvolvimento a longo prazo do prematuro extremo. **Jornal de Pediatria**, [s. l.], v. 81, n. 1 (supl), p. S101-S108, 2005.
SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia Respiratória em Pediatria e Neonatologia**. Barueri: Manole, 2007.

SEGRE, C. A. M. **Perinatologia: fundamentos e prática**. São Paulo: Sarvier, 2002.

SILVEIRA, R. C.; PROCIANOY, R. S. Níveis de interleucinas-6 e fator de necrose tumoral-
alfa no liquor de recém-nascidos a termo com encefalopatia hipóxico-isquêmica. **Jornal de
Pediatría**, [s. l.], v. 79, n. 4, p. 297- 301, 2003.

ZACONETA, C. A. M. **Assistência ao Recém-Nascido de Risco**. 4. ed. [S. l.: s. n.], 2004.

AF 15: ÓLEOS ESSENCIAIS: UMA ALTERNATIVA TERAPÊUTICA PARA A COMUNIDADE

José Reniclêbson Feitosa de Souza¹; Vilma Leite de Sousa Pires²

RESUMO

Os óleos essenciais são substâncias de origem natural ou sintética, na sua grande maioria são incolores ou ligeiramente amarelados, com aroma característico e com diversas funções farmacológicas e biológicas, com destaque nos dias atuais na indústria de perfumes e uso nas terapias alternativas. Este trabalho tem por objetivo explicitar a importância da utilização dos óleos essenciais como terapêutica alternativa na comunidade, assim como, elucidar os princípios ativos, vias metabólicas e utilização na comunidade. Este trabalho trata-se de um estudo de literatura realizado na Faculdade Christus no período de setembro a outubro de 2008 onde foram analisados artigos, periódicos, bases de dados e livros datados de 1997 a 2008. Vários estudos relatam que as propriedades dos óleos essenciais exercem influência direta em fatores como inflamação, infecção, digestão, relaxamento. Possui ação protetora na isquemia e reperfusão de alguns órgãos, anti-edematogênicas, diurética, espasmolítica, estimulante do sistema nervoso central, antioxidantes, antiucero-gênicas, cicatrificantes, antibacteriana, antifúngica, antimicrobiana, larvicida, além, de baixo custo e grande eficácia facilitando a adesão dos tratamentos. Suas funções biológicas são caracterizadas como arma de defesa contra os animais, através de vias de sinalização químicas ou como inibidoras de germinação, na atração de polinizadores, contra agentes predadores ou contra perda de água. Os efeitos tóxicos desses óleos são, geralmente, dose-dependentes e a ingestão paralela com outros medicamentos sintéticos podem causar significativas reações adversas. Apresenta uma grande importância econômica por ser uma fonte de compostos biologicamente ativos e formas diversificadas de espécies e utilização. Portanto, diante da necessidade da população na busca por medicamentos com menos efeitos colaterais, a procura por medicamentos naturais tem crescido no mundo. Os óleos essenciais são uma linha de estudos que mostra grande eficácia no tratamento de diversas doenças por apresentar variadas funções farmacobiológicas.

Palavras-chave: Óleos essenciais. Funções biológicas. Alternativa terapêutica.

1 INTRODUÇÃO

Muitas escrituras da antiguidade já relatam a produção e o uso das plantas aromáticas para fabricação dos óleos essenciais, sendo utilizadas nas cerimônias religiosas, na medicina e na cosmética. Escrituras dos Ayurvedas (2000 a.C.) descrevem técnicas rudimentares para obtenção de produtos a partir de alcoóis aromáticos de capins do gênero *Cymbopogon* (citronela e capim limão) e mirra, dentre as mais de 700 substâncias relatadas (DE LA CRUZ, 1997).

Há vários séculos os conhecimentos sobre os óleos essenciais de plantas já eram registrados antes da era cristã. Países orientais como Egito, Pérsia, Japão, China e Índia são álbuns de referências históricas na utilização desses óleos. Em meados do século XVIII iniciaram as pesquisas para caracterização da composição química desses óleos, devido ao grande número de plantas registradas e baixo valor econômico (VITTI, BRITO, 2003; RIBEIRO, LEITE, DANTAS-BARROS, 2005).

O francês Maurice René de Gattefossé, químico francês é o principal responsável pelo termo aromaterapia. Após ter queimado as mãos acidentalmente em um tanque contendo óleo

¹ Acadêmico de Fisioterapia do 8º semestre do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus

² Professora, Orientadora.

essencial de lavanda, percebeu que ocorreu cicatrização do ferimento sem infecção, passando a pesquisar as atividades terapêuticas dos óleos essenciais que até então eram usados como cosméticos e odorizantes (BRUNETON, 1993).

O ecossistema brasileiro é bastante diversificado e rico, no que diz respeito as mais variadas plantas usadas na medicina natural e no tratamento de doenças tropicais (PEREIRA et al, 2004).

A fitoterapia é amplamente usada pelos países em desenvolvimento pela população devido a doenças causadas pela falta de políticas publicas relacionadas ao saneamento básico, desnutrição e dificuldade de acesso a medicamentos (MICHELIN et al, 2005).

Existem duas grandes áreas de atuação dos óleos essenciais, a abordagem fisiológica (cutânea, respiratória ou injetável), e a psicológica (estado emocional ou mental), promovendo sedação e estimulação (SIMÕES et al, 1999).

No Brasil a produção de óleos essenciais ainda é pequena, porém vem apresentando uma enorme importância econômica na indústria dos fármacos e medicamentos, porém os mesmos podem ser usados de forma natural pela população, desde que se tenha sua indicação correta (AROMALÂNDIA..., 2008).

Alguns estados e municípios brasileiros estão realizando desde 1980 a implantação de programas que utilizam medicamentos naturais na atenção primária à saúde para as comunidades. Visto que, a cobertura da atenção primária no Brasil é realizada pelo programa de saúde da família (PSF) os programas de fitoterapia, estão vinculados ao PSF. O município de Maracanaú- Ceará, tem se destacado pela competência da implantação do programa de farmácia viva, composto por 1 horto, 40 canteiros, 1 laboratório de manipulação. Esses produtos estão disponíveis nas unidades básicas de atenção à saúde (UBASF) do PSF (SILVA et al, 2006).

O desenvolvimento de técnicas de manejo nas pesquisas fitotécnicas em plantas com potencial terapêutico e o conhecimento das condições regionais é de fundamental importância para que sejam respeitados a manutenção e equilíbrio dos ecossistemas, por saber que os princípios ativos das plantas sofrem modificações intensas pelo meio em que estão sendo cultivadas (SANTOS, INNECCO, 2004).

É necessário frisar que plantas de uma mesma espécie quando cultivadas em regiões diferentes apresentam a mesma composição qualitativa, mas seus constituintes se diferem proporcionalmente acarretando efeitos sobre seu aroma. Os medicamentos fitoterápicos são reconhecidos como recurso terapêutico pela Organização Mundial de Saúde (OMS) desde 1978 recomendando aos países ligados a organização das nações unidas (ONU) a usar suas experiências de vida sobre as plantas medicinais como terapêutica viável (BIESKI, 2005).

Os principais óleos essenciais produzidos são: palma rosa, citronela, cravo da Índia, eucalipto, citriodora, hortelã pimenta, pau rosa, cítricos, copaíba, capim cidreira, girassol, castanha do Pará e andiroba. Das espécies aromáticas pode-se citar sucupira branca, hortelã do campo, cedro rosa, tapera velha, copaíba, arnica e árvore de espinho (DE LA CRUZ, 1997).

Os óleos essenciais são misturas complexas, na maioria dos casos incolores ou ligeiramente amarelados com exceção do óleo de camomila, por apresentar alto teor de azuleno. Sua volatilidade lhes confere aromas e sabores característicos, na temperatura ambiente se mostram como líquidos voláteis, o que os diferenciam dos óleos fixos, são instáveis na presença de luz, calor, umidade, ar e metais. Os óleos essenciais contêm mais de 200 constituintes, sendo alguns predominantes e os outros aparecem apenas como elementos-traço, nos quais tem funções importantes no aroma (BIESKI, 2005).

Em 1990, a Lei no 8.080 de 19 de setembro – Lei Orgânica da Saúde – e a Lei no 8.142 de 28 de dezembro regulamentam as determinações da Constituição e consagram os princípios de descentralização das ações e serviços de saúde e de municipalização da gestão, definindo papéis e atribuições dos gestores nos três níveis de atuação: competência e atribuições de cada esfera de governo no SUS, participação da sociedade na gestão do sistema

e as formas e condições das transferências intragovernamentais, assistência terapêutica integral, incluindo a assistência farmacêutica. Dentre os processos éticos e doutrinários destacam-se a universalidade, equidade e integralidade. Nos princípios organizacionais e operativos cita-se a descentralização, regionalização, hierarquização e, principalmente a participação da sociedade (BRASIL, 2003).

A participação da sociedade deve promover a democratização do conhecimento do processo saúde/doença, estimulando a organização da comunidade para o efetivo exercício do controle social na gestão do sistema. Isso implicou na organização, pelo Ministério da Saúde, o primeiro Encontro Nacional de Assistência Farmacêutica, em outubro de 2003 onde foi discutida a implantação do uso de plantas medicinais e fitoterápicas no SUS (FITOVIVA, 2005).

Diante da necessidade da população, principalmente, a menos favorecida com relação ao cuidado com a saúde e com a economia, os estudos das propriedades terapêuticas constituem um caminho para descoberta de novos compostos biologicamente ativos como parte do cuidado tradicional da saúde. É importante ressaltar que a utilização de plantas medicinais concomitante ao uso de medicamentos convencionais podem acentuar, inibir ou intensificar o efeito terapêutico dos medicamentos convencionais interferindo na resposta esperada (OLIVEIRA et al, 2006). A forma de utilização, muitas vezes, errada destas podem não produzir o efeito desejado pelo usuário tornando-se necessário o conhecimento do efeito tóxico e sua indicação adequada (PEREIRA et al, 2004).

2 JUSTIFICATIVA

O conhecimento e a valorização das plantas medicinais vem crescendo no decorrer dos anos por apresentar diversos fatores determinantes na terapêutica dos medicamentos sintéticos, dentre eles, os efeitos colaterais e o uso freqüente desses medicamentos; descoberta de novos princípios ativos advindos das plantas; resultados eficazes na cura de algumas enfermidades com medicamentos naturais; acessibilidade da população e grande parte da população dos países em desenvolvimento (80%) fazem uso de plantas medicinais. Tendo como objetivos gerais Explicitar a importância da utilização dos óleos essenciais como terapêutica alternativa na comunidade e específicos - Elucidar os principais princípios ativos e vias metabólicas dos óleos essenciais utilizados no tratamento de patologias; Informar os efeitos biológicos e farmacológicos dos óleos essenciais;- Enfatizar a forma e utilização dos óleos essenciais na comunidade

3 MÉTODO

Para realização deste trabalho foram analisados artigos, periódicos, bases de dados e livros na biblioteca da Faculdade Christus no período de setembro e outubro de 2008.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 Generalidades

Os óleos essenciais são substâncias, conhecidas como essências, óleo essencial ou etéreo, são de origem natural ou sintética com destaque nos dias atuais na indústria de perfumes e uso nas terapias alternativas (CARDOSO et al, 2005).

Suas propriedades podem exercer influências diretas em fatores como inflamação, infecção, digestão ou relaxamento. Por sua volatilidade são introduzidos no organismo com facilidade. Como o sistema olfatório é perto do cérebro seu percurso é pequeno resultando em efeitos quase que imediatos. A inalação também favorece a chegada dessas moléculas nos pulmões que são captadas pela circulação local sendo distribuídas por todo o organismo (CASSAR, 2001).

4.2 Meios de obtenção

Na maioria dos casos os óleos essenciais são incolores ou ligeiramente amarelados, com exceção do óleo volátil da camomila que é azulado. São obtidos por arraste de vapor e produzido pelo processo de ebulição com o material botânico ou pulverizado. Inicialmente o material volátil é arrastado pelo vapor de água e depois separado por decantação, pois os mesmos são insolúveis em água (PAULA, 2002).

A formação de hidrolatos confere odor á água sendo fonte de aromatizante em perfumaria e especiaria. A presença de atividades farmacológicas como antiinflamatória, anti-séptica e antimicrobiana são características que levam a população de baixa renda estimular a fabricação farmacológica.

Pode-se observar a técnica de arraste de vapor conforme o anexo (**fig 1**) (CARDOSO, 2005):

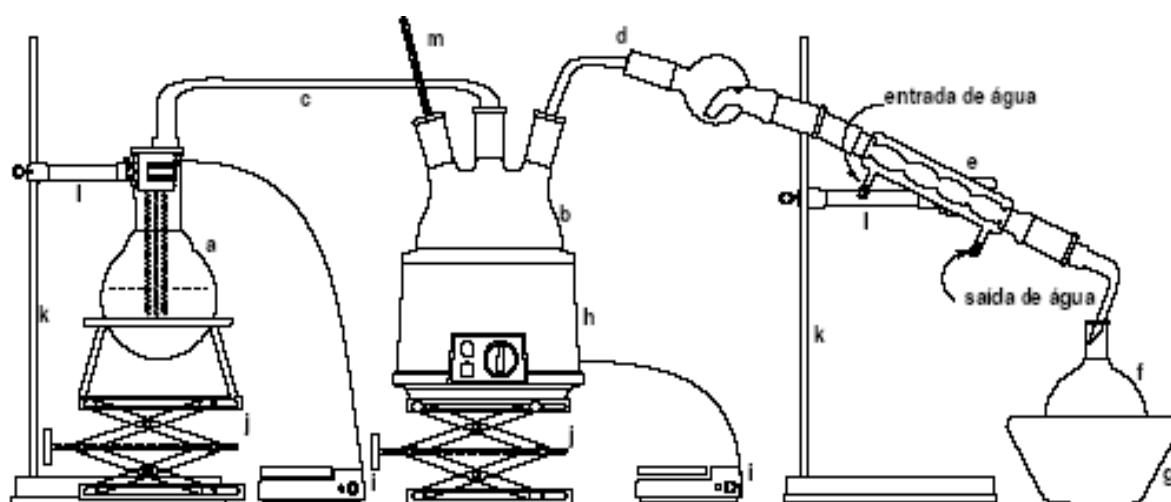


Figura 1 – Arraste de vapor.

Para se retirar o óleo puro será necessária à adição de um solvente orgânico (diclorometano ou pentano) para se separar a fase aquosa da orgânica (**fig. 2**). Descarta-se a fase aquosa e retira-se o excesso de água que eventualmente tenha ficado adiciona-se uma colher (café) rasa de sulfato de magnésio anidro, filtra-se e leva o filtrado ao evaporador rotatório (**fig. 3**). A velocidade de gotejamento depende da substância isolada e a temperatura do evaporador rotatório depende da velocidade de gotejamento (CARDOSO, 2005).



Figura 2 – Particionamento líquido-líquido.

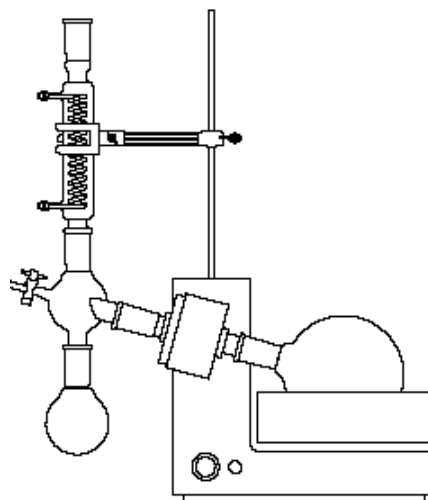
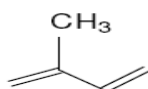


Figura 3 – Evaporador rotatório.

4.3 Classificação e Vias Metabólicas

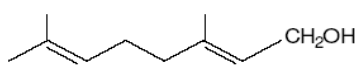
A presença de diversas vias metabólicas secundárias das plantas favorece a formação de compostos que podem ser restritos a sua família, gênero ou espécie. Esses compostos secundários são resultado do equilíbrio entre a formação e eliminação desses compostos durante a fase de crescimento da planta. Esses compostos secundários podem ser separados de acordo com as estruturas químicas, dentre eles, os óleos essenciais. Alguns fatores como os genéticos, ambientais, temperatura, tipo de solo e água podem influenciar neste processo (CARDOSO et al, 2005).

Sua estrutura orgânica é composta por elementos simples como: hidrocarbonetos, alcoóis, ésteres, aldeídos, cetonas, fenóis entre outros. Sendo os terpenos o composto responsável pela fragrância e pelos usos medicinais e culinários, os mesmos constituem uma variedade de substâncias vegetais. Esse termo é empregado para se referir a todos as substâncias biossintéticas derivadas do isopreno (**fig 4**). Geralmente são isolados de plantas através dos métodos de destilação ou hidrodestilação sendo misturas variadas de terpenóides como monoterpenos (C10) (constitui 90% dos óleos essenciais (**Fig.5**), sesquiterpenos (C15) (**fig. 6**), diterpenos (C20) (NAGHETINE, 2006).



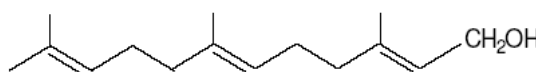
Isopreno

Figura 4 - isopreno



Monoterpeno

Figura 5 – monoterpeno



Sesquiterpeno

Figura 6 - sesquiterpeno

Logo abaixo se segue a formação esquemática, em resumo, desses compostos desde a fotossíntese, via metabólica até a formação dos derivados dos terpenóides e fenilpropanóides:

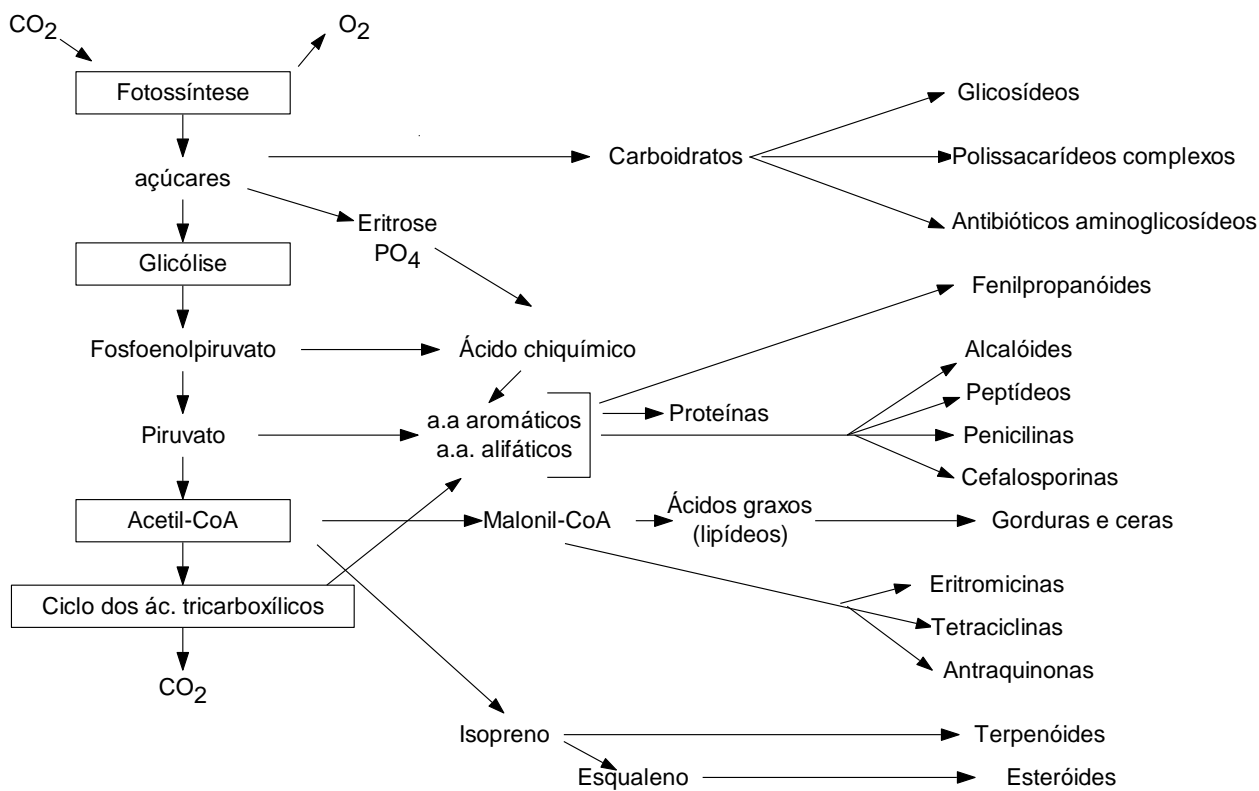


Figura 7 – Formação esquemática.

4.4 Funções Biológicas

Por meio da volatilidade dos óleos essenciais, as suas funções biológicas são caracterizadas e explicadas, tais como, arma de defesa contra os animais, através de vias de sinalização químicas ou como inibidoras de germinação, na atração de polinizadores, contra agentes predadores ou contra perda de água. Pode-se observar essas funções biológicas e ecológicas através desta citação de De la Cruz (1997).

Espécies de *Datura* e *Brugmansia* (Solanaceae), conhecidas como trombeteira ou dama-da-noite, apresentam perfume notável à noite e podem atrair morcegos e mariposas. As espécies *Eucalyptus globulus* Lasbill., *E. camaldulensis* Dehnh, *Artemisia absinthium* L. e outras, geram um efeito inibitório na germinação de sementes por meio de seus óleos, de forma que outras plantas são totalmente inibidas de se desenvolver num raio de 1 a 2 metros delas.

Dentre as aplicações dos óleos essenciais pode-se citar sua ação larvicida contra os mosquitos transmissores da dengue e da filariose linfática (elefantíase), *Aedes aegypti* e *Culex Quinquefasciatus* respectivamente.

Outros estudos indicam que a toxicidade de alguns componentes dos óleos voláteis constitui uma proteção contra predadores e infestantes. O mentol e a mentona são inibidores do crescimento de vários tipos de larvas. Já os vapores do citronelal (utilizado pelas formigas) e a-pineno (utilizado pelos cupins) podem causar irritação em um predador e fazê-lo desistir do ataque.

Esses compostos, a partir de espécies como *Syzygium aromaticum*, *Hyptis martiusii* e *Lippia sidoides* além de manterem o controle da reprodução dos vetores transmissores de doenças com a dengue e a filariose, não causam danos ao meio ambiente.

Logo abaixo dois gráficos mostram a efetividade dos óleos essenciais na mortalidade dos mosquitos (COSTA et al, 2005):

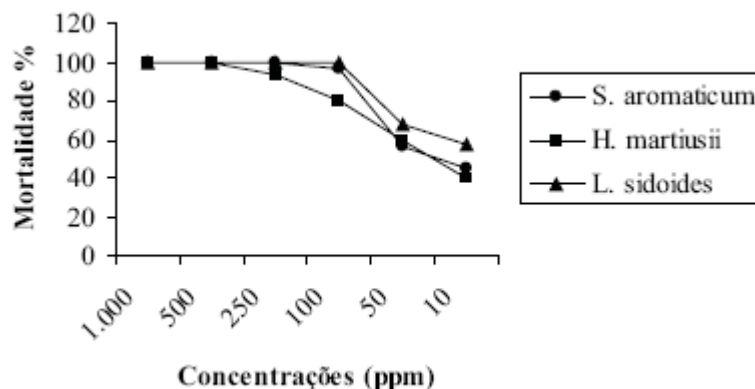


Figura 8 – Índices de mortalidade de larvas de terceiro estágio de *Aedes aegypti* submetidas a diferentes concentrações dos óleos essenciais de *S. aromaticum*, *L. sidoides* e *H. martiusii*.

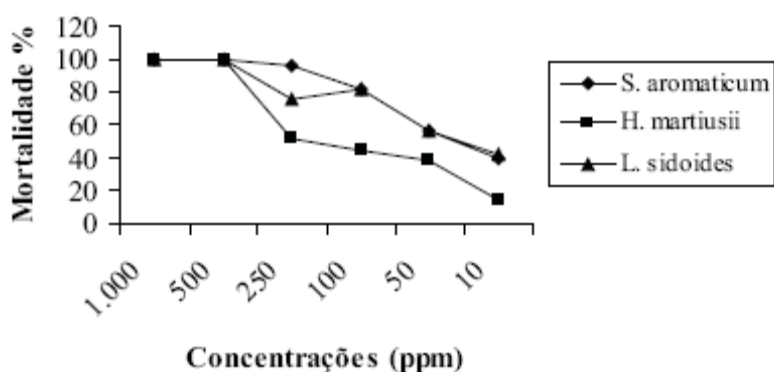


Figura 9 – Índices de mortalidade de larvas de terceiro estágio de *Culex quinquefasciatus* submetidas a diferentes concentrações dos óleos essenciais de *S. aromaticum*, *L. sidoides* e *H. martiusii*.

Em outro estudo realizado por Furtado et al (2005) verificou a atividade larvica de óleos essenciais contra *Aedes aegypti* L. observando as seguintes doses letais descritas abaixo:

| Óleos essenciais | CL ₅₀ (mg/ml) | CL ₉₀ (mg/ml) |
|----------------------------------|--------------------------|--------------------------|
| <i>V. arborea</i> | 15,91 | 28,59 |
| <i>L. sidoides</i> | 45,49 | 48,29 |
| <i>C. winterianus</i> | 54,69 | 88,29 |
| <i>A. conyzoides</i> | 61,55 | 95,19 |
| <i>C. citratus</i> | 63,89 | 112,21 |
| <i>O. basilicum purpurascens</i> | 66,95 | 88,36 |
| <i>O. tenuiflorum</i> | 71,27 | 111,61 |
| <i>T. minuta</i> | 72,85 | 104,17 |
| <i>C. limon</i> | 95,80 | 102,86 |
| <i>O. gratissimum</i> | 104,58 | 195,14 |

Tabela 1 – Concentrações letais para 50% e 90% das larvas.

| Espécies | Componente principal |
|----------------------------------|-------------------------|
| <i>A. conyzoides</i> | Precocene (62,6%) |
| <i>C. limon</i> | Limoneno |
| <i>C. citratus</i> | Neral (63,6%) |
| <i>C. winterianus</i> | Citronelal |
| <i>L. sidoides</i> | Thymol (73,1%) |
| <i>O. basilicum purpurascens</i> | Linalool (81,5%) |
| <i>O. gratissimum</i> | Eugenol (54,0%) |
| <i>O. tenuiflorum</i> | Eugenol (59,4%) |
| <i>T. minuta</i> | Dihydrotagetone (91,5%) |
| <i>V. arborea</i> | Alfa-bisabolol |

Tabela 2 – Principais componentes dos óleos essenciais das plantas.

Outros experimentos realizados no laboratório de micologia da Universidade Federal da Paraíba comprovaram que alguns óleos essenciais utilizados na medicina popular podem interferir no funcionamento da atividade de alguns antibióticos usados na clínica. Foram utilizadas como microrganismos testes cepas de *Staphylococcus aureus* (ATCC-6538), *S. epidermidis* (ATCC-12228), *Escherichia coli* (LMB 4) e *Pseudomonas aeruginosa* (LMB-6). Os antibióticos estudados foram ampicilina (10 µg/mL), cefalotina (10 µg/mL), cloranfenicol (30 µg/mL), gentamicina (10 µg/mL) e tetraciclina (30 µg/mL) sendo selecionados para inclusão no estudo, tomando como base sua disponibilidade na rede básica de saúde, a partir dos óleos essenciais de *Conyza bonariensis* L. (Compositae), *Lippia sidoides* Cham (Verbenaceae), *amboinicus* Lour Spr. (Lamiaceae) e *Eucalyptus citriodora* Hook (Myrtaceae). Observou-se que os óleos essenciais apresentaram a capacidade de interferir na atividade antibacteriana dos antibióticos através de efeitos antagônicos ou sinérgicos (OLIVEIRA et al, 2006).

Em outras pesquisas foram realizadas avaliações de atividades biológicas de óleos essenciais de quatro espécies de baccharis (asteraceae) conhecidas popularmente como carquejas, enfatizando citotoxicidade, atividades imunomodulatórias, quimiotáticas e antibacterianas, sendo observado que concentrações superiores a 10-12 µl/ml dos óleos essenciais das espécies de *Baccharis* são tóxicas para leucócitos humanos, os óleos essenciais de *B. articulata* e *B. dracunculifolia* têm atividade antiinflamatória, inibindo significativamente a quimiotaxia de granulócitos humanos induzida por caseína, os óleos essenciais de *B. dracunculifolia* e *B. gaudichaudiana* são dotados de potencial imunomodulatório, uma vez que inibem a proliferação de linfócitos humanos estimulados por fitohemaglutinina, por atuarem, possivelmente, sobre os mecanismos de ativação, proliferação celulares e foram observadas ação bactericida contra bactérias gram positivas, impedindo o crescimento de *Staphylococcus aureus* e *Enterococcus faecalis* (FLORÃO, 2006).

Já Nogueira et al (2008) em suas pesquisas investigou a ação dos óleos essenciais contra microorganismos causadores de otite externa (*S. aureus*, *P. aeruginosa*, e o fungo genera *Candida*) observando que a cepa *P. aeruginosa* era resistente aos óleos essenciais testado, em contra partida, observou-se que o óleo essencial da camomila (*M. Chamomila*) inibiu o crescimento em 4% das cepas de *S. aureus* e de todos os tipos de *cândidas*. O óleo essencial da graviola (*R. graviolens*) possui efeito satisfatório dependendo do tipo de agente causador da inflamação.

Brito et al (2005) verificou o efeito do óleo da copaíba (*Copaifera Multijuga Hayne*) nos níveis séricos de uréia e creatinina em ratos submetidos à síndrome de isquemia e reperfusão renal, verificando que a administração prévia por sete dias, após a isquemia e reperfusão, protegeu a função renal depois do procedimento.

Pesquisas realizadas testando o efeito do óleo da copaíba nas aminotranferases de ratos submetidos à isquemia e reperfusão hepática com e sem pré-condicionamento isquêmico se observou que o óleo não conseguiu alterar os níveis de aminotrasferases que são indicadores de lesão hepática (ARAÚJO JUNIOR et al, 2005).

Estudos anteriores mostraram que óleos essenciais voláteis obtidos de plantas potencializam o tempo de sono induzido por pentobarbital e álcool em camundongos (FALTH et al, 2002).

Muitos estudiosos comprovam que os óleos essenciais possuem características antiinflamatórias, antiedematogênicas, diurética, espasmolítica, estimulante do sistema nervoso central, antioxidantes, antiucero-gênicas, cicatriciais, antibacteriana, antifúngica, antimicrobiana, larvicida, além de baixo custo com bastante eficácia facilitando a adesão ao tratamento (ARAÚJO et al, 2005; FERRONATO et al, 2006; FURTADO et al, 2005; MICHELIN et al, 2005; NAGHETINE, 2006; OLIVEIRA, LIMA, SOUZA, 2007).

4.5 Toxicologia

O uso inadequado dos óleos essenciais pode trazer conseqüências significativas sobre a saúde dos usuários. Como são produtos retirados de espécies vegetais, tornam-se mais concentrados que na própria planta apresentando maior toxicidade, ele ainda pode sofrer interação medicamentosa, inibindo ou acentuando os efeitos terapêuticos dos medicamentos ou causar efeitos agudos ou crônicos no indivíduo (DE LA CRUZ, 1997).

Geralmente os efeitos tóxicos dos óleos essenciais são dose-dependente, o que significa que quanto maior a dose maior o efeito nocivo, por isso é importante observar a sensibilidade de cada indivíduo, no que diz respeito aos componentes químicos dos óleos e sua ingestão paralela a outros medicamentos sintéticos, podendo causar significativas reações adversas (CARDOSO et al, 2005)

As principais reações agudas encontradas são alergias de contato e fototoxicidade, por ocorrerem mesmo em doses baixas. As vias de administração são importantes de serem estudadas nos casos de intoxicação. A via oral é a que mais oferece risco, excepcionalmente, se não houver a diluição do óleo. Ainda não existem muitos estudos quanto à toxicidade crônica das propriedades teratogênicas, mutagênicas e carcinogênicas, sendo necessário mais estudos na aérea (DE LA CRUZ, 1997).

A reação tóxica desses óleos é de grande interesse para os pesquisadores, já que são medicamentos fitoterápicos de baixo custo e de fácil acesso a população, abaixo vem descrito alguns óleos essenciais com seus respectivos efeitos e manifestações:

| Óleo essencial | Toxicidade | Manifestações |
|---|-------------------|---|
| Canela, Funcho e Alho (cinamaldeído) | Sensibilização | Reação inflamatória alérgica na pele |
| Frutos Cítricos (Defuranocumarinas) | Fotosensibilidade | Vertigem, Enxaqueca |
| Losna, Salvia (Tejona) | Neurotóxico | Convulsões, distúrbios sensoriais, ou psíquicos. |
| Funcho (Fechona) | Neurotóxico | Convulsões, distúrbios sensoriais, ou psíquicos. |
| Manjerição (Canfora, Pinocanfona) | Neurotóxico | Convulsões, distúrbios sensoriais, ou psíquicos. |
| Óleo volátil de Noz-moscada (Miristicina, Elemicina) | Neurotóxico | Excitação, alucinações visuais, distorção de cores, |
| Bergamota (Furocumarina) | Fotosensibilidade | Vertigem |

Quadro 1 – Óleos essenciais.

5 IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

A produção dos óleos essenciais tem se tornado uma importante atividade econômica nos últimos anos pelo crescente cultivo de plantas aromáticas, tendo como principais utilidades as fragrâncias de cosméticos, temperos de comida, bebidas, detergentes, sabões, repelentes de inseto, perfumes e aromatizantes de ambiente (FLORÃO, 2006).

As propriedades terapêuticas das plantas medicinais estabelece uma essencial fonte de compostos biologicamente ativos tendo despertado curiosidade pelos pesquisadores devido à facilidade de obtenção das plantas (OLIVEIRA et al, 2006).

A expansão da aromaterapia no mundo tem ocorrido através da terapia contra alergias, artrite, doenças reumáticas e inflamatórias. A comprovação da aromaterapia se dá na evidência clínica através de massagens e unguentos, porém necessitam-se mais estudos na área com relação as suas ações biológicas (FLORÃO, 2006).

A resistência aos antimicrobianos, principalmente as bactérias de gênese hospitalar se tornaram no decorrer dos anos um dos maiores problemas de saúde pública nas últimas décadas, atualmente as bactérias que eram sensíveis a drogas de rotina se apresentam resistentes a quase todos os fármacos disponíveis.

A busca por medicamentos de origem vegetal deve ser incentivada, já que o país possui a maior biodiversidade do mundo e 80% da população faz uso de fitoterápicos em cerca de 63%. Calcula-se que é indispensável um gasto de 200 milhões de dólares num período de 10 anos para se ter um antimicrobiano na medicina (FERRONATO et al, 2007, MURARE et al, 2008).

Marcados pelo enorme avanço na tecnologia e ciência e pelos abalos que a medicina sofreu, no fim do século XX e século XXI representaram imenso avanço da humanidade. Em países desenvolvidos cerca de 60% dos medicamentos vem de síntese orgânica, 40% de recursos naturais, 30% de plantas e 10% de animais e microorganismos, isso muda quando se trata da França onde 82% da população se trata com medicamentos naturais e na Alemanha 50% dos medicamentos estão inclusos nos receituários médicos, observe o gráfico abaixo (BIESKI, 2005):

Projetos como farmácias vivas, da Universidade Federal do Ceará e a fitoterapia nos serviços de saúde no estado do Paraná, bem como os projetos desenvolvidos pela prefeitura de Campinas São Paulo, visam oferecer, sem fins lucrativos assistência farmacêutica às comunidades carentes. Todavia, a Organização Mundial de Saúde (OMS) relata que é preciso mais investigações experimentais em relação aos princípios ativos a fim de garantir a terapêutica com efetividade, sendo necessário, concomitantemente, um levantamento das espécies medicinais de cada região do Brasil (SANTOS, INNECCO, 2004).

A experiência mais antiga é da Universidade Federal do Ceará (UFCE) que em 1983 começou a implantar o programa Farmácias Vivas, sob a coordenação do professor José Abreu Matos. Seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), o programa oferece assistência farmacêutica fitoterápica de base científica às comunidades mais carentes de Fortaleza, aproveitando as plantas de ocorrência local ou regional dotadas de atividade terapêutica comprovada. O programa vem mostrando seus resultados [...]

6 USO NA COMUNIDADE E FORMAS DE UTILIZAÇÃO

As principais formas de utilização dos óleos essenciais são oral, parenteral, retal, vaginal, sublingual, cutânea ou nasal dependendo da indicação dos profissionais responsáveis (médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos). Na aromaterapia a via mais utilizada é a cutânea, a via oral deve ser cuidadosa, pois existem substâncias muito ativas em pequenas doses conferindo a elas grande toxicidade, podendo levar a morte ou provocar convulsões (CASSAR, 2001).

A massagem é uma das principais formas de uso dos óleos essenciais através da ação farmacológica e do toque que estabelece uma comunicação não verbal com o paciente. As compressas de água quente ou fria usando toalhas molhadas no local por 10 a 20 minutos ou em banhos de imersão (CASSAR, 2001).

A ação nas vias respiratórias inalando o vapor por 5 a 10 minutos é outra forma de uso ou, ainda, usando para purificar o ar com burrifadores, pode-se ser utilizar em chás e xaropes ou ainda em sucos, pães, bolos, e/ou como tempero. Muitos fatores podem desencadear reações que são capazes de modificar as estruturas e princípios ativos dos óleos essenciais, como descritos no quadro abaixo (CARDOSO et al, 2005):

| | |
|--|---|
| Estágio do desenvolvimento da espécie | Variação dos constituintes do óleo essencial dependendo do momento de colhida. |
| Condições ambientais | Temperatura, umidade relativa, tempo de exposição ao sol e ventos. |
| Condições de colheita | Deve ser pela manhã, para evitar perdas quantitativas dos constituintes. |
| Forma de obtenção | Método de extração: pétalas de flores ou rosas, arraste com vapor de água, extração com solvente, prensagem, por dióxido de carbono supercrítico. |

Quadro 2 – Fatores que alteram a constituição dos óleos essenciais.

A atenção quanto à qualidade do óleo essencial deve ser bem observada, pois o mesmo pode provocar resultados negativos para saúde do indivíduo. A adição de compostos sintéticos, mistura do óleo essencial com outros óleos da mesma espécie com qualidade inferior ou diluição em veículo (óleo carreador) são as principais formas de falsificação dos óleos essenciais (VITTI et al, 2003).

Quanto aos cuidados com a armazenagem devem ser guardados em recipientes neutros de embalagem pequena, bem fechados, completamente cheios, rotulados e estocados em baixas temperaturas quando armazenados por longos períodos (TININIS et al, 2006).

O conhecimento popular e o caráter científico rondam a medicina popular em diversos aspectos, dentre eles, a sua origem e a experimentação racional através do acúmulo do conhecimento. Ao caráter científico denomina a fitoterapia (terapia=tratamento; fito=plantas, ervas) (CURSO..., 2008).

| | |
|------------------------|---|
| CARACTERÍSTICAS | Origem popular, resistência cultural, método intuitivo (valores transmitidos de forma oral) |
| ELEMENTOS | Relação com a natureza, visão diferenciada entre doença e sua origem, fé |
| RECURSOS | Alimentação, forma de utilização, resguardo-reposo, água e terra. |

Quadro 3 - Medicina popular e fitoterapia.

7 INDICAÇÕES TERAPÊUTICAS

Alguns óleos essenciais podem ser encontrados mais facilmente no mercado e com menor custo devido a sua grande variedade. Alguns óleos são citados no quadro abaixo (EQUIPE HARMONICA, 2008; DE LA CRUZ, 1997; CARDOSO, 2005; RIBEIRO, ROQUE, 2007; OLIVEIRA, LIMA, SOUZA, 2007):

| Sistema Digestório | |
|--------------------|-----------------------------------|
| Digestão difícil | Laranja, lavanda, hortelã pimenta |

| | |
|---|---|
| Cólica intestinal | Laranja, erva doce, hortelã pimenta |
| Gases intestinais | Camomila, erva doce |
| Azia | Laranja |
| Gastrite | Limão, alecrim, copaíba |
| Náuseas | Hortelã pimenta, gengibre |
| Diminuição do apetite | Cravo, canela, laranja, limão, lavanda |
| Constipação | Manjerona, alecrim, laranja, capim limão |
| Intoxicação (álcool) | Alecrim, rosa, hortelã pimenta, lavanda |
| Sistema Circulatório | |
| Varizes | Hortelã pimenta, cânfora, sipreste, pinheiro silvestre |
| Hipercolesterolemia | Limão, alho |
| Hipertensão | Colônia, lavanda, mirto, cidreira, capim limão, |
| Hipotensão | Alecrim, cânfora |
| Hidropsia | Laranja, limão, funcho, erva doce |
| Sistema Musculo-esquelético e tegumentar | |
| Reumatismo, tendinite, artrite | Orégano, citronela, gengibre, capim limão |
| Mialgias | Alecrim, camomila, eucalipto, gengibre, manjerona |
| Verrugas | Cravo da Índia |
| Cicatrização | Camomila, pau de rosa |
| Acne | Camomila romana, capim limão, lavanda |
| Alergias da pele | Hortelã, lavanda |
| Micoses e cândida | Cravo da Índia, orégano |
| Queimaduras pequenas | Camomila, lavanda |
| Aparelho Genito-urinário | |
| Infecção | Copaíba, zimbo, laranja, gerânio, tea tree |
| Cólica menstrual | Erva cidreira, melissa, camomila, erva doce, lavanda |
| Cândida vaginal | Bergamota, manuka |
| Cistite | Bergamota, zimbo, laranja, copaíba, zimbro |
| Tensão Pré-menstrual | Lavanda, camomila romana, gerânio |
| Leucorréia | Sálvia, bergamota, tea tree |
| Cândida vaginal | Bergamota, tea tree, manuka |
| Sistema Respiratório | |
| Sinusite | Hortelã pimenta, alecrim, pinho, eucalipto, pinho |
| Bronquite | Alecrim, copaíba, eucalipto |
| Tosse | Eucalipto, copaíba, alecrim, poejo |
| Amigdalite | Eucalipto, alecrim |
| Sistema Nervoso | |
| Cansaço mental | Alecrim, cânfora, hortelã |
| Sedativo | Camomila, lavanda |
| Estresse | Capim limão, zimbro, laranja, camomila, lavanda |
| Raiva emocional | Rosa, camomila romana |
| Depressão | Melissa, manjerona, Laranja, melissa, camomila, ylang ylang |
| Medo | Canela |
| Meditação | Sândalo, mirra |
| Dor de cabeça | Lavanda, camomila, alecrim, rosa, |
| Afodisiaco | Cravo, jasmim, canela |

Quadro 4 – Sistemas.

| Planta | Família | Nome popular | Partes usadas | Constituintes | Indicações | Contra-indicações | Precauções |
|---|----------|---------------------------------------|-----------------|--|--|---|--|
| Alecrim (<i>Rosmarinus officinalis</i> L.) | Labiatae | Alecrim ransmarino, alecrim de jardim | Folhas e flores | pinenos, canfeno, cineol, borneol, acetato de bornila, cânfora e | Hipertensor, estimulante geral, antiséptico, pulmonar, calorético, anti-reumático, diurético | Irritante da pele e não é indicado para gestantes | Em altas doses pode causar nefrite ou irritações intestinais, em altas doses pode causar |

| | | | | | | | |
|---|----------------------|---|---------------|---|---|--|---|
| | | | | diterpenos | | | insônia |
| Alfavaca (<i>Ocimum basilicum</i> L.) | Lamiaceae | Manjerição, alfavaca doce | Toda a planta | Estragol, linalol, eugenol, cineol, lineol, timol, pineno; taninos, flavonóides, saponinas | Má digestão, flatulência, cólicas intestinais, e problemas respiratórios | Não se recomenda para gestantes | Deve-se usar a planta fresca sem fervura. |
| Alfazema (<i>Lavandula officinalis</i> Chay) | Lamiaceae (Labiatae) | Lavanda | Toda planta | cumarina (verniarina), taninos, aldeídos, cetonas, herniarina, furfural, óleo essencial (linalol, acetato de linalina, geraniol, cineol) | carminativa, anti-séptica, antidigestiva, antiespasmódica, béquica, cicatrizante, balsâmica | Sem referência na literatura | Em altas doses leva a sonolência, não deve ser usado com sais de ferro e iodo |
| Capim Limão (<i>Cymbopogon citratus</i> Stapf) | Poaceae | Cidreira, capim limão | Folhas | citral e seus isômeros terpenos, mircenol, flavonóides, substâncias alcalóidicas, uma saponina esteróica, β-sitosterol, n-hexacosanol e n-triacontanol, triterpenóides | Nervosismo, insonia, dor de cabeça, febre, sudorífero, hipotensor, diurético, diarreia, renal, anti-reumático | Sem referência na literatura | Obortivo em doses concentradas. |
| Canela (<i>Cinnamomum zeylanicum</i> Ness) | Lauraceae | Canela, canela da Índia | Cortex | Aldeído cinâmico, eugenol, vanilina, felandreno, pineno, cineol, cimeno, açúcares, tanPerinos | Disfunções diuréticas, estomacais, tosse, bronquites, febres e vômito | Período gestacional | Sem referência na literatura. |
| Eucalipto (<i>Eucalyptus globulus</i> Labil) | Myrtaceae | Eucalipto, calipse, árvore-da-febre, gomeiro-azul | Folhas | tanino, resina, ácidos graxos e, sobretudo, essência, na qual se encontram os seus princípios ativos, cineol ou eucaliptol, hidrocarbonetos terpênicos, pineno e álcoois alifáticos, sesquiterpenos e canfenos. | anti-séptico, previne e trata de doenças das vias respiratórias, antitérmico | anti-séptico, previne e trata de doenças das vias respiratórias, antitérmico | Sem referência na literatura |
| Camomila (<i>Matricaria chamomilla</i>) | Asteraceae (Compos) | Capítulos florais | Córtex | Sesquiterpenos, flavonóides, | disfunções diuréticas, estomacais, tosse, | Período gestacional | Sem referência |

| | | | | | | | |
|--|--------------------------------|--|-----------------------------------|--|---|--|--|
| Blanco) | itae) | | | cumarinas, rutinas, esteróides, (ácido anthemico), ácido graxos, vitamina B e C e ácido salicílico. | bronquites, febres e vômitos | | na literatura |
| Arruda (<i>Ruta graveolens</i> L.) | Rutaceae | Arruda, arruda fedorenta, ruta-de-cheiroforte | Folhas | rutina, metilnonilceto na (80 a 90% do óleo essencial), cumarinas, alcalóides, rutilineum, rutilidina, rutacridona. | emenagoga, carminativa, flatulência, vermífuga, onicomucose, pediculose e dismenorréia | Período gestacional | Em doses altas prova vômitos, inflamação gástrica, hiperemia |
| Citronela (<i>Cymbopogon nardus</i> (L.) Randle) | Poaceae (Gramínea) | Citronela, citronela-do-ceilão | Folhas e ramos florais | Citrol, citonelol, citonelal, linalol, geraniol, taninos, mucilagens, resinas e substâncias amargas | Dores de cabeça, digestão, cólicas intestinais, ansiedade e nervosismo. | Não há referência na literatura | Uso em excesso |
| Copaíba (<i>Copaifera officinalis</i> L.) | Leguminosae – Caesalpinioideae | Copaibeira, copaífera | Resina extraída do caule | Porção resinosa (55 – 60%) possui ácido copaíbico, ésteres e resinóides. A parte volátil da resina (40 – 55%) produz óleo essencial que contém b-cariofileno, ahumuleno, b-bisaboleno e sesquiterpenos | Tosses e bronquites, diarreia, incontinência urinária, cistite e leucorréia, como anti-séptico em feridas e eczemas, em urticárias e cicatrizantes de pequenas irritações do couro cabeludo | Período gestacional, lactação, problemas gástricos | Superdosagem provoca vômitos, náuseas ou diarreia com cólicas. |
| Erva Santa Maria (<i>Chenopodium ambrosioides</i> L.) | Chenopodiaceae | ambrisina, mentruz, erva-formigueira, mastruço, matruz, mata-cobra, canudo, erva-pombalota, ervasanta, ambrósia e quenopódio | Folhas e flores | hidrocarbonetos terpênicos (cimeno, limoneno, terpineno, etc.) e ascaridol | dores de estômago, flatulências e falta de apetite. É altamente eficaz contra os ascarídeos e os anquilostomas | Gestantes e menores de 2 anos | Usar sob prescrição de um profissional |
| Funcho (<i>Foeniculum vulgare</i> Mill.) | Apiaceae (Umbelliferae) | Funcho, erva-doce, anis-doce. | Frutos, folhas, raízes e sementes | Ácidos oléico, linoléico, palmítico e petroselinico, | Antiflatulento, digestivo, estimula a secreção biliar, | Irritações | Doses elevadas podem |

| | | | | | | | |
|--|----------------------|---|-----------------|---|--|--|---|
| | | | | funchana 20%, anetol 50 a 80%, limoleno, a-pinemo, foeniculina, mucilagens, pectinas, taninos, ácidos clorogênicos e caféico, flavonóides, sais minerais, tocoferóis, matérias protéicas | antiespasmódico, antitussígeno, diurético | | provocar alucinações, excitação e convulsões |
| Gengibre (<i>Zingiber officinale</i> Rosc.) | Zingiberaceae | Gengivre, gengibre, mangarataia, Mangarateá | Rizoma | Óleo essencial (gingerona, felandreno, aneto, cineol, borneol e citral); resina (gingerol); saponinas; zingibereno | cólicas intestinais, eliminador de gases do estômago e do intestino, estimulante da digestão, dores reumáticas (uso externo), artrite, entorses, dores musculares, nevralgias, asma, rouquidão, tosse e mau-hálito, expectorante | Portadores de cálculos biliares | Uso externo com cuidado para evitar queimaduras |
| Hortelã (<i>Mentha piperita</i>) | Lamiaceae (Labiatae) | Hortelã pimenta, hortelã comum, hortelã das hortas, hortelã de tempero, hortelã rasteiro, poejo | Folhas e flores | Mentol, limoneno, μ -pineno, cariofileno, felandrenol, azuleno), flavonóides, ácidos fenólicos, carotenóides, betaína, tocoferol e taninos, compostos do mentol, fenol, pulegon, aldeídos citral e citronelal | Flatulência, náuseas, cólicas gastrointestinais, estimula a secreção da bílis, cálculos biliares, icterícia, combate vermes intestinais, insônia e dor de cabeça, secreção láctea nas mães que amamentam, tosse, bronquite e asma, dores reumáticas, hepatite virótica | Não ofertar a essência a crianças e adolescentes | Reações alérgicas, a, insônia |

Quadro 5 - Plantas Aromáticas Medicinais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da necessidade da população na busca por medicamentos com menos efeitos colaterais e com grande eficácia, a procura por medicamentos naturais tem crescido em todo mundo, principalmente nos países desenvolvidos. Os óleos essenciais vêm sendo uma linha de estudos que se mostra com grande eficácia no tratamento de diversas doenças, além de servir para outros fins. Devido ao seu baixo valor financeiro e as mais variadas formas de utilização, o governo de vários países e universidades estão aprofundando-se nas pesquisas desses óleos com a finalidade de amenizar os gastos com medicamentos sintéticos, porém, ainda há muito o que se discutir em relação as políticas públicas no intuito de elaborar programas de

distribuição de medicamentos com essa finalidade. As farmácias vivas já são uma realidade em algumas regiões do Brasil, inclusive no Ceará, Mato grosso e São Paulo, incentivada pelas universidades e algumas prefeituras distribuindo esses medicamentos para população de baixa renda. A grande verdade é que os óleos essenciais podem ser uma alternativa terapêutica para as comunidades, devido ao conhecimento empírico sobre os efeitos terapêuticos que existe entre os povos desde antiguidade. Para que seja bem aplicado na terapêutica são necessários que se conheçam seus princípios ativos, bem como, os efeitos farmacológicos e biológicos para que se possam prescrever com segurança.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO JUNIOR, F A. et al. Copaiba oil effect in rats aminotransferases submitted to hepatic ischemic and reperfusion with and without preconditioning. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 20, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010286502005000100013&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2008.
- AROMALÂNDIA. Óleos essenciais. Disponível em: <<http://aromalandia.isonfire.com>>. Acesso em: ago. 2008.
- BIESKI, I. G. C. **Plantas medicinais no sistema único de saúde da região sul de Cuiabá-MT**. 2005, Monografia (Pós-graduação *Lato Sensu* em Plantas medicinais)–Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho nacional de saúde – resolução n°333, de 04 de novembro de 2003**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2005/resolucao333.htm>. Acesso em: 20 set. 2008.
- BRITO, M.V. H. et al . Efeito do óleo de copaiba nos níveis séricos de uréia e creatinina em ratos submetidos à síndrome de isquemia e reperfusão renal. **Acta Cir. Bras.**, São Paulo, v. 20, n. 3, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010286502005000300009&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 20 set. 2008.
- BRUNETON, J. **Pharmacognosie**. Phytochimie Plantes medicinales. 2. ed. Paris: [s. n.], 1993.
- CARDOSO, M. G. **Óleos essenciais**. 2005. Disponível em: <http://www.editora.ufla.br/BolExtensao/pdfBE/bol_62.pdf>. Acesso em: 21 set. 2008.
- CASSAR, M. P. **Massagem: Curdo completo**. São Paulo: Manole, 2001. cap. 8.
- COSTA, J. G. M. et al. Estudo químico-biológico dos óleos essenciais de *Hyptis martiusii*, *Lippia sidoides* e *Syzigium aromaticum* frente às larvas do *Aedes aegypti*. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 304-309, out./dez. 2005. Disponível em: <http://www.sbfgnosia.org.br/admin/pages/revista/artigo/arquivos/109-arquivo-304_309.pdf>. Acesso em: 1 out. 2008.
- CURSO Básico de Plantas Mediciniais. **Plantas Mediciniais: a nossa biodiversidade na atenção à saúde**, 2002. Disponível em:

<http://www.linhaecologica.com.br/artigos/apostila_curso_basico_plantas_medicinais_apostila_02_1.doc>. Acesso em: 23 ago. 2008.

DE LA CRUZ, M. G. F. **Plantas medicinais utilizadas por raizeiros**: uma abordagem etnobotânica no contexto da saúde e doença. Dissertação (Mestrado em Saúde e Ambiente)– Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 1997.

FAUTH, S. et al. Efeitos de óleos essenciais de plantas no tempo de sono induzido por cetamina em camundongo. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, [s. l.], v. 12, p. 112-113, 2002. Disponível em: <http://www.sbfgnosia.org.br/admin/pages/revista/artigo/arquivos/364-2002_112_113.pdf>. Acesso em: 30 set. 2008.

FERRONATO, R. et al. Atividade antimicrobiana de óleos essenciais produzidos por *Baccharis dracunculifolia* D.C. e *Baccharis uncinella* D.C. **Revista Brasileira de Farmacognosia**, [s. l.], v. 17, n. 2, p. 224-230, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v17n2/15.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2008.

FERRONATO, R. et al. Atividade antioxidante dos óleos essenciais produzidos por *Baccharis Dracunculifolia* D. C. e *Baccharis Uncinella* D. C. (*Asteraceae*). **Arquivos de ciências da saúde Unipar**, Umuarama, v. 10, n. 2, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://revistas.unipar.br/saude/article/viewFile/267/238>>. Acesso em: 10 out. 2006.

FLORÃO, A. **Avaliação de atividades biológicas de quatro espécies *Baccharis, Asteraceae***. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas)–Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/5982/1/Disserta%20c3%a7%20a3o%20completa%20OK.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2008.

FURTADO, R. F. et al. Atividade Larvicida de Óleos Essenciais Contra *Aedes aegypti* L. (Diptera: Culicidae). **Neotropical Entomology**, [s. l.], v. 34, n. 5, p. 843-847, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-566X2005000500018&script=sci_arttext>. Acesso em: 5 out. 2008.

MATO GROSSO. Prefeitura de Cuiabá. Secretaria Municipal de Saúde de Cuiabá. **Programa de assistência farmacêutica fitoterápica e plantas medicinais no SUS**. 2005. Disponível em: <http://www.esalq.usp.br/siesalq/pm/fitoviva_2005.pdf>. Acesso em: 20 set. 2008.

MICHELIN, D.C. et al. Avaliação da atividade antimicrobiana de extratos vegetais. **Revista brasileira de farmacognosia**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 316-320, out./dez. 2005.

MURARI, A. L. et al. Composição e atividade antibacteriana dos óleos essenciais de *Senecio crassiflorus* var. *crassiflorus*. **Química Nova**, [s. l.], v. 31, n. 5, 2008. Disponível em: <<http://quimicanova.sbq.org.br/qn/qnol/2008/vol31n5/25-AR07194.pdf>>. Acesso em: 6 out. 2008.

NAGHETINI, C. C. **Caracterização físico-química e atividade antifúngica dos óleos essenciais da cúrcuma**. Dissertação (Mestrado em ciência dos alimentos)–Faculdade de Farmácia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/MBSA6W7GYR/1/disserta__o_mestrado.pdf>. Acesso em: 1 out. 2008.

NOGUEIRA, J. C. R.; DINIZ, M. F. M.; LIMA, E. O. Atividade antimicrobiana in vitro de produtos vegetais em otite externa aguda. **Rev. Bras. Otorrinolaringol.**, São Paulo, v. 74, n. 1, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003472992008000100019&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 19 set. 2008.

OLIVEIRA, R. A. G.; LIMA, E. O.; SOUZA, I. A. Plantas medicinais usadas na dermatologia: Avaliação da atividade biológicas de seus extratos e suas associações. **Revista de Enfermagem da UFPE on line**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 246-247, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistaenfermagem/index.php/enfermagem/article/viewFile/90/64>>. Acesso em: 13 set. 2008.

OLIVEIRA et al. Estudo da interferência de óleos essenciais sobre a atividade de alguns antibióticos usados na clínica. **Revista brasileira de Farmacognosia**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 77-82, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfar/v16n1/a13v16n1.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2008.

PAULA, J. P. **Estudo da ação repelente do óleo essencial de *Ocimum selloi* Benth. contra o *Anopheles Brasiliensis* Chagas**. Dissertação (Mestrado em saúde pública)—Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2002. Disponível em: <<http://teses.icict.fiocruz.br/pdf/paulajfpm.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2008.

PEREIRA, R. S. et al.; Atividade antibacteriana de óleos essenciais em cepas isoladas de infecção urinária. **Revista de Saúde Pública**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 326-328, 2004.

RIBEIRO, A.Q.; LEITE, J. P. V.; DANTAS-BARROS, A. M. Perfil de utilização de fitoterápicos em farmácias comunitárias de Belo Horizonte sob a influência da legislação nacional. **Rev. bras. farmacogn.**, João Pessoa, v. 15, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102695X2005000100014&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 20 ago. 2008.

SANTOS, M. R. A.; INNECCO, R. Adubação orgânica e altura de corte da erva-cidreira brasileira. **Horticultura Brasileira**, Brasília, DF, v. 22, n. 2, p. 182-185, abr./jun. 2004.

SILVA, M. I. G. et al. Utilização de fitoterápicos nas unidades básicas de atenção à saúde da família do município de Maracanaú (CE). **Revista Brasileira de Farmacognosia**, [s. l.], v. 16, n. 4, p. 455-462, out./dez. 2006.

SIMÕES, C. M. et al. **Farmacognosia**. Da planta ao medicamento. Porto Alegre: UFRGS/UFS, 1999.

VITTI, A. M. S.; BRITO, J. O. Óleo Essencial de Eucalipto. **Documentos Florestais**, [s. l.], n. 17, ago. 2003.

TININIS, A. G.; CAVALHEIRO, A. J. Composição e variabilidade química de óleo essencial de indivíduos de *Casearia sylvestris*. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, [s. l.], v. 8, 2006.

AF 16: APLICABILIDADE DA TERAPIA MANUAL PELOS ACADÊMICOS EM CLÍNICAS DE FISIOTERAPIA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA-CE

Juliana Ramiro Luna Castro¹; Cíntia Maria Torres Rocha Silva²

RESUMO

Terapia Manual (TM) é um método que utiliza como objeto de trabalho as mãos do fisioterapeuta. É utilizada no tratamento fisioterápico das disfunções neuromusculoesqueléticas, reduzindo a dor e a cefaléia de tensão, reforçando a função muscular e reeducando as posturas corporais. Foram estudadas as técnicas: anatomia palpatória, massoterapia, mobilização intra-articular, inibição de ponto gatilho, pompage, alongamento passivo e alongamento por inibição ativa. Essas se baseiam na filosofia do tratamento global do paciente, agindo na causa primária da disfunção. O objetivo principal deste trabalho foi analisar a aplicabilidade da TM como parte do tratamento fisioterápico utilizado pelos acadêmicos nas clínicas de Fisioterapia do Município de Fortaleza-CE. Vislumbrando ainda a verificação das técnicas mais utilizadas no tratamento fisioterápico e identificando simultaneamente a aplicabilidade dessas técnicas junto às disfunções musculoesqueléticas. Para tanto, realizou-se um estudo transversal e quantitativo em 03 clínicas escolas e 01 clínica particular de Fisioterapia, localizadas no município de Fortaleza-CE. A amostra constou de todos os acadêmicos de Fisioterapia que realizam estágios curricular e extra-curricular nas clínicas participantes da pesquisa. Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário semi-estruturado e posteriormente tabulados e analisados através de software estatístico Microsoft Excel e expressos em gráficos e tabelas. No total foram analisados 58 questionários, onde o percentual de utilização da TM como recurso terapêutico foi: na clínica A 100%, clínica B 54%, clínica C 100%, clínica D 95%. Conclui-se que as técnicas de TM tem sido bastante utilizadas pelos acadêmicos de Fisioterapia, principalmente para tratamento de disfunções osteo-articulares e musculares.

Palavras-chaves: Terapia manual. Tratamento. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A Terapia Manual (TM) vem sendo utilizada desde antiguidade, onde se mobilizavam os tecidos moles do corpo como forma de terapia física. Recentemente é um dos métodos mais importantes de avaliar e tratar as disfunções do sistema neuromusculoesquelético (GOULD, 1993; LADEIRA, 2008; MAKOFSKY, 2006).

A utilização da TM como método de tratamento fisioterápico tem baixo custo financeiro, pois seu instrumento básico de trabalho são as mãos do fisioterapeuta. Vários estudos têm comprovado sua eficácia no tratamento da dor, cefaléia de tensão, reforço da função muscular e reeducação das posturas corporais durante as Atividades da Vida Diária (AVD's) (BRIGANÓ; MACEDO, 2008; MORELLI; REBELATTO, 2008).

Suas principais técnicas são: anatomia palpatória, massoterapia, mobilização intra-articular, inibição de ponto gatilho, pompage, alongamento passivo e alongamento por inibição ativa. Essas técnicas baseiam-se na filosofia de que se deve tratar o paciente de forma global, agindo na causa primária da disfunção, tanto de forma terapêutica como preventiva.

As técnicas de terapia manual (TM) são de suma importância no tratamento fisioterápico, pois requerem um grande nível de conhecimento sobre anatomia, fisiologia e biomecânica humana. São técnicas que têm baixo custo, uma vez que utilizam como

¹ Acadêmica do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

² Docente Ms. Orientador.

instrumento de trabalho basicamente as mãos do fisioterapeuta. Portanto, os conhecimentos supracitados são premissas básicas para avaliar e tratar o paciente globalmente.

O objetivo principal deste trabalho foi analisar a aplicabilidade da TM como parte do tratamento fisioterápico pelos acadêmicos nas clínicas de Fisioterapia do Município de Fortaleza-CE, tendo como objetivo secundário: verificar, junto aos acadêmicos de Fisioterapia, quais técnicas de TM são mais utilizadas como parte do tratamento fisioterápico, identificando simultaneamente a aplicabilidade dessas técnicas junto às disfunções musculoesqueléticas encontradas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terapia manual

Nos registros médicos mais antigos se encontra a manipulação dos tecidos moles do corpo humano como forma de terapia física utilizada na antiguidade. Acredita-se que foi a partir dessas manipulações que se originou a TM, a qual pode ser definida como um método de avaliação e tratamento das disfunções do sistema neuromusculoesquelético (GOULD, 1993).

A TM é uma área da fisioterapia que tem se expandido de forma intensa, pois estudos mostram que suas técnicas quando corretamente utilizadas buscam o alívio da dor relacionada a diversos distúrbios musculoesqueléticos dentre eles a cefaléia de tensão, o retorno da função muscular e da reeducação das posturas durante as AVD's melhorando de forma significativa a homeostase, restaurando o movimento das estruturas articulares e reduzindo assim as restrições ocasionadas da tensão membranosas através da melhora da circulação e redução da compressão neural (BRIGANÓ; MACEDO, 2008; LADEIRA, 2008; MORELLI; REBELATTO, 2008; SUCCI; SILVA, 2006).

Um dos principais resultados da TM é a analgesia, que ocorre rapidamente após a mobilização. Com a repetição do tratamento, observa-se uma distribuição somatotópica e também uma analgesia cumulativa (DEEG, 2008).

2.2 Técnicas de terapia manual

2.2.1 Anatomia palpatória

A anatomia palpatória é uma forma de propedêutica física com métodos de inspeção e palpação de suma importância na avaliação e na fase inicial do tratamento do paciente. É realizada através de uma pegada bidigital (compressão com os dedos polegar e indicador em pinça) que objetiva verificar a presença de edemas, alterações da pele, localização e forma dos músculos e das estruturas ósseas e articulares sendo também pertinente a palpação cardíaca, respiratória e de diversas vísceras, o que contribui positivamente na elaboração de diagnóstico mais preciso (TIXA, 2000a; TIXA, 2000b).

2.2.2 Massoterapia

A massoterapia consiste em técnicas de massagem com finalidade terapêutica, anti-estresse, relaxamento muscular, estética e esportiva, utilizando-se a mobilização manual dos tecidos moles do corpo através das mãos. Baseia-se ainda no fundamento de que o indivíduo é um organismo global onde tudo está interligado (CLAY; POUNDS, 2003).

As técnicas de massoterapia podem ser classificadas em: deslizamento superficial e profundo, amassamento palmar e em torcedura, tapotagem, cutiladas, cutiladas pontuais, punho percussão, fricção, rolamento de pele, compressão, vibração e sacudimento. Durante

sua aplicação é indicado a utilização de óleo, creme ou talco para diminuir o atrito com a pele (CASSAR, 2001).

A massagem promove a estimulação direta dos mecanorreceptores, os quais promovem a liberação de opióides endógenos no local massageado, aumentando a circulação local e removendo os metabólitos da dor. Isso gera informações aferentes significativas que causam analgesia e relaxamento muscular (MORELLI; REBELATTO, 2008).

2.2.3 Mobilização intra-articular

A mobilização intra-articular consiste na movimentação passiva, realizado pelo terapeuta, das superfícies articulares que se movem durante o movimento angular (osteocinemático). É realizado um movimento de baixa velocidade onde se decoapta e mobiliza a articulação, restaurando a artrocinemática, ou seja, os movimentos de giro, rolamento e deslizamento entre as superfícies articulares respeitando a regra do côncavo-convexo (KISNER, 2005; RESENDE, 2008).

A técnica de mobilização intra-articular baseia-se na regra do côncavo-convexo, a qual refere uma combinação de movimentos acessórios que ocorrem nas articulações sinoviais conforme a sua superfície. A superfície convexa móvel desliza no sentido oposto ao movimento osteocinemático e a superfície côncava móvel desliza no mesmo sentido do movimento osteocinemático (RESENDE, 2008).

Durante os movimentos de separação ou deslizamento de pequena amplitude da articulação, o fluido sinovial é restaurado, conduzindo nutrientes às porções avasculares da cartilagem articular e impedindo os efeitos dolorosos e degenerativos. Assim, temos como principais indicações o tratamento da dor, do espasmo e da hipomobilidade articular. No entanto devemos ter cuidado com fraturas ósseas não consolidadas, subluxações, frouxidão ligamentar, enfermidades malignas e osteoporose (KISNER, 2005).

2.2.4 Inibição de ponto gatilho

Pontos gatilhos são pontos dolorosos, sensíveis e palpáveis em bandas musculares contraturadas que produzem dor referida em áreas distantes ou adjacentes. Esses pontos são característicos da síndrome dolorosa miofascial, a qual pode ser tratada através de técnicas de inibição ativa ou posicional. A eficácia dessas técnicas se explica pelos mecanismos de sobrecarga neurológica, seguida da liberação de produtos endógenos analgésicos e aumento da oxigenação dos tecidos após a compressão e/ou os ciclos respiratórios com apnéia de dez segundos durante a técnica posicional. Pode-se alongar esses músculos afetados, mas somente após vinte quatro (24) horas depois que foi realizada a inibição (SANDE; PARIZZOTO, 2008; UNNO; SAKATA; ISSY, 2008).

2.2.5 Pompage

O corpo humano possui uma trama de tecido conjuntivo composto por colágeno, elastina e substância fundamental que se espalha por todo o corpo sem interrupção, envolvendo todos os tecidos. Esse tecido conjuntivo é chamado de fáscia e pode ser classificada em fáscia superficialis e aponeurose superficial (BIENFAIT, 1999; SENA; FONTEQUE, 2006).

A fáscia cria espaços intersticiais, ao nível celular, que tem funções importantes de proteção, separação, respiração celular, eliminação, nutrição, sustentação, formação da linfa e funciona como agente mecânico na circulação de retorno e da globalidade. O trauma ou disfunção da fáscia pode causar ineficiência celular, necrose, dor e disfunção do corpo inteiro. Sendo assim, suas principais indicações para o tratamento são: dores crônicas e agudas, distúrbios da ATM, fibromialgia, espasmos e contraturas musculares, má postura, prevenção

de formação de quelóides nas cicatrizes cirúrgicas, stress, tensão pré-menstrual (TPM), enxaqueca e edema (BIENFAIT, 1999; ROCHA et al, 2008; SENA; FONTEQUE, 2006).

A pompage baseia-se na pressão manual imposta as fáscias, liberando as restrições miofascias (SENA; FONTEQUE, 2006).

Como objetivos das pompage (tratamento das fáscias) apresentamos incentivo circulatório, relaxamento muscular, prevenção e tratamento das retrações assim como da fase inicial da degeneração cartilaginosa, pois proporciona um reequilíbrio hídrico nos tecidos. A técnica de pompage é realizada em três tempos: tensionamento do segmento (alongamento lento, regular e progressivo até o limite da fáscia), manutenção da tensão e tempo de retorno da fáscia (impondo resistência). Nesse último momento quebram-se as barreiras, os bloqueios e as estases (BIENFAIT, 1999).

2.2.6 Alongamento muscular passivo

O alongamento muscular passivo consiste em uma técnica onde o movimento é realizado por um agente externo e o indivíduo não contribui para gerar a força do alongamento. Pode ser usado no tratamento e prevenção de doenças músculo-esqueléticas (ROSA et al, 2006).

Este alongamento deve ser utilizado aplicando-se uma intensidade de tensão até que o paciente refira uma tensão sem dor, ou até o fisioterapeuta sentir uma rigidez ou restrição ao movimento. Esses exercícios de alongamento são amplamente utilizados na fisioterapia, principalmente para aumentar a Amplitude de Movimento (ADM) (BONVICINE; GONÇALVES; BATIGÁLIA, 2008; BRANCO et al, 2008; VIEIRA, 2008).

O relaxamento muscular é obtido após o alongamento muscular, pois esse estimula os órgãos tendinosos de Golgi (MORELLI; REBELATTO, 2008).

2.2.7 Alongamento por inibição ativa

O alongamento por inibição ativa é uma técnica de relaxamento reflexo das estruturas contráteis do músculo, que tem como objetivo inibir as tensões musculares antes do alongamento através de uma menor resistência das unidades contráteis. Essa técnica funciona através da inibição autogênica e/ou inibição recíproca. O músculo tratado e o músculo do lado oposto da articulação devem estar com inervação normal e controle voluntário. Suas principais técnicas são manter relaxar, contração do agonista, contrair-relaxar e manter relaxar com contração do agonista (KISNER, 2005).

A inibição autógena consiste no relaxamento do grupo muscular submetido a tensão muscular prévia que foi captada pelos órgãos semitendíneos. A partir dessa tensão os neurônios motores alfa são inibidos pelo reflexo medular e o músculo tende a relaxar. Na inibição recíproca a tensão causa relaxamento no grupo muscular oposto ao que está sendo contraído por via do reflexo medular, dessa forma o posterior alongamento do músculo relaxado torna-se mais fácil (MALYS; CAMPOS, 2006).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Realizou-se um estudo transversal e quantitativo, em 03 clínicas escolas e 01 clínica particular de Fisioterapia, localizadas no município de Fortaleza-CE, no período de julho a outubro de 2008. A amostra constou de todos os acadêmicos de Fisioterapia que participam de estágios curricular e extra-curricular nas clínicas participantes da pesquisa.

Os dados foram coletados através da aplicação de um questionário semi-estruturado elaborado pela pesquisadora, o qual investigava sobre: utilização da TM, motivos pelos quais não utilizam a TM, as técnicas mais utilizadas de TM, eficácia do uso da TM no tratamento, quais as disfunções que mais utilizam TM como forma de tratamento, se utilizam as técnicas de TM isoladas ou associadas a outros recursos e quais são esses recursos. O questionário também contemplou identificação do sexo, data de nascimento, semestre que está cursando na Faculdade e clínica onde realiza estágio.

Os dados foram tabulados e analisados através de software estatístico Microsoft Excel e expressos em gráficos (apresentação oral) e tabelas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Foram analisados os questionários aplicados em quatro clínicas, onde se abordou todos os acadêmicos de Fisioterapia que atendem nessas clínicas. No total foram 58 (cinquenta e oito) acadêmicos.

O percentual de utilização da TM como recurso terapêutico pelos acadêmicos foi: na clínica A 100%, na clínica B 54%, na clínica C 100%, na clínica D 95%.

Quando questionados sobre a eficácia da TM como recurso terapêutico obteve-se os seguintes resultados: na clínica A 33% dos acadêmicos consideram que a TM é eficaz por ter um efeito rápido, 38% por trabalhar o paciente globalmente e 29% por diminuir a dor. Na clínica B 18% consideram que a TM é eficaz por ter um efeito rápido, 36% por trabalhar o paciente globalmente e 46% por diminuir a dor. Na clínica C 40% consideram que a TM é eficaz por ter um efeito rápido, 24% por trabalhar o paciente globalmente e 36% por diminuir a dor. Na clínica D 14% consideram que a TM é eficaz por ter um efeito rápido, 57% por trabalhar o paciente globalmente e 29% por diminuir a dor.

Outro ponto questionado aos participantes da pesquisa foi quais as técnicas de TM mais utilizadas por eles. O resultado segue abaixo, tabela 1.

| Técnica | Clinica A (Acadêmico) | Clinica B (Acadêmico) | Clinica C (Acadêmico) | Clinica D (Acadêmico) |
|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Anatomia palpatória | 12% | 6% | 8% | 14% |
| Massoterapia | 15% | 15% | 14% | 14% |
| Mobilização intra-articular | 15% | 19% | 17% | 14% |
| Inibição de ponto gatilho | 15% | 15% | 17% | 16% |
| Pompage | 15% | 12% | 16% | 13% |
| Alongamento passivo | 16% | 15% | 16% | 17% |
| Alongamento por inibição ativa | 11% | 12% | 11% | 12% |
| Outros* | 1% | 6% | 1% | - |

Tabela 1 – Percentual das técnicas de Terapia Manual mais utilizadas pelos acadêmicos de Fisioterapia.

* Clínica A: liberação do tronco simpático e mobilização neural. Clínica B: alongamento neural e mobilizações. Clínica C: traço de liberação.

Os resultados obtidos sobre as disfunções mais tratadas com TM foram: clínica A, 42% dos acadêmicos utilizam a TM para tratar disfunções osteo-articulares, 46% para disfunções musculares, 12% tratamento anti-estresse. Na clínica B, 50% dos acadêmicos utilizam a TM para tratar disfunções osteo-articulares, 36% para disfunções musculares, 14% tratamento anti-estresse. Na clínica C, 42% dos acadêmicos utilizam a TM para tratar disfunções osteo-articulares, 50% para disfunções musculares, 8% tratamento anti-estresse. Na clínica D, 50% dos acadêmicos utilizam a TM para tratar disfunções osteo-articulares, 43% para disfunções musculares, 7% tratamento anti-estresse.

Nas clínicas A, B e C 100% dos acadêmicos utilizam a TM associada a outros recursos durante o tratamento dos pacientes. Na clínica D, 72% dos acadêmicos utilizam a TM associada a outros recursos e somente 28% dos acadêmicos utiliza a TM isoladamente.

Aos participantes que utilizam a TM associada a outros recursos foi perguntado quais os recursos mais utilizados; e tivemos os seguintes resultados (tabela 2).

| Técnica | Clinica A (Acadêmico) | Clinica B (Acadêmico) | Clinica C (Acadêmico) | Clinica D (Acadêmico) |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Termoterapia | 29% | 35% | 28% | 34% |
| Correntes Diadinâmicas de Bernard | 2% | 5% | - | - |
| Corrente Galvânica | 7% | - | 3% | 3% |
| Corrente Farádica | 2% | - | 3% | - |
| TENS | 29% | 35% | 32% | 34% |
| FES | 27% | 25% | 31% | 23% |
| RPG | 4% | - | 3% | 3% |
| Outros* | - | - | - | 3% |

Tabela 2 – Percentual dos recursos mais utilizados associados com a Terapia Manual pelos acadêmicos.

* Clínica D: hidroterapia.

O presente estudo procurou demonstrar a aplicabilidade da TM como método de tratamento fisioterápico utilizado pelos acadêmicos de Fisioterapia.

Morelli e Rebelatto (2007) realizaram um estudo de seis casos onde analisaram a eficácia da TM no tratamento de indivíduos cefaléicos, no qual foram utilizadas técnicas de pompage, alongamento, mobilização intra-articular e massoterapia. Os resultados mostraram que essas técnicas são eficazes na diminuição da sintomatologia dolorosa. No nosso estudo mostramos que essas técnicas continuam sendo bastante utilizadas como método de tratamento fisioterápico, mas não foram analisadas suas eficácias (MORELLI, REBELATTO, 2008).

Salvador, El Daher Neto e Ferrari (2008), em Campo Grande, desenvolveram um estudo sobre a aplicabilidade da técnica de alongamento por inibição ativa para alívio da dor lombar e ganho de amplitude de movimento e obtiveram resultados de diminuição significativa da dor. Nosso estudo mostrou que essa mesma técnica é de grande relevância no tratamento de disfunções osteo-articulares e musculares adotados pelos acadêmicos

Os acadêmicos das clínicas em estudo utilizam as técnicas de alongamento por inibição ativa em seus pacientes em uma média de 11,2%, isso indica que essas técnicas têm boa aceitabilidade durante o tratamento. Em seu estudo sobre a análise comparativa das técnicas de contrair-relaxar e manter-relaxar no ganho de flexibilidade, Malys e Campos (2006) constataram que essas técnicas têm uma eficácia satisfatória no ganho de amplitude dos músculos, mas nosso estudo não discriminou as duas técnicas.

Segundo Konopatzki, Campos e Martins (2008), em um estudo realizado na Clínica de Fisioterapia e Reabilitação da PUC-PR, com secretárias voluntárias desta mesma instituição mostraram que a massoterapia tem um efeito eficaz na prevenção das complicações provocadas pelo estresse. No atual trabalho observamos que essa técnica milenar continua sendo utilizada como método de tratamento não somente na área de estética, mas também nas disfunções neuromusculares.

Não foram encontrados estudos que relatassem a utilização das técnicas de TM mais utilizadas por acadêmicos, mas a literatura mostra que a TM é bastante relevante quando se pretende tratar restrições articulares e musculares, melhorando a circulação, diminuindo a compressão nervosa e a dor (BRIGANÓ; MACEDO, 2008; DEEG, 2008; MORELLI, REBELATTO, 2008; SUCCI; SILVA, 2006).

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que as técnicas de TM tem sido bastante utilizadas pelos acadêmicos de Fisioterapia, principalmente para tratamento de disfunções osteo-articulares e musculares. Na

sua maioria, essas técnicas foram utilizadas associadas a outros recursos terapêuticos como a eletroterapia e a termoterapia.

REFERÊNCIAS

BIENFAIT, Marcel. **Estudo e tratamento do esqueleto fibroso: Fascias e Pompages**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999.

BONVICINE, Cristiane; GONÇALVES, Claus; BATIGÁLIA, Fernando. Comparação do ganho de flexibilidade isquiotibial com diferentes técnicas de alongamento passivo. **Acta fisiatrica**. 2005. Disponível em: <<http://www.bireme.br>>. Acesso em: 18 maio 2008.

BRANCO, V. R. et al. Relação entre a tensão aplicada e a sensação de desconforto nos músculos isquiotibiais durante o alongamento. **Revista brasileira de fisioterapia**, São Carlos, v. 10, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 maio 2008.

BRIGANÓ, Josyane Ulian; MACEDO, Christiane de Souza Guerino. Análise da mobilidade lombar e influência da terapia manual e cinesioterapia na lombalgia. **Ciências biológicas e da saúde**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 75-82, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/proppg/semina/pdf>>. Acesso em: 11 maio 2008.

CASSAR, Mario-Paul. **Massagem - curso completo**. São Paulo: Manole, 2001.

CLAY, James H.; POUNDS, David M. **Massoterapia clínica: integrando anatomia e tratamento**. São Paulo: Manole, 2003.

DEEG, Thomas B.; et AL. A terapia manual é uma forma eficaz de tratamento provida por fisioterapeutas. **Terapia Manual**. 2008. Disponível em: <<http://www.terapiamanual.com.br/br/artigos.php?v=1&pg=artigos/fisioterapeutas.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

EDMOND, Susan L. **Manipulação e mobilização: técnicas para membros e coluna**. São Paulo: Manole, 2000.

GOULD, James A. **Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1993.

KISNER, Carolyn. **Exercícios terapêuticos fundamentos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2005.

KONOPATZKI, Amanda Cristina; CAMPOS, Annayara Telles; MARTINS, Carolina. Massoterapia na prevenção das complicações do stress. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, 2001. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em: 11 out. 2008.

LADEIRA, Carlos Emílio. Terapia manual: definições, princípios e conceitos básicos. **Fisioterapia em movimento**. Curitiba, out. 1997/mar. 1998. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em: 11 maio 2008.

MAKOFSKY, Howard W. **Coluna vertebral: Terapia Manual**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

MALYS, Tais Sarzenski; CAMPOS, Deivis de. Comparação entre duas técnicas de alongamento muscular baseadas na facilitação neuromuscular proprioceptiva: contrair-relaxar e manter-relaxar. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.

MORELLI, J. G. S.; REBELATTO, J. R. A eficácia da terapia manual em indivíduos cefaléicos portadores e não-portadores de degeneração cervical: análise de seis casos. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 11 maio 2008.

PALMER, M. Lynn; EPLER, Márcia E. **Fundamentos das técnicas de avaliação musculoesquelética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

RESENDE, M. A. et al. Estudo da confiabilidade da força aplicada durante a mobilização articular ântero-posterior do tornozelo. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 10, n. 2, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-3552006000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 30 ago. 2008.

ROCHA, Maíra de Oliveira et al. Hidroterapia, pompage e alongamento no tratamento de fibromialgia: relato de caso. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em: 17 maio 2008.

ROSA, Alessandra Schleder da et al. Análise comparativa da flexibilidade da coluna vertebral antes e após alongamentos ativo e passivo. **Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.

SALVADOR, Daniel; EL DAHER NETO, Pedro; FERRARI, Fernando Pierette. Aplicação da técnica de energia muscular em coletores de lixo com lombalgia mecânica aguda. **Fisioterapia e pesquisa**, [s. l.], 2005. Disponível em: <www.crefito3.com.br/revista/usp/05_05_08/pdf/>. Acesso em: 2 out. 2008.

SANDE, L. A. P; PARIZZOTO, N. A; Castro, C. E. S. Síndrome dolorosa miofascial: artigo de revisão. **Revista brasileira de Fisioterapia**, [s. l.], jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>>. Acesso em: 14 maio 2008.

SANTOS, João Paulo Retondaro dos; Nonaka, Paula Naomi. Utilização da Osteopatia craniana no tratamento de pacientes com insônia primária crônica. **Terapia manual**, [s. l.], out./dez. 2007. Disponível em: <www.bireme.br>. Acesso em: 25 maio 2008.

SENA, Milena Silva; FONTEQUE, Maria Amélia Carmona. Avaliação do questionário de Roland-Morris aplicado em pacientes com lombalgia subaguda submetidos a um programa de manipulação miofascial. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.

SUCCI, Flávia Damásio; SILVA, Rodolfo Biazi Xavier. Aplicação de técnicas de terapia manual crânio-sacra como tratamento dos sintomas associados a disfunções da glândula tireóide. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.

TIXA, Serge. **Atlas de anatomia palpatória do membro inferior**: investigação manual de superfície. São Paulo: Manole, 2000a.

TIXA, Serge. **Atlas de anatomia palpatória do pescoço, do tronco e do membro superior**. São Paulo: Manole, 2000b.

UNNO, Eduardo Keiichi; SAKATA, Rioko Kimiko; ISSY, Adriana Machado. Estudo comparativo entre toxina botulínica e bupivacaína para infiltração de pontos-gatilho em síndrome miofascial crônica. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, Campinas, v. 55, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 maio 2008.

VIEIRA, W. H. B. et al. Efeito de duas técnicas de alongamento muscular dos isquiotibiais na amplitude de extensão ativa do joelho e no pico de torque. **Revista brasileira de Fisioterapia**, [s. l.], jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe>>. Acesso em: 18 maio 2008.

AF 17: TERAPIA MANUAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Juliana Ramiro Luna Castro¹; Cíntia Maria Torres Rocha Silva²

RESUMO

A Terapia Manual (TM) é um método terapêutico e propedêutico que utiliza como objeto de trabalho basicamente as mãos do fisioterapeuta. Outras classes que utilizam a TM como forma de tratamento são os massoterapeutas, osteopatas e educadores físicos. Suas aplicações mais comuns são no tratamento fisioterápico das disfunções neuronais, musculares e osteoarticulares, reduzindo a dor e a cefaléia de tensão, reforçando a função muscular e reeducando as posturas corporais durante as atividades da vida diária. Dentre as técnicas de TM existentes foram abordadas neste estudo anatomia palpatória, massoterapia, mobilização intra-articular, inibição de ponto gatilho, pompage, alongamento passivo e alongamento por inibição ativa. Essas técnicas se baseiam na filosofia de que o paciente deve ser tratado de maneira global, agindo na causa primária da disfunção, evitando a progressão da patologia. O objetivo principal deste trabalho foi estudar a TM como parte do tratamento fisioterápico, visando descrever suas técnicas e suas aplicabilidades junto às disfunções neuromusculoesqueléticas. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico, utilizando o acervo da biblioteca da Faculdade Christus, localizada na cidade de Fortaleza-CE, no período de julho a agosto de 2008 e as informações obtidas foram reforçadas através de buscas em sites de caráter científico. Conclui-se que a TM e suas técnicas são bastante relevantes no tratamento fisioterápico, principalmente para tratar as disfunções osteo-articulares e musculares, atuando de forma global, avaliando e tratando o paciente com enfoque na causa da disfunção, aliviando seus sintomas e melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

Palavras-chaves: Terapia manual, Tratamento, Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A Terapia Manual (TM) é um método de tratamento bastante utilizado na Fisioterapia a qual tem como instrumento básico as mãos do profissional. Outras classes também utilizam a TM, dentre elas encontram-se os massoterapeutas, educadores físicos e osteopatas.

Sua utilização é documentada desde antiguidade, onde os sábios mobilizavam os tecidos moles do corpo como forma de terapia física. Atualmente é considerado um método de avaliar e tratar disfunções dos mais variados sistemas do corpo humano (GOULD, 1993; LADEIRA, 2008; MAKOFSKY, 2006).

Essa técnica foi bem aceita pela sociedade, pois o toque das mãos do fisioterapeuta passa uma sensação de confiança para o paciente através do contato entre o profissional de saúde e o paciente.

A TM baseia-se no princípio de que se deve tratar o paciente globalmente agindo diretamente na causa da disfunção. Isso se explica através das conexões existente entre todos os tecidos do corpo humano. As técnicas mais utilizadas são: anatomia palpatória, massoterapia, mobilização intra-articular, inibição de ponto gatilho, pompage, alongamento passivo e alongamento por inibição ativa.

O objetivo principal deste trabalho foi estudar a TM como parte do tratamento fisioterápico, visando descrever suas técnicas e as suas aplicabilidades junto às disfunções neuromusculoesqueléticas; e aprimorar a pesquisa acadêmica desenvolvendo assim a capacidade crítica fisioterápica.

¹ Acadêmica do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

² Professora Ms., Orientadora.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Terapia manual

Acredita-se que a TM surgiu da manipulação de tecidos moles do corpo humano que era utilizada como forma de terapêutica física na antiguidade. Atualmente é considerada um método de avaliação e tratamento das disfunções do sistema neuromusculoesquelético (GOULD, 1993; MAKOFSKY, 2006).

Nos últimos 30 anos, houve uma expansão mais intensa da TM, seus princípios tem sido de grande utilidade no tratamento fisioterápico das disfunções músculo-esqueléticas (LADEIRA, 2008).

Estudos recentes apontam que a TM tem significativa eficácia no tratamento da melhora da dor, da cefaléia de tensão, da função muscular e reeducação das posturas durante as Atividades da Vida Diária (AVD's). Outros efeitos alcançados com a TM são: melhora da homeostase e do movimento das restrições articulares, redução das restrições da tensão membranosa, melhora da circulação e redução da compressão neural (BRIGANÓ, MACEDO, 2008; DEEG, 2008; MORELLI, J. G. S.; REBELATTO, J. R., 2008; SUCCI, SILVA, 2006).

Quando utilizada para tratar disfunções posturais através da TM é indicado atendimento semanal de 30 a 90 minutos, pois possibilita o reequilíbrio do organismo nos dias entre as sessões. Nos outros casos pode-se fazer atendimento diário ou dias intercalados (CAMPOS, COELHO, 1999).

2.2 Técnicas de terapia manual

2.2.1 Anatomia palpatória

A anatomia palpatória é uma forma de propedêutica física com métodos de inspeção e palpação de suma importância na avaliação do paciente. Ela é realizada através de uma pegada bidigital (compressão com os dedos polegar e indicador em pinça) onde é verificada a presença de edema, alterações da forma, alterações da pele, localização de músculos, estruturas ósseas e articulares, palpação cardíaca, respiratória e de vísceras. Dentre as técnicas de TM essa é a considerada a inicial do tratamento (TIXA, 2000a; TIXA 2000b).

2.2.2 Massoterapia

A massoterapia consiste em técnicas de mobilização manual de tecidos moles do corpo com finalidade terapêutica, anti-stress, relaxamento muscular, estética e esportiva. Baseia-se no fundamento de que o indivíduo é um organismo global onde tudo está interligado (CLAY, POUNDS, 2003).

Durante a massagem, ocorre estimulação direta dos mecanorreceptores, os quais promovem a liberação de opióides endógenos no local massageado. A circulação local é aumentada fazendo com que os metabólitos da dor sejam removidos. Isso gera informações aferentes significativas que causam analgesia e relaxamento muscular (MORELLI, J. G. S.; REBELATTO, J. R., 2008).

Durante o atendimento, o paciente deve estar relaxado em um ambiente calmo, com pouca luz e aconchegante, pode-se colocar uma música instrumental para ajudar no relaxamento. Utiliza-se óleo, creme ou talco para diminuir o atrito com a pele durante a realização dos movimentos; onde os principais são: deslizamento superficial e profundo, amassamento palmar e em torcedura, cutiladas, cutiladas pontuais, punho percussão, fricção, rolamento de pele, compressão, vibração e sacudimento (CAMPOS, COELHO, 1999; CASSAR, 2001).

2.2.3 Mobilização intra-articular

A mobilização intra-articular consiste na movimentação passiva, realizado pelo terapeuta, das superfícies articulares que se movem durante o movimento angular (osteocinemático). É realizado um movimento de baixa velocidade onde se decoapta e mobiliza a articulação, restaurando a artrocinemática, ou seja, os movimentos de giro, rolamento e deslizamento entre as superfícies articulares respeitando a regra do côncavo-convexo (GOULD, 1993; PALMER, EPLER, 2000).

A técnica de mobilização intra-articular baseia-se na regra do côncavo-convexo, a qual refere uma combinação de movimentos acessórios que ocorrem nas articulações sinoviais conforme a sua superfície. A superfície convexa móvel desliza no sentido oposto ao movimento osteocinemático e a superfície côncava móvel desliza no mesmo sentido do movimento osteocinemático (PALMER, EPLER, 2000).

Durante os movimentos de separação ou deslizamento de pequena amplitude da articulação, o fluido sinovial é restaurado, conduzindo nutrientes às porções avasculares da cartilagem articular e impedindo os efeitos dolorosos e degenerativos. Assim, temos como principais indicações o tratamento da dor, do espasmo e da hipomobilidade articular. No entanto devemos ter cuidado com fraturas ósseas não consolidadas, subluxações, frouxidão ligamentar, enfermidades malignas e osteoporose (GOULD, 1993).

Um dos efeitos provocados por essa técnica é a analgesia, que ocorre rapidamente após a mobilização. Com a repetição do tratamento, observa-se uma distribuição somatotópica e também um efeito analgésico cumulativo (DEEG, 2008).

2.2.4 Inibição de ponto gatilho

Pontos gatilhos são pontos dolorosos, sensíveis e palpáveis em bandas musculares contraturadas que produzem dor referida em áreas distantes ou adjacentes. Esses pontos são característicos da síndrome dolorosa miofascial, a qual pode ser tratada através de técnicas de inibição ativa ou posicional (SANTOS, 2006; UNNO, SAKATA, ISSY, 2008).

A eficácia dessas técnicas se explica pelos mecanismos de sobrecarga neurológica, seguida da liberação de produtos endógenos analgésicos e aumento da oxigenação dos tecidos após a compressão e/ou os ciclos respiratórios com apnéia de dez segundos durante a técnica posicional. Pode-se alongar esses músculos afetados, mas somente após vinte quatro (24) horas depois que foi realizada a inibição (UNNO, SAKATA, ISSY, 2008; SANDE, PARIZZOTO, CASTRO, 2008).

2.2.5 Pompage

O corpo humano possui uma trama ininterrupta de tecido conjuntivo composto por colágeno, elastina e substância fundamental que se espalha por todo o corpo, envolvendo todos os tecidos (fáscia). Essa fáscia pode ser classificada em fáscia superficialis e aponeurose superficial (BIENFAIT, 1999; SENA, FONTEQUE, 2006).

A fáscia cria espaços intersticiais, ao nível celular, que tem importantes funções de proteção, separação, respiração celular, eliminação, nutrição, sustentação, formação da linfa. Esta funciona como agente mecânico na circulação de retorno e da globalidade (BIENFAIT, 1999; SENA, FONTEQUE, 2006; ROCHA, OLIVEIRA, OLIVEIRA, MESQUITA, 2008).

O trauma ou disfunção da fáscia pode causar ineficiência celular, necrose, dor e disfunção do corpo inteiro. Sendo assim, suas principais indicações para o tratamento são: dores crônicas e agudas, distúrbios da ATM, fibromialgia, espasmos e contraturas musculares, má postura, prevenção de formação de quelóides nas cicatrizes cirúrgicas, stress, TPM, enxaqueca e edema (BIENFAIT, 1999; SENA, FONTEQUE, 2006; ROCHA, OLIVEIRA, OLIVEIRA, MESQUITA, 2008).

A pompage é uma técnica da TM que se baseia em suave pressão manual imposta as fáscias com o objetivo de liberar as restrições miofascias (SENA, FONTEQUE, 2006).

Como objetivos das pompage (tratamento das fáscias) apresentamos incentivo circulatório, relaxamento muscular, prevenção e tratamento das retrações e da fase inicial da degeneração cartilaginosa, pois proporciona um reequilíbrio hídrico nos tecidos. A técnica de pompage é realizada em três tempos: tensionamento do segmento (alongamento lento, regular e progressivo até o limite da fáscia), manutenção da tensão (mantém a tensão que está sendo imposta a fáscia) e tempo de retorno da fáscia (impondo resistência). Nesse último momento quebram-se as barreiras, os bloqueios e as estases (BIENFAIT, 1999).

2.2.6 Alongamento muscular passivo

O alongamento muscular passivo consiste em uma técnica de afastamento da origem e inserção dos músculos onde um agente externo realiza um movimento e o indivíduo não contribui para gerar a força do alongamento (ROSA, XIMENES, PADILHA, CARVALHO, 2006).

Este alongamento é utilizado no tratamento e prevenção de doenças músculo-esqueléticas. Deve-se aplicar uma intensidade de tensão até o ponto máximo em que o sujeito não refira dor, ou até o fisioterapeuta sentir uma rigidez ou restrição ao movimento (BONVICINE, GONÇALVES, BATIGÁLIA, 2008; BRANCO, 2008; VIEIRA, 2008).

O relaxamento muscular é obtido após o alongamento muscular, pois esse estimula os órgãos tendinosos de Golgi. Assim, esses exercícios de alongamento são amplamente utilizados na fisioterapia, para aumentar a Amplitude de Movimento (ADM) (MORELLI, J. G. S.; REBELATTO, J. R., 2008).

2.2.7 Alongamento por inibição ativa

O alongamento por inibição ativa é uma técnica de relaxamento reflexo das estruturas contráteis do músculo, que tem como objetivo inibir as tensões musculares antes do alongamento através de uma menor resistência das unidades contráteis. Essas técnicas funcionam através da inibição autogênica e inibição recíproca. Logo o músculo tratado ou o músculo do lado oposto da articulação deve estar com inervação normal e controle voluntário. Suas principais técnicas são: manter-relaxar, contração do agonista, contrair-relaxar e manter-relaxar com contração do agonista (KISNER, 2005).

É um método manipulativo no qual o indivíduo utiliza ativamente seus músculos a partir de uma posição controlada em direção específica e contra uma resistência. Seus principais efeitos são: alongamento e fortalecimento muscular, aumento da amplitude de movimento (ADM) e redução do quadro algíco decorrente de espasmo muscular (SALVADOR, EL DAHER NETO, FERRARI, 2008).

A inibição autógena consiste no relaxamento do grupo muscular submetido à tensão muscular prévia que foi captada pelos órgãos semitendíneos. A partir dessa tensão os neurônios motores alfa são inibidos pelo reflexo medular e o músculo tende a relaxar. Na inibição recíproca a tensão causa relaxamento no grupo muscular oposto ao que está sendo contraído por via do reflexo medular, dessa forma o posterior alongamento do músculo relaxado torna-se mais fácil (MALYS, CAMPOS, 2006).

3 CASUÍSTICA E MÉTODOS

Realizou-se um estudo bibliográfico no período de Julho a Agosto de 2008 sobre Terapia Manual.

Os dados bibliográficos identificados nas publicações foram expressos descritivamente. Para a elaboração destes dados foram consultadas publicações científicas utilizando como fonte sites (PUBMED, MEDLINE), e conteúdos de diversas revistas da área em questão coletados no acervo da biblioteca da Faculdade Christus situada na cidade de Fortaleza-CE, e

através da leitura e interpretação de livros, periódicos e artigos foi construído um texto conciso a respeito da TM.

4 CONCLUSÃO

Diante ao grande número de pessoas acometidas por disfunções neuromusculoesqueléticas e que tem o tratamento fisioterápico, muitas vezes, como elemento decisivo para o processo da cura; concluiu-se que este trabalho torna-se de grande importância para que a comunidade acadêmica que inicia seus passos na pesquisa científica, pois se espera que através dos conhecimentos expostos, estes possam conhecer mais profundamente sobre a TM e suas técnicas.

Conforme relato feito durante esse projeto, constatou-se que as técnicas de TM atuam de forma global avaliando e tratando o paciente com enfoque na causa da disfunção, aliviando seus sintomas e melhorando sua qualidade de vida.

Vale ressaltar que mais estudos sobre a TM e suas técnicas são necessários, sempre objetivando a obtenção de um maior conhecimento científico para que o paciente seja beneficiado por um tratamento cada vez mais seguro e benéfico.

REFERÊNCIAS

BIENFAIT, Marcel. **Estudo e tratamento do esqueleto fibroso: Fascias e Pompages**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1999.

BONVICINE, Cristiane; GONÇALVES, Claus; BATIGÁLIA, Fernando. Comparação do ganho de flexibilidade isquiotibial com diferentes técnicas de alongamento passivo. **Acta fisiatrica**, [s. l.], ago. 2005. Disponível em: <<http://www.bireme.br>>. Acesso em: 18 maio 2008.

BRANCO, V. R. et al. Relação entre a tensão aplicada e a sensação de desconforto nos músculos isquiotibiais durante o alongamento. **Revista brasileira de fisioterapia**, São Carlos, v. 10, n. 4, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 maio 2008.

BRIGANÓ, Josyane Ulian; MACEDO, Christiane de Souza Guerino. Análise da mobilidade lombar e influência da terapia manual e cinesioterapia na lombalgia. **Ciências biológicas e da saúde**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 75-82, jul./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uel.br/proppg/semina/pdf>>. Acesso em: 11 maio 2008.

CAMPOS, José Maria; COELHO, Geraldo Domingos. **A medicina resgatada: uma introdução à práxis vertebralis**. 2. ed. São Paulo: Pensamento, 1999.

CASSAR, Mario-Paul. **Massagem: curso completo**. São Paulo: Manole, 2001.

CLAY, James H.; POUNDS, David M. **Massoterapia clínica: integrando anatomia e tratamento**. São Paulo: Manole, 2003.

DEEG, Thomas B.; et AL. A terapia manual é uma forma eficaz de tratamento provida por fisioterapeutas. **Terapia Manual**, [s. l.], 2008. Disponível em: <<http://www.terapiamanual.com.br/br/artigos.php?v=1&pg=artigos/fisioterapeutas.htm>>. Acesso em: 18 jul. 2008.

GOULD, James A. **Fisioterapia na ortopedia e na medicina do esporte**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1993.

- KISNER, Carolyn. **Exercícios terapêuticos fundamentos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2005.
- LADEIRA, Carlos Emílio. Terapia manual: definições, princípios e conceitos básicos. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, out. 1997/mar. 1998. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em: 11 maio 2008.
- MALYS, Tais Sarzenski; CAMPOS, Deivis de. Comparação entre duas técnicas de alongamento muscular baseadas na facilitação neuromuscular proprioceptiva: contrair-relaxar e manter-relaxar. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.
- MAKOFSKY, Howard W. **Coluna vertebral: Terapia Manual**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- MORELLI, J. G. S.; REBELATTO, J. R. A eficácia da terapia manual em indivíduos cefaléicos portadores e não-portadores de degeneração cervical: análise de seis casos. **Revista Brasileira de fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 11 maio 2008.
- PALMER, M. Lynn; EPLER, Márcia E. **Fundamentos das técnicas de avaliação musculoesquelética**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- ROCHA, Maíra de Oliveira; OLIVEIRA, Raquel Alencar de; OLIVEIRA, Jussara de; MESQUITA, Raquel Agnelli. Hidroterapia, pompagem e alongamento no tratamento de fibromialgia: relato de caso. **Fisioterapia em movimento**, Curitiba, abr./jun. 2006. Disponível em: <<http://bases.bireme.br>>. Acesso em: 17 maio 2008.
- ROSA, Alessandra Schleder da; XIMENES, Márcia Gisele Mendonça; PADILHA, Rogério Fernando Fontes; CARVALHO, Paulo de Tarso Camillo. Análise comparativa da flexibilidade da coluna vertebral antes e após alongamentos ativo e passivo. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.
- SALVADOR, Daniel; EL DAHER NETO, Pedro; FERRARI, Fernando Pierette. Aplicação da técnica de energia muscular em coletores de lixo com lombalgia mecânica aguda. **Fisioterapia e pesquisa**, [s. l.], 2005. Disponível em: <www.crefito3.com.br/revista/usp/05_05_08/pdf/>. Acesso em: 2 out. 2008.
- SANDE, L. A. P.; PARIZZOTO, N. A.; CASTRO, C. E. S. Síndrome dolorosa miofascial: artigo de revisão. **Revista brasileira de fisioterapia**, [s. l.], jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/>>. Acesso em: 14 maio 2008.
- SANTOS, Andréa N. B. et al. Síndrome da Fibromialgia. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.
- SENA, Milena Silva; FONTEQUE, Maria Amélia Carmona. Avaliação do questionário de Roland-Morris aplicado em pacientes com lombalgia subaguda submetidos a um programa de manipulação miofascial. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.
- SUCCI, Flávia Damásio; SILVA, Rodolfo Biazi Xavier. Aplicação de técnicas de terapia manual crânio-sacra como tratamento dos sintomas associados a disfunções da glândula

tireóide. **Revista Terapia Manual: Fisioterapia Manipulativa**, [s. l.], v. 4, n. 17, jul./set. 2006.

TIXA, Serge. **Atlas de anatomia palpatória do membro inferior: investigação manual de superfície**. São Paulo: Manole, 2000a.

TIXA, Serge. **Atlas de anatomia palpatória do pescoço, do tronco e do membro superior**. São Paulo: Manole, 2000b.

UNNO, Eduardo Keiichi; SAKATA, Rioko Kimiko; ISSY, Adriana Machado. Estudo comparativo entre toxina botulínica e bupivacaína para infiltração de pontos-gatilho em síndrome miofascial crônica. **Revista Brasileira de Anestesiologia**, Campinas, v. 55, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 14 maio 2008.

VIEIRA, W. H. B et al. Efeito de duas técnicas de alongamento muscular dos isquiotibiais na amplitude de extensão ativa do joelho e no pico de torque. **Revista brasileira de fisioterapia**, [s. l.], jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe>>. Acesso em: 18 maio 2008.

AF 18: PROPOSTA DE FICHA DE AVALIAÇÃO CÁRDIO - RESPIRATÓRIA PARA CLÍNICA ESCOLA DA FACULDADE CHRISTUS

Maria Irislene de Freitas¹; Geane Bezerra Correia²; Daniella Mara Lopes Coelho³

RESUMO

O programa de reabilitação cardiovascular e pulmonar da Faculdade Christus visa condicionar os pacientes acometidos com problemas cardíacos e pulmonares, objetivando melhorar a qualidade de vida do paciente. Antes que se faça qualquer programa de reabilitação é necessário ter o conhecimento do estado real em que o paciente se encontra, através de uma avaliação completa e direcionada. Visto que a clínica escola da Faculdade Christus não dispõe de uma ficha de avaliação cardiovascular, o objetivo deste trabalho é elaborar uma ficha de avaliação cardiorespiratória e propor o seu uso pelos profissionais e acadêmicos da Clínica Escola da Faculdade Christus. As pesquisas foram realizadas em livros, artigos de periódicos científicos da biblioteca da Faculdade Christus e documentos eletrônicos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) entre os anos de 2002 e 2008. Fazem parte da ficha de avaliação cardiorespiratória, proposta neste artigo, os itens: 1 Identificação; 2 Queixa Principal e História da Doença Atual (HDA); 3 Antecedentes pregressos e familiares; 4 Uso de medicamento atualmente; 4 Exame físico (inspeção, palpação, ausculta cardíaca e pulmonar, avaliação muscular e postural); 5 Exames complementares e laboratoriais; 6 diagnóstico cinético-funcional; 7 objetivo do tratamento; 8 Tratamento fisioterápico. Espera-se que a aplicação desta ficha facilite o trabalho dos profissionais e acadêmicos que atuam na Clínica Escola da Faculdade Christus no direcionamento de uma reabilitação mais objetiva e eficaz. Espera-se, também, que esta proposta de ficha de avaliação cardiorespiratória possa simplificar o registro das informações coletadas durante a avaliação fisioterápica dos pacientes que procuram o atendimento deste ambulatório.

Palavras-chave: Avaliação. Fisioterapia. Cardiopulmonar.

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento que se tem hoje sobre avaliação clínica surgiu há mais de dois mil anos através do filósofo grego Hipócrates, que contribuiu padronizando o exame clínico acrescentando anamnese com a valorização das queixas dos pacientes, história familiar e hábitos de vida, juntamente com o exame físico (inspeção e palpação), Freud também teve sua participação, ao extrair das informações coletadas durante as entrevistas com seus pacientes o fator psicológico (PORTO, 2008).

A avaliação fisioterápica constitui a primeira etapa para um diagnóstico eficiente, lembrando que quanto maior a coleta de informações mais direcionada será a conduta. O profissional fisioterapeuta não deve iniciar seu tratamento baseado somente no diagnóstico médico, segundo o código de ética da fisioterapia o diagnóstico fisioterapêutico é dado através da avaliação de distúrbios cinético-funcionais da estrutura e funcionamento de sistemas e órgãos (GAVA, 2007).

A avaliação do estado clínico do paciente deve ser realizada pela coleta de dados através de uma minuciosa entrevista e exame físico do paciente, associado a exames complementares, com esses dados o fisioterapeuta garantirá parâmetros seguros para uma boa reabilitação. Para se chegar a um diagnóstico de patologias cardiovasculares e respiratória a avaliação deste sistema tem papel de destaque (IRWIN, 2003; SILVA, 2004).

A avaliação do sistema cardiovascular e pulmonar deve ser realizada com procedimento e métodos bem conhecidos como a inspeção, palpação, ausculta, caso seja necessário à observação do material expectorado pelo paciente, sendo também indispensável à avaliação da musculatura respiratória em cardiopatias, pois a patologia cardíaca ocasiona alterações hemodinâmicas, que levam a comprometimentos desta musculatura, originados pela

¹ Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

² Aluna do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

³ Professora MSc., Orientadora.

sobrecarga do sistema respiratório com o coração comprometido (FORGIARINI JUNIOR et al, 2007; SILVA, 2004).

Os sistemas cardíaco e respiratório estão intimamente interligados através da circulação sanguínea e possuem os mesmos objetivos: hematose, transporte de nutrientes e resíduos. Como esses sistemas trabalham em conjunto qualquer alteração em um desses causará repercussões diretas no outro (TORTORA, 2007).

O interesse deste estudo surgiu após uma visita a Clínica Escola da Faculdade Christus, onde foi observado o atendimento ambulatorial de pacientes cardiopatas, sendo mencionada à hipótese durante conversas com profissionais e acadêmicos, da necessidade de elaborar uma ficha cardiovascular para ser unificada a ficha de avaliação respiratória já existente. Através deste questionamento procuramos neste artigo elaborar uma ficha de avaliação cardiorespiratória e propor o seu uso pela Clínica Escola da Faculdade Christus.

2 O SISTEMA CARDÍOVASCULAR E PULMONAR OU INTERAÇÃO DO SISTEMA CARDIOVASCULAR E PULMONAR

O coração é um órgão que funciona como uma bomba propulsora e contrátil, propiciando irrigação e oxigenação dos tecidos de uma maneira adequada com o objetivo de suprir as necessidades metabólicas do organismo, o ciclo cardíaco é constituído dos eventos de sístole e diástole ventricular (DANGELO; FATTINI, 2002; GUYTON; HALL, 2003).

O Pulmão tem como principal função às trocas gasosas, com o objetivo de suprir o organismo de oxigênio e remover gás carbônico, o ciclo pulmonar ou respiratório é constituído de três etapas: ventilação, difusão e perfusão (TORTORA, 2007; PRESTO, 2005).

O Sistema Circulatório é composto do coração, vasos sanguíneos, plasma sanguíneo, células dentre outros. A circulação sanguínea é dividida basicamente em pequena circulação onde o sangue venoso pobre em oxigênio, sai do ventrículo direito e chega aos pulmões para realizar a hematose e a grande circulação ejeta sangue rico em O₂ para todo o organismo (VIEIRA, 2007; SILVERTHORN, 2003).

As células do organismo dependem de O₂ para realizarem as reações metabólicas, durante esse processo ocorre à liberação de CO₂ que em grandes quantidades é nocivo às células, para manter a homeostase os sistemas circulatório e respiratório trabalham em conjunto para fornecer O₂ necessário e eliminar CO₂ do organismo, a alteração destes sistemas provoca a morte celular decorrente do déficit de oxigenação e acúmulo de produtos teciduais (TORTORA, 2007; SILVERTHORN, 2003).

3 PATOLOGIAS DO SISTEMA CARDIOPULMONAR

As inúmeras patologias cardíacas e respiratórias existentes provocam uma limitação nas atividades da vida diária dos pacientes, por comprometer a resistência na realização de atividades simples, desencadeando comprometimentos sistêmicos no decorrer de sua evolução, causando distúrbios no sistema cardiopulmonar.

Os sintomas mais comuns dessas doenças são dispnéia, tosse seca e produtiva, fadiga, sintomas urinários, cerebrais e gastrintestinais dentre outros, a principal e mais importante das limitações é a intolerância ao exercício físico (SILVA, 2005; MELO, 2007).

4 AVALIAÇÃO

Para ser traçada qualquer atividade e exercício a um paciente deve-se avaliar primeiro a existência de qualquer instabilidade cardiopulmonar ao repouso (IRWIN, 2003).

O processo de avaliação é o momento crucial na abordagem do paciente, é através dele que o fisioterapeuta elabora um programa adequado que possa suprir as necessidades do indivíduo de maneira segura e com resultados satisfatórios. A anamnese obtém e cataloga dados necessários para facilitar um diagnóstico cinético funcional, deverá contar com protocolos devidamente selecionados, para evitar dúvidas que possam surgir durante o atendimento do fisioterapeuta (PAOLUCCI et al, 2005).

5 REABILITAÇÃO CARDIOVASCULAR E PULMONAR

A reabilitação tem sido vista hoje como uma quebra de paradigmas, considerando os fatores (psicológicos, sociais ambientais), importantes para proporcionar ao indivíduo uma boa qualidade de vida, e não somente avaliar e tratar a doença pelo quadro clínico em que o paciente se encontra (SAMPAIO et al, 2005).

No protocolo da reabilitação pulmonar, a fisioterapia respiratória está baseada em conceitos físicos que nos leva a entender como podemos atuar prevenindo ou melhorando as capacidades e volumes pulmonares (GODOY, 2006).

Pacientes que apresentam hiperinsuflação pulmonar com presença de fraqueza muscular inspiratória e desvantagem mecânica, ao serem submetidos à reabilitação apresentam uma melhora da capacidade pulmonar total (CPT) e desconforto respiratório (KUNIKOSHITA et al, 2006).

Na reabilitação cardiovascular o principal objetivo é condicionar os pacientes acometidos por problemas cardíacos, controlando os fatores de risco, bem como restabelecer as melhores condições de vida no âmbito psicológico e social, é importante ressaltar que no início de qualquer reabilitação o profissional necessita ter certeza do real estado do paciente através de seu histórico médico e anamnese, nunca esquecendo de realizar um exame físico coletando a frequência cardíaca, frequência respiratória, nível de saturação de oxigênio (SatO₂), pressão arterial e estado musculoesquelético (MARQUES, 2007; MORAES et al, 2005).

6 METODOLOGIA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica na biblioteca da Faculdade Christus situada na rua João Adolfo Gurgel, 133, Papicu, Fortaleza-CE e nos bancos de dados virtuais da Biblioteca Virtual de Saúde no período de abril a outubro de 2008.

A coleta de dados foi realizada através de artigos, periódicos e livros pesquisados na biblioteca da Faculdade Christus como também através de documentos eletrônicos dos últimos seis anos, através da utilização das palavras chave 'avaliação', 'fisioterapia', 'cardiopulmonar', publicados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) - BIREME (<http://www.bireme.br>) – LILACS, MEDLINE, Biblioteca Cochrane e SciELO, foram selecionados livros e artigos cujo o título ou resumo fossem de encontro ao título do trabalho, foram incluídos no estudo 13 livros e 20 artigos de periódicos.

7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através dos estudos realizados foram abordado na realização da ficha de avaliação cardiorespiratória itens que os autores pesquisados citam como cruciais para que o fisioterapeuta possa seguir uma linha de raciocínio clínico mais direcionada, destes elementos foram incluídos na ficha cardiorespiratoria a anamnese, exame físico, avaliação postural e muscular, exames complementares e laboratoriais.

7.1 Anamnese

Na ficha de avaliação respiratória já existente na Clínica Escola da Faculdade Christus a anamnese não abordava itens que os autores da literatura estudava apontavam como de extrema importância para uma melhor coleta de dados, por esse motivo foi acrescentado na ficha de avaliação cardiorespiratoria sexo, peso, antecedentes familiares, fatores de risco e hábitos de vida (CHIARELLO, 2005; CAMPOS, 2005; O'CONNOR, 2003; MARINHO, 2004).

Deve-se atentar ao sexo, visto que algumas doenças acometem mais população feminina em relação à masculina ou pode ocorrer o oposto (PORTO, 2007; YAZBEK JUNIOR et al, 2005; BARBAS FILHO, 2004).

Observa-se durante a avaliação o sintoma de dispnéia, queixa comum em pacientes com pneumopatias e cardiopatias, dependendo do quadro onde se encontra o paciente poderá apresentar dispnéia pós-esforço, ortopnéia, dispnéia paroxística noturna, dispnéia ao repouso (BARRETO, 2007; CAMPOS, 2006).

Os antecedentes pessoais devem constar em qualquer ficha de avaliação, este faz um resumo das doenças que acometeram o paciente durante a sua vida, a exemplo das cardiopatias e pneumopatias onde se questionam o paciente se já apresentou infecções respiratórias na infância (MARINHO, 2004).

Um ponto da avaliação que não pode ser menosprezado são os hábitos de vida, na investigação dos hábitos de vida é importante o questionamento sobre o consumo de bebidas alcoólicas, tabagismo, prática de atividade física, hábitos alimentares, por esses serem fatores de risco para diversas doenças (O'CONNOR, 2003).

Deve-se atentar durante a coleta de dados sobre os fatores de riscos para doenças cardiovasculares, como a hipertensão arterial sistêmica, obesidade, diabetes mellitus (BERTANHA et al, 2007).

7.2 Exame Físico

Na elaboração da ficha cardiorespiratória foram acrescentadas nas etapas do exame físico os dados que devem ser observados e analisados na avaliação dos pacientes, através de tópicos para serem assinalados, facilitando assim o trabalho do examinador.

O exame físico é um método diagnóstico que objetiva a confirmação dos dados coletados durante a anamnese. Na literatura estudada foi mencionado que um exame físico completo deve conter, a inspeção, palpação, percussão, ausculta, avaliação postural e muscular (CHIARELLO, 2005).

Durante o exame físico os sinais vitais (frequência respiratória, frequência cardíaca, temperatura, pressão arterial, SatO₂), o peso, a altura, a circunferência abdominal não devem ser esquecidos, pois estes pontos da avaliação facilitam o fisioterapeuta a observar as alterações antecipadamente (PRESTO, 2005; CHIARELLO, 2005).

A frequência cardíaca (FC) é um sinal vital que deve ser considerado na ficha de avaliação, pois os pacientes cardiopatas podem apresentar alterações, como os pacientes com IC que apresentam taquicardia pelo aumento da atividade adrenérgica. Antes de um programa de reabilitação cardiovascular e pulmonar se faz necessário nos protocolos, a mensuração da FC, visto que ela atua para manter a homeostase corporal, através da nutrição dos tecidos (MARINHO, 2004; PRESTO, 2005; PORTO, 2008; BARRETO, 2007).

De acordo a literatura estudada a pressão arterial (PA) é um fator crucial, visto que em pacientes cardiopatas podem apresentar alterações, encontrando-se normal, elevada ou baixa, porém apresentará um aumento da gravidade se a pressão sistólica estiver inferior a 90mmHg sem controle medicamentoso, um exemplo é a hipertensão arterial em pacientes chagásicos (BARRETO, 2007; BERTANHA, 2007).

Deve-se observar a FR em pacientes com problemas cardiovasculares e pulmonares pela alteração da ventilação/perfusão que estas doenças proporcionam (PRESTO, 2007; BARRETO, 2007; GAVA, 2007).

Mesmo com os adventos da tecnologia a inspeção ainda é hoje uma técnica indispensável, não devendo ser negligenciada, proporcionando uma visão global do paciente, deve-se observar durante a inspeção o estado geral, cabeça e pescoço, tórax e avaliação da respiração (PORTO, 2008; GAVA, 2007).

Na investigação do aspecto geral observa-se o tipo corporal, membros e extremidades, durante a avaliação da cabeça e pescoço inspeciona-se a procura de distúrbios cardiovasculares e pulmonares como expressão facial, batimentos de asas de nariz, coloração facial, ingurgitamento da jugular e utilização de musculatura acessória, observa-se o tórax a procura de deformidade, cicatrizes, abaulamentos, retrações e por fim observa-se o ritmo, frequência e padrão respiratório sendo esses itens indispensáveis no diagnóstico de doenças cardiovasculares e pulmonares (GAVA, 2007; O'CONNOR, 2003; BARBAS FILHO, 2004; PORTO, 2008).

A técnica da palpação tem como finalidade a verificação da pele, expansibilidade torácica, frêmito toraco vocal e a palpação dos músculos respiratórios, devido a retrações musculares ocasionadas por alterações posturais (GAVA, 2007; PRESTO, 2005).

As doenças cardíacas proporcionam diversas alterações que podem ser percebidas durante a palpação, em pacientes cardiopatas deve-se palpar a procura de ritmo de galope, frêmito cardiovascular e a pulsação alterada (STEFANINI, 2004; PORTO, 2008).

De acordo com esse estudo a ausculta como método de avaliação, revela uma infinidade de informações que podem diagnosticar doenças cardiovasculares e pulmonares, observa-se a presença de roncos, sibilos, crepitações, atrito pericárdico, atrito pleural, sopros cardíacos,

diminuição do murmúrio vesicular (BARBAS FILHO, 2004; BARRETO, 2005; CAMPOS, 2006; SILVA et al, 2005; PORTO, 2008; STEFANINI, 2004).

Um ponto importante da avaliação dos pacientes com distúrbios respiratórios é a avaliação da postura, a postura deve ser avaliada em pacientes nas três vistas (anterior, posterior e lateral), buscando achados clínicos como, por exemplo, os pacientes que apresentam anteriorização de ombros por encurtamento dos músculos peitorais, apresentam uma diminuição da expansibilidade pulmonar (YI, 2003).

7.3 Exames complementares

Os exames complementares e laboratoriais, não menos importantes, constituem um fator essencial para auxiliar o diagnóstico, esses exames foram discutidos em inúmeros artigos que apontam como exames complementares de relevância no diagnóstico de doenças cardiovasculares o eletrocardiograma, exames radiológicos, ecocardiogramas, eletrocardiograma (Holter), cateterismo entre outros, todos esse exames mostram alterações no sistema cardiovascular (BARRETO, 2007; YAZBEK JUNIOR, 2005).

Vários autores abordaram a espirometria como exame complementar de importância singular para o diagnóstico das disfunções pulmonares, considerando a espirometria como um exame complementar para o diagnóstico de pneumopatias (CAMPOS, 2006).

Devem ser realizados através dos exames laboratoriais os estudos dos níveis de bilirrubina, albumina, glicose, função tireoidiana, presença de anemia, investigação das funções neurohormonais pelo estudo dos peptídeos natriurético cerebral que indica disfunção dos ventrículos em níveis elevados (BARRETO, 2007; SILVA et al, 2005).

Consta logo abaixo a ficha de avaliação cardiorespiratória proposta.



CLÍNICA ESCOLA DE FISIOTERAPIA

Rua: Vereador Paulo Mamede, 130-Papicu.
Fone: (0**85) 3265.6668 Ramal: 4323 Fortaleza-Ceará

FICHA DE AVALIAÇÃO CARDIORESPIRATÓRIA DATA: ____/____/____

MÉDICO ASSISTENTE RESPONSÁVEL:

FISIOTERAPEUTA:

ANAMNESE

Identificação:

Nome _____

Idade: _____ anos peso: _____ kg altura: _____ m. Sexo: ()m ou ()f

Profissão: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Telefones: _____
Cidade _____ UF: ____.

Queixa principal

HDA:

Antecedentes pregressos:

Antecedentes familiares

Tipo de doença

FATORES DE RISCO

† Obesidade† Dislipidemia† Hipertensão† Diabetes

† Outros: _____

HÁBITOS DE VIDA

† Fumante _____ cigarro/dia.

† Etilista _____ frequencia/semana.

† Atividade física (frequência/semana) _____

† Dieta (Tipo): _____

DADOS CLÍNICOS

† Medicações _____

† Cirurgias _____

† Implantes _____

EXAME FÍSICO

Pressão arterial: _____ X _____ mmhg; FC: _____ bpm; FR: _____ irpm; IMC: _____ T: _____ °C.

INSPEÇÃO

• TOSSE† Ausente† produtiva† Seca Coloração: _____.

• **CABEÇA E PESCOÇO**

Alterações na face

† Turgência de jugulares

Aspecto da mucosa oral

Presença de tiragens

• **TÓRAX**

† Incisões cirúrgicas

PADRÃO RESPIRATÓRIO

↑ Apical ↑ Tóraco-abdominal

RITMO RESPIRATÓRIO:

↑ Eupnéico ↑ Bradpnéico ↑ Taquipnéico ↑ Apnéico

ALTERAÇÕES DO TORAX:

↑ Depressões ↑ Abaulamentos ↑ Pectus Carinatum ↑ Barril

↑ Sino ↑ Ecoliótico ↑ Cifoesciolótico ↑ Cifótico ↑ Outros

OBSERVAÇÕES:

MEMBROS E EXTREMIDADES

↑ manchas nicotínicas nos dedos ↑ baqueteamento digital ↑ cicatrizes ↑ hidratação da pele
↑ edema ↑ cianose

PALPAÇÃO

FRÊMITO TORACO VOCAL : ↑ Normal ↑ Aumentado ↑ Diminuído

EXPANSIBILIDADE TORÁCICA: ↑ Normal ↑ Diminuição Unilateral ↑ Diminuição Bilateral

↑ RITMO DE GALOPE

AUSCULTAS

CARDÍACA: ↑ NORMAL ↑ ALTERADA

PULMONAR: ↑ NORMAL ↑ ALTERADA

EXAMES COMPLEMENTARES

↑ RAIOS-X ↑ ECOCARDIOGRAMA ↑ ERGOMETRIA

↑ CATETERISMO ↑ ECG ↑ ESPIROMETRIA ↑ MANOVACUOMETRIA

LAUDOS:

EXAMES LABORATÓRIAS

↑ GLICEMIA ↑ HEMOGRAMA ↑ T3 e T4 ↑ HDL-colesterol

↑ ÁCIDO ÚRICO ↑ TRIGLICERÍDES ↑ LDL-colesterol ↑ OUTROS

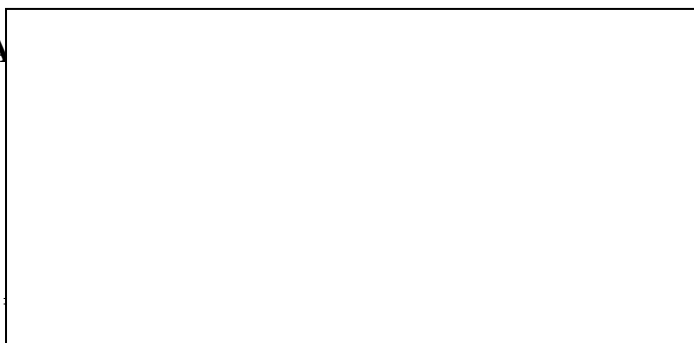
LAUDOS:

AVALIAÇÃO POSTURAL

| VISTA ANTERIOR | VISTA LATERAL | VISTA POSTERIOR |
|----------------|---------------|-----------------|
| | | |

RETRA

↑
↑



DIAGNÓSTICO CINÉTICO-FUNCIONAL

OBJETIVO DO TRATAMENTO

TRATAMENTO FISIOTERÁPICO

Aluno Responsável: _____

Prof. Responsável: _____

Estágio Supervisionado I ()
Estágio Voluntário de Férias ()

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi verificado durante o estudo que antes de iniciar qualquer processo de realibitação é necessário realizar uma avaliação minuciosa do estado em que o paciente se encontra para a elaboração de um plano de tratamento adequado.

Espera-se que a aplicação desta ficha facilite o trabalho dos profissionais e acadêmicos da Clínica Escola da Faculdade Christus no direcionamento de uma reabilitação mais objetiva e eficaz.

Espera-se também que, esta proposta de ficha de avaliação cardiorespiratória possa simplificar o registro das informações coletadas durante a avaliação fisioterápica dos pacientes que procuram o atendimento deste ambulatório.

REFERÊNCIAS

- AZEREDO, C. A. C; MACHADO, M. G. R. **Fisioterapia respiratória**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2002.
- BARBAS FILHO, J. V. B. Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC): Como diagnosticar a tratar. **Revista brasileira de Medicina**, [s. l.], v. 61, n. 6, jun. 2004.
- BARRETO, A. C. P; MELO, D. S. B. Insuficiência Cardíaca: como diagnosticar e tratar. **Revista brasileira de Medicina**, [s. l.], v. 64, dez. 2007. Edição especial.
- BARRETO, A. C. P. Insuficiência Cardíaca Congestiva: Como diagnosticar a tratar. **Revista brasileira de Medicina**, [s. l.], v. 62, dez. 2005. Edição especial.

BERTANHA, L. et al. Caracterização clínica laboratorial de chagásicos hipertensos sem insuficiência cardíaca manifesta. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, [s. l.], v. 41, n. 2, p. 163-168, mar./abr. 2008.

CAMPOS, H. S. DPOC hoje. **Jornal Brasileiro de Medicina**, [s. l.], v. 31, n. 3, set. 2006.

CARVALHO, R. T. et al. Exercício resistido na avaliação da disfunção endotelial na insuficiência cardíaca. **Arquivo brasileiro de cardiologia**, São Paulo, v. 86, n. 6, jun. 2006.

CHIARELLO, B.; DRIUSSO, P.; RADL, A. L. M. **Fisioterapia Reumatológica**. Barueri: Manole, 2005.

CORTEZ, A. A et al. Reabilitação cardiopulmonar e metabólica: aspectos práticos e responsabilidades. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, Niterói, v. 11, n. 6, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151786922005000600002&Ing=en>. Acesso em: 15 jun. 2008.

FATTINI, C. A; DANGELO, J. B. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**: para estudantes de Medicina. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.

FORGIARINI JUNIOR, L. A. et al. Avaliação da força muscular respiratória e da função pulmonar em pacientes com insuficiência cardíaca. **Arquivos brasileiros de cardiologia**, São Paulo, v. 89, fas. 1, p. 36-41, jul. 2007.

GAVA, M. V; PICANÇO, P. S. A. **Fisioterapia pneumológica**. Barueri: Manole, 2007.

GODOY, A. C. F. Física básica aplicada à fisioterapia respiratória. **Arquivo de Ciências da Saúde**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 101-106, 2006. Disponível em: <http://www.cienciasdasaude.famerp.br/racs_ol/vol-13-2/08-ID%20155.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2008.

GUYTON, A. C; HALL, J. E. **Tratado de fisiologia médica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

IRWIN, S.; TECKLIN, J. S. **Fisioterapia cardiopulmonar**. 3. ed. São Paulo: Manole, 2003.

KUNIKOSHITA, L. N. et al. Efeitos de três programas de fisioterapia respiratória (PFR) em portadores de DPOC. **Rev. brasileira fisioterapia**, São Carlos, v. 10, n. 4, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552006000400014&lng=en>. Acesso em: 24 jun. 2008.

MARQUES, K. S. **A interação dos profissionais de educação física e fisioterapia na reabilitação cardiovascular**, Florianópolis, 2004. Disponível em: <<http://www.cds.ufsc.br/~osni/A%20interacao%20entre%20os%20profissionais%20de%20educacao%20fisica%20e%20fisioterapia%20na%20reabilitacao%20cardiovascular.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2008.

MARINHO, A. C. N; BARBOSA, R. F.; MOURA, J. V. Insuficiência cardíaca congestiva: análise dos óbitos de uma unidade hospitalar na cidade de campina grande-PB. **Fisio e terapia**, [s. l.], v. 8, n. 44, p. 30-32, 2004.

MORAES, R. S, et al. Diretriz de reabilitação cardíaca. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, São Paulo, v. 84, n. 5, maio 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0066782X2005000500015&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em: 20 jun. 2008.

O'CONNOR, S.; TALLEY, N. J. **Exame clínico**: um guia do diagnóstico físico. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

- PAOLUCCI, A et al. Projeto de avaliação pré-atividade do centro de avaliação da saúde e qualidade de vida. In: ENCONTRO DE EXTENSÃO DA UFMG, 8., 2005, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Belo Horizonte: UFMG, 2005. Disponível em: <http://www.ufmg.br/proex/arquivos/8Encontro/Saude_46.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2008.
- PORTO, C. C. **Exame clínico**: bases para a prática médica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
- PRESTO, L. D. N; PRESTO, B. L. V. **Fisioterapia respiratória**: uma nova visão. 2. ed. Rio de Janeiro: Bruno Preste, 2005.
- SAMPAIO, R. F et al .Aplicação da classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde (C I F) na pratica clinica do fisioterapeuta. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 1-7, 2005. Disponível em: <<http://www.assobrafir.com.br/novosite/artigos/APCIFpraticaclinicadofisioterapeuta.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2008.
- SARMENTO, G. J. V. **Fisioterapia respiratória no paciente crítico**: rotinas clínicas. 2. ed. Barueri: Manole, 2007.
- SILVA, R. M. Semiologia do Aparelho Respiratório: importância da avaliação do escarro. **Arquivos catarinenses de Medicina**, Florianópolis, v. 33, n. 3. 2004. Disponível em: <<http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/181.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2008.
- SILVA, K.V.et al. Insuficiência Cardíaca no idoso.**Revista da Sociedade Brasileira clínica médica**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 10-19, 2005.
- SILVERTHORN, D. V. **Fisiologia Humana**: uma abordagem integrada. 2. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2003.
- STEFANINI, E; KASINSKI, N.; CARVALHO, A. C. (Coord.). **Guia de Cardiologia**. Barueri: Manole, 2004. (Guia de medicina ambulatorial e hospitalar/UNIFESP/EPM).
- TORTORA, G. J. **Princípios de anatomia humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- VIEIRA, B. G. Sistema Circulatório, sistema linfático e DLM Volder. **Revista Personalité**, [s. l.], v. 10, n. 51, p. 112-118, 2007. Edição especial.
- YAZBEK JUNIOR et al. Insuficiência cardíaca:a importância da atividade física. **Revista da sociedade de cardiologia do estado de São Paulo**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 143-151, mar./abr. 2005.
- YI, L. C. et al. Avaliação da postura em crianças de 5 à 10 anos de idade. **FisioBrasil**, Rio de Janeiro, fas. 65, p. 20-25, maio/jun. 2004.

AF 19: IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO INTRA-ARTICULAR NA ENTORSE DE TORNOZELO COM ENFOQUE NA PREVENÇÃO DE LESÕES ADAPTATIVAS EM ATLETAS

Pedro Mendes Almeida⁴; Germana Albuquerque Zanotelli⁵

RESUMO

Entorse de tornozelo é uma das lesões traumáticas mais frequentes que pode acometer diversas estruturas localizadas na região retromaleolar externa. Ligamentos, tendões, capsulas articulares e até nervos podem sofrer lesões por estiramento no momento do trauma. Dependendo do grau da lesão, o tratamento pode ser conservador ou cirúrgico. O prognóstico é favorável e o encaminhamento para a fisioterapia é essencial. Normalmente as lesões decorrentes da entorse de tornozelo é conseguida através do esporte, como, voleibol, futebol e basquete. Porém o mecanismo lesional é praticamente igual para todos, ou seja, uma sobrecarga exagerada sobre um ponto de apoio frágil como a região ântero-lateral da porção distal da fíbula. Este estudo teve como objetivo através de uma revisão bibliográfica verificar a importância da mobilização intra-articular das articulações acometidas na entorse de tornozelo, enfocando a prevenção de lesões adaptativas e microtraumas em atletas. Observa-se que a diminuição do movimento assessorio articular é decorrente de uma lesão ou desarmonia de uma ou de varias estruturas periarticulares como: músculos, tendões e ligamentos, onde a finalidade da mobilização intra-articular é restaurar movimentos assessorios limitados bem como as complicações causadas pelo desuso da articulação com diminuição de movimento. Pode-se concluir através de uma revisão bibliográfica que a mobilização intra-articular possui um efeito benéfico no tratamento da diminuição da ADM na articulação do tornozelo, e deve-se a importância de se tratar esta articulação quando seus movimentos assessorios estiverem prejudicados com a visão de se prevenir lesões adaptativas.

Palavras-chave: Entorse. Mobilização intra-articular. Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

Entorse de tornozelo é uma das lesões traumáticas mais frequentes que pode acometer diversas estruturas localizadas na região retromaleolar externa. Ligamentos, tendões, capsulas articulares e até nervos podem sofrer lesões por estiramento no momento do trauma (ABAHMS et al, 2000; SILVESTRE, 2003).

Dependendo do grau da lesão, o tratamento pode ser conservador ou cirúrgico. O prognóstico é favorável e o encaminhamento para a fisioterapia é essencial. Normalmente as lesões decorrentes da entorse de tornozelo é conseguida através do esporte, como, voleibol, futebol e basquete. Porém o mecanismo lesional é praticamente igual para todos, ou seja, uma sobrecarga exagerada sobre um ponto de apoio frágil como a região ântero-lateral da porção distal da fíbula (SILVESTRE, 2003).

Devido a alta incidência de entorse de tornozelo no esporte e dessa articulação ser uma grande porta de entrada para cadeia lesional ascendente, leva-se a observar a relação que este trauma tem com as outras patologias e lesões verificadas nas articulações supra-adjacentes a lesão de entorse. Este estudo teve como objetivo através de uma revisão bibliográfica verificar a importância da mobilização intra-articular como tratamento das articulações acometidas na entorse de tornozelo, enfocando a prevenção de lesões adaptativas e microtraumas em atletas assim como, relacionar as alterações causadas pela ausência da mobilização intra-articular com repercussões adjacentes.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Definição de entorse de tornozelo

⁴ Aluno do 6º semestre do Curso de Fisioterapia.

⁵ Professora Ms., Orientadora.

Atualmente pode-se dizer que a entorse é a lesão mais comum do tornozelo, onde seu principal mecanismo lesional é o trauma esportivo. Em sua grande maioria, a entorse de tornozelo ocorre no movimento de inversão e flexão plantar onde estruturas laterais como ligamentos e tendões podem sofrer lesões por estiramento (STARKEY, 2001; SILVESTRE 2003; ALLOZA, 2000).

Os ligamentos são as estruturas que comumente são lesionados na entorse, no trauma em movimento de inversão e flexão plantar, o ligamento talofibular anterior é o mais frequentemente afetado, já no movimento de inversão e dorsoflexão, o ligamento calcâneo-fibular apresenta uma maior probabilidade de sofrer uma lesão por estiramento (ALLOZA, 2000; BROTZMAN; BRASEL, 1996).

Press e Young (2000) observaram que o movimento de flexão plantar, a articulação do tornozelo apontava sinais de instabilidades, haja visto que nesta posição as únicas estruturas que proporcionava a estabilidade era os ligamentos do complexo lateral do tornozelo. Schneck (2000) comenta que já no movimento de dorsoflexão a articulação talocrural se apresentava mais estável, pois a tróclea do tálus encaixava-se na porção posterior da pinça bimaléolar.

Existem três graus para se avaliar o nível da lesão, no grau I, podemos dizer que se trata de uma entorse leve, que preserva o ligamento porém se apresenta com dor e edema na região lateral do tornozelo. Já no grau II, temos uma fratura ligamentar, que se apresenta com uma dor mais intensa, edema e algumas vezes com hematoma (HONSI, 2008).

No grau III, mais grave, dependendo da atividade do paciente pode ser indicado a cirurgia. Neste grau, o ligamento pode sofrer um rompimento parcial ou até mesmo total, que se apresentará com todos os sintomas descritos nos graus anteriores. Muitas vezes, fraturas ósseas podem ser observadas a esse nível de lesão (HONSI, 2008).

Pode-se ocorrer entorses em movimentos de eversão, no entanto são mais raros por conta de sua estrutura ligamentar e anatômica, o movimento de inversão combinado com a flexão plantar é o mecanismo mais encontrado como fator desencadeante para a entorse de tornozelo (BROWM, 2001; PRESS; YOUNG, 2000).

Deve-se a importância de se avaliar a postura dos atletas, pois muitas vezes as causas de microtraumas no esporte são conseqüências das alterações posturais. Joelho valgo, varo ou recurvado, íliaco em posterioridade ou anterioridade, calcâneo invertido são normalmente causas destes problemas (CAMARGO, 2004).

Sabe-se que após uma entorse de tornozelo pode-se ocorrer uma lesão do tálus, calcâneo, navicular, cubóide e fíbula onde as contrações reacionais de certos músculos no momento da entorse impossibilitam o restabelecimento da fisiologia normal das articulações acometidas (TIXA, 2003).

As contrações reacionais são descritas como um reflexo de estiramento que provoca a ativação dos fusos musculares. Ao sofrer um estiramento brusco as fibras aferentes localizada dentro do fuso muscular são estimuladas e mandam impulso até a medula espinhal, na qual são interpretados e enviados para o fuso muscular informações excitatórias através das vias eferentes, ocasionando assim, uma contração rápida e contínua com a intenção de impedir o movimento exagerado contra a ação do músculo estirado (BEAR et al, 1996; BRICOT, 1999; HALL, 1993).

Após a instalação das lesões intra-articulares causadas no momento do trauma, músculos ativados em cadeia cinética fechada desarmonizam outras articulações com a intenção de suprir os movimentos perdidos pela articulação lesionada e fixada (BUSQUET, 2001).

2.2 Lesões primárias intra-articulares à entorse de tornozelo

A entorse em inversão pode ser causada pela diminuição das respostas proprioceptivas, onde se altera o posicionamento da articulação e dos movimentos musculares antecipatórios (GRISOGONO, 2000). No momento do trauma, pode-se ocorrer lesões intra-articulares, como a lesão em inferioridade da fíbula que é conseguido através do trauma sofrido nos ligamentos do compartimento lateral do tornozelo, a lesão em anteriorização do tálus, cujo o mecanismo lesional é o movimento combinado de flexão plantar e inversão onde o tálus já tende a essa posição de anterioridade, porém, na entorse, esse movimento excede a amplitude de movimento (ADM) fisiológica ocasionando assim uma contração reacional do tibial posterior, mantendo o tornozelo em flexão plantar e portanto fixando o tálus na posição de anterioridade (LIPPENS, 2008).

Lesão em varo do calcâneo, no movimento de inversão, o calcâneo já assume a posição de varo, no entanto, a força aplicada em uma região desapropriada como a região lateral do tornozelo, exacerba

ainda mais o movimento fisiológico do calcâneo, instalando-se uma lesão em fixação na articulação subtalar (RIBEIRO JUNIOR, 2008; TIXA, 2003).

2.3 Lesões secundárias à entorse de tornozelo

2.3.1 Lesão em inferioridade da fíbula

Quando esses movimentos intra-articulares são alterados e não tratados, pode-se ocorrer então uma hiperprogramação das cadeias musculares. No caso da lesão em inferioridade da fíbula, no momento do trauma, ocorre um movimento lesional que é seguido de um estiramento excessivo do músculo fibular curto que poderá entrar em contração reacional com a intenção de proteger os ligamentos laterais e seu próprio tendão. A partir desse momento, se não for inibido a contração deste músculo, manifestações podem começar a se instalar na procura de compensar o movimento intra-articular prejudicado na articulação traumatizada (RIBEIRO JUNIOR, 2008; LIPPENS 2008; TIXA, 2003).

A contração do fibular curto levará a fíbula em anterioridade tendendo ao uma postura de genuvalgo e genuflexo de joelho para compensar o movimento, ou seja, começa-se a ativar a cadeia de fechamento e suas repercussões adaptativas ascendentes em consequência de uma lesão no tornozelo não mobilizada (LIPPENS, 2008; BUSQUET, 2001; TIXA, 2003).

A partir da postura de genuflexo em genuvalgo do joelho mantido pela contração do músculo fibular curto, a patela tende a se lateralizar devido ao estiramento do músculo vasto lateral. Neste momento com a manutenção desta postura através da hiperprogramação das cadeias musculares, o atleta tende a sofrer uma lesão característica da descentralização da patela, que seria a condromalácia patelar, onde a causa desta patologia é designada por uma lesão em inferioridade da fíbula. No quadril a lesão em inferioridade da fíbula com a hiperprogramação da cadeia de fechamento, pode-se levar a tendência do atleta de se predispor a lesões como coxartrose, devido a hiperpressão da cabeça do fêmur no acetábulo causada pelos movimento de adução e rotação interna desempenhado pelo músculos da cadeia de fechamento (LIPPENS, 2008; RIBEIRO JUNIOR, 2008; BUSQUET, 2001).

Após um trauma em inferioridade da fíbula, a inserção do bíceps femoral é estirada e entra em contração constante com a finalidade de preservar as estruturas ligamentares proximais. A partir desse momento, pode-se aparecer então uma lesão em posterioridade da cabeça da fíbula, que se não mobilizada poderá predispor a fixação do íliaco em posterioridade (BUSQUET, 2001; TIXA, 2003).

2.3.2 Lesão em anterioridade do tálus

Em uma lesão do tálus anterioridade, obtemos uma contração reacional do tríceps sural, cujo seu músculo postural é o sóleo, que ao ser também estirado excessivamente, entrará em contração reacional. Esta contração tenderá a compensar a impossibilidade do tálus de se posteriorizar, ou seja, realizar o movimento de dorso-flexão. Para manter o eixo corporal na posição ortostática, o músculo sóleo, contraído permanentemente, troca seu ponto móvel para ponto fixo, ou seja, sua inserção no calcâneo passa a se comportar como origem, e sua origem propriamente ditam na face posterior da região proximal da tíbia passa a se comportar como inserção. Neste momento o sóleo tende a fazer um genurecurvado de joelho que é ajudado pelo reto-femoral com a intenção de manter o centro de gravidade inalterado, tentando se adaptar assim o deficit do deslizamento intra-articular do tálus com a tíbia no movimento de dorso-flexão prejudicado (TIXA, 2003).

No entanto com a ativação do músculo reto-femoral, em cadeia cinética fechada, este músculo se comportará como o sóleo, trocando a sua origem pela inserção, e sua inserção pela origem, passando-se assim, puxar o íliaco em direção à anterioridade. Com a contração mantida do reto-femoral, o atleta predisporá a tendinites patelares, devido a posição de superioridade da patela mantida pelo músculo reto-femoral (BUSQUET, 2001).

2.3.3 Lesão em varo de calcâneo

Pode-se observar quando se tem uma lesão em varo do calcâneo e essa lesão não é tratada, pode-se aparecer uma característica comum, o aparecimento de tenosinovite do tendão calcâneo causada pelo atrito excessivo da bainha sinovial na bainha externa do tendão. Quando se tem um

movimento de varo no calcâneo o tendão calcâneo acompanha essa mudança, portanto se há uma fixação neste movimento, a bainha sinovial exercerá uma fricção maior no lado externo da bainha externa do que no lado interno do tendão favorecendo assim, uma tenosinovite (RIBEIRO JUNIOR, 2008).

3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica onde se foi pesquisado em livros, artigos científicos, monografias e apostilas.

4 DISCUSSÃO

Segundo Wooden (1994) a mobilização articular tem como objetivo restaurar movimentos assessorios limitados bem como as complicações causadas pelo desuso da articulação com diminuição de movimento. Já Zachazewski (1990) em seu estudo observa que a diminuição dos movimentos assessorios articulares é decorrente de uma lesão ou desarmonia de uma ou de varias estruturas periarticulares como: músculos, tendões, cápsula articular, ligamentos e membrana sinovial. Paris (1990), Patla (1993) mostram que pode-se ocorrer uma diminuição da ADM por motivos não traumáticos, através de contraturas musculares causada por má postura. Andriacchi et al (1988), Garret (1988) observaram que o quanto mais rápido a detecção e o tratamento das contraturas musculares melhor, pois assim os tecidos conectivos ainda estão amadurecendo, portanto são mais facies de ser revertidos e de se reestabelecer a função fisiológica no músculo.

5 CONCLUSÃO

Pôde-se concluir através de uma revisão bibliográfica que a mobilização articular possui um efeito benéfico no tratamento da diminuição da ADM na articulação do tornozelo, e deve-se a importância de se tratar esta articulação quando seus movimentos assessorios estiverem prejudicados com a visão de se prevenir lesões adaptativas. Ao observarmos que o tornozelo é uma porta chave para desencadear traumas e ativar as cadeias lesionais ascendentes, concluímos que se trata de uma articulação que mantém a carga do corpo quando em posição em pé ou na deambulação, por esse motivo está propicia a traumas como a entorse de tornozelo. A avaliação e o diagnóstico correto neste caso é primordial para se evitar lesões secundárias em outras articulações onde deve-se então a importância de se avaliar a postura dos atletas, já que em dados epidemiológicos são os mais afetados por esse tipo de trauma.

REFERÊNCIAS

- ABAHMS, P. H.; HUTCHINGS, R.T.; MARCKS JR, S. C. **Atlas de anatomia humana de mcminn**. 4. ed. São Paulo: Manole, 2000.
- ALLOZA, J. F. A. **Entorses de Tornozelo**. Joinville: Associação Catarinense de Ensino, 2000. Notas de aula mimeografadas do Curso de especialização em Fisioterapia Ortopédica e Traumatológica da Associação Catarinense De Ensino.
- ANDRIACCHI, T. et al. Ligament Injury and Repair. In: WOO, S. L-Y.; BUCKWALDER, J. A. (Ed.). **Injury and Repair of the Musculoskeletal Soft Tissues**. Illinois: American Academy of Orthopedic Surgeons, 1988. p. 103-128.
- BRICOT, B. **Posturologia**. São Paulo: Ícone, 1999.
- BROTZMAN, S. B.; BRASEL, J. Foot and ankle rehabilitation. In: BROTZMAN, S. B. (Ed.). **Handbook of orthopaedic rehabilitation**. St. Louis: Mosby, 1996.
- BROWM, D. E.; NEUMANN, R. D. **Segredos em ortopedia**: respostas necessárias ao dia-a-dia: em rounds, na clínica, em exames orais e escritos. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

- BUSQUET, L. **As Cadeias Musculares**. Belo Horizonte: [s. n.], 2001. v. 4.
- CAMARGO, O. P. A.; ONO, N. K.; SANTIN, R. A. L.; KOJIMA, K. E. **Ortopedia e traumatologia: conceitos básicos, diagnóstico e tratamento**. São Paulo: Roca, 2004.
- GARRET, W. E.; DUCAN, P. W.; MALONE, T. R. Basic science of the musculotendinous unit. In: MALONE, T. R. (Ed.). **Muscle injury and rehabilitation. Sports Injury Management**, Baltimore, v. 1, n. 3, p. 1-42, 1988.
- GRISOGONO, V. **Lesões no esporte**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HALL, S. J. **Biomecânica Básica**. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1993.
- HOMSI, D. **Entorse de tornozelo**. Disponível em: <<http://www.webrun.com.br>>. Acesso em: 30 jun. 2008.
- LIPPENS, D. G. G. **Pós Graduação em Osteopátia Clínica - Módulo I Tornozelo e Pé**. Fortaleza: [s. n.], 2008. Apostila mimeografada.
- PARIS, S. V.; LOUBERT, P. V. **Foundations of Clinical Orthopedics**. St. Augustine: Institute of Physical Therapy Press, Division of Patris, 1990.
- PATLA, C. E.; PARIS, S. V. **E1 Course Notes, Extremity Evaluation and Manipulation**. St. Augustine: Institute of Physical Therapy Press, 1993.
- PRESS, J. M.; YOUNG, J. L. Medicina Desportiva. In: O´YOUNG et al. **Segredos em Medicina Física e de Reabilitação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- RIBEIRO FILHO, I. M. **Terapia Manual Integrada - Módulo II Pé, Joelho e Quadril**. Fortaleza: [s. n.], 2008. Apostila mimeografada.
- SCHNECK, C. D. Anatomio e Cinesiologia musculoesqueléticas. In: O´YOUNG et al. **Segredos em Medicina Física e de Reabilitação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- SILVESTRE, et al. **Importância do treinamento proprioceptivo na reabilitação de entorse de tornozelo**. [S. l.: s. n.], 2003.
- STARKEY, C.; RYAN, J. L. **Avaliação de lesões ortopédicas e esportivas**. São Paulo: Manole, 2001.
- TIXA, S. E. B. **Atlas e técnicas osteopáticas para as articulações dos membros**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- WOODEN, M. J. Mobilization of the Upper Extremity. In: DONATELLI, R. A.; WOODEN, M. J. (Ed.). **Orhtopedic Physical Therapy**. 2. ed. New York: Churchill Livingstone, 1994. p. 297-333.
- ZACHAZEWSKI, J. E. Flexibility for sports. In: SANDERS, B. (Ed.). **Sports Physical Therapy**. San Mateo: Appleton & Lange, 1990. p. 201-238.

AF 20: ASPECTOS ANATOMO-PATOLÓGICOS E CLÍNICOS DA DOENÇA DE LEGG-CALVÉ-PERTHES

Raquel Almeida Marques¹; Luciano Nogueira Lopes Filho²

RESUMO

A Doença de Legg-Calvé-Perthes é um patologia grave e auto-limitante que acomete a articulação do quadril, acarretada por uma alteração no suprimento sanguíneo da cabeça femoral durante a fase de desenvolvimento, o que leva a um comprometimento dessa estrutura no que diz respeito ao seu desenvolvimento. Isso acaba afetando fatores ainda mais sérios como as AVDS (atividades da vida diária) desses pacientes. Essa pesquisa teve como objetivos apontar os aspectos anatomo-patológicos e clínicos da doença de Legg-Calvé-Perthes, além de discutir sobre os principais fatores etiológicos da doença, identificar as suas limitações biomecânicas e descrever os procedimentos fisioterapêuticos mais utilizados. Foi realizado um estudo bibliográfico sobre os aspectos anatomo-patológicos e clínicos da doença de Legg-Calvé-Perthes, que teve como fonte de pesquisa livros clássicos da área da saúde, artigos de revistas científicas, entre 1988 à 2008, endereços eletrônicos científicos, como Scielo, Google acadêmico, Pubmed e Revista Brasileira de Ortopedia. Com a realização desta pesquisa, foi observado que apesar desta patologia ter sido descrita em 1910, ainda existem muitos fatores que ainda não são bem esclarecidos, como etiologia e as formas adequadas de tratamento, e alguns pontos, como a incidência, que apresentam controversas entre os autores. Além disso, notou-se a escassez de artigos, principalmente em português, direcionados ao importante papel da fisioterapia tanto no tratamento conservador, como no pré e pós-operatório.

Palavras chave: Legg-Calvé-Perthes. Articulação do quadril. Fisioterapia

1 INTRODUÇÃO

A Doença de Legg-Calvé-Perthes é uma patologia que começou a ser descrita em 1910, pelos escritores Arthur Legg (Estados Unidos), Jacques Calvé (França) e Georg Perthes (Alemanha) (BRECH; GUARNIERO; GODOY-JUNIOR, 2008; MACHADO-NETO; DIAS, 1999). Ela acomete a articulação do quadril, que é uma articulação muito importante do corpo humano, pois distribui forças para todo o corpo, além de sustentar o peso dele e realizar movimentos importantes nas atividades da vida diária de um indivíduo (AVDS).

É uma patologia grave e auto-limitante que se caracteriza por uma interrupção do suprimento sanguíneo da cabeça femoral, levando a uma alteração no tecido ósseo marcada por uma necrose de toda ou parte da epífise, seguida de uma remodelação óssea (ALVES; SANTILI, 2005). Acomete mais crianças da raça branca, do sexo masculino e pode ocorrer bilateralmente ou unilateralmente (LOZANO, 2003).

Os fatores que levam ao seu aparecimento ainda são desconhecidos, havendo, porém, várias hipóteses como fatores trombolíticos e doenças hematológicas. Ela incide entre 1:12.500 até 1:1.200 pessoas (BRECH et al, 2007; GUARNIERO et al, 2005a; HEBERT et al, 2003). Apesar de não ser uma síndrome muito freqüente, uma vez instalada, ela trás sérios problemas aos seus portadores, desde o comprometimento na deambulação, até comprometimentos graves relacionados à postura. Esses fatores podem se tornar irreversíveis caso ela não seja diagnosticada precocemente e não receba um tratamento adequado.

O diagnóstico geralmente é dado através da radiografia com outros exames como ressonância magnética e testes como o teste de Trendelenburg. O tratamento a ser oferecido

¹ Aluna do 3º semestre do Curso de Fisioterapia

² Professor Ms., Orientador.

pode ser conservador ou cirúrgico. A fisioterapia atua diretamente nos dois casos com o principal objetivo de reabilitar o paciente.

Diante desses fatos é necessário fazer um estudo aprofundado desta patologia e divulgá-lo, para que os profissionais da saúde, inclusive fisioterapeutas, tenham um melhor conhecimento desta síndrome e sua fisiopatologia. Isso fará com que eles atuem mais precocemente, tanto no diagnóstico como no tratamento, dando maiores chances para esses pacientes recuperarem os seus movimentos normais e realizarem suas AVDS normalmente.

Essa pesquisa teve como objetivos apontar os aspectos anatomo-patológicos e clínicos da doença de Legg-Calvé-Perthes, além de discutir sobre os principais fatores etiológicos da doença, identificar as suas limitações biomecânicas e descrever os procedimentos fisioterapêuticos mais utilizados.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Anatomia da articulação do quadril

O osso do quadril é um osso plano formado pela união de três ossos: ílio, ísquio e púbis. Já durante o desenvolvimento fetal, essas três porções começam a se ossificar formando, cada uma delas, uma parte do acetábulo. Essas porções se fundem completamente ao final da adolescência ou no início da vida adulta (GARDNER; GRAY; O'RAHILLY, 1988). O osso do quadril se une anteriormente com o outro osso do quadril na sínfise púbica e posteriormente com o sacro na articulação sacroilíaca e lateralmente com o fêmur na articulação do quadril (DÂNGELO; FATTINI, 2003; SOUZA, 2001).

A articulação do quadril tem como suas principais funções transmitir forças entre o tronco e o solo, sustentar o peso do corpo e permitir sua locomoção mantendo sempre o equilíbrio. Ela é um tipo de articulação de bola e soquete e o encaixe da cabeça do fêmur com o acetábulo promove uma maior estabilidade para essa articulação. Ela possui três graus de liberdade de movimento, permitindo movimentos de flexão-extensão, abdução-adução, rotação interna-externa. Esses movimentos são acompanhados por movimentos da coluna lombar, o que garante maior mobilidade total (SMITH; WEISS; LEHKUHL, 1997).

O acetábulo é uma estrutura côncava e sua superfície é coberta por uma cartilagem articular que se torna mais espessa na periferia, devido a uma estrutura chamada lábio ou labro. Composto por fibrocartilagem, o labro do acetábulo torna a cavidade acetabular mais profunda e envolve a cabeça femoral. O acetábulo possui um diâmetro menor que a cabeça femoral e se deforma quando essa articulação está sob carga (NORDIN; FRANKEL, 2003). Medialmente à cartilagem articular está a fossa acetabular que contém o ligamento redondo, cuja sua função principal é fornecer suprimento vascular para a cabeça femoral. Além disso, a fossa acetabular serve como reservatório para o líquido sinovial que nutre e lubrifica as cartilagens articulares (SMITH; WEISS; LEHKUHL, 1997).

O fêmur é o maior osso do esqueleto, formado por duas epífises (proximal e distal) e uma diáfise que representa o corpo do fêmur. Na sua extremidade proximal encontra-se a cabeça do fêmur, uma estrutura esferoidal. Nela observa-se uma fôvea por onde passa o ligamento da cabeça do fêmur (DÂNGELO; FATTINI, 2003).

A cabeça do fêmur é articulada com o corpo do osso através de uma estrutura estreitada conhecida como colo. No ponto de junção dessas duas estruturas, está o trocanter maior e o trocanter menor, sendo os dois, locais importantes de fixação de músculos (SPENCE, 1991).

A cápsula articular se estende do acetábulo ao trocanter maior e menor (SMITH; WEISS; LEHKUHL, 1997).

A epífise proximal do fêmur tem uma forma de L, fazendo com que o eixo longitudinal da cabeça e do colo forme um ângulo com a diáfise do fêmur. Este ângulo é denominado de ângulo de inclinação, maior no nascimento e decrescente ao longo da vida (DALLEY; MOORE, 2007).

As epífises dos ossos são nutridas por artérias (metafisárias e epifisárias) que são derivadas, principalmente, das artérias que suprem as articulações e formam um plexo arterial periarticular. Isso permite que o fluxo sanguíneo, mesmo distante, atinja a articulação independente da posição em que ela se encontra. As veias, através dos forames nutritivos, também auxiliam as artérias na irrigação. A perda dessa nutrição leva a uma morte do tecido ósseo, ou necrose avascular, podendo ela ocorrer em pequenas ou grandes áreas ósseas. Várias patologias, chamadas de osteocondroses, são desencadeadas por necrose avascular de etiologia desconhecida (DALLEY; MOORE, 2007).

2.2 Legg-Calvé-Perthes

A Doença de Legg-Calvé-Perthes acomete a articulação do quadril e é caracterizada por uma interrupção do suprimento sanguíneo da cabeça femoral, causando necrose asséptica de parte ou em toda a cabeça do fêmur (ALVES; SANTILI, 2005; FELÍCIO; BARROS; VOLPON, 2005). Por isso, essa doença também pode ser denominada de necrose asséptica da cabeça femoral (BERTOL, 2004). Ela também é aceita por muitos autores com a denominação de necrose avascular da cabeça femoral (MACHADO-NETO; DIAS, 1999).

A doença de Perthes ocorre com incidência maior em meninos do que em meninas, em uma proporção de 4:1, principalmente os da raça branca. A faixa etária varia entre os autores (FELÍCIO; BARROS; VOLPON, 2005). Felício, Barros e Volpon (2005) e Tidswell (2001) afirmaram em seus trabalhos que a incidência está entre quatro e oito anos, podendo variar dos dois aos treze anos de idade. Brech e colaboradores (2007) e Hebert com seus pesquisadores (2003) concluíram com suas pesquisas que a faixa de acometimento ocorre dos dois aos dezesseis anos, com pico de frequência aos seis anos de idade. Salter (2001) pesquisou e concluiu que a patologia pode se manifestar entre os três e onze anos. Adams e Hamblen (1994) apontaram, em seus trabalhos científicos, a idade de cinco à dez anos. Bertol (2004) citou em seu trabalho que a faixa de acometimento varia de três à dez anos. Já Lozano (2003) realizou estudos e constatou que a incidência pode acontecer dos dois aos doze anos, com pico de frequência entre quatro e oito anos. Acosta juntamente com seus associados (2007) afirmou em sua pesquisa que a faixa de aparecimento da doença está entre três e treze anos, com uma incidência maior dos seis aos oito anos.

Quando acomete meninas, o prognóstico é pior, pois elas desenvolvem as formas mais graves da doença (SANTILI et al, 1999). Geralmente o lado esquerdo é o mais acometido (unilateral), mas a doença pode ocorrer bilateralmente (HEBERT et al, 2003).

2.3 Etiologia

Alguns autores associam o aparecimento desta doença a pacientes que apresentam fenômenos trombolíticos que está associado à deficiência das proteínas S e C (ACOSTA et al, 2007; LOZANO, 2003). Esses fenômenos causariam o comprometimento da circulação da cabeça do fêmur, levando assim ao desenvolvimento da doença de Legg-Calvé-Perthes.

Embora já tenha sido observado que 70% dos pacientes tenham alterações trombolíticas, nenhum estudo confirma esta associação (BERTOL, 2004). Uma associação da isquemia da cabeça femoral com a mudança no padrão da circulação nutriente durante o desenvolvimento da criança, também foi proposta através de importantes trabalhos sobre anatomia (TRUETA, 1957 apud HEBERT et al, 2003, p. 306).

Pacientes com doenças hematológicas (talassemias, anemia falciforme) podem desenvolver a doença de Perthes (LOZANO, 2003). Outros autores acreditam que fatores genéticos, alterações lipídicas, aumento da viscosidade sanguínea, infartos repetitivos dentre outros, podem acarretar no aparecimento desta doença. Porém essas teorias ainda não foram comprovadas (GUARNIERO et al, 2005b; TIDSWELL, 2001).

2.4 Evolução

Logo após a necrose óssea, que se dá através de um comprometimento dos vasos epifisários laterais e anteriores e dos vasos cervicais ascendentes causando uma falta de vascularização em uma região da cabeça femoral, começa a fase de reparação (HEBERT et al, 2003). Nesta fase ocorre a formação de vasos sanguíneos e absorção do tecido ósseo necrosado pelos osteoclastos (ADAMS; HAMBLÉN, 1994).

Na segunda fase ocorre a substituição do tecido ósseo morto por osso novo, reconstituindo o núcleo ósseo (ADAMS; HAMBLÉN, 1994). Por fim ocorre a fase de remodelação, na qual é feita a mineralização da cabeça femoral formada, que acontece da região lateral para a medial e da região anterior para a posterior (HEBERT et al, 2003).

No decorrer desse processo, a perda da rigidez óssea pode levar a uma deformidade da epífise por causa da pressão exercida sobre a articulação (ADAMS; HAMBLÉN, 1994). Isso deve ser evitado para não comprometer a biomecânica da articulação do quadril (HEBERT et al, 2003).

Laredo Filho e colaboradores (1993), através de seus estudos, comprovaram que durante a evolução da doença ocorre uma desproporção entre a cabeça e o acetábulo, evidenciando a necessidade da cobertura da cabeça para que ocorra sua remodelação.

Pinheiro (1994) observou em suas pesquisas, que as fases evolutivas da patologia levam a um aumento da cabeça femoral com perda de sua esfericidade, encurtamento do colo femoral e aumento do trocanter maior, o que ocasiona uma instabilidade articular.

2.5 Manifestações Clínicas e Diagnóstico

As primeiras manifestações clínicas apresentadas pelos pacientes são dor, que normalmente ocorre na região medial da coxa ou no joelho; claudicação; espasmos musculares; hipotrofia muscular e limitação dos movimentos do quadril (LOZANO, 2003; TIDSWELL, 2001). Os primeiros movimentos acometidos são a abdução e a rotação interna (BERTOL, 2004; BRECH; GUARNIERO; GODOY-JUNIOR, 2008). Os portadores desta doença podem apresentar um bom estado geral, mas a maioria deles tende a ter uma estatura menor que a normal e retardo do crescimento ósseo (APLEY; SOLOMON, 2002; ISHIDA et al, 1999). Estudos experimentais foram realizados para comprovar esta afirmação. Observou-se que todos os pacientes analisados apresentaram uma diferença significativa na estatura quando comparados aos não portadores da doença. Isso foi notado em todas as fases da doença (VOLPON; BORTOLIN; PAGNANO, 1996).

Devido à ausência de sintomas no início da doença, em alguns casos, a criança é levada ao médico tardiamente, somente na fase de revascularização, na qual a criança já apresenta dor devido a uma fratura no osso subcondral (SALTER, 2001).

Em relação ao prognóstico, vários fatores são analisados, como a idade de início da doença (quanto menor melhor será para o paciente), a obesidade que é desfavorável (HEBERT et al, 2003), se a cabeça femoral for muito comprometida pior será o prognóstico, assim como a perda da amplitude de movimento que pode ser um dos primeiros sinais de subluxação (BRECH; GUARNIERO; GODOY-JUNIOR, 2008; BROWN; NEUMANN, 2001).

2.5.1 Diagnóstico Clínico

O diagnóstico é feito através de radiografia; cintilografia, que identifica a área isquêmica; a ressonância magnética, que serve para mostrar a necrose e sua extensão e a artrografia, que consiste em evidenciar o grau de deformidade da cabeça do fêmur e determinar qual posição do quadril de melhor congruência articular quando a cabeça do fêmur estiver subluxada, no pré-operatório (BERTOL, 2004). Histórico do paciente e exames físicos

são necessários, na fase inicial da doença, já que ela não demonstra alterações radiográficas nesse período (FELÍCIO; BARROS; VOLPON, 2005).

2.5.2 Diagnóstico Fisioterapêutico

Uma avaliação muito utilizada para diagnosticar essa doença é o teste de Trendelenburg, que avalia o músculo glúteo médio e a articulação do quadril. Nele, o paciente deve ficar em pé sobre uma só perna e o fisioterapeuta fica atrás dele para observá-lo. Caso ele não consiga se sustentar nesta posição e cair, significa que o glúteo médio está atrofiado e por isso não conseguiu contrair para manter a pelve nivelada, portanto o teste será positivo (BROWN; NEUMANN, 2001).

Outra conduta muito utilizada pelos fisioterapeutas, principalmente nos casos unilaterais da doença, são mensurações da amplitude de movimento do quadril no membro acometido para depois ser comparada ao membro não acometido. Essa medida é feita com o goniômetro nos movimentos de flexão-extensão, abdução-adiução, rotação interna-externa. Medir o grau de força muscular do quadril também está incluído em uma avaliação fisioterapêutica (BRECH; GUARNIERO; GODOY-JUNIOR, 2008).

2.6 Classificação

Muitos autores já elaboraram várias formas de classificar a doença de Perthes com o intuito de determinar a correlação entre o diagnóstico e o prognóstico (SANTILI et al, 1999). A classificação de Catterall é a mais conhecida. Ela foi descrita em 1971 e consiste na divisão dos pacientes em quatro grupos. O grupo I envolvia os pacientes que tinham até um quarto da cabeça femoral comprometida. O grupo II englobou pacientes com metade da cabeça femoral acometida, no grupo III mais da metade da cabeça já estaria comprometida e no grupo IV se encaixavam aqueles pacientes com a epífise totalmente afetada. Em relação ao prognóstico, quanto maior e extensão do comprometimento pior será o prognóstico (HEBERT et al, 2003). Essa classificação recebeu crítica de muitos autores, pela possibilidade de ocorrer alteração dela de acordo com a fase evolutiva da doença. Apesar das críticas, ela é muito útil para se definir qual conduta de tratamento deve ser utilizada: cirúrgica ou conservadora (GUARNIERO et al, 2005b).

Salter e Thompson elaboraram uma classificação baseada em uma lise encontrada abaixo da cabeça femoral e que pode ser identificada na radiografia. Dois grupos foram formados, dos quais no grupo A se encontravam quadris com lesão de até metade da cabeça femoral e no grupo B quadris com extensão da lesão em mais da metade da cabeça do fêmur (HEBERT et al, 2003). Essa classificação abrange somente a um pequeno número de pacientes, pois só pode ser utilizada quando a fratura subcondral é visível, ou seja, na fase inicial da doença (GUARNIERO et al, 2005b).

A classificação de Herring e colaboradores foi descrita em 1992 e se baseou na altura do pilar lateral da epífise. Eles formaram três grupos, dos quais no grupo A se encontram os quadris com a menor porcentagem da altura do pilar lateral afetada. No grupo B estão aqueles com comprometimento de até 50% e no grupo C, mais de 50% da altura do pilar está afetada.

Neste caso, o prognóstico também está relacionado com o grau de comprometimento (HEBERT et al, 2003).

2.7 Tratamento Clínico

Um dos maiores desafios na escolha do tratamento é perceber precocemente as variadas formas de apresentação da patologia e selecionar condutas para atuar na alteração do curso natural da doença (PAGNANO; VOLPON, 2001).

Na doença de Perthes, 57% dos casos têm uma boa evolução sem tratamento e 20% dos casos precisam de tratamento (BERTOL, 2004). Ele tem como objetivo evitar que ocorra uma grande deformidade da articulação do quadril, diminuição dos sintomas e recuperar a amplitude de movimento até o mais próximo da normalidade (BRECH; GUARNIERO; GODOY-JUNIOR, 2008; SALTER, 2001).

As diversas formas de tratamento se inserem em duas categorias: as formas cirúrgicas e não cirúrgicas ou incruentas, que podem ser ambulatoriais ou não ambulatoriais. Dos métodos cirúrgicos, um dos mais utilizados é a Osteotomia de Salter que reposiciona o acetábulo sobre a cabeça femoral (HEBERT et al, 2007). Durante esse procedimento realiza-se rotação anterior, lateral e distal do acetábulo, com intuito de aumentar a cobertura anterior e lateral da cabeça do fêmur. Através disso, obtêm-se melhores condições biomecânicas associadas à remodelação da epífise proximal do fêmur durante o desenvolvimento da doença (ISHIDA et al, 1998).

Alguns autores relatam que, após a Osteotomia de Salter ocorre uma aceleração no processo de reossificação da epífise proximal do fêmur (ISHIDA et al, 1998; LAREDO-FILHO et al, 1994). Para se obter um bom resultado é necessário que a cirurgia seja feita no início da doença, pois com a evolução dela a cabeça femoral se deforma e o processo cirúrgico pode não corrigir mais (BERTOL, 2004).

Os métodos não cirúrgicos ambulatoriais permitem a criança andar e exercer força, já os métodos não ambulatoriais vão desde o repouso até o uso de instrumentos para o auxílio da deambulação (HEBERT et al, 2003). Uma das formas de tratamento não ambulatoriais é a imobilização do membro, através de aparelhos ortopédicos ou gessados, em abdução. Isso evita que ocorra a subluxação da articulação do quadril, já que as cargas impostas sobre ela serão menores pela própria posição dos membros inferiores e permite que o acetábulo consiga se moldar a cabeça do fêmur sem deformá-la (SALTER, 2001).

2.8 Tratamento Fisioterápico

A fisioterapia é outra forma de tratamento muito eficaz na doença de Legg-Calvé-Perthes. Ela tem como objetivo trabalhar os músculos que se encontram atrofiados, melhorar a amplitude de movimento e diminuir os espasmos musculares apresentados pelos portadores desta doença (FELÍCIO; BARROS; VOLPON, 2005).

Estudos mostraram que pacientes submetidos ao tratamento fisioterápico apresentaram diferenças significativas em relação aos pacientes que foram somente acompanhados. As principais mudanças observadas foram na amplitude de movimento (movimentos de flexão, extensão, rotação medial, rotação lateral e adução); força muscular, principalmente o grupo dos abdutores, podendo os músculos se moverem contra a força de gravidade e até contra alguma resistência adicional; e disfunção articular que diminuiu depois do tratamento (BRECH; GUARNIEIRO, 2006).

O programa fisioterapêutico inclui a cinesioterapia com exercícios de alongamento muscular, exercícios isométricos para quadríceps femoral, glúteos máximo e médio, abdutores e adutores do quadril, exercícios de fortalecimento muscular, com imposição de cargas adequadas (FELÍCIO; BARROS; VOLPON, 2005), exercícios ativos-assistidos, ativos e ativos resistidos, facilitação neuromuscular proprioceptiva, crioterapia e hidroterapia (BRECH; GUARNIERO; GODOY-JUNIOR, 2008; BRECH; GUARNIEIRO, 2006).

Nos casos mais graves em que as crianças permanecem mais tempo no leito, é fundamental que elas realizem exercícios, dentre eles os isométricos, não só para aumentar a amplitude de movimento do quadril, mas também para mantê-la. É importante também que esses exercícios também sejam feitos no lado sadio (TIDSWELL, 2001).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Tipo de Estudo

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica sobre os aspectos anatomo-patológicos e clínicos da doença de Legg-Calvé-Perthes, que teve como fonte de pesquisa livros clássicos da área da saúde, artigos de revistas científicas, entre 1988 à 2008, endereços eletrônicos científicos, como Scielo, Google acadêmico, Pubmed e Revista Brasileira de Ortopedia, com as palavras chaves Legg Calvé Perthes, Perthes, fisioterapia Legg Calvé Perthes, arthur legg jacques calve georg perthes, com o objetivo de enriquecer o estudo sobre esse assunto.

3.2 Período e Local do Estudo

O estudo foi realizado no período de junho de 2008 à outubro de 2008, na biblioteca da Faculdade Christus.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa, foi observado que apesar desta patologia ter sido descrita em 1910, ainda existem muitos fatores que ainda não são bem esclarecidos, como etiologia, o prognóstico e as formas adequadas de tratamento, e alguns pontos, como a incidência, que apresentam controversas entre os autores. Além disso, notou-se a escassez de artigos, principalmente em português, direcionados ao importante papel e as condutas utilizadas pela fisioterapia tanto no tratamento conservador, como no pré e pós-operatório.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, M. I. et al. Síndrome de Legg Calve Perthes. **Revista de Posgrado de la Via Cátedra de Medicina**, [s. l.], n. 169, p. 10-14, maio 2007.
- ADAMS, J. C.; HAMBLEN, D. L. **Manual de ortopedia**. 11. ed. [S. l.]: Artes Médicas, 1994.
- ALVES, M. W.; SANTILI, C. Análise a longo prazo do tratamento conservador na Doença de Legg-Calvé-Perthes. **Acta Ortopédica Brasileira**, São Paulo, v. 13, n. 5, p. 238-244, 2005.
- APLEY, A. G.; SOLOMON, L. **Ortopedia e fraturas em medicina e reabilitação**. 6. ed. São Paulo: Atheneu, 2002.
- BERTOL, P. Doença de Legg-Calvé-Perthes. **Revista Brasileira de Ortopedia**, Porto Alegre, v. 39, n. 10, p. 543-554, out. 2004.
- BRECH, G. C.; GUARNIERO, R.; GODOY-JUNIOR, R. M. Amplitude de movimento articular do quadril em pacientes com a doença de Legg-Calvé-Perthes. **Fisioterapia em Movimento**, Curitiba, v. 21, n. 1, p. 131-138, jan./mar. 2008.
- BRECH, G. C. et al. Tratamento fisioterapêutico da doença de Legg-Calvé-Perthes: relato de caso. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 53-59, 2007.
- BRECH, G. C.; GUARNIEIRO, R. Evaluation of physiotherapy in the treatment of Legg-Calvé-Perthes disease. **Clinical Sciences**, São Paulo, v. 61, n. 6, p. 521-528, 2006.
- BROWN, D. E.; NEUMANN, R. D. **Segredos em ortopedia**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

- DALLEY, A. F.; MOORE, K. L. **Anatomia orientada para a clínica**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
- DÂNGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia humana sistêmica e segmentar**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.
- FELÍCIO, L. R.; BARROS, A. R. S.; VOLPON, J. B. Abordagem fisioterapêutica em crianças com doença de Legg-Calvé-Perthes submetidas à instalação do artrodistrator: estudo de caso. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 37-42, jan./abr. 2005.
- GARDNER, E.; GRAY, D. J.; O'RAHILLY, R. **Anatomia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GUARNIERO, R. et al. A avaliação inicial de pacientes com doença de Legg-Calvé-Perthes internados. **Acta Ortopédica Brasileira**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 68-70, 2005a.
- GUARNIERO, R. et al. Classificação e tratamento fisioterapêutico da doença de Legg-Calvé-Perthes: uma revisão. **Fisioterapia e Pesquisa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 51-57, 2005b.
- HEBERT, S. et al. **Ortopedia e traumatologia: princípios e prática**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ISHIDA, A. et al. Idade esquelética em crianças com doença de Legg-Calvé-Perthes, avaliadas pelo método de Oxford. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 41-46, jan. 1999.
- ISHIDA, A. et al. Evolução do ângulo de Wiberg em pacientes portadores da doença de Legg-Calvé-Perthes, submetidos à osteotomia de Salter. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 33, n. 10, p. 777-782, out. 1998.
- LAREDO-FILHO, J. et al. Efeito biológico da osteotomia de Salter sobre o curso da doença de Legg-Calvé-Perthes, nos estágios de necrose e fragmentação. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 29, n. 10, p. 741-744, out. 1994.
- LAREDO-FILHO, J. et al. Avaliação radiográfica da cobertura acetabular da cabeça femoral em pacientes portadores da doença de Legg-Calvé-Perthes unilateral submetidos à osteotomia de Salter. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 28, n. 5, p. 299-303, maio 1993.
- LOZANO, A. G. M. Enfermedad de Legg-Calve-Perthes. Conceptos actuales. **Revista Mexicana de Ortopedia Pediátrica**, [s. l.], v. 5, n. 1, p. 5-11, jan./dez. 2003.
- MACHADO-NETO, L.; DIAS, L. O uso da cintilografia óssea na doença de Perthes. **Revista Brasileira de Ortopedia**, Chicago, v. 34, n. 1, p. 14-20, jan. 1999.
- NORDIN, M.; FRANKEL, V. H. **Biomecânica básica do sistema musculoesquelético**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.
- PAGNANO, R. G.; VOLPON, J. B. Conduta expectante em casos selecionados de doença de Legg-Calvé-Perthes. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 36, n. 4, p. 95-104, abr. 2001.

- PINHEIRO, P. C. M. S. Uma lesão traumática no quadril da criança: relato de um caso. **Revista Brasileira de Ortopedia**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 44-46, jan./fev. 1994.
- SALTER, R. B. **Distúrbios e lesões do sistema musculoesquelético**. 3. ed. [S. l.]: Medsi, 2001.
- SANTILI, C. et al. Doença de Legg-Calvé-Perthes: análise crítica da classificação de Salter-Thompson. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 34, n. 7, p. 409-414, jul. 1999.
- SMITH, L. K.; WEISS, E. L.; LEHMKUHL, L. D. **Cinesiologia clínica de Brunnstrom**. 5. ed. São Paulo: Manole, 1997.
- SOUZA, R. R. **Anatomia humana**. São Paulo: Manole, 2001.
- SPENCE, A. P. **Anatomia humana básica**. 2. ed. São Paulo: Manole, 1991.
- TIDSWELL, M. **Ortopedia para fisioterapeutas**. São Paulo: Premier, 2001.
- VOLPON, J. P.; BORTOLIN, P. H.; PAGNANO, R. G. Estatura na Doença de Legg-Calvé-Perthes: um estudo longitudinal. **Revista Brasileira de Ortopedia**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 36-40, jan. 1996.

AF 21: ALTERAÇÕES COGNITIVAS: REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sabrina Reis Bezerra¹; Vilma Leite Sousa Pires²

1 INTRODUÇÃO

Em termos gerais, a *inteligência* é “um modo de adaptação do indivíduo ao meio, sendo este concebido em sua acepção complexa, como um meio que é simultaneamente físico, social, simbólico e histórico-cultural.” Se faz referência à capacidade de apropriar-se da realidade necessária para sobreviver (algo que todo animal pode realizar desde os começos da vida) (SORDI, 2005).

A inteligência está associada à conquistas sociais, comportamentais e educacionais, entretanto essa associação depende de variáveis mediadoras (sociais e biológicas), como o grau de nutrição, procedência geográfica, grau de escolaridade, o nível econômico e tipo de escola (particular ou pública) que os indivíduos freqüentam e influência da modernização (zona rural e zona urbana). Determinou-se que, quanto maior a inteligência dos cidadãos, maior é a sua riqueza e quanto maior o desenvolvimento socioeconômico, maior o nível intelectual dos seus habitantes (FLORES-MENDONZA, 2007).

Kaplan (2003) define cognição como um “processo de obtenção, organização e utilização do conhecimento intelectual.”

Flores-mendonza (2007) defende que o ser humano é: consciente, ativo, tem seus processos cognitivos governados por regras, possui um inconsciente cognitivo, constrói as regras que coordenam sua cognição, reage a significados atribuídos, tem emoções que atuam através da cognição, é constituído de mente e corpo que interagem e se influenciam mutuamente.

O número de anos de educação formal influencia positivamente o desempenho cognitivo, isto é, pacientes analfabetos têm desempenho significativamente pior que pacientes com educação baixa/média. (LAKS, 2000; VITIELLO, 2007; MACHADO, 2007).

Segundo Vitiello (2007) e Machado (2007), a idade também influencia significativamente o desempenho dos indivíduos, ou seja, quanto mais jovem o indivíduo, melhor o resultado.

Estudos realizados por Azambuja (2005), Nitrini (2005), Melo (2007) e Lourenço (2006) confirmam que, pacientes idosos com distúrbios neurológicos apresentam um maior comprometimento das funções cognitivas.

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial e afeta diretamente os sistemas de saúde pública, mas no Brasil, a avaliação cognitiva não é rotineira nos serviços de saúde primária nem secundária (AZAMBUJA, 2007). Em sua pesquisa no Brasil, Charchat-Fichman (2005) observou que comprometimentos cognitivos associados à dependência nas atividades da vida diária estão fortemente relacionados com mortalidade em idosos residentes em centros urbanos.

Segundo Guimarães e Cunha (2008), as demências são comuns após os 70 anos e a prevalência aumenta com o avançar da idade. Azambuja (2007) afirma que há uma pequena incidência a partir dos 60 anos.

No que se refere à incidência, ocorre uma predominância percentual de presença de mulheres em relação aos homens em diversos estudos (SOUZA, 2007; MACHADO, 2007)

A função do sistema nervoso é receber, assimilar e agir sobre a informação. Uma doença no sistema nervoso ou lesão produz destruição e/ou instabilidade da função. Com o envelhecimento o cérebro apresenta algumas alterações significativas nas funções fisiológicas, ficando mais susceptível a sintomas de confusão, ou seja, comprometimento da

¹ Acadêmica.

² Professora Ms., Orientadora.

memória, e uma diminuição na habilidade para registrar, reter e recordar experiências atuais (UMPHRED, 1994; STOKES, 2000).

Dentro do sistema nervoso, os neurônios se ligam formando circuitos com funções específicas. No encéfalo estão os circuitos mais complexos, criando um número infinito de vias. A partir dessas vias se cria o pensamento, linguagem, sentimentos, aprendizagem, memória e comportamentos complexos, entre outras características pertinentes à espécie humana. A intercomunicação neuronal pode formar comportamentos afetivos (relacionados ao sentimento e emoção) e comportamentos cognitivos (ligados aos processos racionais e não à emoção) (SILVERTHORN, 2003; STOKES, 2000).

A neurociência cognitiva tem contribuído no sentido de associar determinados comportamentos a determinadas estruturas ou atividades cerebrais. As descobertas nessa área têm contribuído para a identificação da arquitetura neural que sustenta a consciência, revelando a existência de uma relação entre alguns aspectos dos processos da consciência e as ações de regiões e sistemas cerebrais específicos (SANTANA, 2006).

A maior parte da análise neuropsicológica concentra-se nas funções cognitivas, tais como: percepção, aprendizado, memória, linguagem, pensamento e raciocínio (EBERT, 2002).

Segundo Dalgalarrodo (2000), o declínio ou perda de funções cognitivas está relacionado com memória, alterações da linguagem e do reconhecimento, dificuldade nas atividades da vida diária, capacidade de aprendizado, julgamento, relações espacial-simbólicas e falta de orientação direito-esquerda.

À medida que o grau de dificuldade e complexidade nas tarefas cognitivas aumenta, as diferenças entre desempenhos de idosos e jovens também aumentam. Todas as investigações sugerem que o déficit decorrente do envelhecimento afeta consideravelmente a mecânica cognitiva e o funcionamento dos processos básicos de memória (SOUZA, 2007).

Em seu estudo, Vitiello (2007) demonstrou que alguns pacientes que apresentam algum diagnóstico neurológico nem sempre relatam queixas de alterações cognitivas. Ele avaliou pacientes com epilepsia, cefaléia, doença de Parkinson e doença vascular cerebral, entre outros, e a maioria dos pacientes apresentaram alterações cognitivas nunca antes relatadas por eles. Vale ressaltar que é possível que reações de estresse possam desencadear comprometimentos cognitivos global, incluindo a perda de memória em curto prazo (ROWLAND, 2002).

Algumas crianças apresentam "problemas de aprendizagem", não têm a curiosidade desperta e não possuem autoria de pensamento, causadas por patologias relacionadas com transtornos graves. Os problemas de aprendizagem podem ter várias causas, desde dificuldades construtivas do conhecimento até inadequações didáticas. Outras dificuldades de aprendizagem podem ser causadas por vários fatores, tais como relação com os ideais, ou até mesmo mal-estares nos intercâmbios escolares e em outras situações (SORDI, 2005)

A realização de exames das funções cognitivas é comum nos casos de pacientes que apresentam algum tipo de demência, porém não são usualmente realizadas em pacientes com outras doenças neurológicas. Pesquisas comprovam a necessidade da inclusão da avaliação cognitiva como parte obrigatória do exame neurológico, mesmo em pacientes sem queixas relacionadas.

O objetivo deste trabalho é determinar as principais patologias que causam déficit cognitivo nos pacientes demonstrando a importância da inclusão da avaliação cognitiva nos centros de atendimentos que atendam pacientes com algum tipo de disfunção neurológica. Temos como justificativa do presente estudo, alertar para a necessidade de que a semiologia cognitiva faça parte obrigatória dos programas de formação em neurologia e realizar a avaliação cognitiva breve de forma rotineira como parte do exame neurológico em todo paciente, independente de sua queixa ser ou não da esfera cognitiva.

O diagnóstico precoce de déficits cognitivos diminui os níveis de estresse para os familiares, reduz riscos de acidentes, prolonga autonomia e talvez, em alguns casos, evita ou retarda o início do processo demencial.

2 PATOLOGIAS ASSOCIADAS AO DÉFICIT COGNITIVO

2.1 Hipertensão Arterial Sistêmica

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença cardiovascular muitas vezes assintomática, de natureza multifatorial, é considerada fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças cardiovasculares e pode ser uma importante causa da mortalidade brasileira (ANDRADE, 1997).

Segundo Cavalini (2003), não há associação entre HAS diagnosticada há pelo menos cinco anos e disfunção cognitiva, entre indivíduos com idade entre 65 e 79 anos. No entanto, entre os indivíduos com 80 anos ou mais, identificou-se associação inversa, de grande magnitude, quando o diagnóstico de HAS havia sido realizado há cinco anos ou mais. A explicação sugerida por esse autor para a associação inversa encontrada é que certo nível de pressão arterial sistólica pode ser necessário para a manutenção da função cognitiva, entre os muito idosos. Uma das possíveis explicações fisiopatológicas desse mecanismo é a síndrome hipometabólica, que pode ser parte da determinação da disfunção cognitiva (ou seja, precede o seu surgimento), assim como pode surgir em consequência da desregulação do eixo neuroendócrino que ocorre na história natural de tipos específicos de demência.

Existe associação entre déficit cognitivo e escolaridade e a prevalência é maior nos sedentários. Entre adultos e jovens, não existe dúvida de que a PA deve ser controlada e tratada, pois a HAS diagnosticada em indivíduos mais jovens parece estar associada à maior prevalência de disfunção cognitiva no momento em que esses indivíduos atingem idades mais avançadas, e também de outras complicações circulatórias e cardiovasculares, amplamente conhecidas (CAVALINI, 2003).

A demência e os efeitos sobre a cognição de níveis elevados de pressão arterial tanto entre os adultos jovens quanto em idosos merecem investigações no sentido de se gerar medidas que possam preveni-la ou amenizar seus efeitos na qualidade de vida.

2.2 Doença de Alzheimer

Pacientes com Alzheimer apresentam prejuízo global irreversível da função cognitiva, que resulta em deterioração devastadora da personalidade e da memória (KAY, 2002).

Idosos com declínio cognitivo apresentam maior risco de desenvolver doença de Alzheimer (MACHADO, 2007)

2.3 Doença de Parkinson

A Doença de Parkinson é diagnosticada como um distúrbio do movimento, mas as alterações do humor (depressão) e os déficits cognitivos são muito comuns. Habitualmente, na forma mais avançada da doença é que os déficits neuropsicológicos são mais significativos. Com a evolução da doença, há um comprometimento não apenas da memória, mas também da linguagem e habilidades visoperceptoconstrutivas com flutuações importantes (BUENO, 2000; KAPLAN, 2003).

Em pacientes parkinsonianos, Vitiello (2007) encontrou detectou um pior desempenho em testes de memória, orientação e abstração.

2.4 Cefaléias

Segundo Fernandes (2001) a dor é uma percepção que envolve aspectos cognitivos, afetivos e comportamentais.

Doentes de cefaléia podem apresentar déficit de memória, atenção e diminuição da capacidade de concentração, em razão da convivência com a dor. Esses déficits são transitórios e tendem a desaparecer assim que as crises de dor diminuem tanto de frequência quanto de intensidade. Os fatores conseqüentes à crise de dor também envolvem comportamento, emoção e pensamento: tensão muscular em resposta à dor, uso excessivo de medicação analgésica, absenteísmo, perda de compromissos, derrotismo diante da intensidade da crise de dor (FERNANDES, 2001).

Pacientes com cefaléia, por sua vez, geralmente não apresentam alterações cognitivas entre as crises, mas durante o período de dor podem exibir déficit de atenção, o que prejudica o desempenho em vários testes (VITIELLO, 2007)

A identificação e mudança das cognições e emoções relacionadas à cefaléia explica-se são causadas por crises severas e recorrentes de cefaléia desencadeiam emoções geralmente intensas, tais como ansiedade, depressão, raiva, sentimentos de culpa, desespero, frustração. Muitas vezes esses doentes têm frenofobia – medo de estarem ficando loucos – pois a dor, situada na cabeça, sem aparente razão, leva-os a fantasiar que deve haver alguma coisa de errado com eles (FERNANDES, 2001).

2.5 Diabetes Mellitus

Diabetes Mellitus é uma síndrome com componentes metabólicos, vasculares e neuropáticos inter-relacionados. É uma alteração do pâncreas quando este não produz insulina em quantidade suficiente ou quando o organismo não consegue utilizar a insulina produzida.

Existem quatro tipos principais de Diabetes: 1) Tipo 1 – inabilidade em produzir insulina, sendo necessário injeções de insulina para a sobrevivência do indivíduo; 2) Tipo 2 – é caracterizado por desordens na ação ou na secreção de insulina, podendo haver predomínio de uma das situações, estando geralmente ambas presentes; 3) Diabetes Secundário (tipos de Diabetes onde o fator causal é conhecido, tais como certos defeitos genéticos, algumas doença endócrinas ou causadas por uso de certa drogas.); 4) Diabetes Gestacional (é primeiramente diagnosticado durante a gravidez e poderá ou não desaparecer ao término da gestação) (DAVIDSON, 2001)).

Alguns pacientes portadores de Diabetes Mellitus dependentes de insulina apresentam a função cognitiva prejudicada, pois há prejuízo de estruturas corticais e subcorticais. A hipoglicemia por tempo prolongado pode causar danos permanentes na região cognitiva do cérebro, principalmente em crianças diabéticas dependentes de insulina (ALVARENGA, 2005).

Alvarenga (2005) demonstrou em seu estudo que a diminuição no nível glicêmico no indivíduo diabético sugere uma disfunção no sistema auditivo central. Considerando que o tecido nervoso é glicose dependente, quadros de hipoglicemia por longos períodos podem levar o indivíduo a alterações neurológicas importantes. A pesquisa do potencial cognitivo P300 pode ser um importante procedimento para a prevenção e diagnóstico precoce de alterações neurológicas em indivíduos com Diabetes Mellitus.

2.6 Epilepsia

Pacientes com epilepsia tendem a apresentar mais alterações de memória que indivíduos normais e que essas alterações estão diretamente relacionadas ao tempo de doença, assim como à frequência e ao tipo de crise epilética (VITIELLO, 2007)

2.7 Doenças Vasculares

O Acidente Vascular Cerebral resulta de um distúrbio da circulação cerebral, causando um déficit neurológico (diminuição da função) que persiste por pelo menos 24 horas, refletindo envolvimento focal do sistema nervoso. Tanto o derrame isquêmico quanto o hemorrágico podem vir a comprometer importantes funções cognitivas, dependendo do hemisfério lesado. O hemisfério direito tem como principais funções cognitivas a determinação do estado emocional dos falantes, pelo seu tom de voz, e também para permitir o entendimento de humor. As dificuldades para compreender a entonação da fala e reconhecer as emoções nas expressões faciais, após uma lesão no hemisfério direito, poderão interferir no desenvolvimento do estado cognitivo adequado. . Pode-se dizer ainda que a memória visual, a argumentação não verbal e os atos dependentes de uma mediação da capacidade visuo-espacial são todos prejudicados por uma lesão nesse hemisfério. Já as atividades envolvendo a fala, a escrita, a identificação verbal são precisamente atribuídas ao hemisfério esquerdo.

Alterações da memória, atenção, raciocínio lógico matemático e leitura são alguns dos déficits cognitivos mais comuns. Estas alterações estão presentes conforme a localização e a gravidade da lesão; por esse motivo, variam significativamente de uma pessoa para outra

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. J. N. **Cardiologia para o Generalista: uma abordagem fisiopatológica**. Fortaleza: UFC, 1997.
- AZAMBUJA, L. S. Avaliação Neuropsicológica do Idoso. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, v. 4, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://www.upf.br/seer/index.php/rbceh/article/viewFile/140/112>>. Acesso em: 14 maio 2008.
- BUENO, J. R.; NARDI, A. E. **Diagnóstico e tratamento em Psiquiatria**. Rio de Janeiro: Medsi, 2000.
- CAVALINI, Luciana Tricai; CHOR, Dora. Inquérito sobre hipertensão arterial e déficit cognitivo em idosos de um serviço de geriatria. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 6, n. 1, 2003 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2003000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2008.
- CHARCHAT-FICHMAN, Helenice et al . Declínio da capacidade cognitiva durante o envelhecimento. **Rev. Bras. Psiquiatria.**, São Paulo, v. 27, n.1, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462005000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2008.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- DAVIDSON, M. B. **Diabetes Mellitus: diagnóstico e tratamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2001.

- EBERT, M. H.; LOOSEN, P. T., NURCOMBE, B. **Psiquiatria**: Diagnóstico e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- FERNANDES, A. Terapia cognitivo-comportamental e cefaléias. **Rev. Psiq. Clín**, São Paulo, v. 28, n. 6, 2001. Disponível em: <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/28_6/artigos/art305.htm>. Acesso em: 16 set. 2008.
- FLORES-MENDOZA, Carmen Elvira; NASCIMENTO, Elizabeth do. Condição cognitiva de crianças de zona rural. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 24, n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2007000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2008.
- GOMES, A.C.; GOMES, A. H; CANINEU, P.R. **Análise das funções cognitivas nos idosos pós-acidente vascular cerebral isquêmico direito**. São Paulo: [s. n.], [?].
- KAPLAN, H. I.; SADOCK, B. J.; GREBB, J. A. **Compêndio de Psiquiatria**: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- KAY, J.; TASMAN, A.; LIEBERMAN, J. A. **Psiquiatria**: ciência comportamental e fundamentos clínicos. São Paulo: Manole, 2002.
- LAKS, Jerson et al . Rastreamento cognitivo em idosos esquizofrênicos institucionalizados. **Rev. Bras. Psiquiatr.**, São Paulo, v. 22, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2008.
- LOURENÇO, Roberto A; VERAS, Renato P. Mini-Exame do Estado Mental: características psicométricas em idosos ambulatoriais. **Rev. Saúde Pública.**, São Paulo v. 40, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielosp.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102006000500023&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 18 maio 2008.
- MELO; Luciano Magalhães, BARBOSA, Egberto Reis, CARAMELLI, Paulo.** Declínio cognitivo e demência associados à doença de Parkinson: características clínicas e tratamento. *Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo*, v. 34, n. 4, 2007. Disponível em: <<http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/vol34/n4/176.html>>. Acesso em: 14 maio 2008.
- NITRINI, Ricardo; BACHESCHI, Luiz Alberto. **A Neurologia que todo médico deve saber**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.
- NITRINI, Ricardo, et al. Diagnóstico de Doença de Alzheimer no Brasil. Avaliação cognitiva e funcional: Recomendações do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v. 63, n. 3, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/anp/v63n3a/a34v633a.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2008.
- NITRINI, Ricardo et al. Diagnóstico de doença de Alzheimer no Brasil: critérios diagnósticos e exames complementares. Recomendações do Departamento Científico de Neurologia Cognitiva e do Envelhecimento da Academia Brasileira de Neurologia. **Arq. Neuro-Psiquiatr.**, São Paulo, v. 63, n. 3a, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0004-282X2005000400033&script=sci_arttext&lng=pt>. Acesso em: 18 maio 2008.

ROCHA, Dinalva Rodrigues Heloísa Vieira; MIADAIIRA, Rui Kiyoshi. **Um ambiente computacional para avaliação Cognitiva em portadores de deficiência física**. 1996.

Disponível em:

<http://www.niee.ufrgs.br/ribie98/CONG_1996/CONGRESSO_HTML/59/59.HTML>.

Acesso em: 14 maio 2008.

ROWLAND, Lewis P. Merrit **Tratado em Neurologia**. 10. ed. Rio de Janeiro: 2002.

SANTANA, Suely de Melo; ROAZZI, Antonio; DIAS, Maria das Graças B. B.. Paradigmas do desenvolvimento cognitivo: uma breve retrospectiva. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 11, n. 1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2006000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 set. 2008.

SILVERTHORN, Dee Unglaub. **Fisiologia Humana: uma abordagem integrada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Manole, 2003.

SORDI, Regina Orgler. A constituição da inteligência: uma abordagem psicanalítica. **Psicol. Reflex. Crit.**, Porto Alegre, v. 18, n. 3, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722005000300007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2008.

SOUZA, Pollyanna da Silva et al. Avaliação do desempenho cognitivo em idosos. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, 2007.

STOKES, Maria. **Neurologia para Fisioterapeutas**. São Paulo: Premier, 2000.

VAN ERVEN, Terezinha de Jesus C. G.; JANCZURA, Gerson A.. A memória dos idosos em tarefas complexas. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, DF, v. 20, n. 1, 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-37722004000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 maio 2008.

VITIELLO, Ana Paula p. et al. Avaliação cognitiva breve de Pacientes atendidos em ambulatório de neurologia geral. **Arq Neuropsiquiatria**, São Paulo, v. 65, n. 2a, 2007.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2007000200021&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 abr. 2008.

UMPHRED, Darcy Ann. **Fisioterapia Neurológica**. 2. ed. São Paulo: Manole. 1994.

AF 22: DISFAGIA DECORRENTE DE ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL ISQUÊMICO

Suderlan de O. Gomes¹; Bruna Dillyane S. Costa²; Daniella Mara L. Coelho³

RESUMO

O comprometimento de estruturas como a cavidade oral, faringe, laringe e esôfago que recebem controle neural complexo para encaminhar o alimento até o estômago pode levar a uma disfagia. Esse problema no ato de deglutir pode ter origem neurológica, endócrina, obstrutiva ou tumoral. O acidente vascular cerebral (AVC) é a doença neurológica que mais resulta em disfagia, onde há uma prevalência de 25 a 32%. Há uma maior incidência nos casos de lesão bilateral, que é mais grave que a lesão unilateral, da qual resulta em disfagia temporária na maioria dos casos. Esse estudo é de revisão bibliográfica e tem o objetivo de trazer um maior esclarecimento sobre o assunto, dando ênfase a anatomia da deglutição e a participação de uma equipe multidisciplinar na reabilitação desse paciente chamando atenção para a participação do fisioterapeuta nessa equipe.

Palavras-chave: Disfagia. AVC isquêmico. Fisioterapia.

ABSTRACT

The compromise structures such as oral cavity, pharynx, larynx and esophagus which receive neural complex control to send the food to stomach can lead to a dysphagia. This problem in the act of swallowing can have neurological, endocrine, obstructive or tumoral origins. the cerebrovascular accident (CVA) is the neurological disease that more results on dysphagia, where it has a prevalence of 25 to 35%. There is a bigger incidence of this in bilateral lesion, that it is more serious than the unilateral lesion and result on temporary dysphagia in the most of the cases.. This study comes from a bibliographical revision and it has the objective to bring a bigger clarification on the subject giving emphasis to deglutition anatomy and the participation of multidisciplinary team on rehabilitation of this patient calling to the physiotherapist on this team

Keywords: Dysphagia. cerebrovascular ischemic accident. Physiotherapy.

1 INTRODUÇÃO

O ato de deglutir ocorre de forma seqüencial, envolvendo uma série de estruturas moles e duras. Quando qualquer uma dessas estruturas não apresenta bom funcionamento, a deglutição pode ficar prejudicada. Essa disfunção chama-se disfagia (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003).

A disfagia pode ser decorrente de um acidente vascular cerebral que é um déficit neurológico focal decorrente da interrupção do fluxo sanguíneo em um vaso cerebral (AVC isquêmico) ou por hemorragia dentro do tecido cerebral (AVC hemorrágico) (FRANÇA; FORTES; COSTA, 2004).

Uma lesão no tronco encefálico (nervos cranianos IX e X) ou uma lesão hemisférica aguda ocasionada por um AVC fará com que o paciente tenha disfagia (SCHELP; et al, 2004).

¹ Aluno do Curso de Fisioterapia da Faculdade Christus.

² Aluno do Curso de Fisioterapia da Faculdade Christus.

³ Professora, Orientadora.

Existem poucos trabalhos voltados para a atuação da fisioterapia nos casos de pacientes disfágicos decorrentes de acidente vascular cerebral, com a realização desse estudo pretendemos trazer um maior esclarecimento sobre a disfagia decorrente de AVC e abordar a participação da fisioterapia no tratamento de pacientes que apresentam esse processo patológicos, exaltando uma abordagem multidisciplinar.

2 OBJETIVO

Esse estudo tem como objetivo aprimorar os conhecimentos dos estudantes e profissionais da área da saúde, em especial os fisioterapeutas, divulgando o seu modo de atuar nos casos de pacientes com disfagia vítimas de acidente vascular cerebral.

3 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica na biblioteca da Faculdade Chritus na sede Parque Ecológico, situado na rua João Adolfo Gurgel, 133, Papicu, Fortaleza – CE, no período de março a outubro de 2008. O levantamento dos dados foi realizado através de palavras chaves (Disfagia, AVC isquêmico e Fisioterapia) contidas em artigos acadêmicos publicados em revistas nacionais e livros encontrados na biblioteca citada.

4 ACIDENTES VASCULARES CEREBRAIS

Rowland (2002) comenta que a organização mundial da saúde define acidente vascular cerebral (AVC) como “o rápido desenvolvimento de sinais clínicos de distúrbio focal (por vezes global) da função cerebral durante mais de 24 horas ou levando à morte sem nenhuma outra causa aparente que a origem vascular”. Para ser caracterizado um acidente vascular cerebral é necessário que os sintomas perdurem por mais de 24 horas, caso contrário é definido com ataque isquêmico transitório.

Collins (1997) relata que os distúrbios clínicos provenientes do AVC que ocorrem subitamente podem ser distinguidos em três causas principais; trombozes, embolias e hemorragias. Os déficits neurológicos focais são considerados um forte indicio das doenças vasculares cerebrais em qualquer idade, porem há a prevalência em pessoas com a idade avançada.

Segundo os estudos de Radanovic (2000) foram obtidos dados dos quais os AVC estão relacionados a fatores de riscos como a hipertensão, que atinge cerca de 67,9% dos casos; cardiopatias com 24,6%, sendo que nesse caso há maior incidência de fibrilação auricular crônica; diabetes, com 20,2%.

Schelp et al. (2004) realizaram estudos que relatam as seqüelas pós-acidente vascular cerebral, conseqüências como problemas motores, distúrbios na fala ou linguagem e na deglutição. Ocorre a disfagia orofaríngea em cerca de 50% dos pacientes com seqüelas de AVC, sendo que isso acontece após o acidente vascular.

4.1 Acidentes vasculares cerebrais isquêmicos

Collins (1997) relata que o AVC isquêmico é ocasionado por oclusão de vasos sanguíneos, que tem como conseqüência a isquemia cerebral. Cerca de 40% dos AVCs isquêmicos se devem pela obstrução de vasos de grande calibre, em decorrência de trombose aterosclerótica, 25% se devem a interrupção do fluxo de pequenos vasos causando infartos “lacunares”, 25% por conseqüência cardioembólicos e o restante por fatores mais raros, tais como artrite, infecções ou condições hereditárias.

4.1.1 Acidente vascular cerebral trombótico

De acordo com Marini e Wheeler (1999) o AVC trombótico é resultante de uma obstrução sanguínea em vasos de maior calibre (frequentemente em ramos proximais da carótida). Está diretamente interligado com a idade, enquanto que fatores crônicos predisponentes são diabetes, hipertensão arterial, tabagismo, hipercolesterolemia, que influenciam na estrutura dos vasos. Ataques isquêmicos transitórios (AIT) podem ser provocados por um estreitamento progressivo e lento, isso resulta em ataques isquêmicos premonitórios. Cerca de 40% desses pacientes chegam a ser acometido por um AVC trombótico. Esses acidentes vasculares trombóticos costumam ocorrer em áreas do córtex cerebral, onde poderá haver a perda de funções sensoriais e motoras, pois elas estão anatomicamente justapostas, ocorrendo assim uma perda igual dessas funções.

4.1.2 Acidente vascular cerebral embólico

Contran, Kumar e Collins (2000) relatam que os AVCs embólicos podem acontecer frequentemente durante sua rotina diária. Decorre de uma obstrução súbita de um vaso cerebral, ele pode ter origem de vários fatores, tais como: tromboembolos que partem de artérias, principalmente da carótida proveniente das placas de ateroma, o coração é considerada uma das principais fontes geradoras de êmbolos.

De acordo com Contran, Kumar e Collins (2000) os êmbolos tendem a dirigir-se para áreas com bifurcações e de estenose luminal preexistente.

4.1.3 Acidentes vasculares cerebrais lacunares

Segundo Marini e Wheeler (1999) os acidentes vasculares cerebrais lacunares ocorrem comumente em pacientes hipertensos, proveniente de uma obstrução de vasos de pequeno calibre localizados em regiões intracerebrais, locais como na cápsula interna que provoca alguns déficits funcionais, pois os neurônios agrupam-se muito próximos uns dos outros podendo ocasionar problemas severos, como déficits na face, braço e perna.

5 ANATOMIA DAS ESTRUTURAS QUE REALIZAM A DEGLUTIÇÃO

5.1 Anatomia da cavidade oral

As estruturas da cavidade oral que devem ser observadas em um exame são: lábios, frênulo do lábio superior e do inferior, mucosa da boca, gengiva, assoalho da boca, dentes, bochecha, palato duro e mole, úvula, mandíbula, articulação temporomandibular, tonsilas palatinas, arcos palatoglosso e palatofaríngeo, língua e seu frênulo e os espaços chamados de vestíbulos: vestíbulos anteriores (entre os maxilares e os músculos do lábio) e vestíbulos laterais (entre maxilares e bochechas) (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003).

Os músculos da cavidade oral que devem ser avaliados são: supra-hióideos, orbicular da boca e bucinador e músculos da língua (DANGELO; FATTINI, 2003)

5.2 Anatomia da faringe

A faringe é dividida em três áreas anatômicas: nasofaringe, orofaringe e laringofaringe ou hipofaringe. As paredes desse segmento são constituídas por três músculos: constritores da faringe superior, médio e inferior. Todos eles têm participação na deglutição (DANGELO; FATTINI, 2003).

Nasofaringe: conecta a cavidade nasal com a orofaringe. Funciona como conduto de ar e possui papel limitado na deglutição, estando fechada com relação às outras estruturas da faringe durante a deglutição (DANGELO; FATTINI, 2003).

Orofaringe: é uma extensão da cavidade oral até a parede da faringe. A valécula é uma depressão que se localiza junto à raiz da língua. Na parede lateral, está contida maior parte do osso hióide. Na parede posterior da faringe, se fixa uma crista transversa ou de Passavant, que é elevada durante a deglutição pela parte superior do m. constritor da faringe e pelo palato faríngeo. Essa crista é elevada juntamente com o palato mole, separando a nasofaringe da orofaringe (DANGELO; FATTINI, 2003).

Hipofaringe: estende-se desde a epiglote ao músculo cricofaríngeo, as fibras do músculo cricofaríngeo se inserem nas laterais da cartilagem tireóidea formando um espaço entre as fibras musculares, estes espaços são conhecidos como recessos piriformes. Os músculos constritores médio e inferior sustentam as paredes laterais e posterior da faringe (DANGELO; FATTINI, 2003).

5.3 Anatomia da laringe

A faringe abre na laringe na raiz da língua, formando uma válvula para manter o alimento fora da via aérea durante a deglutição (GRABOWSKI; TORTORA, 2002).

No topo da laringe encontra-se a epiglote que tem sua área posterior e inferior conhecida como vestibulo laríngeo, tendo seu limite na parte superior das pregas vestibulares (GARDNER; GRAY; RAHILLY 1988).

Têm em sua constituição músculos, ligamentos e cartilagens. Os músculos têm função de controlar os movimentos de abertura e fechamento das pregas durante a respiração, fonação e deglutição. Os ligamentos auxiliam na suspensão e estabilidade da laringe, sendo eles o cricotireóideo e tireo-hióideo. Dentre as cartilagens considera-se a cricóidea, cuneiforme, tireóidea, epiglote, corniculada e aritenóidea (DANGELO; FATTINI, 2003)

A laringe possui três funções básicas, que em ordem de prioridade são: protetora, respiratória e fonatória.

5.4 Anatomia do esôfago

O esôfago é um tubo muscular que impulsiona o alimento da hipofaringe ao estômago.

A junção entre estas duas estruturas é feita pelo músculo cricofaríngeo. Esfíncter gastroesofágico é que está entre o esôfago e o estômago.(DANGELO; FATTINI, 2003)

No pescoço e no tórax, o esôfago está em íntima proximidade com outras estruturas, estando anteriormente às vértebras cervicais, posteriormente a traquéia e entre as carótidas. (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003).

“O terço superior do esôfago é composto de músculo estriado similar ao da faringe, e os dois terços inferiores são compostos por fibras musculares lisas” (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003, p. 6).

6 FISIOLOGIA E CONTROLE NEUROLÓGICO DA DEGLUTIÇÃO

A deglutição possui a função de transportar alimento da cavidade oral ao estômago, protegendo as vias aéreas da entrada de substâncias (KNOOP; PADOVANI, 2001).

A divisão da deglutição pode ser feita em três ou quatro fases, dependendo do autor, porém as fases são mais comumente divididas em três, pois a primeira acaba por ser subdividida em duas: oral preparatória e oral propriamente dita (KNOOP; PADOVANI, 2001).

Quatro componentes são responsáveis pelo controle neurológico: fibras sensitivas, contidas nos nervos cranianos; fibras cerebrais, do mesencéfalo e cerebelares que fazem sinapse com os centros da deglutição no tronco encefálico; nervos cranianos, envolvidos na deglutição que se localizam no tronco encefálico e fibras motoras eferentes contidas nos nervos cranianos (NOBACK; STROMINGER; ROBERT, 1999).

6.1 Fase oral preparatória

“A cavidade oral funciona como um órgão sensorial e motor para preparar o alimento para que ele seja deglutido de forma segura. É a mastigação com suas três fases: incisão, trituração e pulverização” (BRAUER; FRAME, 2001, p. 1).

O alimento é manipulado na boca e mastigado o quanto for necessário. Assim mastigado, é reduzido o tamanho, lubrificado pela saliva, formando-se um bolo.

6.2 Fase faríngea

A deglutição involuntária/reflexa leva o alimento pela faringe. As estruturas laringes movem-se para cima e para frente conforme a base da língua move-se para trás ao encontro da laringe. Os músculos faríngeos se contraem, movendo o bolo ao longo da faringe (BRAUER; FRAME, 2001).

A fase faríngea pode ser dividida em cinco partes. Inicia com os movimentos da língua que começam o ato da deglutição requerendo contração concomitante dos músculos: milo - hióideo, gênio - hióideo e digástrico. No segundo momento, os músculos estiloglosso e hioglosso forçam a raiz da língua contra o palato mole e a parede posterior da faringe. Na fase três, os músculos: levantador do véu palatino e tensor do véu palatino levantam o palato mole, encurtando-o até a aproximação contra o músculo da parede posterior da faringe, para prevenir regurgitação nasofaríngea. Em seguida, os músculos constritores médio e inferior da faringe estreitam a hipofaringe e contribuem para os movimentos de contração. Por último, a epiglote é inclinada para trás e para baixo pelo levantamento da laringe e contração do soalho da boca com concomitante levantamento do osso hióide. A contração peristáltica dos constritores da faringe propulsionam o bolo para baixo (BRAUER; FRAME, 2001).

O controle motor é feito através dos seguintes pares cranianos: V, VII, IX, X, XII e contribuições de C1 - C3 (DANGELO; FATTINI, 2003).

A inervação sensorial é controlada pelos V, XI, e X pares cranianos. Grande parte da entrada sensorial é feita pelos nervos glossofaríngeo e vago (DANGELO; FATTINI, 2003).

6.3 Fase esofágica

De acordo com Brauer e Fame (2001), o alimento é levado pelo esôfago até o estômago.

A contração que começa na faringe, quando a deglutição é disparada continua seqüencialmente através do esôfago. Os fechamentos superior e inferior reduzem o risco de refluxo gastresofágico ou reentrada do material alimentar do esôfago para dentro da faringe (KNOOP; PADOVANI, 2001)

“O processo de peristaltismo movimenta o bolo através do esôfago e termina quando a comida passa pela contração diafragmática.” (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003).

O esfíncter esofágico superior é constituído principalmente pelo músculo cricofaríngeo, durante o repouso se mantém fechado, mas durante a deglutição ele abre, devido a contração dos músculos supra - hióideos e infra - hióideos (GRABOWSKI; TORTORA, 2002).

O controle motor e sensorial da fase esofágica é realizado pelo nervo vago (DANGELO; FATTINI, 2003).

7 DISFAGIA OROFARÍNGEA

A disfagia ou movimentos de distúrbios de deglutição de origem neurológica decorre principalmente de acidente vascular cerebral, traumatismo cranioencefálico, encefalopatias, traumatismo raquimedular, neoplasias cerebrais, doenças degenerativas do sistema nervoso central e distúrbios neuromusculares (SILVA, 2007).

A disfagia é sintoma de alguma alteração nos mecanismos do controle neuromotor ou sensorial da deglutição. A presença de alterações nestas funções nervosas pode repercutir no perfeito controle neuromotor fino, causando perda da sensação laríngea e alterando o processo da deglutição (KNOOP; PADOVANI, 2001).

“A disfagia é uma complicação comum após acidente vascular encefálico. Ocorre em lesões que afetam o tronco encefálico (nervos cranianos (IX e X), ou também nas lesões hemisféricas agudas” (SCHELP; *et al*, 2004).

O AVC é considerado a doença neurológica que mais resulta em disfagia, tendo uma prevalência de 25 a 32%, especialmente se a lesão for bilateral. A gravidade é maior em lesão bilateral do que em lesão unilateral, e a unilateral resulta em disfagia temporária, embora haja exceções (SILVA, 2007).

7.1 Manifestações da disfagia

As manifestações mais freqüentes observadas nos pacientes neurológicos com disfagia orofaríngea caracterizam-se por: hesitação ou inabilidade para engolir; retenção de alimento na orofaringe; regurgitação nasal de alimento; voz molhada após deglutição; tosse durante ou depois de engolir; necessidade de limpar a garganta após alimentos sólidos; perda de peso; episódios periódicos de pneumonia e engasgos durante a alimentação (DOMINGUES; LEMME, 2001).

7.2 Manifestações apresentadas pelos pacientes neurológico com disfagia orofaríngea

Na fase oral, o fechamento labial está reduzido e pode haver saída do alimento pela cavidade oral (SILVA, 2007).

O movimento da língua reduzido e as amplitudes lateral e vertical restritas limitam a capacidade de manipular o alimento durante a fase oral preparatória, bem como formar e manter o bolo alimentar na cavidade oral, dificultando posteriormente a propulsão do alimento e causando uma dispersão dentro da cavidade oral (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003).

Quando há oclusão velofaríngea inadequada, pode haver entrada de alimentos na cavidade nasal, ocorrendo regurgitação nasal. A reduzida oclusão laríngea deixa a via respiratória com pouca proteção, ficando comprometida no momento da respiração, podendo ocorrer aspiração durante a deglutição (CARVALHO; XEREZ, ARAÚJO, 2006).

Com presença de contração faríngea reduzida pode haver uma permanência de resíduos em valéculas e recessos piriformes; por conseguinte, se na via respiratória cair uma destas pequenas partículas de alimentos, pode ocorrer aspiração depois da deglutição no momento em que a laringe abre-se para restaurar a respiração (CARVALHO; XEREZ, ARAÚJO, 2006).

Na fase esofágica, quando o cricofaríngeo apresenta-se relaxado, pode ocorrer passagem do alimento da faringe para as vias aéreas, ocasionando aspiração depois da deglutição (PINHIRO, 2008)

“Com a peristalse reduzida pode ocorrer a permanência de alimentos no esôfago por causa do movimento do bolo alimentar” (SILVA, 2007).

7.3 Suporte nutricional do paciente disfágico

A determinação da via de acesso (sonda nasogástrica) para o suporte nutricional dependerá, tanto do tempo de utilização da alternativa escolhida, quanto do risco para a aspiração pulmonar e indicações específicas. Quando a indicação do suporte nutricional enteral necessita ser por um período mais prolongado, deve-se optar pela gastrostomia a fim de diminuir o risco de aspiração (DOMINGUES; LEMME, 2001).

7.4 Tratamento fisioterápico para o paciente com disfagia

Os problemas encontrados nos pacientes disfágicos neurológicos, muitas vezes, vão além dos problemas motores visivelmente constatados. Sabe-se cada vez mais que a presença de alterações sensório-motoras tem sido responsável, muitas vezes, por várias dificuldades encontradas durante o tratamento (CARVALHO; XEREZ, ARAÚJO, 2006).

O controle do tronco superior e inferior interferem diretamente no controle e posicionamento da cabeça, permitindo desta forma um controle proximal dos membros superiores para que possa haver movimentos e controle adequados da postura sentada (SILVA, 2007).

A fixação da cabeça irá interferir na qualidade dos movimentos e funções fonarticulatórias, dificultando assim, a deglutição de alimentos sólidos e líquidos. Outras alterações decorrentes do tono anormal estão presentes, tais como as alterações de sensibilidade, percepção, hiper ou hipossensibilidade oral, paralisia facial, sialorréia, entre outras, que irão interferir diretamente no ato de deglutir (DOMINGUES; LEMME, 2001).

Para que tenhamos a possibilidade de realizar adequadamente o “ato de deglutir”, necessitaremos, primeiramente, de um trabalho muscular adequado, tono normal, sensação normal, coordenação adequada da respiração, posicionamento correto da cabeça, sustentação de tronco superior e inferior e bom controle de quadril na posição sentada (PINHEIRO, 2008).

A contribuição da fisioterapia é facilitar ao fonoaudiólogo o trabalho motor necessário ao paciente para que este possa apresentar um melhor resultado durante a reabilitação. Cabe ao fisioterapeuta trabalhar a estabilidade do tronco, para que possa haver movimento e função normal na face, facilitando posturas mais adequadas para o tratamento. É importante que, nos pacientes com alterações de tono o tratamento inicie-se pela normalização do mesmo, podendo ser através de técnicas de estimulação sensorial, como tapping, transferência de peso, placing (JACOBI; LEVY; SILVA, 2003, p. 394).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O AVC é a principal doença neurológica que causa disfagia, pois, pode alterar o controle neurológico da deglutição. O comprometimento de fibras sensitivas, contidas nos nervos cranianos; fibras cerebrais, do mesencéfalo e cerebelares que fazem sinapse com os centros da deglutição no tronco encefálico; fibras motoras eferentes contidas nos nervos cranianos e nervos cranianos, envolvidos na deglutição que se localizam no tronco encefálico poderão acarretar a disfagia.

Com abordagem anatômica sobre o processo de deglutição e suas respectivas estruturas anatômicas, concluímos que é necessário o domínio desse conhecimento pelos estudantes e docentes da saúde, para que se possa dar uma maior contribuição para o tratamento desses

pacientes. Estes que podem apresentar um desequilíbrio no tronco e que em uma reação em cadeia acaba por comprometer o movimento e a função normal da face. O fisioterapeuta restaurando esse equilíbrio facilita para que o fonoaudiólogo trabalhe melhor nos tratamentos desses pacientes, podendo assim apresentar melhores resultados.

Como existem poucos trabalhos sobre a ação do fisioterapeuta, seria muito bom que houvesse mais pesquisas sobre esse assunto por parte de acadêmicos e profissionais da fisioterapia, para que tenhamos cada vez mais conhecimento sobre o assunto e com isso poder colaborar mais no tratamento desses pacientes, até mesmo descobrindo outras formas de atuação do fisioterapeuta.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. E. F. **Acidente vascular cerebral**. São Paulo: Maltese, 1991.
- BRAUMER, C. FRAME, D. **Manual de disfagia**: Guia de deglutição para profissionais da saúde e famílias de pacientes disfágicos. Carapicuíba: Pró-fono, 2001.
- CARVALHO, Y. S. V.; XEREZ, D. R.; ARAÚJO, A. Q. C. Identificação de broncoaspiração por disfagia orofaríngea em pacientes com pneumonia comunitária. **Acta fisiátrica**, São Paulo, v. 13, p. 59-62, 2006.
- COLLINS, R. C. **Neurologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997.
- COTRAN, R. S.; KUMAR, V.; COLLINS, T. **Robbins**: patologia estrutural e funcional. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- DANGELO, J. G.; FATTINI, C. A. **Anatomia Humana Básica**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 2003.
- DOMINGUES, G. R.; LEMME, E. M. O. Diagnóstico diferencial dos distúrbios motores esofagianos pelas características da disfagia. **Arq Gastroenterol**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 1, jan./mar. 2001.
- FRANÇA, R. M; FORTES, V. L. F; COSTA; G.L. O idoso com acidente vascular cerebral (AVC) isquêmico agudo: vivenciando o cuidado. **Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano**, Passo Fundo, p. 22-29, jul./dez. 2004.
- GARDNER, E.; GRAY, D. J.; RAHILLY, R. O. **Anatomia**: Estudo Regional do Corpo Humano. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- GRABOWSKI, S. R.; TORTORA, G. J. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- JACOBI, J. S; LEVY, D. S. **Disfagia**: avaliação e tratamento. Rio de Janeiro: Revinter, 2003.
- KNOOP, D.; PADOVANI, M. Voz, Fala e Deglutição. In: LIMONGI, J. C. P. **Conhecendo Melhor a Doença de Parkinson**. São Paulo: Plexus, 2001.
- MARINI, J. J.; WHEELER, A. P. Coma, acidente vascular cerebral, convulsões e morte cerebral. In: MARINI, J. J.; WHEELER, A. P. **Terapia intensiva**: O essencial. 2. ed. São Paulo: Manole, 1999.

- NOBACK, C. R.; STROMINGER, N. L.; ROBERT, J. D. **Neuroanatomia - Estruturas e Funções**. 5. ed. São Paulo: Promier, 1999.
- PINHEIRO, N. Disfagia: dificuldade para engolir. **Medicina social de grupo**, São Paulo, v. 23, p. 16-17, 2008.
- PORTH, C. M.; KUNERT, M. P. **Fisiopatologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.
- RADANOVIC, M. Característica do atendimento de pacientes com acidente vascular cerebral em hospital secundário. **Arquivos de Neuro-psiquiatria**, São Paulo, v. 58, mar. 2000
- ROWLAND, Lewis P. **Merritt tratado de neurologia**. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- SCHELP, A. O; et al. Incidência de Disfagia orofaríngea após acidente vascular encefálico em hospital público de referência. **Arq Neuropsiquiatr.**, Botucatu, v. 62, p. 503-506, 2004.
- SILVA R. G. A eficácia da reabilitação em disfagia orofaríngea. **Pró-Fono Revista de Atualização Científica**, Barueri, v. 19, n. 1, p. 123-130, jan./abr. 2007.
- STOKES, Maria. **Neurologia para fisioterapeutas**. São Paulo: Editorial Premier, 2000.
- ZÉTOLA, V. H. F. et al. Acidente vascular cerebral em pacientes jovens. **Arquivo de neuro-psiquiatria**, Paraná, v. 59, maio 2001

AF 23: IMPORTÂNCIA DA MONITORIA EM BIOQUÍMICA PARA A MELHORIA DO RENDIMENTO DE ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA

Tamara Deyse Lins Pinheiro¹; Amanda de Souza Oliveira²; Hermógenes David de Oliveira³

RESUMO

As atividades de monitoria, nos dias atuais, têm sido muito úteis em várias instituições de ensino superior, como uma solução para os alunos que apresentam dificuldades em assuntos relacionados às disciplinas em que a monitoria se faz presente. O monitor auxilia o professor no processo de compreensão e no desenvolvimento de atividades teórico- práticas, além de permitir um acompanhamento mais direcionado das dificuldades apresentadas pelos estudantes ao longo de um semestre letivo. Entretanto, essas atividades somente serão efetivas se forem acompanhadas por uma frequência regular e distribuída nas reuniões de monitoria, bem como de uma carga horária de estudos individuais satisfatória ou que permita o esclarecimento das dúvidas apresentadas. Com este trabalho objetivou-se mostrar a importância da monitoria em Bioquímica para a melhoria do rendimento acadêmico no curso de Fisioterapia, traçando antes um perfil acadêmico completo dos estudantes que compõem essa disciplina. Espera-se, com os resultados obtidos, entender a real importância da monitoria para a melhoria no rendimento acadêmico, bem como criar estratégias que permitam corrigir deficiências apresentadas por esses estudantes.

Palavras-chave: Ensino em Bioquímica. Monitoria. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A Bioquímica é ramo da ciência que estuda a química da vida ou dos sistemas biológicos. É uma disciplina que está inserida na grade curricular de diversos cursos da área de saúde, tendo como objetivo estudar processos bioquímicos, metabólicos e patológicos existentes no corpo humano auxiliando na procura de soluções para os problemas de saúde, além de propor ao aluno, condições para se obter uma visão geral do corpo humano, abrangendo os aspectos moleculares, estruturais, funcionais, culturais e sociais, propiciando assim uma formação profissional completa (SANTOS, ANACLETO, 2007). Por essa razão, é uma ciência de grande importância não apenas para o entendimento dos processos biológicos básicos, mas também para a compreensão de aspectos patológicos fornecendo suporte teórico para a reabilitação na área clínica, um dos objetivos da Fisioterapia (GOMES; E RANGEL, 2007).

Os conteúdos presentes no campo de estudo da Bioquímica sempre foram avaliados como difíceis de serem ministrados ou absorvidos dada a alta complexidade de seus assuntos, os quais exigem conceitos químicos bastante amplos. Em adição, o grande volume de informações constantemente acrescentado por trabalhos de pesquisa científica dificilmente é distribuído de forma satisfatória nas grades curriculares de diversos cursos dos quais faz parte (YOKAICHIYA; GALEMBECK; TORRES, 2004). Tem-se, então, uma rede de questões e problemas muito comuns em diversas instituições de ensino superior: embora os conteúdos contemplados nas disciplinas de Bioquímica sejam de grande importância para a formação de diversos acadêmicos da área de saúde, são frequentes as dificuldades apresentadas por esses estudantes não só no entendimento dos conteúdos, mas também na retenção dos mesmos ao longo dos semestres.

¹ Acadêmica do 7º semestre do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus e Monitora da Disciplina de Bioquímica

² Acadêmica do 3º semestre do Curso de Fisioterapia da Faculdade Christus

³ Professor Titular da disciplina de Bioquímica da F. Christus (Orientador)

Com estratégias para minimizar os problemas supracitados, a execução de atividades práticas em laboratório e atividades de monitoria figuram entre as mais importantes. Nas atividades práticas os acadêmicos fortalecem seus conteúdos teóricos de forma mais dinâmica e direta aproximando-o de uma condição real de utilização daqueles conteúdos. A monitoria, por sua vez, permite propiciar experiências que motivando aluno a despertar seus conhecimentos, unindo o ensino, a pesquisa e atividades extensão (GOMES; RANGEL, 2007).

Na Faculdade Christus as atividades de monitoria em Bioquímica vêm sendo desenvolvidas desde o ano de 2005 e através do trabalho de diversos monitores o índice de reprovação na disciplina tem sempre atingido valores abaixo do esperado. Isso mostra que as atividades de monitoria são essenciais não apenas para o esclarecimento de dúvidas, mas também na melhoria do rendimento acadêmico de alunos do curso de Fisioterapia.

Buscando estabelecer estratégias que promovam um aumento na frequência nas reuniões de monitoria, bem como possam levar a um maior aproveitamento de aulas teóricas e práticas, PINHEIRO; OLIVEIRA E SILVA. (2008) publicaram um trabalho, no qual definem e classificam os perfis de estudantes que cursam a disciplina de Bioquímica, permitindo a execução de atividades mais direcionadas para esses estudantes. Entretanto, embora se tenha um perfil dos acadêmicos que compõem a disciplina, bem como a noção de que os trabalhos de monitoria são importantes para a melhoria do desempenho acadêmico, não se dispunha até o momento de dados que evidenciassem esses parâmetros. Este trabalho foi desenvolvido, portanto, com os objetivos de avaliar a percepção dos acadêmicos de Fisioterapia quanto à importância e utilização da monitoria em Bioquímica, avaliar as estratégias adotadas pelo monitor em seu plano de ações no que diz respeito à efetividade de seu trabalho no processo de ensino e aprendizagem e definir estratégias que possibilitem um maior índice de aprovação na disciplina de Bioquímica, bem como uma maior assimilação de conteúdos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 Coleta de dados

Na grade curricular do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus (períodos 2008.2 e 2009.1) a disciplina de Bioquímica será ministrada contemplando uma carga horária de sessenta horas, distribuídas em atividades teóricas (45h) e práticas (15h). Com o objetivo de analisar a percepção da importância e utilização da monitoria de Bioquímica pelos acadêmicos do curso de Fisioterapia, bem como da efetividade dos trabalhos dos monitores, foi aplicado um questionário (Apêndice A) a todos os alunos dos semestres letivos 2008.2 composto por 26 questões contemplando os seguintes blocos de informação: dados do aluno, ritmo de estudo e assimilação individual de conteúdos, dificuldades de aprendizado encontradas, visão do acadêmico em relação à importância dos conteúdos de Bioquímica na sua formação acadêmica e avaliação dos trabalhos dos monitores da disciplina. As informações sobre a efetividade dos trabalhos do monitor foram coletadas através de acompanhamento da frequência dos acadêmicos em diferentes intervalos de tempo, bem como através de avaliação do desempenho acadêmico, tomando como critério as notas obtidas ao longo do semestre letivo (Apêndice B). Os dados referentes às notas obtidas foram coletados somente após a prévia autorização por parte do corpo discente participante do trabalho (Veja Termo de Consentimento – Apêndice C).

Antes do início da coleta de dados os acadêmicos participantes da pesquisa foram orientados quanto à utilização das informações coletadas pelo trabalho (aspectos éticos) através de leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C). Vale salientar que a realização deste trabalho de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Faculdade Christus, bem como autorizada pela Coordenação do Curso de

Fisioterapia da Faculdade Christus, em reconhecimento à importância prática que seus resultados trarão para melhoria do rendimento dos acadêmicos de Fisioterapia.

2.2 Análise de dados

Os dados obtidos foram expressos em valores absolutos ou em termos percentuais relativos ao número de acadêmicos regularmente matriculados na disciplina da Bioquímica.

Por se tratar de um estudo mais amplo (envolvendo dois semestres letivos), os dados apresentados foram obtidos a partir da execução de metade do trabalho a ser desenvolvido na Faculdade Christus. Para elaboração de gráficos e tabelas foi utilizado o programa *Microsoft Excel*[®].

3 RESULTADOS

A Bioquímica tem sido apontada por acadêmicos de vários cursos de graduação como sendo uma disciplina de difícil assimilação e de nível complexo quando tomados o semestre no qual ela pode estar inserida (frequentemente primeiro ou segundo) e a formação básica de cada aluno. No curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, muitos desses aspectos podem ser evidenciados não apenas nos trabalhos de monitoria, mas também nos trabalhos realizados pelos professores em sala de aula. Entretanto, não se dispunha de uma noção quantitativa da importância da monitoria neste curso, embora muitos alunos tivessem relatado que a monitoria era uma atividade muito importante para a melhoria do rendimento acadêmico.

Tendo o conhecimento do perfil acadêmico que cursa a disciplina de Bioquímica (PINHEIRO; OLIVEIRA ; SILVA,2008) e sabendo-se que muitos não possuem bases químicas para entender os processos Bioquímicos celulares, surgiram os seguintes questionamentos: “A execução de atividades profissionais poderia interferir no desempenho dos estudantes?” ou “ Os estudantes do semestre atual, também apresentam dificuldades no entendimento dos conteúdos de Bioquímica, como já mostrado por (PINHEIRO; OLIVEIRA ; SILVA,2008)?”. A **Tabela 1** mostra que a execução de atividades profissionais não parece ser um fator interferente no rendimento acadêmico, visto que mais da metade da turma não executa atividades profissionais, mas apresenta dificuldades no entendimento dos assuntos.

| Parâmetros | Sim | Não |
|--|-----|-----|
| Exerce atividade profissional? | 30% | 70% |
| Tem dificuldades em entender os conteúdos de Bioquímica? | 70% | 30% |

Tabela 1 –

Perfil dos acadêmicos de Fisioterapia da Faculdade Christus participantes da pesquisa. Os dados são mostrados como valores percentuais e referentes ao número total de respostas disponíveis para cada questão (50).

Em adição aos dados mostrados, verificou-se que 57,5% dos estudantes estudam menos de 3 horas diárias (5% estuda mais de 6 horas/dia e 37,5% entre 3 e 6 horas/dia), o que poderia se configurar como um agravante diante da dificuldade de entendimento dos assuntos, relatada pelos próprios acadêmicos. Além disso, conforme pode ser visualizado na **Tabela 2**, um mapeamento dos níveis de compreensão de assuntos de química necessários para o entendimento de tópicos de Bioquímica também mostra que boa parte dos estudantes não apresenta bases para o entendimento de processos celulares. O mapeamento realizado e apresentado na **Tabela 2** é um dado inédito, já que se sabia que a base necessária para o entendimento de assuntos de Bioquímica era precária, mas não se sabia quais assuntos deveriam ser melhor trabalhados. Isso permitirá a criação de estratégias para recuperar os conteúdos perdidos essenciais para a disciplina.

Diante do exposto, qual seria, então, a principal ou principais causas influenciadoras do desempenho acadêmico em Bioquímica? A **Figura 1** mostra que a deficiência de conteúdos de base é apenas um fator, mas não o mais importante nas dificuldades apresentadas pelos estudantes que cursam a disciplina de Bioquímica.

| Assunto | Bom conhecimento | Nenhum conhecimento |
|------------------------|------------------|---------------------|
| Átomo moléculas e íons | 77,5% | 17,5% |
| Reações químicas | 65% | 32,5% |
| Leis da termodinâmica | 37,5% | 60% |
| Funções orgânicas | 62,5% | 37,5% |
| Funções inorgânicas | 85% | 15% |
| pH e tampões | 90% | 12,5% |
| Ligações químicas | 52,5% | 47,5% |
| Oxidações e reduções | 52,5% | 45% |

Tabela 2 – Análise dos conteúdos necessários para o entendimento dos assuntos de Bioquímica. Os dados são mostrados como valores percentuais e referentes ao número total de respostas disponíveis para cada questão (n=50).

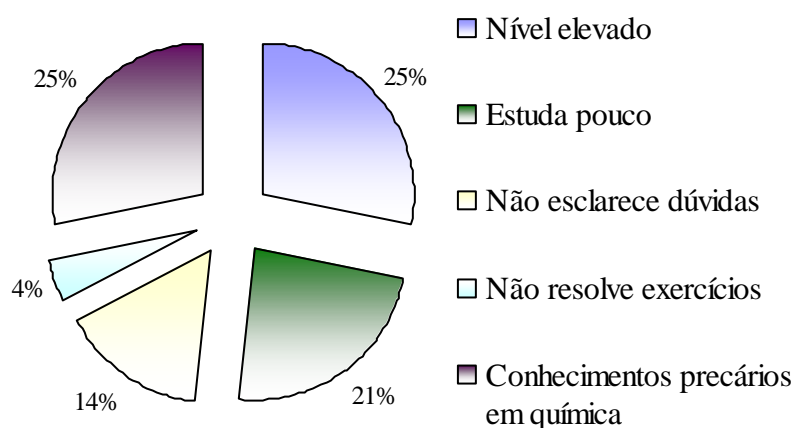


Figura 1 – Fatores envolvidos na dificuldade de entendimento dos assuntos de Bioquímica por acadêmicos de Fisioterapia. Os dados são mostrados como valores percentuais e referentes ao número total de respostas disponíveis para cada questão (n=50).

É freqüente entre os acadêmicos de Fisioterapia da F. Christus a adoção de práticas como o não esclarecimento de dúvidas ou a não resolução de exercícios, as quais só contribuem para o déficit de conhecimento gerado e ressaltam ainda mais a importância dos monitores nessa disciplina. A **Tabela 3** mostra que há um incentivo constante do corpo docente e dos monitores para a procura de suas reuniões e que, geralmente, os estudantes buscam em média, duas reuniões de monitoria por semana (**Figura 2**). Esse número é satisfatório, mas deve ser corroborado por um aumento na retenção de conteúdos por parte dos freqüentadores da monitoria

| Parâmetro | Sim | Não |
|---|------|-----|
| Freqüente a monitoria | 85% | 15% |
| Horários da monitoria são satisfatórios | 85% | 15% |
| O professor estimula a procura pelo monitor | 100% | 0% |
| A monitora estimula sua procura | 95% | 5% |

Tabela 3 – Distribuição percentual de estudantes regularmente matriculados na disciplina de Bioquímica com relação à busca dos trabalhos dos monitores.

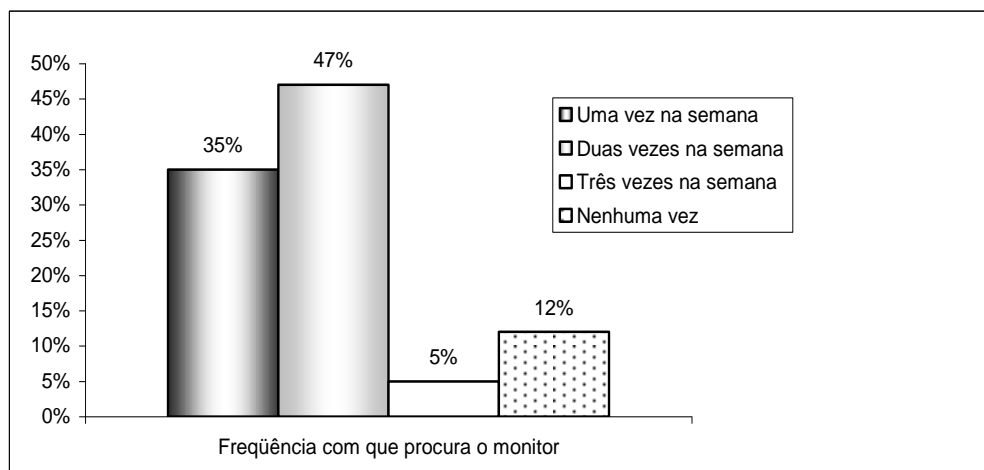


Figura 2 - Frequência com que os alunos matriculados na disciplina de Bioquímica, buscam as reuniões de monitoria. Os dados são mostrados como valores percentuais e referentes ao número total de respostas disponíveis para cada questão (n=50).

Conforme destacado anteriormente, os dados apresentados neste artigo fazem parte de uma prospecção preliminar que objetiva definir o papel da monitoria em Bioquímica para a melhoria no rendimento de acadêmicos de Fisioterapia. Dentro desse contexto, os dados mostrados evidenciam que os acadêmicos de Fisioterapia reconhecem a real importância dos conhecimentos de Bioquímica para a sua prática clínica, embora a retenção dos conteúdos seja insatisfatória em função de fatores como a falta de bases químicas e biológicas, baixa carga horária de estudos individuais e frequência irregular nas atividades de monitoria. Outras etapas do trabalho, ainda em fase de execução, permitirão definir de que maneira a monitoria de Bioquímica poderá ser utilizada para melhorar a retenção dos conteúdos dentro da realidade acadêmica mostrada, bem como permitirão traçar um plano de ação direta de docentes e estudantes em busca de uma maior eficiência no ensino de Bioquímica.

4 CONCLUSÃO

A Bioquímica, como ciência básica participante da grade curricular de diversos cursos da área de saúde, é uma disciplina de difícil assimilação. Isso tem sido evidenciado no Curso de Fisioterapia da Faculdade Christus como também nos de outras instituições de ensino superior. Entretanto, este trabalho mostra que outros fatores além da dificuldade intrínseca dos conteúdos, parecem contribuir para o baixo rendimento acadêmico obtido até então no curso de Fisioterapia. Dessa forma, pode-se dizer que conhecer o perfil dos estudantes é um parâmetro essencial para se avaliar a efetividade e também para direcionar os trabalhos de monitoria. Assim, em adição aos dados obtidos por (PINHEIRO; OLIVEIRA; SILVA, 2008) este trabalho permitiu definir de forma precisa o perfil dos acadêmicos de Fisioterapia que cursam a disciplina de Bioquímica, fornecendo bases para a atuação docente mais direcionada, além de permitir a execução de trabalhos de monitoria mais voltados para suprir as reais necessidades dos estudantes. Além disso, esses dados também servirão de base para um estudo mais aprofundado sobre a importância dos trabalhos dos monitores de Bioquímica na melhoria do rendimento acadêmico e retenção de conteúdos.

REFERÊNCIAS

- GOMES, K. V. G.; RANGEL, M. **Relevância da disciplina Bioquímica em diferentes cursos de graduação da UESB, na cidade Jequié, Bahia**, 2007. Disponível em: <<http://nsdl.org/resource/2200/20070110223420352T>>. Acesso em: 12 out. 2008.
- PINHEIRO, T. D. L.; OLIVEIRA, H. D.; SILVA, J. A. **Ensino de Bioquímica para acadêmicos do curso de Fisioterapia: visão e avaliação do discente**. Fortaleza: [s. n.], 2008.
- SANTOS, V. T.; ANACLETO, C. Monitorias como ferramenta auxiliar para aprendizagem da disciplina Bioquímica: uma análise no unileste-mg **Revista Brasileira de Ensino de Bioquímica e Biologia Molecular**, [s. l.], a n. 1, 2007. Disponível em: <http://www.bdc.ib.unicamp.br/rbebbm/visualizar_material.php?id_material=402>. Acesso em: 10 out. 2008.
- YOKAICHIYA, D. K.; GALEMBECK, E.; TORRES, B. B. o que alunos de diferentes cursos procuram em disciplinas extracurriculares de Bioquímica?, USP-SP **Revista Brasileira de Ensino de Bioquímica e Biologia Molecular**, [s. l.], n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.bdc.ib.unicamp.br/rbebbm/visualizarMaterial.php?idMaterial=157>>. Acesso em: 10 out. 2008.

AF 24: REALIDADE DO ENSINO-APRENDIZADO DA FISILOGIA HUMANA NA VISÃO DE ACADÊMICOS DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA FACULDADE CHRISTUS

Úrsula Maria Lima Pessoa¹; Cleidson Santos de Oliveira²; Mirizana Alves de Almeida³

RESUMO

A fisiologia é o ramo da biologia que estuda as múltiplas funções físicas, bioquímicas e mecânicas nos seres vivos em busca da compreensão do funcionamento do organismo. O objetivo deste estudo foi descrever a visão dos alunos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, em relação ao processo de ensino da disciplina de Fisiologia Humana, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do ensino desta disciplina. Participaram 48 alunos distribuídos em três semestres distintos. Todos responderam a um questionário com 07 questões objetivas acerca da visão sobre a disciplina de Fisiologia Humana. Foram abordados temas como: carga horária, conteúdo, ensino teórico e prático, aproveitamento das aulas e importância dessa disciplina na formação do aluno como profissional. Os dados foram registrados, tabulados e analisados, tendo sido expressos através da média, do desvio padrão da média e do percentual. Os resultados foram apresentados em gráficos e tabelas para facilitar o entendimento e a interpretação dos mesmos. A maioria dos alunos manifestou satisfação em relação à carga horária, ao conteúdo, ao domínio do conteúdo e didática do professor e a quantidade de aulas práticas. Já no que diz respeito à quantidade de aulas teóricas a maior parte dos entrevistados achou insuficiente, justificando que se deveria aumentar o número destas. Grande parte dos entrevistados considerou, em relação aos pontos do conteúdo, como mais interessante a fisiologia respiratória e cardiovascular. A maioria dos alunos classificou o ensino da Fisiologia com sendo indispensável para sua formação. Concluiu-se que o ensino da Fisiologia Humana é de extrema importância, sob diversos aspectos, aos acadêmicos de Fisioterapia.

Palavras-chave: Fisiologia. Ensino. Fisioterapia.

1 INTRODUÇÃO

A Fisiologia Humana consiste no estudo dos órgãos e dos sistemas corporais, a partir de uma correlação entre a Biofísica, a Bioquímica e a Física, além da Anatomia Humana, que é de fundamental importância para o aprendizado dessa disciplina, assim como a Fisiologia é importante para o entendimento da Anatomia (HADDAD JUNIOR, 2008).

O processo ensino-aprendizado da Fisiologia Humana, para acadêmicos de Fisioterapia, é de fundamental importância à formação do acadêmico durante a graduação. Assim como em um estudo realizado pela Universidade de Queensland – Austrália, Ernst e Colthorpe (2007) observaram a importância da Fisiologia, mais especificamente para os acadêmicos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional.

Tem-se, portanto, a seguinte problemática: Qual é a visão dos alunos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, em relação ao ensino-aprendizado da Fisiologia Humana? Acredita-se que os acadêmicos de Fisioterapia, devam ter diferentes opiniões acerca desse assunto, principalmente entre aqueles que estão cursando o primeiro, o quinto e o nono semestre. A divulgação dos resultados dessa pesquisa será importante para os professores e alunos da disciplina de Fisiologia Humana, pois a conscientização da realidade do processo

¹ Aluna do 5º semestre do curso de Fisioterapia.

² Aluno do 6º semestre do curso de Fisioterapia.

³ Professora MSc, Orientadora.

ensino-aprendizagem e de como ele é visto pelos sujeitos envolvidos é um ponto fundamental para reflexão, transformação e evolução do mesmo.

Esta pesquisa tem como principal objetivo descrever a visão dos alunos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, em relação ao ensino da Fisiologia Humana, no intuito de contribuir para o aperfeiçoamento do ensino dessa disciplina aos estudantes de Fisioterapia.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A origem da palavra fisiologia vem do termo grego *phýsis*, que significa natureza e *logos*, que significa estudo ou palavra. A fisiologia é o ramo da biologia que estuda as múltiplas funções físicas, bioquímicas e mecânicas nos seres vivos, relacionando estes conhecimentos com a anatomia humana na busca da compreensão do funcionamento do organismo (HADDAD JUNIOR, 2008; RANGACHARI, 2007).

Nascida na Grécia há mais de 2500 anos. Os chamados pré-socráticos, homens mistos de filósofos e cientistas, foram os pioneiros na realização de estudo racional e científico da natureza. São, dessa forma, considerados os primeiros fisiologistas, os “estudantes da natureza”. A fisiologia moderna nasceu no século XVI, e a primeira contribuição se deu por volta de 1511 - 1553 por Miguel Servet, que estudou a circulação pulmonar (HADDAD JUNIOR, 2008).

O ensino da Fisiologia Humana obteve grandes avanços através de fisiologistas e anatomistas, que propiciaram o estudo e o entendimento da mesma, portanto, ajudaram também no processo de ensino dos futuros professores dessa disciplina. A partir de experimentos animais, a Fisiologia Humana apresentou uma ampla fundamentação do conhecimento fisiológico. Tendo sido um importante passo para a implementação mais aperfeiçoada do ensino desta para todos os cursos da área da saúde. (HADDAD JUNIOR, 2008).

O processo ensino-aprendizado da Fisiologia Humana, para acadêmicos de Fisioterapia, é de fundamental importância à formação do acadêmico durante a graduação. O aprimoramento de aulas teóricas e práticas (com o auxílio, principalmente, da tecnologia e de aulas participativas no laboratório) aumentou o índice de aceitação dessa disciplina por parte de muitos alunos, pois propicia o entendimento de diversas outras disciplinas e dá base científica que evidencia a atuação deste profissional e sua importância para a sociedade (ERNST; COLTHORPE, 2007; PASCHAL, 2002; RANGACHARI, 2007; STRAVIANEAS; STEWART; HARMER, 2008).

3 METODOLOGIA

O estudo foi de campo, quantitativo e transversal, desenvolvido no período de agosto a outubro de 2008. Utilizou-se um questionário com 07 questões objetivas, acerca da visão dos alunos sobre a disciplina de Fisiologia Humana, em relação à carga-horária, conteúdo, ensino teórico e prático, aproveitamento das aulas e importância dessa disciplina na formação do aluno como profissional de Fisioterapia. Os questionários eram relacionados a dados demográficos, tais como sexo, idade e semestre que cursava, não tendo sido solicitada a identificação nominal do respondente.

A amostra foi constituída por 48 discentes do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus, que estavam no início do curso (2º semestre - n=18), no meio do curso (5º semestre - n=20) e no final do curso (9º semestre - n=10). A escolha dos semestres se deu devido aos alunos do 2º semestre estarem tendo o primeiro contato com a disciplina, os do 5º estarem no meio do curso, já tendo um pouco de amadurecimento a mais, e os do 9º por estarem no último semestre do curso. Foram escolhidos apenas 10 alunos do 9º semestre pelo fato de os mesmos estarem nos estágios em hospitais e, portanto, ter sido mais difícil encontrá-los na faculdade.

Os dados foram registrados, tabulados e analisados, tendo sido expressos através da média, do desvio padrão da média e do percentual. Os resultados foram apresentados em gráficos e tabelas para facilitar o entendimento e a interpretação dos mesmos.

Este estudo seguiu os princípios éticos de pesquisa envolvendo seres humanos da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Respeitou os princípios fundamentais de autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Faculdade Christus e executado somente após aprovação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi composta por 48 acadêmicos, divididos em 3 semestres, todos cursando Fisioterapia na Faculdade Christus. A média de idade destes foi de $22,4 \pm 3,39$ anos, sendo a maior média a correspondente aos alunos do 9º semestre. Quanto ao sexo, dos 48 alunos entrevistados, 75% foram do sexo feminino e 25% do sexo masculino, sendo a prevalência de alunos entrevistados do sexo feminino também maior nos semestres específicos (tabela 1).

| | 2º semestre | 5º semestre | 9º semestre |
|--------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Nº de alunos | 18 | 20 | 10 |
| Idade | $20,4 \pm 3,45$ | $23,2 \pm 2,58$ | $24,5 \pm 3,03$ |
| Sexo | ♀83,3% e ♂16,7% | ♀70% e ♂30% | ♀70% e ♂30% |

Tabela 1 – Representação do número de alunos e dos dados demográficos quanto ao sexo e média de idade específica para cada semestre.

♀: sexo feminino. ♂: sexo masculino

Quando os entrevistados foram questionados sobre a carga horária da disciplina de Fisiologia Humana, a maioria manifestou satisfação (figura 1a). As razões alegadas por aqueles que acharam a carga horária inadequada são evidenciadas na figura 1b.

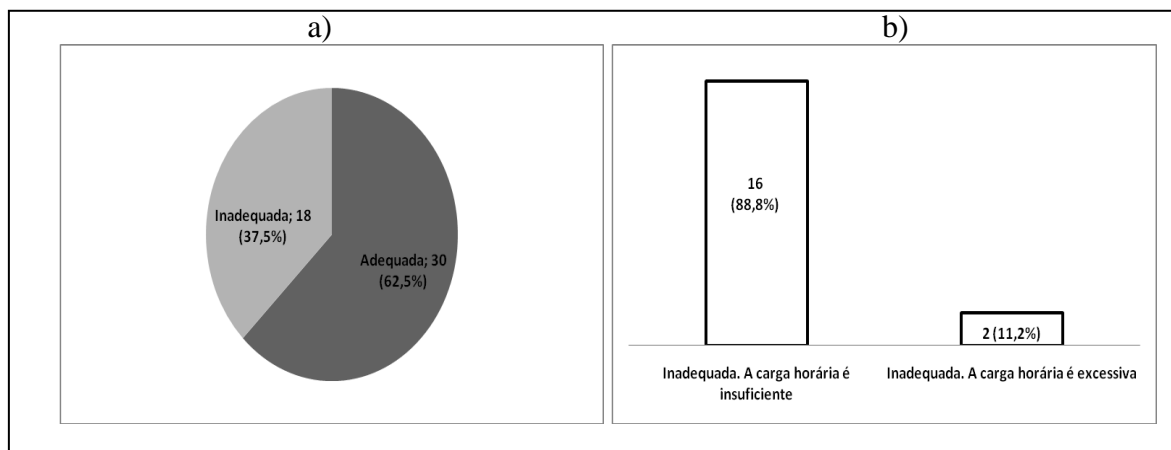


Figura 1 – Opinião dos acadêmicos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus sobre a adequação da carga horária da disciplina de Fisiologia Humana. 1a- Adequação da carga horária. 1b- Razões citadas para inadequação.

As opiniões sobre a carga horária da disciplina de Fisiologia Humana, distribuídas pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas e organizadas na Tabela 2.

| Semestre / Resposta | Adequada | Inadequada | |
|---------------------|------------|------------|------------|
| | | insuf | exces |
| 2º (n=18) | 13 (72,2%) | 03 (16,6%) | 02 (11,2%) |
| 5º (n=20) | 13 (65%) | 07 (35%) | --- |

9° (n=10)

04 (40%)

06 (60%)

Tabela 2 – Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto à carga horária da disciplina de Fisiologia Humana.

Insuf.: insuficiente. Exces.: excessiva

Estudo demonstrou (ERNST; COLTHORPE, 2007) que a disciplina de Fisiologia Humana requer entendimento prévio de outras disciplinas fundamentais, tais como Biofísica, Biologia e Bioquímica e uma carga horária adequada para o bom ensino-aprendizado da mesma. A opinião dos alunos, quanto à carga horária dessa disciplina na faculdade pesquisada, demonstrou que, no geral, estes estão satisfeitos. Observa-se, entretanto, que a maioria dos alunos entrevistados do 9° semestre demonstrou insatisfação, pois a consideraram insuficiente, fato este que possivelmente possa estar relacionado com a devida relevância dessa disciplina no decorrer do curso de Fisioterapia.

Quando os entrevistados foram questionados sobre o conteúdo da disciplina de Fisiologia Humana, a maioria manifestou satisfação (figura 2a). As razões alegadas por aqueles que acharam o conteúdo inadequado são mostradas na figura 2b.

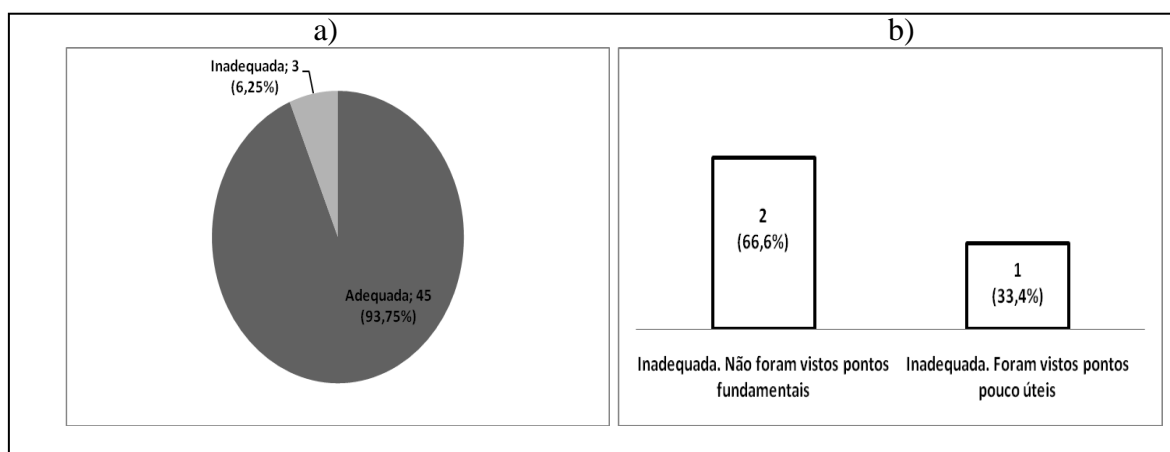


Figura 2 – Opinião dos acadêmicos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus sobre a adequação do conteúdo da disciplina de Fisiologia Humana. 2a- Adequação do conteúdo. 2b- Razões citadas para inadequação.

As opiniões sobre o conteúdo da disciplina de Fisiologia Humana, distribuídas pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas na Tabela 3.

| Semestre / Resposta | Adequada | Inadequada | |
|---------------------|------------|----------------------|--------------------|
| | | Faltaram pontos fund | Pontos pouco úteis |
| 2° (n=18) | 17 (94,4%) | 01 (5,6%) | --- |
| 5° (n=20) | 20 (100%) | --- | --- |
| 9° (n=10) | 08 (80%) | 01 (10%) | 01 (10%) |

Tabela 3. Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto ao conteúdo da disciplina de Fisiologia Humana.

Faltaram pontos fund.: não foram vistos pontos fundamentais. Pontos pouco úteis: foram vistos pontos poucos úteis para o exercício da Fisioterapia.

Dado interessante da análise destes resultados foi que apenas 10% dos alunos do 9° semestre acha que o conteúdo foi inadequado, pois foram vistos pontos pouco úteis para o exercício da Fisioterapia. Isso se dá, possivelmente, devido ao interesse, durante o percurso do curso, por determinadas áreas da Fisioterapia que exijam menos conhecimento fisiológico do que outras áreas.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a quantidade de aulas teóricas para o conteúdo programado, a maioria manifestou insatisfação (figura 3a). As razões alegadas por aqueles que acharam a quantidade de aulas teóricas insuficientes são evidenciadas na figura 3b.

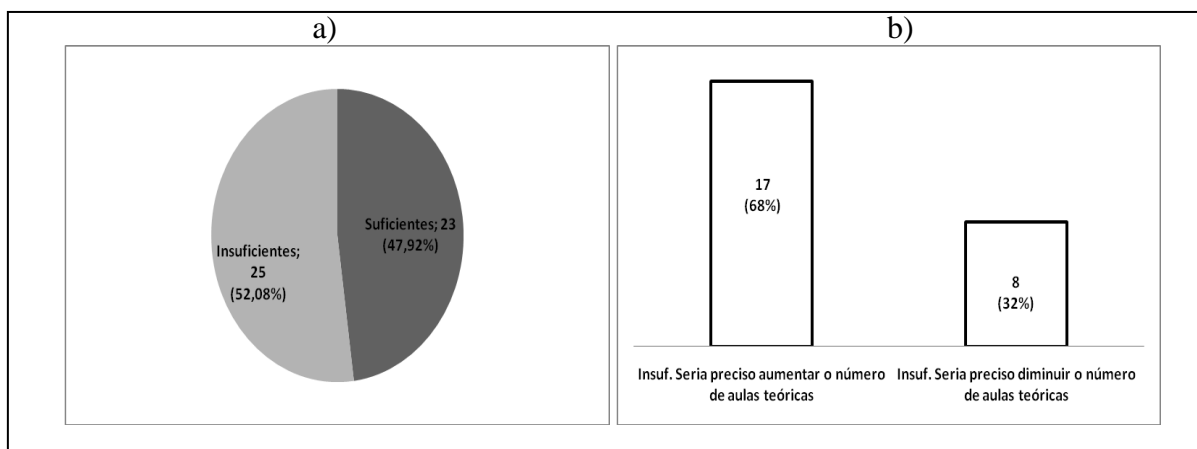


Figura 3 – Opinião dos acadêmicos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus sobre a quantidade de aulas teóricas, com relação ao conteúdo programado da disciplina de Fisiologia Humana. 3a- Quantidade insuficiente. 3b- Razões citadas para insuficiência.

As opiniões sobre a quantidade de aulas teóricas na disciplina de Fisiologia Humana, distribuídas pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas na Tabela 4.

| Semestre / Resposta | Suficientes | Insuficientes | |
|---------------------|-------------|---------------|------------------------|
| | | ↑ n° teor. | ↓ n° teor. e ↑n° prát. |
| 2° (n=18) | 10 (55,5%) | 05 (27,7%) | 03 (16,8%) |
| 5° (n=20) | 11 (55%) | 05 (25%) | 04 (20%) |
| 9° (n=10) | 02 (20%) | 07 (70%) | 01 (10%) |

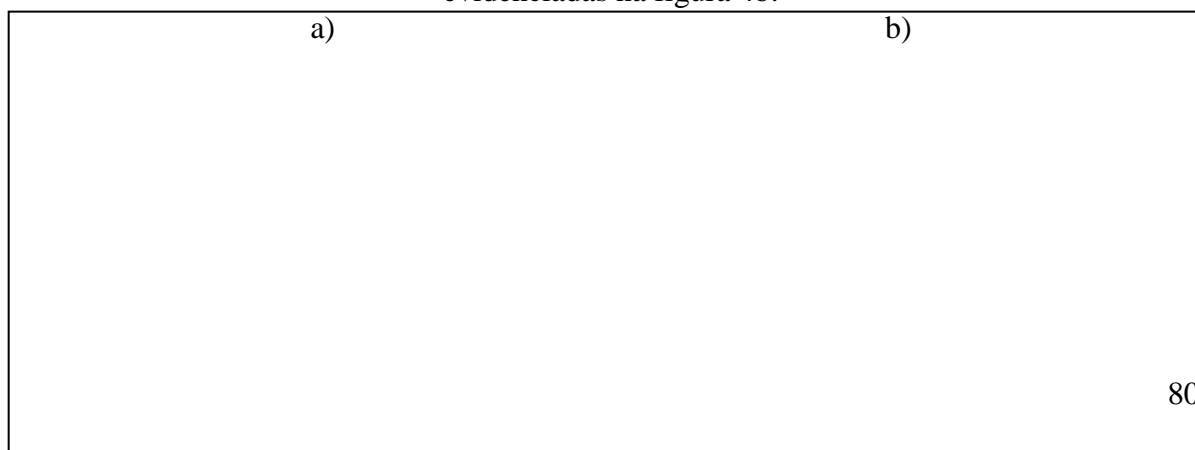
Tabela 4 – Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto à quantidade de aulas teóricas na disciplina de Fisiologia Humana.

↑ n° teor: seria preciso aumentar o número de aulas teóricas. ↓ n° teor e ↑n° prát: seria preciso diminuir o número de aulas teóricas e aumentar o número de aulas práticas

A maioria dos alunos que consideraram a quantidade de aulas teóricas insuficientes apresentou como justificativa o fato de que seria preciso aumentar o número de aulas teóricas.

Este fato entra em concordância com estudos (KUMAR, 2003; COLLINS, 2004) que comprovaram a importância de aulas teóricas bem ministradas, a partir de métodos interativos e de apresentações de “Power Point” bem estruturadas.

Quando os entrevistados foram questionados sobre o aproveitamento das aulas práticas para o ensino e o aprendizado da Fisiologia Humana, a maioria manifestou satisfação (figura 4a). As razões alegadas por aqueles que não acharam as aulas práticas proveitosas são evidenciadas na figura 4b.



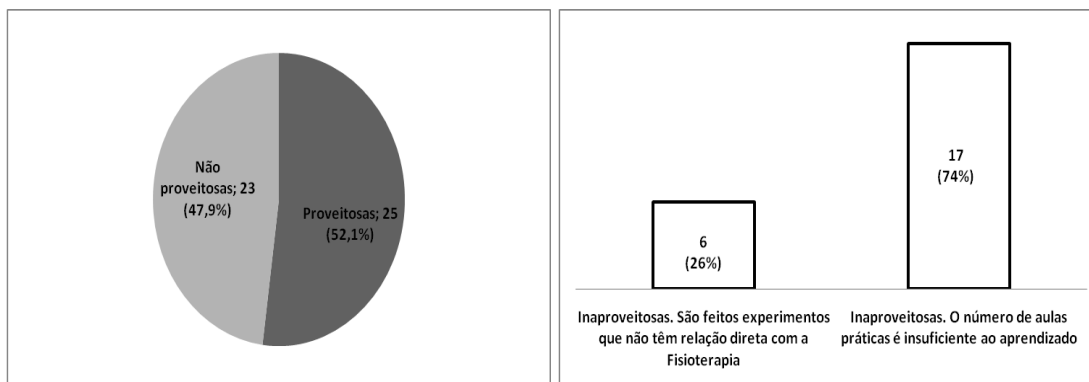


Figura 4 – Opinião dos acadêmicos do curso de Fisioterapia da Faculdade Christus sobre o aproveitamento das aulas práticas para o ensino e o aprendizado da Fisiologia Humana. 4a-Aulas proveitosas. 4b- Razões citadas para não serem proveitosas.

As opiniões sobre o aproveitamento das aulas práticas para o ensino e o aprendizado de Fisiologia Humana, distribuídas pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas na Tabela 5.

| Semestre / Resposta | Proveitosas | Não proveitosas | |
|---------------------|-------------|-----------------|----------------|
| | | Exp sem relação | Nº prá. Insuf. |
| 2º (n=18) | 13 (72,2%) | --- | 05 (27,8%) |
| 5º (n=20) | 09 (45%) | 03 (15%) | 08 (40%) |
| 9º (n=10) | 03 (30%) | 03 (30%) | 04 (40%) |

Tabela 5. Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto ao aproveitamento das aulas práticas na disciplina de Fisiologia Humana.

Exp sem relação: nas aulas práticas, são feitos experimentos sem relação direta com a Fisioterapia. Nº prá. insuf.: o número de aulas práticas é insuficiente ao aprendizado.

Dado interessante que se pode observar com os resultados obtidos, principalmente dos alunos do 9º semestre, foi que a maioria deles apresentou como justificativa para as aulas práticas não terem sido proveitosas o fato de a quantidade dessas aulas serem insuficiente para o ensino e o aprendizado da Fisiologia Humana. Esse dado entra em concordância direta com muitos estudos (ERNST; COLTHORPE, 2000; MICHAEL, 2006; STRAVIANEAS; STEWART; HARMER, 2008; WILKE, 2003) que comprovaram a grande importância das aulas práticas para o ensino e o aprendizado da Fisiologia Humana, fato este que pode ser comprovado com o decorrer do curso de Fisioterapia, principalmente no último semestre (nono).

Quando os entrevistados foram questionados sobre como definiriam o professor de Fisiologia Humana quanto ao domínio de conteúdo e didática, a maioria manifestou satisfação (figura 5).

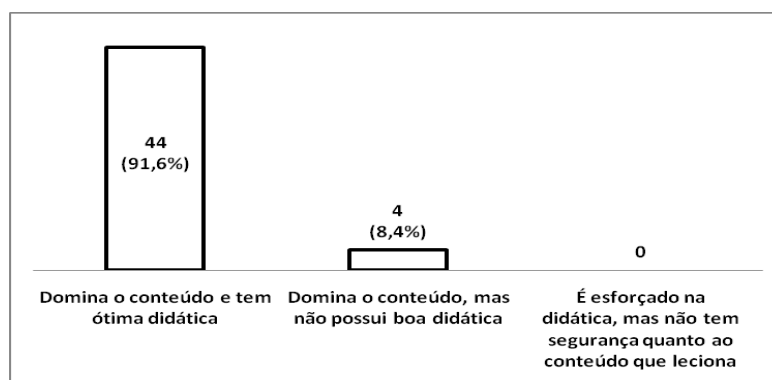


Figura 5 – Opinião dos entrevistados sobre domínio de conteúdo e didática do professor de Fisiologia Humana.

As opiniões sobre a definição do professor quanto ao domínio e didática, distribuídos pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas na Tabela 6.

| Semestre / Resposta | Domina o conteúdo e tem ótima didática | Domina conteúdo, mas não tem boa didática | É esforçado, mas não tem segurança |
|---------------------|--|---|------------------------------------|
| 2º (n=18) | 18 (100%) | --- | --- |
| 5º (n=20) | 18 (90%) | 02 (10%) | --- |
| 9º (n=10) | 08 (80%) | 02 (20%) | --- |

Tabela 6 – Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto ao domínio do conteúdo e didática do professor de Fisiologia Humana.

Quando os entrevistados foram questionados sobre como definiriam o professor de Fisiologia Humana quanto à aplicação de provas, a maioria define-o como um professor que cobra o que ministrou em sala de aula e o que orientou para estudo complementar (figura 6).

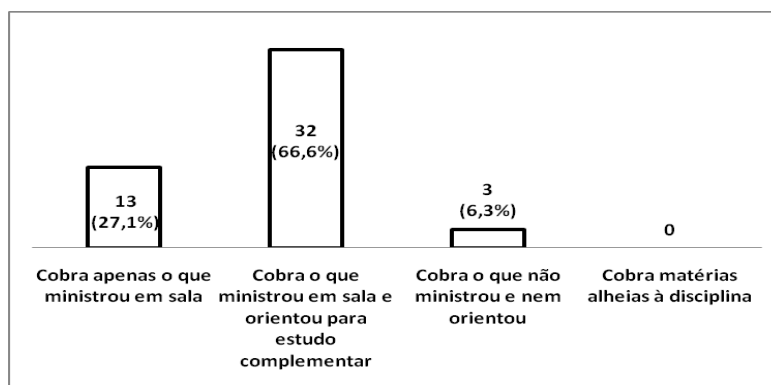


Figura 6 – Opinião dos entrevistados sobre a aplicação de provas do professor de Fisiologia Humana.

As opiniões sobre a definição do professor quanto à aplicação de provas, distribuídos pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas na Tabela 7.

| Semestre / Resposta | Cobra apenas o que ministrou em sala de aula | Cobra o que ministrou em sala de aula e o que orientou p/ estudo complementar | Cobra o que não ministrou e nem orientou | Cobra matérias alheias à disciplina |
|---------------------|--|---|--|-------------------------------------|
| 2º (n=18) | 05 (27,7%) | 13 (72,3%) | --- | --- |
| 5º (n=20) | 05 (25%) | 14 (70%) | 01 (5%) | --- |
| 9º (n=10) | 03 (30%) | 05 (50%) | 02 (20%) | --- |

Tabela 7 – Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto à aplicação de provas por parte do professor de Fisiologia Humana.

Quando os entrevistados foram questionados sobre como definiriam o professor de Fisiologia Humana quanto à disponibilidade para resolver dúvidas, a maioria definiu-o como um professor acessível durante as aulas e horários especiais (figura 7).

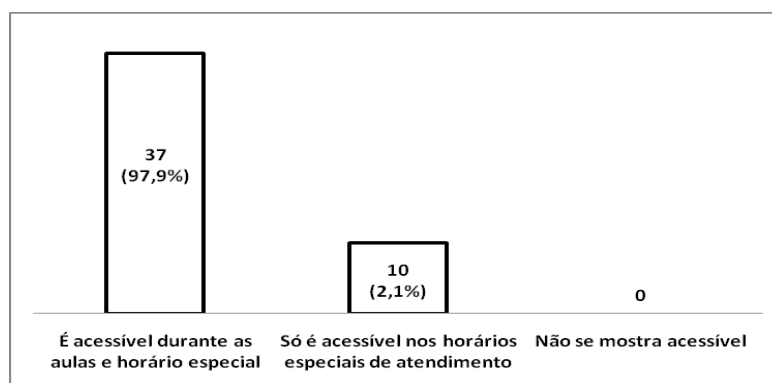


Figura 7 – Opinião dos entrevistados sobre a disponibilidade do professor de Fisiologia Humana para resolver dúvidas.

As opiniões sobre a definição do professor quanto à disponibilidade para resolver dúvidas, distribuídos pelos semestres especificamente pesquisados, podem ser observadas como estão dispostas na Tabela 8.

| Semestre / Resposta | Acessível durante as aulas e horário especial | Acessível apenas nos horários especiais de atendimento | Não se mostra acessível |
|---------------------|---|--|-------------------------|
| 2º (n=18) | 13 (72,2%) | 05 (27,8%) | --- |
| 5º (n=20) | 17 (85%) | 03 (15%) | --- |
| 9º (n=10) | 08 (80%) | 02 (20%) | --- |

Tabela 8 – Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto à disponibilidade para resolver dúvidas por parte do professor de Fisiologia Humana.

Observando-se os resultados sobre como os alunos definiriam o professor de Fisiologia Humana de um modo geral, pode-se observar que a maioria demonstrou satisfação. Essa satisfação é de extrema importância para o ensino-aprendizado da Fisiologia, como foi demonstrado em um estudo (SILVA, 2005) sobre o ato de ensinar em sala de aula.

Quando os entrevistados foram questionados sobre qual(is) ponto(s) dos conteúdos da disciplina de Fisiologia Humana desperta(m) mais interesse para os mesmos, a maioria considerou Fisiologia Respiratória e Cardiovascular (figura 8).

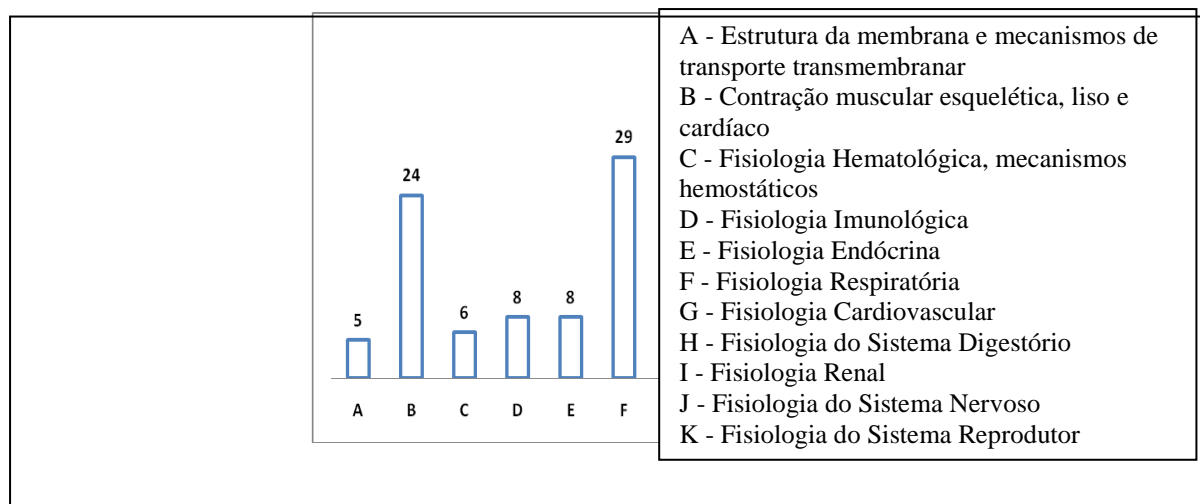


Figura 8 – Número de respostas quanto aos principais pontos de interesse para os alunos entrevistados. Legenda explicativa do gráfico.

Quando os entrevistados foram questionados sobre a importância da disciplina de Fisiologia Humana na formação profissional dos mesmos, a maioria definiu-a como indispensável (figura 9).

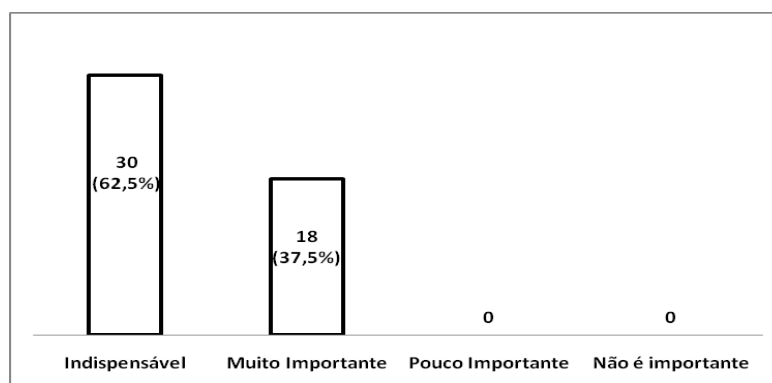


Figura 9 – Opinião dos entrevistados sobre a importância da disciplina de Fisiologia Humana na formação profissional.

As opiniões sobre a importância da disciplina de Fisiologia Humana, distribuídos pelos semestres especificamente pesquisados, estão dispostas na Tabela 9.

| Semestre / Resposta | Indispensável | Muito importante | Pouco importante | Não é importante |
|---------------------|---------------|------------------|------------------|------------------|
| 2° (n=18) | 09 (50%) | 09 (50%) | --- | --- |
| 5° (n=20) | 16 (80%) | 04 (20%) | --- | --- |
| 9° (n=10) | 05 (50%) | 05 (50%) | --- | --- |

Tabela 9 – Representação dos resultados específicos de cada semestre quanto à importância da disciplina de Fisiologia Humana na formação profissional.

Analisando-se os resultados sobre a importância da Fisiologia Humana na formação profissional dos alunos entrevistados, pode-se observar que nenhum deles acha a disciplina em questão pouco importante ou sem importância para tal assunto. Fato interessante pode ser detectado em relação aos alunos do 5° semestre. Estes, por estarem no meio do curso, e por estarem em contato com disciplinas que requerem muito da Fisiologia Humana, como Fisioterapia Respiratórias, Cardiológica e Neurológica, adquiriram amadurecimento suficiente para a maioria atestar o fato de a Fisiologia Humana ser indispensável à formação profissional.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise dos dados da presente pesquisa, pode-se concluir que a disciplina de Fisiologia Humana, sob os mais variados aspectos, é de extrema importância para a Fisioterapia, segundo declarado pelos próprios alunos. Tanto as aulas teóricas, como as práticas e o bom desempenho do professor da disciplina foram pontos fundamentais para a grande maioria dos entrevistados. Estes consideraram a Fisiologia Humana como sendo indispensável para sua formação profissional. Desde os alunos do 2° ao 9° semestre, esta foi a opinião constatada.

REFERÊNCIAS

- AMEM, B. M. V.; NUNES, L. C. Tecnologias de Informação e Comunicação: Contribuições para o Processo Interdisciplinar no Ensino Superior. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [s. l.], v. 30, n. 3, p. 171-180, 2006.
- COLLINS, J. Education Techniques for lifelong learning – Giving a PowerPoint Presentation: The art of communicating effectively. **RadioGraphics**, [s. l.], v. 24, n. 4, p. 1185-1192, 2004.

ERNST, H.; COLTHORPE, K. The efficacy of interactive lecturing for students with diverse science backgrounds. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 31, p. 41-44, 2007.

GOODMAN, B. E.; EISENHART, M.; DEHAAN, R. L. et al. Scientific principles of education research: Experimental Biology 2007. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 31, p. 374-376, 2007.

HADDAD JUNIOR, H. **Um pouco da história da Fisiologia**. Disponível em: <<http://www.faefi.ufu.br/index.php?id=183>>. Acesso em: 16 maio 2008.

KUMAR, S. An innovative method to enhance interaction during lecture sessions. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 20-25, 2003.

MICHAEL, J. Where's the evidence that active learning works? **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 30, p. 159-167, 2006.

PASCHAL, C. B. Formative assessment in physiology teaching using a wireless classroom communication system. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 26, p. 299-308, 2002.

PELAEZ, N. J. Problem-Based Writing with Peer Review improves academic performance in Physiology. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 26, p. 174-184, 2002.

PELUSO, M. A. M.; TAVARES, H.; D'ELIA, G. Assessment of medical courses in Brazil using student-completed questionnaires. Is it reliable? **Revista do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de São Paulo**, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 55-60, 2000.

RANGACHARI, P. K. Back to the future? Active learning of medical physiology in the 1900s. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 31, p. 283-287, 2007.

SILVA, M. O habitus professoral: o objeto dos estudos sobre o ato de ensinar na sala de aula. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], n. 29, p. 152-163, maio/ago. 2005.

STRAVIANEAS, S.; STEWART, M.; HARMER, P. Beyond the printed Page: physiology education without a textbook? **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 32, p. 76-80, 2008.

VIANNA, A.; PICCELLI, H. O estudante, o médico e o professor de medicina perante a morte e o paciente terminal. **Rev Ass Med Brasil**, [s. l.], v. 44, n. 1, p. 21-27, 1998.

WILKE, R. The effect of active learning on student characteristics in a human physiology course for nonmajors. **Advanced Physiology Education**, [s. l.], v. 27, n. 4, p. 207-223, 2003.

AF 25: ESTUDO ANATOMOPATOLÓGICO DE NECRÓPSIAS DE CASOS DE ÓBITOS POR DENGUE HEMORRÁGICO NA CIDADE DE FORTALEZA-CE

Verlaine A. Alencar¹; Inara L. Araújo²; Vilena B. Figueiredo³

RESUMO

Este estudo mostra as alterações patológicas macroscópicas de necrópsias dos óbitos por dengue grave na cidade de Fortaleza-CE, no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008, bem como, os padrões lesionais mais prevalentes nos diversos órgãos e a causa imediata da morte. Em análise retrospectiva dos laudos cadavéricos foram notificados 134 casos suspeitos de dengue dentre pacientes residentes em Fortaleza e pacientes vindos de outros municípios, sendo 25 casos de dengue hemorrágico confirmados dos pacientes residentes na cidade de Fortaleza-CE, no período supracitado. Com relação à distribuição dos óbitos confirmados por dengue hemorrágico conforme o sexo, 12 eram do sexo masculino e 13 do sexo feminino, numa prevalência do sexo feminino em 52% dos casos, a faixa etária com maior número de óbitos foi de 21 a 30 anos com relato de 6 (24%) pacientes necropsiados. Em relação aos achados anatomopatológicos, as manifestações hemorrágicas ocorreram em 25 (100%) dos óbitos. Os sítios de sangramentos mais frequentes foram o pulmão seguido do baço e do coração, dados relevantes como a presença de edema e congestão cerebral em 20 (80%) dos óbitos, hemorragia pulmonar em 19 (76%) dos óbitos, edema e congestão pulmonar em 18(72%) dos óbitos, derrame pleural e edema do miocárdio em 08 (32%) dos óbitos também podem ser observados no presente estudo. A causa imediata da morte de maior incidência foi de hemorragia pulmonar e insuficiência respiratória em 32 e 16% dos óbitos respectivamente.

Diante dos resultados encontrados ratifica-se a importância de um diagnóstico precoce nos casos de dengue hemorrágico, podendo assim adotar-se uma conduta específica, evitando-se que o paciente venha a óbito.

Palavras-chave: Dengue hemorrágico. Óbito. Necrópsias.

1 INTRODUÇÃO

O dengue é uma doença febril aguda, de fator etiológico viral que afeta o homem e constitui um sério problema para saúde pública. São identificados quatro sorotipos virais: DEN-1, DEN-2, DEN-3 e DEN-4 (MARTINEZ, 2008; VABO et al, 2004; COSTA et al, 2001).

Evidências apontam que, a cada ano, ocorrem aproximadamente 50 milhões de infecções, algo em torno de 500 mil casos de dengue hemorrágico e 12 mil mortes em todo mundo (BRICKS, 2004), com um agravante, muitas destas infecções são silenciosas porque passam despercebidas dos registros oficiais e a proporção de casos com forma clínica inconclusiva ou ignorada é excessivamente elevado, o que certamente interfere no perfil da pandemia (TOLEDO et al, 2006).

A doença tem sido objeto da maior campanha de Saúde Pública já realizada, mas as estratégias disponíveis e utilizadas (saneamento ambiental, participação comunitária, controle químico, controle biológico e controle integrado) não têm sido suficientes para impedir as frequentes epidemias e os elevados números de casos fatais registrados anualmente pela doença (TORRES, 2005).

O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise documental das necrópsias dos óbitos por dengue, no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008, no Serviço de

¹ Aluna do 6º semestre do curso de fisioterapia da Faculdade Christus.

² Aluna do 4º semestre do curso de fisioterapia da Faculdade Christus.

³ Professora Vilena Barros de Figueiredo McS em Patologia.

verificação de óbitos identificando os processos patológicos, a nível macro e microscópicos, bem como precisar a causa mortis, com os eventos etiopatogênicos imediatos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Dengue

O Dengue pertence à família *Flaviviridae* e ao gênero *Flavivirus*, o qual reúne os vírus envelopados que possuem como genoma RNA fita simples de polaridade positiva (RNA +), que apresenta quatro sorotipos distintos designados DENV-1, DENV-2, DENV-3 e DENV-4 (SHRESTA et al, 2004; GUBLER, 2002). O DENV é composto por três proteínas estruturais: a proteína do core (C), da membrana (M) e do envelope (E) (NAVARO-SÁNCHEZ et al, 2005). A proteína E do envelope dos *Flavivirus* é essencial para a fusão da membrana e para mediação da ligação com os receptores celulares (CRILL, 2004).

A doença apresenta um largo espectro de sintomatologia clínica, variando desde casos moderados como a febre do Dengue (DF) até casos mais graves como a febre hemorrágica (FHD) e a síndrome do choque do Dengue (SCD) (MUÑOZ-JORDÁN et al, 2003; KITTIGUL et al, 2001).

O Dengue hemorrágico envolve o aumento da permeabilidade dos vasos sanguíneos que pode levar ao estado de choque e a morte em 10% dos casos reportados (FIGUEIREDO, 1999). Cada um dos vírus pode causar enfermidade grave e mortal, sendo que cada sorotipo proporciona defesa organizada específica para toda a vida (VABO et al, 2004).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a dengue hemorrágica e a síndrome do choque em diferentes graus de gravidade: (SANTOS; ROMANOS; WIGG, 2002).

- Grau I: febre acompanhada por sintomas inespecíficos, não apresentando ainda nenhuma manifestação hemorrágica.
- Grau II: há sangramento espontâneo da pele e outros locais.
- Grau III: falhas circulatórias; pulso rápido e fraco. Hipotensão com presença da pele úmida e fria.
- Grau IV: choque profundo com pressão sanguínea e pulso, indetectáveis.

O mosquito *Aedes aegypti* é a principal espécie responsável pela transmissão do dengue. É um mosquito doméstico, antropofílico, com atividade hematofágica diurna e utiliza-se preferencialmente de depósitos de água limpa para colocar os seus ovos (TAUIL, 2002).

Outra espécie recentemente encontrada na América é o *Aedes Albopictus*, que embora não esteja evidenciada a sua participação na transmissão, durante um surto no México foi detectado naturalmente infectado com o vírus da dengue. Essa espécie, por sua vez, não apresenta uma antropofilia tão definida quanto o *Aedes Aegypti* e possui uma valência ecológica maior, sendo encontrado mais facilmente em áreas rurais (TAUIL, 2002).

Após serem inoculados através da picada do mosquito, os vírus do dengue fazem uma primeira replicação em células musculares estriadas, lisas e fibroblastos, bem como em linfonodos locais. Seguindo tal multiplicação, tem início viremia, disseminando-se por todo o organismo (BARBOSA, 1996). Esse vírus é disseminado a órgãos como fígado, baço, nódulos linfáticos, medula óssea, podendo atingir pulmão, coração e trato gastrointestinal (SANTOS; ROMANOS; WIGG, 2002).

Hipóteses relacionadas ao agravamento da doença são reinfecção por um segundo sorotipo e liberação de mediadores químicos depois de destruição de monócitos/macrófagos infectados por linfócitos T citotóxicos, resultando no aumento da permeabilidade vascular com extravasamento de plasma e posterior coagulação intravascular disseminada. Co-fator outro seria o aumento da virulência do agente após passagens sucessivas em mosquitos e seres humanos (SANTOS; ROMANOS; WIGG, 2002).

Na re-infecção por um segundo sorotipo, as células de memória decorrentes da infecção prévia por outro sorotipo, começam a sintetizar anticorpos que reagem, mas não neutralizam

todos os vírus (“anticorpos facilitadores”). Os imunocomplexos são fagocitados por monócitos/macrófagos que, por sua vez, são os principais sítios de replicação viral (SANTOS; ROMANOS; WIGG, 2002).

Os sintomas gerais do dengue como febre e mal-estar surgem após período de incubação de dois a sete dias, coincidindo com a viremia. Esses sintomas relacionam-se a níveis séricos elevados de citocinas liberadas por macrófagos ao interagirem com linfócitos T (LT) *helper* ativados (FIGUEIREDO, 1999).

O período de incubação da doença é de dois a sete dias podendo se estender por quinze dias em que os aspectos clínicos variam de acordo com as características do hospedeiro e do vírus (FARHAT; SUCCI; CARVALHO, 1999).

A febre pode ter duração de três a sete dias, com média de cinco dias, e ao final desta é freqüente o aparecimento de exantema que se inicia no tronco, disseminando posteriormente para os membros (FARHAT; SUCCI; CARVALHO, 1999).

O diagnóstico da dengue depende de fatores clínicos e possível exposição ao vírus e consiste no isolamento viral, detecção do antígeno, detecção do ácido nucléico viral e sorologia para a pesquisa de anticorpos (SANTOS; ROMANOS; WIGG, 2002).

O diagnóstico laboratorial compreende exames inespecíficos e específicos. O inespecífico consiste no exame de hemograma, geralmente revelando leucopenia, plaquetopenia e aumento do hematócrito. No exame específico é realizada a cultura de sangue (período febril) e a identificação do vírus (FARHAT; SUCCI; CARVALHO, 1999).

A infecção pelo vírus Dengue (DENV) apresenta grande distribuição mundial com uma estimativa de mais de 50 milhões de novos casos por ano. Epidemia por dengue é um risco constante, particularmente maior em países tropicais onde a temperatura e a umidade favorecem a proliferação do vetor, o *Ae. aegypti* (TAUIL, 2002).

2.2 Necrópsias

A necrópsia é o exame anátomopatológico realizado pós-morte e objetiva a descrever as alterações encontradas nos cadáveres de indivíduos falecidos por morte natural ou violenta (MICHALANY, 2000).

Os estudos de necrópsias são relevantes para determinar as causas de eventos não esclarecidos ou duvidosos do óbito sendo um subsídio para estudo das doenças e oferecem condições para avaliação médica e terapêutica contribuindo também nos dados estatísticos de mortalidade. Mesmo em países de grande avanço tecnológico, ocorre diferença entre os diagnósticos clínicos e os diagnósticos morfológicos em cerca de 20% das necrópsias (MONTENEGRO; FRANCO, 1999).

A necrópsia deve ser realizada o mais breve possível após a morte, com objetivo de evitar as alterações cadavéricas provocadas pela autólise, que prejudicam o exame histopatológico (MICHALANY, 2000).

O Serviço de Verificação de Óbitos (SVO) é a unidade da Secretaria Municipal de Saúde responsável pelo exame dos corpos de pessoas que morrem sem assistência médica ou por causas naturais desconhecidas (PORTH, 2004). O serviço exclui as vítimas de morte violenta, sendo o principal objetivo a elucidação das causas básicas de mortalidade da população com interação nos sistema de informação de mortalidade realização de necrópsia exclusivamente com o consentimento, por escrito, da família (MORAES et al, 2005).

A equipe médica do SVO é composta, por médicos patologistas, bem como de técnicos e auxiliares de necrópsia. O SVO, entidades restritas a hospitais ou universidades, trabalha, exclusivamente, com os casos de mortes clínicas; as mortes acidentais ou criminais são encaminhadas ao Instituto Médico Legal (MICHALANY, 2000).

3 MATERIAL E MÉTODOS

Foi realizada uma análise documental das necrópsias dos óbitos por dengue, no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008, no Serviço de Verificação de Óbitos (SVO). Foram excluídos os resultados de autópsias realizadas no SVO, por suspeita de óbito por dengue que não se confirmaram, que não tenham ocorrido no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008 e os que não tinham procedência de Fortaleza-CE. A pesquisa foi autorizada pela Direção do SVO e Secretaria de Saúde do Estado do Ceará após conhecimento seus objetivos e aprovação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade Christus.

4 RESULTADOS

4.1 População estudada

Em análise retrospectiva dos laudos cadavéricos foram notificados 134 casos suspeitos de dengue dentre pacientes residentes em Fortaleza e pacientes vindos de outros municípios, sendo 25 casos de dengue hemorrágico confirmados dos pacientes residentes na cidade de Fortaleza-CE, no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008.

4.2 Identificação

Com relação à distribuição dos óbitos confirmados por dengue hemorrágico conforme o sexo, 12 eram do sexo masculino e 13 do sexo feminino (gráfico 1). Observou-se que 48% dos óbitos no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008 eram do sexo masculino e 52% eram do sexo feminino (gráfico 2).

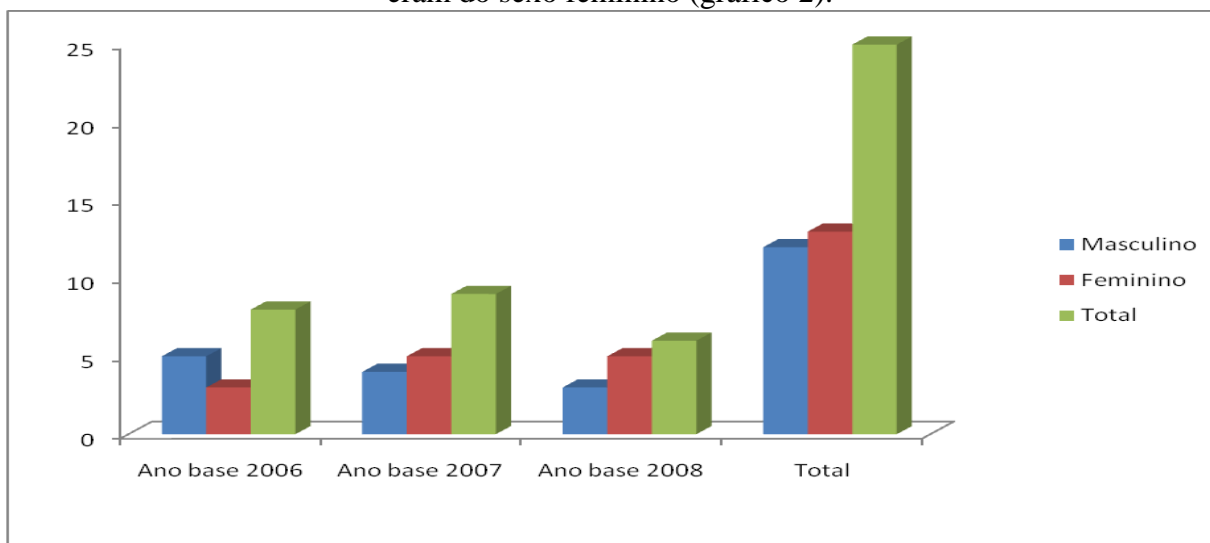


Gráfico 1 – Distribuição conforme o sexo, dos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO

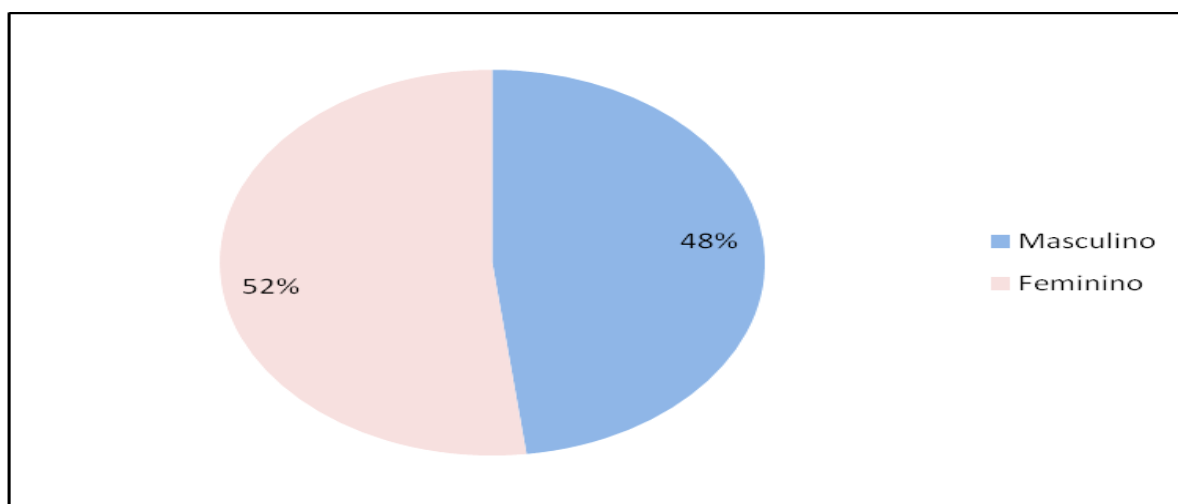


Gráfico 2 – Distribuição percentual conforme o sexo, dos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO - Dados referentes ao período janeiro de 2006 a setembro de 2008

| Faixa etária | Número de óbitos | Percentual de óbitos |
|--------------|------------------|----------------------|
| 0-10 | 4 | 16% |
| 11-20 | 3 | 12% |
| 21-30 | 6 | 24% |
| 31-40 | 4 | 16% |
| 41-50 | 2 | 08% |
| 51-60 | 4 | 16% |
| 61-70 | 1 | 04% |
| 71-80 | 1 | 04% |

Tabela 1 – Distribuição conforme a idade, dos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO.

4.3 Achados anatomopatológicos

As manifestações hemorrágicas ocorreram em 25 (100%) dos óbitos. Os sítios de sangramentos mais frequentes foram o pulmão seguido do baço e do coração (tabelas 2, 3 e 4).

| Achados anatomopatológicos | Número de casos | Percentual |
|--|-----------------|------------|
| Cérebro | | |
| Edema e congestão | 20 | 80% |
| Hemorragia na leptomeninge (encefalite) | 03 | 12% |
| Necrose isquêmica | 01 | 04% |
| Olhos | | |
| Hemorragia conjuntival | 01 | 04% |
| Edema palpebral | 01 | 04% |
| Pele e mucosas | | |
| Icterícia | 05 | 20% |
| Cianose | 04 | 16% |
| Petéquias | 02 | 08% |
| Edema dérmico | 01 | 04% |
| Infiltrado inflamatório crônico perivascular | 01 | 04% |

Tabela 2 – Achados anatomopatológicos encontrados no cérebro, olhos, pele e mucosas, nos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO.

| Achados anatomopatológicos | Número de casos | Percentual |
|----------------------------|-----------------|------------|
|----------------------------|-----------------|------------|

| Coração | | |
|-------------------------------|----|-----|
| Miocardite | 02 | 08% |
| Edema | 08 | 32% |
| Hemorragia | 06 | 24% |
| Petéquias no pericárdio | 05 | 20% |
| Fibrose | 01 | 04% |
| Coronariosclerose | 01 | 04% |
| Pulmões | | |
| Edema e congestão | 18 | 72% |
| Hemorragia | 19 | 76% |
| Pneumonite | 02 | 08% |
| Derrame pleural | 08 | 32% |
| Aderências pleurais | 02 | 08% |
| Pulmões compactados nas bases | 01 | 04% |
| Pneumotórax | 01 | 04% |
| Pneumonia lobar | 01 | 04% |
| Exsudato inflamatório | 04 | 16% |
| Colônias bacterianas | 02 | 08% |
| Atelectasia | 02 | 08% |
| Autólise | 01 | 04% |

Tabela 3 – Achados anatomopatológicos encontrados no coração e pulmões nos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO.

| Achados anatomopatológicos | Número de casos | Percentual |
|------------------------------------|------------------------|-------------------|
| Fígado | | |
| Hepatomegalia | 02 | 08% |
| Esteatose | 06 | 24% |
| Necrose gordurosa | 06 | 24% |
| Necrose hemorrágica | 04 | 16% |
| Petéquias | 02 | 08% |
| Degeneração hidrópica | 03 | 12% |
| Infiltrado inflamatório | 12 | 48% |
| Hipertrofia das células de Kupffer | 01 | 04% |
| Baço | | |
| Esplenomegalia | 02 | 08% |
| Congestão esplênica | 06 | 24% |
| Hiperplasia | 05 | 20% |
| Autólise | 04 | 16% |
| Hemorragia | 08 | 32% |
| Moderada depleção linfocitária | 03 | 12% |
| Necrose | 02 | 08% |
| Rins | | |
| Necrose | 06 | 24% |
| Edema e congestão | 06 | 24% |
| Autólise | 02 | 08% |
| Glomerulonefrite | 03 | 12% |
| Túbulos com tumefação | 02 | 08% |

Tabela 4 – Achados anatomopatológicos encontrados no fígado, baço e rins nos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO.

4.4 Causa imediata da morte (causa *mortis*)

A causa *mortis* dos óbitos por dengue hemorrágico necropsiados no SVO está sumarizada na tabela 5.

| Causa <i>mortis</i> | Número de óbitos | Percentual |
|----------------------------------|------------------|------------|
| Insuficiência respiratória aguda | 04 | 16% |
| Choque hipovolêmico | 02 | 08% |
| Hemorragia pulmonar | 09 | 32% |
| Necrose cerebral isquêmica | 02 | 08% |
| Congestão esplênica | 01 | 04% |
| Gastroenterorragia | 02 | 08% |
| Necrose tubular aguda | 02 | 08% |
| Edema cerebral | 02 | 08% |
| Necrose hepática | 01 | 04% |
| Broncopneumonia bacteriana | 01 | 04% |
| Cardiopatia isquêmica | 01 | 04% |

Tabela 5 – Causa imediata da morte nos 25 casos de óbitos por dengue hemorrágico, necropsiados no SVO.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A dengue é um dos maiores problemas de saúde pública mundial. No Brasil, as epidemias atingiram mais os grandes centros urbanos, destacando-se os Estados do Rio de Janeiro, Alagoas e Ceará. O vírus DEN1 foi introduzido em Fortaleza-CE no primeiro biênio 86/87 e a introdução do vírus DEN2 foram registradas em 1990 (TEIXEIRA et al, 1999). Durante a epidemia de 1994, ocorreu a primeira confirmação da febre hemorrágica na cidade de Fortaleza (ANDRADE, 2008).

Com relação à epidemia, o primeiro semestre do ano é o mais crítico, caracterizado por um período chuvoso, com condições de umidade aumentada e longevidade dos vetores. Adicionalmente, a população de Fortaleza encontra-se sob risco aumentado, em decorrência das repetidas epidemias de dengue que ocorreram nos anos anteriores. Atualmente, os três sorotipos virais DEN1, DEN2, DEN3 circulam simultaneamente na cidade (ANDRADE, 2008).

O presente estudo evidenciou em análise retrospectiva dos laudos cadavéricos 134 casos suspeitos de dengue dentre pacientes residentes em Fortaleza e pacientes vindos de outros municípios, sendo 25 casos de dengue hemorrágico confirmados dos pacientes residentes na cidade de Fortaleza-CE, no período de janeiro de 2006 a setembro de 2008.

Os 25 casos, analisados neste trabalho, constatou-se que 52% destes eram do sexo feminino e 48% do sexo masculino, grande parte dos estudos confirmam a prevalência de mortes por dengue hemorrágico do sexo feminino, na cidade de Fortaleza-CE, nos últimos três anos (ANDRADE, 2008). No entanto, estudos realizados na cidade de Recife-PE, verificou-se a prevalência de óbitos por dengue hemorrágico eram do sexo masculino (MONTENEGRO, 2006).

Dos achados anatomopatológicos descritos na literatura, são mais freqüentemente relatados presença de hemorragias importantes; hepatomegalia; derrame pleural; encefalite; presença de petéquias em diversos órgãos, inclusive na pele e mucosas; ascite; pericardite e em raros casos esplenomegalia, sendo mais comuns nos lactentes (ANDRADE, 2008; UEHARA, 2006; SEFURO, 2000). Comparando com os dados do presente trabalho observa-se que as manifestações hemorrágicas ocorreram em 25 (100%) dos óbitos, sendo que, os sítios de sangramentos mais freqüentes foram o pulmão seguido do baço e coração.

Manifestações de encefalite, síndrome de *Guillian Barré*, convulsão, meningoencefalite, encefalopatia e alteração do nível de consciência foram encontradas em diversos trabalhos (FERREIRA, 2005). Os laudos de necrópsias do SVO demonstram que em 80% dos casos estudados apresentaram encefalite, porém, não sendo responsável pela causa imediata da

morte dos pacientes em questão; distúrbios neurológicos, como causa *mortis*, são apontados em apenas 2% dos casos.

No pericárdio, em 32% dos laudos, encontra-se a presença de edema, em 24% hemorragia e em 20% petéquias.

O derrame pleural na febre hemorrágica da dengue tem ocorrido com maior frequência nos últimos anos e costuma se instalar a seguir da defervescência, sobretudo entre o terceiro e o sétimo dias (FIRMIDA, 2008). Há apresentação de derrame pleural em 24% dos óbitos descritos. Edema pulmonar com insuficiência respiratória não costuma ser comum no dengue hemorrágico (FIGUEIREDO, 2006). Por outro lado, um aspecto bastante relevante encontrado no presente estudo é a presença de hemorragia pulmonar em 76% dos casos e de edema e congestão em 72% dos casos. Outro aspecto importante foi que a hemorragia pulmonar e a insuficiência respiratória foram as causas imediatas de morte da maioria dos casos de óbitos, representando respectivamente, 32 e 16% dos casos.

Quanto aos achados abdominais as alterações no fígado como esteatose, necrose hemorrágica foram encontradas com maior frequência. No Brasil, relatos de estudos clínicos constataram a presença de alterações hepáticas em até 88% dos casos estudados (UEHARA, 2006). Nos rins e baço confirmou-se a presença de congestão (24%) em ambos os casos. A presença de hemorragias esplênicas se apresentou em 32% dos óbitos. Apesar dos dados encontrados os achados anatomopatológicos abdominais a causa morte de maior incidência é a gastroenterorragia e necrose tubular aguda em 8% dos óbitos.

6 CONCLUSÃO

De acordo com os resultados apresentados neste estudo, conclui-se que a dengue é um grave problema de saúde pública. Embora seja uma doença endêmica, o seu diagnóstico parece ainda de difícil confirmação, uma vez que dos 134 casos necropsiados, apenas 25 casos foram confirmados. Isto demonstra a necessidade de métodos mais eficazes para o seu diagnóstico precoce, podendo assim permitir ao profissional de saúde uma conduta adequada para evitar óbitos.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. O. M.; PONTES, R. J. S.; NASCIMENTO, O. J. Dengue no município de Fortaleza. **Informe semanal dengue**, [s. l.], v. 41, 2008.
- BARBOSA, M. L. Dengue: Revisão. **Instituto Adolfo Lutz**, [s. l.], n. 56, p. 27-45, 1996.
- BORGES, S. M. A. A. **Importância epidemiológica do Aedes Albopictus nas Américas**. Dissertação (mestrado)—Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-01032002-131833/pt-br.php>>. Acesso em: 13 mar. 2008.
- BRICKS, L. F. Vacinas para a dengue: perspectivas. **Pediatria**, São Paulo, v. 26, p. 268-81, 2004.
- CHIARAVALLI NETO, F. et al. Controle do dengue em uma área urbana no Brasil: avaliação do impacto do Programa Saúde da Família com relação ao programa tradicional de controle. **Caderno de Saúde Pública**, [s. l.], v. 22, p. 987-997, 2006.
- CRILL, W. D.; CHANG, G-J. J. Localization and characterization of Flavivirus envelope glycoprotein cross-reactive epitopes. **J Virol**, [s. l.], v. 78, p. 13975-13986, 2004.

- COSTA et al. Epidemiologia da dengue no Brasil e no Distrito Federal e suas principais formas de diagnóstico. **Dengue and Laboratorial diagnostic in Brazil**, [s. l.], 2001.
- FARHAT, C. K.; SUCCI, R. C. M; CARVALHO, E. S.; CARVALHO, L. H. F. R. **Infectologia Pediátrica**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1999.
- FERREIRA, M. L. et al. Manifestações neurológicas de dengue. **Arq Neuropsiquiatr**, [s. l.], v. 63, p. 491, 2005.
- FIGUEIREDO, L. T. M. Febres hemorrágicas por vírus no Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, [s. l.], v. 3, 2006.
- FIGUEIREDO, L. T. M. Patogenia das infecções pelos vírus do dengue. **Medicina**, Ribeirão Preto, v. 32, p.15-20, 1999.
- FIRMIDA, M. C. Derrame pleural na criança com dengue. **Acta Scientiae Medica**, [s. l.], v. 1, p. 34, 2008.
- GOMES, A. C. Medidas dos níveis de infestação urbana para *Aedes (Stegomyia) aegypti* e *Aedes (Stegomyia) albopictus* em programa de vigilância entomológica. **Informativo Epidemiológico do SUS**, [s. l.], v. 7, p. 49-57, 1998.
- GUBLER, D. J. Epidemic dengue/dengue hemorrhagic fever as a public health, social and economic problem in the 21st century. **Trends of Microbiology**, [s. l.], v. 10, p.100-103, 2002.
- KITTIGUL, Leera et al. An improved method for concentrating rotavirus from water samples. **Mem. Inst. Oswaldo Cruz**, Rio de Janeiro, v. 96, n. 6, 2001.
- MARTINEZ, E.; ANAYA, A. C.; SANDOVAL, E. B. P. Porque as crianças morrem com dengue? **Revista Cubana de medicina tropical**, São Salvador, v. 60, p. 40-47, 2008.
- MICHALANY, J. **Anatomia patológica geral: na prática médico-cirurgica**. 2. ed. São Paulo: Artes Médicas, 2000.
- MONTENEGRO, D. et al. Aspectos clínicos e epidemiológicos da epidemia de dengue no Recife, PE, 2002. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, [s. l.], v. 39, 2006.
- MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. **Patologia: Processos Gerais**. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 1999.
- MORAIS, A. J. P et al. Avaliação dos óbitos e necropsias em pacientes internados em um serviço de reumatologia pediátrica por período de dez anos. **Revista Brasileira de reumatologia**, São Paulo, v. 45, p. 55-63, 2005.
- MUÑOZ-JORDÁN, J. L.; SÁNCHEZ-BURGOS, G. G.; LAURENT-ROLLE, M.; GARCÍA-SASTRE, A. Inhibition of interferon signaling by dengue virus. **PNAS**, [s. l.], v. 100, p.14333-14338, 2003.
- NAVARRO-SÁNCHEZ, E.; DESPRE`S, P.; CEDILLO-BARRÓN, L. Innate immune responses to Dengue virus. **Archives of Medical Research**, [s. l.], v. 36, p. 425-435, 2005.

- PORTH, C. M.; KUNERT, M. P. **Fisiopatologia**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara/Koogan, 2004.
- PONTES, R. J. S.; NASCIMENTO, O. J. Dengue no município de Fortaleza. **Informe semanal dengue**, [s. l.], 2008.
- SANTOS, N. S. O.; WIGG, M. D.; ROMANOS, M. T. V. **Introdução a virologia humana**. Rio de Janeiro: Guanabara/ Koogan, 2002.
- SEFURO, J. C. et al. Dengue: uma nova abordagem. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, [s. l.], v. 33, p. 465-466, 2000.
- SHRESTA, S.; KYLE, J. L.; SNIDER, H. M.; BASAVAPATNA, M.; BEATTY, P. R.; HARRIS, E. Interferon-dependent immunity is essential for resistance to primary Dengue virus infection in mice, whereas T- and B-cell-dependent immunity are less critical. **J Virol**, [s. l.], v. 78, p. 2701-2710, 2004.
- TAUIL, P. L. Aspectos críticos de dengue controladas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, [s. l.], v. 18, p. 867-871, 2002.
- TEIXEIRA et al. Epidemiologia e Medidas de Prevenção do Dengue. **Informe epidemiológico do SUS**, [s. l.], v. 8, p. 17-18, 1999.
- TOLEDO, A. L. A.; ESCOSTEGUY, C. C.; MEDRONHO, R. A.; ANDRADE, F. C. Confiabilidade do diagnóstico final de dengue na epidemia 2001-2002 no Município do Rio de Janeiro. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 933-940, 2006.
- TORRES, E. M. **Dengue**. Tradução do espanhol por Rogério Dias. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2005.
- UEHARA, P. M.; CUNHA, R. V.; PEREIRA, G. R. O. L.; OLIVEIRA, P. A. Envolvimento hepático em pacientes com dengue hemorrágico: Manifestação rara? **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, [s. l.], v. 39, p. 546, 2006.
- VABO, K. A. et al. Achados ultra-sonográficos abdominais em pacientes com dengue. **Radiol Bras**, [s. l.], v. 37, p. 159-162, 2004.

SISTEMAS DE INFORMÇÃO

Artigos

AS 1: DE GRAHAM BELL À ASTERISK: A EVOLUÇÃO DA TELEFONIA

Leôncio Valter Sobreira Caminha Neto⁴; Adail Nunes da Silva⁵

RESUMO

O ser humano sempre teve uma extrema necessidade de se comunicar uns com os outros, porém, com o passar dos tempos, a distância física começou a ser um empecilho. Com a evolução, o homem começou a desenvolver métodos de comunicação à distância como cartas e telégrafos, até chegar ao meio de comunicação mais usado até os dias de hoje: o telefone. O presente artigo aborda os conceitos do Asterisk, o primeiro software livre de código aberto baseado em PABX da história das telecomunicações. De início, é descrito uma breve introdução sobre a evolução da telefonia em geral até se chegar a tecnologia VoIP (uma das tecnologias nativas do Asterisk) associado aos projetos paralelos que auxiliaram para que o sucesso do Asterisk fosse consolidado.

Palavras-chave: Asterisk. Telefonia. VoIP.

ABSTRACT

The human being has always had an extreme need to communicate with each other, but with the passing of time, the physical distance started to be an obstacle. With the developments, the man started to develop methods of distance communication as letters and telegraphs, until the means of communication used by the most of today: the phone. This article discusses the concepts of Asterisk, the first free open source software-based PBX in the history of telecommunications. Initially, it described a brief introduction on the development of telecommunications in general to get the technology VoIP (a native of the Asterisk technology) related to projects that helped to parallel the success of Asterisk were consolidated.

Keywords: Asterisk. Telephony. VoIP.

1 INTRODUÇÃO

Em sete de março de 1876, Alexander Graham Bell, patenteia uma das maiores invenções já criadas na área da telecomunicação: o telefone. Invento que até hoje é utilizado nos mais diversos ramos, desde grandes empresas comunicando-se com suas filiais em outros estados, países ou até mesmo continentes a pessoas comuns, que usam o telefone apenas para conversar com parentes e amigos.

Porém, o sistema telefônico possui um alto custo financeiro para as empresas que o utilizam como forma de comunicação, tanto interna como externa.

Tal problemática forçou as empresas a procurarem alternativas economicamente mais viáveis como por exemplo, o uso do PBX.

O PBX (ou Private Branch Exchange) é um centro de distribuição telefônico privado, que a qual não inclui os serviços de telefonia externa. Por ser de certa forma limitado e obsoleto (pois era necessário uma pessoa para poder comutar as linhas), precisou-se aprimorar o PBX, surgindo assim o PABX (Private Automatic Branch Exchange). Tal evolução possibilitou a exclusão de um operador e trouxe a possibilidade de efetuar e receber ligações de uma rede externa (pública ou particular).

⁴ Aluno do curso de Sistemas de Informação. Aluno do 5º semestre do Curso de Sistemas de Informação.

⁵ Professor Ms., Orientador.

Com isso reduziu-se consideravelmente a margem de gastos que as empresas empregavam com telecomunicações, porém, mesmo possuindo equipamentos de baixo custo, ainda tinha-se uma série de limitações e uma margem considerável de investimentos para que a mesma fosse implantada.

Com o surgimento da tecnologia VoIP (Voice over Internet Protocol) foi possível a transmissão de chamadas telefônicas pela rede mundial de computadores (Internet), utilizando redes baseadas em pacote no lugar da rede telefônica comutada, possibilitando assim o tráfego de voz e dados pelo protocolo IP.

Com isso, o VoIP possibilitou o uso das redes de dados já disponíveis nas empresas para a transmissão de voz onde antes fazia-se necessário o uso da rede telefônica para efetuar ligações. Todavia, a migração do PABX para o VoIP era de difícil acesso, pois trazia um investimento inicial muito elevado, onde somente grandes empresas tinham poder aquisitivo para tal.

2 O QUE É O ASTERISK E QUAIS AS SUAS VANTAGENS

Falar sobre Asterisk e não comentar os projetos paralelos que ajudaram na obtenção do seu sucesso seria no mínimo um crime. Um dos projetos mais importantes foi o Projeto Zapata. De acordo com Meggelen (2005, p. 2):

O Projeto de Telefonia Zapata foi concebido por Jim Dixon, consultor em engenharia de telecomunicações. Ele acreditava que podia tornar o sistema de telefonia economicamente mais viável se os componentes para a sua implementação fossem mais baratos, então ele teve a idéia de construir uma placa que contivesse apenas os componentes eletrônicos básicos requeridos para servir de interface ao circuito telefônico.

O desenvolvimento e evolução do Asterisk e de todas as arquiteturas baseadas em VoIP só foram possíveis graças ao projeto Zapata de Jim Dixon e a sua placa tormenta. Vale ressaltar que Jim fez questão que o hardware fosse aberto e que podia ser desenvolvido por qualquer um que tivesse interesse nele, tornando possível que empresas de pequeno e médio porte pudessem desfrutar das vantagens trazidas pela comunicação de dados e voz através do protocolo da Internet.

O nome “Asterisk” vem do símbolo “*”, o qual em Linux e Unix representa um wildcard que equivale a qualquer caractere ou arquivo pois, o Asterisk foi desenvolvido para se adequar a qualquer peça de telefonia: hardware, softwares e aplicações (PINHEIRO 2005, p. 38).

De acordo com Gonçalves (2005, p. 3), o Asterisk foi o primeiro PABX baseado em software GPL⁶ da indústria. Criado pela Digium Inc., em especial por Mark Spencer, criador e principal mantenedor do Asterisk.

Como já citado neste artigo, uma das maiores preocupações que as empresas possuem em termo de telefonia está ligada ao seu custo: tanto na sua implantação como na sua manutenção. Em uma implantação de um PABX proprietário, temos que esperar alguém configurá-lo, o que ocasiona um alto custo inicial e uma monopolização do serviço.

Já com Asterisk temos total liberdade devido a sua AGI⁷, podendo assim ser programado em Python, Perl, PHP, C, Ruby, Shell Script, Java e uma infinidade de outras linguagens, tornando assim mais fácil e barato de configurarmos, mantermos e modificarmos de acordo com as necessidades, afinal de contas, estamos trabalhando com Linux.

⁶ (GPL): **General Public License** ou Licença Pública Geral, é a licença que designa que um software é livre para qualquer propósito tanto em termos de uso como o de modificação e distribuição do mesmo.

⁷ (AGI): **Asterisk Graphic Interface** ou Interface Gráfica Asterisk, tem como responsabilidade promover uma interface padrão para que programas externos possam controlar a diáplan do Software.

A promoção de conteúdo dinâmico via telefone com Asterisk é sem limites, tornando mais fácil manter um sistema em Asterisk do que se sujeitar a um PABX que possui suas limitações de fábrica.

3 A ARQUITETURA

A flexibilidade que o Asterisk possui é graças à forma com a qual o mesmo foi estruturado, devido as suas API's não se encontrarem dentro do núcleo do programa mas sim em torno do núcleo, tornando-o transparente a protocolos, Codecs e hardware, flexibilizando-o até para qualquer nova tecnologia, pois as mudanças feitas não causarão grande impacto. Outra vantagem seria a capacidade do implementador carregar separadamente os módulos desejados, tornando o software mais leve e compatível com as suas necessidades.

Na figura 1 podemos observar como se constitui a arquitetura Asterisk:

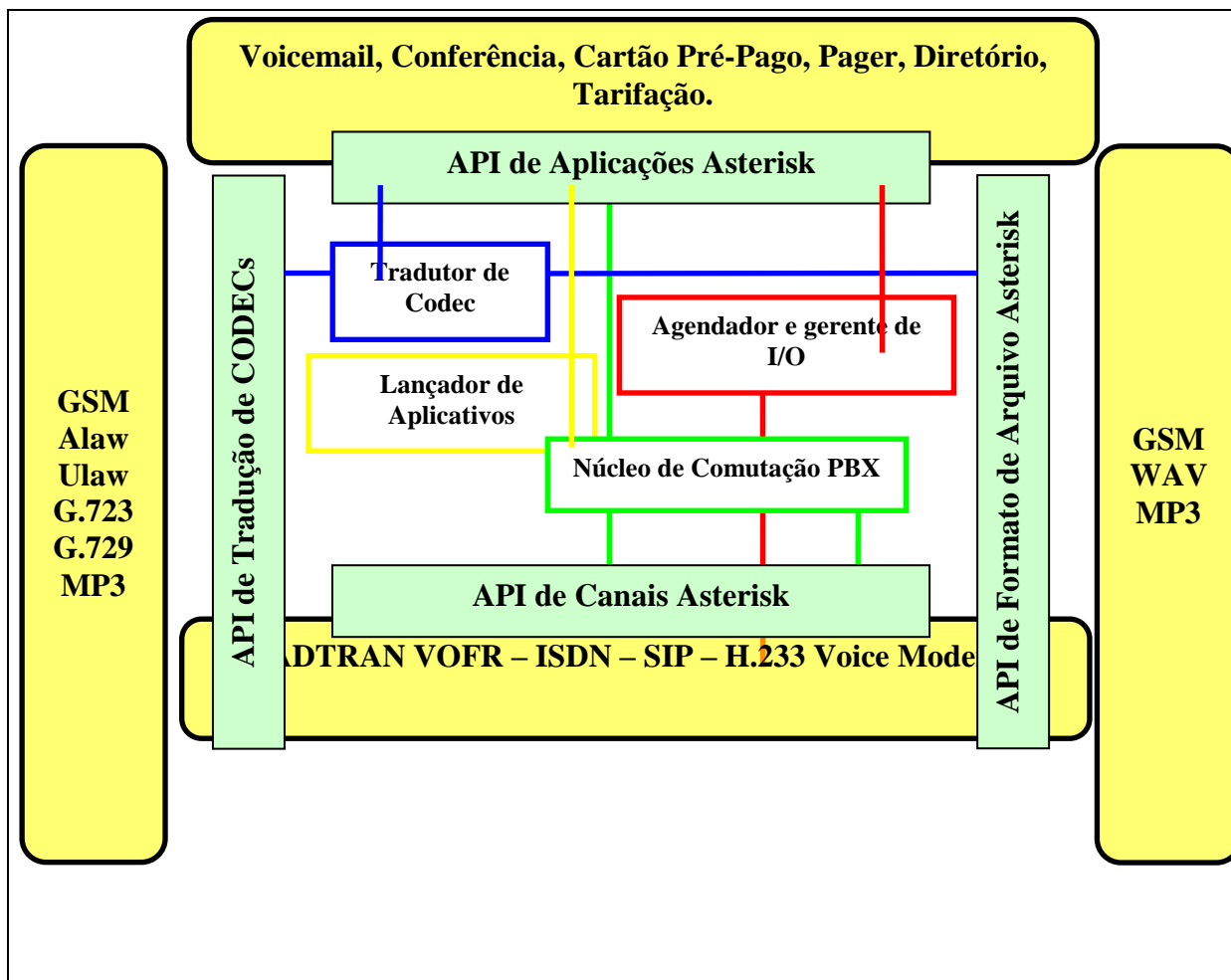


Figura 1 - Arquitetura Asterisk.
Fonte: Asterisk: The Future of Telephony

O núcleo do programa é subdividido em quatro módulos independentes, que interagem entre si:

- Núcleo de Comutação PBX: Trata-se do módulo principal responsável pela conexão das chamadas entre os vários usuários.
- Lançador de Aplicativos: Módulo responsável pela execução dos serviços para os usuários voicemail e a lista de diretórios.

- Tradutor de Codecs: Módulo responsável pela tradução referente aos Codecs que são suportados pelo software.
- Agendador e Gerente de I/O: Agenda as tarefas de baixo nível do programa e gerencia o sistema para se obter uma melhor performance do Asterisk.
Quanto as API's, são divididas em quatro tipos principais:
 - De Aplicação: Essas API's permitem que várias funcionalidades possam ser executadas como por exemplo: conferências, listagens de diretórios e voicemail.
 - De formato de arquivo: Possibilita a leitura e a escrita em vários formatos de arquivos para armazenar no sistema de arquivos.
 - De canais: Responsável com a compatibilidade do núcleo com os diversos tipos de conexões onde as chamadas podem ser originadas, como uma conexão VoIP, ISDN e outros tipos.
 - De Tradução de CODECS: São módulos carregados para suportar vários codificadores e decodificadores de áudio com GSM, G.711 ulaw (padrões usados na Europa e no Brasil).

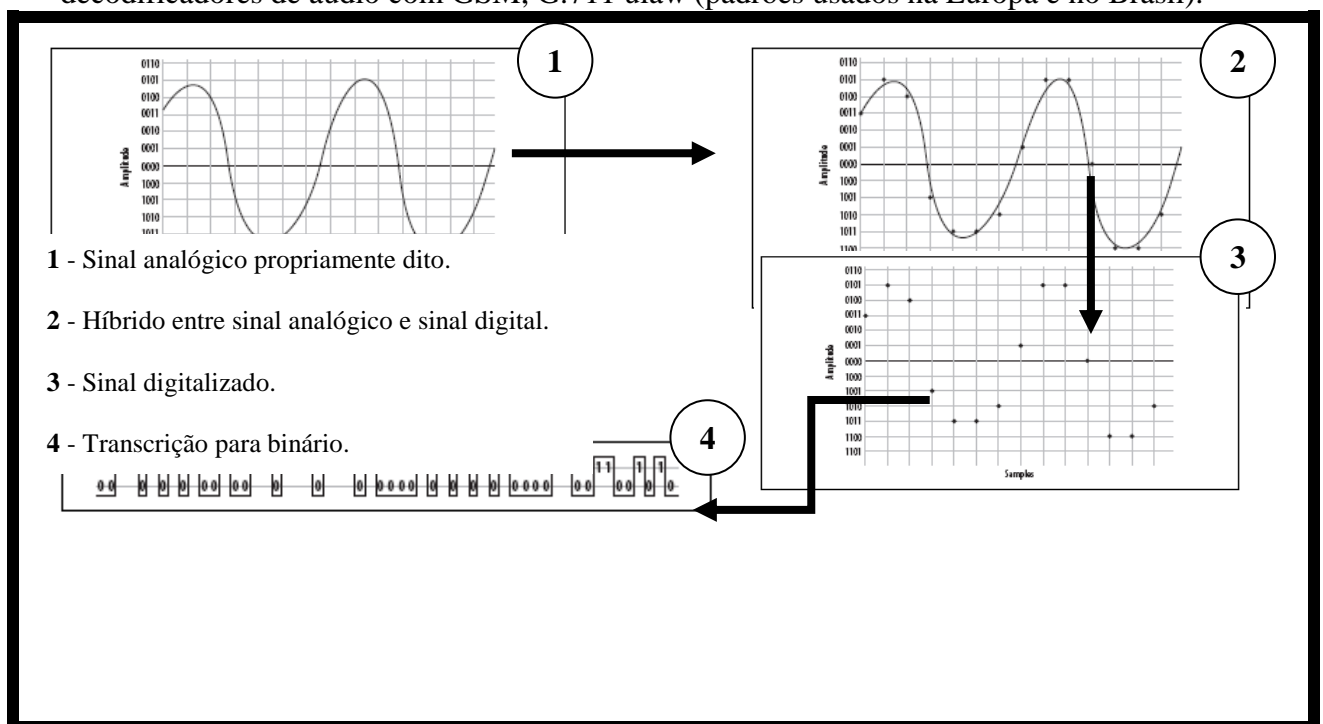


Figura 2 – Transcrição do sinal analógico em sinal digital.

Fonte: Asterisk: The Future of Telephony.

4 IMPLANTAÇÃO DO ASTERISK NO DECEA

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo no Comando da Aeronáutica (DECEA) é responsável pelo controle de todo o espaço aéreo brasileiro e tem em sua responsabilidade manter a telecomunicação de todos os comandantes através de uma rede privativa para que os mesmos troquem informações administrativas e operacionais sobre o Controle de Tráfego Aéreo brasileiro. Essa rede possui uma central exclusiva na cidade do Rio de Janeiro e ramais remotos espalhados por todo o território nacional.

Segundo o Sub-departamento de Tecnologia da Informação do DECEA, o sistema usado pelos mesmos já se encontra obsoleto e com padrões de segurança suscetíveis a falhas.

Para contornar tal situação, foi apresentado um novo projeto baseado em Asterisk, que a qual apresenta vantagens e desvantagens em relação ao sistema antigo, conforme podemos analisar no Quadro 1:

| <i>RTCaer</i> | <i>Rede VoIP com Asterisk</i> |
|---|--|
| Obsoleta. | Última tecnologia em transmissão de voz. |
| Custo de contrato de <i>links</i> de voz junto às operadoras de telecomunicações | Uso dos links já existentes que compõe a rede metropolitana da FAB, a Intraer. |
| Falta de segurança das comunicações por ser transmitida em meio analógico sem criptografia. | Maior segurança já que a transmissão será feita em forma digital e criptografada. |
| Processamento centralizado. | Processamento distribuído |
| Transmissão perfeita da voz no meio analógico sem a necessidade de implementação de QoS | Necessária implementação e gerenciamento de QoS para a perfeita transmissão da voz na rede de dados. |
| Custo do telefone analógico de aproximadamente trinta reais. | Custo do telefone IP de aproximadamente quinhentos reais. |

Quadro 1 – Comparativo do Asterisk com o sistema RTCaer.

Fonte: Asterisk: The Future of Telephony.

5 CONCLUSÃO

De acordo com as pesquisas realizadas na documentação do software e em artigos correlatos onde são citados estudos de casos, concluímos que esta plataforma de comunicação remota está trazendo destacados benefícios, principalmente nas empresas em que foram constituídas, como no Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) do comando da Aeronáutica.

Ressalta-se ainda que, entre os principais benefícios estão a redução de custos a longo prazo, a fácil manutenção e adaptação bem como um forte esquema de segurança das suas informações, porém possui um custo inicial muito elevado, que foge aos padrões de algumas empresas e instituições.

Portanto, ao se pensar em implementar o Asterisk como veículo de telecomunicação, deve-se levar em consideração uma série de fatores e analisá-los minuciosamente para assim tirar conclusões sobre a sua viabilidade.

REFERÊNCIAS

GONÇALVES, F. **RTP**: como construir e configurar um PABX com software livre. [S. l.: s. n.], 2005.

MEGGELEN, Jim Van; SMITH, Jared; MADSEN, Leif. **Asterisk**: The Future of Telephony. [S. l.]: O'Reilly, 2005.

PINHEIRO, Bruno de Oliveira. **Voz Sobre IP Utilizando Asterisk**. Lavras: [s. n.], 2005.

AS 2: ORIENTAÇÃO A ASPECTOS E ASPECTJ: UMA ANÁLISE

Leôncio Valter Sobreira Caminha Neto⁷³⁰; Frandberto Façanha⁷³¹

RESUMO

Com a evolução dos softwares e com o aumento de sua complexidade, a necessidade de modularização dos sistemas, a busca pelo maior aproveitamento do código para diminuir e agilizar o processo de decisão e com a insuficiência dos paradigmas atuais em conjunto com a necessidade de se introduzir requisitos com suporte à aplicação, fizeram-se necessário a busca por novas soluções. Surgiu então a Programação Orientada a Aspectos – uma evolução embasada no paradigma de Orientação a Objetos – e com ela, o AspectJ. Este Artigo apresenta os principais conceitos, vantagens e desvantagens do uso da Orientação a Aspectos e do AspectJ, bem como seu surgimento, seu uso e onde pode ser aplicado.

Palavras-chave: Aplicações. AspectJ. Java. Orientação a Aspectos. Orientação a Objetos.

ABSTRACT

With the development of software and with the increase of its complexity, the need for modularization of the systems, the search for better use of code to reduce and streamline the decision-making and the inadequacy of current paradigms together with the need to introduce requirements to support implementation, there have been necessary to search for new solutions. There then Oriented Programming the aspects - a development paradigm in base Object-Orientation - and with it, the AspectJ. This Article presents the main concepts, advantages and disadvantages of using the Guidance and the aspects of AspectJ, and their emergence, and where their use can be applied.

Keywords: Applications. AspectJ. Java. Aspects Oriented. Objects Oriented.

1 INTRODUÇÃO

Uma linguagem de programação é um conjunto de regras sintáticas e semânticas usadas para construir um programa de computador. É um método padronizado para se expressar instruções computacionais.

Os primeiros desenvolvimentos de Softwares eram difíceis de se implementar e quase impossíveis de se modificar e de se realizar, pois os programadores inseriam diretamente no programa o código binário propriamente dito.

Segundo Goetten (2004, p. 14) "A partir do modelo de John Von Neumann que propunha o armazenamento das instruções na memória do computador, para então executá-las". A partir desse ponto, surgiram então a programação linear e a programação procedimental.

Porém a programação linear e a programação procedimental começaram a não mais suprir as necessidades do mercado, tendo assim a necessidade de uma nova forma de se pensar para resolver tais problemáticas.

⁷³⁰ Aluno do 6º semestre do Curso de Sistemas de Informação.

⁷³¹ Prof. Ms., Orientador.

Surgiram então as Linguagens baseadas na Orientada a Objetos (um dos paradigmas mais utilizados até hoje), que segundo Goetten (2004, p. 14) “veio da necessidade de simular a realidade, criando uma abstração do cotidiano, na tentativa de representar as características relevantes dos objetos envolvidos no sistema que se tenta simular”, porém, com a evolução e a complexidade dos sistemas, teve-se a necessidade de uma “evolução”, para suprir e resolver os problemas atuais. Essa “evolução” chama-se Orientação a Aspectos, que será abordado nas próximas páginas deste artigo.

2 A ORIENTAÇÃO A OBJETOS E O JAVA

Segundo afirma Braz (2005, p. 4), a orientação a objetos é o paradigma de programação mais utilizada atualmente para a construção de softwares. Na O. O. (Orientação a objetos) o problema não é abordado como um todo, como era abordado na programação estruturada, mas sim em módulos totalmente independentes que interagem entre si, ficando cada um responsável pela resolução de uma parte do problema. A divisão em partes é importante para se reduzir a complexidade pois, afirma Laddad (2003, p. 11) “é muito difícil para um ser humano compreender um sistema de grande porte se este for monolítico, sem fronteiras claras que definem suas funções”.

Conforme a analogia de Deitel (2005, p. 67), “um projeto Orientado a Objetos modela objetos do mundo real”, ou seja, oferece uma maneira mais natural e intuitiva para visualizar o processo de projeto. Analisamos algo através de suas características (atributos) e de seus comportamentos (métodos), onde objetos diferentes podem ter atributos e comportamentos semelhantes, como por exemplo: se compararmos um carro com um caminhão, verá que são objetos diferentes mas que possuem comportamentos e características similares.

3 A ORIENTAÇÃO A ASPECTOS E O ASPECTJ

A Programação Orientada a Aspectos (POA) é um paradigma que advém da evolução da Programação Orientação a Objetos utilizando o princípio da separação de interesses de Edsger Dijkstra, conforme afirma Laddad (2003):

O objetivo do desenvolvimento orientado a aspectos é encapsular interesses entrecortantes em módulos fisicamente separados do restante do código.

Esses módulos são denominados aspectos. Pensando em termos abstratos, a orientação a aspectos introduz uma terceira dimensão de decomposição.

Além de decompor o sistema em objetos (dados) e métodos (funções), decomparamos cada objeto e função de acordo com o interesse sendo servido e agrupamos cada interesse em um módulo distinto, ou aspecto.

Surgiu como resposta a essa problemática, fornecendo mecanismos que permitem a separação clara entre os interesses da lógica de negócio e a lógica de suporte à aplicação, que normalmente se entrelaçam em um emaranhado de difícil compreensão. O Paradigma de uma linguagem Orientada a Aspectos envolve duas etapas de trabalho:

- **Decomposição:** Decompor o sistema em partes não entrelaçadas e não espalhadas.
- **Composição:** Juntar as partes que foram decompostas e utilizar os conceitos da correspondência, semântica composicional e o tempo de ligação.
- **Correspondência:** a forma de correspondência da linguagem é o modo com qual se descreve quais entidades serão compostas entre si. A correspondência pode ser implícita (determinada por regras da linguagem) ou explícita (descrita pelo programador).

- **Semântica Composicional:** é o que deve acontecer com os elementos que correspondem. Em geral, linguagens de POA modificam a semântica das chamadas a métodos:

Em linguagens procedurais, chamar uma função “F” implica em executar uma função “F”.

Em linguagens Orientadas a Objetos, chamar o método “M” implica em executar algum método “M” em uma das subclasses que definem “M”. Em linguagens orientadas a aspectos, chamar o método “M” pode ter diversas conseqüências: “M” é executado, ou “N (algum outro método) é executado, ou M+N são executados, em alguma ordem definida.

- **Tempo de Ligação:** Corresponde ao momento em que se passa a surtir efeito, podendo ser estático (em tempo de compilação) ou dinâmico (em tempo de execução).

Uma característica interessante e única salientada por Laddad (2003, p. 47) “a forma de composição das partes é o que realmente distingue linguagens orientadas a aspectos de outras linguagens”.

Em linguagens procedurais ou Orientadas a Objetos, a composição é feita através de chamadas de procedimentos ou métodos. Ou seja, uma parte (por exemplo, uma classe) usa a funcionalidade de outra chamando um método. A linguagem pode definir diversas semânticas diferentes que em geral são escolhidas pelo programador.

Uma das linguagens precursoras na utilização da Programação Orientada a Aspectos foi o AspectJ. Conforme afirma (Gonçalves, 2007, p. 10), “O AspectJ surgiu em 1996 como um projeto interno para ser usado na Xerox Parc, em Palo Alto através de uma equipe chefiada por Greger Kiczalos”.

Seu surgimento foi devido, conforme afirma Goetten (2006, p. 33), “existirem situações em que Java e Programação Orientada a Objetos (POO) não são capazes de atender satisfatoriamente aos usuários, sem que alguns de seus conceitos e regras sejam transgredidos”.

Em POA, não há chamadas explícitas de métodos entre partes. Ao invés disso, especifica-se, em uma parte separada, como uma parte deve reagir a eventos que acontecem em outra parte. O uso da Orientação a Aspectos está sendo muito utilizada em diversas atividades de testes pois, conforme

Rocha (2005) revela que:

As linguagens orientadas a aspectos oferecem recursos que podem ser aplicados em diversas atividades de teste. Um exemplo é a instrumentação de programas utilizando linguagens como o AspectJ, que implementa mecanismos que facilitam o acesso aos objetos, atributos, parâmetros e resultados de métodos e permite que determinadas verificações, muitas vezes difíceis de ser executadas usando apenas recursos da orientação a objetos, sejam simplificadas. Essas características tornam a POA uma técnica útil para o teste funcional, pois a interceptação da execução de métodos e a captura de seus contextos (incluindo parâmetros e resultados), são essenciais nesse tipo de teste, no qual se consideram principalmente as entradas e saídas das operações.

Essas características reduzem o acoplamento entre as partes facilitando assim na análise e depuração da aplicação, pois as partes em questão não se acessam de forma direta.

Tipicamente uma implementação da POA busca encapsular as chamadas através de uma nova construção chamada de "aspecto". Um aspecto pode alterar o comportamento de um código (a parte do programa não orientada a aspectos) pela aplicação de um comportamento adicional (advice) sobre um ponto de execução (join point). A descrição lógica de um conjunto de join points é chamada de point cut (Goetten,2004 .p . 7).

- **Advice:** Corresponde ao trecho de código que deve ser executado em pontos de junção selecionados por um ponto de corte. Um advice pode ser executado antes, depois ou em torno de um ponto de junção
- **Join Points:** Trata-se de qualquer ponto identificável pelo AspectJ durante a execução de um programa.
 - **Point Cut:** São construções de programa que permitem a seleção de um ou mais pontos de junção.

4 AS VERDADES, AS MENTIRAS E AS ESPECULAÇÕES SOBRE O ASPECTJ

Logo abaixo, serão exposto algumas das verdades, mentiras e mitos que rondam o AspectJ e a Programação Orientada a Aspectos:

4.1 O Que é Verdade ?

“Existem dificuldades em seguir a lógica de programas Orientados a Aspectos”. Como em AspectJ um módulo não pode chamar outro diretamente, (2003, p. 18) “[...] torna-se difícil inferir o comportamento do sistema como um todo, avaliando-se módulos individuais”.

“A Programação Orientado a Aspectos não resolve nenhum problema novo!”. Não é a intenção da programação Orientada a Aspectos resolver problemas insolúveis, ela apenas vem auxiliar a Orientação a Objetos a resolver de uma melhor forma os problemas que encontramos.

“Com a Programação Orientada a Aspectos, o encapsulamento é quebrado!”. Esta questão é bastante delicada, pois existe uma séria controvérsia: o encapsulamento é de suma importância, porém, a sua quebra, as vezes, se faz necessário, desde que seja de forma controlada.

4.2 O que é Mentira e Especulação ?

“A Programação Orientada a Aspectos irá substituir a programação Orientada a Objetos”.

De forma alguma isso irá acontecer, pois como já foi exposto no presente artigo, a POA é um complemento para a POO e sem a existência desta, não funcionaria, pois Laddad (2005, p. 18) “As várias partes que compõem um programa Orientado a Aspectos ainda são implementadas dentro do modelo Orientado a Objetos”.

“Não se faz necessário os Aspectos, pois com interfaces abstratas resolve-se os mesmos problemas”.

Em parte isso se torna verdadeiro, pois em OO a resolução de problemas pode ser feita através do uso de classes abstratas, mas ainda existe a necessidade de que o restante do código faça as chamadas dos métodos fornecidos pelas interfaces abstratas.

Sendo assim, o problema só será diminuído e não resolvido.

“A Programação Orientada a Aspectos incentiva projetos mal elaborados”.

Não é a resolução “salvadora” de todos os problemas encontrados, mas fornece novos meios para resolver certas deficiências que a Orientação a Objetos possui. Sendo que o seu uso pode ser extremamente necessário em um caso “X” e totalmente desnecessário em um caso “Y”, cabendo assim, a análise e estudo do grupo de Gerentes, Analistas e programadores, analisarem o grau de necessidade e de complexidade que o projeto em questão possa ter.

5 CASOS DE USO ENVOLVENDO O ASPECTJ

Faz-se necessário para o leitor do presente artigo para obter um melhor entendimento, algumas exemplificações concretas do uso do AspectJ. Serão expostos respectivamente dois casos de uso: O primeiro envolvendo a alteração de um método pertencente a uma Classe usando Aspectos e o segundo referente à utilização de Aspectos no âmbito de segurança, depuração e testes de uma aplicação em Java.

5.1 Alterando um Método de Uma Classe Utilizando Aspectos

Tomaremos como referências as seguintes classes: public Class1 e public class2 conforme podemos analisar na Figura 1:

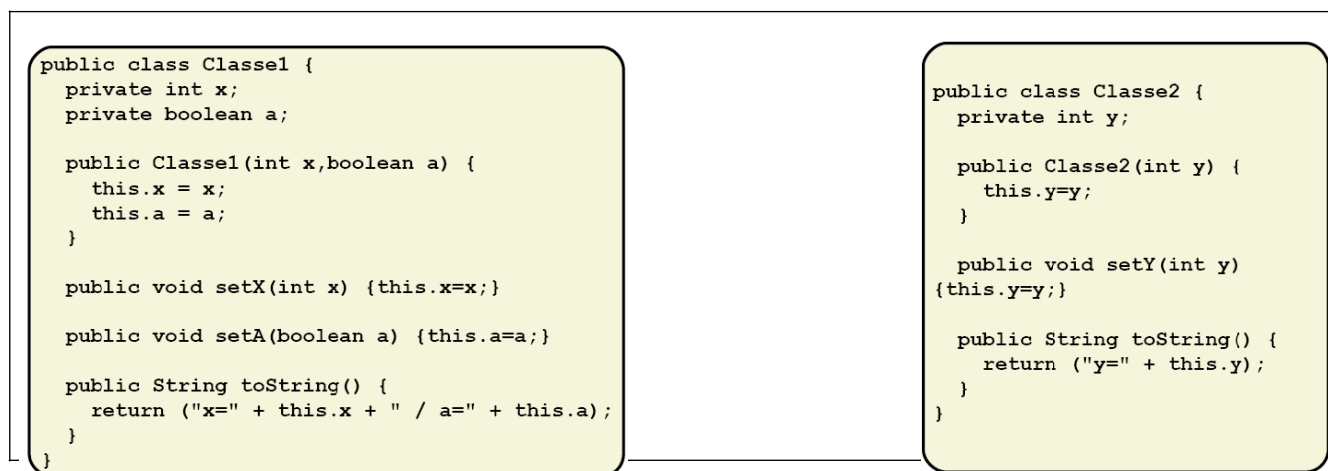


Figura 1 – Classes Analisadas para o Estudo de caso de uso em AspectJ.

Fonte: Gonçalves, 2007.

O primeiro passo tomado trata-se da alteração dos métodos toString() de ambas as classes. Tal modificação irá fazer com que passem a criar uma string que contenha o nome da Classe através da criação de um pointcut que recebe como parâmetro, um Objeto passado para o mesmo, tendo como “características” o método execution – que irá identificar o momento a qual o método toString() irá entrar em execução, tendo em foco o seu objeto referente – quebrando assim o seu fluxo normal de execução e utilizando também o método proceed(o) – que executa o método original das Classes, o trecho do código contendo o pointcut pode ser observado na Figura 2:

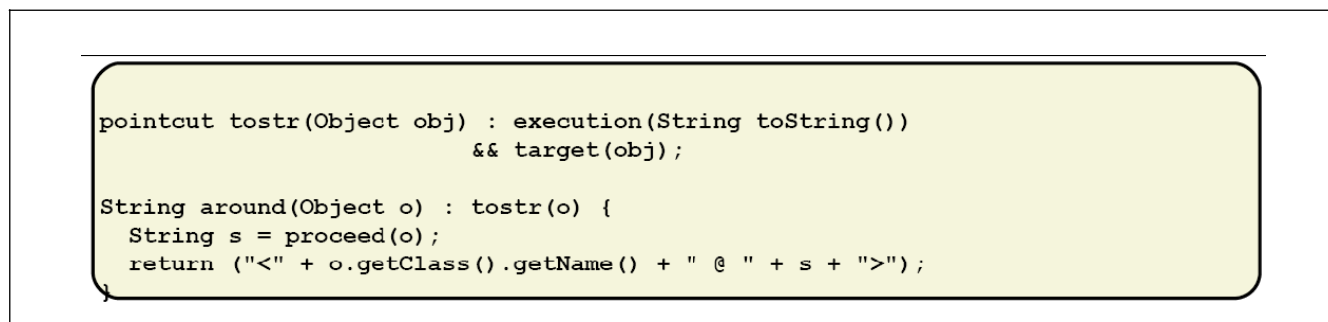


Figura 2 – Modificação do Método to String() através de um pointcut

Fonte: Gonçalves, 2007.

Foi inferido que a resolução do problema foi bem sucedida utilizando o AspectJ, porém, vemos também que o nível de complexidade do código foi aumentado, exigindo assim um grau maior de abstração do programador.

5.2 Utilizando Aspectos para Depuração, Testes e Ajustes de Performance da Aplicação

O uso do AspectJ tem diversas aplicabilidades, mas os escopos de aplicação mais utilizados são das áreas voltadas para a depuração, teste, ajustes de performances e aumento do nível de segurança da aplicação, auxiliando assim na busca por erros de incoerência interna referente às requisições internas do código.

Um exemplo bem interessante do uso de Aspectos é a criação de perfis de acesso de usuários, sabemos que existem no mercado, ferramentas que já implementam essa parte de profiling (autenticação) e de restrição, todavia as mesmas possuem um escopo limitado se tratando na parte de especificação de restrições mais complexas e ímpares.

Para tal, iremos analisar o seguinte trecho de código encontrado na Figura 3:

```
aspect SetsInRotateCounting {
    int rotateCount = 0;
    int setCount = 0;
    before(): call(void Line.rotate(double)) {
        rotateCount++;
    }

    before(): call(void Point.set*(int)
        && cflow(call(void Line.rotate(double)))) {
        setCount++;
    }
}
```

Figura 3 – Criação de um perfil específico
Fonte: STARTING..., 2008.

O código da figura volta-se para o número de chamadas sobre o método Line, bem como o número de chamadas set que acontece dentro de um controle de fluxo dessas requisições possibilitando assim que o programador possa saber quantas vezes um método vai ser chamado e restringir o número de requisições, tal questão tornaria-se impossível de ser implementada utilizando uma ferramenta de profiling (autenticação de usuários).

O uso de pré-condições e de pós-condições também são muito úteis para a depuração do código quando se é usado a modelagem de “Projetos por Contrato” onde o código é analisado de forma modular como podemos analisar na Figura 4.

```
aspect PointBoundsChecking {
    pointcut setX(int x):
        (call(void FigureElement.setXY(int, int)) && args(x, *))
        || (call(void Point.setX(int)) && args(x));
    pointcut setY(int y):
        (call(void FigureElement.setXY(int, int)) && args(*, y))
```

```

|| (call(void Point.setY(int)) && args(y));
    before(int x): setX(x) {
        if ( x < MIN_X || x > MAX_X )
            throw new IllegalArgumentException("x is out of bounds.");
    }
    before(int y): setY(y) {
        if ( y < MIN_Y || y > MAX_Y )
            throw new IllegalArgumentException("y is out of bounds.");
    }

```

Figura 4 – Exemplificação de pré e pós condições.
Fonte: STARTING..., 2008.

Faz-se necessário testes de um método antes de sua execução (pré-condição), com o devido fim de conhecimento do que está sendo chamado e outro teste após a sua execução (pós-condição) para a validação do que foi executado, trazendo assim um resultado livre de erros tanto de execução como de inconsistência.

6 CONCLUSÃO

Diante das pesquisas realizadas em livros, artigos acadêmicos da área, revistas especializadas sobre o assunto e estudo de casos, podemos observar que o AspectJ pode trazer diversos benefícios para uma equipe de desenvolvimento, como podemos analisar na citação de Goetten (2004) o qual afirma que "[...]possibilita um aumento significativo no reuso de código, já que as classes conterão código do sistema, evitando desta forma, a utilização de código espalhado pelo mesmo" (p . 11).

Uma das características mais marcantes da linguagem fica por conta da manutenção, que se torna menos evasiva quando comparada com as abordagens convencionais, devido a facilidade de somente se alterar aquilo que lhe é de interesse, sem comprometimento do restante do código em si.

Porém faz-se necessário uma maturação da linguagem, pois a mesma possui um nível de complexidade muito elevado, o que ocasiona erros na definição dos aspectos, tornando-os instáveis e voláteis.

REFERÊNCIAS

- BRAZ, Christian Cleber Madesval. **Introdução a Linguagem Java**. [S. l.]: Novatec, 2005.
- DEITEL, H. M. **Java: Como Programar**. 6 ed. [S. l.]: Pearson Prentice Hall, 2005.
- GOETTEN, Vicente de Souza Júnior. **Programação Orientada a Aspectos Abordando Java e AspectJ**. Florianópolis: União de Tecnologia e Escolas de Santa Catarina (UTESC), 2004.
- GOETTEN, Vicente de Souza Júnior. **AspectJ - Programação orientada a aspectos com Java**. [S. l.]: Novatec, 2006.
- GONÇALVES, Rui. **Programar: a revista portuguesa da Programação**, [s. l.], n. 7, 2007.
- LADDAD, Ramnivas. **AspectJ in Action: Practical Aspect-Oriented Programming**. [S. l.]: Manning, 2003.

ROCHA, André D.; SIMÃO, Adenilso da Silva; MALDONADO, José Carlos;
MASIERO, Paulo Cesar. **Teste Funcional**: Uma Abordagem Auxiliada por Aspectos.
São Paulo: Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São
Paulo, 2005.

STARTING Developer With Aspect and AspectJ:
<[www.eclipse.org/aspectj/doc/released/progguide/starting-
development](http://www.eclipse.org/aspectj/doc/released/progguide/starting-development)>. Acesso em:
12 ago. 2008.

AS 3: UM FRAMEWORK PARA DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÕES EAD

Leôncio Valter Sobreira Caminha Neto⁷³²; Frandberto Façanha⁷³³

RESUMO

Cada vez mais sistemas voltados para ensino à distância (EAD) têm ganhado notoriedade. A sua aplicação passou do campo acadêmico para as empresas, cada vez mais preocupadas com a capacitação profissional de seu corpo técnico. Esse importante instrumento é o tema do trabalho de pesquisa intitulado “Um framework de desenvolvimento para ensino à distância em Zope/Plone”. Esse artigo se propõe a mostrar os primeiros resultados do projeto com previsão de conclusão do projeto em junho de 2009.

Palavras-chave: Framework. Plone. Zope. Ensino à Distância.

ABSTRACT

Even more system has addressed to Learning on Distance (LOD) have gained notoriety. Their application passed the academic field for businesses, increasingly concerned about the professional training of its staff. This important work is the subject of research titled "A framework for development of distance learning in Zope / Plone." This article aims to show the first results of the project with estimated completion in June 2009.

Keywords: Framework. Plone. Zope. Learn on Distance.

1 INTRODUÇÃO

A utilização de Ensino à Distância tem se tornado cada vez mais popular, quebrando as barreiras de entidades de ensino para alcançar o segmento empresarial.

Atualmente não apenas as instituições de ensino têm explorado essa ferramenta, empresas têm investido na criação de estruturas de fomento ao conhecimento de seu negócio por meio de universidades corporativas, a exemplo disso, podemos citar a IBM, a Borland, Kodak, Souza Cruz e no contexto nacional, o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados) e outras mais. Neste cenário, a utilização EAD tornou-se um importante aliado na capacitação do corpo profissional da empresa.

Dentre os vários benefícios percebidos está a flexibilidade de horário permitida ao aluno participante dessa modalidade de capacitação, pois nem sempre existe disponibilidade do funcionário ou do instrutor, mesmo interno à organização, para realização um treinamento presencial. Se a empresa apresenta um *turnover* significativo, a dificuldade de realizar treinamentos pode ser maior, pois o custo de se treinar com frequência com toda a logística necessária pode se tornar proibitivo. Como mencionado em Carvalho (2002), a longo prazo o custo inicial de implantação de um EAD é inferior a de treinamentos convencionais. Contudo, elaborar um conteúdo EAD não é algo trivial, segundo levantamentos feitos em projetos similares e entrevistas com profissionais inseridos neste escopo, podemos concluir que existem teorias pedagógicas que orientam a preparação do conteúdo de forma que seu resultado possa ser efetivo.

⁷³² Aluno do 6º semestre do Curso de Sistemas de Informação.

⁷³³ Prof. Ms., Orientador.

De acordo com Tavares (2006), "Adotar estratégias tecnológicas na EAD exige um repensar na relação professor-aluno e dos meios de comunicação e interação que poderão aproximar as pessoas, como também afastá-las".

Algumas tendências acenam para que a EAD adote uma abordagem problematizadora, investigativa e reflexiva contrapondo-se à lógica de estímulo-resposta, ocasião em que o programa é que conduz o usuário. Além disso, uma aplicação de EAD não se resume apenas ao conteúdo ministrado, existem vários requisitos voltados para o acompanhamento das atividades e desempenho dos alunos que permitem ao tutor intervir e auxiliar os alunos em dificuldade.

Este artigo descreve as primeiras etapas do projeto de pesquisa para a construção de um *framework*⁷³⁴ de serviços para uma ferramenta de EAD que possa ser utilizado pelo público que deseja fazer uso dessa importante ferramenta. A idéia do *framework* é criar uma solução reutilizável que forneça uma infra-estrutura necessária para se criar um curso em EAD de forma rápida e prática, que pode ser explorada por educadores em qualquer área na elaboração de conteúdo principal de sua disciplina ou temas complementares.

Para a implementação desse trabalho foi escolhida a tecnologia Zope/Plone utilizada para construção de portais. Essa tecnologia tem código aberto e livre, portanto sem ônus para o usuário e já apresenta maturidade tecnológica com sucesso comprovado na construção de vários sítios organizacionais, principalmente na esfera do governo. Outro ponto forte dessa escolha é a linguagem de desenvolvimento Python que é orientada a objetos e apresenta uma ampla biblioteca de funcionalidades.

2 METODOLOGIA APLICADA

A metodologia aplicada utiliza pesquisa bibliográfica; análise de ferramentas de EAD já desenvolvidas e entrevistas com especialistas e pedagogos a fim de identificar requisitos a serem contemplados; a elaboração da especificação dos requisitos identificados e o desenvolvimento do *framework*, propriamente dito, com base requisitos identificados.

O projeto está dividido em 4 (quatro) etapas, a saber:

- **(Etapa 1)** Identificação de requisitos funcionais e não-funcionais significativos a serem contemplados no *framework* de EAD. Nessa etapa, serão feitos levantamentos bibliográficos sobre sistemas de EAD desenvolvidos e entrevistados especialistas da área (no mínimo um especialista) para elicitare os requisitos funcionais e não-funcionais de importância. Os requisitos funcionais identificados serão documentados em Casos de Uso.
- **(Etapa 2)** Realização de análise e projeto do *framework* a partir dos requisitos licitados e documentados. Para isso, serão utilizadas ferramentas de modelagem baseada em UML, como ARGOUML associada a ferramentas de geração de produtos em ArcheTypes (fornece um meio padronizado para se construir objetos de conteúdo baseados na definição de esquemas).
- **(Etapa 3)** Implementação do *framework* utilizando a tecnologia Zope/Plone e Python e construção de ArcheTypes.
- **(Etapa 4)** É a etapa de avaliação e pode ser subdividida em 3 etapas menores: a construção de um curso em EAD utilizando o produto desenvolvido; a identificação de

⁷³⁴ Um **framework** ou **arcabouço** é uma estrutura de suporte definida em que um outro projeto de software pode ser organizado e desenvolvido (WIKIPÉDIA, 2008).

critérios de avaliação com base em características de qualidade de software e a avaliação do produto com base nos critérios.

3 INFRA-ESTRUTURA TECNOLÓGICA

Definido de um modo mais formal um *framework* corresponde a um conjunto de classes cooperantes que constroem um projeto reutilizável para uma específica classe de software (DEUTSCH, 1989).

Frameworks podem ser classificados de várias formas, uma delas os classificam como: de suporte, que fornece serviços de nível de sistema operacional (e não de aplicação) como acesso a arquivos, computação distribuída e *drivers* de dispositivos; de aplicação, também chamado de horizontal, ele encapsula conhecimento (*expertise*) aplicável a uma vasta gama de aplicações e resolve apenas uma fatia do problema da aplicação; e por fim, de domínio, também chamado de *framework* vertical pois encapsula conhecimento (*expertise*) aplicável a aplicações pertencendo a um domínio particular de problema. Ele resolve boa parte da aplicação. O último é o enfoque do *framework* é que será desenvolvido neste trabalho.

Na literatura podem ser encontrados alguns trabalhos relacionados a este tema como o JLearningServices (RHEINHEIMER, 2002) que define um *framework* de serviços de EAD para tecnologia Java, e o Cognitor (TALARICO et al, 2006) que é uma ferramenta em que o autor desenvolve material de ensino para EAD baseado no uso da linguagem de Padrão Cog-Learn.

Neste trabalho é proposta a utilização do par de ferramentas Zope (LATTEIER) e Plone (LOTZE, 2008). O Zope é um acrônimo para "Z Object Publishing Environment" (Ambiente Z para Publicação de Objetos), foi desenvolvido pela Digital Creations Inc., hoje Zope Corporation. O Zope tem aproximadamente 85% do seu código escrito em Python, onde a aplicação necessitava maior desempenho o código foi convertido para C++. É registrado com a licença ZPL (Zope Public License), que é uma licença Open Source compatível com a GPL, sendo possível estudar e alterar seu código fonte que está disponível para diversas plataformas como Unix, Linux, Windows. O DevGuide do Zope, define o Zope como um framework Open Source para aplicações Web.

A outra ferramenta é o Plone, que é um sistema de gestão de conteúdo pronto para executar construído para rodar com o servidor de aplicação Zope. Ele permite a gestão de conteúdo de forma extremamente flexível e fornece ao usuário um sistema de gerenciamento de conteúdo na web o que é ideal para grupos de projeto, sítios web, extranets, intranets e outros sistemas colaborativos.

Juntas essas duas ferramentas permitem a construção de conteúdos web de forma rápida e flexível provendo ainda uma série de facilidades fornecidas por produtos que podem ser "plugados". Essas extensões podem ser desenvolvidas utilizando Archetypes que é um *framework* para desenvolvimento de novos tipos de conteúdo para um projeto Plone.

Neste trabalho será adicionado novos serviços voltados para o domínio de EAD com *Archetypes* permitindo o usuário-instrutor possa criar seu conteúdo de EAD de forma ágil e simples. O projeto também contempla o desenvolvimento da infra-estrutura de gestão do EAD, como acompanhamento do desempenho dos alunos e sua participação na Turma.

O uso de Archetypes é muito comum no universo Plone, pois traz inúmeras vantagens, tais como (LATTEIER, 2007):

- Geração automática de formulários e visões (views);

- Fornece uma biblioteca de tipos de campo de armazenamento, widgets de formulário e validadores de campo;
- Permite definir campos, widgets e validadores customizados ; Automatiza transformações de conteúdo rico (rich content);

Além das vantagens descritas acima, tem-se como destaque a simplicidade e a extensibilidade que só é possível graças ao uso dos Arquetypes. Na comunidade do desenvolvedor do CMS Plone, já existem inúmeras funcionalidades feitas e testadas que podem ser adicionada em nossa aplicação, bastando para isso, apenas “importamos” e configurarmos as suas ações às nossas necessidades, diminuindo assim tempo e investimento para a implantação de recursos extras na aplicação.

4 FUNCIONALIDADES PREVISTAS

Segundo Lucena (2000), alguns requisitos que devem ser suportados por um sítio em EAD, podem ser facilmente identificados como:

- **Facilidade de acesso** – o conteúdo tem que se apresentar de forma rica, sem sobrecarregar a banda passante disponível. Se os arquivos começarem a ficar grandes demais, começam a se tornarem inacessíveis;
- **Clareza** – linguagem, estrutura de informação e apresentação visual devem prover uma orientação explícita no site educacional;
- **Eficiência** – o foco na aplicação de hipertexto em educação deve ser colocado no aprendizado do conteúdo e não nas idiosincrasias do design;
- **Foco** – o hipertexto é muito sedutor em termos de escolhas (muitas referências a outros sites), então a questão é oferecer a quantidade adequada de ligações. O objetivo é alcançar a profundidade sem perder o foco;
- **Consistência** – deve haver uma identidade visual para o site educacional, com as funções aparecendo de forma uniforme;
- **Flexibilidade** – o projeto do layout e da estrutura da Web devem ser adaptáveis a mudanças, com os ambientes projetados com uma grande quantidade de pontos de flexibilização.

Foram identificados na aplicação 3 (três) grandes atores: o **Secretário** responsável pela gestão administrativa das turmas de EAD; o **Tutor** responsável pela turma do Curso de EAD; e o **Aluno**, que é o participante ativo da turma.

A partir da análise de outras ferramentas de EAD as funcionalidades identificadas foram agrupadas em 3 (três) conjuntos, como mostrado na Figura 1.0:

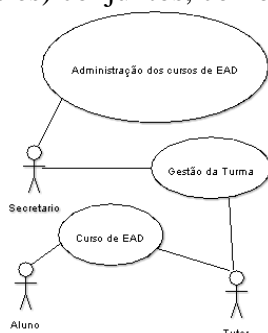


Figura 1 - Macro funcionalidades.

Fonte: Estudo e levantamento de requisitos elaborados pelo autor do artigo juntamente com seu MS. Orientador.

O *Framework* estaria sendo usado basicamente no conjunto de funcionalidades do Curso de EAD, podendo ser reaproveitadas para cada novo curso criado. As

funcionalidades que compõem o conjunto de Administração dos cursos de EAD e Gestão da Turma são únicas e aplicadas a qualquer nova turma.

Como:

- * Funcionalidades de Administração do curso de EAD, utilizadas pelo ator Secretário
 - Manter Turmas, no qual uma nova turma de um curso é aberta ou encerrada.
- Manter Tutores, no qual é possível cadastrar um novo tutor, habilitá-lo ou desabilitá-lo; enviar notificações e outros;
- Definições do tipo de avaliação, como a quantidade de avaliações e tipos (nota de prova, exercícios, participação em fórum);
 - Emissão de certificados;
 - Consolidação da avaliação do curso.
- Funcionalidades de Gestão da Turma, que representam o conjunto de funcionalidades utilizadas pelo ator Tutor na condução do curso como:
- Verificação de presença e assiduidade, o tutor pode acompanhar a quantidade e tempo de acessos dos alunos podendo se antecipar a dificuldades que alunos possam estar enfrentando;
 - Publicação de material, o tutor pode publicar materiais (artigos, notas, textos) relacionados ao conteúdo do curso;
 - Avisos para a turma por e-mail e quadro de avisos;
 - Criação de Fórum de Discussão com temas;
 - Publicação das notas e resultados;
 - Avaliação do curso sob a óptica do tutor;

As funcionalidades do curso de EAD utilizadas principalmente pelo ator aluno. O ator professor também tem acesso às mesmas funcionalidades:

- Responder Fórum;
- Registro de anotações;
- Navegação do conteúdo do curso;
- Resolução de exercícios de fixação.

5 CONCLUSÃO

O recurso de EAD possui um alto grau de significância para ambas as partes, tanto para o educador: que ganha com o fato de ter um profissional mais qualificado dentro de sua empresa / instituição, como para o educando: que absorve novos conhecimentos tendo como vantagem a flexibilidade de horário e a comodidade de poder fazer isso seja onde estiver, além de aprimorar seus conhecimentos valorizando-se mais no mercado de trabalho onde se encontra. Tornando assim uma relação de beneficiamento mutualístico dentre as partes envolvidas.

Porém podemos verificar que existe um alto grau de complexidade para a elaboração de um *framework* voltado para o ensino a distância, que seguem parâmetros pedagógicos cruciais para que o mesmo tenha um retorno satisfatório para ambas as partes.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Alexandre. Investimento que dá certo. **Revista TI (Eletrônica)**, abr. 2002. Disponível em: <<http://www.timaster.com.br/revista/materias/>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

DEUTSCH, L. Peter, Design reuse and frameworks in Smalltalk-80 System. In: BIGGERSTAFF, Ted J.; PERLIS, Alan T. (Ed.) **Software Reusability: Applications and Experience**, Addison-Wesley, v. 2, p. 57-71, 1989.

LATTEIER, Amos et al. **Zope Book 2.6**. Disponível em: <http://www.zope.org/Documentation/Books/ZopeBook/2_6Edition/>. Acesso em: 10 mar. 2008.

LOTZE, Thomas; HASECKE, Jan Ulrich. **A user's guide to Plone: Digital druckzentrum Berlin**. 2. ed. Berlim: [s. n.], 2008. Disponível em: <<https://www.plonebook.info/books/Book>>. Acesso em: 10 jun. 2008.

LUCENA, Carlos; FUKS, Hugo. **Professores e Aprendizes na Web: A Educação na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Clube do Futuro, 2000.

RHEINHEIMER, Leticia R. **JLearningServices: Um Framework para Serviços Síncronos em Ambientes para EAD**. 2002. Monografia (graduação) – Unisinos, São Leopoldo, 2002. Disponível em: <http://www.inf.unisinos.br/alunos/arquivos/TC_LeticiaRafaelaRheinheimer.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2008.

WIKIPÉDIA. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Framework>>. Acesso em: 4 out. 2008.

TALARICO, Americo N. et al. A framework to support the design of learning objects based on the Cog-Learn Pattern Language. In: BRAZILIAN SYMPOSIUM ON MULTIMEDIA AND THE WEB, 12., 2006. **Proceedings...** [S. l.: s. n.], 2006. p. 128-137. Disponível em: <<http://portal.acm.org/citation.cfm?id=1186595.1186612#>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

TAVARES, Valéria Ribeiro. **O ambiente inovador da EaD nas práticas pedagógicas**. Disponível em: <<http://www.universia.com.br/materia/materia.jsp?id=12902>>. Acesso em: 10 jun. 2008.